

2011

Relatório
e Contas
VOLUME I



M

2011

Relatório
e Contas
VOLUME I



ÍNDICE

4	Síntese de Indicadores
6	Principais Destaques
9	Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva
13	Grupo Millennium
17	Marca Millennium
25	Posicionamento Competitivo
28	Rede Millennium
31	Modelo de Organização Interna
37	Enquadramento Económico
43	Diálogo com os <i>Stakeholders</i>
49	Estratégia
51	Ação BCP
60	Participações Qualificadas
62	Análise Financeira
91	Fundo de Pensões
93	Capital
96	Plano de Liquidez e Capital
97	Plano Estratégico de Capitalização
98	<i>Funding</i> e Liquidez
100	Notações de <i>Rating</i> Atribuídas ao BCP
103	Análise de Segmentos de Negócio
161	Gestão do Risco
185	Exposição a Atividades e Produtos Afetados pela Crise Financeira
186	Principais Fatores de Risco
197	Cultura de Rigor
201	Envolvimento com a Comunidade Interna
212	Envolvimento com a Comunidade Externa
219	Desempenho Ambiental
228	Órgãos e Corpos Sociais
231	Alterações ao Governo Societário
234	Principais Eventos em 2011
244	Demonstrações Financeiras
246	Proposta de Aplicação de Resultados do Banco Comercial Português, S.A.
248	Anexos

SÍNTESE DE INDICADORES

Milhões de euros

	'11	'10	'09	'08	'07	VAR. % '11/'10
BALANÇO						
Ativo total	93.482	98.547	95.550	94.424	88.166	-5,1%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾	68.046	73.905	74.789	74.295	64.811	-7,9%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	65.530	67.596	66.516	65.325	62.719	-3,1%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	53.060	51.342	50.507	50.858	44.377	3,3%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	47.516	45.609	45.822	44.084	38.268	4,2%
Crédito total, líq./Depósitos de clientes ⁽²⁾	144,8%	163,6%	164,1%	169,3%	168,9%	
Capitais próprios atribuíveis aos Acionistas do Banco e Passivos subordinados	4.973	7.153	9.108	8.559	7.543	-30,5%
RENDIBILIDADE						
Produto bancário	2.569,6	2.902,4	2.522,3	2.872,8	2.888,0	-11,5%
Custos operacionais	1.634,2	1.543,2	1.540,3	1.670,8	1.748,6	5,9%
Imparidades e Provisões	2.157,0	941,1	686,5	860,0	451,2	129,2%
Impostos sobre lucros						
Correntes	66,9	54,2	65,6	44,0	73,0	
Diferidos	(525,7)	(39,8)	(19,4)	40,0	(3,5)	
Interesses que não controlam	85,9	59,3	24,1	56,8	55,4	44,8%
Resultado líquido atribuível a Acionistas do Banco	(848,6)	344,5	225,2	201,2	563,3	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-22,0%	9,8%	4,6%	4,5%	14,9%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Capitais próprios médios ⁽²⁾	-28,0%	10,6%	5,7%	7,1%	17,1%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	-0,8%	0,4%	0,3%	0,3%	0,7%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Ativo líquido médio ⁽²⁾	-1,3%	0,4%	0,3%	0,4%	0,8%	
Produto bancário/Ativo líquido médio ⁽²⁾	2,6%	3,0%	2,7%	3,1%	3,5%	
Rácio de eficiência ^{(2) (3)}	58,4%	54,1%	62,9%	58,5%	60,2%	
Custos com pessoal/Produto bancário ^{(2) (3)}	31,9%	29,0%	35,2%	32,2%	32,7%	
QUALIDADE DO CRÉDITO						
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total	4,5%	3,0%	2,3%	0,9%	0,7%	
Crédito com incumprimento/Crédito total ⁽²⁾	6,2%	4,5%	3,4%	1,5%	1,2%	
Crédito com incumprimento, líq./Crédito total, líq. ⁽²⁾	1,4%	1,2%	0,6%	-0,4%	-0,7%	
Crédito em risco/Crédito total ⁽²⁾	10,1%	7,1%	6,0%	3,5%	2,6%	
Crédito em risco, líq./Crédito total, líq. ⁽²⁾	5,5%	4,0%	3,3%	1,6%	0,8%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido há mais de 90 dias	109,1%	109,4%	119,0%	211,6%	251,8%	
Custo do risco	186 p.b.	93 p.b.	72 p.b.	71 p.b.	39 p.b.	
CAPITAL ⁽⁴⁾						
Rácio Core Tier I ⁽²⁾	9,3%	6,7%	6,4%	5,8%	4,5%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base ⁽²⁾	8,6%	9,2%	9,3%	7,1%	5,5%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios ⁽²⁾	9,5%	10,3%	11,5%	10,5%	9,6%	
AÇÃO BCP						
Capitalização bolsista (ações ordinárias)	980	2.732	3.967	3.826	10.545	-64,1%
Resultado líquido por ação básico e diluído ajustados (euros)	(0,073)	0,048	0,031	0,032	0,118	
Valores de mercado por ação (euros) ⁽⁴⁾						
Máximo	0,610	0,866	0,998	2,455	3,59	-29,6%
Mínimo	0,097	0,515	0,516	0,636	2,15	-81,2%
Fecho	0,136	0,540	0,784	0,756	2,44	-74,8%

(1) Ajustado das participações em associadas parcialmente alienadas – Millennium bank Turquia (2007 a 2008) e Millennium bcpbank EUA (2007 a 2009).

(2) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

(4) Valor de mercado por ação ajustado do aumento de capital.

(*) Rácio de solvabilidade de acordo com o modelo de Notações Internas (IRB) em 2011 e 2010 e de acordo com o método Padrão entre 2009 e 2007 (informação detalhada na secção "Gestão do Capital").

Nota: os indicadores referentes aos exercícios de 2011 e de 2010 refletem os ajustamentos efetuados às contas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

	Unid.	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
CLIENTES					
TOTAL DE CLIENTES	Milhares	5.384	5.164	5.008	4,3%
Juros pagos sobre depósitos e outros recursos	Milhões de euros	1.758	1.166	1.330	50,8%
Reclamações registadas	Número	74.638	75.934	101.531	-1,7%
Reclamações resolvidas	Percentagem	98,5%	97,7%	104,6%	
ACESSIBILIDADES ⁽¹⁾					
Sucursais	Número	1.722	1.744	1.774	-1,3%
Sucursais abertas ao sábado		148	74	25	100%
Sucursais com acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida ⁽²⁾		1.015	1.142	624	-11,1%
Internet	N.º de utilizadores	1.203.679	1.111.480	929.518	8,3%
Call Centre	N.º de utilizadores	276.315	349.536	327.788	-20,9%
Mobile banking	N.º de utilizadores	165.636	38.654	38.953	328,5%
ATM	Número	3.708	3.904	3.885	-5,0%
COLABORADORES ⁽³⁾	Número	21.508	21.370	21.285	0,6%
INDICADORES LABORAIS ⁽⁴⁾					
Distribuição por categoria profissional	Número				
Conselho de Administração		36	30	22	20,0%
Alta Direção		207	206	203	0,5%
Direção		2.013	1.900	1.788	5,9%
Comerciais		12.599	11.105	10.886	13,5%
Técnicos		4.226	3.854	3.621	9,7%
Outros		2.486	2.252	2.326	10,4%
Distribuição por faixa etária	Número				
<30		4.998	4.151	4.538	20,4%
[30-50[		13.142	12.271	11.788	7,1%
≥50		3.427	2.925	2.520	17,2%
Média de idades	Anos	35	35	34	-1,6%
Distribuição por vínculo contratual	Número				
Contrato permanente		19.709	19.531	19.291	0,9%
Contrato a termo		1.769	1.706	1.354	3,7%
Estagiários		89	60	n.d.	48,3%
Colaboradores a trabalhar a tempo parcial	Número	184	171	142	7,6%
Taxa de recrutamento	Percentagem	10,5%	9,6%	6,0%	
Taxa de mobilidade interna	Percentagem	17,7%	15,2%	25,6%	
Taxa de saídas	Percentagem	10,2%	9,1%	10,3%	
Livre associação ⁽⁵⁾	Percentagem				
Colaboradores abrangidos por Acordo Coletivo de Trabalho		99,7%	99,9%	99,9%	
Colaboradores sindicalizados		76,2%	79,3%	83,4%	
Higiene e segurança no trabalho (HST)					
Visitas de HST	Número	651	673	462	3,3%
Taxa de acidentes de trabalho	Percentagem	0,0%	0,0%	0,0%	
Vítimas mortais	Número	0	0	0	
Taxa de absentismo	Percentagem	4,3%	4,7%	4,7%	
Salário mais baixo e o salário mínimo local	Rácio	1,5	1,4	1,2	
AMBIENTE					
Emissão de gases com efeito de estufa	tCO ₂ eq	74.356	81.736	95.614	-9,0%
Consumo de eletricidade	MWh	127.837	127.210	140.070	0,5%
Produção de resíduos	t	1.474	1.038	1.934	42,0%
Consumo de água	m³	393.623	415.522	435.329	-5,3%
FORNECEDORES					
Prazo de pagamento e prazo contratualizado, em Portugal	Rácio	1	1	1	0,0%
Montante pago a fornecedores locais	Percentagem	90,7%	92,4%	92,4%	
DONATIVOS					
	Milhões de euros	3,2	3,8	2,4	-15,9%

(1) Não inclui informação de Angola em 2009, para os canais Internet, Call Centre e Mobile Banking.

(2) Informação não disponível para Moçambique em 2009.

(3) Número de Colaboradores para todas as operações, exceto Polónia, em que estão reportados full time equivalent (FTE).

(4) Informação de Colaboradores (não FTE) para: Portugal, Polónia, Roménia, Grécia, Angola, Moçambique e Suíça. Informação não disponível em 2009 para Angola e Suíça.

(5) Valor reflete as operações em que estes regimes são aplicáveis: Acordo Coletivo de Trabalho – Portugal, Grécia, Moçambique e Angola; Sindicato – Portugal, Moçambique e Angola.

n.d. – Informação não disponível.

Em 2009, os valores estão corrigidos das operações na Turquia e nos EUA (parcialmente alienadas em 2010).

PRINCIPAIS DESTAQUES

- Garantido nível de **solvabilidade** acima dos requisitos regulatórios

CTI
>9% em 2011

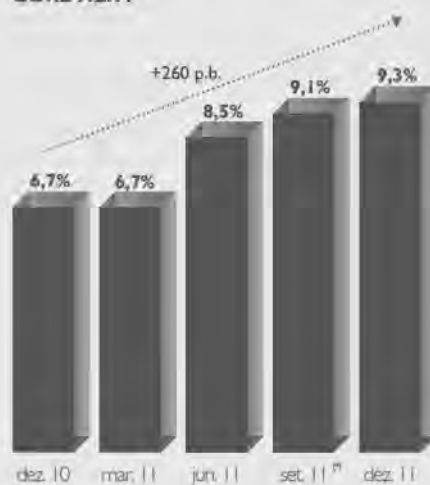
- Processo de **desalavancagem** para estabilizar *funding* do balanço

L/D
120% em 2014

- Redução do risco associado ao **Fundo de Pensões**

Responsabilidades
Redução >50%

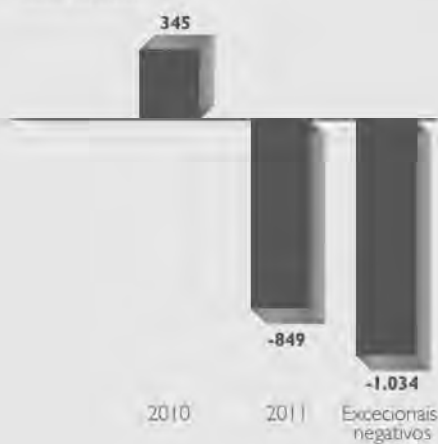
CORETIER I



(*) Inclui impacto da operação de *liability management*.

RESULTADOS LÍQUIDOS

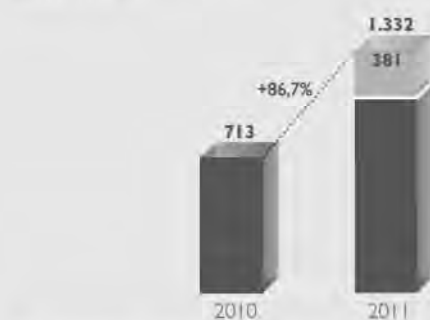
Milhões de euros



DOTAÇÃO PARA IMPARIDADE DE CRÉDITO

(líquida de recuperações)

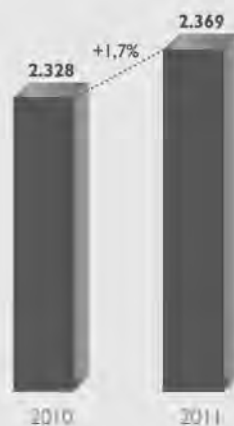
Milhões de euros



Imparidades definidas pelo Programa Especial de Inspeções.

PROVEITOS BASE

Milhões de euros



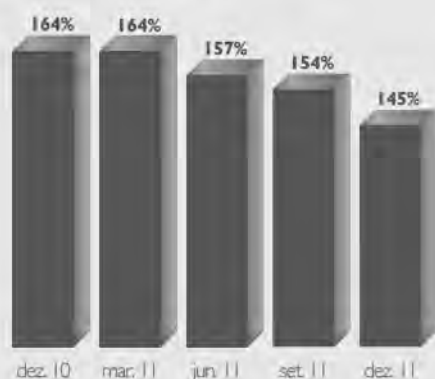
CUSTOS OPERACIONAIS ^(*)

Milhões de euros



(*) Excluindo itens específicos.

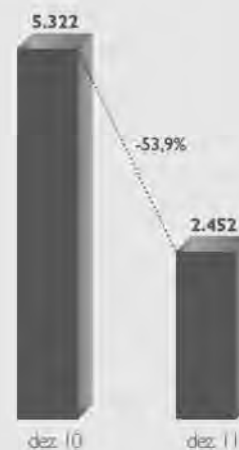
RÁCIO DE CRÉDITO SOBRE DEPÓSITOS ^(*) (BdP)



(*) De acordo com instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal (calculado com crédito líquido e depósitos de clientes)/Recurso e crédito bruto encontram-se ajustados de operação de repo, de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de junho e setembro de 2011.

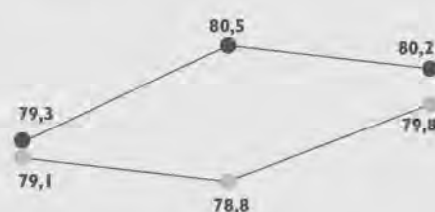
RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES

Milhões de euros



SATISFAÇÃO GLOBAL DE CLIENTES

Pontos Índice



2009 2010 2011

● Portugal
● Consolidado

SATISFAÇÃO GLOBAL DE COLABORADORES

Pontos Índice

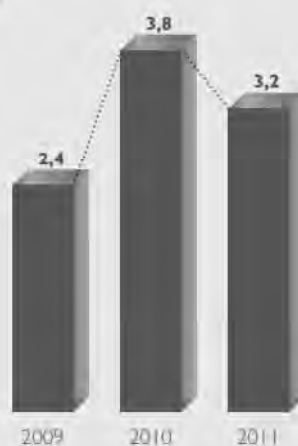


2009 2010 2011

● Portugal
● Consolidado

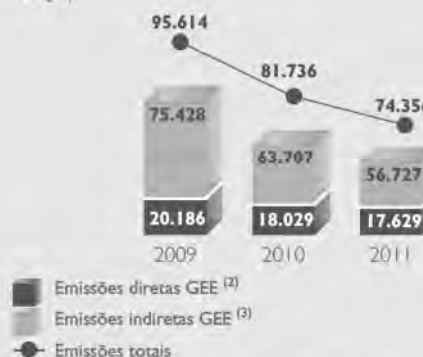
DONATIVOS

Milhões de euros



EMISSIONES DE GEE ⁽¹⁾

tCO₂eq



- (1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.
(2) Não inclui emissões da frota automóvel da Grécia e da eletricidade e calor da Grécia em 2009.
(3) Não inclui as emissões de âmbito 3 da Grécia e Moçambique. Emissões das viagens casa-trabalho-casa dos Colaboradores calculadas para Portugal.



MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Em 28 de fevereiro de 2012, realizou-se uma Assembleia Geral de Acionistas do Banco Comercial Português, S.A., tendo sido aprovada a alteração e reestruturação do contrato de sociedade, que se consubstanciou na adoção de um modelo de administração e fiscalização monista, composto por Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas, bem como na criação de um Conselho Estratégico Internacional. Na mesma Assembleia, foram eleitos os membros dos novos órgãos e corpos sociais para o mandato 2012-2014. Nos termos da legislação em vigor, incumbe ao Conselho de Administração em funções a apresentação do relatório de gestão e das contas de 2011 aos Acionistas, Entidades de Supervisão, Clientes, Analistas e ao público em geral.

Em conformidade com as melhores e mais recentes práticas internacionais de comunicação com os *Stakeholders*, o Millennium bcp adotou a partir de 2010 o conceito de Reporte Integrado na elaboração do Relatório e Contas Anual. O Reporte Integrado permite evidenciar a ligação entre estratégia, governo corporativo, *performance* financeira e a envolvente social, ambiental e económica em que o Banco opera.

Em 2011, tornou-se mais acentuada a interação entre o risco da dívida soberana, o sistema financeiro e a economia, quer a nível internacional, quer em Portugal, traduzindo-se num enquadramento ainda mais desafiante para o desenvolvimento da atividade bancária. O agudizar das dificuldades de financiamento do Estado português no mercado internacional conduziu a que o Governo solicitasse formalmente às autoridades europeias e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a elaboração de um plano de assistência económica e financeira. Assim, desde maio de 2011, Portugal está sob um Programa de Assistência Económica e Financeira de médio prazo, negociado e suportado conjuntamente pelo FMI e pela União Europeia.

Num contexto de elevada incerteza, em particular no que respeita aos mecanismos de superação da crise de dívida soberana na Área do Euro, os desafios enfrentados pela economia portuguesa e pelo sistema financeiro português ampliaram-se. Os bancos portugueses confrontaram-se com a generalização das dificuldades no acesso a financiamento nos mercados internacionais de dívida por grosso. Este facto, a par das exigências de reforço de capital, da gestão de um processo de desalavancagem e de um contexto macroeconómico e financeiro particularmente adverso, resultado das medidas de austeridade e de consolidação das finanças públicas, condicionou a sua atividade, rentabilidade, qualidade dos ativos e solvabilidade. Apesar disso, o Millennium bcp evidenciou a sua robustez ao ultrapassar, com êxito, os testes de esforço europeus e ao cumprir com as exigências de regulamentação europeia, em matéria de capital e liquidez.

Perante a transformação estrutural do mercado em Portugal, o Millennium bcp procedeu, em julho de 2011, à adaptação da sua agenda estratégica, tendo por base quatro áreas chave de atuação: i) garantir níveis de solvabilidade acima dos requisitos regulamentares de 9% de *Core Tier I* em 2011 e 10% em 2012; ii) gerir o processo de desalavancagem para estabilizar as necessidades e estrutura de financiamento, tendo redefinido como objetivo um rácio de crédito sobre depósitos de 120% em 2014; iii) recuperar os níveis de rentabilidade do negócio em Portugal, com o objetivo de superar uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 10% (após estabilização do ciclo) e iv) focar o portefólio internacional em função do seu atrativo e recursos disponíveis.

Entre as várias iniciativas levadas a cabo pelo Millennium bcp com o propósito de atenuar os efeitos adversos provocados pela intensificação da crise de dívida soberana salientam-se: i) a operação de *liability management* sobre ações preferenciais, concluída em outubro, bem como o processo de desalavancagem e o reforço de colaterais financeiros, que, entre outras medidas implementadas no âmbito do plano de capital definido pelo Banco, permitiram um reforço do rácio *Core Tier I*. No final de 2011, este rácio ascendeu a 9,3%, o valor mais elevado de sempre; ii) as iniciativas de *repricing* da carteira de crédito e o enfoque no crescimento de recursos de balanço, que se traduziram na redução do *gap* comercial em 7,8 mil milhões de euros. O crédito a clientes diminuiu 6,4% enquanto os depósitos aumentaram 4,2%, com particular destaque para a atividade doméstica, onde cresceram 7,2% face ao final de 2010; iii) a expansão do ActivoBank, que inaugurou oito sucursais em 2011, consolidando assim o seu estatuto de liderança no mercado nacional na área de inovação e iv) o enfoque na prestação de um serviço de excelência com o índice de satisfação dos Clientes a atingir o valor mais elevado (81,2 pontos de índice) desde a criação da marca Millennium.

Em 2011, o resultado líquido consolidado foi negativo em 849 milhões de euros, penalizado por fatores extraordinários com um impacto agregado negativo de 1.034 milhões de euros. Entre estes eventos não recorrentes, destacam-se o provisionamento da dívida pública grega e a desvalorização da dívida soberana portuguesa, o reconhecimento de imparidade relativa ao restante *goodwill* da Grécia, o custo relativo à transferência parcial do Fundo de Pensões e o reforço das dotações para imparidades de crédito, resultante do Programa Especial de Inspeções realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

Importa, no entanto, sublinhar a contribuição muito positiva das operações internacionais, que proporcionaram um efeito de diversificação face ao desempenho negativo em Portugal, embora insuficiente para mitigar na totalidade os efeitos dos eventos extraordinários no resultado líquido consolidado do Grupo. O contributo do resultado líquido proveniente do exterior aumentou de 51,8 milhões de euros em 2010 para 122,7 milhões de euros em 2011, com especial relevo para as operações polaca e africanas, que evidenciaram um crescimento de 49,7% e apresentaram lucros históricos. Em particular, salienta-se o resultado líquido registado pela operação polaca de 113,3 milhões de euros, impulsionado pelo aumento dos proveitos e pela diminuição do custo do risco e a prossecução dos planos de expansão em África, tendo o Millennium Angola terminado o ano com 61 sucursais, o que lhe confere a presença em todas as províncias angolanas, e o Millennium bim ultrapassado a marca de um milhão de Clientes ativos. Em conjunto, as operações africanas registaram um resultado líquido de 122,7 milhões de euros, correspondentes a um crescimento de 60,6% face a 2010.

Apesar do resultado líquido em 2011 ter sido condicionado por eventos negativos com carácter extraordinário, várias áreas do Grupo apresentaram um bom desempenho, sendo de realçar: i) o crescimento da margem financeira, quer em Portugal, quer nas operações internacionais, tendo aumentado 4,1% em termos consolidados face a 2010; ii) a continuada redução dos custos operacionais, que diminuíram 2,3%, em termos consolidados, excluindo o efeito de eventos não recorrentes, e evidenciaram uma redução de 3,9% na atividade internacional não obstante os planos de expansão em curso e a abertura de sucursais nas operações africanas e iii) o cumprimento dos objetivos definidos no plano de liquidez, tendo-se observado uma redução da exposição ao Banco Central Europeu em 2,2 mil milhões de euros face a dezembro de 2010.

Os esforços empreendidos com vista à execução das medidas acordadas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com as autoridades portuguesas consubstanciaram-se na redução do rácio de transformação do Banco, na diminuição da dependência do Banco Central Europeu e na apresentação do plano de capitalização ao Banco de Portugal, no dia 20 de janeiro de 2012, nos termos da comunicação da Autoridade Bancária Europeia de 8 de dezembro.

Em 2011, prosseguiram as ações desenvolvidas junto das comunidades no âmbito dos programas de responsabilidade social. Em Portugal, a Fundação Millennium bcp e, em Moçambique, o programa "Mais Moçambique pra Mim", dinamizaram inúmeras ações de apoio e interação social em áreas como a cultura, a educação e a beneficência. Em Angola, através de uma parceria com o Grupo da Amizade foram apoiadas iniciativas dirigidas a grupos da população mais desfavorecidos. Também enquadrado na política de responsabilidade social, o Banco Millennium Angola e o Banco Privado Atlântico assinaram um protocolo para reforçar o microcrédito em Angola, como veículo potenciador do empreendedorismo e da inclusão social. Em Portugal, através deste instrumento, manteve-se o apoio a inúmeros empreendedores, concretizado em 2011 na criação de 214 novas microempresas que originaram 315 novos postos de trabalho.

Nos últimos anos, com o empenho e contributo de todos os Colaboradores, o Millennium bcp conseguiu continuar a inovar para responder de forma rápida às alterações na forma de relacionamento e aos padrões de consumo dos Clientes e melhorar a eficiência dos processos internos, bem como consolidar as operações africanas e polaca e, ao mesmo tempo, reforçar os níveis de capital e de solidez para valores sem paralelo no passado, apesar do efeito negativo de fatores extraordinários. Aqui chegados, e após a estabilização da base acionista, será agora necessário que o Millennium bcp avance, reforçando e melhorando o que já foi concretizado.

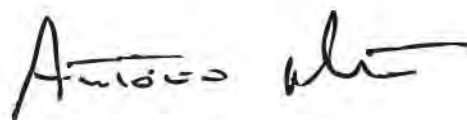
Os próximos anos não serão menos exigentes ou desafiantes. A atividade dos bancos será confrontada com as exigências decorrentes do programa de ajustamento que a economia portuguesa e o setor financeiro estão a realizar. O Millennium bcp terá de responder aos critérios configurados nos requisitos da Autoridade Bancária Europeia relativamente ao rácio de *Core Tier I*, para 30 de junho de 2012, e às exigências prudenciais do Banco de Portugal para o final de 2012, como passo intermédio para estar consonante com os critérios de Basileia III em 2014. Em paralelo, o Millennium bcp terá de prosseguir o esforço de desalavancagem, com o propósito de melhorar a sua posição de liquidez e de reduzir a sua dependência do financiamento obtido junto do Banco Central Europeu e manter uma apertada disciplina de custos.

Com a execução do plano de capitalização que vier a ser aprovado, será reforçada a solidez financeira do Banco, o que, a par da alteração do modelo de *governance*, permitirá lançar as bases de um novo projeto estratégico envolvendo todas as áreas do Grupo e os *Stakeholders*, em particular os mais de 5 milhões de Clientes, 182 mil Acionistas e cerca de 21 mil Colaboradores. Tal certamente reforçará o seu estatuto de instituição financeira de referência no mercado nacional e internacional.

Porto Salvo, 23 de abril de 2012



Nuno Amado
Presidente da Comissão Executiva
Vice-Presidente do Conselho
de Administração



António Monteiro
Presidente do Conselho
de Administração



GRUPO MILLENNIUM

O Banco Comercial Português, S.A. (BCP, Millennium bcp ou Banco) é o maior banco privado português: o Grupo BCP detém ativos totais de 93,482 milhões de euros, crédito a clientes (bruto) de 71,533 milhões de euros e recursos de clientes de 65,530 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2011. Desde a sua fundação, o Millennium bcp tem sido sinónimo de inovação, dinamismo e solidez financeira, mantendo estes vetores como pilares estratégicos que contribuem para a máxima eficiência da plataforma e constituem um elemento de diferenciação chave face à concorrência. O Banco, com centro de decisão em Portugal, responde à vocação: "Ir mais além, fazer melhor e servir o Cliente", pautando a sua atuação por valores como o respeito pelas pessoas e pelas instituições, enfoque no Cliente, vocação de excelência, confiança, ética e responsabilidade, sendo líder destacado em várias áreas de negócio financeiro no mercado português e uma instituição de referência a nível internacional.

Em Portugal, o Banco opera com a maior rede de distribuição bancária do país, com 885 sucursais, e é o segundo banco em termos de quota de mercado, quer em crédito a clientes (cerca de 19,6%), quer em depósitos de clientes (cerca de 17,6%). A atividade em Portugal representa 76,1% dos ativos totais, 76,3% do crédito a clientes (bruto) e 68,4% dos depósitos de clientes.

O Grupo assume também uma posição de destaque em África, através das suas operações bancárias em Moçambique e Angola, e na Europa, através das suas operações na Polónia, Grécia, Roménia e Suíça. Desde 2010, o Banco opera em Macau através de uma sucursal de pleno direito, tendo assinado, nesse ano, um memorando de entendimento com o Industrial and Commercial Bank of China com o objetivo de reforçar a cooperação entre os dois bancos, que se estende a outros países e regiões para além de Portugal e China. Em 2011, o Banco formalizou um pedido de licença para a abertura de uma sucursal de pleno direito na República Popular da China. O Banco tem também uma presença nas Ilhas Caimão, através do BCP Bank & Trust, com licença tipo B. Realce ainda para a assinatura, em 2011, do acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico, S.A. para a constituição/aquisição de um banco no Brasil, visando a exploração de oportunidades no mercado brasileiro, nomeadamente nas áreas de *corporate* e *trade finance*, através de parcerias. A entrada no mercado brasileiro completa o último vértice do losango estratégico Portugal, África, China e Brasil.

As operações internacionais representam já 48,6% do total de 1.722 sucursais e 53,7% dos 21.508 Colaboradores do Grupo BCP, tendo apresentado uma contribuição, em 2011, de 122,7 milhões de euros. É de salientar a manutenção dos planos de expansão em África, tendo o Millennium Angola inaugurado o 61.º balcão e o Millennium bim, líder destacado em Moçambique, atingido a marca de um milhão de Clientes ativos. No seu conjunto, estas duas operações apresentaram, em 2011, uma contribuição de 77,2 milhões de euros, a que corresponde um acréscimo de 62,1% face ao período homólogo. Igualmente de referir os bons resultados da operação polaca, detida a 65,5%, que evidenciou uma contribuição de 74,2 milhões de euros em 2011 (+39,3% face a 2010, incluindo efeito cambial), e a crescente dimensão e importância da operação do Bank Millennium na Polónia, com 451 sucursais e uma quota de mercado de cerca de 4,9% em depósitos e 5,0% em crédito a clientes.

As ações do BCP estão admitidas à cotação da Euronext Lisbon, sendo a capitalização bolsista, a 31 de dezembro de 2011, de cerca de 980 milhões de euros. Na mesma data, o Grupo apresenta um rácio de solvabilidade consolidado e de *Core Tier I*, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, de 9,5% e de 9,3%, respetivamente.

VISÃO DO MILLENNIUM BCP

O Millennium bcp aspira ser o Banco de referência no serviço ao Cliente, com base em plataformas de distribuição inovadoras, em que mais de dois terços do capital estará alocado ao retalho e às Empresas, em mercados de elevado potencial, que apresentem um crescimento anual esperado de volumes de negócio superior a 10%, e ainda atingir um nível de eficiência superior, traduzido num compromisso com um rácio de eficiência que se situe em níveis de referência para o setor e com uma reforçada disciplina na gestão de capital, de liquidez e de custos.

MISSÃO DO MILLENNIUM BCP

Criar valor para o Cliente através de produtos e de serviços bancários e financeiros de qualidade superior, observando rigorosos e elevados padrões de conduta e responsabilidade corporativa, crescendo com rentabilidade e sustentabilidade, de modo a proporcionar um retorno atrativo aos Acionistas, que fundamente e reforce a autonomia estratégica e a identidade corporativa.

VALORES DO MILLENNIUM BCP

Os valores do Millennium bcp traduzem a forma como o Banco pauta a sua atuação na relação com os *Stakeholders*.

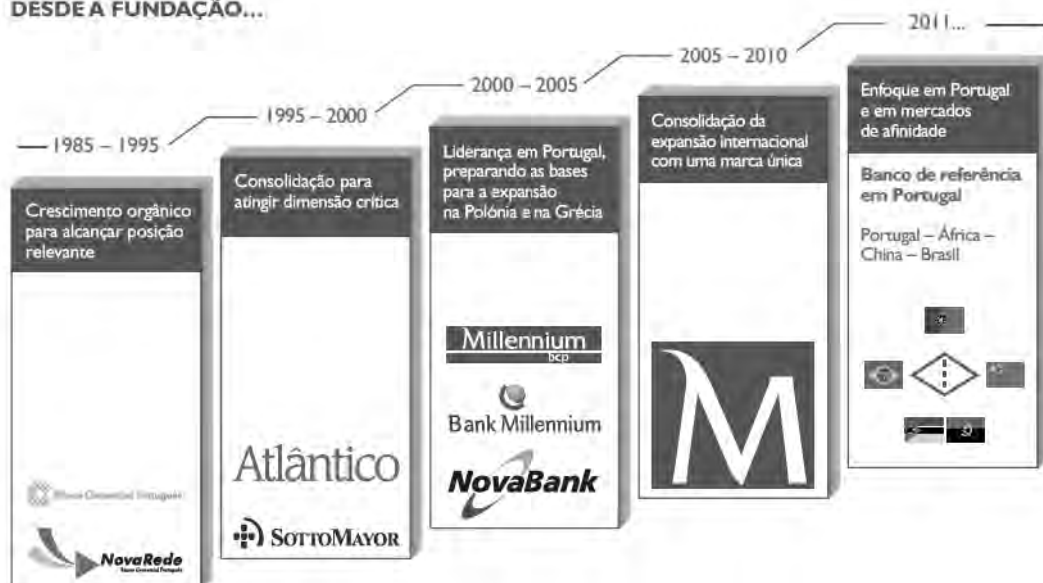
OS NOSSOS VALORES INSPIRAM-NOS

RESPEITO PELAS PESSOAS E PELAS INSTITUIÇÕES	ENFOQUE NO CLIENTE	VOCAÇÃO DE EXCELÊNCIA	CONFIANÇA	ÉTICA E RESPONSABILIDADE
O respeito pelos outros, pelas pessoas e instituições é um princípio que nos inspira. Assumimos um papel responsável na sociedade e acreditamos que a nossa existência só faz sentido se contribuir para o bem comum.	Procuramos ver o mundo a partir dos olhos do Cliente, porque ambicionamos satisfazer todas as suas necessidades e contribuir para a concretização plena dos seus sonhos.	Acreditamos no valor da excelência. Estamos vocacionados para desenvolver os melhores produtos e serviços e persistimos na procura do que é novo, sempre que o novo seja melhor.	Queremos desenvolver relações com futuro. A confiança dos nossos Clientes é o ativo mais valioso que temos à nossa guarda, o único verdadeiro tributo ao nosso desempenho e aquele que nos motiva permanentemente.	Atuamos com consciência e consequência. O Millennium bcp está ciente de que a ética nos negócios só está completa se garantir a sustentabilidade empresarial, a melhoria das condições de vida de todos e o futuro do planeta.

HISTÓRIA

O Banco Comercial Português, desde a fundação até ao presente, tem vivido uma história de sucesso, na qual se tornou, ao longo deste quarto de século, num banco líder em Portugal e numa instituição de referência em diversas áreas nos diferentes mercados onde atua, sob a marca Millennium.

DESDE A FUNDAÇÃO...



... À LIDERANÇA EM PORTUGAL E À PRESENÇA INTERNACIONAL ATRAVÉS DO CRESCIMENTO EM MERCADOS DE RETALHO DE AFINIDADE

O Banco, constituído em 1985 na sequência da desregulamentação do sistema bancário português, escalou diversos patamares de crescimento. A primeira fase do desenvolvimento caracterizou-se, essencialmente, pelo crescimento orgânico, através da exploração das oportunidades de mercado em consequência da desregulamentação. Em 1989, o Banco lançou um conceito bancário inovador; a Nova Rede, com o objetivo de evoluir para uma proposta de valor universal, oferecendo um leque de produtos e serviços completo a todos os setores da atividade económica, com uma cobertura geográfica abrangente. Até 1994, o Banco Comercial Português conseguiu aumentar de forma expressiva a sua presença no mercado português, atingindo, naquele ano, quotas de mercado de cerca de 8% em ativos totais, crédito a clientes e depósitos, de acordo com informação da Associação Portuguesa de Bancos (APB).

A segunda fase de desenvolvimento iniciou-se em 1995 com a intensificação da concorrência no mercado bancário doméstico, na sequência da modernização das instituições financeiras existentes e da entrada de novas instituições bancárias e financeiras estrangeiras. Neste período, o Banco assentou o seu crescimento na aquisição de bancos domésticos com complementaridade de negócio para ganhar e consolidar a sua quota no mercado bancário, nos seguros e noutros serviços financeiros relacionados. Assim, adquiriu, em 1995, o Banco Português do Atlântico, que era à época o maior banco privado em Portugal, e, em 2000, o Banco Mello e o Banco Pinto & SottoMayor. O crescimento do BCP foi catalisador da evolução do sistema bancário português para um dos mais desenvolvidos e inovadores da Europa.

Após alcançar e consolidar uma posição relevante no mercado português, o Banco deu início à terceira fase do seu desenvolvimento, com enfoque na expansão do negócio de Retalho para novas geografias. Desde o início, os objetivos implícitos no processo de internacionalização assentaram nas perspetivas de crescimento e rentabilidade de mercados externos com uma ligação histórica próxima com Portugal ou que detinham grandes comunidades de lusodescendentes, bem como de mercados em que existia uma racionalidade comercial forte para estabelecer operações bancárias suportadas em modelos de negócio e em plataformas tecnológicas similares aos adotados pelo Banco com reconhecido sucesso no mercado português, adaptando-os às exigências e necessidades financeiras dos Clientes locais.

A quarta fase de expansão do Banco assentou na consolidação da expansão internacional com a criação de uma marca única (Millennium) e no enfoque no crescimento orgânico e na criação de valor, alicerçada no objetivo de criar um banco verdadeiramente mult-doméstico com uma identidade supranacional, focado na criação de valor em negócios *core*. Neste contexto, no decurso de 2006, foram levadas a cabo importantes transações, envolvendo a venda ou a redução da exposição em ativos não *core*, com destaque para as operações detidas em França, Luxemburgo e Canadá.

O agravamento das condições macroeconómicas globais, entre o final de 2008 e o início de 2009, acresceu ao impacto da turbulência financeira anterior, colocando uma tensão elevada sobre a rentabilidade e solvabilidade das instituições financeiras. Assim, em 2009, face a um enquadramento particularmente adverso e sob pressão de múltiplas variáveis exógenas, o Millennium bcp considerou que, após um período de estabilização institucional, se justificava o lançamento de novas prioridades estratégicas, que passaram a assentar em três pilares fundamentais: Solidez e Confiança, Compromisso e *Performance* e Sustentabilidade e Valor; definindo como um dos seus vetores de atuação o enfoque no portefólio europeu e em mercados de afinidade. Como resultado da reanálise da carteira de operações internacionais, o Banco alienou, em outubro de 2010, a totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos EUA, a respetiva base de depósitos e parte da carteira de crédito, deixando de deter uma operação bancária nos EUA. Ainda no seguimento da referida estratégia de enfoque nos mercados prioritários, o Banco concluiu também, em dezembro de 2010, o processo de alienação de 95% do capital social do Millennium Bank A.S. na Turquia.

O ano de 2010, que se esperava de recuperação face à crise financeira que se fez sentir nos anos anteriores, ficou marcado pela eclosão da crise da dívida soberana, que ensombrou os mercados europeus, em especial os designados países periféricos. Em resposta ao agravamento da crise económica e soberana, o Millennium bcp procedeu a um novo ajustamento da sua agenda estratégica, tendo implementado iniciativas assentes em três vetores: i) Aumentar a Confiança, com destaque para o reforço do relacionamento com os Clientes, a melhoria dos rácios de capital via redução dos ativos ponderados pelo risco (RVVA) e o reforço dos capitais, a manutenção do controlo do *gap* comercial e a melhoria dos resultados; ii) Preparar a Saída da Crise Económica e Financeira, com realce para o *repricing* do crédito, o crescimento em recursos, a desalavancagem do balanço e o lançamento de um banco inovador baseado na plataforma do ActivoBank e iii) Enfoque e Sustentabilidade, mediante a simplificação organizativa, a contenção de custos e o enfoque no portefólio internacional.

MARCA MILLENNIUM

A marca Millennium traduz uma promessa de valor para os Clientes e possibilita a diferenciação do Banco e do seu serviço em relação à concorrência, por personificar, de forma clara, os princípios e os valores assumidos pelo Millennium bcp e percecionados pelo mercado, entre os quais se destacam a Inovação, a Modernidade/Juventude, o Dinamismo e a Qualidade, de acordo com estudos independentes da Marktest (BASEF) e do Grupo Consultores (brandScore). A marca Millennium constitui uma base para toda a oferta do Banco e uma peça fundamental na sua estratégia comercial com impactos diretos nos seus resultados, permitindo posicionar o Millennium bcp na mente dos seus Clientes e projetar credibilidade, reforçar a relação de confiança no Banco e criar um sentimento de lealdade, potenciando o valor da marca.

Ao ter como assinatura de marca "A vida inspira-nos", o Millennium bcp expressa não só a razão de ser da sua atividade, como o seu compromisso e programa de ação. A par de uma forte identidade visual, o Millennium bcp assume a sua personalidade de marca com a vontade de viver, alegria em ser útil, abertura ao novo, seriedade e transparência, num contínuo respeito pela comunidade em que se insere.

A marca constitui um ativo intangível do Banco e consiste num conjunto de perceções próprias e alheias, responsáveis pelo seu posicionamento no mercado. A sua gestão é crucial para o sucesso comercial do Millennium bcp. O valor da marca encontra-se extremamente dependente da eficácia da comunicação – publicitária e institucional – e do seu nível de notoriedade da lealdade à marca, da qualidade percebida e da imagem de marca e contribui de forma crítica para o valor do Banco como um todo.

A consultora internacional Brand Finance publica anualmente o estudo "Global Banking 500", onde avalia o valor da marca das 500 instituições bancárias mais valiosas do mundo. No estudo publicado em fevereiro de 2012, a marca Millennium registou um valor de 357 milhões de dólares norte-americanos (cerca de 272 milhões de euros ao câmbio à data do estudo), posicionando-se na 247.ª posição do ranking global (2.ª marca entre as instituições financeiras privadas em Portugal).

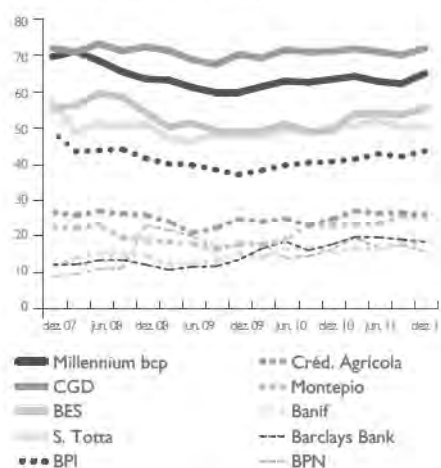
O ano de 2011 foi marcado por uma nova fase na comunicação do Millennium bcp, por forma a conferir um maior dinamismo e modernidade à marca, potenciando ainda mais a sua notoriedade e projeção mediáticas. Nesse sentido, o Banco contratou José Mourinho para "rosto" do Millennium bcp como expressão dos mesmos valores de sucesso e paixão, personalidade que constituiu o *leitmotiv* das principais campanhas da Instituição ao longo do ano. Em paralelo, o Banco reforçou a aposta na comunicação para o segmento Jovem, com uma oferta de mercado inovadora e diferenciadora ("Millennium GO!").

Conceitos como confiança, segurança, tranquilidade e abertura ao diálogo constante e construtivo com todos os atuais e potenciais Clientes, Acionistas e demais *Stakeholders*, sublinhando a associação do Banco à responsabilidade social, mantiveram-se como prioritários durante o último ano. Este esforço de comunicação foi transversal a todas as campanhas efetuadas, com a permanente preocupação de seguir as melhores práticas e assegurar o cumprimento dos requisitos impostos pelas entidades de supervisão relativos à transparência, equilíbrio, equidade e relevância da informação prestada, contribuindo para uma maior clareza nas mensagens comerciais dirigidas ao mercado.

O Millennium bcp está entre os melhores nos índices no setor bancário em Portugal em termos de notoriedade da marca ("Top of Mind" e "Recordação Espontânea") e de campanhas ("Recordação Espontânea"), segundo o último estudo disponível da brandScore (2.º banco nos dois primeiros índices e 1.º banco no último). No último estudo BASEF divulgado pela Marktest, o Millennium bcp encontra-se no primeiro lugar, entre os bancos privados a atuar em Portugal, em termos de "Notoriedade Espontânea Total" e "Top of Mind".

NOTORIEDADE ESPONTÂNEA TOTAL

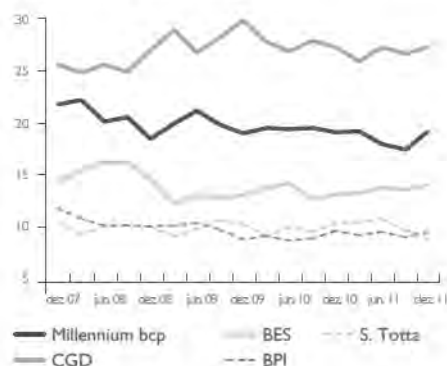
Referências superiores a 10%



TOP OF MIND DE BANCOS

1.ª REFERÊNCIA

Referências superiores a 10%



Base: totalidade dos indivíduos (total).
Fonte: BASEF Banca – Marktest.

Os principais desafios para 2012, tal como no ano anterior, passam por reforçar a comunicação dos valores da marca Millennium junto do mercado e dos seus Clientes, reforçar a confiança dos Clientes no Millennium bcp, estimular a criatividade e o orgulho em ser português, para manter a liderança no setor em Portugal.

PRINCIPAIS CAMPANHAS

CAMPANHA INSTITUCIONAL

Em fevereiro de 2011, no "Dia Millennium", em reunião de quadros aberta a todos os Colaboradores, foi apresentada em primeira mão a campanha institucional "Mourinho – Paixão", assente nos valores e princípios comuns a Mourinho e ao Millennium bcp: profissionalismo, liderança, ambição e excelência. Sintetizando toda a mensagem no *claim* "O nosso trabalho, a nossa paixão", a nova campanha do Millennium bcp marca uma nova fase da estratégia de comunicação do Banco, reforçando valores fundacionais e consolidando o seu posicionamento enquanto Banco líder. Através de um discurso direto, José Mourinho presta o seu testemunho e justifica as razões de agora também "Ser Millennium": a partilha do mesmo espírito de vitória, ambição e busca pela perfeição.

A estratégia comunicacional desenvolvida em 2011 obteve resultados assinaláveis. Além da campanha publicitária "Mourinho – Paixão" ter sido vencedora do prestigiado Prémio Ouro na categoria de Serviços Financeiros e Seguros dos Prémios Eficácia 2011, o Banco obteve a liderança em recordação comprovada do setor bancário, conseguindo também o recorde histórico em valor de recordação do setor, com 31,8% (fonte: Marktest). De facto, esta campanha permitiu ao Banco alcançar (e até superar) objetivos reputacionais e de notoriedade previamente traçados. Após o lançamento da campanha, o Millennium bcp cresceu 31% no indicador de "Recordação Espontânea", tendo obtido, paralelamente, um recorde histórico em "Reputação", "Satisfação" e "Equity da Marca", a par de um valor total recorde de 287% em "Eficácia *Top of Mind*", de acordo com dados da Marktest.

CAMPANHA "SOMOS MILLENNIUM"

Na sequência da campanha institucional de lançamento, foi realizada uma forte ação de comunicação interna, sob o *claim* "Procuram-se Mourinhos/as". Os Colaboradores foram convidados a participar na campanha através de um *casting* interno que decorreu durante quase um mês. Esta iniciativa abrangeu os Colaboradores a nível nacional e suscitou um elevado interesse e entusiasmo por todo o país, potenciando o verdadeiro "espírito Millennium". A adesão foi significativa – perto de uma centena de candidaturas – tendo a seleção decorrido em diversas fases, sendo 14 Colaboradores apurados para a final.

Respeitando o tom, atitude e ambiente do filme original, os Colaboradores do Millennium bcp – atuando por um dia como verdadeiros atores profissionais – transmitem no filme os valores que partilham com José Mourinho: a busca pela perfeição, a paixão como suporte da carreira e o espírito de vitória.

CAMPANHA "ORGULHO DE SER PORTUGUÊS"

No início do último trimestre do ano, o Millennium bcp e José Mourinho lançaram ao país um *repto* que procurou sublinhar e fazer ressurgir o sentimento de portugalidade inerente a todos: "Mostrar o orgulho de ser português". Foi este o mote da nova ação comunicacional do Banco: ao apresentar-se José Mourinho a afirmar "Sou o melhor treinador do mundo e sou português", apelou-se a uma vontade conjunta de crença no futuro e determinação em vencer. Mourinho não só acredita nos portugueses, como confia na sua enorme capacidade de trabalho, talento e garra, sintetizando nestes atributos os valores, princípios e atitudes que revê quer em si mesmo, quer no Banco do qual faz parte. É nesta partilha de comportamentos que se consubstancia a constatação e certeza de que o futuro é daqueles que trabalham com a mesma paixão que ele e que os profissionais do Millennium bcp. O futuro é dos portugueses que, apesar das dificuldades, se esforçam diariamente demonstrando a sua força e caráter lutador.

Mas, mais do que uma declaração de vontade, a nova campanha teve outra ambição, pretendeu lançar um *repto* que permitisse uma exibição física desse sentimento de portugalidade: a expressão do orgulho através da utilização de uma fita de pulso – a fita do orgulho. O objetivo da campanha consistia em que todos os portugueses, quer fossem ou não Clientes do Banco, aderissem a essa iniciativa, dirigindo-se a uma sucursal Millennium bcp para levantarem as suas fitas e as colocarem no pulso, demonstrando também o orgulho em Portugal e na sua nacionalidade.

CAMPANHA "MILLENNIUM GO!"

Dando resposta à necessidade de comunicar com os jovens dos 18 aos 25 anos, um segmento que se apresenta cada vez mais estratégico, foi lançado o "Millennium GO!". Trata-se de uma solução multiproduto, composta por produtos e serviços financeiros especificamente desenhados para a gestão diária dos mais jovens, expressa na mensagem "Tudo o que precisas para ir mais longe" e materializada num *pack* no qual são oferecidos: um Book GO!, um Guia de Vantagens GO!, um Marcador GO!, uns *Headphones* GO!, além de descontos em vários parceiros como a TMN. Pousadas de Juventude, ZON Lusomundo, ACP, Lightning Bolt e revistas *Evasões* e *Volta ao Mundo*.

A campanha teve como grande objetivo estabelecer uma nova dinâmica na captação e fidelização dos Clientes entre os 18 e os 25 anos, focando a sua mensagem no *headline* "Conquista a tua independência". Com forte impacto visual, a campanha teve grande enfoque na internet, particularmente no Facebook, onde foi criada uma página dirigida exclusivamente ao *target* com passatempos/posts diários e interação com utilizadores em tempo real. Adicionalmente, foi criada uma Música GO!, composta pelo grupo Maria Amélia, que traduz uma mensagem positiva num momento de contexto económico difícil. Esta campanha teve forte impacto, sendo que no dia que se disponibilizou o *download* da música, na página "Millennium GO!" do Facebook, foram feitos mais de 8 mil *downloads*. A página conta já com cerca de 20 mil fãs, tornando-se assim a página do Facebook, do setor bancário, com mais seguidores.

OUTRAS CAMPANHAS

Num contexto económico difícil, as campanhas comerciais de 2011 pretendiam, acima de tudo, fidelizar a base de Clientes, bem como potenciar a captação de recursos, merecendo, assim, destaque as seguintes campanhas:

- Campanha Rendimento M: "Não confie na sorte, jogue pelo seguro";
- Campanha Special One+: "Acerte em cheio com o Depósito Special One+";
- Campanha Conta Ordenado: "Dê mais vida ao seu Ordenado";
- Cliente Aplauso: captação/retenção de Clientes Empresa e Empresários em Nome Individual (ENI).

O BANCO NAS REDES SOCIAIS

Tendo entrado ativamente nas redes sociais em maio de 2010, o Millennium bcp conta atualmente com várias dezenas de milhares de "seguidores", em particular no Facebook, onde o maior número de presenças e a atividade constante suportam uma estratégia de comunicação que se revela um valor acrescentado pelo imediatismo e proximidade com públicos-alvo.

Sempre com a missão de levar valor acrescentado aos Clientes e outros públicos, as presenças do Millennium bcp nas redes sociais têm-se pautado pela divulgação de informação de interesse geral no âmbito da atividade de cada uma das áreas presentes. Tendo iniciado a abordagem a estes novos canais pelo tema do entretenimento com o Palco Millennium (presença oficial do Millennium bcp no Rock in Rio), o sucesso da iniciativa rapidamente se alargou a outras áreas, dando origem a presenças como o Millennium Mobile (para um público particularmente adepto das novas tecnologias e presenças *online*), o Microcrédito, o Millennium Sugere e a Fundação Millennium bcp (presenças mais próximas da responsabilidade social) e, recentemente, de índole mais comercial, o "Millennium GO!", produto de Retailho destinado a uma faixa etária mais jovem.

Uma gestão cuidada, com uma política de conteúdos coerente e uma supervisão constante, tem garantido que esta experiência num campo novo se desenrole sem percalços de maior, contando já com uma grande comunidade em seu torno que nos apoia e ajuda a crescer.

MOVIMENTO MILÉNIO

Iniciativa promovida pelo Millennium bcp e pelo jornal *Expresso*, cujo principal objetivo foi lançar um desafio a todos os cidadãos na procura de soluções para grandes questões que irão definir e caracterizar a vida das próximas gerações de portugueses, nas áreas de Democracia, Negócios, Cidades e Consumo. O movimento registou a inscrição de 117 projetos, com mais de 20 mil votos *online* e quase 1 milhão de visitas ao site oficial www.movimentomilenio.com, plataforma central de toda a iniciativa.

Os vencedores em cada categoria e os seus projetos beneficiaram de elevada projeção pública e mediática, bem como de prémios pecuniários, tendo sido custeada a participação em conferências ou *workshops* mundiais de referência nas áreas relativas às categorias premiadas.

PATROCÍNIOS

Em 2011, o Millennium bcp recebeu 700 propostas de patrocínios, tendo 168 merecido parecer positivo. Paralelamente aos apoios mais mediáticos, tem sido política do Banco contribuir para ações e entidades de âmbito local, que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas. O Banco continuou a ser a marca do setor mais destacada no patrocínio à música, em grande parte pela sua associação ao evento Rock in Rio e pela mais recente comunicação da concretização deste evento para 2012.

CLIENTE APLAUSO

janeiro 2011

Programa Cliente Aplauso

BEATRIZ
NÃO PRECISOU DE FAZER
TRATADOS COMERCIAIS
PARA VENDER FRUTA
A MEIO MUNDO.

TODOS OS ANOS APLAUDIMOS CERCA
DE 15.000 EMPREENDEDORES PORTUGUESES

PRÊMIO: 1 ANO DE EXERCÍCIO GRATUITO DO SERVIÇO CLIENTE APLAUSO

Millennium
bcp

A vida inspira-nos

701 50 24 24

www.millenniumbcp.pt

JOSÉ MOURINHO – PAIXÃO

fevereiro 2011

**O NOSSO
TRABALHO,
A NOSSA
PAIXÃO**

M

RENDIMENTO M

março 2011

M

**NÃO CONFIE
NA SORTE,
JOGUE PELO
SEGURO**

**OBRIGAÇÕES MILLENNIUM
RENDIMENTO M MAIO 2016**

- RETRIBUIÇÃO MÉDIA ANUAL DO RENDIMENTO M
- CAPITAL GARANTIDO NO FINAL DO PRAZO
- ESFOLTO MÍNIMO DE 10.000€
- PRAZO 1 ANO
- ESFOLTO MÍNIMO DE 10.000€

Millennium
bcp

701 50 24 24

DEPÓSITO SPECIAL ONE

junho 2011

M

**DEPÓSITOS HÁ
MUITOS, MAS
"SPECIAL ONE"
SÓ HÁ UM**

**A partir de 1.000€
TANB média 3,50%**

**A partir de 10.000€
TANB média 3,75%**

**A partir de 25.000€
TANB média 4,00%**

**DEPÓSITO A PRAZO
"SPECIAL ONE"**

- Extrato diário a partir de 1.000€
- Depósito a 2 anos, não renovável
- Taxas Crescentes com pagamento anual de juros

Millennium
bcp

701 50 24 24

EMIGRAÇÃO

agosto 2011



M

PORTUGAL
É A NOSSA
PAIXÃO

Boa viagem para casa

BLOCO DE NOTAS
SPECIAL ONE

www.millennium-go.pt 707 50 34 34

Millennium
bcp

MÉDIS

setembro 2011



M

PLANO DE SAÚDE MÉDIS

- BENÇÃO DA 1ª MENSALIDADE NO 1º ANO Campanha válida até 4/11/2011
- A PARTIR DE 14 MÊS Seguro para uma pessoa com 20 anos na Opção 1 Base

Ordemal reserva

www.millennium-go.pt 707 50 34 34

Millennium
bcp

MILLENNIUM GO!

setembro 2011



M

GO!

TUDO O QUE
PRECISAS
PARA IR
MAIS LONGE

PARA TI, QUE TENS ENTRE 18 E 35 ANOS, CRIAMOS UMA SOLUÇÃO MULTIPROPOSITO. PORQUE SABES O QUE É O GO! É O MAIS COMPLETO E MAIS LONGO.

Seguindo as melhores práticas de mercado.

Cardão de Crédito Millennium por 100.000.000,00€ (100 mil milhões de euros) com 12 meses de validade.

www.millennium-go.pt 707 50 34 34

Millennium
bcp

SOMOS MILLENNIUM

outubro 2011



M

ENTRE E PEÇA A
FITA DO ORGULHO

MOSTRE O
SEU ORGULHO
EM SER
PORTUGUÊS

www.millennium-go.pt 707 50 34 34

Millennium
bcp

PRINCIPAIS PRÉMIOS EM 2011

PORTUGAL

Melhor Banco em Portugal	emeafinance
<i>Best Commercial Bank in Real Estate</i>	Euromoney
<i>Best Private Bank</i>	Euromoney
Melhor Relatório de Gestão em 2010	APCE
<i>MicroFinance Recognition Award</i> , na categoria <i>Commitment to social and financial transparency</i> , ao Microcrédito Millennium bcp	Microfinance
<i>Deal of the Year</i> de 2010 ao Projeto ELOS, do qual o Millennium bcp é acionista e assessor financeiro	Euromoney
Banco Mais Inovador em Portugal ao ActivoBank	World Finance
<i>Best Consumer Internet Bank</i> em Portugal; <i>Best Integrated Consumer Bank Site</i> , <i>Best Web Site Design</i> e <i>Best in Mobile Banking</i> , na Europa ao ActivoBank	Global Finance
Marca Millennium bcp distinguida como a Mais Valiosa entre a banca privada em Portugal	Brand Finance
Millennium bcp e Médis distinguidas como Marcas de Excelência	Superbrands
Marca de Confiança 2011, na categoria de Seguros de Saúde, à Medis	Seleções do Reader's Digest
Melhor Seguradora de 2011 em Portugal à Millenniumbcp Ageas	World Finance

MOÇAMBIQUE

Banco do Ano 2011	The Banker
Melhor Banco em Moçambique	Global Finance
Melhor Grupo Bancário Moçambicano 2011	World Finance
Melhor Banco em Moçambique	emeafinance
Melhor Banco Local em África	African Banker
Marca de Excelência	Superbrands
Melhor Marca de Moçambique no setor bancário	GfK

ANGOLA

Banco do Ano 2011	The Banker
Melhor Grupo Bancário em Angola 2011	World Finance
Melhor Banco em Angola	Euromoney
Banco Mais Inovador	emeafinance
Marca de Excelência	Superbrands

POLÓNIA

Melhor Banco para Empresas e atribuição da distinção de Cinco Estrelas ao Bank Millennium	Forbes
Integração no <i>Respect Index</i>	Warsaw Stock Exchange
Melhor Ação de Publicidade em Redes Sociais	Media & Marketing
<i>Best Sustainability Deal 2010</i> ao Projeto Eólico Margonin, financiado em regime de <i>project finance</i> pelo Bank Millennium na Polónia, tendo o Millennium Investment Banking assumido o papel de consultor financeiro	emeafinance
Top-3 em termos de qualidade do serviço prestado aos Clientes, encontrando-se na terceira posição nas categorias <i>Traditional Customer's Friendly Bank</i> e <i>Best Internet Bank</i>	Newsweek Friendly Banks
Melhor Cartão para o Millennium Visa Impresja, na categoria de Melhor Proposta para Novos Clientes	Visa Europe
Cartão Millennium MasterCard World Signia posicionou-se em primeiro nas categorias de Serviço de Valor Acrescentado e Limite Superior de Despesa	Forbes
<i>Special Award</i> para Dobre Konto e para o seu cartão de débito pela contribuição excecional no âmbito dos cartões de pagamento e da eficácia do <i>marketing</i>	Publi-News

GRÉCIA

Prémio de Excelência 2010 <i>EUR Straight-Through Processing</i>	Deutsche Bank
--	---------------

ROMÉNIA

<i>Effie Award</i> pela campanha de crédito de habitação <i>Happiness</i>	Effie
Melhor Campanha de Publicidade, promovendo o uso das vantagens associadas aos cartões de débito e crédito	Visa Romania

ANGOLA 2011
Millennium bank Angola
BANCO DO ANO THE BANKER
MELHOR BANCO EUROMONEY
MELHOR GRUPO BANCÁRIO WORLD FINANCE
BANCO MAIS INOVADOR EMEAFINANCE
MARCA DE EXCELÊNCIA SUPERBRANDS

MOÇAMBIQUE 2011
Millennium bank
BANCO DO ANO THE BANKER
MELHOR BANCO LOCAL EM ÁFRICA AFRICAN BANKER AWARDS
MELHOR BANCO EMEAFINANCE
MELHOR BANCO GLOBAL FINANCE
MELHOR GRUPO BANCÁRIO WORLD FINANCE
MELHOR MARCA NO SETOR DA BANCA GFK INTERCAMPOS
MARCA DE EXCELÊNCIA SUPERBRANDS

POLÓNIA 2011
Millennium bank
BEST BANK FOR COMPANIES FORBES
5 STAR AWARD FORBES

MELHOR BANCO
EMEAFINANCE 2011

BEST PRIVATE BANK
EUROMONEY 2011

MARCA DE EXCELÊNCIA
SUPERBRANDS 2011

BEST BANK IN REAL ESTATE
EUROMONEY 2011

BEST CONSUMER INTERNET BANK
GLOBAL FINANCE 2011

MICROFINANCE RECOGNITION AWARD
MICROFINANCE 2011

MELHOR SEGURADORA
WORLD FINANCE 2011

MOST INNOVATIVE BANK
WORLD FINANCE 2011

www.millenniumbcp.pt

707 50 74 24
Atendimento Personalizado 24h

**EM PORTUGAL
COM A MESMA PAIXÃO**

Millennium
bcp



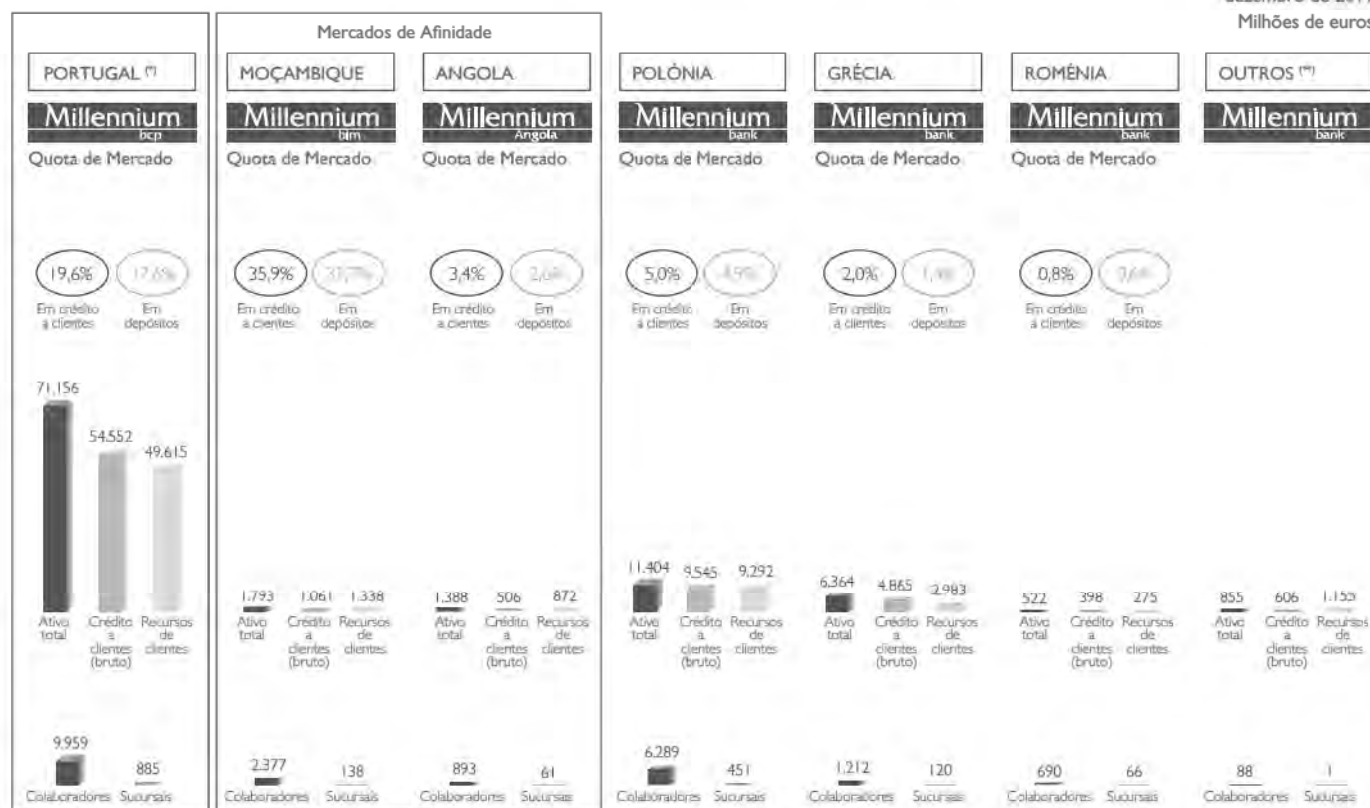
POSICIONAMENTO COMPETITIVO

Dispondo da maior rede de sucursais em Portugal e de uma rede crescente nos países em que detém operações, com particular destaque para os mercados africanos de afinidade, o Millennium bcp oferece aos seus Clientes uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros, que vão desde contas à ordem, meios de pagamento, produtos de poupança e de investimento, até *private banking*, gestão de ativos e banca de investimento, passando pelo crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, *leasing*, *factoring* e seguros, entre outros, servindo a sua base de Clientes de forma segmentada.

O Millennium bcp é um banco centrado no Retalho, em que oferece serviços de banca universal, procurando concentrar todo o relacionamento com os seus Clientes. O Banco oferece complementarmente canais de banca à distância (serviço de banca por telefone e pela internet), que funcionam como pontos de distribuição dos seus produtos e serviços financeiros. Os canais remotos estão também na base de um novo conceito de banca, assente na plataforma do ActivoBank, como forma privilegiada de servir um conjunto de Clientes urbanos, com espírito jovem, utilizadores intensivos de novas tecnologias de comunicação e que valorizam na relação bancária a simplicidade, a transparência, a confiança, a inovação e a acessibilidade.

O Millennium bcp encontra-se presente nos cinco continentes através das suas operações bancárias, escritórios de representação e/ou através de protocolos comerciais, possuindo, no final de 2011, cerca de 5,4 milhões de Clientes. Em 2011, com a redefinição da visão estratégica, o Banco manteve o enfoque na distribuição de Retalho, em Portugal e em mercados que assegurem uma presença competitiva e uma posição significativa no médio e longo prazo. Todas as operações desenvolvem a sua atividade sob a marca Millennium.

dezembro de 2011
Milhões de euros



Fonte: BCP. As quotas de mercado em Portugal são baseadas na informação divulgada publicamente pelo Banco de Portugal e pelos bancos. As quotas de mercado em Moçambique são baseadas na informação divulgada pelo Banco de Moçambique e as de Angola pelo Banco Nacional de Angola e pelos bancos. As quotas de mercado na Polónia são baseadas na informação divulgada publicamente pelo Banco Nacional da Polónia e pelos bancos, as da Grécia pelo Banco da Grécia e pelos bancos e as da Roménia pelo Banco Nacional da Roménia e pelos bancos.

(*) Inclui Macau;

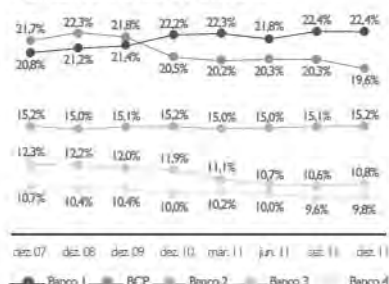
(**) Millennium bcp Banque Privée, BCP Bank & Trust. Ajustamento de Consolidação.

PORTUGAL

O Millennium bcp é a maior instituição bancária privada nacional, com uma posição de liderança e destaque em diversos produtos, serviços financeiros e segmentos de mercado alicerçada num *franchise* forte e bastante expressiva em Portugal. O Millennium bcp contava, no final de 2011, com 885 sucursais e 9.959 Colaboradores em Portugal.

Mesmo tendo em conta a conjuntura adversa vivida em 2011, resultante do agudizar da crise da dívida soberana e do processo de ajustamento macroeconómico acordado com a *Troika*, por um lado, e, por outro, pelas incertezas quanto à evolução/composição da Área do Euro, que se traduziram em processos acentuados de ajustamento pelos bancos portugueses, incluindo programas de desalavancagem e iniciativas de reforço do capital, o Millennium bcp mantém a sua posição relativa no mercado nacional, quer em crédito – onde se manteve como o primeiro banco em termos de crédito concedido às empresas –, quer em recursos.

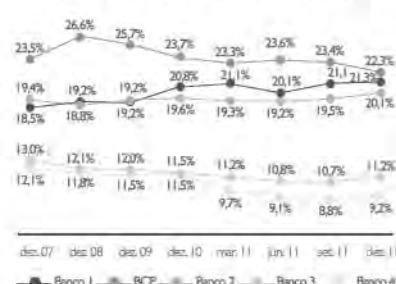
QUOTAS DE MERCADO – CRÉDITO TOTAL – PORTUGAL



QUOTAS DE MERCADO – CRÉDITO A PARTICULARES – PORTUGAL



QUOTAS DE MERCADO – CRÉDITO A EMPRESAS – PORTUGAL



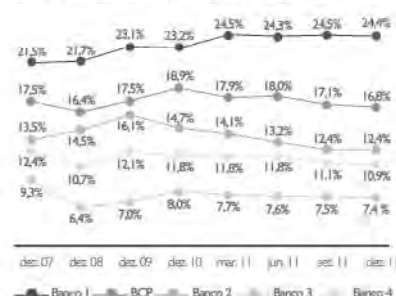
QUOTAS DE MERCADO – RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES – PORTUGAL



QUOTAS DE MERCADO – RECURSOS DE BALANÇO – PORTUGAL



QUOTAS DE MERCADO – RECURSOS FORA DE BALANÇO – PORTUGAL



INTERNACIONAL

O Millennium bcp prossegue os planos de expansão das suas operações em África. No final do terceiro trimestre de 2011, o Millennium bim atingiu a marca de 1 milhão de Clientes ativos e o Millennium Angola inaugurou o seu 61.º balcão. O Millennium bim é o banco líder em Moçambique, possuindo uma quota de mercado de 35,9% em crédito a clientes e de 33,7% em depósitos. Em Angola, o Grupo aspira, com o investimento em curso, tornar-se num *player* de referência no setor, com quotas de mercado superiores a 10% no médio prazo. O banco detinha no final de 2011 uma quota de 3,4% em crédito a clientes e de 2,6% em depósitos. Realce ainda para a atribuição de várias distinções por diversas entidades de renome às operações do Millennium bcp nestas regiões. Assim, o Millennium bim foi reconhecido como o Melhor Grupo Bancário 2011 em Moçambique e o Melhor Banco Local em África e o Millennium Angola como o Melhor Grupo Bancário/Banco em 2011 e o Banco Mais Inovador em Angola.

Na Polónia, o Bank Millennium detinha, no final de 2011, uma quota de mercado de 5,0% em crédito a clientes e de 4,9% em depósitos. Tendo presente que o Millennium bcp considera que uma posição sustentável no mercado bancário nas várias geografias em que opera passa por uma presença com quotas de mercado superiores a 5%, o Grupo, no âmbito do ajustamento da sua agenda estratégica anunciado em julho de 2011, analisou várias opções, incluindo as decorrentes de ofertas de aquisição da participação no Bank Millennium, tendo concluído que a opção que melhor defende os interesses dos seus *Stakeholders* e que melhor potencia a criação de valor é a de manutenção da sua participação no Bank Millennium, tendo reafirmado o seu compromisso com o crescimento orgânico da operação polaca.

Na Grécia, o Grupo detinha, em dezembro de 2011, uma quota de mercado de 2,0% em crédito a clientes e de 1,4% em depósitos, enquanto na Roménia a quota de mercado em crédito a clientes e em depósitos ascendia a 0,8% e de 0,6%, respetivamente. Em ambas as operações, onde a presença, no contexto desses mercados, é pouco relevante, o Grupo encontra-se a avaliar diversas opções por forma a criar valor, que poderão passar pela redução da sua exposição e/ou por encontrar parceiros para suportar planos de expansão.

INOVAÇÃO

O Millennium bcp posiciona-se no mercado como um Banco inovador e com uma forte tradição em inovação, sendo reconhecido pelo mercado como um Banco líder em inovação. Desde a fundação do Millennium bcp e até ao presente, a inovação é e continuará a ser um valor distintivo e diferenciador face à concorrência, quer nas operações nacionais, quer internacionais, estando presente na oferta financeira para os Clientes, em particular nas soluções de crédito e de poupança, seguindo um caminho de simplificação e transparência no relacionamento bancário, em particular nos canais de contacto com os Clientes e no próprio conceito de banca, de que é exemplo o ActivoBank, no serviço e modelo de interação com os Clientes adotando as novas tendências tecnológicas de contacto, com expressão na internet e Mobile Banking, nos processos internos e nas operações, incluindo a gestão das pessoas e do talento, no modelo de negócio – atualmente em processo de reformulação – e na estratégia de comunicação, ao nível quer da mensagem, quer dos próprios *media*.

O ActivoBank corporiza um novo conceito bancário, baseado em fatores distintivos, como sucursais com horários alargados, acesso ao banco através de *smartphones* e aplicações de suporte ao investimento para iPhones. O ActivoBank inaugurou oito sucursais em 2011, consolidando assim o lugar cimeiro que o Banco ocupa no mercado nacional na área de inovação. Foi reconhecido pela comunidade financeira internacional, tendo sido distinguido com a atribuição de prémios como Banco Mais Inovador em Portugal, pela revista *World Finance (Banking Awards 2011)*, *Best Consumer Internet Bank in Europe* e *Best in Mobile Banking*, atribuídos pela revista *Global Finance*, entre outros. Foi ainda nomeado como um dos cinco finalistas, entre cerca de 200 candidatos, dos *Global Banking Innovation Awards*, na categoria Inovação Disruptiva, promovidos pela BAI.

ACTIVOBANK: UM NOVO CONCEITO DE BANCO

ActivoBank

by Millennium


FATORES DISTINTIVOS

Canais



- Sucursais com horários alargados
- Acesso através de *smartphones*
- Aplicação de suporte aos investimentos para iPhones

Oferta



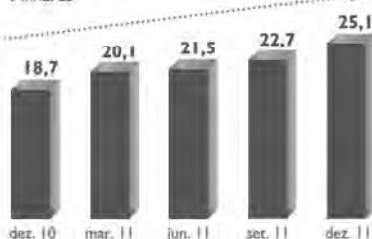
- Conta e cartão sem comissões
- iPhone a preços reduzidos

Operativa



- Abertura de conta em 20 minutos, com todos os meios de pagamentos

NÚMERO DE CLIENTES

Milhares


DEPÓSITO DE CLIENTES

Milhões de euros


REDE MILLENNUM

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

NÚMERO DE SUCURSAIS

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
TOTAL EM PORTUGAL	885	892	911	-0,8%
POLÓNIA	451	458	472	-1,5%
SUIÇA	1	1	1	0,0%
GRÉCIA	120	155	177	-22,6%
ROMÉNIA	66	74	74	-10,8%
MOÇAMBIQUE	138	125	116	9,6%
ANGOLA	61	39	23	56,4%
TOTAL INTERNACIONAL	837	852	863	-1,9%
TOTAL DO GRUPO	1.722	1.744	1.774	-1,3%

1.722 SUCURSAIS MILLENNIUM

DECOMPOSIÇÃO DAS SUCURSAIS



EM PORTUGAL

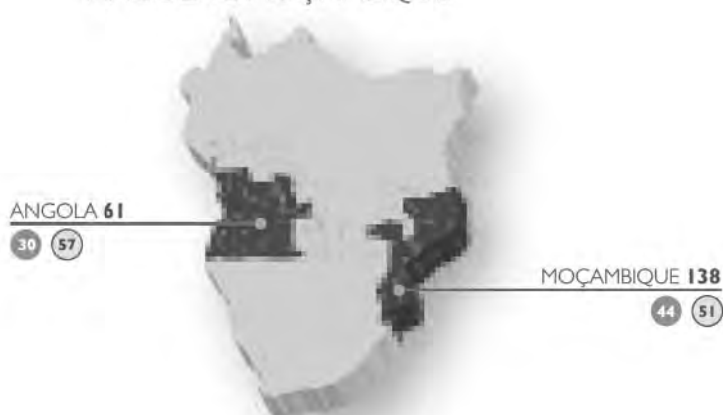


NO ESTRANGEIRO

POLÓNIA, SUIÇA, GRÉCIA E ROMÉNIA



ANGOLA E MOÇAMBIQUE



TOTAL DE SUCURSAIS —●—

SUCURSAIS ABERTAS AO SÁBADO —●—

SUCURSAIS COM ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA —○—

CANAIS REMOTOS E SELF-BANKING

5,4 MILHÕES DE CLIENTES

	Internet	Call Centre	Mobile Banking	ATM ^(*)
TOTAL EM PORTUGAL	541.877	102.983	39.743	2.430
POLÓNIA	612.102	30.305	28.278	571
GRÉCIA	16.982	17.467	106	206
ROMÉNIA	13.328	638	517	68
MOÇAMBIQUE	18.540	124.922	96.992	345
ANGOLA	850	—	—	88
TOTAL INTERNACIONAL	661.802	173.332	125.893	1.278
TOTAL DO GRUPO	1.203.679	276.315	165.636	3.708

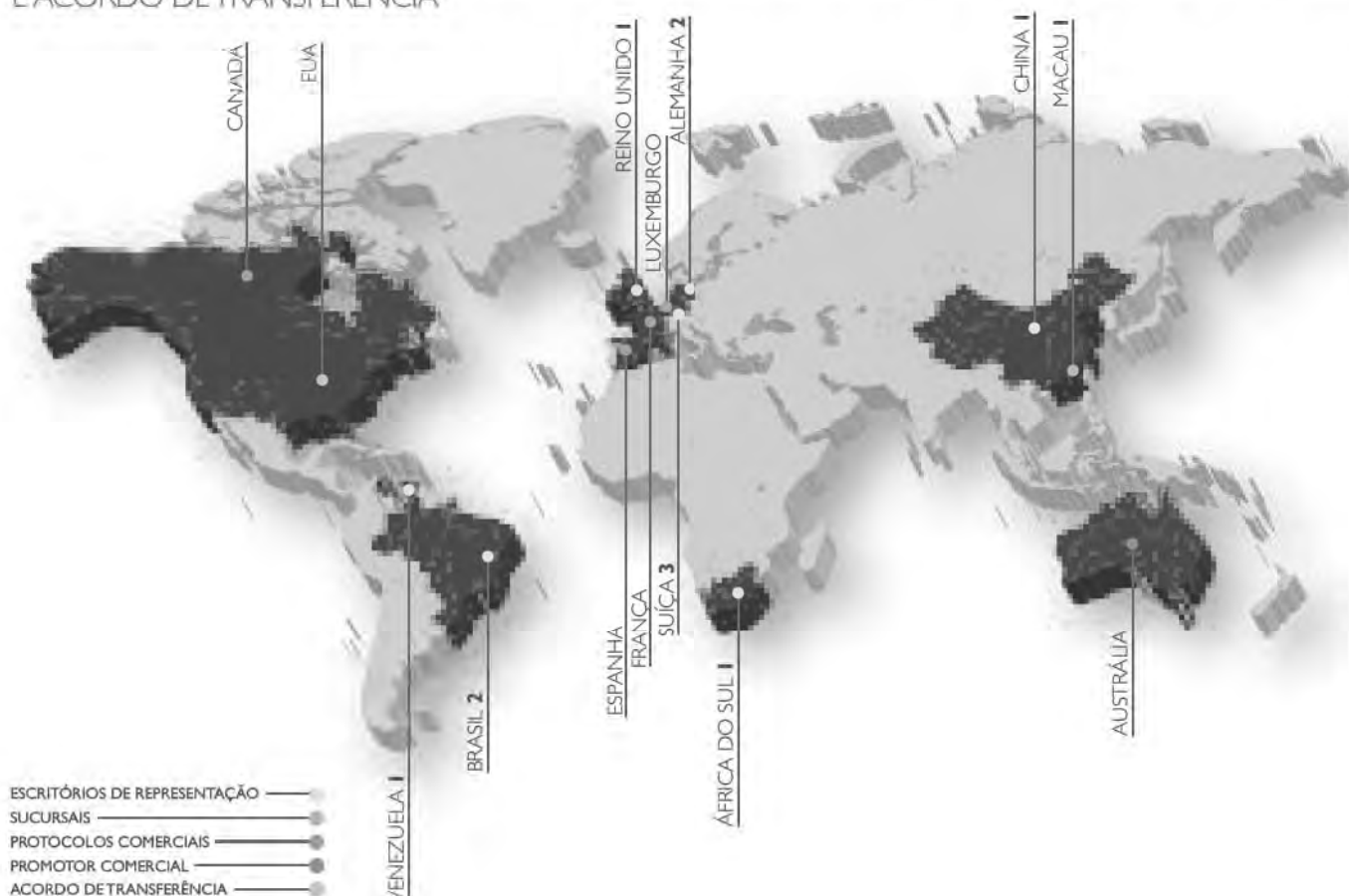
Nota: Em Portugal, consideram-se Clientes/utilizadores ativos aqueles que utilizam a Internet, o call centre ou o mobile banking, pelo menos uma vez, nos últimos 90 dias (30 dias no caso do site de Empresas e no caso da Polónia e Moçambique).

(*) Automated Teller Machines.

2.976 MIL
NO EXTERIOR



ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO, SUCURSAIS, PROTOCOLOS COMERCIAIS, PROMOTOR COMERCIAL E ACORDO DE TRANSFERÊNCIA

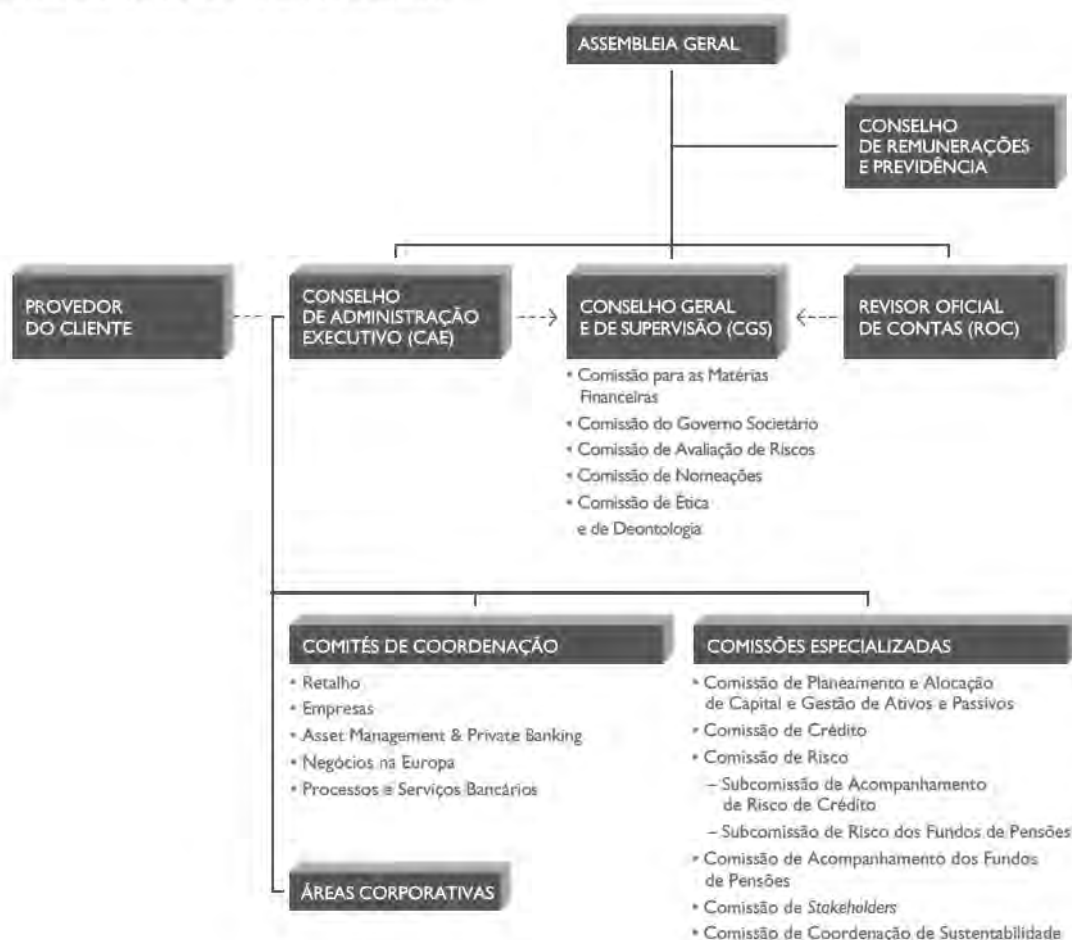




MODELO DE ORGANIZAÇÃO INTERNA

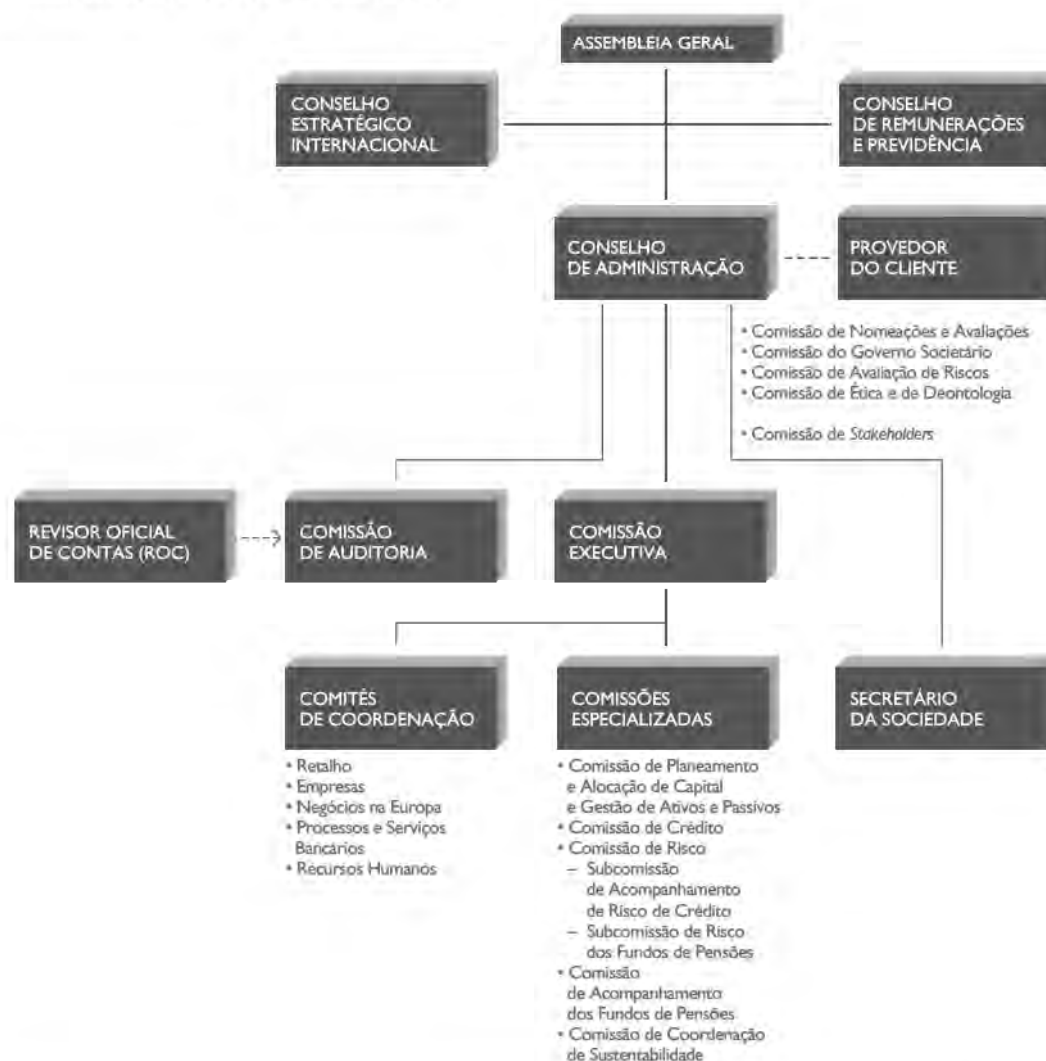
Em 31 de dezembro de 2011, o Millennium bcp adotava o modelo dualista de governação, que permitia a separação da gestão e da supervisão, com a primeira atividade assegurada pelo Conselho de Administração Executivo (CAE) e a segunda realizada pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS), composto por membros maioritariamente independentes em relação à Sociedade.

MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



Em 28 de fevereiro de 2012, realizou-se uma Assembleia Geral de Acionistas do Banco Comercial Português, S.A., tendo sido aprovada a alteração e reestruturação do contrato de sociedade, que se consubstanciou na adoção de um modelo de administração e fiscalização monista, composto por Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas, bem como na criação de um Conselho Estratégico Internacional.

MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



Em 31 de dezembro de 2011, o modelo de organização interna do Millennium bcp contemplava quatro áreas de negócio – Retailo, Empresas, Asset Management & Private Banking e Negócios no Exterior (Europa, África e Outros) – e duas áreas de suporte – Processos e Serviços Bancários e Áreas Corporativas.

NEGÓCIOS EM PORTUGAL



NEGÓCIOS NO EXTERIOR



(*) A Direção de Marketing secretaria os dois comités.

(**) Operações consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

(***) Acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico, S.A. para a constituição/aquisição de um banco no Brasil, visando a exploração de oportunidades no mercado brasileiro.

Nota: o Modelo de Organização Interna está estruturado segundo o critério de segmentação geográfica (Negócios em Portugal vs. Negócios no Exterior).

COMITÉS E COMISSÕES QUE EMANAVAM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Em 31 de dezembro de 2011, existiam cinco Comitês de Coordenação que tinham por objetivo facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a Direção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio e na Unidade de Serviços Bancários, com a missão de alinhar perspetivas e suportar a tomada de decisões de gestão por parte do CAE:

Comité de Retailho – o Comité tem por objeto o acompanhamento e gestão dos Clientes do Retailho, com o objetivo de analisar a atividade do Banco neste domínio e de encontrar as melhores soluções de crescimento e fidelização nos vários segmentos. Tem por funções: o acompanhamento da atividade e resultados relacionados com Clientes Particulares e Negócios e a análise do cumprimento dos objetivos; a definição das prioridades da ação comercial; a aprovação dos produtos e serviços para Clientes do Retailho; a análise do contexto de negócio e proposta de ações de natureza comercial de forma a responder a este contexto; a análise dos principais indicadores de risco associados ao negócio de Particulares e Negócios; e a análise dos modelos de articulação do negócio de Particulares relativamente à sua migração na proposta de valor e nas redes do Banco.

Comité de Empresas – o Comité tem por objeto a análise, preparação e planeamento do acompanhamento e desenvolvimento do negócio do Banco nos segmentos de PME, Corporate e Banca de Investimento. Tem por funções: o acompanhamento da atividade relacionada com Clientes Empresa, Corporate e análise do cumprimento dos objetivos; a definição das prioridades da ação comercial; a aprovação dos produtos e serviços a lançar; a análise do contexto de negócio e proposta de ações de natureza comercial de forma a responder a este contexto; a análise dos principais indicadores de risco associados ao negócio; e a análise dos modelos de articulação do negócio relativamente à sua migração na proposta de valor e à interligação das redes do Banco.

Comité de Asset Management & Private Banking – o Comité tem por objeto o acompanhamento e coordenação de processos de investimento, políticas de investimento, *benchmarks* e *guidelines* de produtos de investimento geridos e/ou distribuídos pelo Banco e os serviços de aconselhamento (das áreas relevantes – Gestão de Ativos, Gestão de Carteiras de Clientes Particulares, Tesouraria e Mercados, Seguros de Vida e Private Banking); e a discussão e definição *high level* de cenários de evolução de mercados por área geográfica relevante.

Tem por funções: a revisão e acompanhamento regular de processos de investimento, políticas de investimento, *benchmarks* e *guidelines* de produtos de investimento; a análise das *performances* do universo de produtos de investimento geridos e/ou distribuídos pelo Banco; a análise da eficácia dos processos de aconselhamento implementados; e a análise de mercados e definição de cenários de evolução de mercados. Discute a definição de *high level* de cenários de evolução de mercados por área geográfica relevante, baseando-se na análise de eficácia dos processos de aconselhamento implementados e na análise de cenários de evolução de mercados.

Comité de Negócios na Europa – o Comité tem por objeto o acompanhamento da atividade no domínio das operações que o Grupo tem em território europeu. Tem por funções: a análise da evolução das atividades nas diversas operações europeias; o estudo das melhores soluções de controlo de custos, de aumento da eficiência e de racionalização da atividade dos vários Bancos; o acompanhamento do modelo de Gestão de Processos e da estrutura de governo das várias operações e a definição das principais políticas de atuação e linhas orientadoras.

Comité de Processos e Serviços Bancários – o Comité tem por objeto o acompanhamento da atividade no domínio das grandes áreas de apoio aos serviços de *front-end* do Banco e a procura fundamental de mecanismos e processos de incremento da eficiência, de redução dos custos e de melhoria dos processos de negócio e de acompanhamento da estrutura de gestão de processos implementada no Banco. Tem por funções: a análise da evolução das atividades das áreas que integram o Comité; o estudo das melhores soluções de controlo de custos, de aumento da eficiência e de racionalização da atividade do Banco; o acompanhamento do modelo de Gestão de Processos, da estrutura de governo e da criação de novos processos, a definição e dinamização das funções e competências dos *process owners*; a aprovação de propostas de inovação na gestão dos recursos do Banco e na otimização da utilização dos mesmos; a definição das políticas de aprovisionamento e de controlo de serviços de terceiros a utilizar pelo Banco; a definição das políticas de contratação, acompanhamento e controlo de *outsourcers* e outros serviços externos; e a definição das métricas de análise e evolução das variáveis controláveis pelas áreas do Comité, de forma a medir em permanência os níveis de eficiência e produtividade dos recursos.

O acompanhamento da atividade do anterior segmento Corporate & Investment Banking passou a estar integrado no Comité de Empresas. No que respeita aos Negócios no Exterior em África (Moçambique e Angola) e Outros Negócios no Exterior (Macau/China), foi considerado que as especificidades destes mercados justificam tratamento individualizado e que, conseqüentemente, não beneficiariam da integração em comités de coordenação.

Adicionalmente, emanavam do CAE seis comissões que tinham atribuições essencialmente de âmbito global e transversal, competindo-lhes proceder ao estudo e avaliação, para cada área de intervenção, das políticas e princípios que devem orientar a atuação do Banco e do Grupo. Estas comissões eram as seguintes:

Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e Passivos (CALCO) – cabe ao CALCO a monitorização e gestão dos riscos de mercado associados à estrutura de ativos e passivos, o planeamento e propostas de alocação de capital e as propostas para definição das políticas adequadas à gestão dos riscos de liquidez e de mercado, ao nível do balanço consolidado do Grupo.

Comissão de Crédito – delibera sobre concessão de crédito a clientes, conforme Regulamento de Crédito.

Comissão de Riscos – tem por funções acompanhar os níveis globais de risco (riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional), assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos, recursos financeiros disponíveis e estratégias aprovados para o desenvolvimento da atividade do Grupo.

Subcomissão de Acompanhamento do Risco de Crédito – tem por funções: acompanhar a evolução da exposição de crédito e do processo de contratação; acompanhar a evolução da qualidade da carteira e dos principais indicadores de *performance* e risco; acompanhar o risco de contraparte e o risco de concentração das maiores exposições; acompanhar a evolução da imparidade e dos principais casos de análise individual; analisar a *performance* dos processos de recuperação; o acompanhamento do desinvestimento da carteira de imóveis; a elaboração de propostas para definição das políticas e normativos de concessão de crédito; o acompanhamento dos modelos de PD (*Probability of Default*) e LGD (*Loss Given Default*); e o acompanhamento dos modelos subjacentes ao cálculo da imparidade e o acompanhamento dos processos automáticos de decisão e de recuperação de crédito.

Subcomissão de Risco dos Fundos de Pensões – tem por funções a monitorização da *performance* e do risco dos Fundos de Pensões do Grupo e o estabelecimento das políticas de investimento adequadas e das estratégias de cobertura.

Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões – tem por funções o acompanhamento da gestão financeira dos Fundos de Pensões e pronunciar-se sobre propostas de alterações dos respetivos planos de pensões, tendo sido constituída nos termos do art. 53.º do Decreto-lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 180/2007, de 9 de maio.

Comissão de Stakeholders – órgão de relacionamento com os *Stakeholders*, funcionando como um canal privilegiado de disseminação de informação interna da Empresa e como um fórum de debate e aconselhamento estratégico ao CAE.

Comissão de Coordenação de Sustentabilidade – tem como funções submeter para decisão propostas sobre temas relacionados com o plano de ações que materializa a política de sustentabilidade, monitorizar e reportar o grau de concretização das iniciativas aprovadas, orientar a elaboração dos reportes e de outros suportes comunicacionais no âmbito da sustentabilidade.

COMISSÕES QUE EMANAVAM DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Em 31 de dezembro de 2011, existiam cinco comissões especializadas criadas com vista a assegurar e contribuir para o bom desempenho das funções de supervisão do CGS:

Comissão para as Matérias Financeiras (CMF) – responsável pelas matérias de fiscalização da gestão, dos documentos de reporte financeiro, das medidas qualitativas de aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno, da política de gestão de riscos e da política de *compliance*. Compete-lhe ainda analisar o processo de classificação de Clientes do Banco em termos de risco, efetuado pela Direção de Rating, bem como supervisionar a atividade de auditoria interna e zelar pela independência do Revisor Oficial de Contas.

Comissão do Governo Societário – tem como principal função a análise do modelo de governo societário adotado pelo Banco, propondo as alterações que lhe pareçam adequadas. Compete-lhe ainda a emissão de pareceres sobre a qualificação de independência dos membros do CGS, podendo propor a alteração do seu regimento e das suas comissões. Adicionalmente, procede ainda à emissão de pareceres sobre os regimentos de todos os restantes órgãos sociais e à emissão de pareceres sobre o Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Comissão de Avaliação de Riscos – responsável pelo aconselhamento do CGS e do CAE em matérias relacionadas com a definição da estratégia no que respeita ao risco e por monitorizar a execução dessa estratégia por parte do Banco. Esta atuação deve incluir o aconselhamento sobre estratégias para a gestão de capital e liquidez, bem como para a gestão de riscos de mercado.

Comissão de Nomeações – emite recomendações sobre novos membros do órgão de gestão, sobre a nomeação de Diretores Coordenadores e primeiras linhas de reporte e ainda sobre a nomeação de Administradores ou Diretores Coordenadores noutras instituições nas quais o Grupo tenha interesses. Compete-lhe propor anualmente ao CGS o documento de avaliação da *performance* do CAE e do CGS, podendo ainda participar na monitorização das políticas do Banco no que respeita a recursos humanos e quadro de pessoal.

Comissão de Ética e de Deontologia – tem como principal função assegurar que o Banco possui os meios apropriados para promover um processo de tomada de decisões adequado e em cumprimento da lei, regulamentos e regulamentos internos, efetuando também uma avaliação da função de *compliance*.

Na sequência da referida Assembleia Geral de 28 de fevereiro de 2012, passaram a emanar no Conselho de Administração as seguintes comissões: *Stakeholders*, Governo Societário, Avaliação de Riscos, Nomeações e Ética e Deontologia. Da Comissão Executiva passaram a emanar os Comitês de Coordenação (foi criado o Comité de Coordenação de Recursos Humanos e extintos o Comité de Coordenação de Asset Management & Private Banking), bem como as comissões especializadas que emanavam anteriormente do CAE, com exceção da Comissão de *Stakeholders*, que passou a emanar do Conselho de Administração. O novo **Comité de Recursos Humanos** tem por objetivo definir, decidir e acompanhar as políticas de Recursos Humanos do Banco para apoio à eficiência operacional e de Negócio, visando o rigor e a meritocracia promovidos através de uma liderança forte, entusiasta, próxima das pessoas e assente na vivência dos valores do Millennium bcp.

Para informação mais detalhada sobre a composição, missão e funções de cada Comité de Coordenação e Comissões Especializadas deverá ser consultado o Relatório sobre o Governo da Sociedade (Volume II do presente relatório).



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

APRECIAÇÃO GLOBAL

O processo de retoma económica iniciado em 2010 teve continuidade na primeira metade de 2011, não obstante a persistência de riscos associados ao mercado imobiliário nos EUA, à crescente pressão sobre a sustentabilidade da dívida pública nos países da periferia da Área do Euro e respetivos processos de ajustamento económico e de consolidação orçamental, à maior volatilidade nos mercados emergentes e ao processo de implementação de melhorias na regulação do sistema financeiro. Uma parte significativa destes riscos tendeu a concretizar-se em 2011, nomeadamente o aumento das tensões no quadro institucional europeu, contribuindo para a incerteza e expectativa quanto aos entendimentos e soluções que venham a ocorrer em 2012. A degradação das condições de financiamento nos mercados interbancários conduziu ao maior recurso por parte dos bancos europeus ao financiamento direto junto do Banco Central Europeu. Este enquadramento, de maior risco para o crescimento económico na Área do Euro, de par com uma redução das pressões inflacionistas e da disfuncionalidade do mecanismo de transmissão monetária, incentivaram o BCE a rever os parâmetros de política monetária, reduzindo as taxas de juro e adotando medidas excecionais de suporte à liquidez do sistema financeiro, cujos efeitos deverão ser sentidos ao longo de 2012.

Em abril de 2011, as autoridades portuguesas vincularam-se ao Programa de Assistência Económica e Financeira, que visa a correção dos desequilíbrios macroeconómicos (défice orçamental e défice externo), assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e a estabilidade financeira e implementar um conjunto de reformas estruturais que potenciem o crescimento da economia a prazo. Em contrapartida, é assegurada pelo Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu uma proporção expressiva das necessidades de financiamento público até 2013, esperando-se que o país retome gradualmente a capacidade de financiamento em mercado ao longo deste período. Não obstante, a consolidação das finanças públicas terá fortes repercussões ao nível do rendimento disponível das famílias e das empresas, condicionando o crescimento económico e a capacidade de poupança.

A incerteza económica e financeira tem condicionado o desempenho do sistema financeiro nacional e a procura de soluções para o cumprimento das exigências regulamentares de recapitalização e de liquidez dos bancos. Destaca-se o relevo acrescido da captação de recursos financeiros estáveis, a par de uma maior seletividade nos processos de atribuição de crédito e identificação de segmentos de negócio mais competitivos, fatores a ter em conta para o cumprimento das metas de desalavancagem e para a promoção do crescimento da economia em contexto de forte restrição de financiamento. A concretização eficiente destes objetivos implica um reforço da confiança dos clientes e dos investidores, através da promoção da ética e da transparência na gestão, do envolvimento de todos os *stakeholders*, de uma gestão de risco mais eficaz e da procura de propostas e processos inovadores com vista à satisfação das necessidades emergentes de um novo paradigma económico, que procede da conciliação de objetivos financeiros, sociais e ambientais.

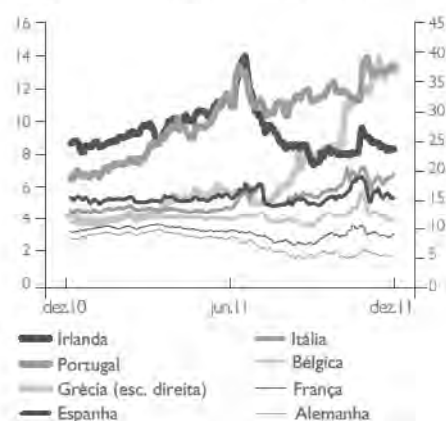
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

A economia global foi negativamente afetada em 2011 por fatores exógenos atípicos e temporários, como a catástrofe natural no Japão, por fenómenos de natureza sistémica com repercussões na evolução do comportamento dos mercados e por desenvolvimentos políticos globais de impactos ainda indeterminados. A par da persistência de níveis de consumo e de investimento moderados nas economias avançadas, devido ao processo de correção dos elevados níveis de endividamento público e privado e ao clima de incerteza, verificou-se um aumento das tensões políticas no Médio Oriente e no Norte de África e uma invulgar instabilidade no sistema financeiro europeu, com implicações na evolução do comércio internacional e no potencial de crescimento da economia mundial.

INTENSIFICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA CRISE DA DÍVIDA EUROPEIA

Dívida pública europeia

Yields de títulos de dívida pública 10 anos (em %)



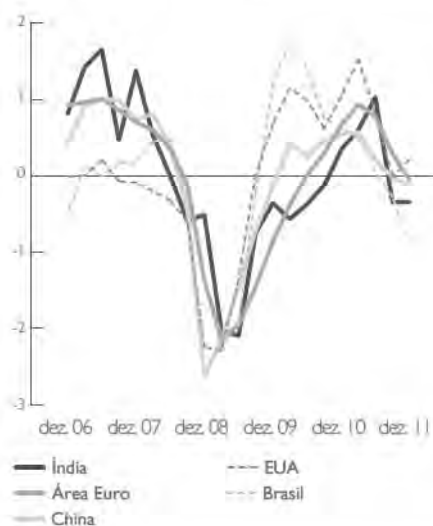
Fonte: Datastream.

A atividade económica nos países europeus degradou-se ao longo de 2011, em resultado da intensificação dos mecanismos de interação entre o risco soberano, o sistema financeiro e a economia real, que, de forma progressiva, foram envolvendo países de maior relevância económica. A volatilidade dos mercados financeiros aumentou, em consequência da maior instabilidade institucional europeia, dadas as incertezas acerca da solidez dos mecanismos de suporte à União Económica e Monetária e às necessidades de desalavancagem e de recapitalização do sistema financeiro. O legado persistente do endividamento excessivo continuará a afetar o desempenho económico em 2012. A sustentabilidade das finanças públicas poderá exigir medidas de consolidação orçamental adicionais e persistentes, por forma a compensar os efeitos negativos do ciclo económico num prazo mais imediato e dos desafios demográficos a longo prazo. Estima-se um crescimento económico moderado e incerto durante o ano de 2012, persistindo alguma disparidade de desempenho entre os países da periferia europeia e os países do centro e leste europeus, decorrente da margem de manobra conferida pela diferente condição das finanças públicas. Os ganhos de emprego apresentam-se muito modestos e indiciam níveis de desemprego estruturalmente elevados. As perspetivas de negócio permanecem fracas, com evolução muito moderada das encomendas, mas, em contrapartida, os níveis de existências foram ajustados em conformidade, podendo constituir-se como um fator positivo para a atividade produtiva a prazo. O retorno a um crescimento mais robusto e sustentado no decorrer de 2012 dependerá da expectativa de correção dos desequilíbrios económicos e financeiros e das reações dos investidores às medidas tendentes a atenuar a incerteza com o futuro da União Europeia.

ABRANDAMENTO GENERALIZADO DA ATIVIDADE ECONÓMICA MUNDIAL

Índices de clima económico

Valores normalizados para o período



Fonte: Datastream.

Os EUA apresentaram um melhor desempenho no final de 2011, suportado pelo impulso do consumo. Contudo, as restrições orçamentais e as limitações a nível das opções de política monetária, enquanto estímulo à economia, condicionam o potencial de crescimento a prazo, com riscos mais relevantes para a evolução da despesa das famílias. O ciclo político poderá também ser motivo para o aumento da incerteza.

O abrandamento da economia mundial atenuou as pressões inflacionistas nas economias emergentes, o que permitiu a adoção de políticas monetárias menos restritivas. As políticas económicas serão importantes para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos globais, constituindo um desafio estrutural para as economias emergentes, na medida em que terão de ser encontradas soluções equilibradas para a transição de um modelo de desenvolvimento maioritariamente suportado no impulso externo para um regime que proporcione motores de crescimento mais sustentados na procura interna com melhoria generalizada dos padrões de vida de forma sustentável.

As projeções do FMI divulgadas em setembro apontam para um crescimento global de 4% em 2011 e 2012, uma revisão em baixa de 0,3 e 0,5 p.p. relativamente às previsões do final do primeiro semestre, sobretudo pelos maiores riscos para o crescimento da Área do Euro (1,6% em 2011 e 1,1% em 2012) e abrandamento do crescimento nos EUA (1,5% em 2011 e 1,8% em 2012). O efeito de contágio da turbulência económica e financeira dos países europeus a outras zonas será tanto maior quanto maiores forem as ligações

comerciais e a exposição ao setor financeiro europeu. Contudo, o FMI considera que os riscos de contágio às maiores economias emergentes serão limitados, projetando um crescimento das mesmas em torno dos 6% no biénio.

MERCADOS FINANCEIROS GLOBAIS

O ano de 2011 caracterizou-se pelo regresso da volatilidade aos mercados financeiros e pelo maior grau de aversão ao risco por parte dos investidores. A intermitência da retoma económica global e a redefinição em curso do quadro institucional europeu constituem fatores de risco importantes para o desempenho dos mercados financeiros para 2012.

As matérias-primas mantiveram a tendência de valorização em 2011, mas mais moderada do que no ano anterior e menos homogênea, destacando-se o ouro que registou novos máximos históricos como instrumento privilegiado pela sua natureza de investimento de refúgio e pelas propriedades de diversificação de carteira de investimento que ainda proporciona.

Com a redução do ritmo de crescimento económico global e das pressões inflacionistas, as prioridades de política económica evoluíram do controlo das pressões inflacionistas para a sustentação do crescimento económico, assumindo políticas monetárias mais expansionistas (países europeus e emergentes). A nível europeu, as limitações de política orçamental e a instabilidade do clima económico poderão proporcionar a oportunidade para novas reduções das taxas de juro, apesar das taxas de referência do Banco Central já estarem em mínimos na história da UEM. O agravamento das tensões associadas à resolução da crise da dívida soberana tornou o acesso das instituições financeiras da Área do Euro aos mercados de dívida por grosso mais difícil e oneroso, especialmente para a dívida de longo prazo. Para mitigar estas dificuldades, o Banco Central Europeu (BCE) introduziu novos instrumentos de cedência liquidez – fundos ilimitados por um prazo de três anos, diminuição das reservas mínimas de caixa para metade, revisão dos critérios de elegibilidade das securitizações –, cuja repercussão no comportamento do mercado tenderá a manifestar-se ao longo de 2012, na expectativa de atenuar parte dos problemas de financiamento do sistema interbancário europeu.

No mercado cambial, a trajetória de apreciação do euro inverteu-se no final do primeiro semestre. A intensificação do pessimismo dos investidores originou a depreciação da divisa europeia face ao dólar, para valores inferiores a 1,30 dólares, mínimo verificado em setembro de 2010, e face ao iene, em torno dos 100 ienes por euro. A divergência no desempenho económico e moderação da procura a nível mundial contribuíram para o aumento das preocupações com a valorização das moedas em determinados países, de que servem de exemplo as determinações das autoridades suíças e brasileiras de intervir no valor das suas moedas. As decisões de política cambial deverão manter uma elevada relevância para o contexto económico e político ao longo de 2012.

A evolução dos índices de ações globais em 2011 reflete o arrefecimento progressivo da atividade e o crescente clima de aversão ao risco. Em média, verificou-se uma desvalorização de 10% nos índices acionistas globais, com uma forte influência negativa do desempenho dos títulos do setor bancário, que registaram uma desvalorização de cerca de três vezes superior à do mercado.

A instabilidade do contexto económico e político potenciou numerosas revisões das notações de *rating*, destacando-se a decisão por parte de uma das agências de reduzir o *rating* aos EUA em agosto (de AAA para AA+, com *outlook* negativo) e a possibilidade de revisão da notação de *rating* de 15 países da Área do Euro, incluindo os seis países que detêm *rating* de notação máxima.

DESEMPENHO DOS MERCADOS FINANCEIROS CONDICIONADO PELO CLIMA DE AVERSÃO AO RISCO

Índices globais de mercados de ações
(100 = dez. 2010)

Volatilidade implícita (em %)



Fonte: Datastream.

PERSPETIVAS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA E IMPLICAÇÕES PARA O NEGÓCIO BANCÁRIO

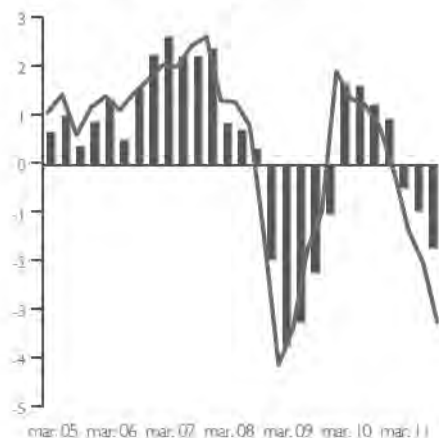
Durante o ano de 2011, os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa tornaram-se preponderantes. Os elevados níveis de endividamento público e privado, num enquadramento de baixo crescimento económico, e o agravamento da perceção do risco de crédito dos instrumentos de dívida soberana tornaram as condições de financiamento incomportáveis, impondo o pedido de assistência financeira internacional em abril. Desde então, o enquadramento económico e financeiro português tem estado condicionado à execução do Programa de Assistência Económica e Financeira, nos seus pilares fundamentais: sustentabilidade das contas públicas, implementação de reformas estruturais e defesa da estabilidade financeira e do financiamento sustentado da atividade económica em Portugal.

No âmbito da promoção da estabilidade financeira, o plano de ajustamento económico prevê objetivos para a redução do rácio de transformação (relação entre crédito e depósitos), o reforço dos rácios de capital e da liquidez do sistema financeiro e a redução das necessidades de financiamento face ao exterior. Estas condições são consideradas necessárias para assegurar a recuperação do acesso aos mercados internacionais de dívida em 2013. Durante este período de ajustamento, a capacidade de substituição da estrutura de financiamento atual por fundos domésticos estáveis, i.e., menos sensíveis a alterações na perceção de riscos por parte dos investidores internacionais, será muito limitada. Como tal, o financiamento da economia deverá continuar a ser assegurado

DOUBLE-DIP DA ECONOMIA PORTUGUESA NO 2.º SEMESTRE DE 2011

PIB vs. Indicador Coincidente (Mbcp)

Taxa de variação real homóloga (em %)



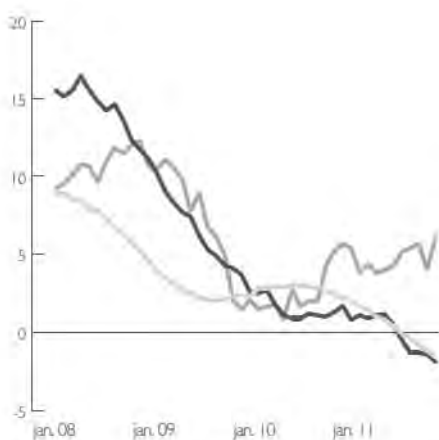
■ PIB
— Indicador Coincidente (Mbcp)

Fonte: INE e Mbcp.

PROCESSO DE DESALAVANCAGEM FINANCEIRA

Empréstimos e depósitos bancários, setor privado

Taxa de variação homóloga (em %)



— Empréstimos – Sociedades Não Financeiras
— Depósitos – Setor Privado
— Empréstimos – Particulares

Fonte: Datastream.

essencialmente por via institucional (fundos europeus e BCE), que evoluirá em função do equilíbrio que for sendo estabelecido entre o processo de desalavancagem e os efeitos colaterais adversos na atividade económica e no tecido produtivo.

O progressivo enfraquecimento da procura interna tem vindo a acentuar o processo recessivo em que a economia portuguesa se encontra desde o primeiro trimestre. Porém, a contração da atividade económica em 2011, estimada em cerca de 1,6%, terá sido atenuada pelo comportamento mais favorável da procura externa líquida no início do ano. A consolidação orçamental necessária em 2012 para assegurar o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, com repercussão na despesa privada (carga fiscal e parafiscal efetiva, remunerações e pensões), e as condições de acesso a financiamento mais restritivas limitam o consumo e o investimento, conduzindo a uma maior contração do PIB, com impactos negativos sobre a capacidade produtiva, a evolução do emprego e a condição financeira de famílias e empresas. O comportamento da procura externa e a capacidade de melhorar a atratividade dos produtos e serviços portugueses assume-se determinante para evitar um cenário mais negativo e penalizador do processo de ajustamento económico e financeiro.

Este enquadramento comporta desafios acrescidos para a atividade bancária. Como consequência da degradação do contexto económico verifica-se a deterioração expressiva da rentabilidade da atividade bancária, bem como da qualidade de crédito. É expectável o abrandamento da procura de crédito, sobretudo por parte dos particulares, assim como uma maior seletividade no processo de concessão de crédito, com a reafetação do financiamento entre setores e empresas, privilegiando os negócios que se perspetivam mais competitivos. Os requisitos regulamentares mais exigentes e o processo de convergência do rácio de transformação (relação entre crédito e depósitos) para 120% até final de 2014 constituem restrições ativas sobre a capacidade de concessão de crédito à economia; a queda do rendimento real disponível, o esgotamento do efeito de recomposição dos patrimónios financeiros e as restrições às taxas de remuneração das aplicações financeiras poderão condicionar o comportamento dos depósitos a curto prazo. Não obstante os riscos e os desafios à atividade, o sistema financeiro continuará a desempenhar um papel fundamental na sustentação do crescimento económico, especialmente na afetação de recursos, muito escassos, para suporte à inovação e à transformação da economia portuguesa no sentido de promover a sua abertura ao exterior e reduzir estruturalmente as necessidades de financiamento.

A profunda alteração do contexto económico, financeiro e regulamentar deverá continuar a estimular a revisão dos modelos de negócio e do posicionamento geográfico por parte dos bancos, com vista a uma atuação mais especializada, com maior enfoque na exploração de vantagens distintas e em função da capacidade financeira de suporte, constituindo um contexto fértil para a emergência, em simultâneo, de oportunidades de negócio e de ameaças, remodelando o contexto concorrencial e competitivo em que os bancos operam.

OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

A aplicação de medidas de consolidação das contas públicas no âmbito do programa de assistência financeira à Grécia teve um efeito fortemente recessivo sobre a atividade económica em 2011, enquadramento que deverá persistir em 2012. A procura interna permanece bastante deprimida devido à redução do rendimento das famílias, às restrições de crédito e ao ajustamento no mercado laboral. A instabilidade social e política, o não cumprimento das metas orçamentais e os níveis incomportáveis de dívida em 2011 mantiveram um clima de forte aversão ao risco, provocando a fuga de depósitos e criando dificuldades acrescidas no financiamento à economia. O suporte

por via institucional apresenta-se essencial, tendo sido concluído o desenho de um novo programa de auxílio financeiro multianual, que envolveu auxílio financeiro multilateral sob a égide do FMI e a participação voluntária do setor privado na reestruturação de parte da dívida grega, constituindo um fator de risco importante para 2012.

Menos expostos à turbulência na periferia da Área do Euro, o crescimento dos países na Europa de Leste manteve-se a bom ritmo durante 2011. No caso da economia polaca, a atividade poderá abrandar no próximo biénio atendendo ao menor impulso do enquadramento externo, ao progressivo processo de consolidação orçamental e ao efeito desfasado do aumento das taxas de juro em 2011, apesar de, parcialmente, compensado pela depreciação do zloti. Ainda assim, a taxa de crescimento será robusta por via dos projetos públicos cofinanciados com fundos comunitários e do Campeonato Europeu de Futebol. A inflação deverá moderar, permitindo a manutenção de taxas de juro em 4,5% ou até uma ligeira redução.

A atividade económica na Roménia tem evoluído num plano aquém do potencial, facto que reduz o risco de pressões inflacionistas relevantes, pelo que a taxa de juro deverá permanecer nos 6,0%. A economia poderá acelerar em 2012, devido ao consumo e investimento privado, sujeita ao risco proveniente da procura externa decrescente. O maior clima de aversão ao risco poderá afetar as condições de financiamento, institucional e em mercado, em particular na proximidade das eleições previstas para 2012.

O forte crescimento da economia moçambicana tem sido sustentado pelos "megaprojetos" (alumínio, energia elétrica, gás natural, titânio e carvão) e por projetos de investimento público. Contudo, começam a surgir evidências de abrandamento ligeiro a nível sectorial. A política económica assume-se prudente, quer no controlo das pressões inflacionistas, através de uma política monetária restritiva que se traduz numa desaceleração pronunciada do crédito à economia, quer na reconstituição de reservas externas a fim de assegurarem um patamar mínimo de financiamento para 4,5 a 5 meses de importações.

O desempenho da economia angolana em 2011 foi fortemente influenciado pelo contributo negativo do setor petrolífero para o crescimento do PIB (cerca de -2 p.p.). Embora se tenha observado uma subida dos preços internacionais, o prolongamento dos trabalhos de manutenção das instalações petrolíferas até meados de 2011 provocou uma acentuada quebra na produção de petróleo. Em contrapartida, verificou-se um crescimento robusto do setor não petrolífero (cerca de 8% em 2011 e 10% em 2012), estando esta diversificação produtiva associada a projetos de infraestruturas públicas (água, energia elétrica, saúde e transportes). A inflação tem vindo a diminuir, corrigindo do surto do preço da energia, e verifica-se uma boa execução do programa de ajustamento económico e financeiro negociado com o FMI.

PRODUTO INTERNO BRUTO

Taxa de variação homóloga (em %)

	'09	'10	'11 (E)	'12 (P)
UNIÃO EUROPEIA	-4,2	2,0	1,6	0,6
Portugal	-2,5	1,4	-1,9	-3,0
Grécia	-2,0	-3,5	-5,5	-2,8
Polónia	1,7	3,9	4,0	1,4
Roménia	-7,1	-1,9	1,7	2,1
ÁFRICA SUBSARIANA	2,7	5,4	5,2	5,8
Angola	2,4	3,4	3,5	10,8
Moçambique	6,3	6,8	7,2	7,5

Fontes: Países europeus: Comissão Europeia, Projeções de Outono 2011; Países africanos: FMI, WEO, set. 2011 e *Country Reports*.

(E) Estimado.

(P) Previsional.



DIÁLOGO COM OS *STAKEHOLDERS*

GESTÃO DA RELAÇÃO

A incorporação formal da gestão da relação com os *Stakeholders* no modelo organizacional do Banco iniciou-se em 2005, assumindo uma abrangência transversal, com dependência direta do Presidente do Conselho de Administração Executivo, como reflexo da relevância do tema no seio da Organização. Atualmente, esta gestão é organicamente enquadrada na Comissão de *Stakeholders* e na Comissão de Coordenação de Sustentabilidade, as quais apoiam no domínio da responsabilidade social e corporativa as decisões do Conselho de Administração Executivo.



Durante 2011, realizaram-se quatro reuniões de acompanhamento da atividade do Banco:

- Na reunião da Comissão de Coordenação de Sustentabilidade reportou-se: i) o estado de avanço das atividades previstas no Plano Diretor de Sustentabilidade e analisaram-se as ações previstas até ao final de 2011; ii) foi apresentada uma síntese do Relatório Anual, que pela primeira vez integrou informação da *performance* social e ambiental e iii) foi apresentado um ponto de situação sobre o tema da Literacia Financeira;
- Nas três reuniões da Comissão de *Stakeholders* foram apresentados e debatidos os seguintes temas: i) enquadramento económico e financeiro; ii) análise do plano de liquidez de 2010 e objetivos para 2011; iii) relatório anual integrado; iv) relatório de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal e principais impactos na atividade do Banco; v) conclusões da Assembleia Geral de 18 de abril; vi) impacto no setor bancário do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal; vii) ajustamentos no plano estratégico 2011-2013 decorrentes do enquadramento económico e financeiro e dos compromissos assumidos no âmbito do programa de ajustamento económico e financeiro; viii) ponto de situação da operação de aumento de capital e ix) plano de atividades da Fundação Millennium bcp. Na reunião de maio foram nomeados mais dois Membros permanentes: António Ramalho, Membro do Conselho de Administração Executivo do Millennium bcp, e Patrick Huen, Vice-Presidente do Industrial and Commercial Bank of China – Macau e foi anunciada a saída de Luís Campos e Cunha.

Com o objetivo de melhor compreender e integrar na sua estratégia as expectativas dos *Stakeholders*, o Millennium bcp disponibiliza inúmeros canais de comunicação. No *site* institucional está disponível o modelo de diálogo com as partes interessadas, bem como o mapeamento dos subgrupos de *Stakeholders* que determina o tipo de envolvimento com cada um deles.

IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS MATERIAIS

A estratégia de atuação no âmbito do desenvolvimento sustentável reflete o compromisso do Millennium bcp de envolvimento e auscultação dos principais *Stakeholders* – Colaboradores, Clientes, Acionistas, Fornecedores, *Media* e Analistas e da relação próxima que mantém com os restantes – Entidades Reguladoras, estruturas representativas dos Colaboradores, parceiros para a educação e cultura e entidades de apoio social.

Desde 2009, o Millennium bcp tem vindo a realizar um trabalho de consulta direta aos *Stakeholders* e aos seus representantes cujo tipo de envolvimento foi identificado como focar e informar, o que permitiu hierarquizar os temas materiais, tendo em conta a interseção entre a importância atribuída por cada grupo de *Stakeholders* e pelo Banco.

Em 2011, elaborou-se um trabalho de análise aos temas que os Analistas de Responsabilidade Social e Corporativa (Analistas ESG) consideraram como mais relevantes, tendo em conta o atual enquadramento económico, social e ambiental.

Analisaram-se ainda diversas publicações internacionais, das quais se destacam: i) *A Nova Era da Sustentabilidade* da United Nations Global Compact (UNGC); ii) *Relatório Visão 2050*, do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e iii) comunicação da Comissão Europeia sobre a responsabilidade social das empresas, de outubro de 2011, onde é apresentada a nova estratégia da União Europeia para o período de 2011-2014 no âmbito deste tema.

No quadro seguinte sintetizam-se os temas materiais resultantes destas consultas e análises.

COLABORADORES	Reputação do Banco, reforço da motivação, resultados financeiros, alterações do Fundo de Pensões, eventuais reestruturações do Banco, condições de trabalho e questões particulares dos Colaboradores.
CLIENTES	Transparência do preçário, qualidade do serviço, cumprimento com regulamentos e legislação, garantia de liquidez nos depósitos, relacionamento mais próximo e de confiança, risco associado a produtos de investimento, condições de acesso e rapidez de resposta a pedidos de crédito, inovação nos produtos e serviços e adequação às suas necessidades.
ACIONISTAS	Estrutura acionista, rentabilidade e volatilidade do título, eficiência de custos e operações, crescimento sustentado, reputação do Banco, valorização do título relativamente aos <i>peers</i> e comunicação e qualidade da mesma.
FORNECEDORES	Controlo de custos, garantia de pagamento, cumprimento dos princípios sociais e ambientais, rentabilidade do contrato, renegociação contratual.
MEDIA	Estratégia e resultados financeiros, investimentos e alienações, reputação e modelo de <i>governance</i> .
ANALISTAS (ESG)	Dimensão Económica: Modelo de Governo, diversidade na composição dos Órgãos de Gestão, modelos de avaliação e compensação dos Órgãos de Gestão, abrangência dos códigos e regulamentos internos e mecanismos de divulgação/formação e monitorização do seu cumprimento e modelos de gestão do risco. Dimensão Social: Direitos Humanos, práticas laborais, gestão do talento, práticas de desenvolvimento dos Colaboradores, gestão da satisfação dos Clientes, mecanismos de auscultação dos Colaboradores e Clientes, nível de integração dos princípios sociais nos Fornecedores e nos Clientes e nível de envolvimento com a comunidade e respetiva monitorização dos impactos gerados. Dimensão Ambiental: avaliação do impacto das alterações climáticas na atividade e principais riscos e oportunidades identificadas para a sua mitigação, nível de incorporação de políticas ambientais na atividade, modelo de avaliação dos impactos diretos e indiretos e respetivas políticas de redução e mitigação.

O acompanhamento dos temas considerados materiais, identificados a partir do envolvimento direto com os *Stakeholders*, bem como os decorrentes de regulamentação e de tendências que são resultado das profundas alterações – económicas, sociais e ambientais – mais recentes, permitiu identificar os pontos fortes do Millennium bcp e oportunidades de melhoria, sendo que a atividade desenvolvida em 2011, e os ajustamentos estratégicos, sintetizados neste relatório, refletem a preocupação de dar resposta a este enquadramento.

COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO

CLIENTES

Sistema de Gestão da Satisfação

Em Portugal, em 2011, foram efetuados 21 estudos às diversas áreas de negócio, segmentos, produtos e serviços disponibilizados através do envio de mais de 890 mil inquéritos via postal e eletrónica cuja taxa global de resposta foi de 7%. O diagnóstico aprofundado efetuado junto dos Clientes da Rede de Retalho – normalmente realizado em cada três ou quatro anos – permitiu identificar os desafios e os aspetos que estes mais valorizam na sua relação com o Banco. A qualidade do atendimento, a simpatia e cortesia dos Colaboradores, a competência dos interlocutores são, na opinião dos Clientes, fatores determinantes na prestação de um serviço de excelência. A confiança no banco foi destacadamente o atributo eleito pelos Clientes como principal razão de escolha do seu banco principal.

A monitorização da satisfação dos Clientes do Retalho com a oferta global e o serviço prestado (Sistema de Gestão da Satisfação) permitiu concluir que se mantém os bons níveis de satisfação, alicerçados no reforço da relação com os Clientes, no suporte e informação/aconselhamento financeiro e na adequação da oferta.

ÍNDICE GLOBAL DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA REDE DE RETALHO

Atividade em Portugal

Pontos Índice

	'11	'10	'09
Satisfação global	80	80	79
Recompra	80	80	79
Recomendação	82	83	82
Continuidade	86	86	85

No inquérito à satisfação dos Clientes de nacionalidade portuguesa com morada de residência na Suíça, Alemanha e Reino Unido foram inquiridos 28.688 Clientes com uma taxa de resposta de 5,8%. Da análise às respostas e comentários concluiu-se que 75% dos Clientes consideram importante a existência de um escritório de representação no seu país de residência. Na sequência deste estudo, o Millennium bcp está a rever a sua oferta dirigida a Clientes residentes no exterior, assim como o próprio modelo de acompanhamento e contacto.

Foi também aferida a experiência dos Clientes com canais diretos, cujos resultados refletem o serviço de excelência prestado: i) no serviço telefónico 91% dos Clientes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a resolução dos problemas apresentados; ii) 94% dos Clientes utilizadores de *mobile banking* e 97% dos Clientes utilizadores da internet empresas vão continuar a utilizar o serviço e iii) 95% dos Clientes utilizadores da internet empresas está satisfeito ou muito satisfeito com o canal.

De forma complementar a estes estudos foram realizadas entrevistas pessoais a Clientes Micro e Pequenas e Médias Empresas, para reforçar o conhecimento sobre os fatores de maior relevância na relação das empresas com a Banca, meios de contacto preferenciais, bem como elementos fundamentais na proposta de valor, em termos de serviço e de produtos.

Nas operações internacionais:

- O Millennium bank na Polónia realizou 18 estudos, com uma taxa global de resposta de 28%, sendo que o nível de satisfação global com o banco se mantém em linha com os anos anteriores com um valor de 78 pontos Índice (p.i.) e com uma subida no Índice de continuidade de 77 p.i. para 80 p.i.;
- O Millennium bank na Roménia realizou, pela primeira vez, inquéritos a Clientes através de entrevistas telefónicas, efetuadas por uma empresa de estudos de mercado. Os sete estudos realizados ao longo do ano, para os quais se obteve uma taxa global de resposta de 46%, permite concluir que o nível de satisfação global com o banco é de 87 p.i. e que o Índice de recomendação é de 89 p.i.;
- O Banco Millennium Angola manteve os estudos à qualidade do atendimento nas sucursais através do "Cliente Mistério", tendo sido realizadas duas ações durante 2011, cada uma delas com duas visitas às sucursais. Realizou-se, pela primeira vez, um inquérito de satisfação aos Clientes, cuja taxa de resposta foi de 15%, sendo que o nível de satisfação global com o banco é de 74 p.i. e o Índice de continuidade de 84 p.i.

Reclamações

Em Portugal manteve-se a tendência de diminuição do número de reclamações apresentadas (redução de 20% face a 2010). O produto sobre o qual incidem mais reclamações continua a ser a conta à ordem, sendo o comissionamento, nas suas diversas formas, a questão que mais tem pesado para o desagrado manifestado pelos Clientes.

Iniciou-se em 2011 uma colaboração estreita entre o Centro de Atenção ao Cliente (CAC) e a Direção da Qualidade, para análise e intervenção junto dos Clientes, que na resposta aos inquéritos de satisfação revelam índices de insatisfação ou reportam ocorrências/problemas com o Banco.

Na sequência da análise às reclamações e insatisfações, durante 2011, foram reportados aos responsáveis pela gestão dos respetivos processos 32 oportunidades de melhoria.

Nas operações internacionais, as operações na Roménia e Moçambique acompanharam a tendência de descida com redução de 14% e 10%, respetivamente, e, inversamente, as operações na Polónia, Grécia e Angola registaram um aumento no número de reclamações apresentadas, sendo a Polónia o país onde se registou um maior número de reclamações, representando 83% da atividade internacional, tendo registado mais 2.046 reclamações do que em 2010.

RECLAMAÇÕES ⁽¹⁾

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
RECLAMAÇÕES REGISTADAS				
Atividade em Portugal	20.643	25.682	32.284	-19,6%
Atividade Internacional	53.995	50.252	69.247	7,4%
RECLAMAÇÕES RESOLVIDAS				
Atividade em Portugal	97%	97%	103%	
Atividade Internacional ⁽²⁾	99%	98%	105%	
TEMPO MÉDIO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES				
Atividade em Portugal (dias úteis)	5	7	8	
Atividade Internacional ⁽³⁾				
Roménia, Moçambique e Angola (dias úteis)	9	5	2	
Polónia e Grécia (dias corridos) ⁽⁴⁾	14	13	34	

(1) Informação não disponível para a Suíça. Informação não disponível para Angola em 2009.

(2) Inclui quatro reclamações da Polónia para as quais se concluiu não se ter respeitado a privacidade dos Clientes.

(3) Informação não disponível para a Grécia e Moçambique em 2009 e Moçambique e Angola em 2010.

(4) Por enquadramento legal, são obrigatoriamente reportados dias corridos.

A Provedoria do Cliente acompanhou 1.099 processos de reclamações, que por se tratarem de exposições rececionadas pela primeira vez no Banco, foram encaminhadas para o Centro de Atenção ao Cliente (CAC), tendo sido da sua exclusiva competência 81 recursos interpostos por Clientes após indeferimento das suas pretensões pelas pertinentes áreas do Grupo Banco Comercial Português. Os produtos sobre os quais incidiu um maior número de contestações por parte dos Clientes foram, à semelhança de 2010, as contas à ordem, o crédito à habitação, os cartões, os cheques e as apólices de seguro, cuja frequência se traduziu numa percentagem superior a 70% do total das exposições efetuadas.

PROVEDORIA DO CLIENTE

Atividade em Portugal

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Reclamações encaminhadas para o CAC ⁽¹⁾	1.099	1.100	1.248	-0,1%
RECURSOS TRATADOS NA PROVEDORIA DO CLIENTE	81	56	83	44,6%
TOTAL DE RECURSOS CONCLUÍDOS	80	52	81	
Com provimento	19	11	13	
Improcedentes	61	41	68	
Tempo médio de resposta (dias)	14	12	16	

(1) O número reportado nesta rubrica está incluído nas reclamações registadas, atividade em Portugal, na tabela acima.

No âmbito dos pedidos habitualmente recebidos da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), durante 2011 as perguntas mais frequentes relacionaram-se com o rendimento pago pelo Fundo Millennium Rendimento Mensal e confirmação de dados para Barómetro de Crédito Pessoal e de Crédito Habitação.

INQUÉRITOS RESPONDIDOS PELO MILLENNIUM BCP À DECO

Portugal

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Inquéritos respondidos	62	73	82	-15,1%
Tempo médio de resposta (dias)	1	1	5	

COLABORADORES

Inquérito de satisfação e motivação

O Inquérito Anual à Satisfação e Motivação dos Colaboradores, que se realizou pela primeira vez em Portugal em 1992, registou em janeiro de 2011 a mais elevada participação, no Grupo e em Portugal, com uma taxa de resposta de 83% e 82% respetivamente. Na sequência da informação obtida a partir destes inquéritos têm-se implementado planos de ação específicos e tem sido realizado um acompanhamento mais interventivo junto das áreas com maior necessidade de melhoria na motivação e satisfação das equipas, permitindo aumentar os níveis de satisfação e motivação em Portugal.

Inquéritos aos Clientes internos

Os resultados obtidos em Portugal e na Grécia, no inquérito global às áreas, registaram uma evolução positiva, com um índice de satisfação global de 76 p.i., no entanto nas operações na Polónia e Roménia os valores obtidos situaram-se abaixo dos 70 p.i., com valores de 65 p.i. e 66 p.i. respetivamente.

Em 2011, alargou-se o âmbito da avaliação dos serviços e aplicações de informática a todas as operações do Grupo, permitindo, assim, ter uma visão alargada e comparável sobre este serviço nos diversos países. Globalmente, os resultados foram positivos – fecho do ano com 75 pontos de satisfação, sendo que Portugal foi o país que registou o nível mais elevado de satisfação com 78 p.i.

O modelo de comunicação diário com os Colaboradores gerido a partir da plataforma de conhecimento partilhado – intranet, Millennium tv e newsletter – continua a registar um elevado nível de satisfação, com um valor de 79 p.i.

ACIONISTAS, ANALISTAS E REGULADORES

No âmbito do cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte, o Banco divulga periodicamente informação relativa aos resultados e atividade, realizando conferências de imprensa e *conference calls* com Analistas e Investidores, nas quais participam Membros do Conselho de Administração Executivo. Toda a informação relevante e reportes referidos, bem como os comunicados de imprensa, são públicos e estão disponibilizados no *site* institucional do Banco.

Em 2011, respondeu-se, pela terceira vez, ao Carbon Disclosure Project, no âmbito do reporte da estratégia de resposta às alterações climáticas. Participou-se também no ACGE, índice nacional que permite avaliar a resposta das empresas ao desafio das alterações climáticas e a uma economia de baixo carbono. Respondeu-se ainda a entidades nacionais e internacionais de análise às práticas económicas, sociais e ambientais, nomeadamente Vigeo, Oekom, Trucost e Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal).

FORNECEDORES

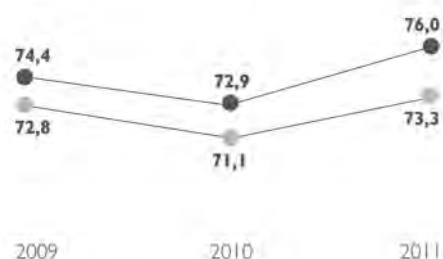
Os principais Fornecedores do Banco são empresas que publicam a sua *performance* económica, ambiental e social. O Millennium bcp em Portugal inclui um anexo aos contratos de fornecimento, designado "Princípios dos Fornecedores", no qual se estabelece a necessidade de serem cumpridos princípios de sustentabilidade. Atualmente, 430 Fornecedores subscrevem estes princípios. No âmbito do processo de avaliação anual de Fornecedores, são analisados diversos parâmetros de cumprimento dos contratos, entre os quais o respeito por estes princípios.

O Millennium bcp, em todas as operações em que está presente, continua a privilegiar o processo de compra a Fornecedores do próprio país, registando-se em Portugal um valor de 93% e nas operações internacionais um valor médio de 87%. O valor de Portugal está em linha com os registados em 2009 e 2010 e nas operações internacionais a descida de 5 pontos percentuais (p.p.), face a 2010, deve-se maioritariamente à operação de Moçambique. Na maioria dos países estão estabelecidos contratualmente 30 dias como prazo de pagamento, exceto na Roménia e na Suíça, cujos prazos são 19 e 28 dias, respetivamente, sendo que em todos os países foram respeitados os prazos de pagamento contratualizados.

SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

Atividade em Portugal

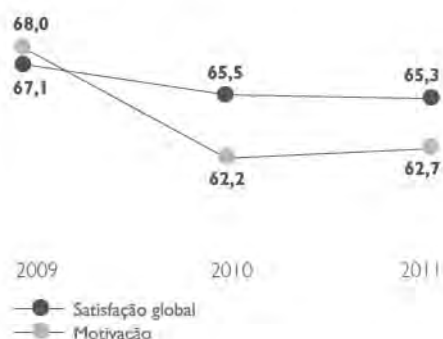
Pontos índice



SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

Atividade internacional (*)

Pontos índice



(*) Informação não disponível para a Polónia em 2009.



ESTRATÉGIA

As alterações do enquadramento macroeconómico e regulatório do setor bancário português conduziram a uma revisão da estratégia e à consolidação dos vetores estratégicos prioritários.

O Millennium bcp redefiniu a sua visão corporativa, assumindo-se como líder nacional por excelência: i) em Portugal, onde a sua liderança de mercado, vocação para a inovação e qualidade de serviço e vantagens de escala proporcionam uma sólida plataforma de negócio como base para ganhos de eficiência; ii) em Angola e Moçambique, onde é já um banco de referência e onde as oportunidades de crescimento e o forte compromisso com os países as elegem como as principais geografias com elevado potencial para suportar o crescimento a médio prazo; iii) em África, no Brasil e na China, outros mercados de afinidade onde o potencial de alavancagem do *franchise* doméstico e de acompanhamento de Clientes no exterior permitem acesso a oportunidades adicionais de negócio, em parceria e iv) reavaliação do posicionamento das operações europeias, tendo já, após a consideração de várias alternativas sido reafirmado o compromisso com o crescimento orgânico da operação polaca.

A envolvente do setor bancário português degradou-se significativamente durante 2011, em resultado da intensificação dos efeitos da crise da dívida soberana, do aumento da instabilidade institucional europeia, das incertezas quanto aos mecanismos de suporte à União Económica e Monetária e aos países sob pressão dos mercados.

Em relação a Portugal, a atenção centrou-se nos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa. Os elevados níveis de endividamento público e privado, num contexto de baixo crescimento do PIB e de reduzida competitividade externa e o agravamento do risco de crédito dos instrumentos de dívida soberana tornaram as condições de financiamento inportáveis, condicionando a atuação do Estado português e conduzindo ao pedido de assistência financeira internacional. Em 5 de maio de 2011, o Governo português, com o apoio dos principais partidos políticos, anunciou ter chegado a um memorando de acordo com o FMI, a União Europeia e o Banco Central Europeu relativamente a um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). As principais implicações do PAEF para o setor financeiro português consistem na necessidade de se: i) implementar um processo contínuo de desalavancagem via redução da carteira de crédito; ii) reduzir o financiamento junto do Eurosistema durante o período do programa; iii) alcançar um rácio de *Loans-to-Deposits* de 120% até final de 2014 e iv) cumprir com novos requisitos de solvabilidade, nomeadamente um rácio de *Core Tier I* de 9% em dezembro de 2011 e de 10% em dezembro de 2012.

Adicionalmente, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) recomendou, em 8 de dezembro de 2011, o reforço das necessidades de capital em função da exposição dos bancos à dívida soberana, por motivos de precaução. Os requisitos de solvabilidade estabelecidos pela EBA consistem num rácio de *Core Tier I* de 9% em junho de 2012 (incluindo a valorização da dívida pública a preços de mercado e deduções adicionais aos fundos próprios *core*, relacionadas com participações financeiras em instituições financeiras) e de 10% no final de 2012. Por último deverá salientar-se a transição faseada para os critérios de Basileia III a partir de 1 de janeiro de 2014.

Em 27 de julho de 2011, o Banco Comercial Português anunciou a nova agenda estratégica para o período 2011-2014, assente em torno de quatro áreas chave de atuação: i) garantir níveis de solvabilidade acima dos requisitos regulatórios (9% de *Core Tier I* em 2011 e 10% em 2012); ii) gerir o processo de desalavancagem para estabilizar as necessidades e estrutura de financiamento; iii) recuperar os níveis de rentabilidade do negócio em Portugal, com o objetivo de superar uma rentabilidade de capitais próprios de 10%, após a estabilização do ciclo e iv) focar o portefólio internacional em função do seu atrativo e recursos disponíveis. No âmbito da sua nova visão estratégica e do foco que se pretende em Portugal, África, Ásia e Brasil, as restantes operações na Europa seriam objeto de um processo de avaliação de diferentes cenários tendo em vista a apropriação de valor.

As principais iniciativas do Millennium bcp a médio prazo deverão centrar-se nos seguintes pilares:

I. REFORÇO DA LIDERANÇA EM PORTUGAL

Este pilar inclui:

- "Projeto M", que visa o lançamento de um novo modelo de negócio que procurará uma maior eficiência na abordagem ao Mass-market, um novo modelo de serviço para Afluentes e Negócios, a aposta nos Jovens ativos e *self-directed*, bem como numa plataforma multicanal líder, que deverá permitir a reconfiguração da rede de sucursais, a concentração de capacidade e a otimização de recursos;
- Reestruturação do modelo operativo, através do redesenho de processos *lean* de *front* e *back-office*, do ajuste da capacidade ao novo modelo e do reforço das capacidades de recuperação de crédito;
- Parcerias especializadas, procurando desenvolver o negócio bancário (no imobiliário, *leasing*, *factoring* e banca de investimento, entre outros) e alargar a oferta atual de produtos e serviços não bancários.

II. ANGOLA E MOÇAMBIQUE COMO PLATAFORMA DE CRESCIMENTO PARA ÁFRICA

O Millennium bcp procurará reforçar a sua base operacional para crescimento na região, reforçando a importância do negócio em África, através da intensificação dos planos de expansão em curso em Angola e em Moçambique, e ponderando a expansão a curto prazo para outros países, bem como o eventual desenvolvimento do negócio de *mobile banking*.

III. CRESCIMENTO EM NOVOS MERCADOS DE AFINIDADE

Depois da assinatura de um acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico, em setembro de 2011, para criar um banco no Brasil de forma a aceder às oportunidades do mercado brasileiro, nomeadamente nas áreas de *corporate finance* e *trade finance*, através de parcerias, o Banco aguarda a emissão de uma licença bancária. Adicionalmente, o Millennium bcp planeia também reforçar a sua presença física na China, tendo, em 2011, formalizado um pedido de licença para a abertura de uma sucursal de pleno direito nesse território.

IV. REAVALIAÇÃO DO POSICIONAMENTO DAS OPERAÇÕES EUROPEIAS

No âmbito da visão estratégica de foco em Portugal, África, Ásia e Brasil, foi iniciado um processo de revisão estratégica das restantes operações na Europa, para avaliação da criação de valor das várias opções possíveis, permitindo uma decisão sobre as respetivas participações sociais.

Em 19 de dezembro de 2011, o Banco Comercial Português, na sequência de um processo de avaliação de diferentes cenários, tendo em vista a criação de valor relativamente à operação na Polónia, e tendo abordado minuciosamente várias opções, reafirmou o seu compromisso com o desenvolvimento orgânico do Bank Millennium na Polónia. Da análise efetuada, o Banco Comercial Português concluiu que a opção que melhor defende os interesses dos seus *Stakeholders* e que melhor potencia a criação de valor é a de manutenção da sua participação no Bank Millennium. Assim, o Banco reafirmou a sua confiança no progresso da economia polaca e o seu compromisso de continuar a apoiar e sustentar o desenvolvimento orgânico do Bank Millennium, suportado pela sua forte posição no mercado de retalho, pelo baixo risco demonstrado pela sua carteira de crédito e pelos ganhos de eficiência e produtividade que têm vindo a ser alcançados com sucesso.

O Banco encontra-se a avaliar opções para reestruturar e/ou reduzir a exposição ao mercado da Grécia, tendo estabelecido um processo de avaliação de diferentes opções e oportunidades, incluindo a eventual participação no processo de consolidação do setor bancário grego, relativamente ao Millennium bank, Societé Anonyme, na Grécia.

Em relação à Roménia, a opção consiste na estabilização da operação, mantendo-se o objetivo de atingir o *break-even* a curto prazo.

AÇÃO BCP

A situação dos mercados financeiros conheceu uma deterioração progressiva em 2011, apesar do ano ter começado com a divulgação de indicadores macroeconómicos positivos, evidenciando a retoma da atividade económica a nível mundial. Diversos fatores contribuíram negativamente para esta inversão de tendência, especialmente a crise da dívida soberana europeia, os conflitos políticos no Médio Oriente, o terramoto e a crise nuclear no Japão e a degradação dos indicadores económicos, em especial nas economias desenvolvidas.

Os índices bolsistas registaram perdas avultadas na segunda metade do ano perante o agravamento da crise e a ausência de medidas de fundo para a ultrapassar. As agências de notação financeira realizaram vários cortes de *rating* da dívida soberana ao longo do ano e, consequentemente, da notação de várias empresas. A questão do défice orçamental dos Estados Unidos levou mesmo a Standard & Poor's a baixar a notação máxima de AAA ao país. Em dezembro, a mesma agência colocou sob revisão o *rating* de 15 países da Área do Euro, incluindo seis cujo *rating* tem a notação máxima, tendo, já em janeiro de 2012, procedido à revisão em baixa da notação de *rating* de nove países, dos quais quatro em dois *notches* e os restantes em um *notch*.

Já no final do ano, foram tomadas algumas medidas para conter o contágio da crise da dívida soberana, as quais deram algum alento aos mercados, designadamente uma ação coordenada entre seis Bancos Centrais para impulsionar o sistema financeiro global, a antecipação da entrada em vigor do Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira para julho de 2012 e o aumento dos fundos do Fundo Monetário Internacional.

Portugal foi dos países mais afetados com a crise da dívida soberana. Após a ajuda financeira à Grécia e à Irlanda, e na sequência da deterioração do défice orçamental, Portugal acabou por também recorrer à ajuda externa.

Desde o início do ano, o país foi assistindo a um aumento dos *spreads* de crédito implícitos nos títulos de dívida pública portuguesa, na sequência de descidas sucessivas dos *ratings* da República e das empresas portuguesas e de grande instabilidade política que acabou por resultar no pedido de ajuda externa em maio de 2011, na realização de eleições antecipadas e consequente escolha de um governo maioritário.

No âmbito do acordo de ajuda externa, Portugal comprometeu-se com um conjunto de reformas estruturais e metas orçamentais de modo a conseguir ultrapassar os desafios com que se confronta atualmente. Neste acordo, foram também estabelecidas linhas de apoio ao financiamento e à recapitalização do setor financeiro, bem como metas para o setor bancário nacional, nomeadamente novos limites mínimos para os rácios de capital, e apresentação de um plano de liquidez e capital para cada entidade financeira.

Neste contexto, o índice nacional PSI20 desvalorizou-se em 27,6%, penalizado sobretudo pelo setor bancário nacional, que acompanhou de uma forma mais acentuada as desvalorizações dos seus pares europeus.

INDICADORES RELATIVOS À AÇÃO BCP

	UNIDADES	'11	'10
COTAÇÕES AJUSTADAS			
Cotação máxima (11 de jan.'10 e 14 de mar.'11)	(€)	0,610	0,866
Cotação média anual	(€)	0,365	0,639
Cotação mínima (28 de abr.'10 e 11 de nov.'11)	(€)	0,097	0,515
Cotação de fecho	(€)	0,136	0,540
AÇÕES E CAPITALS PRÓPRIOS			
Número de ações ordinárias	(M)	7.207,2	4.694,6
Capitais próprios atribuíveis ao Grupo	(M€)	3.826,8	5.114,1
Capitais próprios atribuíveis às ações ordinárias ⁽¹⁾	(M€)	3.653,3	3.178,8
VALORES POR AÇÃO			
Resultado líquido ajustado (EPS) ^{(2) (3)}	(€)	-0,07	0,05
Valor contabilístico ⁽³⁾	(€)	0,51	0,68
INDICADORES DE VALORIZAÇÃO PELO MERCADO			
Preço de fecho como múltiplo do resultado líquido ajustado ⁽⁴⁾	(P/E)	-	12,04
Preço de fecho como múltiplo do valor contabilístico	(PBV)	0,27	0,85
Earnings yield ⁽⁴⁾	(%)	-	7,40
Capitalização bolsista de fecho	(M€)	980,2	2.732,3
LIQUIDEZ			
Volume anual transacionado	(M€)	3.297,9	4.703,1
Volume transacionado médio diário	(M€)	12,8	18,2
Quantidade de ações transacionadas	(M)	11.727,3	6.842,9
Quantidade média diária de ações transacionadas	(M)	45,6	26,5
Rotação do capital ⁽⁵⁾	(%)	193,7	146,0

(1) Capitais próprios atribuíveis ao Grupo – Ações Preferenciais – Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados emitidos em 2009 + títulos próprios relativos às ações preferenciais.

(2) Considerando o número médio de ações deduzido do número de ações próprias em carteira.

(3) Resultado líquido ajustado considera o resultado líquido do exercício deduzido dos dividendos das ações preferenciais e dos Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados emitidos em 2009.

(4) EPS a dividir pelo preço de fecho.

(5) Número total de ações transacionadas sobre o número médio anual de ações BCP emitidas.

AUMENTO DE CAPITAL

Na sequência das deliberações da Assembleia Geral de Acionistas de 18 de abril de 2011, o Banco Comercial Português, S.A. realizou um aumento do capital social de 4.694.600.000 euros para 6.064.999.986 euros, integrando as seguintes componentes:

- Aumento no montante de 120.400.000 euros, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal, com valor de emissão unitário de 0,583 euros, atribuídas gratuitamente aos Acionistas;
- Aumento no montante de 990.147.000 euros, mediante a emissão de 1.584.235.200 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão unitário de 0,625 euros, como contrapartida da oferta pública geral de aquisição de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados (Valores) no montante de 1.000.000.000 euros. Na sequência da oferta foram trocados 990.147 Valores, num montante de 990.147.000 euros, correspondentes a 99,01% do total dos Valores objeto da oferta.

- Aumento no montante de 259.852.986 euros realizado através da emissão, mediante oferta pública de subscrição de 721.813.850 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal e com o valor de emissão de 0,36 euros cada uma, oferecidas à subscrição dos Acionistas do Banco, no exercício dos respetivos direitos de preferência. No exercício de direitos de subscrição foram subscritas 701.018.935 ações, representativas de cerca de 97,1% do total de ações a emitir no âmbito da oferta, tendo ficado disponíveis para rateio 20.794.915 ações. Os pedidos suplementares de ações em rateio totalizaram 483.373.771 ações, resultando numa procura global de 1,64 vezes o total de ações oferecidas.

PERFORMANCE ABSOLUTA E RELATIVA

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, as ações BCP registaram uma cotação (em base ajustada) mínima de 0,097 euros, uma cotação máxima de 0,610 euros e uma cotação média de 0,365 euros, tendo atingido no final de 2011 a cotação de 0,136 euros.

Até finais de maio, o desempenho bolsista do BCP esteve alinhado com o setor, a nível nacional e internacional, com uma *underperformance* relativa durante o período do aumento de capital, normal nestes tipos de eventos. No período que se seguiu, as ações dos bancos portugueses foram muito penalizadas pela revisão dos seus *ratings*, na sequência de revisões do *rating* da República, bem como pela divulgação dos resultados dos sucessivos *stress tests* delineados pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

No cômputo do ano, o título BCP registou uma desvalorização de 74,8% contra 62,4% do Euronext PSI Financial Services e 32,5% do DJ Eurostoxx Banks.

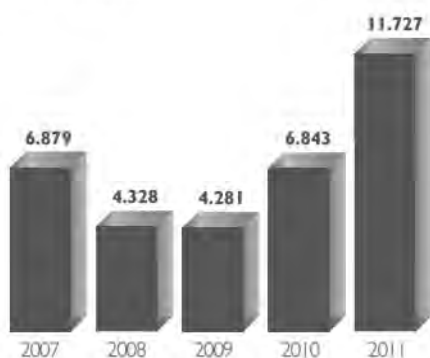
Índice	Variação total '11
Ação BCP	-74,8%
PSI20	-27,6%
IBEX	-13,1%
ASE20	-60,1%
MIB	0,0%
CAC	-17,0%
DAX	-14,7%
FTSE	-5,6%
Euronext PSI Financial Services	-62,4%
Bebanks	-31,7%
DJ Eurostoxx Banks	-32,5%
DJ Eurostoxx	-18,1%
Dow Jones	5,5%
Nasdaq	2,7%
S&P500	0,0%

Fontes: Euronext, Reuters e Bloomberg

EVOLUÇÃO DA LIQUIDEZ

Base anual

Milhões de ações



Fonte: Euronext.

LIQUIDEZ

Em 2011, registou-se um aumento significativo da liquidez do título BCP, que continua a ser um dos títulos mais transacionados no mercado nacional e o título com maior liquidez do setor financeiro.

Foram transacionadas 11.727 milhões de ações BCP durante 2011, o que representa um aumento de 71,4% em relação ao ano anterior e corresponde a um volume médio diário de 45,6 milhões de ações (26,5 milhões no ano anterior). A rotação anual da ação BCP foi a mais elevada dos títulos cotados em Portugal durante 2011, correspondendo à 194% do número médio anual de ações emitidas, (146% em 2010).

Em termos de volume de negócios, as ações BCP representaram 11,8% (3,3 mil milhões de euros) do volume global de ações transacionado no mercado regulamentado da Euronext Lisbon.

ÍNDICES EM QUE A AÇÃO BCP PARTICIPA

O título BCP integra mais de 40 índices bolsistas nacionais e internacionais, destacando-se os seguintes:

ÍNDICE	PESO (%)	POSIÇÃO
Euronext PSI Financial Services	24,30%	2
PSI20	3,38%	9
Lisbon General	1,93%	11
Euronext 100	0,66%	55
DJ Eurostoxx Banks	0,30%	31
DJ Stoxx Banks	0,13%	49
Bebanks	0,09%	44
DJ Eurostoxx	0,03%	304
Bloomberg Europe	0,01%	487

Fontes: Reuters e Bloomberg.

Para além destes índices, o Millennium bcp integra índices de sustentabilidade de que fazem parte as empresas com melhor desempenho em matérias de sustentabilidade (ambiental, social e de governação).

ÍNDICE



Aspi Eurozone



Ethibel Excellence Europe
Ethibel Excellence Euro



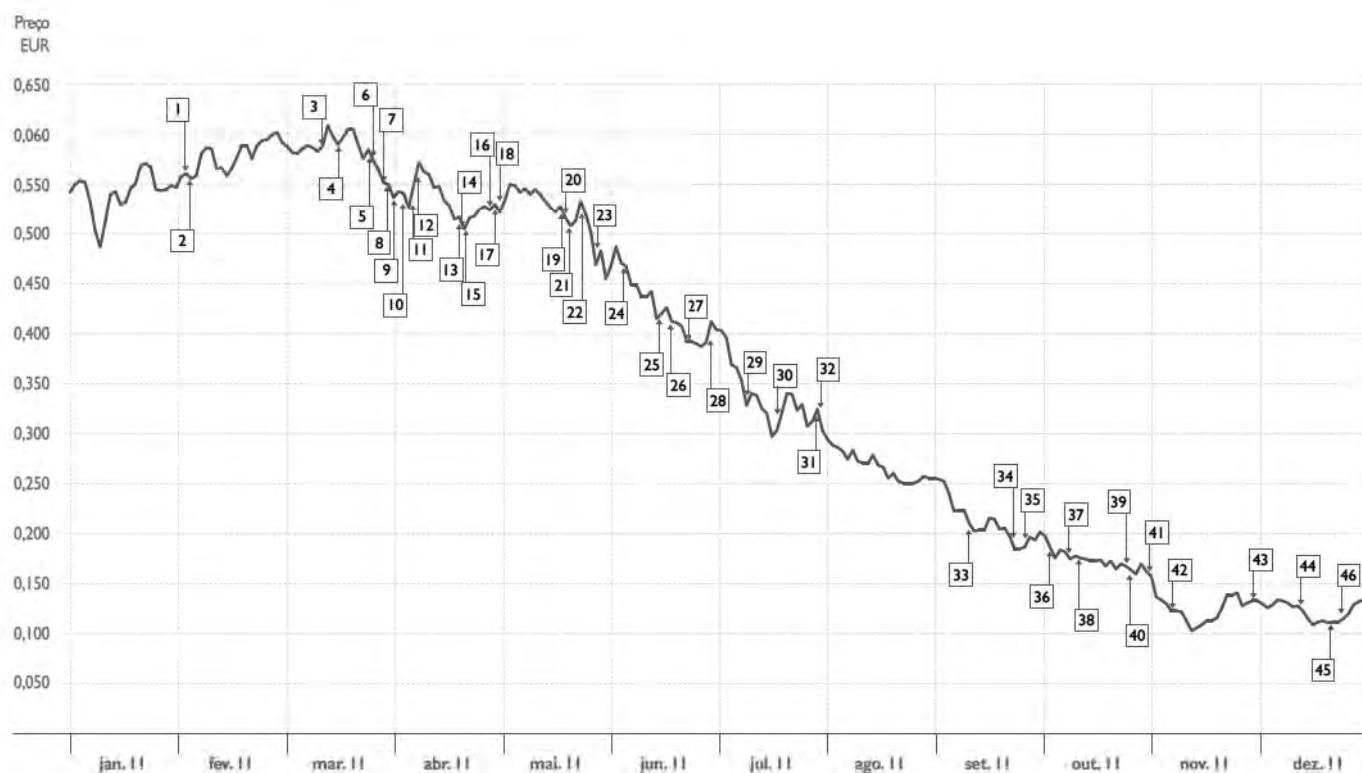
STOXX® Global ESG Leaders

PRINCIPAIS EVENTOS E IMPACTO NA COTAÇÃO DO TÍTULO

O quadro seguinte sumariza os principais eventos ocorridos em 2011, a variação da cotação, quer no dia seguinte, quer nos cinco dias subsequentes, bem como a evolução relativa face aos principais índices de referência nos períodos referidos.

N.º	Data	Facto relevante	Var. +1D	Var. face ao PSI20 (1D)	Var. face ao DJI Banks (1D)	Var. +5D	Var. face ao PSI20 (5D)	Var. face ao DJI Banks (5D)
1	01-02-2011	Resultados no 4.º trimestre de 2010 do Bank Millennium Polónia	0,5%	0,2%	-0,3%	5,2%	3,4%	3,1%
2	02-02-2011	Resultados Consolidados de 2010	-0,8%	-0,4%	-0,5%	4,5%	2,3%	3,4%
3	11-03-2011	Participação da Sonangol	3,5%	2,6%	3,2%	2,8%	3,3%	5,6%
4	15-03-2011	Decisão de <i>rating</i> da Moody's para a República Portuguesa	-1,2%	-0,2%	1,4%	-1,2%	-1,1%	-1,9%
5	24-03-2011	Decisão de <i>rating</i> da Fitch para a República Portuguesa	-1,9%	-1,7%	-1,5%	-8,3%	-6,8%	-4,8%
6	25-03-2011	Decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's para a República Portuguesa	-1,5%	-1,1%	-1,9%	-5,4%	-5,5%	-4,5%
7	28-03-2011	Decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's para o BCP	-2,3%	-2,1%	-1,2%	-4,3%	-4,8%	-2,2%
8	29-03-2011	Divulgação da proposta de aumento de capital	-0,3%	-0,9%	-0,3%	-4,6%	-4,2%	-3,5%
9	31-03-2011	Decisão de <i>rating</i> da Fitch para o BCP	1,2%	-0,2%	-1,0%	6,6%	4,6%	2,3%
10	01-04-2011	Decisão de <i>rating</i> da Fitch para a República Portuguesa	-0,3%	-0,4%	0,4%	3,8%	3,1%	1,6%
11	05-04-2011	Decisão de <i>rating</i> da Moody's para a República Portuguesa e da Fitch para o BCP	4,2%	3,9%	2,3%	3,7%	3,8%	2,3%
12	06-04-2011	Anúncio do pedido de ajuda externa pelo Governo português e decisão de <i>rating</i> da Moody's para o BCP	4,1%	2,9%	3,0%	-0,3%	-1,2%	-0,4%
13	18-04-2011	Conclusões da Assembleia Geral Anual	0,4%	-0,2%	0,4%	0,6%	0,1%	-1,7%
14	19-04-2011	Deliberações tomadas na Assembleia Geral e aviso para o aumento de capital social por incorporação de reservas	-2,3%	-2,7%	-2,9%	0,3%	0,3%	-2,1%
15	20-04-2011	Alteração do calendário de publicação dos resultados do 1.º trimestre de 2011 e Acordo de <i>Underwriting</i>	2,3%	2,5%	0,8%	4,0%	4,0%	2,1%
16	27-04-2011	Resultados no 1.º trimestre de 2011 do Bank Millennium Polónia e Consolidados do BCP	0,6%	0,1%	0,1%	1,7%	1,2%	2,9%
17	28-04-2011	Início do período de negociação dos direitos de incorporação	-0,7%	-1,1%	-1,0%	4,2%	3,0%	7,0%
18	02-05-2011	Início do período da Oferta Pública de Troca	-1,5%	-0,8%	-1,0%	2,2%	1,5%	5,0%
19	16-05-2011	Resultado da oferta pública geral de aquisição de VMPS	-1,1%	-0,9%	-0,5%	-4,7%	-2,9%	-1,9%
20	17-05-2011	Registo comercial de aumento de capital	-0,9%	-0,5%	-0,9%	-2,7%	-0,9%	-0,1%
21	19-05-2011	Aviso de exercício de direitos e deliberação do aumento de capital reservado a Acionistas	-2,2%	-1,7%	-1,4%	-1,5%	-0,2%	-0,2%
22	24-05-2011	Solicitação de garantia do Estado para emissão de dívida	3,9%	3,0%	1,8%	-5,9%	-5,4%	-9,4%
23	27-05-2011	Início do período de negociação dos direitos de preferência	-6,6%	-5,7%	-6,1%	-3,0%	-2,6%	-1,4%
24	03-06-2011	Exercício de direito de disposição sobre ações da REN	-3,3%	-2,1%	-1,8%	-10,3%	-6,1%	-6,4%
25	13-06-2011	Resultados da oferta e do rateio e apresentação dos resultados do aumento de capital	1,1%	0,4%	0,0%	-5,7%	-4,6%	-6,9%
26	15-06-2011	Registo comercial de aumento de capital e decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's para o BCP	1,2%	1,8%	1,4%	-1,9%	-1,3%	-2,9%
27	20-06-2011	Admissão à negociação das ações do aumento de capital e renúncia do Vice-Presidente do CAE	-0,2%	-1,5%	-2,0%	-5,4%	-3,2%	-1,7%
28	27-06-2011	Conclusões da Assembleia Geral	-0,8%	-0,8%	-2,1%	3,4%	-3,1%	-3,9%
29	07-07-2011	Decisão de <i>rating</i> da Moody's para a República Portuguesa	-3,6%	-2,1%	-1,2%	-11,3%	-4,5%	-5,5%
30	15-07-2011	Resultados do teste de stress e decisão de <i>rating</i> da Moody's para o BCP	-7,2%	-4,7%	-4,0%	6,0%	0,9%	0,2%
31	26-07-2011	Resultados no 1.º semestre de 2011 do Bank Millennium Polónia	-6,7%	-4,1%	-4,6%	-10,7%	-5,0%	-4,4%
32	27-07-2011	Resultados Consolidados no 1.º semestre de 2011 e ajustamento da agenda estratégica	1,6%	0,7%	0,3%	-6,2%	-1,8%	0,1%
33	07-09-2011	Parceria para o mercado brasileiro e nomeação de Vice-Presidente e distribuição dos pelouros do CAE	0,0%	-1,1%	-0,9%	-9,0%	-5,4%	-4,0%
34	19-09-2011	Esclarecimento sobre notícias relacionadas com a Polónia	0,5%	-0,5%	-0,5%	-8,9%	-4,6%	-9,6%
35	22-09-2011	Anúncio da oferta para a troca de emissões	0,0%	1,0%	-3,5%	9,3%	6,1%	-6,3%
36	30-09-2011	Alargamento do prazo da oferta para troca de emissões	-5,6%	-3,0%	-2,9%	-11,8%	-12,3%	-13,5%
37	04-10-2011	Autorização para o alargamento do montante de troca de emissões	4,6%	1,8%	0,0%	0,0%	-6,7%	-11,9%
38	07-10-2011	Resultados da troca de emissões e decisões de <i>rating</i> para o BCP	1,7%	-0,6%	-0,6%	-1,2%	-4,0%	-2,4%
39	20-10-2011	Decisão de <i>rating</i> da DBRS para o BCP	3,1%	1,7%	-0,7%	3,1%	1,7%	-10,3%
40	21-10-2011	Resultados no 3.º trimestre de 2011 do Bank Millennium Polónia	-1,2%	-0,9%	-2,9%	-4,2%	-3,4%	-13,3%
41	27-10-2011	Exercício da EBA sobre exposição a dívida soberana	-4,2%	-3,4%	-4,1%	-24,0%	-20,8%	-15,6%
42	02-11-2011	Resultados Consolidados do 3.º trimestre de 2011	-3,1%	-6,0%	-5,0%	-16,0%	-16,6%	-13,1%
43	25-11-2011	Decisão de <i>rating</i> da Fitch para o BCP	1,6%	-1,3%	-4,1%	-1,6%	-8,8%	-15,4%
44	08-12-2011	Exercício de capital do EBA	0,8%	-0,7%	-1,8%	-12,1%	-9,9%	-8,7%
45	16-12-2011	Resultados do Programa de Inspeções do Banco de Portugal e decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's para o BCP	-1,8%	-2,0%	-1,6%	6,4%	4,8%	1,5%
46	19-12-2011	Compromisso com o desenvolvimento orgânico do Bank Millennium Polónia	0,9%	0,5%	-2,3%	16,7%	14,2%	12,3%

A ilustração do comportamento da ação do BCP em 2011 é apresentada no gráfico seguinte:



POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Tendo em consideração, por um lado, os princípios de prudência de gestão do capital e, por outro, a implementação das novas regras de capital que poderão conduzir à suspensão temporária do pagamento de dividendos, o Millennium bcp, com esta condicionante, reitera a sua política de distribuição de dividendos, tendo por princípio o objetivo de distribuir cerca de 40% dos resultados líquidos.

Os valores dos dividendos distribuídos pelo Millennium bcp desde o ano de 2000 encontram-se discriminados no quadro seguinte:

Exercício	Ano de Pagamento	Dividendo Bruto por Ação (euros)	Dividendo Líquido por Ação (euros)		Payout Ratio ⁽¹⁾	Dividend Yield ⁽²⁾
			Residentes	Não Residentes		
2000 ⁽³⁾	2001	<i>scrip</i> ⁽⁵⁾	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
2001	2002	0,150	0,120	0,105	61,05%	3,30%
2002	2003	0,100	0,080	0,070	49,22% ⁽⁴⁾	4,39%
2003	2004	0,060	0,051	0,045	44,66%	3,39%
2004						
Dividendo Antecipado	2004	0,030	0,026	0,023		
Dividendo Final	2005	0,035	0,030	0,026		
Dividendo Total		0,065	0,055	0,049	41,27%	3,44%
2005						
Dividendo Antecipado	2005	0,033	0,028	0,025		
Dividendo Final	2006	0,037	0,031	0,028		
Dividendo Total		0,070	0,060	0,053	31,89%	3,00%
2006						
Dividendo Antecipado	2006	0,037	0,030	0,030		
Dividendo Final	2007	0,048	0,038	0,038		
Dividendo Total		0,085	0,068	0,068	39,36%	3,04%
2007						
Dividendo Antecipado	2007	0,037	0,030	0,030		
Dividendo Final	2008	0,000	0,000	0,000		
Dividendo Total		0,037	0,030	0,030	23,72%	1,27%
2008	2009	0,017	0,014	0,014	39,67%	2,09%
2009	2010	0,019	0,015	0,015	39,61%	2,25%
2010 ⁽³⁾	2011	<i>scrip</i> ⁽⁶⁾	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

(1) Payout ratio representa a percentagem dos resultados líquidos distribuídos aos Acionistas sob a forma de dividendo.

(2) Dividend yield representa o rendimento percentual anual expresso pela divisão do valor do dividendo bruto pela cotação da ação no final do ano a que se refere o dividendo.

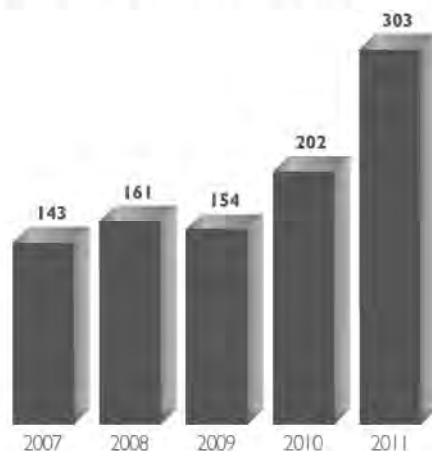
(3) Pago sob a forma de *scrip dividend* através da emissão de novas ações e a sua distribuição proporcional pelos Acionistas detentores de ações representativas do capital social do Banco.

(4) Com base no resultado líquido antes da constituição de provisões para riscos bancários gerais no valor de 200 milhões de euros.

(5) O *scrip dividend* corresponde a 0,150 euros por ação, 62,36% do resultado líquido e 2,65% do valor de cotação da ação no final do ano de 2000.

(6) O *scrip dividend* corresponde a 0,026 euros por ação, 39,79% do resultado líquido e 4,39% do valor de cotação da ação no final do ano de 2010.

REUNIÕES COM INVESTIDORES



ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES E ANALISTAS

O título BCP é alvo de cobertura por parte das principais casas de investimento nacionais e estrangeiras, que regularmente emitem recomendações de investimento e *price targets* sobre o Banco. No ano de 2011, o *price target* médio das casas de investimento que acompanham com proximidade o Banco evidenciou o impacto do agravamento da crise soberana, o pedido de ajuda externa de Portugal, as perspetivas para a economia portuguesa e mundial, bem como a pressão que tem sido exercida sobre o setor bancário face à entrada em vigor de novas exigências de capital. À data de final do ano, 12 intermediários financeiros tinham cobertura ativa da ação BCP.

Em 2011, o BCP atingiu um novo recorde: mais de 300 reuniões com investidores. O Banco fez vários *roadshows* e participou nas principais conferências do setor bancário na Europa e em Portugal, dos quais se destacam as conferências organizadas pelo HSBC, Morgan Stanley, Goldman Sachs e Santander; Euronext Portuguese Day em Nova Iorque, Nomura, BBVA, KBW, Merrill Lynch e JP Morgan.

AÇÕES PRÓPRIAS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, o Banco pode adquirir ou alienar ações próprias até ao limite de 10% do seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco Comercial Português, S.A. detinha 5.533.539 ações próprias em carteira. Durante o ano de 2011, o Banco realizou compra e venda de 144.654.349 ações próprias, correspondentes a 2,01% do capital social.

	Compras			Vendas			Total transacionado	
	Quantidade	Valor	Preço médio unitário (€)	Quantidade	Valor	Preço médio unitário (€)	Quantidade	Em % do capital social
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. (*)	71.776.293	19.131.774	0,267	72.878.056	16.783.552	0,230	144.654.349	2,01%

Desta forma, em 31 de dezembro de 2011, o Banco Comercial Português, S.A. detinha direta e indiretamente 4.431.776 ações próprias, o que equivale a 0,06% do capital social do Banco.

	31/12/2010	31/12/2011	% do capital social
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. (*)	5.533.539	4.431.776	0,06%

(*) Esta rubrica exclui em 31 de dezembro de 2011, 20.695.482 ações (31 de dezembro de 2010: 23.261.904 ações) detidas por Clientes e cuja aquisição foi financiada pelo Banco e que, considerando que para os referidos Clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 32/39 as ações do Banco por eles detidas foram, apenas para efeitos contabilísticos e em respeito por esta norma, consideradas como ações próprias.

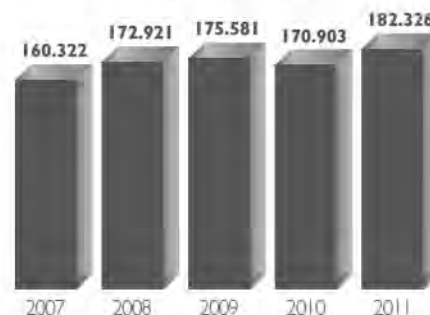
ESTRUTURA ACIONISTA

Segundo o ficheiro recebido da Central de Valores Mobiliários (CVM), em 31 de dezembro de 2011, o número de Acionistas do Banco Comercial Português atingiu o valor máximo dos últimos cinco anos: 182.326.

A estrutura acionista do Banco mantém-se muito dispersa, sendo que nenhum Acionista detém mais de 15% do capital, só sete Acionistas detêm participações qualificadas (superiores a 2% do capital) e apenas um Acionista detém uma participação acima de 10%.

Destaca-se ainda o aumento do peso dos outros Acionistas individuais, que representam agora 34% do capital (27% em 2010).

NÚMERO DE ACIONISTAS



Fonte: CVM (DPN)

Estrutura acionista	N.º de Acionistas	% do capital social
Colaboradores do Grupo	3.912	0,57%
Outros Acionistas individuais	173.831	33,76%
Empresas	4.203	22,80%
Institucionais	380	42,87%
TOTAL	182.326	100,00%

Os Acionistas com mais de cinco milhões de ações representam 63% do capital (67% no final de 2010).

N.º de ações por Acionista	N.º de Acionistas	% do capital social
> 5.000.000	81	63,00%
500.000 a 4.999.999	518	8,30%
50.000 a 499.999	9.505	15,50%
5.000 a 49.999	48.913	10,90%
< 5.000	123.309	2,20%
TOTAL	182.326	100,00%

Em 2011, registou-se um aumento da percentagem do capital social detida por Acionistas nacionais para 67% (59% no final de 2010).

N.º de ações por Acionista	Acionistas nacionais		Acionistas estrangeiros	
	Número	% capital social	Número	% capital social
> 5.000.000	44	32,10%	37	30,91%
500.000 a 4.999.999	457	6,99%	61	1,34%
50.000 a 499.999	9.166	14,90%	339	0,59%
5.000 a 49.999	47.702	10,66%	1.211	0,29%
< 5.000	119.304	2,17%	4.005	0,06%
TOTAL	176.673	66,81%	5.653	33,19%

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Em 31 de dezembro de 2011, eram os seguintes os Acionistas com participações superiores a 2% do capital social do Banco Comercial Português, S.A.:

31 de dezembro de 2011

Acionista	N.º ações	% do capital social	% dos direitos de voto
Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, EP	794.930.620	11,03%	11,04%
Membros dos órgãos de administração e fiscalização	1.159	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO SONANGOL	794.931.779	11,03%	11,04%
Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			
Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	340.563.541	4,73%	4,73%
Tedal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	53.647.851	0,74%	0,74%
Membros dos órgãos de administração e fiscalização	844.627	0,01%	0,01%
TOTAL DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE	395.056.019	5,48%	5,48%
Fundação José Berardo	238.066.347	3,30%	3,31%
Metalgest – Sociedade de Gestão, S.G.P.S., S.A.			
Metalgest – Sociedade de Gestão, S.G.P.S., S.A.	66.114.248	0,92%	0,92%
Kendon Properties	846.154	0,01%	0,01%
Moagens Associadas, S.A.	13.827	0,00%	0,00%
Cotrancer – Comércio e Transformação de Cereais, S.A.	13.827	0,00%	0,00%
Bacalhão, Vinhos de Portugal, S.A.	11.062	0,00%	0,00%
Membros dos órgãos de administração e fiscalização	20.404	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO BERARDO	305.085.869	4,23%	4,24%
Bansabadell Holding, S.L.	253.578.691	3,52%	3,52%
Banco de Sabadell, S.A.	44.454.342	0,62%	0,62%
Membros dos órgãos de administração e fiscalização	15.083	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO SABADELL	298.048.116	4,14%	4,14%
PENSÕESGERE – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	278.739.200	3,87%	3,87%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	185.382.556	2,57%	2,57%
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.	25.275.788	0,35%	0,35%
Companhia de Seguros Império Bonança, S.A.	5.167	0,00%	0,00%
Fundo de Pensões CGD	1.042.763	0,01%	0,01%
Parcaixa, S.G.P.S., S.A.	5.300.000	0,07%	0,07%
TOTAL DO GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	217.006.274	3,01%	3,01%
EDP – Imobiliária e Participações, S.A.	144.592.140	2,01%	2,01%
Fundo de Pensões EDP	70.755.665	0,98%	0,98%
Membros dos órgãos de administração e fiscalização	219.321	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO EDP	215.567.126	2,99%	2,99%
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	2.504.434.383	34,75%	34,77%

Os direitos de voto acima reportados resultam das participações diretas e indiretas dos Acionistas no capital social do Banco Comercial Português, sendo que não foram comunicadas ou apuradas quaisquer outras imputações de direitos de voto previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.



ANÁLISE FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva n.º 2003/51/CE, de 18 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho nas versões atualmente vigentes.

As demonstrações financeiras consolidadas não são diretamente comparáveis entre 2011, 2010 e 2009, como resultado da alienação em 2010 de 95% do capital social do Millennium bank na Turquia (atual Fibabanka, Anonim Sirketi) e da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA), da respetiva base de depósitos e de parte da carteira de crédito, considerando-se, no entanto, materialmente pouco relevante o impacto destas transações nos resultados e na situação patrimonial do Grupo dada a reduzida dimensão daquelas operações no contexto da atividade consolidada.

Adicionalmente, no final do exercício de 2011, tendo em consideração o acordo firmado entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os sindicatos dos trabalhadores bancários para a transferência para o Regime Geral da Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento de reformados e pensionistas, o Banco optou, em momento anterior à referida transferência, pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Na sequência da análise das alternativas permitidas pela International Accounting Standard (IAS) 19 – Benefícios a empregados, o Grupo optou por passar a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais de acordo com o método do corredor, no qual os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedessem 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo eram registados por contrapartida de resultados de acordo com a vida útil remanescente estimada dos Colaboradores no ativo.

De modo a refletir a mencionada alteração, de acordo com as IAS, esta alteração foi efetuada com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2010, pelo que foram reconhecidos nos capitais próprios a totalidade dos desvios atuariais diferidos. No âmbito das regras aplicáveis, o Grupo procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras com referência a 1 de janeiro de 2010 e a 31 de dezembro de 2010, para efeitos comparativos.

SÍNTESE FINANCEIRA

Milhões de euros

	'11	'10	'09	'08	'07	VAR. % '11/'10
BALANÇO						
Ativo total	93.482	98.547	95.550	94.424	88.166	-5,1%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾	68.046	73.905	74.789	74.295	64.811	-7,9%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	65.530	67.596	66.516	65.325	62.719	-3,1%
Capitais próprios atribuíveis aos Acionistas do Banco e Passivos subordinados	4.973	7.153	9.108	8.559	7.543	-30,5%
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
Produto bancário	2.569,6	2.902,4	2.522,3	2.872,8	2.888,0	-11,5%
Margem financeira	1.579,3	1.516,8	1.334,2	1.721,0	1.537,3	4,1%
Outros proveitos líquidos	990,3	1.385,6	1.188,1	1.151,8	1.350,7	-28,5%
Custos operacionais	1.634,2	1.543,2	1.540,3	1.670,8	1.748,6	5,9%
Imparidade						
Do crédito (líq. de recuperações)	1.331,9	713,3	560,0	544,7	260,2	86,7%
De outros riscos	825,1	227,8	126,5	315,3	190,9	262,2%
Impostos sobre lucros						
Correntes	66,9	54,2	65,6	44,0	73,0	
Diferidos	(525,7)	(39,8)	(19,4)	40,0	(3,5)	
Interesses que não controlam	85,9	59,3	24,1	56,8	55,4	44,8%
Resultado líquido atribuível a Acionistas do Banco	(848,6)	344,5	225,2	201,2	563,3	
Número médio de ações ajustado (milhares)	621.507,2	505.109,0	502.454,8	481.686,3	435.359,1	
Resultado líquido por ação básico e diluído ajustados (euros)	(0,073)	0,048	0,031	0,032	0,118	
RENDIBILIDADE						
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-22,0%	9,8%	4,6%	4,5%	14,9%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽²⁾	-28,0%	10,6%	5,7%	7,1%	17,1%	
Produto bancário/Ativo líquido médio ⁽²⁾	2,6%	3,0%	2,7%	3,1%	3,5%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	-0,8%	0,4%	0,3%	0,3%	0,7%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽²⁾	-1,3%	0,4%	0,3%	0,4%	0,8%	
Taxa de margem financeira	1,74%	1,68%	1,57%	2,06%	2,09%	
Outros proveitos/Produto bancário	38,5%	47,7%	47,1%	40,1%	46,8%	
EFICIÊNCIA						
Rácio de eficiência ^{(2) (3)}	58,4%	54,1%	62,9%	58,5%	60,2%	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal ⁽³⁾	59,9%	48,0%	59,2%	54,0%	58,4%	
Custos com pessoal/Produto bancário ^{(2) (3)}	31,9%	29,0%	35,2%	32,2%	32,7%	
QUALIDADE DO CRÉDITO						
Crédito a clientes ⁽¹⁾	71.533	76.411	76.935	75.765	66.027	-6,4%
Crédito vencido total	3.476	2.500	2.032	851	555	39,1%
Imparidade do crédito	3.488	2.506	2.157	1.480	1.222	39,2%
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total	4,5%	3,0%	2,3%	0,9%	0,7%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido há mais de 90 dias	109,1%	109,4%	119,0%	211,6%	251,8%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido total	100,3%	100,2%	106,1%	173,9%	220,4%	
CAPITAL ⁽⁴⁾						
Fundos próprios	5.263	6.116	7.541	7.057	5.897	
Ativos ponderados pelo risco	55.455	59.564	65.769	67.426	61.687	
Rácio Core Tier / ⁽³⁾	9,3%	6,7%	6,4%	5,8%	4,5%	
Rácio de adequação de fundos próprios de base ⁽⁴⁾	8,6%	9,2%	9,3%	7,1%	5,5%	
Rácio de adequação de fundos próprios ⁽²⁾	9,5%	10,3%	11,5%	10,5%	9,6%	
OUTROS INDICADORES						
Sucursais						
Atividade em Portugal	885	892	911	918	885	-0,8%
Atividade internacional	837	852	898	886	744	-1,8%
Colaboradores						
Atividade em Portugal	9.959	10.146	10.298	10.583	10.742	-1,8%
Atividade internacional	11.549	11.224	11.498	12.006	10.380	2,9%

(1) Ajustado das participações em associadas parcialmente alienadas - Millennium bank Turquia (2007 a 2008) e Millennium bcpbank ELIA (2007 a 2009).

(2) Exclui o impacto de itens específicos.

(3) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(4) Rácio de solvabilidade de acordo com o modelo de Notações Internas (IRB) em 2011 e 2010 e de acordo com o método Padrão entre 2009 e 2007 (informação detalhada na secção "Gestão do Capital").

Nota: os indicadores referentes aos exercícios de 2011 e 2010 refletem os ajustamentos efetuados às contas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

A deterioração do enquadramento macroeconómico e financeiro internacional em 2011, num contexto de generalização das tensões associadas à crise da dívida soberana na Área do Euro, agudizadas pela persistência do ceticismo quanto aos mecanismos de resolução institucional da mesma, veio adensar quer os riscos para a estabilidade financeira à escala europeia e global, quer os desafios colocados à economia nacional e ao sistema financeiro português. Com efeito, o enquadramento internacional adverso não só dificultou a correção dos desequilíbrios macroeconómicos internos, mas também condicionou a atividade e a rentabilidade dos bancos portugueses e da Área do Euro, ao limitar, nomeadamente, o acesso ao financiamento a médio e longo prazo nos mercados de dívida por grosso.

Apesar de o Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em maio de 2011, contemplar medidas que contribuem para mitigar os riscos para a estabilidade financeira em Portugal, persistiram, contudo, fatores de risco sistémico relevantes sobre os volumes de negócios e a qualidade dos ativos do sistema bancário nacional, a par do conjunto de desafios que este terá de continuar a enfrentar no curto prazo, indissociáveis das pressões adicionais sobre os rácios de capital dos bancos e do processo gradual de desalavancagem exigido à economia nacional e, em especial, ao sistema bancário.

Neste contexto, o Millennium bcp prosseguiu uma gestão proativa da sua estrutura patrimonial visando, por um lado, ajustá-la adequadamente aos novos desafios e exigências e, por outro, garantir a prossecução dos objetivos estratégicos delineados pelo Grupo, designadamente o reforço dos rácios de capital, a redução do *gap* comercial e a melhoria da eficiência na generalidade das operações, a recuperação dos níveis de rentabilidade da atividade em Portugal, nomeadamente por via da redefinição dos modelos de negócio, e o reforço da base operacional para crescimento em África sustentada no desenvolvimento das subsidiárias a operar na região, a par da exploração de novos mercados de afinidade.

O ativo total situou-se em 93.482 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com 98.547 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. O saldo de crédito a clientes, antes de imparidade do crédito, totalizou 71.533 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com 76.411 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, refletindo a contração tanto ao nível do crédito a empresas, como do crédito a particulares, determinada pela diminuição da procura, por uma maior seletividade na concessão de crédito e pelo impacto dos esforços de diminuição do *gap* comercial induzido pelo processo de gradual desalavancagem em curso.

Os recursos totais de clientes cifraram-se em 65.530 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que comparam com 67.596 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, influenciados sobretudo pelos recursos fora de balanço, não obstante o aumento dos recursos de balanço de clientes, designadamente dos depósitos de clientes, os quais atingiram na atividade em Portugal o volume de negócios máximo histórico de 33 mil milhões de euros, no decurso de 2011.

O resultado líquido foi negativo em 848,6 milhões de euros em 2011, comparando com o resultado líquido positivo de 344,5 milhões de euros em 2010 (reexpresso de acordo com a alteração da política contabilística), induzido pela atividade em Portugal, dado que o resultado líquido aumentou na atividade internacional.

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do Millennium bcp foi negativo em 848,6 milhões de euros em 2011, comparando com o lucro de 344,5 milhões de euros em 2010 (reexpresso de acordo com a alteração da política contabilística), influenciado por fatores excecionais negativos relacionados com o reforço de dotações para imparidade do crédito, pelo reconhecimento de imparidade relativa ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia, pelo aumento das dotações para imparidade de outros ativos financeiros, pelo efeito da transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e a pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social e pelo *mark-to-market* da dívida pública portuguesa. Estes fatores excecionais refletem fundamentalmente a persistência de um contexto macroeconómico nacional e internacional adverso, a par do agravamento das tensões relacionadas com a dívida soberana na Área do Euro e do aumento da incerteza nos mercados financeiros internacionais.

O resultado líquido de 2011 inclui o impacto do reforço de dotações para imparidade do crédito na sequência do Programa Especial de Inspeções, realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com as autoridades portuguesas e efetuado aos maiores grupos bancários nacionais no montante de 270,5 milhões de euros líquido de impostos, o reconhecimento de imparidade relativa ao restante *goodwill* do Millennium bank na Grécia de 147,1 milhões de euros (montante igual ao reconhecido em 2010), o reconhecimento contabilístico de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega no valor de 408,9 milhões de euros líquido de impostos e a contabilização em custos com o pessoal dos encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social de 117,0 milhões de euros líquido de impostos.

Adicionalmente, o resultado líquido de 2011 reflete o registo de perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa de 90,9 milhões de euros líquido de impostos (13,2 milhões de euros líquido de impostos em 2010), a anulação de provisões relacionadas com o Fundo de Pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo, efetuada no primeiro trimestre, e de Colaboradores relacionadas com o plano complementar de 31,4 milhões de euros líquido de impostos e o custo com reformas antecipadas de 8,7 milhões de euros líquido de impostos (5,3 milhões de euros líquido de impostos em 2010). Em 2010, o resultado líquido incorporou, também, a contabilização do ganho obtido na alienação da participação detida na Eureka, B.V. de 65,2 milhões de euros.

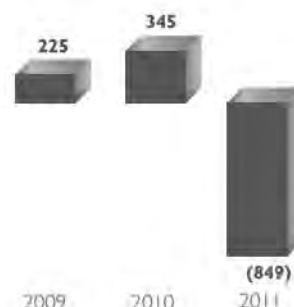
Não obstante, o resultado líquido consolidado foi favoravelmente influenciado pelo aumento da margem financeira, suportado pelos efeitos taxa de juro e volume de negócios positivos, bem como pela redução dos outros gastos administrativos, beneficiando das poupanças alcançadas na maioria dos agregados, e pelo menor nível de amortizações do exercício.

A evolução da rentabilidade em base consolidada foi determinada pelo desempenho observado na atividade em Portugal, na medida em que a atividade internacional registou um aumento dos resultados líquidos.

A atividade em Portugal foi condicionada pelos já mencionados fatores excecionais negativos, os quais foram atenuados pelo aumento da margem financeira, beneficiando do ajustamento dos *spreads* do crédito aos perfis de risco dos Clientes, pela redução dos outros gastos administrativos, repercutindo as iniciativas implementadas visando o controlo rigoroso dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros, e pelo menor nível de amortizações do exercício, designadamente de equipamento e imóveis.

RESULTADO LÍQUIDO

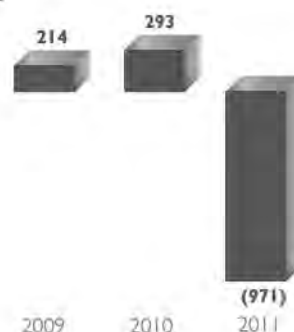
Milhões de euros



RESULTADO LÍQUIDO

Atividade em Portugal

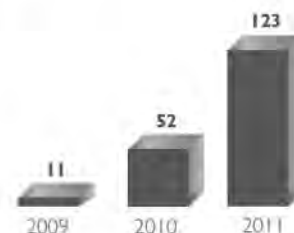
Milhões de euros



RESULTADO LÍQUIDO

Atividade internacional

Milhões de euros



ANÁLISE TRIMESTRAL DOS RESULTADOS

Milhões de euros

	'11					'10	'09
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total		
Margem financeira	401,6	406,1	389,1	382,5	1.579,3	1.516,8	1.334,2
Outros proveitos líquidos							
Rendimentos de instrumentos de capital	0,0	1,1	0,2	0,0	1,4	35,9	3,3
Comissões líquidas	195,5	205,7	193,4	194,8	789,4	811,6	731,7
Resultados em operações financeiras	26,5	(2,0)	156,7	26,4	207,6	439,4	254,5
Outros proveitos de exploração líquidos	20,2	(10,0)	(2,6)	(30,3)	(22,7)	31,0	132,3
Resultados por equivalência patrimonial	16,7	7,3	(21,9)	12,5	14,6	67,7	66,3
Total de outros proveitos líquidos	258,9	202,1	325,8	203,4	990,3	1.385,6	1.188,1
Produto bancário	660,5	608,2	714,9	585,9	2.569,6	2.902,4	2.522,3
Custos operacionais							
Custos com o pessoal	174,6	206,6	188,0	384,4	953,6	831,2	865,3
Outros gastos administrativos	139,4	144,6	142,3	158,2	584,5	601,8	570,2
Amortizações do exercício	24,8	23,1	22,5	25,7	96,1	110,2	104,8
Total de custos operacionais	338,8	374,3	352,8	568,3	1.634,2	1.543,2	1.540,3
Imparidade							
Do crédito (líquida de recuperações)	166,6	395,5	202,0	567,8	1.331,9	713,3	560,0
De outros ativos e outras provisões	31,4	(23,7)	159,3	658,1	825,1	227,8	126,5
Resultado antes de impostos	123,7	(137,9)	0,8	(1.208,3)	(1.221,6)	418,1	295,5
Impostos							
Correntes	25,3	16,9	14,9	9,8	66,9	54,2	65,6
Diferidos	(10,5)	(200,4)	(20,8)	(294,0)	(525,7)	(39,8)	(19,4)
Resultado após impostos	108,9	45,6	6,8	(924,1)	(762,8)	403,8	249,3
Interesses que não controlam	18,8	21,4	23,5	22,1	85,9	59,3	24,1
Resultado líquido atribuível aos Acionistas do Banco	90,1	24,2	(16,7)	(946,2)	(848,6)	344,5	225,2

O resultado líquido da atividade internacional foi impulsionado pelo maior nível de resultados líquidos alcançados na generalidade das subsidiárias no exterior, potenciado pelo crescimento do produto bancário induzido pelos maiores volumes de negócio e por ganhos de eficiência apesar dos investimentos em curso, destacando-se os resultados líquidos apurados pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Millennium bim em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola.

O Bank Millennium na Polónia alcançou um resultado líquido de 113,3 milhões de euros em 2011, comparando favoravelmente com os 81,3 milhões de euros apurados em 2010, potenciado pelo desempenho da margem financeira, beneficiando sobretudo do aumento do volume de crédito a clientes, apesar da forte pressão sobre a remuneração dos depósitos de clientes. Os custos operacionais evidenciaram um aumento, face a 2010, influenciado pelos outros gastos administrativos, nomeadamente os encargos relacionados com o Fundo de Garantia de Depósitos e com rendas e alugueres, não obstante o menor nível de amortizações do exercício. A evolução do resultado líquido do Bank Millennium beneficiou adicionalmente da redução das dotações para imparidade do crédito, repercutindo a melhoria da qualidade da carteira de crédito.

No Millennium bim em Moçambique o resultado líquido aumentou para 89,4 milhões de euros em 2011, face aos 52,8 milhões de euros relevados em 2010, potenciado pelo crescimento da margem financeira, beneficiando dos efeitos volume de negócios e taxa de juro positivos, bem como pelo aumento das comissões líquidas, em particular das comissões associadas à transferência de valores e cartões e à prestação de garantias, pelo maior contributo dos outros resultados de exploração, a par do menor nível de imparidades para crédito por assinatura. A evolução do resultado líquido do Millennium bim foi parcialmente mitigada pelo crescimento dos custos operacionais, em consonância com o plano de expansão do negócio em curso, embora a um ritmo inferior ao dos proveitos, possibilitando, deste modo, uma melhoria da eficiência operacional, face a 2010.

O Banco Millennium Angola registou um crescimento do resultado líquido para 33,3 milhões de euros em 2011, que compara com os 23,6 milhões de euros apurados em 2010. Este aumento reflete, essencialmente, o desempenho do produto bancário, em particular da margem financeira e das comissões líquidas, alicerçado no crescimento dos volumes de negócio, nomeadamente do crédito a empresas e dos depósitos de clientes. O resultado líquido do Banco Millennium Angola foi, todavia, condicionado pelo aumento dos custos operacionais, decorrente do recrutamento de Colaboradores e da ampliação da rede de sucursais, cobrindo já a totalidade das províncias de Angola, e pelo aumento das dotações para imparidade do crédito, acompanhando a expansão da atividade comercial evidenciada na carteira de crédito.

O Millennium bank na Grécia apresentou um resultado líquido negativo de 3,5 milhões de euros em 2011, que compara favoravelmente com o prejuízo de 16,0 milhões de euros relevado em 2010. O resultado líquido foi influenciado positivamente pelo desempenho do produto bancário, que incorpora ganhos obtidos na recompra de dívida emitida, contrariando o impacto do reforço das dotações para imparidade do crédito, como resultado da deterioração da envolvente macroeconómica, e o aumento dos custos operacionais, em particular dos custos com o pessoal e das amortizações do exercício, associado à prossecução do plano de otimização da rede de distribuição e dos custos em geral, iniciado no ano anterior e com efeitos já visíveis em 2011 na redução dos outros gastos administrativos.

A Banca Millennium na Roménia registou um resultado líquido negativo de 17,8 milhões de euros em 2011, comparando favoravelmente com o prejuízo de 23,6 milhões de euros em 2010, influenciado pelo bom desempenho da margem financeira, evidenciando sobretudo o efeito do maior volume de crédito a clientes, a par da redução da taxa de juro média dos depósitos a prazo de clientes. O resultado líquido da Banca Millennium na Roménia beneficiou, adicionalmente, da redução dos custos operacionais, materializando os impactos do redesenho de processos e do redimensionamento da rede de sucursais, bem como das menores necessidades de dotações para imparidade do crédito face a 2010.

O Millennium bcp Banque Privée na Suíça evidenciou um resultado líquido negativo de 12,0 milhões de euros em 2011, que compara com o lucro de 4,2 milhões de euros apurado em 2010. Esta evolução consubstancia, fundamentalmente, o reforço das dotações para imparidade do crédito, repercutindo a desvalorização de colaterais financeiros, e a diminuição das comissões líquidas, nomeadamente as comissões relacionadas com operações sobre títulos, como resultado do menor nível de operações de corretagem. Todavia, estes impactos foram parcialmente compensados pela redução dos custos com o pessoal.

O Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão obteve um resultado líquido que totalizou 4,6 milhões de euros em 2011, que compara com 6,0 milhões de euros em 2010, influenciado pela contração da margem financeira, refletindo a diminuição do volume de negócios a par do efeito taxa de juro desfavorável, e pelo maior nível de custos operacionais. Esta subsidiária encontra-se especialmente vocacionada para a prestação de serviços internacionais na área de *private banking*.

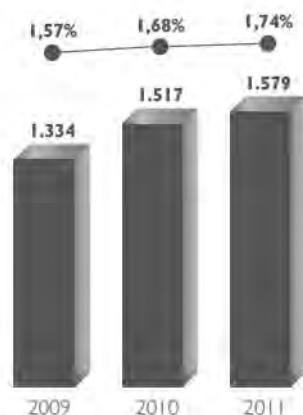
RESULTADO LÍQUIDO DE SUBSIDIÁRIAS NO EXTERIOR ⁽¹⁾

	Milhões de euros			
	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Bank Millennium na Polónia	113,3	81,3	0,3	39,3%
Millennium bim em Moçambique	89,4	52,8	52,0	69,5%
Banco Millennium Angola	33,3	23,6	14,6	41,4%
Millennium bank na Grécia	(3,5)	(16,0)	9,0	-
Banca Millennium na Roménia	(17,8)	(23,6)	(38,0)	-
Millennium bcp Banque Privée na Suíça	(12,0)	4,2	7,8	-
Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão	4,6	6,0	9,6	-23,5%

(1) Os valores apresentados não estão deduzidos dos interesses que não controlam (quando aplicável).

MARGEM FINANCEIRA

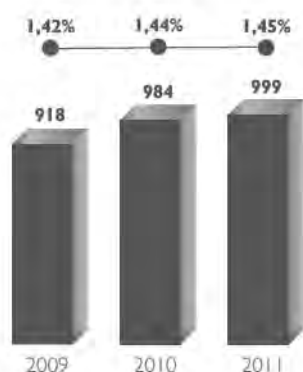
Milhões de euros



MARGEM FINANCEIRA

Atividade em Portugal

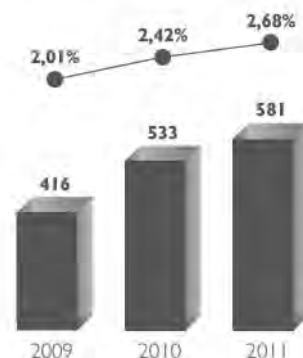
Milhões de euros



MARGEM FINANCEIRA

Atividade internacional

Milhões de euros



● Taxa de margem financeira

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira aumentou 4,1%, totalizando 1.579,3 milhões de euros em 2011, face aos 1.516,8 milhões de euros apurados em 2010, suportado pelo efeito volume de negócio positivo, no montante de 32 milhões de euros, em conjugação com o efeito taxa de juro favorável, no montante de 20 milhões de euros.

O efeito volume de negócios positivo beneficiou quer do aumento do saldo de ativos financeiros, apesar da redução do volume de crédito a clientes, resultante da diminuição da procura e da maior seletividade na concessão de crédito, quer da contração na dívida emitida e passivos financeiros, não obstante o crescimento do saldo de depósitos de clientes associado aos esforços empreendidos com vista à captação de recursos de balanço junto da base de Clientes, no âmbito do processo de desalavancagem e de reforço dos recursos estáveis (*stable funding*) na estrutura de financiamento.

Por seu turno, o efeito taxa de juro favorável beneficiou sobretudo do desempenho evidenciado pela carteira de crédito a clientes, alicerçado na prossecução de iniciativas focadas na adequação do preço ao custo do risco das operações contratadas com Clientes, e também, embora em menor escala, do efeito positivo relacionado com a carteira de ativos financeiros, não obstante a superior remuneração dos depósitos de clientes e a subida das taxas de juro dos títulos de dívida emitida e passivos financeiros, acompanhando a trajetória das taxas de juro de referência do mercado ao longo de 2011.

O aumento da margem financeira foi potenciado tanto pela atividade em Portugal, como pela atividade internacional. Na atividade em Portugal, o crescimento da margem financeira beneficiou do impacto gerado pelas operações com Clientes, destacando-se o efeito taxa de juro favorável, suportado pelo ajustamento dos *spreads* do crédito aos perfis de risco dos Clientes, num contexto de limitação no acesso aos mercados interbancários e de dívida por grosso e de aumento do custo de financiamento, não obstante o acréscimo da remuneração dos depósitos a prazo, em consonância com as iniciativas implementadas visando a retenção e captação de recursos de balanço junto da base de Clientes num enquadramento de especial intensificação competitiva. Adicionalmente, a margem financeira em Portugal foi potenciada pelo efeito volume positivo, induzido pelo aumento do negócio associado a operações com instrumentos financeiros, por via quer do aumento do saldo médio de ativos financeiros, quer da redução das responsabilidades representadas por títulos, refletindo os constrangimentos nos mercados de dívida obrigacionista.

Na atividade internacional, a subida da margem financeira foi impulsionada pelo efeito taxa de juro favorável, a par do efeito volume de negócios globalmente positivo, refletindo a evolução positiva do negócio com clientes, potenciado pelas políticas de preço adaptadas a cada geografia e pelo crescimento dos volumes de negócios. O aumento da margem financeira beneficiou da atividade desenvolvida pela generalidade das operações no exterior, destacando-se as subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola.

A análise ao balanço médio, entre 2010 e 2011, evidencia um aumento das taxas de juro médias ativas e passivas e uma estabilização do ativo líquido médio ao situar-se em 97.231 milhões de euros em 2011, que compara com 97.369 milhões de euros em 2010. Esta estabilização foi influenciada pela diminuição do saldo de ativos não geradores de juros, praticamente neutralizada pelo aumento dos ativos geradores de juros, alicerçado no crescimento do saldo médio de ativos financeiros para 12.247 milhões de euros (9.587 milhões de euros em 2010), a par do ligeiro aumento do saldo médio de aplicações em instituições de crédito, que mais do que compensaram a diminuição do saldo médio do crédito

a clientes para 72.783 milhões de euros (74.644 milhões de euros apurados em 2010). O total do passivo médio manteve-se igualmente estável, traduzindo, por um lado, os aumentos dos saldos médios de depósitos de clientes para 46.821 milhões de euros e de depósitos de instituições de crédito para 19.956 milhões de euros e, por contraponto, a diminuição dos saldos médios da dívida emitida e passivos financeiros, bem como dos passivos subordinados. O comportamento dos saldos do balanço médio reflete fundamentalmente o processo de gradual desalavancagem em curso, suportado no esforço de redução sustentada do *gap* comercial iniciado no exercício anterior.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	'11		'10		'09	
	Balanço médio	Taxa	Balanço médio	Taxa	Balanço médio	Taxa
ATIVOS GERADORES DE JUROS						
Aplicações em instituições de crédito	4.363	1,67%	3.823	1,21%	3.733	1,97%
Ativos financeiros	12.247	4,16%	9.587	3,53%	5.012	4,82%
Crédito a clientes	72.783	4,45%	74.644	3,57%	75.325	4,15%
	89.393	4,27%	88.054	3,47%	84.070	4,09%
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	818	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS GERADORES DE JUROS	89.393	4,27%	88.872	3,49%	84.070	4,09%
Ativos detidos para venda não geradores de juros	-	-	40	-	-	-
Ativos não geradores de juros	7.838	-	8.457	-	10.083	-
ATIVO TOTAL	97.231		97.369		94.153	
PASSIVOS GERADORES DE JUROS						
Depósitos de instituições de crédito	19.956	1,71%	15.087	1,40%	8.671	2,65%
Depósitos de clientes	46.821	2,92%	45.386	2,01%	44.334	2,52%
Dívida emitida e passivos financeiros	19.732	2,55%	25.286	1,53%	30.051	2,27%
Passivos subordinados	1.504	3,18%	2.254	2,96%	2.553	3,73%
	88.013	2,57%	88.013	1,79%	85.609	2,48%
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	740	-	-	-
TOTAL DE PASSIVOS GERADORES DE JUROS	88.013	2,57%	88.753	1,81%	85.609	2,48%
Passivos associados a ativos detidos para venda não geradores de juros	-	-	118	-	-	-
Passivos não geradores de juros	3.708	-	2.707	-	2.000	-
Capitais próprios e Interesses que não controlam	5.510	-	5.791	-	6.544	-
TOTAL DO PASSIVO, CAPITALS PRÓPRIOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	97.231		97.369		94.153	
TAXA DE MARGEM FINANCEIRA ⁽¹⁾		1,74%		1,68%		1,57%

(1) Relação entre os valores da margem financeira e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em 2011, 2010 e 2009, à respetiva rubrica de balanço.

Em termos de estrutura do balanço médio, o saldo médio dos ativos geradores de juros representava 91,9% do ativo líquido médio de 2011 (91,3% em 2010). O crédito a clientes manteve-se como o principal agregado da carteira de ativos, ao evidenciar um peso de 74,9% face ao total do ativo líquido médio, apesar da retração do crédito concedido a clientes face a 2010, seguindo-se a componente de ativos financeiros, ao representar 12,6% do ativo líquido médio, influenciada pelo aumento do saldo médio da carteira de títulos de investimento.

Por seu turno, na estrutura do passivo médio, os depósitos de clientes permaneceram como a principal fonte de financiamento da atividade de intermediação, ao representar 51,0% do total do passivo médio, traduzindo o especial enfoque na retenção e no crescimento dos recursos de balanço de clientes, tendo o peso da componente de dívida emitida e passivos financeiros reduzido, em 2011, para 21,5% do total do passivo médio (27,6% em 2010).

O saldo dos capitais próprios médios, em 2011, manteve-se praticamente estável face a 2010 e incorpora fundamentalmente o aumento do capital social por conversão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados em ações ordinárias e por emissão reservada a Acionistas, assim como os impactos da troca de instrumentos de dívida perpétua e de ações preferenciais por novos instrumentos de dívida, do resultado líquido negativo gerado no período em análise e da evolução do saldo das reservas de justo valor associadas aos ativos financeiros disponíveis para venda.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,74% em 2011, que compara favoravelmente com 1,68% apurada em 2010, beneficiando dos desempenhos quer da atividade em Portugal, alicerçado nos esforços de adequação dos preços das operações de crédito contratadas ao perfil de risco dos Clientes, não obstante o aumento simultâneo do custo dos depósitos a prazo de clientes, quer da atividade internacional, nomeadamente do Bank Millennium na Polónia e do Millennium bim em Moçambique.

FATORES DETERMINANTES DA VARIAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

Milhões de euros

	'11 vs. '10			Variação
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	
ATIVOS GERADORES DE JUROS				
Aplicações em instituições de crédito	7	18	2	27
Ativos financeiros	95	60	18	173
Crédito a clientes	(67)	662	(17)	578
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	(53)	(53)
TOTAL DOS ATIVOS GERADORES DE JUROS	18	702	5	725
PASSIVOS GERADORES DE JUROS				
Depósitos de instituições de crédito	69	47	16	132
Depósitos de clientes	29	421	14	464
Dívida emitida e passivos financeiros	(86)	261	(58)	117
Passivos subordinados	(22)	5	(2)	(19)
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	(31)	(31)
TOTAL DOS PASSIVOS GERADORES DE JUROS	(14)	682	(5)	663
MARGEM FINANCEIRA	32	20	10	62

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Os outros proveitos líquidos, que incluem os rendimentos de instrumentos de capital, as comissões líquidas, os resultados em operações financeiras, os outros proveitos de exploração líquidos e os resultados por equivalência patrimonial, cifraram-se em 990,3 milhões de euros em 2011, que compara com 1.385,6 milhões de euros em 2010. Este desempenho foi influenciado fundamentalmente pelos resultados em operações financeiras e também, embora em menor escala, pelos menores níveis de resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos de exploração. A evolução dos outros proveitos líquidos reflete sobretudo o desempenho da atividade em Portugal, parcialmente mitigado pelo aumento registado na atividade internacional.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Rendimentos de instrumentos de capital	1,4	35,9	3,3	-96,2%
Comissões líquidas	789,4	811,6	731,7	-2,7%
Resultados em operações financeiras	207,6	439,4	254,5	52,7%
Outros proveitos de exploração líquidos	(22,7)	31,0	132,3	-
Resultados por equivalência patrimonial	14,6	67,7	66,3	-78,4%
	990,3	1.385,6	1.188,1	-28,5%
dos quais:				
Atividade em Portugal	515,7	992,6	808,4	-48,0%
Atividade internacional	474,4	393,0	379,7	20,7%

RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, totalizaram 1,4 milhões de euros em 2011, comparando com os 35,9 milhões de euros relevados em 2010. Os dividendos registados em 2011 correspondem sobretudo aos rendimentos associados a investimentos do Grupo que integram a carteira de ações e em unidades de participação de fundos de investimento, enquanto os rendimentos de instrumentos de capital contabilizados em 2010 incorporaram, fundamentalmente, os dividendos recebidos relacionados com a participação de 2,7% detida na Eureko, B.V., a qual foi alienada em 31 de dezembro de 2010.

COMISSÕES LÍQUIDAS

As comissões líquidas situaram-se em 789,4 milhões de euros em 2011, comparando com 811,6 milhões de euros em 2010. A evolução das comissões líquidas evidencia o comportamento das comissões relacionadas com os mercados financeiros, parcialmente atenuado pelo desempenho favorável das comissões mais diretamente relacionadas com o negócio bancário. Este desempenho das comissões líquidas foi induzido tanto pela evolução da atividade em Portugal, que diminuiu 2,0%, como da atividade internacional, que registou uma queda de 4,5%, com destaque das subsidiárias na Grécia e na Suíça, enquanto no Bank Millennium na Polónia foram influenciadas fundamentalmente pelo efeito cambial de desvalorização do zloti face ao euro, não obstante o contributo favorável do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola.

As comissões mais diretamente relacionadas com o negócio bancário foram potenciadas pela diversificação e adaptação das fontes de receitas ao contexto económico-financeiro, registando um aumento de 1,0%, para 668,7 milhões de euros em 2011 (662,4 milhões de euros em 2010), suportado pelo crescimento das comissões relacionadas com operações de crédito e garantias e com a prestação de serviços bancários diversos.

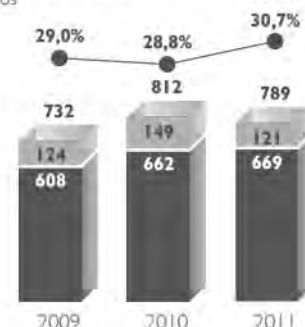
As comissões associadas ao negócio de cartões e de transferências de valores totalizaram 184,5 milhões de euros em 2011, comparando com os 185,3 milhões de euros apurados em 2010, traduzindo o desempenho da atividade em Portugal e refletindo o menor volume de proveitos relacionados com taxas de serviço e faturação, por um lado, e a estabilização das anuidades cobradas, por outro, não obstante a revisão pontual de comissões, visando adequar o preço aos custos incorridos e aos níveis de serviço prestados. Por seu turno, na atividade internacional, as comissões associadas com o negócio de cartões e transferências beneficiou da evolução positiva observada pelo Millennium bim em Moçambique e também, embora em menor escala, pelo Banco Millennium Angola.

As comissões relacionadas com operações de crédito e garantias aumentaram para 184,9 milhões de euros em 2011, subindo 3,5% face aos 178,7 milhões de euros relevados em 2010, potenciadas fundamentalmente pela atividade internacional, designadamente pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Millennium bim em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola, em conjugação com o ligeiro aumento na atividade em Portugal que, apesar da maior seletividade na concessão de crédito e da diminuição da procura determinada pelo abrandamento da atividade económica, foi favoravelmente influenciado pelas comissões associadas a garantias e avals e ao crédito especializado, designadamente a operações de *factoring*.

As comissões de *bancassurance*, que refletem as comissões recebidas pela colocação de produtos de seguros através das redes de distribuição do Banco cifraram-se em 72,7 milhões de euros em 2011 (74,3 milhões de euros em 2010) e foram condicionadas pelo ambiente económico-financeiro adverso, tendo através do conhecimento das necessidades financeiras dos Clientes conduzido a um realinhamento, operado no decurso de 2011, na estratégia de comercialização de produtos de risco dos ramos Vida e Não Vida.

COMISSÕES LÍQUIDAS

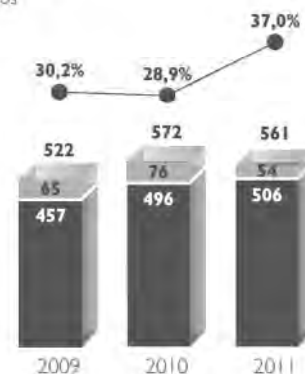
Milhões de euros



COMISSÕES LÍQUIDAS

Atividade em Portugal

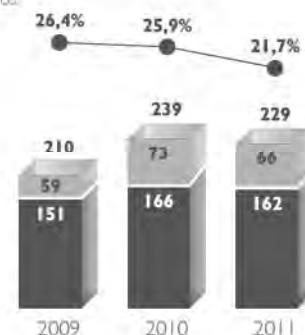
Milhões de euros



COMISSÕES LÍQUIDAS

Atividade internacional

Milhões de euros



■ Comissões bancárias
■ Comissões relacionadas com mercados
● Comissões líquidas/Produto bancário

As outras comissões diretamente relacionadas com o negócio bancário aumentaram para 226,6 milhões de euros em 2011 (224,1 milhões de euros em 2010), impulsionadas pela atividade em Portugal, não obstante o menor nível de comissões apurado na atividade internacional, em particular no Bank Millennium na Polónia. Na atividade em Portugal, a evolução das outras comissões consubstanciou, em parte, o alinhamento do preçário com a evolução do negócio bancário, tendo beneficiado do crescimento das comissões relacionadas com a gestão de contas, bem como da oferta atrativa de serviços bancários integrados, nomeadamente das comissões associadas à solução de fidelização "Cliente Frequente".

As comissões relacionadas com os mercados financeiros totalizaram 120,7 milhões de euros em 2011, comparando com 149,2 milhões de euros contabilizados em 2010, repercutindo a fraca atividade observada no mercado de capitais. Esta evolução foi influenciada quer pelas comissões associadas a operações sobre títulos, quer pelas comissões relacionadas com a gestão de ativos, ambas condicionadas pela persistência de um enquadramento particularmente adverso para a gestão de investimentos financeiros, determinado pela incerteza e pela volatilidade nos mercados financeiros.

As comissões associadas com operações sobre títulos situaram-se em 73,8 milhões de euros em 2011 (96,6 milhões de euros em 2010), refletindo o desempenho da atividade em Portugal, em particular o menor nível de comissões relacionadas com a montagem de operações, bem como da atividade internacional, particularmente induzido pela subsidiária na Suíça, associado ao menor volume de operações de corretagem.

As comissões relacionadas com a gestão de ativos totalizaram 46,9 milhões de euros em 2011 (52,6 milhões de euros em 2010), traduzindo a diminuição das comissões geradas tanto pela atividade em Portugal, como pela atividade internacional, num contexto de ajustamento das carteiras de ativos financeiros por parte dos investidores, repercutindo, em parte, os impactos induzidos pela turbulência dos mercados financeiros. O desempenho evidenciado pela atividade internacional foi sobretudo influenciado pelas subsidiárias na Polónia e na Grécia, apesar da evolução favorável registada pelo Millennium bim em Moçambique.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Millhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
COMISSÕES BANCÁRIAS				
Cartões	184,5	185,3	187,3	-0,4%
Crédito e garantias	184,9	178,7	170,4	3,5%
Bankassurance	72,7	74,3	59,7	-2,2%
Outras comissões	226,6	224,1	190,2	1,1%
SUBTOTAL	668,7	662,4	607,6	1,0%
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS				
Operações sobre títulos	73,8	96,6	76,2	-23,6%
Gestão de ativos	46,9	52,6	47,9	-10,9%
SUBTOTAL	120,7	149,2	124,1	-19,1%
COMISSÕES LÍQUIDAS TOTAIS	789,4	811,6	731,7	-2,7%
das quais:				
Atividade em Portugal	560,9	572,2	521,8	-2,0%
Atividade internacional	228,5	239,4	209,9	-4,5%

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

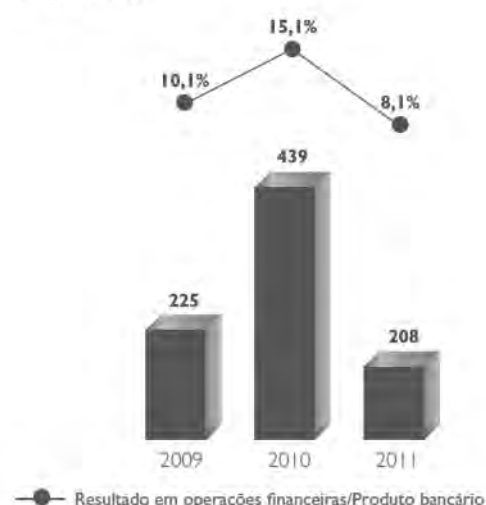
Os resultados em operações financeiras, que incorporam os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em ativos financeiros disponíveis para venda, totalizaram 207,6 milhões de euros em 2011, que comparam com os 439,4 milhões de euros apurados em 2010. Esta evolução reflete, em 2011, os impactos resultantes da instabilidade nos mercados financeiros e em particular do agravamento das tensões relacionadas com a crise da dívida soberana na Área do Euro, que determinaram uma elevada volatilidade e desvalorização da carteira de instrumentos financeiros mais diretamente expostos ao risco de mercado, parcialmente mitigados pelo aumento dos resultados em operações cambiais. Os resultados em operações financeiras induzem, em 2010, o ganho obtido no montante de 65,2 milhões de euros, relacionado com a alienação da participação de 2,7% detida no capital social da Eureka, B.V.

Os resultados em operações sobre títulos, derivados e outros foram influenciados essencialmente pelos resultados em operações de negociação e de cobertura, em particular pelo registo, em 2011, de perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa no montante de 128,1 milhões de euros (18,0 milhões de euros em 2010), a variação do justo valor relacionada com o risco de crédito de instrumentos financeiros ao *fair value option* no montante de 20,6 milhões de euros (ganhos de 204,6 milhões de euros em 2010) e a vendas de operações de crédito, apenas parcialmente contrariados pelos ganhos associados às operações de recompra de emissões próprias.

Neste âmbito, refira-se que, de acordo com as políticas contabilísticas e o mencionado impacto nos resultados em operações financeiras, o Grupo adotou a opção de justo valor (*fair value option*) como método de mensuração das emissões próprias de instrumentos financeiros que contenham derivados embutidos ou *swaps* de cobertura associados, sendo que os passivos financeiros contabilizados ao *fair value option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações e também as variações subsequentes de justo valor reconhecidos em resultados.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Milhões de euros

**RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS**

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Operações cambiais	145,2	99,4	68,8	46,1%
Operações sobre títulos, derivados e outros	62,4	340,0	185,7	-81,6%
	207,6	439,4	254,5	-52,7%
dos quais:				
Atividade em Portugal	(36,1)	294,2	94,1	-
Atividade internacional	243,7	145,2	160,4	67,9%

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos, que incluem os outros proveitos de exploração, os outros resultados de atividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos, registaram perdas líquidas de 22,7 milhões de euros em 2011, comparando com ganhos de 31,0 milhões de euros em 2010. O comportamento dos outros proveitos de exploração líquidos foi fundamentalmente influenciado pela atividade em Portugal, repercutindo o impacto em custos de exploração da contribuição tributária extraordinária sobre o setor bancário em 2011 no montante de 32,0 milhões de euros, da contribuição para o Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 16,8 milhões de euros e das perdas resultantes da diminuição de valor de ativos, embora mitigado pelo registo, no primeiro trimestre de 2011, de um proveito relacionado com prémios de seguros associados a pensões. Na atividade internacional, o menor nível de outros proveitos de exploração apurados pelas subsidiárias na Polónia e na Grécia, mais do que neutralizaram o contributo favorável do Millennium bimi em Moçambique.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Os resultados por equivalência patrimonial, que incluem os resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional, cifraram-se em 14,6 milhões de euros em 2011, comparando com 67,7 milhões de euros em 2010.

A evolução dos resultados por equivalência patrimonial foi influenciada, fundamentalmente, pela apropriação de menores resultados associados à participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas, os quais, num contexto de grande incerteza, elevada volatilidade e deterioração das condições nos mercados financeiros, foram especialmente condicionados pelo reconhecimento de perdas por imparidade relacionadas com títulos de dívida soberana e ações em carteira. Todavia, apesar da queda do volume de negócios no setor segurador, o desempenho da Millenniumbcp Ageas revelou-se superior ao do mercado, tanto em termos de provisões matemáticas do ramo Vida, como no conjunto dos ramos Não Vida.

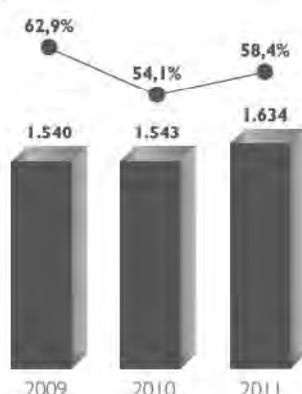
RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Millenniumbcp Ageas	17,9	69,7	57,9	-74,3%
Outros	(3,3)	(2,0)	8,4	-
	14,6	67,7	66,3	-78,4%

CUSTOS OPERACIONAIS

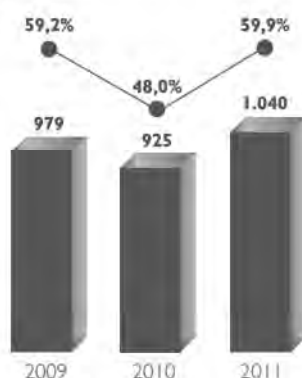
Milhões de euros



CUSTOS OPERACIONAIS

Atividade em Portugal

Milhões de euros



● Rácio de eficiência

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais, que incluem os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, situaram-se em 1.634,2 milhões de euros em 2011 (1.543,2 milhões de euros em 2010). Os custos operacionais incorporaram, em 2011, os encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social, no montante de 164,8 milhões de euros, a anulação de provisões relacionadas com o Fundo de Pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo, efetuada no primeiro trimestre, e de Colaboradores relacionadas com o plano complementar, no montante global de 44,2 milhões de euros, e custos com reformas antecipadas, no montante de 12,3 milhões de euros (7,2 milhões de euros em 2010). Os custos operacionais, excluindo os impactos anteriormente mencionados, reduziram 2,3%, suportados pelos decréscimos globais de 0,4% nos custos com o pessoal, de 2,9% nos outros gastos administrativos e de 12,8% nas amortizações do exercício, refletindo o controlo rigoroso dos custos que tem vindo a ser empreendido quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, suportado na implementação contínua de iniciativas visando a racionalização e otimização dos custos operacionais.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, totalizaram 1.040,4 milhões de euros em 2011 (925,3 milhões de euros em 2010), induzidos fundamentalmente pelos custos com o pessoal, que incorporam o conjunto de impactos anteriormente mencionado. Excluindo esses impactos, os custos operacionais da atividade em Portugal reduziram 1,1% face a 2010, repercutindo as poupanças alcançadas na generalidade das rubricas de outros gastos administrativos, materializando os esforços prosseguidos de controlo dos custos e de melhoria da eficiência operativa, bem como o menor nível de amortizações do exercício, induzido pela diminuição das amortizações relacionadas com equipamento e com imóveis.

Por seu turno, na atividade internacional, a redução dos custos operacionais traduz sobretudo o efeito decorrente da descontinuação das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, ocorrida no final de 2010, o qual

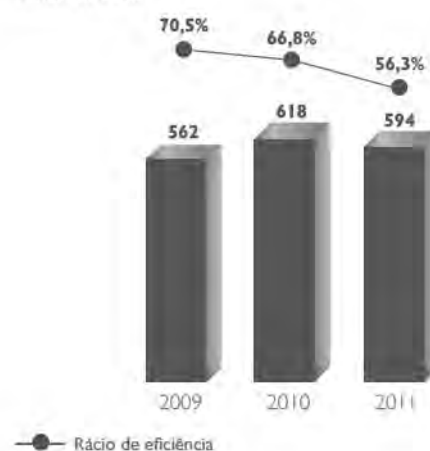
mais do que neutralizou os aumentos dos custos operacionais observados nas operações desenvolvidas na Polónia e na Grécia, associados aos planos de redimensionamento da rede de distribuição implementados naqueles mercados, e em Angola e Moçambique, traduzindo o suporte aos planos de negócio em curso nestas operações e ao reforço da base operacional naqueles mercados como plataforma de crescimento para o continente africano.

O rácio de eficiência consolidado, excluindo itens específicos, situou-se em 58,4%, em 2011 (54,1% em 2010), condicionado pela evolução dos proveitos não obstante o desempenho da componente de custos operacionais, o qual beneficiou das diversas iniciativas implementadas visando o controlo rigoroso dos custos e a melhoria da eficiência operativa. O rácio de eficiência da atividade em Portugal situou-se em 59,9% em 2011 (48,0% em 2010), enquanto na atividade internacional se fixou em 56,3% em 2011 (66,8% em 2010), alicerçado, por um lado, no aumento dos proveitos totais e, por outro, na redução dos custos operacionais, apesar do reforço da infraestrutura de suporte operacional em Angola e em Moçambique.

CUSTOS OPERACIONAIS

Atividade internacional

Milhões de euros



CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

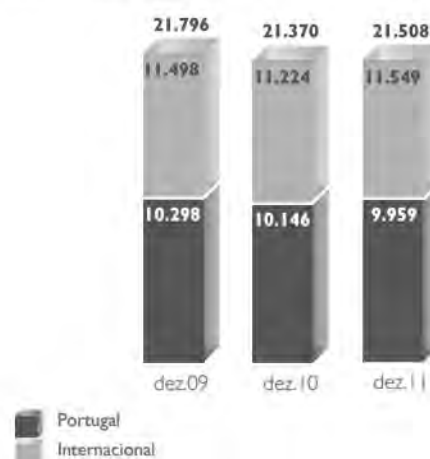
	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
ATIVIDADE EM PORTUGAL				
Custos com o pessoal	673,3	538,9	604,3	24,9%
Outros gastos administrativos	319,2	331,9	314,3	-3,8%
Amortizações do exercício	47,9	54,5	60,1	-12,1%
	1.040,4	925,3	978,7	12,4%
ATIVIDADE INTERNACIONAL				
Custos com o pessoal	280,3	292,3	261,0	-4,1%
Outros gastos administrativos	265,3	269,9	255,9	-1,7%
Amortizações do exercício	48,2	55,7	44,7	-13,5%
	593,8	617,9	561,6	-3,9%
TOTAL				
Custos com o pessoal	953,6	831,2	865,3	14,7%
Outros gastos administrativos	584,5	601,8	570,2	-2,9%
Amortizações do exercício	96,1	110,2	104,8	-12,8%
	1.634,2	1.543,2	1.540,3	5,9%

CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal cifraram-se em 953,6 milhões de euros em 2011, comparando com 831,2 milhões de euros em 2010. Os custos com o pessoal incorporam os já mencionados impactos específicos no montante total de 132,9 milhões de euros em 2011 e de 7,2 milhões de euros em 2010. Excluindo estes impactos, os custos com o pessoal reduziram 0,4% face ao ano anterior.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal situaram-se em 673,3 milhões de euros em 2011 (538,9 milhões de euros em 2010). Excluindo os impactos específicos anteriormente mencionados, globalmente centrados na atividade em Portugal, verificou-se um aumento de 1,6%, influenciado sobretudo pelo maior nível de encargos sociais, não obstante a redução dos custos com pensões e com remunerações, face ao exercício anterior. Os custos com o pessoal na atividade em Portugal refletem também a redução do quadro de efetivos, num total de 187 Colaboradores, entre o final de 2010 e o final de 2011, evidenciando a racionalização e otimização de recursos, em linha com o enfoque estratégico no redesenho de processos de *front* e *back-office* e na reconfiguração e redimensionamento da rede de distribuição.

COLABORADORES



Na atividade internacional, os custos com o pessoal totalizaram 280,3 milhões de euros em 2011 (292,3 milhões de euros em 2010), evidenciando o já mencionado efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América no final de 2010. Os aumentos de custos com o pessoal nas subsidiárias em Moçambique, Angola e Polónia foram induzidos essencialmente pelo aumento do número de Colaboradores, em particular naquelas primeiras operações, no âmbito do reforço das suas competências e capacidades operacionais. Por seu turno, o Millennium bank na Grécia evidenciou também um aumento dos custos com pessoal, induzido pela implementação de medidas de reestruturação e redefinição da atividade, inerentes à diminuição de 258 Colaboradores e de 35 sucursais. Estes desempenhos foram, contudo, parcialmente mitigados pelos menores custos com o pessoal nas subsidiárias na Suíça e na Roménia.

CUSTOS COM O PESSOAL

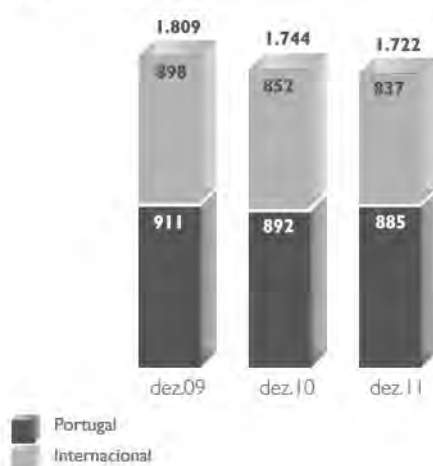
	Milhões de euros			
	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Remunerações	604,3	619,7	583,2	-2,5%
Encargos sociais obrigatórios	292,8	171,6	236,0	141,5%
Encargos sociais facultativos	44,6	29,3	35,1	52,2%
Outros custos	11,9	10,6	11,0	11,6%
	953,6	831,2	865,3	14,7%

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Os outros gastos administrativos reduziram 2,9%, totalizando 584,5 milhões de euros em 2011 (601,8 milhões de euros em 2010), beneficiando das poupanças alcançadas na maioria dos agregados, em particular dos gastos relacionados com publicidade, informática, comunicações, rendas e alugueres, conservação e reparação, outros serviços especializados e *outsourcing*.

A redução dos outros gastos administrativos incorpora sobretudo a diminuição de 3,8% na atividade em Portugal, cifrando-se em 319,2 milhões de euros em 2011, face aos 331,9 milhões de euros apurados em 2010, favoravelmente influenciada pelos menores gastos em publicidade, outros serviços especializados, *outsourcing*, comunicações, bem como em conservação e reparação. Esta diminuição dos outros gastos administrativos beneficiou do impacto das diversas iniciativas implementadas visando o controlo rigoroso dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros, a par da otimização da rede de distribuição para um total de 885 sucursais em 31 de dezembro de 2011 (892 sucursais no final de 2010), no âmbito do enfoque estratégico numa plataforma multicanal mais envolvente, integrada e transversal, possibilitando a reconfiguração da rede de sucursais e a otimização de recursos.

SUCURSAIS



Na atividade internacional, os outros gastos administrativos situaram-se em 265,3 milhões de euros em 2011, evidenciando uma diminuição de 1,7% face aos 269,9 milhões de euros apurados em 2010 suportada fundamentalmente nos menores gastos relacionados com informática, rendas e alugueres e comunicações. Esta redução traduz não só o mencionado efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, mas também os menores gastos contabilizados pela subsidiária na Grécia, os quais, no conjunto, mais do que neutralizaram os aumentos relevados pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique. Na atividade internacional, os outros gastos administrativos refletiram também o impacto do redimensionamento da rede de distribuição, evoluindo de 852 sucursais no final de 2010 para 837 sucursais em 31 de dezembro de 2011, nomeadamente na Grécia, Roménia e Polónia, no âmbito da redefinição das operações europeias, não obstante a ampliação da rede de distribuição quer no mercado angolano, quer no moçambicano, com mais 22 e 13 sucursais, respetivamente, materializando a estratégia de reforço da plataforma operacional em Angola e em Moçambique.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Água, energia e combustíveis	22,3	21,2	19,9	4,8%
Material de consumo corrente	7,0	7,7	7,7	-9,8%
Rendas e alugueres	148,4	151,0	147,6	-1,8%
Comunicações	39,5	43,3	44,4	-8,8%
Deslocações, estadas e representações	13,7	14,8	16,2	-8,0%
Publicidade	38,9	43,8	39,7	-11,3%
Conservação e reparação	39,1	41,4	40,2	-5,6%
Cartões e crédito imobiliário	16,0	16,6	14,8	-3,8%
Estudos e consultas	24,0	20,5	20,0	16,9%
Informática	23,6	28,6	27,2	-17,4%
Outsourcing e trabalho independente	90,7	92,0	77,1	-1,5%
Outros serviços especializados	31,3	32,8	29,9	-4,4%
Formação do pessoal	3,1	2,9	2,9	6,9%
Seguros	19,2	17,9	14,6	7,4%
Contencioso	12,3	8,3	7,8	48,4%
Transportes	11,1	10,1	11,2	8,9%
Outros fornecimentos e serviços	44,3	48,9	49,0	-8,6%
	584,5	601,8	570,2	-2,9%

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

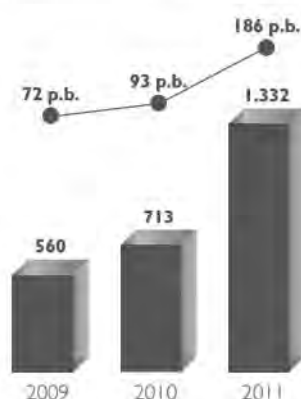
As amortizações do exercício cifraram-se em 96,1 milhões de euros em 2011, que compararam com 110,2 milhões de euros relevados em 2010, beneficiando do menor nível de amortizações apurado na generalidade das rubricas, em particular nas amortizações associadas a ativos tangíveis.

A redução das amortizações do exercício foi favoravelmente influenciada quer pela atividade em Portugal, quer pela atividade internacional. Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício diminuíram 12,1% face a 2010, repercutindo, essencialmente, a evolução das amortizações relacionadas com equipamento e imóveis, acompanhando o gradual termo do período de amortizações de investimentos realizados, não obstante o acréscimo de amortizações de *software*, no quadro de uma política seletiva de investimentos, visando a otimização e adaptação da plataforma tecnológica e aplicacional aos requisitos de negócio, a par da melhoria da eficiência operacional.

As amortizações do exercício na atividade internacional, que representavam 50% do montante consolidado em 2011 (51% em 2010), registaram uma redução entre 2010 e 2011, tendo sido influenciadas quer pelo já referido impacto da alienação das subsidiárias na Turquia e nos Estados Unidos da América, quer pela redução do nível de amortizações nas subsidiárias da Polónia, da Roménia e de Moçambique, não obstante os aumentos de amortizações evidenciados pelo Millennium bank na Grécia, relacionado com a amortização dos ativos tangíveis afeto às sucursais encerradas, e pelo Banco Millennium Angola, como resultado dos investimentos realizados no âmbito da estratégia de crescimento orgânico nesta geografia.

IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)

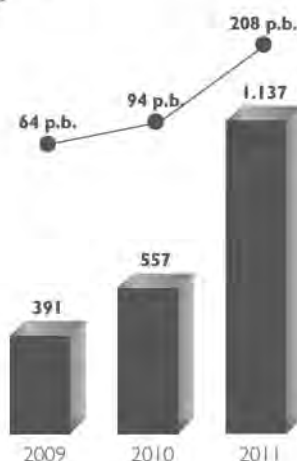
Milhões de euros



IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)

Atividade em Portugal

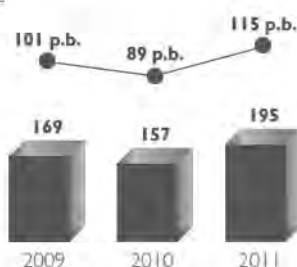
Milhões de euros



IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)

Atividade internacional

Milhões de euros



● Em % crédito total

IMPARIDADE DO CRÉDITO E RECUPERAÇÕES DE CRÉDITO

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) situou-se em 1.331,9 milhões de euros em 2011, comparando com 713,3 milhões de euros em 2010, como resultado da avaliação da carteira de crédito num contexto macroeconómico e financeiro adverso, com impacto na deterioração da situação financeira das famílias e das empresas em diversos setores de atividade. A imparidade do crédito (líquida de recuperações) inclui, em 2011, um reforço de dotações, no montante de 381,0 milhões de euros, efetuado na sequência do Programa Especial de Inspeções, realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com as autoridades portuguesas, efetuado aos maiores grupos bancários nacionais.

A evolução da imparidade do crédito (líquida de recuperações) incorpora o reforço das dotações para imparidade do crédito na atividade em Portugal, induzido pelo impacto do ajustamento relacionado com a inspeção especial anteriormente referida e pelo comportamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, não obstante a implementação de iniciativas visando atenuar o agravamento dos níveis de incumprimento, nomeadamente através da monitorização e da gestão proativa de mecanismos de prevenção do risco, bem como através da renegociação e reforço de colaterais dos créditos com imparidade.

Na atividade internacional, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) foi influenciada pelo maior nível de dotações apurado pelas subsidiárias na Grécia, em resultado da deterioração da envolvente macroeconómica e do agudizar das tensões associadas à dívida soberana, na Suíça, refletindo a desvalorização de colaterais financeiros e, embora em menor volume, em Moçambique e Angola, na sequência da expansão dos volumes de negócios. Por seu turno, as dotações para imparidade do crédito no Bank Millennium na Polónia evidenciaram uma redução face a 2010, beneficiando da melhoria da qualidade da carteira de crédito, materializada num menor nível de imparidades associadas ao crédito a empresas e na estabilização das imparidades relacionadas com o crédito a particulares.

O custo do risco, calculado pela proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) em função da carteira de crédito situou-se em 186 pontos base em 2011, que compara com os 93 pontos base relevados em 2010.

IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA DE RECUPERAÇÕES)

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Dotações para imparidade do crédito	1.353,2	743,8	593,4	81,9%
Recuperações de crédito	21,3	30,5	33,4	-30,3%
	1.331,9	713,3	560,0	86,7%
Custo do risco:				
Dotações em % do crédito (bruto)	189 p.b.	97 p.b.	77 p.b.	92 p.b.
Dotações líquidas de recuperações em % do crédito (bruto)	186 p.b.	93 p.b.	72 p.b.	93 p.b.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

As outras imparidades e provisões agregam as rubricas de dotações para imparidade de outros ativos financeiros, para imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, para imparidade do *goodwill*, bem como as dotações para outras provisões.

As outras imparidades e provisões cifraram-se em 825,1 milhões de euros em 2011, que comparam com 227,8 milhões de euros apurados em 2010. O montante de outras imparidades e provisões incorpora, fundamentalmente, o reconhecimento contabilístico de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega no montante de 533,5 milhões de euros e o reconhecimento de imparidade relativa ao restante *goodwill* do Millennium bank na Grécia, no montante de 147,1 milhões de euros (montante igual ao reconhecido em 2010), no seguimento do processo de avaliação do valor recuperável do *goodwill* de participações financeiras registado no ativo do Grupo, tendo em consideração o impacto estimado da deterioração da situação económica e financeira da Grécia e em conformidade com o disposto na IAS 36 e com a política contabilística do Grupo.

Paralelamente, as outras imparidades e provisões incorporam o comportamento das dotações para imparidade de ativos recebidos em dação na atividade em Portugal que, no âmbito do processo de reavaliação regular destes ativos, apresentaram uma descida do respetivo valor de mercado, a par do aumento das dotações de provisões associadas a outros compromissos. Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões reduziram na generalidade das subsidiárias, face a 2010, em particular no Millennium bim em Moçambique, no Banco Millennium Angola e no Bank Millennium na Polónia.

IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros ascenderam a -458,9 milhões de euros em 2011, montante que compara com 14,3 milhões de euros apurados em 2010.

Os referidos impostos incluem o custo por impostos correntes no montante de 66,9 milhões de euros (54,2 milhões de euros em 2010), líquido do proveito por impostos diferidos no montante de 525,7 milhões de euros (39,8 milhões de euros em 2010).

O proveito por impostos diferidos apurado em 2011 respeita, sobretudo, a perdas por imparidade não dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável de 2011 e a prejuízos fiscais apurados no exercício.

INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os interesses que não controlam incorporam a parte atribuível a terceiros dos resultados de empresas subsidiárias consolidadas pelo método integral nas quais o Grupo não detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

Os interesses que não controlam refletem, essencialmente, os resultados atribuíveis a terceiros relacionados com as participações detidas no capital social do Bank Millennium na Polónia, do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola, situando-se em 85,9 milhões de euros em 2011, comparando com os 59,3 milhões de euros apurados em 2010, potenciados pelos aumentos dos resultados líquidos relevados pela totalidade daquelas subsidiárias, nomeadamente pelo Millennium bim, seguindo-se o Bank Millennium na Polónia e pelo Banco Millennium Angola.

ANÁLISE DO BALANÇO

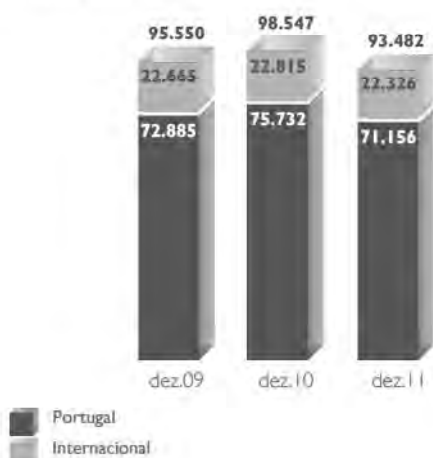
O enquadramento macroeconómico nacional desfavorável traduziu-se numa progressiva deterioração da situação financeira das famílias e das empresas, com reflexo numa transversal e crescente materialização do risco de crédito ao longo de 2011 e na simultânea diminuição da procura, sobretudo pelos particulares, e maior seletividade na concessão de crédito pelas instituições financeiras. Paralelamente, o agravamento das tensões e das condições de financiamento nos mercados de dívida internacionais criou dificuldades ao financiamento do Estado português na primeira metade do ano e ocasionou uma exposição relevante de alguns bancos ao risco soberano nacional, que, por um lado, se traduziu numa maior vulnerabilidade do setor bancário nacional, mas que, por outro, reforçou a sua capacidade de obtenção de financiamento estável por via do recurso a operações de crédito junto do Banco Central Europeu (BCE) e ao refinanciamento pontual no mercado *repo*, utilizando como colateral os títulos de dívida elegíveis em carteira, especialmente relevantes num contexto de forte limitação no acesso aos mercados de dívida por grosso.

Num enquadramento económico e financeiro particularmente adverso para o sistema bancário nacional, o Millennium bcp prosseguiu, conforme referido anteriormente, uma gestão proativa da sua estrutura patrimonial, procurando, por um lado, ajustá-la às novas exigências decorrentes do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, designadamente a prossecução de metas muito exigentes definidas para os rácios de capital e de transformação, visando o reforço da solidez e a desalavancagem gradual ao longo dos próximos exercícios, e, por outro, compatibilizando-a com as orientações estratégicas do Grupo.

O ativo total atingiu 93.482 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compara com os 98.547 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2010.

ATIVO TOTAL

Milhões de euros



O crédito a clientes, antes da imparidade para crédito, diminuiu 6,4%, totalizando 71.533 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (representando 76% do ativo total), face aos 76.411 milhões de euros relevados no final do exercício anterior. Esta evolução decorre, fundamentalmente, dos condicionalismos acima mencionados, com consequências na diminuição da procura e na maior seletividade na concessão de crédito. Acresce que a contração da carteira de crédito se encontra também influenciada pela venda de algumas operações de crédito, a qual acelerou o *deleverage* e possibilitou a libertação de recursos com vista a serem direcionados para o financiamento a Clientes.

A carteira de títulos, que representa 12,9% do ativo total, reduziu tanto ao nível dos ativos financeiros detidos até à maturidade, como dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda. Com efeito, os ativos financeiros detidos até à maturidade reduziram 23,5%, cifrando-se em 5.160 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (6.745 milhões de euros no final de 2010), refletindo a menor exposição a títulos de dívida pública portuguesa e o impacto do reconhecimento de imparidades

associadas a títulos de dívida soberana grega, bem como o reembolso de obrigações de emissores privados nacionais. Por seu turno, a carteira dos ativos financeiros detidos para negociação e dos ativos financeiros disponíveis para venda reduziu para 6.919 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (7.709 milhões de euros no final de 2010), como resultado da diminuição progressiva da exposição a dívida pública portuguesa, com incidência nos Bilhetes do Tesouro e outros títulos, na medida em que a carteira de Obrigações do Tesouro e de outros emissores públicos foi reforçada em 2011, bem como pela menor exposição a dívida pública da Polónia.

O passivo total reduziu 4,1%, situando-se nos 89.108 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, face aos 92.935 milhões de euros no final de 2010, influenciado fundamentalmente pelas reduções dos passivos subordinados (-43,8%), dos outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados (-36,1%) e dos títulos de dívida emitidos (-10,5%), os quais continuaram a ser fortemente condicionados pela persistente limitação de acesso ao financiamento nos mercados de dívida por grosso, não obstante o Grupo ter concretizado, em 2011, algumas emissões de obrigações com vista ao reforço da *pool* de ativos elegíveis para redesconto junto de Bancos Centrais. Sublinhe-se, contudo, o efeito conjunto praticamente neutro no total do passivo, resultante: i) da diminuição de 11,7% dos depósitos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito para um total de 17.723 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (20.077 milhões de euros no final de 2010), traduzindo o menor recurso ao financiamento junto do BCE e ii) do aumento de 4,2% dos depósitos de clientes, os quais atingiram os 47.516 milhões de euros (45.609 milhões de euros no final de 2010), como resultado do enfoque estratégico do Millennium bcp na redução do *gap* comercial e no crescimento e na retenção de recursos de balanço de clientes.

Os capitais próprios evoluíram de 5.612 milhões de euros no final de 2010 para 4.374 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (-1.238 milhões de euros), incluindo o efeito do aumento do capital social por incorporação de reservas de prémios de emissão, por conversão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados em ações ordinárias e por oferta pública de subscrição reservada a Acionistas, no montante global de 1.370 milhões de euros, cujo impacto líquido nos capitais próprios se cifrou em 260 milhões de euros. Todavia, a evolução dos capitais próprios foi influenciada, sobretudo, pelos impactos desfavoráveis resultantes: i) do apuramento, em 2011, de resultados líquidos negativos de 849 milhões de euros; ii) da troca de instrumentos de dívida perpétua e de ações preferenciais (-388 milhões de euros); iii) da variação negativa das reservas de justo valor associadas aos ativos financeiros disponíveis para venda (-247 milhões de euros), relacionada, designadamente, com a carteira de títulos detida pela Millenniumbcp Ageas, na proporção da participação de 49,0% detida pelo Grupo nesta Sociedade e com títulos de dívida pública e obrigações de outros emissores públicos nacionais em carteira e iv) do pagamento da remuneração de ações preferenciais, no montante de 57 milhões de euros.

Conforme referido anteriormente, o Grupo optou, em momento anterior à transferência das responsabilidades com pensões em pagamento de reformados e pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social, pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais. De acordo com as IAS, esta alteração foi efetuada com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2010, pelo que foram reconhecidos nos capitais próprios a totalidade dos desvios atuariais diferidos. No âmbito das regras aplicáveis, o Grupo procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras com referência a 1 de janeiro de 2010 e a 31 de dezembro de 2010, para efeitos comparativos.

BALANÇO AGREGADO EM 31 DE DEZEMBRO

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
ATIVO				
Disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais e instituições de crédito	6.606	5.087	5.110	29,9%
Crédito a clientes	68.046	73.905	75.191	-7,9%
Ativos financeiros detidos para negociação	2.145	5.136	3.357	-58,2%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.774	2.573	2.699	85,5%
Ativos financeiros detidos até à maturidade	5.160	6.745	2.027	-23,5%
Investimentos em associadas	305	396	439	-22,9%
Ativos não correntes detidos para venda	1.105	997	1.343	10,8%
Outros ativos tangíveis, goodwill e ativos intangíveis	876	1.018	1.181	-14,0%
Ativos por impostos correntes e diferidos	1.617	1.010	609	60,2%
Outros ⁽¹⁾	2.848	1.680	3.594	69,5%
TOTAL DO ATIVO	93.482	98.547	95.550	-5,1%
PASSIVO				
Depósitos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	17.723	20.077	10.306	-11,7%
Depósitos de clientes	47.516	45.609	46.307	4,2%
Títulos de dívida emitidos	16.236	18.137	19.953	-10,5%
Passivos financeiros detidos para negociação	1.479	1.176	1.072	25,7%
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.579	4.038	6.346	-36,1%
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	436	-
Passivos subordinados	1.147	2.039	2.232	-43,8%
Outros ⁽²⁾	2.428	1.859	1.678	30,6%
TOTAL DO PASSIVO	89.108	92.935	88.330	-4,1%
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital	6.065	4.695	4.695	29,2%
Títulos próprios	-11	-82	-86	-86,1%
Prémio de emissão	72	192	192	-62,7%
Ações preferenciais	171	1.000	1.000	-82,9%
Outros instrumentos de capital	10	1.000	1.000	-99,0%
Reservas de justo valor	-390	-166	94	134,1%
Reservas e resultados acumulados	-1.242	-1.869	-244	-33,6%
Lucro do período atribuível aos Acionistas do Banco	-849	344	225	-346,4%
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	3.826	5.114	6.876	-25,2%
Interesses que não controlam	548	498	344	10,1%
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS	4.374	5.612	7.220	-22,0%
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	93.482	98.547	95.550	-5,1%

(1) Inclui Ativos com acordo de recompra, Derivados de cobertura, Propriedades de investimento e Outros ativos.

(2) Inclui Derivados de cobertura, Provisões, Passivos por impostos correntes e diferidos e Outros passivos.

CRÉDITO A CLIENTES

A conjuntura desfavorável e o reforço das exigências regulamentares conduziram a uma maior seletividade na concessão de crédito a clientes, tendo em vista a prossecução dos objetivos de diminuição do *gap* comercial e de progressiva desalavancagem a prosseguir ao longo dos próximos exercícios. O Millennium bcp procurou adequar a sua proposta de valor à satisfação das necessidades de financiamento dos Clientes neste novo contexto, em especial das empresas, designadamente através da disponibilização de soluções inovadoras de gestão de tesouraria e de suporte à exportação, do apoio no acesso às linhas de crédito institucionais disponíveis, a par de serviços de valor acrescentado, nomeadamente na área do crédito especializado, em apoio ao desenvolvimento da atividade das empresas Clientes.

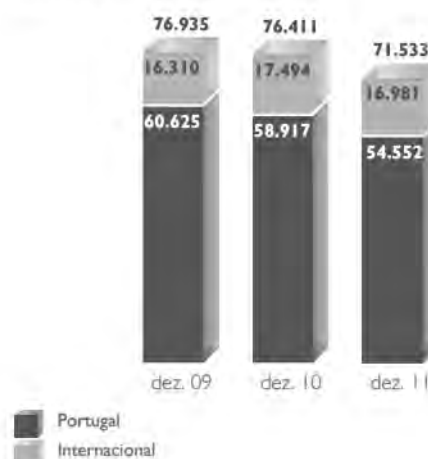
O crédito a clientes diminuiu 6,4%, situando-se em 71.533 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, face aos 76.411 milhões de euros relevados em igual data de 2010. Esta evolução foi determinada fundamentalmente pela retração na atividade em Portugal (7,4%), em simultâneo com o decréscimo verificado na atividade internacional face ao final de 2010, apesar dos aumentos sustentados nas carteiras de crédito do Millennium bim e do Banco Millennium Angola, embora evidenciando volumes ainda relativamente modestos, mas denotando a receptividade das propostas de valor inovadoras disponibilizadas pelo Grupo nestes mercados que evidenciam um elevado potencial de crescimento.

O comportamento do crédito a clientes evidencia a contração verificada tanto ao nível do crédito concedido a empresas (-9,4%), o qual se cifrou em 36.728 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, como do crédito a particulares (-3,0%), traduzindo, por um lado, o impacto dos esforços de desalavancagem gradual em curso através, nomeadamente, da alienação de créditos específicos e, por outro, a deterioração da confiança das empresas e das famílias com reflexo na contração do investimento em bens duradouros e consequente diminuição da procura de crédito.

Com efeito, o abrandamento na concessão de crédito a clientes particulares, em 2011, decorreu quer da menor procura de crédito ao consumo e hipotecário, como resultado da apreciação negativa sobre a evolução futura do rendimento disponível das famílias, quer da maior seletividade e exigência na concessão, designadamente na diminuição dos montantes dos empréstimos face ao valor real das habitações (garantia), enquanto a retração no crédito a empresas continuou a verificar-se essencialmente nos setores de atividade tradicionalmente mais dependentes da evolução da procura interna, como nos casos do serviços, comércio e construção.

CRÉDITO A CLIENTES (*)

Milhões de euros



(*) Antes de imparidades para crédito e excluindo o Millennium bcpbank EUA.

CRÉDITO A CLIENTES (*)

Milhões de euros

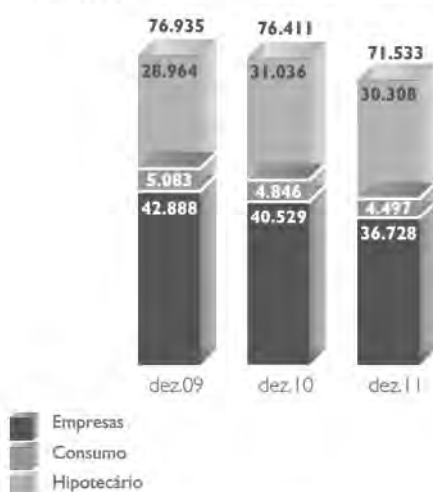
	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
PARTICULARES				
Hipotecário	30.308	31.036	28.964	-2,3%
Consumo	4.497	4.846	5.083	-7,2%
	34.805	35.882	34.047	-3,0%
EMPRESAS				
Serviços	14.802	16.041	16.405	-7,7%
Comércio	4.254	4.603	5.205	-7,6%
Construção	4.991	5.091	5.453	-2,0%
Outros	12.681	14.794	15.825	-14,3%
	36.728	40.529	42.888	-9,4%
CRÉDITO A CLIENTES	71.533	76.411	76.935	-6,4%
Créditos relacionados com ativos parcialmente alienados (1)	-	-	413	-
TOTAL	71.533	76.411	77.348	

(*) Antes de imparidades para crédito.

(1) Millennium bcpbank EUA.

CRÉDITO A CLIENTES (*)

Milhões de euros



(*) Antes de imparidades para crédito e excluindo o Millennium bcpbank EJA.

Entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, a estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos de diversificação, com o crédito a empresas a representar 51,3% do crédito total concedido, enquanto o crédito a particulares representava 48,7% da carteira de crédito a clientes.

O crédito a particulares situou-se em 34.805 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, registando uma diminuição de 3,0% face aos 35.882 milhões de euros relevados no final de 2010, determinada pela redução tanto do crédito ao consumo como do crédito hipotecário, embora com uma preponderância em volume do crédito à habitação, o qual representava 87,1% do crédito a particulares, totalizando 30.308 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

A evolução do crédito à habitação em 2011 foi influenciada, fundamentalmente, pelo desempenho da atividade em Portugal (-3,4%), condicionado pela conjuntura económica e financeira particularmente adversa, dado que na atividade internacional registou um ligeiro aumento (0,4%) face ao final de 2010, determinado sobretudo pelas subsidiárias na Polónia, Roménia e Moçambique.

O crédito ao consumo situou-se em 4.497 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compara com os 4.846 milhões de euros no final de 2010, preservando, contudo, o peso relativo (6,3%) na estrutura da

carteira de crédito concedido a clientes. Para esta evolução contribuíram tanto a atividade em Portugal, que reduziu 8,0% face ao final de 2010, como a atividade internacional (-6,0%), influenciada pelos desempenhos das operações na Polónia e na Grécia, não obstante o forte dinamismo no crédito ao consumo demonstrado pelo Millennium bim.

O crédito a empresas cifrou-se em 36.728 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compara com os 40.529 milhões de euros em igual data de 2010. A tendência de abrandamento na concessão de crédito a empresas foi ampliada em 2011 por efeito do início do processo de desalavancagem da economia nacional, seja por via de ajustamento dos balanços das empresas, através da redução dos níveis de endividamento bancário de modo a alcançarem estruturas de financiamento mais estáveis, seja pela maior limitação dos bancos no acesso ao financiamento nos mercados financeiros e consequente maior seletividade na concessão de crédito, sem prejuízo de o Millennium bcp ter continuado a apoiar as empresas Clientes com planos de negócio e de investimento sustentáveis a prazo.

Neste âmbito, destacam-se o suporte às empresas exportadoras e com estratégias de internacionalização, bem como o apoio aos negócios e iniciativas empreendedoras e a participação nas linhas de crédito às Pequenas e Médias Empresas (PME), nomeadamente no âmbito dos protocolos celebrados com o IAPMEI e a PME Investimentos, em especial nos programas PME Investe/QREN e Export Investe. O desempenho do crédito a empresas foi influenciado quer pela atividade em Portugal, a qual registou uma redução de 10,1%, com especial incidência nas redes Corporate e Banca de Empresas, quer pela atividade internacional, não obstante os maiores níveis de crédito concedido a empresas pelas subsidiárias em Moçambique e em Angola.

CRÉDITO A CLIENTES (*)

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
HIPOTECÁRIO				
Atividade em Portugal	21.768	22.533	21.518	-3,4%
Atividade Internacional	8.540	8.503	7.446	0,4%
	30.308	31.036	28.964	-2,3%
CONSUMO				
Atividade em Portugal	2.689	2.922	3.305	-8,0%
Atividade Internacional	1.808	1.924	1.778	-6,0%
	4.497	4.846	5.083	-7,2%
EMPRESAS				
Atividade em Portugal	30.094	33.461	35.802	-10,1%
Atividade Internacional	6.634	7.068	7.086	-6,1%
	36.728	40.529	42.888	-9,4%
CRÉDITO A CLIENTES				
Atividade em Portugal	54.552	58.917	60.625	-7,4%
Atividade Internacional	16.981	17.494	16.310	-2,9%
	71.533	76.411	76.935	-6,4%
Créditos relacionados com ativos parcialmente alienados (1)	-	-	413	
TOTAL	71.533	76.411	77.348	

(*) Antes de imparidades para crédito.

(1) Millennium bcpbank ELIA.

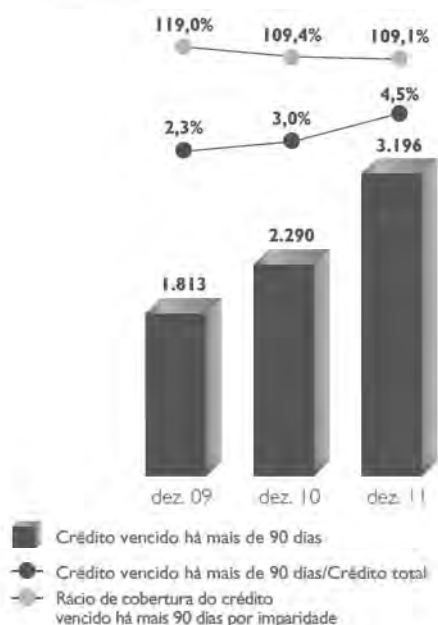
A qualidade da carteira de crédito, avaliada pelos níveis dos indicadores de incumprimento, nomeadamente pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 4,5% em 31 de dezembro de 2011 (3,0% em 31 de dezembro de 2010), repercutindo a progressiva deterioração da situação económica e financeira das famílias e das empresas com reflexo numa crescente materialização do risco de crédito ao longo de 2011, não obstante o reforço dos mecanismos de prevenção e controlo do risco e os esforços de atuação integrada das áreas comerciais em estreita articulação com as áreas de recuperação de crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades situou-se em 109,1% em 31 de dezembro de 2011, comparando com 109,4% em igual data de 2010, evidenciando níveis de cobertura praticamente estáveis, face ao final de 2010, tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional.

O crédito com incumprimento que, de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal, inclui o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento, situou-se em 6,2% do crédito total em 31 de dezembro de 2011, comparando com 4,5% apurado na mesma data de 2010. Por seu turno, o crédito em risco, apurado nos termos definidos na mencionada instrução do Banco de Portugal, situou-se em 10,1% do crédito total em 31 de dezembro de 2011.

QUALIDADE DO CRÉDITO

Milhões de euros



QUALIDADE DO CRÉDITO

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Crédito a clientes ^{(*) (1)}	71.533	76.411	76.935	-6,4%
Crédito vencido (> 90 dias)	3.196	2.290	1.813	39,6%
Crédito vencido	3.476	2.500	2.032	39,1%
Imparidade do crédito (balanço) ⁽¹⁾	3.488	2.506	2.146	39,2%
Crédito vencido (> 90 dias)/Crédito a clientes ^(*)	4,5%	3,0%	2,3%	
Crédito vencido/Crédito a clientes ^(*)	4,9%	3,3%	2,6%	
Cobertura do crédito vencido (> 90 dias)	109,1%	109,4%	119,0%	
Cobertura do crédito vencido	100,3%	100,2%	106,1%	
Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal				
Crédito total	71.723	76.475	77.326	
Crédito com incumprimento	4.414	3.421	2.601	29,0%
Crédito em risco	7.211	5.430	4.611	
Imparidade do crédito	3.488	2.506	2.157	39,2%
Crédito com incumprimento/Crédito total	6,2%	4,5%	3,4%	
Crédito com incumprimento, liq./Crédito total, liq.	1,4%	1,2%	0,6%	
Crédito em risco/Crédito total	10,1%	7,1%	6,0%	
Crédito em risco, liq./Crédito total, liq.	5,5%	4,0%	3,3%	

(*) Antes de imparidades para crédito.

(1) Em 2009 exclui o crédito relacionado com ativos parcialmente alienados – Millennium bcpbank EUA.

O crédito vencido há mais de 90 dias situou-se em 3.196 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com 2.290 milhões de euros no final de 2010, refletindo, de algum modo, o impacto do processo de ajustamento orçamental e da contração da atividade económica em Portugal, com consequências no aumento do desemprego e na maior materialização do risco de crédito em 2011. A carteira de crédito vencido evoluiu de forma heterogénea nas operações do Grupo, tendo agravado especialmente na atividade em Portugal e no Millennium Bank na Grécia e evoluído favoravelmente no Bank Millennium na Polónia.

O crédito vencido a empresas representava 73,9% do total do crédito vencido em carteira em 31 de dezembro de 2011, com maior incidência nos setores dos serviços, da construção e do comércio. O rácio de crédito vencido a empresas, medido pela relação entre o crédito vencido e o crédito total concedido a empresas, deteriorou-se para 7,0% (4,4% em 31 de dezembro de 2010), refletindo também o efeito da diminuição do denominador devido ao processo de desalavancagem em curso, mas evidencia um grau de cobertura de 104,3% por imparidades contabilizadas em balanço.

No crédito concedido a particulares, o crédito vencido ao consumo e à habitação representavam 19,2% e 6,9%, respetivamente, do total de crédito vencido em carteira, com o rácio de crédito vencido ao consumo em função do crédito total concedido ao consumo a deteriorar-se para 14,8%, que compara com 10,2% no final de 2010, enquanto o rácio do crédito vencido à habitação se manteve praticamente estável face ao final do exercício anterior, situando-se em 0,8% em 31 de dezembro de 2011.

CRÉDITO VENCIDO E IMPARIDADES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Milhões de euros

	Crédito vencido	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido/ Crédito total	Grau de cobertura
PARTICULARES				
Hipotecário	239	257	0,8%	107,6%
Consumo	667	550	14,8%	82,5%
	906	807	2,6%	89,1%
EMPRESAS				
Serviços	796	964	5,4%	121,2%
Comércio	413	339	9,7%	82,1%
Construção	708	389	14,2%	54,9%
Outras atividades internacionais	55	472	1,9%	861,0%
Outros	598	517	6,2%	86,2%
	2.570	2.681	7,0%	104,3%
TOTAL	3.476	3.488	4,9%	100,3%

RECURSOS DE CLIENTES

O enfoque no crescimento e na retenção de recursos de balanço de clientes assumiu especial importância em 2011, contribuindo não só para a concretização dos imperativos de redução do *gap* comercial e de desalavancagem na vertente dos recursos de clientes, como também para o reforço das fontes de financiamento estável (*stable funding*) do Grupo, face à persistente limitação no acesso a operações a médio e longo prazo nos mercados de dívida por grosso. Neste enquadramento, o Millennium bcp reforçou a oferta de soluções de pequena poupança programada e de investimento de baixo risco com rentabilidade atrativa, especialmente vocacionadas para Clientes particulares, mas também ajustadas a empresas, de modo a garantir quer o alargamento da sua base de Clientes, quer a internalização no balanço da carteira de recursos fora de balanço por ocasião do vencimento e resgate dos mesmos, através da disponibilização de aplicações financeiras atrativas, preferencialmente depósitos a prazo e produtos estruturados, num contexto de forte intensificação competitiva.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros



RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
RECURSOS DE BALANÇO DE CLIENTES				
Depósitos de clientes	47.516	45.609	45.822	4,2%
Débitos para com clientes titulados	5.544	5.733	4.685	-3,3%
	53.060	51.342	50.507	3,3%
RECURSOS FORA DE BALANÇO DE CLIENTES				
Ativos sob gestão	3.739	4.459	4.887	-16,2%
Produtos de capitalização ⁽¹⁾	8.731	11.795	11.122	-26,0%
	12.470	16.254	16.009	-23,3%
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES	65.530	67.596	66.516	-3,1%
Recursos relacionados com ativos parcialmente alienados ⁽²⁾	—	—	486	—
TOTAL	65.530	67.596	67.002	

(1) Inclui produtos *Unit Linked* e Planos poupança reforma.

(2) Millennium bcpbank EUA.

RECURSOS DE BALANÇO DE CLIENTES

Milhões de euros

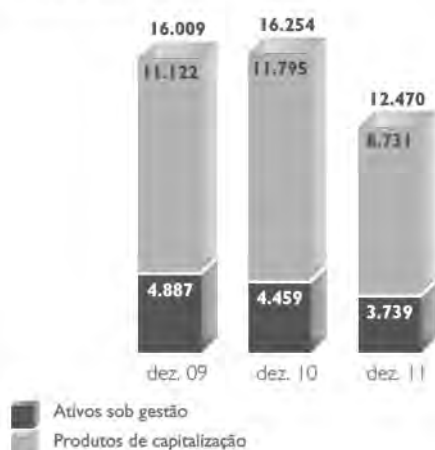


Os recursos totais de clientes atingiram 65.530 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compara com os 67.596 milhões de euros registados na mesma data de 2010. Esta evolução foi determinada pelo comportamento dos ativos sob gestão e dos produtos de capitalização, não obstante a subida de 3,3% dos recursos de balanço de clientes.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes situaram-se em 49.615 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compararam com os 51.143 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, sublinhando-se, contudo, o acréscimo dos recursos totais de clientes na rede Corporate. Na atividade internacional, os recursos totais de clientes diminuíram 3,3%, cifrando-se em 15.915 milhões de euros no final de 2011, determinado fundamentalmente pelo desempenho do Bank Millennium na Polónia, tanto ao nível dos recursos de balanço, como nos recursos fora de balanço, influenciado adicionalmente pelo efeito cambial de desvalorização do zloti face ao euro, a par do Millennium Bank na Grécia, apesar dos crescimentos evidenciados pelo Millennium bim em Moçambique (+35,0%) e pelo Banco Millennium Angola (+46,9%), consubstanciando o prosseguimento do enfoque na captação de depósitos de clientes nestes mercados.

RECURSOS FORA DE BALANÇO DE CLIENTES

Milhões de euros



Os recursos de balanço de clientes subiram 3,3%, totalizando 53.060 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, face aos 51.342 milhões de euros no final de 2010, refletindo especialmente o aumento dos depósitos de clientes (+4,2%), materializando o enfoque na captação e retenção de recursos de balanço, visando a redução do gap comercial e, paralelamente, o aumento do financiamento do crédito a clientes pelos depósitos, através da dinamização da comercialização de depósitos a prazo proporcionando rendibilidades atrativas e adaptados às necessidades dos Clientes, sem prejuízo da colocação de outros produtos de passivo que propiciem o reforço dos recursos de clientes com caráter estável. Os depósitos de clientes aumentaram 4,2%, atingindo 47.516 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, face aos 45.609 milhões de euros em igual data de 2010, impulsionados pela atividade em Portugal, que aumentou 7,2%, e, ao nível da atividade internacional, pelos desempenhos do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola.

Os débitos para com clientes titulados cifraram-se em 5.544 milhões de euros no final de 2011, comparando com 5.733 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, traduzindo uma relativa contração na colocação de produtos estruturados, embora privilegiando as aplicações a prazos mais longos, enquadrado no esforço comercial direcionado à captação de recursos estáveis de clientes.

Os recursos fora de balanço de clientes situaram-se em 12.470 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compararam com os 16.254 milhões de euros relevados em igual data de 2010. Esta evolução foi determinada pelos desempenhos desfavoráveis tanto dos ativos sob gestão, como dos produtos de capitalização, em 2011, denotando, por um lado, a incerteza e a volatilidade dos mercados de capitais com impacto na depreciação das carteiras de ativos, bem como no redirecionamento de poupanças para ativos não sujeitos a flutuações de mercado e de menor risco, e, por outro, o já mencionado enfoque na captação de recursos de balanço de clientes.

Os ativos sob gestão cifraram-se em 3.739 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (4.459 milhões no final de 2010), refletindo a persistente instabilidade e volatilidade dos mercados de capitais, com forte impacto na indústria de gestão de ativos. Esta evolução foi determinada pelos desempenhos quer da atividade em Portugal, não obstante o envolvimento comercial das redes do Banco na colocação de fundos de investimento e o fomento das opções vocacionadas para a aplicação de pequenas poupanças, de baixo risco e dirigidos a Clientes com perfil conservador, tais como o Fundo Especial de Investimento (FEI) e o Millennium Extra Tesouraria III, quer da atividade internacional, tanto do Millennium bank na Grécia, como do Bank Millennium na Polónia.

Os produtos de capitalização situaram-se em 8.731 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (11.795 milhões de euros no final de 2010), repercutindo o desinvestimento em produtos de capitalização *unit linked* e a menor atratividade e procura de produtos que usufruíam tradicionalmente de benefícios fiscais, em particular os planos poupança reforma.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
RECURSOS DE BALANÇO				
Atividade em Portugal	37.948	35.945	35.999	5,6%
Atividade Internacional	15.112	15.397	14.508	-1,9%
	53.060	51.342	50.507	3,3%
RECURSOS FORA DE BALANÇO				
Atividade em Portugal	11.668	15.198	14.804	-23,2%
Atividade Internacional	802	1.056	1.205	-24,0%
	12.470	16.254	16.009	-23,3%
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES				
Atividade em Portugal	49.615	51.143	50.803	-3,0%
Atividade Internacional	15.915	16.453	15.713	-3,3%
	65.530	67.596	66.516	-3,1%
Recursos relacionados com ativos parcialmente alienados ⁽¹⁾	—	—	486	
TOTAL	65.530	67.596	67.002	

(1) Millennium bcpbank EUA.

APLICAÇÕES E RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Os depósitos de instituições de crédito e Bancos Centrais, deduzidos das aplicações e disponibilidades em instituições de crédito, cifraram-se em 13.233 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que comparam com os 16.474 milhões de euros apurados em igual data de 2010. Esta evolução reflete, fundamentalmente, a menor exposição líquida do Grupo ao Banco Central Europeu, face ao final do ano anterior, como resultado do enfoque estratégico do Millennium bcp no crescimento e na retenção de recursos de balanço de clientes e na redução do *gap* comercial, tendo como meta não só a redução das necessidades de financiamento, como também o reforço dos recursos estáveis (*stable funding*), num contexto de limitação no acesso aos mercados interbancários e de dívida por grosso, característico dos últimos exercícios.

No capítulo "Funding e Liquidez" são analisadas as principais linhas de atuação do Millennium bcp no âmbito da gestão de liquidez, visando o cumprimento das metas do plano de liquidez para 2011 e contemplando a sua reavaliação pontual em resposta a alterações da conjuntura económica e financeira nacional e internacional, de modo a assegurar atempadamente a cobertura integral das necessidades de financiamento da atividade a médio prazo.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda situaram-se em 6.919 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que comparam com os 7.709 milhões de euros em igual data de 2010. Esta evolução foi determinada, fundamentalmente, pela redução progressiva da exposição a dívida soberana portuguesa, sobretudo na segunda metade do ano, com incidência nos Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública, dado que a carteira de Obrigações do Tesouro e de outros emissores públicos foi reforçada em 2011, bem como pela menor exposição a dívida pública da Polónia.

A carteira de títulos de rendimento fixo, que é composta maioritariamente por Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública e obrigações de emissores públicos, os quais representam 80% da carteira de rendimento fixo e 62% da carteira total, situou-se em 5.322 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, registando um decréscimo de 17,2% face aos 6.430 milhões de euros relevados na mesma data de 2010, explicado pela já mencionada redução da exposição a dívida soberana portuguesa e polaca, embora incorpore também o reforço de títulos de dívida pública angolana e moçambicana.

Os títulos de rendimento variável cifraram-se em 282 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compararam com os 208 milhões de euros registados no final de 2010, denotando sobretudo o reforço das unidades de participação em carteira.

Os derivados de negociação situaram-se em 1.320 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, aumentando 22,7% face aos 1.076 milhões de euros registados no final de 2010, evidenciando, essencialmente, o maior volume de *trading* de derivados de crédito e de swaps de taxa de juro em 2011.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DISPONÍVEIS PARA VENDA EM 31 DE DEZEMBRO

Milhões de euros

	'11		'10		'09		VAR. %
	Montante	% no total	Montante	% no total	Montante	% no total	'11/'10
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO							
Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública	2.612	37,8%	3.231	41,9%	1.191	19,7%	-19,2%
Obrigações de emissores públicos nacionais	1.017	14,7%	932	12,1%	149	2,5%	9,1%
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	654	9,5%	1.156	15,0%	1.084	17,9%	-43,4%
Obrigações de outros emissores nacionais	385	5,6%	225	2,9%	1.177	19,4%	71,1%
Obrigações de outros emissores estrangeiros	654	9,5%	886	11,5%	576	9,5%	-26,2%
	5.322	76,9%	6.430	83,4%	4.177	69,0%	-17,2%
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL							
Ações de empresas nacionais	72	1,0%	56	0,7%	124	2,0%	28,6%
Ações de empresas estrangeiras	66	1,0%	71	0,9%	271	4,5%	-7,0%
Unidades de participação	144	2,1%	81	1,1%	340	5,6%	77,8%
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	2	-	-
	282	4,0%	208	2,6%	737	12,1%	35,6%
IMPARIDADES PARA TÍTULOS VENCIDOS	(5)		(5)		(5)		-
DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO	1.320	19,1%	1.076	14,0%	1.147	18,9%	22,7%
TOTAL	6.919	100,0%	7.709	100,0%	6.056	100,0%	-10,2%

OUTROS ELEMENTOS PATRIMONIAIS

Os outros elementos patrimoniais, que integram os ativos com acordo de recompra, os derivados de cobertura, os investimentos em associadas, as propriedades de investimento, os ativos não correntes detidos para venda, os outros ativos tangíveis, o *goodwill* e ativos intangíveis, os ativos por impostos correntes e diferidos e os outros ativos, representavam 7,2% do total do ativo consolidado, totalizando 6.751 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compararam com os 5.100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Esta evolução é explicada fundamentalmente pelo: i) reconhecimento, em 2011, de imparidade relativa ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia, registada na rubrica de *goodwill* e ativos intangíveis; ii) pelos ativos por impostos diferidos contabilizados em 2011 relacionados com diferenças temporárias, resultantes, essencialmente, de perdas por imparidade, de custos com pensões de reforma e de reporte de prejuízos fiscais e iii) pelo acréscimo do saldo de outros ativos em 31 de dezembro de 2011, explicado maioritariamente pela liquidação financeira a ocorrer no início de 2012 relacionada com operações com títulos e vendas de crédito.

Informação complementar e detalhe sobre a composição e a evolução das mencionadas rubricas encontra-se descrita nas Notas 24 a 32 às Demonstrações Financeiras consolidadas, incluídas no Volume II do Relatório e Contas de 2011.

FUNDO DE PENSÕES

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, cumprindo os termos do estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário (ACT). As responsabilidades do Grupo estão, essencialmente, cobertas através do Fundo de Pensões do Banco Comercial Português, gerido pela PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabelece igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência, definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

As responsabilidades transferidas foram determinadas com base em pressupostos atuariais diferentes dos utilizados pelo Grupo, nomeadamente no que respeita à taxa de desconto (4%) e à tábua de mortalidade (TV 88/90 para as mulheres e TV 73/77 agravada de um ano para os homens). Estes pressupostos foram determinados numa perspetiva de liquidação de responsabilidades (*exit value*) uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades implicando diferenças face aos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades refletidas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os requisitos da norma IAS 19 – Benefícios a empregados. Desta forma, o valor total das responsabilidades transferidas ascendeu a 2.583 milhões de euros. A liquidação financeira de 55% da operação, no montante de 1.510 milhões de euros, foi realizada antes de 31 de dezembro de 2011, sendo o valor remanescente transferido no primeiro semestre de 2012.

As responsabilidades com pensões de reforma encontravam-se totalmente financiadas e em níveis superiores aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, apresentando um grau de cobertura de 111%. Em 31 de dezembro de 2011 as responsabilidades com o Fundo de Pensões ascendiam a 2.452 milhões de euros, comparando com 5.322 milhões de euros apuradas em 31 de dezembro de 2010, refletindo uma redução expressiva devido à transferência de parte das responsabilidades para a Segurança Social.

O Fundo de Pensões registou, em 2011, uma taxa de rentabilidade negativa de 0,7% na sequência do comportamento adverso dos mercados e, em particular, do desempenho do mercado de capitais em Portugal. Atendendo a que a liquidação das responsabilidades transferidas é efetuada em *cash* ou em dívida pública avaliada a preços de mercado, os ativos que ficam no Fundo de Pensões correspondente às responsabilidades não transferidas apresentam uma composição substancialmente diferente da relevada em 31 de dezembro de 2010.

Considerando que a IAS 19 – Benefícios a empregados permite o recurso ao método do reconhecimento direto em capitais próprios dos desvios atuariais, o Grupo optou em 2011 por uma alteração da política contabilística, passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios. Assim, a partir de 31 de dezembro de 2011, inclusive, o Grupo deixou de ter relevado no Balanço diferenças atuariais.

Para efeitos prudenciais, o Banco de Portugal autorizou a manutenção do corredor para as responsabilidades não transferidas para a Segurança Social e ainda o método de amortização anteriormente definido para os ajustamentos diferidos relacionados com o Fundo de Pensões ("corredor alargado"), com exceção dos resultantes das perdas atuariais registadas em 2008, no montante correspondente às responsabilidades transferidas para a Segurança Social. Em 31 de dezembro de 2011, o valor do corredor relevante apenas para efeitos prudenciais ascendia a 245 milhões de euros.



CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção de metodologias baseadas em modelos de Notações Internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade em Portugal e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011.

REQUISITOS DE CAPITAL: MÉTODOS DE CÁLCULO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO ⁽¹⁾

	31/12/2011	31/12/2010
RISCO DE CRÉDITO E RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE		
Retalho		
Créditos colateralizados por bens imóveis residenciais ou comerciais	IRB Advanced	IRB Advanced
Pequenas empresas	IRB Advanced	IRB Advanced
Posições renováveis de Retalho	IRB Advanced	Padrão
Outras posições de Retalho	IRB Advanced	Padrão
Empresas	IRB Foundation ⁽²⁾	IRB Foundation ⁽²⁾
Outros créditos	Padrão	Padrão
RISCO DE MERCADO		
Instrumentos de dívida	Modelos Internos	Modelos Internos
Títulos de capital	Modelos Internos	Modelos Internos
Riscos cambiais	Modelos Internos	Modelos Internos
Riscos sobre mercadorias	Padrão	Padrão
RISCO OPERACIONAL	Standard	Standard

(1) O âmbito de aplicação dos métodos IRB e Modelos Internos circunscreve-se às exposições integradas no perímetro gerido centralmente desde Portugal, excluindo o método *Standard* do risco operacional, cuja adoção foi autorizada em 2009 para aplicação em base consolidada.

(2) As exposições provenientes do segmento de promoção imobiliária e do sistema de *rating* simplificado, embora pertencendo à classe de risco empresas, são ponderadas pelo método Padrão.

O rácio *Core Tier I* consolidado ascendeu a 9,3% em 31 de dezembro de 2011, situando-se acima do limite mínimo definido pelo Banco de Portugal (9%) e evidenciando um acréscimo de 260 pontos base face aos 6,7% reportados no final de 2010.

O sucesso das operações de reforço do *Core Tier I* levadas a cabo durante o exercício de 2011 e a redução evidenciada nos riscos ponderados, suportada na *deleveraging* e na otimização e reforço de colaterais, contribuíram favoravelmente para a evolução registada no rácio *Core Tier I*.

No final de 2011, face ao valor apurado no final de 2010, o *Core Tier I* aumentou 1.169 milhões de euros, salientando-se:

- O reforço do capital social do Banco em 990 milhões de euros, concluído em junho de 2011 no âmbito da oferta pública geral de aquisição de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados;
- O aumento do capital social em dinheiro realizado em junho de 2011, com reserva de preferência dos Acionistas, no montante de 260 milhões de euros;
- A oferta de troca destinada aos detentores de dívida subordinada e ações preferenciais, que decorreu em setembro e outubro de 2011 e permitiu incrementar o *Core Tier I* em 539 milhões de euros, dos quais 98 milhões de euros através da demonstração de resultados e os restantes em reservas.

- Os efeitos favoráveis determinados, por um lado, pela diminuição da dedução prudencial associada ao risco de crédito próprio em 117 milhões de euros, refletindo a aquisição de dívida própria contabilizada ao justo valor, e, por outro, pelo aumento dos interesses minoritários em 49 milhões de euros, suportado no maior nível de resultados contabilizados nas subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola;
- Os resultados líquidos do exercício que, não obstante terem sido negativos em 849 milhões de euros, tiveram um impacto negativo de apenas 314 milhões de euros no *Core Tier I* de 31 de dezembro de 2011, dado que incluem um total de 535 milhões de euros de custos que não relevaram para efeitos do capital, em conformidade com o estipulado pelo Banco de Portugal;
- Os custos que não relevaram para o *Core Tier I* de 31 de dezembro compreendem i) 147 milhões de euros relacionados com a amortização do *goodwill* da subsidiária na Grécia, que não teve impacto no capital dado que o *goodwill* já se encontrava deduzido e ii) 388 milhões de euros, líquidos de impostos, relativos aos impactos da transferência parcial de pensões para o Regime Geral da Segurança Social (117 milhões de euros) e do Programa Especial de Inspeções (271 milhões de euros), que foram objeto de neutralização prudencial em dezembro de 2011 em conformidade com o previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2012;
- A componente dos resultados líquidos de 2011 que afetou negativamente o *Core Tier I* (314 milhões de euros) foi determinada pelo ganho de 98 milhões de euros reconhecido no âmbito da oferta de troca anteriormente referida e pelo custo de 409 milhões de euros, após impostos, resultante do registo de perdas por imparidade correspondentes a uma média de 77,3% do valor nominal da dívida pública grega detida;
- O impacto desfavorável de 289 milhões de euros relacionado com o Fundo de Pensões, apurado após a neutralização dos efeitos da transferência parcial de pensões para o Regime Geral da Segurança Social e do corredor devido às responsabilidades não transferidas, dos quais 64 milhões de euros resultaram das diferenças atuariais apuradas em 2011, incluindo os efeitos da alteração de pressupostos e da variação do corredor, e 225 milhões de euros foram devidos à amortização regulamentar dos impactos diferidos da transição para as IAS/IFRS, da alteração da tábua de mortalidade efetuada em 2005 e das perdas atuariais de 2008;
- Os impactos negativos associados a outros filtros prudenciais, nomeadamente à insuficiência de imparidades face às provisões regulamentares de exposições tratadas pelo método Padrão (-57 milhões de euros), à dedução de 21% do valor nominal da dívida pública grega não coberta por imparidade (-16 milhões de euros) e aos depósitos com taxas elevadas, nos termos da Instrução do Banco de Portugal n.º 28/2011 (-10 milhões de euros);
- Os efeitos nas reservas consolidadas decorrentes da variação de reservas de justo valor da Millenniumbcp Ageas, da alteração da política contabilística do Fundo de Pensões, do pagamento de remunerações dos produtos híbridos, de diferenças cambiais e outros que, em termos agregados, contribuíram com um decréscimo de 2 milhões de euros.

Os riscos ponderados registaram, entre o final de 2010 e dezembro de 2011, uma diminuição de 4.109 milhões de euros, refletindo, essencialmente, os seguintes impactos:

- A redução de 4.649 milhões de euros dos riscos ponderados do crédito e de contrapartes associados à atividade, suportada na *deleveraging*, refletido na diminuição do valor do ativo consolidado em 6.513 milhões de euros, e na otimização e reforço de colaterais efetuados durante o exercício de 2011;
- A diminuição de 750 milhões de euros resultante da extensão da aplicação de modelos de Notações Internas (IRB) às subclasses de risco "Posições Renováveis de Retalho" e "Outras Posições de Retalho" em Portugal, autorizada formalmente pelo Banco de Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011 no quadro de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte;
- As alterações regulamentares estipuladas pelo Banco de Portugal em 2011, influenciadas designadamente pela redução dos ponderadores médios das administrações regionais e locais e dos riscos soberanos de Angola e de Moçambique, cujo valor global proporcionou uma redução de 378 milhões de euros;

- As reduções dos riscos ponderados de mercado em 41 milhões de euros e dos riscos ponderados para cobertura do risco operacional em 294 milhões de euros;
- As alterações decorrentes do Programa Especial de Inspeções, que determinaram um acréscimo de 664 milhões de euros;
- Os *downgrades* do *rating* da República Portuguesa, que agravaram os ativos ponderados pelo risco em 1.340 milhões de euros.

SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	IRB		Padrão
	'11	'10	'09
RISCOS PONDERADOS			
Risco de crédito	50.908	54.681	61.059
Risco da carteira de negociação	566	608	350
Risco Operacional	3.981	4.275	4.360
TOTAL	55.455	59.564	65.769
FUNDOS PRÓPRIOS			
CORE TIER I	5.135	3.966	4.187
Ações preferenciais e Valores	173	1.935	1.934
Outras deduções ⁽¹⁾	(520)	(446)	(19)
BASE	4.788	5.455	6.102
Complementares	613	774	1.566
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(138)	(113)	(127)
TOTAL	5.263	6.116	7.541
RÁCIOS DE SOLVABILIDADE			
Core Tier I	9,3%	6,7%	6,4%
Tier I	8,6%	9,2%	9,3%
Tier II	0,9%	1,1%	2,2%
TOTAL	9,5%	10,3%	11,5%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas esperadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ágeas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Nota: O Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de Notações Internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (*IRB Advanced*) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (*IRB Foundation*) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de *rating* simplificado. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco "Posições Renováveis de Retalho" e "Outras Posições de Retalho" em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011.

PLANO DE LIQUIDEZ E CAPITAL

Em abril de 2011, na sequência do aumento das dificuldades de financiamento do Estado português no mercado internacional e da incerteza política doméstica, o Governo solicitou formalmente às Autoridades Europeias e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a elaboração e implementação de um plano de assistência económica e financeira. Em maio de 2011, o Governo, com o apoio dos principais partidos políticos portugueses, acordou um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) apoiado e suportado conjuntamente pelo FMI e pela União Europeia (UE).

A componente do programa dedicada ao setor financeiro visa promover a estabilidade do sistema financeiro através de medidas e mecanismos de suporte no âmbito do reforço do capital e acesso a financiamento. As principais implicações do PAEF são a necessidade de se: i) implementar um processo contínuo de desalavancagem via redução da carteira de crédito; ii) reduzir o financiamento junto do Eurosistema durante o período do programa; iii) alcançar um rácio de *Loans-to-Deposits* de 120% até final de 2014 e iv) cumprir com novos requisitos de solvabilidade, nomeadamente rácio *Core Tier I* de 9% em dezembro de 2011 e de 10% em dezembro de 2012. Adicionalmente, e nos termos da análise efetuada pela EBA, foram estabelecidos requisitos de solvabilidade adicionais que correspondem a um rácio de *Core Tier I* de 9% em junho de 2012 (incluindo a valorização da dívida pública a preços de mercado e deduções adicionais aos fundos próprios *core*, relacionadas com participações financeiras em instituições financeiras) e de 10% no final de 2012. Por último, salienta-se a transição faseada para os critérios de Basileia III a partir de 1 de janeiro de 2014. Os bancos submeteram ao Banco de Portugal os planos de reforço de capital, incluindo a eventual necessidade de recurso a capitais públicos, em janeiro de 2012. Este programa pretende assim providenciar mecanismos de suporte de capital e liquidez, ajudando a assegurar também uma desalavancagem controlada da economia e uma estabilidade continuada do sistema financeiro português.

No âmbito do PAEF, foram acordadas metas de alavancagem claras, tendo sido solicitado aos oito maiores bancos do sistema bancário nacional, grupo no qual se inclui o BCP, a elaboração de um Plano de Liquidez e Capital (PLC) que, baseado nas condições de mercado, identificasse os planos de financiamento e de reforço de capital a curto e médio prazo, incluindo eventual redefinição da estrutura da organização, por forma a alcançar uma posição financeira estável no futuro. Saliente-se que outros bancos não incluídos no referido grupo com substanciais desequilíbrios de financiamento e elevada dependência de financiamento junto do Eurosistema poderão também receber instruções no sentido de reduzirem a sua exposição ao Eurosistema durante o horizonte temporal do programa.

Os Planos de Liquidez e Capital a entregar ao Banco de Portugal terão periodicidade trimestral, visando o regular acompanhamento do processo de desalavancagem e solvência. Estas atualizações serão baseadas em cenários macroeconómicos definidos pelo Banco de Portugal, bem como na informação mais recente dos bancos em base consolidada. Este processo de atualização vigorará durante todo o período do PAEF.

Até à data, foram elaborados e entregues ao Banco de Portugal os seguintes documentos, que tiveram por base, para além das perspetivas da evolução da atividade do Banco, pressupostos e critérios definidos pelo Banco de Portugal:

- Primeira versão do Plano de Liquidez e Capital com informação a 30 de junho de 2011 (versão inicial);
- Atualização trimestral da Versão Inicial do PLC com informação a 30 de setembro de 2011 (primeiro *update*);
- *Stress test* definido pelo Banco de Portugal, tendo por base o primeiro *update* (primeiro *stress test*);
- Atualização trimestral do primeiro *update* do PLC com informação a 31 de dezembro de 2011 (segundo *update*);

Para o cumprimento deste requisito, foi constituída uma equipa interna no Millennium bcp, com *steering* ao nível do Conselho de Administração Executivo. Esta equipa, liderada pelo Chief Financial Officer (CFO) do Millennium bcp, inclui elementos de várias áreas do Banco, nomeadamente da Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, do Risk Office, da Direção de Tesouraria e Mercados, do Gabinete de Estudos e da Direção de Informação de Gestão.

PLANO ESTRATÉGICO DE CAPITALIZAÇÃO

Em 3 de fevereiro de 2012, o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, em consonância com os principais Acionistas, confirmou, que respondendo aos critérios de "Basileia 2,5", configurados nos requisitos da Autoridade Bancária Europeia relativamente ao rácio de *Core Tier I*, para 30 de junho de 2012, e às exigências prudenciais do Banco de Portugal para o final de 2012, o Banco Comercial Português submeteu junto do Banco de Portugal, no dia 20 de janeiro de 2012, um plano de capital, nos termos da comunicação da EBA de 8 de dezembro.

O plano de capital entregue pelo Banco Comercial Português envolve duas componentes:

- Aumento de capital destinado, com direito de preferência, a subscrição pelos Acionistas privados, com vista a assegurar fundos próprios com caráter permanente. Para além do concurso dos atuais Acionistas, o Banco Comercial Português tem recebido manifestações que lhe permitem contar com a participação de investidores de referência em futuro aumento do seu capital;
- Admissão da utilização da linha de recapitalização pública temporária e reembolsável prevista na Lei n.º 63-A/2008.

A concretização do plano de capital que vier a ser acordado com as autoridades competentes e submetido à análise e aprovação de uma Assembleia Geral específica para o efeito será materializada nos prazos, termos e condições definidos.

Com a execução do plano de capital apresentado, será reforçada a solidez financeira do Banco Comercial Português, enquanto alicerce de um projeto estratégico envolvendo o Banco, os seus Acionistas e demais *Stakeholders*, que reforçará a posição do Banco Comercial Português como instituição financeira de referência no mercado nacional e internacional.

FUNDING E LIQUIDEZ

No primeiro trimestre de 2011, o cenário de relativa estabilidade macroeconómica observado até à emergência da crise política nacional e da crise de dívida soberana, ocorridas quase no seu termo, permitiu o cumprimento parcial do Plano de Liquidez (Plano). Assim, do ponto de vista da estrutura de financiamento, cumpriu-se nesse período o propósito de diversificação das fontes de financiamento, com o saldo das operações *repo* de curto prazo, nulo em 31 de dezembro de 2010, a atingir o objetivo de 1,5 mil milhões de euros. O Banco manteve-se ativo no mercado monetário interbancário, com captação de financiamento em linha com o esperado. No entanto, o fecho persistente dos mercados de papel comercial e de capitais inviabilizou a prossecução dos objetivos de emissão orçamentalmente definidos, facto que, associado à complexidade da montagem das operações de *equity swap*, conduziu a uma exposição junto do BCE, que era inferior à de dezembro de 2010, 14,7 mil milhões de euros versus 14,9 mil milhões de euros.

O reforço e gestão adequada da *pool* de colateral elegível permaneceu um eixo fundamental da política de gestão de liquidez, que nos termos do plano inicial visava um saldo de 25 mil milhões de euros de ativos elegíveis no final de 2011. Foi assim possível ultrapassar a perda de colateral associada à entrada em vigor, em 1 de janeiro, das novas regras de colateral do BCE (redução de 700 milhões de euros, 500 milhões de euros por majoração dos *haircuts* e 200 milhões de euros por perda de elegibilidade de ativos), em particular através do reforço da carteira com obrigações hipotecárias do BII – Banco de Investimento Imobiliário (900 milhões de euros). No final do primeiro trimestre, 2,5 mil milhões de euros de ativos elegíveis encontravam-se afetos à colateralização de *repos* (mil milhões dos quais a iniciar em abril).

A emergência da crise política que culminou com a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas, desencadeou um movimento de *downgrade* da notação de *rating* da República de Portugal e, consequentemente, das notações de *rating* dos bancos, com efeito imediato no agravamento dos *haircuts* e perdas de elegibilidade (100 milhões de euros logo no final de março). O aprofundamento destas consequências, em particular a desvalorização dos ativos, iniciar-se-ia em abril.

A degradação da conjuntura suscitou resposta rápida por parte do Banco, consubstanciada na Revisão do Plano de Liquidez (Plano Revisto), que atribuiu particular enfoque à aceleração das metas de desalavancagem e ao reforço da carteira de ativos elegíveis.

O impacto do Plano Revisto foi sentido ainda no segundo trimestre, em particular no que se refere à aceleração do esforço de desalavancagem, através da venda seletiva de ativos e internalização de fundos fora de balanço, e ao reforço do colateral elegível junto do BCE, incluindo a incorporação, na *pool* de ativos descontáveis, de créditos IRB. Estas medidas permitiram que, apesar do refinanciamento de 1,4 mil milhões de euros de dívida de médio-longo prazo no segundo trimestre, a exposição ao BCE (de 15,0 mil milhões de euros) se mantivesse em linha com a dos dois trimestres anteriores, refletindo já o impacto das medidas de contingência entretanto executadas.

No terceiro trimestre de 2011, o *downgrade* da notação de *rating* da dívida soberana portuguesa pela Moody's, para *non-investment grade* ("Ba2/BB", em 5 de julho), causou o recrudescimento das tendências iniciadas na primeira metade do ano. Tal facto, embora não tendo posto em causa a elegibilidade da dívida privada, bastou no entanto para voltar a acelerar o processo de desvalorização dos ativos elegíveis, incluindo obrigações hipotecárias e securitizações. Neste contexto, a par da prossecução das medidas de desalavancagem, em grande medida transpostas do Plano de Liquidez já existente para o Plano de Capital e Liquidez (apresentado à *Troika*), o Banco concentrou-se no reforço e preservação da carteira de colateral elegível. Esta orientação traduziu-se na integração na *pool* de duas novas emissões: uma primeira garantida pela República Portuguesa, de 1,75 mil milhões de euros, e uma segunda de dívida privada, de 500 milhões de euros, realizada para além dos objetivos inicialmente definidos no plano de contingência. A preservação dos ativos elegíveis envolveu ações destinadas a manter a elegibilidade das securitizações. Neste contexto, marcadamente desfavorável, o Banco manteve uma exposição líquida ao BCE próxima da exibida no fecho dos trimestres anteriores (15,3 mil milhões de euros).

No quarto trimestre de 2011, o Banco não enfrentou necessidades materiais de refinanciamento de dívida de médio e longo prazo. Em contexto de acentuada escassez da oferta no mercado monetário interbancário, o Banco prosseguiu com sucesso a sua estratégia de desalavancagem, assente na redução do *gap* comercial e, desde junho de 2011, na diminuição progressiva da exposição à dívida pública portuguesa. Apesar de ao longo do exercício o Banco ter procedido ao refinanciamento de dívida de médio-longo prazo num total de 2,9 mil milhões de euros, a execução estrita da política de redução das necessidades de financiamento permitiu, face ao valor homólogo do ano anterior, diminuir em 2,2 mil milhões de euros a exposição ao BCE, para 12,7 mil milhões de euros. O reforço da carteira de colateral elegível efetuou-se em dezembro de 2011 através da incorporação de uma emissão com garantia do Estado de 1,35 mil milhões de euros e de uma segunda emissão da mesma natureza, de 1,4 mil milhões de euros, cuja elegibilidade apenas foi obtida já em janeiro de 2012. O reforço da carteira de colateral elegível, assim obtido, mitigou parcialmente os efeitos dos aumentos de *haircuts*, perdas de elegibilidade e desvalorizações verificados desde março de 2011, que totalizaram aproximadamente 5,0 mil milhões de euros. Por outro lado, o Banco alongou a maturidade das suas tomadas junto do BCE por recurso ao primeiro dos leilões a três anos instituído pelo BCE no sentido de fornecer liquidez ao sistema bancário da Área do Euro.

O Plano de Liquidez aprovado para 2012 prevê a continuação da política de desalavancagem, da qual decorrerá uma progressiva redução das necessidades de financiamento ao longo do ano. Em paralelo, o endividamento junto do BCE deverá reduzir-se significativamente face aos valores atuais, em trajetória que deverá acelerar-se a partir do primeiro trimestre do ano, após o refinanciamento de 3,1 mil milhões de euros de emissões de médio e longo prazo, de um total de 4,0 mil milhões a amortizar em 2012.

NOTAÇÕES DE *RATING* ATRIBUÍDAS AO BCP

Os governos podem afetar a qualidade de crédito dos bancos de várias formas. Ao longo dos últimos quatro anos, desde o início da crise financeira internacional em 2007, e em particular na Europa, os bancos têm sido apoiados pelos governos com capital, liquidez, seguro de ativos e/ou garantias. Os bancos podem por sua vez impactar o risco de crédito soberano, de que é exemplo mais visível o caso Irlandês. Existem também algumas iniciativas políticas, de que é exemplo Basileia III, destinadas a reforçar a solidez dos bancos, a fim de reduzir o risco de que no futuro sejam necessários resgates patrocinados pelos governos. Os riscos soberanos são também importantes para avaliar a solvabilidade de um banco, por via da capacidade e da maior ou menor probabilidade dos governos para suportarem um banco caso seja necessário. Pressões sobre o risco de crédito soberano têm conduzido ao *downgrade* da notação de *rating* soberano e, em consequência, do *rating* dos bancos. Este tem sido o enquadramento na Europa, em particular nos países mais afetados pela crise dívida soberana, nos quais se inclui Portugal.

O ano de 2011 ficou marcado pela crescente deterioração dos "fundamentais" associados ao risco de crédito da República Portuguesa, tendo o *rating* soberano sido alvo de uma série de *downgrades* ao longo do ano pelas principais agências de *rating*. Em 7 de abril de 2011, na sequência do aumento das dificuldades de financiamento do Estado português no mercado internacional e da incerteza política doméstica, aliadas à redução acentuada dos *ratings* da República e demais entidades emittentes portuguesas, o Estado português solicitou formalmente às Autoridades Europeias e ao Fundo Monetário Internacional a elaboração e implementação de um programa de assistência económica e financeira.

As notações de *rating* dos principais bancos nacionais continuaram a ser bastante condicionadas pela evolução do *rating* da República, embora também haja fatores de preocupação específicos apontados ao sistema bancário e a cada instituição em particular pelas agências de *rating*. A evolução das notações de *rating* do BCP, nos últimos anos, tem seguido de perto a tendência de evolução do *rating* da República de Portugal. O risco de crédito soberano revela-se um elemento-chave na avaliação da capacidade de crédito das instituições financeiras, uma vez que o Estado detém poderes e recursos que afetam o ambiente operacional e financeiro das entidades sob jurisdição, podendo providenciar adicionalmente suporte em caso de necessidade.

Em 7 de outubro de 2011, a agência de *rating* Moody's Investors Service (**Moody's**) procedeu à revisão das notações de *rating* dos principais bancos portugueses, incluindo o do BCP, entre um e dois *notches*, atribuindo-lhes um *outlook* negativo. Esta ação concluiu o processo de revisão do sistema bancário nacional, que se iniciou em 15 de julho de 2011 após o *downgrade* do *rating* da República de Portugal de "Baa1" para "Ba2". As notações de *rating* de longo e curto prazo atribuídos ao BCP foram reduzidas de "Ba1/Not Prime" para "Ba3/Not Prime", tendo o *rating* de solidez financeira (BFSR) sido reduzido de "D" para "E+".

A Moody's considera que os principais fatores que afetam o *rating* do BCP são: i) a elevada exposição do Banco à dívida pública portuguesa numa altura em que o perfil de risco de crédito soberano continua a deteriorar-se; ii) a vulnerabilidade da sua estrutura de financiamento assente numa elevada dependência do *wholesale funding*; iii) a exposição à Grécia através da sua subsidiária local, detida a 100% pelo BCP e iv) a deterioração dos indicadores de qualidade dos ativos, a par de uma rendibilidade e métricas de eficiência moderados. No entanto, o *rating* é suportado: i) pela relevante posição e quotas de mercados em Portugal (maior banco privado) e ii) pelas operações internacionais que proporcionam a diversificação do negócio e alternativas de crescimento. O *outlook* negativo reflete, essencialmente, o ambiente operacional muito desafiante que se vive em Portugal.

A DBRS Inc. (DBRS) iniciou o acompanhamento do BCP em 10 de junho de 2011, com a atribuição de um *rating* inicial de longo prazo de "BBB (high)" e de curto prazo de "R-2", ambos com tendência negativa. Em 20 de outubro de 2011, a agência de *rating* DBRS, na sequência do *downgrade* do *rating* da República Portuguesa de "BBB (high)" para "BBB", anunciou a revisão também em um *notch* da notação do *rating* de longo prazo do BCP, passando para "BBB", com tendência negativa, enquanto o *rating* de curto prazo foi reafirmado em "R-2".

A DBRS referiu que os *ratings* atribuídos ao BCP refletem a posição consolidada do Banco no mercado português que, juntamente com a sua presença internacional, permite ao Banco obter resultados positivos e resistir às adversas condições de mercado. A tendência (*outlook*) negativa reflete a pressão sobre a República Portuguesa, o enfraquecimento da economia doméstica e a incerteza que se faz sentir na Área do Euro e nos mercados financeiros globais.

Em 25 de novembro de 2011, a agência Fitch Ratings (Fitch), na sequência do *downgrade* do *rating* da República Portuguesa de "BBB-" para "BB+", com *outlook* negativo, reduziu os *ratings* atribuídos aos principais bancos portugueses que acompanha. O *Long-Term Issuer Default Rating* do BCP foi reduzido de "BBB-" para "BB+", passando a ter um *outlook* negativo (alteração idêntica à efetuada para a República Portuguesa).

A refenda revisão reflete a visão da Fitch de que os bancos nacionais necessitam de fortalecer a sua estrutura de capital, mas que a capacidade e opções para o fazer é cada vez mais limitada tendo presente a degradação da envolvente económica e a esperada deterioração da rentabilidade e da qualidade dos ativos. Estes *downgrades* refletem também as difíceis dificuldades de acesso aos mercados de *wholesale funding*, aumentando a pressão sobre o financiamento e a liquidez, mesmo tendo presente os esforços de desalavancagem do setor. A Fitch considera ainda, no caso específico do BCP, que o Banco possui ainda um elevado rácio de transformação e uma elevada dependência de *funding* do BCE. Em termos de capital, e mesmo tendo em conta as iniciativas recentes de reforço do capital, a Fitch acredita que será necessário capital adicional para compensar o efeito negativo da contabilização da dívida pública portuguesa a valores de mercado.

Em 16 de dezembro de 2011, a agência de *rating* Standard & Poor's Ratings Services (S&P), na sequência da adoção de uma nova metodologia de avaliação do *rating* das instituições financeiras, reviu em baixa os *ratings* atribuídos aos bancos portugueses entre um e dois *notches*. Nesta ação, a S&P reduziu o *stand alone credit profile* (SACP) do BCP de "bb+" para "bb-", a notação de *rating* de contraparte de longo prazo de "BBB-" para "BB" e a notação de *rating* de contraparte de curto prazo de "A-3" para "B". O *rating* de longo prazo permanece em observação (*CreditWatch*) com implicações negativas, onde foi colocado em 7 de dezembro de 2011, na sequência de uma ação similar promovida ao *rating* da República de Portugal. Por seu lado, o *rating* de curto prazo foi retirado de *CreditWatch*.

Segundo esta nova metodologia, os *ratings* do BCP refletem a atribuição de uma âncora/suporte de "bbb-" para a operação do Banco, refletindo, essencialmente, a sua exposição e o risco da República de Portugal. A S&P identifica também um conjunto de condicionantes específicos relativamente ao *rating* do Banco. Considera a sua posição no mercado português como "adequada", refletindo o facto de ser a maior instituição bancária privada a operar em Portugal, com quotas de mercado, em crédito e recursos, próximos dos 20%. A exposição do Banco à Grécia através da operação grega, detida a 100% pelo BCP, é mencionada enquanto fator de risco para a sua atividade. Em termos de capital e resultados, a S&P considera a posição do Banco como "moderada", assente nas iniciativas realizadas recentemente em termos de reforço da sua posição de capital, do processo de desalavancagem em curso e da existência, como almofada, da linha de apoio aos bancos por parte do Estado português de 12 mil milhões de euros para reforço do capital. Em termos de resultados, a S&P considera que a sua evolução será condicionada pela evolução da economia portuguesa. A S&P considera o posicionamento do Banco em termos de risco face aos seus *peers* como "moderada", refletindo a deterioração da qualidade da sua carteira de crédito, essencialmente a sua exposição ao setor das PME em Portugal e aos seus riscos (o BCP é o banco com a maior quota de mercado neste segmento). Por fim, a S&P, no seu último comunicado, considera a posição do Banco "abaixo da média" em termos de *funding* e "moderada" em termos de capital fruto da sua elevada dependência do *wholesale funding* e do financiamento junto do BCE, bem como da necessidade de reduzir o rácio de crédito líquido/depósitos por forma a atingir um rácio de 120% em 2014. As notações de *rating* refletem ainda o eventual apoio do Estado ao setor bancário nacional.

ALTERAÇÕES DE NOTAÇÕES DE RATING POSTERIORES AO FINAL DE 2011

Em 31 de janeiro de 2012, na sequência da revisão do *rating* da República de Portugal de "BBB" para "BBB (low)", a DBRS anunciou a revisão das notações de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. de "BBB" para "BBB (low)", mantendo o "Negative Trend" (*rating* idêntico ao da República de Portugal) e de curto prazo de R-2 (high) para R-2 (mid) com "Negative Trend".

Em 31 de janeiro de 2012, na sequência da revisão em baixa do *rating* da República Portuguesa de "BBB/A-3" para "BB/B", a S&P colocou em revisão, com implicações negativas, o *rating* de longo prazo de vários bancos portugueses, entre os quais o BCP.

Em 14 de fevereiro de 2012, o Banco Comercial Português, S.A. informou que, na sequência da revisão do *rating* da República Portuguesa de "BBB-" para "BB" e da revisão do *Banking Industry Country Risk Assessment* para Portugal, a Standard & Poor's anunciou que procedeu à revisão das notações de *rating* dos bancos portugueses. Neste contexto, a notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. foi reduzida de "BB" para "B+" com "Negative Outlook", enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi confirmada em "B".

Em 16 de fevereiro de 2012, a Moody's procedeu à revisão das notações de *rating* de 14 instituições financeiras europeias de 16 países europeus. Neste contexto, a Moody's colocou o *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. de "Ba3" em observação para uma possível revisão em baixa e confirmou o *rating* de curto prazo em "NP".

Em 28 de março 2012, a Moody's, na sequência também do *downgrade* do *rating* de longo prazo da República Portuguesa para "Ba3" de "Ba2" de 13 de fevereiro, procedeu à revisão das notações de *rating* de sete bancos e grupos bancários nacionais. O BFSR (BCA) do Banco Comercial Português, S.A. foi revisto para "E+ (B2)" de "E+ (B1)" e os *ratings* de dívida e depósitos foram reafirmados em "Ba3/Not Prime", com *outlook* negativo.

STANDARD & POOR'S

Última ação de <i>rating</i>	16 de dezembro de 2011
Stand alone credit profile (SACP)	bb-
Notação de Crédito de Contraparte	BB/B
Outlook	RVN
Certificados de Depósito	BB/B
Papel comercial moeda local	B
Papel Comercial	B
BCP Finance Bank Ltd.	
Dívida Sénior	BB
Dívida Subordinada	B
Papel Comercial	B
BCP Finance Co.	
Ações Preferenciais	B-

MOODY'S

Última ação de <i>rating</i>	7 de outubro de 2011
Solidez Financeira	E+
Baseline Credit Assessment	B1
Outlook	Negativo
Longo Prazo	Ba3
Dívida Subordinada	B1
Ações Preferenciais	Caa1
Curto Prazo	NP
Dívida Garantida pelo Estado Português	Ba2
Bank Millennium S.A.	12-abr-11
LP/CP Divisa Local e Estrangeira	Baa3/P-3
Outlook	Negativo
Solidez Financeira	D

FITCH

Última ação de <i>rating</i>	25 de novembro de 2011
Longo Prazo/Curto Prazo	BB+/B
Outlook	Negativo
Individual	D/E
Viability Rating	b
Suporte	3
Floor de Suporte	BB+
Dívida Sénior Garantida pelo Estado	BB+
Dívida Sénior Não Segura	BB+
Dívida Subordinada Lower Tier 2 (LT2)	BB
Ações Preferenciais	CC
Programa de Papel Comercial	B
Bank Millennium S.A.	21-dez-11
Longo Prazo/Curto Prazo	BBB-/F3
Outlook	Estável
Individual	C/D
Suporte	3
Floor de Suporte	BB

DBRS

Última ação de <i>rating</i>	20 de outubro de 2011
Dívida Sénior & Depósitos de Longo Prazo	BBB
Tendência	Negativa
Dívida & Depósitos de Curto Prazo	R-2
Intrinsic Assessment (IA)	BBB

Nota: Notações de *rating* a 31 de dezembro de 2011.

ANÁLISE DE SEGMENTOS DE NEGÓCIO

O Grupo BCP desenvolve um conjunto de atividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de Asset Management & Private Banking.

CARATERIZAÇÃO DOS SEGMENTOS

O Retalho em Portugal inclui: i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os Clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes Mass-market, e os Clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados Clientes Prestige e Negócios e ii) o ActivoBank, um banco vocacionado para Clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui a Rede de Empresas do Banco Comercial Português em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento Corporate & Banca de Investimento.

A Rede de Empresas em Portugal serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados.

O segmento Corporate & Banca de Investimento inclui: i) a Rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *project finance*, *corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco e iii) a atividade da Direção Internacional do Banco.

O segmento Asset Management & Private Banking, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de Private Banking em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium Bank na Grécia, o Millennium bcp Banque Privée na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o Millennium bim – Banco Internacional de Moçambique, o Banco Millennium Angola e o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. O Millennium bank na Turquia (operação parcialmente alienada em 27 de dezembro de 2010) e o Millennium bcpsbank nos Estados Unidos da América (operação parcialmente alienada em 15 de outubro de 2010) também faziam parte do segmento até à data da sua alienação.

Na Polónia, o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação centrada no Retalho e baseada na oferta de produtos inovadores e elevados níveis de serviço, na Suíça pelo Millennium bcp Banque Privée, uma operação de Private Banking de direito suíço e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direcionado para Clientes particulares e empresas, em Angola por um banco focado em Clientes particulares, empresas e instituições do setor público e privado e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de Private Banking, a Clientes com elevado património financeiro (segmento Affluent).

ATIVIDADE POR SEGMENTOS

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, refletindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afetação de capital e de balanceamento de cada entidade, efetuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afeto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se em 2010 e em 2011, o *IRB Advanced* para riscos de crédito da carteira de Retalho e *IRB Foundation* para o crédito a empresas, em Portugal, exceto promotores imobiliários e entidades do sistema de *rating* simplificado. Adicionalmente, foi adotado o método *Standard* para o risco operacional e o método dos Modelos Internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. A afetação de capital a cada segmento, nos exercícios de 2010 e de 2011, resultou da aplicação de 10% aos riscos geridos por cada um dos segmentos.

A informação referente a 2010 encontra-se em base comparável com a informação reportada a 2011, exceto no que se refere à componente associada ao Millennium bank na Turquia e ao Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América, refletindo a estrutura atual organizativa das áreas de negócio do Grupo reñendas na Caraterização dos Segmentos anteriormente descritas.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados refletem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 31 de dezembro de 2011.

NEGÓCIOS EM PORTUGAL

RETAILHO

O Retailho em Portugal registou uma contribuição líquida negativa de 16,0 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 112,7 milhões de euros no exercício de 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito.

A evolução da margem financeira em 2011 incorpora o aumento do custo dos depósitos de clientes, a subida da taxa de juro do crédito, a par dos menores proveitos associados ao volume do crédito. A contração da carteira de crédito decorre da seletividade na concessão do crédito e da forte diminuição da procura, com reflexos quer no crédito a particulares quer no crédito a pequenos negócios.

O desempenho dos outros proveitos líquidos em 2011, não obstante o esforço de captação de recursos e a manutenção de elevados níveis de *cross-selling*, foi condicionado pelo decréscimo das comissões, nomeadamente as relacionadas com operações de crédito, seguros de poupança e *unit-linked*, o qual foi parcialmente compensado pelas comissões referentes a contas à ordem, produtos estruturados e seguros de risco.

As dotações para imparidade do crédito registaram um acréscimo em 2011, como resultado do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras das famílias e das empresas.

O acréscimo registado nos custos operacionais decorre, essencialmente, do aumento dos custos associados a processos de recuperação de crédito, induzido pelo maior número de processos que estão a ser objeto de acompanhamento com vista à sua regularização.

Os depósitos de clientes evidenciaram um aumento de 8,1% face a 31 de dezembro de 2010, suportados no lançamento de diversas soluções, sendo de destacar o alargamento da oferta de produtos estruturados bem como a oferta de soluções de poupança programada de médio e longo prazo. No entanto, os recursos totais de clientes decresceram 3,2%, ascendendo a 34.992 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 36.133 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2010, determinados pela redução dos seguros de capitalização e dos débitos titulados.

O crédito a clientes atingiu 31.384 milhões de euros no final de dezembro de 2011, reduzindo 6,4% face aos 33.547 milhões de euros contabilizados no final de dezembro de 2010, dando seguimento à estratégia em curso de desalavancagem do balanço e, evidenciando a redução do crédito à habitação, ao crédito ao consumo e a pequenos negócios.

	Milhões de euros		
	31 DEZ.11	31 DEZ.10	VAR. % '11/'10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	485,2	522,3	7,1%
Outros proveitos líquidos	443,0	452,6	-2,1%
	928,2	974,9	-4,8%
Custos operacionais	685,9	670,3	2,3%
Imparidade	264,5	151,2	74,9%
	(22,3)	153,3	-
Contribuição antes de impostos			-
Impostos	(6,2)	40,7	-
Contribuição líquida	(16,0)	112,7	-
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afeto	1.324	1.608	-17,6%
Rendibilidade do capital afeto	-1,2%	7,0%	-
Riscos ponderados	13.243	16.076	-17,6%
Rácio de eficiência	73,9%	68,8%	-
Crédito a clientes ⁽¹⁾	31.384	33.547	-6,4%
Recursos totais de clientes	34.992	36.133	-3,2%
Depósitos de clientes	21.471	19.856	8,1%

(1) Inclui papel comercial.

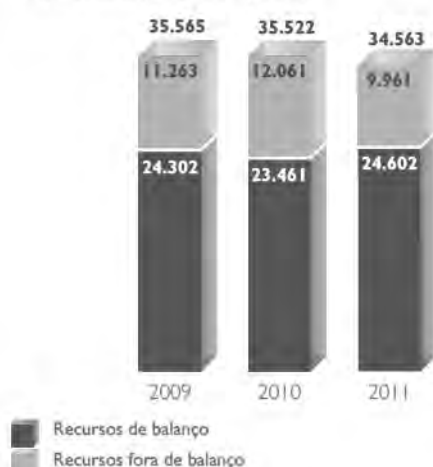
Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Rede de Retalho em Portugal

Em 2011, as linhas de orientação estratégica para o negócio de Retalho em Portugal passaram, essencialmente, pelo crescimento e retenção de Recursos, pelo *repricing* da carteira de crédito e desalavancagem do balanço e pelo enfoque na recuperação de crédito vencido. Outros vetores orientadores estiveram também presentes na atuação do Banco no último ano, designadamente o alinhamento da Rede de Retalho, o suporte à atividade comercial e à melhoria dos processos operativos, a comunicação com Clientes a uma só voz, a maior eficácia nas campanhas lançadas através dos vários canais do Millennium bcp e a integração de novos canais no processo de ação comercial.

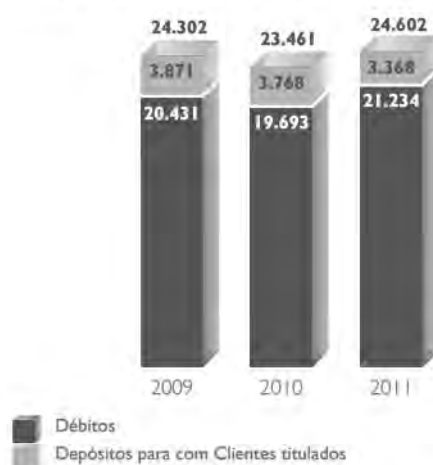
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES – RETALHO

Milhões de euros (em base comparável)



RECURSOS DE BALANÇO – RETALHO

Milhões de euros (em base comparável)



A divulgação destes produtos foi feita através da utilização dinâmica dos diferentes canais de contacto, com propostas dirigidas e adaptadas às necessidades de cada Cliente. Este esforço comercial foi compensado e reconhecido com uma resposta muito positiva da parte dos Clientes, havendo lugar à reativação da relação com alguns deles.

Crescimento e retenção de recursos

No primeiro semestre de 2011, a estratégia de crescimento de recursos assentou em iniciativas que promovessem, por um lado, a estabilização da carteira de produtos de passivo, com o lançamento de produtos de médio e longo prazo, privilegiando as aplicações financeiras com contributo para o aumento dos recursos de balanço e, por outro lado, o alargamento da base de Clientes através da comercialização ativa de produtos de captação de pequenas poupanças programadas.

Assim, foram lançadas diversas campanhas tendo como principal objetivo a retenção da base de Clientes e a geração de hábitos de poupança regular. Complementarmente foram lançados depósitos a prazo e produtos estruturados que, ao privilegiarem prazos mais longos, criaram um efeito estabilizador da carteira de recursos. Neste âmbito, foi também redesenhada a oferta de soluções integradas por segmento de negócio, com a introdução de produtos de poupança de acordo com o perfil dos Clientes. Aos novos Clientes, o Millennium bcp disponibilizou o depósito "Boas-Vindas", incentivando à poupança desde o início da relação bancária. Para os Clientes que domiciliam o seu ordenado, foi promovida a prática de canalizar parte do rendimento mensal para uma poupança específica e nos Clientes mais jovens, como forte aposta na captação e fidelização deste segmento, foi lançada a solução "Millennium GO!", que veio igualmente incentivar a componente de poupança através da disponibilização de um produto exclusivo, com prémios de permanência de capital.

Foi dado também enfoque à promoção e captação de remessas dos Clientes Residentes no exterior, que ultrapassaram os 825 milhões de euros, valor em linha com o registado em 2010. Para os Clientes com maior envolvimento com o Banco e níveis de rentabilidade superior, o Millennium bcp enfocou a sua estratégia na captação de novos recursos, através da dinamização de ações de comunicação, enquadradas no contexto económico atual, com oferta de produtos 100% portugueses aos Clientes que reforçassem o seu património.

No segundo semestre de 2011, com o agravamento da crise da dívida soberana europeia e a introdução de objetivos de desalavancagem aos bancos por parte do Banco de Portugal, o enfoque estratégico voltou a privilegiar as iniciativas de otimização da retenção e de crescimento de recursos, em especial dos depósitos, sem descurar, no entanto, as ações conducentes ao crescimento de produtos de passivo. Para alcançar estes objetivos, houve especial empenho na dinamização da comercialização de depósitos a médio prazo, assente numa estratégia agressiva de *pricing* e de

Também durante a segunda metade do ano, apostou-se no desenvolvimento e criação de operativas mais robustas para controlo e otimização dos vencimentos e renovações de recursos, por forma a propor aos Clientes alternativas competitivas e focadas em produtos que contribuam para a rubrica de Recursos de Balanço, preferencialmente, com prazos mais amplos. Paralelamente, desenvolveu-se uma flexibilização da política de *pricing*, com maior descentralização de decisão nas Direções Comerciais e na Sala de Mercados, respondendo desta forma com maior agilidade à forte agressividade do mercado e às oportunidades de retenção e captação de novos recursos.

Ao nível transaccional, o Millennium bcp continuou a dinamizar o serviço de transferências de dinheiro Western Union, promovendo a facilidade distintiva, face aos seus principais concorrentes, de os Clientes poderem realizar as suas transferências com toda a comodidade, segurança e sem acréscimo de preço através dos canais telefone ou internet.

Visando também a captação de recursos, mas nos Clientes Negócio e no que concerne à centralização da sua tesouraria, foram desenvolvidas várias iniciativas de colocação de soluções que servem os Clientes, quer ao nível dos seus pagamentos, quer de recebimentos. A solução "Cliente Frequente Negócios", lançada em 2010 e continuada em 2011, revelou ser uma oferta de valor adequada às principais necessidades transaccionais dos Empresários individuais e Empresas, existindo à data cerca de 39 mil adesões. No âmbito desta oferta inovadora e que permite a captura da tesouraria das empresas, foi lançado, no primeiro semestre de 2011, uma nova solução destinada ao pequeno comércio: o "Cliente Frequente Negócios Comércio", que associa à solução já em comercialização um Terminal de Pagamento Automático (TPA), mediante o pagamento de um valor fixo mensal. Foi ainda sistematizada a oferta de "Boas-Vindas" através da disponibilização e oferta de um conjunto de produtos aos Clientes, que facilitam a gestão diária do negócio, com condições especiais no primeiro ano de relação. Paralelamente, deu-se continuidade às ações de dinamização da domiciliação de pagamentos e de cobranças dos Clientes, privilegiando os canais automáticos.

Em 2011, no âmbito dos cartões de pagamento, foi promovida a sua utilização em compras face à alternativa do levantamento de numerário em *Automatic Teller Machine* (ATM), em ações permanentes de renovação da carteira e na promoção dos produtos mais rendíveis para o Banco e de maior valor para os Clientes, apostando-se nos cartões que conferem vantagens de fidelização (*cash-back*, pontos, milhas e outras). A oferta de cartões pré-pagos foi também revista e, em novembro, o novo cartão "Free" foi lançado em quatro versões distintas – para Particulares, o "Júnior" e o "Web"; para Empresas, as versões "Adiantamento" e "Ordenado". Todas as versões estão equipadas com extrato digital, possuindo um modelo mais rendível, com anuidades que variam em função do segmento a que se destinam.

A faturação total de cartões de pagamento registou uma variação negativa (3,4%) em 2011 face ao ano anterior, diminuindo de 13,5 mil milhões de euros para 13,0 mil milhões de euros. A maior descida verificou-se no volume de levantamentos em numerário, que recuou 5,2%, de 5,4 mil milhões de euros para 5,1 mil milhões de euros, enquanto a faturação em compras se manteve estável em 5,8 mil milhões de euros, com uma diminuição de 3,5%.

Na área de Negócio American Express, foi reforçada toda a atividade de *acquiring*, de que o Banco tem o exclusivo em Portugal, aumentando-se a Rede de Aceitação para cerca de 49 mil comerciantes (+20% face a 2010), tendo-se apoiado consistentemente a Rede com ações de *marketing* dirigidas e segmentadas.

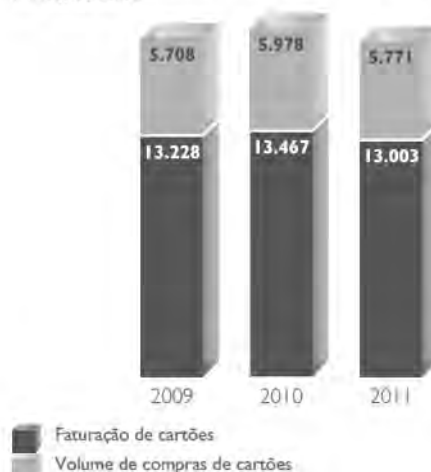
NÚMERO TOTAL DE CARTÕES

Milhares



EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO DE CARTÕES E DO VOLUME DE COMPRAS

Milhões de euros



Na linha do incentivo aos programas de *reward*, entre maio e setembro, esteve em curso a campanha de cartões "TAP", com grande visibilidade de meios e uma oferta excepcional de milhas, com a qual se atraiu mais 4.000 novos Clientes e se reforçou a parceria com a transportadora aérea nacional. Na mesma linha de aumento de vinculação dos Clientes, a campanha "O Blue leva-te ao Rock in Rio", uma ação de aquisição e utilização do cartão "Blue" da American Express, levou ao Rio de Janeiro dezenas de novos e atuais Clientes para assistirem ao Rock in Rio no Brasil.

Mantendo o posicionamento estratégico de proximidade e conveniência, continuaram a ser equipados com ATM remotas novos espaços comerciais, estações de transportes e localidades, nomeadamente em locais que mostrem deficiência de serviços bancários, privilegiando zonas de circulação e o abastecimento da população. Na área de *self-banking*, o Millennium bcp continua a promover a colocação de equipamentos com facilidades para invisuais, como sejam ligações de auscultadores e teclas com programação para emissão de instruções vocais, bem como acautelando o rigoroso cumprimento das regras definidas para instalação de equipamentos de modo a permitirem a utilização por pessoas de mobilidade reduzida.

O Millennium bcp foi pioneiro no mercado português na implementação de sistema de segurança para as ATM, o Sistema de Tintagem de Notas, como medida dissuasora de furto, continuando a investir nesta funcionalidade, destacando-se a este nível das demais instituições financeiras e com resultado positivo na redução de ocorrências, com relevo no mercado e perante as autoridades.

Em 2012, as linhas de orientação continuarão a assentar na defesa da carteira de recursos e crescimento enfocado especialmente nos recursos de balanço, em particular, nos depósitos. Ter-se-á como objetivo complementar a internalização da carteira de recursos fora de balanço para recursos de balanço, assente numa política assertiva de retenção e aplicação em recursos de balanço dos vencimentos e resgates destes produtos, a par da estabilização da base de recursos de clientes, através da promoção de produtos de médio/longo prazo. Neste contexto, o Millennium bcp adaptará e orientará a sua estratégia, posicionando-se como parceiro financeiro dos seus Clientes, desenvolvendo ações de estímulo à poupança e continuando a apostar na criação e oferta de soluções que visam responder às necessidades dos vários segmentos de Clientes Particulares e Negócio.

Os canais de contacto do Banco terão um papel preponderante. À semelhança do ocorrido em 2011, os canais remotos continuarão a disponibilizar produtos de recursos exclusivos pelo canal internet, em particular o "Netflexível" e os "Leilões de depósitos a prazo", bem como prosseguirão com o desenvolvimento de uma aplicação de *front-end* comercial única, que permitirá uma atuação totalmente concertada entre canais e o Cliente, permitindo deste modo a agilização na promoção e oferta de produtos e serviços adequados aos seus perfis e necessidades.

Ao nível transacional, em 2012 a consolidação do espaço europeu de pagamentos na Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA – Single Euro Payments Area) será uma realidade, nomeadamente no que diz respeito aos débitos diretos SEPA e ao desenvolvimento de soluções *online-payments* que o Millennium bcp irá acompanhar e implementar para os seus Clientes Particulares e Empresas. No atual contexto de contração da economia e de redução do consumo privado, não é razoável esperar o crescimento do negócio de cartões de pagamento, com exceção feita ao *low value*, pelo que o desafio de crescimento passará sobretudo por ganho de quota de mercado. É expectável que os Clientes continuem a manifestar preferência pelo uso de cartões de débito face aos de crédito, tendência que, aliás, se verifica em toda a Europa. A potenciação das preferências dos Clientes por soluções de *pay-and-save-now* é necessária, tendo em vista a sustentação do negócio e o ganho de quota de mercado. Neste âmbito, as linhas de orientação para 2012 consistem na defesa da carteira de cartões de crédito e na capitalização dos cartões de débito como instrumento de vinculação e retenção dos Clientes ao Banco e garante da sua rentabilidade. Complementarmente, o Banco irá manter permanente atenção à inovação e às novas oportunidades, quer na vertente tecnológica, quer na das preferências dos Clientes quanto às formas de pagar, preparando o futuro próximo para o *contact. less* e para os *mobile payments*.

Os principais riscos em 2012 prendem-se com a recessão económica e o seu impacto ao nível da redução do rendimento disponível, reduzindo a capacidade para os Clientes efetuarem poupança e contribuindo para o aumento dos níveis de incumprimento. Acresce ainda a maior pressão do quadro regulatório e da existência de regras de *compliance* mais estritas. Ao nível do negócio de cartões existem ainda constrangimentos específicos, num contexto de sobreendividamento e consequente redução do crédito *revolving*, com impacto negativo na margem financeira e no aumento dos pagamentos em *cash*, por maior perceção de controlo por parte dos Clientes, bem como pela pressão dos comerciantes. Em relação ao negócio de *acquiring*, os principais riscos resultam da redução dos volumes de comissões, pela conjugação de menos faturação e menores comissões, da pressão dos comerciantes para pagamentos feitos em *cash*, para redução de taxas e de tributação, do aumento da economia informal, da aceitação de "Multibanco-only", com perda de negócio atualmente alocado a marcas internacionais, do aumento do número de encerramentos e de falências de estabelecimentos e da diminuição do consumo internacional em Portugal, com quebra na faturação de cartões estrangeiros (*inbound*).

Recuperação, *repricing* e desalavancagem

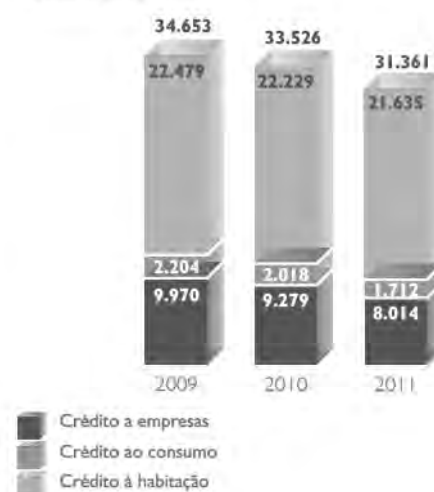
O agudizar da crise de dívida soberana tornou imperativo a partilha dos seus efeitos com os Clientes e restantes parceiros de negócio, tornando a concessão de crédito mais restritiva e seletiva e levando à necessidade de se proceder ao *repricing* progressivo das operações de crédito. A conjuntura desfavorável e o aumento das exigências regulamentares e de supervisão conduziram também à adoção de uma política de concessão de crédito mais rigorosa. Contudo, e apesar de todo este cenário económico desfavorável, o Millennium bcp continuou a apoiar as necessidades de financiamento dos seus Clientes. Em face da alteração das condições de mercado, foram efetuados ajustamentos ao preço de *spreads* e comissões, com vista a uma melhor adequação do preço ao risco dos Clientes e das operações tendo sido empreendidas diversas ações de renegociação de condições com os Clientes e restantes parceiros de negócio.

Sendo o incumprimento um dos temas atualmente mais relevantes na atividade bancária, e com o intuito da redução do crédito vencido, foi lançada uma campanha de cobrança e reestruturação de crédito vencido em toda a Rede de Retalho, a qual visa atenuar o crescimento dos níveis de incumprimento. Neste âmbito, dinamizou-se o "Serviço de Acompanhamento Financeiro" disponível para Clientes com dificuldades financeiras. No presente contexto adverso, o Banco tem estado especialmente atento às necessidades dos seus Clientes e procurou apoiá-los através de produtos de crédito de curto prazo, com especial enfoque nos produtos de suporte à tesouraria e à atividade exportadora no segmento de Clientes Negócio. O objetivo do Banco é encontrar em conjunto com os Clientes a solução mais adequada ao seu orçamento disponível, por forma a permitir-lhes manter o cumprimento das suas responsabilidades. Durante o ano de 2011, foi analisada a situação de cerca de 59 mil Clientes, da qual resultaram 10,506 ações de potencial apoio ou reestruturação de dívidas.

O Millennium bcp continuou a reconhecer, distinguir e premiar os empreendedores portugueses, com o "Programa Cliente Aplauso 2011", de acordo com o qual, de entre o universo de Clientes empresariais do Banco, foram selecionados cerca de 13 mil que se destacaram pelo seu desempenho económico, solidez financeira e envolvimento com o Banco. Esta é uma iniciativa que regista um enorme sucesso junto das PME portuguesas e à qual se continuará a dar visibilidade em 2012 em moldes que reforcem a relação comercial entre o Banco e estes Clientes.

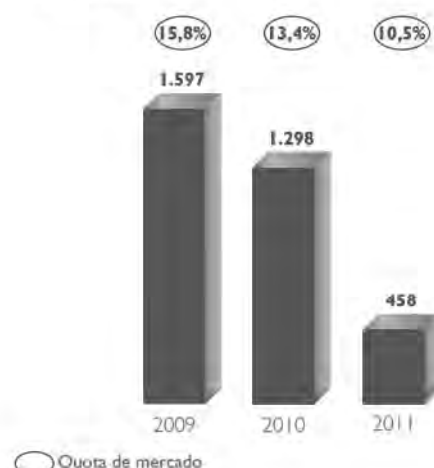
CRÉDITO TOTAL DE CLIENTES – RETALHO

Milhões de euros



NOVA PRODUÇÃO DE CRÉDITO À HABITAÇÃO

Milhões de euros



Ao nível do negócio internacional, o Millennium bcp continuou a apoiar as empresas exportadoras que são um dos principais motores da economia portuguesa. Para o Millennium bcp é decisivo reforçar a quota de mercado nas operações de *trade finance*, cujo contributo para a rentabilidade é muito significativo. Por estas razões, no primeiro semestre de 2011, o Banco apoiou ativamente as empresas no que respeita ao esforço de exportação e de internacionalização, tendo-se constatado um acréscimo do número de operações de *trade finance*.

No negócio de Cartões, o ano de 2011 também ficou marcado pelo enfoque no processo de risco de crédito, para o qual foram sistematizadas e aplicadas rotinas automáticas de prevenção ao incumprimento e de apuramento dos respetivos sinais de alerta. Em matéria de política de *pricing* foram revistas as taxas de juro dos principais cartões de crédito, repercutindo o aumento do custo de *funding* verificado e assegurando a defesa da margem financeira. Foram revistas também algumas rubricas de comissões, procurando reduzir o desequilíbrio face ao nível de serviço prestado e aos custos incorridos. Em matéria de novos produtos, destaque para o novo "Millennium bcp GO!," um cartão de crédito destinado aos jovens entre os 18 e os 25 anos. Beneficiando de um *design* arrojado e de um limite de crédito ajustado ao segmento, este cartão registou nos primeiros seis meses de comercialização uma carteira de mais de 4.500 cartões.

Não obstante uma concessão mais restritiva do crédito, manteve-se, em 2011, o apoio aos estudantes que pretendem prosseguir um percurso académico, através das linhas "Crédito Universitário" com condições de taxa de juro abaixo da taxa de Crédito Pessoal, tendo-se realizado um número de operações e montante financiado em linha com os anos anteriores: i) "Crédito Universitário com Garantia Mútua": contratados 241 empréstimos no montante de 2,6 milhões de euros e ii) "Crédito Universitário": contratados 227 empréstimos no montante global de 1,9 milhões de euros. Contribuiu-se igualmente para o combate ao desemprego através das linhas de crédito bonificadas, protocoladas com o Instituto do Emprego e Formação Profissional e Sociedades de Garantia Mútua – Linha Microinveste e Linha Investe Mais – que complementam a atividade da Rede Autónoma de Microcrédito, tendo-se realizado 14 operações com o valor global de 434 mil euros, em 2011. Neste âmbito, o Millennium bcp tem atualmente em carteira 124 operações no valor de 5,6 milhões de euros.

As medidas de correção orçamental colocam, em 2012, ainda maiores restrições ao consumo privado e uma maior aversão ao risco e ao investimento por parte das Empresas e Investidores. Por outro lado, o esforço de desalavancagem deverá traduzir-se numa diminuição do crédito concedido e num maior rigor e seletividade na concessão de crédito, o qual poderá passar pela adoção de medidas que promovam a antecipação da amortização dos créditos. O ano de 2012 deverá ser um ano de grande enfoque na proximidade e no acompanhamento permanente do negócio dos Clientes, procurando antecipar e adequar as ofertas às suas necessidades efetivas, assentes na simplicidade e na sua materialização.

O incumprimento é um dos temas mais relevantes da atividade bancária, com forte impacto na conta de exploração do Banco, determinando cada vez mais a necessidade de enfoque da atuação na recuperação do crédito vencido. O Banco irá dar continuidade à política de identificação de sinais de alerta que antecipem dificuldades financeiras que possam conduzir ao incumprimento e ações de análise da carteira de crédito, tendo em vista apoiar a continuidade dos negócios dos seus Clientes e a defesa da margem financeira. O Millennium bcp continuará disponível para estabelecer parcerias de benefícios mútuos com os seus Clientes, em especial no apoio à exportação de bens e serviços e nos serviços de cobrança de faturação.

Alinhamento da Rede de Retalho

Durante o ano de 2011, foi revisto o sistema de Incentivos da atividade da Rede de Retalho com vista a alinhar os esforços comerciais para o crescimento de recursos, para a redução do *gap* comercial e para a diminuição do crédito vencido, aumentando o peso destas variáveis chave no cálculo do indicador de gestão e, consequentemente, o enfoque de atuação da Rede.

Suporte à atividade comercial do Retalho e processos operativos

Em 2011, o Millennium bcp continuou a investir na melhoria da ferramenta de Suporte ao Contacto e Gestão da Atividade Comercial, para, através do plano de contactos, disponibilizar *leads* à rede comercial para oferta de produtos, e melhorar o acompanhamento da carteira de Clientes, visando promover mais vendas, reduzir o seu risco e reforçar a relação com os Clientes. Foi otimizada a dimensão das filas de Clientes a contactar no plano de contactos de modo a promover uma maior utilização da ferramenta pela rede comercial, tendo-se verificado um aumento no número de vendas, bem como da fidelização dos Clientes. No que respeita às filas de tarefas operativas, também disponíveis nesta ferramenta, foram implementadas melhorias para facilitar o tratamento pela rede comercial dos processos de *repricing* e de recuperação de crédito vencido, nomeadamente através de ligação direta a aplicações e emissão imediata de documentos, o que possibilitou um aumento na sua eficácia e um maior controlo na concretização dos processos.

Comunicar com Clientes a uma só voz

Ter uma visão única do Cliente Millennium bcp nos diferentes canais que interagem com os Clientes e efetuar a gestão dos vários contactos *online* é essencial para "comunicar com os Clientes a uma só voz" e para lhes prestar um serviço de excelência. Tendo isso em mente, um dos objetivos de 2011 do Banco passou pelo investimento no desenho e desenvolvimento de uma nova plataforma de atendimento multicanal, para utilização pelas sucursais e centro de contactos e integrada na ferramenta de Suporte ao Contacto e Gestão da Atividade Comercial. Esta nova plataforma será primeiro disponibilizada ao centro de contactos e, ao longo de 2012, será alargada a sua utilização às sucursais.

Maior eficácia nas campanhas lançadas através dos vários canais

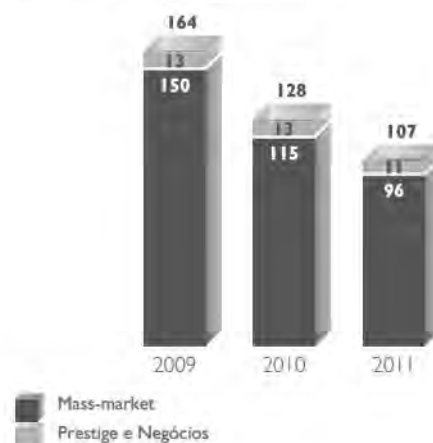
Com vista a assegurar melhores taxas de sucesso nas campanhas comerciais lançadas através dos vários canais, o Millennium bcp deu continuidade a utilização de *scorings* de propensão nas campanhas, promoveu uma maior personalização da oferta de Produtos e Soluções às características específicas de cada segmento de Clientes, bem como a utilização do novo *software* de lançamento de campanhas que, ao longo de todo o período de campanha, assegura que os Clientes a contactar cumprem os critérios de seleção definidos.

Integração de novos canais no processo de ação comercial

Em 2012, uma das prioridades será a continuação da integração de novos canais no processo de ação comercial e o reforço da lógica multicanal, que tem por objetivo transformar os contactos nos diversos canais em oportunidades comerciais para aumentar vendas e prestar um melhor serviço aos Clientes.

CAPTAÇÃO DE CLIENTES NO RETALHO

Milhares





ACTIVOBANK

O ano de 2011 representou para o ActivoBank o reforço da estratégia iniciada em março de 2010. Nessa altura, o ActivoBank lançou uma nova proposta de valor assente em serviços financeiros de índole mais corrente, dirigidos às necessidades de natureza sobretudo transacional dos Clientes. A aposta na modernização e renovação complementou e valorizou o pilar de serviços especializados com enfoque em soluções de investimento, que há muito caracteriza o banco.

O ActivoBank manteve, no último ano, o enfoque no crescimento da base de Clientes e do seu envolvimento com o banco, apesar do enquadramento adverso para os volumes de negócio, para a qualidade do crédito e para o custo dos recursos do setor bancário português. Neste sentido, foram implementadas uma série de iniciativas com impacto na comunicação, nos produtos, nos canais de venda e de *servicing*, e na operativa. Como resultado destas medidas, o

ActivoBank manteve a sua capacidade de atrair Clientes expressa no facto de, até agosto de 2011, ter captado tantos clientes como no conjunto de 2010 e de em dezembro ter duplicado a captação média mensal até então. No final de 2011, a base de Clientes ativos aumentou mais de 30% face ao ano anterior.

O conjunto de ações realizadas, a par da aposta contínua na inovação, contribuiu ainda para o reconhecimento do ActivoBank pela comunidade financeira internacional, expresso na atribuição de prémios como *Most Innovative Bank in Portugal*, atribuído pela revista *World Finance* (Banking Awards 2011), *Best Consumer Internet Bank in Europe* e *Best in Mobile Banking*, atribuídos pela revista *Global Finance*, entre outros, e na nomeação como um dos cinco finalistas, entre cerca de 200 candidatos, dos Prémios Global Banking Innovation Awards na categoria Inovação Disruptiva promovidos pela BAI.

O ActivoBank apostou também, ao longo de 2011, no reforço do desenvolvimento da área de investimentos, em ações dirigidas ao crescimento de recursos, na aposta na excelência do serviço ao Cliente e no reforço de uma oferta de valor diferenciadora para satisfazer as necessidades fundamentais dos Clientes, como é exemplo a solução "Proteção" (oferta de seguros).

Para concretizar os objetivos definidos e materializar a aposta no crescimento da base de Clientes e respetivo envolvimento, foram desenvolvidas em 2011 uma série de iniciativas, com destaque para:

- Crescimento e consolidação da rede comercial, compreendendo: i) a expansão do banco a nível nacional com a abertura de oito Pontos Activo em Aveiro, Braga, Cascais, Coimbra, Leiria, Lisboa e dois em Gaia que vieram juntar-se aos quatro já existentes, dos quais três em Lisboa e um no Porto; ii) a expansão da força de recomendação não bancária (Associados) e reforço da abordagem aos colaboradores de empresas identificadas com o segmento do banco; iii) a consolidação da aposta no canal *mobile*, através do lançamento do novo aplicativo para investimentos e de um novo aplicativo para Blackberry para as operações do dia-a-dia; iv) o lançamento da "carteira VIP" com o objetivo de aumentar a retenção e o envolvimento de Clientes com mais recursos; v) a parceria com a Associação de Estudantes de Economia e Gestão (AIÉSEC), tendo em vista a apresentação do ActivoBank a este *target* e a respetiva angariação de Clientes e vi) a reorganização da área de gestão personalizada com a atribuição de uma dupla de gestores a cada Cliente. Este serviço permite aos Clientes beneficiarem de um acompanhamento permanente e de uma maior disponibilidade;

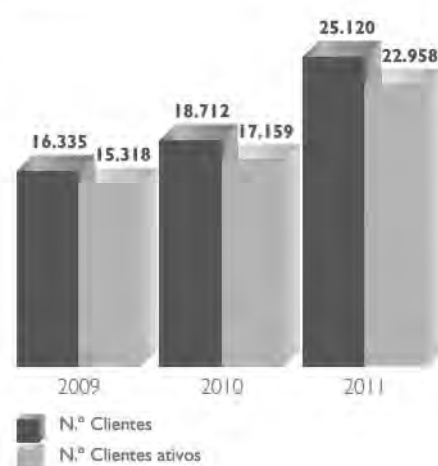
- Lançamento de novos produtos e serviços, compreendendo: i) o Crédito iPad, dirigido sobretudo ao mercado universitário; ii) o vale "Constrói o teu Futuro", de incentivo à oferta de poupança aos mais novos e iii) a renovação de toda a vertente de investimentos no site activobank.pt, implicando a descontinuação do site activobank7.pt;
- Disponibilização de mais cinco fundos de investimento, que incorporam critérios de responsabilidade social e ambiental, sendo que durante 2011 a carteira de fundos incluiu 9 fundos éticos e 15 fundos ambientais. Destes 24 fundos, em dezembro de 2011, 14 tinham subscrições. A carteira no final do ano representava aproximadamente 1% do total de investimentos em fundos, com cerca de um milhão de euros subscritos;
- Continuação da aposta nas redes sociais, consolidando o posicionamento do banco neste canal. As diversas ações resultaram num aumento de seguidores no Facebook de cerca de 160% face a 2010;
- Aumento da notoriedade da marca, reforçando a componente comercial através: i) do lançamento de três campanhas de comunicação para captação de Clientes em rádio, televisão (canais cabo), internet, imprensa e cinema; ii) dos eventos de dinamização local nas zonas dos Pontos Activo, de forma a aumentar a sua visibilidade e a afluência de pessoas, contribuindo para a angariação de Clientes e iii) da intensificação da presença publicitária permanente na internet.

A aposta do ActivoBank em 2012 continuará enfocada nos objetivos estratégicos de crescimento da base de Clientes, de aumento do seu envolvimento com o banco, de desenvolvimento do pilar de investimentos e de reforço da oferta base. Para concretizar estas orientações, serão desenvolvidas uma série de iniciativas com destaque para: i) o crescimento e consolidação da rede comercial através da continuação do plano de expansão do ActivoBank nas principais cidades portuguesas, nomeadamente através da abertura de duas sucursais no primeiro trimestre de 2012; ii) o reforço da expansão da força de recomendação não bancária (Associados) e da abordagem aos colaboradores das empresas identificadas com o *target* do banco; iii) a implementação de um modelo de reforço de vinculação e segmentação; iv) a continuação da simplificação dos processos operativos garantindo a excelência do serviço ao Cliente; v) a continuação da aposta no canal *mobile*; vi) o lançamento de novos produtos com o intuito de responder a uma série de necessidades identificadas junto dos seus Clientes, com destaque para uma solução habitação e automóvel; vii) o reforço das soluções de investimento e respetiva plataforma de negociação no mercado a prazo e viii) o estabelecimento de parcerias com algumas empresas, no sentido de tornar mais diferenciadora a experiência dos Clientes do ActivoBank.

O ActivoBank continuará o processo de crescimento já identificado, reconhecendo que os seguintes fatores poderão, em certa medida, condicionar a sua atividade durante 2012: i) a evolução dos mercados financeiros; ii) a crescente agressividade dos principais concorrentes em termos de *pricing*; iii) a inércia e aversão à mudança por parte dos Clientes bancários; iv) a existência de requisitos regulamentares mais exigentes e v) o aparecimento de novos *players* de outros setores com menor regulamentação comparado com o setor bancário, com oferta de produtos financeiros concorrentes (p.e. telecomunicações).

CLIENTES E CLIENTES ATIVOS

Unidades



EMPRESAS

Rede Empresas

A rede de Empresas registou uma contribuição líquida negativa de 86,3 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 11,0 milhões de euros no exercício de 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito, não obstante o acréscimo observado da margem financeira.

O aumento da margem financeira, em 6,5%, evidencia o efeito do acréscimo da taxa de margem dos depósitos à ordem e do crédito a clientes, que suplantou o efeito da redução dos volumes de negócio. O processo de *repricing* das operações de crédito, concretizado em 2011 com o objetivo de adequar o preço dos produtos ao perfil de risco de cada Cliente, proporcionou uma evolução favorável da taxa de margem financeira do crédito. A contração dos volumes de negócio reflete, por seu turno, quer a dificuldade das empresas gerarem excedentes de tesouraria quer a seletividade crescente na concessão de crédito centrada em empresas que apostam na internacionalização e apresentam uma dinâmica empresarial.

A diminuição dos outros proveitos líquidos, não obstante a prática instituída de comissionar de forma adequada o serviço prestado aos Clientes, está associada ao decréscimo das comissões referentes a serviços financeiros e ao negócio de empresas não residentes, apesar do aumento das comissões associadas ao crédito a clientes e ao *factoring*.

O acréscimo das dotações para imparidade do crédito inclui em 2011 o reforço das dotações efetuado no âmbito do Programa Especial de Inspeções, bem como o efeito da desvalorização dos colaterais financeiros e do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito, na sequência de um contexto macroeconómico adverso e da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao setor da construção e turismo. Com o objetivo de inverter esta tendência têm sido adotadas medidas de redução do risco quer através de um acompanhamento muito próximo dos Clientes, quer recorrendo a um reforço dos colaterais associados às operações de crédito.

A diminuição dos custos operacionais encontra-se suportada nas medidas de simplificação organizativa e de otimização dos processos que têm vindo a ser implementadas de forma consistente, consubstanciada, nomeadamente, nas reduções observadas nos outros gastos administrativos.

O crédito a clientes diminuiu 6,4%, totalizando 9.378 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compararam com os 10.024 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, evidenciando a redução dos financiamentos, do crédito à promoção imobiliária, do *leasing* e do papel comercial.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 2.609 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 2.982 milhões de euros atingidos em 31 de dezembro de 2010.

	Milhões de euros		
	31 DEZ. 11	31 DEZ. 10	VAR. % '11/'10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	188,0	176,6	6,5%
Outros proveitos líquidos	81,6	87,6	-6,9%
	269,6	264,2	2,1%
Custos operacionais	58,1	60,1	-3,3%
Imparidade	333,0	189,0	76,2%
Contribuição antes de impostos	(121,5)	15,0	-
Impostos	(35,2)	4,0	-
Contribuição líquida	(86,3)	11,0	-
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afeto	906	996	-9,0%
Rendibilidade do capital afeto	-9,5%	1,1%	-
Riscos ponderados	9.058	9.958	-9,0%
Rácio de eficiência	21,5%	22,8%	-
Crédito a clientes ⁽¹⁾	9.378	10.024	-6,4%
Recursos totais de clientes	2.609	2.982	-12,5%
Depósitos de clientes	1.322	1.663	-20,5%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Tendo presente as alterações estruturais operadas no setor financeiro, na sequência do Memorando de Entendimento assinado, em maio de 2011, entre o Estado Português e as Instituições Internacionais (FMI, BCE e Comissão Europeia), após o pedido de auxílio externo solicitado pelo Governo Português em consequência da denominada crise da dívida soberana, com repercussões para os bancos maioritariamente ao nível da desalavancagem do crédito e do reforço dos níveis de capitalização. Sendo o tecido empresarial constituído na sua grande maioria por pequenas e médias empresas (PME), a atividade da Rede Empresas, em 2011, foi orientada pelos seguintes vetores estratégicos: i) redução do *gap* comercial, baseado numa política complementar entre desalavancagem de crédito e crescimento de recursos; ii) diminuição do consumo de capital (redução dos ativos ponderados pelo risco), através da otimização da negociação de colaterais associados às operações de crédito; iii) monitorização constante do crédito vencido, numa perspetiva de redução das imparidades de crédito e iv) maximização da rentabilidade dos Clientes, numa lógica de parceria com as empresas, desenvolvendo soluções ajustadas para as suas diferentes necessidades, designadamente gestão de tesouraria, financiamento da atividade corrente e de novos investimentos, e outros serviços de apoio.

Visando a concretização da estratégia definida, foram implementadas um conjunto de iniciativas:

I. Redução do *gap* comercial

- Adequação das linhas disponibilizadas às empresas mediante as efetivas necessidades;
- Renegociação e ajustamento das operações de crédito de médio e longo prazo, por forma a adequar os planos de pagamento a alterações de fluxos de caixa dos projetos;
- Promoção e substituição de crédito bancário de curto prazo por *factoring*;
- Incidência na captação de recursos/tesouraria, numa lógica de contrapartidas com as Empresas com as quais o Banco tem maior envolvimento de crédito, com aumento na utilização dos canais automáticos nas empresas com menores níveis de utilização transacional;
- Apoio à internacionalização das empresas portuguesas, aproveitando a experiência e conhecimentos da equipa especializada Millennium Trade Solutions e dinamizando as funcionalidades criadas no portal institucional para realização de operações de créditos documentários;
- Apoio às PME, através da participação nas linhas de crédito celebradas com as entidades governamentais, nomeadamente: i) a Moratória de Alargamento do Prazo das operações das linhas PME Investe, que vai permitir às PME dispor de um prazo adicional de 12 meses com carência de capital, postecipando o reembolso dos financiamentos e libertando, no imediato, recursos de tesouraria. Enquadrado na sua política de apoio às empresas, nomeadamente PME, o Banco tem efetuado uma utilização intensiva destas linhas, detendo atualmente uma carteira de 17.884 operações correspondente a um capital financiado de 1.090 milhões de euros, destacando as 16.023 operações das linhas Micro e Pequenas Empresas no montante inicial de 493 milhões de euros; ii) as Linhas PME Investe VI Aditamento, Export Investe e QREN Investe, tendo o Millennium bcp, no decurso de 2011, contratado 645 novas operações referentes às diversas linhas PME Investe num montante global de 55 milhões de euros. Merece destaque o apoio às micro e pequenas empresas, com cerca de 460 novas operações aprovadas num valor aproximado de 14 milhões de euros e iii) as linhas de apoio ao investimento acordadas com o Banco Europeu de Investimento (BEI), destinadas a apoiar investimentos efetuados por micro e pequenas empresas independentes (até 25 milhões de euros) nas áreas da eficiência energética, de proteção ambiental e de economia do conhecimento. O Millennium bcp, no quadro de uma campanha de *leasing* de equipamentos junto da Rede Retalho, procedeu ao apoio de 224 novos projetos de investimento representando um montante aproximado de 26,5 milhões de euros;
- Abordagem às empresas numa lógica de parceria global, com soluções específicas para os seus colaboradores (Plano VIP), para os seus fornecedores (Serviço de Pagamento a Fornecedores, permitindo antecipação de pagamentos) e clientes (protocolos comerciais com condições preferenciais), potenciando as sinergias entre as diferentes plataformas de distribuição do Banco (Redes Retalho, Empresas, Corporate e Private Banking).

II. Diminuição do consumo de capital:

- Monitorização permanente das garantias associadas às operações de crédito, tendo em consideração os respetivos riscos e a evolução da atividade das empresas;

- Análise conjunta com as empresas dos colaterais contratados, face à globalidade das responsabilidades detidas pela empresa junto do Banco, potenciando ganhos em termos de minimização do consumo de capital e melhoria na gestão dos ativos da empresa.

III. Monitorização do crédito vencido

- Identificação de eventuais sinais de alerta na atividade das empresas, decorrentes da conjuntura económica atual, potenciando a proximidade comercial existente, por forma a delinear proativamente soluções que permitam ultrapassar e evitar incumprimentos futuros;
- Atuação integrada das áreas comerciais com as áreas de recuperação de crédito e de produtos especializados (*leasing*, *factoring*, negócio imobiliário), para a implementação de soluções globais com as empresas;
- Apoio à realização de planos de reestruturação empresarial, no âmbito de reajustes da estratégia empresarial, nomeadamente em situações de implementação de estratégias de diversificação de mercados ou produtos.

IV. Maximização da rentabilidade dos Clientes

- Manutenção das ações de *repricing* das operações, procurando efetuar o seu ajustamento ao respetivo risco incorrido e à evolução dos mercados financeiros. Como resultado desta atuação, registou-se um aumento de 3,6% da margem financeira face ao período homólogo de 2010;
- Dinamização da utilização do Internet Banking na vertente transacional da atividade das empresas (ex.: transferências, pagamentos de impostos, ordenados ou fornecedores);
- Redução das isenções de preçário de comissões, por forma a efetuar uma cobrança adequada e ajustada aos custos operacionais das operações.

ATIVIDADE DO MICROCRÉDITO

Milhares de euros



Microcrédito

A atividade desenvolvida nesta área pela Rede Autónoma de Microcrédito tem vindo a ser reconhecida internacionalmente, tendo sido o vencedor do prémio *MicroFinance Recognition Awards*, na categoria *Commitment to social and financial transparency* e tendo integrado a *shortlist* dos *Global Microfinance Achievement Awards 2011*, na categoria *Highest Customer Orientation*, com reconhecimento como uma das três melhores operações de Microcrédito a nível internacional, nesta categoria.

Como membro corporativo e membro do Board, o Millennium bcp, continuou a participar no grupo de trabalho da European Microfinance Network (EMN), que tem como objetivo elaborar uma análise do crescimento da microfinança na Europa.

Em 2011, procedeu-se a uma atualização dos critérios para candidatura, tendo o montante máximo das operações sido elevado para 25 mil euros por candidato e o prazo máximo alargado para cinco anos para operações a partir dos sete mil euros. O número de propostas analisadas pelo Millennium bcp Microcrédito, em 2011, manteve-se em linha com as apresentadas em 2010.

Em termos de produção a atividade do Microcrédito, que inclui protocolos

com Associação Nacional de Direito ao Crédito e Região Autónoma dos Açores, concretizou um total de 214 novas operações, com um total de crédito concedido de 2,20 milhões de euros, tendo ajudado a criar 315 postos de trabalho. O volume de crédito concedido às 983 operações em carteira, a 31 de dezembro de 2011, foi de 9,65 milhões de euros, correspondendo a um capital em dívida de 6,98 milhões de euros.

O esforço de controlo do crédito vencido continua a ser uma preocupação constante, sendo que a metodologia em prática tem demonstrado eficácia na prevenção e resolução de situações de incumprimento. Em 2011, foram consolidados os critérios de análise de crédito, já de si rigorosos e consubstanciados numa *check list*, quer no que diz respeito ao Plano de Negócio apresentado pelos microempreendedores, quer no perfil dos mesmos, bem como dos avalistas.

Foi também aprovada pelo *board* do EIF (European Investment Fund) a candidatura à Garantia para operações de Microcrédito. Este instrumento de garantia foi criado pela União Europeia, no âmbito do programa European Progress Microfinance Facility (EPMF), e é gerido pelo EIF. Trata-se de um mecanismo que irá garantir até 309.488 euros da sua produção de financiamentos de microcrédito, não havendo lugar a pagamento de qualquer tipo de comissionamento, desde que seja atingido um volume de crédito, para o período de 24 meses, de 3,15 milhões de euros.

O atual contexto económico que se vive em Portugal traduz-se numa necessidade de dinamização do tecido empresarial e criação de emprego, vital para a economia portuguesa e para a autossustentabilidade dos indivíduos. No entanto, a incerteza quanto ao futuro continua a contribuir para a retração na criação/desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Com o objetivo de aproximar o instrumento de microcrédito à população mais vulnerável, foram dinamizadas inúmeras ações, de divulgação, em 2011.

Crédito Especializado

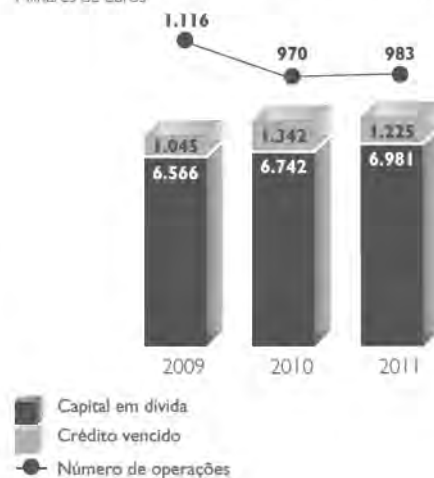
No respeitante ao Crédito Especializado, as principais linhas de orientação centraram-se na contenção e seletividade de novas operações, na adequação sucessiva de preços face à evolução do custo do *funding* e forte esforço de *repricing* das operações em carteira nos produtos de *leasing* e *factoring*, com prioridade nestas últimas, pelo seu potencial de captação de tesouraria das empresas.

Foram desenvolvidas as seguintes iniciativas, destacando-se:

- No negócio do *leasing*, privilegiaram-se os negócios de pequena e média dimensão, com os Clientes de melhor risco e o financiamento de bens com mercados secundários ativos e por prazos mais curtos. A alocação de fundos disponíveis no âmbito de uma Linha BEI, no montante de 30 milhões de euros, permitiu a oferta de *leasing* de equipamento, junto dos Clientes da Rede de Retalho com condições especiais de preço, assegurando-se o apoio ao investimento das PME;
- No financiamento Automóvel, a manutenção de parcerias com concessionários automóveis esteve na base de campanhas junto dos Clientes da Rede Retalho, com maior destaque da oferta do produto *renting*, produto que, no âmbito da parceria estabelecida com a companhia SGald Automotive, empresa gestora de frotas integrada no Grupo Société General, não envolve o consumo de capital do Banco nem necessidades de *funding*;
- A dinamização do produto *factoring* focalizou-se no Retalho, com uma campanha de alargamento da base de Clientes. Implementou-se também uma maior seletividade no tipo de oferta, procurando-se reduzir o peso das operações sem recurso, descontinuando-se desta forma a oferta "Solução Município" e reconfigurando-se os produtos relacionados com o setor da saúde. Em consonância com o objetivo de redução do risco operacional e a melhoria do controlo do crédito vencido, encontra-se numa fase final o desenvolvimento de uma nova plataforma informática de *factoring*, estando prevista a entrada em funcionamento no início de próximo ano;
- Certificação de Gestores de Crédito Especializado em Portugal, visando a prestação sustentada de um serviço de excelência ao Cliente e a melhoria contínua desta área de negócio no Banco.

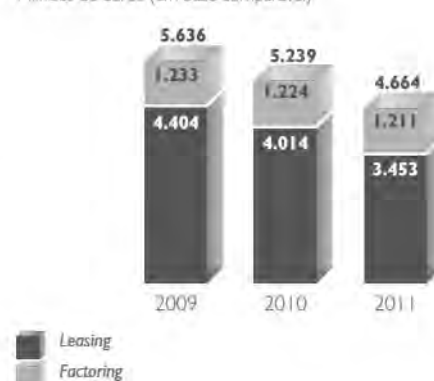
CARTEIRA DE CRÉDITO MICROCRÉDITO

Milhares de euros



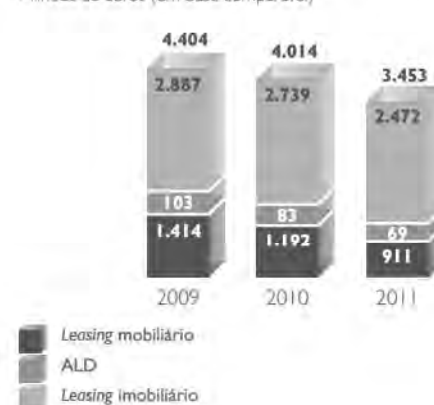
CARTEIRA DE CRÉDITO ESPECIALIZADO

Milhões de euros (em base comparável)



CARTEIRA TOTAL DE CRÉDITO LEASING

Milhões de euros (em base comparável)



A atividade da Rede Empresas e do Crédito Especializado, em 2012, continuará a ser fortemente influenciada pela evolução da economia portuguesa, cujo desempenho será muito condicionado pela implementação das medidas definidas no Memorando de Entendimento com consequências na manutenção do ambiente económico recessivo. Neste contexto, a estratégia de atuação da Rede passará pela manutenção das linhas de orientação seguidas em 2011, direcionando a atividade comercial para:

- Enfoque na redução do gap de liquidez, com uma política restritiva de concessão de crédito, num novo paradigma baseado no estabelecimento de uma parceria global com as Empresas, privilegiando a concessão de crédito para empresas com as quais sejam negociadas contrapartidas em termos de tesouraria e que demonstrem maior capacidade de sucesso a médio e longo prazo, nomeadamente pela atuação em mercados internacionais com maior potencial de crescimento;
- Forte proatividade comercial, reforçando o relacionamento com as Empresas, fator vital para a identificação de novas oportunidades de negócio em linha com as necessidades e estratégia, procurando igualmente detetar eventuais sinais de dificuldade no negócio, por forma a delinear soluções adequadas às respetivas características e evitando crédito vencido;
- Implementação de novas soluções especialmente direcionadas às necessidades de tesouraria das Empresas, procurando potenciar a captação de novas fontes de receitas, em termos de pagamentos, recebimentos ou serviços de valor acrescentado (*renting*, seguros de vida e fundos de pensão, instrumentos de cobertura de risco, entre outras);
- No *leasing*, continuará a privilegiar-se o apoio ao investimento das PME, com a realização de negócios de pequena e média dimensão. O *factoring* manter-se-á prioritário, dando sequência à política de substituição de crédito financeiro de curto prazo e o alargamento da base de Clientes, bem como a redução das operações sem recurso.

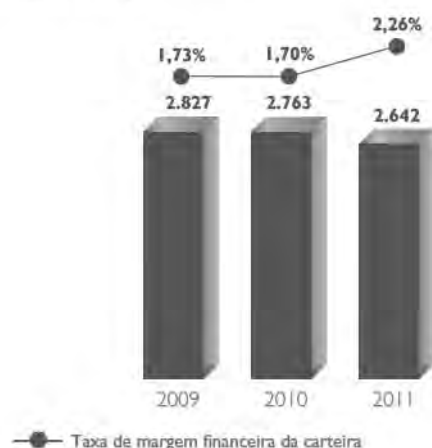
Paralelamente, a redefinição dos critérios de segmentação das redes do Banco, permitirá identificar melhor o potencial de rentabilidade dos Clientes empresariais, nomeadamente junto das PME, propiciando um acompanhamento mais próximo dos Clientes, melhor identificação das necessidades e construção de soluções mais ajustadas.

Negócio Imobiliário

A Direção de Negócio Imobiliário integra as unidades de Crédito à Promoção Imobiliária, Gestão de Projetos, Gestão de Imóveis e Venda de Imóveis, tendo definido os seguintes vetores de atuação:

CARTEIRA DE CRÉDITO À PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA

Milhões de euros



- Promoção Imobiliária: foi dada continuidade à política de adequação do *pricing* das operações de crédito ao respetivo risco associado, privilegiando a liquidez. O saldo da carteira de crédito à promoção imobiliária atingiu o valor de 2.642 milhões de euros, registando uma diminuição de 4,4% face a 2010. A taxa de margem financeira registou um aumento de 56 p.b. face a 2010;
- Gestão de Projetos: procedeu-se à implantação de uma estrutura especializada no acompanhamento de Clientes e projetos com risco imobiliário significativo, cuja recuperação se processe exclusiva ou maioritariamente por via da alienação desses projetos imobiliários. Neste âmbito foi dado enfoque à prevenção e recuperação do crédito vencido, redução de imparidades e melhoria da qualidade e reforço de garantias, a par da otimização da rentabilidade associada. Para o efeito têm vindo a ser reforçados os modelos de diagnóstico, estruturação financeira e acompanhamento do risco dos projetos;
- Gestão de Imóveis: foi prestada especial atenção à análise do *stock* e ao tratamento dos imóveis com mais tempo de permanência em carteira. Com vista à otimização da gestão de recursos afetos, procedeu-se à reorganização das áreas de gestão de imóveis, através da criação de equipas com menor dimensão e responsáveis pelo acompanhamento integral de um conjunto de imóveis sob sua gestão. O êxito da iniciativa ficou patente na duplicação do número de imóveis tratados e em condições de alienação;

■ Venda de Imóveis: atividade exclusivamente centrada na alienação de ativos imobiliários, cuja proveniência é maioritariamente oriunda de dações, resolução de contratos de *leasing*, execuções judiciais ou da sua desafetação à exploração. Durante o exercício de 2011, procedeu-se à reorganização da equipa comercial dedicada aos grandes imóveis e ao retalho, o que permitiu ao Banco uma nova abordagem com maior proximidade ao mercado imobiliário. Paralelamente, estabeleceram-se novas parcerias com entidades imobiliárias especialmente vocacionadas para a venda deste tipo de ativos. Com o intuito de acelerar o processo de venda destes ativos, realizaram-se em 2011, quatro campanhas de imóveis abertas a todas as imobiliárias, dez leilões presenciais (cinco em Lisboa e cinco no Porto) e três leilões *online*. O ano de 2011 foi também o ano de lançamento da marca "M imóveis" para este mercado, em paralelo com as inovadoras ações comerciais de forte dinamismo regional – "O mês das oportunidades", realçando-se: i) os Encontros Millennium Imobiliário; ii) as várias promoções ao longo do mês, designadamente a aquisição de imóveis através de propostas por carta fechada e iii) um leilão regional realizado nas sucursais do Banco, inédito no País.

Em 2012, a atuação nesta área será pautada pela:

- Seletividade na escolha das Empresas e dos projetos a financiar, assumindo especial relevância o nível da estrutura de capitais e garantias de cada projeto;
- Gestão e monitorização adequada do risco e dimensão de cada projeto, a par de elevado rigor na gestão do preço;
- Consolidação da nova abordagem comercial a nível de venda de imóveis, prevendo-se um alargamento da oferta por via do lançamento do novo *site* imobiliário e do aumento de iniciativas quer regionais, quer nacionais, alicerçadas e apoiadas nas redes comerciais do Banco.

Interfundos

A atividade do setor de Fundos de Investimento Imobiliário Fechados manteve em 2011, à semelhança do verificado em 2010, uma evolução negativa e fortemente marcada pela retração de todo o mercado imobiliário em Portugal, generalizado a todas as suas frentes de negócio. Neste quadro, a orientação estratégica da Interfundos assentou na aposta numa maior eficiência na gestão dos meios disponíveis, com vista à continuidade do negócio dos 48 Fundos que gere, seja por via da manutenção do desenvolvimento ou da reestruturação dos projetos imobiliários de cada Fundo.

Atenta ainda às dificuldades associadas ao atual enquadramento fiscal dos Fundos de Investimento Imobiliário, a Interfundos enfocou a sua atividade em projetos de reestruturação e reabilitação urbana, pese embora as já referidas condicionantes do mercado. Nesse sentido, foi autorizada pela CMVM a constituição de dois novos Fundos de Investimento Imobiliário sob gestão da Interfundos, o Fundo Patrimonial FEIF e o Grand Urban Investment Fund FEIF. Foi também solicitada a aprovação de outros dois Fundos de Investimento Imobiliário, o MR FEIF e o Fundo M Renda FILAH, este último visando tirar partido das oportunidades que a dinamização do mercado de arrendamento habitacional poderá proporcionar.

A Interfundos manteve em 2011 a posição de líder de mercado na gestão de FIFSP, com uma quota de mercado de 16,8%, através da gestão de 48 Fundos de Investimento Imobiliário, num total de 1.129 milhões de euros de ativos líquidos sob gestão, consubstanciando uma estabilização face ao período homólogo anterior, o que, no entanto, não espelha a forte retração verificada nesta indústria em 2011.

As perspetivas para o setor imobiliário em Portugal, em 2012, mantêm-se negativas, apontando para a continuidade da restrição à concessão de crédito, com impacto não só nas famílias para aquisição de habitação própria, mas também no setor da construção, seja para habitação ou escritórios. Assim, a Interfundos prevê manter, em 2012, o seu enfoque estratégico na reestruturação de projetos e reabilitação da malha urbana, a par da defesa de manutenção dos projetos em curso, no âmbito dos fundos sob sua gestão e do alargamento da sua atividade aos fundos de arrendamento habitacional, procurando assim corresponder às novas necessidades e oportunidades que o mercado proporcionará.

A incerteza existente em termos do futuro deverá continuar a condicionar a atividade empresarial em 2012. Complementarmente, a eventual necessidade de adoção de novas medidas de austeridade em Portugal e nos principais países europeus constitui igualmente um fator não despidendo de incerteza. Os imperativos de capitalização e desalavancagem deverão condicionar fortemente a capacidade de concessão de crédito pelos bancos, dificultando a reversão da trajetória recessiva da economia portuguesa e tornando obrigatória a exploração de novos mercados fora da Europa, sede dos principais mercados de destino das empresas portuguesas.

Corporate & Banca de Investimento

O segmento Corporate & Banca de Investimento registou uma contribuição líquida negativa de 63,0 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 82,9 milhões de euros no período homólogo de 2010, na sequência do aumento das dotações para imparidade do crédito.

O aumento da margem financeira, em 16,9%, suportado pela Rede Corporate, incorpora o efeito do *repricing* das operações de crédito que visou adequar o *spread* das operações ao risco implícito nas operações e reforçar os mitigantes associados, proporcionando um aumento da taxa de margem do crédito a clientes e permitindo suplantar a redução dos volumes de crédito a clientes.

O aumento dos outros proveitos líquidos deve-se, essencialmente, ao acréscimo das comissões na Rede Corporate, com destaque para as comissões associadas ao crédito concedido a clientes, a contas à ordem, a seguros de risco, a serviços financeiros e a património sob gestão.

O reforço das dotações para imparidade do crédito inclui, em 2011, o aumento das dotações efetuado no âmbito do Programa Especial de Inspeções, bem como o efeito da desvalorização dos colaterais financeiros e do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito, na sequência da persistência de um contexto macroeconómico adverso e da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente em empresas ligadas ao setor da construção e turismo.

Em conformidade com a prioridade estratégica de redução do *gap* comercial, o crédito a clientes diminuiu 7,9%, ao totalizar 12.199 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 13.245 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, determinado pela redução dos financiamentos, do *leasing* e do papel comercial.

Os depósitos de clientes evidenciaram um aumento de 27,2% face a 31 de dezembro de 2010, refletindo o esforço comercial na captação de recursos. Os recursos totais de clientes decresceram 3,7%, ascendendo a 10.822 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 11.236 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2010, determinados pela redução observada nos débitos titulados.

Milhões de euros

	31 DEZ. 11	31 DEZ. 10	VAR. % '11/'10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	240,9	206,0	16,9%
Outros proveitos líquidos	180,7	159,8	13,1%
	421,7	365,8	15,3%
Custos operacionais	77,7	74,9	3,8%
Imparidade	432,7	178,2	-
Contribuição antes de impostos	(88,7)	112,7	-
Impostos	(25,7)	29,9	-
Contribuição líquida	(63,0)	82,9	-
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afeto	1.637	1.608	1,8%
Rendibilidade do capital afeto	-3,8%	5,2%	-
Riscos ponderados	16.370	16.082	1,8%
Rácio de eficiência	18,4%	20,5%	-
Crédito a clientes ⁽¹⁾	12.199	13.245	-7,9%
Recursos totais de clientes	10.822	11.236	-3,7%
Depósitos de clientes	6.265	4.923	27,2%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Rede Corporate

Tendo presente as alterações estruturais no setor bancário português resultantes da implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), apoiado e suportado conjuntamente pelo FMI e pela União Europeia (UE), com implicações ao nível da desalavancagem do crédito e do reforço dos níveis de capitalização, a atividade da Rede Corporate, em 2011, tal como a da Rede Empresas descrita anteriormente, foi orientada pelos seguintes vetores estratégicos: i) redução do *gap* comercial, mantendo a orientação seguida em anos anteriores, com ajustamento da concessão de crédito e enfoque no crescimento de recursos; ii) redução do consumo de capital (redução dos ativos ponderados pelo risco), através nomeadamente de uma análise atenta da colateralização das operações de crédito; iii) controlo incisivo do crédito vencido, visando a diminuição das imparidades de crédito e iv) enfoque na rentabilidade global dos Clientes, através do estabelecimento de um relacionamento global, com a oferta de soluções globais para todas as necessidades das empresas.

Com o propósito de implementar as orientações anteriormente referidas foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

I. Redução do *gap* comercial

- Rígor na concessão de crédito, reduzindo o crédito a empresas do setor público, ajustando os limites disponibilizados às Empresas às suas efetivas necessidades e negociando com os Clientes a reestruturação de operações de crédito de médio e longo prazo, por forma a adequar o respetivo plano de pagamento à geração de fluxos de caixa do projeto e/ou da empresa;
- Preferência, na concessão de crédito, às empresas com estratégias de internacionalização e com operações em mercados diversificados;
- Adoção de uma política de gestão de contrapartidas, em termos de captação da tesouraria das empresas, apoiando-as no financiamento da sua atividade diária e no desenvolvimento de projetos, numa ótica de relacionamento global, negociando soluções adequadas às suas diferentes necessidades;
- Estabelecimento com as Empresas de uma lógica de parceria, aproveitando as suas relações com os diferentes *Stakeholders*, nomeadamente os seus colaboradores, fornecedores e clientes.

II. Redução do consumo de capital

- Análise incisiva das operações de crédito, designadamente em termos da adequação dos colaterais aos riscos das operações e à evolução da atividade das Empresas;
- Renegociação frequente com os Clientes de eventuais reforços de garantias para as operações que consubstanciassem minimização do consumo de capital.

III. Controlo do crédito vencido

- Acompanhamento próximo da atividade das Empresas, com contactos frequentes visando identificar eventuais sinais de dificuldades por forma a estabelecer, em conjunto com os seus órgãos dirigentes, soluções que prevenissem incumprimentos futuros;
- Apoio da realização de planos de reajustamento da atividade, no quadro da estratégia de parceria com as empresas, apoiando-as em estratégias de diversificação de mercados.

IV. Enfoque na rentabilidade global dos Clientes

- Adequação dos *spreads* praticados nas operações ao risco efetivo dos Clientes e às garantias com eles negociadas, tendo em consideração o crescimento significativo evidenciado pelas taxas de juros nos mercados financeiros;
- Aplicação genérica do comissionamento previsto para as operações, por forma a fazer face aos seus custos operacionais;
- Dinamização da utilização de canais automáticos, com vantagens substanciais para as Empresas em termos de facilidade transacional e integração com os seus próprios sistemas, potenciando ainda a redução de custos.

As orientações estratégicas para a Rede Corporate manter-se-ão, em 2012, em linha com a estratégia implementada em 2011, com forte enfoque na/no:

- Diminuição do *gap* de liquidez, com uma gestão muito criteriosa da concessão de crédito, numa lógica de parceria global com as Empresas com negociação de contrapartidas em termos de movimentos de tesouraria e privilegiando as Empresas que apostem no desenvolvimento de estratégias de diversificação de mercados, com internacionalização para países de maior crescimento;
- Acompanhamento próximo das Empresas, visando a identificação de novas oportunidades de negócio em linha com as necessidades e estratégia das empresas, procurando efetuar um diagnóstico atempado de eventuais sinais de alerta sobre a evolução da atividade da empresa, por forma a ser eficiente na implementação de soluções adequadas;
- Desenvolvimento de novas soluções adequadas às necessidades das Empresas, potenciadoras da captação de novas fontes de receitas, designadamente em termos de gestão de tesouraria, nas vertentes de pagamentos, recebimentos, serviços de valor acrescentado (*renting*, seguros de vida e fundos de pensões, instrumentos de cobertura de risco, entre outras).

Os principais riscos que se colocam à atividade da Rede Corporate em 2012, tal como para a Rede Empresas, estão relacionados com a incerteza associada à evolução da Área do Euro, a eventual necessidade de novas medidas de austeridade em Portugal e nos principais países europeus destino das exportações portuguesas, com reflexos na atividade das empresas portuguesas e na necessidade de eventual implementação de medidas de adaptação da atividade empresarial.

Banca de Investimento

Na área de Banca de Investimento, através do Millennium investment banking, o Banco manteve a sua posição de destaque na corretagem de ações na Euronext Lisbon em 2011, com uma quota de mercado superior a 6% e ocupando a terceira posição no *ranking*. Mesmo num contexto adverso, foram captados mais Clientes para a negociação com acesso direto à sala de mercados, mantendo em simultâneo uma forte atividade na divulgação do mercado nacional junto de investidores internacionais. A área de *research* consolidou a posição como principal referência na cobertura de empresas listadas na Euronext Lisbon, tanto para investidores locais como internacionais, tendo paralelamente reforçado a cobertura de empresas listadas no mercado espanhol. A concentração do programa de certificados e *warrants* do Millennium bcp na Euronext Lisbon contribuiu para o crescimento da atividade, reforçando assim a liderança destacada com uma quota de mercado superior a 50%. Numa atitude inovadora e considerando o atual contexto, o Millennium bcp promoveu a negociação em mercado regulamentado de produtos de gestão passiva e de alavancagem financeira.

A instabilidade dos mercados que afetou severamente alguns membros da Área do Euro e que acabou por alastrar à maioria dos países europeus condicionou o lançamento de novas operações e impediu os emitentes nacionais de acederem aos mercados internacionais. Face a este enquadramento, o Banco centrou a sua atividade em operações domésticas, mantendo a sua posição de liderança neste segmento do mercado, com particular destaque para a organização e montagem de empréstimos obrigacionistas para a EDP – Energias de Portugal (200 milhões de euros), Sporting SAD (20 milhões de euros) e FCP SAD (10 milhões de euros), colocados através de Oferta Pública de Subscrição. O Banco liderou também um conjunto de novos Programas de Emissões de Papel Comercial para empresas portuguesas de referência, podendo destacar-se as operações executadas para a Espírito Santo Saúde (96 milhões de euros), Grupo Salvador Caetano (40 milhões de euros), Têxtil Manuel Gonçalves (50 milhões de euros) e Sonae Indústria (50 milhões de euros). Foi ainda realizada a primeira emissão de obrigações hipotecárias do Banco de Investimento Imobiliário – BII, no montante de 1.000 milhões de euros. O Banco organizou e liderou em agosto deste ano, através de colocação privada, uma emissão de obrigações para a EDP Finance BV, ao abrigo do *Programme for the Issuance of Debt Instruments* do Grupo EDP, no montante de 350 milhões de euros, pelo prazo de um ano. Merece ainda ênfase a atividade desenvolvida na montagem e colocação de produtos estruturados, enquadrada no esforço comercial dirigido à captação de recursos estáveis de Cliente, desenvolvido pelas Redes de Retalho e pelo Private Banking. O montante total colocado ascendeu a cerca de 880 milhões de euros. De entre as diversas estruturas, podemos salientar o “Millennium Rendimento M”, o “Millennium Rendimento Crescente” e o “Millennium Rendimento Já”.

Não obstante as dificuldades relacionadas com as envolventes macro e microeconómica, prosseguiram, no ano de 2011, os resultados positivos obtidos com a venda de produtos de tesouraria, quer na vertente dos produtos *cash* (operações cambiais negociadas *spot* e *forward*, aplicações e financiamentos de curto prazo a taxa fixa), quer na vertente dos produtos derivados de cobertura de risco de taxa de juro, taxa de câmbio e *commodities*.

Na área de *corporate finance*, o Millennium investment banking participou em vários projetos relevantes, sendo de destacar as assessorias financeiras à REN, na colocação de parte do capital do OMIP, SGPS; à Parública, na avaliação da Hidroelétrica de Cahora Bassa e à Sonangol, na aquisição de grupo no setor de turismo/lazer. De destacar ainda as avaliações efetuadas à REN e à EDP no âmbito dos respetivos processos de privatização.

Na área de *equity capital markets*, é de destacar o papel do Millennium investment banking na Coordenação Global das operações de aumento de capital do próprio Millennium bcp que, apesar de realizadas numa conjuntura de mercado particularmente adversa, foram concretizadas com pleno sucesso e num prazo extremamente curto, tendo decorrido menos de três meses desde o seu anúncio até à admissão à negociação das novas ações. Em janeiro de 2011, ficaram concluídas as Ofertas da Sporting SAD, que se encontram integradas no âmbito do processo de reestruturação financeira do Grupo SCP, e nas quais o Banco foi "Coordenador Global Conjunto" na sua organização e montagem, que consistiram num aumento de capital de até 18 milhões de euros e numa emissão de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis em ações da Sporting SAD de até 55 milhões de euros, em ambos os casos realizadas através de Oferta Pública de Subscrição, com reserva de preferência para os acionistas. Em setembro de 2011, o Banco foi igualmente "Coordenador Global Conjunto" na organização e montagem do aumento de capital da Inapa de até 75 milhões de euros, realizado através de uma oferta pública de subscrição de ações preferenciais sem voto, com reserva de preferência para acionistas.

Em 2011, o Millennium investment banking manteve um papel ativo em operações de *structured finance*, sendo de destacar as operações de reestruturação relacionadas com o Grupo Visabeira/Vista Alegre, e o apoio prestado à recomposição acionista do Grupo ETE, um dos maiores operadores portuários e de transporte marítimo de Portugal. Também de mencionar a conclusão da reestruturação de um financiamento sindicado do Grupo Multi Corporation (*player* relevante no setor imobiliário europeu). Manteve-se igualmente um acompanhamento próximo da carteira de *loans outstanding*, que atinge aproximadamente 2,3 mil milhões de euros, sendo ainda de referir o esforço dedicado à obtenção de liquidez a partir de componentes da carteira.

Na área de negócio de *project finance*, o Millennium investment banking participou em diversas operações de relevo a nível nacional e internacional, sendo de salientar as seguintes: i) estruturação, como "*Mandated Lead Arranger*", da primeira operação de *repowering* e *overpowering* realizada em Portugal, no âmbito do portefólio da Iberwind, do Parque Eólico da Lagoa Funda, permitindo o ganho de 2 MW adicionais (para um total de 12 MW), sendo a operação financiada no quadro do contrato de 1.062 milhões de euros do financiamento original, com as devidas adaptações; ii) assinatura dos contratos constituintes da Reforma da Concessão do troço de Alta Velocidade Ferroviária entre Poceirão e Caia, onde o Banco é acionista da concessionária ELOS – Ligações de Alta Velocidade, S.A., seu "Assessor Financeiro" e "*Mandated Lead Arranger*"; iii) assinatura dos contratos de fecho da operação de financiamento, no valor de 11,7 milhões de euros, do Parque Eólico Meroicinha II, propriedade da empresa Alto Marão, com 15 MW previstos para serem instalados e iv) mandato de Assessoria Financeira à Luanda Waterfront para a requalificação e reordenamento urbano da zona marginal da cidade de Luanda, com obras marítimas e terrestres que implicam o alargamento da Avenida Marginal, remoção de sedimentos da Baía, novas faixas de rodagem, novas zonas verdes, entre outras obras.

Como entidade aderente dos Princípios do Equador, o Millennium bcp obriga-se a assegurar que os projetos em que participa como assessor financeiro ou que financia em regime de *project finance* são desenvolvidos de uma forma socialmente responsável e de respeito pelas boas práticas de gestão ambiental.

Em termos históricos, a carteira de crédito de *project finance* apresenta a seguinte estrutura:

CARTEIRA DE CRÉDITO DE PROJECT FINANCE DESDE 2006

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR		PROJETOS FINANCIADOS DESDE 2006	PARTICIPAÇÃO DO MILLENNIUM BCP (Milhões de euros)
A	Risco social e ambiental elevado	1	41
B	Risco social e ambiental limitado	42	4.487
C	Risco social e ambiental baixo	1	27

Em 2011, seguindo os critérios aplicados pela International Finance Corporation (do Grupo Banco Mundial) que deram origem aos Princípios do Equador, foram classificados os seguintes projetos:

OPERAÇÕES DE PROJECT FINANCE APROVADAS EM 2011

Milhões de euros

Projeto	Classificação	Financiamento total	Participação do Millennium bcp
IBERWIND (PORTUGAL)			
Repowering em 10 MW e overpowering em 2MW do parque eólico da Lagoa Funda	B	10 (*)	2,8 (*)
ELOS			
Reforma da Concessão de Alta Velocidade Poceirão-Caia	B	308,8 (**)	102,3 (**)
MEROICINHA II			
Financiamento do Parque Eólico Meroicinha II – Alto do Marão	B	11,7	11,7

(*) Não se tratou de financiamento/exposição adicional, mas da conversão de uma Facilidade não utilizada.

(**) O montante apresentado corresponde ao incremento realizado na Reforma de fevereiro de 2011.

Para 2012, as orientações estratégicas para a área de Banca de Investimento assentam na manutenção da aposta em produtos e estruturas que possibilitem o aumento e a diversificação das fontes de financiamento do Banco, na manutenção na posição de instituição de referência no mercado nacional, na continuação da expansão internacional da atividade, designadamente através da prestação de serviços de assessoria em *project e/ou corporate finance*, preferencialmente em países onde o Millennium bcp se encontra já presente, explorando ainda as oportunidades potenciais no eixo estratégico China/Macau – África lusófona – Europa, a que se juntará o Brasil, no âmbito do acordo de parceria assinado com o Banco Privado Atlântico para a constituição/aquisição de um banco, visando a exploração de oportunidades no mercado brasileiro, e, por fim, no acompanhamento próximo dos Clientes e das operações atualmente em carteira.

REN

Assessoria Financeira
Colocação de 50% do capital

2010

Millennium
investment banking

energis

Parque Eólico da Meroicinha II

11,7 milhões de euros

Project Finance 2011
Mandated Lead Arranger

Millennium
investment banking

M

Reestruturação de financiamento sindicado do Grupo Multi Corporation

900 milhões de euros

Structured Finance 2011
Senior Lender

Millennium
investment banking

SONAE INDUSTRIA

Programa de Papel Comercial

50 milhões de euros

2011
Lider e Agente

Millennium
investment banking

edp

Emissão de Obrigações através da Oferta Pública de Subscrição

200 milhões de euros

2011
Lider Conjunto

Millennium
investment banking

Banco de Investimento Imobiliário

Emissão de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do Programa de Covered Bonds

1.000 milhões de euros

2011
Lider

Millennium
investment banking

Millennium bcp

Aumento de Capital 1.370,4 milhões de euros através de Incorporação de Reservas
120,4 milhões de euros
Oferta Pública de Troca 990,1 milhões de euros
Oferta Pública de Subscrição 259,9 milhões de euros

2011
Lider e Agente

Millennium
investment banking

Equity Swaps

REN, EDP, ZON

147 milhões de euros

2011

Millennium
investment banking

Certificados

ICE Brent Crude Future Contract

55 milhões de euros

Emissione 2011
Lider

Millennium
investment banking

INTERNACIONAL

Perante um cenário de degradação dos ratings da República Portuguesa e do Banco, a atividade da Direção Internacional, ao longo de 2011, teve uma preocupação acrescida com a divulgação permanente, junto de bancos e instituições financeiras, de informação detalhada sobre os indicadores económicos e financeiros do país e do Banco.

A proximidade mantida junto das contrapartes, quer ao nível da banca de relação, quer dos departamentos de análise de risco e de crédito, possibilitou a manutenção de limites para a realização de operações comerciais e de tesouraria que permitiram a continuidade do negócio.

Junto de bancos soberanos e multilaterais foram negociadas linhas específicas para apoio a operações de comércio externo e a projetos de investimento, num valor próximo de 1.000 milhões de euros.

Desenvolveram-se iniciativas para fazer a diferença no serviço prestado, na qualidade e no leque de produtos disponibilizados, o que se refletiu, no final de 2011, nas seguintes quotas de mercado: 39% do total de ativos sob custódia detidos por investidores institucionais não residentes no mercado nacional; 24% do total de pagamentos comerciais e 24% do negócio de *trade* de apoio à exportação.

Em 2012, o Banco continuará a identificar novos mercados e contrapartes, com especial enfoque no segmento de supranacionais, bancos centrais e de desenvolvimento, a fomentar a utilização de programas de *trade* e outros instrumentos multilaterais, com vista à redução do consumo de capitais, e a tentar encontrar formas inovadoras de contribuir para a angariação de recursos.

Considerando que o apoio à exportação e à internacionalização das empresas é hoje, para além de uma opção estratégica, um desígnio nacional e a única via para uma recuperação sustentada do país, o Banco centralizou esse apoio, desde 2006, na Direção Internacional, através de um centro de competências que abrange todas as valências do negócio internacional, desde soluções de gestão de tesouraria a *Trade Finance*. Constituído por especialistas-país e especialistas-produto, com elevados conhecimentos técnicos em negócio internacional (*cash management*, garantias, créditos e remessas documentárias, soluções de financiamento), o Millennium Trade Solutions assegura atendimento personalizado e a procura das soluções mais adequadas à exportação e internacionalização das empresas, através do aconselhamento sobre seleção de mercados de destino, contrapartes e instrumentos financeiros, e da montagem de soluções de apoio financeiro.

Em 2011, o Banco, via Direção Internacional, apoiou diretamente mais de 4.000 Empresas exportadoras e 350 processos de internacionalização para países onde o Millennium bcp está presente como Angola, Moçambique, China, Polónia e Brasil, mas também para outras regiões como o Magrebe ou a América Latina, recorrendo ao suporte de bancos parceiros locais. Num enquadramento que se prevê ainda mais difícil, o Banco continuará, em 2012, a dinamizar o apoio à exportação e internacionalização das empresas, através do reforço da equipa de especialistas em negócio internacional e da aposta permanente na melhoria da nossa proposta de valor, quer em termos de produtos e serviços, quer do acompanhamento do Cliente.

ASSET MANAGEMENT & PRIVATE BANKING

O segmento Asset Management & Private Banking, considerando o critério de segmentação geográfica, registou uma contribuição líquida negativa de 67,3 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida também negativa de 6,7 milhões de euros em 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito apesar do aumento do produto bancário.

O acréscimo da margem financeira em 13,9%, traduz o esforço de implementação do *repricing* das operações de crédito, de forma a refletir o custo do risco e de liquidez proporcionando o aumento da taxa de margem financeira do crédito a clientes, não obstante a diminuição dos volumes do crédito a clientes e da taxa de margem dos recursos a prazo.

O aumento dos outros proveitos líquidos em 21,2% decorre, essencialmente, da atividade do Private Banking em Portugal e foi determinado pela subida das comissões relacionadas com património sob gestão e produtos estruturados.

O aumento das dotações para imparidade do crédito resultou da desvalorização de colaterais financeiros e do agravamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, na sequência da persistência de um contexto macroeconómico e financeiro adverso.

O crédito a clientes totalizou 1.288 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, decrescendo 7,5% face a 31 de dezembro de 2010, como resultado da redução do crédito concedido pelo Private Banking em Portugal.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 4.713 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 5.804 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2010, em resultado da diminuição dos recursos fora de balanço. Dada a volatilidade e incerteza dos mercados, registada ao longo de 2011, tem-se verificado uma maior apetência por parte dos Clientes para soluções mais tradicionais e conservadoras em detrimento de produtos estruturados, de fundos de investimento e de gestão discricionária.

	Milhões de euros		
	31 DEZ. 11	31 DEZ. 10	VAR. % '11/'10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	22,3	19,6	13,9%
Outros proveitos líquidos	27,7	22,8	21,2%
	50,0	42,4	17,8%
Custos operacionais	31,6	31,5	0,5%
Imparidade	113,2	20,4	-
Contribuição antes de impostos	(94,8)	(9,4)	-
Impostos	27,6	2,8	-
Contribuição líquida	(67,3)	(6,7)	-
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afeto	64	97	-34,0%
Rendibilidade do capital afeto	-104,5%	-6,8%	-
Riscos ponderados	643	975	-34,0%
Rácio de eficiência	63,3%	74,1%	-
Crédito a clientes	1.288	1.391	-7,5%
Recursos totais de clientes	4.713	5.804	-18,8%
Depósitos de clientes	1.380	1.380	-1,5%

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Asset Management

A área de Asset Management incorpora o desenvolvimento das atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário e a atividade de gestão discricionária. A identificação de oportunidades, numa envolvente que exerceu, em 2011, uma influência muito marcante, e a sua consubstanciação através da construção de soluções financeiras, propiciadoras de rentabilidade adequada aos Clientes das diversas áreas de atividade que se inserem no domínio do Asset Management, nomeadamente a Gestão de Fundos Mobiliários e Imobiliários e a Gestão Discricionária de Carteiras Individuais bem como a preservação do retorno destas unidades de negócio, constituíram os principais vetores estratégicos, num ano em que persistiram os impactos de uma elevada volatilidade e incerteza nos mercados financeiros, induzidos pela crise de dívida soberana, que afetou essencialmente a Europa, tendo sido agravados pela desaceleração do PIB em Portugal e pela crise de confiança instalada nos mercados financeiros e na economia.

Em 2011, a indústria nacional de fundos de investimento mobiliário voltou a evidenciar, tal como no ano anterior, uma diminuição significativa do volume de ativos sob gestão (23,9%) de 14.237 mil milhões de euros em 2010, para 10.835 mil milhões de euros.

O volume total de ativos sob gestão dos fundos de investimento mobiliário geridos pela Millennium bcp Gestão de Ativos diminuiu 31,0%, de 1.358 milhões de euros em 2010, para 937 milhões de euros em 2011, o que corresponde a uma quota de mercado de 8,7%, menos 0,8 p.p. do que em dezembro de 2010. Em contrapartida, no universo dos fundos harmonizados, que corporizam o core da indústria de gestão de ativos, em particular dos fundos de investimento mobiliário, a Millennium bcp Gestão de Ativos detém uma quota de mercado de 14,9%, em linha com o valor registado em dezembro de 2010.

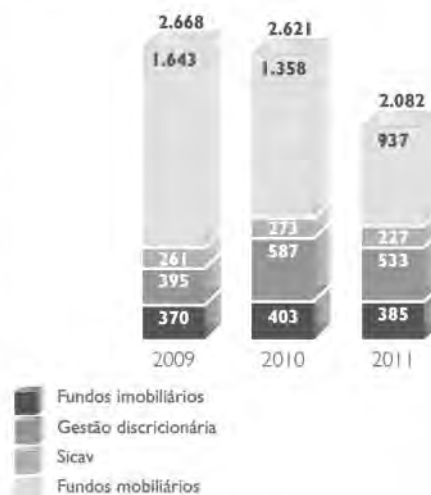
A quebra nos volumes sob gestão foi largamente influenciada pelo contexto de incerteza e volatilidade, que se tem vindo a sentir desde 2010, tendo-se, no entanto, agravado em 2011 pelo desempenho negativo dos mercados financeiros, contribuindo diretamente para 15% da redução anual registada. As subscrições líquidas, negativas, apresentaram-se equivalentes às do ano precedente, evidenciando uma diminuição de cerca de 16%, quando expurgadas dos efeitos de operações não recorrentes, nomeadamente as que resultaram do:

- Processo de realocação estratégica dos Fundos de Fundos decorrente da adoção de novos *benchmarks*;
- Impacto sobre as posições dos Fundos de Fundos sobre os fundos fusionados, originado pela fusão entre o fundo de tesouraria Millennium Disponível e os fundos de obrigações de taxa variável Millennium Obrigações e Millennium Obrigações Mundiais, que resultou na criação do Fundo Millennium Euro Taxa Variável;
- Resgate de posições expressivas de Fundos Imobiliários.

Embora nenhuma classe de fundos apresente subscrições líquidas positivas, face ao acumulado a dezembro de 2010, são de registar as evoluções favoráveis dos Fundos de Fundos, dos Fundos Especiais de Investimento (FEI) e dos Fundos de Obrigações de Taxa Variável, neste último caso, quando considerada a supressão de efeitos não recorrentes.

ATIVOS SOBRE GESTÃO

Milhões de euros (em base comparável)



DECOMPOSIÇÃO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS

Milhões de euros (em base comparável)



Em termos de ativos sob gestão por classe de fundos, a Millennium bcp Gestão de Ativos manteve a liderança de um dos segmentos de fundos com maior valor acrescentado, os Fundos de Fundos, com uma quota de 57,2%, e manteve a segunda posição nos Fundos de Ações, com uma quota de 21,4%. Recuperou ainda a liderança em termos de ativos sob gestão nos fundos de Obrigações de Taxa Variável, com uma quota de 32,3%, na sequência da criação de um novo fundo de obrigações de taxa variável, o Fundo Millennium Euro Taxa Variável, que resultou da fusão dos fundos Millennium Obrigações e Millennium Obrigações Mundiais com o fundo de tesouraria Millennium Disponível, em maio de 2011.

O desempenho dos fundos Millennium refletiu o comportamento dos mercados financeiros durante o ano. Não obstante, estes compararam favoravelmente com a concorrência doméstica de fundos mobiliários: a Millennium bcp Gestão de Ativos apresentou, mensalmente e em média, oito fundos nos três primeiros lugares no *ranking* nacional por classes de rentabilidade a 1 ano, publicado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

Após um interregno de dois anos, a Millennium bcp Gestão de Ativos voltou, em 2011, a vencer prémios atribuídos pela Morningstar na 8.ª edição dos Prémios Melhores Fundos de Investimento Morningstar Diário Económico, distinções que contribuem para o reconhecimento da qualidade de gestão e do mérito das

equipas que integram a Millennium bcp Gestão de Ativos. Os três fundos Millennium premiados e respetivas categorias foram: i) Millennium Ações Portugal: Melhor Fundo Nacional de Ações Portugal; ii) Millennium PPA: Melhor Fundo Nacional de Ações Portugal PPA e iii) Millennium Prestige Moderado: Melhor Fundo Nacional Mistos Euro Moderados.

Ainda em termos de desempenho, destaque para os quatro fundos Millennium que ocupavam o primeiro lugar do respetivo *ranking* da APFIPP, a 31 de dezembro de 2011: Millennium Prestige Moderado (Fundos de Fundos Mistos); Millennium Investimento PPR Ações (Fundos PPR categoria C: entre 15% e 35% ações); Millennium Prestige Conservador (Fundos de Fundos Predominantemente Obrigações); e Millennium Eurocarteira (Fundos de Ações da UE, Suíça e Noruega).

A dinamização da atividade comercial dos fundos de investimento mobiliário domésticos decorreu em sintonia com a estratégia das redes comerciais, nomeadamente Rede de Retalho e a Rede de Private Banking, que constituem as principais colocadoras dos fundos de investimento Millennium bcp.

Na Rede de Retalho, a equipa comercial assegurou o apoio às sucursais. Os fundos de investimento Millennium enquadraram-se, enquanto componentes de recursos, na estratégia dos 3R – Recursos, *Repricing* e Recuperação, sendo posicionados como soluções para satisfação de duas das necessidades fundamentais dos Clientes:

- Acesso a diversas opções de investimento, pois permitem a diversificação do património, em termos de ativos, setores e cobertura geográfica de mercados, de forma adaptável a cada perfil de risco;
- Complemento de reforma, uma vez que os fundos Millennium PPR constituem veículos de poupança a médio/longo prazo, para a constituição gradual e atempada de um rendimento futuro, beneficiando de vantagem fiscal aquando do reembolso, desde que efetuado dentro das condições previstas por lei.

Ainda no âmbito desta estratégia, os fundos Millennium integraram a campanha de Captação de Poupanças Programadas através dos Planos de Investimento Mensais (PIM), os quais permitem aos Clientes poupar montantes reduzidos, de forma planeada e regular, com pouco esforço.

Na Rede de Private Banking, os fundos Millennium posicionaram-se como alternativas de nicho, complementares à oferta prestada pelas sociedades gestoras internacionais que atuam em Portugal, e à oferta de Gestão de Carteira veiculada pela Millennium bcp Gestão de Patrimónios.

No âmbito do reajustamento contínuo das condições da oferta face às condições de exercício da atividade, procedeu-se à sua adequação também no que respeita à revisão da Comissão de Gestão da quase totalidade dos Fundos de Tesouraria e de Obrigações de Taxa Variável. Este processo associado ao da fusão de Fundos, e, ao da realocação estratégica de Fundos de Fundos, foi indutor de proveitos adicionais que ultrapassaram no ano os 800 mil euros, equivalentes a um aumento de 20% das comissões de gestão.

Em 2012, a Millennium bcp Gestão de Ativos procurará manter e reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado de fundos de investimento mobiliário, através do lançamento de novos fundos de investimento sob a forma de FEI e da dinamização da sua colocação junto das redes comerciais. Numa perspetiva de longo prazo, a estratégia adequada para os investidores passará pelo reforço da diversificação dos seus portefólios, o que implica a constituição de carteiras globais, bem diversificadas em termos de regiões, setores e ativos. Em 2012, os fundos de investimento serão, por excelência, o instrumento financeiro indicado para esse efeito. A Millennium bcp Gestão de Ativos irá ainda pautar a sua atuação pelas tendências de mercado identificadas no negócio de fundos de investimento europeu e global, com adaptação à nova regulação da União Europeia a entrar em vigor no decurso do ano, em especial a decorrente da transposição da Diretiva UCITS IV.

O montante sob gestão dos fundos Millennium Sicav, domiciliados no Luxemburgo, ascendia em dezembro de 2011 a 227 milhões de euros, registando uma diminuição de 16,7% face ao final de 2010, atribuível em cerca de 43,2% ao efeito mercado, este ano particularmente marcante, e em cerca de 44,7% aos resgates de Fundos de Fundos, em parte procedentes do processo de realocação estratégica que envolveu estes Fundos. Não obstante a diminuição verificada, foi possível sustentar um nível de desempenho e proveitos, associados à gestão e distribuição do Millennium Sicav, alicerçados na maior estabilidade dos Clientes de portefólios institucionais que investem nos diferentes compartimentos do Millennium Sicav.

No segmento dos Fundos de Investimento Imobiliário geridos pela Millennium bcp Gestão de Ativos, o volume de ativos sob gestão era, em dezembro de 2011, de 385 milhões de euros, menos 4,5% que em dezembro de 2010. Importa contudo registar que a generalidade dos Fundos Abertos de Investimento Imobiliário no mercado apresentou um decréscimo ainda mais acentuado (-12%). Os resgates verificados, nomeadamente de investidores particulares, é explicado, em grande parte, pelo aumento da remuneração dos depósitos a prazo e pela procura de aplicações de elevada liquidez.

No que respeita às rendibilidades dos Fundos de Investimento Imobiliário Abertos, apesar da degradação dos indicadores da economia portuguesa, continuou a assistir-se a rendibilidades positivas na grande maioria destes fundos, tendo a média das rendibilidades líquidas a 1 ano sido de 2,14%. Contudo, a rendibilidade tem vindo a apresentar uma trajetória descendente.

O Fundo Aberto AF Portfólio Imobiliário (FPI) seguiu a tendência de mercado, embora com uma rendibilidade líquida a 1 ano de 2,70%, que compara favoravelmente com os 2,14% apresentados pelo índice APFIPP relativo aos Fundos Abertos.

Apesar de continuar a ser penalizado pelas dificuldades evidenciadas nos principais segmentos, designadamente no que diz respeito a reduções de renda, incumprimento e procura reduzida para os espaços devolutos, o FPI continuou a exibir uma *performance* acima da média de mercado.

O FPI foi distinguido com os óscares de Melhor Empreendimento do Ano e de Melhor Edifício de Escritórios, na 15.ª edição do Prémio Nacional do Imobiliário 2011, enquanto proprietário do edifício da Vodafone, na Avenida da Boavista no Porto, cuja construção promoveu e financiou.

No âmbito da área de gestão de discrição, desenvolvida pela Direção Millennium Gestão de Patrimónios (DMGP), os ativos sob gestão, no final do ano, ascenderam a 533 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 9% face ao valor apurado no final do ano anterior. Este decréscimo espelha o comportamento muito volátil dos mercados financeiros. Não obstante, os saldos médios apresentaram uma evolução ascendente, que atingiu 24%, proporcionando um aumento das comissões líquidas de 11%, o que a par da poupança expressiva conseguida ao nível de custos operacionais, proporcionou um crescimento do resultado anual de aproximadamente 45%.

Em 2011, esta área de atividade prosseguiu os objetivos de consolidação e ampliação da sua oferta, tendo procedido ao lançamento de mais um perfil de investimento com capital garantido. Este período ficou também marcado pela racionalização de meios, resultante da migração da atividade de gestão de carteira para o sistema informático que suporta a atividade dos fundos de investimento, que se corporizou na obtenção de sinergias que proporcionaram uma redução significativa de encargos de suporte e desenvolvimento informático, que superou nesta área de negócio os 43%. Em 2012, a DMGP irá prosseguir a estratégia de intensificação do relacionamento com as redes comerciais com o objetivo de aumentar o seu volume de negócios.

Private Banking

O segmento dos Clientes do Private Banking foi particularmente afetado pela grande incerteza e fragilidade dos mercados financeiros, pela crise da dívida soberana resultante do *downgrade* da notação dos países da periferia da Área do Euro o que obrigou a um esforço particular do acompanhamento comercial dos Clientes, tendo em vista assegurar a continuidade da relação de confiança na Instituição e no modelo de negócio do Private Banking.

Foram criadas as condições para reestruturar o negócio deste segmento, que passou a dar especial enfoque à área dos Clientes residentes com uma nova abordagem do modelo comercial.

O processo de classificação do perfil de risco dos Clientes da área doméstica tem permitido a otimização do funcionamento do modelo de *advisory* que constitui um dos pilares da proposta de valor do Private Banking.

Este processo conta com o contributo de uma equipa de Especialistas de Investimento que, em total articulação com os Private Bankers, cria as condições para um acompanhamento permanente da base de Clientes, materializadas nas propostas de investimento definidas de acordo com as especificidades dos patrimónios sob gestão.

Decorrente deste modelo, o Comité de Controlo de Investimentos, viu reforçado o seu papel como estrutura de acompanhamento, controlo e monitorização do modelo de aconselhamento e gestão da alocação de ativos. Neste sentido foram efetuados investimentos no aperfeiçoamento das ferramentas de gestão deste negócio, de forma a incorporar novas funcionalidades que permitem minimizar os riscos operacionais e reforçar o controlo documental das ordens transmitidas pelos Clientes.

A oferta manteve a sua diversidade e abrangência procurando ir ao encontro das necessidades dos Clientes, privilegiando os Produtos Estruturados, os Fundos de Investimento, bem como a Gestão Discrecionária que se configura como a solução adequada para gestão de património sob mandato.

Assegurou-se uma lógica de arquitetura aberta que permite, de uma forma independente, selecionar a cada momento as soluções mais adequadas aos perfis dos Clientes e às condições conjunturais. No entanto, dada a volatilidade e incerteza dos mercados que se verificou ao longo do ano, tem-se constatado uma maior apetência por parte dos Clientes para soluções mais tradicionais e conservadoras.

Esta área de negócio, em consonância com os objetivos estratégicos para o Banco, deu um grande enfoque à captação de recursos de balanço, contribuindo para a melhoria do *gap* comercial.

Acompanhando o avanço tecnológico desenvolvido na área de *homebanking* do Millennium bcp, foram desenvolvidas um conjunto de ações com vista à concretização da customização do site para os Clientes do Private Banking, adaptado à sua proposta de valor, e à criação de uma área de informação sobre a atividade e características deste segmento.

De destacar ainda em 2011 que o Millennium bcp foi distinguido pela prestigiada revista internacional *Euromoney* com a atribuição e entrega do prémio para a melhor operação de Private Banking em Portugal.

No âmbito do projeto global de abordagem comercial para todo o Banco, que visa a aplicação de novos critérios de segmentação e de concretização de propostas distintivas por segmento, foi prospetivado o redimensionamento da Rede de Private Banking que se concretizará em 2012, com o reforço da sua proposta de valor a uma base mais alargada de Clientes com perfil adequado ao modelo do Private Banking.

NEGÓCIOS NO EXTERIOR

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior, considerando o critério de segmentação geográfica, ascendeu a 177,8 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 101,5 milhões de euros apurada no exercício de 2010. O aumento de 75,2% face ao ano anterior foi determinado pela subida do produto bancário, potenciado pelo crescimento dos volumes de negócio e pela redução dos custos operacionais, com destaque para as contribuições líquidas das operações na Polónia, em Moçambique e em Angola.

O aumento da margem financeira em 23,3% face ao exercício de 2010 foi suportado quer pelo efeito taxa de juro favorável, quer pelo efeito volume dos depósitos de clientes, apesar do impacto resultante das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no final de 2010, destacando-se os desempenhos das operações desenvolvidas na Polónia, em Moçambique e em Angola.

O decréscimo dos outros proveitos líquidos reflete, essencialmente, os impactos relevados no exercício de 2010 relacionados com as atividades desenvolvidas nas operações parcialmente alienadas, bem como o desempenho das operações, na Suíça, na Grécia e na Polónia, esta última devido ao efeito cambial.

Os custos operacionais diminuíram 3,9% no exercício de 2011, face ao ano anterior, influenciados pelos custos operacionais relevados em 2010 relacionados com as operações parcialmente alienadas. Esta redução permitiu colmatar os aumentos verificados na Polónia e na Grécia, em parte influenciados pelo redimensionamento da rede de distribuição, e em Angola e em Moçambique, relacionados com a estratégia de expansão em curso.

O aumento das dotações para imparidade, face a 2010, está, essencialmente, associado ao maior nível de provisionamento relevado nas subsidiárias da Grécia e da Suíça parcialmente compensado pela diminuição verificada na Polónia.

Os recursos totais de clientes diminuíram 3,3%, totalizando 15.914 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, sendo de destacar o desempenho desfavorável dos ativos sob gestão, não obstante a evolução favorável verificada nas operações em Moçambique e em Angola.

O crédito concedido a clientes decresceu 3,7%, ascendendo a 16.306 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, suportado no crédito a particulares, em que a diminuição evidenciada nas operações nas Ilhas Caimão, na Grécia e na Suíça foi parcialmente compensada pelos aumentos registados em Angola e em Moçambique.

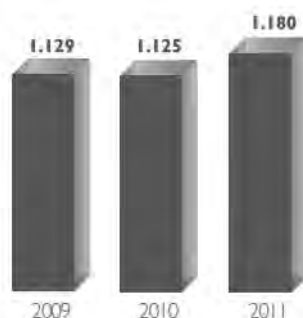
Milhões de euros

	31 DEZ.11	31 DEZ.10	VAR. % '11/'10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	679,2	550,8	23,3%
Outros proveitos líquidos	338,6	365,7	-7,4%
	1.017,8	916,5	11,0%
Custos operacionais	593,8	617,9	-3,9%
Imparidade	198,5	171,0	16,0%
Contribuição antes de impostos	225,5	127,6	76,8%
Impostos	47,7	26,1	82,8%
Contribuição líquida	177,8	101,5	75,2%
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afeto	1.795	1.740	3,2%
Rendibilidade do capital afeto	9,9%	5,8%	
Riscos ponderados	14.285	14.272	0,1%
Rácio de eficiência	58,3%	67,4%	
Crédito a clientes	16.306	16.926	-3,7%
Recursos totais de clientes	15.914	16.453	-3,3%
Depósitos de clientes	14.994	15.276	-1,9%

Nota: Em 2010 a contribuição líquida incluiu as atividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no último trimestre de 2010.

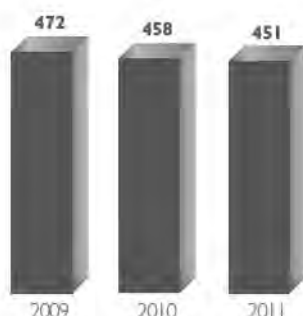
NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



NÚMERO DE SUCURSAIS

Unidades



De seguida apresenta-se a atividade individual das operações internacionais.

NEGÓCIOS NA EUROPA Polónia

O Bank Millennium é um banco universal de âmbito nacional que oferece, em conjunto com as suas subsidiárias, uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e empresas. Apoiado numa rede renovada de 451 sucursais, o Bank Millennium é um dos principais operadores no mercado polaco, com uma posição de liderança em Banca de Retalho, suportado por uma eficiente plataforma de dinamização de vendas e pela crescente notoriedade da sua marca. A atividade do Bank Millennium é desenvolvida através de várias áreas de negócio, que providenciam produtos e serviços customizados e direcionados à Banca de Retalho, de Empresas e de Investimento. O Bank Millennium detém a quarta maior Rede de Retalho na Polónia, com 1,2 milhões de Clientes ativos, sendo a operação internacional com maior contribuição para os resultados líquidos do Grupo.

Em 2011, o Bank Millennium integrou o Respect Index, o índice da Europa Central e de Leste de empresas socialmente responsáveis, como reconhecimento do desenvolvimento da sua atividade, assente em elevados padrões de qualidade em áreas como governo corporativo e relações com investidores, a par da promoção de iniciativas socialmente responsáveis em áreas como o ambiente e a comunidade.

Após o biénio de 2009/2010 votado à reorganização interna em que o Bank Millennium implementou o programa estratégico Millennium 2010, desenhado para minimizar o impacto da crise financeira mundial na sua atividade, em 2011 o banco esteve totalmente concentrado no desenvolvimento do negócio e no aperfeiçoamento dos níveis de rentabilidade, mantendo os custos

sob controlo e mantendo um perfil de risco conservador. O Bank Millennium prosseguiu a sua política de aquisição de novos Clientes e simultaneamente promoveu o aprofundamento do relacionamento com os Clientes existentes com expressão ao nível do rácio de *cross-selling*, da melhoria do nível da qualidade dos serviços e da implementação de produtos inovadores que permitem manter o alto nível de vendas e aumentar a sua quota de mercado.

O Bank Millennium iniciou em 2010 o "Projeto de Qualidade" enquanto estratégia inovadora com o objetivo de melhorar os índices de satisfação dos Clientes e de se tornar o líder de mercado em serviço ao Cliente. O projeto concentra-se em quatro áreas principais: i) Colaboradores (conhecimentos, competências e comportamentos); ii) Modelo de serviço (normas de serviço e modelos de vendas standardizadas de produtos); iii) Processos (eliminação de *gaps* nos processos operativos) e iv) Sistema de controlo de qualidade. A operacionalização deste projeto baseia-se em cinco programas concentrados em cinco áreas diferentes: Programa para sucursais; Programa para *call centre*; Programa para a internet; Programa para Reclamações; e Programa para HQ. As principais iniciativas já implementadas consistiram num projeto de "Cliente Mistério", tendo sido efetuadas 5.276 visitas a sucursais em 2011 e procedido a 473 auditorias a canais remotos; na melhoria do serviço ao Cliente através da implementação de um sistema de incentivos à rede; na implementação das Normas de Serviço para Atendimento dos Clientes de Retalho, suportadas em duas vagas de formação intensiva, envolvendo 500 gestores de sucursal e 4.000 Colaboradores; na melhoria de acordos de nível de serviço, envolvendo o atendimento telefónico no espaço de 20 segundos e a resposta a e-mails no prazo de 24 horas para mais de 80% dos Clientes e mais de 50% das reclamações processadas até sete dias.

Os primeiros resultados deste projeto são já visíveis. De acordo com a *Newsweek*, o Bank Millennium está entre os três primeiros bancos *Most Friendly*, quer no que respeita aos bancos com uma rede tradicional de sucursais, quer para bancos a operar apenas através da internet. Em ambos os *rankings*, o Bank Millennium obteve a pontuação mais elevada na categoria de Qualidade de Serviço. O Bank Millennium foi ainda recentemente distinguido com o Emblema de Qualidade de Serviço 2011, baseado na opinião real dos Clientes. O banco foi ainda distinguido, pela revista *Forbes*, como Melhor Banco para Empresas.

Em termos de desenvolvimento de negócio em 2011, o Bank Millennium voltou a registar um crescimento nos recursos no Retail e nas Empresas. Os depósitos do Bank Millennium situaram-se em 37,4 mil milhões de zlotis (cerca de 8.396 milhões de euros), o que representa um aumento de 5,7% (em zlotis) face a 2010. O banco não alterou as principais condições da sua oferta base para Clientes individuais, apesar de ter sido observada alguma pressão na margem sobre os depósitos, mas foi mais competitivo em alguns depósitos de Empresas. Apesar do crescimento dos depósitos, o impacto na carteira de crédito resultante da depreciação do zloti, afetou o rácio de crédito sobre depósitos que, mesmo assim, fechou o ano próximo de 100%.

No que respeita ao lançamento de produtos inovadores, no início de 2011 o Bank Millennium lançou uma nova conta corrente, "Dobre Konto", que mediante o preenchimento de certas condições isentava os Clientes aderentes de comissões de abertura, comissões relacionadas com o cartão de débito associado, em transferências através da rede de ATM e internet e concedia ainda 3% de *cash-back* em compras em mercearias, supermercados e postos de abastecimento de combustível. Esta conta registou um enorme sucesso comercial, tendo sido abertas 180 mil contas, que representam 64% de todas as contas à ordem de Retail abertas em 2011. A "Dobre Konto" em conjunto com o seu cartão de débito recebeu um prémio especial do júri na edição de 2011 do Troféu *Publi-News* para cartões inovadores.

O Bank Millennium inovou no domínio de captação de recursos, lançando um produto específico para o período de verão, o "Depósito Quente", com capitalização diária de juros e uma taxa de rentabilidade de 4,68%. No âmbito da captação de recursos, mas para novos Clientes, disponibilizou o depósito "Mar de Proveitos", com uma taxa até 7% ao ano, com capital garantido. A oferta do Bank Millennium na Polónia foi também enriquecida com um novo produto de investimento, a conta "Ganhar Todos os Dias" que combina os benefícios de um depósito a prazo, com juros diários, com os Fundos de Investimento do Millennium TFI, oferecendo uma taxa que pode atingir os 8%. No domínio da poupança, merece ainda destaque a "Conta Poupança Objetivo", caracterizada por permitir a gestão efetiva das poupanças para um fim específico, e que incorpora ferramentas (gráficos com o histórico dos rendimentos e com projeção para o futuro) que ajudam os Clientes a planificar e acompanhar a evolução da conta face ao seu objetivo.

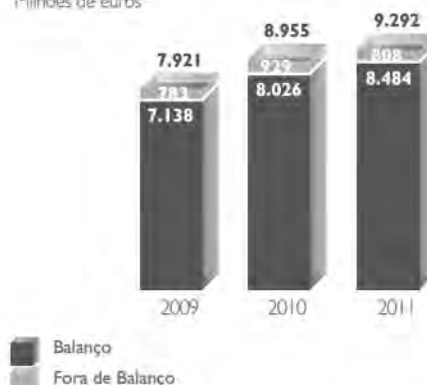
Relativamente ao crédito, no ano de 2011, há a destacar o "Empréstimo Urgente", um produto específico para apoiar as famílias na gestão do seu dinheiro no regresso às aulas, que de forma rápida e eficaz, permite aos Clientes garantirem dinheiro adicional para esse fim. No âmbito do incentivo à eficiência energética e utilização de energias limpas, o Bank Millennium lançou o Eko Energia, um Crédito/Leasing com o propósito de financiar soluções de última geração na área das tecnologias de poupança energética e de energias renováveis, que surge ao abrigo do Programa Polaco de Financiamento Energético Sustentável (PoISEFF) que facilitam a implementação de projetos provenientes de Pequenas e Médias Empresas polacas.

O Bank Millennium expandiu a sua gama de produtos através de uma parceria com a MAKRO Cash & Carry Polska, cobrindo as necessidades dos empreendedores que compram em lojas MAKRO. A proposta abrange uma larga gama de produtos, quer para empreendedores, quer para os seus empregados, incluindo cartões (débito e crédito), contas bancárias, vários tipos de empréstimos e *leasing*. A característica fundamental desta oferta consiste nos cartões Millennium MasterCard, cartões que combinam as funcionalidades de cartão de pagamento e de entrada na loja MAKRO.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Excluindo efeito cambial

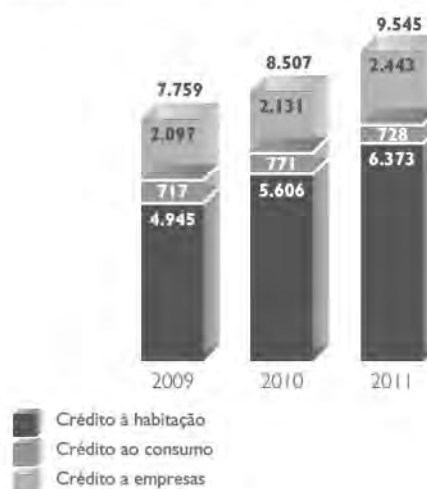
Milhões de euros



CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Excluindo efeito cambial

Milhares



No âmbito das acessibilidades através de canais remotos, o Bank Millennium lançou novos canais de acesso ao banco: i) o Mobile banking através do Mobile Application, o canal oferece o acesso permanente ao banco e às contas dos Clientes através de um sistema seguro e transparente que permite ter o Bank Millennium sempre à mão; ii) Millenet Mobile, a versão *light* da Millenet, uma nova versão da plataforma *online* disponível para todos os Clientes particulares com telemóveis com acesso à internet e iii) um canal de acesso para telemóveis e tablets com o sistema Android. Procedeu também ao lançamento do "Mini Cartão PayPass", emitido pela MasterCard, um cartão inovador e seguro na tecnologia de pagamentos que permite a sua utilização sem contacto com o terminal. Em 2011, 1.376 clientes subscreveram o cartão de crédito da rede MasterCard – WWF Millennium MasterCard, que é produzido com materiais reciclados e cuja anuidade é doada ao World Wildlife Fund na Polónia, contribuindo-se assim, para a conservação da natureza, para o combate às alterações climáticas e ao desperdício de água.

O resultado líquido em 2011 aumentou de 81,3 milhões de euros para 113,3 milhões de euros em virtude, essencialmente, do aumento dos proveitos *core* para 413,9 milhões de euros e da diminuição da imparidade para 42,2 milhões de euros.

A melhoria dos proveitos *core* assentou numa gestão racional da margem dos depósitos a prazo, no impacto dos esforços, iniciados em 2009, para ajustar a margem dos empréstimos concedidos a empresas às atuais condições de mercado e no aumento significativo do rácio de *cross-selling*. A margem financeira manteve a sua tendência ascendente, situando-se em 277,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 19,9%. As comissões líquidas ascenderam a 136,5 milhões de euros, o que representa um nível inferior (-3,2%) ao de 2010, refletindo essencialmente a evolução das comissões relacionadas com contas corrente, *bancassurance*, poupanças e operações e produtos relacionados com os mercados de capitais. Apesar do aumento dos níveis de atividade, os custos operacionais aumentaram apenas 1,2%, como resultado de um rigoroso controlo sobre os custos. Destaque para a diminuição do custo do risco em relação a 2010, essencialmente como resultado da melhoria da qualidade da carteira de crédito e da manutenção de uma política de *write-downs* conservadora.

Desta forma, a conjugação do crescimento significativo dos proveitos *core*, com o controlo dos custos operacionais e a redução do custo do risco, permitiram ao Bank Millennium melhorar consideravelmente todos os seus indicadores de rentabilidade. Os resultados antes de impostos ascenderam a 143,6 milhões de euros e o resultado líquido atingiu 113,3 milhões de euros.

BANK MILLENNIUM – POLÓNIA

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10	'10	VAR. % '11/'10
	excluindo efeito cambial					
Ativo total	11.404	11.820	10.943	-3,5%	10.539	8,2%
Crédito a clientes (bruto)	9.545	9.541	8.428	0,0%	8.507	12,2%
Crédito a clientes (líquido)	9.271	9.242	8.158	0,3%	8.241	12,5%
Recursos de clientes	9.292	10.043	8.604	-7,5%	8.955	3,8%
Dos quais: de Balanço	8.484	9.001	7.753	-5,7%	8.026	5,7%
fora de Balanço	808	1.042	851	-22,5%	929	-13,0%
Capitais próprios	1.029	1.029	679	0,0%	918	12,1%
Margem financeira	277,4	231,4	137,2	19,9%	225,3	23,1%
Outros proveitos líquidos	181,5	196,8	197,7	-7,8%	191,6	-5,3%
Custos operacionais	273,1	269,9	234,4	1,2%	262,8	3,9%
Imparidades e provisões	42,2	56,6	100,1	-25,4%	55,1	-23,4%
Resultado líquido	113,3	81,3	0,3	39,3%	79,2	43,1%
N.º de Clientes (milhares)	1.180	1.125	1.129	4,9%		
Colaboradores (unidades) (*)	6.289	6.135	6.245	2,5%		
Sucursais (unidades)	451	458	472	-1,5%		
Capitalização bolsista	1.034	1.495	993	-30,9%	1.333	-22,4%
% de capital detido	65,5%	65,5%	65,5%			

Fonte: Bank Millennium

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro = 4,458 3,975 4,1045 zlotis

Demonstração de Resultados 1 euro = 4,11623333 4,0078625 4,36182083 zlotis

(*) Número de Colaboradores corresponde a Full Time Equivalent (FTE).

Em 2012, o Bank Millennium reforçará o enfoque no aumento da eficiência, medida pelo rácio de eficiência inferior a 60%, mantendo simultaneamente um aumento sustentável do resultado líquido, reforçado por um crescimento das receitas das operações core e mantendo um controlo apertado sobre a base de custos operacionais. Simultaneamente, o Bank Millennium pretende manter uma posição de liquidez estável, manter o enfoque no crescimento equilibrado de depósitos e crédito e, simultaneamente, prosseguir os esforços de diversificação das fontes de financiamento. O Bank Millennium continuará a assumir uma rigorosa disciplina de gestão do capital, procedendo à alocação de capital aos produtos e segmentos com maior potencial de retorno.

Em termos de desenvolvimento do negócio, o Bank Millennium tenciona continuar a sua política de aquisição de Clientes, tendo como base a vasta e moderna rede de sucursais, a sua oferta completa de produtos e serviços, a notoriedade da marca, a qualidade do serviço prestado e a eficácia das campanhas de *marketing*. Neste sentido, irá apostar no *cross-selling* de produtos e serviços, por forma a reforçar o relacionamento com a sua base de Clientes existentes.

Grécia

O Millennium bank opera na Grécia desde 2000. A sua atividade centra-se no retalho através da oferta universal de uma gama completa de produtos e serviços financeiros para os Clientes afluentes e de negócios através de uma rede multisegmento única. O Millennium bank detinha, no final de 2011, uma rede com 120 sucursais, servindo 584 mil Clientes.

O setor bancário na Grécia no ano 2011 foi significativamente afetado pelo agravamento da crise económica e financeira, cujo impacto se refletiu, essencialmente, por via do aumento significativo dos custos de financiamento, da intensificação da concorrência ao nível da captação de depósitos, da deterioração da qualidade da carteira de crédito, em virtude do aumento do incumprimento, e da maior restritividade na concessão de crédito.

Apesar da envolvente macroeconómica adversa, a aquisição de Clientes foi significativa em 2011. Foram capturados 21 mil novos Clientes, aumentando a base total de Clientes do Millennium bank para cerca de 584 mil no final de dezembro de 2011, representando mais de 6% da população bancarizada ativa na Grécia.

Seguindo a agenda transformacional implementada em 2010, o Millennium bank continuou a ajustar-se rapidamente à crescente incerteza de mercado através da atuação de acordo com quatro pilares estratégicos: i) Capital: reforçou a base de capital – aumento do capital social em dezembro em 105 milhões de euros – de modo a cumprir com os novos requisitos mínimos de capital, implementou medidas de otimização de ativos ponderados pelo risco e um programa de recompra de passivos; ii) Liquidez: o Millennium bank prosseguiu com o programa de desalavancagem, implementando, em paralelo, várias medidas para proteger a sua base de depósitos, mesmo num contexto de saída de depósitos do sistema bancário grego – a quota de mercado em depósitos aumentou de 1,3% em dezembro de 2010 para 1,4% em dezembro de 2011 – e simultaneamente reduziu o crédito líquido a clientes em 6,9% face a 2010, reduzindo desta forma as necessidades estruturais de financiamento; iii) Incumprimento: minimização do impacto das delinquências, continuando a melhorar a gestão e os processos de controlo do risco de modo a limitar o aumento do crédito vencido e iv) Eficiência: ajustamento do banco à realidade corrente, concluindo em dezembro o plano de reestruturação de modo a alcançar a otimização dos custos através de medidas de racionalização implementadas rapidamente e de forma sustentável, mais especificamente, o Millennium bank procedeu à otimização da rede de sucursais, reduzindo a rede em 35 sucursais, de modo a aumentar a eficácia dos esforços comerciais e a resiliência do banco, especialmente no atual contexto desfavorável. Adicionalmente o Millennium bank concluiu um esquema voluntário de redução do quadro de pessoal, atingindo uma redução de 220 Colaboradores em 2011.

O último ano foi marcado por uma alteração do governo corporativo. Em julho de 2011, Dimitrios Romossios foi nomeado o novo CEO do banco, substituindo Rui Coimbra que assumiu novas responsabilidades como *Investor Relations* do Grupo.

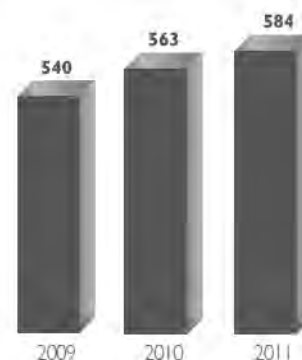
NÚMERO DE SUCURSAIS

Unidades



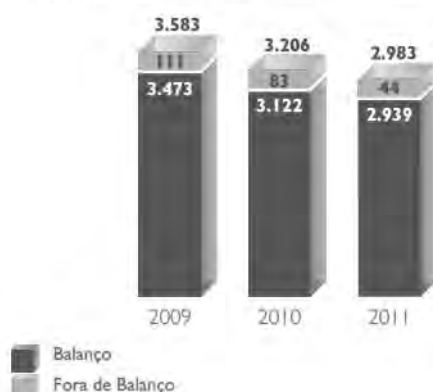
NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



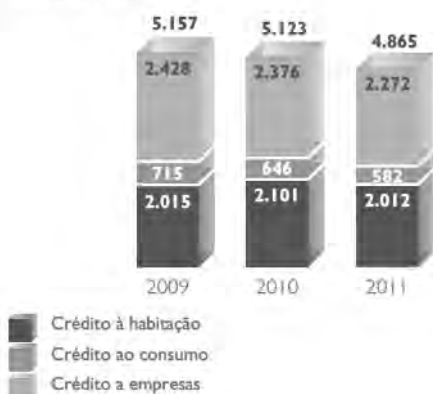
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros



CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros



No que diz respeito à frente comercial, as prioridades do Millennium bank consistiram na aquisição de novos Clientes e na captação de depósitos de modo a aumentar a base de depósitos do banco. O Millennium bank lançou várias campanhas e aumentou a oferta de produtos de depósito, incluindo depósitos de alto rendimento e novos pacotes de conta-ordenado, destacando-se um novo produto, "Every Month Plus", destinado a facilitar as despesas mensais de cada família. Este programa proporciona *coupons* de supermercado no valor de 5 euros a 20 euros, no caso da média do saldo da conta do mês anterior ter sido superior a 1.500 euros e se a conta tiver associada pelo menos um débito direto e um produto de *bancassurance*. Por fim, do total de Clientes que satisfaçam os referidos critérios, 50 ganham mensalmente, via sorteio, *vouchers* de 50 euros em combustível.

Mantendo o apoio aos funcionários públicos e pensionistas, um segmento da população particularmente afetado pela crise, o Millennium bank lançou o programa de conta-ordenado "Yper-eho". Este programa compreende um depósito com taxa de juro de 5% para os primeiros 1.000 euros aplicados. O lançamento deste programa foi suportado por uma campanha de elevada visibilidade, incluindo um sorteio de 1.000 euros para 15 Clientes em cada mês, para os Clientes que associarem a sua conta a um débito direto.

De modo a aumentar a sua base de Clientes, o Millennium bank convidou pais e familiares a apoiarem o futuro dos seus filhos ao abrirem a conta de poupança "Millennium Crianças". Esta conta oferece uma taxa de juro de 2,2% até 2,4%, bem como descontos em compras de roupas, produtos de tecnologia e entretenimento, e em empresas de serviços de saúde. Na abertura da conta é oferecido um porquinho mealheiro e um bilhete de lotaria a cada criança. No total, 300 crianças irão receber o seu primeiro depósito de 50 euros através destes bilhetes de lotaria, enquanto 100 crianças irão receber o seu primeiro depósito de 50 euros através de um concurso digital.

O banco lançou ainda uma conta de poupança designada "Lista de Casamento", que oferece aos casais que o desejem, um meio para os familiares e amigos depositarem os seus presentes de casamento. Esta conta oferece ainda descontos na subsidiária grega da multinacional sueca Ikea e numa das

maiores lojas de eletrodomésticos local. Cada casal participa também num concurso onde pode ganhar uma viagem de lua-de-mel num destino exótico.

Adicionalmente, o Millennium bank lançou vários tipos de depósitos a prazo, com diferentes características, incluindo taxas de juro competitivas e vários prazos, por forma a ir ao encontro das necessidades do banco e dos seus Clientes. Iniciou também a cooperação com a Franklin Templeton, Pictet e Schroders para a distribuição dos seus fundos mobiliários, tendo a oferta para os Clientes Prestige aumentado para 407 fundos mobiliários de sete gestoras.

O Millennium bank manteve a política de oferecer produtos inovadores como um dos fatores de diferenciação no mercado. Na área de *bancassurance*, o banco promoveu o programa de saúde "Medi plan senior" para Clientes com mais de 50 anos, "Medi hospital solutions", que consiste num programa de baixo orçamento que garante acesso a serviços de elevada qualidade, "Family Life", que complementa os serviços de segurança social, um seguro de vida com um montante seguro até 1 milhão de euros, aplicável a micro negócios e credores, novos programas de proteção, cobrindo as instalações das empresas e os seus equipamentos, e o "Junior Plus", que proporciona um plano de poupança programada para crianças. Ainda no domínio de *bancassurance*, há a destacar o programa para cobertura de Bens Pessoais, um produto dirigido aos Clientes do Mass-market, que oferece significativos benefícios a um preço bastante competitivo de 25 euros por ano. O produto revelou-se um verdadeiro sucesso, tendo a rede comercial colocado mais de 8.000 apólices em menos de três meses.

Tendo em consideração o bastante difícil enquadramento macroeconómico na Grécia, e com o objetivo de responder ao agravamento da situação económica de muitos Clientes, resultado em parte pelo desemprego, o Millennium bank disponibilizou uma oferta ajustada às necessidades de cada Cliente para a reestruturação do crédito, entre as quais: i) consolidação de vários créditos num só, com taxa de juro preferencial; ii) redução na taxa de juro contratada inicialmente e iii) inclusão de período de carência de 6 meses.

O Millennium bank procedeu à renovação do seu site na internet, tornando-o mais funcional e eficiente. O enfoque do Millennium bank na qualidade de serviço continuou a recompensar. O banco foi distinguido com o prémio *Straight-Through Processing (STP) Excellence Award* pelo Deutsche Bank pelo quarto ano consecutivo, pelo seu excelente desempenho no processamento de transferências internacionais em euros.

MILLENNIUM BANK – GRÉCIA

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Ativo total	6.364	6.858	6.669	-7,2%
Crédito a clientes (bruto)	4.865	5.123	5.157	-5,0%
Crédito a clientes (líquido)	4.654	4.997	5.083	-6,9%
Recursos de clientes	2.983	3.206	3.583	-7,0%
Dos quais: de Balanço	2.939	3.122	3.473	-5,9%
fora de Balanço (*)	44	83	111	-47,7%
Capitais próprios	474	372	389	27,3%
Margem financeira	197,5	127,5	124,7	55,0%
Outros proveitos operacionais	28,7	32,5	45,1	-11,8%
Custos operacionais	129,5	124,1	125,8	4,3%
Imparidades e provisões	92,6	57,3	24,7	61,5%
Resultado líquido	-3,5	-16,0	9,0	78,0%
N.º de Clientes (milhares)	584	563	540	3,7%
Colaboradores (unidades)	1.212	1.470	1.527	-17,6%
Sucursais (unidades)	120	155	177	-22,6%
% de capital detido	100%	100%	100%	

(*) Os valores apresentados excluem fundos de investimento de terceiros.

Em 2012, o Bank Millennium, tal como nos últimos dois anos, vai continuar a implementar a sua estratégia de acordo com os quatro pilares estratégicos enunciados anteriormente, Capital, Liquidez, Incumprimento e Eficiência.

Suíça

O Millennium bcp Banque Privée, constituído na Suíça em 2003, é uma plataforma de *private banking* que presta serviço a Clientes do Grupo de elevado património.

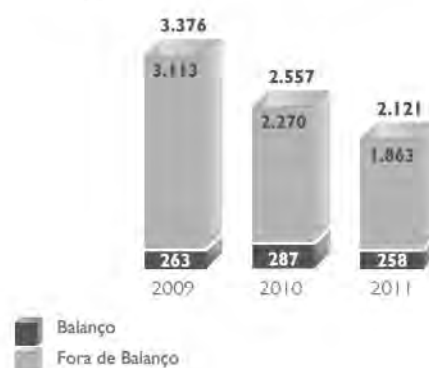
A atividade do Millennium bcp Banque Privée, em 2011, foi particularmente afetada pela crise de dívida soberana e respetivo impacto em termos de evolução e extrema volatilidade dos mercados financeiros. Numa conjuntura bastante adversa, em que se assistiu à diminuição da base de ativos dos Clientes portugueses, à adoção de uma estratégia de desalavancagem e à apreciação do franco suíço, o Millennium bcp Banque Privée registou, em 2011, uma redução de 11% nos proveitos totais fruto essencialmente da quebra das comissões. No entanto, e apesar da redução da carteira de crédito, os esforços visando o aumento das margens permitiram ao Millennium bcp Banque Privée preservar a sua taxa de margem financeira. O desempenho no ano transato foi ainda marcado pela evolução desfavorável das imparidades, que aumentaram 384%, para 23,9 milhões de euros. No final do ano, e face à conjuntura económica adversa vivida em 2011, o Millennium bcp Banque Privée registou uma quebra no resultado líquido, passando de 4,2 milhões de euros para -12,0 milhões de euros.

A estratégia de desalavancagem prosseguida permitiu que o banco reduzisse expressivamente as suas necessidades de financiamento e se concentrasse nas suas atividades operacionais. Importa igualmente salientar que o Millennium bcp Banque Privée apresenta uma elevada solidez financeira, materializada num rácio de *Core Tier I* de 53,2% no final de 2011.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



MILLENNIUM BCP BANQUE PRIVÉE – SUÍÇA

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10	'10	VAR. % '11/'10
	excluindo efeito cambial					
Ativo total	570	745	880	-23,4%	766	-25,6%
Crédito a clientes (bruto)	406	602	752	-32,6%	620	-34,4%
Crédito a clientes (líquido)	369	568	724	-35,1%	585	-36,9%
Recursos de clientes	2.121	2.485	2.766	-14,7%	2.557	-17,1%
Dos quais: de Balanço	258	279	215	-7,5%	287	-10,1%
Ativos sob gestão	1.863	2.207	2.551	-15,6%	2.270	-17,9%
Capitais próprios	94	103	83	-9,0%	106	-11,5%
Margem financeira	9,5	8,5	7,0	11,8%	9,5	0,2%
Outros proveitos operacionais	16,0	20,1	17,0	-20,6%	22,5	-28,9%
Custos operacionais	17,4	18,1	15,1	-3,7%	20,2	-13,7%
Imparidades e provisões	23,9	4,9	-1,4	384,5%	5,5	333,9%
Resultado líquido	-12,0	4,2	7,8	-385,4%	4,7	-355,5%
N.º de Clientes (milhares)	2	2	2	16,5%		
Colaboradores (unidades)	69	71	65	-2,8%		
Sucursais (unidades)	1	1	1	0,0%		
% de capital detido	100%	100%	100%			

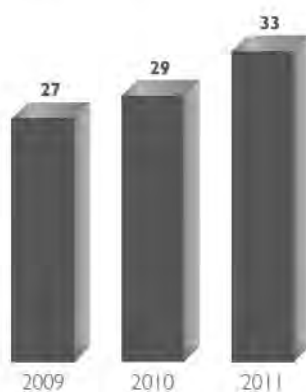
Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro =	1,2156	1,2504	1,4836	francos suíços
Demonstração de Resultados 1 euro =	1,2348875	1,37895	1,50777917	francos suíços

Em 2012, o Millennium bcp Banque Privée irá continuar a oferecer serviços personalizados e de qualidade aos seus Clientes, nomeadamente soluções de gestão de ativos baseadas em *research* rigoroso e no profundo conhecimento dos mercados financeiros, assente num compromisso irrevogável para com a gestão do risco e numa plataforma de IT eficiente. O serviço ao Cliente continuará a ser prestado numa lógica de confiança e dedicação, através de um quadro de pessoal com excelentes qualificações e competências profissionais, que se encontra em permanente desenvolvimento por via de um programa contínuo de formação dos Colaboradores. Com uma reduzida exposição de crédito, o Millennium bcp Banque Privée apostará, em 2012, no reforço do *marketing* e do relacionamento junto dos Clientes nos seus mercados *core*.

NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



Roménia

O Millennium bank, operação *greenfield* lançada na Roménia em outubro de 2007, é um banco de âmbito nacional que oferece um vasto leque de produtos e serviços financeiros inovadores a Particulares e Empresas, encontrando-se alavancado numa rede de 66 sucursais de Retalho e 6 centros Empresa, que cobrem as principais cidades romenas. Tendo completado o seu 4.º aniversário, o Millennium bank tem vindo a reforçar o seu posicionamento do setor bancário romeno, suportado pelo crescimento sustentável do negócio e pela crescente notoriedade do banco no mercado. O Millennium bank demonstrou claramente a sua capacidade de adaptar rapidamente a sua estratégia às alterações na envolvente. Após um período devotado a ajustar o seu modelo de negócio, a implementar um conjunto de medidas de melhoria da eficiência e a afinar a sua política de risco, o Millennium bank está agora preparado para entrar numa nova fase de crescimento.

Em 2011, o Millennium bank prosseguiu a sua estratégia iniciada em 2009, onde os principais pilares assentam na exploração do potencial do seu *franchise* de Retalho, através da captação de depósitos, da concessão de crédito hipotecário e no desenvolvimento do relacionamento bancário global com PME em setores selecionados, suportado numa operação *low cost* e numa abordagem conservadora ao risco, tendo como objetivo a melhoria da rentabilidade de forma sustentável, com vista a atingir o *break-even* da operação.

Construir o futuro do negócio de Banca de Retalho foi uma das prioridades definidas para 2011. O Millennium bank focou-se no relacionamento próximo com os Clientes, na excelência operacional e na aplicação das melhorias práticas ao nível do Grupo. No que respeita à Banca de Retalho, a atividade do Millennium bank passou pela expansão da base de Clientes, através, essencialmente, do estabelecimento de protocolos com Empresas, os quais incluíam uma oferta de contas-ordenado com vantagens para os Colaboradores da empresa. Neste âmbito, o banco lançou no quarto trimestre uma campanha ambiciosa junto dos *media* com base numa oferta de uma conta-ordenado com um cartão de débito associado, concedendo um *cash-back* mensal de 100 novos leus romenos (RON) dependendo do volume de transações registadas no período. Esta campanha foi apoiada por uma competição interna denominada "superliga" cujo objetivo era o de concentrar a rede na aquisição de Clientes. O Millennium bank lançou também uma nova linha de negócio para os Clientes Affluent, com produtos e serviços exclusivos, incluindo uma rede dedicada de sucursais e gestores, uma oferta desenhada para fazer face às necessidades financeiras dos Clientes. Relativamente ao segmento Prestige, o Millennium bank lançou um produto de poupança e investimento, o "Prestige Valor Duplo", uma aplicação em euros, composta por um depósito com taxa especial e por fundos de investimento, combinando a segurança de um depósito a prazo, com um potencial elevado de rentabilidade associado aos fundos de investimento.

No que respeita ao crédito, os esforços comerciais continuaram concentrados na concessão de crédito imobiliário a particulares, nomeadamente através da participação no "Primeira Casa", um programa apoiado pelo Estado e dirigido ao segmento Mass-market, que incluía um mecanismo de partilha do risco, em que o Estado dá uma garantia de 50% sobre o montante do crédito.

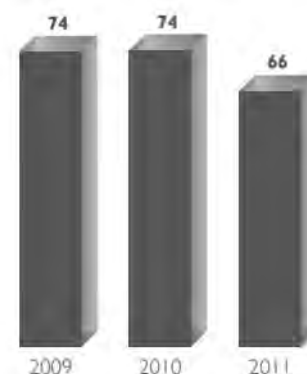
Levando em consideração a limitada capilaridade da Rede de Retalho, o banco procurou criar capacidades distintivas na sua plataforma de internet, em particular através do lançamento de uma e-conta, a primeira conta totalmente disponível online no mercado romeno. Nesta área, é também de destacar o lançamento de uma aplicação para *smartphones*, o "MillenniumRO", com sistema operativo da Apple e Android, que permite aos utilizadores o acesso a todos os produtos do Millennium bank, bem como a possibilidade de realizar transferências. De forma a reafirmar a promessa constante de alargar a gama de produtos e serviços de qualidade aos Clientes, o Millennium bank passou a disponibilizar em todas as sucursais do banco os serviços da Western Union, líder mundial em pagamento de serviços, permitindo a Clientes e não clientes transferir dinheiro de forma rápida e segura, dentro da rede global da Western Union.

O enfoque no negócio de Corporate foi também uma prioridade do banco, tendo em vista atingir um crescimento sustentável de volumes de negócio e de rentabilidade através do enfoque da atividade do banco no alargamento do relacionamento com a base de Clientes existente, tendo em vista aumentar a sua lealdade e os proveitos, em paralelo com a expansão em setores económicos com melhores perspetivas. A par do crescimento e da diversidade da carteira de crédito, o Millennium bank dedicou particular atenção ao aumento da sua quota de mercado, através do aumento de contas correntes e dos proveitos relacionados com banca transacional, nomeadamente transferências e operações cambiais.

A procura permanente da obtenção de ganhos de eficiência marcou igualmente a atividade do banco em 2011. Vários processos foram redesenhados, permitindo ao Millennium bank obter importantes reduções de custos e/ou melhorar a qualidade dos serviços prestados aos Clientes. A revisão do processo de gestão de dinheiro, que conduziu à diminuição do número das operações de transporte de valores e à redução dos montantes de dinheiro nas sucursais e nos centros de distribuição, bem com a decisão de carregamento das ATM *in-source*, constituem bons exemplos de poupanças de custos. A revisão do processo

NÚMERO DE SUCURSAIS

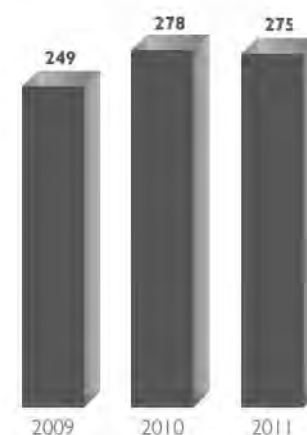
Unidades



RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



de crédito imobiliário, que através da implementação de filas de trabalho paralelas, permitiu a redução do prazo de aprovação das operações, representando um bom exemplo da melhoria do serviço ao Cliente. Quando se elenca as principais iniciativas implementadas em 2011 é importante mencionar a melhoria na eficácia dos esforços de cobrança, quer nas carteiras de Retalho, quer nas carteiras de crédito a empresas, que contribuíram para o controlo do custo do risco. No âmbito das ações adotadas para a otimização da Rede de Retalho, o Millennium bank decidiu também encerrar oito sucursais.

Apesar das condições de mercado particularmente adversas que condicionaram a atividade do setor bancário romeno, com reflexos ao nível da redução da procura por crédito, das dificuldades de liquidez e do aumento da imparidade, o Millennium bank conseguiu aumentar o seu resultado líquido em 24,5%, como resultado de um bom desempenho a nível dos proveitos *core*. O banco conseguiu ainda reduzir a sua base de custos, pelo segundo ano consecutivo, como resultado da redução do quadro de pessoal e dos processos de renegociação dos contratos de fornecimento externos, apesar do aumento da taxa de IVA em julho de 2010 e do impacto negativo resultante do encerramento de oito sucursais. Merece igualmente destaque a diminuição das imparidades no exercício, reflexo da boa qualidade da carteira de novo crédito concedido e da eficiência na recuperação do crédito vencido.

O Millennium bank continuou a aumentar a sua quota de mercado em crédito, essencialmente por via do crescimento do crédito imobiliário concedido a particulares, tendo atingido a quota de 1,5% no final de 2011. A carteira de crédito a empresas cresceu também, embora a um ritmo mais moderado, e apresenta um bom desempenho. A evolução da base de depósitos, que diminuiu ligeiramente face a 2010, refletiu a opção do banco de reduzir as taxas de juro pagas em depósitos a prazo, com maior expressão no primeiro semestre de 2011, com o objetivo de proteger a margem financeira. Esta decisão foi possível porque o Millennium bank beneficia de uma posição confortável em termos de liquidez e teve em consideração o facto das margens em depósitos a prazo serem negativas, dada a inexistência de fontes alternativas de financiamento no mercado romeno. Em 2011, registou-se um aumento do *gap* comercial, contudo o Millennium bank disfruta de uma posição confortável em termos de liquidez. No que respeita a capital, o banco mantém um rácio de solvabilidade de 17%.

MILLENNIUM BANK – ROMÉLIA

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10	'10	VAR. % '11/'10
	excluindo efeito cambial					
Ativo total	522	521	472	0,3%	513	1,7%
Crédito a clientes (bruto)	398	344	268	15,6%	339	17,3%
Crédito a clientes (líquido)	346	304	243	13,7%	300	15,4%
Recursos de clientes	275	282	254	-2,8%	278	-1,4%
Dos quais: de Balanço	275	282	254	-2,8%	278	-1,4%
Capitais próprios	86	80	59	6,4%	79	8,0%
Margem financeira	21,2	16,8	5,9	26,7%	16,6	27,5%
Outros proveitos líquidos	8,8	9,9	16,9	-11,1%	9,8	-10,5%
Custos operacionais	38,6	40,7	41,4	-5,1%	40,5	-4,5%
Imparidades e provisões	12,3	13,7	16,6	-9,9%	13,6	-9,3%
Resultado líquido	-17,8	-23,6	-38,0	24,5%	-23,4	24,0%
Nº de Clientes (milhares)	33	29	27	11,3%		
Colaboradores (unidades)	690	731	700	-5,6%		
Sucursais (unidades)	66	74	74	-10,8%		
% de capital detido	100,0%	100,0%	100,0%			

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro = 4,3233

4,262

4,2363

novos leus romenos

Demonstração de Resultados 1 euro = 4,2372625

4,21037083

4,24474583

novos leus romenos

As linhas orientadoras para 2012 assentam na continuação do plano estratégico iniciado em 2009, com enfoque: i) na melhoria da rentabilidade da sua rede de distribuição, via aumento da base de Clientes, sustentado num serviço inovador e diferenciador; com crédito hipotecário a servir de âncora na retenção de Clientes; ii) no aumento da eficiência com a implementação de políticas específicas de redução e de controlo de custos e iii) na gestão de risco de capital mais conservadora, designadamente ao nível dos procedimentos de aprovação e recuperação de crédito.

Um elemento-chave a ter em consideração para 2012 é a gestão de liquidez, tendo sido efetuados vários anúncios por parte de empresas-mãe de várias subsidiárias locais informando que não vai ser prestado suporte financeiro a subsidiárias romenas. Considerando este risco, o Millennium bank irá continuar a assegurar um crescimento balanceado entre crédito e depósitos de modo a manter uma posição de liquidez confortável e irá ainda fazer esforços no sentido de aumentar a parcela de empréstimos em moeda local na carteira de crédito total, o que é consistente com as medidas recentemente anunciadas pelo Banco Central no sentido de limitar o crédito em moeda estrangeira.

A atividade do Millennium bank será fortemente condicionada pela evolução da economia romena, que depende em larga medida da evolução económica nos principais parceiros comerciais. Uma desaceleração económica global poderá afetar significativamente o crescimento do PIB romeno, limitando a expansão da atividade bancária e impactará negativamente a qualidade da carteira de crédito. Por outro lado, a inexistência de alternativas de financiamento poderá levar uma guerra de preços nos depósitos, que poderá afetar a rentabilidade dos bancos.

NEGÓCIOS NA ÁFRICA LUSÓFONA

Moçambique

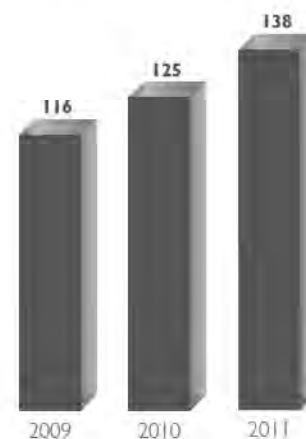
O Millennium bim é o maior banco em Moçambique, com 138 sucursais, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços financeiros, incluindo seguros. O Millennium bim está fortemente empenhado em contribuir para o desenvolvimento da economia e do sistema financeiro de Moçambique, reforçando e desenvolvendo o seu tecido empresarial e ajudando a melhorar as condições de vida das populações, não só através da intervenção em ações de responsabilidade social, mas também pela oferta de produtos e serviços bancários inovadores e que contribuam para a satisfação das necessidades financeiras dos moçambicanos.

Em 2011, o Millennium bim deu continuidade à sua estratégia de crescimento suportada no programa de expansão da rede de sucursais, sendo o alargamento da rede por todo o país um sinal inequívoco do compromisso do Millennium bim no processo de bancarização da população. A aposta de alargamento da acessibilidade e de proximidade e relacionamento com o Cliente contribuiu decisivamente para atingir o marco de 1 milhão de Clientes.

De forma a garantir elevados níveis de qualidade nos serviços prestados aos Clientes, o Millennium bim aumentou o parque de ATM e POS e continuou a apostar em produtos e serviços inovadores tais como o novo aplicativo para telemóveis Millennium SMS. Ainda no domínio da inovação, o Millennium bim prosseguiu a sua tradição de liderança na introdução de novidades no mercado, destacando-se: a plataforma de e-commerce Netshop; a visualização de cheques no Internet Banking e o "Plano de Poupança Família". O "Plano de Poupança Família", com taxas de juro atrativas e pagamento mensal de juros, sem montante mínimo de subscrição, conseguiu em menos de um mês após o seu lançamento mais de 2.000 adesões, criando no seio familiar hábitos de poupança e incentivando a responsabilidade de poupar. No âmbito das comemorações do marco de 1 milhão de Clientes, conseguido pelo "Melhor Banco Local de África", segundo a *African Banker*, o Millennium bim lançou o produto bancário "Depósito Milhão", uma aplicação a prazo a 180 dias, com taxas de juro atrativas e com a opção de juro mensal ou no vencimento, com um montante mínimo de subscrição de 25 mil meticalas (cerca de 700 euros) e com a participação automática no sorteio de 1 milhão de meticalas.

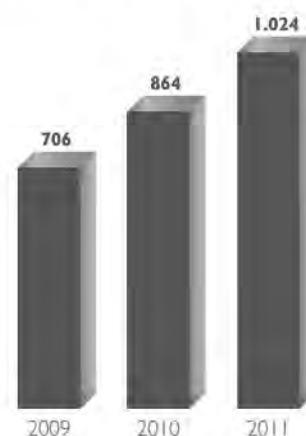
NÚMERO DE SUCURSAIS

Unidades



NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



Foi igualmente dado início à implementação do *MilleTeller* nos balcões do banco, prevendo-se a sua conclusão durante o primeiro trimestre de 2012. Este aplicativo de gestão das operações de caixa visa eliminar a necessidade de preenchimento dos talões de depósito e notas de lançamento pelos Clientes, melhorando a qualidade de serviço e minimizando o risco operacional.

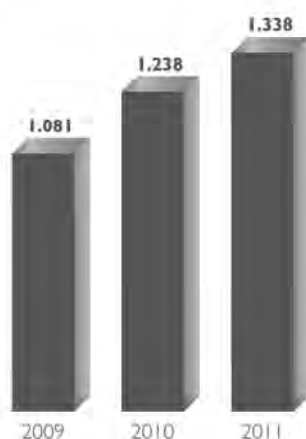
Fruto de uma gestão rigorosa e de um forte conhecimento do mercado, o Millennium bim manteve a sua posição dominante na Banca de Retalho, e nos segmentos Corporate e Prestígio (Empresas e Particulares), num setor que tem vindo a ganhar um maior dinamismo e competitividade. Foi criada a Direção de Clientes Institucionais, tendo como objetivo um acompanhamento mais adequado do Cliente-Estado, desenhando ofertas específicas, de acordo com as suas necessidades.

Não obstante o investimento efetuado na expansão da sua rede de sucursais, o Millennium bim aumentou significativamente os resultados líquidos consolidados (+69% face a 2010), reduziu o rácio de transformação de depósitos para 81% e aumentou o volume de depósitos em meticais em cerca de 22%. O Millennium bim destacou-se ainda por ter sido o maior contribuinte do Estado no setor financeiro e pelo reconhecimento, tanto a nível nacional como internacional, do seu programa de responsabilidade social.

O resultado líquido consolidado atingiu, no final de 2011, 3,6 mil milhões de meticais, equivalente a 89,4 milhões de euros, o que representa um crescimento de 51% face a 2010 (69% em euros, influenciado pela valorização do metical). A margem financeira aumentou 34,1% (50,0% em euros) e o produto bancário 20,5% (34,8% em euros). A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) situou-se em 38,3%, o que compara favoravelmente com os 32,3% obtidos em 2010.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Excluindo efeito cambial
Milhões de euros



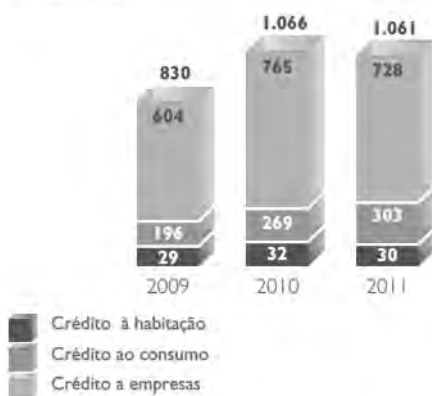
O ativo total atingiu os 62,145 milhões de meticais (cerca de 1.793 milhões de euros), o que representa um crescimento de 11,0% (38,7% em euros), em relação a 2010. Em virtude da forte apreciação do metical ao longo do ano, o crédito líquido a clientes, excluindo efeito cambial, registou um decréscimo de 2,3%, enquanto os recursos de clientes aumentaram 8,1%. O rácio de crédito vencido sobre o crédito total aumentou para 1,7%, com uma cobertura por provisões de 414%. O rácio de eficiência melhorou face a 2010, situando-se em 37,6% contra 43,0% em 2010.

No primeiro semestre de 2011, o banco procedeu a um aumento do capital social por incorporação de reservas, de 1.500 milhões de meticais para 4.500 milhões de meticais, reforçando o seu compromisso com o desenvolvimento sustentado em Moçambique. O rácio de solvabilidade situou-se em 18,2% em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, a estratégia adotada, orientada para a captação de recursos, permitiu reforçar a sua posição de liquidez.

A subsidiária do Millennium bim, Millennium Seguros, manteve a sua posição de líder no mercado de seguros, registando um crescimento na receita processada de 10,5%. O resultado líquido situou-se em 396 milhões de meticais (9,7 milhões de euros), o que representa um crescimento de 59% (78% em euros).

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Excluindo efeito cambial
Milhões de euros



O Millennium bim reafirmou o seu compromisso com a implementação dos princípios da Iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas no que concerne aos direitos humanos, trabalho e meio ambiente, assim como o apoio na implementação dos objetivos do FEMA – Fórum Empresarial para o Meio Ambiente. O banco desenvolveu várias atividades, das quais se destacam: 6.º Torneio de Mini Basquete; Projeto de Reciclagem; Uma Cidade Limpa pra Mim; Olimpíadas Bancárias e Millennium bim Responsável (ações de voluntariado).

Ciente de que a sua ação é determinante para o aprofundamento da consciência social, em 2011, o Millennium bim deu continuidade à sua política de apoio regular a instituições de intervenção social, através de uma atuação constante de incentivo ao bem-estar das comunidades onde se insere, por meio de patrocínios e do seu Programa de Responsabilidade Social, o "Mais Moçambique pra Mim", agora no seu sexto ano de existência.

O trabalho desenvolvido pelo banco no âmbito deste programa amplamente reconhecido como assumindo um papel relevante na sociedade, levando a que várias outras instituições se tenham associado ao Millennium bim nas ações que este desenvolve.

O Millennium bim foi eleito por várias instituições nacionais e estrangeiras como a melhor marca, o melhor banco e o melhor grupo financeiro em Moçambique, tendo obtido o maior número de distinções alguma vez alcançados. As principais distinções do ano, que prestigiam o esforço e empenho de todos os Colaboradores, foram as seguintes: i) Banco do Ano em Moçambique atribuído pela revista *The Banker* do grupo Financial Times; ii) Melhor Banco Local África, premiado pela IC Publications no âmbito do African Banker Awards; iii) Melhor Banco em Moçambique, distinguido pela emefinance e pela revista financeira *Global Finance*; e iv) Melhor Grupo Bancário em Moçambique pela revista financeira *World Finance*. Adicionalmente, o Millennium bim foi distinguido como a Melhor Marca de Moçambique no setor da banca, pela multinacional GfK e considerada também como marca de excelência Superbrand, pela Superbrands Moçambique.

BANK MILLENNIUM – MOÇAMBIQUE

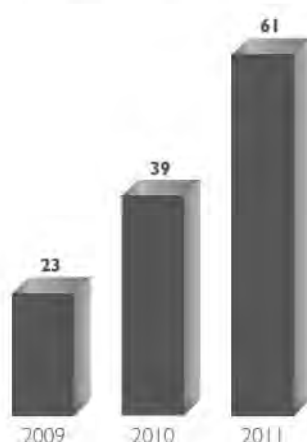
Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. %'11/'10	'10	VAR. %'11/'10
					excluindo efeito cambial	
Ativo total	1.793	1.293	1.205	38,7%	1.615	11,0%
Crédito a clientes (bruto)	1.061	854	703	24,4%	1.066	-0,5%
Crédito a clientes (líquido)	986	808	673	22,1%	1.009	-2,3%
Recursos de clientes	1.338	991	916	35,0%	1.238	8,1%
Dos quais: de Balanço	1.338	991	916	35,0%	1.238	8,1%
Capitais próprios	316	195	159	62,4%	243	30,0%
Margem financeira	143,5	95,6	84,1	50,0%	107,0	34,1%
Outros proveitos líquidos	60,8	55,8	51,3	8,9%	62,5	-2,7%
Custos operacionais	76,8	65,1	59,6	17,9%	72,9	5,4%
Imparidades e provisões	17,6	21,2	11,6	-16,7%	23,7	-25,6%
Resultado líquido	89,4	52,8	52,0	69,5%	59,1	51,4%
N.º de Clientes (milhares)	1.024	864	706	18,6%		
Colaboradores (unidades)	2.377	2.088	1.936	13,8%		
Sucursais (unidades)	138	125	116	10,4%		
% de capital detido	66,7%	66,7%	66,7%			
Taxas de câmbio:						
Balanço 1 euro =	34,665	43,305	40,91	médias		
Demonstração de Resultados 1 euro =	40,78	45,63333333	38,545	médias		

Os principais vetores estratégicos traçados para o ano de 2011 foram assim cumpridos, consistindo na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, na inovação e na expansão da base de negócio, e no aumento da rentabilidade do banco. Para 2012, o Millennium bim pretende consolidar a sua posição de liderança no mercado moçambicano.

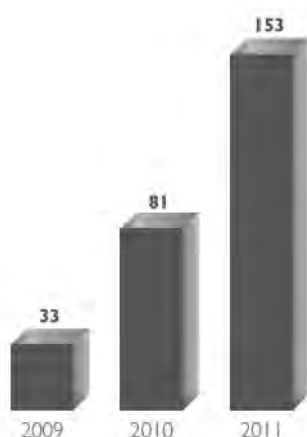
NÚMERO DE SUCURSAIS

Unidades



NÚMERO DE CLIENTES

Milhares



Angola

O Banco Millennium Angola (BMA), constituído em 3 de abril de 2006, por transformação da sucursal local em banco de direito angolano, tem por missão contribuir para a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro em Angola. O BMA pretende assumir um papel chave no aumento do nível de bancarização da população angolana, mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para manter níveis elevados de satisfação, fidelização e envolvimento da base de Clientes, oferecendo ao mercado padrões de qualidade e de especialização superiores. A aposta estratégica no desenvolvimento do sistema financeiro angolano concretiza-se, ainda, através do investimento, da criação de emprego, da aposta na qualificação das pessoas e da transferência de *know-how*.

Em 2011, foram várias as alterações estruturais no setor bancário angolano. No que respeita à envolvente regulamentar, sublinha-se a alteração do coeficiente de Reservas Obrigatórias aplicável aos depósitos em moeda nacional de 25% para 20%, as alterações na concessão e classificação de crédito, o novo quadro regulamentar das Remessas de Valores e o Novo Quadro Operacional para a Política Monetária. As alterações das condições das operações de concessão de crédito visam reduzir a exposição dos agentes económicos locais e dos bancos comerciais aos riscos inerentes à concessão de crédito em moeda estrangeira, nomeadamente em dólares norte-americanos (USD), dado não existirem instrumentos de política monetária para outras moedas, excluindo o kwanza.

Com o objetivo de melhorar os mecanismos e instrumentos de transmissão da Política Monetária, permitindo ao Banco Central (BNA) desempenhar um papel mais ativo na preservação da estabilidade dos preços na economia, foi implementado o Novo Quadro Operacional para a Política Monetária, que tem como principais destaques:

- Institucionalização da Taxa Básica de Juro (Taxa BNA) para sinalizar os objetivos da política monetária para o mercado e servir de referência para a formação da taxa de juro do mercado interbancário;
- Institucionalização da LUIBOR (*Luanda Interbank Offered Rate*) – taxa de juro baseada nas taxas de juro das operações de cedência de liquidez, em moeda nacional, de fundos não garantidos, realizadas entre bancos;
- Criação de um Comité de Política Monetária com incumbência para determinar as diretrizes da Política Monetária e a Taxa Básica de Juro.

Foi ainda publicado o decreto-lei sobre Crédito Habitação, no qual se definem os termos e condições do Regime Geral e Regime Bonificado. Prevê-se ainda a criação de um Fundo de Fomento Habitacional que, se antecipa, venha a estimular a atividade de construção e promoção imobiliária em todo o país nos próximos anos.

Em 2011, as prioridades estratégicas do Banco Millennium Angola assentaram essencialmente no desenvolvimento do negócio, na contenção de custos e no maior controlo da qualidade da carteira de crédito. A Rede de Retalho do banco continuou a expandir-se através do forte aumento do número de sucursais, do crescimento da base de Clientes e da captação de recursos de balanço em cada um dos segmentos de negócio. Ao longo do ano foram inauguradas 22 sucursais, totalizando 61 sucursais da Rede de Retalho, das quais 30 têm abertura ao sábado de manhã. De realçar que, em dezembro, o BMA passou a cobrir a totalidade das 18 províncias de Angola, após a inauguração da sucursal de Ndalatando na província do Kwanza Norte.

O BMA detinha, no final de 2011, 153 mil Clientes ativos que representaram um aumento de 89% face a 2010, tendo sido captados 72 mil novos clientes.

A aposta continuada na contratação e formação de quadros angolanos refletiu-se no aumento do número de Colaboradores, que no final de 2011 totalizava 893, representando um aumento de 25% face a 2010. Ao nível da gestão de carreiras, foram administradas 3.558 horas de formação e atribuídas sete bolsas de estudo a Colaboradores do BMA. Em fevereiro de 2011, o BMA realizou a Reunião de Objetivos, na qual entregou 25 prémios excelência aos Colaboradores que mais se destacaram pelo seu desempenho. Em maio de 2011, o BMA celebrou o seu quinto aniversário, tendo organizado um evento que reuniu 500 Colaboradores.

No âmbito da gestão e monitorização do risco, o BMA assumiu como objetivos a implementação de processos adequados, alinhados com as melhores práticas do Grupo Millennium bcp.

No final de 2011, o ativo total do BMA totalizava 1.388 milhões de euros, representando um aumento de 37% face a 2010. Ao longo do último ano de atividade, os volumes de recursos e crédito concedido bruto apresentaram uma evolução positiva, com um crescimento de 47% e 9% face a 2010 (em kwanzas, 48% e 10%, respetivamente). O rácio de crédito vencido situou-se em 2,5%, com uma cobertura do crédito vencido por provisões de 202%. O resultado líquido do Banco Millennium Angola aumentou 41%, atingindo 33,3 milhões de euros (+52% em moeda local), comparativamente com 2010, sustentado pelo crescimento dos proveitos, em particular da margem financeira. O produto bancário aumentou 14% face a 2010, totalizando um valor de 106,8 milhões de euros. A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) atingiu 21,9% e o rácio de eficiência 53,9%, traduzindo uma melhoria face ao valor alcançado no ano anterior em cerca de 0,8 p.p.

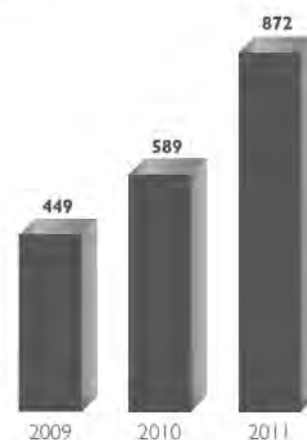
O Banco Millennium Angola esteve particularmente ativo no lançamento de novos produtos e serviços em 2011, com destaque para: i) "Conta Funcionário Público", com uma oferta integrada de produtos bancários, como a antecipação mensal do salário e a primeira anuidade do cartão de crédito Visa, bem como taxas de juro atrativas para produtos de poupança e crédito; ii) "Conta Universitário", sem montante mínimo de abertura e isenta de comissões permite o acesso ao financiamento até 1 milhão de kwanzas com taxa de juro bonificada, para além da oferta de um vale no valor de 5.000 kwanzas, que pode ser utilizado em livrarias e lojas de eletrónica; iii) "Pack PME", um conjunto de soluções bancárias para os setores do comércio e serviços, restauração e hotelaria, saúde e farmácias e educação; iv) cartão de débito pré-pago para Particulares denominado "Cacau", lançado para fazer face a necessidades detetadas no mercado, que possui múltiplas funcionalidades, permitindo o pagamento de serviços e compras em Terminais de Pagamento Automático e Caixas Automáticas, levantamentos e consultas de saldo na rede Multibanco, funcionando também como cartão oferta; v) "Depósito Aniversário", um produto criado especificamente para captar recursos e comemorar o quinto ano de atividade do banco, caracterizado por uma atrativa taxa de juro (atinge os 7,5% para o prazo de 180 dias), reforçando também o compromisso social que o BMA assume, uma vez que, por cada 1.000 dólares norte-americanos aplicados no depósito, o banco doa 1 dólar norte-americano ao Programa Criança Feliz, uma Instituição de Solidariedade Social que acolhe crianças até aos 14 anos e vi) "Depósito Special One", uma aplicação a prazo em dólares norte-americanos para Clientes particulares e empresa com taxas de juro atrativas. No domínio das acessibilidades, a aposta do Millennium Angola continua a ser em soluções tecnologicamente avançadas e interativas. Nesse sentido, lançou uma aplicação de banca para telemóvel, disponível para o iPhone da Apple, que permite aos Clientes registados no Internet Banking consultar e movimentar contas de forma simples, rápida e segura.

De destacar ainda a participação do Banco Millennium Angola na 1.ª edição da Feira da Mulher Angolana, de forma a promover a Oferta Mulher, um conjunto de produtos e serviços de subscrição exclusiva pelas mulheres que contempla uma Conta à Ordem específica, Cartão Multicaixa Mulher, Plano de Poupança e acesso a Microcrédito. O evento foi animado pelo grupo de percussão feminino Celamar, contratado pelo banco. Neste âmbito, foram realizados dois protocolos comerciais com a Organização da Mulher Angolana (OMA) e com a Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA), que têm como objetivo apoiar o negócio das pequenas e médias empresárias nacionais.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Excluindo efeito cambial

Milhões de euros



Em outubro de 2011 o Banco Millennium Angola e o Banco Privado Atlântico assinaram um protocolo para reforçar o Microcrédito em Angola, como alternativa de financiamento e de viabilidade do empreendedorismo, tornando-o um eficaz instrumento para as famílias de baixo rendimento.

Em 2011, foram atribuídos ao Banco Millennium Angola cinco prémios internacionais: Melhor Banco e Melhor Grupo Bancário pelas prestigiadas revistas *Euromoney* e *World Finance*, Banco do Ano e Banco Mais Inovador pelas publicações *The Banker*, uma revista do grupo Financial Times, e pela *emeafinance*. Por último, foi distinguido como Marca de Excelência pela Superbrands.

BANCO MILLENNIUM ANGOLA

Milhões de euros

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10	'10	VAR. % '11/'10
					excluindo efeito cambial	
Ativo total	1.388	1.012	746	37,2%	1.004	38,2%
Crédito a clientes (bruto)	506	465	317	8,8%	462	9,7%
Crédito a clientes (líquido)	480	447	310	7,4%	444	8,3%
Recursos de clientes	872	593	429	46,9%	589	48,1%
Dos quais: de Balanço	872	593	429	46,9%	589	48,1%
Capitais próprios	186	140	110	32,5%	139	33,5%
Margem financeira	63,1	51,0	26,7	23,9%	47,4	33,2%
Outros proveitos líquidos	43,7	42,8	32,5	2,0%	39,8	9,6%
Custos operacionais	57,5	51,3	40,6	12,2%	47,7	20,6%
Imparidades e provisões	12,1	14,1	5,0	-14,5%	13,1	-8,0%
Resultado líquido	33,3	23,6	14,6	41,4%	21,9	52,0%
N.º de Clientes (milhares)	183	81	33	89,4%		
Colaboradores (unidades)	893	714	499	25,1%		
Sucursais (unidades)	61	39	23	56,4%		
% de capital detido	52,7%	52,7%	52,7%			

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro =	122,55	121,6	128,38	kwanzas
Demonstração de Resultados 1 euro =	131,39625	122,23	109,98629167	kwanzas

As iniciativas estratégicas para 2012 passam pelo crescimento do negócio, assente na execução do plano de expansão (abertura de sucursais e centros de empresas), pelo alargamento da base de Clientes e aumento da captação de recursos de balanço em cada um dos segmentos de negócio, pelo reforço dos programas de recrutamento e formação de quadros angolanos, pela aposta contínua na implementação de processos adequados de gestão e monitorização do risco, assim como pelos investimentos em tecnologias e sistemas de informação.

Os principais riscos para 2012 prendem-se com alterações no quadro regulamentar e de supervisão e consistem na alteração do limite de exposição cambial e na alteração das condições das operações de concessão de crédito.

No âmbito do regime transitório e de acordo com o previsto no Aviso n.º 5/2010 do BNA, os limites do rácio de exposição cambial foram reduzidos, em janeiro, para 30% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR) no caso de exposição longa e para 20% dos FPR no caso de exposição curta, e, em julho, para 20% dos FPR em ambos os casos.

De acordo com o Aviso n.º 04/2011 do BNA, os produtos de curto prazo contratados antes de 30 de junho de 2011 em moeda estrangeira e com características de renovações sucessivas têm de ser encerrados até 31 de dezembro de 2012.

OUTROS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Macau

A presença do Millennium bcp no Oriente remonta a 1993, contudo, foi em 2010 que se assistiu ao alargamento da atividade, da sucursal existente, através da atribuição de licença plena (*on-shore*) em Macau, visando o estabelecimento de uma plataforma internacional para a exploração de negócio no triângulo estratégico Europa, China e África lusófona. Os acordos de cooperação com a Associação Empresarial de Cantão e com o Gabinete Financeiro do Município de Cantão contribuíram também para o objetivo do Millennium bcp no apoio à economia macaense e aos empresários desta região, tendo-se inaugurado, em 1998, o escritório de representação do Banco em Cantão (capital da província de Guangdong, Sul da China).

Em 2011, a sucursal de Macau passou a oferecer aos seus Clientes operações e serviços em renminbis, nomeadamente compra e venda de renminbis contra um variado leque de divisas, aplicações em depósitos a prazo e transferências de renminbis para contas domiciliadas noutros bancos, desde que não localizados na República Popular da China. Assim, se um Cliente do Millennium bcp, ou das restantes operações do Grupo, pretender a realização de operações de comércio externo em renminbis com uma empresa chinesa, a sucursal de Macau está em condições de intermediar a operação em articulação com a empresa chinesa.

A carteira de depósitos ascendeu a 298,0 milhões de euros, registando um crescimento de 103,4%, enquanto a carteira de crédito diminuiu 30,1%, cifrando-se em 173,4 milhões de euros, com o rácio de transformação a situar-se nos 58,2% em dezembro de 2011.

Para 2012, e tendo em conta a agenda estratégica do Millennium bcp, que prevê o reforço das relações comerciais e o aprofundamento do losango estratégico Portugal, China, África Lusófona e Brasil, a sucursal de Macau assume um papel crucial como centro de negócios internacional, apoiando quer as empresas portuguesas que pretendam desenvolver negócios em Macau e na China, quer as empresas chinesas que desenvolvam negócios nas geografias de expressão portuguesa em que o Millennium bcp está presente.

Ilhas Caimão

O Millennium bcp Bank & Trust, banco com sede nas Ilhas Caimão, detentor de uma licença bancária de categoria "B", presta serviços bancários internacionais a Clientes não residentes em Portugal. As Ilhas Caimão são consideradas como uma jurisdição cooperante em termos do Banco de Portugal.

A evolução do volume de negócios constatada em 2011 resulta essencialmente da redução do crédito como consequência da prossecução dos objetivos de redução do *gap* comercial consolidado do Grupo. O resultado em 2011 foi de 4,6 milhões de euros.

Brasil

Em 7 de setembro de 2011, o BCP informou o mercado sobre a assinatura de acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico, S.A. para a constituição de um banco no Brasil, tendo em vista a exploração de oportunidades no mercado brasileiro, nomeadamente nas áreas de *corporate finance* e *trade finance*, através de parcerias.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

As Direções que compreendem a área de Serviços Bancários – Direção de Informática e Tecnologia, Direção de Operações, Direção de Crédito, Direção de Recuperação Standardizada, Direção de Recuperação Especializada, Direção de Contencioso, Direção Administrativa e Patrimonial, Gabinete de Prevenção e Segurança e Direção de Qualidade – acompanham a atividade no domínio das grandes áreas de apoio aos serviços de *front-end* do Banco, com a procura fundamental de mecanismos e processos de incremento da eficiência, de redução dos custos e de melhoria dos processos de negócio e de acompanhamento da estrutura de gestão de processos implementada no Banco. Estes objetivos enquadram-se nas orientações estratégicas definidas para o Grupo e contribuem para materializar as aspirações de rentabilidade e crescimento do Grupo. As principais vertentes da atuação na área de Serviços Bancários pautaram-se pela gestão austera de novos investimentos, de custos de transformação e consecução de medidas tendentes a melhorar os níveis de serviço dos principais processos relevantes para a atividade comercial.

Em 2011, na estrutura do Comité de Processos e Serviços Bancários, foi integrada a Direção de Qualidade, com o objetivo de aprofundar a gestão de processos, quer pelo acompanhamento e dinamização do seu modelo de governo, quer pela promoção da melhoria contínua da eficácia e da eficiência do negócio, assegurando uma adequada monitorização dos processos já implementados e promovendo a criação de novos.

Em 2011, a criteriosa gestão de custos permitiu cumprir as metas orçamentais extremamente restritivas. Os custos de transformação do conjunto das Direções de Serviços Bancários mantiveram-se estáveis face ao ano anterior (+0,1%), apesar do significativo aumento proveniente do esforço relacionado com a recuperação de crédito. O volume de investimentos sofreu uma redução de 53% face a 2010.

O número de Colaboradores das áreas de Serviços Bancários manteve-se muito próximo do de 2010, registando um ligeiro aumento de 0,4%, atingindo 1.908 Colaboradores, refletindo os aumentos verificados nas Direções de Recuperação Standardizada e Especializada.

A medição e gestão ativa dos níveis de serviço dos diversos processos de apoio à atividade comercial continuaram a marcar a definição dos principais indicadores de desempenho das áreas mais operativas, observando-se uma melhoria contínua dos patamares alcançados, o que se traduziu no continuado aumento do grau de satisfação dos Clientes internos, com reflexos muito positivos na qualidade de serviço proporcionado aos Clientes do Grupo e percebido pelos Clientes externos.

Como principais iniciativas de índole estratégica, refere-se o especial enfoque no controlo dos custos e investimentos, o apoio tecnológico a propostas de valor de negócio inovadoras, como o desenvolvimento de aplicações informáticas para diferentes plataformas de *smartphones*, permitindo criar uma oferta de referência no mercado nacional, a renovação da rede de ATM e CAT, a otimização da gestão do risco operacional, a consolidação do modelo organizacional de gestão do risco de crédito por forma a melhor responder aos requisitos de aplicação do IRB e a especialização da função de recuperação de crédito entre Retalho, Empresas e Corporate.

DIREÇÃO DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA

A Direção de Informática e Tecnologia (DIT) assegurou, durante 2011, um conjunto de projetos e iniciativas estruturantes nas diferentes áreas integradas no seu perímetro de atuação, com vista a prosseguir um processo contínuo de melhoria da eficiência operativa e aplicacional, dos níveis de serviço, otimização de custos e de adaptação, em tempo oportuno, aos requisitos de negócio. Assim, a estratégia subjacente à atividade desenvolvida pela DIT no período em análise – em estreito alinhamento com o quadro de referência definido pelo Banco – alicerçou-se em torno de sete áreas críticas de atuação, nomeadamente i) Desenvolvimento do negócio; ii) Gestão de custos IT; iii) Disponibilização de soluções tecnológicas adequadas ao negócio; iv) Níveis de serviço; v) Risco e *compliance*; vi) Sustentabilidade e responsabilidade social e vii) Mobilização e desenvolvimento dos Colaboradores.

A primeira área, Desenvolvimento do negócio, contemplou um conjunto significativo de novas soluções ou o aperfeiçoamento e melhoria das já existentes, com vista a contribuir de forma tangível para a rentabilização do negócio através do controlo de *leakage*, novos produtos e serviços e o aumento de proveitos. Merecem especial destaque, pelo seu impacto na cadeia de valor, o novo *site* na internet, a plataforma integrada de *call centres* e as inovadoras soluções de *mobile banking*. A segunda área abordada, Gestão de custos IT, permitiu, com base num conjunto de ações articuladas e de um rigoroso processo de controlo, continuar a reduzir e otimizar os valores

atribuíveis a rubricas operacionais ou de investimento. Já o terceiro pilar, destinado a garantir a Disponibilização de soluções tecnológicas de suporte adequadas ao negócio, tem na nova versão da plataforma de ação comercial (iPAC) e nas aplicações de suporte à decisão de crédito, *factoring* e recuperação de crédito – esta em fase de desenvolvimento – os seus melhores exemplos. Realce, também, para a atualização e realinhamento, do ponto de vista do *software*, do ambiente *desktop* do Grupo. Em relação aos Níveis de serviço, ao longo de 2011 salienta-se o mérito de manter os índices de disponibilidade e desempenho aplicacional em patamares de excelência. A DIT endereçou também a temática relacionada com Risco e *compliance*, consolidando a organização dos processos do Banco em linha com as melhores práticas internacionais, para além de ter vindo a disponibilizar uma nova aplicação multidoméstica para gestão das vertentes de Abuso de Mercado e *Anti-Money Laundering*, ações incluídas naquela que constituiu a sua quinta prioridade estratégica. Referência adicional, a este propósito, para a certificação do processo de Desenvolvimento do IT em Portugal com o nível de maturidade 2 do *Capability Maturity Model Integration* (CMMI) atribuída pelo Software Engineering Institute (SEI). Também na área da Sustentabilidade e responsabilidade social, a DIT prosseguiu a implementação do programa “Green IT”, nomeadamente das ações específicas de redução de consumos energéticos, de impressões e de emissão de CO₂, bem como do plano de comunicação que lhe subjaz. Por último, e no âmbito da sétima orientação definida para 2011, a DIT investiu uma vez mais na Mobilização e desenvolvimento dos seus Colaboradores, concretizando um plano integrado de formação no âmbito da “IT Academy”, com o objetivo sempre presente de assegurar a aquisição e atualização de competências técnicas e comportamentais, bem como consolidando a fluxo de comunicação interna, agora também sustentado por um novo Portal IT (IT Workspace).

Em 2012, ano em que o setor financeiro enfrentará novos estímulos e desafios num enquadramento económico que se antecipa muito adverso, a DIT vai continuar a centrar os seus recursos na materialização das grandes linhas estratégicas definidas pelo Banco, tanto em Portugal como nas restantes operações internacionais do Grupo, para, com o contributo determinante dos seus Colaboradores num esforço coletivo, consolidar e aprofundar os vetores de atuação incluídos no seu limite funcional em linha com as orientações enunciadas, para além de se manter empenhada na procura constante das soluções que melhor respondam aos requisitos e necessidades dos Clientes, desenvolvidas ao menor custo e integradas numa oferta global caracterizada pela inovação, entendida sempre como marca distintiva e fator de diferenciação da proposta de valor nos mercados onde opera.

DIREÇÃO DE OPERAÇÕES

Procurando alinhar a sua ação com os objetivos estratégicos do Banco, a Direção de Operações (DO) enfocou a sua ação em 2011 na melhoria da sua eficiência e na gestão das suas Equipas para servir as novas prioridades do Banco, a par de um esforço na reflexão sobre o seu posicionamento futuro. A consolidação do Programa “Ser Lean DO”, a melhoria de processos e o *insourcing* de processos efetuado, resultaram numa evolução decrescente do quadro de pessoal e dos custos de funcionamento. Correspondendo às novas prioridades do Banco e consequentes fluxos operativos, reformularam-se as equipas e processos de suporte à recuperação de Crédito, ao *repricing* e ao registo de colaterais de crédito. A par da participação ativa no “Projeto M”, foi desenvolvido o programa interno “Rethink DO”, através do qual se procurou reavaliar o posicionamento da Direção de Operações no Banco, e que se concretizará num conjunto de iniciativas a implementar em 2012 com o objetivo de melhorar a sua eficiência e flexibilidade, alinhando o serviço prestado com as novas necessidades do Banco.

DIREÇÃO DE CRÉDITO

Tal como em 2010, verificou-se uma redução significativa da procura de crédito, que ocorreu em todos os segmentos de Clientes e todas as classes de produtos. Em conformidade com esta redução de procura, mas tendo também presente as crescentes necessidades do envolvimento das equipas no acompanhamento ativo da carteira de crédito, foi ajustado o número de Colaboradores, sobretudo para apoio das Direções de Recuperação. Os critérios de análise e decisão de crédito foram orientados num sentido de ainda maior exigência, dando expressão a uma estratégia de contenção e superior seleção dos riscos. Neste quadro, foram especialmente acautelados os fatores associados à maturidade das operações e colaterais associados. Como resultado, o Banco dispõe atualmente de um processo de análise e decisão de crédito sólido, adequado aos riscos que decorrem da atual conjuntura e alinhado com os objetivos definidos pelo Banco, quanto à sua carteira de ativos. Nos modelos automáticos de decisão foi dada continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado, designadamente, nos modelos e processos de decisão de crédito para a operação doméstica e também para as operações internacionais do Grupo, no qual merecem destaque os excelentes resultados conseguidos com a operação da Polónia. No âmbito da colaboração com outras áreas de atuação do Banco, há que referir a aplicação destas metodologias à Recuperação de Crédito e que será intensificada no futuro. Foram amplamente reforçados os meios e as ferramentas de acompanhamento da carteira de crédito, tendo em vista a deteção atempada das situações de incumprimento e a tomada das medidas de prevenção adequadas. O desenvolvimento desta função de acompanhamento é uma das principais prioridades para 2012.

DIREÇÃO DE RECUPERAÇÃO STANDARDIZADA

A Direção de Recuperação Standardizada, em face do enquadramento extraordinariamente difícil, desenvolveu a sua atividade com base em quatro vetores estratégicos: i) ajustamento ao modelo de negócio, através da transferência parcial de competências de cobrança para as Equipas de Prevenção de Sinistralidade e do lançamento de uma campanha de recuperação de crédito junto da Rede de Retalho, com o objetivo de recuperar mais atendendo à proximidade do Cliente devedor; ii) inovação no processo de recuperação, através do lançamento do processo de execução em lote, processo totalmente inovador no setor e que permite a execução judicial de forma massificada, e da implementação do *Triad Collections* no processo de recuperação de Pequenos Montantes, com definição de estratégias por segmento de Clientes e com ações previamente definidas; iii) novas soluções de recuperação, como o lançamento de “pacotes” financeiros, em articulação com a Direção de Marketing, para reestruturação na fase inicial do incumprimento com processos operativos simples e a maior flexibilidade em produtos específicos para a recuperação de crédito e iv) especialização das equipas de recuperação, através da constituição da Unidade de Recuperação de Leasing, com competências repartidas no negócio e na recuperação dos bens locados com equipas em Lisboa e no Porto. Desenvolveu ainda um conjunto de iniciativas complementares à atividade mais diretamente relacionada com o negócio, destacando-se, entre outras, o lançamento de um novo modelo global de pesquisa patrimonial, com mais serviços associados a nível nacional e internacional e a realização do levantamento funcional para suporte do desenvolvimento da Solução Integrada de Recuperação de Crédito (SIRC), ferramenta que será transversal a todas as áreas de recuperação do Banco. Em 2012, a Direção de Recuperação Standardizada continuará a desenvolver a sua atividade de recuperação de crédito, com uma maior intervenção da Rede Comercial na fase da cobrança, a que adicionará um novo modelo de prevenção do incumprimento. Iniciará a aplicação de sistemas *analytics* à recuperação, através da segmentação da base de Clientes e da aplicação de modelos de análise comportamental, em paralelo com a implementação do SIRC e de um novo modelo de informação de gestão de suporte à recuperação, os quais permitirão ao Banco recuperar mais e melhor.

DIREÇÃO DE RECUPERAÇÃO ESPECIALIZADA

A Direção de Recuperação Especializada conduz de forma estruturada a recuperação de crédito em incumprimento de Clientes com responsabilidades globais superiores a um milhão de euros ou em situação de insolvência, de acordo com metodologias e estratégias adequadas ao segmento e à situação do Cliente, tendo em vista a minimização do risco de perda económica para o Banco. No decurso de 2011, a deterioração do enquadramento macroeconómico em Portugal e das condições económico-financeiras de diversos setores de atividade tiveram como reflexo o agravar dos níveis de incumprimento das empresas e das famílias junto do Banco, com um aumento generalizado da sinistralidade, nomeadamente do número de insolvências, que cresceu 212% face ao ano anterior. Por forma a garantir o melhor e mais eficaz acompanhamento dos crescentes processos de recuperação e com base em estudos de reorganização e otimização operativa, a Direção de Recuperação Especializada reforçou os recursos disponíveis, nomeadamente através da criação de novas equipas de insolvência e do alargamento das estruturas da Direção, a par de um conjunto alargado de iniciativas e projetos ligados essencialmente à organização interna e aos sistemas de informação, a melhorar o relacionamento com as Redes que serve e aumentar a satisfação dos Colaboradores. Em 2012, será implementado um novo modelo de gestão comercial, tornando a Direção de Recuperação Especializada numa direção com ainda maior capacidade de intervenção.

DIREÇÃO DE CONTENCIOSO

A atividade de recuperação de crédito desenvolveu-se num cenário macroeconómico recessivo. O número de processos remetidos a contencioso para acionamento judicial aumentou consideravelmente, sendo de assinalar também as maiores dificuldades na obtenção de acordos de recuperação. De realçar, no entanto, o sucesso alcançado na atividade de *Litigation*, cujos bons resultados minimizaram os valores das indemnizações a pagar e dos custos a suportar pelo Banco. Implementaram-se as melhorias previstas no Sistema de Recuperação de Crédito (SRC) para os processos de *Litigation* e a Direção participou no novo Projeto Sistema Integrado de Recuperação de Crédito (SIRC), transversal a todas as áreas de recuperação. Foi criado o sítio da Direção de Contencioso e promoveram-se quatro conferências sobre Direito Bancário, versando temas de grande interesse para a atividade bancária. Para 2012, o enfoque será na atividade de recuperação de crédito e a participação no Projeto SIRC com impacto na disponibilização de meios mais adequados para a gestão da carteira.

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL

A Direção Administrativa e Patrimonial divide-se em quatro áreas: i) Unidade de Gestão de Seguros; ii) Departamento Administrativo e de Aprovisionamento; iii) Departamento de Compras e iv) Departamento de Gestão de Obras e Manutenção. A atividade da Unidade de Gestão de Seguros em 2011 foi caracterizada pela implementação de uma estratégia negocial focada nos produtos de maior valor, com impacto na redução de custos e poupanças, salvaguardando-se as garantias e proteções contratadas. Em 2012, proceder-se-á ao levantamento de oportunidades que possam representar novas reduções de custos e na continuidade dos esforços de uma negociação sustentada. Na atividade do Departamento Administrativo e de Aprovisionamento e com o objetivo de contenção/redução de custos e proteção do meio ambiente destacou-se a redução dos objetos postais, por força da migração para extrato digital, a produção interna de papel impresso, a redução de encargos com a frota de viaturas, a redução de espaço de armazéns por força de ações de doação e destruição controlada de artigos obsoletos e a das despesas de representação. Todas estas ações foram efetuadas sem prejuízo da qualidade global do desempenho. 2012 será um ano de continuidade e reforço das medidas mencionadas. O Departamento de Compras reforçou em 2011 a sua vocação de plataforma universal de negociação de compras de bens e serviços com os Fornecedores do Millennium bcp, registando claros ganhos de valor para o Banco. Em paralelo, foram lançadas novas atividades estratégicas como i) a renegociação exaustiva de contratos de valor mais elevado; ii) a criação de um processo estruturado de análise e avaliação de alternativas à aquisição de bens e serviços e iii) a reformulação do *workflow* de compras. Ainda neste ano, este Departamento participou no "2011 Assessment of Excellence in Procurement – AT Kearney", tendo ficado posicionado no primeiro quartil em todas as áreas-chave do processo de *procurement*. Perspetiva-se para 2012 a continuidade e consolidação das atividades lançadas em 2011 e a instalação do novo sistema de *workflow* de compras nas operações internacionais, integrado ao nível do Grupo, o qual permitirá aprofundar as sinergias em negociações transversais. No Departamento de Gestão de Obras e Manutenção, além do esforço continuado de otimização do custo/benefício na atividade corrente de manutenção das instalações, releva-se entre os projetos e iniciativas adotadas: i) o encerramento de três edifícios de serviços; ii) a coordenação da execução dos novos espaços do ActivoBank (oito novas sucursais em 2011 e mais três em 2012); iii) o trabalho iniciado de renegociação de rendas com terceiros (projeto que terá o seu desenvolvimento principal no decurso de 2012); iv) a implementação de programa de redução dos consumos de energia (cuja expressão em 2012 será superior a 0,5 milhões de euros) e v) o apoio ao "Projeto M" na quantificação dos custos e soluções alternativas associadas ao eventual encerramento de instalações. Em 2012, será prosseguido como principal objetivo alinhado com a estratégia do Banco o reforço da redução de custos em todas as rubricas orçamentais, salvaguardando a satisfação das necessidades críticas das instalações.

GABINETE DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

O Gabinete de Prevenção e Segurança encontra-se assente em três áreas: i) Segurança Física; ii) Segurança de Sistemas de Informação e iii) Continuidade do Negócio. O Departamento de Segurança Física desenvolveu a sua atividade, de acordo com a sua missão, focalizado em minimizar a probabilidade de ocorrência de situações lesivas das pessoas e das operações das instituições do Grupo. Nesta perspetiva, foram materializados os principais objetivos traçados para 2011, salientando-se: a conclusão da migração do Sistema de Videovigilância Digital (CCTV) para VLAN específica; o *rollout* do processo de renovação tecnológica do sistema de controlo de acessos, nos edifícios centrais do Tagus Park; a conclusão da renovação tecnológica quer das centrais de alarme IP das sucursais, quer das centrais de intrusão IP dos edifícios; a integração da totalidade das sucursais, no sistema de segurança da Millennium Security Room; a apresentação à Autoridade Nacional de Proteção Civil, para aprovação, das medidas de auto proteção nos edifícios de 3.ª Classe de Risco; a realização de Exercícios de Evacuação nos edifícios centrais para teste da prontidão e capacidade da Resposta de Emergência; a implementação e acompanhamento de toda a operativa de segurança relacionada com as Assembleias Gerais, bem como da Reunião de Objetivos; introdução do tema Prevenção e Segurança no Programa Cultura de Rigor e a redução dos custos com vigilância humana, quer através da redução de horários nas portarias, quer através da eliminação de postos de trabalho. O ano de 2012 potencia um escalar de ações externas contra pessoas e património. Dando continuidade ao trabalho desenvolvido, estão projetadas várias atividades para 2012, que permitirão que o Departamento de Segurança Física continue a prosseguir a sua missão.

As principais atividades desenvolvidas no âmbito da Segurança dos Sistemas de Informação em 2011 centraram-se, fundamentalmente, em ações desenvolvidas ao nível da análise de risco, da monitorização e deteção de eventos de segurança, da utilização de mecanismos de controlo de utilizadores e da infraestrutura, da gestão de acessos ao sistema de informação, todas estas ações enquadradas num quadro normativo que se pretende permanentemente atualizado. Em 2012, os principais objetivos consistem em tirar partido de novos mecanismos de monitorização instalados para que, se possível em tempo real, se possa identificar e dar resposta atempada e reforçada a incidentes de segurança, prosseguir a tarefa de classificação da informação das diferentes unidades no sentido de associar o seu manuseamento à respetiva criticidade, preparar um processo de negócio para a Certificação utilizando um *standard* de Segurança Internacional, basear parte da segurança na utilização da internet em heurísticas que permitam controlar eventuais situações de tentativas de fraude, sensibilizar os *Stakeholders* para a Segurança e, por fim, adequar as medidas de segurança às principais tendências que se verifiquem no domínio do acesso à informação, por via da utilização de qualquer dispositivo móvel, por vezes propriedade dos próprios utilizadores, com requisitos de acessos a recursos internos e externos cada vez mais alargados.

No âmbito da atividade da Unidade de Continuidade de Negócio, o programa de exercícios 2010-2011 permitiu treinar 95% das Unidades que operam Processos de Negócio críticos. 374 Colaboradores das Equipas de Recuperação de Negócio desenvolveram as atividades habituais, em localizações e postos de trabalho alternativos. Realizaram-se em 2011 dois exercícios de gestão de crise: o primeiro integrou a resposta de emergência, com evacuação de um edifício central, e a recuperação de negócio em localização alternativa; o segundo confrontou o Gabinete de Gestão de Crise com um cenário de desastre informático global, em articulação com um exercício simultâneo de recuperação tecnológica (*Disaster Recovery Plan*). Em 2012, será concluída a documentação de procedimentos de contingência para cenários específicos, visando reforçar a eficácia e a eficiência da recuperação perante um incidente. O enraizamento da cultura de continuidade de negócio será aprofundado por uma ação de formação a todos os Colaboradores, a par do lançamento de um programa de comunicação interno.

DIREÇÃO DE QUALIDADE

O sistema de avaliação regular de Satisfação nas três vertentes estratégicas (Colaboradores, Clientes e Clientes Internos) foi profundamente alargado com a implementação de iniciativas que contribuíram para a dinâmica do processo de melhoria contínua, nomeadamente a conclusão de estudo alargado, o *Base Line*, de diagnóstico a Clientes da Rede de Retalho e a implementação de novos estudos e programas de Satisfação ao Private Banking e aos Clientes Residentes no Exterior e programa de "Cliente Mistério" nas sucursais Mass-market do Retalho, iniciativa enquadrada no programa "ADN Millennium", bem como a identificação dos "momentos de verdade" na relação Cliente/Banco com a preparação de um novo e abrangente sistema de monitorização destas interações que constituirá o pano de fundo da medição da satisfação em 2012. Na gestão de processos, 2011 foi um ano de consolidação com a criação de um modelo único, que responde de forma integrada aos requisitos das diferentes áreas do Banco e a implementação de um modelo de governação que contempla as atividades de gestão corrente e de revisão. Para 2012, será dada prioridade à monitorização contínua e integrada dos indicadores de negócio, desempenho e risco dos processos considerados estratégicos para a consecução dos objetivos do Banco. Foi ainda consolidado o sistema de Gestão Documental, transversal a todas as operações do Grupo, sustentado num conjunto de princípios e regras de gestão e numa solução técnica que suporta e viabiliza a aplicação e controlo dessas regras.

ÁREAS CORPORATIVAS

As Áreas Corporativas incluem o Compliance Office, a Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, o Gabinete de Estudos, o Núcleo de Projetos Estratégicos, a Direção de Informação de Gestão, a Direção de Contabilidade e Consolidação, a Direção de Relações com Investidores, a Direção de Auditoria, a Direção Jurídica, a Direção de Assessoria Fiscal, a Secretaria Geral, a Fundação Millennium bcp, a Direção de Comunicação, o Secretariado da Sociedade, a Foreign Business Support Unit, a Direção de Suporte à Gestão de Pessoas, o Risk Office, a Direção de Rating, a Direção de Participações Financeiras e a Direção de Assets and Liabilities Management.

Durante o ano de 2011, a atividade das Áreas Corporativas manteve-se enfocada em iniciativas no âmbito da gestão dos Colaboradores, de apoio ao desenvolvimento da estratégia, do reforço da disciplina na gestão do risco e do capital, de simplificação do Banco e de melhoria da eficiência.

COMPLIANCE OFFICE

O Compliance Office adequou a sua ação às novas exigências normativas e solicitações crescentes por parte da organização tendo sido relevante a sua atuação nos processos de criação e alteração de produtos, enquanto garante do cumprimento dos princípios e regras de transparência, veracidade e equilíbrio em conformidade com os princípios regulamentares vigentes. De relevar ainda a monitorização e controlo da atuação das redes comerciais, prevenindo a utilização do Banco para fins ilícitos, nomeadamente o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, e ainda a atuação em matéria de prevenção do abuso de mercado. O processo de integração dos princípios e regras da função de *compliance* por toda a organização é o objetivo fundamental para o próximo ano, com o envolvimento em profundidade nos programas de desenvolvimento tecnológico e de formação para toda a organização, integrando os princípios de ética e deontologia de forma contínua, para que os princípios de rigor e transparência sejam consolidados transversalmente.

DIREÇÃO DE PLANEAMENTO E CONTROLO ORÇAMENTAL

A Direção de Planeamento e Controlo Orçamental (DPCO) desenvolveu em 2011, no quadro das suas atribuições, um conjunto de atividades regulares, tendo em vista o cumprimento dos deveres de prestação de informação e de reporte periódico às autoridades de supervisão, de divulgação ao mercado e de apoio aos órgãos sociais. A DPCO coordenou e/ou participou em múltiplas atividades, em estreita colaboração com outras Unidades Orgânicas do Banco e/ou entidades externas, das quais se destacaram a elaboração e sucessivas revisões periódicas do Plano de Liquidez e Capital 2011-2015 do Grupo, bem como os exercícios de *stress test* promovidos pelas entidades de supervisão nacional e europeia (EBA). No quadro da agenda estratégica definida para o Grupo, a DPCO interveio na monitorização e controlo rigoroso dos custos operacionais e na definição dos *Key Performance Indicators* (KPI) para 2011, bem como no processo de planeamento estratégico para 2012 e projeções até 2015, incluindo a elaboração dos orçamentos individuais de custos operacionais e de investimentos, o apoio à reflexão e alinhamento estratégico das Unidades Orgânicas na definição dos respetivos objetivos e KPI, assim como a elaboração dos orçamentos individuais das Empresas Subsidiárias e o orçamento consolidado do Grupo para 2012.

GABINETE DE ESTUDOS

O Gabinete de Estudos assegurou o cumprimento das obrigações periódicas de reporte do Banco enquanto sociedade aberta, preparou as diversas reuniões com as agências de *rating*, coordenando em simultâneo a resposta às suas solicitações pontuais de informação, procedeu ainda ao acompanhamento e análise da conjuntura económica e do sistema financeiro. Manteve a prática de divulgação de estudos por meios eletrónicos, através de apresentações a Clientes, internos e externos, e a colaboração regular com a imprensa, para partilha das principais conclusões consequentes à análise. O Gabinete de Estudos participou em diversos projetos com destaque para a reformulação do modelo de negócio em Portugal, a continuação da aposta na criatividade dirigida no domínio da inovação, o reporte aos *Stakeholders* da informação sobre a Sustentabilidade e a análise e *benchmarking* da concorrência. Efetuou diversas análises e avaliações de segmentos de atividades em Portugal e de subsidiárias nacionais e internacionais e atualizações frequentes da avaliação *Sum-of-Parts* do Grupo BCP. Efetuou ainda diversos estudos no âmbito da gestão e otimização do capital e do desempenho do setor bancário português e europeu. Coordenou os trabalhos de análise das implicações para a atividade do Grupo BCP decorrentes do pedido de Assistência Financeira Externa, trabalhos esses desenvolvidos por uma equipa interna e multidisciplinar. Apoiou ainda a elaboração dos Relatórios do Plano de Liquidez e Capital e dos *stress tests* efetuados no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira. Em 2012, o Gabinete de Estudos continuará a prosseguir a sua emissão, sendo de destacar adicionalmente os Relatórios no âmbito do Programa de ajustamento económico e financeiro e o enfoque no acompanhamento da implementação dos diferentes modelos de negócio no âmbito do "Projeto M".

DIREÇÃO DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO

Os objetivos estratégicos da Direção de Informação de Gestão passaram pelo controlo do *gap* comercial de liquidez das Redes, até ao nível da sucursal, e pela continuação da monitorização do *repricing* das Redes. A Direção de Informação de Gestão ficou responsável por equipas de melhoria de proveitos e de recursos, compostas igualmente por membros das Direções de Marketing, detetando constrangimentos, recomendando vias para a sua resolução e apontando pistas para a criação de novas fontes de rendimentos e de captação de recursos. A Direção de Informação de Gestão propôs alterações aos sistemas de incentivos das Redes, de modo a garantir a adequação dos comportamentos comerciais aos grandes objetivos do Banco. A Direção de Informação de Gestão, em conjunto com as Redes, garantiu a consagração dos objetivos do Banco nos respetivos orçamentos comerciais. Em 2012, o principal objetivo será o de adequar a informação de gestão às necessidades emergentes na implementação do "Projeto M".

DIREÇÃO DE CONTABILIDADE E CONSOLIDAÇÃO

A Direção de Contabilidade e Consolidação prosseguiu, no exercício de 2011, com a sua missão de elaborar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Grupo BCP, tendo sempre como objetivo a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada de todo o Grupo de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como determinado pelo Banco de Portugal, e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas na União Europeia. Da atividade desenvolvida pela Direção de Contabilidade e Consolidação, durante o exercício de 2011, merecem especial menção a continuação de implementação/aperfeiçoamento de mecanismos de controlo, tendo em vista melhorar a qualidade e rigor da informação contabilística, o desenvolvimento de rácios/indicadores/alertas para uma melhor análise e reporte da informação contabilística e o acompanhamento das alterações legais, tanto na vertente contabilística como fiscal, com impacto para o Grupo. Em 2012, a Direção de Contabilidade e Consolidação continuará a prosseguir a sua missão.

DIREÇÃO DE AUDITORIA

A Direção de Auditoria desenvolveu a sua atividade no exercício de 2011 de acordo com o Plano Anual aprovado pelo Conselho de Administração Executivo, merecendo especial referência: i) a execução das auditorias decorrentes do exercício da *Independent Review Function*, em cumprimento das solicitações do Banco de Portugal no seguimento da aprovação da candidatura do Banco no âmbito de Basileia II, solicitações oportunamente incluídas no Plano Anual da Direção e que incluem auditorias aos três tipos de risco (operacional, de crédito e de mercado) e ao ICAAP, incluindo a componente informática (auditorias aos modelos de cálculo e testes à fiabilidade das bases de dados); ii) a elaboração dos Relatórios sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco e demais instituições do Grupo, apresentados ao Banco de Portugal e à CMVM no final de junho, bem como a monitorização contínua das recomendações reportadas nos mesmos, em especial as classificadas como de risco elevado; iii) a análise de matérias relativas à ética e rigor, ao risco de crédito e imparidades, à prevenção e investigação de situações de fraude, ao sistema de controlo interno como um todo e às atividades classificadas como de maior risco no âmbito do *risk-assessment* levado a cabo pela Direção e iv) o acompanhamento e satisfação das solicitações das autoridades de supervisão, com destaque para a Equipa Permanente do Banco de Portugal, e para a avaliação da carteira de crédito do Banco decorrente do Programa Especial de Inspeções (SIP).

Em 2012, a atividade da Direção de Auditoria será orientada tendo em conta a agenda estratégica do Banco, nomeadamente o aprofundamento do losango estratégico, o "Projeto M" e o Novo Modelo Operativo, as ações mandatórias decorrentes de solicitações das autoridades de supervisão e as prioridades resultantes da avaliação de risco levada a cabo pela própria Direção de Auditoria.

DIREÇÃO JURÍDICA

A Direção Jurídica presta aconselhamento jurídico aos Órgãos de gestão e às áreas deles dependentes do Banco Comercial Português, S.A., Banco ActivoBank, S.A., Banco de Investimento Imobiliário, S.A. e Millennium BCP – Prestação de Serviços, ACE. Em 2011, a Direção Jurídica prosseguiu na consecução do seu objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Banco, minimizando ou afastando o risco jurídico, contribuindo assim para o acréscimo da segurança das operações bancárias, com salvaguarda dos seus interesses e dos seus Clientes, prevenindo situações potencialmente geradoras de litígios ou de responsabilidades decorrentes do funcionamento dos respetivos serviços.

DIREÇÃO DE ASSESSORIA FISCAL

Durante o ano de 2011, e no âmbito das suas funções e competências, a Direção de Assessoria Fiscal acompanhou o cumprimento das obrigações de natureza fiscal das empresas do Grupo, e participou, por sua iniciativa ou a solicitação do CAE ou das áreas às quais incumbiu a sua coordenação, no desenho e análise do enquadramento fiscal e das consequências para efeitos fiscais de várias operações realizadas pelas empresas do Grupo, com vista à sua otimização fiscal ou redução do risco fiscal. Salienta-se, neste último âmbito, a participação no processo de transferência para a segurança social de parte das responsabilidades dos fundos de pensões da banca. Em 2012, a Direção de Assessoria Fiscal continuará a desenvolver a sua atividade em função das necessidades das empresas do Grupo, compaginando-a com os projetos especiais em curso e a iniciar, com vista a um melhor funcionamento interno e, sobretudo, à resposta adequada aos desafios das empresas do Grupo no atual contexto económico-financeiro.

SECRETARIA GERAL

A Secretaria Geral assegurou em 2011 e no âmbito das suas atividades: i) a organização logística de eventos com a presença dos membros dos Órgãos Sociais, nomeadamente, as Assembleias Gerais de Acionistas, as reuniões do Conselho Geral e de Supervisão e respetivas Comissões, bem como do Conselho de Administração Executivo; ii) o apoio logístico e administrativo aos Órgãos Sociais e aos seus membros individualmente; iii) a coordenação dos Colaboradores e *outsourcers* que prestam serviço aos Órgãos Sociais; iv) a coordenação do serviço prestado pelas Áreas Sociais, a gestão da ocupação e manutenção das salas de reunião e seu equipamento, das salas de refeição e das viaturas ao serviço dos Órgãos Sociais; v) a gestão das despesas e respetivas faturas relacionadas com a atividade dos Órgãos Sociais e dos seus membros e vi) a relação com fornecedores externos, nomeadamente o serviço de refeições aos membros dos Órgãos Sociais, procurando a melhor relação qualidade/preço. A Secretaria Geral procurou desenvolver as suas funções no estreito cumprimento das orientações definidas e no rigoroso controlo dos custos. A sua atuação em 2012 seguirá o mesmo princípio de procurar assegurar um bom nível de serviço com qualidade e um rigoroso controlo de custos.

DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO

O ano de 2011 foi marcado por uma nova fase na comunicação do Millennium bcp visando conferir maior dinamismo e modernidade à marca, potenciando a sua notoriedade e projeção mediáticas e publicitárias. Nesse sentido o Banco contratou José Mourinho como o "rosto" do Millennium bcp como expressão dos mesmos valores de sucesso e paixão, personalidade que constituiu *leitmotiv* das principais campanhas da Instituição ao longo do ano. Igualmente, o Banco reforçou a sua aposta na comunicação para o segmento jovem, com uma oferta inovadora do "Millennium GO!", bem como alargou a sua presença nas várias plataformas das Redes Sociais, como meios de proximidade e partilha de informação com a sociedade. Lançou ainda o "Movimento Milénio", iniciativa conjunta com o jornal *Expresso*, que se destina a promover, publicitar e distinguir as melhores ideias e projetos de futuro em diferentes áreas da Sociedade.

SECRETARIADO DA SOCIEDADE

O Secretariado da Sociedade apoia os Órgãos Sociais do Banco e respetivas comissões, nas vertentes jurídica, administrativa e logística, assegurando o seu eficaz funcionamento. Presta assessoria jurídica ao Banco e às sociedades do Grupo, em matéria corporativa e de *corporate governance*, competindo-lhe promover o processo registral dos respetivos atos, quer junto das Autoridades de Supervisão, quer junto das Conservatórias de Registo Comercial. É responsável pela promoção e preparação da Assembleia Geral de Acionistas do Banco e das sociedades do Grupo, pela resposta a solicitações formuladas por Acionistas, e pela elaboração do Relatório sobre o Governo da Sociedade. Presta o seu contributo e colabora com todas as áreas do Banco, quer executando, quer validando atos ou documentos. Assegura ainda a divulgação das comunicações institucionais internas.

FOREIGN BUSINESS SUPPORT UNIT

A Foreign Business Support Unit é uma unidade de assessoria ao Conselho de Administração Executivo, com competências no acompanhamento da atividade das operações internacionais. Inclui-se, no seu âmbito de atuação, a análise de desempenho e apoio aos Conselhos de Administração das operações locais, a organização e participação das reuniões trimestrais do Comité de Negócios na Europa, bem como a análise das matérias apreciadas nos Órgãos Sociais e Comités de Auditoria destas operações.

A área coordena e participa também em projetos internacionais de cariz estratégico, *corporate development* e financeiros, a nível das operações internacionais, como são a revisão de modelos de negócio, revisão de áreas de negócios específicas e outros projetos com impacto estruturante.

Em 2011, a Foreign Business Support Unit integrou a análise das opções estratégicas para as operações europeias, que veio a resultar no novo enfoque estratégico anunciado pelo Banco em julho. Na sequência deste, esta unidade dinamizou diversas iniciativas como avaliar oportunidades para capturar valor da operação polaca, explorar opções para reduzir a exposição ao mercado grego e estabilizar a operação romena e reduzir o seu impacto negativo nos resultados consolidados.

DIREÇÃO DE SUPORTE À GESTÃO DAS PESSOAS

A atividade da Direção de Suporte à Gestão das Pessoas, em 2011, pautou-se pela procura de soluções inovadoras para responder à alteração do paradigma do negócio bancário. Fomentou-se o reforço de relações bancárias baseadas na confiança, através de programas de formação como o "ADN Millennium", a "Cultura de Rigor", e os programas de certificação. Os programas de formação foram concebidos de forma muito específica atendendo às necessidades de desenvolvimento face aos desafios decorrentes das alterações dos mercados. Liderança, relações interpessoais, comunicação, técnicas para ultrapassar conflitos e negociar soluções foram abordados de forma integrada e quando possível potenciando a aproximação às comunidades através de programas de formação com componentes de participação ativa em obras de cariz social. A partilha de experiências e de diferentes perspetivas fomentadas através de programas como "Um dia com o Cliente", "Um dia na DRE", "Valorizamos a Experiência" contribuíram para desenvolver uma atitude de cooperação entre diferentes equipas organizacionais quer do ponto de vista operacional, quer comportamental, reforçando a perceção do contributo de cada um para o resultado do Banco. Os participantes em programas de desenvolvimento "People Grow", "Grow Fast", "Young Specialist", "Master in Retail", "Grow in Retail" foram envolvidos em reflexões estratégicas especialmente pertinentes face aos novos desafios dos mercados e na apresentação de propostas inovadoras. O permanente contacto com as Universidades ("Millennium Banking Seminar", "Estágios de verão", "Startup Programme – Junior Achievement") permitiu participar em importantes momentos de reflexão e de construção de ideias e estabelecer contactos com os estudantes, quer numa perspetiva de recrutamento, quer de estabelecimento de relações comerciais futuras. Em 2012, manter-se-á a procura de soluções inovadoras e adequadas aos novos desafios, coerentes com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da Instituição, nomeadamente com as perspetivas de crescimento e rendibilidades sustentáveis e a proteção dos interesses dos Clientes e dos Investidores.

RISK OFFICE

Em 2011, o Risk Office continuou a desenvolver as suas funções de identificação, avaliação, controlo e monitorização de riscos, promovendo, lançando ou coordenando as diversas atividades de gestão de risco desenvolvidas no Grupo. Por outro lado, continuou a assegurar, ao longo do ano, os variados reportes – internos e externos – que competem à função de gestão de riscos, tendo esta área funcional sido também chamada a participar no exercício de *stress testing* conduzido pela Autoridade Bancária Europeia no primeiro semestre de 2011, na definição do Plano de Financiamento e Capital do Grupo ou no Programa Especial de Inspeções, no segundo semestre, desenvolvido pelo Banco de Portugal no âmbito do plano de ajuda financeira externa a Portugal. No que se refere às atividades do Risk Office enquadradas no Acordo de Basileia II, destaca-se a continuidade da coordenação dos trabalhos de implementação de medidas relacionadas com a aprovação do Banco de Portugal para a utilização do Método das Notações Internas (IRB) para o apuramento dos requisitos de capital para risco de crédito, bem como os pedidos de autorização para a extensão desta metodologia a carteiras do Grupo, em Portugal e na Polónia. Em 2012, o Risk Office continuará a enquadrar a sua atividade nos objetivos estratégicos relativos à melhoria da solidez e confiança do Grupo, contribuindo de forma relevante para a melhoria do ambiente de controlo interno, através do aperfeiçoamento e reforço das políticas e instrumentos de medição e controlo dos riscos.

DIREÇÃO DE RATING

Iniciou-se em 2011 uma revisão do risco de toda a carteira de crédito, com recurso a novos modelos de *rating* ajustados e recalibrados. Foram implementados modelos para o segmento *Small e Mid Corporate* com uma diferenciação sectorial mais ajustada à realidade do portefólio e adaptados à nova normalização contabilística. Os modelos de avaliação do segmento *Large Corporate* e do Setor Empresarial do Estado foram alterados por forma a acolher todas as conclusões decorrentes da validação, tendo sido amplamente testados.

A aplicação Sistema de Atribuição de Graus de Risco (SAGR) entrou em produção durante 2011. A automatização que esta aplicação, integrada com os vários sistemas do Banco, introduz traduzir-se-á numa clara melhoria de produtividade e eficiência no processo de atribuição, gestão e manutenção dos graus de risco, bem como uma drástica diminuição dos riscos operacionais inerentes a um processo mais manual. Em curso está também o desenvolvimento da aplicação Modelo de Análise de Contas (MAC) que automatiza o carregamento da base de dados IES, integra os algoritmos económico-financeiro dos vários modelos e incorpora funcionalidades com vista à agilização de todos os processos.

Os principais objetivos da Direção de Rating para 2012 consistem: i) na finalização da revisão do risco da carteira de crédito e o início de nova revisão com uma mais eficiente gestão de prioridades; ii) na melhoria do processo de deteção do agravamento de risco e implementação de circuitos de informação com as áreas comerciais e de crédito; iii) na realização de ações de formação sobre avaliação de risco de crédito; iv) no desenvolvimento do SAGR, entrando numa nova fase de iniciativas que pretendem aproveitar as potencialidades da ferramenta para uma melhor gestão de todos os riscos; v) na continuação do aperfeiçoamento da MAC, por forma a melhorar a rapidez do processo bem como a transformação de todo o arquivo físico em arquivo informático e vi) na finalização do projeto de normalização e melhoria dos relatórios de análise internos o que inclui o enriquecimento da base de informação.

DIREÇÃO DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A Direção de Participações Financeiras conheceu em 2011 um crescimento das atividades associadas à administração de participações financeiras, ditado pelos novos investimentos realizados e aos quais se associa um acompanhamento de maior proximidade e capacidade de atuação em face dos desafios que se colocam às sociedades participadas no seu desenvolvimento ou saneamento financeiro numa conjuntura de menor crescimento. Na vertente da intervenção nos processos de gestão de tesouraria e valorimétricos, a Direção reforçou os procedimentos de controlo interno e reporte às estruturas do Grupo que intervêm em tais processos, com ganhos de eficiência e produtividade. Em 2012, antecipa-se que o portefólio de participações poderá conhecer novos investimentos, que serão geridos com vista à otimização dos meios financeiros mobilizados e à realização do seu valor.

DIREÇÃO DE ASSETS AND LIABILITIES MANAGEMENT

A atividade da Direção de Assets and Liabilities Management em 2011 centrou-se no vetor estratégico de reforço dos indicadores de solvabilidade, destacando-se neste âmbito a coordenação de diversas operações publicamente divulgadas, incluindo as três fases do aumento de capital realizadas entre abril e junho, de que resultou um reforço do *Core Tier 1* em 1.370 milhões de euros, e ainda as operações de *liability management*, envolvendo ofertas em mercado para troca de dívida subordinada e *preference shares*, em ambos os casos emitidas por filiais sediadas nas Ilhas Caimão, por dívida sénior e subordinada emitida diretamente pelo Banco Comercial Português. Concluído em outubro e tendo produzido um impacto adicional em *Core Tier 1* na ordem de 500 milhões de euros, incluindo as componentes relevadas na conta de resultados do exercício e na situação líquida, este segundo exercício de *liability management* permitiu que o rácio *Core Tier 1* do Grupo atingisse 9,1% em 30 de setembro (base proforma incluindo os impactos contabilizados já em outubro), cumprindo assim as exigências fixadas pela supervisão para o final do exercício de 2011.

MILLENNIUMBCP AGEAS

O crescimento e a solidez do mercado segurador foi particularmente condicionado pelo agravamento do ambiente económico recessivo, pelo contínuo aumento do desemprego e pelo agravamento da pressão sobre os mercados financeiros devido ao impacto da crise da dívida soberana dos países periféricos da Europa e à escassez de liquidez.

O volume de negócios do setor segurador registou, em 2011, uma quebra assinalável, atingindo um total de 11,6 mil milhões de euros. Para este resultado contribuiu a evolução muito desfavorável no ramo Vida, o qual registou um volume de prémios de 7,5 mil milhões de euros, que representa uma diminuição de 38,5% face ao ano anterior. O desempenho negativo dos produtos de capitalização (incluindo PPR) e a estagnação do segmento de Vida Risco condicionaram a evolução deste mercado ao longo do ano. No ramo Não Vida registou-se um decréscimo de 0,7% dos prémios em 2011 face a 2010, muito embora o segmento Saúde tenha continuado a mostrar um desempenho favorável, com um crescimento de 1,5%.

Em 2011, a atividade da Millenniumbcp Ageas foi enquadrada pelos seguintes vetores estratégicos: rentabilidade e solidez financeira, proatividade comercial, crescimento, produtividade e qualidade. A Millenniumbcp Ageas apresentou um desempenho superior ao do mercado no ramo Vida, tendo inclusive reforçado a sua quota de mercado ao nível de provisões matemáticas, e registado um desempenho superior ao do mercado no conjunto dos ramos Não Vida. Em 2011, a Millenniumbcp Ageas obteve bons resultados técnicos em virtude da melhoria do desempenho operacional e da manutenção do controlo dos custos.

Apesar do bom desempenho operacional, os resultados da Millenniumbcp Ageas foram fortemente condicionados pelas imparidades reconhecidas em 2011 decorrentes da dívida soberana dos países periféricos da Europa e das ações BCP. Apesar deste contexto desfavorável, o grupo terminou o ano com resultados líquidos positivos de 36,5 milhões de euros.

O ano de 2011 foi difícil, mas extremamente desafiante. A Millenniumbcp Ageas, premiada por prestigiadas organizações (ex. Melhor Seguradora de 2011 em Portugal pela *World Finance*), lançou, ao longo do último ano, novos projetos estratégicos e definiu a visão que permitirá trilhar o caminho para os difíceis anos que se avizinham. Tornou-se absolutamente claro, no decorrer de 2011, que o paradigma do negócio segurador mudou, o que implica um regresso à essência do negócio segurador que consiste em comercializar, de forma sustentável e rentável, produtos de risco dos ramos Vida e Não Vida. Assim, durante o quarto trimestre de 2011, o grupo realizou um processo de revisão estratégica, tendo decidido lançar um conjunto de projetos que permitirão alcançar os objetivos de 2012 e preparar o futuro.

A nova visão estratégica assenta em três pilares: i) proteger o *franchise*; ii) crescer no atual modelo de negócio e iii) expandir o alcance estratégico da operação. No primeiro pilar enquadra-se o desenvolvimento de novas políticas de gestão das carteiras de investimentos, o fortalecimento dos mecanismos de retenção de carteira, o controlo de custos e a redução das taxas de sinistralidade. No âmbito do segundo pilar foram lançados projetos que visam relançar a venda de soluções Não Vida no segmento de Retalho do Banco, desenvolver o negócio Não Vida nos segmentos de empresas de PME, bem como o desenvolvimento de um novo *marketing mix* para o ramo Vida. No terceiro pilar enquadra-se sobretudo o desenvolvimento de novos canais de distribuição.

O ano de 2012 será um exercício ainda mais exigente, na medida em que é expectável a manutenção da conjuntura desfavorável que afetou o exercício em análise. A atividade da Millenniumbcp Ageas continuará a ser enquadrada pelos vetores de orientação estratégicos de promoção da rentabilidade e da solidez financeira, desenvolvimento comercial e inovação, crescimento e produtividade e qualidade.

Milhões de euros

SÍNTESE DE INDICADORES	'11	'10	VARIAÇÃO
PRÊMIOS DE SEGURO DIRECTO			
Vida	1.071	1.724	-37,9%
Não Vida	226	222	2,0%
TOTAL	1.297	1.946	-33,3%
QUOTA DE MERCADO			
Vida	14,5%	14,2%	
Não Vida	5,5%	5,3%	
TOTAL	11,3%	11,9%	
Margem técnica ⁽¹⁾	118	257	-54,9%
Margem técnica líquida de custos administrativos	31	164	-81,1%
Resultados líquidos ⁽²⁾	36	142	-74,3%
Rácio de sinistralidade Não Vida	64,5%	65,5%	
Rácio de despesas Não Vida	23,9%	25,9%	
Rácio combinado Não Vida	88,3%	91,4%	
Custos de exploração líquidos Vida/Investimentos Vida	0,84%	0,83%	

(1) Antes de imputação de custos administrativos.

(2) Antes de VOBA (*Value of Business Acquired*).



GESTÃO DO RISCO

Em 2011, as atividades de gestão e controlo de risco assumiram uma relevância particular, no âmbito de uma conjuntura económica e financeira muito difícil, marcada pela degradação da qualidade da carteira de crédito – tanto no segmento de particulares como no de empresas – e pela persistência de condições de *funding* muito restritivas para o sistema financeiro.

Paralelamente, no que se refere ao apuramento do valor dos ativos ponderados pelo risco (RWA – *Risk-Weighted Assets*) e às metodologias de avaliação de riscos envolvidas nesse cálculo, 2011 foi um ano de consolidação da abordagem avançada (IRB – *Internal Ratings Based*) que o Grupo tinha já sido autorizado a utilizar para os principais segmentos nas suas atividades em Portugal a partir do final de 2010, tendo-se registado desenvolvimentos importantes no que se refere à extensão dessa abordagem a subsegmentos da carteira de crédito para os quais o apuramento dos RWA ainda não é baseado numa abordagem IRB.

Assim, as principais atividades desenvolvidas em 2011 no âmbito da gestão e controlo dos riscos, bem como do respetivo reporte, foram as seguintes:

- Lançamento de iniciativas visando a efetivação das medidas condicionantes da aprovação do Banco de Portugal para a utilização da abordagem IRB no apuramento dos requisitos de capital para risco de crédito;
- Entrega de candidaturas para a extensão deste método a outras carteiras do Grupo, em Portugal e na Polónia;
- Participação nos exercícios de testes de esforço (*stress tests*) promovidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) e na definição do Plano de Capital e Liquidez no quadro do acordo de ajuda externa à Portugal;
- Participação nos exercícios de impacto quantitativo (QIS – UE) da implementação do novo quadro de capital regulamentar (Basileia 2.5 / Basileia III) igualmente promovidos pela EBA;
- Colaboração na produção do relatório regulamentar relativo ao Pilar II do Acordo de Basileia II e produção do Relatório de Concentração de Crédito;
- Colaboração na produção dos Relatórios de Controlo Interno 2010/2011;
- Desenvolvimento de melhorias no reforço dos procedimentos internos de aferição e reporte dos riscos;
- Desenvolvimento de novos modelos de *rating* e revisão/atualização de modelos já existentes, para diversos segmentos de Clientes (*Small e Mid Corporate, Large Corporate, Pequenos Negócios*);
- Enfoque em ações destinadas a reforçar mitigação do risco de crédito, por via do reforço dos níveis de colateralização das operações e da redução da concentração da exposição creditícia;
- Realização periódica de testes de esforço internos na área de riscos de mercado;
- Participação ativa na resposta do Grupo ao Programa Especial de Inspeções (SIP – *Special Inspections Program*) levado a cabo pelo Banco de Portugal e respetivos consultores, realizado enquanto exigência do acordo de ajuda externa à Portugal.

BASILEIA II

Em 2011, o Grupo prosseguiu as suas atividades tendentes a obter extensões de autorização para utilização de abordagens IRB no apuramento dos RWA, não só para algumas subclasses de risco em Portugal, mas também para a carteira de crédito de Retalho na Polónia. Para tal, foi mantido um diálogo permanente com o Banco de Portugal, o KNF (a Autoridade de Supervisão Financeira Polaca) e, genericamente, com o Colégio de Supervisores do Grupo BCP, no qual estão representados todos os supervisores dos países em que o Grupo desenvolve as suas atividades.

Assim, foram apresentadas junto do Banco de Portugal e do KNF candidaturas para extensão/utilização da metodologia IRB em Portugal e na Polónia, tendo os respetivos supervisores intensificado a sua intervenção, neste âmbito, junto dos bancos solicitantes, através do desenvolvimento e reforço das suas verificações e validações *in situ*.

Em resultado disto, já no início de 2012, mas com produção de efeitos a 31 de dezembro de 2011, o Banco de Portugal concedeu autorização para extensão da metodologia IRB, em Portugal, para o cálculo de RWA para as subclasses de risco "Outras posições de retalho" e "Posições renováveis de retalho", com estimativas próprias para os parâmetros de Perda em Caso de Incumprimento.

Esta extensão de autorização veio, assim, reforçar o reconhecimento formal da qualidade e eficácia do *framework* de gestão e controlo do risco (de crédito, no caso específico da matéria destas candidaturas), o qual envolve, genericamente, quatro vetores de atuação: identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos materiais a que o Grupo se encontra exposto.

GOVERNO DA GESTÃO DO RISCO

O Grupo manteve inalterado o seu modelo de governo da Gestão de Risco, apenas com reforço da mesma no que se refere ao risco de crédito, já que a partir do último trimestre do ano foi instituída pela Comissão de Risco a Subcomissão de Acompanhamento do Risco de Crédito (SCARC).

Esta Subcomissão – cuja composição e competências são detalhadas mais adiante – tem vindo a reunir-se com uma frequência significativa, para tomar conhecimento e para analisar os reportes que diversas áreas do Banco, em Portugal, são chamadas a produzir, como forma de proporcionar ao Conselho de Administração Executivo (CAE) uma monitorização cada vez mais incisiva da evolução do risco inerente à carteira de crédito.

Recorde-se, neste âmbito, que a Comissão de Risco – bem como as respetivas Subcomissões de acompanhamento de tipos de risco específicos, como sejam a já citada SCARC e a Subcomissão de Risco dos Fundos de Pensões (SCRFP) – são órgãos que emanam do CAE do BCP, enquadrando-se no *framework global de governance* de gestão e controlo de risco conforme representado graficamente na figura seguinte:



Seguidamente apresentam-se as competências e atribuições dos órgãos intervenientes na governação da gestão de risco – de gestão ou de supervisão interna – ao nível do Grupo (para além do CAE).

COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS (CMF)

À CMF são cometidas, designadamente, as matérias de fiscalização da gestão, dos documentos de reporte financeiro e ainda das medidas qualitativas de aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno, da política de gestão de riscos e da política de *compliance*, competindo-lhe ainda supervisionar a atividade de auditoria interna, bem como zelar pela independência do Revisor Oficial de Contas e emitir recomendação sobre a contratação de Auditores Externos, formulação da respetiva proposta de eleição e condições contratuais de prestação de serviços por parte destes e receber as comunicações de irregularidades apresentadas por Acionistas, Colaboradores ou outros, assegurando o seu acompanhamento pela Direção de Auditoria Interna ou pela Provedoria do Cliente.

Compete ainda à CMF emitir parecer sobre os créditos concedidos sob qualquer forma ou modalidade, incluindo prestação de garantias, bem como qualquer outro contrato que o Banco ou qualquer sociedade do Grupo celebre com membros dos seus corpos sociais, detentores de participações superiores a 2% no capital social do Banco, bem como com entidades que, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, estejam com qualquer um destes relacionados.

A CMF é a primeira destinatária dos Relatórios da Direção de Auditoria Interna e do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos, reunindo regularmente com o Administrador responsável pela área financeira, o Group Risk Officer, o Compliance Officer e o Responsável pela Auditoria Interna.

COMISSÃO DE RISCO

É responsável por acompanhar os níveis globais de risco (riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional), assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade do Grupo.

Integram esta Comissão todos os membros do CAE, o Group Risk Officer, o Compliance Officer e os primeiros responsáveis das direções de Auditoria, Tesouraria e Mercados, Planeamento e Controlo Orçamental, Participações Financeiras, Crédito, Rating, Gabinete de Estudos e Assets and Liabilities Management.

SUBCOMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

Tem as seguintes funções e responsabilidades:

- Acompanhar a evolução da exposição de crédito e do processo de contratação;
- Acompanhar a evolução da qualidade da carteira e dos principais indicadores de *performance* e risco;
- Acompanhar o risco de contraparte e o risco de concentração das maiores exposições;
- Acompanhar a evolução da imparidade e dos principais casos de análise individual de imparidades;
- Análise da *performance* dos processos de recuperação de crédito;
- Acompanhamento do desinvestimento da carteira de imóveis;
- Propostas para definição das políticas e normativos de concessão de crédito;
- Acompanhamento dos modelos de PD (*Probability of Default*) e LGD (*Loss Given Default*);
- Acompanhamento dos modelos subjacentes ao cálculo da imparidade;
- Acompanhamento dos processos automáticos de decisão e de recuperação de crédito.

São membros desta Subcomissão os membros do CAE responsáveis pela área financeira e pela gestão do risco e mais dois outros Membros do CAE, o Group Risk Officer e os responsáveis pelas direções de Crédito, Rating, Recuperação de Crédito, Planeamento e Controlo Orçamental, Corporate II, Negócio Imobiliário e Marketing.

SUBCOMISSÃO DE RISCO DOS FUNDOS DE PENSÕES

Esta Subcomissão especializada tem por missões a monitorização da *performance* e do risco dos Fundos de Pensões do BCP (o de Benefício Definido e o Fundo Complementar) e o estabelecimento de políticas de investimento adequadas e das respetivas estratégias de cobertura.

Integram a mesma os membros do CAE responsáveis pela área financeira e pela gestão do risco, o Group Risk Officer e os primeiros responsáveis das direções de Planeamento e Controlo Orçamental, Assets and Liabilities Management e de Suporte à Gestão de Pessoas. Estão também representadas, por convite permanente, as entidades ligadas à gestão dos Fundos de Pensões (Pensõesgere e F&C).

GROUP CALCO

É responsável pela gestão do capital global do Grupo, gestão de ativos e passivos e definição de estratégias de gestão da liquidez ao nível consolidado. Em concreto, o Group CALCO (igualmente designado por Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e Passivos) é responsável pela gestão estrutural dos riscos de mercado e liquidez, incluindo, entre outros, os seguintes aspetos:

- Monitorização e gestão dos riscos de mercado associados à estrutura de ativos e passivos;
- Planeamento e propostas de alocação de capital;
- Elaboração de propostas para definição das políticas adequadas à gestão dos riscos de liquidez e de mercado, ao nível do balanço consolidado do Grupo.

O Group CALCO é presidido pelo membro do CAE responsável pela área financeira, sendo também membros mais quatro elementos do CAE. Os restantes membros do Group CALCO são nomeados pelo CAE, incluindo os responsáveis pelas direções de Assets and Liabilities Management, Tesouraria e Mercados, de Planeamento, Planeamento e Controlo Orçamental, Participações Financeiras, Gabinete de Estudos, Informação de Gestão, Corporate, Marketing, bem como o Risk Officer e o Chief Economist.

GROUP RISK OFFICER

É responsável pela função de controlo de risco para todas as entidades do Grupo. Assim, de forma a assegurar a monitorização e alinhamento de conceitos, práticas e objetivos transversalmente, compete ao Group Risk Officer informar a Comissão de Risco do nível geral de risco e propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os limites aprovados.

O Group Risk Officer tem poder de veto em qualquer decisão que não esteja sujeita a aprovação pelo CAE e que possa ter impacto nos níveis de risco do Grupo.

De forma a cumprir a sua missão, as funções do Group Risk Officer incluem:

- Suportar o estabelecimento de políticas e metodologias de gestão de risco para a identificação, medição, limitação, monitorização, mitigação e reporte dos diversos tipos de risco;
- Propor e implementar um conjunto de métricas para os vários tipos de risco;
- Assegurar a existência de um corpo de regras e procedimentos para suportar a gestão de risco;
- Controlar, numa base permanente, a evolução de diferentes riscos e a conformidade com as políticas, regulações e limites aplicáveis;
- Assegurar a existência de uma plataforma de IT efetiva e uma base de dados de informação para a gestão de risco robusta e completa;
- Participar em todas as decisões com relevância no risco e com impacto no sistema de controlo interno, tendo autoridade para assegurar a conformidade com os regulamentos e objetivos de risco do Grupo;
- Preparar informação relativamente à gestão de risco para ser divulgada, internamente e ao mercado.

O Group Risk Officer é nomeado pelo CAE e apoia os trabalhos da Comissão de Risco, bem como das subcomissões que desta emanam, atrás referidas (SCARC e SCRFP).

CAPITAL ECONÓMICO

O processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process) constitui para o Grupo um passo importante no alcance das melhores práticas em matérias de gestão de risco e de planeamento de capital.

De facto, este processo permite estabelecer uma ligação entre o nível de tolerância ao risco do Grupo e as suas necessidades de capital através do apuramento do capital interno (ou "económico") que, independentemente do capital regulamentar, seja adequado ao nível de riscos incorridos, obrigando, assim, ao entendimento do negócio, bem como das estratégias de risco.

Através do ICAAP, procede-se à identificação de todos os riscos materiais inerentes à atividade do Grupo e à respetiva quantificação, tendo presentes os efeitos de correlação entre os diversos riscos, bem como os efeitos de diversificação do negócio (que se desenvolve sobre várias linhas e produtos e em várias geografias).

Após o apuramento das necessidades de capital económico, procede-se depois à comparação destas necessidades com os recursos financeiros disponíveis (a capacidade de absorção de risco – *Risk Taking Capacity*), o que permite uma visão económica da adequação de capital, tornando-se igualmente possível identificar atividades e/ou negócios criadores de valor.

Tendo em conta a natureza da principal atividade do Grupo nos mercados em que opera (a Banca de Retalho), os principais riscos considerados para efeitos do ICAAP são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de taxa de juro das posições não cobertas na carteira bancária;
- Risco de ações;
- Risco de imobiliário;
- Risco do Fundo de Pensões;
- Risco de liquidez;
- Risco estratégico e de negócio.

A abordagem de quantificação utilizada baseia-se numa metodologia VaR (*Value-at-Risk*), calculando-se para cada risco o valor máximo da perda potencial, num horizonte de 12 meses, com um nível de confiança de 99,94%.

No que se refere às métricas utilizadas no cálculo, as mesmas são ilustradas pela seguinte figura:

TIPOLOGIA DOS RISCOS DE MAIOR MATERIALIDADE NO GRUPO BCP E RESPETIVAS MÉTRICAS DE AVALIAÇÃO

TIPOS DE RISCO	SUBCATEGORIA	MÉTRICAS
Risco de crédito		Modelo da carteira de crédito
Riscos de mercado	Carteira de negociação	Modelo VaR
	Risco de taxa de juro na carteira bancária	Modelo VaR a longo prazo
	Risco de ações na carteira bancária	
	Risco imobiliário	
Risco operacional		Método <i>Standard</i>
Risco de liquidez		Modelo de <i>stress tests</i> sobre os custos de <i>funding</i>
Risco do Fundo de Pensões		Modelo de simulação
Risco de negócio e estratégico		Modelo baseado na volatilidade específica da ação BCP

A agregação dos riscos nos diferentes níveis da estrutura organizacional do Grupo inclui o cálculo do efeito dos benefícios de diversificação, traduzindo-se num resultado global que é inferior à soma das diversas componentes individuais.

Para este efeito é utilizada a combinação de dois métodos: i) método da correlação e ii) dependência de eventos extremos. Em termos gerais, a matriz de correlação é obtida submetendo as séries históricas de perdas a uma análise de correlação linear implícita que difere da análise de correlação linear tradicional uma vez que reconhece a dependência de eventos extremos.

O quadro seguinte apresenta a posição global de risco do Grupo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, representada pelo valor do capital económico apurado nestas datas:

CAPITAL ECONÓMICO

Milhões de euros

	DEZ.'11		DEZ.'10	
	VALOR	%	VALOR	%
RISCO DE CRÉDITO	2.026,8	41,3%	2.078,5	40,6%
RISCOS DE MERCADO	1.552,4	31,6%	1.212,5	23,7%
Carteira de negociação	17,0	0,3%	40,0	0,8%
Carteira bancária – risco de taxa de juro	811,0	16,5%	440,4	8,6%
Risco de ações – risco de preço de ações	355,6	7,2%	404,3	7,9%
Risco imobiliário	368,8	7,5%	327,7	6,4%
RISCO OPERACIONAL	398,1	8,1%	428,2	8,4%
RISCO DE LIQUIDEZ	134,8	2,7%	319,3	6,2%
RISCO DO FUNDO DE PENSÕES	621,4	12,7%	876,0	17,1%
RISCO DE NEGÓCIO E ESTRATÉGICO	177,7	3,6%	202,7	4,0%
CAPITAL NÃO-DIVERSIFICADO	4.911,2	100,0%	5.117,2	100,0%
Benefícios de diversificação	1.164,6		1.254,0	
CAPITAL ECONÓMICO DO GRUPO	3.746,6		3.863,2	

Apesar da instabilidade e degradação do enquadramento económico e da volatilidade dos mercados financeiros, as necessidades de capital económico (após benefícios de diversificação) registavam, no final de 2011, uma redução de 3,0% face a dezembro de 2010.

A posição de capital económico no final de 2011 é essencialmente explicada pela (o):

- Diminuição significativa das necessidades de capital económico associadas ao risco de liquidez, por via da redução do gap comercial registada em 2011;
- Decréscimo das necessidades de capital relativas ao risco do Fundo de Pensões de Benefício Definido, dada a transferência, para a Segurança Social, das responsabilidades com pensões dos reformados e pensionistas, ocorrida em 31 de dezembro de 2011;
- Aumento, também importante, das necessidades de capital relativas ao risco de taxa de juro da carteira bancária, fundamentalmente causado pelos elevados níveis de volatilidade verificados na carteira de Dívida Pública portuguesa e grega, decorrentes do risco soberano (que assim é medido no âmbito do risco de taxa de juro da carteira bancária).

Em 2012 o Grupo continuará a desenvolver e melhorar o modelo de capital económico principalmente no sentido de o dotar de maior sensibilidade aos riscos através da integração dos processos de autoavaliação e de testes de esforço, refletindo igualmente a recente dinâmica evolutiva do quadro regulamentar em que se destacam, entre outros, a imposição de novos mínimos aos rácios de capital, a atualização e reporte regulares dos testes de esforço (Banco de Portugal e Autoridade Bancária Europeia/EBA) e a necessidade da definição de planos de capital e liquidez.

ACOMPANHAMENTO E VALIDAÇÃO DE MODELOS

A Unidade de Controlo de Modelos (UCM) assegura o acompanhamento e a validação independente dos modelos de risco de crédito e de mercado. No primeiro caso, são também validados os sistemas de *rating* em que os modelos em causa se integram.

A estrutura de acompanhamento e validação implementada envolve ainda os responsáveis pelos modelos (*model owners*), os responsáveis pelos sistemas de *rating* (*rating system owners*), os Comitês de Validação, a Comissão de Risco e a Direção de Auditoria.

Durante o ano de 2011, realizaram-se diversas ações de acompanhamento e validação dos modelos de risco de crédito e de mercado. No caso dos modelos de risco de crédito, estas ações incidiram sobre modelos para as classes de risco "Empresas" e "Carteira de Retalho", no que se refere às suas principais componentes de estimação, tanto para modelos utilizados em Portugal como para os de algumas subsidiárias sediadas no exterior.

No âmbito deste processo, os modelos de maior relevância são os relativos à estimação das Probabilidades de Incumprimento (PD) – como sejam os modelos para os subsegmentos *Large Corporate*, *Small* e *Mid Corporate*, os modelos aplicáveis à carteira de Promoção Imobiliária e os modelos comportamentais TRIAD –, os modelos para apuramento das estimativas de LGD e os modelos para estimação dos Fatores de Conversão de crédito fora de balanço (CCF – *Credit Conversion Factors*).

As ações de acompanhamento e validação desenvolvidas visam igualmente monitorizar e aprofundar o conhecimento sobre a qualidade dos modelos, por forma a reforçar a capacidade de reação atempada face a alterações nas respetivas faculdades preditivas, permitindo assim ao Grupo reforçar a confiança na utilização e desempenho de cada um dos modelos e nos sistemas de *rating* implementados.

Saliente-se, ainda, que a UCM segue um plano anual de validações proposto à Comissão de Risco e por esta aprovada, em função das necessidades identificadas internamente, bem como de recomendações específicas do Banco de Portugal nesta matéria.

PROGRAMA ESPECIAL DE INSPEÇÕES (SIP)

Nos termos do Programa de Assistência Económica e Financeira, assinado em maio de 2011, entre o Estado Português e a *Troika* constituída pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, o Banco de Portugal estabeleceu um Programa Especial de Inspeções, cuja implementação foi levada a cabo em três vertentes (*workstreams*) complementares, concorrendo em paralelo para a avaliação da solvabilidade das instituições e incidindo sobre as contas do Banco em 30 de junho de 2011:

- Avaliação da carteira de crédito, com enfoque quer nas políticas, procedimentos e controlos de gestão do risco de crédito, quer na avaliação da imparidade individual e coletiva constituída pelos bancos;
- Avaliação dos sistemas e procedimentos de cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito sob ambos os métodos Padrão e IRB;
- Avaliação do modelo de testes de esforço dos bancos.

O Banco dedicou especial atenção ao desenvolvimento deste projeto, tendo criado uma equipa multidisciplinar para o seu acompanhamento, envolvendo elementos de diversas direções, em especial do Risk Office, das Direções de Auditoria Interna e de Crédito, com reporte semanal a um *Steering Committee* envolvendo elementos do Conselho de Administração Executivo.

As duas primeiras vertentes do SIP encontram-se concluídas, tendo o Banco de Portugal divulgado os respetivos resultados a 16 de dezembro de 2011.

No que respeita à vertente de análise da carteira de crédito do Banco foram identificadas necessidades de reforço de imparidades no montante de 381 milhões de euros, correspondendo a 0,7% do montante total dos créditos analisados e 16,0% do valor da imparidade da carteira abrangida pela análise, os quais foram integralmente relevados nas contas de 2011.

Foi ainda confirmada a adequação global das políticas e procedimentos de gestão e controlo do risco de crédito do Banco, tendo sido identificadas oportunidades de melhoria pontuais.

Quanto à segunda vertente do SIP, relativa à revisão do cálculo de requisitos de fundos próprios para riscos de crédito, foram identificadas correções pontuais no montante de 1,3% do valor total estimado dos ativos ponderados pelo risco. Estes efeitos encontram-se também integralmente refletidos nos valores apurados no final de 2011.

Finalmente, a terceira vertente do SIP, enfocando nas metodologias e práticas dos exercícios de testes de esforço encontra-se ainda decorrer, prevendo-se a sua conclusão no final de fevereiro de 2012.

RISCO DE CRÉDITO

A ocorrência deste risco materializa-se em perdas originadas pela carteira de crédito, dada a incapacidade dos tomadores de empréstimos (ou dos seus garantes, quando existam, ou dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos) em cumprir com as suas obrigações.

Trata-se de um risco muito relevante e de elevada representatividade em termos da exposição global ao risco do Grupo.

O controlo e a mitigação deste risco fazem-se, por um lado, através de uma sólida estrutura de análise e avaliação de riscos – por sistemas internos de *rating* adequados aos diversos segmentos do negócio e por um modelo de deteção antecipada da potencial sinistralidade da carteira – e, por outro, através de unidades de estrutura exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito, para as situações de incumprimento ocorridas.

Destacam-se, em 2011, as seguintes atividades, desenvolvidas no âmbito do reforço das práticas de avaliação, acompanhamento e controlo do risco de crédito, nos diversos segmentos da carteira:

- Arranque efetivo do cálculo dos RWA com base no método IRB, no seguimento das autorizações concedidas pelo Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2010;
- Avaliação do processo de medição e acompanhamento do risco de crédito por parte de um consultor externo;
- Atualização permanente dos normativos internos de gestão de risco de crédito, com emissão de novos normativos sobre o processo de análise da imparidade individual e sobre a imparidade em títulos de investimento e participações de capital;
- Desenvolvimento de novos modelos de *rating* para os segmentos *Small* e *Mid Corporate*, com abordagem específica para o setor da construção civil;
- Desenvolvimento de novos modelos de *scoring* aplicacional para o segmento de PME Retalho;
- Revisão do modelo de *rating* para o segmento *Large Corporate*, com introdução de diversas melhorias ao nível dos módulos que o integram;
- Realização de um exercício de validação conceptual do modelo *Large Corporate*, complementado com *benchmarking* dos *ratings* internos, a cargo de uma entidade externa;
- Avaliação, para efeitos de *rating*, da carteira de Promoção Imobiliária com recurso a novos modelos específicos;
- Atualização das estimativas de LGD para as posições em risco da classe de risco "Carteira de Retalho" e apuramento de estimativas para a classe de risco "Empresas"; estes trabalhos foram executados com base em informação da recuperação de crédito recolhida automaticamente através de um processo desenvolvido com a colaboração de um consultor externo;

- Preparação e finalização da candidatura para extensão da utilização da metodologia IRB no apuramento dos RWA, relativamente a subclasses de risco "Carteira de Retalho" ainda não abrangidas pelo referido método e à carteira de Promoção Imobiliária, bem como para a utilização de estimativas próprias de LGD para a classe de risco "Empresas".

Relativamente à evolução deste risco, 2011 foi um ano em que o desenvolvimento das condições económico-financeiras em Portugal e na Grécia influenciou negativamente a qualidade da carteira de crédito, tanto de particulares como de empresas, pelo que os níveis de incumprimento e de provisões para imparidade do crédito registaram aumentos relevantes. O quadro seguinte ilustra a evolução trimestral (desfavorável nestes dois países) dos indicadores de risco de crédito ao longo do ano, desde o final de 2010.

	DEZ.10	MAR.11	JUN.11	SET.11	DEZ.11
Portugal					
Crédito em Incumprimento/Crédito Total (*)	2,90%	3,29%	3,78%	4,38%	4,58%
Crédito Vencido (NPL) > 90 dias/Crédito Total	6,28%	6,81%	7,82%	8,69%	8,44%
Imparidade/Crédito Total	3,23%	3,43%	3,98%	4,24%	5,09%
Polónia					
Crédito Vencido (NPL) > 90 dias/Crédito Total	2,75%	2,89%	2,92%	2,66%	2,24%
Imparidade/Crédito Total	3,09%	3,15%	3,08%	2,94%	2,87%
Grécia					
Crédito Vencido (NPL) > 90 dias/Crédito Total	7,75%	9,28%	9,67%	11,44%	12,88%
Imparidade/Crédito Total	2,46%	2,72%	2,96%	3,52%	4,32%

(*) Rácio do Banco de Portugal.
NPL = Non-performing loans.

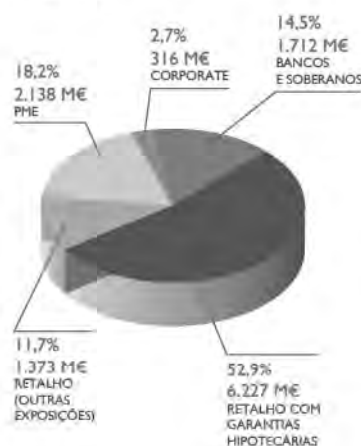
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a decomposição das carteiras de crédito em 31 de dezembro de 2011 por segmentos de exposição (Basileia II), nos principais países em que o Grupo opera e em termos de EAD (*Exposure at Default*).

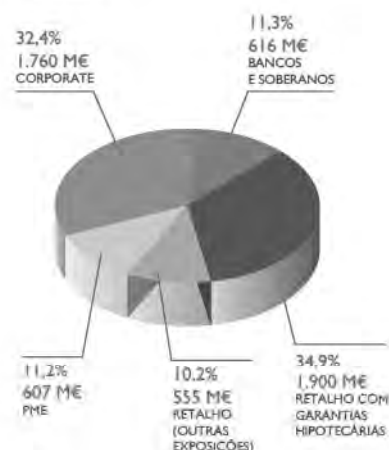
PORTUGAL



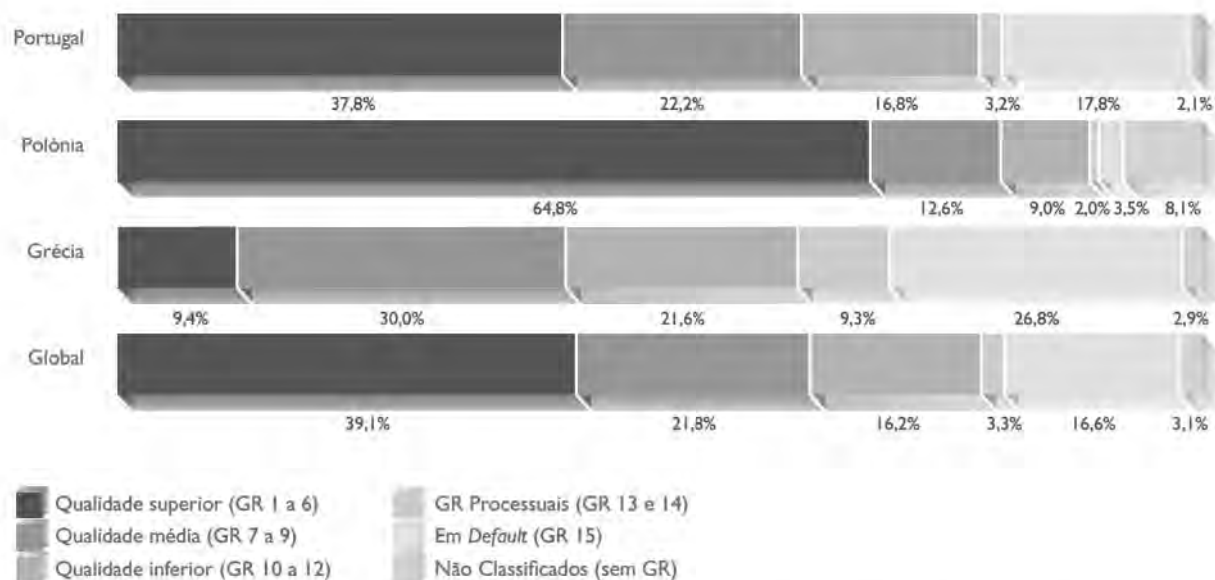
POLÓNIA



GRÉCIA

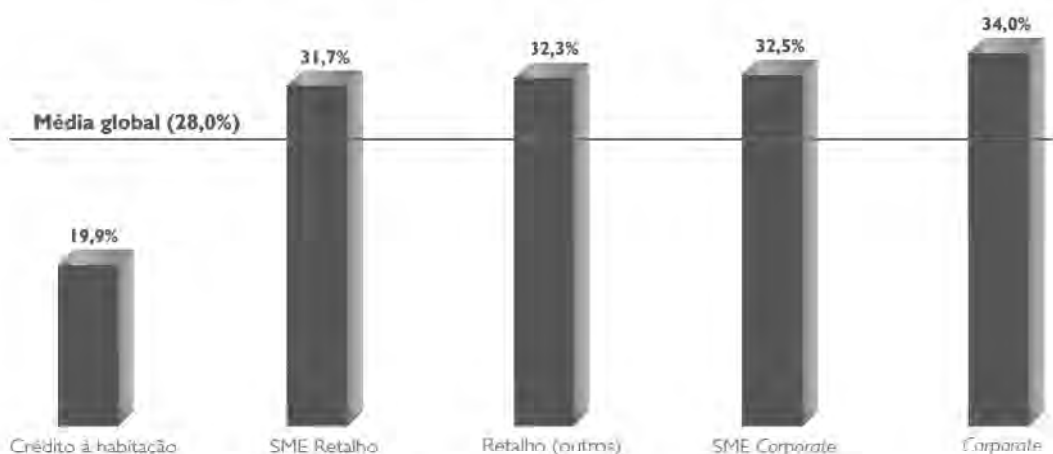


No que se refere à distribuição destas exposições por qualidade dos riscos, medida pelos graus de risco (GR) internos atribuídos, a posição em 31 de dezembro de 2011 em cada um dos três principais países é dada pelo seguinte gráfico:



Não considerando exposições a Bancos e Soberanos e outras exposições tratadas pelo método Padrão para efeitos de cálculo de requisitos de capital regulamentar.

No que se refere às LGD, as médias por segmento de exposição, em Portugal – resultantes do cálculo de capital regulamentar e baseadas nas estimativas apuradas a partir das perdas efetivamente verificadas (i.e. dos dados da recuperação de crédito) – são dadas pelo gráfico seguinte:



RISCO DE CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

Os valores relativos à concentração de crédito em 31 de dezembro de 2011 – medida pelo peso das 20 maiores exposições líquidas (*Net Exposure*) sobre os Fundos Próprios consolidados ou, alternativamente, pelo peso destas exposições sobre a exposição total (em termos de EAD, para Portugal, Polónia e Grécia) – são apresentados no quadro seguinte:

Grupos de Clientes	Peso da exposição líquida em Fundos Próprios	Peso da exposição no total (EAD)
Grupo 1	9,8%	1,3%
Grupo 2	6,5%	1,0%
Grupo 3	6,2%	1,0%
Grupo 4	3,4%	0,6%
Grupo 5	2,8%	0,4%
Grupo 6	2,8%	0,7%
Grupo 7	2,7%	0,5%
Grupo 8	2,7%	0,5%
Grupo 9	2,4%	0,5%
Grupo 10	2,4%	0,4%
Grupo 11	2,3%	0,5%
Grupo 12	2,3%	0,4%
Grupo 13	2,2%	0,4%
Grupo 14	2,2%	0,3%
Grupo 15	1,8%	0,3%
Grupo 16	1,8%	0,3%
Grupo 17	1,8%	0,3%
Grupo 18	1,7%	0,3%
Grupo 19	1,7%	0,2%
Grupo 20	1,6%	0,3%
TOTAL	61,0%	10,1%

Face ao final de 2010, o peso global da EAD destas 20 maiores exposições líquidas no total de EAD para Portugal, Polónia e Grécia (de 10,1%) traduz uma estabilidade da concentração de exposição creditícia para estes maiores Clientes (era 9,4% no final de 2010). Tal resulta dos esforços do Grupo em reduzir a exposição creditícia, que assume particular enfoque nos maiores devedores. Globalmente, nos três países referidos, a redução de exposição (EAD) foi na ordem de 3.900 milhões de euros.

No que se refere ao peso destas 20 maiores exposições líquidas sobre o total de Fundos Próprios consolidados, verifica-se um agravamento neste indicador (que era de 49,7% no final de 2010), embora o valor da exposição líquida destes 20 Clientes tenha aumentado apenas 50 milhões de euros em termos absolutos. Assim, esta evolução deve-se sobretudo à redução dos Fundos Próprios consolidados, que diminuíram de forma relevante entre os dois finais de ano.

Recorde-se que os requisitos do Banco de Portugal em matéria de risco de concentração de crédito encontram reflexo nas políticas de gestão e controlo de risco do Grupo através da fixação de limites para os pesos das exposições creditícias, através de normativo interno, que visam mitigar a concentração deste risco. Neste sentido, o posicionamento das maiores exposições face aos limites de concentração estipulados é regularmente monitorizado pelo Risk Office e reportado à Comissão para as Matérias Financeiras e à Comissão de Risco.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional materializa-se pela ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequação dos processos, sistemas ou pessoas ou, ainda, de eventos externos.

Na gestão deste tipo de risco, o Grupo adota princípios e práticas devidamente documentados, que se traduzem em mecanismos de controlo passíveis de melhoria contínua. Assim, deste *framework* fazem parte elementos como sejam:

- A segregação de funções;
- As linhas de responsabilidade e respetivas autorizações;
- A definição de limites de tolerância e de exposição aos riscos;
- Os códigos deontológicos e de conduta;
- Os exercícios de autoavaliação dos riscos (RSA – *risks self-assessment*);
- Os indicadores de risco (KRI – *key risk indicators*);
- Os controlos de acessos, físicos e lógicos;
- As atividades de reconciliação;
- Os relatórios de exceção;
- Os planos de contingência;
- A contratação de seguros;
- A formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Ao longo de 2011, o Grupo continuou a dinamizar iniciativas com vista a melhorar a eficiência na identificação, avaliação, controlo e mitigação das exposições, através do reforço e alargamento do âmbito de aplicação do sistema de gestão de risco operacional implementado em Portugal e nas principais operações no exterior;

O acompanhamento dos riscos operacionais, por parte do Risk Office do Grupo, é facilitado por via de um aplicativo informático para suporte à gestão do risco operacional que é comum às operações em que este *framework* foi adotado, garantindo-se um elevado nível de uniformidade, ainda que se registem estádios de evolução diferenciados que decorrem da implementação faseada do referido sistema de gestão e das prioridades atribuídas em função da materialidade das exposições nas diversas subsidiárias.

Em 2011, destacam-se as seguintes concretizações, no domínio dos principais elementos de gestão do risco operacional:

- Consolidação da base de dados de eventos nas principais operações do Grupo;
- Realização de novos exercícios de RSA em Portugal, na Polónia, na Grécia, na Roménia e em Moçambique;
- Utilização de KRI para a monitorização preventiva dos riscos dos principais processos em Portugal, Polónia, Grécia e Roménia;
- Incorporação mais efetiva da informação proporcionada pelos instrumentos de gestão do risco na identificação de melhorias nos mecanismos que contribuem para reforçar o ambiente de controlo dos processos;
- Aumento do nível de automatização do processo de cálculo do Indicador Relevante (*gross income*) e da repartição do mesmo por segmento de atividade, para apuramento dos requisitos de capital regulamentar para risco operacional e reforço dos mecanismos de validação dos resultados,

ESTRUTURA DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

O sistema de gestão do risco operacional assenta, desde a sua génese, numa estrutura de processos *end-to-end*, considerando-se que uma visão transversal às unidades funcionais da estrutura organizacional é a abordagem mais adequada para percecionar os riscos e estimar o efeito das medidas corretivas introduzidas para os mitigar;

Além disso, este modelo de processos suporta também outras iniciativas estratégicas relacionadas com a gestão deste risco, como são o caso da certificação da qualidade dos principais produtos e serviços oferecidos (ISO 9001), das ações para melhoria da eficiência operativa e da gestão da continuidade do negócio.

Assim, as principais subsidiárias do Grupo têm definida a sua própria estrutura de processos, a qual é periodicamente ajustada em função da evolução do negócio, para assegurar uma adequada cobertura das atividades de negócio (ou de suporte ao negócio) desenvolvidas.

A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a *process owners* (secundados por *process managers*), que têm por missão caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, monitorizar os respetivos KRI, realizar os exercícios de RSA, bem como identificar e implementar as ações adequadas para mitigação das exposições ao risco operacional, contribuindo assim para o reforço dos mecanismos de controlo e para a melhoria do ambiente de controlo interno.

Em Portugal, os *process owners* são designados pelo Comité de Acompanhamento de Processos (CAP), com base no reconhecimento dos seus conhecimentos e experiência profissional no domínio das atividades desenvolvidas no seio dos processos pelos quais são responsáveis. O CAP tem ainda as seguintes responsabilidades:

- Aprovar a definição dos *dossiers* de processo;
- Aprovar a instituição de novos processos, definindo, caso a caso, a necessidade da respetiva certificação ISO9001 e identificando os processos que, fora da certificação, devam ter medição de desempenho (KPI – *key performance indicators*);
- Alinhar as práticas da gestão por processos com a realidade das unidades de estrutura intervenientes nos mesmos;
- Assegurar a produção, manutenção e divulgação interna de documentação e informação relativa à gestão por processos;
- Aprovar as alterações aos processos já instituídos, bem como o desenho de novos processos.

Nas restantes operações do Grupo, a nomeação dos *process owners* cabe aos respetivos Conselhos de Administração ou aos órgãos em que estes deleguem essa competência.

AUTOAVALIAÇÃO DOS RISCOS OPERACIONAIS (RSA)

O objetivo dos exercícios de RSA é o de promover a identificação e a mitigação (ou eliminação) de riscos, atuais ou potenciais, no âmbito de cada processo, através da classificação de cada uma de 20 subtipologias de risco operacional consideradas. Essas classificações são posicionadas numa matriz de tolerância ao risco, considerando-se o pior caso que pode ocorrer em cada processo (*worst case event*), para três diferentes cenários. Tal permite:

- Avaliar o risco inerente dos vários processos, que não considera a influência dos controlos existentes (Risco Inerente);
- Determinar a influência do ambiente de controlo instalado na redução do nível das exposições (Risco Residual);
- Identificar o impacto das oportunidades de melhoria na redução das exposições mais significativas (Risco Objetivo).

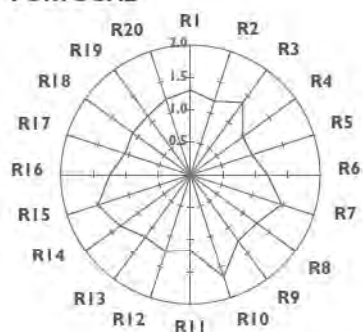
Os exercícios de RSA são realizados através de *workshops*, dinamizados pelo Risk Office e com a participação dos *process owners* e *process managers*, ou através de respostas a questionários enviados aos *process owners* para revisão dos resultados de RSA anteriores, em função de critérios de atualização pré-definidos.

Em 2011, foram realizados novos exercícios de RSA nas principais operações do Grupo – designadamente, em Portugal, na Polónia, na Grécia, na Roménia e em Moçambique – o que permitiu atualizar a medição da exposição aos riscos operacionais nos vários processos definidos para cada uma dessas operações, bem como identificar ações de melhoria para mitigar as exposições classificadas acima dos limites de tolerância definidos, com vista a reduzir a respetiva frequência ou severidade (ou ambas).

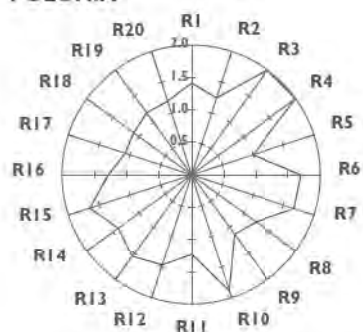
A estas ações será atribuída uma ordem de prioridade em função da avaliação realizada e a respetiva implementação será monitorizada através do aplicativo de suporte à gestão do risco operacional.

Nos gráficos seguintes são apresentados os resultados dos RSA realizados, designadamente, o *score* médio para cada uma das 20 subtipologias de risco operacional consideradas, no conjunto dos processos de cada geografia. A linha exterior representa um *score* de 2, numa escala de 1 (menor exposição) a 5 (maior exposição).

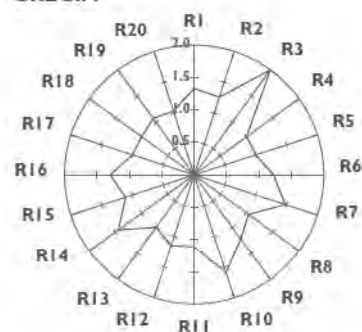
PORTUGAL



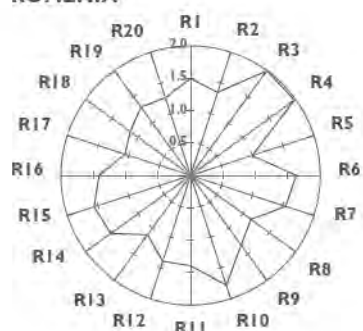
POLÓNIA



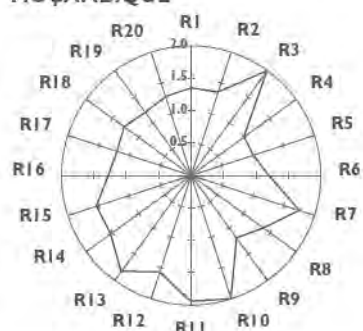
GRÉCIA



ROMÉNIA



MOÇAMBIQUE

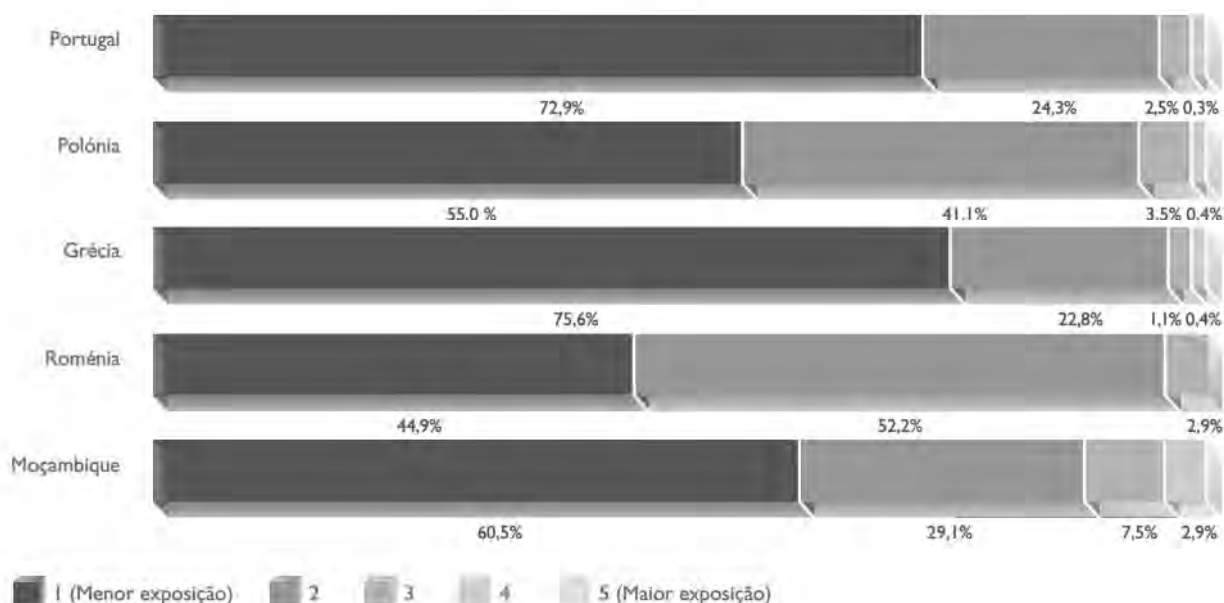


R1 Fraude interna e roubo
R2 Execução de transações não autorizadas
R3 Relações com Colaboradores
R4 Violação dos regulamentos de higiene e segurança
R5 Discriminação sobre Colaboradores
R6 Perda de Colaboradores-chave
R7 Hardware e software

R8 Infraestruturas de comunicações
R9 Segurança de sistemas
R10 Execução e manutenção de transações
R11 Monitorização e reporte
R12 Relações com Clientes
R13 Conceção de produtos/serviços
R14 Fraude externa e roubo
R15 Desastres e danos nos ativos

R16 Obrigações regulamentares, legais e fiscais
R17 Práticas comerciais ou de mercado incorretas
R18 Riscos de projetos
R19 Outsourcing
R20 Outros problemas de relações com terceiros

Outra visão destes resultados, mais agregada, para a globalidade dos 20 subtipos de risco operacional, no conjunto dos processos de cada geografia, é ilustrada pela seguinte figura:



CAPTURA DE PERDAS OPERACIONAIS

A captura (i.e., a identificação, registo e caracterização) de perdas operacionais e dos eventos que lhes deram origem, levada a cabo pelo Grupo nas operações cobertas pelo *framework* de gestão de risco operacional, tem por objetivo reforçar a consciencialização para este risco e facultar informação relevante aos *process owners*, destinada a ser incorporada na gestão dos seus processos, sendo um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco. Acresce ainda que os dados das perdas operacionais são utilizados para *backtesting* dos resultados dos RSA, possibilitando aferir a avaliação/classificação atribuída às subtipologias de risco, em cada processo.

A deteção e reporte das perdas operacionais é uma responsabilidade de todos os Colaboradores do Grupo, cabendo aos *process owners* um papel determinante na dinamização desses procedimentos no âmbito dos processos pelos quais são responsáveis. A identificação e captura de eventos de perdas operacionais são também promovidas pelos Risk Offices (do Grupo e locais), com base em dados facultados por áreas centrais.

Assim, os eventos identificados em que as perdas, efetivas ou potenciais, superem os limites de materialidade definidos (para cada geografia), são registados na base de dados de perdas operacionais do Grupo, relacionados com um processo e com uma das 20 subtipologias de risco operacional, sendo caracterizados pelos *process owners* e *process managers* do respetivo processo. Essa caracterização inclui, para além da descrição da respetiva causa-efeito, a valorização da perda e, quando aplicável, a descrição da ação de melhoria identificada (a partir da análise da causa da perda), destinada a mitigar o risco.

O perfil das perdas acumuladas na base de dados até 31 de dezembro de 2011 é apresentado nas figuras seguintes, evidenciando que a maioria das perdas teve por origem falhas processuais e causas externas, bem como o facto de que uma grande proporção dos eventos de perda operacional apresentou materialidade reduzida (inferior a 20.000 euros):

INDICADORES DE RISCO (KRI)

Os KRI são métricas que alertam para alterações do perfil dos riscos ou da eficácia dos controlos e, por essa via, permitem identificar a necessidade de introduzir ações corretivas sobre os processos, para prevenir que riscos potenciais se materializem em perdas efetivas.

A utilização deste instrumento de gestão tem vindo a ser alargada a cada vez mais processos, estando já abrangidos os mais relevantes nas principais operações do Grupo (Portugal, Polónia, Grécia e Roménia). Está previsto alargar este instrumento a um primeiro conjunto de processos em Moçambique, em 2012.

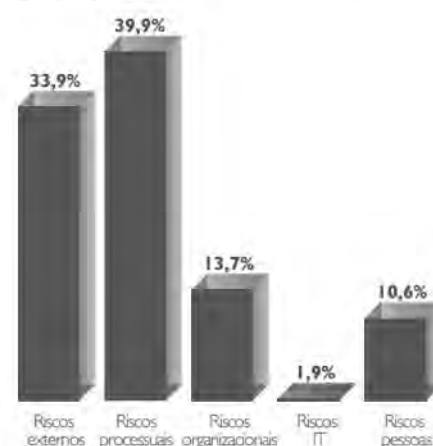
A informação sobre os indicadores identificados está consolidada numa "biblioteca de KRI", destinada a ser partilhada pelas diversas entidades do Grupo, englobando atualmente mais de quatrocentos indicadores, utilizados para monitorizar os riscos dos principais processos.

PLANOS DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

No âmbito da gestão da continuidade do negócio (*Business Continuity Management*) foi já conduzida a definição e implementação de planos destinados a assegurar a continuidade da execução das principais atividades de negócio (e suporte ao negócio) em caso de catástrofe ou de importante contingência.

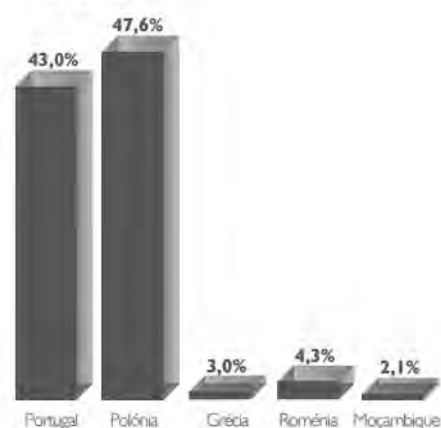
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DAS PERDAS

Por causa



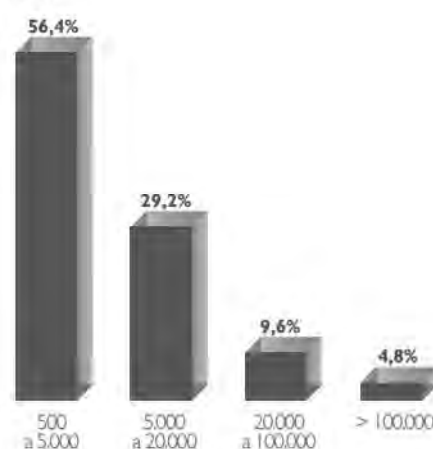
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DAS PERDAS

Por geografia



DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DAS PERDAS

Por montante
Euros



Estes planos de continuidade são regularmente testados e atualizados, para as suas duas componentes complementares – o *Disaster Recovery Plan*, relativo a sistemas e infraestruturas de comunicações e o *Business Continuity Plan*, relativo a pessoas, instalações e equipamentos – definidas para um conjunto de processos abrangidos, considerados críticos.

Em 2011, foi concluído o primeiro ciclo bienal do programa de exercícios, os quais se revestem de grande importância para melhorar a capacidade de resposta a incidentes e adequar os cenários utilizados nos próprios exercícios, dado o aprofundamento da relação entre a recuperação do negócio, a recuperação tecnológica e a resposta de emergência. Estes exercícios integrados envolveram cenários com complexidade crescente, incluindo a realização em localizações alternativas das atividades incluídas em processos críticos.

CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

A contratação de seguros para riscos de natureza patrimonial, pessoal ou relacionados com responsabilidades perante terceiros é também um instrumento relevante de gestão do risco operacional, tendo por objetivo a transferência – total ou parcial – de riscos.

As propostas para a contratação de novos seguros são submetidas pelos *process owners* no âmbito das respetivas competências para a gestão do risco operacional inerente aos seus processos ou apresentadas pelos responsáveis de área ou de unidade orgânica, sendo analisadas pela Comissão de Risco e autorizadas pelo CAE.

As funções técnicas e comerciais especializadas no âmbito da contratação de seguros estão atribuídas à Unidade de Gestão de Seguros, uma unidade especializada e transversal a todas as entidades do Grupo localizadas em Portugal. Esta unidade e o Risk Office partilham informação com o objetivo de reforçar as coberturas das apólices, bem como a qualidade da base de dados de perdas operacionais.

RISCOS DE MERCADO

Os riscos de mercado consistem nas perdas potenciais que ocorram numa determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juro ou de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respetivas volatilidades.

Para efeitos de análise de rentabilidade e da quantificação e controlo dos riscos de mercado, são definidas as seguintes “áreas de gestão” para cada entidade do Grupo:

- **Negociação:** gestão das posições cujo objetivo é a obtenção de ganhos a curto prazo, através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionam-se sem restrições e podem ser precisa e frequentemente avaliadas. Nas posições em causa incluem-se os títulos e os derivados de atividades de vendas;
- **Financiamento:** gestão dos financiamentos institucionais (*wholesale funding*) e das posições de mercado monetário;
- **Investimento:** gestão de todas as posições em títulos a deter até à maturidade (ou durante um período alargado de tempo) ou que não sejam transacionáveis em mercados líquidos;
- **Comercial:** gestão das posições resultantes da atividade comercial com Clientes;
- **Estrutural:** gestão de elementos de balanço ou de operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das áreas de gestão anteriormente referidas;
- **ALM:** gestão de ativos e passivos (*Assets and Liabilities Management*).

A definição destas áreas permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação (*Trading Book*) e bancária (*Banking Book*), bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada, de acordo com o respetivo contexto.

De modo a garantir que os níveis de risco incorridos nas diversas carteiras do Grupo estão de acordo com os níveis pré-definidos de tolerância ao risco, são estabelecidos, com periodicidade mínima anual, vários limites para riscos de mercado que se aplicam a todas as carteiras do modelo de gestão sobre as quais os riscos incidem.

Estes limites são definidos com base nas métricas de risco de mercado utilizadas pelo Grupo para controlo e monitorização do mesmo, sendo acompanhados numa base diária (ou intradiária, no caso das áreas de mercados financeiros – as de Negociação e de Financiamento) pelo Risk Office.

Para além destes limites de risco, são ainda definidos limites de *stop loss* para as áreas de mercados financeiros, com base em múltiplos dos limites de risco definidos para as mesmas, visando limitar as perdas máximas que podem ocorrer nestas áreas. Quando estes limites são atingidos, é obrigatória uma revisão da estratégia e dos pressupostos relativos à gestão das posições em causa.

RISCOS DE MERCADO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

O Grupo utiliza uma medida integrada de riscos de mercado que permite uma monitorização de todas as subtipologias de risco consideradas relevantes. Esta medida integra a avaliação dos seguintes tipos de risco: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de mercadorias.

Cada um destes subtipos de risco é medido individualmente, utilizando-se um modelo de risco adequado, sendo a medida integrada apurada a partir das medidas de cada subtipo sem considerar qualquer tipo de diversificação entre os quatro subtipos (abordagem de *worst case scenario*).

Para a medição diária do risco genérico de mercado – relativo a risco de taxa de juro, risco cambial, risco de ações e risco de preço dos *Credit Default Swaps* – é utilizado um modelo de VaR (*Value-at-Risk*), baseado na aproximação paramétrica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics (1996), sendo que esta abordagem considera um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%.

Nesta metodologia, a estimação da volatilidade de cada um dos fatores de risco de mercado (e das respetivas correlações) considerados no modelo é efetuada por um modelo econométrico de estimação EWMA, com um período de observação de um ano e um ponderador temporal (λ) de 0,94. A adequação deste parâmetro é aferida regularmente por metodologia *Standard*, verificada pela Unidade de Controlo de Modelos.

Adicionalmente, é também aplicada uma metodologia desenvolvida internamente, a qual replica o efeito que os principais elementos não-lineares das posições em opções podem ter no apuramento dos resultados das diversas carteiras em que estão incluídas, de uma forma semelhante ao considerado na metodologia VaR, utilizando-se o mesmo horizonte temporal e os mesmos níveis de significância.

O risco específico e o risco de mercadorias são medidos através das metodologias *Standard* definidas na regulamentação aplicável (decorrente do Acordo de Basileia II), com a correspondente alteração do horizonte temporal considerado.

São assim apurados os valores em risco, quer em base individual, quer em termos consolidados, considerando-se os efeitos de diversificação das diferentes carteiras. Note-se que esta abordagem à avaliação de riscos de mercado é também aplicada às restantes carteiras das áreas de gestão (e não apenas à área de Negociação), nos casos em que as respetivas carteiras incorram neste tipo de riscos.

No quadro seguinte apresentam-se os valores em risco medidos pelas metodologias referidas, para a carteira de negociação, entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011:

RISCOS DE MERCADO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Milhares de euros

	Dez. 11	'11		'10	
		Média	Máximo	Mínimo	Dez. 10
RISCO GENÉRICO (VaR)	5.023,4	3.341,8	12.323,3	1.404,7	12.518,7
Risco de taxa de juro	5.051,1	2.742,7	11.971,0	1.342,7	12.332,2
Risco cambial	1.761,2	1.527,4	1.697,5	512,7	1.484,8
Risco de ações	664,4	825,9	574,0	614,0	609,9
Efeito de diversificação	2.453,3	1.754,1	1.919,1	1.064,7	1.908,1
RISCO ESPECÍFICO	1.298,5	969,9	2.861,9	520,0	2.179,7
RISCO NÃO LINEAR	379,8	177,7	1.041,9	6,1	296,8
RISCO DE COMMODITIES	4,3	5,2	10,7	0,0	3,1
RISCO GLOBAL	6.706,0	4.494,6	14.853,9	2.501,9	14.998,3

Notas:

- Período de detenção de 10 dias e 99% de nível de confiança.

- Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium, Millennium bank Greece e Banca Millennium (Roménia).

Durante o ano de 2011, o risco da carteira de negociação do Grupo manteve-se, em grande medida, em níveis materialmente reduzidos. No entanto, ocorreram alguns momentos de pico destes riscos, devido à ocorrência de aumentos acentuados da volatilidade de mercado observada. Em termos gerais, mantiveram-se as tendências do ano anterior, com subidas da volatilidade nos mercados de dívida pública e acionista, ao que o Banco contrapôs uma política bastante prudente em termos de dimensionamento da carteira de negociação.

Apesar dos constrangimentos da evolução de mercado, o nível de risco da carteira de negociação não ultrapassou os limites estabelecidos para a respetiva gestão.

STRESS TESTS SOBRE A CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Em complemento ao apuramento do VaR, o Grupo testa de forma contínua um conjunto alargado de cenários de esforço (*stress scenarios*), analisando os respetivos resultados com vista à identificação de concentrações de risco não capturadas pelo modelo VaR e, também, para testar outras possíveis dimensões de perda.

Os resultados destes testes sobre a carteira de negociação do Grupo, em 31 de dezembro de 2011, foram os seguintes:

TESTES DE ESFORÇO SOBRE A CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Milhões de euros

Cenários testados	Cenário com resultado negativo	Resultado
Variação paralela da curva de rendimentos em +/- 100 p.b.	- 100 p.b.	-2,9
Variação no declive da curva de rendimentos (para maturidades entre 2 e 10 anos) em +/- 25 p.b.	- 25 p.b.	-0,1
4 combinações possíveis dos 2 cenários anteriores	- 100 p.b. e - 25 p.b.	-3,0
	- 100 p.b. e + 25 p.b.	-2,8
Variação dos principais índices acionistas em +/- 30%	- 30%	-1,3
Variação das taxas de câmbio (em relação ao euro) em +/- 10% para as principais moedas e +/- 25% para as restantes moedas	= 10%, - 25%	= 1,2
Variação dos spreads dos swaps em +/- 20 p.b.	- 20 p.b.	-0,1

Os resultados destes testes de esforço indicam que a exposição da carteira de negociação do Grupo aos diversos fatores de risco considerados é limitada e que o principal risco a ter em conta é a depreciação das moedas estrangeiras face ao euro, em particular do zloti polaco e do leu romeno.

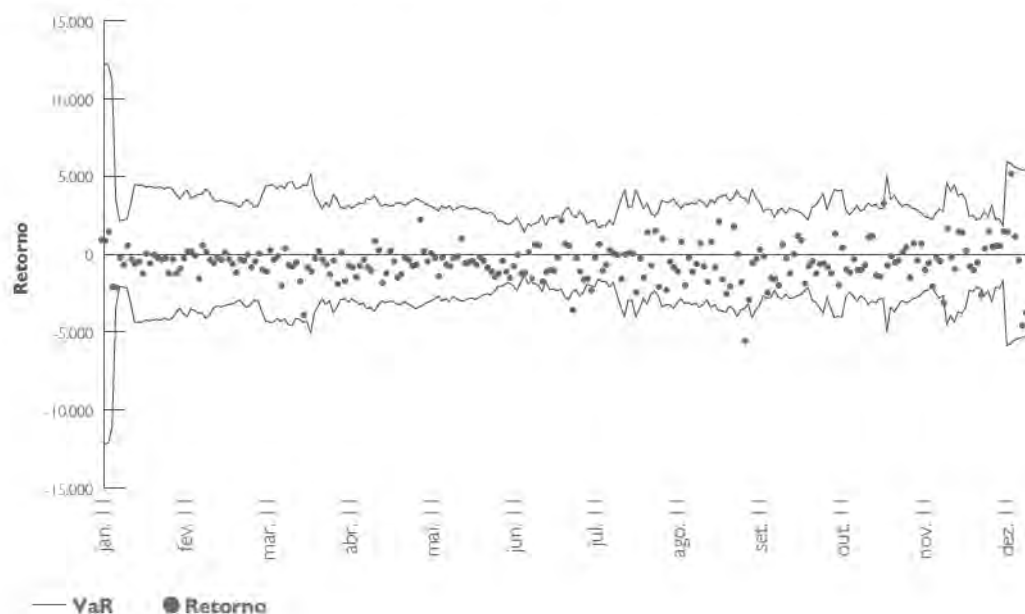
MONITORIZAÇÃO E VALIDAÇÃO DO MODELO VaR

De modo a assegurar que o modelo interno de VaR é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, são efetuadas diversas validações ao longo do tempo, com diferentes âmbitos e frequências, nos quais se incluem o *backtesting*, a estimação dos efeitos de diversificação e a análise da abrangência dos fatores de risco.

No gráfico seguinte, apresenta-se o *backtesting* hipotético para a carteira de negociação, através do qual se confrontam os indicadores de VaR com os resultados hipotéticos do modelo utilizado.

VaR (TRADING BOOK) – BACKTESTING HIPOTÉTICO

Milhares de euros



Como se poderá verificar através deste gráfico, apenas se observaram dois excessos de valor (1% de frequência em 249 dias úteis) sobre os resultados hipotéticos do modelo, o que confirma a adequação do mesmo para a avaliação dos riscos em causa.

RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efetuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado mensalmente, para o universo de operações que integram o Balanço consolidado do Grupo.

As variações das taxas de juro de mercado têm efeito ao nível da margem financeira do Grupo, tanto numa ótica de curto como de médio/longo prazo, afetando o valor económico da mesma numa perspetiva de longo prazo. Os principais fatores de risco advêm do *mismatch* de *repricing* das posições da carteira (risco de *repricing*) e da variação do nível das taxas de juro de mercado (*yield curve risk*). Para além disso – embora com menor impacto – existe o risco de variações desiguais em diferentes indexantes com o mesmo prazo de *repricing* (*basis risk*).

Por forma a identificar a exposição da carteira bancária do Grupo a estes riscos, a monitorização do risco de taxa de juro entra em linha de conta com as características financeiras das posições registadas nos sistemas de informação, sendo efetuada uma projeção dos respetivos *cash-flows* esperados de acordo com as datas de *repricing*, calculando-se assim o impacto no valor económico resultante de cenários alternativos de alteração nas curvas de taxas de juro de mercado.

No quadro seguinte é apresentado o impacto no valor económico dessa variação de taxas de juro, em cada uma das áreas de gestão da carteira bancária e para os diferentes prazos residuais das posições em causa.

IMPACTO DE UMA DESLOCAÇÃO DA CURVA DE RENDIMENTOS DE +100 P.B.

Gap de taxa de juro para o balanço em EUR

Milhares de euros

	Prazos residuais de repricing					Total
	< 1 A	1 – 3 A	3 – 5 A	5 – 7 A	> 7 A	
Atividade da Área Comercial	17.431,9	53.102,6	54.071,7	-2.671,6	-5.490,8	116.443,7
Atividade da Área Estrutural	-7.097,2	59.992,5	59.749,1	76.766,9	17.185,5	206.596,8
SUBTOTAL	10.334,7	113.095,0	113.820,7	74.095,3	11.694,8	323.040,5
Cobertura de risco	-22.118,5	-123.568,0	-110.861,0	-74.949,5	-15.992,1	-347.489,0
TOTAL COMERCIAL						
E ESTRUTURAL	-11.783,8	-10.472,9	2.959,7	-854,2	-4.297,3	-24.448,5
Carteira de Financiamento	47.520,6	1.560,1	638,2	4,8	162,1	49.885,8
Carteira de Investimento	-25.201,5	-15.578,3	-23.022,1	-7.133,1	-53.177,3	-124.112,4
ALM	-2.312,4	45.778,6	7.673,0	-19.308,3	-4.967,1	26.863,8
TOTAL DA CARTEIRA						
BANCÁRIA EM DEZ. 2011	8.222,9	21.287,5	-11.751,1	-27.290,9	-62.279,7	-71.811,4
Total da carteira bancária em dez. 2010	-9.371,5	-4.645,3	35.214,2	-43.965,8	-67.261,5	-90.030,0

Assim, a sensibilidade da carteira bancária às variações de taxa de juro do euro registou uma diminuição, assim medida no final de cada ano: em dezembro de 2010, a um aumento de taxas de juro de 100 b.p. correspondia uma perda de valor económico de cerca de 90 milhões de euros, que seria apenas de cerca de 72 milhões de euros em dezembro de 2011, para a mesma variação de taxas. Esta diminuição de sensibilidade é, em si, benéfica, ainda que não seja significativa.

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista a redução do *mismatch* de taxa juro das posições de risco associadas à carteira das áreas Comercial e Estrutural (operações de capital, de financiamento a médio/longo prazo, etc.).

As posições em risco que não são objeto de operações de cobertura específica em mercado são transferidas internamente para duas áreas de mercados (Financiamento e ALM), passando assim a fazer parte integrante das respetivas carteiras. Como tal, são avaliadas diariamente com base no modelo VaR.

RISCO CAMBIAL NA CARTEIRA BANCÁRIA

O risco cambial da carteira bancária é transferido internamente para área de Negociação (Tesouraria), de acordo com o modelo de especialização de riscos seguido pelo Grupo para a gestão do risco cambial do Balanço.

As únicas exposições a risco cambial que não são integradas nesta transferência – as participações financeiras de subsidiárias em moeda estrangeira – são cobertas casuisticamente por operações em mercado. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo tinha coberto as participações financeiras em USD, CHF e PLN (neste último caso, parcialmente).

RISCO DE AÇÕES NA CARTEIRA BANCÁRIA

Na carteira bancária, o Grupo mantém um conjunto de posições em ações com dimensão não significativa, que não se destinam a ser negociadas com objetivos de *trading*.

A gestão destas posições é feita por uma área específica do Grupo, sendo o risco das mesmas incluído na área de Investimento e controlado em base diária, através das métricas e limites definidos para controlo dos riscos de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

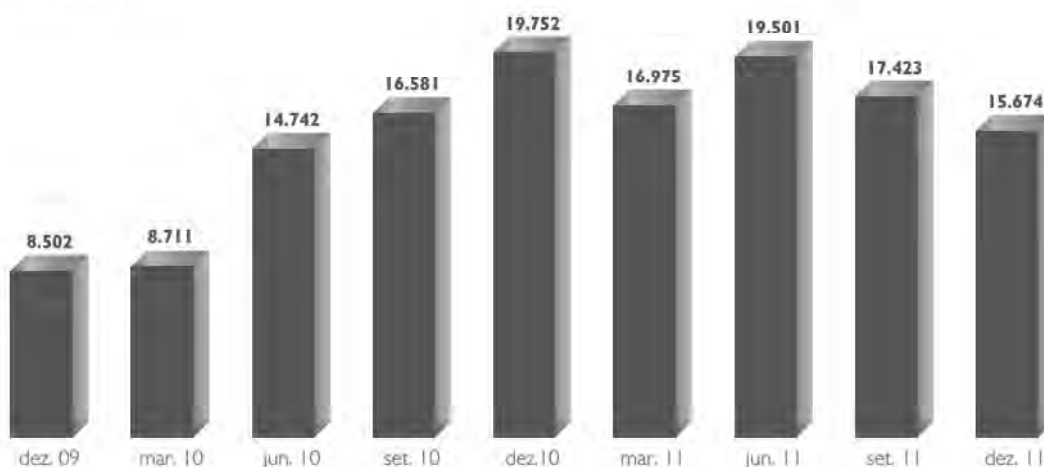
O risco de liquidez reflete a potencial incapacidade do Grupo em cumprir as suas obrigações no momento dos respetivos vencimentos sem incorrer em perdas significativas, decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda dos seus ativos por valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado).

Em 2011, e na sequência da situação verificada desde meados de 2010, os bancos portugueses continuaram sem acesso aos mercados tradicionais de financiamento. Deste modo, com o objetivo de reduzir o risco de *funding*, o Grupo adotou a diminuição do *gap* comercial (diferença entre recursos de clientes e crédito a clientes) como um dos principais *drivers* estratégicos em 2011. Deste modo, na atividade em Portugal, o *gap* comercial registou uma redução de 6,5 mil milhões de euros e na atividade consolidada reduziu-se em 7,8 mil milhões de euros.

Por outro lado, enquanto medida complementar para mitigação do risco de liquidez, foi mantida a política de reforço da pool de ativos descontáveis junto de bancos centrais já seguida em anos anteriores. No entanto, apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido – que envolveram, designadamente, a emissão e tomada de dívida garantida pela República Portuguesa (1,5 mil milhões de euros) – não foi possível assegurar a tendência de aumento de volume desta carteira de ativos, em virtude de uma conjunção de efeitos que reduziu o valor dos mesmos: as perdas de elegibilidade por descida de *ratings* (essencialmente, de emittentes portugueses) e as perdas significativas de valor de mercado que foram registadas em boa parte da carteira (nomeadamente, em títulos de taxa fixa). A evolução recente do volume de ativos descontáveis junto do BCE é ilustrada no gráfico seguinte:

ATIVOS ELEGÍVEIS PARA DESCONTO JUNTO DO BCE

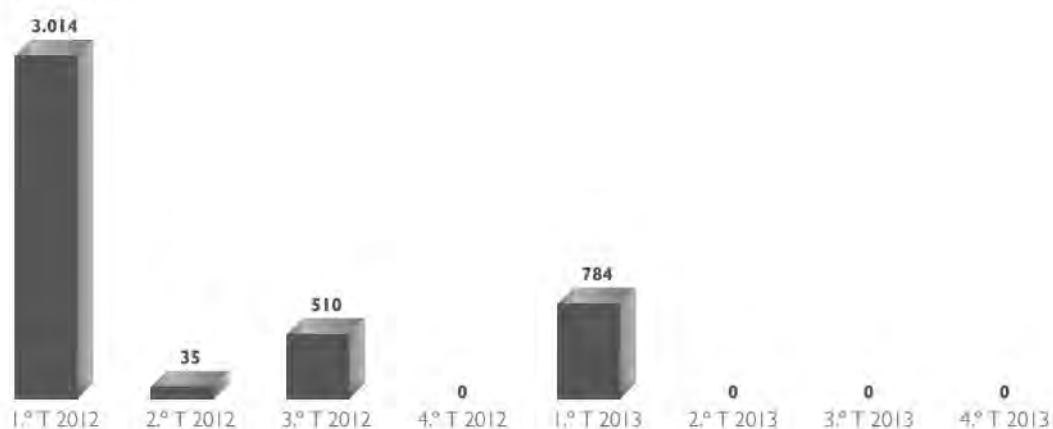
Após haircuts
Milhões de euros



A política de reforço da carteira de ativos descontáveis junto do BCE visa mitigar o risco de liquidez do Grupo, sendo permanentemente monitorizadas as necessidades futuras de fundos. No gráfico seguinte, por exemplo, ilustra-se a distribuição temporal dos vencimentos de dívida de médio/longo prazo em 2012 e 2013. O grande volume de vencimentos no primeiro trimestre de 2012 diz respeito, essencialmente, ao mês de janeiro, no qual se inclui o vencimento de duas emissões de EMTN, no montante de cerca de 1.960 milhões de euros.

DISTRIBUIÇÃO TRIMESTRAL DE VENCIMENTOS (2012-2013)

Dívida de médio/longo prazo
Milhões de euros



Quanto à estrutura de *wholesale funding* do Grupo, a mesma é definida para cada período anual pelo Plano de Liquidez, o qual faz parte integrante do processo de orçamentação, sendo formulado a nível consolidado e para as principais subsidiárias do Grupo. A preparação deste plano é coordenada pelo Group Treasurer e a execução deste plano é acompanhada continuamente ao longo do ano, procedendo-se à respetiva revisão sempre que necessário ou aconselhável.

No quadro seguinte ilustra-se a estrutura de *wholesale funding*, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, em termos da importância relativa de cada um dos instrumentos utilizados:

COMPOSIÇÃO DA LIQUIDEZ

(*Wholesale funding*)

	31 Dez.'11	31 Dez.'10	Var. % peso
MM	0,0%	4,2%	-4,2%
BCE	46,8%	44,2%	2,5%
Depósitos SFI	0,0%	1,4%	-1,4%
Papel Comercial	5,3%	1,0%	4,2%
Repas	3,1%	0,3%	2,8%
Acordos de empréstimo	4,3%	3,6%	0,7%
Schuldschein	1,4%	1,3%	0,0%
EMTN	25,8%	30,6%	-4,9%
Equity Swaps	0,4%	0,0%	0,4%
Obrigações Hipotecárias	11,5%	10,0%	1,6%
Dívida Subordinada	1,3%	3,3%	-1,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	-

Assim, em 2011 registou-se um aumento da importância relativa dos financiamentos obtidos junto do BCE, por redução do peso das restantes componentes, embora de forma mitigada pela redução das necessidades de financiamento por via da redução do *gap* comercial.

CONTROLO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O controlo do risco de liquidez do Grupo, para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses), é efetuado diariamente com base em duas métricas internamente definidas – o indicador de liquidez imediata e o indicador de liquidez trimestral – as quais medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer cumulativamente nos respetivos horizontes temporais, considerando-se as projeções de *cash-flows* para períodos de, respetivamente, três dias e três meses. Estes indicadores, para 31 de dezembro de 2011, são apresentados no quadro seguinte:

INDICADORES DE LIQUIDEZ

Milhões de euros

	Liquidez imediata	Liquidez trimestral
Portugal	0,0	0,0
Polónia	0,0	0,0
Grécia	-482,3	-583,6
Romenia	0,0	0,0
Angola	0,0	0,0

Nota: os valores nulos representam posições de tesouraria positiva (líquidas de Ativos Altamente Líquidos).

Em paralelo, é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas.

O Grupo efetua o controlo do perfil de liquidez estrutural através do acompanhamento regular, por parte das suas estruturas e órgãos de gestão, de um conjunto de indicadores definidos tanto internamente como pela regulamentação, que visam caracterizar o risco de liquidez, como sejam:

- O rácio de transformação de depósitos em crédito;
- Os gaps de liquidez a médio prazo;
- Os rácios de cobertura de financiamentos em mercados de *wholesale funding* por Ativos Altamente Líquidos (HLA).

Em 31 de dezembro de 2010 e 2011, estes indicadores eram os seguintes:

INDICADORES DE CONTROLO DE LIQUIDEZ

	Valor de referência	Dez.'11	Dez.'10
Cashflows líquidos acumulados até 1 ano em % do total do passivo contabilístico	Não inferior a (-6 %)	-1,6%	-5,9%
Gap de liquidez em % dos ativos ilíquidos	Não inferior a (-20 %)	-8,2%	-7,6%
Rácio de transformação (Crédito/Depósitos)	Não superior a 150 %	^{a)} 134,8% ^{b)} 144,8%	148,8% 163,6%
Rácio de cobertura do <i>Wholesale Funding</i> por Ativos Altamente Líquidos (HLA)			
Até 1 mês	> 100 %	132,2%	136,0%
Até 3 meses	> 85 %	96,4%	113,5%
Até 1 ano	> 60 %	87,6%	95,2%

a) Considerando produtos estruturados (de Balanço) equiparados a depósitos.

b) Com a definição da Instrução n.º 23/2011 do BdP de 26/09/2011.

PLANO DE CONTINGÊNCIA DE CAPITAL E LIQUIDEZ

O Plano de Contingência de Capital e Liquidez (PCCL) define as prioridades, responsabilidades e medidas específicas a tomar na ocorrência de uma situação de contingência de liquidez. Este plano é revisto com periodicidade mínima anual.

O PCCL define, enquanto objetivo, a manutenção de uma estrutura de liquidez e capital equilibrada, estabelecendo também a necessidade de uma contínua monitorização das condições de mercado, bem como linhas de ação e *triggers* que visam a tomada de decisões atempada perante cenários de adversidade antecipados ou verificados.

No âmbito do PCCL foi definido um indicador composto dos principais parâmetros identificados como indicadores avançados de situações de stress de liquidez (29 variáveis) que podem afetar a situação de liquidez do Grupo. A quantificação deste indicador é efetuada na última semana de cada mês e a respetiva evolução é acompanhada pelo CAE, Group CALCO e Group Treasurer.

RISCO DO FUNDO DE PENSÕES

Este risco decorre da desvalorização potencial dos ativos do Fundo de Pensões de Benefício Definido do BCP ou da diminuição dos respetivos retornos esperados, que impliquem a efetivação de contribuições não previstas. A regular monitorização deste risco e o acompanhamento da respetiva gestão cabe à Subcomissão de Risco dos Fundos de Pensões.

À data de 31 de dezembro de 2011 foram parcialmente transferidas para a Segurança Social as responsabilidades com pensões dos reformados e pensionistas do Fundo de Pensões de Benefício Definido do Banco, mantendo-se a cargo do Fundo as responsabilidades com as pensões complementares e as responsabilidades com serviços passados de Colaboradores no ativo, entre outras. O valor remanescente das responsabilidades com pensões dos reformados e pensionistas deste Fundo será transferido no primeiro semestre de 2012.

Assim, em 31 de dezembro de 2011 e depois de consideradas as transferências de responsabilidades (realizada e a realizar, acima referidas), o Fundo de Pensões de Benefício Definido, respeitante aos Colaboradores da banca e relacionado com as responsabilidades do Grupo, atingiu o montante de 2.316 milhões de euros, tendo registado uma rentabilidade líquida de -0,71% em 2011.

RISCO DE NEGÓCIO E ESTRATÉGICO

Este tipo de risco concretiza-se quando existem impactos negativos em resultados e/ou capital, resultantes de i) decisões com efeitos adversos; ii) implementação de estratégias de gestão inadequadas ou iii) incapacidade de resposta eficaz a alterações e variações no mercado.

Desta forma a variação de cotação da ação BCP é um indicador relevante para a medição deste tipo de risco, sendo essa quantificação efetuada no âmbito do modelo interno para avaliação/quantificação das necessidades internas de fundos próprios (cálculo do capital económico).

O apuramento do capital económico para fazer face a este tipo de risco é baseado numa série longa de valores de cotação da ação BCP, sendo essa evolução analisada após dedução da influência externa do mercado acionista, a qual é estimada a partir de séries cronológicas de cotações dos maiores bancos presentes na Euronext Lisbon.

EXPOSIÇÃO A ATIVIDADES E PRODUTOS AFETADOS PELA CRISE FINANCEIRA

O Grupo não possui em carteira qualquer exposição, quer ao mercado de crédito imobiliário US *subprime/Alt-A*, nomeadamente através de *Residential Mortgage-Backed Securities* (RMBS), *Commercial Mortgage-Backed Securities* (CMBS), *Asset-Backed Securities* (ABS) ou *Collateralised Debt Obligations* (CDO), quer a seguradoras de tipo *monoline*.

O Grupo realiza operações com derivados fundamentalmente para efetuar coberturas de produtos para Clientes (produtos de capital garantido ou outros), coberturas de riscos relacionadas com atividade corrente do Banco, compreendendo essencialmente a cobertura do risco de taxa de juro e do risco cambial. A atividade de *trading* da carteira própria com derivados tem uma expressão reduzida quer nos resultados do Grupo, quer em termos de exposição ao risco.

O Grupo tem efetuado, ao longo dos anos, operações de titularização (securitizações) de crédito a particulares – à habitação e ao consumo – e também de crédito a empresas. As securitizações de crédito são usadas como instrumentos de gestão da liquidez e de capital, tendo como objetivos o financiamento da atividade do Grupo e, em determinadas circunstâncias, a libertação de capital. O Grupo não detém qualquer exposição a *Special Purpose Entities* (SPE), para além daquela que resulta das securitizações próprias e da normal atividade de crédito, descritas nas Notas sobre Políticas Contabilísticas e sobre Crédito a Clientes às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Adicionalmente, as políticas contabilísticas relativas a SPE e securitizações não se alteraram nos últimos 12 meses.

A crise financeira internacional revelou desequilíbrios estruturais na despesa do Estado em múltiplas jurisdições do mundo, incluindo na Grécia, Irlanda e Portugal. À data de 31 de dezembro de 2011, a exposição líquida do Grupo à dívida soberana portuguesa era de 4,7 mil milhões de euros, a exposição líquida à dívida soberana grega era de 0,3 mil milhões de euros (líquido de imparidades), a exposição líquida à dívida soberana irlandesa era de 0,2 mil milhões de euros, a exposição líquida à dívida soberana italiana era de 0,05 mil milhões de euros e a exposição líquida à dívida soberana espanhola era de 0,005 mil milhões de euros, de entre os quais 2,8 mil milhões de euros eram contabilizados na carteira de ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda e 2,6 mil milhões de euros na carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade. Informação adicional sobre a exposição a dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* pode ser encontrada na Nota 59 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As políticas contabilísticas do Grupo estão descritas na Nota I das Notas às Demonstrações Financeiras, incluídas nas Contas e Notas às Contas de 2011. Informação adicional sobre a valorização de ativos financeiros e gestão de risco pode ser encontrada nas Notas sobre Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda; Derivados de cobertura; Ativos financeiros detidos até à maturidade; Reservas de justo valor; outras reservas e resultados retidos; Justo valor e sobre Gestão dos Riscos do Relatório anteriormente referido.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

Pretende-se, nesta secção, elencar os riscos mais significativos e suscetíveis de afetar a atividade do Banco em 2012 e que poderão conduzir a que os resultados futuros do Grupo se afastem materialmente dos resultados esperados. Contudo, outros fatores de risco poderão igualmente afetar adversamente os resultados do Grupo. Assim, os fatores aqui apresentados não deverão ser encarados como uma declaração exaustiva e completa de todos os potenciais riscos e incertezas que podem vir a condicionar a atividade do Banco em 2012. Podem-se englobar os principais riscos identificados em dois tipos:

Exógenos:

- Deterioração do enquadramento macroeconómico (aprofundamento da recessão);
- *Downgrade* das notações de *rating* da República Portuguesa e de outros países da Área do Euro;
- Quadro institucional da Área do Euro/Estabilidade de recursos domésticos e risco de deslocação de depósitos para o exterior/Deterioração do clima de confiança;
- Capacidade de financiamento nos mercados de dívida por grosso condicionada por período indeterminado;
- Deterioração nas condições de acesso à cedência de liquidez por parte do BCE;
- Manutenção do risco de crédito soberano (Portugal) em níveis elevados;
- Efeito de contágio/Comportamento adverso dos mercados de capitais;
- Restritividade do quadro regulamentar (novos requisitos regulamentares com o objetivo de reforçar a solidez e estabilizar o setor financeiro);
- Incerteza quanto aos requisitos finais e à implementação de Basileia III;
- Implicações do plano de recapitalização da banca europeia no BCP e sistema bancário nacional;
- Insustentabilidade da dinâmica da dívida (maus resultados das finanças públicas e défice externo);
- Intensificação do ambiente competitivo sectorial;
- Novas medidas de consolidação orçamental que aumentem a carga fiscal para o setor bancário e/ou sobre instrumentos financeiros.

Endógenos:

- A eventual recapitalização do BCP poderá resultar, direta ou indiretamente, na recomposição da estrutura acionista, com eventual entrada de novos Acionistas;
- Dedução das menos-valias em dívida pública a fundos próprios;
- Redução dos fundos próprios por aumento das perdas atuariais do Fundo de Pensões;
- Volatilidade provocada pelo risco de crédito do Banco;
- *Downgrade* das notações de *rating* do BCP;
- Elevada dependência do *funding* do BCE;
- Impacto em capital da deterioração da situação financeira da Grécia;

- Concentração da carteira de crédito;
- Descida dos mercados acionistas e/ou de dívida diversa;
- Acentuada deterioração da qualidade da carteira de crédito e aumento do incumprimento no crédito;
- Desvalorização das moedas locais das operações do Grupo fora da Área do Euro;
- Desvalorização de ativos imobiliários;
- Risco reputacional;
- Risco de taxa de juro do Banco é historicamente alto, tornando-o vulnerável à subida das taxas;
- Decisão das autoridades ou dos tribunais contra os interesses do Banco em contraordenações;
- Contingências na implementação da estratégia.

RISCOS EXÓGENOS

DETERIORAÇÃO DO ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO (APROFUNDAMENTO DA RECESSÃO)

Uma eventual deterioração adicional do enquadramento macroeconómico terá um impacto adverso na situação financeira do sistema bancário nacional, nomeadamente na redução do volume de negócios e da qualidade do crédito. São vários os fatores que prejudicam as expectativas de crescimento da economia portuguesa e que poderão levar à deterioração do enquadramento macroeconómico, contribuindo para o aprofundamento da recessão em 2012. Destes merecem referência o conjunto de medidas de consolidação orçamental adotadas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a Comissão Europeia/Fundo Monetário Internacional/Banco Central Europeu. Não se pode excluir que venham a ser necessárias medidas de consolidação orçamental adicionais, com repercussão na despesa privada e pública e de efeito incerto na ordem social. A existência de um contexto externo mais desfavorável, em particular nos principais parceiros comerciais de Portugal, que aumente o risco de recessão na União Europeia a curto prazo, poderá aprofundar a crise económica e financeira que Portugal atravessa atualmente.

DOWNGRADE DAS NOTAÇÕES DE RATING DA REPÚBLICA PORTUGUESA E DE OUTROS PAÍSES DA ÁREA DO EURO

Diversos países da Área do Euro, incluindo a República Portuguesa, foram alvo, durante 2011 e no início de 2012, de uma série de *downgrades* por parte das principais agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's, Fitch e DBRS). No caso nacional, as principais razões invocadas foram a incerteza e riscos decorrentes do processo de consolidação orçamental, a fraca competitividade externa da economia portuguesa, as dificuldades de financiamento externo e a sustentabilidade da dinâmica da dívida pública. A incapacidade de recuperação rápida face ao atual contexto e de cumprimento das metas definidas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, a par do aprofundamento do quadro recessivo e da continuação das dificuldades no acesso a financiamento externo, poderão ter um impacto negativo no risco da República de Portugal e, consequentemente, no prémio de risco dos bancos portugueses, no seu custo de financiamento, no valor da carteira dos colaterais elegíveis junto do BCE, na capacidade de financiamento e nos resultados.

QUADRO INSTITUCIONAL DA ÁREA DO EURO/ESTABILIDADE DE RECURSOS DOMÉSTICOS E RISCO DE DESLOCAÇÃO DE DEPÓSITOS PARA O EXTERIOR/DETERIORAÇÃO DO CLIMA DE CONFIANÇA

Subsistem dúvidas sobre se as medidas que têm vindo a ser anunciadas pelas autoridades resolverão a crise da Área do Euro. A intensificação da crise tem-se revelado bastante negativa para a economia da região e a estabilidade do setor financeiro. A ausência de uma solução abrangente e convincente sustentará um clima de elevada volatilidade nos mercados financeiros, particularmente desfavorável para os países que exibem maiores debilidades económicas e financeiras (ex. países com problemas de dívida e défice mais acentuados). Os impactos dos possíveis cenários (ex. novo Tratado, saída de alguns países membros ou, hipótese extrema, fim da união

monetária) são imprevisíveis. Se, por um lado, se acredita que haverá maior coesão e disciplina financeira na Área do Euro, no cenário oposto, o fim da união monetária provavelmente implicaria a falência de diversos sistemas bancários, incluindo o nacional, que se encontra pressionado pelo risco de deslocação de recursos/depósitos para o exterior, fruto da deterioração dos níveis de confiança.

CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO NOS MERCADOS DE DÍVIDA POR GROSSO CONDICIONADA POR PERÍODO INDETERMINADO

Os bancos portugueses revelam uma capacidade de financiamento nos mercados de dívida por grosso condicionada por período indeterminado e elevada dependência do financiamento obtido junto do BCE. A expectativa governamental, em linha com o Programa de Assistência Económica e Financeira, é que, até 2013, o acesso aos mercados *wholesale funding* por parte do sistema bancário nacional seja bastante limitado. Prevê-se que a partir de 2013, e assumindo-se o cumprimento das metas do Programa de Ajustamento por parte da República, o acesso do Tesouro e dos bancos portugueses aos mercados de financiamento internacional melhore, tanto em volumes como no custo do financiamento/*spreads*. Em sentido inverso, a manutenção desta situação aumentará a pressão sobre o esforço de desalavancagem e para uma excessiva dependência do financiamento do BCE.

DETERIORAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ACESSO À CEDÊNCIA DE LIQUIDEZ POR PARTE DO BCE

O BCE tem sido uma das fontes de financiamento usadas pelo sistema bancário nacional durante esta fase de incapacidade de financiamento junto dos mercados de *wholesale funding*. O Millennium bcp, no final de 2011, possuía um total de 15,7 milhões de euros de ativos elegíveis para desconto junto do BCE, dos quais 12,7 milhões de euros já utilizados. A redução da *pool* de ativos elegíveis, reflexo da erosão do colateral na sequência dos *downgrades* das agências de *rating* e a eventual dificuldade em gerar ativos elegíveis que compensem a erosão resultante da perda de elegibilidade terá um impacto negativo em termos de liquidez, obrigando à procura de fontes de financiamento alternativas e ao acelerar da desalavancagem do balanço. Importa realçar que o BCE tem mostrado, em especial nos últimos meses, uma maior disponibilidade para apoiar o sistema bancário europeu, merecendo realce o alargamento, em dezembro de 2011, do prazo máximo dos seus financiamentos aos bancos para três anos, por forma a diminuir o risco de liquidez do setor na Área do Euro, a flexibilização das regras relativas a colaterais e a redução das reservas mínimas obrigatórias para metade.

MANUTENÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO SOBERANO (PORTUGAL) EM NÍVEIS ELEVADOS

Embora o sistema financeiro português tenha denotado grande resiliência desde o início da crise financeira e económica, tendo assegurado o normal financiamento da economia durante este período, as tensões associadas à crise da dívida soberana e o condicionamento do acesso aos mercados internacionais de financiamento por grosso colocaram grandes restrições à atividade bancária, tendo obrigado as instituições a recorrer ao financiamento junto do BCE e à intensificação da captação de financiamento em fontes domésticas mais estáveis. Neste contexto, a gestão do risco de liquidez ganhou relevância. Através das suas políticas de gestão do risco, o Grupo tem adotado algumas medidas, desde 2008, que procuram atenuar o impacto adverso da conjuntura desfavorável da liquidez nos mercados, através da redução do *gap* comercial (crédito-recursos de clientes de balanço), reforço da captação de depósitos, venda de ativos não estratégicos e recomposição do ativo, através do aumento dos ativos com elevada liquidez. No âmbito da estratégia de gestão da liquidez global do Grupo, tem havido uma gestão mais criteriosa da concessão de crédito e o enfoque na obtenção de recursos com o objetivo de reduzir o *gap* comercial. O Banco, sempre que as condições o permitam, irá financiar-se nos mercados interbancários e de capitais de acordo com as suas necessidades. Apesar de considerar as suas políticas de gestão e mitigação do risco de liquidez adequadas, o prolongamento da conjuntura de mercado e a manutenção do risco de crédito soberano em níveis elevados poderão vir a penalizar a posição de liquidez do Grupo, quer via dificuldades de financiamento, quer via redução da *pool* de ativos elegíveis para desconto junto do BCE, bem como os custos de financiamento da atividade, com impacto negativo na situação financeira e na qualidade do crédito do Grupo BCP.

EFEITO DE CONTÁGIO/COMPORTAMENTO ADVERSO DOS MERCADOS DE CAPITAIS

A incerteza quanto à duração da atual crise financeira internacional continuará a penalizar a evolução dos mercados de capitais e a manter ou agravar a já elevada aversão ao risco, refletindo-se na existência de um risco de mercado relacionado com a evolução das cotações, penalizando a evolução das comissões sobre operações de bolsa e gestão de ativos, os resultados de operações financeiras e outros proveitos e ainda o valor das participações financeiras e das carteiras de títulos. A concomitante degradação do valor dos colaterais financeiros, do prémio de risco associado a operações em diferentes mercados e da rentabilidade dos fundos de pensões

poderá afetar negativamente os resultados e os rácios de solvabilidade do Banco. A incerteza da abertura dos mercados de capital para o sistema bancário nacional, voltando a ser umas das fontes de financiamento do setor, contribuirá para aumentar a pressão para o processo de desalavancagem do balanço e para a manutenção da excessiva dependência de financiamento junto do BCE.

RESTRITIVIDADE DO QUADRO REGULAMENTAR (NOVOS REQUISITOS REGULAMENTARES COM O OBJETIVO DE REFORÇAR A SOLIDEZ E ESTABILIZAR O SETOR FINANCEIRO)

A implementação de um enquadramento regulatório mais exigente e restrito, com exigências adicionais sobre as instituições financeiras, em particular no que respeita a rácios de capital, endividamento, liquidez e informação obrigatória, mesmo que benéfico para o sistema financeiro e de forma preventiva e temporária, acarretará custos adicionais para os bancos. O cumprimento com novos regulamentos poderá aumentar os requisitos regulatórios de capital e os custos do Banco, tornar mais pesados os deveres de informação, restringir certos tipos de transações, afetar a estratégia do Banco e limitar ou implicar a modificação de taxas ou comissões que o Banco cobra em certos empréstimos e noutros produtos, quaisquer dos quais poderá diminuir o rendimento dos seus investimentos, ativos ou participações. O Banco poderá também enfrentar custos acrescidos de *compliance* e limitações na sua capacidade para prosseguir certas oportunidades de negócio e, em consequência, estes poderão ter um efeito adverso significativo na atividade, situação financeira e resultados das operações do Banco.

Como parte do Programa de Estabilização assinado com o FMI/UE/BCE, Portugal acordou que o Banco de Portugal iria exigir relativamente a todos os grupos bancários que supervisiona que estes atinjam um rácio de *Core Tier I* de 9% até ao final de 2011 e de 10% até ao final de 2012 e que o mantivessem daí em diante. A este respeito, refira-se que foi publicado, no dia 17 de maio de 2011, em Diário da República, o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2011 que determina o cumprimento de um rácio de *Core Tier I* mínimo de 9%, até 31 de dezembro de 2011, e de 10%, até 31 de dezembro de 2012, pelos grupos bancários sujeitos à supervisão em base consolidada pelo Banco de Portugal e pelas instituições, não incluídas em tais grupos, que tenham sede em Portugal e estejam habilitadas a captar depósitos. Adicionalmente a estes requisitos, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) recomendou em, 8 de dezembro de 2011, o reforço das necessidades de capital em função da exposição dos bancos à dívida soberana, por motivos de precaução. Para Portugal, o exercício representou um acréscimo substancial nas necessidades de reforço do capital (totalizando 6,95 mil milhões de euros, dos quais 3,7 mil milhões de euros relativos ao *buffer* de dívida pública). Esta recomendação foi acolhida pelo Banco de Portugal, que, em linha com a orientação da EBA, estabeleceu no Aviso n.º 5/2012 que estes requisitos adicionais terão de ser cumpridos até 30 de junho de 2012. Segundo a recomendação da EBA, os bancos deverão privilegiar instrumentos de mercado ou recorrer às facilidades de suporte público previstas.

Os requisitos regulamentares implicarão a necessidade de reforço adicional de capital por forma a cumprir com rácios de capital mais exigentes e uma menor rendibilidade dos mesmos. A existência de requisitos mais exigentes na divulgação e na transparência da informação levará também ao aumento dos custos por parte do Banco, com um potencial efeito adverso significativo na atividade, situação financeira e resultados das operações do Banco. O Banco poderá ser confrontado com a necessidade de aumentar adicionalmente a sua base de capital ou de restringir a sua política de distribuição de resultados. Adicionalmente, o Banco poderá ser sujeito a condicionantes adicionais sobre a sua gestão de ativos e passivos e poderá ser afetado pelo despoletar de mecanismos públicos de recapitalização (que estão sujeitos a condições) especificamente contidos no Programa.

INCERTEZA QUANTO AOS REQUISITOS FINAIS E À IMPLEMENTAÇÃO DE BASELEIA III

Em 12 de setembro de 2010, foi anunciado pelo Comité de Basileia sobre Supervisão Bancária um novo acordo sobre capital, conhecido como Basileia III, que revê a maior parte dos requisitos mínimos de capital e de liquidez. O acordo obtido tem requisitos de capital mais exigentes que serão aplicados ao longo de um período de transição para atenuar o impacto no sistema financeiro internacional. Os requisitos mínimos de capital para *Core Tier I* capital (que não inclui capital híbrido) aumentarão gradualmente de 2% dos *risk-weighted assets* para 7% em 2019. O rácio de solvabilidade total aumentará de 8% para 10,5% entre 2016 e 2019. Alterações adicionais incluem: i) um aumento progressivo do rácio de *common equity* de 2% para 4,5% em 2015; ii) um aumento progressivo no rácio de *Tier I* de 4% para 6% em 2015; iii) um requisito adicional de rácio de conservação de capital de 2,5% sobre a *common equity*, com implementação faseada de 2016 a 2019, e aplicação de restrições na capacidade de os bancos pagarem dividendos ou fazerem outros pagamentos, a definir, se o capital for inferior ao rácio de *common equity* e de conservação do capital; iv) um *buffer* de capital anticíclico, que será entre 0% e 2,5% dos *risk-weighted assets*, com característica de absorção de perdas, em função da fase do ciclo de crédito de acordo com a sua aplicação pelas autoridades de supervisão nacionais

e v) o rácio de alavancagem será testado num rácio não ajustado do risco de 3%. Adicionalmente, o regime Basileia III também contém requisitos mais estritos relativos à qualidade do capital que pode ser considerado *Core Tier I* capital e para o cálculo de *risk-weighted assets*. A implementação plena de Basileia III é apenas esperada para o final de 2019. Espera-se que os principais impactos previstos de Basileia III nos rácios consolidados de capital se relacionem com ativos fiscais diferidos, défice do valor de imparidades para perdas esperadas, corredor do Fundo de Pensões, participações minoritárias em subsidiárias consolidadas, participações significativas em instituições financeiras não consolidadas e no aumento dos requisitos de capital para riscos de mercado e de contraparte.

Em 13 de janeiro de 2011, o Comité de Basileia emitiu Requisitos mínimos para assegurar a absorção de perdas em situação de não viabilidade, que sugere algumas regras específicas para bancos internacionalmente ativos. As regras exigem que todos os instrumentos adicionais de *Tier I* e *Tier II* emitidos por bancos internacionalmente ativos tenham de incluir, com sujeição a certas exceções, uma disposição nos seus termos e condições que requeira que os mesmos sejam *written-off* quando ocorram determinadas circunstâncias. Se estas regras forem implementadas em Portugal, o Banco ficará sujeito às mesmas. Se a proposta for implementada na sua atual redação, tal poderá afetar o preço dos instrumentos adicionais de *Tier I* e *Tier II* que o Grupo emita no futuro. Adicionalmente a estes requisitos, as instituições identificadas como sistemicamente relevantes a nível mundial poderão estar sujeitas a requisitos ainda mais exigentes e restritivos. Não estando prevista a classificação de bancos nacionais como sistemicamente relevantes a nível mundial, existem, contudo, propostas para que este princípio também deva ser aplicado a um nível local. Nesse caso, dada a dimensão do Banco no sistema bancário nacional, uma classificação dessa natureza poderia implicar custos acrescidos para o desenvolvimento da atividade.

Subsiste alguma incerteza quanto aos requisitos finais e implementação de Basileia III. Se estas medidas forem implementadas como atualmente propostas, será de esperar um impacto significativo no capital e na gestão de ativos e responsabilidades do Grupo. Por seu turno, tal poderia vir a ter um efeito adverso nos resultados, condição financeira e perspetivas do Grupo.

IMPLICAÇÕES DO PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO DA BANCA EUROPEIA NO BCP E NO SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

A Autoridade Bancária Europeia (EBA) publicou, em 8 de dezembro de 2011, uma recomendação com o intuito de promover, entre os principais bancos europeus, um reforço do capital regulamentar de melhor qualidade. Nesse contexto, foi definido que os grupos bancários sujeitos ao exercício de *stress test* da EBA deveriam reforçar os respetivos níveis de capitalização de forma a atingir, até 30 de junho de 2012, um rácio *Core Tier I* de 9%, depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana detidas em 30 de setembro de 2011.

O Banco de Portugal determinou, no Aviso n.º 5/2012, a sujeição dos grupos Caixa Geral de Depósitos, Banco Comercial Português, Espírito Santo Financial Group e Banco BPI ao cumprimento da recomendação da EBA. De acordo com a calendarização definida, estes quatro grupos bancários enviaram ao Banco de Portugal, em 20 de janeiro de 2011, os respetivos planos de capitalização, nos quais especificam e justificam os meios que pretendem utilizar para dar cumprimento às referidas exigências. Esses planos de capitalização serão apreciados pelo Banco de Portugal, em articulação com a EBA e, se necessário, no contexto dos colégios de supervisores relevantes até ao final de fevereiro.

A adesão do Millennium bcp ao plano específico de recapitalização do sistema bancário nacional (designadamente no âmbito da linha no montante de 12 mil milhões de euros prevista no Programa de Assistência Económica e Financeira) poderá configurar a entrada do Estado no capital do Banco, em moldes ainda a definir, contribuindo para a existência de diversos riscos, nomeadamente de perda de autonomia estratégica, de eventual afastamento do interesse dos investidores privados e de diluição dos resultados por ação. Por outro lado, o nível de interferência na gestão e as condições de entrada e saída do Estado continuam a ser dois dos pontos mais sensíveis do plano de recapitalização do sistema bancário nacional, cuja definição efetiva tem potencial e particular impacto ao nível da política de distribuição de dividendos e de nomeação de gestores. Por fim, a entrada do Estado no capital deverá ter também associado um custo financeiro, que afetaria negativamente os resultados do Banco.

Contudo, importa realçar que caso a participação do Estado em ações ordinárias seja inferior a 50% não há lugar a participação na gestão e no caso da emissão de CoCo (instrumentos híbridos) até à sua eventual conversão não há qualquer impacto para além do pagamento do dividendo.

INSUSTENTABILIDADE DA DINÂMICA DA DÍVIDA (MAUS RESULTADOS DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DÉFICE EXTERNO)

A manutenção da adversa conjuntura macroeconómica, a eventual incapacidade da República de Portugal em cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, que, conjugado com a não abertura dos mercados de capitais/dívida, poderá levar à necessidade de reforço da ajuda externa. Este cenário, de aumento do risco e da incerteza, pressionaria o Banco a procurar eventuais fontes de financiamento alternativas, bem como a necessidade de acelerar/rever o seu Plano de Capital e Liquidez e de acrescentar novos ativos elegíveis à sua *pool* de ativos para desconto junto do BCE.

INTENSIFICAÇÃO DO AMBIENTE COMPETITIVO SECTORIAL

O mercado bancário português é resiliente e bastante desenvolvido, integrando fortes concorrentes nacionais e internacionais que adotam abordagens multiproduto, multicanal e/ou multissegmento. Numa conjuntura económica bastante desfavorável, com pressão para a desalavancagem dos balanços e redução da concessão de crédito, muitos bancos portugueses estão empenhados em aumentar os seus proveitos através do acréscimo das respetivas quotas de mercado em produtos com menor consumo de liquidez e no *cross-selling*, o que tem originado estratégias comerciais mais agressivas. É expectável também uma intensificação da tendência de integração dos serviços financeiros a nível europeu, que poderá contribuir para o aumento da concorrência, especialmente nas áreas de gestão de ativos, banca de investimento, serviços de corretagem *online* e de serviços financeiros remotos. O elevado nível concorrencial do setor em Portugal e noutros países onde o Banco opera traduz-se na existência de um risco de negócio e estratégico, que se poderá materializar; entre outros, na eventual perda de quota de mercado em alguns produtos e/ou segmentos de negócio, na dificuldade de ajustar os *spreads* ao risco de crédito, na redução da taxa de margem financeira, das comissões e de outros proveitos e na penalização da evolução dos proveitos, resultados e situação patrimonial.

NOVAS MEDIDAS DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL QUE AUMENTEM A CARGA FISCAL PARA O SETOR BANCÁRIO E/OU SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Banco poderá ser afetado adversamente por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicáveis em Portugal, na União Europeia e noutros países onde desenvolve a sua atividade, bem como por alterações de interpretação, por parte das autoridades fiscais competentes, dessa legislação e regulamentação, que poderão ter impacto negativo na atividade, situação financeira e resultados do Banco. As medidas que o Estado português pretende implementar para assegurar a consolidação orçamental, estimular a economia e apoiar o setor bancário podem conduzir a um aumento dos encargos fiscais, através do aumento da incidência fiscal e/ou redução dos benefícios fiscais nas diferentes áreas de incidência fiscal, e a um maior condicionamento dos preçários a aplicar, o que poderá gerar um impacto direto negativo nos resultados e volumes de negócio do Banco.

RISCOS ENDÓGENOS

A EVENTUAL RECAPITALIZAÇÃO DO BCP PODERÁ RESULTAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NA RECOMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ACIONISTA, COM EVENTUAL ENTRADA DE NOVOS ACIONISTAS

Na sequência do *stress test* conduzido pela EBA, do programa de inspeção das carteiras de crédito dos bancos portugueses previsto no PAEF e concluído em finais de dezembro e da transferência dos fundos de pensões de vários bancos nacionais para a Segurança Social (no âmbito de uma transferência promovida pelo Governo, de 6 mil milhões de euros de fundos de pensões de vários bancos nacionais, que permitiu cortar o défice público de 2011 para 4% do PIB, abaixo do *target* de 5,9%), o Millennium bcp viu-se confrontado com a necessidade de recorrer à linha de recapitalização pública, que poderá, designadamente, concretizar-se através de emissão de ações ou de instrumentos de capital contingente (CoCo). As necessidades de capital poderão, de igual modo, ser parcialmente satisfeitas através de um aumento do capital por novas entradas em dinheiro, processo que poderá resultar numa recomposição da estrutura acionista, com entrada de novos Acionistas e, eventualmente, o reforço da participação de alguns Acionistas atuais, bem como na eventual diluição da participação de alguns Acionistas.

DEDUÇÃO DAS MENOS-VALIAS EM DÍVIDA PÚBLICA A FUNDOS PRÓPRIOS

Como referido anteriormente, no final de 2011, o Millennium bcp detinha uma exposição a dívida pública no montante de 6,8 mil milhões de euros. A eventual obrigatoriedade de dedução das menos-valias potenciais em dívida pública a fundos próprios criará maiores dificuldades no cumprimento do objetivo de obter um rácio *Core Tier 1* superior a 9%, em junho de 2012, e a 10%, no final de 2012, podendo originar a necessidade de reforço dos fundos próprios do Banco via Acionistas ou via recurso a linha de capitalização do setor bancário nacional. No entanto, é de notar que os rácios de capital a atingir em 30 de junho de 2012 já incluem um *buffer* para desvalorização da dívida soberana.

REDUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS POR AUMENTO DAS PERDAS ATUARIAIS DO FUNDO DE PENSÕES

No decurso do exercício de 2011, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas. O valor total das responsabilidades transferidas ascendeu a 2.583 milhões de euros, tendo sido liquidado à Segurança Social, até 31 de dezembro de 2011, o montante de 1.510 milhões de euros, sendo o valor remanescente liquidado no decurso do primeiro semestre de 2012.

Paralelamente, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo optou, em 2011, por uma alteração da política contabilística, passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

Para efeitos prudenciais, o Banco de Portugal autorizou a manutenção do corredor para as responsabilidades não transferidas para a Segurança Social e ainda o método de amortização anteriormente definido para os ajustamentos diferidos relacionados com o Fundo de Pensões ("Corredor alargado"), com exceção dos resultantes das perdas atuarias registadas em 2008, no montante correspondente às responsabilidades transferidas para a Segurança Social.

O nível de cobertura de responsabilidades do Fundo de Pensões do Banco pode vir a revelar-se insuficiente. Se a deterioração dos mercados financeiros globais determinar menores rendimentos dos investimentos e, consequentemente, do valor do fundo, tal originará o apuramento de perdas atuariais no exercício, que são reconhecidas por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Atendendo a que a liquidação das responsabilidades transferidas é efetuada em numerário ou em dívida pública avaliada a preços de mercado, os ativos que ficam no Fundo de Pensões correspondente às responsabilidades não transferidas poderão ter uma composição diferenciada, dependentes da evolução dos mercados financeiros, poderão dar origem a diferenças atuariais.

No futuro, o Banco não poderá garantir que não irá registar alterações nos pressupostos atuariais respeitantes ao Fundo de Pensões. Essas alterações nos pressupostos, poderão conduzir a diferenças atuariais acrescidas.

VOLATILIDADE PROVOCADA PELO RISCO DE CRÉDITO DO BANCO

Os últimos anos ficaram marcados pelo agravamento da crise financeira internacional e pelo agudizar da crise da dívida soberana. A incerteza existente, com especial incidência no setor financeiro, em virtude das dificuldades crescentes das instituições financeiras e do risco sistémico, manteve em níveis bastante elevados o custo da proteção contra o incumprimento dos instrumentos de dívida privada do mercado financeiro e, em particular, dos bancos nacionais. A manutenção desta situação origina o aumento do *spread* de crédito do Banco, com impacto negativo ao nível da margem financeira, mas induz ganhos no *fair value* dos passivos ao justo valor. Contudo, estes efeitos serão reversíveis a prazo: a redução do *spread* de crédito do Banco produzirá os efeitos inversos, o que se traduzirá na possível diminuição dos resultados do Banco.

DOWNGRADE DAS NOTAÇÕES DE RATING DO BCP

As notações de *rating* atribuídas ao BCP refletem, para além da evolução do *rating* da República Portuguesa, um conjunto de fatores intrínsecos ao BCP. Em termos de capital, e apesar das iniciativas realizadas recentemente em termos de reforço da sua posição de capital, do processo de desalavancagem em curso e da existência de uma facilidade de apoio aos bancos por parte do Estado português de 12 mil milhões de euros para reforço do capital, as agências de *rating* têm vindo a apontar alguma fragilidade na posição de capital do BCP. Em termos de resultados, a evolução do BCP será condicionada, essencialmente, pela evolução da economia portuguesa. As agências de *rating* consideram também como fator de risco adicional a deterioração da qualidade da carteira de crédito, essencialmente relacionada com a sua exposição ao setor das PME em Portugal e aos seus riscos (o BCP é o banco com a maior quota de mercado neste segmento), referindo também a exposição do Banco à dívida pública. Por fim, as agências de *rating* consideram como fator de risco adicional a elevada dependência do financiamento por grosso e do financiamento junto do BCE, bem como a necessidade de reduzir o rácio de crédito líquido/depósitos de modo a atingir um rácio de 120% em 2014. Dado que os mercados de financiamento por grosso se encontram praticamente fechados para a República Portuguesa e para o sistema bancário nacional em condições consideradas adequadas, a manutenção da tendência verificada em 2011 de *downgrade* das notações de *rating* poderá contribuir, por exemplo, para a erosão dos

colaterais elegíveis para financiamento junto do BCE (exigência de *haircuts* superiores), bem como para o acesso mais restritivo a *funding*, com aumento do seu custo. Por forma a contornar esta situação, o Banco poderá ter a necessidade de acelerar o processo de desalavancagem e reduzir a sua atividade, com efeito negativo ao nível dos seus resultados.

ELEVADA DEPENDÊNCIA DO FUNDING DO BCE

Atualmente, o sistema bancário nacional tem acesso limitado aos mercados internacionais de dívida, evidenciando uma grande dependência do financiamento junto do BCE, o qual, no final de 2011, ascendia a 12,7 mil milhões de euros, o equivalente a 14,3% do passivo do Banco. O Millennium bcp tem por objetivo reduzir esta dependência no curto/médio prazo, no entanto, se as autoridades obrigarem a uma redução mais rápida da exposição ou se houver restrições ao acesso ao *funding* do BCE, o Banco poderá ser forçado a acelerar o seu Plano de Capital e Liquidez, pressionando a rentabilidade e o processo de desalavancagem. Importa realçar que, no ambiente atual, a revisão das condições de cedência de liquidez pelo BCE poderá levar o Banco a ser forçado a dispor dos seus ativos, potencialmente com desconto significativo face ao respetivo valor contabilístico, de modo a poder cumprir as suas obrigações, com um correspondente impacto negativo no capital e nos seus resultados. Saliente-se que, numa ação sem precedentes, o BCE anunciou, em dezembro de 2011, o alargamento do prazo máximo dos seus financiamentos para três anos por forma a diminuir o risco de liquidez do setor e reforçar o seu compromisso com a Área do Euro. O Banco está a implementar algumas medidas para diversificar as suas fontes de financiamento além do BCE, tendo igualmente acelerado o processo de desalavancagem, fazendo um esforço para aumentar os recursos dos clientes e para reduzir a concessão de crédito aos clientes, o que poderá representar um risco de aumento do custo dos depósitos e, se não for acompanhado ao mesmo tempo pelo processo de *repricing* dos empréstimos, poderá afetar negativamente a margem financeira e os resultados do Banco.

IMPACTO EM CAPITAL DA DETERIORAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA GRÉCIA

Existe um risco elevado de incumprimento soberano por parte da Grécia, traduzindo-se num aumento significativo adicional dos *spreads* e de efeitos de contágio adversos, a par do risco de as ajudas das instituições internacionais serem não efetivas e tensões sociais e políticas domésticas. O Banco reconheceu, até ao final de 2011, um *write-down* da totalidade do *goodwill*, no montante de 294,3 milhões de euros, associado à aquisição do Millennium bank na Grécia, pelo que os fatores de risco atuais se prendem com o risco de negócio da operação e com o nível de suporte de liquidez e capital que será requerido à casa-mãe. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos ponderados pelo risco (RWA) do Millennium bank na Grécia totalizavam 4,4 mil milhões de euros e representavam 7,96% do valor total dos RWA do Grupo. Consequentemente, a continuada recessão ou a deterioração económica da situação financeira na Grécia ou uma deterioração das perspetivas relativas à *performance* e situação financeira do Millennium bank na Grécia poderá conduzir a uma imparidade adicional nas contas consolidadas do Grupo, resultante da deterioração da qualidade dos ativos detidos pelo Millennium bank na Grécia. A deterioração da situação da Grécia poderá prejudicar a evolução da margem financeira, num contexto de redução do nível de atividade (menos crédito concedido e redução da base de depósitos), o que, par do aumento do crédito em incumprimento, poderá resultar em resultados líquidos mais negativos. Como resultado da deterioração da situação económica na Grécia, o crédito vencido há mais de 90 dias do Millennium bank fixou-se em 6,7% do crédito bruto em dezembro de 2011. Face a um enquadramento económico e financeiro muito exigente e sujeito a elevada incerteza, a tendência da evolução desfavorável do crédito mal parado poderá continuar e comprometer os resultados do Millennium bank na Grécia e por extensão os resultados consolidados do Grupo e a sua posição em termos de capital.

CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

O Banco está exposto ao risco de crédito dos seus Clientes e contrapartes e, em particular, ao risco resultante da elevada concentração das exposições individuais da sua carteira de crédito. Em 31 de dezembro de 2011, as 20 maiores exposições creditícias individuais representavam 9,7% da carteira de crédito total, valor considerado relativamente elevado e que, a par da elevada exposição creditícia ao setor da construção civil, contribui para elevar a exposição ao risco de crédito. Este é um problema comum à generalidade dos principais bancos portugueses, atendendo à exiguidade do mercado nacional, e tem sido amplamente apontado pelas agências de *rating* como um desafio fundamental que se coloca ao sistema bancário português. As agências de *rating* têm sido particularmente críticas em relação à concentração da exposição do BCP nos maiores Clientes e, em especial, da exposição a Acionistas, contribuindo para tornar a notação de *rating* sensível à evolução destas variáveis. Apesar de o Banco desenvolver a sua atividade com base em políticas rigorosas de controlo dos riscos, em particular do risco de crédito, procurando aumentar o grau de diversificação da sua carteira, não é possível garantir que a exposição a estes grupos seja reduzida significativamente a curto/médio prazo.

DESCIDA DOS MERCADOS ACIONISTAS E/OU DE DÍVIDA DIVERSA

Os rendimentos obtidos nos investimentos financeiros do Grupo constituem uma parte relevante da rentabilidade consolidada, particularmente relevante nos negócios de gestão de ativos, desenvolvido pela Millennium bcp Gestão de Ativos, de seguros do ramo Vida, desenvolvido pela *joint venture* Millenniumbcp Ageas, e de banca de investimento. Uma desvalorização acentuada nos mercados de capitais globais poderá afetar as vendas de alguns produtos e serviços, designadamente produtos *unit-linked*, seguros de capitalização, fundos de investimento mobiliário, serviços de gestão de ativos, corretagem, emissões no mercado primário e operações de banca de investimento, e diminuir significativamente as comissões relacionadas com os mesmos. Como Acionista minoritário da Millennium bcp Ageas, há um risco do Banco ser chamado para injetar capital nesta Sociedade se o rácio da solvabilidade desta empresa descer abaixo de determinado nível pré-acordado, por exemplo, em resultado de obrigações derivadas de produtos de seguro com níveis mínimos de retorno garantido. Desta forma, um declínio nos mercados de capitais em geral poderá afetar, de forma adversa, os resultados, a situação financeira e as perspetivas do Banco. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de ações e unidades de participação do Grupo, incluindo os investimentos em associadas, ascendia a 587,4 milhões de euros, equivalente a 0,6% dos ativos totais do Grupo. Eventuais depreciações no valor da carteira de participações financeiras poderão repercutir-se de forma adversa na sua situação financeira e resultados. A descida dos mercados acionistas e de dívida terá também impacto ao nível da qualidade dos ativos devido à redução do valor do colateral de diversos empréstimos concedidos assentes neste tipo de garantias, levando à diminuição dos seus rácios de cobertura (em 31 de dezembro de 2011, 6,5% da carteira de crédito possuía como colateral ativos financeiros). Por fim, o valor dos ativos que integram o património do Fundo de Pensões do Grupo depende também da evolução futura dos mercados de capitais. Uma quebra acentuada destes poderá gerar uma insuficiência na cobertura, pelo valor dos ativos no seu património, das responsabilidades assumidas pelo Fundo de Pensões, afetando negativamente os rácios de capital e os resultados do Banco.

ACENTUADA DETERIORAÇÃO DA QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO E AUMENTO DO INCUMPRIMENTO NO CRÉDITO

A carteira de crédito consolidada do Millennium bcp ascendia, em 31 de dezembro de 2011, a 71.533 milhões de euros, dos quais 6,2% referente a crédito em incumprimento. A manutenção prolongada da adversa conjuntura económica e financeira a nível mundial, europeu e nacional, conjugada com a implementação das medidas de austeridade prevista no Programa de Assistência Económica e Financeira, aumenta o risco de deterioração da qualidade da carteira de crédito consolidada, podendo originar o aumento das perdas por imparidade e a degradação do rácio de solvabilidade por via da redução do capital e/ou aumento dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

DESVALORIZAÇÃO DAS MOEDAS LOCAIS DAS OPERAÇÕES DO GRUPO FORA DA ÁREA DO EURO

Em 31 de dezembro de 2011, o Millennium bcp detinha operações fora da Área do Euro, com especial destaque para Moçambique, Angola, Polónia e Roménia. A eventual desvalorização das primeiras três moedas poderá ter um impacto negativo nos resultados consolidados do Grupo. No caso da Roménia, e atendendo a que a operação ainda não atingiu o seu *break-even*, o impacto será de sinal inverso. Adicionalmente, o Banco possui, na sua carteira de crédito, empréstimos em moeda estrangeira, sendo as perdas assumidas pelos Clientes levadas à conta de exploração sob a forma de imparidade.

DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

O Millennium bcp tem uma elevada exposição ao mercado imobiliário português, quer diretamente, através de ativos relacionados com as suas operações ou obtidos em dação de pagamentos, quer indiretamente, por via de imóveis a garantir empréstimos ou através do financiamento de projetos de promoção imobiliária (os ativos recebidos em dação em Portugal representavam 1,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2011 e a exposição direta ao setor imobiliário, consistindo no crédito concedido a empresas de construção, às atividades imobiliárias e o crédito hipotecário, representava 57% da carteira de crédito consolidada em 31 de dezembro de 2011). Este facto torna o Banco vulnerável a uma depressão no mercado imobiliário. A desvalorização significativa dos preços no mercado imobiliário português induziria perdas por imparidade nos ativos detidos diretamente, menor cobertura das exposições de crédito com colateral imobiliário e no Fundo de Pensões, afetando de forma adversa a situação financeira e os resultados do Banco.

RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional é inerente à atividade do Grupo. A opinião negativa do público ou do setor pode afetar adversamente a capacidade do Grupo manter e atrair Clientes e, em particular, depositantes institucionais e de Retalho, cuja perda poderá afetar adversamente o negócio, situação financeira e perspetivas do Grupo. O Banco tem um número limitado de Clientes que foram classificados como pessoas politicamente expostas de acordo

com a legislação aplicável. Não obstante o Grupo exercer um crescente escrutínio das transações com pessoas politicamente expostas de modo a assegurar o cumprimento das leis aplicáveis, a prestação de serviços bancários a estes indivíduos traz consigo riscos reputacionais, mesmo que nenhuma lei seja violada.

RISCO DE TAXA DE JURO DO BANCO É HISTORICAMENTE ALTO, TORNANDO-O VULNERÁVEL À SUBIDA DAS TAXAS

As taxas de juro são altamente sensíveis a muitos fatores que o Banco não controla, incluindo decisões das autoridades monetárias, e condicionantes políticas internas e internacionais. As alterações das taxas de juro de mercado podem afetar os juros que o Banco cobra e que recebe dos ativos geradores de juros de forma diferente quando comparados com os juros que o Banco paga pelos passivos geradores de juros. Esta diferença poderá reduzir a margem financeira do Banco. No final de 2011, o BCE anunciou a decisão de diminuir a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento do Eurosistema de 1,25% para 1%. Um movimento contrário por parte do BCE (aumento das taxas de juro na Área do Euro) pode aumentar os custos associados ao serviço da dívida em Portugal e agravar as condições financeiras gerais se os aumentos de taxa de juro se afastarem da situação financeira portuguesa. Acresce ainda que o acesso ao mercado de capitais se prevê que continue difícil no curto/médio prazo. Além disso, um aumento da taxa de juro tende a reduzir a procura de crédito e a capacidade do Banco originar crédito a clientes, bem como contribuir para um aumento da taxa de incumprimento de crédito. Inversamente, uma redução do nível das taxas de juro poderá afetar o Banco negativamente, através, entre outros, da redução da taxa juro média da sua carteira de crédito à habitação, da existência de uma menor margem financeira nos depósitos, com redução da sua procura e aumento da concorrência. Em resultado destes fatores, alterações significativas ou volatilidade nas taxas de juro poderão ter um substancial impacto adverso no negócio, situação financeira ou resultados do Banco.

DECISÃO DAS AUTORIDADES OU DOS TRIBUNAIS CONTRA OS INTERESSES DO BANCO EM CONTRAORDENAÇÕES

Neste momento não é possível prever o desfecho definitivo dos processos judiciais em curso ou se serão, no futuro, instaurados novos processos ou averiguações. Todavia, o Banco corre sempre o risco de ser objeto de sanções de natureza cível, administrativa ou outra, incluindo coimas, dependendo do resultado das acusações e das averiguações e procedimentos em causa. O Banco pode ainda ser objeto de averiguações ou procedimentos por parte de outros reguladores ou pode ser alvo de litígios, em Portugal ou qualquer outro lugar, por parte de Acionistas ou de terceiros, litígios que, se decididos em desfavor do Banco, podem originar perdas significativas para o Banco e fazer baixar os seus ratings. Quaisquer destes procedimentos regulatórios e litígios podem resultar em publicidade ou perceções negativas relativamente à atividade desenvolvida pelo Banco, podendo originar perda de Clientes e aumento do custo de financiamento, bem como desviar a atenção da equipa de gestão da gestão corrente da atividade do Banco. Consequentemente, o decurso das averiguações regulatórias, quaisquer processos regulatórios subsequentes e responsabilidades apuradas, e qualquer litígio emergente das, ou relacionado com, as operações acima descritas, se decididos em desfavor do Banco, poderão ter um efeito negativo relevante na sua atividade, nos resultados das operações ou na condição financeira.

CONTINGÊNCIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Não é possível garantir, antecipadamente, que o Grupo consiga executar a sua agenda estratégica assente em quatro pilares: i) reforçar a liderança em Portugal; ii) apostar nas competências de Angola e Moçambique como plataformas de crescimento em África; iii) explorar novos mercados de afinidade e iv) redefinir o posicionamento das operações europeias, devido a condicionalismos gerais, como sejam o agravamento das condições de mercado, a envolvente adversa, o aumento da concorrência ou as ações encetadas pelos principais concorrentes, ou a condicionalismos específicos, associados a eventuais atrasos na implementação do seu programa estratégico ou da eficácia e grau de implementação das medidas para retomar o crescimento e a liderança no retalho e para captar mais valor nos segmentos Empresas e Corporate, para manter o esforço de redução de custos, de otimização da disciplina de gestão do capital e da liquidez e de fortalecimento da gestão do risco. O Banco poderá enfrentar dificuldades na implementação de medidas de gestão com alcance crítico e que visam continuar o repricing, otimizar a recuperação dos proveltos bancários e da rendibilidade, mitigar a exposição a diversos tipos de risco e aumentar os fundos próprios, com impacto negativo nos níveis de eficiência projetados, comprometendo os objetivos definidos e a solvabilidade.



CULTURA DE RIGOR

No Grupo Banco Comercial Português estão instituídos um conjunto de códigos e políticas que sintetizam as normas e deveres profissionais e deontológicos fundamentais para o desempenho cumpridor e coerente de todos os Colaboradores.

O Grupo BCP considera que o respeito pela missão e valores definidos, bem como o cumprimento da sua estratégia, depende de cada Colaborador, pelo que fomenta uma cultura de rigor e responsabilidade, suportada em mecanismos de divulgação permanente de informação, formação e monitorização, que garanta o estrito cumprimento das regras de conduta definidas.

CÓDIGOS	Código Deontológico	Regulamento Interno Relativo à Atividade de Intermediação Financeira	Regimento do Conselho Geral e de Supervisão	Regimento do Conselho de Administração Executivo
POLÍTICAS	Política de Compliance	Política de Sustentabilidade	Política Social	Política Ambiental

No âmbito da responsabilidade corporativa e social, o Banco aderiu voluntariamente a princípios de referência e é membro de entidades que garantem a transparência e ética empresarial, comprometendo-se, assim, a respeitar e promover, na sua esfera de influência, um conjunto de valores-chave nas áreas dos direitos humanos, normas laborais, normas sociais e ambientais e combate à corrupção.

PRINCÍPIOS E ENTIDADES	Princípios do Global Compact	Princípios do Equador	Global Reporting Initiative	BCSD Portugal	Associação Portuguesa de Anunciantes
-------------------------------	------------------------------	-----------------------	-----------------------------	---------------	--------------------------------------

Os documentos referidos, bem como os princípios de referência a que o Grupo BCP aderiu, são públicos e estão disponíveis para consulta no *site* institucional do Banco.

Estão ainda definidas e publicadas internamente normas de segurança física e de sistemas de informação e de continuidade de negócio que estabelecem procedimentos e deveres de conduta adequados às funções exercidas e aos níveis de responsabilidade dos diferentes órgãos e de todos os Colaboradores. No *site* institucional do Millennium bcp estão disponíveis para consulta pública a missão e atividades desenvolvidas pelas direções responsáveis pela gestão dos temas de segurança e continuidade do negócio.

FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

Criado em 2004, o Compliance Office é responsável pela implementação de sistemas de prevenção, monitorização e reporte dos riscos nos processos organizacionais, que incluem a comunicação com Clientes, prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, prevenção de conflitos de interesses e abuso de mercado e monitorização de transações. No entanto, todos os Colaboradores do Banco têm o dever de agir na sua esfera de atividade com o rigor que a legislação impõe e a responsabilidade que a ética profissional determina. Assim, para que haja um alinhamento cultural sobre estas matérias, o Compliance Office mantém uma prática de formação e informação permanente por forma a garantir a minimização dos riscos operacionais, de compliance e de reputação.

O Compliance Office tem uma estrutura internacional, representada no exterior por International Compliance Officers, que reportam funcionalmente ao Group Head of Compliance, em Portugal. No início de 2011, realizou-se o 1.º Encontro Internacional de Compliance Officers do Grupo, com o apoio do CAE, fórum com resultados relevantes ao nível da partilha de informação, da clarificação de princípios, do alinhamento de estratégias e implementação de planos de atuação comuns.

Em 2011, o Compliance Office evoluiu para um formato mais integrado, onde a consolidação de meios técnicos, processos e práticas foi relevante para a descentralização da função na Organização em termos de sensibilização para os temas de compliance e para a obtenção de maior nível de visibilidade interna e externa, tendo prestado sempre a todas as áreas do Grupo e aos seus Órgãos de Administração e Fiscalização as informações, recomendações e esclarecimentos, de forma independente e no cumprimento dos requisitos legais, relativamente aos factos que lhe foram dados a conhecer na sua atuação.

As ações de formação e informação desenvolvidas pelo Compliance Office, junto das áreas relevantes para a aprovação final dos novos produtos e serviços e ainda de todas as peças promocionais do Banco, permitiram um maior rigor no acompanhamento do processo de criação e alteração de produtos e serviços, garantindo o cumprimento dos princípios e regras de transparência, veracidade e equilíbrio em conformidade com os princípios regulamentares vigentes. De um total de 2.144 processos analisados foram emitidas 1.739 recomendações de ajustamento que foram acolhidas pelas unidades responsáveis.

Em Portugal, deu-se continuidade ao programa de formação "Cultura de Rigor", iniciado em 2010, que pretende tomar intrínsecos temas como: i) a ética e deontologia profissional; ii) a necessidade de conhecer bem os Clientes desde o momento da abertura de conta; iii) o rigor e transparência na relação com os Clientes e na venda de produtos e de serviços; iv) a execução de transações respeitando os princípios de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo e v) a necessidade de garantir a segurança física e informática. Em 2011, foram concluídos os temas Prevenção e Segurança (9.750 Colaboradores formados, num total de 78.000 horas de formação) e Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (AML/CTF) (9.782 Colaboradores formados, num total de 39.128 horas de formação). Dos Colaboradores formados em Portugal em matérias de compliance, 10% desempenham funções diretivas.

COLABORADORES FORMADOS ⁽¹⁾

AML/CTF, Abuso de Mercado, Controlo Interno, Monitorização de Transações e Temas Legais

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Atividade em Portugal ⁽²⁾	10.038	767	445	1.208,7%
Atividade Internacional	4.466	13.515	5.542	-67,0%
TOTAL	14.504	14.282	5.987	1,6%

(1) O mesmo Colaborador pode ter frequentado diversas formações. Inclui Polónia, Grécia, Roménia, Moçambique, Angola, Suíça e Ilhas Canárias.

(2) Em 2011, inclui formação de AML/CTF no âmbito do programa Cultura de Rigor.

Toda a informação sobre o tema "Cultura de Rigor" e manuais e filmes de apoio ao programa estão disponibilizados para consulta na intranet. Para 2012, as ações de formação incidirão, essencialmente, sobre temas de Ética e Deontologia, com especial ênfase na regulamentação de intermediação financeira, conflitos de interesses e códigos de conduta aplicáveis a Colaboradores no desempenho de funções de análise financeira e consultoria para investimento.

PREVENÇÃO, MONITORIZAÇÃO E CONTROLO

Em 2011, foi dada continuidade ao plano de evolução e consolidação das políticas, procedimentos e mecanismos de controlo e monitorização no âmbito dos temas da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (AML/CFT). Foram aperfeiçoadas as técnicas de deteção de operações suspeitas já anteriormente implementadas, tendo sido possível assistir a uma consequente consolidação das melhores práticas que o Banco implementa. As alterações efetuadas no modelo de classificação de risco permitiram a quase duplicação dos níveis existentes, possibilitando assim a diferenciação de características de risco entre entidades que antes se acompanhavam de forma similar. Foi ainda possível introduzir melhorias e alterações nas grelhas de monitorização, quer nos respetivos algoritmos, quer procedendo ao alargamento do âmbito da sua aplicação a novas tipologias de transações, permitindo em simultâneo uma alocação de recursos mais racional e eficiente.

Em consequência dos diversos acontecimentos ocorridos, assistiu-se, ao longo do ano, a um agravamento dos designados riscos político-geográficos, o que originou a necessidade de ajustamentos significativos e sucessivos nos procedimentos de controlo e filtragem de transações e entidades sujeitas a restrições, embargos e sanções internacionalmente decretadas. A evolução permanente do risco reputacional de envolvimento com jurisdições de menor transparência, de risco acrescido na potencial proteção de fluxos financeiros com origem em países, organizações ou entidades sujeitas a restrições internacionais motivou um acréscimo significativo de ações necessárias no cumprimento dos deveres de diligência reforçada, exame e controlo.

São também objeto de monitorização sistemática as operações de mercado com vista à prevenção de práticas associadas a abuso de mercado e, sempre que se justifique, o Compliance Office procede à monitorização exaustiva de outras operações efetuadas em antecipação a eventos relevantes, que possam dar origem a modificação das condições de mercado ou que indiciem a utilização potencialmente abusiva de informação privilegiada.

No âmbito da atividade internacional do Compliance Office, com o objetivo de uma aplicação mais transversal de políticas, princípios e procedimentos e uma maior intervenção na definição de linhas de orientação, alinhamento de estratégias e definição de prioridades: i) foi implementado um novo modelo de reporte regular de informação, corporizado num *Compliance Internal Reporting Schedule* mais abrangente; ii) fez-se um acompanhamento da atividade diária dos Compliance Officers Internacionais; iii) reforçou-se a monitorização da implementação das recomendações resultantes das avaliações efetuadas pelas Auditorias Internas, Autoridades de Supervisão e Auditores Externos; iv) disponibilizou-se, a todas as operações, ferramentas informáticas de monitorização AML/CTF; v) foi produzida uma Síntese Trimestral da Atividade dos International Compliance Officers e vi) foi adotada em todas as operações a documentação relevante de *compliance*, de onde se destacam os Códigos de Grupo, em particular o Código Deontológico e as Políticas de *Compliance*.

No âmbito do dever de colaboração a que o Banco está obrigado, previsto no art. 18.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, o Compliance Office assegura todos os procedimentos de esclarecimento e resposta a pedidos de informação provenientes das autoridades competentes.

Por outro lado, o Compliance Office formula pedidos de informação sobre determinados dados relativos a Clientes, no sentido de se obterem elementos que permitam, em sintonia com o princípio de *Risk Based Approach*, uma tomada de decisão mais consolidada na análise de propostas recebidas. Sempre que ocorre a recolha deste tipo de informação, são efetuadas diligências preventivas de modo a garantir a realização de deveres de diligência reforçada, de exame detalhado e de controlo (através de uma monitorização mais assídua e robusta), tanto na abertura de conta como na realização de determinadas operações.

COMUNICAÇÕES A ENTIDADES JUDICIAIS LOCAIS

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
INICIATIVA PRÓPRIA				
Atividade em Portugal	209	187	137	11,8%
Atividade Internacional ⁽¹⁾	255	193	154	32,1%
RESPOSTA A PEDIDOS				
Atividade em Portugal	239	161	172	48,4%
Atividade Internacional ⁽¹⁾	912	554	454	64,6%
TOTAL	1.615	1.095	917	47,5%

(1) Inclui Polónia, Grécia, Roménia, Moçambique, Angola, Suíça e Ilhas Caimão.

A atividade da Direção de Auditoria é exercida em consonância com os princípios de auditoria interna reconhecidos e aceites internacionalmente e assegura a existência de um adequado ambiente de controlo, de um sistema de gestão de riscos sólido, de um sistema de informação e de comunicação eficiente e de um efetivo processo de monitorização do sistema de controlo interno do Banco e do Grupo. Como contributo para o aprofundamento da cultura de rigor no Banco, nos últimos anos foram introduzidas no plano de atividades desta Direção novas ações de auditoria – Auditorias de Ética e Rigor – especialmente vocacionadas para a análise transversal de matérias de natureza comportamental, cumprimento de normas e códigos de conduta, correta utilização das competências delegadas e respeito pelos demais princípios de atuação em vigor no relacionamento com Clientes, externos e internos.

A prevenção e mitigação do risco de fraude, bem como a deteção e investigação de situações ou tentativas de fraude, interna ou externa, e a condução e acompanhamento de eventuais processos disciplinares ou judiciais daí resultantes constituem igualmente uma prioridade na alocação dos recursos afetos à Direção de Auditoria.

Ao nível da prevenção, deteção e análise de potenciais situações de fraude, foram executados 306 controlos e desenvolvidos 574 procedimentos de investigação preliminar. No seguimento dos processos de investigação levados a cabo em Portugal relativamente a potenciais situações irregulares, foram aplicadas sanções a 38 Colaboradores por violação de normas. Em nenhum dos casos estavam em causa situações de corrupção.

COLABORADORES SANCIONADOS POR VIOLAÇÃO DE NORMAS

Atividade em Portugal

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
VIOLAÇÃO DE NORMAS				
Normas internas	18	15	15	20,0%
Normas externas	20	23	14	-13,0%
TOTAL	38	38	29	0,0%

Ao longo de 2011, como parte integrante da execução do seu plano de atividades, a Direção de Auditoria procedeu também à análise das matérias relativas às práticas de gestão ambiental e social decorrentes ou relacionadas com o objeto de cada auditoria em concreto. Em particular, nas auditorias presenciais a sucursais, os respetivos programas incluem a avaliação das condições de higiene e manutenção das instalações e do respeito pelas políticas de reciclagem adotadas no Banco, sendo emitidas as necessárias recomendações de correção sempre que detetadas deficiências.

Por seu lado, todas as reclamações, queixas ou denúncias de situações que indiciem comportamentos socialmente inadequados de Colaboradores, quer entre si, quer relativamente a Clientes, são objeto de análise e investigação, dando lugar a procedimentos disciplinares sempre que tal se justifique.

ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE INTERNA

O ano de 2011 ficou marcado pelos exigentes desafios nos diversos países em que o Banco está presente, sendo que os Colaboradores desempenharam um papel determinante na superação das adversidades na maioria dos países da Europa e no processo de expansão em curso em Angola e Moçambique.

Em 2012 manter-se-á o estímulo ao envolvimento de todos os Colaboradores na procura de soluções inovadoras que contribuam para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo BCP.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES

Em dezembro de 2011, o número total de Colaboradores era de 21.508, dos quais 46,3% a trabalhar em Portugal, 38,4% a trabalhar nas operações nos restantes países da Europa e 15,2% nas operações de Angola e Moçambique.

COLABORADORES (FINAL DE ANO)

	'11		'10		'09		VAR. % '11/'10
PORTUGAL	9.959	46,3%	10.146	47,5%	10.298	48,4%	-1,8%
Retalho	6.365	64%	6.540	64%	6.666	65%	-2,7%
Empresas & Crédito Especializado	456	5%	450	4%	419	4%	1,3%
Corporate	151	2%	146	1%	142	1%	3,4%
Banca de Investimento	155	2%	159	2%	165	2%	-2,5%
Asset Management & Private Banking	191	2%	214	2%	235	2%	-10,7%
Processos e Serviços Bancários	1.850	19%	1.842	18%	1.889	18%	0,4%
Áreas Corporativas	644	6%	645	6%	637	6%	-0,2%
Associadas e Outros	147	1%	150	1%	145	1%	-2,0%
INTERNACIONAL	11.549	53,7%	11.224	52,5%	10.987	51,6%	2,9%
Bank Millennium na Polónia ⁽¹⁾	6.289	54%	6.135	55%	6.245	57%	2,5%
Millennium bank na Grécia	1.212	10%	1.470	13%	1.527	14%	-17,6%
Millennium bank na Roménia	690	6%	731	7%	700	6%	-5,6%
Millennium bcp Banque Privée na Suíça	69	1%	71	1%	65	1%	-2,8%
Millennium bim em Moçambique	2.377	21%	2.088	19%	1.936	18%	13,8%
Banco Millennium Angola	893	8%	714	6%	499	5%	25,1%
Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão	19	0%	15	0%	15	0%	26,7%
TOTAL DE COLABORADORES	21.508	100%	21.370	100%	21.285	100%	0,6%

(1) Número de Colaboradores corresponde a Full Time Equivalent.

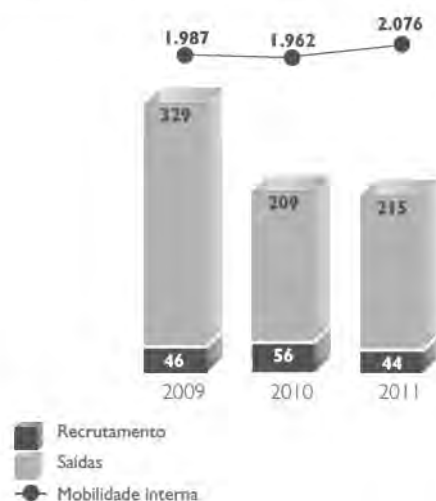
As variações anuais, por país, são explicadas pela diferença entre os Colaboradores recrutados e os Colaboradores que saíram e ainda pelo movimento de Colaboradores entre países. Globalmente a diferença entre recrutamento e saídas foi de 138 pessoas a que corresponde um crescimento, entre 2010 e 2011, de 0,6%.

Na Polónia e nos países de África registou-se uma variação total positiva de 622 Colaboradores e em Portugal, na Grécia e na Roménia registou-se uma variação total negativa de 486.

A variação negativa: i) em Portugal (-187 Colaboradores) deveu-se maioritariamente a Colaboradores que saíram por motivo de reforma (54%) e por sua iniciativa (21%); ii) na Grécia (-258 Colaboradores) decorreu de um programa voluntário de saídas, criado na sequência do encerramento de 33 sucursais e de alguns serviços centrais no final do último trimestre, que influenciou a saída de 220 Colaboradores. Mais de 75% dos Colaboradores que saíram estavam na faixa etária entre os 30 e os 50 anos e iii) na Roménia (-41 Colaboradores) deveu-se à saída de 187 Colaboradores,

ROTATIVIDADE DE COLABORADORES

Atividade em Portugal
N.º de Colaboradores



ROTATIVIDADE DE COLABORADORES

Atividade Internacional (*)
N.º de Colaboradores



(*) Informação não disponível para Suíça e Angola em 2009.

86% dos quais por iniciativa própria, parcialmente compensada com o recrutamento de 146 pessoas. Mais de 60% dos Colaboradores que saíram e foram recrutados estão na faixa etária inferior a 30 anos.

A mobilidade, interna e entre países, é reconhecida como um veículo de valorização das carreiras dos Colaboradores, procurando de acordo com as necessidades naturais decorrentes da atividade do Banco e da sua estratégia, lançar novos desafios que correspondam às suas expectativas. A mobilidade é ainda um veículo de partilha de melhores práticas entre os países.

Em Portugal e na Polónia são disponibilizados através da intranet os anúncios de vagas internas às quais os Colaboradores se podem candidatar. Programas como o "Novos Rumos" e o "Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais (PDCC)", em Portugal, têm apoiado respetivamente a mobilidade geográfica e a mobilidade dos serviços centrais para a Rede de Retalho.

ATRAÇÃO E GESTÃO DO TALENTO

A atração do talento continua a ser uma das prioridades do Banco, havendo em Portugal, na Polónia e em Angola programas específicos de atração de jovens que revelem capacidades académicas e pessoais alinhadas com as necessidades e os valores do Grupo BCP.

Na sexta edição do programa "Come and Grow With Us", em Portugal, promoveram-se 25 iniciativas junto dos jovens universitários, 16 das quais se realizaram nas Universidades e 9 no Banco. Estas atividades incluíram workshops temáticos, discussão de case studies e jogos de gestão bancária. Das iniciativas realizadas no Banco destacam-se o "Millennium Banking Seminar", no qual participaram 58 estudantes, o "Banking G@me", que contou com 40 participantes e o programa de acolhimento dos 42 estudantes da turma MIM CEMS. O programa de "Estágios de verão" proporcionou a 40 jovens a oportunidade de desenvolverem os seus projetos suportados na experiência profissional adquirida, tendo sido o grau de satisfação com este programa de 96 p.p. (numa escala de 100).

No âmbito das iniciativas referidas são anualmente identificados jovens que após o processo normal de recrutamento integram programas específicos de aquisição de conhecimentos transversais da Organização e de desenvolvimento profissional e pessoal: "People Grow" e "Young Specialist".

O programa "Expert StartUp" na Polónia destina-se a proporcionar formação em áreas muito especializadas. Durante o ano de 2011, os 13 participantes neste programa tiveram formação específica nas áreas de Gestão de Risco e Informática e Tecnologia (IT).

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

PROGRAMAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	NÚMERO DE PARTICIPANTES	PAÍS
COLABORADORES RECÉM-ADMITIDOS	People Grow	17	Portugal
		13	Polónia
	Young Specialist	43	Portugal
	Expert StartUp	13	Polónia
COLABORADORES COM EXPERIÊNCIA	Grow Fast	31	Portugal
	High Flyers	11	Grécia
COLABORADORES DO RETALHO	Grow in Retail	54	Portugal
	Master in Retail	88	Portugal

Em Angola foram identificados sete Colaboradores aos quais foram atribuídas bolsas de estudo para apoiar os jovens no desenvolvimento de competências pessoais e profissionais através de formação académica.

São também identificados, anualmente, Colaboradores com capacidade para assumirem funções de maior responsabilidade e complexidade que integram programas específicos de formação – “Grow Fast”, “Grow in Retail”, “Master in Retail” e “High Flyers” – que incluem a participação em projetos estratégicos do Banco.

Em Portugal realizou-se a quarta edição do fórum “Grow Together”, que voltou a juntar Colaboradores dos programas “Grow Fast” e “People Grow”, que estiveram organizados em sete equipas de trabalho, com o objetivo de apresentarem e debaterem temas estratégicos para o Banco com os seus Mentores e vários elementos da Administração e da Alta Direção. Na sequência de uma sugestão das equipas participantes na edição anterior, as apresentações deste ano foram precedidas por um breve ponto de situação sobre todos os projetos apresentados, nestes fóruns, desde 2008.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO E À INOVAÇÃO

AValiação e Reconhecimento

Os sistemas de avaliação dos Colaboradores em todas as operações do Millennium bcp permitem identificar as principais necessidades de formação, desenvolvimento e mobilidade dos Colaboradores, baseada na análise do seu potencial ou lacunas. Através do modelo de avaliação de desempenho é possível identificar quais os Colaboradores com perfil ou com capacidade para desenvolver competências para virem a desempenhar funções nas posições críticas, dentro da Organização.

Na maioria dos países foram avaliados todos os Colaboradores elegíveis para o processo de avaliação, sendo que relativamente ao número total de Colaboradores, em Portugal foram avaliados 97% e nos restantes países a média foi de 78%. Em Portugal registaram-se 1% de discordâncias, o que traduz um elevado grau de partilha da visão sobre o desempenho entre avaliadores e avaliados.

AValiação de Desempenho

	'11	'10	'09
COLABORADORES AVALIADOS			
Atividade em Portugal	9.708	10.218	10.265
Atividade Internacional ⁽¹⁾	8.929	10.542	9.740
TOTAL	18.637	20.760	20.005

(1) Informação não disponível para a Suíça e Angola em 2009.

Em Portugal, foi realizado um inquérito após a conclusão das avaliações, tendo sido consultados avaliadores e avaliados, quanto à qualidade e eficiência que reconhecem no sistema de avaliação individual de desempenho, sendo que revelaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos 88,4% dos avaliadores e 81,1% dos avaliados.

Na Polónia, em 2011, na sequência de sugestões recebidas dos Colaboradores, foram realizadas reuniões nas diferentes unidades orgânicas, no final de cada fase do ciclo de avaliação, para discussão e análise do nível de cumprimento dos objetivos da equipa como um todo, em complemento à avaliação individual.



O Millennium bcp mantém, a par com uma atitude de constante incentivo à valorização dos Colaboradores e à adoção de práticas de excelência, uma política de reconhecimento face ao mérito e empenho revelado por cada Colaborador. Em 2011, no âmbito do processo complementar aos sistemas formais de avaliação individual de desempenho, foram identificados em Portugal 64 Colaboradores, na Grécia 50 Colaboradores e em Angola 25 Colaboradores como excelentes na sua função. Em Portugal e em Angola, esta distinção foi traduzida num Prémio de Excelência, entregue nas respetivas reuniões de objetivos, e na Grécia serviu como ferramenta para identificar os 11 Colaboradores que vão integrar o programa específico de desenvolvimento “High Flyers”.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A formação tem desde sempre sido assumida como uma prioridade para o desenvolvimento das competências profissionais e pessoais dos Colaboradores e como veículo de alinhamento com a estratégia do Banco.

Em termos globais, foram dadas cerca de 991 mil horas distribuídas por cerca de 3.000 ações de formação, com uma média de 46 horas de formação por Colaborador. Este número de horas de formação corresponde a um crescimento de 52% face a 2010.

FORMAÇÃO ⁽¹⁾

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
NÚMERO DE AÇÕES ⁽²⁾				
Presencial	2.266	1.719	756	31,8%
E-learning	642	444	68	44,6%
À distância	155	222	22	-30,2%
NÚMERO DE PARTICIPANTES ⁽³⁾				
Presencial	25.299	27.814	22.079	-9,0%
E-learning	118.428	61.005	77.445	94,1%
À distância	25.906	42.799	42.344	-39,5%
NÚMERO DE HORAS				
Presencial	660.312	376.921	281.162	75,2%
E-learning	145.445	157.202	165.144	-7,5%
À distância	185.905	118.748	119.624	56,6%

(1) Informação não disponível para a Suíça e Angola em 2009.

(2) Informação não disponível para Portugal em 2009.

(3) Corresponde ao total de participantes das formações realizadas. O mesmo Colaborador pode ter frequentado diversas formações.

Globalmente, foram os Colaboradores das áreas comerciais que receberam um maior número de horas de formação. Em todos os países são anualmente dinamizadas inúmeras ações junto dos Colaboradores das áreas comerciais que têm como objetivos: i) aprofundar o conhecimento dos produtos e ii) aumentar a qualidade do serviço prestado aos Clientes.

FORMAÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL POR GÉNERO ^(*)

Média de horas por Colaborador/Total de horas por categoria

	Homens	Mulheres
Conselho de Administração	20/576	6/19
Alta Direção	26/4.028	49/1.610
Direção	37/44.844	40/30.480
Comerciais	51/268.235	47/308.330
Técnicos	27/60.261	19/36.781
Outros	96/107.301	54/71.387

(*) Informação não disponível para Angola.

Em Portugal foi ainda dinamizada formação nas seguintes dimensões:

■ Dois programas estratégicos: "Cultura de Rigor" e "ADN Millennium". O programa "Cultura de Rigor", que envolveu todos os Colaboradores do Banco, está detalhado no capítulo com o mesmo nome neste relatório na página 198. O programa comportamental "ADN Millennium" destinado a todos os Colaboradores da Rede de Retalho teve como principal objetivo reforçar competências na relação e negociação com os Clientes. Foi também dada continuidade ao programa de "Gestão das Pessoas" na Rede de Retalho tendo sido realizada formação a todos os Coordenadores Comerciais que iniciaram funções no último ano;

■ Foram desenvolvidos programas integrados nos quais foram envolvidas todas as chefias da Direção Comercial de Empresas Sul; Direção de Recuperação Especializada; Direção Internacional; Direção de Crédito e Direção de IT. Foi, igualmente, dada continuidade ao programa de "Liderança" ministrado pela Academia Militar e que envolveu mais de 50 diretores do segundo nível da estrutura do Banco;

■ No âmbito dos processos de certificação finalizou-se o programa dos 78 Gestores da Direção de Crédito Especializado e mantiveram-se os cursos para Assistentes Comerciais e Gestores da rede de Private Banking.

Na Polónia, manteve-se o programa de integração de novos Colaboradores "Uma só Voz" e foi lançado em 2011 um programa de liderança e gestão de pessoas, com o objetivo de melhorar as capacidades de comunicação interna e motivação das equipas, por parte das hierarquias.

As significativas alterações do mercado laboral e a maior longevidade da vida ativa colocam novos desafios e incentivam novas abordagens ao nível da gestão de carreira dos Colaboradores. O programa "Valorizamos a Experiência", lançado em 2009 em Portugal, com o propósito de promover uma melhor gestão do talento e do conhecimento dos Colaboradores mais experientes, pretende dar resposta a este enquadramento. Em 2011, participaram 449 Colaboradores neste programa, no âmbito do qual se realizaram 14 módulos de formação decorrentes das necessidades identificadas no plano de ação personalizado.

A partilha de experiências entre áreas distintas é um veículo de sedimentação do espírito de equipa e de consciencialização de que todos trabalham para um serviço de excelência aos Clientes, mas também de aquisição de novos conhecimentos. Assim, em Portugal:

■ Deu-se continuidade à iniciativa "Um dia com o Cliente", através da qual se promoveu a deslocação por um dia a uma sucursal da Rede de Retalho, de mais de 1.900 Colaboradores dos serviços centrais. O projeto, que procurou potenciar respostas mais ajustadas na interação entre os serviços centrais e o Retalho, terminou em 2011 com 92,3% dos participantes a afirmarem terem ficado satisfeitos ou muito satisfeitos com a experiência;

■ Iniciou-se o programa "Um dia na DRE" no âmbito do qual cerca de 60 coordenadores comerciais de sucursais de gestão personalizada (Prestige e Negócios) das zonas da grande Lisboa e grande Porto passaram um dia na Direção de Recuperação Especializada para aprofundarem os conhecimentos sobre a componente processual e a sua articulação nas diferentes fases de análise. O programa terá continuidade em 2012.

A Direção de Contencioso do Millennium bcp, em Portugal, promoveu ao longo de 2011 um ciclo de quatro conferências sobre Direito Bancário, para as quais foram convidados Colaboradores e Advogados que colaboram regularmente com o Banco. O ciclo iniciou-se com o Sr. Prof. Menezes Cordeiro ("A Efetivação do Direito Bancário – Vetores Atuais"), seguindo-se o Sr. Prof. Marques da Silva ("Segredo Bancário"), depois, o Sr. Cons. Dr. Abrantes Geraldês e o Sr. Dr. Júlio Castro Caldas ("O Direito Bancário na Jurisprudência Portuguesa – Vetores Relevantes") e concluindo-se com o Sr. Prof. Calvão da Silva ("A Crise Financeira e [a Ausência de] o Direito"). Face ao êxito das conferências, que contou sempre com uma participação superior a 200 Colaboradores, foi decidido promover a sua continuidade durante o ano de 2012.

INOVAÇÃO

A capacidade de envolver os Colaboradores na procura constante da melhoria de eficiência tem permitido encontrar soluções, no âmbito dos processos internos e de serviço ao Cliente, com impacto direto na qualidade dos produtos e serviços e nos custos operativos, do Banco.

Em Portugal, na Polónia e na Grécia os programas de ideias incentivam, de forma estruturada, os Colaboradores a apresentarem ideias diretamente ou integradas em desafios temáticos ou por área.

PROGRAMAS DE INCENTIVO À GERAÇÃO DE IDEIAS ⁽¹⁾

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Colaboradores que apresentaram ideias	799	855	908	-6,5%
Ideias apresentadas	1.107	1.374	1.460	-19,4%
Ideias aprovadas	68	29	58	134,5%

(1) Inclui programa "Mil Ideias" em Portugal, "Call 2 Action" na Polónia e "Mega Ideias" na Grécia.

Em 2011, das ideias implementadas em Portugal, destacam-se:

- Disponibilização do *download* em formato de arquivo (PDF) de comprovativos de transações efetuadas nos canais automáticos;
- Disponibilização de um maior número de transações no *site* do Banco na versão em inglês, para facilitar a interação dos Clientes que não estão familiarizados com a língua portuguesa.

À semelhança dos anos anteriores foi organizado o *workshop* "Mil Ideias" com o objetivo de reconhecer as melhores participações, em Portugal, subordinado ao tema *Making Change Happen*. Estiveram presentes cerca de 50 Colaboradores, que através de várias experiências formativas e de momentos disruptivos tomaram contacto com ferramentas que incentivam à partilha do espírito de inovação com os seus pares.

Realizou-se em Portugal a segunda edição do *workshop* "Porta Aberta" destinado à partilha de experiências e melhores práticas no âmbito da inovação, no qual participaram 47 representantes de 19 empresas e instituições de referência.

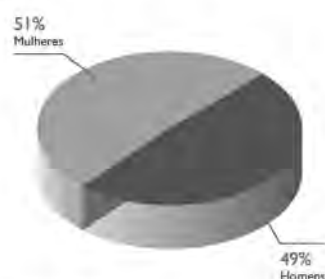
DIVERSIDADE E VALORES SOCIAIS

O Grupo BCP proporciona a todos os Colaboradores um tratamento justo e com igualdade de oportunidades, promovendo a meritocracia em todas as fases dos percursos profissionais e definindo a remuneração dos Colaboradores de acordo com a sua categoria, percurso profissional e grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos, respeitando-se o rácio salarial de 1:1 entre homens e mulheres com funções e nível de responsabilidade equiparáveis.

Nos princípios de atuação do Grupo BCP foi instituído um conjunto de valores e referenciais de atuação, aplicáveis a todos os Colaboradores, de todas as operações, nos quais se inclui uma inequívoca orientação para: i) independentemente do respetivo nível hierárquico ou de responsabilidade, todos os Colaboradores atuem de forma justa, recusando qualquer situação de discriminação e ii) se reafirma a adesão aos dez Princípios do *Global Compact*, no âmbito dos quais o Grupo reconhece e apoia a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva de acordos de trabalho e rejeita a existência de qualquer forma de trabalho forçado e compulsório, bem como de trabalho infantil.

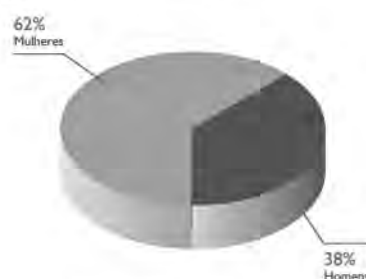
DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

Percentagem



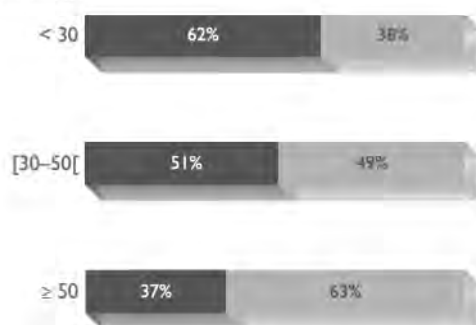
PROMOÇÕES POR GÉNERO

Percentagem



FAIXA ETÁRIA POR GÉNERO

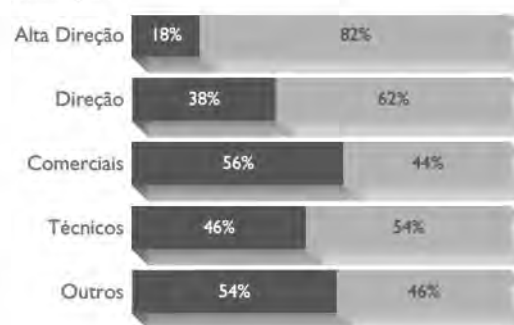
Percentagem



■ Mulheres ■ Homens

CATEGORIA PROFISSIONAL POR GÉNERO

Percentagem



O Millennium bcp mantém disponibilidade para o diálogo com as Entidades representantes dos Colaboradores materializada, em Portugal, nas reuniões mensais entre a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração Executivo e na participação na Comissão de *Stakeholders* de um representante da Comissão de Trabalhadores. O Banco é também subscritor dos Acordos Coletivos de trabalho celebrados com os Sindicatos representativos do Setor Bancário, disponibilizando meios e instalações para o funcionamento de secções sindicais de empresa.

PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA AOS COLABORADORES

O Grupo BCP disponibiliza um conjunto de benefícios sociais, além do que se encontra estabelecido na legislação, que contribui para manter um adequado nível de bem-estar dos Colaboradores.

No âmbito do incentivo à qualificação académica e desenvolvimento pessoal dos Colaboradores:

- O Banco apoiou, em 2011, nos diversos países, um total de 2.636 Colaboradores, sendo que a comparticipação média sobre o valor total do custo de formação em Portugal foi de 52% e nas operações internacionais mais de 90%. Este programa destina-se a Colaboradores com mérito e potencial evidenciados, para obtenção de licenciaturas, pós-graduações e mestrados, com interesse para as suas carreiras e para a atividade do Grupo;
- Mantiveram-se os cursos para aprendizagem de línguas estrangeiras, sendo que em Portugal 468 Colaboradores frequentaram aulas de inglês e 9 frequentaram aulas de espanhol, num total de 30 mil horas de formação, na Polónia 9 Colaboradores não nacionais frequentaram aulas de polaco e em Angola 33 Colaboradores frequentaram aulas de inglês;
- Em Portugal, foram apoiados 204 Colaboradores com estatuto de trabalhador estudante, através da atribuição mensal de um subsídio, cujo valor global foi de 34.693 euros.

Em Portugal, os Colaboradores e respetivo agregado familiar:

- Têm acesso a um subsídio mensal de apoio escolar, atribuído a descendentes de Colaboradores falecidos. Em 2011, foram apoiados 162 jovens num valor global de 342 mil euros;
- Têm acesso a um plano de seguros, com cerca de 20 produtos distintos, em condições diferenciadas que engloba seguros de âmbito familiar, patrimonial, poupança e reforma;
- Dispõem de uma sucursal exclusivamente dedicada a Colaboradores, segmentada nas unidades de negócio de gestão personalizada, Mass-market e seguros. O acesso a esta sucursal, que tem um horário de atendimento alargado, é preferencialmente realizado através de telefone e *e-mail*, dispondo no entanto de espaço para atendimento personalizado;
- Podem ser sócios do Clube Millennium bcp, que organiza um conjunto de eventos nas áreas do desporto, cultura, solidariedade e lazer e que fomentam a iniciativa pessoal e a participação na vida comunitária. Atualmente, o Clube tem 38.558 Associados (Colaboradores no ativo, reformados e familiares);
- Beneficiam de descontos em vestuário, comunicações móveis, transportes, viagens, eletrodomésticos, decorrentes de condições negociadas pelo Millennium bcp com algumas empresas.

Destacam-se ainda os seguintes benefícios, proporcionados aos Colaboradores da Grécia:

- Aos Colaboradores com filhos com necessidades especiais são permitidos cinco dias adicionais de férias;
- É atribuído um subsídio anual aos Colaboradores com mais de três filhos;
- Aos Colaboradores ou filhos de Colaboradores que se classifiquem nos dez primeiros lugares no processo de admissão ao ensino superior ou que sejam distinguidos pela sua *performance* na universidade é atribuído um prémio de 2.000 euros.

Os benefícios sociais de cada país aplicam-se na sua generalidade a todos os Colaboradores dos respetivos países, sendo que em Portugal os Colaboradores com contrato a termo não têm acesso às condições específicas das linhas de crédito para compra de habitação própria ou crédito para fins sociais. Os Colaboradores em regime de *part-time* têm acesso aos benefícios transversais, no entanto, sempre que esses benefícios estejam relacionados com a antiguidade, o valor dos mesmos é calculado proporcionalmente ao tempo de trabalho efetivo. Este princípio de proporcionalidade, para os Colaboradores em regime de *part-time*, aplica-se também na Roménia e na Suíça.

CRÉDITO A COLABORADORES ⁽¹⁾

Milhões de euros

	'11		'10		'09	
	Montante	Colaboradores	Montante	Colaboradores	Montante	Colaboradores
HABITAÇÃO						
Em carteira (acumulado)						
Atividade em Portugal	1.003	11.460	1.036	11.735	1.063	11.973
Atividade internacional	64	1.324	61	1.339	54	1.402
Concedido no ano de reporte						
Atividade em Portugal	49	493	53	541	89	844
Atividade internacional	8	220	18	295	20	339
FINS SOCIAIS						
Em carteira (acumulado)						
Atividade em Portugal	17	2.562	20	3.101	23	3.746
Atividade internacional	12	2.349	9	2.004	4	1.240
Concedido no ano de reporte						
Atividade em Portugal	5	431	7	623	8	739
Atividade internacional	4	897	5	944	3	873

(1) Inclui Colaboradores no ativo e Colaboradores reformados. Informação não disponível para Angola em 2009. Benefício não aplicável na Suíça.

Em 2011, em Portugal, foi criada uma equipa de projeto para trabalhar especificamente o tema de equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal com a participação ativa de 1.723 Colaboradores, no diagnóstico interno através do programa "Mil Ideias", *focus group* e inquéritos diretos. Participaram também 15 primeiros responsáveis de Direções do Banco que integraram o comité de análise e discussão das ideias apresentadas. Não sendo uma preocupação recente do Millennium bcp, as alterações culturais, sociais e económicas que nos últimos tempos têm vindo a modificar o modo de vida das famílias justificam uma nova abordagem a este tema, que pela diversidade de áreas que toca e as distintas implicações que gera justifica uma cuidada ponderação para que a resposta da Organização seja a mais adequada possível às reais necessidades dos Colaboradores.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

SAÚDE E SEGURANÇA

O Millennium bcp promove instalações de trabalho que permitem aos Colaboradores desenvolver a sua atividade com o mínimo de riscos e com o máximo de produtividade, dando-se especial atenção às soluções de luz, temperatura, ruído, qualidade do ar, mobiliário e manutenção de instalações. De forma a assegurar estas condições são realizadas monitorizações periódicas, concretizadas em visitas às instalações, com o objetivo de detetar e corrigir disfunções.

O Banco assegura também o acompanhamento e orientação nos cuidados de saúde, apoiando, sem exceção, todas as situações clínicas dos seus Colaboradores

Todos os Colaboradores, no ativo ou em situação de reforma, e respetivos agregados familiares estão abrangidos por planos de saúde que visam complementar os respetivos serviços nacionais de saúde.

Em Portugal, as situações de maior gravidade, dos Colaboradores no ativo ou reformados, e o agregado familiar poderão ter acesso a receber cuidados de saúde na Clínica Universitária de Navarra.

SERVIÇOS DE SAÚDE ⁽¹⁾

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
SERVIÇOS DE MEDICINA				
Consultas efetuadas				
Atividade em Portugal	31.756	34.452	33.063	-7,8%
Atividade internacional	7.146	7.324	6.930	-2,4%
Check-up efetuados				
Atividade em Portugal	6.999	7.517	6.257	-6,9%
Atividade Internacional	3.473	3.895	3.095	-10,9%
SEGUROS DE SAÚDE (PESSOAS ABRANGIDAS)				
Atividade em Portugal ⁽²⁾	40.564	41.201	41.699	-1,5%
Atividade Internacional ⁽³⁾	11.877	11.487	10.613	3,4%

(1) Inclui Colaboradores no ativo e Colaboradores reformados. Informação não disponível para a Suíça.

(2) Clínica Universitária de Navarra, inclui Colaboradores expatriados.

(3) Informação não disponível para Angola em 2009.

PREVENÇÃO DE DOENÇAS GRAVES

O Banco, em Portugal e em Moçambique, dispõe de unidades de medicina localizadas em diversos pontos do país e um quadro de médicos, dedicado em exclusivo aos Colaboradores.

Em Portugal, a Unidade de Continuidade de Negócio integrada no Gabinete de Prevenção e Segurança tem a responsabilidade de acompanhar, definir e divulgar os planos de contingência em articulação com os Serviços de Medicina do Banco e com a autoridade de saúde local, no âmbito da ocorrência de pandemias ou outras situações que possam afetar gravemente e de forma generalizada a saúde dos Colaboradores. Na Grécia, esta responsabilidade está delegada na Direção de Recursos Humanos.

Em Moçambique, existe um programa de sensibilização, formação e monitorização sobre doenças endémicas e sobre HIV/Sida, que inclui palestras e formação integrada em programas nacionais de saúde. Com o objetivo de mais facilmente disseminar uma cultura de prevenção e mitigação de doenças graves, foi dada formação a um grupo de Colaboradores que são atualmente os dinamizadores destas matérias junto dos seus pares.

CRITÉRIOS DE CÁLCULO

Metodologia utilizada no cálculo de alguns indicadores sociais apresentados nas tabelas das duas páginas seguintes:

TAXA DE RECRUTAMENTO	$= (\text{Número de Colaboradores recrutados}) / (\text{Número total de Colaboradores}) \times 100$
TAXA DE MOBILIDADE	$= (\text{Número de Colaboradores integrados em processos de mobilidade interna}) / (\text{Número total de Colaboradores}) \times 100$
TAXA DE SAÍDAS	$= (\text{Número de Colaboradores que saíram da empresa}) / (\text{Número total de Colaboradores}) \times 100$
TAXA DE ABSENTISMO ⁽¹⁾	$= (\text{Número total de dias de trabalho em que se registaram ausências}) / (48 \times 5 \times \text{Número total de Colaboradores}) \times 100$
TAXA DE DIAS PERDIDOS ⁽¹⁾	$= (\text{Número total de dias de trabalho em que se registaram ausências por acidente ou doença de origem laboral}) / (48 \times 5 \times \text{Número total de Colaboradores}) \times 100$
LICENÇA PARENTAL ⁽²⁾	Inclui análise de ausências de Colaboradores por motivo de nascimento ou adoção.
TAXA DE RETORNO _n	$= (\text{Número de Colaboradores que regressaram ao trabalho})_n / (\text{Número de Colaboradores que já gozaram a licença})_n \times 100$
TAXA DE RETENÇÃO _{n/n-1}	$= (\text{Número de Colaboradores que estão a trabalhar 12 meses depois})_n / (\text{Número de Colaboradores que regressaram ao trabalho})_{n-1} \times 100$

(1) $48 \times 5 \times$ Número total de Colaboradores – potencial máximo de trabalho na organização por ano, em que 48 representa o número médio de semanas de trabalho e 5 representa o número de dias úteis de trabalho por semana.

(2) n – representa o ano de reporte (2011).

CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES POR OPERAÇÃO E GÉNERO

	UNID.	PORTUGAL		POLÓNIA		GRÉCIA		ROMÉNIA	
		H	M	H	M	H	M	H	M
DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL									
	Número								
Conselho de Administração		7	0	6	2	5	1	2	0
Alta Direção		96	14	55	19	2	0	1	0
Direção		735	171	353	524	20	10	13	17
Comerciais		3.390	2.525	885	2.600	283	419	99	289
Técnicos		1.389	822	470	707	31	18	83	181
Outros		428	382	224	522	181	242	2	3
DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA									
	Número								
<30		211	352	738	1.478	59	186	75	239
[30-50[		4.010	2.785	1.150	2.504	436	498	123	250
≥50		1.824	777	105	392	27	6	2	1
DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULO CONTRATUAL									
	Número								
Contrato permanente		6.037	3.900	1.548	3.562	520	688	186	427
Contrato a termo		8	14	445	812	2	2	14	63
Estagiários		0	0	0	0	0	0	0	0
COLABORADORES A TRABALHAR A TEMPO PARCIAL									
	Número	1	27	42	107	0	0	0	1
RECRUTAMENTO									
	Percent./Número								
<30		12,8% / 27	2,8% / 10	49,6% / 366	38,9% / 575	15,3% / 9	4,8% / 9	37,3% / 28	32,2% / 77
[30-50[		0,1% / 5	0,1% / 2	12,6% / 144	8,7% / 218	1,6% / 7	0,8% / 4	11,4% / 14	10,8% / 27
≥50		0% / 0	0% / 0	1,0% / 1	3,3% / 13	11,1% / 3	0% / 0	0,0% / 0	0,0% / 0
CONTRATAÇÃO LOCAL									
	Número	6.045	3.914	1.931	4.352	512	680	196	489
Colaboradores com nacionalidade do país									
Colaboradores do CAE e Alta Direção com nacionalidade do país	Percentagem	100,0%	100,0%	86,9%	90,5%	71,4%	100,0%	0,0%	n.a.
MOBILIDADE INTERNA									
	Percent./Número								
<30		25,6% / 54	31,5% / 111	7,5% / 55	4,5% / 67	8,5% / 5	4,3% / 8	1,0% / 1	2,0% / 5
[30-50[		21,3% / 856	23,2% / 645	6,1% / 70	5,3% / 132	9,2% / 40	7,0% / 35	2,0% / 2	3,0% / 8
≥50		16,7% / 305	13,5% / 105	3,9% / 4	7,2% / 28	3,7% / 1	0,0% / 0	0,0% / 0	0,0% / 0
SAÍDAS									
	Percent./Número								
<30		5,7% / 12	2,3% / 8	32,2% / 238	23,5% / 347	32,2% / 19	17,7% / 33	46,7% / 35	32,6% / 78
[30-50[		1,0% / 41	1,0% / 27	19,3% / 221	14,1% / 352	22,0% / 96	24,5% / 122	30,1% / 37	14,8% / 37
≥50		4,2% / 76	6,6% / 51	4,9% / 5	8,7% / 34	48,1% / 13	116,7% / 7	0,0% / 0	0,0% / 0
LIVRE ASSOCIAÇÃO									
	Percentagem								
Colaboradores abrangidos por Acordo Coletivo de Trabalho		100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.
Colaboradores sindicalizados		86,2%	85,8%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO (HST)									
	Número		247		0		256		148
Visitas de HST									
Taxa de acidentes de trabalho	Percentagem	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Vítimas mortais	Número	0	0	0	0	0	0	0	0
COLABORADORES AVALIADOS									
	Percentagem	97,4%	97,6%	100,0%	100,0%	95,8%	93,0%	84%	68%
COLABORADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA									
	Número	57	49	12	20	0	0	0	0
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES									
	Rácio								
Salário Base Mulher/Homem									
Alta Direção			0,9		0,9		n.a.		n.a.
Direção			1,0		0,8		0,5		1,0
Comerciais			0,8		0,9		1,2		0,7
Técnicos			1,0		0,7		0,5		0,7
Outros			0,9		0,8		1,1		1,2
Remuneração Mulher/ Homem	Rácio								
Alta Direção			0,9		0,9		n.a.		n.a.
Direção			1,0		0,8		0,5		1,0
Comerciais			0,8		0,9		1,2		0,6
Técnicos			0,9		0,7		0,5		0,7
Outros			0,8		0,9		1,1		0,8
Salário mais baixo e o salário mínimo local	Rácio	1,8	1,4	1,0	1,0	1,7	1,7	3,0	2,0
TAXA DE ABSENTISMO									
	Percentagem	1,6%	2,7%	3,2%	12,5%	1,3%	2,8%	1,2%	1,6%
TAXA DE DIAS PERDIDOS									
	Percentagem	0,0%	0,1%	1,5%	15,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
LICENÇA PARENTAL									
	Número								
Em 2011 Colaboradores com direito		161	166	2	533	37	73	16	39
Que já gozaram		152	115	2	412	37	56	0	4
Que regressaram ao trabalho		151	115	2	363	30	48	0	4
Taxa de retorno 2011	Percentagem	99,3%	100,0%	100,0%	88,1%	81,1%	85,7%	-	100,0%
Em 2010 Colaboradores que regressaram ao trabalho	Número	164	178	1	427	33	106	1	11
Que estão a trabalhar 12 meses depois		163	178	1	365	32	103	0	10
Taxa de retenção 2010-2011	Percentagem	99,4%	100,0%	100,0%	85,5%	97,0%	97,2%	0,0%	90,9%
INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO									
	Pontos índice								
Satisfação global			76,0		65,3		70,5		65,6
Motivação			73,3		60,0		70,4		65,7
TOTAL DE COLABORADORES									
	Número	6.045	3.914	1.993	4.374	522	690	200	490

n.a. - Informação não aplicável.

n.d. - Informação não disponível.

CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES POR OPERAÇÃO E GÉNERO

	UNID.	MOÇAMBIQUE		ANGOLA		SUIÇA		TOTAL	
		H	M	H	M	H	M	H	M
DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL	Número								
Conselho de Administração		9	0	3	1	0	0	32	4
Alta Direção		0	0	13	4	3	0	170	37
Direção		95	41	17	5	9	3	1.242	771
Comerciais		637	787	307	378	0	0	5.601	6.998
Técnicos		229	162	78	56	0	0	2.280	1.946
Outros		257	160	19	12	31	23	1.142	1.344
DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA	Número								
<30		541	574	246	287	9	3	1.879	3.119
[30-50[		516	493	169	157	30	21	6.434	6.708
≥50		170	83	22	12	4	2	2.154	1.273
DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULO CONTRATUAL	Número								
Contrato permanente		1.220	1.148	206	198	43	26	9.760	9.949
Contrato a termo		7	2	189	211	0	0	665	1.104
Estagiários		0	0	42	47	0	0	42	47
COLABORADORES A TRABALHAR A TEMPO PARCIAL	Número	0	0	0	0	0	6	43	141
RECRUTAMENTO	Percent/Número								
<30		32,9% / 178	36,2% / 208	48% / 118	43,9% / 126	33,3% / 3	33,3% / 1	38,8% / 729	32,3% / 1.006
[30-50[		0,2% / 1	2,2% / 11	21,3% / 36	14,6% / 23	20,0% / 6	23,8% / 5	3,3% / 213	4,3% / 290
≥50		2,4% / 4	0,0% / 0	0,0% / 0	0,0% / 0	0,0% / 0	0,0% / 0	0,4% / 8	1,0% / 13
CONTRATAÇÃO LOCAL	Número	1.202	1.148	406	449	13	13	10.305	11.045
Colaboradores com nacionalidade do país									
Colaboradores do CAE e Alta Direção com nacionalidade do país	Percentagem	78	n.a.	25,0%	80,0%	33,3%	n.a.	98,5%	99,5%
MOBILIDADE INTERNA	Percent/Número								
<30		51,6% / 279	49,8% / 286	39,8% / 98	44,6% / 128	11,1% / 1	0,0% / 0	26,2% / 493	19,4% / 605
[30-50[		27,7% / 143	27% / 133	35,5% / 60	54,1% / 85	6,7% / 2	4,8% / 1	18,2% / 1.173	15,5% / 1.039
≥50		21,8% / 37	16,9% / 14	36,4% / 8	25% / 3	0,0% / 0	0,0% / 0	16,5% / 355	11,8% / 150
SÁIDAS	Percent/Número								
<30		8,5% / 46	6,1% / 35	18,3% / 45	13,6% / 39	0,0% / 0	0,0% / 0	21,0% / 395	17,3% / 540
[30-50[		7,6% / 39	4,5% / 22	11,2% / 19	14,6% / 23	26,7% / 8	23,8% / 5	7,2% / 461	8,8% / 588
≥50		8,8% / 15	20,5% / 17	4,5% / 1	16,7% / 2	25,0% / 1	0,0% / 0	5,2% / 111	8,7% / 111
LIVRE ASSOCIAÇÃO	Percentagem								
Colaboradores abrangidos por Acordo Coletivo de Trabalho		97,0%	99,7%	100,0%	100,0%	n.a.	n.a.	99,6%	99,9%
Colaboradores sindicalizados		56,0%	62,8%	10,8%	12,3%	n.a.	n.a.	77,1%	74,9%
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO (HST)									
Visitas de HST	Número	n.d.	n.d.	0	0	0	0	651	651
Taxa de acidentes de trabalho	Percentagem	n.d.	n.d.	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Vítimas mortais	Número	n.d.	n.d.	0	0	0	0	0	0
COLABORADORES AVALIADOS	Percentagem	0	0	97,9%	98,9%	58,1%	50,0%	86,0%	86,8%
COLABORADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	Número	n.d.	n.d.	2	0	0	0	71	69
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	Rácio								
Salário Base Mulher/Homem									
Alta Direção		n.a.		0,2		n.a.		0,7	
Direção		0,3		0,3		n.a.		0,8	
Comerciais		1,1		1,2		n.a.		0,9	
Técnicos		0,6		0,7		n.a.		0,8	
Outros		0,7		1,0		n.a.		0,9	
Remuneração Mulher/Homem	Rácio								
Alta Direção		n.a.		0,2		n.a.		0,7	
Direção		0,3		0,4		n.a.		0,8	
Comerciais		1,1		1,1		n.a.		0,9	
Técnicos		0,6		0,6		n.a.		0,8	
Outros		0,7		1,0		n.a.		0,9	
Salário mais baixo e o salário mínimo local	Rácio	0,9	0,9	4,1	5,5	n.a.	n.a.	1,6	1,4
TAXA DE ABSENTISMO	Percentagem	n.d.	n.d.	1,1%	2,7%	5,0%	6,3%	1,7%	6,8%
TAXA DE DIAS PERDIDOS	Percentagem	n.d.	n.d.	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
LICENÇA PARENTAL									
Em 2011 Colaboradores com direito	Número	1	77	2	39	1	3	220	930
Que já gozaram		1	77	2	38	1	3	195	705
Que regressaram ao trabalho		1	77	2	38	1	1	187	646
Taxa de retorno 2011	Percentagem	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	33,3%	95,9%	91,6%
Em 2010 Colaboradores que regressaram ao trabalho	Número	3	70	1	24	2	3	205	819
Que estão a trabalhar 12 meses depois		3	61	1	23	1	2	201	742
Taxa de retenção 2010-2011	Percentagem	100,0%	87,1%	100,0%	95,8%	50,0%	66,7%	98,0%	90,6%
INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO	Pontos índice								
Satisfação global		62,8		59,0		73,4		70,8	
Motivação		63,3		59,4		74,0		68,2	
TOTAL DE COLABORADORES	Número	1.227	1.150	437	456	43	26	10.467	11.100

n.a. - Informação não aplicável.
n.d. - Informação não disponível.

ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE EXTERNA



Em todos os países em que o Millennium bcp está presente, as ações desenvolvidas junto das comunidades, no âmbito dos programas de responsabilidade social, são vastas e abarcam áreas como a educação, a cultura, a beneficência, a solidariedade e as atividades comunitárias, algumas das quais inseridas em programas de voluntariado.

Em Portugal, a Fundação Millennium bcp e em Moçambique, o programa "Mais Moçambique pra Mim" desenvolvem programas próprios, dinamizando inúmeras ações de apoio e interação social. Em Angola, através de uma parceria com o Grupo da Amizade, são apoiadas iniciativas dirigidas a grupos mais desfavorecidos.

Em Portugal, a seleção de projetos a apoiar é realizada com base numa avaliação prévia dos mesmos, pela Fundação Millennium bcp, que observa critérios como inovação, continuidade, relevância para a sociedade, abrangência geográfica e populacional, dando prioridade aos projetos promovidos por instituições de reconhecido mérito na sua área de atuação, que apresentem capacidade de concretização e de auto-sustentação.

Em 2011, foi dada continuidade ao projeto de implementação de um "Modelo de Análise de Impacto na Sociedade", o qual contempla três medições: efeito imediato, mudança na sociedade e benefício. Foram submetidos a este modelo alguns dos projetos apoiados pela Fundação, para os quais foram criados indicadores de medição de impacto adaptados individualmente às características e natureza de cada um. Embora ainda não estejam disponíveis, todos os dados necessários ao reporte completo dos impactos, regista-se a existência de informação mais detalhada, por parte das entidades contactadas para o efeito.

O programa de responsabilidade social do Millennium bcp "Mais Moçambique pra Mim" seleciona projetos que se dirijam, preferencialmente, a apoiar a educação e o desporto infanto-juvenil.

O envolvimento com a comunidade externa é um dos vetores da política social do Grupo BCP, que é pública e pode ser consultada no site institucional do Banco e cujo objetivo é, de forma complementar à sua atividade, promover mais um veículo do desenvolvimento económico e social dos países em que opera. Em 2011, os valores monetários alocados à comunidade externa distribuíram-se da seguinte forma: 33,7% para Educação, 48,0% para Cultura e 18,3% para Beneficência.

EDUCAÇÃO

O Millennium bcp tem promovido projetos e iniciativas na área da educação com o objetivo de apoiar diferentes tipos de população em diferentes etapas da sua vida, contribuindo desta forma para incrementar a qualidade das competências individuais.

No enquadramento atual, o incentivo a uma maior educação financeira e o reforço de competências para o empreendedorismo assumiram grande relevância em Portugal, sendo que ao longo de 2011 se reforçaram os programas do Millennium bcp e se estabeleceram parcerias para a sua promoção:



- Criação de uma nova página no Facebook, a página "Millennium Sugere", onde são disponibilizadas: i) estratégias para aumentar as poupanças; ii) informações sobre gestão do orçamento familiar e iii) informações úteis, de caráter genérico, sobre fiscalidade e impostos. Este espaço de partilha de experiências ajuda a compreender a importância da poupança para garantir um futuro melhor e ajudar no planeamento para fazer face aos desafios futuros. Esta página, que no final do ano tinha mais de 5.000 seguidores, veio complementar a Área de Planeamento Financeiro aberta para consulta a toda a população, desde 2010;

- Adesão à Estratégia Sectorial para a Educação Financeira coordenada pela Associação Portuguesa de Bancos, que tem como missão uma melhor e maior cultura financeira assente no desenvolvimento de programas de formação e informação financeira comuns a toda a banca e cujo principal objetivo é o aumento dos conhecimentos da população, de forma a fomentar um benefício recíproco com redução de risco para os consumidores e para os bancos;
- Participação no programa "Dar a Volta", promovido pela ENTRAJUDA em parceria com Associação Portuguesa de Bancos, com alguns dos seus Associados e com o Instituto de Formação Bancária. Este programa tem como objetivo divulgar junto das instituições de Solidariedade Social e aos técnicos que com elas colaboram instrumentos financeiros e de gestão doméstica que lhes permitam dar um apoio mais efetivo às famílias carenciadas. O Millennium bcp colaborou na elaboração de conteúdos de suporte às apresentações sobre o tema do Microcrédito e colabora nas ações de formação, que fazem parte das jornadas e *workshops* do programa "Dar a Volta";
- Participação em painel subordinado ao tema "A evolução, panorama atual e relevância da Microfinança em Portugal", inserido na cadeira de Microfinanças do Lisbon MBA;
- Em 2010 e 2011, o Millennium bcp manteve também a parceria com a Texto Editores, editora do Grupo LeYa, para divulgação junto dos mais jovens de conceitos relacionados com a gestão eficiente do dinheiro. Associada à constituição de uma poupança jovem foi oferecido o livro *Faz crescer o teu Dinheiro*. Este livro realça conceitos úteis de educação e literacia financeira, representando um estímulo ao conhecimento para os jovens que querem aprender a poupar e a gerir o seu dinheiro. No total foram entregues 7.129 livros;
- Apoio à cátedra lecionada na Faculdade de Economia pelo Professor Doutor Pedro de Santa-Clara, da Universidade Nova de Lisboa, *Endowed Chair: Millennium bcp Chair in Finance*. A criação desta cadeira insere-se na política de internacionalização do corpo docente desta faculdade e tem como objetivo a excelência no ensino. Durante o ano letivo de 2010-2011 frequentaram esta cadeira 160 alunos.

A Fundação Millennium bcp mantém um programa próprio de bolsas de estudo, destinada a alunos provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor, que apoiou em 2010-2011, 34 bolseiros. Conta atualmente, para o ano letivo 2011-2012, com 22 bolseiros, dos quais 10 são novas admissões. Face ao impacto que o programa tem nesta comunidade estudantil foram disponibilizados vídeos no *site* institucional do Banco, na área da Fundação, com o testemunho de alguns bolseiros, que visam não só divulgar o programa como demonstrar aos jovens que o estudo pode efetivamente mudar o seu futuro.

Para além deste programa de bolsas, a Fundação apoia diversas iniciativas, que visam aumentar a qualidade do ensino e promover uma cultura de empreendedorismo:

- Continuação do apoio, em exclusivo, ao "Graduate Programme" da Junior Achievement Portugal, que teve a sua quarta edição em 2011 e que mudou a sua designação para "StartUp Programme" para o ano letivo 2011-2012. Este projeto consiste no desenvolvimento de programas promotores do empreendedorismo junto de estudantes universitários. Sob orientação de professores de diversas universidades e institutos superiores (Instituto Superior de Línguas e Administração, Instituto Politécnico de Setúbal, Universidades do Minho e Porto) e com acompanhamento por parte de tutores voluntários do Millennium bcp, é proposto aos alunos que formem equipas para a criação de novas mini-empresas. Este ano, a equipa nacional Flicks, da Universidade do Porto, venceu a competição europeia, onde participaram 14 equipas, provenientes de 10 países, com a apresentação de um conceito inovador, que visa o aumento de eficácia de deteção de fogos florestais com recurso a tecnologias de ponta a um preço competitivo. Foi a primeira equipa nacional a vencer a competição europeia e recebeu o prémio *Intel Innovation Award*. Em reconhecimento do seu talento, foram recebidos pelo Presidente da República em cerimónia com grande impacto mediático;
- Apoio ao Projeto "Make it Possible", promovido pela Associação Internacional de Estudantes de Ciências Económicas e Comerciais (AIESEC), uma iniciativa que abrangeu 24 escolas secundárias com campanhas para a divulgação/discussão dos Objetivos do Milénio promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Foram efetuadas seis sessões semanais conduzidas por 36 jovens voluntários de todo o mundo. O projeto desenvolveu também diversas ações de rua em vários pontos do país e um concurso de fotografia no Facebook, complementares à formação nas escolas;



- Apoio ao programa “Novos bons alunos – Mediadores para o sucesso escolar no 3.º ciclo” da Associação Empresários pela Inclusão Social (EPIS). No ano letivo de 2010-2011 foram acompanhados 4.184 alunos, 1.027 dos quais em continuidade dos anos anteriores e 3.157 novos alunos. O sucesso escolar dos 1.027 alunos EPIS, passou de um valor de 57% em 2010 para um valor de 82% em 2011, o que corresponde a mais 257 novos bons alunos, registando-se como o melhor resultado de sempre do programa;
- Protocolo com o Banco Millennium Angola, para apoio ao programa de Bolsas para estudantes universitários angolanos a frequentar, em Angola, os cursos de Economia, Gestão, Administração de Empresas, Contabilidade, Auditoria, Gestão Bancária, Direito, Engenharia Informática e Informática de Gestão. Neste âmbito estão a ser apoiados seis estudantes;
- Apoio ao Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas na Faculdade de Direito Eduardo Mondlane em Moçambique, através do Instituto de Cooperação Jurídica. O benefício do apoio da Fundação traduz-se na viabilidade da continuação do curso e na consolidação da qualidade científica e pedagógica do corpo docente. A existência desta especialização académica reveste-se de importância económica para Moçambique e também para a manutenção do quadro jurídico lusófono;
- Apoio ao Instituto de Educação Médica para a implementação de novo sistema de ensino para substituir o modelo de ensino tradicional (exclusivamente presencial) por um modelo baseado nas novas tecnologias (não presencial e misto), criando um projeto de telemedicina. A implementação deste sistema permitirá reduzir as despesas no futuro e assegurar a continuação do projeto. O projeto em 2011 contou com o envolvimento de 167 docentes e 533 formandos num total de 176 horas de formação;
- Apoio ao programa GOS – Gestão de Organizações Sociais, desenvolvido numa parceria entre a AESE – Escola de Direção de Negócios e a ENTRAJUDA. O programa destina-se ao melhoramento da prática de gestão por parte dos responsáveis por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) através de ações de formação dirigidas aos seus órgãos responsáveis;
- No âmbito das parcerias com as Universidades, foram apoiados: i) Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Direito: apoio a estudantes estrangeiros do *Master of Laws* 2010-2011; ii) Universidade Católica Portuguesa: bolsas de estudo Lisbon MBA e iii) Instituto de Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros (BBS): apoio a Pós-Graduação em Direito Bancário, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Em Moçambique, o Millennium bim lançou em 2010 um programa pioneiro na área da educação financeira, as Olimpíadas Bancárias, envolvendo a participação de 20 escolas secundárias das cidades de Maputo e Matola, com o objetivo de divulgar a importância de uma correta utilização do dinheiro. Este projeto visa formar uma nova geração de consumidores de serviços financeiros e incutir nos mais jovens a importância que uma eficiente gestão do dinheiro tem no seu desenvolvimento pessoal e na sua formação profissional. Através de um concurso, os alunos são confrontados com várias questões sobre conceitos e procedimentos bancários. O Banco ofereceu a todos os participantes um manual sobre a banca, elaborado especificamente para apoiar este programa.

Foram ainda dinamizadas e apoiadas, pelo Millennium bim, outras iniciativas para a promoção da educação em diferentes áreas:

- Em parceria com a Polícia da República de Moçambique (PRM), foi realizada uma campanha de segurança rodoviária, com a colaboração de agentes que realizaram palestras em 20 escolas da província de Maputo e formaram os alunos mais velhos, para que estes ajudem os mais novos a atravessar a estrada na entrada e saída da escola;
- O projeto “Uma Cidade Limpa pra Mim”, na sua quinta edição, contou com a participação de 3.000 alunos, de 20 escolas primárias e secundárias das cidades de Maputo e Matola. Este projeto, considerado como um contributo importante na formação dos mais jovens, sensibiliza-os para a importância dos hábitos de higiene e de limpeza e da valorização e da conservação de espaços públicos.

CULTURA

A conservação e divulgação do património do Banco é uma das prioridades da Fundação que, nesse âmbito, desenvolveu diversas iniciativas:

- Dinamização do funcionamento do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC) que, em 2011, recebeu 9.733 visitantes, 26% dos quais jovens integrados em visitas escolares. No âmbito da promoção deste espaço aderiu-se a iniciativas de grande visibilidade:
 - Iniciativas internacionais: "Dia Internacional dos Monumentos e Sítios", "Noite dos Museus" e "Dia dos Museus";
 - Iniciativas nacionais: "Museus à Noite" do Festival dos Oceanos e "Jornadas do Património".
- Organização de exposições temporárias em espaço contíguo ao NARC:
 - Exposição "*Felicitas Iulia Olisipo*" – inaugurada em 24 de janeiro, recebeu 11.495 visitantes;
 - Organização e produção da exposição "*A Sardinha é Minha!*". Esta ação teve lugar no âmbito das Festas de Lisboa e foi levada a cabo em parceria com a EGEAC. Em exibição, entre 4 de junho e 3 de setembro, recebeu 10.947 visitantes.
- Continuação do projeto de exposições itinerantes "Arte Partilhada", que organizou e apresentou neste período:
 - Exposição itinerante "100 Anos de Arte Portuguesa", exibida no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, em Cascais, de 2 de abril a 29 de maio. A exposição é composta por uma seleção de autores portugueses, cujas obras se situam entre 1884 e 1992 e contempla vários movimentos artísticos: naturalista, modernista, surrealista e de arte contemporânea;
 - Exposição "Arte Partilhada Millennium bcp Abstração", no Centro Cultural Palácio do Egipto, em Oeiras. Apresentou ao público, durante o mês de abril, 74 obras do abstracionismo português e estrangeiro. A exposição teve um total de 2.755 visitantes;
 - Exposição "*A Pulsão do Amor*" e respetiva edição de catálogo, que reuniu obras de diversos artistas portugueses e estrangeiros, exibida entre 16 de julho e 17 de setembro, no edifício Chiado, em Coimbra no âmbito da terceira edição do Festival das Artes, dinamizado pela Fundação de Inês de Castro;
 - Exposição "*Depois dos Quatro Vintes: Percursos Individuais*" e respetiva edição de catálogo, com trabalhos dos artistas que formaram o grupo "Os Quatro Vintes" – Ângelo de Sousa, Armando Alves, Jorge Pinheiro e José Rodrigues. O nome do grupo surgiu decorrente do facto de todos estes artistas se terem licenciado na Escola de Belas Artes do Porto com a classificação final de 20 valores. Patente ao público no Palácio das Artes – Fábrica de Talentos, no Porto, entre 28 de julho e 17 de setembro, recebeu 7.250 visitantes.



No âmbito das exposições itinerantes, têm vindo a ser organizadas, em parceria com as escolas, visitas guiadas para os alunos da região onde decorre a exposição. Procurando motivar as sensibilidades artísticas e talentos individuais dos mais jovens, foram também criados concursos escolares, com prémios para os melhores participantes de cada escalão etário (os prémios compreendem três componentes: uma serigrafia de um artista português conceituado, materiais de artes plásticas para desenvolvimento das aptidões artísticas e ainda um álbum para incentivar a leitura). Foi igualmente lançado o Prémio de Turma, que consistiu na oferta de uma serigrafia assinada ao vencedor e um passeio a Lisboa, com visitas culturais e almoço, para toda a turma. Este ano tiveram lugar mais duas edições desta iniciativa. Visitaram Lisboa 55 crianças do Porto e 56 de Vila Nova de Gaia nos dias 15 e 16 de junho, respetivamente. A jornada de 15 de junho, relativa à exposição "100 Anos de Arte Portuguesa", teve cerca de 250 participantes no concurso e a de 16 de junho, relativa à exposição "Abstração", contou com um total de 180 participantes no concurso.

Foram também objeto do apoio da Fundação as seguintes iniciativas de promoção da Cultura:

- Teatro Nacional de São Carlos: "Temporada Sinfónica 2011" e "Festival ao Largo 2011";
- Museu Nacional de Arte antiga (MNAA): exposição "Colecionar em Portugal. Doação Castro Pina", inaugurada a 18 de maio (60.657 visitantes); exposição "Esplendor Holandês: O Retrato de Família" de Pieter de Grebber e a exposição "*Cuerpos de Dolor, a imagem do sagrado na escultura espanhola (1500-1750)*", que apresenta os séculos áureos da escultura espanhola. O museu recebeu no total das suas exposições, temporárias e permanente, 114.791 visitantes;
- Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado (MNAC): "Noites de verão" – apresentação de pequenos concertos musicais no jardim do museu durante os meses de julho e agosto – a iniciativa contou este ano com 3.594 visitantes. No âmbito das comemorações do centenário do Museu, foi também apoiada a exposição "100 Anos do Chiado – Arte Portuguesa do Sec. XIX (1850-1910)". O conjunto de exposições do museu contou com 43.348 visitantes;

- “Espólio Eduardo Nery”: protocolo entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, I.P.) e a Fundação Millennium bcp com vista à conservação do espólio do artista no âmbito do projeto “SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico”, o qual promove o tratamento técnico, a preservação, a conservação material, digitalização e divulgação do espólio do artista plástico;
- Câmara Municipal de Lisboa – Caminhada de Culturas: projeto que visa o mútuo conhecimento e a coexistência das várias culturas residentes em Lisboa, através de mostras de rua, acessíveis ao público em geral, ilustrativas de tradições e dos seus aspetos culturais e artísticos característicos.

A Fundação Millennium bcp procedeu também ao lançamento de uma página no Facebook, visando a divulgação das iniciativas de maior relevância e o alargamento das oportunidades socio culturais a um número cada vez mais vasto e diversificado de pessoas e instituições. Registou, no final do ano 901 seguidores.

VOLUNTARIADO E ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

O Millennium promove ações de voluntariado empresarial, particularmente na área da educação:

- O Millennium bcp em Portugal apoia a associação Aprender a Empreender – Junior Achievement Portugal (JA Portugal), desde 2006, tendo sido em 2011 distinguido com o prémio do voluntário do ano na categoria Universitário e prémio interlocutor do ano. No ano letivo 2010-2011, esta parceria foi alargada à Região Autónoma da Madeira e participou-se pela primeira vez nos programas “Bancos em Ação” e “Innovation Challenge”. Neste período letivo, 161 voluntários do Millennium bcp, em 1.343 horas de voluntariado, ajudaram jovens a assumir o empreendedorismo como atitude de vida através dos seguintes Programas: “A Família” (1.º ano), “A Comunidade” (2.º ano), “Economia para o Sucesso” (9.º ano), “Bancos em Ação” (10.º ano), “Innovation Challenge” (10.º e 11.º anos), “A Empresa” (12.º ano) e “Graduate Programme” (Universitários). Esta participação representou um aumento de 23% no número de voluntários inscritos, tendo sido o Millennium bcp a segunda empresa a contribuir com o maior número de voluntários.



- Também na Grécia, o Banco é um dos membros fundadores da Junior Achievement – Young Entrepreneurship Union (SEN) e em 2011 participou em três escolas, com três voluntários, no programa “Banks in Action”. Como reconhecimento do apoio do Millennium Bank ao programa, o responsável pela Direção de Comunicação foi eleito para o Comité de Supervisão do programa de voluntários e foi nomeado pelo Hellenic Banking Institute (HBA) como coordenador da produção dos novos materiais escolares a serem utilizados em 2012, no programa “Banks in Action”.
- No âmbito da terceira edição do programa “Dia da Internet Segura”, uma iniciativa promovida pela Microsoft, foram realizadas ações em 70 escolas, em Portugal, para sensibilização de crianças, pais e professores para uma utilização mais segura e responsável da internet. Beneficiaram destas ações, dinamizadas por um total de 156 voluntários, 41 dos quais do Millennium bcp, cerca de 9.500 pessoas.

Em Moçambique, o Millennium bim tem um projeto de voluntariado empresarial, o “Millennium bim Responsável”, através do qual os Colaboradores do Banco participaram em ações de interesse social e comunitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da comunidade.

Ao longo do ano de 2011, Colaboradores, em diversas operações, desenvolveram atividades junto da comunidade:

- Um grupo da Direção de Banca Direta, em Portugal, esteve presente num dos armazéns de Lisboa para separação dos alimentos recolhidos nos supermercados na campanha de recolha do Banco Alimentar. Nesta ação, os Colaboradores contaram com a colaboração de familiares, tendo participado um total de 50 pessoas;
- Com o apoio da Fundação Millennium bcp, 50 Colaboradores de Coimbra participaram numa ação promovida pela Caritas Diocesana de Coimbra. A iniciativa visou o melhoramento e auxílio de dez instituições de apoio social no distrito de Coimbra, através do contributo de inúmeros voluntários em ações diversas: pintura, bricolage, limpeza espaços, acompanhamento de crianças, de idosos e de doentes;
- Na província de Maputo, 30 Colaboradores do Millennium bim participaram numa ação de reabilitação de várias áreas do espaço onde funciona o Centro de Acolhimento de Maguaza;

- Na Roménia, 12 Colaboradores participaram no projeto promovido pela Habitat for Humanity Foundation, para auxílio a pessoas carenciadas. Nesta que foi a segunda ação, no âmbito desta parceria, foi construída uma habitação numa cidade a 120 km de Bucareste, para uma família de cegos. Os voluntários participaram na obra com a supervisão de uma equipa de trabalhadores experientes, que também se associaram à ação.

Em Portugal, no âmbito de alguns programas de formação, os Colaboradores foram também convidados a participar em projetos de remodelação de instalações que requereram coesão e espírito de equipa na sua execução:

- Inserida na Formação de Liderança, 46 Colaboradores da Direção de Crédito realizaram, no Lar de Santo António da cidade de Santarém, durante dois dias, num total de 12 horas, a remodelação de 13 quartos da instituição, que envolveu pintura, montagem de mobiliário e decoração;
- No encerramento do Fórum *Grow Together*, os 43 Colaboradores das sete equipas de projeto foram envolvidos numa ação, que teve a duração de 8 horas, de remodelação do espaço infantil da Casa do Povo da Freguesia Freiria, concelho de Torres Vedras;
- Integrado no plano de formação da Direção de Banca de Investimento, 43 Colaboradores, durante seis horas, remodelaram o segundo andar da Obra do Ardina com intervenção nas camaratas, salas de estudo e convívio e casa de banho.

Através de parcerias formais ou de convite dirigido à participação dos Colaboradores, durante o ano de 2011, foram entregues bens de diversa natureza a instituições que, direta ou indiretamente, trabalham com a população:

- Em Portugal, assinou-se um protocolo com a ENTRAJUDA que prevê a doação de aparelhos elétricos e eletrónicos que são posteriormente entregues por esta entidade a Instituições de Solidariedade Social com as quais celebrou acordo e cuja atividade acompanha. Foram ainda doados a diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e bombeiros voluntários 355 peças de mobiliário e 76 equipamentos informáticos;
- Na Grécia, foram entregues, pelo Bank Millennium, a escolas primárias e secundárias e a clubes municipais de promoção à cultura, equipamentos informáticos, *software*, impressoras e faxes;
- No âmbito do programa "*Child's Smile – To Hamogelo Tou Paidiou*", que se destina a crianças vítimas de maus tratos ou abandonadas, ao qual o Bank Millennium na Grécia dá apoio desde há quatro anos, os Colaboradores foram convidados a participar na campanha "*Volunteer Chain of Employees*" com a oferta de roupas, alimentos e brinquedos;
- Em Angola, integrado no apoio à ONG Grupo da Amizade – "Programa Criança Feliz", os Colaboradores participaram na campanha de recolha de produtos alimentares, material didático, brinquedos e roupa;
- Em Moçambique, o Millennium bim ofereceu à Escola Primária de Nhanguco e aos seus 500 alunos, livros e material escolar e à Missão Netia computadores para a abertura de uma sala de informática.

BENEFICÊNCIA

O Millennium bcp em Portugal continua a apoiar o Banco Alimentar Contra a Fome, dando continuidade a uma parceria que teve início em 1992. Em 2011, este apoio traduziu-se no pagamento dos custos da produção dos 2.813 mil sacos para a realização das campanhas de recolha de alimentos e com a entrega de valor monetário, que se traduziu na aquisição de 18,4 toneladas de atum.

A Fundação Millennium bcp em Portugal apoiou diversas instituições e iniciativas de ação social, bem como projetos dirigidos a situações de carência social e económica, pessoas com deficiência e ações no domínio da saúde, dos quais se destacam:

- Apoio à realização de um estudo das IPSS existentes em Portugal, promovido pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social a efetuar pela Consulting Network Portugal (levantamento, caracterização, análise e diagnóstico) – cujo objetivo final é o de promover a sustentabilidade das IPSS e correspondência do trabalho que desenvolvem às necessidades sociais da população portuguesa;
- Apoio à Câmara Municipal do Porto no fornecimento de refeições a jovens estudantes, provenientes de meios familiares economicamente desfavorecidos, durante o período de férias do Natal do ano letivo 2010-2011. O apoio permitiu o fornecimento de 3.950 refeições a 866 alunos;

- Apoio à Irmandade da Misericórdia e São Roque no fornecimento de refeições a 170 pessoas;
- Apoio ao CADIN – 2.º Congresso Internacional “Neurodesenvolvimento: As peças do puzzle”, realizado de 24 a 27 de março de 2011 no Centro de Congressos do Estoril, que contou com 700 participantes. O apoio da Fundação foi utilizado para pagamento de um tradutor simultâneo nos três dias do Congresso;
- Apoio ao PAV – Ponto de Apoio à Vida, nomeadamente às grávidas com dificuldades socioeconómicas. No ano de 2011, recorreram ao Gabinete de Atendimento Externo 283 novas mães. O donativo atribuído pela Fundação foi aplicado na realização das obras de reabilitação do edifício onde passou a funcionar, para além da sede da instituição, o respetivo Gabinete de Atendimento Externo. Com esta mudança de instalações, o PAV não só melhorou consideravelmente as condições de acolhimento das mães que a ele recorrem, como também aumentou a sua capacidade de resposta ao número crescente de solicitações que vem recebendo e que se traduzem em cerca de 2.000 atendimentos/ano;
- Apoio à Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA), no projeto “Casa Grande”, designadamente na construção de um Centro de Apoio em edifício disponibilizado pela Câmara Municipal de Lisboa, que prevê a criação de um negócio social, com serviços dirigidos à comunidade (lavandaria, reprografia, cafetaria, esplanada, horta e pomar biológico, etc.), para emprego temporário de pessoas com Síndrome de Asperger (SA) e com diversos serviços dirigidos aos portadores de SA e familiares. A estrutura, para além de acolher esta população específica, estará aberta à comunidade em geral, tendo o duplo benefício de criar ocupação a pessoas com Síndrome de Asperger e recuperar um espaço em Lisboa, até ao momento fechado e sem utilização, para utilização da restante população. O benefício esperado para este apoio consubstancia-se na criação de novo conhecimento sobre a problemática como facilitador da integração na sociedade dos indivíduos do público-alvo, na criação de novas competências e atitudes nas pessoas com SA, na melhoria da sua qualidade de vida através de programas de treino de competências sociais e profissionais;
- Colaboração do Lisbon MBA, da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e Universidade Católica (UC), com a Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger na elaboração de Análise de Projeto. A Fundação, procurando a maximização do benefício dos seus apoios à APSA, à UNL, à UC, e também, numa perspetiva de multiplicar conhecimento e partilhar experiências, mediou uma parceria entre estas entidades. A proposta consistiu na produção de um Projeto de Sustentabilidade por parte dos alunos da cadeira de Projeto do Lisbon MBA, para implementação na APSA. O estudo, já concluído, teve como base a análise das atividades previstas para a “Casa Grande”, apresentando propostas para um desenvolvimento sustentado das suas valências;

Em Angola, o BMA assinou um protocolo com a Cáritas e a Fundação Evangelização e Culturas (FEC), no âmbito do Programa Integrado de Saúde Materno-Infantil da Igreja Católica em Angola. Este programa tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida e o acesso aos cuidados primários de saúde, com destaque para a saúde e consequente diminuição da mortalidade materna e infantil em Angola. O diagnóstico de saúde materno-infantil do subsistema da Igreja Católica está projetado para as 18 províncias e o seu orçamento global ronda os 180 mil dólares norte-americanos (10 mil dólares norte-americanos por província). No último trimestre do ano, ao abrigo deste protocolo, foram realizados diagnósticos da saúde materno-infantil na rede de unidades sanitárias da província do Kwanza Sul e na diocese de Caxito.



Anualmente, no Dia da Criança Africana, o Banco Millennium Angola, em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Grupo da Amizade, que apoia o “Programa Criança Feliz”, localizado em Luanda, Centro Médico das Madres, no Município do Kilamba Kiaxi, dinamiza uma ação conjunta com as crianças. Este grupo tem como objetivo reduzir a pobreza, promover a educação e oferecer cuidados de saúde, apoiando atualmente 350 crianças até aos 14 anos.

Em 2011, a Vice-Presidente da Comissão Executiva, Hermenegilda Benge, acompanhada por 20 Colaboradores do BMA, visitou durante uma manhã as instalações do “Programa Criança Feliz”, tendo entregado um donativo de 1,5 milhões de kwanzas, resultado obtido com o “Depósito Aniversário”, em que por cada mil dólares norte-americanos aplicados pelos Clientes, um dólar norte-americano revertia a favor do “Programa Criança Feliz”.

DESEMPENHO AMBIENTAL

ECOEFIÊNCIA NAS OPERAÇÕES DO BANCO

A eficiência das operações do Banco, centrada na contenção de custos, constitui um dos pilares da visão estratégica do Banco anunciada em julho de 2011.

Em 2011, é importante destacar o plano de ação associado ao aumento da eficiência dos consumos com impacte ambiental, como a energia, a água, materiais e equipamentos informáticos, assente em três vetores de atuação, designadamente:

- Envolvimento dos Colaboradores para a promoção de uma mudança de comportamentos;
- Investimento nos equipamentos e infraestruturas do Banco;
- Melhoria contínua dos processos.



A redução nos consumos de recursos, com impacte ambiental, permite ao Banco atingir maiores níveis de ecoeficiência, reduzindo custos e, simultaneamente, reduzindo a sua pegada ecológica.

ENVOLVIMENTO DOS COLABORADORES PARA A PROMOÇÃO DE UMA MUDANÇA DE COMPORTAMENTOS

A procura de maiores níveis de eficiência é apenas alcançável envolvendo os Colaboradores, no diagnóstico de ineficiências, na procura de pequenas e grandes soluções e, finalmente, no cumprimento das políticas e práticas implementadas.

Em 2011, o Banco fez um esforço de comunicação de todas as práticas e projetos estruturantes, com necessidade de envolvimento dos Colaboradores, com recurso a: i) newsletters; ii) comunicações adaptadas aos públicos-alvo das iniciativas; iii) divulgações através da intranet do Banco; iv) campanhas na Millennium tv e v) painéis e cartazes informativos.

Em Portugal, o Banco controla e disponibiliza aos Colaboradores informação que permite o controlo das impressões, por departamento, sucursal e por Colaborador. Esta iniciativa tem como objetivo consciencializar os Colaboradores para a necessidade de se minimizar o número de impressões por forma a reduzir o desgaste dos equipamentos e o consumo de papel. A redução do número de impressões contribuirá para o Banco atingir o objetivo de 3% de redução no consumo de papel.

Todas as operações dinamizaram campanhas internas para a consciencialização e envolvimento dos Colaboradores:

- Em Portugal, o Banco através do programa "Mil Ideias", realizou dois desafios para a procura de soluções ecoeficientes: o "Green DAP" (Direção de Aprovisionamento e Património) e "Green IT" (Direção de Informática e Tecnologia). No "Desafio Green IT", 3.420 Colaboradores visitaram o site, 295 Colaboradores participaram através da submissão de ideias e 400 Colaboradores votaram ou comentaram as ideias propostas. No "Desafio Green DAP", 2.177 Colaboradores visitaram o site, 281 Colaboradores participaram através da submissão de ideias e cerca de 500 votaram ou comentaram as ideias. Dos dois desafios resultaram seis ideias que atingiram a votação necessária para passarem à fase de construção;
- Na Grécia, Suíça e Roménia foram colocados, em locais chave para os Colaboradores, cartazes e avisos alertando para a adoção de comportamentos responsáveis no consumo de recursos;
- Na Polónia, foi desenvolvida uma campanha de consciencialização direcionada à poupança de energia elétrica, junto de Clientes e Colaboradores. O Banco participou também na iniciativa "Hora do Planeta", promovida pela WWF Polónia. A participação neste programa foi comunicada nos portais internos, nos extratos bancários dos Clientes e nas newsletters.

Programa Green IT

Enquadrado numa estratégia de sensibilização e consciencialização organizacional, o programa "Green IT", iniciado em 2010 e que em 2011 esteve numa fase de consolidação e expansão para Angola e Moçambique, visa alertar os Colaboradores para um conjunto de temas ecológicos e sustentar uma mudança progressiva de comportamentos.



O projeto enquadrado nos objetivos de maior ecoeficiência das operações promoveu, em 2011, o envolvimento do Banco em torno de iniciativas que visam consolidar uma mudança cultural, comportamental e de assunção de boas práticas. O programa está assente em três pilares essenciais:

- Comunicação: desenvolvimento de um plano de comunicação estruturado, fator determinante para o compromisso de todos os Colaboradores na utilização adequada de recursos, suportado nos seguintes meios: newsletters e follow-ups regulares; comunicações específicas para públicos externos ao IT; divulgação de informação regular nos portais internos; campanhas televisivas internas; merchandising e informação estática; "Mil Ideias" – "Desafio Green IT"; portal do IT – área Green;
- Atividades específicas Green IT: compostas por ações específicas, desenvolvidas no âmbito do quadro de referência do programa (projeto "Verdiem", impressão confirmada e webcasting);
- Green IT Stamp: materialização da vertente ambiental das atividades ou projetos inseridos na prestação de serviços do IT, através de uma marca distintiva que, de acordo com critérios definidos, garante um contributo efetivo para a redução/controlo da pegada ecológica do Grupo.



INVESTIMENTOS NOS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DO BANCO

O investimento na renovação das infraestruturas e a mudança de equipamentos permitem ao Banco modernizar as suas instalações e equipamentos e aumentar a eficiência e sofisticação na utilização de recursos. Este investimento tem por base análises rigorosas de custo/benefício das iniciativas a implementar. A análise tem em consideração o nível de redução dos consumos com impacte ambiental e a respetiva redução de custos decorrentes do investimento realizado.

O Millennium bcp monitoriza todas as iniciativas implementadas, fazendo periodicamente uma análise interna das efetivas reduções alcançadas, que é acompanhada, no âmbito da energia e água, por especialistas externos.

Em 2011, a aposta na diminuição do consumo de energia foi refletida ao nível da implementação de medidas nos equipamentos e infraestruturas do Banco, dos quais se destacam:

- Estudos sobre aplicabilidade de energias renováveis, nomeadamente painéis solares térmicos e fotovoltaicos;
- Continuação do programa de substituição das lâmpadas de halógeno por lâmpadas LED, nos edifícios no Tagus Park e Palácio Atlântico, em Portugal, e em 65 sucursais na Polónia. Um investimento que permitirá uma poupança anual estimada de 50% quando comparado com os anteriores equipamentos, para o caso português;
- Alteração do horário de iluminação por detetores de movimento, que garantem uma utilização mais eficiente, com maior garantia de satisfação para os utilizadores;
- Projeto *Verdiem*: a correta gestão dos equipamentos informáticos e a eficiente utilização das suas funções de *stand by* e *off-mode* contribuem para o aumento da sua durabilidade e diminuição dos consumos energéticos. Em 2011, foi realizado um projeto-piloto cujo objetivo foi garantir a implementação de uma solução eficaz de gestão dos equipamentos informáticos nos períodos de não utilização. Os resultados do piloto revelaram que existe uma poupança efetiva de cerca 33% no consumo de energia nos equipamentos monitorizados e controlados por esta ferramenta, pelo que em 2012 o Millennium bcp irá alargar a iniciativa a todos os equipamentos em Portugal;
- Disponibilização de ferramentas de *webcasting*: com a evolução da tecnologia e a disponibilidade permanente de ligação em rede existem cada vez mais alternativas às reuniões de trabalho. O Banco tem vindo a implementar ferramentas que permitem substituir reuniões presenciais por reuniões virtuais, contribuindo para a diminuição de deslocações. As videoconferências e outras plataformas de colaboração *online*, como o *webcasting* e *conference calls*, são hoje uma realidade no Banco disponível para a maioria dos Colaboradores. Em 2011, foram disponibilizadas novas licenças *webex* (videoconferência), o que permitiu diminuir a necessidade de deslocações físicas de Colaboradores para reuniões internas e externas. Como resultado, foram realizadas 262 videoconferências, com uma participação média de 13 Colaboradores por videoconferência;
- *Computer Cloud*: com a emergência da oferta de serviços *Cloud*, em detrimento da utilização de servidores físicos, o Banco decidiu colocar o seu ambiente de desenvolvimento de sistemas nestes serviços. Com esta aquisição, o Banco alcançou os seguintes resultados: i) libertação de técnicos das tarefas de gestão do parque de cerca de 220 servidores do ambiente de desenvolvimento; ii) aumento significativo da rapidez e da flexibilidade no aprovisionamento de servidores para o ambiente de desenvolvimento; iii) otimização da utilização dos servidores do ambiente de desenvolvimento e iv) redução da ocupação dos polos técnicos e do respetivo consumo de energia.

MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS

A melhoria contínua dos processos e atividades do Banco permitem o aumento da eficiência das operações e a consequente redução no consumo de recursos, como papel, equipamento informático ou as necessidades de consumo de água, eletricidade e combustível.

Para alcançar estes objetivos o Millennium bcp investe: i) em programas de melhoria contínua alicerçado nos Colaboradores; ii) no desenvolvimento de aplicações informáticas que facilitam os processos e práticas e iii) na introdução de políticas de gestão que proporcionam alterações na forma de operar do Banco.

Neste âmbito e com o objetivo de reduzir o consumo de papel em Portugal, sofisticando os processos com recurso a tecnologias de informação, foram dinamizadas as seguintes iniciativas:

- Projeto-piloto de necessidade de confirmação local junto da impressora dos trabalhos de maior dimensão, com o objetivo de evitar o desperdício. Face aos resultados obtidos, esta funcionalidade será alargada a todo o Banco em Portugal, no primeiro semestre de 2012;
- Desmaterialização de documentos nos processos de circulação interna de informação;
- Consolidação do processo de desmaterialização no âmbito do novo processo de abertura de conta à ordem;
- Incentivo à adesão dos Clientes Empresa e Corporate às cobranças por lote através do site do Banco, reduzindo a circulação de papel e aumentando a comodidade, rapidez e segurança dos Clientes.

Serviço de extrato e nota de lançamento digitais

O Millennium bcp assumiu a responsabilidade e o desafio de contribuir para a redução de papel através dos mecanismos existentes para a emissão de extratos (conta à ordem e cartões de crédito) e notas de lançamento em formato digital. Reflexo desta situação e fruto do grande enfoque em comunicação e dinamização comercial, verificou-se um crescimento de 17% nos documentos digitais de Clientes particulares e 10% Clientes empresas, relativamente a 2010, o que representa um número total de 584.941 Clientes com extrato digital no final de 2011. Durante o ano de 2011 foram desenvolvidas várias ações de incentivo à adesão ao serviço Extrato Digital de onde se destacam:

- Campanha realizada em parceria com a Portugal Telecom para adesão ao extrato digital do Millennium bcp e, em simultâneo, a adesão ao serviço débitos diretos e documentos digitais dos clientes TMN, MEO e SAPO;
- Campanha no âmbito dos cartões de crédito Blue da American Express na qual, através de uma parceria estabelecida com o único fabricante nacional de bicicletas, os Clientes se habilitaram a ganhar uma das 20 bicicletas elétricas que foram oferecidas;
- Simplificação do processo de adesão, o que globalmente resultou num acréscimo de 21% no número de aderentes, perfazendo um total 30.670 contas cartão com extrato digital autónomo;
- Disponibilização, aos Clientes, das notas de lançamento em formato digital junto aos respetivos movimentos na conta à ordem, quando esta é consultada através do site do Banco. Em 2011, do total de notas de lançamento emitidas pelo Banco 90% foram em formato digital.

Com o objetivo de reduzir as necessidades energéticas, o Millennium bcp introduziu novas regras sem prejuízo da qualidade do serviço prestado, nomeadamente:

- Concentração de serviços, com horário de funcionamento diferenciado no TagusPark, contribuindo para uma redução do consumo de energia de 11.100 kW por ano;
- Nas sucursais: i) redução do horário de iluminação do interior, após o seu encerramento, em Portugal e na Polónia e ii) redução do funcionamento em uma hora da iluminação do letreiro exterior e *merchandising* das montras, em Portugal;
- Redução do funcionamento de sistemas de aquecimento, ventilação e ar-condicionado (sistemas AVAC) das sucursais e edifícios, respeitando as necessidades de aquecimento e refrigeração, o que permitiu uma redução estimada do consumo de energia de 37.500 kW e de gás de 3.800 m³, em Portugal.

A introdução destas regras, cuja necessidade de investimento, foi reduzida, permitirá uma poupança estimada média de cerca de 840.000 kW por ano.

O aumento da eficiência nas deslocações dos Colaboradores, seja para reuniões internas e externas ou deslocações casa-trabalho-casa, permite ao Banco uma redução dos custos operacionais e uma diminuição do impacto ambiental decorrente do consumo de combustíveis fósseis. Em Portugal, após a criação de uma estrutura própria responsável pela gestão e controlo da política de viagens, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- Diminuição da motorização dos automóveis disponíveis na frota automóvel, permitindo uma maior eficiência no consumo de combustível e consequentes emissões de CO₂. Esta medida veio complementar a introdução de carros híbridos na frota automóvel do Banco;
- Reforço das orientações para sempre que possível, nomeadamente das deslocações em território nacional, se substituam as viagens de avião por viagens de comboio;
- Incentivo à utilização de videoconferências sempre que necessário e possível;
- Manutenção do serviço de transportes coletivos para Colaboradores, disponibilizados no âmbito das deslocações casa-trabalho-casa.

Na Polónia, foram estabelecidas orientações internas com o objetivo de reduzir as deslocações dos Colaboradores. Neste âmbito, foram limitadas as autorizações para a utilização de viagens de avião. Adicionalmente, o Banco substituiu cursos de formação presenciais, por cursos *e-learning*, permitindo reduzir as necessidades de deslocação dos Colaboradores.

“Ser Lean DO” (Direção de Operações)

O difícil equilíbrio da excelência operacional requer uma atuação deliberada e consistente, envolvendo todos os Colaboradores. Com base nesta premissa o Millennium bcp implementou um programa focado na melhoria contínua dos processos, no aumento da qualidade e na redução de custos: o programa “Ser Lean DO”. Os objetivos do projeto são a otimização dos processos, através da melhoria da produtividade e dos níveis de serviço, mitigando o risco operacional, à par da disseminação de uma cultura assente na melhoria contínua.

O projeto “Ser Lean DO” impactou a atividade de cerca de 500 Colaboradores do Banco, através de 40 Colaboradores que assumiram o papel de agentes de mudança. Em 2012, o projeto será replicado em outras direções, com o objetivo de disseminar o sistema e a cultura de melhoria implementada na Direção de Operações.

Exemplos de soluções implementadas na sequência de oportunidades identificadas:

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	SOLUÇÕES
Nos processos de contratação de crédito a documentação que chega das sucursais por e-mail é impressa para validação de elementos.	Criação de arquivo digital numa aplicação desenvolvida localmente, sendo a validação dos documentos efetuada no ecrã, extinguindo-se o arquivo diário, permitindo a poupança de 189 mil folhas por ano.
Impressões automáticas diárias de mapas relativos à gestão de incidentes com cheques.	A impressão automática dos mapas foi descontinuada e a manutenção da disponibilidade dos mapas na aplicação informática de suporte foi alterada de três meses para um ano, permitindo a poupança de 126 mil folhas por ano.
Todos os pedidos recebidos das sucursais por e-mail, solicitando o encerramento de contas de Clientes, são impressos para dar seguimento ao processo, sendo posteriormente efetuado o seu arquivo central.	Registo em ficheiro de Excel, que permite automatizar o processo de encerramento. O pedido recebido por e-mail deixou de ser impresso, tendo igualmente deixado de ser necessário o registo de coordenadas em arquivo, que passou a ser digital, permitindo a poupança de 63 mil folhas.

MONITORIZAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS IMPACTES AMBIENTAIS

Relativamente ao consumo por Colaborador, em 2011, verificou-se um aumento na eficiência ambiental na maioria das operações do Grupo BCP no que diz respeito às emissões de CO₂, consumo de papel, plástico, tinteiros e toners. Verificou-se ainda uma estabilização no consumo de eletricidade e um aumento marginal de 2,3% no consumo de água, o que reforça a importância e necessidade de em 2012 se manter o plano de ação promotor da redução deste consumo, numa ótica de melhoria contínua.

IMPACTES AMBIENTAIS DO GRUPO MILLENNIUM⁽¹⁾

INDICADORES	UNID.	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Consumos por Colaborador de:					
Tinteiros e toners	kg	1,7	1,9	1,9	-10,5%
Papel	kg	59,7	63,7	51,8	-6,3%
Plástico ⁽²⁾	kg	3,8	4,4	6,5	-13,6%
Água (consumo humano) ⁽³⁾	m ³	18,0	17,6	16,8	2,3%
Eletricidade ⁽⁴⁾	MWh	6,8	6,8	7,4	-0,0%
Emissão totais de GEE	tCO ₂ eq	3,6	4,0	4,6	-10,0%

(1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.

(2) Inclui Roménia em 2010. Não inclui Moçambique e Grécia em 2010 e 2011.

(3) Exclui água de rega e torres de refrigeração.

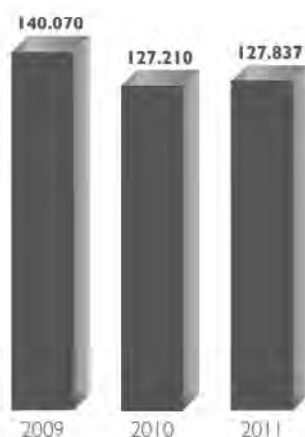
(4) Inclui a central de cogeração.

ENERGIA E EMISSÕES

Em 2011, o consumo global de eletricidade aumentou 0,5% face a 2010, devido a um aumento no consumo de eletricidade na Polónia de 12,8%, não compensado com a redução em Portugal de 8,4%, na Grécia de 3,5% e na Roménia de 4,3%. O Banco pretende, em 2012, manter o envolvimento dos Colaboradores nos projetos que visam diminuir o consumo de eletricidade, com o objetivo de se alcançar uma redução efetiva de 6% em Portugal.

CONSUMO DE ELETRICIDADE ⁽¹⁾

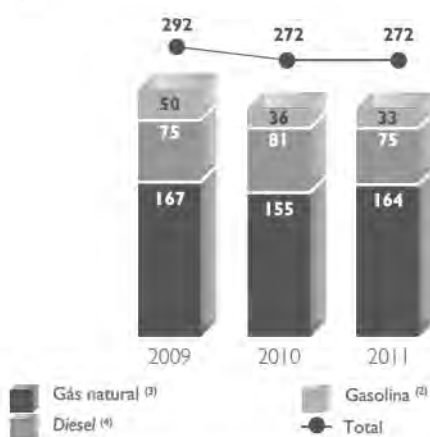
MWh



(1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.

CONSUMO DE ENERGIA DIRETA ⁽¹⁾

TJ



(1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.

(2) Não inclui o consumo da frota automóvel da Grécia em 2011.

(3) Não inclui a Grécia, a Roménia e Moçambique.

(4) Não inclui a Grécia.

O consumo total de energia direta não sofreu alterações face a 2010, tendo-se registado uma redução de 7,4% no consumo de diesel e de 8,3% no consumo de gasolina e um aumento no consumo do gás natural de 5,8%. O aumento no consumo de gás natural do Millennium bcp resulta do aumento do consumo deste combustível em Portugal (5,3%).

O Millennium bcp dispõe de uma unidade de cogeração a gás natural desde 1995, instalada no complexo do Tagus Park. Esta unidade de cogeração alimenta parcialmente as necessidades energéticas dos edifícios do Millennium no Tagus Park, permitindo simultaneamente aquecer a água utilizada no sistema de refrigeração dos edifícios. A autoprodução de energia estabilizou relativamente a 2010, aumentando 0,7%, representando 15% do consumo total de eletricidade consumida no Banco, em Portugal.

CENTRAL DE COGERAÇÃO DO TAGUS PARK

	UNID.	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Gás natural consumido	1000 m ³	3.892	3.695	3.321	5,3%
Eletricidade produzida					
Consumida	MWh	12.248	12.276	12.075	-0,2%
Vendida	MWh	486	367	371	32,4%
Total	MWh	12.734	12.643	12.446	0,7%
Total eletricidade da rede pública	MWh	72.128	78.760	81.596	-8,4%
Consumo autoprodução/consumo total	%	15%	14%	13%	8,5%

À semelhança do ano anterior, as emissões de CO₂ diminuiram cerca de 9%. Contribuiu para este resultado a diminuição das emissões decorrentes do consumo de eletricidade e calor e a redução nos fatores de emissão do mix energético da atividade em Portugal. Por outro lado, a aplicação eficaz da política de viagens em Portugal e as orientações internas nas operações da Polónia com o objetivo de reduzir as deslocações dos Colaboradores permitiu uma diminuição de 8,5% nas emissões decorrentes da frota automóvel e 32,4% das viagens de avião.

EMISSIONES DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA (GEE) ⁽¹⁾tCO₂eq

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
EMISSIONES DIRETAS GEE – ÂMBITO 1				
Frota automóvel ⁽²⁾	7.446	8.135	8.875	-8,5%
AVAC	322	607	1.351	-47,0%
Elettricidade e calor ⁽³⁾	9.861	9.287	9.960	6,2%
TOTAL	17.629	18.029	20.186	-2,2%
EMISSIONES INDIRECTAS GEE – ÂMBITO 2				
Elettricidade e calor adquiridos	55.755	62.370	75.147	-10,6%
EMISSIONES INDIRECTAS GEE – ÂMBITO 3 ⁽⁴⁾				
Viagens de avião	796	1.177	186	-32,4%
Viagens de comboio	167	153	63	9,2%
Viagens casa-trabalho-casa dos Colaboradores ⁽⁵⁾	8	7	32	14,3%
TOTAL	971	1.337	281	-27,4%
TOTAL	74.355	81.736	95.614	-9,0%

(1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.

(2) Exclui a Grécia.

(3) Exclui a Grécia em 2009.

(4) Exclui Grécia e Moçambique.

(5) Valores calculados para Portugal.

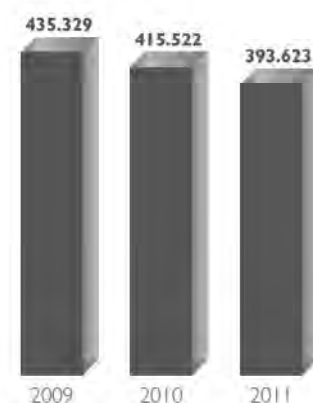
ÁGUA

O consumo de água seguiu a tendência de redução registada em anos anteriores, diminuindo 5,3% face a 2010, influenciado sobretudo pela diminuição do consumo de água para rega e torres de refrigeração em Portugal de 63,4%.

Em 2011, as operações internacionais registaram um consumo de 185.303 m³, o que representou uma diminuição absoluta de 5,1% face a 2010, contribuindo significativamente para esta redução a Polónia (43%) e a Roménia (36%).

Em Portugal consumiram-se 208.320 m³ de água, a que corresponde uma redução de 5,4% relativamente a 2010. Esta evolução resulta do investimento realizado em 2010, com a instalação de peraltadores nas torneiras e a recorrente consciencialização ambiental, através dos principais meios de comunicação do Banco. Contribuiu também para esta redução a conclusão do processo de adaptação da periodicidade da rega às necessidades mínimas das espécies vegetais, no Tagus Park, e a introdução de um programador de horário automático, que permite evitar a rega quando existem níveis de humidade elevados.

Em Portugal, o Banco continua a utilizar águas pluviais para rega, tendo conseguido aumentar o reaproveitamento da água em 89% face a 2010.

CONSUMO DE ÁGUA ⁽¹⁾m³

(1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.

CONSUMO DE ÁGUA

Atividade em Portugal

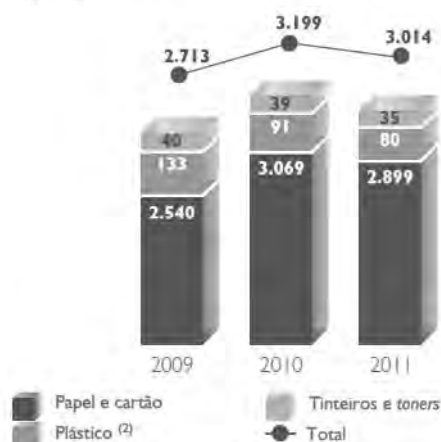
m³

	'11	'10	'09	VAR. % '11/'10
Proveniente da rede pública	202.384	217.109	246.323	-6,8%
Reaproveitamento da água das chuvas ⁽¹⁾	5.936	3.136	11.428	89,3%
TOTAL	208.320	220.245	257.751	-5,4%

(1) Não foi possível monitorizar o total de águas pluviais captadas durante os 12 meses de 2010 devido a uma avaria no contador do sistema de aproveitamento de águas pluviais.

CONSUMO DE MATERIAIS (1)

Toneladas



(1) Inclui Portugal, Polónia, Grécia, Roménia e Moçambique.

(2) Inclui Roménia em 2010. Não inclui Moçambique e Grécia em 2010 e 2011.

MATERIAIS E RESÍDUOS

O consumo de materiais reduziu 5,8% decorrente de uma redução de 5,5% no consumo de papel e cartão e de 12,1% no consumo de plástico.

O consumo de materiais em Portugal reduziu 6,5% e na atividade internacional o país que mais contribuiu foi a Grécia (21,0%).

A produção de resíduos é uma consequência do consumo de papel, dos cartões emitidos e recuperados, do plástico, tinteiros, toners e equipamentos informáticos obsoletos. Neste âmbito, a responsabilidade do Millennium bcp é, em primeiro lugar, reduzir o consumo de recursos e posteriormente garantir o correto encaminhamento dos resíduos produzidos, para destino final adequado.

No âmbito do projeto *Office Printing*, o Millennium bcp contrata toda a gestão de impressoras, toners e tinteiros. Este processo foi transferido para um prestador de serviço que assegura a gestão responsável e eficiente destes materiais, bem como a adequada valorização dos resíduos.

RESÍDUOS PRODUZIDOS PELO GRUPO MILLENNIUM

Toneladas

	Papel e cartão			Plástico			Tinteiros e toners		
	'11	'10	'09	'11	'10	'09	'11	'10	'09
Atividade em Portugal	661,1	657,5	1.178,0	65,1	62,6	65,9	26,0	27,2	20,8
Atividade Internacional (1)	703,2	274,4	666,0	14,9	15,0	1,6	3,8	1,0	1,2
TOTAL	1.364,3	931,9	1.844,0	80,0	77,6	67,5	29,8	28,2	22,0

(1) Polónia, Roménia, Grécia e Moçambique.

Em Portugal, no âmbito do consumo de materiais e tratamento responsável dos resíduos, destacam-se as seguintes medidas:

- O Banco tem como objetivo a diminuição do consumo de papel em 3% durante 2012;
- Todo o papel comprado é certificado de acordo com os requisitos do FSC (Forest Stewardship Council), contribuindo para a sustentabilidade no fornecimento e disponibilidade de papel a longo prazo;
- O Banco procura recuperar anualmente os cartões obsoletos dos Clientes, sendo que em 2011 foram entregues ao Banco o equivalente a cerca de 5% de todos os cartões emitidos;
- Para o papel e plásticos, são efetuadas visitas não programadas às empresas indicadas para a verificação do processo de encaminhamento e tratamento de resíduos.

Protocolo ENTRAJUDA

Em 2011, o Millennium bcp celebrou um protocolo com a ENTRAJUDA com o objetivo de facilitar a doação dos equipamentos elétricos e eletrónicos em fim de vida útil, de acordo com os padrões de utilização do Banco.

A ENTRAJUDA, uma instituição particular de solidariedade social, tem como atividade social o apoio a outras instituições ao nível da organização e gestão, com o objetivo de melhorar o seu desempenho e eficiência em benefício das pessoas carenciadas.

No âmbito do protocolo celebrado com o Millennium bcp, a ENTRAJUDA tem a responsabilidade de selecionar os equipamentos obsoletos dos equipamentos úteis para utilização, doando os equipamentos que cumprem os requisitos mínimos para nova utilização e encaminhando corretamente os resíduos elétricos e eletrónicos.

CRITÉRIOS DE CÁLCULO UTILIZADOS NOS INDICADORES AMBIENTAIS

Consumo de água: extrapolação/estimativa para as operações analisadas. Em 2010, a estimativa baseou-se no consumo específico de verão e de inverno de "instalações tipo" consumidoras de água no Banco. Os cálculos do consumo de água nas restantes localizações basearam-se em estimativa por análise de dados financeiros ou contadores.

Consumo de papel, cartão e plásticos: total estimado com base no peso dos produtos mais consumidos, nos valores totais registados no economato e no consumo de plástico dos cartões bancários emitidos para Clientes.

Resíduos de papel e cartão: a quantidade total produzida representa o somatório da quantidade encaminhada para valorização e de uma quantidade estimada de resíduos produzidos a partir dos consumos de papel/cartão que habitualmente não se destinam a arquivo nem a Clientes.

Resíduos de plástico: estimou-se a quantidade de resíduos produzidos a partir do consumo de garrafas de água e de artigos de plástico do economato, que habitualmente não se destinam a arquivo nem a Clientes.

Emissões de CO₂ decorrentes do consumo de eletricidade (âmbito 2): os valores estimados têm por base o consumo de eletricidade do Millennium bcp. Em Portugal foram utilizados os fatores de emissão do principal comercializador de eletricidade do país, disponibilizados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), disponibilizados publicamente em www.erse.pt. Para a atividade internacional, foram utilizados fatores de emissão obtidos através do *GreenHouse Gas Protocol* de 2008 considerando o *mix* energético de cada país obtidos dos dados de 2007 do Eurostat.

Emissões de CO₂ decorrentes das viagens de avião e comboio: os fatores de emissão para as viagens de avião, autocarro e comboio utilizados foram os disponibilizados pelo protocolo do *GreenHouse Gas (GHG Protocol)*. Para as viagens de avião foi incorporado em 2010 no método de cálculo o *Radiative Forcing Index (RFI)*, apurado pelo IPCC, o que justifica um aumento significativo das emissões de gases com efeito de estufa dada a multiplicação das emissões por 1,9 de 2009 para 2010, fator que pretende traduzir o impacto global nas alterações climáticas das viagens de avião.

Emissões de CO₂ decorrentes do consumo de combustíveis líquidos e gás natural: os fatores de emissão para os combustíveis líquidos e gás natural utilizados foram os disponibilizados pelo protocolo do *GreenHouse Gas (GHG Protocol)*.

ÓRGÃOS E CORPOS SOCIAIS

No final de 2011, os órgãos e corpos sociais do Banco eram compostos por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE:	António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro
VICE-PRESIDENTE:	Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada
SECRETÁRIA DA SOCIEDADE:	Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

PRESIDENTE:	Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira
VICE-PRESIDENTES: (1)	Vítor Manuel Lopes Fernandes António Manuel Palma Ramalho
VOGAIS:	Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho Miguel Maya Dias Pinheiro José Jacinto Iglésias Soares Rui Manuel da Silva Teixeira

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

PRESIDENTE:	António Vítor Martins Monteiro
VICE-PRESIDENTES:	Manuel Domingos Vicente Maria Leonor C. Pizamo Beleza de Mendonça Tavares
VOGAIS:	Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto António Henriques de Pinho Cardão António Luís Guerra Nunes Mexia António Manuel Costeira Faustino Carlos José da Silva Daniel Bessa Fernandes Coelho João Manuel de Matos Loureiro José Guilherme Xavier de Basto José Vieira dos Reis Josep Oliu Creus Luís de Mello Champalimaud Manuel Alfredo da Cunha José de Mello Pansy Catalina Ho Chiu King Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos Vasco Esteves Fraga

(1) Em 20 de junho de 2011, na sequência de ter aceitado integrar o Governo da República de Portugal enquanto Ministro da Saúde, Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo apresentou a sua renúncia ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, bem como todos os demais cargos sociais que exercia no Grupo ou em representação deste. Os pelouros da sua responsabilidade foram redistribuídos pelos restantes Administradores.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG & Associados, SROC, S.A. representada por:

EFETIVO: Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

SUPLENTE: João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)

CONSELHO DE REMUNERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

PRESIDENTE: José Manuel Rodrigues Berardo

VOGAIS: António Vítor Martins Monteiro
Luís de Mello Champalimaud
Manuel Pinto Barbosa

Na Assembleia Geral de Acionistas do Banco Comercial Português, S.A. de 28 de fevereiro de 2012 foi aprovada a alteração e reestruturação do contrato de sociedade, que se consubstanciou na adoção de um modelo de administração e fiscalização monista, composto por Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas, bem como na criação de um Conselho Estratégico Internacional. Na mesma Assembleia foram eleitos os seguintes membros dos novos órgãos e corpos sociais para o mandato 2012-2014:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: António Vítor Martins Monteiro

VICE-PRESIDENTES: Carlos José da Silva
Nuno Manuel da Silva Amado
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

VOGAIS: António Luís Guerra Nunes Mexia
João Bernardo Bastos Mendes Resende
António Manuel Costeira Faustino
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
António Henriques de Pinho Cardão
César Paxi Manuel João Pedro
José Jacinto Iglésias Soares
André Luiz Gomes
João Manuel de Matos Loureiro
José Guilherme Xavier de Basto
Jaime de Macedo Santos Bastos
Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas
Miguel de Campos Pereira de Bragança
Miguel Maya Dias Pinheiro
Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho
Rui Manuel da Silva Teixeira

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE:	Nuno Manuel da Silva Amado
VICE-PRESIDENTES:	Miguel Maya Dias Pinheiro Miguel de Campos Pereira de Bragança
VOGAIS:	José Jacinto Iglésias Soares Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho Rui Manuel da Silva Teixeira

COMISSÃO DE AUDITORIA

PRESIDENTE:	João Manuel de Matos Loureiro
VOGAIS:	José Guilherme Xavier de Basto Jaime de Macedo Santos Bastos

CONSELHO DE REMUNERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

PRESIDENTE:	Baptista Muhongo Sumbe
VOGAIS:	Manuel Soares Pinto Barbosa José Manuel Archer Galvão Teles José Luciano Vaz Marcos

CONSELHO ESTRATÉGICO INTERNACIONAL

PRESIDENTE:	Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira
VOGAIS:	Francisco Lemos José Maria Josep Olliu Creus

ALTERAÇÕES AO GOVERNO SOCIETÁRIO

Em 18 de abril de 2011, o Banco Comercial Português, S.A. realizou a sua Assembleia Geral Anual, destacando-se as seguintes deliberações, com impacto no Governo Societário, para o triénio 2011-2013:

- Eleição da Mesa da Assembleia Geral;
- Eleição do Conselho de Remuneração e Previdência;
- Eleição do Conselho Geral e de Supervisão;
- Eleição do Conselho de Administração Executivo, tendo sido nomeados José Jacinto Iglésias Soares e Rui Manuel da Silva Teixeira como novos membros do Conselho de Administração Executivo, na sequência da cessação de mandato de José João Guilherme e Nélson Ricardo Bessa Machado;
- Eleição do Revisor Oficial de Contas e seu suplente.

Na sequência da alteração da composição do CAE aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 18 de abril de 2011, redefiniram-se as áreas de responsabilidade de cada Administrador, os reportes diretos, bem como os Administradores Alternantes em cada uma das referidas áreas de responsabilidade. Em 20 de junho de 2011, na sequência de ter aceitado integrar o Governo da República de Portugal enquanto Ministro da Saúde, Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo apresentou a sua renúncia ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, bem como todos os demais cargos sociais que exercia no Grupo ou em representação deste. Consequentemente, o CAE procedeu à redistribuição dos pelouros pelos outros Administradores. Em 7 de setembro de 2011, o Banco Comercial Português informou que, na sequência das reuniões de Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão que tiveram lugar nesse mesmo dia, foi nomeado António Ramalho para Vice-Presidente do CAE do BCP.

Em novembro de 2011, o CAE aprovou uma nova composição dos Comitês de Coordenação, Comissões e Subcomissões na sua dependência. Esta alteração representou uma melhoria do anterior modelo de Governo Corporativo adotado em maio de 2011 na sequência do início do mandato do atual CAE. Os comitês de coordenação foram reorganizados e, tendo por referência 31 de dezembro de 2011, eram os seguintes: Retalho, Empresas, Asset Management & Private Banking, Negócios na Europa e Processos e Serviços Bancários. O acompanhamento da atividade do anterior segmento Corporate & Investment Banking passou a estar integrado no Comité de Empresas. No que respeita aos Negócios no Exterior em África (Moçambique e Angola) e Outros Negócios no Exterior (Macau/China), estes foram assumidos diretamente pelo Administrador do Millennium bcp responsável por essas operações, por ter sido considerado que as especificidades destes mercados justificam tratamento individualizado, e que, consequentemente, não beneficiariam da integração em comitês de coordenação. Foram ainda revistas as Comissões que emanam do Conselho de Administração Executivo, tendo sido criada a Subcomissão de Acompanhamento de Risco de Crédito.

Em maio de 2011, foram também revistas as comissões que dependem do Conselho Geral e de Supervisão, tendo-se mantido a Comissão para as Matérias Financeiras, destacado a Comissão do Governo Societário e criado três novas Comissões: a Comissão de Avaliação e Riscos, a Comissão de Nomeações e a Comissão de Ética e Deontologia.

Na sequência da adoção de um modelo de administração e fiscalização monista, aprovada na Assembleia Geral de Acionistas do Banco Comercial Português, S.A. de 28 de fevereiro de 2012, e na constituição de uma Comissão Executiva, foram redefinidas as áreas de responsabilidade de cada Administrador, os reportes diretos, bem como os Administradores Alternantes em cada uma das referidas áreas de responsabilidade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMISSÃO EXECUTIVA

Áreas de Responsabilidade e Administradores Alternantes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MONTEIRO

Gab. Apoio ao Cons. Administração (NA)
Secretariado da Sociedade (NA)
Fundação Millennium bcp (NA)
Provedoria do Cliente (NA)

COMISSÃO EXECUTIVA

NUNO AMADO (NA)

Gabinete da Presidência (MM)
Direção de Comunicação (MM)
Dir. de Suporte à Gestão de Pessoas (MM)
Direção de Auditoria (*) (IS)

MIGUEL MAYA (MM)

Direção de Crédito (MB)
Direção de Crédito Especializado (MB)
Dir. Recuperação de Crédito Standardizada (MB)
Dir. Recuperação de Crédito Especializada (MB)
Direção de Corporate II (MB)
Risk Office (MB)
Direção de Rating (MB)
Direção de Contencioso (MB)
Direção de Negócio Imobiliário (MB)

MIGUEL BRAGANÇA (MB)

Direção de Tesouraria e Mercados (MM)
Direção de Assets and Liabilities Management (MM)
Direção Internacional (MM)
Direção de Planeamento e Controlo Orçamental (MM)
Direção de Contabilidade e Consolidação (MM)
Direção de Relações com Investidores (MM)
Direção de Assessoria Fiscal (MM)
Direção de Informação de Gestão (MM)
Direção de Participações Financeiras (MM)

RUI MANUEL TEIXEIRA (RMT)

Banca de Retalho (LPC)
Banca de Empresas (LPC)
Dir. Regionais da Madeira e dos Açores (LPC)
Direção de Marketing (LPC)
Direção de Apoio à Rede (LPC)
Direção de Banca Direta (LPC)
Direção de Cartões (LPC)

LUÍS PEREIRA COUTINHO (LPC)

Direção de Private Banking (RMT)
Millennium bcp Banque Privée (Suíça) (RMT)
Bank Millennium (Polónia) (RMT)
Millennium Bank (Grécia) (RMT)
Banca Millennium (Roménia) (RMT)
Banque BCP (França) (RMT)
Banque BCP (Luxemburgo) (RMT)
FBSU – Foreign Business Support Unit (RMT)
ActivoBank (RMT)

CONCEIÇÃO LUCAS (CL)

Direção de Corporate I (IS)
Direção de Banca de Investimento (IS)
Millennium bim (IS)
Millennium Angola (IS)
Desk Orient (IS)
Millennium bcp Gestão de Ativos (IS)
Gabinete de Estudos (IS)
Millenniumbcp Ageas (IS)

IGLÉSIAS SOARES (IS)

Direção de Informática e Tecnologia (CL)
Direção de Operações (CL)
Direção Administrativa e Patrimonial (CL)
Direção de Qualidade (CL)
Gabinete de Prevenção e Segurança (CL)
Direção Jurídica (CL)
Secretaria Geral (CL)
Direção de Microcrédito (CL)
Compliance Office (CL)

() Administrador Alternante.
(*) Responsável direto (Iglésias Soares).
Projeto M (Rui Manuel Teixeira).

Em março de 2012, a Comissão Executiva aprovou uma nova composição dos Comitês de Coordenação, Comissões e Subcomissões na sua dependência. A composição dos Comitês de Coordenação é a seguinte:

COMITÊS DE COORDENAÇÃO DE REDES E FUNÇÕES ESPECIAIS

Têm por objetivo facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a Direção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio e na Unidade de Processos e Serviços Bancários, com a missão de alinhar perspetivas e suportar a tomada de decisões de gestão por parte da Comissão Executiva.

RETAILHO

Membros da CE

Miguel Bragança
Rui Manuel Teixeira
Conceição Lucas

Diretores Coordenadores

Banca de Retailho
Banca Direta
Direção de Marketing (Secretário)
Direção de Cartões
Direção de Apoio à Rede
Direção de Comunicação
Direção de Informação de Gestão
Direção de Recuperação Standardizada
Direção de Negócio Imobiliário (por convite)
Direção de Private Banking (por convite)
Direção de Suporte à Gestão das Pessoas (por convite)
Seguros (por convite)

EMPRESAS

Membros da CE

Miguel Maya
Miguel Bragança
Conceição Lucas
Rui Manuel Teixeira

Diretores Coordenadores

Banca de Empresas
Direções de Corporate I
Direções de Corporate II
Direção de Banca de Investimento
Crédito Especializado
Direção de Negócio Imobiliário
Direção de Marketing (Secretário)
Direção de Informação de Gestão
Direção de Recuperação Especializada
Direção de Suporte à Gestão das Pessoas (por convite)

NEGÓCIOS NA EUROPA

Membros da CE

Luís Pereira Coutinho
Iglésias Soares

Responsáveis das operações

Polónia
Grécia
Roménia
FBSU (Secretário)

PROCESSOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS

Membros da CE

Luís Pereira Coutinho
Iglésias Soares
Rui Manuel Teixeira

Diretores Coordenadores

Direção de Informática e Tecnologia
Direção de Operações (Secretário)
Direção Administrativa e Patrimonial
Direção da Qualidade
Gabinete de Prevenção e Segurança
Direção de Suporte à Gestão das Pessoas
Direção de Planeamento e Controlo Orçamental

RECURSOS HUMANOS

Membros da CE

Nuno Amado
Miguel Bragança
Iglésias Soares

Diretores Coordenadores

Direção de Suporte à Gestão das Pessoas (Secretário)
Outras primeiras linhas em função dos temas a tratar

PRINCIPAIS EVENTOS EM 2011

JANEIRO

- Lançamento de uma campanha institucional que teve como protagonista José Mourinho. Esta campanha destaca valores e princípios que são comuns a Mourinho e ao Millennium bcp: liderança, consistência, solidez e sucesso. Sintetizando toda a mensagem no *claim* "O nosso trabalho, a nossa paixão", esta campanha marcou uma nova fase da estratégia de comunicação do Banco, reforçando valores fundacionais e consolidando o seu posicionamento enquanto Banco líder.
- Assinatura de um contrato de patrocínio entre a American Express, através do seu parceiro exclusivo em Portugal, o Millennium bcp, e a Casa da Música, no Porto.
- Participação do Microcrédito Millennium bcp num colóquio organizado pelo Comité Pro Bono da Vieira de Almeida & Associados, subordinado ao tema: "Combate à Pobreza e à Exclusão Social – o Papel da Lei".
- Lançamento pelo Millennium bank na Grécia, conjuntamente com o parceiro de seguros Interamerican S.A., de um novo programa de *bancassurance* para cobertura de "Bens Pessoais", procurando criar um produto que correspondesse às necessidades dos Clientes Mass-market.
- Inauguração da Escolinha do Quiduxo, situada no Bairro do Khongolote, em Moçambique. Esta iniciativa enquadra-se no âmbito do Programa de Responsabilidade Social "Mais Moçambique pra Mim" do Millennium bim. O apoio do Millennium bim incidiu na edificação e apetrechamento da Escolinha criada pela Associação Comunitária pela Criança Sã.
- Encerramento da exposição "Ossos que Contam História", em exibição de 19 de fevereiro 2010 a 19 de janeiro 2011, que recebeu, no total, 20.409 visitantes, o que representa um número nunca antes alcançado por uma exposição no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.
- Inauguração da exposição "*Felicitas Iulia Olisipa* – Cidade de um Império Global", uma mostra de vestígios arqueológicos de ânforas que marcaram a Lisboa cosmopolita do Império Romano, na Rua Augusta, em Lisboa, no mesmo espaço que acolheu a exposição "Ossos que contam História".
- Através do seu programa de Responsabilidade Social "Mais Moçambique pra Mim", o Millennium bim apoiou o lançamento do projeto de reciclagem concebido para a cidade de Maputo, uma obra da Associação Moçambicana de Reciclagem – AMOR. O projeto atua através da implementação de um sistema de recolha seletiva de lixo urbano e na criação de três centros de compra de material reciclável na cidade.

FEVEREIRO

- Participação no Fórum Anual Europeu do BAFT-IFSA (Bankers Association for Finance and Trade + International Financial Services Association).
- Reunião do Conselho da Rede Europeia de Microfinança, em Lisboa, tendo o Microcrédito do Millennium bcp sido o seu anfitrião.
- Parceria da AESE – Escola de Direção e Negócios, a ENTRAJUDA e a Fundação Millennium bcp para a organização conjunta de mais um programa de Gestão das Organizações Sociais, programa de aperfeiçoamento destinado a dirigentes de instituições do setor social, patrocinado pelo Millennium bcp.
- Celebração em parceria com a Microsoft Portugal, do "Dia da Internet Segura", que juntou 156 voluntários do Banco, da Microsoft e EPIS, que se deslocaram a 71 estabelecimentos de ensino para transmitir noções sobre segurança na internet e promoção de práticas de ética e comportamentos seguros *online*, junto de crianças do 1.º e 2.º ciclos, jovens do ensino secundário e respetivos pais.

- Inauguração da exposição "Arte Partilhada Millennium bcp Abstração", compreendendo 74 obras do abstracionismo português e estrangeiro.
- Lançamento na Polónia de um novo canal de acesso ao banco, o Mobile banking, através de sistema seguro e transparente que permite ter o banco sempre à mão
- Integração do Bank Millennium, na Polónia, no Respect Index, o primeiro índice da Europa Central e de Leste de empresas socialmente responsáveis.
- Lançamento de um novo produto, completamente inovador no mercado Moçambicano, – o "NetSh@p", destinado a Empresas e a ENI, consistindo num conceito de negócio através da internet. O Millennium bcp disponibiliza uma plataforma de pagamento eletrónica para que a venda possa ser *online*, com total segurança em todas as etapas, incluindo o pagamento.
- Parceria entre o Millennium bcp e a Vodacom, definindo áreas de cooperação e parcerias, no âmbito do aproveitamento de sinergias conjuntas que permitirão disponibilizar soluções tecnológicas de Banca Móvel e realizar diversas ações de animação comercial conjuntas.
- Lançamento de uma nova linha de negócio para Clientes Affluent, com produtos e serviços exclusivos, incluindo uma rede dedicada de sucursais e gestores na Roménia.
- Lançamento da conta "Universitário" em Angola, com condições especiais, nomeadamente o acesso a uma linha de crédito com taxa de juro bonificada e a oferta de um vale no valor de 5.000 kwanzas, para ser utilizado em livrarias e lojas de eletrónica.
- O Microcrédito Millennium bcp marcou presença numa iniciativa organizada pela AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu, com quem tem um Protocolo de Parceria, para a dinamização do empreendedorismo na região.

MARÇO

- Celebração do primeiro aniversário do ActivoBank, com a inauguração da quinta sucursal no Centro Comercial Vasco da Gama em Lisboa.
- Lançamento do "Movimento Milénio", uma iniciativa, promovida pelo Jornal *Expresso* e pelo Millennium bcp que visa antecipar respostas sobre temas de grande importância para o país criando, assim, um debate público sobre os principais pilares da sociedade: Negócios, Democracia, Consumo e Cidades. No lançamento da iniciativa, o convidado principal foi Malcolm Gladwell, considerado, pela revista *Time*, um dos homens mais influentes do século XXI.
- Renovação dos conteúdos da Millennium tv abertos a Colaboradores e Clientes através de uma parceria estabelecida com a Económico TV, do Diário Económico.
- Lançamento de uma nova versão da aplicação App Millennium, para o *tablet* iPad, acrescentando à oferta do Millennium bcp em aplicações de banca móvel, que abrange já os equipamentos iPhone e iPod Touch, BlackBerry, smartphones Java e Android.
- Organização da "Formação Prestige" pelo Millennium bank, na Grécia, uma reunião liderada pelo responsável de Marketing da operação grega que teve lugar em Atenas e que contou com mais 80 Colaboradores daquele segmento de negócio. Temas como a filosofia Prestige, o processo de fluxo de vendas ou, por exemplo, os produtos e serviços exclusivos estiveram entre os tópicos debatidos na sessão.
- Realização de reuniões "Prestige Millennium/Forbes", uma iniciativa organizada pela operação Millennium na Polónia e pela revista *Forbes*. Participam nas reuniões responsáveis do banco e vários outros convidados, onde se discutiu no formato de debate a situação económica do país, em especial as tendências de investimentos polacos a médio-longo prazo no estrangeiro.
- Eleição da Média como Marca de Confiança 2011 na categoria de Seguros de Saúde. Este é um prémio atribuído pelos leitores das *Seleções da Reader's Digest*, e tem particular significado, dado ser resultado direto da votação dos consumidores.

- Divulgação pela empresa Brand Finance, no âmbito da segunda edição do Brand Valuation Forum, do *ranking* das 50 Marcas Portuguesas mais Valiosas, sendo o Millennium bcp reconhecido como banco privado líder no setor bancário (oitava posição do *ranking* global), com um valor de marca de 502 milhões de euros.
- Lançamento da "Nova Conta Poupança Família", na Grécia, sob o mote "Todos os meses, mais", com a oferta de vales de supermercado até 20 euros para contas com um saldo superior a 1.500 euros.
- Lançamento pelo Millennium bim do produto "Plano Poupança Família", tendo como principal objetivo a criação de hábitos de poupança.
- Lançamento, na Polónia, do "Eko Energia", um Crédito/Leasing com o propósito de financiar soluções de última geração na área das tecnologias de poupança energética e de energias renováveis. A linha de crédito surgiu ao abrigo do programa polaco de financiamento energético sustentável (PoISEFF), tornando possível a implementação de projetos provenientes de Pequenas e Médias Empresas polacas no âmbito da eficiência energética.
- Participação na Conferência Reuters/TSF sobre o papel da banca na economia, no contexto da crise. O Millennium bcp fez-se representar pelo Presidente do Banco, Carlos Santos Ferreira. Participaram na conferência os representantes dos cinco maiores bancos em Portugal.
- Fundação Millennium bcp apoiou a quarta edição do GOS – Gestão das Organizações Sociais – Programa de Aperfeiçoamento destinado a Dirigentes de Instituições do Setor Social (IPSS, ONG, Misericórdias e outras instituições sem fins lucrativos), tendo como objetivo a melhoria da capacidade de decisão e da utilização de ferramentas de gestão para os formandos.
- No âmbito da comemoração dos 100 anos da Universidade de Lisboa – Ulis2011 –, realizaram-se "100 lições", tendo Carlos Santos Ferreira, Presidente do Millennium bcp, sido o orador da palestra "Um olhar sobre a Banca" integrada no 1.º Ciclo de Palestras.
- Participação do Microcrédito Millennium bcp numa sessão de esclarecimento, na Associação de Municípios de Beja, onde estiveram reunidas cerca de 24 entidades do setor público que, direta ou indiretamente, se encontram envolvidas em diversas áreas sociais do Concelho.
- Na sequência do anúncio da colocação do *rating* em "Credit Watch Negative" a 1 de dezembro de 2010, e imediatamente após o pedido de demissão do Primeiro-Ministro, a 25 de março de 2011, a S&P procedeu à redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa em dois níveis (*notches*), de "A-" para "BBB". Posteriormente, em 28 de março de 2011, a S&P reduziu a notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A., também em dois *notches*, de "BBB+" para "BBB-". A notação de *rating* de curto prazo foi revista de "A-2" para "A-3". Quer a notação de *rating* de longo prazo, quer a de curto prazo permanecem em observação com implicações negativas (*Credit Watch Negative*), refletindo a possibilidade de *downgrades* adicionais da República Portuguesa e respetivo impacto indireto no risco de crédito do BCP.

ABRIL

- Realização da Assembleia Geral Anual do Millennium bcp em 18 de abril de 2011, no Porto, tendo estado presentes Acionistas detentores de 53,39% do capital. Merecem destaque as seguintes deliberações: (1) Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2010; (2) Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício; (3) Aprovação de novos Estatutos, permitindo ao Millennium bcp, designadamente, ajustar e harmonizar o seu Contrato Societário às alterações que têm vindo a ocorrer no Código das Sociedades Comerciais e no Código dos Valores Mobiliários; (4) Aprovação de uma operação de aumento de capital, num valor que poderá oscilar entre 1,12 e 1,37 mil milhões de euros e eleição dos novos órgãos sociais do Banco. A Assembleia Geral elegeu igualmente os novos órgãos sociais do Banco e um novo Conselho de Administração, que vai contar com dois novos membros: Rui Manuel Teixeira e José Iglésias Soares.
- Lançamento da página "Millennium Sugere" no Facebook, onde são facultadas técnicas de poupança e de gestão do orçamento familiar; partilhadas experiências, bem como informações úteis, de caráter genérico, sobre fiscalidade e impostos.

- Patrocínio da 5.ª Conferência Anual sobre Gestão de Risco, Financeira e de Tesouraria, organizada pela Eurofinance, em Lisboa.
- O Microcrédito Millennium bcp participou no seminário Contributos para a Inovação, organizado pelo CLDS – Centro Local de Desenvolvimento Social de Famões.
- Participação do Microcrédito Millennium bcp, a convite do Núcleo do Algarve do Instituto Paulo Freire Portugal, num seminário na Universidade do Algarve, subordinado ao tema Microcrédito e Empreendedorismo – Uma Responsabilidade Social.
- Associação do Millennium bcp ao Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, através da abertura noturna do espaço museológico – o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC).
- Fundação Millennium bcp mecenas da exposição "100 anos de Arte Portuguesa", no Museu Biblioteca Condes Castro Guimarães, em Cascais.
- Apoio, através da Fundação Millennium bcp, ao projeto "Make it possible". Um projeto que trouxe até Portugal 36 jovens voluntários de todo o mundo para alertar e consciencializar a juventude portuguesa para os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, promovidos pela Organização das Nações Unidas.
- Na sequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa em três *notches*, de "A-" para "BBB-", a Fitch anunciou a 5 de abril de 2011 que procedeu à revisão da notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A., em dois *notches*, de "BBB+" para "BBB-", enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de "F2" para "F3".
- Na sequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa de "A3" para "Baa1", a Moody's anunciou a 6 de abril de 2011 que procedeu à redução da notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. (BCP) de "A3" para "Baa3", enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de "P-2" para "P-3". A notação de BFSR (*Bank Financial Strength Rating*) foi revista de "D+" para "D". As notações de *rating* permanecem sob observação para uma possível revisão em baixa.

MAIO

- Decisão de acionar o processo legalmente previsto para a concessão de garantia do Estado a emissão de dívida, nos termos do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro, tendo sido apresentado ao Banco de Portugal o pedido de aprovação respetiva, para garantia do Estado a um financiamento através da emissão de valores mobiliários de dívida não subordinada, no montante de 1,75 mil milhões de euros, com um *spread* a determinar com referência às condições de mercado, e um prazo até três anos.
- Presença do Millennium bcp, representado pelo Vice-Presidente Paulo Macedo, no *Portuguese Day*, evento que se realizou na New York Stock Exchange.
- Realização da edição anual do *workshop* "Mil Ideias", com o objetivo de premiar as melhores participações de 2010.
- Organização da segunda edição do *workshop* "Porta Aberta" pelo programa "Mil Ideias", com o objetivo de troca de experiências e partilha de melhores práticas sobre inovação. Este evento contou com a presença de 16 empresas e duas universidades que foram convidados a partilhar e debater iniciativas no âmbito da inovação.
- Participação no I Fórum sobre Recursos Humanos e Formação na Banca, a convite do Instituto de Formação Bancária.
- Estabelecimento de um protocolo de apoio mecenático da Fundação Millennium bcp ao Projeto SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) para a salvaguarda e valorização do espólio do artista Eduardo Nery, em parceria com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Associação do Millennium bcp à editora LeYa para elaboração do livro *Faz Crescer o teu Dinheiro*, que realça conceitos úteis de educação financeira.

- Realização do Fórum Regional de Empresas pelo Millenium Bank, na Polónia, com o objetivo de construir relações mútuas entre as instituições e estimular a troca de experiências entre empresários, representantes das autoridades locais e o setor. Este Fórum é uma plataforma de discussão de oportunidades e barreiras no desenvolvimento regional, no financiamento e desenvolvimento das empresas.
- O Millennium bcp e a Fundação Millennium bcp em conjunto com a Caritas Diocesana de Coimbra organizaram uma ação de voluntariado que reuniu cerca de 50 Colaboradores que deram o seu contributo não só para a renovação dos vários espaços físicos da Instituição, mas também no acompanhamento dos seus utentes, que por um dia receberam uma visita diferente e animada.
- No âmbito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o Microcrédito Millennium bcp entregou o prémio de 5.000 euros ao melhor projeto de negócio, relacionado com a aposta nas acessibilidades a Pessoas portadoras de deficiência.
- Participação do Microcrédito Millennium bcp no *workshop* "Ideias, Projetos e Investimentos", a convite da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda.
- Associação à campanha, em supermercados e superfícies comerciais, promovida pelo Banco Alimentar, com a oferta dos sacos para a recolha de alimentos.

JUNHO

- Conclusão com sucesso do aumento de capital social de 4.694.600.000 euros para 6.064.999.986 euros, envolvendo as seguintes componentes: i) 120.400.000 euros, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal; ii) 990.147.000 euros, por entradas em espécie de 990.147 Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal e iii) 259.852.986 euros, por aumento de capital reservado a Acionistas, no exercício do seu direito de preferência.
- Realização de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do Millennium bcp em 27 de junho de 2011, tendo estado presentes Acionistas detentores de 50,48% do capital. Foram tomadas as seguintes deliberações: (1) Aprovação de alteração ao artigo 5.º do contrato de sociedade, por aditamento de um novo n.º 6, com relação a processos de concessão de garantias do Estado ao abrigo do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro; (2) Aprovação da supressão do direito de preferência dos Acionistas em eventual aumento ou aumentos de capital, designadamente através de ações preferenciais, a deliberar pelo Conselho de Administração Executivo no âmbito do regime jurídico das garantias do Estado citado no ponto anterior.
- Renúncia de Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, bem como todos os demais cargos sociais que exercia no Grupo ou em representação deste, na sequência de ter aceite integrado o Governo da República de Portugal enquanto Ministro da Saúde.
- Estabelecimento de um Protocolo de parceria entre o Microcrédito Millennium bcp e o Instituto Politécnico de Lisboa com o objetivo de identificar, desenvolver e cultivar o espírito empreendedor junto dos alunos, levando-os a optar pela via da criação do próprio emprego.
- Lançamento da página da Fundação Millennium bcp no Facebook, com o objetivo de manter informados os seguidores das atividades da Fundação e de chegar ao conhecimento de um público mais jovem, que utiliza as redes sociais como um dos principais meios de informação.
- Inauguração da exposição "A Sardinha é Minha!", no âmbito das Festas de Lisboa 2011, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC), em Lisboa, reunindo uma seleção de 300 representações de sardinhas de um total de 2.080 que participaram no concurso Sardinhas Festas de Lisboa 11, lançado no âmbito das festas da cidade pela EGEAC.

- Apoio em Angola ao projeto "Programa Criança Feliz", uma parceria com o Grupo da Amizade. O apoio foi traduzido num donativo de 1 milhão e quinhentos mil kwanzas, entregue no Dia da Criança Africana.
- Apoio ao MAE – Ministério da Administração Estatal, através do Millennium bim, no âmbito do lançamento da Campanha Nacional de Promoção de Poupança, que contou com a presença do Presidente da República de Moçambique.
- Participação do Microcrédito Millennium bcp na Invista – II Feira de Emprego, Formação e Empreendedorismo, em Paredes, iniciativa organizada pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social de Paredes.
- No âmbito do Dia Mundial da Criança, o millenniumbcp.pt lançou uma campanha dirigida aos mais novos – "Faz o desenho da tua Poupança" – com o objetivo de incentivar os jovens Clientes a refletirem sob os seus hábitos de poupança através do desenho.
- A agência de rating DBRS iniciou a cobertura de rating do BCP, tendo atribuído em 14 de junho de 2011 um rating de longo prazo de "BBB (high)" e um rating de curto prazo de "R-2 (high)", ambos com tendência negativa. A DBRS atribuiu também uma avaliação intrínseca ao BCP de "BBB".
- A agência de rating S&P anunciou em 15 de junho de 2011 que as notações de rating do BCP deixaram de estar em observação com implicações negativas ("*Credit Watch Negative*"). A S&P anunciou a manutenção dos ratings do BCP de longo prazo em "BBB-" e de curto prazo em "A-3", com outlook negativo. Em simultâneo, a S&P reviu a avaliação intrínseca do BCP (*stand alone credit profile*) de "BBB-" para "BB+".

JULHO

- Nomeação de António Ramalho para Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo do BCP.
- Nomeação de Dimitrios Romossios para Chief Executive Officer do Millennium bank na Grécia.
- Lançamento de uma nova secção informativa dedicada à Sustentabilidade na área institucional do site millenniumbcp.pt, destinada a todos os Stakeholders do Banco.
- Distinção na competição europeia, da iniciativa da Junior Achievement Portugal – Graduate Programme, da qual a Fundação Millennium bcp é patrocinador exclusivo. A equipa vencedora – Flicks –, desenvolveu um conceito inovador para a deteção mais eficaz dos fogos florestais, através de tecnologias de ponta a um preço competitivo para uma gama variada de aplicações.
- Lançamento de uma campanha ecológica – Blue da American Express e Extrato Digital: Pedalar e ajudar o meio ambiente. A subscrição do cartão e a adesão ao extrato digital habilitou o Cliente ao sorteio de bicicletas elétricas da marca portuguesa Órbita.
- Partilha do espólio de arte do Millennium bcp, através da exposição "A Pulsão do Amor na Coleção Millennium bcp", patente ao público no Museu Municipal, edifício Chiado, em Coimbra.
- Inauguração no Palácio das Artes – Fábrica de Talentos, no Porto, a exposição "Depois dos quatro vintes: percursos individuais", uma homenagem aos reconhecidos artistas plásticos Ângelo de Sousa, Armando Alves, Jorge Pinheiro e José Rodrigues, realizada pelo Millennium bcp.
- Participação do Microcrédito Millennium bcp na II Feira de Ensino, Formação e Emprego das Caldas da Rainha, a convite do Contrato Local de Desenvolvimento Social da cidade.
- Presença do Millennium Angola na Filda 2011 (Feira Internacional de Luanda), sob o tema Desafios da Atração de Investimento.
- O Millennium bcp Microcrédito marcou presença na 8.ª Conferência Anual do European Microfinance Network (EMN) em Amesterdão.

- Na sequência do *downgrade* do *rating* da República Portuguesa em quatro *notches*, de "Baa1" para "Ba2", a agência Moody's Investors Service reduziu os *ratings* atribuído à dívida garantida pelo Estado Português de quatro bancos portugueses em 7 de julho de 2011. O *rating* atribuído à dívida do BCP garantida pelo Estado foi reduzido de "Baa1" para "Ba2". Ainda como consequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República de Portugal, a Moody's, em 15 de julho de 2011, procedeu também à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses, anunciando que as notações de *rating* do BCP foram reduzidas em um *notch*, de "Baa3/P-3" para "Ba1/NP", permanecendo sob observação com possível revisão em baixa.

AGOSTO

- Renovação do Certificado de Qualidade, no âmbito da Norma ISO 9001:2008, atribuído pela Bureau Veritas Certification. Para além dos 34 processos já certificados, o Millennium bcp obteve a certificação de mais cinco: Mercado Monetário Interbancário – Negociação, Confirmação e Registo de Operações; Custódia e Eventos/Rendimentos; Conta Empréstimo – CLS; Contas Correntes e Descobertos Contratados; e Garantias Bancárias, Fianças e Ayaes.
- Millennium bcp apoia financeiramente as atividades da UNICRI – Centro das Nações Unidas contra o Crime e o Terrorismo, instituição responsável por apoiar as organizações governamentais, não-governamentais e intergovernamentais a formular e implementar políticas e práticas bem sucedidas nas áreas da prevenção criminal e justiça criminal.
- Na sequência de um desafio lançado pelo Millennium bcp Microcrédito, o Gabinete de Apoio ao Empresário do Município de Caminha, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, organizou o II Seminário Empreender Caminha.
- Lançamento da página "Millennium GO!" no Facebook para promoção do produto. Uma página dinâmica que conta com passatempos com vários prémios, bilhetes de cinema, noites em pousadas da juventude, descontos em telemóveis, entre outros.
- Estabelecimento de Protocolos de parceria entre a rede de Microcrédito do Millennium bcp e o Instituto da Segurança Social, a Beta-i – Associação para a Promoção da Inovação e Empreendedorismo, o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa e a Câmara Municipal de Faro, com o objetivo de estimular e apoiar a capacidade de iniciativa e a vocação empreendedora.

SETEMBRO

- Assinatura de acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico, S.A. para a constituição de um banco no Brasil, tendo em vista a exploração de oportunidades no mercado brasileiro, nomeadamente nas áreas de *corporate finance* e *trade finance*, através de parcerias.
- Lançamento de uma oferta de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e de ações preferenciais, inserindo-se na gestão proativa da estrutura de financiamento e de fundos próprios do Grupo, constituindo-se como uma das iniciativas para atingir um rácio de capital regulamentar de *Core Tier I* de 9% em 2011.
- O Banco Millennium Angola assinou um Protocolo de Cooperação com a Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA), para apoiar o negócio das pequenas e médias empresárias nacionais.
- O Microcrédito Millennium bcp e a Câmara Municipal do Alandroal estabelecem uma parceria com o objetivo de agilizar os procedimentos no acesso ao Microcrédito e dinamizar o empreendedorismo na região.
- Associação do Millennium bcp, através da Fundação Millennium bcp, às Jornadas Europeias do Património, iniciativa do Conselho da Europa e da União Europeia, coordenada em Portugal pelo IGESPAR, sob o tema Património e Paisagem Urbana.
- Apoio do Millennium bcp Microcrédito ao concurso de ideias Poliempree, coordenado pelo Instituto Politécnico de Lisboa, materializado na doação do 2.º Prémio Nacional, no valor de 5.000 euros.

- Millennium bcp Microcrédito e o Instituto da Segurança Social estabeleceram um Protocolo de parceria, com vista à criação de microempresas e autoemprego, no âmbito do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS.

OUTUBRO

- Divulgação dos resultados alcançados na operação de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e ações preferenciais, em 7 de outubro de 2011, tendo a oferta registado um grau de adesão global de aproximadamente 75% das emissões abrangidas.
- Certificação oficial do SEI (Software Engineering Institute) Processo de Desenvolvimento do IT do Millennium bcp no nível 2 de maturidade do CMMI, sendo reconhecida a consistência, previsibilidade e qualidade.
- Lançamento em Angola de uma campanha promocional com um conjunto de produtos e serviços de subscrição exclusiva para mulheres.
- No âmbito da parceria entre o Millennium bcp e a AESE – Escola de Direção e Negócios para a elaboração de *case studies* relevantes no mundo financeiro, realizou-se a primeira sessão plenária de formação para discussão do caso *Clear Skies Ahead*.
- O Millennium bcp foi o patrocinador do Fórum de Bolsa 2011, evento organizado pela NYSE Euronext Lisbon, que decorreu no Palácio da Bolsa, no Porto.
- O Banco Millennium Angola e o Banco Privado Atlântico, durante a cerimónia de entrega dos Prémios Microcrédito, em Luanda, formalizaram um protocolo de cooperação sobre microcrédito, no âmbito da sua parceria estratégica.
- Na sequência do *downgrade* do *rating* de Portugal de “BBB+” para “BBB-” e da colocação em “*Rating Watch Negative*” das notações dos bancos portugueses, a Fitch anunciou, em 7 de outubro, ter mantido as principais notações de *rating* para o BCP, designadamente o *rating* de longo e curto prazo (“BBB-/F3”), mantendo o *outlook* em “*Rating Watch Negative*”.
- A agência de *rating* Moody’s anunciou, em 7 de outubro, ter concluído o processo de revisão das notações de *rating* dos bancos portugueses iniciada em 15 de julho de 2011, após a redução do *rating* da República de Portugal de “Baa1” para “Ba2”. Neste contexto, a notação da dívida do Banco Comercial Português, S.A. (BCP) foi reduzida de “Ba1/NP” para “Ba3/NP” e a notação *stand alone* de “Ba2” para “B1”. As notações de *rating* permanecem com *outlook* “Negativo”.
- Na sequência da revisão do *rating* de Portugal de “BBB (high)” para “BBB”, a agência de *rating* DBRS anunciou em 20 de outubro a confirmação ou revisão das notações de *rating* atribuídas a bancos portugueses. Neste contexto, o *rating* de longo prazo do BCP passou de “BBB (high)” para “BBB”, mantendo “*Negative Trend*” (idêntico ao da República de Portugal) e o *rating* de curto prazo foi confirmado em R-2 (high) com “*Negative Trend*”.

NOVEMBRO

- Reforço da estratégia de proximidade aos Clientes do ActivoBank através da abertura de sete novas sucursais, em Gaia (duas), Cascais, Leiria, Braga, Aveiro e Coimbra.
- Prémio Ouro, atribuído ao Millennium bcp, na categoria Serviços Financeiros e Seguros dos Prémios Eficácia 2011, com o *case study*/anúncio “Mourinho – Paixão”.
- Comemoração do sexto aniversário da rede autónoma de Microcrédito do Millennium bcp, pioneira e líder em Portugal e que tem como o objetivo último a criação do próprio emprego de forma autónoma e proativa. Ao longo destes seis anos de atividade, foram criados 3.371 novos postos de trabalho e o microcrédito já assessorou cerca de 2.184 projetos de microempreendedores, correspondentes a um financiamento de 18 milhões de euros, num processo que engloba o apoio na elaboração do Plano de Negócio e acompanhamento permanente durante toda a vigência do contrato de financiamento.

- Patrocínio do congresso da Confederação Empresarial de Portugal (CIP). Entre os vários painéis que compunham o programa, destaque para o do Financiamento Empresarial, que contou com a presença dos principais responsáveis das maiores instituições bancárias, entre os quais António Ramalho, Vice-Presidente Millennium bcp.
- Millennium bcp reconhecido através do Engagement Rating 2011 como uma das empresas portuguesas mais transparentes, na comunicação com os *Stakeholders*, em matéria de sustentabilidade.
- Fundação Millennium bcp e a Trienal de Arquitetura de Lisboa assinam protocolo com vista à entrega do Prémio Carreira, que visa distinguir um arquiteto cuja obra se tornou publicamente reconhecida, bem como a entrega do Prémio Concurso Universidades, dirigido às escolas de Arquitetura e de Arquitetura Paisagista de Portugal e no estrangeiro.
- O Millennium bcp, enquanto parceiro histórico do Museu Nacional de Arte Antiga, ofereceu ao público a oportunidade de participar num programa especial de visitas guiadas às exposições temporárias e às obras-primas conservadas no espaço, naquele que designou por – Dia Aberto Millennium bcp.
- Lançamento da primeira edição dos Encontros Millennium Imobiliário, em Leiria. Uma aposta clara na dinamização estratégica do negócio imobiliário junto dos parceiros locais através de um fórum inovador na Banca.
- Na sequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República Portuguesa de “BBB-”, para “BB+” a Fitch anunciou em 25 de novembro que procedeu à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses. Neste contexto, a notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. (BCP), foi reduzida de “BBB-” para “BB+” e removida de “*Rating Watch Negative*”, passando a ter *outlook* negativo, enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de “F3” para “B” e removida de “*Rating Watch Negative*”.

DEZEMBRO

- Divulgação pelo Banco de Portugal dos primeiros resultados globais do Programa Especial de Inspeções (SIP) realizado como parte das medidas e ações acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/EU/BCE em maio de 2011. Este Programa de Inspeções abrangeu os oito maiores grupos bancários portugueses, incluindo o Grupo Banco Comercial Português, e teve por objetivo validar, com referência a 30 de junho de 2011, os dados sobre risco de crédito utilizados na avaliação da sua solidez financeira, através de uma avaliação independente das suas carteiras de crédito e da adequação das suas políticas e procedimentos de gestão de risco, bem como da confirmação do cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito. O exercício incidiu sobre créditos no valor de 55,4 mil milhões de euros, cobrindo 72% do total da carteira de crédito do Grupo BCP. Esta avaliação concluiu existir necessidade de reforço de 381 milhões de euros no valor da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo. Este montante corresponde a 0,7% do montante global dos créditos analisados e 16,0% do valor da imparidade da carteira abrangida pela análise.
- Divulgação dos resultados pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) e pelo Banco de Portugal relativos ao exercício de capital proposto pela EBA. Na sequência do exercício de capital conduzido pela EBA em estreita colaboração com o Banco de Portugal, foi identificada uma necessidade de capital no BCP de 2.130 milhões de euros que deverá ser coberta até ao final de junho de 2012. O BCP assegurará que o rácio *Core Tier I* de 9% será atingido no final de junho de 2012 e que para o efeito submeteu um plano ao Banco de Portugal, estabelecendo um conjunto de ações a desenvolver. Os dados divulgados não incluíam a operação de troca de ações preferenciais por dívida sénior e subordinada, concluída a 13 de outubro de 2011, que proporcionou um aumento dos fundos próprios (*Core Tier I*) em 405 milhões de euros. Assim, o montante global das necessidades identificadas para o Grupo BCP seria de 1.725 milhões de euros.

- Alargamento da cobertura geográfica do Banco Millennium às 18 províncias de Angola, após a inauguração do balcão de N'dalatando na província do Kwanza Norte, passando a disponibilizar aos seus Clientes 61 balcões em todo o país.
- Distinção com *rating* máximo (AAA) num estudo independente e inovador, realizado pela Universidade Católica Portuguesa, a pedido da AEM-Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, sobre o grau de observância das recomendações vigentes relativas ao governo das sociedades em Portugal.
- O Movimento Milénio, uma iniciativa promovida pelo Jornal *Expresso* e pelo Millennium bcp, teve a sua sessão de encerramento no dia 6 de dezembro. O Movimento Milénio assumiu-se como uma grande iniciativa nacional de procura de respostas, revelação de caminhos e tendências para o futuro com verdadeiro impacto na vida dos portugueses. O movimento decorreu ao longo de todo o ano de 2011 e convidou todos os portugueses a participar com as suas ideias e projetos para o futuro do país em quatro grandes áreas: Democracia, Negócios, Cidades e Consumo.
- Participação do Microcrédito Millennium bcp no *workshop* Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, promovido pela Câmara Municipal de Loulé e realizado no Centro Autárquico de Quarteira.
- Patrocínio do Global Investment Challenge (GIC), uma competição aberta ao público em geral que permite uma experiência simulada de investimento na Bolsa e promove o aumento do conhecimento sobre os seus mecanismos e funcionamento, organizado pelo *Expresso* e pela Simuladores e Modelos de Gestão (SDG).
- Lançamento da segunda edição do Prémio Microcrédito para Microempreendedores Portadores de Deficiência.
- Apresentação por um grupo de alunos do Lisbon MBA do projeto de sustentabilidade para a Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, um projeto lançado e apoiado pela Fundação Millennium bcp.
- No âmbito de mais uma ação de solidariedade, voluntários do Banco melhoraram as condições da Casa do Ardina, em Lisboa.
- Apoio à campanha de recolha de alimentos do Banco Alimentar, através da doação dos sacos de plásticos e da participação de cerca de 50 voluntários da Direção de Banca Direta, que participaram na separação dos alimentos no armazém de Lisboa.
- Abertura da Exposição Anual de Joalharia, intitulada "Ensaio" para uma mostra de peças da autoria de alguns associados do Clube Millennium bcp.
- Patrocínio conjunto com a American Express de um concerto de Natal na Casa da Música, para encerramento de ano, sob o tema Estados Unidos da América.
- Na sequência da revisão dos critérios da notação de *rating* para os bancos portugueses, a S&P anunciou que procedeu à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses. Neste contexto, a notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. foi reduzida de "BBB-" para "BB" enquanto a notação de *rating* de curto prazo foi revista de "A-3" para "B" e removida de "Credit Watch Negative".

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO CONSOLIDADO

em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 1 de janeiro de 2010

Milhares de euros

	11	10	1 jan. 10
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.115.945	1.484.262	2.244.724
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.577.410	1.259.025	839.552
Aplicações em instituições de crédito	2.913.015	2.343.972	2.025.834
Créditos a clientes	68.045.535	73.905.406	75.191.116
Ativos financeiros detidos para negociação	2.145.330	5.136.299	3.356.929
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.774.114	2.573.064	2.698.636
Ativos com acordo de recompra	495	13.858	50.866
Derivados de cobertura	495.879	476.674	465.848
Ativos financeiros detidos até à maturidade	5.160.180	6.744.673	2.027.354
Investimentos em associadas	305.075	395.906	437.846
Ativos não correntes detidos para venda	1.104.650	996.772	1.343.163
Propriedades de investimento	560.567	404.734	429.856
Outros ativos tangíveis	624.599	617.240	645.818
Goodwill e ativos intangíveis	251.266	400.802	534.995
Ativos por impostos correntes	52.828	33.946	24.774
Ativos por impostos diferidos	1.564.538	975.676	790.914
Outros ativos	1.790.650	784.446	1.134.132
	93.482.076	98.546.755	94.242.357
PASSIVO			
Depósitos de instituições de crédito	17.723.419	20.076.556	10.305.672
Depósitos de clientes	47.516.110	45.609.115	46.307.233
Títulos de dívida emitidos	16.236.202	18.137.390	19.953.227
Passivos financeiros detidos para negociação	1.478.680	1.176.451	1.072.324
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.578.990	4.038.239	6.345.583
Derivados de cobertura	508.032	346.473	75.483
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	435.832
Provisões	246.100	235.333	233.120
Passivos subordinados	1.146.543	2.039.174	2.231.714
Passivos por impostos correntes	24.037	11.960	10.795
Passivos por impostos diferidos	2.385	344	416
Outros passivos	1.647.208	1.264.119	1.358.210
TOTAL DO PASSIVO	89.107.706	92.935.154	88.329.609
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	6.065.000	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	(11.422)	(81.938)	(85.548)
Prêmio de emissão	71.722	192.122	192.122
Ações preferenciais	171.175	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	(389.460)	(166.361)	93.760
Reservas e resultados acumulados	(1.241.490)	(1.868.780)	(1.326.491)
Resultado do exercício atribuível aos Acionistas do Banco	(848.623)	344.457	-
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	3.826.755	5.114.100	5.568.443
Interesses que não controlam	547.615	497.501	344.305
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS	4.374.370	5.611.601	5.912.748
	93.482.076	98.546.755	94.242.357

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

para os anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Milhares de euros

	11	10
Juros e proveitos equiparados	4.060.136	3.477.058
Juros e custos equiparados	(2.480.862)	(1.960.223)
MARGEM FINANCEIRA	1.579.274	1.516.835
Rendimentos de instrumentos de capital	1.379	35.906
Resultado de serviços e comissões	789.372	811.581
Resultados em operações de negociação e de cobertura	204.379	367.280
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	3.253	72.087
Outros proveitos de exploração	(22.793)	17.476
	2.554.864	2.821.165
Outros resultados de atividades não bancárias	26.974	16.550
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	2.581.838	2.837.715
Custos com o pessoal	953.649	831.168
Outros gastos administrativos	584.459	601.845
Amortizações do exercício	96.110	110.231
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	1.634.218	1.543.244
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	947.620	1.294.471
Imparidade do crédito	(1.331.910)	(713.256)
Imparidade de outros ativos financeiros	(549.850)	(10.180)
Imparidade de outros ativos	(128.565)	(71.115)
Imparidade do goodwill	(160.649)	(147.130)
Outras provisões	13.979	635
RESULTADO OPERACIONAL	(1.209.375)	353.425
Resultados por equivalência patrimonial	14.620	67.661
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(26.872)	(2.978)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(1.221.627)	418.108
Impostos		
Correntes	(66.857)	(54.158)
Diferidos	525.714	39.814
RESULTADOS APÓS IMPOSTOS	(762.770)	403.764
Resultado consolidado do exercício atribuível a:		
Acionistas do Banco	(848.623)	344.457
Interesses que não controlam	85.853	59.307
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(762.770)	403.764
Resultado por ação (em euros)		
Básico	(0,07)	0,05
Diluído	(0,07)	0,05

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

CONSIDERANDO:

- A difícil envolvente macroeconómica nacional e internacional em que se tem vindo a desenvolver a atividade do Banco Comercial Português, S.A;
- Os diversos fatores excecionais que condicionaram fortemente o resultado líquido de 2011, destacando-se o reconhecimento da imparidade nos títulos de dívida pública grega, a desvalorização dos títulos de dívida pública portuguesa, o efeito da transferência parcial para o Regime Geral da Segurança Social das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas e o reforço de dotações para imparidades de crédito;
- Que o efeito combinado destes fatores e a sua elevada magnitude implicaram que o Banco Comercial Português, S.A. tenha registado em 2011 um resultado líquido negativo de 468.526.835,71 euros,

PROPÕE-SE

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, bem como do artigo 54.º dos Estatutos do Banco, que o resultado líquido negativo apurado no balanço individual relativo ao exercício de 2011, no montante de 468.526.835,71 euros, seja transferido para Resultados Translados.

Lisboa, 23 de abril de 2012

O Conselho de Administração



ANEXOS

NOTA METODOLÓGICA

O Millennium bcp publica, desde 2004, anualmente e de forma sistemática e estruturada, Relatórios de Sustentabilidade (Relatório de Responsabilidade Social em 2004). Em 2010, o Banco decidiu proceder à integração do Relatório de Sustentabilidade e Relatório e Contas, de forma a refletir o alinhamento das políticas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social na estratégia e negócio do Millennium bcp, metodologia que manteve para o reporte da atividade relativa ao ano de 2011, sintetizada neste relatório.

O âmbito de reporte dos indicadores sociais e ambientais é internacional e integra as seguintes operações: Portugal, Polónia, Grécia, Roménia, Moçambique, Angola e Suíça. O Millennium bcp define os conteúdos a reportar de forma a dar resposta às expectativas dos seus *Stakeholders*, aferidas através dos testes de materialidade que realiza anualmente e do *feedback* contínuo recebido das interações através dos canais de comunicação regulares. Os indicadores quantitativos, na sua maioria, apresentam um histórico dos últimos três anos – 2009, 2010 e 2011. Alguns dados não são diretamente comparáveis com os Relatórios de 2010 e 2009 tendo em conta: i) a inclusão do reporte dos países da Suíça e Angola, em 2010 e ii) ajustamentos decorrentes da versão 3.1 da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Este relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela GRI, versão 3.1., para o nível A+ e respetivo suplemento do setor financeiro, os princípios da inclusão, materialidade e resposta da Norma AA1000APS (2008) e verificado por entidade externa em conformidade com os princípios definidos pela *International Standard on Assurance Engagements 3000*.

O Millennium bcp disponibiliza no site institucional informação detalhada sobre a sua atividade no âmbito da Sustentabilidade pelo que se sugere a sua consulta para obter informação complementar ao reportado neste relatório.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Os critérios de cálculo utilizados nos indicadores sociais e ambientais foram incluídos no final dos capítulos "Envolvimento com a Comunidade Interna" e "Desempenho Ambiental", nas páginas 209 e 227, respetivamente.

NÍVEL DE APLICAÇÃO DAS DIRECTRIZES DO GRI

	C	C+	B	B+	A	A+
OBRIGATÓRIO						✓
						✓
OPCIONAL						✓
						✓

A tabela de indicadores GRI e a correspondência com os Princípios do Global Compact está disponível para consulta no site institucional do Banco.

CONTACTOS

Esclarecimentos adicionais aos dados sociais e ambientais poderão ser solicitados através da seguinte caixa de e-mail: sempremelhor@millenniumbcp.pt.



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **Banco Comercial Português S.A.** apresentou seu relatório "Relatório e Contas 2011" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 14 de março de 2012

Nelmar Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque Banco Comercial Português S.A. submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 06 de março de 2012.. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

**Ao Conselho de Administração Executivo do
Banco Comercial Português S.A.**

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português S.A. ("Millennium bcp") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no Relatório e Contas ("Relatório") do Millennium bcp para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Responsabilidades

2. O Conselho de Administração Executivo do Millennium bcp é responsável:
 - Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade incluída no Relatório em conformidade com as Directrizes para Reporte de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3)") do Global Reporting Initiative (GRI), conforme referido na "Nota Metodológica" no capítulo "Anexos" do Relatório, e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
 - Pela determinação dos objectivos do Millennium bcp no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade, incluindo a identificação das partes interessadas ("stakeholders") e aspectos materialmente relevantes de acordo com a norma AA1000APS (2008) para os princípios da inclusão, materialidade e resposta; e,
 - Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.
3. A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade "ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants. Esta Norma requer o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes.

Âmbito

4. Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:
 - Realização de entrevistas com responsáveis para compreender os processos implementados pelo Millennium bcp para determinar os aspectos materialmente relevantes para as principais partes interessadas ("stakeholder") do Millennium bcp;
 - Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade a incluir no Relatório;

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG (International Cooperative "KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG & Associados - S.R.L. C. S.A.
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º
PT 502 161 078 - Inscrito na D.H.C.C. N.º 189 -
Inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Membro da Conservatória
do Registo Comercial de
Lisboa sob o N.º PT 502 161
078



- Comparação da informação apresentada no Relatório, com as respectivas fontes de informação, para concluir se todos os dados relevantes com origem nas referidas fontes foram incluídos no Relatório; e
 - Leitura da informação apresentada no Relatório, de forma a concluir sobre a sua adequabilidade com o nosso conhecimento geral, e experiência, com a performance de sustentabilidade do Millennium bcp.
5. Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Consequentemente, não nos permite obter a garantia de que tomaríamos conhecimento de todas as questões importantes que podem ser identificadas numa auditoria ou num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Desta forma, não expressamos uma opinião de auditoria ou uma conclusão de garantia razoável de fiabilidade.

Conclusão

6. Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório do Millennium bcp, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem:
- O alinhamento do Millennium bcp com os princípios de inclusão, materialidade e resposta da norma AA1000APS (2008); e,
 - A sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3)") do *Global Reporting Initiative* (GRI), conforme referido na "Nota Metodológica" no capítulo "Anexos" do Relatório e Contas.
7. O nosso Relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para o Millennium bcp de acordo com os termos contratados. O nosso trabalho foi realizado unicamente, com o objectivo de relatar ao Millennium bcp situações, para as quais fomos contratados neste Relatório de garantia limitada de fiabilidade e não se destina a ser utilizado para nenhum outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades, para além do Millennium bcp, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2012

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 101)

CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES DO FSF E DA EBA RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ATIVOS

	PÁGINA
I. MODELO DE NEGÓCIO	
1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência),	RC (Relatório de Gestão) – Grupo Millennium, pág. 13-16; Modelo de Organização Interna, pág. 31-35; Análise dos Segmentos de Negócio, pág. 103-159.
2. Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).	RC (Relatório de Gestão) – Estratégia, pág. 49-50.
3. Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos),	RC (Relatório de Gestão) – Análise dos Segmentos de Negócio, pág. 103-159; (Contas e Notas às Contas) – Indicadores do Balanço e Demonstração de Resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos.
4. Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.	RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 161-184; (Contas e Notas às Contas) – Ativos Financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda; Derivados de Cobertura; Ativos Financeiros detidos até à maturidade.
5. Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e., compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida.	
II. RISCOS E GESTÃO DOS RISCOS	
6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados,	RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 161-184; (Contas e Notas às Contas) – Resultados em operações de negociação e cobertura; Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda; Gestão dos Riscos.
7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fracquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas. (Na crise atual, deverá ser dada especial atenção ao risco de liquidez.)	RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 161-184; (Contas e Notas às Contas) – Gestão dos Riscos.
III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS	
8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos <i>write-downs</i> nos resultados.	RC (Relatório de Gestão) – Análise Financeira, pág. 62-90; (Contas e Notas às Contas) – Resultados em operações de negociação e cobertura; Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda.
9. Decomposição dos <i>write-downs</i> /perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: <i>commercial mortgage-backed securities</i> (CMBS), <i>residential mortgage-backed securities</i> (RMBS), <i>collateralised debt obligations</i> (CDO), <i>asset-backed securities</i> (ABS).	RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 185.

FSF – Financial Stability Forum;
EBA – European Banking Authority.

continua

continuação

	PÁGINA
10. Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido.	RC (Relatório de Gestão) – Enquadramento Económico, pág. 37-41.
11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.	RC (Relatório de Gestão) – Análise Financeira, pág. 62-90.
12. Decomposição dos <i>write-downs</i> entre montantes realizados e não realizados.	RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 161-184; (Contas e Notas às Contas) – Resultados em op. de negociação e cobertura; Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda; Reservas de justo valor; outras reservas e resultados acumulados.
13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade.	RC (Relatório de Gestão) – Ação BCP, pág. 51-59.
14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.	RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 161-184; (Contas e Notas às Contas) – Reservas de justo valor; outras reservas e resultados acumulados.
15. Divulgação do impacto que a evolução dos <i>spreads</i> associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.	RC (Relatório de Gestão) – Análise Financeira, pág. 62-90; (Contas e Notas às Contas) – Justo Valor.
IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFETADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA	
16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.	RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela recente crise financeira, pág. 185; (Contas e Notas às Contas) – Ativos Financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda; Derivado de Cobertura; Ativos Financeiros detidos até à maturidade.
17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (i.e., através de <i>credit default swaps</i>) e o respetivo efeito nas exposições existentes.	RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 185.
18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: – Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; – Nível da qualidade de crédito (i.e., <i>ratings</i>, <i>vintages</i>); – Áreas geográficas de origem; – Setor de atividade; – Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); – Características do produto: i.e., <i>ratings</i>, peso/parcela de ativos <i>subprime</i> associados, taxas de desconto, <i>spreads</i>, financiamento; – Características dos ativos subjacentes: i.e., <i>vintages</i>, rácio <i>loan-to-value</i>, privilégios creditórios, vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 185.
19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, <i>write-downs</i> , compras, etc.).	RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 185.
20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.	RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 185.

continua

continuação

	PÁGINA
21. Exposição a seguradoras de tipo <i>monoline</i> e qualidade dos ativos segurados; - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas, bem como o montante de proteção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respetiva proteção de crédito; - Valor dos <i>write-downs</i> e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por <i>rating</i> ou contraparte.	RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 185.
V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO	
22. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico.	RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 185; (Contas e Notas às Contas) – Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados; Justo valor.
23. Consolidação das <i>Special Purpose Entities</i> (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência.	RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 185; (Contas e Notas às Contas) – Políticas Contabilísticas.
24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor) e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados, bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos <i>day 1 profits</i> (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição),	RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 161-184; (Contas e Notas às Contas) – Ativos Financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda; Derivados de Cobertura; Ativos Financeiros detidos até à maturidade; Reservas de justo valor; outras reservas e resultados acumulados; Justo Valor.
25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os <i>inputs</i> nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e <i>inputs</i> chave); - <i>Stress scenarios</i>.	RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 161-184; (Contas e Notas às Contas) – Justo Valor; Gestão dos Riscos.
VI. OUTROS ASPETOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO	
26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 161-184; (Contas e Notas às Contas) – Justo Valor; Gestão dos Riscos.



Relatório e Contas 2011
Volume I

©Millennium bcp

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A.,
Sociedade Aberta

Sede:
Praça D. João I, 28
4000-295 Porto

Capital Social:
6.064.999.986 euros

Matriculada na Conservatória
do Registo Comercial do Porto
com o Número Único de Matrícula
e de Identificação Fiscal 501 525 882

Relação com Investidores
Av. Professor Doutor Cavaco Silva
Edifício I – Piso 0 – Ala B
2744-002 Porto Salvo
Telefone: (+351) 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt

Direção de Comunicação
Av. Professor Doutor Cavaco Silva
Edifício I – Piso 0 – Ala B
2744-002 Porto Salvo
Telefone: (+351) 211 131 243
comunicar@millenniumbcp.pt

Produção gráfica:
Choice – Comunicação Global, Lda.

Impressão e acabamentos:
Gráfica Maiadouro, S.A.

Depósito legal
148713/00

Impresso em maio de 2012



Millennium
bcp



2011

Relatório
e Contas
VOLUME II

Millennium
bcp

2011

Relatório
e Contas
VOLUME II



ÍNDICE

5	Relatório do Conselho Geral e de Supervisão
13	Relatório Anual da Comissão para as Matérias Financeiras
20	Parecer da Comissão de Auditoria
23	Contas de 2011
23	Demonstrações Financeiras do Banco Comercial Português
160	Demonstrações Financeiras do Banco Comercial Português, S.A.
274	Declaração de Conformidade do Conselho de Administração
276	Relatório dos Auditores Externos
276	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas
279	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
283	Relatório sobre o Governo da Sociedade
284	Capítulo 0 – Declaração de Cumprimento
295	Capítulo I – Assembleia Geral
301	Capítulo II – Órgãos de Administração e Fiscalização
339	Capítulo III – Informação e Auditoria
352	Adenda com Informação sobre o Modelo de Governo Societário em vigor
358	Anexos ao Relatório sobre o Governo da Sociedade



RELATÓRIO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

FUNÇÕES DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

O modelo de governo societário adotado pelo Banco em 2006 confere ao Conselho Geral e de Supervisão, nos termos legais e disposições estatutárias em vigor, diversas competências, nomeadamente as que se sintetizam:

- Fiscalizar as atividades do Conselho de Administração Executivo;
- Vigiar a observância e cumprimento da lei e dos estatutos;
- Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno e auditoria interna;
- Representar a Sociedade junto do auditor externo e ser o primeiro destinatário dos relatórios por si elaborados;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e dos Auditores Externos;
- Fiscalizar a atividade do Revisor Oficial de Contas e dos Auditores Externos, bem como aferir a respetiva independência;
- Validar as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade, visando uma correta e eficaz avaliação do património e dos resultados, verificando a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, neste âmbito o Revisor Oficial de Contas assume também um papel de relevo;
- Acompanhar em permanência a atividade da administração da Sociedade e prestar, neste âmbito, aconselhamento e assistência ao Conselho de Administração Executivo, designadamente quanto à estratégia e à realização de objetivos, e dar parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Dar orientação sobre a estratégia e políticas gerais da Sociedade para exercícios futuros;
- Dar parecer sobre eventuais projetos do Conselho de Administração Executivo de aumento do capital social e emissão de obrigações, nos termos previstos nos estatutos;
- Emitir parecer, ouvida a sua comissão especializada, a Comissão de Nomeações, sobre a designação de membros para os órgãos sociais do Banco e do Grupo e de Colaboradores do Banco com reporte direto ao Conselho de Administração Executivo;
- Representar o Banco nas suas relações com os Administradores, receber, através da CMF, as comunicações de irregularidades apresentadas por Adonistas, Colaboradores da Sociedade e outros, e acompanhar e apreciar questões relativas a governo societário, sustentabilidade, códigos de ética de conduta e sistemas de avaliação e de resolução de conflitos de interesses.

As competências atribuídas ao Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português estão em conformidade com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e demais legislação de natureza societária e regulatória, que asseguram o respeito e adoção das melhores práticas, conferindo total independência a cada um dos órgãos com poderes de gestão e/ou de supervisão/fiscalização.

COMPOSIÇÃO

O Conselho Geral e de Supervisão em exercício de funções, eleito na Assembleia Geral de Ações, realizada em 18 de abril de 2011, para o mandato de 2011 a 2013, é composto por 18 membros efetivos, ultrapassando o número de membros do Conselho de Administração Executivo.

Presidente: António Vítor Martins Monteiro (68 anos) (Independente)

Vice-Presidentes: [Manuel Domingos Vicente (55 anos) (Não Independente – por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada)] [nota: renunciou em 3 de fevereiro de 2012]
 Maria Leonor C. Pizarro Beleza de Mendonça Tavares (63 anos) (Independente)

Vogais: Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto (76 anos) (Independente)
 António Henriques Pinho Cardão (68 anos) (Independente)
 António Luís Guerra Nunes Mexia (54 anos) (Não Independente – por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada)
 António Manuel Costeira Faustino (54 anos) (Independente)
 Carlos José da Silva (46 anos) (Não Independente – por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada)
 Daniel Bessa Fernandes Coelho (63 anos) (Independente)
 João Manuel de Matos Loureiro (52 anos) (Independente)
 José Guilherme Xavier de Basto (73 anos) (Independente)
 José Vieira dos Reis (64 anos) (Independente)
 Josep Oliu Creus (62 anos) (Não Independente – por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada)
 [Luís de Mello Champalimaud (60 anos) (Independente)] [nota: renunciou em 3 de fevereiro de 2012]
 Manuel Alfredo da Cunha José de Mello (63 anos) (Independente)
 Pansy Catilina Ho Chiu King (49 anos) (Independente)
 Thomaz de Mello Paes de Vasconcelos (54 anos) (Independente)
 Vasco Esteves Fraga (62 anos) (Independente)

O Conselho Geral e de Supervisão funciona em reuniões plenárias e através de comissões especializadas, as quais desempenham um papel relevante na atividade global deste órgão social.

COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS

Presidente: João Manuel de Matos Loureiro (Independente)

Vogais: José Guilherme Xavier de Basto (Independente)
 José Vieira dos Reis (Independente)
 Thomaz de Mello Paes de Vasconcelos (Independente)

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Presidente: Daniel Bessa Fernandes Coelho (Independente)

Vogais: Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto (Independente)
 Manuel Alfredo da Cunha José de Mello (Independente)

COMISSÃO DE ÉTICA E DE DEONTOLOGIA

Presidente: Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto (Independente)

Vogais: António Henriques Pinho Cardão (Independente)
 Vasco Esteves Fraga (Independente)

COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Presidente: António Vítor Martins Monteiro (Independente)

Vogais: António Luís Guerra Nunes Mexia (Não Independente)
António Manuel Costeira Faustino (Independente)
Carlos José da Silva (Não Independente)

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES

Presidente: Manuel Alfredo da Cunha José de Mello (Independente)

Vogais: António Henriques Pinho Cardão (Independente)
Vasco Esteves Fraga (Independente)

FUNCIONAMENTO

O funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão está especialmente regulado por Regimento, que consagra as principais normas orientadoras de trabalho e de conduta.

O Regimento do Conselho Geral e de Supervisão está disponível no portal interno e no sítio institucional do Banco na Internet, na página com o seguinte endereço direto:
<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pi/>.

Os membros do Conselho de Administração Executivo estiveram presentes em todas as reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, tendo ainda nelas participado, sempre que a sua presença foi considerada relevante para os assuntos a abordar, os representantes dos órgãos sociais das empresas do Grupo, os diretores coordenadores responsáveis pelas áreas objeto de debate, com especial incidência para o *Chief Economist* do Banco, o *Risk Officer*, o *Compliance Officer*, o *Group Treasurer* e os responsáveis pelas Direções de Planeamento e Controlo Orçamental e da Auditoria Interna, o Revisor Oficial de Contas e os Auditores Externos.

Em 2011, realizaram-se 13 reuniões plenárias do Conselho Geral e de Supervisão, tendo-se registado uma assiduidade de 84,02%. As ausências registadas foram todas previamente justificadas junto do Senhor Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, que considerou devidamente fundamentados os motivos invocados.

Todas as reuniões foram secretariadas pela Secretária da Sociedade, tendo de todas sido elaborada a respetiva ata.

O Conselho Geral e de Supervisão dispõe de um Gabinete de Apoio, ao qual estão afetos em regime de exclusividade, um Diretor Coordenador, um Técnico Sénior e um Assistente Administrativo, competindo-lhe dar apoio ao Conselho Geral e de Supervisão, a quem reporta diretamente e, em especial, à Comissão para as Matérias Financeiras. O Conselho tem ainda o apoio da Secretária da Sociedade e dos respetivos serviços.

ATIVIDADE PERMANENTE**ATIVIDADE DO PLENÁRIO**

No decurso do ano 2011, o Conselho Geral e de Supervisão acompanhou, com adequado grau de detalhe, o desenvolvimento das circunstâncias atípicas, que desde 2009 determinam o funcionamento dos mercados financeiros internacionais, conjuntura transversal a toda a economia nacional e com repercussões inevitáveis no sistema bancário português e na gestão do Banco.

No exercício a que o presente relatório se reporta, o Conselho Geral e de Supervisão recolheu as informações que considerou necessárias e pronunciou-se sobre todas as questões que, nos termos da lei e dos Estatutos do Banco e do juízo próprio dos respetivos membros, foi considerado requererem o seu acompanhamento, parecer ou apreciação fiscalizadora, com especial destaque para:

- Os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas;
- A evolução dos indicadores de risco e de gestão de liquidez do grupo, nomeadamente dos impactos resultantes da atual crise financeira e promoção de debates sobre esse tema;
- O programa de ajustamento económico e de assistência financeira externa a Portugal negociado entre as autoridades portuguesas e as entidades económicas e financeiras internacionais, bem como o acompanhamento da Ação de Inspeção realizada no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal;
- O processo de recapitalização do Banco;
- O aumento do capital deliberado pelo Conselho de Administração Executivo;
- A estrutura do Plano Estratégico do Banco, incluindo as operações internacionais;
- A transferência de parte do Fundo de Pensões do Banco para a Segurança Social;
- A preparação das Assembleias de Acionistas do Banco;
- A monitorização das maiores exposições de crédito de acionistas com participação qualificada e membros de órgãos sociais e de outras operações específicas que afetaram os resultados do exercício;
- A monitorização dos requisitos de independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, através de um modelo de avaliação contínua, ajuizando também sobre o desempenho do Conselho de Administração Executivo e relativamente a cuja atuação concluiu pela eficiência e adequação;
- O orçamento para 2012 e política de gestão a adotar para exercícios futuros;
- A opinião sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, à luz do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, e avaliação da adequação e eficácia do mesmo ao Grupo;
- O Regimento do Conselho Geral e de Supervisão;
- A nomeação de membros, designadamente para órgãos sociais de sociedades do Grupo ou pelo Grupo ou de Diretores do Banco com reporte direto à Administração;
- O processo de autoavaliação do Conselho Geral e de Supervisão, que permitiu apurar que cada membro, bem como o Conselho no seu todo, se sentem confortáveis com a fiabilidade da informação disponibilizada.

O Conselho Geral e de Supervisão viu satisfeitos todos os pedidos suplementares de informação ou de esclarecimento por si formulados.

ATIVIDADE DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS

COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS

A esta Comissão estão cometidos, designadamente:

- O acompanhamento das matérias relacionadas com a fiscalização dos Sistemas de Gestão de Riscos ou de potenciais riscos de carácter financeiro, operacional, legal ou social que possam produzir perdas diretas ou indiretas significativas;
- O acompanhamento do Controlo Interno e a Auditoria Interna;

- A emissão de pareceres sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, sobre a emissão de ações, obrigações ou outros valores mobiliários e sobre o Manual de Riscos do Banco; aconselha ainda sobre o conteúdo dos pareceres a emitir pelo Conselho Geral e de Supervisão;
- A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como das políticas contabilísticas, dos critérios valorimétricos adotados e do processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- A recomendação ao Conselho Geral e de Supervisão sobre a seleção do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo, fiscalizando a respetiva atividade e independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- A supervisão da atividade da Auditoria Interna;
- A receção das comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores ou outros, assegurando o seu acompanhamento pela Auditoria Interna ou pela Provedoria do Cliente.

A esta Comissão compete ainda emitir parecer sobre os contratos, com especial relevo para os contratos relativos a crédito concedido, sob qualquer forma ou modalidade, que o Banco ou qualquer sociedade do Grupo celebre com membros dos corpos sociais do Banco, ou com detentores de participações qualificadas, bem como com entidades que, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, estejam com qualquer um destes relacionados. Neste âmbito, em 2011, a Comissão para as Matérias Financeiras analisou 28 propostas de operações e emitiu os respetivos pareceres, verificando a conformidade regulatória, o rigor e a transparência. A Comissão para as Matérias Financeiras reúne regularmente com o Administrador responsável pela Área Financeira, o Revisor Oficial de Contas, o Auditor Externo, o *Risk Officer*, o *Compliance Officer* e com os responsáveis da Auditoria Interna e do Planeamento e Controlo Orçamental, tendo competência para convocar qualquer diretor coordenador que entenda ouvir.

A Comissão para as Matérias Financeiras participou nas reuniões do Conselho de Administração Executivo em que foram aprovadas as contas trimestrais, semestrais e anuais.

Em cumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, a Comissão elabora um relatório autónomo sobre a sua atividade, divulgado juntamente com os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2011.

Durante o exercício de 2011, a Comissão para as Matérias Financeiras reuniu 16 vezes, com uma assiduidade média de 98,4%, tendo sido elaboradas atas de todas as reuniões realizadas. A Comissão para as Matérias Financeiras é secretariada pelo Responsável do Gabinete de Apoio ao Conselho Geral e de Supervisão.

COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Compete a esta Comissão a avaliação e acompanhamento permanentes das matérias relativas ao governo societário.

Durante o exercício de 2011, a Comissão de Governo Societário reuniu quatro vezes, tendo sido elaboradas atas de todas as reuniões. Esta Comissão é secretariada pela Secretária da Sociedade. A Comissão tem como pinto João Soares da Silva, advogado.

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES

Compete a esta Comissão coadjuvar e aconselhar o Conselho Geral e de Supervisão na formulação de parecer sobre o voto anual de confiança nos membros do Órgão de Administração.

De igual forma, coadjuva o Conselho Geral e de Supervisão, emitindo parecer sobre a nomeação de Diretores Coordenadores (com reporte direto à administração), de individualidades que sejam designadas para o desempenho de funções de gestão ou fiscalização em empresas participadas, sejam ou não controladas, e a emissão de acordo prévio necessário a que os Administradores aceitem funções em cargos sociais de entidades externas ao Grupo.

A Comissão de Nomeações reuniu seis vezes em 2011, tendo sido elaboradas atas de todas as reuniões. Esta Comissão é secretariada pela Secretária da Sociedade.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Compete a esta Comissão aconselhar o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho de Administração Executivo em matérias relacionadas com a definição da estratégia do risco, da gestão de capital e liquidez e da gestão de riscos de mercado, cuja execução monitoriza.

A Comissão de Avaliação de Riscos, por deliberação e a pedido do Conselho Geral e de Supervisão, elabora pareceres sobre o Manual de Riscos do Banco e o Manual de Políticas de *Compliance*.

A Comissão de Avaliação de Riscos reuniu uma vez em 2011, tendo sido elaborada a respetiva ata.

Esta Comissão é secretariada pelo Responsável do Gabinete de Apoio ao Conselho Geral e de Supervisão.

COMISSÃO DE ÉTICA E DE DEONTOLOGIA

Compete a esta Comissão a avaliação da função de *compliance* e, concomitantemente a esta função, a apredação do cumprimento dos princípios éticos e deontológicos expressos nos diversos regulamentos internos. Por deliberação e a pedido do Conselho Geral e de Supervisão, elabora pareceres sobre o Código Deontológico e outros documentos de definição de princípios éticos de negócio.

A Comissão de Ética e de Deontologia reuniu duas vezes em 2011, tendo sido elaboradas atas de ambas as reuniões. Esta Comissão é secretariada pela Secretária da Sociedade.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

A autoavaliação de órgãos sociais de supervisão, com base em metodologias que se têm vindo a desenvolver e a consolidar, é uma boa prática que permite, pela identificação de temas e assuntos a ponderar prioritariamente, um melhor enfoque e um consequente acréscimo de eficácia no trabalho a desenvolver.

A metodologia utilizada para a autoavaliação incluiu, designadamente, a ponderação do trabalho desenvolvido ao longo do exercício de 2011, a análise das respostas individuais dos membros do Conselho Geral e de Supervisão a um questionário específico que incidiu, entre outros temas, sobre o compromisso do Conselho Geral e de Supervisão com a sua missão e com as suas responsabilidades e a participação e proatividade dos membros do Conselho Geral e de Supervisão. A avaliação concluiu que o balanço global da atividade desenvolvida é positivo e consensual, no sentido de que este órgão cumpre a missão de supervisão do Banco Comercial Português e do Grupo.

Em conclusão, o processo de autoavaliação do Conselho Geral e de Supervisão, elaborado de acordo com as melhores práticas internacionais ao nível da sua metodologia e âmbito, permitiu não só efetuar um balanço do trabalho realizado, que se revelou positivo, e confirma que o Conselho Geral e de Supervisão reuniu as condições necessárias para desempenhar adequadamente a sua missão de supervisão, bem como também identificar os aspetos a focar no futuro próximo, no sentido de potenciar ainda mais a eficácia da sua ação.

RECONHECIMENTOS

- Durante o exercício de 2011 merece especial destaque o fortalecimento da relação institucional entre o Conselho Geral e de Supervisão e as suas Comissões Especializadas e o Conselho de Administração Executivo, que se mostrou especialmente franca, transparente e positiva, o que permitiu grande eficiência na análise, abordagem e tratamento dos diversos assuntos tratados, pelo que cumpre deixar uma palavra de agradecimento ao Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros pela cooperação prestada e pela forma adequada como permitiu que fosse facultada a informação necessária para o exercício das competências do Conselho Geral e de Supervisão.
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Menezes Cordeiro, uma palavra de agradecimento pela disponibilidade para aconselhar o Conselho Geral e de Supervisão, contribuindo, com a sua profícua experiência, para uma maior clareza, rigor e segurança na análise de alguns *dossiers* mais complexos.
- Ao Secretariado da Sociedade, pela competência, zelo e diligência com que executou as suas tarefas e apoiou o Conselho Geral e de Supervisão no cumprimento da sua missão.
- Ao Revisor Oficial de Contas e aos Auditores Externos uma palavra de agradecimento pela forma construtiva e independente como interagiram com este Conselho e a sua Comissão para as Matérias Financeiras.
- Às Direções e respetivos responsáveis que trabalharam com o Conselho Geral e de Supervisão, em particular a Direção de Auditoria, o Risk Office, o Compliance Office, a Direção de Planeamento e Controlo Orçamental e a Direção de Tesouraria e Mercados, pela colaboração franca e diligente com que interagiram com o Conselho Geral e de Supervisão e, em particular, com a Comissão para as Matérias Financeiras.
- Ao Gabinete de Apoio ao Conselho Geral e de Supervisão uma palavra de agradecimento pela atitude, dedicação e compromisso demonstrados, que contribuíram, de forma inequívoca, para o eficaz funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2012



The image displays two columns of handwritten signatures. The left column contains seven signatures, and the right column contains six. The signatures are written in black ink on a white background. The names are not legible due to the cursive nature of the handwriting.



RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS

I - Introdução

A Comissão para as Matérias Financeiras (Comissão) do Banco Comercial Português, S.A. (Banco), constituída no âmbito do Conselho Geral e de Supervisão (CGS), vem apresentar o relatório anual da sua ação fiscalizadora, elaborado para cumprimento, nomeadamente, do disposto no n.º 4 do artigo 444.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, compete à Comissão o desempenho, entre outras, das seguintes funções:

- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Habilitar o CGS com tudo o necessário para que este possa propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Emitir parecer sobre os contratos, com especial relevo para os de crédito concedido sob qualquer forma ou modalidade, incluindo prestação de garantias, que o Banco ou qualquer sociedade do Grupo Banco Comercial Português (Grupo) celebre com membros dos seus órgãos sociais, com detentores de participações superiores a 5% no capital social do Banco, bem como com entidades que, nos termos do Regime

*Comissão para as Matérias Financeiras
Banco Comercial Português, S.A.*



Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, estejam com qualquer um destes relacionados.

II - Atividades desenvolvidas

Para o desempenho das suas atividades, a Comissão reuniu regularmente com o Administrador responsável pela Área Financeira, o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o *Risk Officer*, o *Compliance Officer*, o Responsável pela Auditoria Interna e o Responsável pelo Planeamento e Controlo Orçamental.

A Comissão reuniu durante o ano de 2011 com membros do Conselho de Administração Executivo do Banco (CAE) e, com base na prerrogativa que tem para convocar qualquer Diretor que entenda ouvir, reuniu com os responsáveis pela Direção de Contabilidade e Consolidação, pelo Gabinete de Estudos, pela Direção de Contencioso e pela Direção de Assessoria Fiscal.

Ao longo de 2011 reuniu 16 vezes, tendo sido elaboradas atas de todas as reuniões realizadas. Em cumprimento do artigo 432.º do Código das Sociedades Comerciais, os membros da Comissão assistiram às reuniões do CAE em que foram aprovadas as contas trimestrais, semestrais e anuais.

No desenvolvimento efectivo das suas funções, solicitou e obteve todas as informações e esclarecimentos relevantes para o efeito, as quais incluíram, designadamente, as verificações julgadas oportunas e adequadas sobre o cumprimento dos estatutos e dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis, não se deparando com qualquer constrangimento à sua actuação. A Comissão informou regularmente o CGS sobre as suas actividades.

Ao longo do exercício, a Comissão desenvolveu, especificamente, as seguintes actividades:

Supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira

A Comissão apreciou as principais políticas contabilísticas adotadas, em particular aquelas com impacto nas demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias.

*Comissão para as Matérias Financeiras
Banco Comercial Português, S.A.*

Apreciou a informação referente ao Fundo de Pensões do Grupo BCP e os pressupostos atuariais utilizados para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma, nomeadamente sobre o impacto da transferência parcial dessas responsabilidades para a Segurança Social. Apreciou ainda o impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvíos atuariais associados ao plano de benefícios definidos. A contabilização dos impostos diferidos ativos foi também objeto de particular atenção.

A Comissão acompanhou o processo de aumento de capital do Banco, bem como a operação de *liability management* concorrentes para a melhoria do rácio de capital *Core Tier 1*.

Acompanhou regularmente as maiores exposições de crédito e imparidades do Grupo. Procedeu do mesmo modo relativamente à situação sobre a exposição do Grupo a entidades gregas, ao *Bank Millennium* (Grécia) e à dívida soberana da Grécia e de outros Países da União Europeia, bem como o desenvolvimento das inspeções à carteira de crédito do Banco, no âmbito do Programa Especial de Inspeções (SIP) previsto no Programa de Assistência Financeira.

Com base na informação disponibilizada, apreciou as demonstrações financeiras mensais, em base individual e consolidada, e os resultados e principais indicadores financeiros das empresas do Grupo. Analisou também periodicamente os rácios de liquidez, de eficiência e de solvabilidade do Banco.

No início de 2011, e com referência ao exercício de 2010, a Comissão apreciou o Relatório de Gestão e Contas elaborado pelo CAE e as Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria da KPMG & Associados – SROC, S.A., sobre as demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, emitidos sem reservas ou ênfases. Já no início de 2012, efectuou os mesmos procedimentos relativamente ao exercício de 2011.

Tendo em consideração o resultado dos trabalhos efectuados, a Comissão recomendou ao CGS a emissão de pareceres favoráveis aos Relatórios de Gestão e Contas do Banco Comercial Português, S.A., que inclui as demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2011.

*Comissão para as Matérias Financeiras
Banco Comercial Português, S.A.*

L 3 *Fl*
AS
2

Apreciou o Plano de Liquidez e Capital para os anos de 2011 a 2015, bem como o Orçamento do Grupo para 2012, com incidência nos pressupostos utilizados, na evolução prevista de resultados e indicadores de atividade, nos fatores de risco, nas quotas de mercado, nos investimentos e na evolução dos fundos próprios.

Fiscalização da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna

A Comissão acompanhou os trabalhos de revisão do sistema de controlo interno, revisão esta que foi complementada pela análise e avaliação de uma firma de consultores externos selecionada para o efeito (Deloitte & Associados, SROC, S.A.). Acompanhou também a elaboração dos Relatórios de Controlo Interno da responsabilidade do CAE - os quais tiveram o contributo do *Risk Office*, do *Compliance Office* e da Auditoria Interna - e preparou as propostas dos pareceres do CGS a esses Relatórios, remetidos em junho de 2011 ao Banco de Portugal. Acompanhou ainda regularmente a execução das recomendações contidas nos referidos Relatórios.

Apreciou a atividade desenvolvida pelo *Risk Office*, nomeadamente, os relatórios mensais sobre riscos, imparidades e exposições de créditos de referência. Analisou ainda as alterações aos normativos internos sobre risco de mercado e liquidez e aos novos regulamentos internos sobre imparidade e instrumentos financeiros.

Acompanhou os resultados dos *stress tests* efetuados por solicitação do Banco de Portugal, em conformidade com as recomendações da *European Banking Authority* (EBA).

Apreciou o Plano de Atividades da Auditoria Interna para o exercício de 2011, bem como os relatórios de execução de atividade do final do exercício de 2010 e trimestrais de 2011. O responsável pela Auditoria Interna informou regularmente a Comissão sobre as ações de inspeção realizadas pelas entidades de supervisão dos diversos mercados onde o Grupo opera.

*Comissão para as Matérias Financeiras
Banco Comercial Português, S.A.*

h 4 169

Acompanhou também a atividade desenvolvida pelo *Compliance Office*, nomeadamente através da apreciação do Plano de Atividades para 2011 e dos relatórios de execução de atividade trimestrais.

A Comissão tomou regularmente conhecimento da correspondência trocada entre o Banco e as entidades de supervisão.

Fiscalização da actividade do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

No início de 2011, a Comissão analisou as conclusões do trabalho de auditoria às demonstrações financeiras do exercício de 2010, em base individual e consolidada, realizado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. Ao longo de 2011, analisou as conclusões dos *Desktop Review* às demonstrações financeiras do 1.º e 3.º trimestres e da Revisão Limitada sobre as demonstrações financeiras intercalares do 1.º semestre. Já em 2012, analisou as conclusões do trabalho de auditoria às demonstrações financeiras do exercício de 2011, em base individual e consolidada, realizado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

A Comissão preparou as propostas submetidas em Abril de 2011 à Assembleia Geral, com a apreciação e aprovação prévia do Conselho Geral e de Supervisão, de designação do Auditor Externo do Banco e de eleição do Revisor Oficial de Contas do Banco, para o exercício de funções no triénio 2011/2013.

Analisou as conclusões sobre os Relatórios de Imparidade semestrais e sobre o Sistema de Controlo Interno apresentados pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

A Comissão apreciou as propostas de adjudicação de serviços adicionais prestados pelo Auditor Externo no âmbito da Política de Aprovação de Serviços de Auditoria.

No início de 2011 apreciou também o conteúdo da carta da KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., emitida nos termos legais e no cumprimento dos requisitos que regem a sua actividade, a qual faz um resumo dos serviços prestados, incluindo os serviços adicionais, ao Grupo BCP, no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010,

*Comissão para as Matérias Financeiras
Banco Comercial Português, S.A.*

em Portugal e no estrangeiro, bem como os respectivos honorários e a confirmação de independência. Já no início de 2012 efetuou os mesmos procedimentos relativamente ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011.

A Comissão fiscalizou a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e procedeu igualmente ao longo do exercício, de uma forma continuada, à avaliação do seu desempenho, tendo concluído que ambos exerceram, de forma adequada, as funções que lhes estão cometidas.

Emissão de pareceres sobre crédito concedido a membros dos órgãos sociais e a detentores de participações qualificadas

A Comissão apreciou a exposição de crédito do Banco a membros do CGS e a detentores de participações qualificadas e entidades com eles relacionadas. Neste âmbito pronunciou-se sobre 28 operações de crédito aprovadas pelo CAE.

Recepção das comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou outros

A Comissão tomou regularmente conhecimento da informação sobre o tratamento de queixas e reclamações de clientes pela Provedoria do Cliente e pela Direção de Banca Direta.

A Comissão apreciou o Relatório de Supervisão Comportamental de 2010 elaborado pelo Banco de Portugal e a análise de *benchmarking* efetuada internamente sobre o Relatório de Supervisão Comportamental também emitido pelo Banco de Portugal referente ao 1º semestre de 2011.

*Comissão para as Matérias Financeiras
Banco Comercial Português, S.A.*



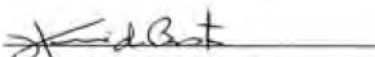
III – Agradecimento

A Comissão expressa o seu agradecimento aos Órgãos Sociais e aos serviços do Banco com que contactou, em particular ao responsável pelo Gabinete de Apoio ao CGS, por toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2012



João Matos Loureiro (Presidente)



José Xavier de Basto (Vogal)



José Vieira dos Reis (Vogal)



Thomaz Paes de Vasconcellos (Vogal)

*Comissão para as Matérias Financeiras
Banco Comercial Português, S.A.*

**PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2011**

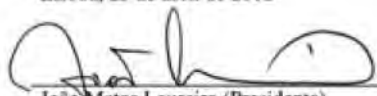
1. Em 27 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração Executivo (CAE) aprovou as demonstrações financeiras em base individual e consolidada do Banco Comercial Português, S.A. (BCP), bem como os Relatórios de Gestão e do Governo da Sociedade relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
2. Em reunião também realizada em 27 de fevereiro de 2012, o Conselho Geral e de Supervisão (CGS), acolhendo recomendação da Comissão para as Matérias Financeiras (CMF), emitiu parecer favorável sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2011 preparado pelo CAE, deliberando propor a respetiva aprovação pela Assembleia Geral Anual de Accionistas.
3. Em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 28 de fevereiro de 2011, foi aprovada a alteração do modelo de governo do BCP, de um modelo dualista para um modelo monista, composto por um Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão Executiva e uma Comissão de Auditoria, e por um Revisor Oficial de Contas.
4. Dos três membros eleitos pela Assembleia Geral de 28 de fevereiro para integrarem a Comissão de Auditoria, dois deles, incluindo o seu Presidente, transitaram da CMF do anterior modelo de governo.
5. Em março de 2012, ocorreu a operação de troca de títulos de dívida soberana grega, prevista desde 2011, na qual o BCP participou, e que implicou o perdão parcial dos valores detidos.
6. Tendo o perdão parcial da dívida soberana grega sido superior às imparidades para o efeito anteriormente registadas, o Conselho de Administração deliberou refletir o diferencial nas contas relativas ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2011, mantendo, em tudo o mais, as contas aprovadas em 27 de fevereiro de 2012 pelo CAE à data em funções.
7. No cumprimento das suas competências, a Comissão de Auditoria apreciou: (i) o relatório de gestão e as contas referentes ao exercício de 2011 preparados pela Comissão Executiva; (ii) as Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria, elaborados pela KPMG & Associados - SROC, S.A., sobre as demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, emitidos sem reservas ou ênfases; e (iii) a documentação sobre as contas de 2011 anteriormente produzida pela CMF e pelo CGS.
8. Para a preparação do parecer que adiante se formula, a Comissão de Auditoria analisou e debateu o relatório de gestão e contas com a Comissão Executiva, com o Administrador responsável pelas matérias financeiras, com os responsáveis pelo *Risk Office* e pela Direcção de Planeamento e Controlo Orçamental, com a Secretário da Sociedade e, bem

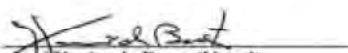


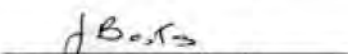
assim, com os Auditores Externos, solicitando todas as informações e esclarecimentos relevantes para o desempenho das suas funções, as quais incluíram, designadamente, as verificações julgadas oportunas e adequadas sobre o cumprimento dos estatutos e preceitos legais aplicáveis.

9. Os subscritores declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira analisada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BCP e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BCP e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
10. Tendo em consideração o resultado dos trabalhos efectuados, a Comissão de Auditoria concorda com o teor das Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria elaborados pela KPMG & Associados – SROC, S.A., e dá parecer favorável ao Relatório de Gestão e Contas do BCP, que inclui as demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, aprovados pelo Conselho de Administração.
11. Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A., aprove:
 - a) O relatório de gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011;
 - b) A proposta do Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido negativo apurado no balanço individual relativo ao exercício de 2011, no montante de 468.526,835,71 euros.

Lisboa, 23 de abril de 2012


João Matos Loureiro (Presidente)


José Xavier de Basto (Vogal)


Jaime Santos Bastos (Vogal)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Milhares de Euros)

	Notas	'11	'10
Juros e proveitos equiparados	3	4.060.136	3.477.058
Juros e custos equiparados	3	(2.480.862)	(1.960.223)
Margem financeira		1.579.274	1.516.835
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1.379	35.906
Resultados de serviços e comissões	5	789.372	811.581
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	204.379	367.280
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7	3.253	72.087
Outros proveitos/custos de exploração	8	(22.793)	17.476
		2.554.864	2.821.165
Outros resultados de atividades não bancárias		26.974	16.550
Total de proveitos operacionais		2.581.838	2.837.715
Custos com o pessoal	9	953.649	831.168
Outros gastos administrativos	10	584.459	601.845
Amortizações do exercício	11	96.110	110.231
Total de custos operacionais		1.634.218	1.543.244
Resultado operacional antes de provisões e imparidades		947.620	1.294.471
Imparidade do crédito	12	(1.331.910)	(713.256)
Imparidade de outros ativos financeiros	13	(549.850)	(10.180)
Imparidade de outros ativos	27, 29 e 32	(128.565)	(71.115)
Imparidade do goodwill	30	(160.649)	(147.130)
Outras provisões	14	13.979	635
Resultado operacional		(1.209.375)	353.425
Resultados por equivalência patrimonial	15	14.620	67.661
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	16	(26.872)	(2.978)
Resultado antes de impostos		(1.221.627)	418.108
Impostos:			
Correntes	17	(66.857)	(54.158)
Diferidos	17	525.714	39.814
Resultado após impostos		(762.770)	403.764
Resultado consolidado do exercício atribuível a:			
Acionistas do Banco		(848.623)	344.457
Interesses que não controlam	45	85.853	59.307
Resultado do exercício		(762.770)	403.764
Resultado por ação (em Euros)	18		
Básico		(0,07)	0,05
Diluído		(0,07)	0,05

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração Executivo

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011, 2010 E 1 DE JANEIRO DE 2010

(Milhares de Euros)

	Notas	'11	'10	1 jan '10
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	2.115.945	1.484.262	2.244.724
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	1.577.410	1.259.025	839.552
Aplicações em instituições de crédito	21	2.913.015	2.343.972	2.025.834
Créditos a clientes	22	68.045.535	73.905.406	75.191.116
Ativos financeiros detidos para negociação	23	2.145.330	5.136.299	3.356.929
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	4.774.114	2.573.064	2.698.636
Ativos com acordo de recompra		495	1.3858	50.866
Derivados de cobertura	24	495.879	476.674	465.848
Ativos financeiros detidos até à maturidade	25	5.160.180	6.744.673	2.027.354
Investimentos em associadas	26	305.075	395.906	437.846
Ativos não correntes detidos para venda	27	1.104.650	996.772	1.343.163
Propriedades de investimento	28	560.567	404.734	429.856
Outros ativos tangíveis	29	624.599	617.240	645.818
Goodwill e ativos intangíveis	30	251.266	400.802	534.995
Ativos por impostos correntes		52.828	33.946	24.774
Ativos por impostos diferidos	31	1.564.538	975.676	790.914
Outros ativos	32	1.790.650	784.446	1.134.132
		93.482.076	98.546.755	94.242.357
Passivo				
Depósitos de instituições de crédito	33	17.723.419	20.076.556	10.305.672
Depósitos de clientes	34	47.516.110	45.609.115	46.307.233
Títulos de dívida emitidos	35	16.236.202	18.137.390	19.953.227
Passivos financeiros detidos para negociação	36	1.478.680	1.176.451	1.072.324
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	37	2.578.990	4.038.239	6.345.583
Derivados de cobertura	24	508.032	346.473	75.483
Passivos não correntes detidos para venda				435.832
Provisões	38	246.100	235.333	233.120
Passivos subordinados	39	1.146.543	2.039.174	2.231.714
Passivos por impostos correntes		24.037	11.960	10.795
Passivos por impostos diferidos	31	2.385	344	416
Outros passivos	40	1.647.208	1.264.119	1.358.210
Total do Passivo		89.107.706	92.935.154	88.329.609
Capitais Próprios				
Capital	41	6.065.000	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	44	(11.422)	(81.938)	(85.548)
Prémio de emissão		71.722	192.122	192.122
Ações preferenciais	41	171.175	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	41	9.853	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	43	(389.460)	(166.361)	93.760
Reservas e resultados acumulados	43	(1.241.490)	(1.868.780)	(1.326.491)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do Banco		(848.623)	344.457	
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco		3.826.755	5.114.100	5.568.443
Interesses que não controlam	45	547.615	497.501	344.305
Total de Capitais Próprios		4.374.370	5.611.601	5.912.748
		93.482.076	98.546.755	94.242.357

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração Executivo

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros recebidos	3.640,315	3.291,908
Comissões recebidas	965,688	961,139
Recebimentos por prestação de serviços	102,232	118,610
Pagamento de juros	(2.319,143)	(1.972,908)
Pagamento de comissões	(159,433)	(129,930)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	21,289	30,555
Prémios de seguros recebidos	23,169	20,328
Pagamento de indemnizações da atividade seguradora	(11,076)	(8,486)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1.805,189)	(1.686,712)
	457,852	624,504
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(1.054,839)	790,967
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(133,961)	(329,598)
Fundos adiantados a clientes	5.257,606	485,154
Títulos negociáveis a curto prazo	3.083,023	(1.558,296)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	25,050	11,022
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(2.608,353)	8.720,756
Débitos para com clientes – à vista	(151,127)	(635,063)
Débitos para com clientes – a prazo	2.036,816	(19,342)
	6.912,067	8.090,104
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	(64,463)	(25,182)
	6.847,604	8.064,922
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas		81,051
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(23,895)
Dividendos recebidos	7,717	42,031
Juros recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda	401,043	188,323
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	22.427,343	48.068,277
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(43.954,493)	(61.360,877)
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	19.057,945	13.330,707
Compra de imobilizações	(103,172)	(151,309)
Venda de imobilizações	6,002	51,762
Aumento/(diminuição) em outras contas do ativo	(1.237,633)	(4.788,366)
	(3.395,248)	(4.562,296)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	416,100	150,334
Reembolso de dívida subordinada	(1.224,616)	(324,423)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	3.098,189	4.168,688
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(6.999,746)	(4.425,979)
Emissão de papel comercial	3.367,283	5.596,366
Reembolso de papel comercial	(2.250,846)	(7.936,414)
Aumento de capital	249,991	
Dividendos pagos		(89,095)
Dividendos pagos a interesses que não controlam	(19,154)	(3,468)
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo e interesses que não controlam	266,740	(227,640)
	(3.096,059)	(3.091,631)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(40,190)	18,426
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	316,107	429,421
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.952,447	1.523,026
Caixa (nota 19)	691,144	693,422
Outros investimentos de curto prazo (nota 20)	1.577,410	1.259,025
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2.268,554	1.952,447

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Milhares de Euros)

	Total dos capitais próprios	Capital	Ações preferen- ciais	Outros instrumen- tos de capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor e cobertura fluxo de caixa	Outros	Reservas livres e resultados acumulados	Goodwill	Títulos próprios	Interesses que não controlam
							Ouro rendimento integral do exercício					
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.220.801	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	435.410	93.760	(96.478)	2.526.210	(2.883.580)	(85.548)	344.305
Alteração da política contabilística de reconhecimento de desvios atuariais (nota 60)	(1.308.053)							(1.308.053)				
Saldos em 1 de janeiro de 2010	5.912.748	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	435.410	93.760	(1.404.531)	2.526.210	(2.883.580)	(85.548)	344.305
Constituição de reservas (nota 43):												
Reserva legal						20.632			(20.632)			
Reserva estatutária						10.000			(10.000)			
Dividendos distribuídos em 2010	(89.095)								(89.095)			
Perdas atuariais no exercício (nota 51)	(370.667)							(370.667)				
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(70.000)								(70.000)			
Impostos relativos às despesas e aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	17.526								17.526			
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do Banco	344.457								344.457			
Resultado consolidado do exercício atribuível aos interesses que não controlam (nota 45)	59.307											59.307
Dividendos de ações preferenciais	(48.910)								(48.910)			
Títulos próprios	3.610										3.610	
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	18.426							18.426				
Reservas de justo valor (nota 43)												
Ativos financeiros disponíveis para venda	(246.092)						(246.092)					
Cobertura de fluxo de caixa	(14.029)						(14.029)					
Interesses que não controlam (nota 45)	93.889											93.889
Outras reservas de consolidação (nota 43)	431								431			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.611.601	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	466.042	(166.361)	(1.756.772)	2.649.987	(2.883.580)	(81.938)	497.501
Constituição de reservas (nota 43):												
Reserva legal						30.065			(30.065)			
Reserva estatutária						10.000			(10.000)			
Aumento de capital por emissão de 2.512.567.060 ações; conversão de valores mobiliários perpétuos subordinados e incorporação de reservas (nota 41)	259.853	1.370.400		(990.147)	(120.400)							
Despesas de registo do aumento de capital	(9.862)								(9.862)			
Troca de instrumentos de dívida perpétua e de ações preferenciais por novos instrumentos de dívida	(388.390)		(828.825)						440.435			
Perdas atuariais no exercício (nota 51)	(31.295)							(31.295)				
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(21.595)								(21.595)			
Impostos relativos aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	5.421								5.421			
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do Banco	(848.623)								(848.623)			
Resultado consolidado do exercício atribuível aos interesses que não controlam (nota 45)	85.853											85.853
Despesas associadas a instrumentos de capital	(102)								(102)			
Dividendos de ações preferenciais	(56.553)								(56.553)			
Títulos próprios	70.516										70.516	
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(40.190)							(40.190)				
Reservas de justo valor (nota 43)												
Ativos financeiros disponíveis para venda	(247.080)						(247.080)					
Cobertura de fluxo de caixa	23.981						23.981					
Interesses que não controlam (nota 45)	(35.739)											(35.739)
Outras reservas de consolidação (nota 43)	(3.426)								(3.426)			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.374.370	6.065.000	171.175	9.853	71.722	506.107	(389.460)	(1.828.257)	2.115.617	(2.883.580)	(11.422)	547.615

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Milhares de Euros)

	Notas	'11	'10
Reserva de justo valor			
Ativos financeiros disponíveis para venda	43	(304.015)	(268.568)
Cobertura de fluxos de caixa	43	29.806	(17.320)
Impostos:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	43	56.935	22.476
Cobertura de fluxos de caixa	43	(5.625)	3.291
		(223.099)	(260.121)
Perdas atuariais do exercício			
Valor bruto		(36.755)	(451.049)
Impostos		5.460	80.382
		(31.295)	(370.667)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	43	(40.190)	18.426
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		(294.584)	(612.362)
Resultado consolidado do exercício		(762.770)	403.764
Total do rendimento integral do exercício		(1.057.354)	(208.598)
Atribuíveis a:			
Acionistas do Banco		(1.143.207)	(267.905)
Interesses que não controlam		85.853	59.307
Total do rendimento integral do exercício		(1.057.354)	(208.598)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011

I. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o 'Banco') é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua atividade em 5 de maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS induem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 23 de abril de 2012. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

O Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

No decurso do exercício de 2011, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo efetuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos apurados até essa data em capitais próprios. Assim, conforme referido nas notas 31, 51 e 60 a rubrica Reservas e resultados acumulados inclui, com efeito a 1 de janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística.

Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Em 2011, o Grupo adotou a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros e o "Annual Improvement Project" emitido em maio de 2010. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de janeiro de 2011, tiveram impacto ao nível da divulgação de informação adicional sobre os ativos e passivos do Grupo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios das demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentadas na nota 1 ac).

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo BCP passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos. Anteriormente a essa data, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excederam o interesse não controlado no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que foram incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente foram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por fases/etapas ("*step Acquisition*") que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do "*goodwill*", a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transações materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação – "Goodwill"

O "*goodwill*" resultante das concentrações de atividades empresariais ocorridas até 1 de janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de Dezembro de 2009.

Após 1 de janeiro de 2010, o registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser diretamente imputados a resultados.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de janeiro de 2004, a totalidade do "*goodwill*" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O "*goodwill*" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o "*goodwill*" apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do "*goodwill*" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis, podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de "*goodwill*". Após 1 de janeiro de 2010, o "*goodwill*" não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

Até 31 de dezembro de 2009, quando uma parte da participação numa subsidiária era alienada sem que tivesse ocorrido perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do "goodwill" relativo a essa subsidiária, era reconhecido em resultados do exercício como um ganho ou uma perda decorrente da alienação. O efeito de diluição ocorria quando a percentagem de participação numa subsidiária diminuía sem que o Grupo tivesse alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participava proporcionalmente no aumento de capital da subsidiária. Até 31 de dezembro de 2009 o Grupo reconhecia os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária na sequência de uma alienação ou aumento de capital nos resultados do exercício.

Também nas aquisições de interesses que não controlam, até 31 de dezembro de 2009, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos foram registadas por contrapartida de "goodwill". As aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam ("written put options"), originaram o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. Sempre que existiu um diferencial entre os interesses que não controlam adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial foi registado por contrapartida de "goodwill". O justo valor foi determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso de o preço ser variável, o valor da responsabilidade é atualizado por contrapartida de "goodwill" e o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado por contrapartida de resultados. Este tratamento contabilístico mantém-se para as opções contratadas até 31 de dezembro de 2009.

A partir de 1 de janeiro de 2010, a aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido "goodwill" adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Da mesma forma, após 1 de janeiro de 2010, as aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam ("written put options"), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso de o preço ser variável, o valor da responsabilidade é atualizado por contrapartida de resultados, assim como o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado também por contrapartida de resultados. Após 1 de janeiro de 2010, nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Entidades de finalidade especial ("SPEs")

O Grupo consolida pelo método integral SPEs resultantes de operações de securitização de ativos com origem em entidades do Grupo (conforme nota 22), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não foram consolidadas outras SPEs por não estarem abrangidas pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As atividades da SPE estão, em substância, a ser conduzidas maioritariamente a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento da SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades da SPE ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios da SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às atividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos à SPE ou aos seus ativos, com vista à obtenção de benefícios da sua atividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiras entidades. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo BCP, exceto quando o Grupo detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

No caso de o Grupo consolidar fundos de investimento imobiliário, os móveis provenientes desses fundos são classificados como propriedades de investimento, conforme referido na política contabilística descrita na nota 11 f).

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua atividade.

Na consolidação, o valor dos ativos e passivos, incluindo o "goodwill", de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. O "goodwill" existente sobre estes investimentos é reavaliado por contrapartida de reservas.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas – diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efetiva, a diferença apurada é registada em resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas – diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respetiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, nas linhas respetivas, a parcela proporcional do Grupo nos ativos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transações eliminadas em consolidação

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise coletiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes fatores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vendido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no "rating" do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efetiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objetiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas coletivamente.

(ii) Análise coletiva

As perdas por imparidade baseadas na análise coletiva podem ser calculadas através de duas perspetivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ("IBNR") em créditos para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos coletivos são determinadas considerando os seguintes aspetos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento das atuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objetiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objetivo de determinar as perdas por imparidade em termos coletivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo adotou o "Fair Value Option" para algumas emissões próprias, operações de mercado monetário e depósitos a prazo que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option") pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transações;
- os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais ("host contract").

Os ativos e passivos financeiros ao "Fair Value Option" são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações. Os ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes – Crédito titulado

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado, e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os ativos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do ativo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal ("host contract"), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios – reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Grupo executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura.

A parte inefetiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros ("Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures"). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes – Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 23.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option").

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

i) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex.: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para ações ordinárias (número de ações) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor atual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

j) Empréstimo de títulos e transações com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

k) Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

l) Locação financeira

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor; sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de "Fair Value Option", a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda)
O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamentos	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

r) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objetivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve refletir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

s) Ativos intangíveis

Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como custo no exercício em que ocorrem.

Software

O Grupo regista em ativos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em três anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

t) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

u) Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

w) Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções coletivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do setor bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação coletiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do DL 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabelece igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

Conforme referido na nota 1a) e nota 60, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo optou em 2011 por uma alteração da política contabilística para reconhecimento dos desvios atuariais passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do "unwinding" dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos ativos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

Os ganhos e perdas atuariais do exercício são reconhecidos por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com ações

À data de 31 de dezembro de 2011 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respetivos critérios de alocação à cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

x) Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

y) *Relato por segmentos*

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. O Grupo controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Banca de Empresas (que inclui a Rede de empresas, o *Corporate* e Banca de Investimento);
- *Private Banking* e *Asset Management*.

Atividade no Estrangeiro

- Polónia;
- Grécia;
- Angola;
- Moçambique.

Outros

O agregado Outros inclui a atividade não alocada aos segmentos anteriormente referidos, nomeadamente a desenvolvida pelas subsidiárias na Roménia, Suíça, Ilhas Caimão, Turquia e EUA.

z) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

aa) *Resultado por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

Se o resultado por ação for alterado em resultado de uma emissão a prêmio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de ações ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por ação para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

*ab) Contratos de seguro**Classificação*

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "*pro rata temporis*", por cada recibo em vigor.

Teste de adequação das responsabilidades

A cada data de reporte, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

ac) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Grupo patrocina a constituição de SPEs com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

No âmbito da aplicação desta política e de acordo com a nota 22, foram incluídas no perímetro de consolidação as seguintes SPEs resultantes de operações de securitização: NovaFinance n.º 4, Magellan n.º 2, 3, 5 e 6, Kion n.º 1 e n.º 2, Orchis Sp.º, Caravela SME n.º 1 e 2 e Tagus Leasing. Por outro lado o Grupo não consolidou as seguintes SPEs igualmente resultantes das operações de securitização de crédito do Grupo: Magellan n.º 1 e 4. Para estas SPEs, que estão desreconhecidas no balanço, concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos mesmos, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelas SPEs em causa que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à *performance* das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e ativos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Margem financeira	1.579.274	1.516.835
Resultados em operações de negociação e de cobertura	204.379	367.280
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	3.253	72.087
	1.786.906	1.956.202

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Juros e proveitos equiparados		
Juros de crédito	3.145.144	2.671.450
Juros de títulos de negociação	111.759	108.367
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		42
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	206.261	99.506
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	198.150	138.081
Juros de derivados de cobertura	263.226	269.222
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	59.428	139.991
Juros de depósitos e outras aplicações	76.168	50.399
	4.060.136	3.477.058
Juros e custos equiparados		
Juros de depósitos e outros recursos	1.722.255	1.159.761
Juros de títulos com acordo de recompra	15.769	14.863
Juros de títulos emitidos	574.596	537.023
Juros de derivados de cobertura	24.068	41.323
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	11.009	43.034
Juros de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	133.165	164.219
	2.480.862	1.960.223
Margem financeira	1.579.274	1.516.835

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 50.694.000 (2010: Euros 36.961.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	1.379	35.906
	1.379	35.906

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o exercício.

Em 2010, a referida rubrica incluía o montante de Euros 28.603.000 relativo a dividendos recebidos da participação detida na Eureka, B.V., a qual foi alienada.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	11	10
Serviços e comissões recebidas:		
Por garantias prestadas	114.344	102.474
Por compromissos perante terceiros	315	221
Por serviços bancários prestados	547.606	564.398
Comissões da atividade seguradora	821	699
Outras comissões	247.759	260.811
	910.845	928.603
Serviços e comissões pagas:		
Por garantias recebidas	5.613	2.255
Por serviços bancários prestados por terceiros	82.295	81.430
Comissões da atividade seguradora	919	600
Outras comissões	32.646	32.737
	121.473	117.022
Resultados líquidos de serviços e comissões	789.372	811.581

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Lucros em operações de negociação e de cobertura		
Operações cambiais	1.795.196	9.805.895
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	35.254	33.882
Rendimento variável	6.249	6.395
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	32.075	31.848
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	117.880	143.758
Outros instrumentos financeiros derivados	2.047.701	3.787.525
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	199.603	344.113
Recompras de emissões próprias	288.893	17.751
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	907.715	424.246
Instrumentos cobertos	176.225	40.545
Outras operações	20.194	6.094
	5.626.985	14.642.052
Prejuízos em operações de negociação e de cobertura		
Operações cambiais	1.649.991	9.706.489
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	164.109	54.073
Rendimento variável	6.739	6.520
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	17.139	35.175
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	216.586	257.852
Outros instrumentos financeiros derivados	2.118.344	3.749.478
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	117.675	18.878
Recompras de emissões próprias	2.708	4.161
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	807.422	370.187
Instrumentos cobertos	254.436	68.589
Outras operações	67.457	3.370
	5.422.606	14.274.772
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	204.379	367.280

A rubrica Prejuízos em operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados – Detidos para Negociação inclui o montante de Euros 144.121.000 relativo a perdas incorridas em Obrigações do Tesouro do Estado Português no exercício de 2011.

A rubrica Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura inclui no exercício de 2011 para os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados uma perda de Euros 20.591.000 (2010: ganho de Euros 204.561.000) relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*).

A rubrica Lucros em operações de negociação e de cobertura – Recompras de emissões próprias inclui o montante de Euros 98.000.000 resultante da operação da troca de dívida subordinada e ações preferenciais por novos instrumentos de dívida sénior no exercício de 2011, conforme descrito na nota 49. Adicionalmente a rubrica Lucros em operações de negociação e de cobertura – Recompras de emissões próprias inclui o montante de Euros 81.162.000 referente à recompra de *Credit linked notes* e o montante de Euros 62.870.000 referente à recompra de emissões hipotecárias.

O Resultado de recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística descrita na 1 d).

A rubrica Lucros em operações de negociação e de cobertura – Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados – Detidos para Negociação – Outros instrumentos financeiros derivados, incluía, em 2010, o montante de Euros 36.600.000 correspondente ao resultado gerado durante o primeiro trimestre de 2010 pela revogação da cobertura de taxa de juro associada a uma emissão de obrigações hipotecárias de Euros 1.500.000.000. Em Janeiro de 2010, o Conselho de Administração Executivo, na sequência da quebra de efetividade, decidiu a revogação da operação de cobertura em conformidade com o disposto no parágrafo 91, alínea c) da IAS 39. De acordo com a decisão do Conselho de Administração Executivo é em conformidade com a referida Norma, em 1 de abril de 2010, foi retomada a relação de cobertura.

7. Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	8.162	6.514
Rendimento variável	31.845	80.165
Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	(28.611)	(8.656)
Rendimento variável	(8.143)	(5.936)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	3.253	72.087

Em 2011, a rubrica Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda – Rendimento variável – inclui o montante de Euros 24.480.000 relativo ao ajustamento do preço de venda das ações da Eureko, B.V. alienadas em 2010 ao Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, em resultado da avaliação efetuada durante o 1.º trimestre de 2011, conforme estabelecido contratualmente.

Em 2010, a rubrica Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda – Rendimento variável – inclui o montante de Euros 65.200.000 relativo à mais-valia gerada, em base consolidada, com a alienação da participação financeira detida na Eureko, B.V. ao Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português efetuada em dezembro de 2010, conforme referido nas notas 23 e 43.

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Proveitos		
Prestação de serviços	34.049	36.822
Venda de cheques e outros	17.196	19.944
Outros proveitos de exploração	36.360	15.229
	87.605	71.995
Custos		
Impostos	27.865	26.921
Donativos e quotizações	4.599	5.120
Contribuição específica sobre o setor Bancário	31.984	
Outros custos de exploração	45.950	22.478
	110.398	54.519
	(22.793)	17.476

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui, em 2011, o montante de Euros 18.900.000 relativa à devolução ao Banco Comercial Português, S.A. dos valores pagos à Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. ("Occidental Vida"), para contratação de apólices de renda vitalícia para cobrir responsabilidades com pensões de ex-Administradores e que foram devolvidas no âmbito dos acordos estabelecidos entre o Banco e os ex-Administradores.

A rubrica Contribuição específica sobre o setor Bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (Tier 1) e dos fundos próprios complementares (Tier 2) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados.

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Remunerações	604.304	619.691
Encargos sociais obrigatórios	292.844	171.521
Encargos sociais facultativos	44.640	29.329
Outros custos	11.861	10.627
	953.649	831.168

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui o montante de Euros 164.808.000 relacionado com o impacto da transferência das responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social (RGSS), de acordo com o referido na nota 51. O impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades com base nos pressupostos atuariais definidos pelo Estado Português para a operação em apreço.

Conforme referido na nota 51, a rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui igualmente o montante de Euros 13.114.000 (2010: Euros 47.044.000) relativo ao custo com pensões de reforma do exercício, excluindo o efeito da transferência de parte das responsabilidades para o Regime Geral de Segurança Social. A referida rubrica inclui, igualmente, o montante de Euros 12.275.000 (2010: Euros 7.238.000) relativo ao custo com a reforma antecipada de colaboradores durante o exercício.

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui ainda, conforme referido nas notas 40 e 51, em 31 de dezembro de 2011, um ganho no montante Euros 35.492.000 relativo à anulação das provisões constituídas para as atualizações futuras das pensões de reforma de ex-Administradores, no âmbito dos acordos estabelecidos entre o Banco e os referidos ex-Administradores.

Esta rubrica incluía, em 2010, o montante de Euros 6.799.000 relativo às responsabilidades com o plano complementar, conforme descrito nas notas 40 e 51.

As remunerações fixas que foram pagas aos membros do Conselho de Administração Executivo no exercício de 2011, ascenderam a Euros 3.814.000 (2010: Euros 4.679.000), sendo que Euros 322.000 (2010: Euros 321.000) foram suportados por empresas subsidiárias ou por empresas em cujos órgãos sociais representem interesses do Grupo. Relativamente aos exercícios de 2011 e 2010, não foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração Executivo quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Tendo presente que a remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro do Conselho de Administração Executivo será deduzido aos respetivos valores de remuneração fixa anual atribuível pelo Banco.

Durante o exercício de 2011, relativamente aos membros do Conselho de Administração Executivo, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social e Fundo de Pensões no montante de Euros 1.288.000 (2010: Euros 1.650.000).

O efetivo médio de Colaboradores ao serviço no Grupo, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	'11	'10
Portugal		
Direção	1.390	1.358
Enquadramento	1.953	1.948
Específicas/Técnicas	3.566	3.561
Outras funções	3.165	3.356
	10.074	10.223
Estrangeiro	11.396	11.551
	21.470	21.774

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Água, energia e combustíveis	22.251	21.231
Material de consumo corrente	6.988	7.745
Rendas e alugueres	148.354	151.021
Comunicações	39.510	43.301
Deslocações, estadas e representações	13.655	14.835
Publicidade	38.878	43.844
Conservação e reparação	39.067	41.379
Cartões e crédito imobiliário	15.952	16.577
Estudos e consultas	23.962	20.504
Informática	23.625	28.609
Outsourcing e trabalho independente	90.657	92.024
Outros serviços especializados	31.341	32.782
Formação do pessoal	3.093	2.895
Seguros	19.245	17.912
Contencioso	12.282	8.277
Transportes	11.054	10.148
Outros fornecimentos e serviços	44.545	48.761
	584.459	601.845

A rubrica Rendas e Alugueres inclui o montante de Euros 124.886.000 (2010: Euros 129.420.000), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Grupo na condição de locatário.

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Ativos intangíveis:		
Software	15.252	17.554
Outros ativos intangíveis	376	172
	15.628	17.726
Outros ativos tangíveis:		
Imóveis	43.487	47.259
Equipamento		
Mobiliário	4.397	5.638
Máquinas	2.723	2.801
Equipamento informático	16.535	21.495
Instalações interiores	3.968	4.337
Viaturas	3.015	3.047
Equipamento de segurança	2.539	2.715
Outros ativos tangíveis	3.818	5.213
	80.482	92.505
	96.110	110.231

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Aplicações em instituições de crédito		
Crédito concedido		
Dotação do exercício	58	126
Reversão do exercício	(2.828)	(3.446)
	(2.770)	(3.320)
Crédito concedido a clientes:		
Crédito concedido		
Dotação do exercício	1.674.720	1.132.119
Reversão do exercício	(318.751)	(384.988)
Recuperações de crédito e de juros	(21.289)	(30.555)
	1.334.680	716.576
	1.331.910	713.256

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objetiva de imparidade, conforme referida na política contabilística descrita na nota 1 c).

13. Imparidade de outros ativos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda		
Dotação do exercício	17.320	10.180
Reversão do exercício	(135)	-
Imparidade de ativos financeiros detidos até maturidade		
Dotação do exercício	532.665	-
	549.850	10.180

Conforme referido na nota 23, a rubrica de imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda inclui perdas por imparidade em unidades de participação detidas pelo Grupo no montante de Euros 13.621.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 10.180.000).

A rubrica Imparidade de ativos financeiros detidos até à maturidade corresponde à imparidade reconhecida, durante o exercício de 2011, correspondente a 77% do valor nominal da dívida soberana da Grécia, de acordo com o referido nas notas 25 e 59.

14. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do exercício	77	975
Reversão do exercício	-	(310)
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do exercício	28.423	15.870
Reversão do exercício	(16.743)	(23.068)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do exercício	4.620	10.832
Reversão do exercício	(30.356)	(4.934)
	(13.979)	(635)

15. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Grupo Millenniumbcp Ageas	17.935	69.654
Outras empresas	(3.315)	(1.993)
	14.620	67.661

16. Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Alienação dos ativos e passivos do Millennium bcpbank National Association – EUA		459
Outros ativos	(26.872)	(3.437)
	(26.872)	(2.978)

A rubrica Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos – Outros ativos corresponde às menos-valias decorrentes da venda e reavaliações de ativos detidos pelo Grupo e classificados como ativos não correntes detidos para venda.

A rubrica Alienação dos ativos e passivos do Millennium bcpbank National Association corresponde à mais-valia gerada na alienação, em outubro de 2010, de um conjunto de ativos e passivos e consequente liquidação da subsidiária.

17. Impostos

Os impostos sobre os lucros são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Impostos correntes	(66.857)	(54.158)
Impostos diferidos		
Criação e reversão de diferenças temporárias	365.529	61.306
Efeito de alterações de taxa		53.754
Prejuízos fiscais reconhecidos/(utilizados)	160.185	(75.246)
	525.714	39.814
	458.857	(14.344)

A rubrica Criação e reversão de diferenças temporárias inclui, no exercício de 2011, o montante de Euros 132.000.000 resultante do reconhecimento de imposto diferido ativo associado a perdas registadas em relação à participação detida na Bitalpart, BV.

O reconhecimento do imposto diferido ativo decorre da perspetiva de materialização de perdas para efeitos fiscais no momento em que a participação em causa seja alienada ou em que a sociedade seja liquidada. Prevê-se que tal alienação ou liquidação ocorra uma vez esgotada a função de detenção de participações que a sociedade em causa vem desempenhando no âmbito do Grupo.

De acordo com a IAS 12, o Grupo procedeu à avaliação da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais, incluindo prejuízos fiscais reportáveis.

A rubrica Impostos diferidos – diferenças temporárias inclui o reconhecimento de impostos diferidos associados a provisões tributadas no exercício e a encargos com reformas antecipadas, cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá nos exercícios seguintes.

A análise dos principais ajustamentos efetuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria coletável e que assumem natureza temporária é apresentada como segue:

- Dotações de imparidades que, nos termos da legislação aplicável, não foram consideradas para efeitos de determinação do lucro tributável no exercício de 2011 e que serão objeto de reconhecimento para efeitos fiscais em exercícios futuros, no montante de Euros 533.348.000 (2010: Reposição de Euros 130.627.000);
- Diferença entre os encargos com pensões registados em resultados em exercícios anteriores, na parte cujo custo é aceite para efeitos fiscais no exercício, e as dotações do exercício cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá nos exercícios seguintes, num montante líquido a acrescentar à matéria coletável de Euros 49.234.000 (2010: Dedução de Euros 86.872.000);
- Imputação de lucros de sociedades não residentes adicionados para efeitos de apuramento do lucro tributável e cuja distribuição ocorrerá nos exercícios seguintes, no montante de Euros 151.896.000 (2010: Euros 70.164.000).

Principais ajustamentos efetuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria coletável que assumem natureza permanente:

- Resultado de sociedades não residentes em território português, no montante de Euros 277.926.000 (2010: Euros 134.894.000);
- Resultados das sociedades consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, no montante de Euros 14.620.000 (2010: Euros 67.481.000);
- Imparidade do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais, no montante de Euros 160.649.000 (2010: Euros 147.130.000);
- Provisões não dedutíveis para efeitos fiscais, no montante de Euros 153.609.000 (2010: Euros 14.580.000).

A diferença entre a taxa nominal de imposto sobre o rendimento a que as sociedades se encontram sujeitas e a taxa efectiva resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria coletável, nos termos previstos na legislação aplicável, e do efeito dos impostos diferidos reconhecidos.

A reconciliação da taxa efetiva é analisada como segue:

	'11		'10	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		(1.221.627)		418.108
Taxa de imposto corrente	29,0%	354.272	29,0%	(121.199)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro e na Região Autónoma da Madeira	0,5%	(6.237)	2,7%	11.392
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável ⁽ⁱ⁾	8,7%	(106.676)	16,0%	(67.039)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável ⁽ⁱⁱ⁾	9,5%	115.633	33,6%	140.493
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados ⁽ⁱⁱⁱ⁾	0,9%	10.388	-1,6%	6.566
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados/reconhecidos	0,0%		2,3%	(9.410)
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos anteriormente ^(iv)	9,2%	111.985	0,0%	
Diferença de taxa no imposto diferido ^(v)	-1,8%	(22.207)	12,3%	51.609
Correções de anos anteriores	0,3%	3.792	5,7%	(23.963)
(Tributação autónoma)/Créditos fiscais	0,2%	(2.093)	0,7%	(2.793)
	37,7%	458.857	3,5%	(14.344)

Referências:

(i) Corresponde essencialmente a imposto associado a provisões e a imparidade do *goodwill*, não aceites para efeitos fiscais.

(ii) Trata-se, essencialmente, do imposto associado às seguintes deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável:

a) Resultado de sociedades não residentes em território português, no montante de Euros 277.926.000 (Imposto: Euros 80.598.000);

b) Resultados das sociedades consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, no montante de Euros 14.620.000 (Imposto: Euros 4.240.000);

(iii) Respeita, fundamentalmente, a juros da dívida pública de Angola, no montante de Euros 26.161.000 (Imposto: Euros 9.156.000) e benefícios fiscais concedidos à criação de emprego para jovens, no montante de Euros 3.729.000 (Imposto: Euros 1.082.000);

(iv) Respeita, essencialmente, ao reconhecimento do imposto diferido ativo associado a perdas registadas na participação devida na Belfinca (B.V.);

(v) Respeita, essencialmente, à diferença de taxa de imposto diferido associada a prejuízos fiscais.

18. Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados da seguinte forma:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco	(848.623)	344.457
Dividendos de outros instrumentos de capital	396.514	(100.360)
Resultado líquido ajustado	(452.109)	244.097
N.º médio de ações	6.215.071.878	5.051.089.548
Resultado por ação básico (Euros)	(0,07)	0,05
Resultado por ação diluído (Euros)	(0,07)	0,05

Em junho de 2011 concretizou-se o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, resultante de:

- (i) Euros 120.400.000, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;
- (ii) Euros 990.147.000, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal que resultaram na conversão da maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos;
- (iii) Euros 259.852.986, através da emissão de 721.813.850 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de Euros 0,36, com reserva de preferência dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

De acordo com o estabelecido no Decreto-lei n.º 49/2010 de 19 de maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por ações sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de acionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por ações sem valor nominal.

O número médio de ações acima indicado resultou do número de ações existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de ações readquiridas ou emitidas no período, depois de ponderado pelo fator tempo. No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu três tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos que, em termos agregados totalizam Euros 1.000.000.000, os quais, face às suas características, devem ser considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32.

A rubrica Dividendos de outros instrumentos de capital inclui os dividendos distribuídos das seguintes emissões:

a) Duas emissões efetuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 ações preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de junho de 2004, destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de ações preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de junho de 1999;
- 10.000 ações preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de outubro de 2005 destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de ações preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de setembro de 2000.

b) Três emissões de Valores mobiliários perpétuos analisados conforme segue:

- Em junho de 2009, conforme referido na nota 41, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital;
- Em agosto de 2009, conforme referido na nota 41, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital;
- Em dezembro de 2009, conforme referido na nota 41, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

Estas emissões foram trocadas no âmbito da oferta pública de troca de Valores mobiliários perpétuos por ações, efetuada em 2011. O valor não trocado ascende a Euros 9.853.000, em 31 de dezembro de 2011.

19. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Caixa	691.144	693.422
Bancos centrais	1.424.801	790.840
	2.115.945	1.484.262

A rubrica Bancos centrais inclui o saldo junto dos bancos centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

20. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Em instituições de crédito no país	2.970	3.044
Em instituições de crédito no estrangeiro	1.251.177	879.207
Valores a cobrar	323.263	376.774
	1.577.410	1.259.025

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

21. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Aplicações no Banco de Portugal	600.008	1.100.008
Aplicações em outras instituições de crédito no país	846.856	78.744
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	1.466.731	1.165.220
	2.913.595	2.343.972
Crédito vencido – mais de 90 dias	1.836	13.759
	2.915.431	2.357.731
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(2.416)	(13.759)
	2.913.015	2.343.972

A análise desta rubrica pelo exercício remanescente das operações é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Até 3 meses	2.709.982	2.052.312
3 meses até 6 meses	9.360	28.584
6 meses até 1 ano	20.431	39.804
1 ano até 5 anos	126.918	177.095
Mais de 5 anos	46.904	46.177
Duração indeterminada	1.836	13.759
	2.915.431	2.357.731

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, e de acordo com o definido nos respetivos contratos, o Grupo tem o montante de Euros 759.815.000 (2010: Euros 440.470.000) de aplicações em instituições de crédito, dados como colateral das referidas operações.

Os movimentos da Imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	13.759	20.494
Transferências	580	
Dotação do exercício	58	126
Reversão do exercício	(2.828)	(3.446)
Utilização de imparidade	(9.153)	(3.414)
Diferenças cambiais		(1)
Saldo em 31 de dezembro	2.416	13.759

22. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Crédito ao setor público	712.224	860.074
Crédito com garantias reais	43.337.792	44.889.345
Crédito com outras garantias	10.944.941	13.469.564
Crédito sem garantias	3.658.828	4.597.598
Crédito sobre o estrangeiro	3.835.789	3.782.085
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.286.608	1.413.609
Capital em locação	4.280.612	4.899.018
	68.056.794	73.911.293
Crédito vencido – menos de 90 dias	280.211	210.260
Crédito vencido – mais de 90 dias	3.196.072	2.289.739
	71.533.077	76.411.292
Imparidade para riscos de crédito	(3.487.542)	(2.505.886)
	68.045.535	73.905.406

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 10.508.017.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 9.873.859.000) relativo a créditos afetos a sete emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Grupo.

O Banco de Investimento Imobiliário, S.A. procedeu durante o exercício de 2011, à emissão de uma operação de obrigações hipotecárias no montante de Euros 1.000.000.000 com prazo de 3 anos. A referida emissão ocorreu em 19 de janeiro de 2011 e tem uma taxa de juro de Euribor 1M+0,75%. Adicionalmente, o Banco Comercial Português, S.A. procedeu durante o exercício de 2010, à emissão de três operações de obrigações hipotecárias no montante de Euros 1.750.000.000, Euros 1.000.000.000 e Euros 1.000.000.000 com prazos de 3, 10 e 8 anos e 6 meses, respetivamente. As emissões ocorreram em maio, julho e outubro de 2010 e tiveram taxas de juro de Euribor 1M+0,75%, Euribor 1M+0,8% e Euribor 1M+0,75%, respetivamente.

Conforme detalhado na nota 54, no âmbito da gestão do risco de liquidez, o Grupo possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem algumas operações de créditos a clientes.

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Crédito não titulado		
Crédito por desconto de efeitos	533.231	646.735
Crédito em conta corrente	4.502.604	5.443.721
Descobertos em depósitos à ordem	1.867.652	2.066.538
Empréstimos	19.994.269	21.958.366
Crédito imobiliário	32.036.068	33.367.782
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.286.609	1.413.609
Capital em locação	4.280.611	4.899.018
	64.501.044	69.795.769
Crédito titulado		
Papel comercial	1.741.120	2.377.757
Obrigações	1.814.630	1.737.767
	3.555.750	4.115.524
	68.056.794	73.911.293
Crédito vencido – menos de 90 dias	280.211	210.260
Crédito vencido – mais de 90 dias	3.196.072	2.289.739
	71.533.077	76.411.292
Imparidade para riscos de crédito	(3.487.542)	(2.505.886)
	68.045.535	73.905.406

A análise do crédito a clientes, por setor de atividade, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Agricultura e silvicultura	644.293	737.533
Indústrias extrativas	434.327	521.886
Alimentação, bebidas e tabaco	521.473	550.666
Têxteis	491.557	549.817
Madeira e cortiça	229.143	273.946
Papel, artes gráficas e editoras	294.543	328.841
Químicas	833.055	884.825
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.177.560	1.267.796
Eletricidade, água e gás	951.045	911.403
Construção	4.991.080	5.091.181
Comércio a retalho	1.669.000	1.906.458
Comércio por grosso	2.584.655	2.696.972
Restaurantes e hotéis	1.411.024	1.353.510
Transportes e comunicações	1.846.405	2.138.944
Serviços	14.802.022	16.040.979
Crédito ao consumo	4.496.917	4.845.927
Crédito hipotecário	30.308.497	31.036.269
Outras atividades nacionais	886.812	1.031.408
Outras atividades internacionais	2.959.669	4.242.931
	71.533.077	76.411.292
Imparidade para riscos de crédito	(3.487.542)	(2.505.886)
	68.045.535	73.905.406

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade e por setores de atividade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Crédito a clientes				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	
Agricultura e silvicultura	196.185	167.625	219.861	60.622	644.293
Indústrias extrativas	212.727	123.207	89.644	8.749	434.327
Alimentação, bebidas e tabaco	238.136	119.439	87.570	76.328	521.473
Têxteis	259.285	92.459	88.685	51.128	491.557
Madeira e cortiça	102.014	45.925	52.684	28.520	229.143
Papel, artes gráficas e editoras	100.965	58.553	114.142	20.883	294.543
Químicas	380.797	234.150	198.752	19.356	833.055
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	458.123	231.266	387.516	100.655	1.177.560
Eletricidade, água e gás	167.041	258.235	522.895	2.874	951.045
Construção	2.458.655	986.147	837.850	708.428	4.991.080
Comércio a retalho	700.084	371.381	477.065	120.470	1.669.000
Comércio por grosso	1.377.561	470.575	443.833	292.686	2.584.655
Restaurantes e hotéis	228.003	313.096	720.538	149.387	1.411.024
Transportes e comunicações	466.571	499.679	821.861	58.294	1.846.405
Serviços	5.913.703	3.837.191	4.255.494	795.634	14.802.022
Crédito ao consumo	1.244.069	1.675.455	910.851	666.542	4.496.917
Crédito hipotecário	57.381	281.750	29.730.228	239.138	30.308.497
Outras atividades nacionais	204.292	334.369	326.362	21.789	886.812
Outras atividades internacionais	925.538	970.050	1.009.281	54.800	2.959.669
	15.691.130	11.070.552	41.295.112	3.476.283	71.533.077

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Crédito a clientes				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	
Crédito ao setor público	430.849	126.834	154.541	5	712.229
Crédito com garantias reais	5.130.049	6.400.896	31.806.847	1.761.851	45.099.643
Crédito com outras garantias	4.980.680	1.608.357	4.355.904	612.870	11.557.811
Crédito sem garantias	2.686.299	450.908	521.621	1.025.105	4.683.933
Crédito sobre o estrangeiro	898.755	1.088.946	1.848.088		3.835.789
Crédito tomado em operações de factoring	1.286.400	208		76	1.286.684
Capital em locação	278.098	1.394.403	2.608.111	76.376	4.356.988
	15.691.130	11.070.552	41.295.112	3.476.283	71.533.077

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade e por setores de atividade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Agricultura e silvicultura	290.413	184.143	242.722	20.255	737.533
Indústrias extrativas	248.451	108.834	155.531	9.070	521.886
Alimentação, bebidas e tabaco	285.667	101.845	111.949	51.205	550.666
Têxteis	230.176	125.552	154.090	39.999	549.817
Madeira e cortiça	118.685	61.792	56.051	37.418	273.946
Papel, artes gráficas e editoras	131.239	94.236	89.264	14.102	328.841
Químicas	395.245	284.698	187.566	17.316	884.825
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	494.934	291.050	365.072	116.740	1.267.796
Eletricidade, água e gás	216.407	88.138	603.888	2.970	911.403
Construção	2.733.273	1.050.111	850.523	457.274	5.091.181
Comércio a retalho	786.960	480.843	554.988	83.667	1.906.458
Comércio por grosso	1.395.166	558.991	504.779	238.036	2.696.972
Restaurantes e hotéis	272.885	305.092	726.297	49.236	1.353.510
Transportes e comunicações	754.061	577.565	748.410	58.908	2.138.944
Serviços	6.610.225	3.892.187	5.015.673	522.894	16.040.979
Crédito ao consumo	1.553.070	1.668.359	1.127.858	496.640	4.845.927
Crédito hipotecário	49.620	305.160	30.465.039	216.450	31.036.269
Outras atividades nacionais	394.148	238.805	380.072	18.383	1.031.408
Outras atividades internacionais	1.351.389	1.413.624	1.428.482	49.436	4.242.931
	18.312.014	11.831.025	43.768.254	2.499.999	76.411.292

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Crédito ao setor público	622.480	99.871	137.723	1.554	861.628
Crédito com garantias reais	4.722.238	6.840.825	33.326.282	1.154.080	46.043.425
Crédito com outras garantias	7.028.234	1.241.508	5.199.822	465.328	13.934.892
Crédito sem garantias	3.502.607	463.623	631.368	752.236	5.349.834
Crédito sobre o estrangeiro	727.709	1.481.897	1.572.479	6.762	3.788.847
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.413.609	-	-	1.436	1.415.045
Capital em locação	295.137	1.703.301	2.900.580	118.603	5.017.621
	18.312.014	11.831.025	43.768.254	2.499.999	76.411.292

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, detidas por SPEs sujeitas a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b).

As operações de securitização realizadas pelo Grupo respeitam a créditos hipotecários, créditos ao consumo, *leasings*, papel comercial e empréstimos a empresas concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPEs). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, estas SPEs são consolidadas pelo método integral.

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

(Milhares de Euros)

	Tradicionais	
	'11	'10
Crédito hipotecário	6.392.175	6.677.879
Crédito ao consumo	417.771	692.598
Leasing	992.600	1.333.884
Papel comercial		310.189
Empréstimos a empresas	4.620.819	4.560.432
	12.423.365	13.574.982

No decurso do ano de 2010, o Grupo executou duas operações de securitização: Tagus Leasing No. 1 (*leasings*) e Caravela SME No. 2 (créditos a empresas), ambas originadas pelo Banco Comercial Português, S.A. Em função das suas características e de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), estas operações não deram lugar a desreconhecimento nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

Magellan Mortgages No. 6

Em 20 de março de 2009, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos à habitação detida pelo Banco Comercial Português, S.A. para o SPE "Magellan Mortgages No. 6 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Grupo mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo montante de Euros 3.491.700.000, com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 3.634.054.000, são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são anulados no âmbito da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Magellan Mortgages No. 5

Em 26 de junho de 2008, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos à habitação detida pelo Banco Comercial Português, S.A. para o SPE "Magellan Mortgages No. 5 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Grupo mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo montante de Euros 1.435.874.000, com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 1.467.544.000, são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são anulados no âmbito da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Kion Mortgage Finance No. 2

Em 18 de julho de 2008, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos à habitação detida pelo Millennium Bank, S.A. (Grécia) para o SPE "Kion Mortgage Finance No. 2 PLC". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Grupo mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo montante de Euros 424.248.000, com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 357.153.000, são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são anulados no âmbito da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Kion Mortgage Finance No. 1

Em 7 de dezembro de 2006, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos à habitação detida pelo Millennium Bank, S.A. (Grécia) para o SPE "Kion Mortgage Finance No. 1 PLC". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Grupo mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo montante de Euros 187.476.000, com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 165.735.000, dos quais Euros 149.848.000 estão colocados no mercado.

Magellan Mortgages No. 3

Em 24 de junho de 2005, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos à habitação detida pelo Banco Comercial Português, S.A. para o SPE "Magellan Mortgages No. 3 PLC". Tendo em conta que, por ter adquirido uma parte da tranche mais subordinada no decurso do exercício de 2010, o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados aos referidos ativos, o SPE é consolidado nas Demonstrações Financeiras do Grupo, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 b). A carteira de crédito do SPE associado a esta operação ascendia a Euros 584.410.000, com referência a 31 de dezembro de 2011 e apresentava um valor nominal de passivos total de Euros 616.561.000.

Magellan Mortgages No. 2

Em 20 de outubro de 2003, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos à habitação detida pelo Banco Comercial Português, S.A. e pelo Banco de Investimento Imobiliário, S.A. para o SPE "Magellan Mortgages No. 2 PLC". Tendo em conta que, por ter adquirido a totalidade das tranches mais subordinadas no decurso do exercício de 2010, o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados aos referidos ativos, o SPE é consolidado nas Demonstrações Financeiras do Grupo, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 b). A carteira de crédito do SPE associado a esta operação ascendia a Euros 268.467.000, com referência a 31 de dezembro de 2011 e apresentava um valor nominal de passivos total de Euros 287.358.000.

Nova Finance No. 4

Em 21 de dezembro de 2007, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos ao consumo detida pelo Banco Comercial Português, S.A. para o SPE "Nova Finance No. 4 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Grupo mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo montante de Euros 417.771.000, com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 433.267.000, são maioritariamente detidos pelo Grupo, estando colocadas no mercado Euros 131.972.000.

Tagus Leasing No. 1

Em 26 de fevereiro de 2010, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos *leasing* detida pelo Banco Comercial Português, S.A. para o SPE "Tagus Leasing No. 1 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Grupo mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo montante de Euros 906.892.000, com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 971.966.000, são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são anulados no âmbito da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Orchis

Em 20 de dezembro de 2007, o Grupo transferiu uma "pool" de *leasings* detida pela Millennium Leasing Sp. z o.o. (Polónia) para o SPE "Orchis Sp. z o.o.". Tendo em conta que, o Grupo detém a totalidade da tranche mais subordinada, e em função das características da operação, o Grupo mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, o SPE é consolidado nas demonstrações financeiros do Grupo, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 b). A carteira de crédito associada a esta operação ascendia a Euros 85.708.000, com referência a 31 de dezembro de 2011 e apresentava um valor nominal dos passivos Euros 87.899.000 estando colocados no mercado Euros 84.371.000.

Caravela SME No. 1

Em 28 de novembro de 2008, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos a empresas detida pelo Banco Comercial Português, S.A. para o SPE "Caravela SME No. 1 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Grupo mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo montante de Euros 1.847.585.000, com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 2.072.224.000, são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são anulados no âmbito da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Caravela SME No. 2

Em 16 de dezembro de 2010, o Grupo transferiu uma "pool" de créditos a empresas detida pelo Banco Comercial Português, S.A. para o SPE "Caravela SME No. 2 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Grupo mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo montante de Euros 2.773.234.000, com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 2.799.747.000, são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são anulados no âmbito da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A carteira de crédito do Grupo, que inclui para além do crédito a clientes, as garantias e os avales prestados, dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é apresentada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Crédito total	79.406.991	85.273.307
Crédito com imparidade		
Individualmente significativos		
Valor bruto	9.590.715	8.811.588
Imparidade	(2.595.595)	(1.783.787)
Valor líquido	6.995.120	7.027.801
Análise paramétrica		
Valor bruto	4.134.528	3.844.915
Imparidade	(755.066)	(583.207)
Valor líquido	3.379.462	3.261.708
Crédito sem imparidade	65.681.748	72.616.804
Imparidade (IBNR)	(237.589)	(219.798)
	75.818.741	82.686.515

A rubrica Crédito total inclui o crédito direto concedido a clientes e o crédito indireto, registado na rubrica Garantias e outros compromissos (ver nota 46), no montante de Euros 7.873.914.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 8.862.015.000).

As rubricas Imparidade e Imparidade (IBNR) foram determinadas de acordo com o referido na política contabilística descrita na nota 1 c) incluindo a provisão para Garantias e outros compromissos (ver nota 38) no montante de Euros 100.708.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 80.906.000).

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Crédito com imparidade		
Individualmente significativos		
Títulos e outros ativos financeiros	950.809	1.102.631
Imóveis residenciais	1.493.484	1.370.816
Outros imóveis	1.845.928	1.580.096
Outras garantias	674.976	331.740
	4.965.199	4.385.283
Análise paramétrica		
Títulos e outros ativos financeiros	35.675	33.566
Imóveis residenciais	2.422.804	2.365.152
Outros imóveis	214.412	227.281
Outras garantias	174.228	158.679
	2.847.119	2.784.678
Crédito sem imparidade		
Títulos e outros ativos financeiros	3.671.554	4.539.816
Imóveis residenciais	26.633.530	27.260.166
Outros imóveis	5.721.389	6.764.762
Outras garantias	5.648.738	6.726.654
	41.675.411	45.291.398
	49.487.729	52.461.359

Considerando a política de gestão de risco do Grupo, os montantes apresentados não incluem o justo valor das garantias pessoais prestadas por clientes com notação de risco mais baixa.

O Grupo utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a refletir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efetuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que refletem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respetiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respetivos ativos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a refletir a sua volatilidade.

Tendo em conta o atual momento dos mercados imobiliário e financeiro, o Grupo continuou a negociar ao longo do exercício de 2011 o reforço de colaterais físicos e financeiros com os seus clientes.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Valor bruto	5.300.269	5.696.498
Juros ainda não devidos	(1.019.658)	(797.480)
Valor líquido	4.280.611	4.899.018

A análise dos contratos de Locação financeira por tipo de cliente é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Particulares		
Habitação	100.402	127.513
Consumo	71.793	102.423
Outros	220.082	255.542
	392.277	485.478
Empresas		
Mobiliário	1.589.351	1.877.332
Imobiliário	2.298.983	2.536.208
	3.888.334	4.413.540
	4.280.611	4.899.018

Em relação à locação operacional, o Grupo não apresenta contratos relevantes como Locador.

Por outro lado e conforme descrito na nota 10, a rubrica Rendas e Alugueres, inclui, com referência a 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 124.886.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 129.420.000), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Grupo na condição de Locatário.

A carteira de crédito a clientes inclui créditos que foram objeto de reestruturação formal com os Clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro.

A análise dos créditos reestruturados por setores da atividade é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Agricultura e silvicultura	7.221	6.412
Indústrias extrativas	798	632
Alimentação, bebidas e tabaco	5.590	3.690
Têxteis	3.155	10.944
Madeira e cortiça	12.297	8.058
Papel, artes gráficas e editoras	1.673	1.448
Químicas	733	6.394
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	31.988	36.599
Elettricidade, água e gás	3.168	3.066
Construção	45.256	27.750
Comércio a retalho	18.076	10.619
Comércio por grosso	55.622	50.573
Restaurantes e hotéis	3.441	2.525
Transportes e comunicações	10.138	23.097
Serviços	222.727	220.183
Crédito ao consumo	256.712	194.308
Crédito hipotecário	254.593	64.254
Outras atividades nacionais	197	489
Outras atividades internacionais	3.300	5.805
	936.685	676.846

A análise do crédito vencido por setores de atividade é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Agricultura e silvicultura	60.622	20.255
Indústrias extrativas	8.749	9.070
Alimentação, bebidas e tabaco	76.328	51.205
Têxteis	51.128	39.999
Madeira e cortiça	28.520	37.418
Papel, artes gráficas e editoras	20.883	14.102
Químicas	19.356	17.316
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	100.655	116.740
Elettricidade, água e gás	2.874	2.970
Construção	708.428	457.274
Comércio a retalho	120.470	83.667
Comércio por grosso	292.686	238.036
Restaurantes e hotéis	149.387	49.236
Transportes e comunicações	58.294	58.908
Serviços	795.634	522.894
Crédito ao consumo	666.543	496.640
Crédito hipotecário	239.137	216.450
Outras atividades nacionais	21.789	18.383
Outras atividades internacionais	54.800	49.436
	3.476.283	2.499.999

A análise do crédito vencido por tipo de crédito é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Crédito ao setor público	5	1.554
Crédito com garantias reais	1.761.851	1.154.080
Crédito com outras garantias	612.870	465.328
Crédito sem garantias	1.025.105	752.236
Crédito sobre o estrangeiro		6.762
Crédito tomado em operações de factoring	76	1.436
Capital em locação	76.376	118.603
	3.476.283	2.499.999

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:		
Saldo em 1 de janeiro	2.505.886	2.157.094
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo		(3.792)
Outras transferências	(47.932)	(12.555)
Dotação do exercício	1.674.720	1.132.119
Reversão do exercício	(318.751)	(384.988)
Utilização de imparidade	(311.523)	(400.134)
Diferenças cambiais	(14.858)	18.142
Saldo em 31 de dezembro	3.487.542	2.505.886

Se o valor de uma perda por imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A análise da imparidade por setores de atividade é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Agricultura e silvicultura	65.288	51.530
Indústrias extrativas	6.726	11.041
Alimentação, bebidas e tabaco	55.707	60.444
Têxteis	40.731	52.535
Madeira e cortiça	23.097	27.501
Papel, artes gráficas e editoras	34.717	16.920
Químicas	13.994	12.609
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	108.624	100.236
Elettricidade, água e gás	3.817	7.413
Construção	388.794	300.512
Comércio a retalho	90.795	67.136
Comércio por grosso	248.366	185.403
Restaurantes e hotéis	86.397	45.663
Transportes e comunicações	66.641	43.655
Serviços	964.474	604.839
Crédito ao consumo	549.750	384.521
Crédito hipotecário	257.238	173.962
Outras atividades nacionais	10.531	11.399
Outras atividades internacionais	471.855	348.567
	3.487.542	2.505.886

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Crédito ao setor público	2.055	1.797
Crédito com garantias reais	1.848.265	1.216.001
Crédito com outras garantias	460.824	358.935
Crédito sem garantias	1.130.439	876.503
Crédito sobre o estrangeiro	2.323	3.747
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	2.484	1.473
Capital em locação	41.152	47.430
	3.487.542	2.505.886

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por setor de atividade é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Agricultura e silvicultura	1.282	3.903
Indústrias extrativas	394	17.625
Alimentação, bebidas e tabaco	884	6.964
Têxteis	17.904	11.699
Madeira e cortiça	9.485	8.026
Papel, artes gráficas e editoras	1.871	3.255
Químicas	1.276	965
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	16.116	24.813
Elettricidade, água e gás	20	10
Construção	76.228	33.209
Comércio a retalho	4.556	10.259
Comércio por grosso	15.108	100.258
Restaurantes e hotéis	3.782	3.596
Transportes e comunicações	3.563	3.575
Serviços	41.445	118.002
Crédito ao consumo	51.745	42.238
Crédito hipotecário	1.456	212
Outras atividades nacionais	3.809	1.757
Outras atividades internacionais	60.598	9.768
	311.523	400.134

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. A referida anulação é realizada pela utilização de perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade analisada por tipo de crédito é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Crédito com garantias reais	69.651	142.504
Crédito com outras garantias	32.646	69.388
Crédito sem garantias	189.138	178.879
Crédito sobre o estrangeiro	6.000	
Capital em locação	14.088	9.363
	311.523	400.134

A recuperação de créditos e de juros, efetuada no decorrer de 2011 e 2010, analisada por setores de atividade é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Agricultura e silvicultura	1.036	428
Indústrias extrativas	32	11
Alimentação, bebidas e tabaco	905	272
Têxteis	866	2.007
Madeira e cortiça	1.072	1.010
Papel, artes gráficas e editoras	892	268
Químicas	92	43
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	555	625
Eletricidade, água e gás		6
Construção	1.216	3.713
Comércio a retalho	360	577
Comércio por grosso	3.032	2.709
Restaurantes e hotéis	25	447
Transportes e comunicações	165	494
Serviços	8.108	1.290
Crédito ao consumo	2.893	16.585
Crédito hipotecário	2	
Outras atividades nacionais	28	61
Outras atividades internacionais	10	9
	21.289	30.555

A análise da recuperação de créditos e de juros, efetuada no decorrer de 2011 e 2010, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Crédito com garantias reais	157	850
Crédito com outras garantias	3.047	301
Crédito sem garantias	18.085	29.177
Capital em locação		227
	21.289	30.555

23. Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4.283.378	5.319.583
De outros emissores	1.034.084	1.105.750
	5.317.462	6.425.333
Títulos vencidos	4.927	4.925
Imparidade para títulos vencidos	(4.925)	(4.925)
	5.317.464	6.425.333
Ações e outros títulos de rendimento variável	282.318	207.656
	5.599.782	6.632.989
Derivados de negociação	1.319.662	1.076.374
	6.919.444	7.709.363

A rubrica Derivados de negociação inclui a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), no montante de Euros 118,601,000 (31 de dezembro de 2010: Euros 94,844,000).

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, líquida de imparidade, por tipo, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11			'10		
	Títulos		Total	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis para venda		Negociação	Disponíveis para venda	
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	77,476	939,681	1,017,157	909,880	22,431	932,311
Estrangeiros	104,568	549,376	653,944	262,977	893,063	1,156,040
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	37,865	347,215	385,080	118,340	106,590	224,930
Estrangeiros	76,164	577,767	653,931	149,808	735,937	885,745
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	499,738	2,112,539	2,612,277	2,567,070	664,162	3,231,232
	795.811	4.526.578	5.322.389	4.008.075	2.422.183	6.430.258
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas						
Nacionais	4,741	66,972	71,713	9,123	46,671	55,794
Estrangeiras	24,846	41,348	66,194	23,347	47,469	70,816
Unidades de participação	270	144,141	144,411	19,380	61,666	81,046
	29.857	252.461	282.318	51.850	155.806	207.656
Imparidade para títulos vencidos		(4,925)	(4,925)		(4,925)	(4,925)
	825.668	4.774.114	5.599.782	4.059.925	2.573.064	6.632.989
Derivados de negociação	1,319,662		1,319,662	1,076,374		1,076,374
	2.145.330	4.774.114	6.919.444	5.136.299	2.573.064	7.709.363
dos quais:						
Nível 1	816,799	3,161,630	3,978,429	4,020,832	1,229,848	5,250,680
Nível 2	1,327,645	1,536,114	2,863,759	1,114,004	1,253,896	2,367,900
Nível 3	598	34,290	34,888	1,044	45,333	46,377
Instrumentos financeiros ao custo	288	42,080	42,368	419	43,987	44,406

A carteira de negociação é registada ao justo valor; de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d).

Conforme disposto na IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou "providers".
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 43. A reserva de justo valor no montante negativo de Euros 471,254,000 (31 de dezembro de 2010: montante negativo de Euros 167,239,000) é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 62,272,000 (31 de dezembro de 2010: Euros 52,410,000). Conforme referido na nota 13, foram constituídas perdas por imparidade em unidades de participação detidas pelo Grupo no montante de Euros 13,621,000 (31 de dezembro de 2010: Euros 10,180,000).

No decurso do exercício de 2010, a Bitalpart BV, sociedade detida integralmente pelo BCP, alienou a participação minoritária correspondente a 2,7% do capital social da Eureko BV ao Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português. O valor da transmissão da participação foi determinado segundo a valorização da Eureko BV referente a 31 de dezembro de 2009, conforme avaliação realizada por instituição financeira internacional independente, deduzida do valor do dividendo antecipado recebido no corrente exercício.

Conforme referido, na nota 7, a operação originou uma mais-valia antes de impostos de Euros 65.200.000 e na nota 43 o valor já estava relevado na reserva de justo valor, tendo a mesma sido revertida por contrapartida de resultados nesta data.

O contrato de venda previa um ajustamento ao preço de venda, em função da atualização da avaliação, segundo a mesma metodologia, referente a 31 de dezembro de 2010, a qual foi efetuada durante o primeiro trimestre de 2011, tendo esta revalorização implicado, conforme o referido na nota 7, um ajustamento ao preço de venda das ações da Eureko, BV no montante de Euros 24.480.000.

Durante o primeiro semestre de 2010, o Grupo reclassificou ativos financeiros não derivados, da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda para a carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade, e da carteira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e para ativos financeiros detidos até à maturidade (ver nota 25).

Conforme descrito na política contabilística 1 f), estas reclassificações foram efetuadas à luz do disposto na IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reclassificação de Instrumentos Financeiros) revista em outubro de 2008, tendo em consideração os seguintes argumentos:

- Condições de mercado no primeiro semestre de 2010, para os emitentes soberanos e financeiros dos mercados periféricos da zona Euro, traduzidas no forte aumento de volatilidade, agravamento de spreads de crédito e dificuldade dos emitentes encontrarem abertura junto de investidores para uma normal colocação dos seus passivos financeiros no mercado;
- Valor intrínseco da carteira em causa (qualidade de emitentes expressa em notações de rating de investment grade) e capacidade do Grupo para integrar os ativos numa carteira estável, sem objetivo de promover um resultado de negociação no curto prazo, e com intenção e capacidade de os manter por um longo período.

A análise das reclassificações efetuadas até 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	À data da reclassificação		dezembro 2011		Diferença
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor	
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	196.800	196.800	6.545	6.545	
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.154.973	2.154.973	1.418.293	1.145.859	(272.404)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	2.713.524	2.713.524	259.680	232.942	(26.738)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	627.492	627.492	578.799	523.431	(55.368)
			2.263.317	1.908.807	(354.510)

Os montantes contabilizados em resultados e em reservas de justo valor, em dezembro de 2011, relativo aos ativos financeiros reclassificados, são os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Resultados do exercício			Variação	
	Juros	Imparidade	Total	Reservas justo valor	Capitais próprios
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	822		822		822
Ativos financeiros detidos até à maturidade	65.795	(361.574)	(295.779)		(295.779)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	8.750		8.750	247	8.997
Ativos financeiros detidos até à maturidade	18.707		18.707	(360)	18.347
	94.074	(361.574)	(267.500)	(113)	(267.613)

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em capitais próprios no exercício de 2011 seriam os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Resultados do exercício			Resultados transitados	Reservas justo valor	Capitais próprios
	Juros	Variação justo valor	Total			
Efeitos em capitais próprios sem as reclassificações efetuadas:						
Até 31 de dezembro de 2010						
Ativos financeiros detidos para negociação para:						
Ativos financeiros disponíveis para venda		(6.932)	(6.932)		6.932	
Ativos financeiros detidos até à maturidade		1.784	1.784	(274.188)		(272.404)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:						
Crédito titulado a clientes	247		247	518	(27.503)	(26.738)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(360)		(360)		(55.008)	(55.368)
	(113)	(5.148)	(5.261)	(273.670)	(75.579)	(354.510)

A análise destas reclassificações à data de 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	À data da reclassificação		dezembro 2010		Diferença
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor	
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	225.482	225.482	43.882	43.882	
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.154.973	2.154.973	1.880.177	1.605.989	(274.188)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	271.3524	271.3524	287.884	257.246	(30.636)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	627.492	627.492	610.085	533.996	(76.089)
			2.822.028	2.441.115	(380.913)

Os montantes contabilizados em resultados e em reservas de justo valor, em dezembro de 2010, relativo aos ativos financeiros reclassificados, são os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Resultados do exercício			Variação	
	Juros	Variação justo valor	Total	Reservas justo valor	Capitais próprios
Antes da reclassificação					
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	170	(3.048)	(2.878)		(2.878)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.955	5.175	8.130		8.130
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Ativos financeiros detidos até à maturidade	5.476		5.476	(9.510)	(4.034)
	8.601	2.127	10.728	(9.510)	1.218
Depois da reclassificação					
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.786		1.786		1.786
Ativos financeiros detidos até à maturidade	57.273		57.273		57.273
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	6.528		6.528	245	6.773
Ativos financeiros detidos até à maturidade	5.148		5.148	(1.68)	4.980
	70.735	-	70.735	77	70.812

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em capitais próprios em 2010 seriam os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Resultados do exercício			Resultados transitados	Reservas justo valor	Capitais próprios
	Juros	Variação justo valor	Total			
Efeitos em capitais próprios sem as reclassificações efetuadas:						
Até 31 de dezembro de 2009						
Ativos financeiros detidos para negociação para:						
Ativos financeiros disponíveis para venda				391	(391)	
Ativos financeiros detidos até à maturidade		(196.317)	(196.317)	(22.117)		(218.434)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:						
Crédito titulado a clientes	245		245	273	(31.154)	(30.636)
	245	(196.317)	(196.072)	(21.453)	(31.545)	(249.070)
Após 1 de janeiro de 2010						
Ativos financeiros detidos para negociação para:						
Ativos financeiros disponíveis para venda		(25.495)	(25.495)		25.495	
Ativos financeiros detidos até à maturidade		(55.754)	(55.754)			(55.754)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:						
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(168)		(168)		(75.921)	(76.089)
	(168)	(81.249)	(81.417)	-	(50.426)	(131.843)
	77	(277.566)	(277.489)	(21.453)	(81.971)	(380.913)

Os movimentos da imparidade da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	52.410	56.785
Transferências	(3.615)	5.992
Dotação por resultados	17.320	10.180
Dotação por reserva de justo valor	3.383	2.228
Reversão por resultados	(135)	
Reversão por reserva de justo valor	(5.216)	(7.389)
Utilização de imparidade	(1.420)	(15.386)
Diferenças cambiais	(455)	
Saldo em 31 de dezembro	62.272	52.410

O Grupo reconhece imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta avaliação implica julgamento no qual o Grupo tem em consideração, entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes fatores:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais		221.863	795.294		1.017.157
Estrangeiros	14.848	271.362	367.734		653.944
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	47.498	86	332.571	4.925	385.080
Estrangeiros	20	348.594	305.315	2	653.931
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	2.039.889	529.434	42.954		2.612.277
	2.102.255	1.371.339	1.843.868	4.927	5.322.389
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais				71.713	71.713
Estrangeiras				66.194	66.194
Unidades de participação				144.411	144.411
				282.318	282.318
Imparidade para títulos vencidos				(4.925)	(4.925)
	2.102.255	1.371.339	1.843.868	282.320	5.599.782

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais		94.164	838.147		932.311
Estrangeiros	190	348.633	807.217		1.156.040
Obrigações de outros emissores					
Nacionais		49.262	170.743	4.925	224.930
Estrangeiros	104	545.537	340.104		885.745
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	1.616.320	1.586.739	28.173		3.231.232
	1.616.614	2.624.335	2.184.384	4.925	6.430.258
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais				55.794	55.794
Estrangeiras				70.816	70.816
Unidades de participação				81.046	81.046
				207.656	207.656
Imparidade para títulos vencidos				(4.925)	(4.925)
	1.616.614	2.624.335	2.184.384	207.656	6.632.989

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Obrigações	Ações	Outros ativos financeiros	Títulos vencidos	Total bruto
Alimentação, bebidas e tabaco		3		2	5
Têxteis		1			1
Madeira e cortiça		501		361	862
Papel, artes gráficas e editoras	86	15.281		998	16.365
Químicas		7.625			7.625
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base		185			185
Eletricidade, água e gás	154.713	1.118			155.831
Construção	9.472	1.960		2.560	13.992
Comércio a retalho		437			437
Comércio por grosso		1.205		475	1.680
Restaurantes e hotéis		51			51
Transportes e comunicações	23.350	774		529	24.653
Serviços	821.002	108.710	144.411	2	1.074.125
Outras atividades internacionais	25.461	56			25.517
	1.034.084	137.907	144.411	4.927	1.321.329
Títulos Públicos	1.671.101		2.612.277		4.283.378
Imparidade para títulos vencidos				(4.925)	(4.925)
	2.705.185	137.907	2.756.688	2	5.599.782

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Obrigações	Ações	Outros ativos financeiros	Títulos vencidos	Total bruto
Indústrias extrativas		205			205
Alimentação, bebidas e tabaco		2			2
Têxteis		1.387			1.387
Madeira e cortiça		3.674		361	4.035
Papel, artes gráficas e editoras	90	19.488		998	20.576
Químicas		17.171			17.171
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base		5.278			5.278
Eletricidade, água e gás		2.028			2.028
Construção	11.177	3.615		2.560	17.352
Comércio a retalho		179			179
Comércio por grosso		3.371		475	3.846
Restaurantes e hotéis		51			51
Transportes e comunicações	14.740	2.064		529	17.333
Serviços	1.079.743	67.854	81.046	2	1.228.645
Outras atividades internacionais		243			243
	1.105.750	126.610	81.046	4.925	1.318.331
Títulos Públicos	2.088.351		3.231.232		5.319.583
Imparidade para títulos vencidos				(4.925)	(4.925)
	3.194.101	126.610	3.312.278	-	6.632.989

Conforme detalhado na nota 54 o Grupo, no âmbito da gestão do risco de liquidez, possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo.

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	11			Justo valor	
	Nacionais (prazo remanescente)			Ativo	Passivo
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano		
Derivados de taxa de juro:					
Mercado de balcão:					
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	359.705	159.421		195	27
Swaps de taxa de juro	6.150.804	4.041.766	27.537.196	908.922	910.224
Opções de taxa de juro (compra)	1.202	336.972	798.641	14.053	
Opções de taxa de juro (venda)	1.202	336.972	423.187		14.430
Outros contratos de taxa de juro	23.800	506.956	531.962	29.979	30.098
	6.536.713	5.382.087	29.290.986	953.149	954.779
Transacionados em Bolsa:					
Futuros de taxa de juro	5.002	-	-	-	-
Derivados de moeda:					
Mercado de balcão:					
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	379.275	57.549	7.107	12.856	13.250
Swaps de moeda	4.627.861	82.634		45.125	58.009
Opções cambiais (compra)	25.992	2.454		577	
Opções cambiais (venda)	11.394	2.454			2.678
	5.044.522	145.091	7.107	58.558	73.937
Derivados de ações/instrumentos de dívida:					
Mercado de balcão:					
Swaps de ações/índices	154.133	55.703	88.862	5.131	4.731
Opções ações/índices (compra)	136.583	147.635	129.340	16.559	
Opções ações/índices (venda)	83.309	8.936	12.468		12.631
Forwards sobre instrumentos de dívida			30.000		2.601
Futuros de ações/índices	15.835				
	389.860	212.274	260.670	21.690	19.963
Transacionados em Bolsa:					
Futuros sobre ações	67.243	-	-	-	-
Derivados de commodities:					
Transacionados em Bolsa:					
Futuros de commodities	31.703	-	-	-	-
Derivados de crédito:					
Mercado de balcão:					
Credit Default Swaps (CDS)	3.864		3.678.466	167.664	295.349
Outros derivados de crédito (venda)			35.931		
	3.864	-	3.714.397	167.664	295.349
Total de instrumentos financeiros transacionados em:					
Mercado de balcão	11.974.959	5.739.452	33.273.160	1.201.061	1.344.028
Bolsa	103.948				
Derivados embutidos:				118.601	11.351
	12.078.907	5.739.452	33.273.160	1.319.662	1.355.379

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	2010				Justo valor	
	Nacionais (prazo remanescente)			Total	Ativo	Passivo
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano			
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	1.145.454	1.838.878	3.200	2.987.532	368	415
Swaps de taxa de juro	8.317.622	7.655.609	30.115.688	46.088.919	840.120	728.092
Opções de taxa de juro (compra)	30.436	149.723	830.190	1.010.349	21.293	-
Opções de taxa de juro (venda)	30.436	149.351	776.909	956.696	-	20.272
Outros contratos de taxa de juro	27.475	220.905	1.058.988	1.307.368	36.168	36.705
	9.551.423	10.014.466	32.784.975	52.350.864	897.949	785.484
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	40.455	-	-	40.455	67	66
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	1.198.047	113.459	4.442	1.315.948	23.067	46.603
Swaps de moeda	3.338.949	116.478	10.288	3.465.715	23.580	108.550
Opções cambiais (compra)	41.723	29.472	-	71.195	3.910	-
Opções cambiais (venda)	1.896	21.896	-	23.792	-	23.727
	4.580.615	281.305	14.730	4.876.650	50.557	178.880
Derivados de ações:						
Mercado de balcão:						
Swaps de ações/índice	75.741	92.264	137.738	305.743	4.733	13.892
Opções ações/índices (compra)	108.655	189.197	55.221	353.073	18.595	-
Opções ações/índices (venda)	63.022	817	9.474	73.313	-	17.816
Forwards sobre ações preferenciais	-	-	50.000	50.000	-	-
Futuros de ações/índices	686	-	-	686	-	-
	248.104	282.278	252.433	782.815	23.328	31.708
Transacionados em Bolsa:						
Futuros sobre ações	57.073	-	-	57.073	-	-
Derivados de commodities:						
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de commodities	70.714	4	-	70.718	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
Credit Default Swaps (CDS)	-	82.474	2.134.902	2.217.376	9.629	177.482
Outros derivados de crédito (venda)	-	-	79.608	79.608	-	-
	-	82.474	2.214.510	2.296.984	9.629	177.482
Total de instrumentos financeiros transacionados em:						
Mercado de balcão	14.380.142	10.660.523	35.266.648	60.307.313	981.463	1.173.554
Bolsa	168.242	4	-	168.246	67	66
Derivados embutidos	-	-	-	-	94.844	2.831
	14.548.384	10.660.527	35.266.648	60.475.559	1.076.374	1.176.451

24. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	11	10
Instrumentos de cobertura		
Ativo:		
Swaps	495.879	476.674
Passivo:		
Swaps	508.032	346.473

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estão categorizados no Nível 2.

O Grupo contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição aos riscos de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor ou a variações de fluxos de caixa, ou se se encontra perante coberturas de transações futuras.

O Grupo adota, para as relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, contabilidade de cobertura utilizando essencialmente derivados de taxa de juro e taxa de câmbio. O modelo de cobertura de justo valor é adotado para títulos de dívida emitidos, créditos concedidos a taxa fixa e depósitos e empréstimos do mercado monetário. O modelo de cobertura de fluxos de caixa é adotado para transações futuras em moeda estrangeira, para cobertura dinâmica de variações de fluxos de caixa de crédito concedido e de depósitos a taxa variável em moeda estrangeira e para crédito hipotecário em moeda estrangeira.

As relações que seguem o modelo de cobertura de justo valor registaram inefetividade no período em análise de Euros 22.891.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 9.077.000) e as relações de cobertura que seguem o modelo de fluxos de caixa registaram inefetividade no período em análise no montante negativo de Euros 1.118.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 5.711.000).

Conforme referido na nota 6, verificou-se em 2010 a revogação de uma operação de cobertura de taxa de juro associada a uma emissão de obrigações hipotecárias de Euros 1.500.000.000 de acordo com o disposto no parágrafo 91, alínea c) da IAS 39 em resultado da quebra de efetividade. De acordo com a deliberação do Conselho de Administração Executivo, e em conformidade com as referidas Normas, em 1 de abril de 2009 e 1 de abril de 2010, respetivamente, foi retomada a relação de cobertura.

O ajustamento acumulado sobre os ativos e passivos financeiros cobertos efetuado às rubricas do ativo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

	11	10
Itens cobertos		
Crédito	7.024	22.155
Depósitos/Empréstimos	(12.230)	303
Títulos emitidos	(263.923)	(182.256)
	(269.129)	(159.798)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11			Justo valor	
	Nacionais (prazo remanescente)			Ativo	Passivo
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano		
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:					
Mercado de balcão:					
Swaps de taxa de juro	179.735	372.447	5.986.265	6.538.447	467.322
Derivados de cobertura de variabilidade dos fluxos de caixa com risco de taxa de juro:					
Mercado de balcão:					
Swaps de taxa de juro	1.393.153	1.193.754		2.586.907	28.557
Derivados de cobertura de justo valor com risco cambial:					
Mercado de balcão:					
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	14.628	44.013	140.279	198.920	16.215
Total de instrumentos financeiros transacionados em:					
Mercado de balcão	1.587.516	1.610.214	6.126.544	9.324.274	495.879
	1.587.516	1.610.214	6.126.544	9.324.274	508.032

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'10			Justo valor	
	Nacionais (prazo remanescente)			Ativo	Passivo
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano		
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:					
Mercado de balcão:					
Swaps de taxa de juro	708.000	707.711	7.518.586	8.934.297	474.556
Derivados de cobertura de variabilidade dos fluxos de caixa com risco de taxa de juro:					
Mercado de balcão:					
Swaps de taxa de juro	932.806	90.615		1.023.421	2.118
Derivados de cobertura de justo valor com risco cambial:					
Mercado de balcão:					
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	11.846	35.679	163.420	210.945	25.034
Total de instrumentos financeiros transacionados em:					
Mercado de balcão	1.652.652	834.005	7.682.006	10.168.663	476.674
	1.652.652	834.005	7.682.006	10.168.663	346.473

25. Ativos financeiros detidos até à maturidade

A rubrica de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3.011.692	3.284.953
De outros emissores	2.681.153	3.459.720
	5.692.845	6.744.673
Imparidade para títulos	(532.665)	
	5.160.180	6.744.673

A rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De emissores públicos inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 2.419.426.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 3.209.472.000) relativos a países da União Europeia, em situação de *bailout* e cujo detalhe é apresentado na nota 59.

A rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 1.421.590.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 1.880.177.000), relativo a ativos financeiros não derivados (Obrigações) reclassificados da rubrica Ativos financeiros detidos para negociação para a rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, dos quais Euros 557.876.000 dizem respeito a reclassificações ocorridas em 2010, conforme referido na política contabilística nota 1 f) e na nota 23.

A rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 578.799.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 610.085.000), relativo a ativos financeiros não derivados (Obrigações) reclassificados, em 2010, da rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda para a rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, conforme referido na política contabilística nota 1 f) e na nota 23.

Os movimentos da imparidade da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)
	'11
Saldo em 1 de janeiro	-
Dotação do exercício	532.665
Saldo em 31 de dezembro	532.665

A evolução da crise da dívida soberana na União Europeia e especificamente a evolução do contexto político e económico na Grécia, que tem contribuído para uma contínua deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamento nos mercados financeiros, implicam que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Tendo em consideração esta conjuntura, a rubrica Imparidade para títulos corresponde à imparidade reconhecida na dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2011, conforme referido na nota 13. A determinação do valor de imparidade teve em consideração os termos do acordo estabelecido entre o Estado Grego e o setor privado relacionados com a reestruturação da dívida soberana da Grécia (GGBs). Os aspetos-chave do envolvimento do setor privado (PSI) na referida reestruturação, anunciados em 21 de fevereiro de 2012 pelo Ministro das Finanças da Grécia, nos termos do PSI são analisados como segue:

a) Os detentores dos GGBs devem trocar os títulos atuais por:

- Novos GGBs com valor facial igual a 31,5% do valor facial dos antigos GGBs;
- Notes emitidas pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF), com valor facial igual a 15% dos antigos GGBs. As notes terão uma taxa de juro de mercado e uma maturidade de 24 meses;

b) Os novos GGBs terão os seguintes termos:

- Cupão inicial de 2% com aumento para 3% e depois 4,3%;
- Pagamento de capital em 20 prestações anuais com início no 11.º aniversário da data de emissão e maturidade em 2042;
- Cláusulas de *Aggregated collective action*;
- Admissão à cotação na Bolsa de Atenas;
- Emissões reguladas pela Lei Inglesa;
- Inclusão de títulos indexados ao PIB destacáveis, que darão direito ao detentor a um cupão adicional de 1% caso sejam atingidos determinados objectivos em termos de PIB.

O PSI é parte do pacote de *bailout* no montante de Euros 130.000 milhões da União Europeia para a Grécia e está sujeito a aprovação dos parlamentos dos países da Zona Euro.

O Grupo BCP decidiu aceitar a Oferta de Troca, tendo a transação ocorrido em 12 de março de 2012.

Para efeitos da determinação da referida imparidade foram considerados os termos e condições definidos no PSI e também considerado o disposto no parágrafo AG84 da IAS 39 que considera razoável que, para a carteira de títulos detidos até à maturidade quando, por questões práticas, existem incertezas relevantes quanto à estimativa de *cash-flows* futuros, a imparidade possa ser determinada com base nos preços observáveis de mercado.

Tendo em consideração a informação disponível sobre as características dos títulos, o justo valor dos novos títulos deverá corresponder a cerca de 23% do valor dos atuais títulos.

Face a esta estimativa, o Grupo reconheceu, no exercício de 2011, uma imparidade de Euros 532.665.000 que corresponde, em 31 de dezembro de 2011, a 77% do valor nominal da dívida.

A análise por maturidade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, líquido de imparidade, incluída na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Titulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais		103.508	1.922.759	2.026.267
Estrangeiros	40.929	17.639	394.192	452.760
Obrigações de outros emissores				
Nacionais		56.381	1.677.433	1.733.814
Estrangeiros	551.478	35.311	360.550	947.339
	592.407	212.839	4.354.934	5.160.180

A análise por maturidade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixos, líquido de imparidade, incluída na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Titulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais		233.654	2.049.994	2.283.648
Estrangeiros		21.715	979.590	1.001.305
Obrigações de outros emissores				
Nacionais		672.244	1.263.170	1.935.414
Estrangeiros	1.100.963		423.343	1.524.306
	1.100.963	927.613	4.716.097	6.744.673

A análise por setor de atividade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, líquido de imparidade, incluídos na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Transportes e comunicações	170.333	169.693
Serviços	2.510.819	3.290.027
	2.681.152	3.459.720
Títulos públicos	2.479.028	3.284.953
	5.160.180	6.744.673

Conforme detalhado na nota 54 no âmbito da gestão do risco de liquidez, o Grupo possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo incluídos nesta carteira.

26. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Instituições de crédito residentes	24.863	24.340
Instituições de crédito não residentes	24.104	21.880
Outras empresas residentes	247.053	341.689
Outras empresas não residentes	9.055	7.997
	305.075	395.906

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Banque BCP, S.A.S.	19.696	17.571
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	4.408	4.309
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	233.441	321.752
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	13.312	15.610
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	24.863	24.340
Outras	9.355	12.324
	305.075	395.906

Estes investimentos referem-se a entidades cujas ações não se encontram admitidas à negociação em Bolsa, sendo consolidados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador corresponde à participação de 49% no capital da Companhia. A relação das empresas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota 62.

Em dezembro de 2010, o Banco Comercial Português, S.A. conduziu o processo de alienação de 95% do capital social do Millennium Bank AS na Turquia (a partir de maio de 2011 passou a designar-se por Fibabanka, Anonim Sirketi (Turquia)), à instituição financeira Credit Europe Bank, N.V., entidade detida pelo grupo financeiro Fiba Holding, A.S., pelo preço global ajustado de 58,9 milhões euros.

Em resultado desta transação, o BCP manteve uma participação de 5% na sociedade, tendo estabelecido com o comprador um mecanismo de opções de compra e de venda e maturidade em 2015, prevendo a possibilidade de alienação do remanescente da sua participação por preço por ação não inferior ao agora recebido. Este investimento encontra-se reconhecido na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os principais indicadores das associadas são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)			
	Total Ativo	Total Passivo	Total Proveitos	Resultado do exercício
2011				
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	11.678.148	10.731.860	575.911	16.412
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (*)	123.463	55.173	154.098	4.669
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A. (*)	322.197	236.728	260.338	11.916
VSC – Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	75.883	92.678	33.922	(4.883)
2010				
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	13.223.280	12.078.196	1.368.605	114.097
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	127.451	63.960	143.849	4.669
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	310.155	237.052	255.567	11.270
VSC – Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	132.229	144.140	46.955	(12.159)

(*) Valores estimados.

O Grupo limita a exposição cambial dos investimentos efetuados nas subsidiárias no estrangeiro através do financiamento destes investimentos líquidos com operações de mercado monetário e depósitos de clientes nas mesmas moedas em que efetua os referidos investimentos. A informação dos investimentos líquidos, considerados pelo Grupo nas estratégias de cobertura em subsidiárias e dos instrumentos de cobertura utilizados, é apresentada como se segue:

Participada	Moeda	Moeda '000		Euros '000	
		Investimento líquido	Investimentos de cobertura	Investimento líquido	Investimentos de cobertura
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	CHF	114.450	114.450	94.151	94.151
BCP Bank & Trust Company Ltd.	USD	340.000	340.000	262.771	262.771
BCP Finance Bank Ltd.	USD	561.000	561.000	433.573	433.573
BCP Finance Company Ltd.	USD	1	1	1	1
BCP holdings (USA) Inc.	USD	64.445	64.445	49.807	49.807
BII Finance Company Limited	USD	25	25	19	19

A informação relativa aos ganhos e perdas em financiamentos utilizados para a cobertura dos investimentos líquidos em instituições estrangeiras, reconhecido em reservas cambiais, é apresentada no mapa de alterações nos capitais próprios.

Não foi registada qualquer inefetividade gerada por estas relações de cobertura, conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 e).

27. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo	48.884	37.459
Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	1.352.995	1.186.983
	1.401.879	1.224.442
Imparidade	(297.229)	(227.670)
	1.104.650	996.772

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 k).

A rubrica Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo corresponde a duas sociedades imobiliárias adquiridas pelo Grupo no âmbito de reestruturações de exposições creditícias e que o Grupo pretendia alienar no prazo de um ano. No entanto, face às atuais condições de mercado não foi possível concretizar essas alienações no prazo esperado. Até ao momento da venda, o Grupo continua a consolidar em reservas e resultados as variações ocorridas na situação patrimonial das subsidiárias.

A rubrica Imóveis e outros ativos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes e inclui operações resultantes da (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo Cliente em nome do Banco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

Os referidos ativos estão disponíveis para venda num prazo inferior a um ano, tendo o Grupo uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às atuais condições de mercado, não é possível em algumas situações, concretizar essas alienações no prazo esperado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos-promessa de compra e venda no montante de Euros 108.871.000 (31 de dezembro 2010: Euros 138.775.000).

Os movimentos da imparidade para ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	227.670	185.817
Transferências	1.083	7.200
Dotação do exercício	119.672	73.836
Reversão do exercício	(113)	
Utilização de imparidade	(51.083)	(39.183)
Saldo em 31 de dezembro	297.229	227.670

28. Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento inclui o montante de Euros 550.237.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 396.957.000) relativos a imóveis detidos pelo Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Oceânico II, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Stone Capital, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Sand Capital e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gestimo que são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r).

29. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Imóveis	960.072	955.574
Equipamento		
Imobiliário	98.511	96.742
Máquinas	53.291	56.905
Equipamento informático	311.571	317.413
Instalações interiores	146.022	141.238
Viaturas	20.749	20.392
Equipamento de segurança	84.140	80.437
Obras em curso	96.710	68.516
Outros ativos tangíveis	48.073	52.222
	1.819.139	1.789.439
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(80.482)	(92.505)
Relativas a exercícios anteriores	(1.114.058)	(1.075.495)
	(1.194.540)	(1.168.000)
Imparidade		(4.199)
	624.599	617.240

Os movimentos da rubrica de outros ativos tangíveis durante o ano de 2011 são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Saldo em 1 janeiro	Aquisições /Dotações	Alienações /Abates	Transferências e alteração de perímetro	Diferenças cambiais	Saldo em 31 dezembro
Custo:						
Imóveis	955.574	16.151	(24.231)	10.930	1.648	960.072
Equipamento						
Mobiliário	96.742	3.143	(2.710)	205	1.131	98.511
Máquinas	56.905	3.634	(5.535)	359	(2.072)	53.291
Equipamento informático	317.413	7.084	(16.293)	1.032	2.335	311.571
Instalações interiores	141.238	2.929	(1.057)	781	2.131	146.022
Viaturas	20.392	4.186	(4.459)	(36)	666	20.749
Equipamento de segurança	80.437	3.797	(1.240)	103	1.043	84.140
Obras em curso	68.516	45.326	(3.744)	(19.510)	6.122	96.710
Outros ativos tangíveis	52.222	701	(1.746)	353	(3.457)	48.073
	1.789.439	86.951	(61.015)	(5.783)	9.547	1.819.139
Amortizações acumuladas:						
Imóveis	510.607	43.487	(21.916)	(328)	(4.242)	527.608
Equipamento						
Mobiliário	85.872	4.397	(2.696)		619	88.192
Máquinas	45.146	2.723	(2.427)	966	(1.810)	44.598
Equipamento informático	287.164	16.535	(16.064)		1.324	288.959
Instalações interiores	126.591	3.968	(1.029)		1.119	130.649
Viaturas	12.031	3.015	(3.769)	(36)	751	11.992
Equipamento de segurança	66.535	2.539	(1.007)		547	68.614
Outros ativos tangíveis	34.054	3.818	(1.607)		(2.337)	33.928
	1.168.000	80.482	(50.515)	602	(4.029)	1.194.540

Os movimentos da imparidade para Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	4.199	4.199
Transferências	(4.199)	
Saldo em 31 de dezembro	-	4.199

30. "Goodwill" e ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Ativos intangíveis		
Software	142.871	134.377
Outros ativos intangíveis	53.741	60.578
	196.612	194.955
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(15.628)	(17.726)
Relativas a exercícios anteriores	(144.172)	(137.893)
	(159.800)	(155.619)
	36.812	39.336
Diferenças de consolidação e de reavaliação (Goodwill)		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	294.260	294.260
Bank Millennium, S.A. (Polónia)	164.040	164.040
Negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário	40.859	40.859
Unicre – Cartão de Crédito Internacional, S.A.	7.436	7.436
Outros	15.638	2.001
	522.233	508.596
Imparidade		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	(294.260)	(147.130)
Outros	(13.519)	-
	(307.779)	(147.130)
	214.454	361.466
	251.266	400.802

Os movimentos da imparidade do *goodwill* são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	147.130	-
Dotações do exercício		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	147.130	147.130
Outros	13.519	-
Saldo em 31 de dezembro	307.779	147.130

Os movimentos da rubrica de "Goodwill" e Ativos intangíveis durante o ano de 2011 são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Saldo em 1 janeiro	Aquisições /Dotações	Alienações /Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 dezembro
Ativos intangíveis:						
Custo:						
Software	134.377	14.956	(3.963)	833	(3.332)	142.871
Outros ativos intangíveis	60.578	1.265	(2.146)	(147)	(5.809)	53.741
	194.955	16.221	(6.109)	686	(9.141)	196.612
Amortizações acumuladas:						
Software	101.282	15.252	(3.224)	842	(2.870)	111.282
Outros ativos intangíveis	54.337	376	(396)	-	(5.799)	48.518
	155.619	15.628	(3.620)	842	(8.669)	159.800
Diferenças de consolidação e de reavaliação (Goodwill)	508.596	13.519	-	-	118	522.233
Imparidade	147.130	160.649	-	-	-	307.779

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o valor recuperável das diferenças de consolidação é avaliado anualmente no segundo semestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade ou, conforme disposto no parágrafo 9 da IAS 36, sempre que existam sinais de que o ativo em apreço está com imparidade.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do "goodwill" deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo efetuou avaliações em relação às participações financeiras para as quais existe "goodwill" registado no ativo tendo considerado entre outros, os seguintes fatores:

- (i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados por cada subsidiária;
- (ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;
- (iii) o valor temporal do dinheiro;
- (iv) um prémio de risco associado à incerteza pela detenção do ativo;
- (v) outros fatores associados à situação atual dos mercados financeiros.

As avaliações efetuadas tiveram por base pressupostos razoáveis devidamente suportados que representam a melhor estimativa do Conselho de Administração Executivo sobre as condições económicas que afetarão cada subsidiária, os orçamentos e as projeções mais recentes aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo para aquelas subsidiárias e a sua extrapolação para períodos futuros.

Os pressupostos assumidos para as referidas avaliações podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

Nesta base, e considerando a deterioração da situação económica na Grécia, e o seu efeito nas projeções para a operação do Grupo na Grécia, o Conselho de Administração Executivo concluiu pela necessidade de fazer refletir nas demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2011, uma imparidade adicional correspondente ao valor remanescente do "goodwill" associado à participação do Grupo no Millennium Bank (Grécia), no montante de Euros 147.130.000.

Para as restantes subsidiárias, o Grupo estima que não são expectáveis alterações significativas nestes pressupostos que levem a que o valor recuperável se reduza até um nível inferior ao valor contabilístico.

Bank Millennium, S.A. (Polónia)

Os fluxos de caixa estimados da atividade foram projetados com base nos resultados operacionais atuais e assumindo o plano de negócios e projeções aprovado pelo Conselho de Administração Executivo até 2015, após o que foi considerada uma perpetuidade tendo por base a taxa de retorno média esperada no longo prazo no mercado polaco para esta atividade a ser alcançada em 2017. Adicionalmente foi tida em consideração a *performance* do Banco e a percentagem de participação detida que lhe atribui um prémio de controlo face à cotação de mercado em 31 de dezembro de 2011.

Millennium Bank, S.A. (Grécia)

Os fluxos de caixa estimados da atividade foram projetados com base nos resultados operacionais atuais e assumindo o plano de negócios e projeções aprovado pelo Conselho de Administração Executivo até 2015, após o que foi considerada uma perpetuidade tendo por base a taxa de retorno média esperada no longo prazo no mercado grego para esta atividade a ser alcançada em 2018. Face à imparidade reconhecida, o valor da participação corresponde à percentagem da situação líquida apropriada pelo Grupo.

Negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário

A avaliação da existência de sinais de imparidade no Negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário teve em consideração as conclusões do estudo de reposicionamento estratégico, em fase de elaboração por parte de uma equipa multidisciplinar e consultores externos, bem como as comissões pagas por novos contratos angariados e o valor do negócio originado por agentes imobiliários.

Com base nesta análise e nas perspetivas de evolução futura, face aos planos de negócio em desenvolvimento, concluiu-se pela ausência de imparidade das diferenças de consolidação desta participação.

31. Ativos e Passivos por impostos diferidos

Ativos e passivos por impostos diferidos foram gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

(Milhares de Euros)

	'11		'10	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos intangíveis	59		374	
Outros ativos tangíveis	4.014	3.811	2.557	5.850
Perdas por imparidade	629.060	4.025	260.970	26.098
Benefícios a empregados	606.027		586.666	
Ativos financeiros disponíveis para venda (AFS)	143.663	73.486	77.822	57.519
Derivados		3.312		3.068
Imputação de lucros	78.760		45.521	
Prejuízos fiscais reportáveis	253.166		156.083	
Outros	39.134	104.709	55.276	117.058
	1.753.883	189.345	1.185.269	209.593
Ativos por impostos diferidos	1.564.538		975.676	
Perdas por imparidade		1.917		
Ativos financeiros disponíveis para venda (AFS)	405	1.479		
Outros	1.132	526		344
Passivos por impostos diferidos		2.385		344
Impostos diferidos líquidos	1.562.153		975.332	

A rubrica Ativos por impostos diferidos – Benefícios a empregados inclui em 31 de dezembro de 2011 o montante de Euros 293.059.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 287.046.000) relativo ao reconhecimento dos impostos diferidos associados aos desvios atuariais reconhecidos por contrapartida de reservas, em resultado da alteração da política contabilística, conforme referido nas notas 1, 51 e 60. A referida rubrica inclui igualmente o montante de Euros 47.794.000 relativo ao reconhecimento dos impostos diferidos associados ao custo da transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social reconhecido por contrapartida de resultados, conforme referido na nota 9.

No âmbito da transferência de responsabilidades para o Regime Geral da Segurança Social e da alteração da política contabilística, foi consagrado um regime especial autónomo de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes destas realidades, como segue:

- o impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012.
- o impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos reformados/pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (18 anos no caso do Grupo), a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012.

Desta forma, os impostos diferidos ativos resultantes da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios atuariais resultante da transferência das responsabilidades são recuperáveis nos prazos de 10 e 18 anos, respetivamente.

O montante de impostos diferidos reconhecidos em resultados é atribuível a diferenças temporárias resultantes das seguintes rubricas:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Ativos intangíveis	(1)	183
Outros ativos tangíveis	3.680	2.218
Perdas por imparidade	364.189	57.085
Benefícios a empregados	14.094	(14.155)
Derivados	(577)	1.056
Imputação de lucros	33.238	965
Prejuízos fiscais reportáveis	160.185	(66.851)
Outros	(49.094)	59.313
Impostos diferidos	525.714	39.814

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, o Banco possa compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Os movimentos da rubrica de impostos diferidos líquidos são apresentados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	975.332	790.498
Encargos do exercício	525.714	39.814
Movimentos em reservas e resultados transitados	65.604	141.141
Diferenças cambiais	(4.497)	3.879
Saldo em 31 de dezembro	1.562.153	975.332

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

Em 31 de dezembro de 2011 existiam diferenças temporárias não reconhecidas respeitantes, essencialmente, a perdas atuariais decorrentes da alteração da política contabilística, que se traduziriam num imposto diferido no ativo no montante de Euros 275.000.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 0), que não foi reconhecido e prejuízos fiscais reportáveis que resultariam num imposto diferido ativo no montante de Euros 12.583.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 0) que não foi reconhecido.

O imposto diferido ativo relativo a prejuízos fiscais reportáveis, por data de caducidade, é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
Ano de caducidade	'11	'10
2011		22.777
2013		62
2014	51.111	92.001
2015	169.990	41.243
2016	28.153	
2017 e seguintes	3.612	
	253.166	156.083

32. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Devedores	540.751	220.449
Valores a cobrar	20.413	34.440
Outros impostos a recuperar	110.816	87.785
Bonificações a receber	20.154	19.816
Associadas	1.943	1.190
Juros e outros proveitos a receber	34.030	37.392
Despesas antecipadas	29.006	28.184
Operações sobre títulos a receber	566.814	5.791
Valores a debitar a clientes	147.398	133.565
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.188	3.469
Contas diversas	398.724	246.119
	1.873.236	818.200
Imparidade para outros ativos	(82.586)	(33.754)
	1.790.650	784.446

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	33.754	26.710
Transferências	39.532	9.897
Dotação do exercício	9.970	5.797
Reversão do exercício	(964)	(8.518)
Utilização de imparidade	(623)	
Diferenças cambiais	917	(132)
Saldo em 31 de dezembro	82.586	33.754

33. Depósitos de instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)					
	'11			'10		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos e outros financiamentos de Bancos Centrais	2	13.670.432	13.670.434	217	16.278.910	16.279.127
Depósitos de outras instituições de crédito no país	154.889	932.422	1.087.311	59.633	568.081	627.714
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	55.048	2.910.626	2.965.674	125.039	3.044.676	3.169.715
	209.939	17.513.480	17.723.419	184.889	19.891.667	20.076.556

A rubrica Depósitos e outros financiamentos de Bancos Centrais inclui o montante de Euros 13.306.000.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 16.005.000.000) relativo a financiamentos obtidos junto do Banco Central Europeu.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Até 3 meses	10.961.386	18.300.398
3 meses até 6 meses	284.328	104.758
6 meses até 1 ano	326.086	245.621
1 ano até 5 anos	6.005.545	938.845
Mais de 5 anos	146.076	486.934
	17.723.419	20.076.556

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, de acordo com o definido nos contratos respetivos, o Grupo tem, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 369.535.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 414.125.000) de depósitos de outras instituições de crédito recebidos como colateral das referidas operações.

34. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11			'10		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos de clientes						
Depósitos à ordem	12.451.576	1.349.130	13.800.706	13.466.386	484.675	13.951.061
Depósitos a prazo		31.976.867	31.976.867		29.417.052	29.417.052
Depósitos de poupança		1.342.413	1.342.413		1.850.058	1.850.058
Bilhetes do Tesouro e outros ativos com acordo de recompra		113.847	113.847		94.527	94.527
Outros	190.194	92.083	282.277	204.068	92.349	296.417
	12.641.770	34.874.340	47.516.110	13.670.454	31.938.661	45.609.115

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 1/94.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Depósitos à ordem	13.800.706	13.951.061
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	19.003.418	16.691.435
3 meses até 6 meses	4.900.467	6.034.800
6 meses até 1 ano	5.602.098	3.120.054
1 ano até 5 anos	3.696.824	5.307.687
Mais de 5 anos	116.473	113.134
	33.319.280	31.267.110
Bilhetes do Tesouro e outros ativos com acordos de recompra:		
Até 3 meses	100.320	87.517
3 meses até 6 meses	7.741	2.572
6 meses até 1 ano	5.786	4.438
	113.847	94.527
Outros:		
Até 3 meses	168.118	176.546
Mais de 3 meses	114.159	119.871
	282.277	296.417
	47.516.110	45.609.115

35. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Empréstimos obrigacionistas	14.699.586	17.723.943
Papel comercial	1.439.407	321.955
Outros	97.209	91.492
	16.236.202	18.137.390

Em 31 de dezembro de 2011, os Empréstimos obrigacionistas e o Papel comercial emitidos pelo Grupo, são analisados como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Empréstimos obrigacionistas:					
Banco Comercial Português:					
BCP 5,34% março 02/mar-12	março, 2002	março, 2012	Taxa fixa de 5,340%	160.551	161.514
BCP Ob Cx E. Gr.S. dez 05/15	dezembro, 2005	dezembro, 2015	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	2.245	2.139
BCP Ob Cx E. I.S. mar 06/16	março, 2006	março, 2016	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	1.100	1.032
BCP FRN mai 07/14	maio, 2007	maio, 2014	Euribor 3M + 0,150%	1.059.535	1.059.053
BCP Cov Bonds jun 07/17	junho, 2007	junho, 2017	Taxa fixa de 4,750%	1.391.400	1.459.648
BCP FRN set 12	agosto, 2007	setembro, 2012	Euribor 3M + 0,100%	310.000	309.838
BCP Cov Bonds out 07/14	outubro, 2007	outubro, 2014	Taxa fixa de 4,750%	1.000.000	1.092.961
BCP FRN mar 17	dezembro, 2007	março, 2017	Euribor 3M + 0,180%	100.000	99.961
BCP Ob Cx S Af 1E mar 08/13	março, 2008	março, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	76.689	76.689
BCP Ob Cx S Af 2E mar 08/13	março, 2008	março, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	15.400	15.400
BCPsf Ob Cx S Af 1E mar 08/13	março, 2008	março, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	9.622	9.622
BCPsf Ob Cx S Af 1E mar 08/13	março, 2008	março, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	1.298	1.298
BCP Ob Cx S Af 3E mai 08/13	maio, 2008	maio, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	86.154	86.154
BCPsf Ob Cx S Af 3E mai 08/13	maio, 2008	maio, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	7.107	7.107
BCPsf Ob Cx S Af 3E mai 08/13	maio, 2008	maio, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	713	713
BCP Ob Cx S Af 4E jun 08/13	junho, 2008	junho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	69.975	69.975
BCPsf Ob Cx S Af 4E jun 08/13	junho, 2008	junho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	4.795	4.795
BCPsf Ob Cx S Af 4E jun 08/13	junho, 2008	junho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	559	559
BCP Ob Cx S Af 5E jul 08/13	julho, 2008	julho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	17.693	17.693
BCPsf Ob Cx S Af 5E jul 08/13	julho, 2008	julho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	2.894	2.894
BCPsf Ob Cx S Af 5E jul 08/13	julho, 2008	julho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	580	580
BCP O Cx S A M B 1E out 08/13	outubro, 2008	outubro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	67.852	67.852

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Sfi O Cx S A M B JE 08/13	outubro, 2008	outubro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	7.434	7.434
BCP Sfe O Cx S A M B JE out08/13	outubro, 2008	outubro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	1.027	1.027
BCP O Cx S A M B2E nov 08/13	novembro, 2008	novembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	42.293	42.293
BCP Sfi O Cx S A M B2E 08/13	novembro, 2008	novembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	3.457	3.457
BCP Sfe O Cx S A M B2E nov 08/13	novembro, 2008	novembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	276	276
BCP O Cx S A M B3E dez 08/13	dezembro, 2008	dezembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	54.174	54.174
BCP Sfi O Cx S A M B3E 08/13	dezembro, 2008	dezembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	3.690	3.690
BCP Sfe O Cx S A M B3E dez 08/13	dezembro, 2008	dezembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	590	590
BCP S Aforro Ser B fev 2009/14	fevereiro, 2009	fevereiro, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	53.194	53.194
BCP Super Aforro Ser B mar 2009/14	março, 2009	março, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	40.494	40.494
BCP 5,625 % Book Entry Note Synd	abril, 2009	abril, 2014	Taxa fixa de 5,625%	1.000.000	1.005.607
BCP S Aforro Ser C 09/280409	abril, 2009	abril, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	14.910	14.910
BCP Sup Afor Ser B 09/190514	maio, 2009	maio, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	2.420	2.420
BCP Rend mais 09/19.05.2012	maio, 2009	maio, 2012	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,000%;	13.283	13.361
BCP Super Aforro Serie C jun/2014	junho, 2009	junho, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	9.565	9.565
BCP Rend. mais jun/2012	junho, 2009	junho, 2012	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,000%;	59.913	60.304
BCP Frn Emtn 608	julho, 2009	julho, 2012	Euribor 6M + 1,750%	25.000	24.982
BCP Sup Aforro Ser C ago 2009/14	agosto, 2009	agosto, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	31.198	19.427
BCP Investimento Total nov 2012	agosto, 2009	novembro, 2012	Taxa fixa de 3,077%	50.591	50.757
BCP Frn Emtn 625	agosto, 2009	agosto, 2012	Euribor 3M + 1,210%	200.000	199.935
BCP Inv Total dez 2012 Emtn 609	setembro, 2009	dezembro, 2012	Taxa fixa de 3,077%	107.790	108.616

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Cov Bonds out 09/16	outubro, 2009	outubro, 2016	Taxa fixa de 3,750%	733.650	772.053
BCP Rend. Trim. nov 2009/14	novembro, 2009	novembro, 2014	1.º ano=2,500%; 2.º ano=2,750%; 3.º ano=3,000%; 4.º ano=3,500%; 5.º ano=4,500%	45.164	47.259
BCP Emissão Sindicada-Emitn 668	dezembro, 2009	fevereiro, 2013	Euribor 3M + 0,900%	483.998	483.366
BCP Rend. Trim. 09/22.1.2.2014	dezembro, 2009	dezembro, 2014	1.º ano=2,500%; 2.º ano=2,750%; 3.º ano=3,000%; 4.º ano=3,500%; 5.º ano=4,250%	58.611	61.214
BCP Fixed Rate Note Inv Top mais	janeiro, 2010	janeiro, 2015	1.º ano=2,500%; 2.º ano=2,750%; 3.º ano=3,250%; 4.º ano=4,125%; 5.º ano=5,000%	47.742	50.007
BCP Sup. R. mar. 2010 Fix. Rate Note	março, 2010	março, 2013	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,250%; 6.º semestre=4,500%	141.878	143.489
BCP Rend Sem. Fixe Rate Note	março, 2010	março, 2013	1.º semestre=1,50%; 2.º semestre=1,750%; 3.º semestre=2,000%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,500%; 6.º semestre=3,500%	129.673	131.135
BCP Fin mar 2013-Em Sind-Emitn 707	março, 2010	março, 2013	Euribor 3M + 1,300% por ano	299.950	299.527
BCP Fix. Rate Note Rd Ext-Emitn 685	abril, 2010	abril, 2015	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,500%; 6.º semestre=2,750%; 7.º semestre=2,875%; 8.º semestre=3,125%; 9.º semestre=3,500%; 10.º semestre=4,000%	106.733	110.931
BCP Fix. Rate Note R Top abril	abril, 2010	abril, 2015	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,600%; 4.º semestre=2,800%; 5.º semestre=3,000%; 6.º semestre=3,150%; 7.º semestre=3,200%; 8.º semestre=3,500%; 9.º semestre=3,800%; 10.º semestre=4,500%	137.148	142.406
BCP Rend Plus-Emitn 697	abril, 2010	abril, 2014	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,500%; 6.º semestre=2,625%; 7.º semestre=2,750%; 8.º semestre=3,250%	25.147	25.719
BCP Rend mais-Emitn 699	abril, 2010	abril, 2014	1.º semestre=1,750%; 2.º semestre=1,875%; 3.º semestre=2,000%; 4.º semestre=2,125%; 5.º semestre=2,250%; 6.º semestre=2,375%; 7.º semestre=2,500%; 8.º semestre=3,000%	15.119	15.465
BCP Fin mai 12-Emitn 717 Cred	maio, 2010	maio, 2012	Euribor 3M + 1,000%	100.000	99.981
BCP Cln Edp jun 2018-Emitn 725	junho, 2010	junho, 2018	Euribor 12M + 2,400%	20.000	19.778
BCP Fin R Plus jun 10/14-Emitn 718	junho, 2010	junho, 2014	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,625%; 8.º semestre=3,250%	16.594	16.874
BCP Fin R mais jun 14-Emitn 720	junho, 2010	junho, 2014	1.º semestre=1,625%; 2.º semestre=1,750%; 3.º semestre=1,875%; 4.º semestre=2,000%; 5.º semestre=2,125%; 6.º semestre=2,250%; 7.º semestre=2,375%; 8.º semestre=3,000%	12.226	12.433
BCP Rend Ext 1 Ser 2010-2015	agosto, 2010	agosto, 2015	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,750%; 8.º semestre=2,875%; 9.º semestre=3,000%; 10.º semestre=3,500%	41.829	42.963
BCP Rend Ext 2 Ser 2010-15	agosto, 2010	agosto, 2015	1.º semestre=2,125%; 2.º semestre=2,300%; 3.º semestre=2,425%; 4.º semestre=2,550%; 5.º semestre=2,800%; 6.º semestre=3,050%; 7.º semestre=3,300%; 8.º semestre=3,550%; 9.º semestre=3,800%; 10.º semestre=4,30%	75.847	77.891

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Rend Ext 1 - Ser Emtn 749	setembro, 2010	setembro, 2015	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,750%; 8.º semestre=2,875%; 9.º semestre=3,000%; 10.º semestre=3,500%	49,373	50,717
BCP Rend Ext 2 - Ser set 2010 2015	setembro, 2010	setembro, 2015	1.º semestre=2,175%; 2.º semestre=2,300%; 3.º semestre=2,425%; 4.º semestre=2,550%; 5.º semestre=2,800%; 6.º semestre=3,050%; 7.º semestre=3,300%; 8.º semestre=3,550%; 9.º semestre=3,800%; 10.º semestre=4,300%	87,328	89,722
BCP Rend Pr 1 - Ser abr 2013	outubro, 2010	abril, 2013	1.º semestre=1,850%; 2.º semestre=1,975%; 3.º semestre=2,225%; 4.º semestre=2,475%; 5.º semestre=2,725%	9,458	9,528
BCP Rend Pr 2 - Ser 26 abr 2013	outubro, 2010	abril, 2013	1.º semestre=2,300%; 2.º semestre=2,425%; 3.º semestre=2,675%; 4.º semestre=2,925%; 5.º semestre=3,425%	83,787	84,405
BCP Cln Edp nov 2010 Emtn 771	novembro, 2010	novembro, 2018	Euribor 3M + 3,135%	30,000	29,872
BCP Rend Pr 3 - Serie Emtn 767	novembro, 2010	maio, 2013	1.º semestre=1,850%; 2.º semestre=1,975%; 3.º semestre=2,225%; 4.º semestre=2,475%; 5.º semestre=2,725%	2,582	2,601
BCP Rend Pr 4 - Ser 2010 2013	novembro, 2010	maio, 2013	1.º semestre=2,300%; 2.º semestre=2,425%; 3.º semestre=2,675%; 4.º semestre=2,925%; 5.º semestre=3,425%	19,779	19,937
BCP Mil Rend Pr mais 1 - Serie	dezembro, 2010	junho, 2014	1.º semestre=1,750%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,500%; 5.º semestre=2,750%; 6.º semestre=3,000%; 7.º semestre=3,250%	1,069	1,094
BCP Rend Pr mais 2 - Serie	dezembro, 2010	junho, 2014	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,750%; 3.º semestre=3,000%; 4.º semestre=3,250%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,750%; 7.º semestre=4,000%	9,372	9,590
BCP Fm Rend Cres 1 - 1 - Eur-jan 2016	janeiro, 2011	janeiro, 2016	1.º semestre=1,750%; 2.º semestre=2,250%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,250%; 5.º semestre=3,750%; 6.º semestre=4,250%; 7.º semestre=4,750%; 8.º semestre=5,250%; 9.º semestre=5,750%; 10.º semestre=6,250%	2,500	2,648
BCP Rend Cres 2011 - 1 - Ser fev 2014	fevereiro, 2011	fevereiro, 2014	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,750%; 6.º semestre=3,500%	4,587	4,706
BCP Rend Cres 2 - Ser fev 2014	fevereiro, 2011	fevereiro, 2014	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,625%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,125%; 6.º semestre=4,000%	36,264	37,200
BCP Rend Cres 3 - Sr mar 2014	março, 2011	março, 2014	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,750%; 6.º semestre=3,500%	9,342	9,636
BCP Rend Cres 4 - Sr mar 2014	março, 2011	março, 2014	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,625%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,125%; 6.º semestre=4,000%	72,085	74,337
BCP Ob Mil Rend M - 1 - Ser-Val M Nr5	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=2,650%; 2.º semestre=2,750%; 3.º semestre=2,875%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,125%; 6.º semestre=3,250%; 7.º semestre=3,375%; 8.º semestre=3,500%; 9.º semestre=3,750%; 10.º semestre=4,250%	13,760	14,678

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Rend M 2 Ser-Val M Nr 6	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=3,000%; 2.º semestre=3,125%; 3.º semestre=3,250%; 4.º semestre=3,375%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,625%; 7.º semestre=3,750%; 8.º semestre=4,250%; 9.º semestre=4,500%; 10.º semestre=5,125%	74,146	79,110
BCP Rend M 3 Ser-Val M Nr 8	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=3,250%; 2.º semestre=3,375%; 3.º semestre=3,500%; 4.º semestre=3,625%; 5.º semestre=3,875%; 6.º semestre=4,125%; 7.º semestre=4,375%; 8.º semestre=4,625%; 9.º semestre=4,875%; 10.º semestre=5,625%	38,816	41,428
BCP Sfe Rend M Sr 2 Val Mob Nr 7	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=3,000%; 2.º semestre=3,125%; 3.º semestre=3,250%; 4.º semestre=3,375%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,625%; 7.º semestre=3,750%; 8.º semestre=4,250%; 9.º semestre=4,500%; 10.º semestre=5,125%	166	177
BCP Sfe Rend M Sr 9 Val Mob Nr 9	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=3,250%; 2.º semestre=3,375%; 3.º semestre=3,500%; 4.º semestre=3,625%; 5.º semestre=3,875%; 6.º semestre=4,125%; 7.º semestre=4,375%; 8.º semestre=4,625%; 9.º semestre=4,875%; 10.º semestre=5,625%	786	839
BCP Rend Sup M 2 S jun 2016 Val Mob Srl 3	junho, 2011	junho, 2016	1.º semestre=3,500%; 2.º semestre=3,625%; 3.º semestre=3,750%; 4.º semestre=3,875%; 5.º semestre=4,000%; 6.º semestre=4,125%; 7.º semestre=4,250%; 8.º semestre=4,375%; 9.º semestre=4,625%; 10.º semestre=5,125%	3,220	3,396
BCP Rend Sup M 3 Sr jun 2016 Val Mob Sr 14	junho, 2011	junho, 2016	1.º semestre=3,875%; 2.º semestre=4,000%; 3.º semestre=4,125%; 4.º semestre=4,250%; 5.º semestre=4,375%; 6.º semestre=4,500%; 7.º semestre=4,625%; 8.º semestre=4,750%; 9.º semestre=5,000%; 10.º semestre=5,500%	6,148	6,485
BCP Ob.Mill Rend Super M 15 07.06.2016-Vm Sr Nr 12	junho, 2011	junho, 2016	1.º semestre=3,000%; 2.º semestre=3,125%; 3.º semestre=3,250%; 4.º semestre=3,375%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,625%; 7.º semestre=3,750%; 8.º semestre=3,875%; 9.º semestre=4,125%; 10.º semestre=4,625%	828	874
BCP In Permal Macro Hold Class D	junho, 2011	junho, 2021	Indexada a Permal Macro Holding Lda	590	590
BCP Sfe Rendim Super M 3 Sr	junho, 2011	junho, 2016	1.º semestre=3,875%; 2.º semestre=4,000%; 3.º semestre=4,125%; 4.º semestre=4,250%; 5.º semestre=4,375%; 6.º semestre=4,500%; 7.º semestre=4,625%; 8.º semestre=4,750%; 9.º semestre=5,000%; 10.º semestre=5,500%	157	166
BCP Rend Super M 4 Ser-Vm Sr 21	julho, 2011	julho, 2016	1.º semestre=3,000%; 2.º semestre=3,125%; 3.º semestre=3,250%; 4.º semestre=3,375%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,625%; 7.º semestre=3,750%; 8.º semestre=3,875%; 9.º semestre=4,125%; 10.º semestre=4,625%	392	409
BCP Rend Super M 5 Ser-Vm Sr 22	julho, 2011	julho, 2016	1.º semestre=3,500%; 2.º semestre=3,625%; 3.º semestre=3,750%; 4.º semestre=3,875%; 5.º semestre=4,000%; 6.º semestre=4,125%; 7.º semestre=4,250%; 8.º semestre=4,375%; 9.º semestre=4,625%; 10.º semestre=5,125%	1,315	1,371

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Rend Super M 6 Ser Vm Sr 23	julho, 2011	julho, 2016	1.º semestre=3,875%; 2.º semestre=4,000%; 3.º semestre=4,125%; 4.º semestre=4,250%; 5.º semestre=4,375%; 6.º semestre=4,500%; 7.º semestre=4,625%; 8.º semestre=4,750%; 9.º semestre=5,000%; 10.º semestre=5,500%	3.292	3.560
BCP Float 11/17062013 Vm Sr Nr 34	julho, 2011	junho, 2013	Até 17 dez 2011: taxa fixa 2,198% ano; após 17 dez 2011: Euribor 6M + 0,450%	69.950	66.762
BCP Fix jul 2016-Val Mob Sr 38	agosto, 2011	julho, 2016	Taxa fixa de 6,180% por ano	1.750	1.750
BCP Float nov 2015 Val Mob Sr 36	agosto, 2011	novembro, 2015	Até 28 nov 2011: taxa fixa 2,587% ano; após 28 nov 2011: Euribor 6M + 0,875%	1.600	1.450
BCP Float jun 2016 Val Mob Sr 37	agosto, 2011	junho, 2016	Até 27 dez 2011: taxa fixa 2,646% ano; após 27 dez 2011: Euribor 6M + 0,875%	1.330	1.218
BCP Float fev 2015-Val Mob Sr 35	agosto, 2011	fevereiro, 2015	Euribor 6M + 0,875%	1.750	1.579
BCP Float mar 2018-Val Mob Sr 40	agosto, 2011	março, 2018	Até 03 set 2011: taxa fixa 2,332% ano; após 03 set 2011: Euribor 6M + 0,950%	2.850	2.267
BCP Float dez 2017-Val Mob Sr 41	agosto, 2011	dezembro, 2017	Até 20 dez 2011: taxa fixa 2,702% ano; após 20 dez 2011: Euribor 6M + 0,950%	2.450	2.219
BCP Float jun 2017-Val Mob Sr 39	agosto, 2011	junho, 2017	Até 27 dez 2011: taxa fixa 2,646% ano; após 27 dez 2011: Euribor 6M + 0,875%	900	826
BCP Float jan 2018-Val Mob Sr 42	agosto, 2011	janeiro, 2018	Até 28 jan 2012: taxa fixa 2,781% ano; após 28 jan 2012: Euribor 6M + 0,950%	2.800	2.253
BCP Rend Extra M 1 Ser Vm Sr 28	setembro, 2011	setembro, 2014	1.º semestre=3,250%; 2.º semestre=3,375%; 3.º semestre=3,500%; 4.º semestre=3,750%; 5.º semestre=4,125%; 6.º semestre=4,500%	1.652	1.661
BCP Rend Extra M 2 Ser Vm Sr 29	setembro, 2011	setembro, 2014	1.º semestre=3,500%; 2.º semestre=3,625%; 3.º semestre=3,750%; 4.º semestre=4,000%; 5.º semestre=4,375%; 6.º semestre=4,750%	5.713	5.745
BCP Rend Extra M 3 Ser Vm Sr 31	setembro, 2011	setembro, 2014	1.º semestre=3,750%; 2.º semestre=3,875%; 3.º semestre=4,000%; 4.º semestre=4,250%; 5.º semestre=4,625%; 6.º semestre=5,000%	11.533	11.596
BCP Fix Rate Notes 9.25 Pct -Emtn 827	outubro, 2011	outubro, 2014	Taxa fixa de 9,250%	553.766	441.916
BCP Zero Cp 11/13.10.2013 Emtn 829	outubro, 2011	outubro, 2013	Cupão Zero	18.680	13.912
BCP Float jun 2017-Vm Sr 47	novembro, 2011	junho, 2017	Taxa fixa de 1,771% (1.º juro) e Euribor 6 M (2.º e seguintes)	4.575	2.959
BCP Float jan 2018-Vm Sr 46	novembro, 2011	janeiro, 2018	Taxa fixa de 1,831% (1.º juro) e Euribor 6 M (2.º e seguintes)	8.750	5.457
BCP Float set 2015 Vm Sr 45	novembro, 2011	setembro, 2015	Taxa fixa de 1,732% (1.º juro) e Euribor 6 M (2.º e seguintes)	2.550	1.863
BCP Float nov 2015 Vm Sr 48	novembro, 2011	novembro, 2015	Taxa fixa de 1,712% (1.º juro) e Euribor 6 M (2.º e seguintes)	2.075	1.503
BCP Fix out 2019 Vm Sr 44	novembro, 2011	outubro, 2019	Taxa fixa de 6,875%	5.400	3.842
Estrut Taxa Step Up Xii 11 Vm Sr 56	dezembro, 2011	dezembro, 2014	1.º semestre=7,000%; 2.º semestre=7,000%; 3.º semestre=7,000%; 4.º semestre=7,000%; 5.º semestre=7,500%; 6.º semestre=7,500%; 7.º semestre=7,500%; 8.º semestre=7,500%; 9.º semestre=8,000%; 10.º semestre=8,000%; 11.º semestre=8,000%; 12.º semestre=8,000%	8.379	8.379
Bcp Rend Special One Sr 1 Vm Sr 50	dezembro, 2011	dezembro, 2015	1.º ano=3,500%; 2.º ano=4,750%; 3.º ano=6,000%; 4.º ano=6,750%	2.470	2.498
Bcp Rend Special One Sr 2 Vm Sr 51	dezembro, 2011	dezembro, 2015	1.º ano=3,750%; 2.º ano=5,000%; 3.º ano=6,250%; 4.º ano=7,000%	2.697	2.728
Bcp Rend Special One Sr 3 Vm Sr 52	dezembro, 2011	dezembro, 2015	1.º ano=4,000%; 2.º ano=5,250%; 3.º ano=6,500%; 4.º ano=7,250%	2.184	2.209

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Bcp Rend Ja fev 2013 Vm Sr:49	dezembro, 2011	fevereiro, 2013	Taxa fixa de 6,000%	98.820	85.889
Bcp Rend Tx Cres Xii 11 Eur Vm Sr:58	dezembro, 2011	dezembro, 2014	1.º semestre=7,000%; 2.º semestre=7,000%; 3.º semestre=7,000%; 4.º semestre=7,000%; 5.º semestre=7,500%; 6.º semestre=7,500%; 7.º semestre=7,500%; 8.º semestre=7,500%; 9.º semestre=8,000%; 10.º semestre=8,000%; 11.º semestre=8,000%; 12.º semestre=8,000%	3.608	3.612
Bcp Millen Rend Cres S1 Vm Sr:54	dezembro, 2011	janeiro, 2014	1.º semestre=4,000%; 2.º semestre=4,750%; 3.º semestre=5,750%; 4.º semestre=6,500%	2.087	2.090
Bcp Millen Rend Cres S2 Vm Sr:55	dezembro, 2011	janeiro, 2014	1.º semestre=4,250%; 2.º semestre=5,000%; 3.º semestre=6,000%; 4.º semestre=6,750%	6.554	6.562
Bcp Mill Rend Ja 2 Sr-fev 13 Vm Sr:53	dezembro, 2011	fevereiro, 2013	Taxa fixa de 6,000%	119.223	110.989
Bcp Mill Rend Imed fev 13 Vm Sr:57	dezembro, 2011	fevereiro, 2013	Taxa fixa de 5,250%	28.530	26.808
Bcp Mill Rend Ja 3 Sr-fev 14 Vm Sr:59	dezembro, 2011	fevereiro, 2014	Taxa fixa de 6,250%	10.826	9.366
Bcp Float Abr 2014 Vm Sr:76 Ref:9	dezembro, 2011	abril, 2014	Até 1 abr 2012: taxa fixa 2,000% ano; após 1 abr 2012: Euribor 3M + 0,450%	25.000	21.587
Bcp Float Apr 2017 Vm Sr:95 Ref:28	dezembro, 2011	abril, 2017	Até 1 abr 2012: taxa fixa 2,050% ano; após 1 abr 2012: Euribor 3M + 0,500%	90.000	62.654
Bcp Float Apr 2016 Vm Sr:82 Ref:15	dezembro, 2011	abril, 2016	Até 4 abr 2012: taxa fixa 2,054% ano; após 4 abr 2012: Euribor 3M + 0,500%	137.200	102.943
Bcp Float jan 2019 Vm 105 Ref:38	dezembro, 2011	janeiro, 2019	Até 5 abr 2012: taxa fixa 2,367% ano; após 5 abr 2012: Euribor 3M + 0,810%	50.000	35.120
Bcp Float jul 2016 Vm Sr:87 Ref:20	dezembro, 2011	julho, 2016	Até 8 abr 2012: taxa fixa 2,056% ano; após 8 abr 2012: Euribor 3M + 0,500%	40.000	29.340
Bcp Float jul 2013 Vm Sr:68 Ref:1	dezembro, 2011	julho, 2013	Até 16 abr 2012: taxa fixa 2,022% ano; após 16 abr 2012: Euribor 3M + 0,450%	37.500	33.928
Bcp Float out 2013 Vm Sr:71 Ref:4	dezembro, 2011	outubro, 2013	Até 15 abr 2012: taxa fixa 2,022% ano; após 15 abr 2012: Euribor 3M + 0,450%	18.000	16.013
Bcp Float abr 2016 Vm Sr:83 Ref:16	dezembro, 2011	abril, 2016	Até 14 abr 2012: taxa fixa 2,071% ano; após 14 abr 2012: Euribor 3M + 0,500%	35.000	26.171
Bcp Float out 2016 Vm 91 Ref:24	dezembro, 2011	outubro, 2016	Até 15 abr 2012: taxa fixa 2,072% ano; após 15 abr 2012: Euribor 3M + 0,500%	18.000	12.958
Bcp Float out 2014 Vm Sr:80 Ref:13	dezembro, 2011	outubro, 2014	Até 28 abr 2012: taxa fixa 2,038% ano; após 28 abr 2012: Euribor 3M + 0,450%	13.100	10.837
Bcp Float 2 jul 2016 Vm Sr:88 Ref:21	dezembro, 2011	julho, 2016	Até 30 abr 2012: taxa fixa 2,090% ano; após 30 abr 2012: Euribor 3M + 0,500%	45.700	33.373
Bcp Float jul 2017 Vm Sr:97 Ref:30	dezembro, 2011	julho, 2017	Até 28 abr 2012: taxa fixa 2,738% ano; após 28 abr 2012: Euribor 3M + 1,150%	28.750	19.538
Bcp Float out 2017 Vm Sr:100 Ref:33	dezembro, 2011	outubro, 2017	Até 28 abr 2012: taxa fixa 2,088% ano; após 28 abr 2012: Euribor 3M + 0,500%	49.250	32.515
Bcp Float ago 2017 Vm Sr:98 Ref:31	dezembro, 2011	agosto, 2017	Até 5 mai 2012: taxa fixa 2,080% ano; após 5 mai 2012: Euribor 3M + 0,500%	5.000	3.369
Bcp Float mai 2016 Vm Sr:84 Ref:17	dezembro, 2011	maio, 2016	Até 7 mai 2012: taxa fixa 2,080% ano; após 7 mai 2012: Euribor 3M + 0,500%	39.200	29.186
Bcp Float mai 2014 Vm Sr:77 Ref:10	dezembro, 2011	maio, 2014	Até 8 mai 2012: taxa fixa 2,988% ano; após 8 mai 2012: Euribor 3M + 1,500%	101.000	86.564
Bcp Float mai 2014 Vm Sr:78 Ref:11	dezembro, 2011	maio, 2014	Até 13 mai 2012: taxa fixa 1,914% ano; após 13 mai 2012: Euribor 3M + 0,450%	4.950	4.232
Bcp Float mai 2017 Vm Sr:96 Ref:29	dezembro, 2011	maio, 2017	Até 13 mai 2012: taxa fixa 1,964% ano; após 13 mai 2012: Euribor 3M + 0,500%	45.750	31.396
Bcp Float mai 2018 Vm 104 Ref:37	dezembro, 2011	maio, 2018	Até 12 mai 2012: taxa fixa 1,964% ano; após 12 mai 2012: Euribor 3M + 0,500%	38.900	24.749

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Bcp Float ago 2013-Vm Sr:69-Ref:2	dezembro, 2011	agosto, 2013	Até 14 mai 2012: taxa fixa 1,914% ano; após 14 mai 2012: Euribor 3M + 0,450%	31.000	27.904
Bcp Float fev 2019-Vm 106-Ref:39	dezembro, 2011	fevereiro, 2019	Até 16 mai 2012: taxa fixa 2,459% ano; após 16 mai 2012: Euribor 3M + 1,000%	10.850	7.580
Bcp Float fev 2018-Vm 102-Ref:35	dezembro, 2011	fevereiro, 2018	Até 17 mai 2012: taxa fixa 1,957% ano; após 17 mai 2012: Euribor 3M + 0,500%	57.350	37.333
Bcp Float fev 2014-Vm Sr:74-Ref:7	dezembro, 2011	fevereiro, 2014	Até 18 mai 2012: taxa fixa 1,908% ano; após 18 mai 2012: Euribor 3M + 0,450%	9.950	8.634
Bcp Float mai 2016-Vm 85-Ref:18	dezembro, 2011	maio, 2016	Até 20 mai 2012: taxa fixa 1,960% ano; após 20 mai 2012: Euribor 3M + 0,500%	21.000	15.549
Bcp Float fev 2017-Vm Sr:94-Ref:27	dezembro, 2011	fevereiro, 2017	Até 18 mai 2012: taxa fixa 1,958% ano; após 18 mai 2012: Euribor 3M + 0,500%	94.200	65.782
Bcp Float ago 2016-Avl Sr:89-Ref:22	dezembro, 2011	agosto, 2016	Até 22 mai 2012: taxa fixa 1,9650% ano; após 22 mai 2012: Euribor 3M + 0,500%	36.700	26.729
Bcp Float nov 2013-Vm Sr:72-Ref:5	dezembro, 2011	novembro, 2013	Até 26 mai 2012: taxa fixa 1,924% ano; após 26 mai 2012: Euribor 3M + 0,450%	7.000	6.174
Bcp Float fev 2014-2Em-Sr:75-Ref:8	dezembro, 2011	fevereiro, 2014	Até 27 mai 2012: taxa fixa 1,924% ano; após 27 mai 2012: Euribor 3M + 0,450%	1.000	866
Bcp Float nov 2016-Vm Sr:92-Ref:25	dezembro, 2011	novembro, 2016	Até 26 mai 2012: taxa fixa 1,974% ano; após 26 mai 2012: Euribor 3M + 0,500%	8.000	5.684
Bcp Float set 2013-Vm Sr:70-Ref:1	dezembro, 2011	setembro, 2013	Até 3 jun 2012: taxa fixa 1,919% ano; após 3 jun 2012: Euribor 3M + 0,450%	37.550	33.671
Bcp Float set2016-Ref:23Vm 90	dezembro, 2011	setembro, 2016	Até 3 jun 2012: taxa fixa 1,969% ano; após 3 jun 2012: Euribor 3M + 0,500%	13.600	9.867
Bcp Float jun 2016-Vm Sr:86-Ref:19	dezembro, 2011	junho, 2016	Até 20 jun 2012: taxa fixa 1,917% ano; após 20 jun 2012: Euribor 3M + 0,500%	47.000	34.640
Bcp Float set 2014-Vm Sr:79-Ref:12	dezembro, 2011	setembro, 2014	Até 21 jun 2012: taxa fixa 2,270% ano; após 21 jun 2012: Euribor 3M + 0,852%	94.000	79.251
Bcp Float set 2017-Vm Sr:99-Ref:32	dezembro, 2011	setembro, 2017	Até 23 jun 2012: taxa fixa 1,916% ano; após 23 jun 2012: Euribor 3M + 0,500%	14.500	9.827
Bcp Float mar 2016-Vm 81-Ref:14	dezembro, 2011	março, 2016	Até 25 jun 2012: taxa fixa 1,910% ano; após 25 jun 2012: Euribor 3M + 0,500%	122.500	92.006
Bcp Float set 2015-Vm Sr:62	dezembro, 2011	setembro, 2015	Até 28 set 2012: taxa fixa 2,6070% ano; após 28 set 2012: Euribor 6M + 0,875%	8.900	7.424
Bcp Float dez 2013-Vm Sr:73-Ref:6	dezembro, 2011	dezembro, 2013	Euribor 3M + 0,450%	6.600	5.786
Bcp Float dez 2016-Vm Sr:93-Ref:26	dezembro, 2011	dezembro, 2016	Euribor 3M + 0,500%	19.500	13.791
Bcp Float dez 2017-Vm Sr:101-Ref:34	dezembro, 2011	dezembro, 2017	Euribor 3M + 0,500%	65.900	43.014
Bcp Float mar 2018-Vm Sr:103-Ref:36	dezembro, 2011	março, 2018	Euribor 3M + 0,500%	49.300	31.696
Bcp Float nov 2015-Vm Sr:64	dezembro, 2011	novembro, 2015	Até 28 nov 2012: taxa fixa 2,577% ano; após 28 nov 2012: Euribor 6M + 0,875%	8.500	6.446
Bcp Float jun 2017-Vm Sr:63	dezembro, 2011	junho, 2017	Até 27 dez 2012: taxa fixa 2,537% ano; após 27 dez 2012: Euribor 6M + 0,875%	6.000	4.393
Bcp Fixa out 2019-Vm Sr:61	dezembro, 2011	outubro, 2019	Taxa fixa de 6,875%	9.500	6.652
Bank Millennium:					
Orchis Sp, z o.o. – G. S. Inv. Bond	dezembro, 2007	dezembro, 2016	Wibor 1M + 26,0 bp	33.101	33.101
Orchis Sp, z o.o. – EIB S. Inv. Bond	dezembro, 2007	dezembro, 2016	Wibor 1M + 26,0 bp	43.453	43.453
Orchis Sp, z o.o. – M. Inv. Bond	dezembro, 2007	dezembro, 2016	Wibor 1M + 215,0 bp	7.927	7.927
Bank Millennium – BM_2012/04	março, 2008	abril, 2012	Indexada a um cabaz de 3 índices	1.208	1.208
Bank Millennium – BM_2012/06	junho, 2008	junho, 2012	Indexada a um cabaz de 2 fundos	948	948
Bank Millennium – BM_2012/01	dezembro, 2008	janeiro, 2012	Indexada a um cabaz de 4 ações	324	324
Bank Millennium – BM_2012/01A	dezembro, 2008	janeiro, 2012	Indexada a um cabaz de 4 ações	495	495
Bank Millennium – BM_2012/05	abril, 2009	maio, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	78	78
Bank Millennium – BM_2012/07A	maio, 2009	julho, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	462	462

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Bank Millennium – BM_2012/07	junho, 2009	julho, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	913	913
Bank Millennium – BM_2012/08	julho, 2009	agosto, 2012	Indexada a um cabaz de 4 ações	789	789
Bank Millennium – BM_2012/08A	julho, 2009	agosto, 2012	Indexada a um cabaz de 4 ações	764	764
Bank Millennium – BM_2012/09E	agosto, 2009	setembro, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	146	146
Bank Millennium – BM_2012/09B	agosto, 2009	setembro, 2012	Indexada a um cabaz de 5 ações	529	529
Bank Millennium – BM_2012/09A	agosto, 2009	setembro, 2012	Indexada a um cabaz de 5 ações	800	800
Bank Millennium – BM_2012/09C	agosto, 2009	setembro, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	298	298
Bank Millennium – BM_2012/09D	agosto, 2009	setembro, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	132	132
Bank Millennium – BM_2012/09	agosto, 2009	setembro, 2012	Indexada a um cabaz de 5 ações	1.170	1.170
Bank Millennium – BM_2013/10	setembro, 2009	outubro, 2013	Indexada a um cabaz de 5 ações	315	315
Bank Millennium – BM_2013/10A	setembro, 2009	outubro, 2013	Indexada a um cabaz de 5 ações	156	156
Bank Millennium – BM_2012/11B	outubro, 2009	novembro, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	271	271
Bank Millennium – BM_2012/11C	outubro, 2009	novembro, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	108	108
Bank Millennium – BM_2012/11	outubro, 2009	novembro, 2012	Indexada a um cabaz de 4 ações	1.301	1.301
Bank Millennium – BM_2012/11A	outubro, 2009	novembro, 2012	Indexada a um cabaz de 4 ações	1.270	1.270
Bank Millennium – BM_2014/01	dezembro, 2009	janeiro, 2014	Indexada a um cabaz de 5 ações	579	579
Bank Millennium – BM_2014/01A	dezembro, 2009	janeiro, 2014	Indexada a um cabaz de 5 ações	811	811
Bank Millennium – BM_2012/01C	dezembro, 2009	janeiro, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	409	409
Bank Millennium – BM_2012/01B	dezembro, 2009	janeiro, 2012	Indexada a um cabaz de commodities	561	561
Bank Millennium – BM_2012/02A	janeiro, 2010	fevereiro, 2012	Indexada a um cabaz de 6 ações	936	936
Bank Millennium – BM_2012/02B	janeiro, 2010	fevereiro, 2012	Indexada a um cabaz de 6 ações	900	900
Bank Millennium – BM_2013/02	janeiro, 2010	fevereiro, 2013	Indexada a um cabaz de 6 ações	1.312	1.312
Bank Millennium – BM_2013/02A	janeiro, 2010	fevereiro, 2013	Indexada a um cabaz de 6 ações	1.620	1.620
Bank Millennium – BM_2013/03	fevereiro, 2010	fevereiro, 2012	Indexada ao S&P 500	211	211
Bank Millennium – BM_2013/03A	fevereiro, 2010	março, 2013	Indexada ao S&P 500	77	77
Bank Millennium – BM_2013/03B	fevereiro, 2010	março, 2013	Indexada a um cabaz de 6 ações	1.189	1.189
Bank Millennium – BM_2013/03C	fevereiro, 2010	março, 2013	Indexada a um cabaz de 6 ações	868	868
Bank Millennium – BM_2013/03D	fevereiro, 2010	março, 2013	Indexada a um cabaz de 6 ações	976	976
Bank Millennium – BM_2013/04	março, 2010	abril, 2013	Indexada a um cabaz de 6 ações	752	752
Bank Millennium – BM_2012/04A	março, 2010	abril, 2012	Indexada ao índice WIG20	344	344
Bank Millennium – BM_2012/04B	março, 2010	abril, 2012	Indexada ao índice WIG20	518	518
Bank Millennium – BM_2012/04C	março, 2010	abril, 2012	Indexada ao índice WIG20	657	657
Bank Millennium – BM_2013/04A	março, 2010	abril, 2013	Indexada a um cabaz de 5 ações	966	966
Bank Millennium – BM_2013/04B	março, 2010	abril, 2013	Indexada a um cabaz de 5 ações	347	347
Bank Millennium – BM_2013/05	abril, 2010	maio, 2013	Indexada a um cabaz de 5 ações	1.141	1.141
Bank Millennium – BM_2013/05A	abril, 2010	maio, 2013	Indexada a um cabaz de 5 ações	1.120	1.120
Bank Millennium – BM_2013/05B	abril, 2010	maio, 2013	Indexada a um cabaz de 4 índices	573	573
Bank Millennium – BM_2013/05C	abril, 2010	maio, 2013	Indexada a um cabaz de 4 índices	325	325
Bank Millennium – BM_2013/06	maio, 2010	junho, 2013	Indexada a um cabaz de fundos	1.602	1.602
Bank Millennium – BM_2013/06A	maio, 2010	junho, 2013	Indexada a WIG20 Trendvol Strategy	1.391	1.391
Bank Millennium – BM_2013/06B	maio, 2010	junho, 2013	Indexada a WIG20 Trendvol Strategy	481	481
Bank Millennium – BPW_2013/07	junho, 2010	julho, 2013	Indexada a Gold Trendvol Strategy	423	423
Bank Millennium – BPW_2013/07A	junho, 2010	julho, 2013	Indexada a um cabaz de commodities	672	672
Bank Millennium – BPW_2013/08	julho, 2010	agosto, 2013	Indexada a um cabaz de 4 índices	2.834	2.834
Bank Millennium – BPW_2013/09	agosto, 2010	setembro, 2013	Indexada a um cabaz de 4 índices	1.100	1.100
Bank Millennium – BPW_2013/10	setembro, 2010	outubro, 2013	Indexada ao índice WIG20	2.118	2.118
Bank Millennium – BPW_2013/11	outubro, 2010	novembro, 2013	Indexada a um cabaz de 5 ações	1.826	1.826
Bank Millennium – BPW_2013/12	novembro, 2010	dezembro, 2013	Indexada a um cabaz de commodities	3.383	3.383
Bank Millennium – BPW_2014/01	dezembro, 2010	janeiro, 2014	Indexada a um cabaz de 4 índices	2.034	2.034
Bank Millennium – BPW_2013/02	janeiro, 2011	fevereiro, 2013	Indexada ao índice WIG20	2.437	2.437
Bank Millennium – BPW_2013/03	fevereiro, 2011	março, 2013	Indexada ao índice Russian Depositary	2.919	2.919
Bank Millennium – BM_2014/04	março, 2011	abril, 2014	Indexada a um cabaz de 6 índices	1.373	1.373
Bank Millennium – BPW_2014/04	março, 2011	abril, 2014	Indexada a Lbma Pm Gold Fix Price	2.052	2.052

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Bank Millennium – BPW_2014/05	abril, 2011	maio, 2014	Indexada ao índice Nikke 225	1.710	1.710
Bank Millennium – BPW_2014/06	maio, 2011	junho, 2014	Indexada ao índice Euro Stoxx 50	2.958	2.958
Bank Millennium – BPW_2014/07	junho, 2011	julho, 2014	Indexada ao índice Dax	3.686	3.686
Bank Millennium – BPW_2013/07B	julho, 2011	julho, 2013	Indexada ao índice Wig20	2.883	2.883
Bank Millennium – BPW_2014/09	agosto, 2011	setembro, 2014	Indexada a um cabaz de 5 índices	3.554	3.554
Bank Millennium – BPW_2013/09A	setembro, 2011	setembro, 2013	Indexada ao índice Wig20	2.150	2.150
Bank Millennium – BPW_2013/10A	outubro, 2011	outubro, 2013	Indexada a um cabaz de commodities	4.230	4.230
Bank Millennium – BPW_2013/11A	novembro, 2011	novembro, 2013	Indexada a um cabaz de commodities	3.824	3.824
Bank Millennium – BPW_2013/11B	novembro, 2011	novembro, 2013	Indexada a um cabaz de commodities	3.417	3.417
Bank Millennium – BPW_2015/01	dezembro, 2011	janeiro, 2015	Indexada ao índice Euro Stoxx 50	931	931
Bank Millennium – BPW_2013/12A	dezembro, 2011	dezembro, 2013	Indexada a um cabaz de commodities	2.901	2.901
BCP Finance Bank:					
BCP Fin.Bank – Euros 90 m	junho, 2003	junho, 2013	Euribor 3M + 0,350%	90.000	89.990
BCP Fin.Bank – Euros 20 m	dezembro, 2003	dezembro, 2023	Taxa fixa de 5,310%	20.000	18.331
BCP Fin.Bank – EUR 10 m	março, 2004	março, 2024	Taxa fixa de 5,010%	10.000	9.791
BCP Fin.Bank – EUR 50 m	setembro, 2004	setembro, 2014	Euribor 3M + 0,200%	50.000	49.940
BCP Fin.Bank – EUR 20 m	dezembro, 2004	dezembro, 2014	Euribor 6M + 0,220%	20.000	19.991
BCP Fin.Bank – USD 2,9 m	fevereiro, 2005	fevereiro, 2015	1.º ano 9,700%; 2.º ano e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6M <= Barrier)	956	958
BCP Fin.Bank – EUR 20 m	abril, 2005	abril, 2015	Euribor 3M + 0,180%	20.000	19.990
BCP Fin.Bank – EUR 3,5 m	abril, 2005	abril, 2015	1.º ano 6,000% *n/N; 2.º ano e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias Euribor 3M <= Barrier)	2.276	2.041
BCP Fin.Bank – EUR 222 m	dezembro, 2005	dezembro, 2013	Euribor 3M + 50 bp	213.900	213.846
BCP Fin.Bank – EUR 13,45 m	maio, 2006	maio, 2014	Euribor 6M + 37 bp	12.700	12.692
BCP Fin.Bank – EUR 5,65 m	maio, 2006	maio, 2014	Euribor 6M + 32 bp	5.350	5.347
BCP Fin.Bank – EUR 11 m	junho, 2006	junho, 2014	Euribor 6M + 35 bp	11.000	10.999
BCP Fin.Bank – USD 3 m	julho, 2006	julho, 2016	USD Libor 6M + 0,750% *n/N; (n: nº de dias USD Libor 6M < Barrier)	1.086	851
BCP Fin.Bank – EUR 20 m	dezembro, 2006	junho, 2015	Indexado ao índice Nikkei 225	20.000	20.262
BCP Fin.Bank – EUR 100 m	janeiro, 2007	janeiro, 2017	Euribor 3M + 0,175%	100.000	99.948
BCP Fin.Bank – EUR 1.000 m	fevereiro, 2007	fevereiro, 2012	Euribor 3M + 0,125%	955.000	954.980
BCP Finance Bank – EUR 8,018 m	fevereiro, 2009	fevereiro, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	2.951	2.951
BCP Finance Bank – EUR 4,484 m	março, 2009	março, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	1.749	1.749
BCP Finance Bank – EUR 2,353 m	abril, 2009	abril, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	634	634
BCP Finance Bank – EUR 64 m	maio, 2009	maio, 2014	Euribor 3M + 3,014%	64.000	64.000
BCP Finance Bank – EUR 0,554 m	maio, 2009	maio, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	107	107
BCP Finance Bank – EUR 1.855 m	maio, 2009	maio, 2012	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,500%	1.689	1.699
BCP Finance Bank – EUR 0,758 m	junho, 2009	junho, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	240	240

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Finance Bank – EUR 5,857 m	junho, 2009	junho, 2012	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,000%	5,063	5,096
BCP Finance Bank – EUR 3,75 m	julho, 2009	julho, 2017	Euribor 3M + 1,910%	3,750	3,750
BCP Finance Bank – EUR 15 m	julho, 2009	julho, 2017	Euribor 3M + 2,500%	15,000	15,000
BCP Finance Bank – EUR 26,25 m	julho, 2009	julho, 2017	Euribor 3M + 2,430%	26,250	26,250
BCP Finance Bank – EUR 15 m	agosto, 2009	agosto, 2017	Euribor 3M + 1,720%	15,000	15,000
BCP Finance Bank – EUR 6,879 m	agosto, 2009	novembro, 2012	Taxa fixa de 3,077%	5,833	5,852
BCP Finance Bank – EUR 1,648 m	agosto, 2009	agosto, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	454	454
BCP Finance Bank – EUR 19,881 m	setembro, 2009	dezembro, 2012	Taxa fixa de 3,077%	16,736	16,865
BCP Finance Bank – EUR 15,492 m	novembro, 2009	novembro, 2014	1.º ano=2,500%; 2.º ano=2,750%; 3.º ano =3,000%; 4.º ano=3,500%; 5.º ano=4,500%	14,435	15,105
BCP Finance Bank – EUR 5 m	dezembro, 2009	março, 2015	Euribor 3M + 2,250%	5,000	5,000
BCP Finance Bank – EUR 12,951 m	dezembro, 2009	dezembro, 2014	1.º ano=2,500%; 2.º ano=2,750%; 3.º ano =3,000%; 4.º ano=3,500%; 5.º ano=4,250%	10,755	11,233
BCP Finance Bank – EUR 8,424 m	janeiro, 2010	janeiro, 2015	1.º ano=2,500%; 2.º ano=2,750%; 3.º ano =3,250%; 4.º ano=4,125%; 5.º ano=5,000%	7,055	7,390
BCP Finance Bank – EUR 23,861 m	março, 2010	março, 2013	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,250%; 6.º semestre=4,500%	20,148	20,377
BCP Finance Bank – EUR 8,283 m	março, 2010	março, 2013	1.º semestre=1,500%; 2.º semestre=1,750%; 3.º semestre=2,000%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,500%; 6.º semestre=3,500%	7,479	7,563
BCP Finance Bank – EUR 4,64 m	abril, 2010	abril, 2015	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,500%; 6.º semestre=2,750%; 7.º semestre=2,875%; 8.º semestre=3,125%; 9.º semestre=3,500%; 10.º semestre=4,000%	4,085	4,246
BCP Finance Bank – EUR 15,733 m	abril, 2010	abril, 2015	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,600%; 4.º semestre=2,800%; 5.º semestre=3,000%; 6.º semestre=3,150%; 7.º semestre=3,200%; 8.º semestre=3,500%; 9.º semestre=3,800%; 10.º semestre=4,500%	14,086	14,626
BCP Finance Bank – EUR 0,785 m	abril, 2010	abril, 2014	1.º semestre=1,750%; 2.º semestre=1,875%; 3.º semestre=2,000%; 4.º semestre=2,125%; 5.º semestre=2,250%; 6.º semestre=2,375%; 7.º semestre=2,500%; 8.º semestre=3,000%	688	704
BCP Finance Bank – EUR 3,857 m	abril, 2010	abril, 2014	Indexada a um cabaz de ações	3,706	3,790
BCP Finance Bank – USD 9,32 m	junho, 2010	junho, 2014	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,500%; 6.º semestre=2,750%; 7.º semestre=3,000%; 8.º semestre=3,500%	5,859	6,033
BCP Finance Bank – EUR 3,635 m	junho, 2010	junho, 2014	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,625%; 8.º semestre=3,250%	3,451	3,509
BCP Finance Bank – EUR 1,458 m	junho, 2010	junho, 2014	1.º semestre=1,625%; 2.º semestre=1,750%; 3.º semestre=1,875%; 4.º semestre=2,000%; 5.º semestre=2,125%; 6.º semestre=2,250%; 7.º semestre=2,375%; 8.º semestre=3,000%	1,393	1,417

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Finance Bank – EUR 1,756 m	agosto, 2010	agosto, 2015	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,750%; 8.º semestre=2,875%; 9.º semestre=3,000%; 10.º semestre=3,500%	1.692	1.738
BCP Finance Bank – EUR 11,537 m	agosto, 2010	agosto, 2015	1.º semestre=2,125%; 2.º semestre=2,300%; 3.º semestre=2,425%; 4.º semestre=2,550%; 5.º semestre=2,800%; 6.º semestre=3,050%; 7.º semestre=3,300%; 8.º semestre=3,550%; 9.º semestre=3,800%; 10.º semestre=4,300%	9.905	10.172
BCP Finance Bank – USD 3,069 m	agosto, 2010	agosto, 2015	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,625%; 8.º semestre=2,875%; 9.º semestre=3,250%; 10.º semestre=3,750%	2.275	2.356
BCP Finance Bank – EUR 3,547 m	setembro, 2010	setembro, 2015	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,750%; 8.º semestre=2,875%; 9.º semestre=3,000%; 10.º semestre=3,500%	3.387	3.479
BCP Finance Bank – EUR 19,203 m	setembro, 2010	setembro, 2015	1.º semestre=2,175%; 2.º semestre=2,300%; 3.º semestre=2,425%; 4.º semestre=2,550%; 5.º semestre=2,800%; 6.º semestre=3,050%; 7.º semestre=3,300%; 8.º semestre=3,550%; 9.º semestre=3,800%; 10.º semestre=4,300%	17.982	18.475
BCP Finance Bank – EUR 0,595 m	outubro, 2010	abril, 2013	1.º semestre=1,850%; 2.º semestre=1,975%; 3.º semestre=2,225%; 4.º semestre=2,475%; 5.º semestre=2,725%	546	550
BCP Finance Bank – EUR 8,722 m	outubro, 2010	abril, 2013	1.º semestre=2,300%; 2.º semestre=2,425%; 3.º semestre=2,675%; 4.º semestre=2,925%; 5.º semestre=3,425%	8.119	8.179
BCP Finance Bank – EUR 0,155 m	novembro, 2010	maio, 2013	1.º semestre=1,850%; 2.º semestre=1,975%; 3.º semestre=2,225%; 4.º semestre=2,475%; 5.º semestre=2,725%	97	98
BCP Finance Bank – EUR 2,617 m	novembro, 2010	maio, 2013	1.º semestre=2,300%; 2.º semestre=2,425%; 3.º semestre=2,675%; 4.º semestre=2,925%; 5.º semestre=3,425%	2.288	2.306
BCP Finance Bank – EUR 0,026 m	dezembro, 2010	junho, 2014	1.º semestre=1,750%; 2.º semestre=2,00%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,500%; 5.º semestre=2,750%; 6.º semestre=3,000%; 7.º semestre=3,250%	26	27
BCP Finance Bank – EUR 1,078 m	dezembro, 2010	junho, 2014	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,750%; 3.º semestre=3,000%; 4.º semestre=3,250%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,750%; 7.º semestre=4,000%	1.011	1.034
BCP Finance Bank – EUR 0,354 m	fevereiro, 2011	fevereiro, 2014	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,625%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,125%; 6.º semestre=4,000%	334	343
BCP Finance Bank – EUR 0,525 m	março, 2011	março, 2014	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,625%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,125%; 6.º semestre=4,000%	354	365
BCP Finance Bank – EUR 0,6 m	junho, 2011	junho, 2013	1.º ano=3,000%; 2.º ano=3,750%	464	464

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Bank Millennium (Grécia):					
Kion 2006 - I A	dezembro, 2006	julho, 2051	Euribor 3M + 0,150%	122.918	122.918
Kion 2006 - I B	dezembro, 2006	julho, 2051	Euribor 3M + 0,270%	16.435	16.435
Kion 2006 - I C	dezembro, 2006	julho, 2051	Euribor 3M + 0,550%	10.494	10.494
Magellan Mortgages n.º 2:					
SPV Magellan n.º 2 - Class A Notes	outubro, 2003	julho, 2036	Euribor 3M + 0,440%	182.872	182.872
SPV Magellan n.º 2 - Class D Notes	outubro, 2003	julho, 2036	Euribor 3M + 1,700%	3.500	3.500
SPV Magellan n.º 2 - Class B Notes	outubro, 2003	julho, 2036	Euribor 3M + 1,100%	40.000	40.000
SPV Magellan n.º 2 - Class C Notes	outubro, 2003	julho, 2036	Euribor 3M + 2,300%	25.000	25.000
Magellan Mortgages n.º 3:					
Mbs Magellan Mortgages S.3 Cl.A	junho, 2005	maio, 2058	Euribor 3M + 0,130%	561.850	517.878
Mbs Magellan Mortgages S.3 Cl.B	junho, 2005	maio, 2058	Euribor 3M + 0,190%	17.192	15.846
Mbs Magellan Mortgages S.3 Cl.C	junho, 2005	maio, 2058	Euribor 3M + 0,290%	8.023	7.395
Mbs Magellan Mortgages S.3 Cl.D	junho, 2005	maio, 2058	Euribor 3M + 0,530%	18.720	17.255
Nova Finance n.º 4					
Nova n.º 4 - Class A Notes	dezembro, 2007	março, 2019	Euribor 3M + 0,300%, a.a. (Actual/360)	377.017	121.693
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.					
Obrigações BIM/2010	outubro, 2010	outubro, 2015	Taxa fixa de 19,000%	28.848	28.848
Periodificações					14.547.996
Papel Comercial:					151.590
Banco Comercial Português:					14.699.586
Bcp Sfi Due 4 jan 2012	outubro, 2011	janeiro, 2012	Taxa fixa de 3,608%	500.000	500.000
Bcp Sfi 6 fev 2012	novembro, 2011	fevereiro, 2012	Taxa fixa de 1,976%	49.500	49.500
Bcp Sfi Due 13 fev 2012	novembro, 2011	fevereiro, 2012	Taxa fixa de 1,959%	57.500	57.500
Bcp Sfi Ecp 13 mar 2012	dezembro, 2011	março, 2012	Taxa fixa de 1,923%	300.000	300.000
Bcp Sfi Ecp 14 mar 2012	dezembro, 2011	março, 2012	Taxa fixa de 1,923%	27.000	27.000
Bcp Sfi Ecp 19 mar 2012	dezembro, 2011	março, 2012	Taxa fixa de 3,468%	500.000	500.000
Periodificações					1.434.000
					5.407
					1.439.407

A rubrica Títulos de dívida emitida inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 441.916.000 referente à emissão de dívida sénior; resultante da oferta de troca de dívida subordinada e de ações preferenciais ocorrida em outubro de 2011, conforme referido na nota 49.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Empréstimos obrigacionistas		
Até 3 meses	1.120.330	501.933
3 meses até 6 meses	184.194	2.048.895
6 meses até 1 ano	725.798	1.257.897
1 ano até 5 anos	9.203.028	9.337.200
Mais de 5 anos	3.314.646	4.406.709
	14.547.996	17.552.634
Periodificações	151.590	171.309
	14.699.586	17.723.943
Papel comercial:		
Até 3 meses	1.434.000	321.955
	1.434.000	321.955
Periodificações	5.407	
	1.439.407	321.955
Outros:		
Até 3 meses	3.454	5.042
3 meses até 6 meses		15.234
6 meses até 1 ano	4.737	
1 ano até 5 anos	9.193	10.363
Mais de 5 anos	79.825	60.853
	97.209	91.492
	16.236.202	18.137.390

36. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Derivados		
FRA	27	415
Swaps	1.298.411	1.064.721
Forwards sobre instrumentos de dívida	2.601	
Futuros		66
Opções	29.739	61.815
Derivados embutidos	11.351	2.831
Forwards	13.250	46.603
Outros	123.301	
	1.478.680	1.176.451
dos quais:		
Nível 1		66
Nível 2	1.478.680	1.176.385

Ver nota 23 detalhe dos notacionais por prazos remanescentes da carteira de derivativos.

Conforme disposto na IFRS 7, os passivos financeiros detidos para negociação estão classificados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou “providers”;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d) no montante de Euros 11.351.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 2.831.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 24.

37. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Depósitos de instituições de crédito	14.510	232.760
Depósitos de clientes	5.834	3.919
Empréstimos obrigacionistas	2.558.646	3.776.017
Papel comercial e outros passivos		25.543
	2.578.990	4.038.239

Os Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme o disposto na IFRS 7, estes instrumentos estão categorizados no Nível 2.

Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, tal como referido na nota 1 d), tendo-se reconhecido em 31 de dezembro de 2011 uma perda de Euros 20.591.000 (31 de dezembro de 2010: ganho de Euros 204.561.000) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Grupo BCP.

Em 31 de dezembro de 2011, os Empréstimos obrigacionistas e o Papel comercial emitidos pelo Grupo ao justo valor através de resultados são analisados como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Empréstimos obrigacionistas:					
Banco Comercial Português:					
BCP Ob Cx R.G.III fev 2007/12	fevereiro, 2007	fevereiro, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	15.525	15.467
BCP Ob Cx R.G.IV mar 2007/12	março, 2007	março, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	12.280	12.182
BCP Ob Cx R.G.IV 2Em mar 07/12	março, 2007	março, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	6.290	6.238
BCP Ob Cx R.G.V 2Em mai 07/12	maio, 2007	maio, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	7.849	7.751
BCP Ob Cx R.G.V mai 2007/12	maio, 2007	maio, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	4.960	4.901
BCP Ob Cx R.G.VI jun 2007/12	junho, 2007	junho, 2012	Indexada a um cabaz de índices	10.773	10.600
BCP Ob Cx R.G.VII ago 2007/12	agosto, 2007	agosto, 2012	Indexada a um cabaz de índices	8.841	8.668
Ob Cx BCP R.G.VIII set 2007/12	setembro, 2007	setembro, 2012	Indexada a um cabaz de índices	4.010	3.855
BCP Ob Cx R.G.IX out 2007/12	outubro, 2007	outubro, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	3.217	3.265
BCP Ob Cx R.G.X dez 2007/12	dezembro, 2007	novembro, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	2.310	2.340
BCP - 3,625 Per Cent FRN	janeiro, 2009	janeiro, 2012	Taxa fixa de 3,625%	1.455.000	1.453.040
BCP Rend mais mar 2009/12	março, 2009	março, 2012	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,750%; 3.º semestre=3,000%; 4.º semestre=3,250%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,250%	101.824	101.456
BCP Rend mais abr 2009/12	abril, 2009	abril, 2012	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,000%	81.473	81.111
BCP Inv Merc Mund 09/22.09/12	setembro, 2009	setembro, 2012	Taxa fixa de 1% ano + cabaz de 6 índices na maturidade	831	804
BCP Inv Cab Energia nov 2012	novembro, 2009	novembro, 2012	Indexada a um cabaz de 5 ações	2.368	2.348
BCP FRN 2,375 Sindicada	janeiro, 2010	janeiro, 2012	Taxa fixa de 2,375%	604.700	599.301
BCP Inv Telecoms mar 2013	março, 2010	março, 2013	Indexado a um cabaz de 3 ações	7.530	7.648
BCP Iln Euro Inv abr 10/13	abril, 2010	abril, 2013	Indexado a um cabaz de índices	1.871	1.754
BCP Rend Diversificado abr 10/13	abril, 2010	abril, 2013	Indexado a um cabaz de 4 ações	1.822	1.688
BCP Cln Portugal - Emtn 726	junho, 2010	junho, 2018	Taxa fixa de 4,720%	59.600	32.253
BCP Iln Inv Opc Tripla jun 10/13	junho, 2010	junho, 2013	Indexado a um cabaz de 4 ações	1.342	1.430

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Cabaz Mundial 26 out 10/14	outubro, 2010	outubro, 2014	Indexada a um cabaz de 4 ações	220	190
BCP Eur Cln Port 2Ems jun 10/18	novembro, 2010	junho, 2018	Taxa fixa de 4,450%	14.600	8.074
BCP Eur Cln Portugal 10/15.06.20	novembro, 2010	junho, 2020	Taxa fixa de 4,800%	30.000	16.332
BCP Ilm Inv Índices Mundiais Xi	novembro, 2010	novembro, 2013	Indexada a um cabaz de 3 índices	1.785	1.713
BCP Ilm Inv Índices Mundiais Xii	dezembro, 2010	dezembro, 2013	Indexada a um cabaz de 3 índices	4.100	4.190
BCP Ilm Blue Chip Cupão Conve I 11	janeiro, 2011	janeiro, 2016	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	3.000	2.944
BCP Ilm Range Acc Infl I – 11 jan 2016	janeiro, 2011	janeiro, 2016	Taxa fixa de 3,500%	3.000	2.584
BCP Ilm Ações Eur E Eua li 11	fevereiro, 2011	fevereiro, 2014	Indexada a um cabaz de índices	1.680	1.685
BCP Ilm Reto Fin Cup Ext 2014	fevereiro, 2011	fevereiro, 2014	Taxa fixa de 8,0% ano + cabaz de 2 ações	1.010	872
BCP Ilm Seleç Merc Emerg 10 fev 16	fevereiro, 2011	fevereiro, 2016	Indexada a MSCI Emerging Market Fund	1.005	964
BCP Ilm Invest Dupla Opcao fev 13	fevereiro, 2011	fevereiro, 2013	Indexada a um cabaz de 4 ações	8.001	7.989
BCP Ilm Indic Internac Cup Fijo lii	março, 2011	março, 2015	Taxa fixa de 10% ano + cabaz de 3 índices	1.460	1.189
BCP Ilm Merc Emerg Asia Autocalle	março, 2011	março, 2014	Indexada a um cabaz de 3 índices	1.335	1.377
BCP Ilm Small Caps Eua Auto Calla	abril, 2011	abril, 2012	Indexado ao índice Russel 2000 ETF	1.040	1.014
BCP Ilm Ações Tecnol Eua Autocall	abril, 2011	abril, 2014	Indexado a um cabaz de 3 ações	1.830	1.890
BCP Inv America Latina maio 2014	maio, 2011	maio, 2014	Indexado ao índice S&P Latin America 40	1.428	1.420
BCP Ilm Invm 3 setores V 11	maio, 2011	maio, 2012	Indexada a um cabaz de ações	3.250	3.267
BCP Ilm Empr E Sober Autoccc V 11	maio, 2011	maio, 2014	Indexada a um cabaz de índices	825	834
BCP Ind Eru Autocallable jun 2013	junho, 2011	junho, 2013	Indexada a um cabaz de ações	3.505	2.108
BCP Ilm Inv Dupla Opc Eur jun 13	junho, 2011	junho, 2013	Taxa fixa de 3,0% ano + cabaz de 4 ações	7.530	7.452
Industria Mundial Autocallable Vii	julho, 2011	julho, 2013	Indexada a um cabaz de 4 ações	3.480	2.663
Rend Real EurVii 11 Emtm 817	julho, 2011	julho, 2014	Indexada Eurostat Eurozone Harmonised Index of Consumer Prices	3.420	3.380
Rend Real UsdVii 11 Emtm 816	julho, 2011	julho, 2014	Indexada The US CPI Urban Consum Index	812	837
BCP Cab Tecnol Usa AutocViii	agosto, 2011	agosto, 2014	Indexada a um cabaz de 3 ações	1.400	1.438
BCP Ilm Estr GlobalViii/11 Eur	agosto, 2011	agosto, 2016	Taxa fixa de 1,600% por ano	2.810	2.870
BCP Inv Dupla Opcao Eur set11	setembro, 2011	setembro, 2013	Taxa fixa de 3,000% (1.º juro); indexada a um cabaz de 4 ações (2.º e seguintes)	9.085	9.354
BCP Inv Dupla Opcao Eur out12	outubro, 2011	outubro, 2012	Taxa fixa de 2,000% (1.º juro); indexada a um cabaz de 4 ações (2.º e seguintes)	1.861	1.858
BCP Finance Bank:					
MTN – EUR 9 Milhões	junho, 2008	junho, 2013	Indexada ao Índice DB SALSA Setor EUR	218	319
MTN – EUR 2,5 Milhões	dezembro, 2008	dezembro, 2013	Euribor 3M + 2,100% (CLN)	2.500	1.022
MTN – EUR 10,5 Milhões	dezembro, 2008	dezembro, 2016	Euribor 3M + 2,520% (CLN)	10.500	3.373
MTN – EUR 10 Milhões	fevereiro, 2009	fevereiro, 2014	Euribor 3M + 2,950% (CLN)	10.000	4.105
MTN – EUR 11,695 Milhões	março, 2009	março, 2012	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,750%; 3.º semestre=3,000%; 4.º semestre=3,250%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,250%	9.931	9.895
MTN – EUR 20 Milhões	abril, 2009	abril, 2017	Euribor 3M + 2,680% (CLN)	20.000	6.374
MTN – EUR 8,625 Milhões	abril, 2009	abril, 2012	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,000%	6.275	6.247
MTN – EUR 0,27 Milhões	setembro, 2009	setembro, 2012	Taxa fixa de 1% ano + cabaz de 6 índices na maturidade	270	261
MTN – EUR 1,145 Milhões	novembro, 2009	novembro, 2012	Indexada a um cabaz de ações	1.100	1.051
MTN – EUR 0,296 Milhões	novembro, 2009	novembro, 2012	Indexada a um cabaz de ações	296	293
MTN – EUR 1,075 Milhões	novembro, 2009	novembro, 2014	Indexada ao Índice Down Jones EuroStoxx 50	1.025	983
MTN – EUR 3,9 Milhões	dezembro, 2009	dezembro, 2016	Euribor 3M+margem entre 2,500% e 5,000%	250	220
MTN – EUR 1,295 Milhões	março, 2010	março, 2013	Indexado a um cabaz de 3 índices	935	899
MTN – EUR 1,135 Milhões	junho, 2010	junho, 2012	Indexado a um cabaz de 3 ações	1.075	1.082
MTN – EUR 1 Milhões	junho, 2010	junho, 2013	Indexado a um cabaz de 4 ações	929	959
MTN – EUR 1 Milhões	agosto, 2010	agosto, 2013	Indexado a um cabaz de 3 índices	1.000	989
MTN – EUR 3,05 Milhões	agosto, 2011	agosto, 2012	USD Libor 6M – mín. 3,500% e máx. 4,500%	2.357	2.385
MTN – EUR 0,57 Milhões	novembro, 2011	novembro, 2012	USD Libor 6M	441	445
Periodificações					2.489.490
					69.156
					2.558.646

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Empréstimos obrigacionistas:		
Até 3 meses	2.197.579	100.790
3 meses até 6 meses	115.973	49.614
6 meses até 1 ano	27.573	216.000
1 ano até 5 anos	85.332	2.555.410
Mais de 5 anos	63.033	776.488
	2.489.490	3.698.302
Periodificações	69.156	77.715
	2.558.646	3.776.017
Papel Comercial e outros passivos:		
Até 3 meses		25.543
	-	25.543
	2.558.646	3.801.560

38. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Provisão para garantias e outros compromissos	100.708	80.906
Provisões técnicas da atividade seguradora:		
De seguro direto e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	13.663	9.626
Matemática do ramo vida	56.039	42.780
Para participação nos resultados	2.866	1.195
Outras provisões técnicas	9.095	7.738
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	3.768	3.691
Outras provisões para riscos e encargos	59.961	89.397
	246.100	235.333

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	80.906	88.257
Transferências	7.930	(391)
Dotação do exercício	28.423	15.870
Reversão do exercício	(16.743)	(23.068)
Utilização de imparidade	(233)	
Diferenças cambiais	425	238
Saldo em 31 de dezembro	100.708	80.906

Os movimentos nas outras provisões para riscos e encargos são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	89.397	86.365
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	4	(41)
Transferências	1.392	511
Dotação do exercício	4.620	10.832
Reversão do exercício	(30.356)	(4.934)
Utilização de imparidade	(5.225)	(3.402)
Diferenças cambiais	129	66
Saldo em 31 de dezembro	59.961	89.397

Estas provisões foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade do Grupo, sendo revistas em cada data de reporte de forma a refletir a melhor estimativa do montante e respetiva probabilidade de pagamento.

39. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Obrigações	1.146.543	2.039.174
	1.146.543	2.039.174

Em 31 de dezembro de 2011, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Obrigações não perpétuas					
Banco Comercial Português:					
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008 2018	setembro, 2008	setembro, 2018	Ver referência (i)	255.055	255.055
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008 2018	outubro, 2008	outubro, 2018	Ver referência (i)	72.021	72.021
Bcp Ob Sub jun 2020 – Emtn 727	junho, 2010	junho, 2020	Ver referência (ii)	89.407	91.719
Bcp Ob Sub ago 2020 – Emtn 739	agosto, 2010	agosto, 2020	Ver referência (iii)	54.824	56.553
Bcp Ob Sub mar 2021 – Emtn 804	março, 2011	março, 2021	Ver referência (iv)	114.000	114.000
Bcp Ob Sub abr 2021 – Emtn 809	abril, 2011	abril, 2021	Ver referência (v)	64.100	64.100
Bcp Ob Sub 35 abr 2021 – Emtn 812	abril, 2011	abril, 2021	Ver referência (vi)	35.000	35.000
Bcp Sub 11/25.08.2019 – Emtn 823	agosto, 2011	agosto, 2019	Taxa fixa de 6,383%	7.500	7.715
Bcp Subord set 2019 – Emtn 826	outubro, 2011	setembro, 2019	Taxa fixa de 9,310%	50.000	43.601
Bcp Subord nov 2019 – Emtn 830	novembro, 2011	novembro, 2019	Taxa fixa de 8,519%	40.000	32.570
Bcp Subord nov 2019 – Emtn 833	dezembro, 2011	dezembro, 2019	Taxa fixa de 7,150%	26.600	19.471
Bank Millennium:					
Bank Millennium 2007	dezembro, 2007	dezembro, 2017	Taxa fixa de 6,337%	148.614	148.614
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 2004	dezembro 2004	dezembro 2014	Ver referência (vii)	15.000	14.987
BCP Finance Bank:					
BCP Fin Bank Ltd EMTN – 295	dezembro 2006	dezembro 2016	Ver referência (viii)	71.209	71.213
BCP Fin Bank Ltd EMTN – 828	outubro, 2011	outubro, 2021	Taxa fixa de 13,000%	75.650	45.300
BCP Fin Bank Ltd EMTN – 828 2.ª	dezembro, 2011	outubro, 2021	Taxa fixa de 13,000%	3.250	3.250
Magellan No. 3:					
Magellan No. 3 Series 3 Class F	junho, 2005	maio, 2058		44	44
					1.075.213
Obrigações perpétuas					
BCP – Euro 200 Milhões	junho, 2002		Ver referência (ix)	85	37
BPA 1997	junho, 1997		Euribor 3M + 0,950%	34.915	34.915
TOPS BPSM 1997	dezembro, 1997		Euribor 6M + 0,900%	22.648	23.344
BCP Leasing 2001	dezembro, 2001		Ver referência (x)	4.986	4.986
					63.282
Periodificações					
					8.048
					1.146.543

Referências:

- (i) 1.º ano 6,000%; 2.º ao 5.º ano Euribor 6M + 1,000%; 6.º ano e seguintes Euribor 6M + 1,400%;
- (ii) Até ao 5.º ano taxa fixa de 3,250%; 6.º ano e seguintes Euribor 6M + 1,000%;
- (iii) 1.º ano 3,000%; 2.º ano 3,250%; 3.º ano 3,500%; 4.º ano 4,000%; 5.º ano 5,000%; 6.º ano e seguintes Euribor 6M + 1,250%;
- (iv) Euribor 3M + 3,750%;
- (v) Até 10.º cupão Euribor 6M + 0,400%; Após 10.º cupão Euribor 6M + 0,900%;
- (vi) Euribor 3M + 0,300% (0,800% a partir – dezembro 2011);
- (vii) Até 40.º cupão 6,131%; Após 40.º cupão Euribor 3M + 2,400%;
- (viii) Até 40.º cupão Euribor 3M + 1,750%; Após 40.º cupão Euribor 3M + 2,250%;

A rubrica Passivos subordinados inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 45.300.000 referente à emissão de dívida subordinada, resultante da oferta de troca de emissões ocorrida em outubro de 2011, conforme referido na nota 49.

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Até 3 meses		753.627
3 meses até 1 ano		201.775
1 ano até 5 anos	86.200	14.982
Mais de 5 anos	989.013	955.835
Indeterminada	63.282	73.616
	1.138.495	1.999.835
Periodificações	8.048	39.339
	1.146.543	2.039.174

40. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Credores:		
Fornecedores	49.000	29.177
Por contratos de factoring	28.39	7.413
Associadas	457	1.689
Outros credores	423.983	398.228
Setor Público Administrativo	74.125	76.178
Juros e outros custos a pagar	83.948	72.672
Receitas antecipadas	8.948	3.577
Férias e subsídios de férias a pagar	75.863	71.995
Outros custos administrativos a pagar	2.214	2.177
Operações sobre títulos a liquidar	316.625	23.249
Contas diversas	609.206	577.764
	1.647.208	1.264.119

A rubrica Credores – Outros credores inclui o montante de Euros 5.504.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 40.996.000) relativo a responsabilidades com benefícios pós-emprego já reconhecidas em custos com pessoal, a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo. Conforme referido na nota 51, as referidas responsabilidades não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo, pelo que correspondem a valores a pagar pelo Grupo.

A movimentação das responsabilidades com pensões de reforma a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo é apresentada na nota 51.

A rubrica Credores – Outros credores inclui igualmente o montante de Euros 53.150.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 55.296.000) relativo a prémio de antiguidade conforme descrito na nota 51.

A rubrica Credores – Outros credores incluía em 31 de dezembro de 2010 o montante de Euros 12.799.000 relativo a responsabilidades com o plano complementar conforme descrito nas notas 9 e 51.

A rubrica Contas diversas inclui ainda o montante de Euros 90.475.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 172.891.000) relativo a responsabilidades relativas a benefícios pós-emprego não financiados pelo Fundo, conforme descrito na nota 51.

41. Capital, ações preferenciais e outros instrumentos de capital

O capital social do Banco é de Euros 6.064.999.986, representado por 7.207.167.060 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

Em junho de 2011, concretizou-se o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, resultante de:

- (i) Euros 120.400.000, por incorporação de reservas de prêmio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;
- (ii) Euros 990.147.000, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal que resultaram na conversão da maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos;
- (iii) Euros 259.852.986, através da emissão de 721.813.850 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de Euros 0,36, com reserva de preferência dos Acionistas, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

De acordo com o estabelecido no Decreto-lei n.º 49/2010 de 19 de maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por ações sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de acionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por ações sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor das ações preferenciais correspondia a duas emissões efetuadas pelo BCP Finance Company e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 ações preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de junho de 2004, destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de ações preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de junho de 1999;
- 10.000 ações preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de outubro de 2005 destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de ações preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de setembro de 2000.

No âmbito da operação de troca de emissões referida na nota 49, a maioria das ações preferenciais foram trocadas por novos instrumentos de dívida.

No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu três tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos, os quais, face às suas características, são considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32. As três tranches emitidas em 2009 são analisadas como segue:

- Em junho de 2009, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000;
- Em agosto de 2009, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000;
- Em dezembro de 2009, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

No âmbito do aumento de capital acima referido, a maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos foram convertidos em ações ordinárias.

42. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à conconência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Acionistas do dia 18 de abril de 2011, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 30.064.794.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da atividade económica.

43. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Outro rendimento integral:		
Perdas atuariais do exercício (efeito líquido de impostos)	(1.710,015)	(1.678,720)
Diferença cambial de consolidação	(118,242)	(78,052)
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(471,254)	(167,239)
Cobertura de fluxos de caixa	12,126	(17,480)
Impostos		
Ativos financeiros disponíveis para venda	71,972	15,037
Cobertura de fluxos de caixa	(2,304)	3,321
	(2.217,717)	(1.923,133)
Outras reservas e resultados acumulados:		
Reserva legal	476,107	446,042
Reserva estatutária	30,000	20,000
Outras reservas e resultados acumulados	3,129,723	2,467,587
Goodwill resultante da consolidação	(2.883,580)	(2.883,580)
Outras reservas de consolidação	(165,483)	(162,057)
	586,767	(112,008)

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 42. As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos Ativos financeiros detidos para venda e da Cobertura de fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Reserva estatutária corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos que, de acordo com os estatutos da sociedade, é distribuível.

Conforme referido nas notas 1, 51 e 60, a rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010, uma correção de Euros 1.308.053.000 (efeito líquido de impostos diferidos) resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo de alterar a política contabilística relativa ao reconhecimento dos desvios atuariais.

A rubrica Outro rendimento integral inclui proveitos e custos que, de acordo com o definido nas IAS/IFRS, são reconhecidos nos capitais próprios.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui o montante de Euros 440.435.000 de impacto positivo da operação de troca de ações preferenciais por novos instrumentos de dívida no exercício de 2011, conforme referido na nota 49.

A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda durante o ano de 2011 é analisada conforme segue:

	(Milhares de Euros)				
	Saldo em 1 janeiro	Reavaliação	Imparidade em resultados	Alienação	Saldo em 31 dezembro
Millenniumbcp Ageas	(120,434)	(105,452)	-	-	(225,886)
Títulos de dívida pública Portuguesa	(811)	(174,101)	-	184	(174,728)
Outros	(45,994)	(38,394)	17,185	(3,437)	(70,640)
	(167,239)	(317,947)	17,185	(3,253)	(471,254)

Conforme referido nas notas 13 e 23, a rubrica Imparidade em resultados inclui o montante líquido de Euros 13.621.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 10.180.000) relativo à imparidade de ações e unidades de participação detidas pelo Grupo.

A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda durante o ano de 2010 é analisada conforme segue:

(Milhares de Euros)

	Saldo em 1 janeiro	Reavaliação	Imparidade em resultados	Alienação	Saldo em 31 dezembro
Eureko, B.V.	61.113	4.099		(65.200)	12
Millenniumbcp Ageas	5.998	(126.432)			(120.434)
Outros	34.218	(84.328)	10.180	(6.887)	(46.817)
	101.329	(206.661)	10.180	(72.087)	(167.239)

44. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	Ações do Banco Comercial Português, S.A.	Outros títulos próprios	Total
2011			
Valor de balanço (Euros '000)	3.803	7.619	11.422
Número de títulos	25.127.258 (*)		
Valor unitário médio (Euros)	0,15		
2010			
Valor de balanço (Euros '000)	17.266	64.672	81.938
Número de títulos	28.795.443 (*)		
Valor unitário médio (Euros)	0,60		

As ações próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

(*) Esta rubrica em 31 de dezembro de 2011, inclui 20.695.482 ações (31 de dezembro de 2010: 23.261.904 ações) detidas por clientes e cuja aquisição foi financiada pelo Banco. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 39, as ações do Banco por eles detidas foram apenas para efeitos contabilísticos e em respeito por esta norma, consideradas como ações próprias.

45. Interesses que não controlam

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	'11	'10	'11	'10
Bank Millennium, S.A.	354.789	354.930	39.627	30.109
BIM – Banco Internacional de Moçambique	109.645	67.700	30.738	18.087
Banco Millennium Angola, S.A.	83.999	66.196	15.752	11.144
Outras subsidiárias	(818)	8.675	(264)	(33)
	547.615	497.501	85.853	59.307

A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	497.501	344.305
Conversão de moeda estrangeira	(20.080)	10.680
Aumento de capital do Bank Millennium, S.A. (Polónia)		89.193
Dividendos	(19.154)	(3.468)
Outros	3.495	(2.516)
	(35.739)	93.889
Lucro atribuível a interesses que não controlam	85.853	59.307
Saldo em 31 de dezembro	547.615	497.501

46. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Garantias e avales prestados	7.873,914	8.862,015
Garantias e avales recebidos	30.238,624	31.164,239
Compromissos perante terceiros	9.699,210	11.877,095
Compromissos assumidos por terceiros	13.483,634	12.909,483
Valores recebidos em depósito	121.083,525	163.291,551
Valores depositados na Central de Valores	132.002,341	169.114,150
Outras contas extrapatrimoniais	165.643,770	178.988,845

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	6.127,839	8.146,414
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	293,015	350,171
Créditos documentários abertos	272,304	283,554
Fianças e indemnizações	1.180,756	81,733
Outros passivos eventuais		143
	7.873,914	8.862,015
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	28,328	116,689
Linhas de crédito irrevogáveis	2.145,275	2.258,969
Subscrição de títulos	48,024	64,844
Outros compromissos irrevogáveis	364,725	309,020
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	5.664,922	7.043,685
Facilidades em descobertos de conta	1.348,330	2.018,575
Outros compromissos revogáveis	99,606	65,313
	9.699,210	11.877,095

As garantias e avales prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As cartas de crédito e os créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transações comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transações encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à análise da evidência objetiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1.c). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se prevêem quaisquer perdas materiais nestas operações.

47. Ativos sob Gestão e custódia

Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 252/2003, de 17 de outubro, que regula os organismos de investimento coletivo, as Sociedades Gestoras, em conjunto com o banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados. O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Banco Comercial Português, S.A.	532.590	556.752
Millennium bcp Bank & Trust	13.237	30.308
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	1.321.955	1.760.857
BII Investimentos International, S.A.	227.258	272.695
Interfundos Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	1.120.921	1.123.279
Millennium TFI S.A.	492.630	631.860
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	43.634	83.437
	3.752.225	4.459.188

O Grupo presta serviços de custódia, gestão de património, gestão de investimentos e serviços de assessoria que envolvem a tomada de decisões de compra e venda de diversos tipos de instrumentos financeiros. Para determinados serviços prestados são estabelecidos objetivos e níveis de rentabilidade para os ativos sob gestão. Estes ativos sob gestão não estão incluídos nas demonstrações financeiras.

Os ativos sob gestão e custódia são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Fundos de investimento mobiliários	1.700.508	2.345.857
Fundos de investimento imobiliários	1.505.890	1.526.271
Gestão de patrimónios	545.827	587.060
Depósito e guarda de valores	113.757.955	156.965.030
	117.510.180	161.424.218

48. Distribuição de resultados

A distribuição de resultados pelos acionistas é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Pagamento de dividendos do Banco Comercial Português, S.A.		
Dividendo declarado e pago relativo ao ano anterior		89.095
		89.095

49. Factos relevantes ocorridos durante 2011

Aumento de Capital Social do Banco Comercial Português, S.A. de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986.

Em junho de 2011, concretizou-se o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, resultante de:

- (i) Euros 120.400.000, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;
- (ii) Euros 990.147.000, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal;
- (iii) Euros 259.852.986, através da emissão de 721.813.850 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de Euros 0,36, com reserva de preferência dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

Na sequência dos aumentos de capital, e de acordo com o estabelecido no Decreto-lei n.º 49/2010 de 19 de maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por ações sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de Acionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por ações sem valor nominal.

Aplicação de resultados

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada no dia 18 de abril de 2011 foi aprovada a seguinte proposta de aplicação de resultados do exercício:

- a) Euros 30.064.794 para reforço da reserva legal;
- b) Euros 10.000.000 para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- c) Euros 167.157.049 para outras reservas;
- d) Euros 93.426.096 para resultados transitados.

Assembleia Geral de 27 de junho de 2011

Em 27 de junho de 2011, foi realizada uma Assembleia Geral em que foram tomadas as seguintes deliberações:

- Alteração ao artigo 5.º do contrato de sociedade, por aditamento de um novo n.º 6, com relação a processos de concessão de garantias do Estado ao abrigo do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro;
- Supressão do direito de preferência dos acionistas em eventual aumento ou aumentos de capital, designadamente através de ações preferenciais, a deliberar pelo Conselho de Administração Executivo no âmbito do regime jurídico das garantias do Estado citado no ponto anterior.

Solicitação de garantia do Estado para emissão de dívida, nos termos do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro

O Banco decidiu acionar o processo legalmente previsto para a concessão de garantia do Estado a emissão de dívida, nos termos do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro. Para este efeito foi apresentado ao Banco de Portugal um pedido de aprovação para garantia do Estado a um financiamento através da emissão de valores mobiliários de dívida não subordinada, no montante de Euros 1.750 milhões, com um *spread* a determinar com referência às condições de mercado e um prazo até três anos.

A emissão está sujeita a deliberação do Conselho de Administração Executivo sobre os seus termos finais e à obtenção de acordo por todas as entidades legalmente competentes nos termos do referido diploma.

Amortização dos valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados

De acordo com a autorização concedida pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu à amortização da totalidade dos 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados que detinha em resultado da oferta pública geral de aquisição por si lançada.

Oferta de troca de emissões

Em 22 de setembro de 2011, o Banco Comercial Português, S.A. lançou uma oferta de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e de ações preferenciais, enquadrada na gestão proativa da estrutura de financiamento e de fundos próprios do Grupo, constituindo uma das iniciativas para atingir um rácio de capital regulamentar de *Core Tier 1* de 9% em 2011.

As emissões que foram objeto desta oferta foram as seguintes: BCP Finance Company Series C Perpetual Non-cumulative Guaranteed Non-voting Step-Up Preference Shares; BCP Finance Company Series D Perpetual Non-cumulative Guaranteed Non-voting Step-Up Preference Shares; BCP Finance Bank, Ltd. Floating Rate Subordinated Callable Step-Up Notes due December 2016.

A oferta de troca destinou-se a detentores de instrumentos emitidos pelas filiais BCP Finance Bank Ltd. e BCP Finance Company, sendo a contrapartida constituída por novos instrumentos de dívida com valor unitário de Euros 50.000 emitidos ao abrigo do seu Euro Note Programme e sem prejuízo da entrega de um montante numerário correspondente aos juros corridos dos instrumentos trocados, bem como à fração do valor nominal dos novos instrumentos, na impossibilidade de serem entregues frações dos novos instrumentos de dívida aos participantes, tendo os participantes na oferta a possibilidade de optar por receber instrumentos de dívida sénior com um cupão de 9,25% e um prazo de três anos ou, alternativamente, instrumentos de dívida subordinada com um cupão de 13% e um prazo de dez anos.

Em 7 de outubro de 2011, o Banco Comercial Português divulgou os resultados finais da operação de troca anteriormente referida. A oferta registou um grau de adesão global de aproximadamente 75% das emissões abrangidas. O montante agregado nominal de dívida sénior a emitir na data de liquidação, 13 de outubro de 2011, ascendeu a Euros 555.600.000, o montante agregado nominal de dívida subordinada a emitir na data de liquidação atingiu Euros 95.600.000 e o montante a pagar aos detentores não elegíveis na data de liquidação foi de Euros 6.764.910.

50. Justo Valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de Clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor:

Aplicações em Instituições de Crédito, Depósitos de Instituições de Crédito e Ativos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Para os recursos de Bancos Centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, atendendo à tipologia das operações e ao prazo associado. A taxa de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu era de 1% em dezembro de 2011 e de 1% em dezembro de 2010.

Para as restantes aplicações e recursos, a taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período). Em dezembro de 2011, a taxa média de desconto foi de 3,36% para as aplicações e de 3,18% para os recursos. Em dezembro de 2010 foi de 1,33% e 2,21%, respetivamente.

Ativos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Ativos financeiros disponíveis para venda e Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros — Reuters e Bloomberg — mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como, por exemplo, os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standard* (Black-Scholes, Black, Ho e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Derivados de cobertura e de negociação

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados, utiliza-se o respetivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados “ao balcão”, aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções, considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa e, sempre que necessário, as respetivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante, mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os *indexantes*.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Grupo para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2011. A taxa média de desconto foi de 6,38% em dezembro de 2011 e de 6,34% em dezembro de 2010, assumindo a projeção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* do Grupo à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2011. A taxa média de desconto foi de 5,09% em dezembro de 2011 e de 3,41% em dezembro de 2010.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra refletido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Grupo adota contabilisticamente uma política de “*hedge-accounting*”, o justo valor, relativamente ao risco de taxa de juro, já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor, foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos Clientes não institucionais do Grupo.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos Clientes não institucionais do Grupo, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respetivo na rede comercial própria.

A média das taxas de referência da curva de rendimentos obtida a partir das cotações de mercado do EUR e utilizada no apuramento do justo valor dos títulos próprios foi de 21,45% (31 de dezembro de 2010: 10,94%) para emissões subordinadas colocadas no mercado institucional, 13,16% (31 de dezembro de 2010: 9,05%) para emissões subordinadas colocadas no mercado de retalho, 18,0% (31 de dezembro de 2010: 8,53%) para emissões sénior e colateralizadas colocadas no mercado institucional e 5,30% (31 de dezembro de 2010: 4,51%) para emissões sénior e colateralizadas colocadas no mercado de retalho.

Para títulos de dívida emitida, o cálculo do justo valor incidu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, sendo que a diferença negativa apurada, em 31 de dezembro de 2011, de Euros 2.626.164.000 (31 de dezembro de 2010: uma diferença negativa de Euros 1.801.515.000), inclui um montante a receber de Euros 107.250.000 (31 de dezembro de 2010: um montante a receber de Euros 92.013.000) que reflete o justo valor dos derivados embutidos nas emissões e se encontra registado em ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2011, a tabela com as taxas de juro utilizadas no apuramento das curvas de taxa de juro das principais moedas, nomeadamente EUR, USD, GBP e PLN utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo:

	Moedas			
	EUR	USD	GBP	PLN
1 dia	0,35%	0,30%	0,65%	4,51%
7 dias	0,60%	0,70%	1,00%	4,51%
1 mês	0,98%	1,10%	1,50%	4,67%
2 meses	1,15%	1,40%	1,77%	4,78%
3 meses	1,31%	1,64%	2,00%	4,89%
6 meses	1,56%	1,99%	2,38%	4,90%
9 meses	1,73%	2,25%	2,63%	4,90%
1 ano	1,42%	0,67%	2,86%	4,88%
2 anos	1,32%	0,71%	1,32%	4,74%
3 anos	1,38%	0,82%	1,37%	4,70%
5 anos	1,73%	1,22%	1,56%	4,80%
7 anos	2,07%	1,63%	1,87%	4,90%
10 anos	2,37%	2,02%	2,29%	4,95%
15 anos	2,67%	2,37%	2,65%	4,76%
20 anos	2,69%	2,49%	2,83%	4,49%
30 anos	2,56%	2,59%	2,99%	4,12%

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Grupo, os seus justos valores:

(Milhares de Euros)

	31 de dezembro de 2011					
	Ao justo valor através de resultados	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais			2.115.945		2.115.945	2.115.945
Disponibilidades em outras instituições de crédito			1.577.410		1.577.410	1.577.410
Aplicações em instituições de crédito			2.913.015		2.913.015	2.902.432
Crédito a clientes			68.045.535		68.045.535	63.530.297
Ativos financeiros detidos para negociação	2.145.330				2.145.330	2.145.330
Ativos financeiros disponíveis para venda		4.774.114			4.774.114	4.774.114
Ativos com acordo de recompra			495		495	495
Derivados de cobertura	495.879				495.879	495.879
Ativos financeiros detidos até à maturidade			5.160.180		5.160.180	4.344.123
Investimentos em associadas				305.075	305.075	305.075
	2.641.209	4.774.114	79.812.580	305.075	87.532.978	82.191.100
Depósitos de instituições de crédito			17.723.419		17.723.419	17.647.968
Depósitos de clientes			47.516.110		47.516.110	47.372.657
Títulos de dívida emitidos			16.236.202		16.236.202	13.610.038
Passivos financeiros detidos para negociação	1.478.680				1.478.680	1.478.680
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.578.990				2.578.990	2.578.990
Derivados de cobertura	508.032				508.032	508.032
Passivos subordinados			1.146.543		1.146.543	730.174
	4.565.702	-	82.622.274	-	87.187.976	83.926.539

(Milhares de Euros)

	31 de dezembro de 2010					
	Ao justo valor através de resultados	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais			1.484.262		1.484.262	1.484.262
Disponibilidades em outras instituições de crédito			1.259.025		1.259.025	1.259.025
Aplicações em instituições de crédito			2.343.972		2.343.972	2.333.582
Crédito a clientes			73.905.406		73.905.406	70.230.958
Ativos financeiros detidos para negociação	5.136.299				5.136.299	5.136.299
Ativos financeiros disponíveis para venda		2.573.064			2.573.064	2.573.064
Ativos com acordo de recompra			13.858		13.858	13.858
Derivados de cobertura	476.674				476.674	476.674
Ativos financeiros detidos até à maturidade			6.744.673		6.744.673	6.212.831
Investimentos em associadas				395.906	395.906	395.906
	5.612.973	2.573.064	85.751.196	395.906	94.333.139	90.116.460
Depósitos de instituições de crédito			20.076.556		20.076.556	20.063.580
Depósitos de clientes			45.609.115		45.609.115	45.463.436
Títulos de dívida emitidos			18.137.390		18.137.390	16.335.875
Passivos financeiros detidos para negociação	1.176.451				1.176.451	1,176.451
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.239				4.038.239	4.038.239
Derivados de cobertura	346.473				346.473	346.473
Passivos subordinados			2.039.174		2.039.174	1.624.814
	5.561.163	-	85.862.235	-	91.423.398	89.048.868

51. Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, cumprindo os termos do estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). As responsabilidades do Grupo estão, essencialmente, cobertas através do Fundo de Pensões do Banco Comercial Português, gerido pela PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Na sequência da aprovação pelo Governo do DL 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabelece igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes do Fundo de Pensões do Banco Comercial Português abrangidos por este plano de pensões de reforma e outros benefícios é o seguinte:

	'11	'10
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	15.727	15.670
Pessoal no Ativo	10.046	10.207
	25.773	25.877

As responsabilidades transferidas foram determinadas com base em pressupostos atuariais diferentes dos utilizados pelo Grupo, nomeadamente no que respeita à taxa de desconto (foi utilizada a taxa de 4%) e à tabela de mortalidade (foram utilizadas as tábuas TV 88/90 agravada de 2 anos para as mulheres e TV 73/77 agravada de um ano para os homens). Estes pressupostos foram determinados numa perspetiva de liquidação de responsabilidades ("exit value") uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades, implicando diferenças face aos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades refletidas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os requisitos da norma IAS 19 – Benefícios a empregados.

Desta forma, as Responsabilidades por benefícios projetados e o valor do Fundo de Pensões, em 31 de dezembro de 2011, são apresentados líquidos do montante transferido e a transferir. A liquidação financeira de 55% da operação, no montante de Euros 1.510.000.000, foi realizada antes de 31 de dezembro de 2011, sendo o valor remanescente transferido no primeiro semestre de 2012.

Paralelamente e considerando que a IAS 19 – Benefícios a empregados permite o reconhecimento direto em capitais próprios dos desvios atuariais em alternativa ao método do corredor utilizado até 2010, o Grupo optou em 2011 por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada a partir de 1 de janeiro de 2010 para efeitos comparativos, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios. Assim, e conforme referido nas notas 1 e 60, todos os desvios atuariais por diferir foram reconhecidos por contrapartida de Outro rendimento integral.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 w), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e outros benefícios e respetivas coberturas, calculadas com base no método de crédito das unidades projetadas, são analisadas como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10	'09	'08	'07
Responsabilidades por benefícios projetados					
Reformados e Pensionistas	1.336.421	4.064.052	4.197.436	4.415.254	4.525.481
Pessoal no Ativo	1.115.576	1.257.546	1.212.446	1.307.655	1.353.257
	2.451.997	5.321.598	5.409.882	5.722.909	5.878.738
Valor do Fundo	(2361.522)	(5.148.707)	(5.530.471)	(5.322.224)	(5.616.436)
Provisão para Plano Complementar de Contribuição Definida				(12.812)	
Responsabilidades não financiadas pelo Fundo	90.475	172.891	(120.589)	387.873	262.302
Responsabilidades cobertas pelo Extra Fundo	(349.924)	(369.678)	(375.349)	(390.536)	(402.875)
(Excesso)/Défice de cobertura	(259.449)	(196.787)	(495.938)	(2.663)	(140.573)

As rubricas Responsabilidade por benefícios projetados e o valor do Fundo de Pensões em 31 de dezembro de 2011 refletem o efeito da transferência das responsabilidades e ativos do fundo associados aos Colaboradores reformados e pensionistas, para o Regime Geral da Segurança Social, no montante de Euros 2.747.408.000.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Responsabilidades por benefícios projetados inclui o montante de Euros 260.289.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 287.653.000) relativo a responsabilidades com serviços passados com o Plano Complementar, que se encontram integralmente cobertas pelo Fundo de Pensões.

No seguimento de deliberação do Conselho de Administração Executivo, de 21 de setembro de 2006, o Regime Complementar de Reforma que estava previsto no Plano de Pensões do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português ("Benefício Definido") passou a ser financiado através de um sistema de contribuição definida. No entanto, os colaboradores admitidos até à data da referida deliberação mantêm os benefícios a que tinham direito ao abrigo do sistema anterior ("Benefício Definido"), os quais serão assegurados pela empresa do Grupo a que estejam contratualmente vinculados na data da reforma. Nesta base, as empresas do Grupo procedem, anualmente, à cobertura necessária para garantia daquele benefício. O montante correspondente é determinado de acordo com a avaliação atuarial efetuada em cada ano, sendo o eventual financiamento suplementar assegurado também em base anual.

Conforme referido nas notas 9 e 40, e de acordo com o referido na política contabilística, nota 1 w), o Grupo assumiu a responsabilidade de, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, atribuir complementos de reforma aos colaboradores, de acordo com o definido no Plano Complementar. As regras definidas estabelecem que sempre que se verifiquem determinadas condições o Banco deverá entregar ao Fundo de Pensões os montantes devidos respeitantes aos colaboradores elegíveis.

Considerando que as condições de atribuição do Plano Complementar no exercício de 2011 permitiram conduir que as mesmas não seriam atingidas, em linha com o verificado no exercício de 2010, o Conselho de Administração Executivo procedeu a uma reavaliação da estimativa do custo desta responsabilidade. Assim, e com base na referida estimativa, o Grupo não reconheceu, com referência a 31 de dezembro de 2011, qualquer custo do exercício relativo a encargos com o plano complementar (31 de dezembro de 2010: Euros 6.799.000), tendo, simultaneamente anulado a estimativa efetuada em 2009 e 2010.

A evolução das responsabilidades por benefícios projetados é analisada conforme segue:

(Milhares de Euros)

	'11			'10
	Responsabilidades benefícios pós-emprego	Extra-Fundo	Total	Total
Saldo a 1 de janeiro	4.951.920	369.678	5.321.598	5.409.882
Custo normal	(6.505)	1.252	(5.253)	35.976
Custo dos juros	262.593	19.564	282.157	288.785
(Ganhos) e perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	42.091	(4.017)	38.074	(41.909)
Resultantes de alterações de pressupostos	(305.139)	(12.805)	(317.944)	(78.517)
Resultado do recálculo das Responsabilidades transferidas para RGSS	164.808		164.808	
Pagamentos	(284.574)	(23.748)	(308.322)	(310.923)
Transferência para o RGSS	(2.747.408)		(2.747.408)	
Programas de reformas antecipadas	12.275		12.275	7.238
Contribuições dos colaboradores	11.328		11.328	11.416
Outros	684		684	(350)
Saldo fim do exercício	2.102.073	349.924	2.451.997	5.321.598

Em 31 de dezembro de 2011, o valor dos benefícios pós-emprego pagos pelo Fundo, excluindo outros benefícios incluídos no Extra-fundo, ascendeu a Euros 284.574.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 286.808.000).

A evolução do valor dos ativos do Fundo é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo a 1 de janeiro	5.148.707	5.530.471
Rendimento esperado dos ativos	263.790	277.717
Ganhos e (perdas) atuariais	(315.759)	(588.322)
Contribuições para o Fundo	284.754	204.583
Pagamentos efetuados	(284.574)	(286.808)
Transferência para o RGSS	(2.747.408)	
Contribuições de colaboradores	11.328	11.416
Outros	684	(350)
Saldo fim do exercício	2.361.522	5.148.707

Os elementos que compõem o valor do ativo do Fundo de Pensões são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Títulos de rendimento variável:		
Ações	1.149.401	1.170.356
Obrigações	622.391	916.079
Títulos de rendimento fixo	354.189	630.180
Imóveis	353.698	381.719
Unidades de Participação	800.290	1.159.152
Aplicações em Bancos e outros	(918.447)	891.221
	2.361.522	5.148.707

A rubrica Imóveis inclui os imóveis registados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 31 de dezembro de 2011, ascendem a Euros 351.186.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 374.994.000).

A rubrica Aplicações em Bancos e outros inclui o montante negativo de Euros 1.236.872.000 a transferir para a Segurança Social e que em 31 de dezembro de 2011 se encontra abatido ao valor do Fundo.

As rubricas Títulos de rendimento variável e Títulos de rendimento fixo incluem títulos emitidos por empresas do Grupo que são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Títulos de rendimento fixo	150.145	55.508
Títulos de rendimento variável	47.385	360.692
	197.530	416.200

A evolução dos valores relativos a responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	(Excesso)/Déficit de cobertura	
	'11	'10
Valores em 1 de janeiro	(196.787)	(495.938)
Custo normal	(6.505)	34.699
Custo dos juros	262.593	268.928
Custo com programas de reformas antecipadas	12.275	7.238
Rendimento esperado dos ativos	(263.790)	(277.717)
(Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos		
Rendimento do Fundo	315.759	588.322
Desvio entre responsabilidades esperadas e efetivas	42.091	(42.982)
Resultantes de alterações de pressupostos	(305.139)	(74.754)
Resultante da transferência ao abrigo do DL 127/2011	164.808	
Contribuições para o Fundo	(284.754)	(204.583)
Valores no final do exercício	(259.449)	(196.787)

A análise das contribuições efetuadas ao Fundo pelas empresas do Grupo é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Ações		2.020
Outros títulos	78.754	201.054
Dinheiro	206.000	1.509
	284.754	204.583

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de dezembro de 2011, o Grupo contabilizou, como custo com benefícios pós-emprego, o montante de Euros 190.197.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 54.282.000) cuja análise é apresentada como se segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Custo dos serviços correntes	(5.253)	35.976
Custo dos juros	282.157	288.785
Rendimento esperado dos ativos	(263.790)	(277.717)
Custo com programas de reformas antecipadas	12.275	7.238
Custos resultantes da transferência ao abrigo do DL 127/2011	164.808	
Custo do exercício	190.197	54.282

A rubrica Custos resultantes da transferência ao abrigo do Decreto-Lei 127/2011 corresponde ao impacto em resultados resultante da transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados e pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social. O referido impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades com os pressupostos definidos pelo Estado Português no âmbito da transferência.

O valor das responsabilidades com benefícios de saúde está integralmente coberto pelo Fundo de Pensões e corresponde em 31 de dezembro de 2011 a Euros 251.017.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 269.929.000). O valor estimado das contribuições a efetuar em 2012 no âmbito do plano de pensões é de Euros 51.140.000.

No âmbito da cobertura de algumas responsabilidades relacionadas com pensões de reforma o Banco contratou com a OcidentalVida a aquisição de apólices de seguro de renda vitalícia imediata, cujas responsabilidades ascendiam em 31 de dezembro de 2011 a Euros 90.236.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 111.011.000), com vista ao pagamento:

- i) de pensões a ex-membros do Conselho de Administração Executivo no âmbito do Regulamento de Reforma dos Administradores do BCP;
- ii) de pensões e complementos de reforma a colaboradores reformados ao abrigo do Fundo de Pensões dos Trabalhadores do BCP constituído em 28 de dezembro de 1987, bem como a Colaboradores reformados ao abrigo de outros Fundos de Pensões que vieram posteriormente a ser integrados no Fundo de Pensões do BCP e que previam que os benefícios de reforma seriam pagos através da aquisição de apólices de seguros, em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei 12/2006. Em 31 de dezembro de 2011, o número de beneficiários envolvidos ascendia a 60.

A Ocidental Vida é detida a 100% pelo Grupo Millenniumbcp Ageas que é detido a 49% pelo Grupo BCP.

Atendendo a que o Regulamento de Reforma dos Administradores prevê que as reformas sejam objeto de uma atualização anual, e como não é prática no mercado segurador a aquisição de rendas vitalícias que incorporem um fator de atualização variável, o Banco, observando os critérios atuariais pertinentes, procedeu ao apuramento e ao registo nas suas demonstrações financeiras do montante necessário para fazer face àquela atualização.

Em conformidade com a política de remuneração de Administradores, o Grupo tem a responsabilidade de suportar o custo com as pensões de reforma dos antigos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como com o Plano Complementar de acordo com as normas aplicáveis, estando as responsabilidades calculadas cobertas pelo Fundo de Pensões, pelo Extra-Fundo e por apólices de capitalização de renda vitalícia.

Para fazer face à atualização das responsabilidades contratadas através de apólice de capitalização de renda vitalícia, em resultado de cálculos atuariais, o Grupo tem registado uma provisão que em 31 de dezembro de 2011 ascendia a Euros 5.504.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 40.996.000). Conforme referido nas notas 9 e 40, a variação ocorre resultado da anulação de provisões constituídas para fazer face a atualizações futuras das pensões de reforma de ex-Administradores no âmbito dos acordos estabelecidos entre o Banco e os ex-Administradores.

Conforme referido na nota 8, no âmbito dos acordos estabelecidos com os ex-Administradores, foram igualmente devolvidos pela Ocidental Vida os valores que tinham sido pagos para a contratação de uma apólice de rendas vitalícias para cobrir responsabilidades com pensões dos ex-Administradores no montante de Euros 18.900.000.

A movimentação dos valores das responsabilidades com pensões de reforma a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo, incluídos na rubrica de Outros passivos (nota 40), é analisada como segue:

(Milhares de Euros)		
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	40.996	40.996
Reposições	(35.492)	
Saldo em 31 de dezembro	5.504	40.996

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspetivas de evolução da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, o Grupo utilizou os seguintes pressupostos atuariais para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Fundo Banco Comercial Português	
	'11	'10
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,50%
Taxa de rendimento do Fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV 73/77 – 1 ano	TV 73/77 – 1 ano
Mulheres	TV 88/90 – 2 anos	TV 88/90 – 2 anos
Taxa de invalidez	0%	0%
Taxa de turnover	0%	0%
Taxa dos custos com benefícios de saúde	6,50%	6,50%

As tábuas de mortalidade consideram uma idade inferior à idade efetiva dos beneficiários, em menos um ano para os homens e em menos dois anos para as mulheres, que se traduz numa esperança média de vida superior.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A taxa de rendimento do Fundo de Pensões foi determinada de forma consistente com as condições atuais de mercado e com a natureza e rentabilidade dos ativos que integram o Fundo de Pensões.

As perdas atuariais líquidas do período no montante de Euros 200.690.000 (31 de dezembro de 2010: perdas atuariais de Euros 467.895.000) são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efetivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos)/Perdas atuariais			
	'11		'10	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Desvios entre as responsabilidades esperadas e efetivas:				
Taxa de crescimento dos salários	0,68%	(22.736)	2,25%	(19.486)
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	(60.961)	1,00%	(26.840)
Invalidez	0,12%	6.357	0,15%	7.988
Turnover	0,00%		0,12%	(6.234)
Desvios de mortalidade	0,00%		0,40%	21.839
Outros	0,12%	(6.381)	0,35%	(19.176)
Alterações de pressupostos:				
Taxa de desconto	5,50%	286.602	5,50%	
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	(80.726)	2,50%	
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	(237.217)	1,50%	(78.518)
Rendimento dos Fundos	0,71%	315.752	5,49%	588.322
		200.690		467.895

Para efeitos da determinação das responsabilidades com referência a 31 de dezembro de 2011, dado que estamos perante um *settlement* de parte das responsabilidades, foi utilizada a taxa implícita para cada uma das populações para efeitos da determinação dos impactos ao nível da taxa de desconto. Os impactos foram apurados dividindo a população coberta entre ativos e reformados/pensionistas de forma a determinar a *duration* de cada uma das subpopulações e, desta forma, uma taxa de desconto implícita.

Assim, a rubrica (Ganhos)/Perdas atuariais – alteração de pressupostos – taxa de desconto inclui o efeito do recálculo das responsabilidades no âmbito do processo de transferência de parte das responsabilidades para o RGSS com base na taxa de desconto definida para a transferência em conformidade com o disposto no DL 127/2011 no montante de Euros 164.808.000. Conforme referido na nota 9, este montante foi reconhecido por contrapartida de resultados.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise de sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% para 7,5% em 2011) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5% em 2011) de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	'11	'10	'11	'10
Impacto no custo com pensões	401	458	(401)	(458)
Impacto nas responsabilidades	38.618	41.527	(38.618)	(41.527)

As responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade, por não serem responsabilidades pós-emprego, não estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo. Em 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade ascendem a Euros 53.150.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 55.296.000) e estão cobertas por provisões em igual montante, conforme nota 40.

O custo do exercício referente ao prémio de antiguidade é o seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Custo dos serviços correntes	3.099	3.246
Custo dos juros	2.936	2.896
Ganhos e perdas atuariais	(3.578)	(924)
Custo do exercício	2.457	5.218

52. Partes relacionadas

O Grupo concede empréstimos no decurso normal das suas atividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito dos dois acordos coletivos de trabalho que englobam substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, bem como ao abrigo da política social do Grupo, são concedidos empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros do Conselho de Administração Executivo e seus familiares diretos, o crédito registado à data de 31 de dezembro de 2011 ascendia a Euros 340.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 616.000), representando 0,01% dos capitais próprios (31 de dezembro de 2010: 0,01%). Estes créditos foram concedidos em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital e garantias dos empréstimos (excluindo transações interbancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu a adonistas e a empresas por estes controladas, que detinham individual ou conjuntamente 2% ou mais do capital do Banco, representando em termos agregados 34,8% do capital social em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010: 49,1%) descritos no relatório do Conselho de Administração Executivo, era de Euros 1.274.080.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 2.026.221.000). Cada um destes empréstimos foi concedido no âmbito do decurso normal dos negócios do Grupo e em condições equivalentes de empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades, tendo sido respeitados os formalismos legais e regulamentares aplicáveis.

Remunerações aos membros do Conselho de Administração Executivo

As remunerações fixas que foram pagas aos membros do Conselho de Administração Executivo no exercício de 2011 ascenderam a Euros 3.814.000 (2010: Euros 4.679.000, incluindo um montante relacionado com o processo de renúncia ao exercício de funções apresentado por um administrador), sendo que Euros 322.000 foram suportados por empresas subsidiárias ou por empresas em cujos órgãos sociais representem interesses do Grupo (2010: Euros 321.000).

Tendo presente que a remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco e em qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro do Conselho de Administração Executivo é considerado para o cômputo dos valores de remuneração fixa anual atribuída pelo Banco e fixada pelo Conselho de Remunerações e Previdência.

Durante o exercício de 2011, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social e Fundo de Pensões, relativos aos membros do Conselho de Administração Executivo no montante de Euros 1.288.000 (2010: Euros 1.650.000 que incluem um ajustamento decorrente da diferença entre os valores efetivamente apurados para o mandato de 2008 a 2010 e as estimativas efetuadas em anos anteriores).

Transações com o Fundo de Pensões

Durante o exercício de 2011 foram efectuadas vendas para o Fundo de pensões no montante de Euros 1.607.663.000 (2010: Euros 284.266.000) referentes a Papel Comercial, Euros 78.200.000 (2010: Euros 0) referentes a títulos da dívida pública portuguesa. Foram efectuadas em 2010 vendas de Euros 94.290.000 referentes a títulos de rendimento variável.

Adicionalmente, foram efectuadas compras ao Fundo de pensões no montante de Euros 219.190.000 (2010: Euros 0) referentes a Papel Comercial, Euros 177.874.000 (2010: Euros 564.385.000) referentes a títulos da dívida pública portuguesa e Euros 149.565.000 (2010: Euros 0) referentes a outras obrigações.

Durante o exercício de 2011 foram efetuadas as seguintes contribuições com o Fundo de Pensões:

Descrição	Natureza	Data da entrega	Quantidade/valor nominal	Preço	Valor da contribuição Euros '000
ES Saúde	Papel Comercial	30.12.2011	56.000.000	98,787	55.650
ES Viagens	Papel Comercial	30.12.2011	10.000.000	99,968	10.208
Ópway, SGPS	Papel Comercial	30.12.2011	10.000.000	99,887	10.219
Outras					2.677
					78.754

A posição acionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização é a seguinte

Acionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2011			Preço Unitário Euros
		31/12/2011	31/12/2010	Aquisições	Alienações	Data	
Membros de Órgãos Sociais							
Paulo José de Ribeiro Moita Macedo (h)	Ações BCP	301.657	259.994	11.437 (c) 30.226 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
Vitor Manuel Lopes Fernandes	Ações BCP	23.412	20.000	879 (c) 2.533 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
	BCP Investimento Telecoms Março 2013	20	20				
Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho	Ações BCP	286.914	247.288	10.878 (c) 28.748 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
Miguel Maya Dias Pinheiro	Ações BCP	210.000	150.000	30.598 (c) 7.845 (f) 21.557 (d)		17-mai-11 15-jun-11 20-jun-11	0,58 0,36 0,36
	MillenniumBcp Valor Capital 2009	0	15		15 (e)	20-jun-11	1.000,00
António Manuel Palma Ramalho	Ações BCP	62.700	12.092	531 (c) 50.077 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
	BPSM/97 Top's Perpétuas Subord. 1/2 Série	498.798	498.798				
José Jacinto Iglésias Soares (g)	Ações BCP	80.743	20.000	7.663 (c) 3.080 (d) 50.000 (f)		17-mai-11 20-jun-11 28-jun-11	0,58 0,36 0,39
Rui Manuel da Silva Teixeira (g)	Ações BCP	31.982	27.565	1.212 (c) 3.205 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
Membros do Conselho Geral e de Supervisão							
António Vitor Martins Monteiro	Ações BCP	2.410	2.078	91 (c) 241 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
	BCP Finance Bank MTN 6,25	0	50		50 (b)	29-abr-11	1.000,00
Manuel Domingos Vicente	Ações BCP	1.159	1.000	43 (c) 116 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
Luís de Melo Champalimaud	Ações BCP	100.000	20.000	879 (c) 79.121 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
António Henriques Pinho Cardão (g)	Ações BCP	102.778	73.259	19.222 (c) 10.297 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
Josep Olliu Creus	Ações BCP	15.083	13.000	572 (c) 1.511 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
Carlos José da Silva (g)	Ações BCP	151.438	130.523	5.741 (c) 15.174 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
António Luís Guerra Nunes Mexia	Ações BCP	1.507	1.299	57 (c) 151 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
João Manuel Matos Loureiro	Ações BCP	1.753	1.500	65 (c) 188 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
José Guilherme Xavier de Basto	Ações BCP	1.376	1.188	51 (c) 137 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
	BCP Mill Rend Semestral Março	5	5				
José Vieira dos Reis	Ações BCP	54.700	16.074	32.707 (c) 5.919 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
	BCP Ob Cx Inv Água Maio 08/2011	0	340		340 (b)	07-mai-11	1.000,00
	BCP Cx Invest Saúde Julho 2008/11	200	200				
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	1.100	1.100				
	Super Aforno Mille Sr B Fev 2009/14	0	20		20 (b)	18-mar-11	1.000,00
	Millennium BCP Valor Capital 2009	0	20		20 (e)	20-jun-11	1.000,00
	BCP Inv Total Novembro 2012	100	100				
	BCP Inv Cabaz Energia Nov 2	50	50				
	BCP Mill Rendimento Plus Jun 2010/2014	50	50				
	Certifica SP 500	188	0	188 (a)		22-fev-11	13,29
	Certific BCP CI DAX	34	0	34 (a)		24-fev-11	73,30
	Millennium Rend, Cresc 2011 4ª S	70	0	70 (a)		07-mar-11	10.000,00
	BCP Inv Dupla Opção Europa	50	0	50 (a)		29-jun-11	1.000,00
	Millennium BCP Subordinadas 2010/2020	25	25				
	Millennium BCP Subord. Agosto 2020 Call	40	40				
	BCP Mill Rend. Premium 2ª série 04/2013	40	40				
	Certific BCP Eurostoxx 50	820	820				
	BCP Investimento Duplo Eur Junho 2013	50	0	50 (a)		29-jun-11	1.000,00
	Millennium Rendimento Crescente 1/4	70	0	70 (a)		07-mar-11	1.000,00

(continua)

(continuação)

Acionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2011			Preço Unitário Euros
		31/12/2011	31/12/2010	Aquisições	Alienações	Data	
Manuel Alfredo Cunha José de Mello	Ações BCP	216.617	186.701	8.212 (c)		17-mai-11	0,58
				21.704 (d)		20-jun-11	0,36
	BCP Finance Bank MTN 6,25	0	200		200 (b)	28-mar-11	1.000,00
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	1.000	1.000				
	BCP Fin Bk Camale: 125% XI/09 (11/2014)	150	150				
	BCP Fin Sel Ac Eur Ret 2 Fontes XI(05/11)	0	100		100 (b)	25-mai-11	1.000,00
	BCP Fin Selec Brasil XI/09 Eur (06/11)	0	329		329 (b)	21-jun-11	1.000,00
	BCP Fin Escolh Tripla Europeia IV/10 04/11	0	40		40 (b)	21-abr-11	1.000,00
	BCP Fin Inv Mundial III	0	100		100 (b)	28-mar-11	1.000,00
	BCP Inv Ind Mundiais XI (11/2013)	120	120				
	BCP Farmaceut GL Autocal XI/10 (11/2012)	0	200		200 (b)	20-mai-11	1.000,00
	BCP Rev Conv Alstom XI/10	0	10		10 (b)	22-mar-11	1.000,00
	BCP Cabaz Consumo AC 01/2013	50	0	50 (a)		07-jan-11	1.000,00
	BCP Ações Europa AC 02/2014	100	0	100 (a)		03-fev-11	1.000,00
	BCP Ações Tecnologia EUA AC 04/2014	100	0	100 (a)		04-abr-11	1.000,00
	BCP Rev. Conv. Apple 10/2011	200	0	200 (a)		15-jun-11	1.000,00
	BCP Rev. Conv. Alstom XI/11	5	0	5 (a)		15-jun-11	1.000,00
	Indústria europeia AC 06/2013	200	0	200 (a)		15-jun-11	1.000,00
	BCP 2,375% (01/2012)	50.000	0	50.000 (a)		16-mai-11	0,95
	BCP FRN (02/2013)	100.000	0	100.000 (a)		21-dez-11	0,75
Thomaz de Mello	Ações BCP	1.159	1.000	43 (c)		17-mai-11	0,58
Paes de Vasconcelos				116 (d)		20-jun-11	0,36
Vasoo Esteves Fraga	Ações BCP	1.159	1.000	43 (c)		17-mai-11	0,58
				116 (d)		20-jun-11	0,36
Cônjuge/Filhos Menores							
Marie Helena Espassandim Catão (g)	Ações BCP	253	218	9 (c)		17-mai-11	0,58
				26 (d)		20-jun-11	0,36
Isabel Maria V. Leite R. Martins Monteiro	Ações BCP	1.854	1.854				
Maria da Graça dos Santos	Ações BCP	3.835	3.308	144 (c)		17-mai-11	0,58
Fernandes de Pinho Cardão (f)				383 (d)		20-jun-11	0,36
Ana Maria Almeida M. Castro José de Mello	Ações BCP	5.776	4.980	218 (c)		17-mai-11	0,58
				578 (d)		20-jun-11	0,36
Ana Melo Castro José de Mello	Ações BCP	1.507	1.299	57 (c)		17-mai-11	0,58
				151 (d)		20-jun-11	0,36
Maria Emília Neno R.T. Xavier de Basto	Ações BCP	435	376	16 (c)		17-mai-11	0,58
				43 (d)		20-jun-11	0,36
Plautia Amélia Lima Moura Sá	Ações BCP	3.223	2.754	121 (c)		17-mai-11	0,58
				348 (d)		20-jun-11	0,36
	BCP Ob Cx Inv Global 12% Fev	0	500		500 (b)	16-fev-11	1.000,00
					400 (b)	14-fev-11	1.000,00
					400 (b)	18-jun-11	1.000,00
	Certific BCP Eurostoxx 50	240	240				
	Certific BCP S/DJ Stoxx Utili (10/2012)	2.125	2.125				
	Certific BCP S/DJ Stoxx Basic (10/2012)	1.485	1.485				

(a) Subscrição.

(b) Vencimento.

(c) Dividendos em ações BCP.

(d) Subscrição do aumento de capital do BCP.

(e) Conversão em capital do MillenniumBcp Valor Capital 2009.

(f) Compra.

(g) A posição inicial diz respeito aos títulos detidos no momento da nomeação, 18-04-2011 e não a 31-12-2010. Os movimentos em 2011 dizem respeito aos efetuados desde a nomeação até 30-06-2011.

(h) Renunciou ao cargo em 20-06-2011, para assumir funções como Ministro da Saúde.

À data de 31 de dezembro de 2011, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Aplicações em IC's	Crédito a Clientes	Ativos Financ. detidos p/ negociação	Ativos Financ. disp. p/ venda	Total
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	5.033.377			1.050.720	6.084.097
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	207.734				207.734
Millennium bcp Bank & Trust	1.039.273				1.039.273
BCP Finance Bank, Ltd	1.128.531		12.249	62.840	1.203.620
Banca Millennium, S.A (Roménia)	150.032				150.032
BCP Finance Company, Ltd	401.225				401.225
Grupo Bank Millennium (Polónia)	16.792		67.277		84.069
Grupo Millennium Bank (Grécia)	1.901.677				1.901.677
Banco Millennium Angola, S.A.	52.576				52.576
BCP Holdings (USA), Inc.		134.167			134.167
Grupo Millenniumbcp Ageas		221.757			221.757
Outras	148	108.009	4.952	41.620	154.729
	9.931.365	463.933	84.478	1.155.180	11.634.956

À data de 31 de dezembro de 2011, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda totalizam o montante de Euros 50,389.000.

À data de 31 de dezembro de 2011, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Depósitos de IC's	Depósitos de Clientes	Títulos de dívida emitidos	Passivos Subordinados	Total
Banco ActivoBank, S.A.	284.084				284.084
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	969.659		3.881.522	28.873	4.880.054
Grupo Bank Millennium (Polónia)	55.777				55.777
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	48.025				48.025
Millennium bcp Bank & Trust	1.974.693				1.974.693
BCP Finance Bank, Ltd	3.014.168			888.190	3.902.358
BCP Finance Company, Ltd		5.020		1.020.569	1.025.589
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.		150.201			150.201
BCP Investment, B.V.		18.802			18.802
BitafPart, B.V.		217.540			217.540
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	37.710				37.710
Grupo Millennium Bank (Grécia)	873.365				873.365
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.		12.728			12.728
Millennium bcp Imobiliária, S.A.		3.921			3.921
Banco Millennium Angola, S.A.	98.675				98.675
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.		24.374			24.374
BCP Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.		25.006			25.006
Grupo Millenniumbcp Ageas		995.115			995.115
Outras	472	29.517			29.989
	7.356.628	1.482.224	3.881.522	1.937.632	14.658.006

À data de 31 de dezembro de 2011, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco totalizam o montante de Euros 17.999.000.

À data de 31 de dezembro de 2011, os proveitos do Banco sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões, Outros proveitos de exploração e Lucros em operações financeiras, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Juros e Proveitos equiparados	Comissões Proveitos	Outros proveitos de exploração	Lucros em operações financeiras	Total
Banco ActivoBank, S.A.			522		522
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	3.425			1.182	4.607
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	131.284	-		201	131.485
Grupo Bank Millennium (Polónia)	5.423	21		6.737	12.181
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	3912	966			4.878
Millennium bcp Bank & Trust	26.568	1.048		73.896	101.512
BCP Finance Bank Ltd	19.802	-		944.886	964.688
Bitalpart, B.V.	87				87
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.			9.805		9.805
Grupo Millennium Bank (Grécia)	49.936	399		21.516	71.851
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.		7.263	357		7.620
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	200	27			227
BCP Holdings (USA), Inc.	4.359				4.359
Banco Millennium Angola, S.A.	4.110		729		4.839
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.	5	46	11.198		11.249
Grupo Millenniumbcp Ageas	2.824	72.665	3.273		78.762
Outras	7.671	17.901	246	471	26.289
	259.606	100.336	26.130	1.048.889	1.434.961

À data de 31 de dezembro de 2011, os custos do Banco com empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões, Fornecimentos e serviços de terceiros e Prejuízos em operações financeiras, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Juros e Custos equiparados	Comissões Custos	Fornecimentos e serviços de terceiros	Prejuízos em operações financeiras	Total
Banco ActivoBank, S.A.	3.501	5.726	112		9.339
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	33			4.383	4.416
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	92.876	1.638		28	94.542
Grupo Bank Millennium (Polónia)	3.661			21.798	25.459
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	373				373
Millennium bcp Bank & Trust	31.734			37.799	69.533
BCP Finance Bank, Ltd	89.695			846.133	935.828
BCP Finance Company, Ltd	49.602				49.602
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	2.597				2.597
BCP Investment, B.V.	3.464				3.464
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	395				395
BitalPart, B.V.	7.835				7.835
Grupo Millennium Bank (Grécia)	16.369			6.107	22.476
Banco Millennium Angola, S.A.	231				231
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.	63		40.656		40.719
Grupo Millenniumbcp Ageas			2.453		2.453
Outras	5.147		13.185	288	18.620
	307.576	7.364	56.406	916.536	1.287.882

À data de 31 de dezembro de 2011, as contas extrapatrimoniais do Banco com empresas subsidiárias, incluídas nas rubricas de Garantias Prestadas e Compromissos assumidos perante terceiros, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Garantias Prestadas	Compromissos perante terceiros	Total
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	11.601	25.000	36.601
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.		80	80
Grupo Bank Millennium (Polónia)	1.666	200.000	201.666
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	5.700	834.640	840.340
Millennium bcp Bank & Trust (*)	104.792	12.506	117.298
BCP Finance Bank, Ltd	3.693.912		3.693.912
BCP Finance Company, Ltd	171.175		171.175
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	3.485		3.485
Grupo Millennium Bank (Grécia)		170.000	170.000
Banco Millennium Angola, S.A.	19.302		19.302
Millennium bcp Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	172		172
Outras		78.097	78.097
	4.011.805	1.320.323	5.332.128

(*) Garantias prestadas pelo Banco relativo a créditos a clientes concedidos pelo Millennium bcp Bank & Trust.

Os saldos e transações inter-companhias são anulados no âmbito da consolidação conforme referido na política contabilística nota 1 b).

À data de 31 de dezembro de 2010, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Aplicações em IC's	Crédito a Clientes	Ativos Financ. detidos p/ negociação	Ativos Financ. disp. p/ venda	Total
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	2.246.424			515.332	2.761.756
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	331.939				331.939
Millennium bcp Bank & Trust	1.185.602				1.185.602
BCP Finance Bank, Ltd	976.483		13.751	105.129	1.095.363
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	150.134				150.134
Grupo Bank Millennium (Polónia)	200.198				200.198
Grupo Millennium Bank (Grécia)	1.715.011			238.941	1.953.952
Banco Millennium Angola, S.A.	242.224				242.224
BCP Holdings (USA), Inc.		195.773			195.773
Grupo Millenniumbcp Ageas		217.491			217.491
Outras		2.587		50.924	53.511
	7.048.015	415.851	13.751	910.326	8.387.943

À data de 31 de dezembro de 2010, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, totalizam o montante de Euros 99.715.000.

À data de 31 de dezembro de 2010, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Depósitos de IC's	Depósitos de Clientes	Títulos de dívida emitidos	Passivos Subordinados	Total
Banco ActivoBank, S.A.	214.252				214.252
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	39.435	1.676	740.911	28.834	810.856
Grupo Bank Millennium (Polónia)	973				973
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	40.634				40.634
Millennium bcp Bank & Trust	2.466.076				2.466.076
BCP Finance Bank, Ltd	5.044.407			1.002.936	6.047.343
BCP Finance Company, Ltd	966			1.020.569	1.021.535
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	24.080			24.080
BCP Investment, B.V.	-	137.717			137.717
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	127.832				127.832
Grupo Millennium Bank (Grécia)	1.037.162				1.037.162
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	12.343			12.343
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	-	203			203
Banco Millennium Angola, S.A.	36.653				36.653
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.	-	23.176			23.176
BCP Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-	24.935			24.935
Grupo Millenniumbcp Ageas	-	490.560			490.560
Outras	-	758.378			758.378
	9.008.390	1.473.068	740.911	2.052.339	13.274.708

À data de 31 de dezembro de 2010, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, totalizam o montante de Euros 44.367.000.

À data de 31 de dezembro de 2010, os proveitos do Banco sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões, Outros proveitos de exploração e Lucros em operações financeiras, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Juros e Proveitos equiparados	Comissões Proveitos	Outros proveitos de exploração	Lucros em operações financeiras	Total
Banco ActivoBank, S.A.		72	668		740
Banco Millennium S.A. (Roménia)	2.481			277	2.758
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	38.102			140	38.242
Grupo Bank Millennium (Polónia)	9.253			14.961	24.214
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	4.292				4.292
Millennium bcp Bank & Trust	13.022	2.667		63.528	79.217
BCP Finance Bank, Ltd	8.015			900.539	908.554
Millennium Bank, Anonim Sirket (Turquia)	517			20.276	20.793
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-		7.140		7.140
Grupo Millennium Bank (Grécia)	23.648	550		15.618	39.816
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	9.277	59		9.336
Banco Millennium Angola, S.A.	3.343		620		3.963
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.	-		10.163		10.163
Grupo Millenniumbcp Ageas	2.717	74.165	3.711		80.593
Outras	1.484	13.891	277		15.652
	106.874	100.622	22.638	1.015.339	1.245.473

À data de 31 de dezembro de 2010, os custos do Banco com empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões, Fornecimentos e serviços de terceiros e Prejuízos em operações financeiras, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Juros e Custos equiparados	Comissões Custos	Fornecimentos e serviços de terceiros	Prejuízos em operações financeiras	Total
Banco ActivoBank, S.A.	2.155	2.541	112	-	4.808
Banca Millennium, S.A. (Romênia)	3	-	-	1.514	1.517
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	8.034	9.818	309	35	18.196
Grupo Bank Millennium (Polónia)	1.923	-	-	28.021	29.944
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	384	-	-	-	384
Millennium bcp Bank & Trust	24.768	-	-	22.881	47.649
BCP Finance Bank, Ltd	80.331	-	-	776.730	857.061
BCP Finance Company, Ltd	49.589	-	-	-	49.589
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	454	-	-	-	454
BCP Investment, B.V.	281	-	-	-	281
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	-	-	-	12.688	12.688
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	433	-	-	-	433
Grupo Millennium Bank (Grécia)	5.585	-	-	7.152	12.737
Seguros e Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	20	-	-	-	20
Banco Millennium Angola, S.A.	378	-	-	-	378
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.	28	-	54.051	-	54.079
Grupo Millenniumbcp Ageas	-	-	570	-	570
Outras	3.206	6	13.821	-	17.033
	177.572	12.365	68.863	849.021	1.107.821

À data de 31 de dezembro de 2010, as contas extrapatrimoniais do Banco com empresas subsidiárias, incluídas nas rubricas de Garantias Prestadas e Compromissos assumidos perante terceiros, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Garantias Prestadas	Compromissos perante terceiros	Total
Banca Millennium, S.A. (Romênia)	13.631	-	13.631
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	-	300.000	300.000
Grupo Bank Millennium (Polónia)	1.982	200.000	201.982
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	19.539	670.213	689.752
Millennium bcp Bank & Trust (*)	133.487	900	134.387
BCP Finance Bank, Ltd	5.258.524	-	5.258.524
BCP Finance Company, Ltd	1.000.000	-	1.000.000
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	12.539	17.878	30.417
Grupo Millennium Bank (Grécia)	-	31.086	31.086
Banco Millennium Angola, S.A.	26.473	22.078	48.551
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	172	-	172
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.	-	5.000	5.000
	6.466.347	1.247.155	7.713.502

(*) Garantias prestadas pelo Banco relativo a créditos a clientes concedidos pelo Millennium bcp Bank & Trust.

Os saldos e transações inter-companhias são anulados no âmbito da consolidação conforme referido na política contabilística nota 1 b).

53. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto na IFRS 8. Em conformidade com o modelo de gestão do Grupo BCP, o segmento primário corresponde aos segmentos utilizados para efeitos de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo. O Grupo BCP desenvolve um conjunto de atividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de *Private Banking* e *Asset Management*.

Caraterização dos Segmentos

O negócio da Banca de Retalho inclui a atividade de Retalho do Banco Comercial Português em Portugal, que atua como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo atua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam perspetivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige* e Negócios; e (ii) o *ActivoBank*, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui a Rede de Empresas do Banco Comercial Português em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de “*cross-selling*” do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento *Corporate* e Banca de Investimento.

A Rede de Empresas em Portugal serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados.

O segmento *Corporate* e Banca de Investimento inclui: (i) a Rede *Corporate* em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *Project finance*, *Corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *Equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a atividade da Direção Internacional do Banco.

O segmento *Private Banking* e *Asset Management*, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de *Private Banking* em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a atividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium Bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o BIM – Banco Internacional de Moçambique, o Banco Millennium Angola e o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. O Millennium bank na Turquia (operação parcialmente alienada em 27 de dezembro de 2010) e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (operação parcialmente alienada em 15 de outubro de 2010) também faziam parte do segmento até à data da sua alienação. Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, anteriormente referidas com exceção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento de *Private Banking* e *Asset Management*.

Na Polónia, o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação centrada no Retalho e baseada na oferta de produtos inovadores e elevados níveis de serviço, na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de *Private Banking* de direito suíço e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direcionado para clientes particulares e empresas, em Angola por um banco focado em clientes particulares, empresas e instituições do setor público e privado e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de *Private Banking*, a clientes com elevado património financeiro (segmento *Affluent*).

Todos os outros negócios encontram-se refletidos no segmento Outros e incluem a gestão centralizada de participações financeiras, as atividades e operações de caráter corporativo não integradas nos restantes segmentos de negócio, nomeadamente a atividade de *Bancassurance*, uma *Joint-venture* com o Grupo Belga-Holandês Ageas, e outros valores não alocados aos segmentos.

Atividade dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, refletindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afetação de capital e de balanceamento de cada entidade, efetuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetados através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados e consequentemente o capital afeto aos segmentos baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se em 2010 e em 2011, o "IRB Advanced" para riscos de crédito da carteira de retalho e "IRB Foundation" para o crédito a empresas, em Portugal, exceto promotores imobiliários e entidades do sistema de "rating" simplificado. Adicionalmente, foi adotado o método "standard" para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. A afetação de capital a cada segmento, nos exercícios de 2010 e de 2011, resultou da aplicação de 10% aos riscos geridos por cada um dos segmentos. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não determinando, contudo, alterações ao nível consolidado.

Os custos operacionais apurados para cada uma das áreas de negócio têm subjacente os montantes contabilizados diretamente nos centros de custo respetivos, por um lado, e os valores resultantes de processos internos de afetação de custos, por outro. A título de exemplo, integram o primeiro conjunto os custos registados com telefones, com deslocações, com estadias e representação e com estudos e consultas, e incluem-se no segundo conjunto os custos com correio, com água e energia e com as rendas associadas aos espaços ocupados por cada área de negócio, entre outros. A afetação deste último conjunto de custos é efetuada com base na aplicação de critérios previamente definidos, relacionados com o nível de atividade de cada área de negócio, tais como o número de contas de depósitos à ordem, o número de clientes ou de colaboradores, o volume de negócios e as áreas ocupadas.

Os fluxos financeiros gerados pelas áreas de negócio, designadamente as aplicações de fundos associadas aos depósitos captados e as tomadas de fundos relacionadas com a concessão de créditos, são processados a preços de mercado, tendo como contraparte a Tesouraria do Banco. Estes preços de mercado são determinados em função da moeda, do prazo da operação e dos respetivos períodos de "repricing". Por outro lado, todos os fluxos financeiros resultantes de afetação de capitais são valorizados com base na taxa média da Euribor a 6 meses para os períodos considerados.

A informação referente a 2010 encontra-se em base comparável com a informação reportada a 2011, exceto no que se refere à componente associada ao Millennium bank na Turquia e ao Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América, refletindo a estrutura atual organizativa das áreas de negócio do Grupo referidas na Caracterização dos Segmentos anteriormente descrita.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados refletem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 31 de dezembro de 2011.

O Grupo atua no mercado Português e em mercados de afinidade que apresentam maiores perspetivas de crescimento. Deste modo, a informação por segmentos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia, Moçambique, Angola, e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a atividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo ActivoBank e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia); o segmento Grécia corresponde à atividade do Millennium Bank (Grécia), o segmento Moçambique equivale à atividade do BIM – Banco Internacional de Moçambique (Moçambique) e o segmento Angola inclui a atividade do Banco Millennium Angola (Angola). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as atividades desenvolvidas em outros países, tais como pelo Banque Privée BCP na Suíça, pela Banca Millennium na Roménia e pelo Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. Adicionalmente, a informação reportada a 2010 contempla, até à data da sua alienação, a atividade do Millennium Bank na Turquia, operação parcialmente alienada em 27 de dezembro de 2010 e a atividade do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América, operação parcialmente alienada em 15 de outubro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

	Banca de Retalho			Banca de Empresas			Private Banking e Asset Management	Outros	Consolidado
	Retalho em Portugal	Negócios no Exterior	Total	Rede de Empresas em Portugal	Corporate e Banca de Investimento em Portugal	Total			
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	1.160.503	1.383.755	2.544.258	459.680	655.679	1.115.359	152.881	247.638	4.060.136
Juros e custos equiparados	(675.344)	(712.357)	(1.387.701)	(271.644)	(414.762)	(686.406)	(122.806)	(283.949)	(2.480.862)
Margem financeira	485.159	671.398	1.156.557	188.036	240.917	428.953	30.075	(36.311)	1.579.274
Comissões e outros proveitos	462.268	294.822	757.090	82.840	204.628	287.468	62.054	(50.691)	1.055.921
Comissões e outros custos	(19.319)	(80.293)	(99.612)	(1.288)	(15.945)	(17.233)	(18.211)	(125.933)	(260.989)
Comissões e outros proveitos líquidos	442.949	214.529	657.478	81.552	188.683	270.235	43.843	(176.624)	794.932
Resultados em operações financeiras	48	106.832	106.880		(7.891)	(7.891)	1.107	107.536	207.632
Custos com pessoal e FSTs	684.008	525.615	1.209.623	58.000	77.591	135.591	51.647	141.247	1.538.108
Amortizações	1.938	47.830	49.768	91	102	193	385	45.764	96.110
Custos operacionais	685.946	573.445	1.259.391	58.091	77.693	135.784	52.032	187.011	1.634.218
Imparidade e provisões	(264.473)	(176.816)	(441.289)	(332.980)	(432.718)	(765.698)	(134.832)	(815.176)	(2.156.995)
Resultados por equivalência patrimonial					(48)	(48)		14.668	14.620
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos								(26.872)	(26.872)
Resultado antes de impostos	(22.263)	242.498	220.235	(121.483)	(88.750)	(210.233)	(111.839)	(1.119.790)	(1.221.627)
Impostos	6.217	(51.881)	(45.664)	35.212	25.737	60.949	31.790	411.782	458.857
Interesses que não controlam		(78.454)	(78.454)					(7.399)	(85.853)
Resultado do exercício	(16.046)	112.163	96.117	(86.271)	(63.013)	(149.284)	(80.049)	(715.407)	(848.623)
Rédito intersegmentos	41.278		41.278	(5.589)	(34.795)	(40.384)	(894)		
Balanco									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.868.547	3.093.990	5.962.537	1.782.054	7.678.298	9.460.352	3.394.711	(1.221.230)	6.606.370
Crédito a clientes	31.383.621	15.659.874	47.043.495	9.377.892	12.198.852	21.576.744	1.933.982	(2.508.686)	68.045.535
Ativos financeiros	1.412	2.081.468	2.082.880		4.851.000	4.851.000	33.292	5.608.331	12.575.503
Outros ativos	138.999	601.986	740.985	10.234	594.405	604.639	27.281	4.881.763	6.254.668
Total do Ativo	34.392.579	21.437.318	55.829.897	11.170.180	25.322.555	36.492.735	5.389.266	(4.229.822)	93.482.076
Depósitos de instituições de crédito	5.150.132	4.823.409	9.973.541	3.969.414	9.126.182	13.095.596	2.707.292	(8.053.010)	17.723.419
Depósitos de cliente	21.470.795	13.897.506	35.368.301	1.321.803	6.264.532	7.586.335	2.455.688	2.105.786	47.516.110
Títulos de dívida emitidos	5.166.266	420.672	5.586.938	4.090.056	6.559.208	10.649.264			16.236.202
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.203.304	239.382	1.442.686	952.638	1.527.741	2.480.379	31.521	103.084	4.057.670
Outros passivos financeiros	15.252	537.641	552.893	10.432	4.092	14.524	2.346	1.084.812	1.654.575
Outros passivos	62.533	229.615	292.148	(79.919)	203.807	123.888	(11.308)	1.515.002	1.919.730
Total do Passivo	33.068.282	20.148.225	53.216.507	10.264.424	23.685.562	33.949.986	5.185.539	(3.244.326)	89.107.706
Capital e Interesses que não controlam	1.324.297	1.289.093	2.613.390	905.756	1.636.993	2.542.749	203.727	(985.496)	4.374.370
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	34.392.579	21.437.318	55.829.897	11.170.180	25.322.555	36.492.735	5.389.266	(4.229.822)	93.482.076

Em 31 de dezembro de 2010 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

	Banca de Retalho			Banca de Empresas			Private Banking e Asset Management	Outros	Consolidado
	Retalho em Portugal	Negócios no Exterior	Total	Rede de Empresas em Portugal	Corporate e Banca de Investimento em Portugal	Total			
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	987.112	1.157.610	2.144.722	356.141	463.031	819.172	112.843	400.321	3.477.058
Juros e custos equiparados	(464.837)	(619.693)	(1.084.530)	(179.542)	(257.010)	(436.552)	(80.396)	(358.745)	(1.960.223)
Margem financeira	522.275	537.917	1.060.192	176.599	206.021	382.620	32.447	41.576	1.516.835
Comissões e outros proveitos	472.173	298.031	770.204	89.048	169.369	258.417	65.200	(1.337)	1.092.484
Comissões e outros custos	(19.637)	(70.340)	(89.977)	(1.492)	(2.736)	(4.228)	(22.236)	(94.530)	(210.971)
Comissões e outros proveitos líquidos	452.536	227.691	680.227	87.556	166.633	254.189	42.964	(95.867)	881.513
Resultados em operações financeiras	51	116.149	116.200		(6.763)	(6.763)	1.786	328.144	439.367
Custos com pessoal e FSTs	668.604	541.985	1.210.589	59.998	74.762	134.760	51.663	36.001	1.433.013
Amortizações	1.714	55.334	57.048	105	102	207	413	52.563	110.231
Custos operacionais	670.318	597.319	1.267.637	60.103	74.864	134.967	52.076	88.564	1.543.244
Imparidade e provisões	(151.206)	(166.042)	(317.248)	(189.004)	(178.229)	(367.233)	(25.402)	(231.163)	(941.046)
Resultados por equivalência patrimonial					(58)	(58)		67.719	67.661
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos								(2.978)	(2.978)
Resultado antes de impostos	153.338	118.396	271.734	15.048	112.740	127.788	(281)	18.867	418.108
Impostos	(40.663)	(24.969)	(65.632)	(4.008)	(29.876)	(33.884)	1.673	83.499	(14.344)
Interesses que não controlam		(54.211)	(54.211)					(5.096)	(59.307)
Resultado do exercício	112.675	39.216	151.891	11.040	82.864	93.904	1.392	97.270	344.457
Rédito intersegmentos	17.033		17.033	5.689	(22.704)	(17.015)	(18)		
Balanço									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.965.330	2.956.901	5.922.231	1.899.437	8.732.011	10.631.448	3.863.528	(15.329.948)	5.087.259
Crédito a clientes	33.547.308	15.798.671	49.345.979	10.024.435	13.245.122	23.269.557	2.518.792	(1.228.922)	73.905.406
Ativos financeiros	1.270	2.318.321	2.319.591		4.699.484	4.699.484	38.151	7.873.484	14.930.710
Outros ativos	667.405	482.594	1.149.999	36.303	51.697	88.000	35.104	3.350.277	4.623.380
Total do Ativo	37.181.313	21.556.487	58.737.800	11.960.175	26.728.314	38.688.489	6.455.575	(5.335.109)	98.546.755
Depósitos de instituições de crédito	7.999.152	4.679.955	12.679.107	4.751.358	10.562.972	15.314.330	3.450.167	(11.367.048)	20.076.556
Depósitos de clientes	19.856.041	13.957.472	33.813.513	1.663.234	4.923.161	6.586.395	2.698.691	2.510.516	45.609.115
Títulos de dívida emitidos	6.005.308	862.373	6.867.681	3.614.045	7.650.654	11.264.699	4.978	32	18.137.390
Passivos financeiros ao justo valor através de resultado	1.662.880	285.887	1.948.767	1.000.736	2.118.480	3.119.216	39.708	106.999	5.214.690
Outros passivos financeiros	98.253	422.256	520.509	60.861	80.973	141.834	16.511	1.706.793	2.385.647
Outros passivos	197.140	285.258	482.398	25.943	29.050	54.993	16.550	957.815	1.511.756
Total do Passivo	35.818.774	20.493.201	56.311.975	11.116.177	25.365.290	36.481.467	6.226.605	(6.084.893)	92.935.154
Capital e Interesses que não controlam	1.362.539	1.063.286	2.425.825	843.998	1.363.024	2.207.022	228.970	749.784	5.611.601
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	37.181.313	21.556.487	58.737.800	11.960.175	26.728.314	38.688.489	6.455.575	(5.335.109)	98.546.755

Em 31 de dezembro de 2011 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos, é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

	Portugal						Polónia	Grécia	Angola	Moçambique	Outros	Consolidado
	Retailo	Rede de Empresas	Private Banking e Asset Management	Corporate e Banca de Investimento	Outros	Total						
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	1.160.503	459.680	78.037	655.679	247.638	2.601.537	660.779	393.106	92.819	196.793	115.102	4.060.136
Juros e custos equiparados	(675.344)	(271.644)	(55.732)	(414.762)	(283.949)	(1.701.431)	(398.683)	(202.719)	(32.432)	(58.144)	(87.453)	(2.480.862)
Margem financeira	485.159	188.036	22.305	240.917	(36.311)	900.106	262.096	190.387	60.387	138.649	27.649	1.579.274
Comissões e outros proveitos	462.268	82.840	40.173	204.628	(50.691)	739.218	169.589	34.933	19.262	64.702	28.217	1.055.921
Comissões e outros custos	(19.319)	(1.288)	(12.487)	(15.945)	(125.933)	(174.972)	(37.831)	(14.495)	(225)	(23.539)	(7.901)	(260.989)
Comissões e outros proveitos líquidos	442.949	81.552	27.686	188.683	(176.624)	564.246	131.758	20.438	17.011	41.163	20.316	794.932
Resultados em operações financeiras	48	-	(5)	(7.891)	107.536	99.688	47.652	8.276	26.645	19.647	5.724	207.632
Custos com pessoal e FSTs	684.008	58.000	31.627	77.591	141.247	992.473	255.264	115.733	50.683	69.627	54.328	1.538.108
Amortizações	1.938	91	1	102	45.764	47.896	15.750	13.736	6.831	7.174	4.723	96.110
Custos operacionais	685.946	58.091	31.628	77.693	187.011	1.040.369	271.014	129.469	57.514	76.801	59.051	1.634.218
Impandade e provisões	(264.473)	(332.980)	(113.193)	(432.718)	(815.176)	(1.958.540)	(422.17)	(92.570)	(12.073)	(17.619)	(33.976)	(2.156.995)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(48)	14.668	14.620	-	-	-	-	-	14.620
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	(26.872)	(26.872)	-	-	-	-	-	(26.872)
Resultado antes de impostos	(22.263)	(121.483)	(94.835)	(88.750)	(1.119.790)	(1.447.121)	128.275	(2.938)	34.456	105.039	(39.338)	(1.221.627)
Impostos	6.217	35.212	27.572	25.737	411.782	506.520	(27.358)	(6.274)	(2.919)	(18.722)	7.610	458.857
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(7.399)	(7.399)	(34.806)	-	(14.905)	(28.743)	-	(85.853)
Resultado do exercício	(16.046)	(86.271)	(67.263)	(63.013)	(715.407)	(948.000)	66.111	(9.212)	16.632	57.574	(31.728)	(848.623)
Balanço												
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.868.547	1.782.054	224.163	7.678.298	(122.1230)	341.832	1.127.572	1.123.514	343.381	402.486	3.267.585	6.606.370
Crédito a clientes	31.383.621	9.377.892	1.287.528	12.198.852	(2.508.686)	51.739.207	9.193.312	4.653.552	480.472	986.361	992.631	68.045.535
Ativos financeiros	1.412	-	1.619	4.851.000	5.608.331	10.462.362	895.931	442.328	417.343	275.612	81.927	12.575.503
Outros ativos	138.999	10.234	5.418	594.405	4.881.763	5.630.819	153.853	144.376	146.736	128.282	50.602	6.254.668
Total do Ativo	34.392.579	11.170.180	1.518.728	25.322.555	(4.229.822)	68.174.220	11.370.668	6.363.770	1.387.932	1.792.741	4.392.745	93.482.076
Depósitos de instituições de crédito	5.150.132	3.969.414	93.443	9.126.182	(805.3010)	10.286.161	1.306.799	2.709.437	390.046	201.738	2.829.238	17.723.419
Depósitos de clientes	21.470.795	1.321.803	1.359.528	6.264.532	2.105.786	32.522.444	8.504.410	2.939.172	871.706	1.307.569	1.370.809	47.516.110
Títulos de dívida emitidos	5.166.266	4.090.056	-	6.559.208	-	15.815.530	240.286	150.397	-	29.989	-	16.236.202
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.203.304	952.638	-	(527.741)	103.084	3.786.767	128.806	110.240	-	-	31.857	4.057.670
Outros passivos financeiros	15.252	10.432	741	4.092	1.084.812	1.115.329	522.356	11.040	1.072	1.553	3.225	1.654.575
Outros passivos	62.533	(79.919)	672	203.807	1.515.002	1.702.095	72.708	7.493	32.042	117.079	(11.687)	1.919.730
Total do Passivo	33.068.282	10.264.424	1.454.384	23.685.562	(3.244.326)	65.228.326	10.775.365	5.927.779	1.294.866	1.657.928	4.223.442	89.107.706
Capital e Interesses que não controlam	1.324.297	905.756	64.344	1.636.993	(985.496)	2.945.894	595.303	435.991	93.066	134.813	169.303	4.374.370
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	34.392.579	11.170.180	1.518.728	25.322.555	(4.229.822)	68.174.220	11.370.668	6.363.770	1.387.932	1.792.741	4.392.745	93.482.076

Em 31 de dezembro de 2010 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

	Portugal						Polónia	Grécia	Angola	Moçambique	Outros	Consolidado
	Retalho	Rede de Empresas	Private Banking e Asset Management	Corporate e Banca de Investimento	Outros	Total						
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	987.112	356.141	49.214	463.031	400.321	2.255.819	588.834	277.457	72.469	128.877	153.602	3.477.058
Juros e custos equiparados	(464.837)	(179.542)	(29.630)	(257.010)	(358.745)	(1.289.764)	(362.071)	(150.163)	(22.020)	(34.039)	(102.166)	(1.960.223)
Margem financeira	522.275	176.599	19.584	206.021	41.576	966.055	226.763	127.294	50.449	94.838	51.436	1.516.835
Comissões e outros proveitos	472.173	89.048	37.817	169.369	(1.337)	767.070	170.802	43.642	17.174	51.373	42.423	1.092.484
Comissões e outros custos	(19.637)	(1.492)	(14.971)	(2.736)	(94.530)	(133.366)	(31.177)	(11.562)	(1.218)	(21.759)	(11.889)	(210.971)
Comissões e outros proveitos líquidos	452.536	87.556	22.846	166.633	(95.867)	633.704	139.625	32.080	15.956	29.614	30.534	881.513
Resultados em operações financeiras	51	-	-	(6.763)	328.144	321.432	54.886	464	26.861	26.235	9.489	439.367
Custos com pessoal e FSTs	668.604	59.998	31.459	74.762	36.001	870.824	248.951	114.173	46.281	57.782	95.002	1.433.013
Amortizações	1.714	105	1	102	52.563	54.485	18.619	9.949	4.993	7.365	14.820	110.231
Custos operacionais	670.318	60.103	31.460	74.864	88.564	925.309	267.570	124.122	51.274	65.147	109.822	1.543.244
Imparidade e provisões	(151.206)	(189.004)	(20.418)	(178.229)	(231.163)	(770.020)	(56.608)	(57.328)	(14.114)	(21.158)	(21.818)	(941.046)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(58)	67.719	67.661	-	-	-	-	-	67.661
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	(2.978)	(2.978)	-	-	-	-	-	(2.978)
Resultado antes de impostos	153.338	15.048	(9.448)	112.740	18.867	290.545	97.096	(21.612)	27.878	64.382	(40.181)	418.108
Impostos	(40.663)	(4.008)	2.774	(29.876)	83.499	11.726	(19.527)	5.550	(4.638)	(11.783)	4.328	(14.344)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(5.096)	(5.096)	(25.960)	-	(10.916)	(17.335)	-	(59.307)
Resultado do exercício	112.675	11.040	(6.674)	82.864	97.270	297.175	51.609	(16.062)	12.324	35.264	(35.853)	344.457
Rédito intersegmentos	17.033	5.689	(18)	(22.704)	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço												
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.965.330	1.899.437	177.379	8.732.011	(15.329.948)	(1.555.791)	889.698	1.479.004	219.436	275.841	3.779.071	5.087.259
Crédito a clientes	33.547.308	10.024.435	1.391.350	13.245.122	(1.228.922)	56.979.293	9.242.386	4.996.810	447.252	807.816	1.431.849	73.905.406
Ativos financeiros	1.270	-	1.625	4.699.484	7.873.484	12.575.863	1.514.083	335.597	257.301	117.430	130.436	14.930.710
Outros ativos	667.405	36.303	22.758	51.697	3.350.277	4.128.440	143.493	130.052	87.971	91.500	41.924	4.623.380
Total do Ativo	37.181.313	11.960.175	1.593.112	26.728.314	(5.335.109)	72.127.805	11.789.660	6.941.463	1.011.960	1.292.587	5.383.280	98.546.755
Depósitos de instituições de crédito	7.999.152	4.751.358	109.442	10.562.972	(11.367.048)	12.055.876	1.329.814	2.761.494	301.738	80.397	3.547.237	20.076.556
Depósitos de clientes	19.856.041	1.663.234	1.319.833	4.923.161	2.510.516	30.332.785	8.992.541	3.122.417	593.251	966.812	1.601.309	45.609.115
Títulos de dívida emitidos	6.005.308	3.614.045	4.978	7.650.654	32	7.275.017	287.046	551.323	-	24.004	-	18.137.390
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.662.880	1.000.736	1.379	2.118.480	106.999	4.890.474	202.348	80.702	-	-	41.165	5.214.690
Outros passivos financeiros	98.253	60.861	5.956	80.973	1.706.793	1.952.836	367.391	39.342	5.516	8.276	12.286	2.385.647
Outros passivos	197.140	25.943	8.925	29.050	957.815	1.218.873	104.455	44.223	34.968	98.332	10.905	1.511.756
Total do Passivo	35.818.774	11.116.177	1.510.513	25.365.290	(6.084.893)	67.725.861	11.283.595	6.599.501	935.474	1.177.821	5.212.902	92.935.154
Capital e Interesses que não controlam	1.362.539	843.998	82.599	1.363.024	749.784	4.401.944	506.065	341.962	76.486	114.766	170.378	5.611.601
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	37.181.313	11.960.175	1.593.112	26.728.314	(5.335.109)	72.127.805	11.789.660	6.941.463	1.011.960	1.292.587	5.383.280	98.546.755

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relativos com o resultado líquido do Grupo

Descrição dos itens de reconciliação materialmente relevantes:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Resultado líquido ^(*)		
Retalho em Portugal	(16.046)	12.675
Rede de Empresas	(86.271)	11.040
Corporate e Banca de Investimento	(63.013)	82.864
Private Banking e Asset Management	(67.263)	(6.674)
Negócios no Exterior	177.831	101.493
	(54.762)	301.398
Impacto na margem financeira da alocação de capital ⁽¹⁾	5.246	24.537
	(60.008)	276.861
Valores não imputados aos segmentos		
Interesses que não controlam ⁽²⁾	(85.853)	(59.307)
Custos operacionais ⁽³⁾	(54.160)	(78.127)
Imparidade e outras provisões ⁽⁴⁾	(668.044)	(84.032)
Resultados por equivalência patrimonial	14.620	67.661
Risco de crédito próprio	(20.591)	204.561
Contabilização de cobertura de risco de taxa de juro ⁽⁵⁾		36.600
Transferência de responsabilidades para RGSS ⁽⁶⁾	(164.808)	
Alienação da participação na Eureka e acerto de preço ⁽⁷⁾	24.480	65.200
Imparidade no goodwill do Millennium Bank na Grécia ⁽⁸⁾	(147.130)	(147.130)
Rendimento de instrumentos de capital	1.379	35.906
Efeitos fiscais e outros ⁽⁹⁾	311.492	26.264
Total não imputado aos segmentos	(788.615)	67.596
Resultado líquido consolidado	(848.623)	344.457

(*) O resultado líquido não está deduzido, quando aplicável, dos interesses que não controlam.

(1) Representa o impacto na margem financeira decorrente da alocação de capital. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetos através do processo de alocação de capital, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

(2) Corresponde, essencialmente, aos resultados atribuíveis a terceiros relacionados com as subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola.

(3) Inclui os custos operacionais não alocados aos segmentos de negócio, nomeadamente os relacionados com as áreas corporativas e com projetos estratégicos.

(4) Inclui as provisões para imóveis em dação, contraordenações, contingências diversas e outras não alocadas aos segmentos de negócio. O valor de 2011 inclui Euros 533.487.000 (antes de impostos) relacionados com a imparidade para títulos de dívida pública grega.

(5) Resultados em operações financeiras associados à estratégia de cobertura económica do risco de taxa de juro associado a um passivo de taxa fixa, que foi efetuado através de um swap de taxa de juro, resultantes de quebras de cobertura na sequência de avaliação da efetividade da relação de cobertura.

(6) Transferência para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas no âmbito da Dec. Lei n.º 127/2011.

(7) O valor de 2010 corresponde à valor na alienação da participação na Eureka e o valor de 2011 ao acerto do preço resultante da avaliação efetuada anualmente no primeiro trimestre de cada ano.

(8) Goodwill do Millennium bank na Grécia, em conformidade com a política contabilística do Grupo e o disposto na IAS 36.

(9) Inclui o efeito fiscal associado aos impactos dos itens anteriormente discriminados, bem como o financiamento dos ativos não geradores de juros e das participações financeiras estratégicas.

54. Gestão de riscos

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efetuada de forma centralizada em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade do Grupo.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

Mercado – O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflete a incapacidade de o Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão do mesmo, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Matérias Financeiras, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade.

O *Group Risk Officer* é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo de forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objetivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua atuação pelos princípios e orientações estabelecidos centralmente pela Comissão de Risco, estando dotadas de estruturas do *Risk Office*, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respetiva atividade. Em cada subsidiária relevante foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o *Risk Officer* do Grupo.

O *Group Head of Compliance* é responsável pela implementação de sistemas de prevenção, monitorização e reporte dos riscos nos processos organizacionais que induzem, entre outros, a prevenção do branqueamento de capitais, combate ao financiamento do terrorismo, prevenção do conflito de interesses, abuso de mercado e comunicação com clientes.

Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- **Negociação:** contempla as posições cujo objetivo é a obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionáveis sem restrições e podem ser precisas e frequentemente reavaliadas, incluindo os títulos e derivados das atividades de vendas;
- **Financiamento:** agrupa os financiamentos institucionais e o mercado monetário do Grupo;
- **Investimento:** inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade, durante um período alargado de tempo ou que não sejam transacionáveis em mercados líquidos;
- **Comercial:** assume a atividade comercial com clientes;
- **ALM:** representa a função de gestão de Ativos e Passivos;
- **Estrutural:** trata de elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas.

A definição das áreas de gestão permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada de acordo com o respetivo contexto.

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de proteção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este intuito é aplicado um sistema único de notação de risco, a *Rating Master Scale*, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A *Rating Master Scale* permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, no âmbito do novo Acordo de Basileia II, na situação de incumprimento.

Todos os modelos de *rating/scoring* usados no Grupo foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale*.

O conceito de nível de proteção é um elemento fulcral na avaliação da eficácia da colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais ativa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

Para a quantificação do risco de crédito ao nível das diferentes carteiras, o Grupo desenvolveu um modelo baseado numa abordagem atuarial, que permite obter a distribuição de probabilidade das perdas totais. Além da probabilidade de incumprimento (PD) e do montante da perda dado o incumprimento (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respetiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os setores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respetivas correlações.

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa às exposições brutas ao risco de crédito do Grupo (posição em risco original), em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

(Milhares de Euros)

Rubricas de risco	Posição em risco original	
	'11	'10
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	9.367.993	9.415.608
Administrações Regionais ou Autoridades Locais	709.175	777.951
Organismos Administrativos e Empresas sem fins lucrativos	110.984	2.259.411
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	88.213	127.270
Outras Instituições de Crédito	8.187.435	8.637.694
Clientes de retalho e empresas	89.172.371	94.532.274
Outros elementos	9.979.387	6.935.005
	117.615.558	122.685.213

Nota: exposições brutas de imparidade e amortizações, em conformidade com o perímetro de consolidação prudencial. Inclui posições de titularização.

O quadro seguinte inclui os países europeus que têm estado sobre atenção particular neste período, nomeadamente Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha, Itália e Hungria. O montante apresentado representa a exposição bruta (valor nominal), com referência a 31 de dezembro de 2011, do crédito concedido a entidades cujo país é um dos identificados.

(Milhares de Euros)

Tipo de contraparte	Maturidade	31 de dezembro de 2011					
		País de residência					
		Espanha	Grécia	Hungria	Irlanda	Itália	Portugal
Inst. Financeiras	2012	56.049	59.093	1.632	750.007	1.937	1.014.583
	2013	6.537	28.024	-	25.000	-	773.053
	2014	50.000	12	-	15.000	23.000	206.060
	>2014	75.000	106.082	-	-	-	353.246
		187.586	193.211	1.632	790.007	24.937	2.346.942
Empresas	2012	17.721	312.951	-	6.814	250	7.664.060
	2013	34.186	50.654	-	-	-	1.244.747
	2014	24.611	101.159	-	-	-	1.422.499
	>2014	250.047	1.383.390	-	12.188	-	7.268.577
		326.565	1.848.154	-	19.002	250	17.599.883
Retalho	2012	132.298	158.107	21	58	160	4.351.374
	2013	200	61.360	2	37	54	873.468
	2014	203	60.397	5	106	21	868.900
	>2014	37.436	1.947.172	71	58.756	6.762	25.422.028
		170.137	2.227.036	99	58.957	6.997	31.515.770
Estado e Outras Entidades Públicas	2012	-	314.464	5	-	-	3.462.141
	2013	-	97.667	-	-	-	1.292.107
	2014	-	50.591	-	200.000	-	141.044
	>2014	5.000	392.496	-	-	50.000	1.833.664
		5.000	855.218	5	200.000	50.000	6.728.956
Total país		689.288	5.123.619	1.736	1.067.966	82.184	58.191.551

Na rubrica de Instituições Financeiras estão incluídas aplicações noutras Instituições de crédito. Os montantes não incluem juros nem se encontram deduzidos dos valores de imparidade.

Na rubrica de Empresas estão incluídos os montantes de crédito concedidos ao segmento empresas, não estando considerados os montantes de juros, imparidade ou a mitigação de risco através de colaterais.

Na rubrica de Retalho estão incluídos os montantes de crédito concedidos ao segmento retalho, não estando considerados os montantes de juros, imparidade ou a mitigação de risco através de colaterais.

Na rubrica de Estado e outras entidades públicas estão incluídos os montantes referentes a dívida soberana, crédito a instituições governamentais, empresas públicas, governos e autarquias, não estando considerados os montantes de juros, imparidade ou a mitigação de risco através de colaterais.

Nota: no caso da exposição à República Grega, existia a 31 de dezembro de 2011 imparidade constituída no valor de Euros 533.487.000 (antes de impostos).

Riscos de Mercado

O Grupo, no controlo do risco de mercado assumido nas diversas áreas de gestão (de acordo com a definição anterior), utiliza uma medida integrada de risco que engloba os principais componentes de risco de mercado identificados pelo Grupo: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de *commodities* (mercadorias).

A medida utilizada na avaliação do risco genérico de mercado é o VaR (*Value at Risk*). O cálculo do VaR é efetuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de dez dias úteis e um nível de significância de 99%. A estimação da volatilidade associada a cada um dos fatores de risco no modelo é efetuada utilizando um modelo econométrico de estimação EWMA, que assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correta adequação às condições de mercado.

Utiliza-se igualmente um modelo de avaliação do risco específico existente devido à detenção de títulos (obrigações, ações, certificados, etc.) e de derivados cuja *performance* esteja diretamente ligada ao valor destes. Este modelo segue o "standard" regulamentar.

São ainda utilizadas medidas complementares para os restantes tipos de risco, uma medida de risco não linear que incorpora o risco de opções não coberto no modelo VaR, com um intervalo de confiança de 99% e uma medida "standard" para o risco de "commodities".

Estas medidas são integradas no indicador de risco de mercado com o pressuposto conservador de correlação perfeita entre os diversos tipos de risco ("worst-case scenario").

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adotado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de "backtesting", realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas para a carteira de negociação durante o ano de 2011:

	(Milhares de Euros)				
	2011.12.31	Média	Máximo	Mínimo	2010.12.31
Risco Genérico (VaR)	5.023	3.342	12.323	1.405	12.519
Risco de Taxa de Juro	5.051	2.743	11.971	1.343	12.332
Risco cambial	1.761	1.527	1.697	513	1.485
Risco de ações	664	826	574	614	610
Efeito de diversificação	2.453	1.754	1.919	1.065	1.908
Risco Específico	1.298	970	2.862	520	2.180
Risco não linear	380	178	1.042	6	297
Risco de Commodities	4	5	11		3
Risco Global	6.705	4.495	14.854	2.502	14.999

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efetuada a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de "repricing" e eventuais pressupostos de pré-pagamentos considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de "repricing".

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, por moeda, é calculada pela diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

Os valores apresentados no quadro abaixo evidenciam o impacto esperado no valor económico da carteira bancária devido a deslocações paralelas na curva de rendimentos em +/-100 e +/-200 pontos base, em cada uma das moedas onde o Grupo tem posições significativas:

(Milhares de Euros)

Moeda	31 dezembro 2011			
	- 200 pb	- 100 pb	+ 100 pb	+ 200 pb
CHF	(2.281)	(3.002)	4.555	9.120
EUR	197.200	85.867	(71.811)	(134.034)
PLN	26.883	13.143	(12.584)	(24.645)
USD	(1.438)	184	4.293	6.793
TOTAL	220.364	96.192	(75.547)	(142.767)

(Milhares de Euros)

Moeda	31 dezembro 2010			
	- 200 pb	- 100 pb	+ 100 pb	+ 200 pb
CHF	26	(882)	3.573	7.164
EUR	191.906	74.118	(60.778)	(109.715)
PLN	19.434	9.546	(9.222)	(18.137)
USD	5.800	1.292	156	634
TOTAL	217.166	84.074	(66.271)	(120.054)

O Grupo realiza regularmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o *mismatch* de taxa juro das posições de risco associada à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo para horizontes temporais de curto prazo (até três meses) é efetuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projeções de "cash-flows" para períodos de, respetivamente, três dias e três meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respetivo (três dias ou três meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes *Corporate* e *Private* que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o *gap* de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez estrutural do Grupo, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do "Capital and Assets and Liabilities Committee" (CALCO), visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da atividade.

Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade da Comissão de Riscos. Este controlo é reforçado com a execução mensal de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Grupo, e cada uma das suas subsidiárias, cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e as tomadas de decisões de gestão sobre esta matéria.

Durante o ano de 2011, o acesso aos mercados de financiamento, quer de médio/longo prazo bem como de curto prazo, estiveram virtualmente fechados para as instituições financeiras portuguesas. Situação que se agravou após o pedido de ajuda financeira efetuado durante o mês de maio.

Nesta conjuntura, e considerando a prudente gestão de liquidez prosseguida pelo Grupo no decorrer de toda esta conjuntura, foi reforçado o papel do "buffer" de liquidez proporcionado pela carteira de ativos descontáveis junto do BCE (ou outros Bancos Centrais), apesar do efeito de perda de elegibilidade de parte da carteira e desvalorização da restante. Nesta linha a carteira de ativos descontáveis junto do BCE decresceu Euros 4.120.440.000 durante 2011, terminando com um valor Euros 15.674.568.000.

Os ativos integrados na "pool" de política monetária do Banco Central Europeu, líquidos de "haircuts" e os ativos elegíveis para desconto junto de outros Bancos Centrais, são analisados conforme se segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Banco Central Europeu	15.674.568	19.795.008
Outros Bancos Centrais	784.665	781.241
	16.459.233	20.576.249

O montante apresentado de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu inclui títulos emitidos por SPE de operações de securitização, cujos ativos não foram desreconhecidos na ótica consolidada do Grupo, pelo que os títulos não se apresentam reconhecidos na carteira de títulos.

A gestão de liquidez ao longo do ano de 2011 foi condicionada pela emergência das crises política nacional e da dívida soberana, ocorridas no termo do 1.º trimestre. Até então, o Banco atingira os seus objetivos de diversificação das fontes de financiamento de curto-prazo através da emissão de contratos de reporte, mas fora já confrontado com a incapacidade de colocar emissões de papel comercial e instrumentos de médio-longo prazo (previstas no Plano de Liquidez), cujos mercados permaneceriam totalmente fechados até final do ano.

A degradação da conjuntura suscitou resposta rápida por parte do Banco, consubstanciada na Revisão do Plano de Liquidez (abril de 2011), que atribuiu particular enfoque à aceleração das metas de desalavancagem (incluindo internalização de fundos fora de balanço) e ao reforço da carteira de ativos elegíveis. Neste particular, a política executada (que, entre outras, incluiu duas novas emissões com garantia do Estado), permitiu ultrapassar a perda de colateral associada à entrada em vigor das novas regras de colateral do BCE em 1 de janeiro de 2011 e, ao longo do exercício, mitigar parcialmente os efeitos, de grande materialidade, dos aumentos de "haircuts", perdas de elegibilidade e desvalorizações verificados desde março de 2011. O efeito de desvalorização deveu-se, sobretudo, aos sucessivos "downgrades" da dívida soberana portuguesa iniciados no final do primeiro trimestre do ano, que degradaram os "ratings" das instituições financeiras nacionais.

A evolução da "Pool" de Política Monetária do BCE e correspondentes colaterais utilizados é a seguinte:

	(Milhares de Euros)				
	dez 11	set 11	jun 11	mar 11	dez 10
Colateral total após haircuts	15.674.568	17.423.213	19.501.173	16.975.271	19.795.008
Colateral utilizado	12.706.000	15.270.000	15.030.000	14.700.000	14.905.000
Colateral Disponível (após haircuts)	2.968.568	2.153.213	4.471.173	2.275.271	4.890.008

Os principais rácios de liquidez do Grupo, de acordo com as definições da Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal, tiveram a seguinte evolução:

	Valor de referência	'11	'10
Cashflows líquidos acumulados até 1 ano em % do total do passivo contabilístico	Não inferior a (-6%)	1,6%	5,9%
Gap de liquidez em % dos ativos ilíquidos	Não inferior a (-20%)	8,2%	7,6%
Rácio de transformação (Crédito/Depósitos) ⁽¹⁾		144,8%	163,6%
Rácio de cobertura do Wholesale funding por AAL ⁽²⁾			
(até 1 Mês)		132,2%	136,0%
(até 3 Meses)		96,4%	113,5%
(até 1 Ano)		87,6%	95,2%

(1) Com a definição da Instrução n.º 23/2011 do BdP, de 26/09/2011.

(2) AAL - Ativos Altamente Líquidos.

Risco Operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte "end-to-end". A gestão dos processos é da competência dos *Process Owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da performance no âmbito dos seus processos. Os *Process Owners* são responsáveis por manter atualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efetiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão direta ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de "risk self assessment", detetar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as ações de mitigação para as exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Grupo destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detetado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as ações de mitigação para as exposições críticas.

Covenants

Os termos contratuais dos vários instrumentos de *wholesale funding* compreendem obrigações assumidas pelo Grupo enquanto mutuário ou emitente, relativas a deveres gerais de conduta societária, à preservação da sua atividade bancária principal e à inexistência de certos privilégios creditórios concedidos a outros credores ("negative pledge"). Estes termos refletem essencialmente os padrões adotados internacionalmente para cada um dos tipos de instrumento de dívida utilizados pelo Grupo.

Os termos da intervenção do Grupo em operações de titularização de ativos por si cedidos estão sujeitos a alterações caso o Grupo deixe de respeitar determinados critérios de notação de *rating*. Os critérios estabelecidos em cada operação resultam essencialmente da metodologia de análise do risco que vigorava no momento da sua montagem, sendo estas metodologias habitualmente aplicadas por cada agência de *rating* de forma padronizada a todas as operações de titularização de um mesmo tipo de ativos.

Relativamente ao ano de 2011, as reduções do *rating* efetuadas pela Moody's, de "A3" para "Ba3" (longo prazo) e de "P-2" para "NP" (curto prazo), determinaram, para a operação de titularização Caravela SME N.º 1: (i) o estabelecimento de um "Contingent Subordinated Loan", cujo providenciador é o próprio Banco, visando, através de uma Conta Reserva, cobrir o montante correspondente ao risco de *set-off* atual associado à respetiva carteira titularizada (este risco será monitorizado mensalmente, reduzindo-se o montante da respetiva Conta Reserva e, por consequência do "Contingent Subordinated Loan", em conformidade); e (ii) a transferência da contraparte do SPV (Emitente das obrigações) no *swap* para um banco com *rating* de longo prazo de, no mínimo, "A3". Por seu lado, os "downgrades" efetuados pela S&P de "BBB+" para "BB" (longo prazo) e de "A-2" para "B" (curto prazo), ocasionaram, para a titularização Tagus Leasing N.º 1, a necessidade do estabelecimento de um "Contingent Subordinated Loan" providenciado pelo Banco com o objetivo constituir uma nova Conta Reserva que cobrisse o montante correspondente ao risco de *set-off* associado à respetiva carteira de crédito titularizada (o montante da Conta Reserva e, por consequência, do "Contingent Subordinated Loan", serão reduzidos em conformidade). No que diz respeito à Fitch, os *downgrades* de "BBB+" para "BB+" (longo prazo) e de "F2" para "B" (curto prazo), determinam, para a operação de titularização Caravela SME N.º 2, a necessidade de vir a ser firmado, com uma contraparte elegível, um contrato de "back-up servicing".

Saliente-se ainda que eventuais futuras reduções das notações de *rating* por parte de qualquer uma das Agências de "Rating" não terão implicações adicionais relevantes no que diz respeito às "covenants" existentes nas operações de titularização em curso.

O Grupo tem atualmente dois Programas de Obrigações Hipotecárias em curso. No que respeita ao Programa do BCP, os atuais níveis de *rating* do Banco implicam apenas a necessidade de manutenção de colateral em função do valor de mercado dos *swaps* de taxa de juro pertencentes ao património afeto ao Programa. O Programa do Banco de Investimento Imobiliário, S.A. não tendo qualquer *swap* associado não tem qualquer *covenant* relevante relacionado com um eventual "downgrade".

55. Solvabilidade

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Grupo BCP, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade em Portugal e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco "Posições Renováveis de Retalho" e "Outras Posições de Retalho" em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011. No 1.º semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

Os fundos próprios do Grupo Banco Comercial Português são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2010. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (*Tier 1*) com os fundos próprios complementares (*Tier 2*) e da subtração da componente relevada no agregado Deduções. Para o cômputo dos fundos próprios de base são considerados os elementos que integram o *Core Tier 1*, estabelecidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2011, e outros elementos adicionais relevantes para o apuramento dos fundos próprios de base. Os fundos próprios de base e, em especial, o *Core Tier 1*, integram os elementos com caráter de maior permanência.

Como elementos positivos do *Core Tier 1* concorrem o capital realizado e os prémios de emissão, as reservas e os resultados positivos retidos, os interesses que não controlam associados à percentagem do capital não detido em empresas consolidadas integralmente e os impactos diferidos associados aos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Contabilidade. Correspondem a elementos negativos do *Core Tier 1* os resultados negativos, as ações ordinárias próprias, o diferencial positivo apurado em base individual entre as provisões regulamentares do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 e as imparidades calculadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade para as exposições tratadas pelo método padrão, o "goodwill" relevado no ativo e os outros ativos intangíveis.

No final do exercício de 2011, o Banco optou pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais do Fundo de Pensões. Assim, e na sequência da análise das alternativas permitidas pela International Accounting Standard (IAS) 19 – Benefícios a empregados, o Grupo optou por passar a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais de acordo com o método do corredor, no qual os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedessem 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo eram registados por contrapartida de resultados de acordo com a vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Não obstante esta alteração de política contabilística, o Banco de Portugal, para efeitos prudenciais, permitiu que continuasse a ser utilizado um corredor, correspondendo ao maior dos valores entre i) 10% das responsabilidades apuradas com pensões de reforma e de sobrevivência, e ii) 10% do valor do Fundo de Pensões, tal como definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2012.

O *Core Tier 1* é ainda influenciado pela reposição dos ganhos e perdas não realizados que não representem imparidade em títulos de dívida, créditos e outros valores a receber contabilizados na carteira de disponíveis para venda, em operações de cobertura de fluxos de caixa e em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, líquidos de impostos, na parte que corresponda a risco de crédito próprio, assim como pela reversão dos ganhos não realizados em títulos de capital classificados como disponíveis para venda e em créditos e outros valores a receber de negociação ou avaliados ao justo valor através da conta de resultados.

No segundo semestre de 2011, o Banco de Portugal estabeleceu novas regras que influenciaram o *Core Tier 1* do Grupo, salientando-se:

- Em novembro de 2011, o Banco de Portugal definiu um entendimento quanto ao Aviso n.º 6/2010, determinando uma dedução ao *Core Tier 1* relacionada com os depósitos contratados com clientes e com taxas de juro superiores a 300 p.b. face às taxas de mercado (Instrução do Banco de Portugal n.º 28/2011);
- O Banco de Portugal, com efeitos a dezembro de 2011, veio permitir a neutralização prudencial, até junho de 2012, dos impactos relacionados com a transferência de parte das responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social e com o Programa Especial de Inspeções, efetuado no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal (Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2012).

Os outros elementos adicionais que integram os fundos próprios de base são ações preferenciais, outros instrumentos híbridos e ainda algumas deduções consideradas por 50%: (i) dos interesses detidos em instituições financeiras (superiores a 10%) e em entidades seguradoras (não inferiores a 20%); (ii) do montante das perdas esperadas, na parcela que exceda a soma das correções de valor e das provisões respeitantes às posições ponderadas pelo risco apuradas nos termos do método IRB.

Os fundos próprios complementares *Tier 2* englobam a dívida subordinada e 45% dos ganhos não realizados excluídos do *Core Tier 1* em ativos disponíveis para venda. Estes elementos integram o *Upper Tier 2*, exceto a dívida subordinada, que se reparte entre *Upper Tier 2* (dívida com prazo de vencimento indeterminado) e *Lower Tier 2* (a restante). A dívida subordinada emitida só pode ser incluída no cômputo dos fundos próprios após o acordo do Banco de Portugal e desde que observe os seguintes limites: a) o *Tier 2* não poderá ser superior ao *Tier 1* e b) o *Lower Tier 2* não poderá representar mais do que 50% do *Tier 1*. Adicionalmente, os empréstimos subordinados com prazo determinado deverão ser amortizados à razão de 20% ao ano, nos seus últimos cinco anos de vida. O *Tier 2* está ainda sujeito à dedução dos restantes 50% não deduzidos ao *Tier 1*: (i) dos interesses detidos em instituições financeiras e em entidades seguradoras; e (ii) do montante das perdas esperadas, na parcela que exceda a soma das correções de valor e das provisões respeitantes às posições ponderadas pelo risco apuradas nos termos do método IRB, devendo ser subtraído aos fundos próprios de base o valor que não possa ser eventualmente acomodado pelo *Tier 2*.

Para apuramento do capital regulamentar total torna-se ainda necessário efetuar algumas deduções aos fundos próprios totais, nomeadamente o valor dos imóveis em dação que excedam o prazo regulamentar para a sua permanência no ativo, as imparidades associadas a ativos titularizados relativas a operações de titularização que não atinjam os critérios prudenciais que definem a transferência significativa dos riscos, pelos montantes não contabilizados, e eventuais excedentes de exposição a limites de riscos do âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2010.

Os requisitos de fundos próprios passaram a ser determinados no quadro regulamentar de Basileia II a partir do início de 2008. Os requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito, em conformidade com o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007, são calculados de acordo com método IRB, no perímetro gerido centralmente desde Portugal, para uma parte substancial das exposições de retalho e empresas, mantendo-se a utilização da metodologia padrão para as demais carteiras e geografias.

Os requisitos de fundos próprios para a cobertura do risco operacional, estipulados no Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007, são determinados de acordo com o método *standard*, sendo os requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco de mercado, conforme definido no Aviso do

Banco de Portugal n.º 8/2007, apurados de acordo com a metodologia dos modelos internos sobre a carteira de negociação, no que respeita ao cálculo de requisitos de fundos próprios para o risco genérico de mercado, abrangendo as subcarteiras incluídas no perímetro gerido centralmente desde Portugal, relativamente a instrumentos de dívida, a instrumentos de capital e a riscos cambiais e de acordo com o método padrão no que se refere ao cálculo dos requisitos de capital para risco específico.

Adicionalmente, no âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal estabeleceu, através do Aviso n.º 3/2011, que os grupos financeiros deveriam reforçar os seus rácios *Core Tier I* em base consolidada para um valor não inferior a 9% até 31 de dezembro de 2011 e a 10% até 31 de dezembro de 2012. Em conformidade com os critérios da EBA, que incluem, nomeadamente, um "buffer" de capital no montante de Euros 1.165.000.000 relacionado com a exposição a riscos soberanos, o Grupo tem que atingir um rácio de *Core Tier I* mínimo de 9% em junho de 2012.

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com as metodologias anteriormente referidas são os seguintes:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado e prémios de emissão	6.136.722	4.886.722
Reservas e resultados retidos ^(a)	(2.183.494)	(90.174)
Interesses que não controlam	542.647	493.437
Ativos intangíveis	(250.728)	(400.802)
Impacto líquido de rubricas com diferimento ^(a)	904.675	(905.621)
Outros ajustamentos regulamentares	(14.326)	(17.266)
Core Tier I	5.135.496	3.966.296
Ações preferenciais e outros valores	173.409	1.935.328
Outros ajustamentos regulamentares	(521.331)	(446.482)
Total	4.787.574	5.455.142
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	65.128	77.802
Lower Tier 2	547.842	696.426
	612.970	774.228
Deduções aos fundos próprios totais	(137.366)	(113.338)
Fundos Próprios Totais	5.263.178	6.116.032
Requisitos de Fundos Próprios		
Requisitos exigidos pelo Aviso n.º 5/2007	4.072.590	4.374.526
Carteira de negociação	45.309	48.601
Risco Operacional	318.519	342.032
	4.436.418	4.765.159
Rácios de Capital		
Core Tier I	9,3%	6,7%
Tier I	8,6%	9,2%
Tier 2 ^(*)	0,9%	1,1%
Rácio de Solvabilidade	9,5%	10,3%

(*) Inclui deduções aos fundos próprios totais

(a) Na sequência da alteração da política contabilística relacionada com o fundo de perdas anteriormente descrito, foram contabilizados na situação líquida todos os diferimentos atuais, sendo que, para efeitos prudenciais, foram objeto de diferimento prudencial.

56. Normas contabilísticas recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2011, sendo a sua adoção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de ativos financeiros, nomeadamente securitizações de ativos financeiros, têm como objetivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em maio de 2010, o IASB publicou o "Annual Improvement Project" o qual efetuou 11 alterações em 7 normas. A data de efetividade das alterações, possibilidade de adoção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foram de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2011.

O Grupo não obteve qualquer impacto significativo da adoção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo permitido a sua adoção antecipada. Esta norma foi alterada em outubro de 2010. A IFRS 9 não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projeto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- Os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser revertidos por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam tratados da mesma forma. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- A exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor ("Fair Value option") serão reconhecidas em "Other Comprehensive income" (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Grupo está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de "facto control".

Foram incluídos nesta norma dois objetivos principais:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todas as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 – Acordos conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 11 – Acordos conjuntos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) “*joint operations*”; e 2) “*joint ventures*”.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o fator crítico para a determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma “*joint ventures*”, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades; e
- Efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 – Mensuração do justo valor

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração do justo valor, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. Desta forma, os principais aspetos considerados são:

- Princípios que estão na base de um justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valor; e
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS e necessidades de requisitos de divulgação.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 – Investimentos em associadas e joint ventures

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IAS 28 – Investimentos em associadas e *joint ventures* com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adotar pelo investidor dos investimentos em associadas e em *joint ventures*, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para *joint ventures*.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida e, uma vez determinado que existe um interesse numa *joint ventures*, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), exceto se forem aplicadas as exceções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 7 (Alterada) – Divulgações – Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 – Divulgações – *“Offsetting”* de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) – Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, uma alteração IAS 32 – *“Offsetting”* de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efetuar a apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- O critério de que uma entidade tem o direito legal de efetuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos; e
- O critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

57. Impacto contabilístico resultante do processo de averiguação por parte das Entidades reguladoras

No âmbito das investigações desenvolvidas por parte das autoridades de supervisão desde o final de 2007 e que se encontram descritas na nota 58, o Banco iniciou a partir dessa data um processo de averiguação interno sobre as operações efetuadas com entidades sediadas em zonas *offshore*.

Este processo de averiguação interno permitiu identificar que, entre 1999 e 2002, o Grupo BCP realizou operações de financiamento com sociedades sediadas em centros *offshore* no âmbito da aquisição de ações emitidas pelo Grupo. Em Novembro de 2002, as referidas sociedades procederam à alienação a uma instituição financeira dos portfólios de ações BCP que detinham, representativas de 1,99% do capital social do Banco à data, e simultaneamente adquiriram valores mobiliários (*“Notes”*) emitidos pela instituição financeira adquirente por um montante equivalente a 50% do produto da referida alienação. Essa instituição informou o mercado em 9 de dezembro de 2002 do facto de ter adquirido uma participação qualificada no Banco.

Os referidos financiamentos foram, em março de 2004, objeto de reestruturação e assumidos por um grupo empresarial cuja atividade principal consiste em participar em projetos imobiliários (doravante referido por “GI”). No âmbito desta operação, o GI assumiu um passivo líquido de cerca de 450 milhões, considerado o ulterior reembolso das *Notes*, ocorrido em dezembro de 2004. Na mesma data o Banco alienou ao GI a sociedade Millennium bcp Imobiliária (então denominada Comercial Imobiliária, S.A.) por Euros 26 milhões e um conjunto de outros imóveis no valor de Euros 61 milhões.

Com relação à reestruturação da dívida acima referida, o GI, através da Millennium bcp Imobiliária, emitiu papel comercial no montante de Euros 210 milhões tomado pelo Grupo BCP e que em 2005 foi objeto de contribuição em espécie para o Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, conjuntamente com ações emitidas por entidades cotadas. Na sequência desta dotação, e por a Millennium bcp Imobiliária ter comunicado não ter condições de cumprir o serviço da dívida, o Fundo de Pensões realizou uma perda atuarial de cerca de Euros 115.000.000, em 2006 e 2007, em relação ao referido papel comercial emitido pela Millennium bcp Imobiliária. Na sequência da alteração da política contabilística referida na nota 1, o valor não amortizado foi reconhecido por contrapartida de reservas em conjunto com os restantes desvios atuariais.

Face à significativa exposição do Banco ao GI, bem como o setor de atividade em que este cliente se insere, a partir de 2005, o Banco passou a ter alocada uma provisão para o crédito em causa no montante de Euros 85 milhões.

Em junho de 2006, o Banco, tendo anteriormente adquirido participação minoritária de 11,5% do capital da Millennium bcp Imobiliária, concedeu a esta suprimimentos no montante de Euros 300 milhões, para aquisição pela Millennium bcp Imobiliária a outra subsidiária do GI de uma participação indireta maioritária na sociedade de direito Angolano detentora do designado Projeto da Baía de Luanda, sociedade essa que entretanto obtivera, em outubro de 2005, concessão do direito de superfície sobre a Baía de Luanda por 60 anos. Com o produto da referida operação, o GI liquidou ao Banco uma parcela adicional do seu endividamento bancário no montante de Euros 305 milhões.

O GI, considerando a escala do Projeto, as necessidades de capitais para o seu desenvolvimento e o envolvimento creditício junto do BCP propôs ao Banco, que aceitou, a dação de 68,34% do capital social da Millennium bcp Imobiliária, detentora indireta do valor económico de 54% do Projeto Baía de Luanda, para pagamento de responsabilidades perante o Banco no montante de Euros 61 milhões, com o que, em junho de 2007, ficou extinto o remanescente do passivo líquido assumido de Euros 450 milhões acima referido. Em consequência da operação de dação, o BCP passou a deter uma participação de 90% no capital da Millennium bcp Imobiliária e, indiretamente, 54% dos benefícios futuros do Projeto Baía de Luanda, sendo estas participações objeto de consolidação pelo método integral em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 b).

Face às indicações existentes a respeito das investigações das autoridades de supervisão quanto à análise mais completa da substância económica das operações acima descritas, o Banco decidiu considerar uma interpretação mais prudente, face aos riscos identificados, da natureza e da reestruturação das mesmas, pelo que procedeu ao registo de uma correção de Euros 300 milhões com efeitos a 1 de janeiro de 2006 ascendendo o respetivo efeito líquido de imposto a cerca de Euros 220,5 milhões.

Conforme referido na nota 58, esta decisão não implica qualquer tipo de reconhecimento pelo Banco da existência de alegadas infrações que lhe sejam imputadas. Conforme referido igualmente na nota 58, em 12 de dezembro de 2008, o Banco foi notificado do processo de contraordenação n.º 24/07/CO instaurado pelo Banco de Portugal e do processo de contraordenação n.º 41/2008 pela CMVM sobre os processos de investigação acima referidos. O Banco manteve a sua posição de contestar a existência de alegadas infrações que lhe foram imputadas nos prazos legais aplicáveis. Não obstante este facto, o Conselho de Administração Executivo considera que estão divulgadas nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios entre 2007 e 2011 todas as informações materialmente relevantes sobre as referidas matérias, com impacto na situação financeira do Grupo, conforme referido na nota 58. O Conselho de Administração Executivo tem mantido contactos com as Autoridades de Supervisão a este propósito.

A referida correção efetuada no âmbito dos IFRS e das respetivas notas às demonstrações financeiras, pode ser analisada da seguinte forma:

(Milhares de Euros)

	Reexpresso		
	Capitais próprios 31.12.2006	Resultado líquido '06	Capitais próprios 01.01.2006
Valor anteriormente reportado	4.841.892	779.894	4.247.494
Ajustamento:			
Valor bruto do crédito	(300.000)		(300.000)
Provisões para crédito	9.825	9.825	
Impostos diferidos	76.896	(2.604)	79.500
	(213.279)	7.221	(220.500)
Valores corrigidos	4.628.613	787.115	4.026.994

O Banco Comercial Português S.A., no decurso do exercício de 2009, ponderadas as condições de mercado e as perspetivas de desenvolvimento do Projeto de Requalificação e Reordenação Urbana da Zona Marginal de Luanda ("Projeto Baía de Luanda"), decidiu reduzir a participação acionista do Grupo no referido projeto para 10%, mediante a alienação à sociedade de direito Angolano Finicapital – Investimentos e Gestão S.A., o que representou um encaixe de USD 100.000.000, tendo a mesma gerado uma mais valia, em base consolidada, no montante de Euros 57.196.000.

A participação do Grupo, face às características do acordo, passou a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial, em conformidade com o referido na política contabilística I b).

O Banco Comercial Português considera que a participação conservada pelo Grupo no Projeto Baía de Luanda permitirá manter uma presença relevante num projeto de grande importância para Angola e mantém a expectativa de que o Projeto da Baía de Luanda virá a gerar resultados adicionais no futuro, os quais poderão ser registados por contrapartida de resultados do Banco nos exercícios em que os mesmos forem gerados.

58. Processos de contraordenação e processos conexos

I. No final do exercício de 2007, o Banco tomou conhecimento da notificação que lhe foi dirigida, com data de 27 de dezembro de 2007, pelo Banco de Portugal, dando conta da instauração contra o Banco do processo de contraordenação n.º 24/07/CO "com fundamento na existência de indícios da prática de ilícitos de mera ordenação social previstos e punidos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro), designadamente a inobservância de regras contabilísticas, a prestação de informações falsas ou incompletas ao Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito ao valor dos fundos próprios, e o incumprimento de obrigações de natureza prudencial".

Um comunicado público do Banco de Portugal de 28 de dezembro de 2007 referiu ter tal processo sido instaurado "com base em factos relacionados com 17 entidades *offshore* cuja natureza e atividades foram sempre ocultadas ao Banco de Portugal nomeadamente em anteriores inspeções".

Em 12 de dezembro de 2008, o Banco foi notificado de acusação no âmbito do referido processo de contraordenação n.º 24/07/CO instaurado pelo Banco de Portugal, no qual o Banco de Portugal imputa ao Banco a prática de seis contraordenações previstas na alínea g) e três contraordenações previstas na alínea r), ambas do artigo 211.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF").

As contraordenações, para o caso de se verificarem os tipos de conduta mencionados na acusação, poderiam ser as seguintes:

- a) A inobservância de normas ou procedimentos contabilísticos determinados por lei ou pelo Banco de Portugal que não cause prejuízo grave para o conhecimento da situação patrimonial e financeira da Instituição constitui contraordenação prevista pelo artigo 210.º, alínea f), do RGICSF, a qual é punida, no caso de pessoas coletivas, com coima que pode variar entre Euros 750 e Euros 750.000. Se, ao invés, tal conduta ilícita causar tal prejuízo grave, isso poderá constituir contraordenação prevista pelo artigo 211.º, alínea g), do RGICSF, a qual é punida, no caso de pessoas coletivas, com coima que pode variar entre Euros 2.500 e Euros 2.494.000; e
- b) A (i) omissão de informações e comunicações devidas ao Banco de Portugal, nos prazos estabelecidos, ou (ii) a prestação de informações incompletas constituem contraordenação prevista pelo artigo 210.º, alínea h) (hoje alínea i)), do RGICSF, a qual é punida, no caso de pessoas coletivas, com coima que pode variar entre Euros 750 e Euros 750.000. Por outro lado, a prestação ao Banco de Portugal de (i) informações falsas, ou (ii) informações incompletas suscetíveis de conduzir a conclusões erróneas de efeito idêntico ou semelhante ao que teriam informações falsas sobre o mesmo objeto constituem contraordenação prevista pelo artigo 211.º, alínea r), do RGICSF, a qual é punida, no caso de pessoas coletivas, com coima que pode variar entre Euros 2.500 e Euros 2.494.000.

Segundo a acusação, cada contraordenação pode ser punida com coima cujo valor pode variar entre Euros 2.493,99 e Euros 2.493.989,49, sendo que, de acordo com a regra do concurso de infrações, prevista no artigo 19.º, n.ºs 1 e 2, do Regime Geral das Contraordenações, em caso de condenação por várias contraordenações em concurso, será aplicada uma coima única, cujo limite máximo não pode exceder o dobro do limite máximo mais elevado das contraordenações em concurso.

O Banco não aceitou a acusação contra si deduzida, pelo que apresentou a sua defesa em março de 2009.

Em 12 de maio de 2010, o Banco foi notificado do teor da decisão que no âmbito do processo foi proferida pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal, que lhe aplicou a título de sanção principal a coima única de Euros 5.000.000.

Aos demais arguidos foram aplicadas a título de sanção principal diferentes coimas que perfazem o montante global de Euros 4.470.000. O Conselho de Administração do Banco de Portugal decidiu arquivar o processo relativamente a um antigo Administrador e um Diretor.

O Banco impugnou a decisão da autoridade administrativa, tendo sido notificado do despacho de admissão das impugnações judiciais deduzidas por todos os arguidos no processo.

Em abril de 2011, iniciou-se a audiência de julgamento e em setembro o tribunal procedeu à inquirição de uma das testemunhas para melhor apreciar a questão da validade da documentação que foi junta às denúncias e sobre a sua eventual nulidade como meio de prova, por violação do segredo bancário.

Após a inquirição, foi proferido, com data de 07 de outubro de 2011, despacho a dedarar a nulidade das provas apresentadas e, em consequência, a nulidade de todo o processo.

O Ministério Público e o Banco de Portugal recorreram dessa decisão, tendo já sido proferido despacho de admissão dos recursos e das respetivas respostas às alegações, apresentadas pelo BCP e demais arguidos.

Aguarda-se a subida dos autos para apreciação pelo Tribunal da Relação.

2. Em 12 de dezembro de 2008, o Banco foi notificado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) de acusação em processo de contraordenação n.º 41/2008 no âmbito do qual lhe eram imputadas sete contraordenações por alegada violação do artigo 7.º do Código dos Valores Mobiliários ("CVM") e artigo 389.º, n.º 1, alínea a) do mesmo Código.

Nos termos do artigo 7.º do CVM, a informação respeitante a instrumentos financeiros, a formas organizadas de negociação, às atividades de intermediação financeira, à liquidação e à compensação de operações, a ofertas públicas de valores mobiliários e a emitentes deve ser completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

O Banco não aceitou a acusação contra si deduzida e apresentou, em 27 de janeiro de 2009, defesa no processo de contraordenação em causa.

Em 26 de junho de 2009, o Banco Comercial Português foi notificado da condenação pela CMVM no pagamento de uma coima única no valor de Euros 5.000.000 pela divulgação de informação não verdadeira. A CMVM deliberou proceder à suspensão parcial pelo montante de Euros 2.500.000 e pelo prazo de dois anos da execução da coima aplicada. Na Decisão a CMVM expressou o entendimento de que decorreria da lei que, em caso de impugnação judicial, a decisão relativa à suspensão parcial da execução da coima se extinguiria.

O Banco Comercial Português não aceitou esta decisão tendo impugnado a mesma judicialmente em 24 de julho de 2009.

No dia 21 de julho de 2010, o Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa proferiu a sentença no processo que julgou parcialmente procedente o recurso no que respeita à suspensão de Euros 2.500.000, pelo período de dois anos e confirmando a decisão da CMVM em tudo o restante.

O Banco recorreu da decisão judicial e foi notificado, em 11 de abril de 2011, do acórdão do Tribunal da Relação, que julgou improcedente o recurso do BCP, tendo confirmado na íntegra a decisão de 1.ª instância.

Em abril de 2011, o BCP apresentou recurso para o Tribunal Constitucional. Por Acórdão de 15 de fevereiro de 2012, o Tribunal Constitucional negou provimento à questão da inconstitucionalidade normativa alegada pelo Banco. Após o trânsito em julgado da decisão, o Banco terá que pagar parte da coima cuja execução não foi suspensa, no valor de Euros 2.500.000.

3. Anteriormente, em 21 de dezembro de 2007, a CMVM tinha dirigido ao Banco, com cominação de este o divulgar publicamente na íntegra – o que o Banco fez em comunicado de 23 de dezembro de 2007, o ofício do seguinte teor:

"A CMVM, no âmbito das suas competências, tem em curso uma ação de supervisão ao BCP, enquanto sociedade com ações cotadas em mercado regulamentado, visando apurar a natureza e a atividade de diversas entidades sedeadas em jurisdições *offshore*, responsáveis por investimentos em valores mobiliários emitidos pelo Grupo BCP ou por sociedades com ele relacionadas. Apesar de a ação de supervisão ainda prosseguir, designadamente com vista a obter uma caracterização completa e final da situação e do comportamento no mercado dessas entidades, bem como determinar as responsabilidades relevantes, incluindo pessoais, a CMVM retirou já as seguintes conclusões preliminares:

- a) Com financiamentos obtidos junto do Banco Comercial Português, as referidas entidades *offshore* constituíram carteiras de valores mobiliários – integrando quase exclusivamente ações do grupo BCP – não havendo, em regra, evidência de terem sido alimentadas para esse efeito por qualquer outra transferência significativa de entidade exterior ao Grupo;
- b) É já conhecido que parte das dívidas foi eliminada pela cessão a terceiros dos créditos por valores residuais;
- c) As condições dos financiamentos em apreço e o modo de governação das entidades em causa indicam que o BCP assumiu todo o risco dessas entidades *offshore* e que detinha poderes de domínio da vida e negócios dessas entidades;
- d) Deste modo, as operações em causa configuram de facto o financiamento da aquisição de ações próprias, não reportadas como tal. Esta configuração está também presente numa operação realizada com uma instituição financeira de que resultou a comunicação, por esta, de uma participação qualificada, tendo, todavia, o interesse económico permanecido no BCP bem como a possibilidade do exercício dos direitos de voto;
- e) Das circunstâncias descritas decorre que a informação prestada às autoridades e ao mercado, no passado, nem sempre foi completa e/ou verdadeira, designadamente no que diz respeito ao valor do capital próprio e aos detentores do mesmo; e
- f) Foi detetada a realização de transações de mercado pelas entidades referidas, em montantes e com frequência significativos, que carecem de análise aprofundada com vista a tipificar possíveis infrações às regras do mercado.

Assim, face à natureza das presentes conclusões e à urgência da matéria, a CMVM, ao abrigo do art. 360.º, n.º 1, alínea f) do Código dos Valores Mobiliários, solicita ao BCP que venha imediatamente:

- a) Esclarecer o mercado sobre se a informação financeira por ele mais recentemente divulgada reflete já integralmente as perdas financeiras decorrentes da situação referida;
- b) Informar da existência de quaisquer outras situações não relevadas, de forma a que os investidores estejam em condições de fazer um juízo devidamente fundamentado sobre os valores mobiliários emitidos pelo BCP; e
- c) Transcrever no seu comunicado o conteúdo integral desta comunicação da CMVM, podendo informar, se assim o entender, não ter sido ainda o BCP ouvido formalmente sobre estas conclusões.

A CMVM prosseguirá a ação de supervisão em curso, retirando todas as consequências no âmbito das suas competências, e comunicando às autoridades competentes irregularidades de outra natureza e continuando a colaborar com o Banco de Portugal no quadro das competências deste."

4. Em julho de 2009, o Banco foi notificado de acusação deduzida pelo Ministério Público em processo criminal contra cinco antigos Administradores seus, tendo subjacentes essencialmente os factos referidos supra e na nota 57, e para apresentar no mesmo processo pedido de indemnização cível.

Perante esta notificação, e embora dando por reproduzido o teor das defesas apresentadas nos acima referidos processos de contraordenação, o Banco decidiu, de forma a evitar qualquer risco de futura alegação de perda do eventual direito a indemnização a que houver lugar se não exercido nesse momento e nesse processo, apresentar requerimentos em que solicitou (i) o reconhecimento do seu direito de, em momento ulterior, designadamente em face do apuramento final dos factos, vir a pedir oportunamente em processo separado nos tribunais cíveis qualquer indemnização a que haja lugar e (ii) subsidiária e cautelarmente, na hipótese de esse direito de apresentação de pedido separado nos tribunais cíveis não ser reconhecido, indemnização cível segundo os factos e termos indicados na acusação, para o caso de estes virem a ser provados.

No dia 19 de julho de 2011, o Banco foi notificado da decisão da 8.ª Vara Criminal de Lisboa de lhe reconhecer a faculdade de apresentar um eventual pedido de indemnização cível em separado. Um dos arguidos apresentou recurso desta decisão, junto do Tribunal da Relação, aguardando-se decisão.

59. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de dezembro de 2011, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* é apresentada em seguida:

Emitente/Carteira	31 de dezembro de 2011					
	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros detidos para negociação	573.993	573.993		4,29%	1,6	I
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.105.318	2.105.318	(174.728)	3,35%	3,4	I
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.026.266	1.514.824		4,80%	3,3	n.a.
	4.705.577	4.194.135	(174.728)			
Grécia						
Ativos financeiros detidos para negociação	3313	3313		4,83%	0,5	I
Ativos financeiros disponíveis para venda	73.634	73.634	15	4,82%	0,1	I
Ativos financeiros detidos até à maturidade	182.188	182.188		3,96%	3,2	n.a.
	259.135	259.135	15			
Irlanda						
Ativos financeiros detidos até à maturidade	210.972	192.973		4,00%	2,0	n.a.
	210.972	192.973	-			
	5.175.684	4.646.243	(174.713)			

O valor dos títulos inclui os juros comidos respetivos.

Com referência a 31 de dezembro de 2010, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* é apresentada em seguida:

Emitente/Carteira	31 de dezembro de 2010					
	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros detidos para negociação	3.448.432	3.448.432		2,93%	2,9	I
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.431	22.431	(811)	4,87%	1,7	I
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.283.648	2.137.362		4,57%	3,9	n.a.
	5.754.511	5.608.225	(811)			
Grécia						
Ativos financeiros detidos para negociação	11.961	11.961		4,63%	0,3	I
Ativos financeiros detidos até à maturidade	713.227	538.619		3,86%	4,2	n.a.
	725.188	550.580	-			
Irlanda						
Ativos financeiros detidos até à maturidade	212.597	188.975		4,00%	3,0	n.a.
	212.597	188.975	-			
	6.692.296	6.347.780	(811)			

O valor dos títulos inclui os juros comidos respetivos.

Com referência a 31 de dezembro de 2011, a exposição do Grupo registada nas rubricas de Crédito a clientes e de Garantias prestadas, referente a Estado e outras entidades públicas de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada conforme segue:

(Milhares de Euros)

	dez. 11	
	Crédito a clientes	Garantias prestadas
Portugal	427.399	17.749
Grécia	6.364	375
	433.763	18.124

Com referência a 31 de dezembro de 2011, as outras exposições a risco soberano referentes a países da União Europeia em situação de *bailout* são apresentadas conforme segue:

(Milhares de Euros)

	dez. 11	
	Valor nominal	Justo valor
Grécia		
Credit Default Swaps (CDS)	148.250	(79.220)
Irlanda		
Credit Default Swaps (CDS)	57.000	(6.386)
	205.250	(85.606)

O valor dos derivados inclui os juros corridos respetivos.

Os valores respeitantes a *Credit Default Swaps*, identificados nos quadros acima, estão economicamente compensados por outros *Credit Default Swaps* simétricos ou por *Credit Linked Notes* emitidas pelo Grupo e para as quais é aplicado o *Fair Value Option* ou estão a ser destacados os derivados embutidos associados, pelo que, em termos líquidos, o Grupo não se encontra exposto aos riscos soberanos subjacentes.

A evolução da crise da dívida soberana na União Europeia e especificamente a evolução do contexto político e económico na Grécia, que tem contribuído para uma contínua deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamento nos mercados financeiros, implicam que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Tendo em consideração esta conjuntura, a rubrica Imparidade para títulos corresponde à imparidade reconhecida na dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2011, conforme referido na nota 13. A determinação do valor de imparidade teve em consideração os termos do acordo estabelecido entre o Estado Grego e o setor privado relacionados com a reestruturação da dívida soberana da Grécia (GGBs). Os aspetos-chave do envolvimento do setor privado (PSI) na referida reestruturação, anunciados em 21 de fevereiro de 2012 pelo Ministro das Finanças da Grécia, nos termos do PSI são analisados como segue:

a) Os detentores dos GGBs devem trocar os títulos atuais por:

- Novos GGBs com valor facial igual a 31,5% do valor facial dos antigos GGBs;
- Notes emitidas pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), com valor facial igual a 15% dos antigos GGBs. As notes terão uma taxa de juro de mercado e uma maturidade de 24 meses;

b) Os novos GGBs terão os seguintes termos:

- Cupão inicial de 2% com aumento para 3% e depois 4,3%;
- Pagamento de capital em 20 prestações anuais com início no 11.º aniversário da data de emissão e maturidade em 2042;
- Cláusulas de *Aggregated collective action*;
- Admissão à cotação na Bolsa de Atenas;
- Emissões reguladas pela Lei Inglesa;
- Inclusão de títulos indexados ao PIB destacáveis, que darão direito ao detentor a um cupão adicional de 1% caso sejam atingidos determinados objetivos em termos de PIB.

O PSI é parte do pacote de *bailout* no montante de Euros 130.000 milhões da União Europeia para a Grécia e está sujeito a aprovação dos parlamentos dos países da Zona Euro.

O Grupo BCP decidiu aceitar a Oferta de Troca, tendo a transacção ocorrido em 12 de março de 2012.

Para efeitos da determinação da referida imparidade foram considerados os termos e condições definidos no PSI e também considerado o disposto no parágrafo AG84 da IAS 39 que considera razoável que, para a carteira de títulos detidos até à maturidade quando, por questões práticas, existem incertezas relevantes quanto à estimativa de *cash-flows* futuros, a imparidade possa ser determinada com base nos preços observáveis de mercado.

Tendo em consideração a informação disponível sobre as características dos títulos, o justo valor dos novos títulos deverá corresponder a cerca de 23% do valor dos atuais títulos.

Face a esta estimativa, o Grupo reconheceu, no exercício de 2011, uma imparidade de Euros 533.487.000 que corresponde, em 31 de dezembro de 2011, a 77% do valor nominal da dívida.

Em 31 de dezembro de 2011, o balanço do Millennium Bank (Grécia) apresenta o seguinte detalhe:

(Milhares de Euros)	
Caixa e disponibilidades em ICs	166.298
Aplicações em ICs	957.037
Crédito a clientes	4.653.552
Carteira de títulos	439.953
Outros ativos	146.752
Total de ativo	6.363.592
Depósitos de bancos centrais	607.092
Débitos de outras ICs	2.018.672
Débitos de clientes	2.939.171
Títulos de dívida emitida	150.397
Passivos financeiros detidos para negociação	110.240
Outros passivos	63.994
Total de passivo	5.889.567
Capital próprio	199.580
Prémios de emissão	362.766
Reservas e resultados acumulados	(88.387)
Interesses que não controlam	66
Total de capitais próprios	474.025
Total de capitais próprios e passivo	6.363.592

60. Impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios atuariais associados ao plano de benefícios definidos

No decurso do exercício de 2011, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo efetuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada a partir de 1 de janeiro de 2010 para efeitos comparativos, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo prazo correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Assim, e conforme referido nas notas 1, 31 e 51 a rubrica Reservas e Resultados acumulados inclui, com efeitos a 1 de janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística. A referida reexpressão, efetuada no âmbito das IFRS, pode ser analisada conforme segue:

(Milhares de Euros)

	Reexpresso		
	Capitais próprios 31.12.2010	Resultado líquido '10	Capitais próprios 01.01.2010
Valor anteriormente reportado	6.749.975	301.612	6.876.496
Ajustamento:			
Desvios atuariais por diferir	(1.965.766)		(1.514.717)
Impostos diferidos	287.046		206.664
Amortização das perdas atuariais diferidas	42.845	42.845	
	(1.635.875)	42.845	(1.308.053)
Valores corrigidos	5.114.100	344.457	5.568.443

61. Plano de capital

O Banco apresentou, em 31 de dezembro de 2011, um rácio de *Core Tier I* superior a 9% de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal, conforme referido na nota 55.

Em 3 de fevereiro de 2012, o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, em consonância com os principais acionistas, confirmou, que respondendo aos critérios de Basileia 2.5, configurados nos requisitos da Autoridade Bancária Europeia relativamente ao rácio de *Core Tier I*, para 30 de junho de 2012, e às exigências prudenciais do Banco de Portugal para o final de 2012, o Banco Comercial Português submeteu junto do Banco de Portugal, no dia 20 de janeiro de 2012, um plano de capital, nos termos da comunicação da EBA de 8 de dezembro

O plano de capital entregue pelo Banco Comercial Português envolve duas componentes:

- Aumento de capital destinado, com direito de preferência, a subscrição pelos acionistas privados, com vista a assegurar fundos próprios com caráter permanente. Para além do concurso dos atuais acionistas, o Banco Comercial Português tem recebido manifestações que lhe permitem contar com a participação de investidores de referência em futuro aumento do seu capital;
- Admissão da utilização da linha de recapitalização pública temporária e reembolsável prevista na Lei n.º 63-A/2008.

A concretização do plano de capital que vier a ser acordado com as autoridades competentes e submetido à análise e aprovação de uma Assembleia Geral específica para o efeito será materializada nos prazos, termos e condições definidos.

Na presente data, o referido plano está sujeito à aprovação do Banco de Portugal e da EBA.

62. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 31 de dezembro de 2011, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Oeiras	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	100,0
Interfundos – Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliário	100,0	100,0	100,0
BII Investimentos Internacional, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	100,0	-
BCP Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	217.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	-
BII Finance Company	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	-
Banco ActivoBank, S.A.	Lisboa	41.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	-
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	4.500.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	-
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	3.809.398.820	AOA	Banca	52,7	52,7	52,7
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	1.213.116.777	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TF1 – Towarzystwo Funduszy Inwestycyjnych, S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	65,5	-
Millennium Dom Maklerski, S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	-
Millennium Leasing, Sp. z o.o.	Varsóvia	48.195.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	-
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	100,0	65,5	-
TBM Sp. z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	65,5	-
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	65,5	-
Millennium Service, Sp. z o.o.	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	65,5	-
Millennium Telecommunication, Sp. z o.o.	Varsóvia	100.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	-
BG Leasing, S.A.	Gdansk	1.000.000	PLN	Locação financeira	74,0	48,5	-
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	-
Millennium Bank, Societe Anonyme	Atenas	199.580.000	EUR	Banca	100,0	100,0	-
Millennium Fin Commerce of Vehides, Vessels, Devices and Equipment, Societe Anonyme	Atenas	759.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	-
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	Atenas	1.176.000	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	-
Banca Millennium S.A.	Bucaresta	259.695.000	RON	Banca	100,0	100,0	-
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Bitalpart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Investment B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
ALO Investments B.V.	Amesterdão	18.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	-
bcp holdings (usa), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	-
MBCP REO I, LLC	Delaware	370.174	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	-
MBCP REO II, LLC	Delaware	924.804	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	-
Millennium bcp Bank & Trust	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	-
BCP Finance Bank, Ltd.	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	-
BCP Finance Company	George Town	202.176.173	EUR	Financeira	100,0	15,3	-
Millennium BCP – Escritório de Representações e Serviços, Ltda.	São Paulo	36.520.000	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0

(continua)

(continuação)

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Millennium BCP – Serviços de Comércio Eletrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	331.000	EUR	Serviços	91,5	92,2	73,5
Servitrust – Trust Management Services S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0
Imábida – Imobiliária da Arrábida, S.A.	Oeiras	1.750.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	100,0
QPR Investimentos, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Consultoria e serviços	100,0	100,0	100,0
Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço D'Arcos, Lda.	Oeiras	5.000	EUR	Promoção imobiliária	52,7	52,7	52,7

O Grupo consolida igualmente pelo método integral os seguintes fundos de investimento: Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Oceânico II, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Stone Capital, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Sand Capital e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gestimo e M Inovação – Fundo de Capital de Risco BCP Capital, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Em 31 de dezembro de 2011, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Academia Millennium Atlântico	Luanda	47.500.000	AOA	Ensino	33,0	17,4	
ACTC Indústria de Cortiças, S.A.	Sta. Maria Feira	17.923.625	EUR	Indústria extrativa	20,0	20,0	20,0
Baía de Luanda – Promoção, Montagem e Gestão de Negócios, S.A.	Luanda	19.200.000	USD	Serviços	10,0	10,0	
Banque BCP S.A.S	Paris	76.104.114	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	13.750.000	EUR	Banca	19,9	19,9	
Constellation, S.A.	Maputo	1.053.500.000	MZN	Imobiliária	20,0	12,0	
Beira Nave	Maputo	2.849.640	MZN	Equipamentos eletrónicos	22,8	13,7	
Luanda Waterfront Corporation	George Town	10.810.000	USD	Serviços	10,0	10,0	
Lubuskie Fabryki Mebli, S.A.	Swiebodzin	13.400.050	PLN	Indústria de móveis	50,0	32,8	
Pomorskie Hurtowne Centrum Rolno – Spożywcze S.A.	Gdansk	21.357.000	PLN	Comércio por grosso	38,4	25,2	
Nanium, S.A.	Vila do Conde	15.000.000	EUR	Equipamentos eletrónicos	41,1	41,1	41,1
SIBS – Forward Payment Solutions, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços bancários	21,9	21,9	21,5
Sicit – Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra Estruturas de Transportes, S.A.	Oeiras	50.000	EUR	Consultadoria	25,0	25,0	25,0
UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de crédito	32,0	32,0	31,7
VSC – Aluguer de Veículos sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	

Em 31 de dezembro de 2011, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
S&P Reinsurance Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	100,0
SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efetiva	% de particip. direta
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002,375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	
Médis – Companhia Portuguesa Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Milhares de Euros)

	Notas	'11	'10
Juros e proveitos equiparados	3	3.209,123	2.392.502
Juros e custos equiparados	3	(2.308.230)	(1.509.869)
Margem financeira		900.893	882.633
Rendimentos de instrumentos de capital	4	297.280	489.910
Resultados de serviços e comissões	5	560.818	569.206
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	(179.370)	142.370
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7	(179.101)	(26.619)
Outros proveitos de exploração	8	21.941	54.610
Total de proveitos operacionais		1.422.461	2.112.110
Custos com o pessoal	9	661.628	527.609
Outros gastos administrativos	10	346.024	359.714
Amortizações do exercício	11	39.353	44.632
Total de custos operacionais		1.047.005	931.955
Resultado operacional antes de provisões e imparidades		375.456	1.180.155
Imparidade do crédito	12	(802.412)	(762.800)
Imparidade de outros ativos financeiros	13	(429.855)	(26.157)
Imparidade de outros ativos	26 e 30	(134.736)	(57.846)
Outras provisões	14	131.321	80.494
Resultado operacional		(860.226)	413.846
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	15	(913)	(151.681)
Resultado antes de impostos		(861.139)	262.165
Impostos			
Correntes	16	(1.172)	(2.124)
Diferidos	16	393.784	83.048
Resultado do exercício		(468.527)	343.089
Resultado por ação (em Euros)	17		
Básico		(0,08)	0,06
Diluído		(0,08)	0,06

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração Executivo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011, 2010 E 1 DE JANEIRO DE 2010

(Milhares de Euros)

	Notas	11	10	1 jan 10
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	1.035.629	472.625	1.154.246
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	1.207.141	1.250.283	1.101.009
Aplicações em instituições de crédito	20	123.134,51	9.003.096	8.673.113
Créditos a clientes	21	48.466.502	52.998.550	55.700.740
Ativos financeiros detidos para negociação	22	2.492.421	5.242.772	2.791.244
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados				60.413
Ativos financeiros disponíveis para venda	22	15.987.443	15.148.523	11.726.323
Derivados de cobertura	23	463.734	440.614	344.403
Ativos financeiros detidos até à maturidade	24	5.086.001	6.480.525	1.780.256
Investimentos em associadas	25	3.986.207	3.907.836	4.635.062
Ativos não correntes detidos para venda	26	945.115	853.718	696.438
Outros ativos tangíveis	27	331.324	359.357	385.905
Ativos intangíveis	28	10.875	9.741	9.973
Ativos por impostos correntes		9.599	11.453	13.225
Ativos por impostos diferidos	29	1.611.237	1.121.879	838.200
Outros ativos	30	3.805.995	3.388.646	2.599.441
		97.752.674	100.689.618	92.509.991
Passivo				
Depósitos de instituições de crédito	31	23.265.368	27.420.661	20.287.854
Depósitos de clientes	32	32.717.867	31.366.731	33.251.606
Títulos de dívida emitidos	33	16.984.232	14.416.717	13.522.836
Passivos financeiros detidos para negociação	34	1.775.312	1.384.125	1.296.231
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	35	2.537.717	3.079.851	5.018.449
Derivados de cobertura	23	64.041	27.889	11.445
Provisões	36	501.797	733.635	776.484
Passivos subordinados	37	2.796.939	3.388.038	3.597.601
Passivos por impostos correntes		897	703	100
Outros passivos	38	12.591.377	13.889.085	9.388.165
Total do Passivo		93.235.547	95.707.435	87.150.771
Capitais Próprios				
Capital	39	6.065.000	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	42	(989)	(3.727)	(10.355)
Prémio de emissão		71.722	192.122	192.122
Outros instrumentos de capital	39	9.853	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	41	(342.304)	(174.419)	11.787
Reservas e resultados acumulados	41	(817.628)	(1.069.482)	(528.934)
Resultado do exercício		(468.527)	343.089	
Total dos Capitais Próprios		4.517.127	4.982.183	5.359.220
		97.752.674	100.689.618	92.509.991

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração Executivo

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros recebidos	2.420.716	2.048.893
Comissões recebidas	694.875	681.533
Recebimentos por prestação de serviços	85.584	52.294
Pagamento de juros	(2.123.881)	(1.440.610)
Pagamento de comissões	(122.416)	(98.737)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	16.064	25.974
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1.065.051)	(1.121.534)
	(94.109)	147.813
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(3.766.981)	835.637
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(121.624)	(445.139)
Fundos adiantados a clientes	4.140.564	1.966.814
Títulos negociáveis a curto prazo	2.711.434	(2.235.580)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	(1.486.620)	337.940
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(2.923.150)	5.730.913
Débitos para com clientes – à vista	(1.200.163)	(1.654.727)
Débitos para com clientes – a prazo	2.551.175	(222.687)
	(189.474)	4.460.984
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	3.082	4.126
	(186.392)	4.465.110
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas		21.704
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	(911)	(196.127)
Dividendos recebidos	297.280	489.910
Juros recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda	621.083	269.940
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	20.308.281	15.510.436
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(25.937.112)	(15.480.687)
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	4.559.276	158.405
Compra de imobilizações	(19.209)	(28.595)
Venda de imobilizações	4.251	6.182
Aumento/(diminuição) em outras contas do ativo	(425.831)	(4.617.141)
	(592.892)	(3.865.973)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	337.200	95.000
Reembolso de dívida subordinada	(869.300)	(360.831)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	6.046.935	3.319.868
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(4.459.829)	(3.020.681)
Emissão de papel comercial	3.347.962	4.106.647
Reembolso de papel comercial	(2.228.246)	(4.077.418)
Aumento de capital	249.991	
Dividendos pagos		(89.095)
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo	(1.747.191)	(450.105)
	677.522	(476.615)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(101.762)	122.522
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.654.774	1.532.252
Caixa (nota 18)	345.871	404.491
Outros investimentos de curto prazo (nota 19)	1.207.141	1.250.283
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.553.012	1.654.774

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras individuais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Milhares de Euros)

	Total dos capitais próprios	Capital	Outros instrumentos de capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor	Reservas livres e resultados acumulados	Títulos próprios
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.660.117	4.694.600	1.000.000	192.122	435.410	11.787	336.553	(10.355)
Alteração da política contabilística de reconhecimento de desvios atuariais (nota 56)	(1.300.897)						(1.300.897)	
Saldos em 1 de janeiro de 2010	5.359.220	4.694.600	1.000.000	192.122	435.410	11.787	(964.344)	(10.355)
Constituição de reservas:								
Reserva legal					20.632		(20.632)	
Reserva estatutária					10.000		(10.000)	
Dividendos distribuídos no ano de 2010	(89.095)						(89.095)	
Resultado do exercício	343.089						343.089	
Perdas atuariais no exercício (nota 48)	(368.711)						(368.711)	
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(70.000)						(70.000)	
Impostos relativos aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	17.526						17.526	
Títulos próprios	6.628							6.628
Reservas de justo valor (nota 41)	(186.206)					(186.206)		
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(40.625)						(40.625)	
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de Reservas	10.504						10.504	
Outras reservas (nota 41)	(147)						(147)	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.982.183	4.694.600	1.000.000	192.122	466.042	(174.419)	(1.192.435)	(3.727)
Constituição de reservas (nota 41):								
Reserva legal					30.065		(30.065)	
Reserva estatutária					10.000		(10.000)	
Aumento de capital por emissão de 251.2567.060 ações; conversão de valores mobiliários perpétuos subordinados e incorporação de reservas (nota 39)	259.853	1.370.400	(990.147)	(120.400)				
Despesas de registo do aumento de capital	(9.862)						(9.862)	
Resultado do exercício	(468.527)						(468.527)	
Perdas atuariais no exercício (nota 48)	(32.174)						(32.174)	
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(21.595)						(21.595)	
Impostos relativos aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	5.421						5.421	
Títulos próprios	2.738							2.738
Reservas de justo valor (nota 41)	(167.885)					(167.885)		
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(40.621)						(40.621)	
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de Reservas	11.497						11.497	
Outras reservas (nota 41)	(3.901)						(3.901)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.517.127	6.065.000	9.853	71.722	506.107	(342.304)	(1.792.262)	(989)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras individuais

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Milhares de Euros)

	Notas	'11	'10
Reserva de justo valor			
Ativos financeiros disponíveis para venda	41	(236.073)	(261.587)
Impostos			
Ativos financeiros disponíveis para venda	41	68.188	75.381
		(167.885)	(186.206)
Perdas atuariais do exercício			
Valor bruto		(38.085)	(448.552)
Impostos		5.911	79.841
		(32.174)	(368.711)
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		(200.059)	(554.917)
Resultado do exercício		(468.527)	343.089
Total do rendimento integral do exercício		(668.586)	(211.828)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras individuais

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2011

I. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua atividade em 5 de maio de 1986 e as demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas nos n.º 2.º e 3.º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respetivos órgãos antecessores com exceção dos aspetos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o atual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 23 de abril de 2012. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondadas ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

No decurso do exercício de 2011, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, o Banco efetuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos apurados até essa data em capitais próprios. Assim, conforme referido nas notas 41, 48 e 56 a rubrica Reservas e Resultados acumulados inclui, com efeitos a 1 de janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística.

Anteriormente, o Banco procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Em 2011, o Banco adotou a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros e o "Annual Improvement Project" emitido em maio de 2010. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de janeiro de 2011, tiveram impacto ao nível da divulgação de informação adicional sobre os ativos e passivos do Banco.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios das demonstrações financeiras agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e

pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 z).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Banco expiram; ou (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística 1 a), o Banco aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Banco nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objeto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efetuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a atual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de junho, n.º 7/00 de 27 de outubro e n.º 8/03 de 30 de janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as diretrizes da Instrução N.º 94/96, de 17 de junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

c) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Banco adotou o "Fair Value Option" para algumas emissões próprias, operações de mercado monetário e depósitos a prazo que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Banco associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option") é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transações;
- os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais ("host contract").

Os ativos e passivos financeiros ao "Fair Value Option" são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Banco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações. Os ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Banco ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes – Crédito titulado

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado, e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Banco apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os ativos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do ativo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal ("host contract"), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

d) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Banco designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro;
- e
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios – reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) *Efetividade de cobertura*

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Banco executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) *Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira*

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

e) *Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros*

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros ("Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures"). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes – crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

O Banco adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 22.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

São proibidas as transferências de e para outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option").

f) *Desreconhecimento*

O Banco desreconhece Ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Banco não mantém controlo dos mesmos.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- Os SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Banco, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Banco obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Banco tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Banco tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às atividades do SPE;
- O Banco retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus ativos, com vista à obtenção de benefícios da sua atividade.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos:

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Banco são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Banco e os dividendos são pagos pelo Banco numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

h) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex.: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para ações ordinárias (número de ações) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor atual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

i) Empréstimo de títulos e transações com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Banco realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

j) Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Banco classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

k) Locação financeira

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de "Fair Value Option", a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

m) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

n) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda)
O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui, igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

o) Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

p) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Banco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamentos	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

q) Ativos intangíveis

Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento

O Banco não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como custo no exercício em que ocorrem.

Software

O Banco regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em três anos. O Banco não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

r) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

s) Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

t) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

*u) Benefícios a empregados**Plano de benefícios definidos*

O Banco tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções coletivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do setor bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Banco assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Banco, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação coletiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Banco com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do DL 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabelece igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

O Banco optou na data da transição para as IFRS, 1 de janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efetuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respetivos ganhos e perdas atuariais, cujo diferimento era efetuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma.

De acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, o Banco optou no decurso de 2011 por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada, para efeitos comparativos, a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19. De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	10 anos
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	8 anos
Reformas antecipadas	8 anos
Anulação de perdas atuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	8 anos
Aumento do saldo de perdas atuariais diferidas	8 anos
Excesso de amortizações de perdas atuariais de acordo com as normas locais	8 anos

No âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008 relativamente às rubricas indicadas no quadro anterior, foi autorizado uma duração adicional de três anos face ao período de diferimento inicialmente previsto.

Anteriormente o Banco procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo valor correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do "unwinding" dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos ativos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respetivos ganhos e perdas atuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

Os ganhos e perdas atuariais do exercício são reconhecidos por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo Banco de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com ações

À data de 31 de dezembro de 2011, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respetivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

v) Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

w) Relato por segmentos

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Banco que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo à luz do parágrafo 4 da IFRS 8, o Banco está dispensado de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

x) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

y) Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pelo Banco e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

Se o resultado por ação for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de ações ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por ação para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

z) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Banco patrocina a constituição de SPEs com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

As operações Nova Finance n.º 4, Magellan Mortgages n.º 5 e 6, Caravela SME n.º 1 e 2 e Tagus Leasing não deram lugar a desreconhecimento nas demonstrações financeiras do Banco.

Por outro lado, o Banco desreconheceu os ativos associados às seguintes operações de securitização de crédito: Nova Finance No. 3 e Magellan Mortgages No. 1, 2, 3 e 4. Para estas operações concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos respetivos SPE, uma vez que o Banco não detém quaisquer títulos emitidos pelos mesmos, que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à *performance* das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e ativos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Margem financeira	900.893	882.633
Resultados em operações de negociação e de cobertura	(179.370)	142.370
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	(179.101)	(26.619)
	542.422	998.384

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composta por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Juros e proveitos equiparados		
Juros de crédito	2.080.294	1.689.461
Juros de títulos de negociação	106.680	53.549
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		42
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	437.559	181.821
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	186.893	126.924
Juros de derivados de cobertura	128.505	163.214
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	31.543	69.862
Juros de depósitos e outras aplicações	237.649	107.629
	3.209.123	2.392.502
Juros e custos equiparados		
Juros de depósitos e outros recursos	1.566.910	836.951
Juros de títulos com acordo de recompra	1.773	
Juros de títulos emitidos	619.161	514.827
Juros de derivados de cobertura	20.737	29.081
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	3.199	7.053
Juros de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	96.450	121.957
	2.308.230	1.509.869
Margem financeira	900.893	882.633

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 46.317.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 33.289.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	122,36	8,389
Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas	285,044	481,521
	297,280	489,910

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas inclui o montante de Euros 255.500.000 relativo à distribuição de dividendos da Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda. Em 31 de dezembro de 2010, a referida rubrica incluía o montante de Euros 318.817.000 relativo à distribuição de dividendos e Reservas da Sociedade Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Serviços e comissões recebidas:		
Por garantias prestadas	93,994	88,929
Por compromissos perante terceiros	315	221
Por serviços bancários prestados	359,784	376,415
Outras comissões	188,910	185,099
	643,003	650,664
Serviços e comissões pagas:		
Por garantias recebidas	4,196	1,469
Por serviços bancários prestados por terceiros	59,041	62,520
Outras comissões	18,948	17,469
	82,185	81,458
Resultados líquidos de serviços e comissões	560,818	569,206

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Lucros em operações de negociação e de cobertura		
Operações cambiais	272.068	553.474
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	25.641	20.860
Rendimento variável	4.939	3.100
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	32.075	31.848
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	15.599	40.077
Outros instrumentos financeiros derivados	2.604.984	2.512.168
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	45.456	167.081
Recompras de emissões próprias	125.333	17.665
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	903.578	413.138
Instrumentos cobertos	162.746	19.138
Outras operações	19.929	4.401
	4.212.348	3.782.950
Prejuízos em operações de negociação e de cobertura		
Operações cambiais	264.934	563.331
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	152.926	43.486
Rendimento variável	4.543	2.792
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	17.139	35.175
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	44.251	57.691
Outros instrumentos financeiros derivados	2.721.760	2.504.022
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	79.688	18.864
Recompras de emissões próprias	1.939	2.211
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	795.712	357.736
Instrumentos cobertos	245.936	54.575
Outras operações	62.890	697
	4.391.718	3.640.580
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	(179.370)	142.370

A rubrica Prejuízos em operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados – Detidos para Negociação inclui o montante de Euros 144.121.000 relativo a perdas incorridas em Obrigações do Tesouro do Estado Português no exercício de 2011.

A rubrica Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura inclui no exercício de 2011 para os instrumentos financeiros de passivo valorizados ao justo valor através de resultados uma perda de Euros 57.308.000 (2010: ganho de Euros 124.730.000) relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*) das operações.

A rubrica Lucros em operações de negociação e de cobertura – Recompras de emissões próprias inclui o montante de Euros 62.870.000 referente à recompra de emissões hipotecárias.

O Resultado de recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística 1 c).

A rubrica Lucros em operações de negociação e de cobertura – Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados – Detidos para Negociação – Outros instrumentos financeiros derivados, incluía, em 2010, o montante de Euros 36.600.000 correspondente ao resultado gerado durante o primeiro trimestre de 2010 pela revogação da cobertura de taxa de juro associada a uma emissão de obrigações hipotecárias de Euros 1.500.000.000. Em janeiro de 2010, o Conselho de Administração Executivo, na sequência da quebra de efetividade, decidiu revogar a mesma. A revogação da operação de cobertura foi efetuada de acordo com o disposto no parágrafo 91, alínea c) da IAS 39. De acordo com a decisão do Conselho de Administração Executivo e em conformidade com a referida Norma, em 1 de abril de 2010 foi retomada a relação de cobertura.

7. Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	‘11	‘10
Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	4.771	2.735
Rendimento variável	6.146	8.658
Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	(181.931)	(32.110)
Rendimento variável	(8.087)	(5.902)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	(179.101)	(26.619)

A rubrica Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda – Rendimento fixo inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 135.774.000, referente à menos valia apurada na alienação da posição detida pelo Banco da operação de securitização Kion 2. Trata-se de uma operação de securitização de crédito hipotecário emitida pelo Millennium Bank (Grécia), sendo que a posição foi alienada ao próprio emitente.

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	‘11	‘10
Proveitos		
Prestação de serviços	37.869	39.217
Venda de cheques e outros	14.109	17.027
Outros proveitos de exploração	39.433	17.567
	91.411	73.811
Custos		
Impostos	8.002	5.870
Donativos e quotizações	3.667	4.527
Contribuição específica para o setor Bancário	30.032	
Outros custos de exploração	27.769	8.804
	69.470	19.201
	21.941	54.610

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui, em 2011, o montante de Euros 18.900.000 relativa à devolução ao Banco Comercial Português, S.A. dos valores pagos à Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. ('Ocidental Vida'), para contratação de apólices de renda perpétua para cobrir responsabilidades com Pensões de ex-Administradores e que foram devolvidas no âmbito dos acordos estabelecidos entre o Banco e os ex-Administradores.

A rubrica Contribuição específica para o setor Bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e Complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósito; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço.

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Remunerações	362.520	371.082
Encargos sociais obrigatórios	250.560	125.968
Encargos sociais facultativos	41.270	26.418
Outros custos	7.278	4.141
	661.628	527.609

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui o montante de Euros 164.770.000 relativo ao impacto em resultados resultante da transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social, de acordo com o referido na nota 48. O referido impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades com base nos pressupostos atuariais definidos pelo Estado Português, no âmbito da transferência.

Conforme referido na nota 48, a rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui igualmente o montante de Euros 13.140.000 (2010: Euros 46.496.000) relativo ao custo com pensões de reforma do exercício, excluindo o efeito da transferência de parte das responsabilidades para o Regime Geral de Segurança Social. A referida rubrica inclui, igualmente, o montante de Euros 12.275.000 (2010: Euros 7.438.000) relativo ao custo com os colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício.

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui, igualmente, conforme referido nas notas 38 e 48, em 31 de dezembro de 2011, um ganho no montante Euros 35.492.000 relativo à anulação das provisões constituídas para as atualizações futuras das pensões de reforma de ex-Administradores, no âmbito dos acordos estabelecidos entre o Banco e os referidos ex-Administradores.

Esta rubrica incluía, em 2010, o montante de Euros 6.691.000 relativo às responsabilidades com o plano complementar, conforme descrito nas notas 38 e 48.

As remunerações fixas que foram pagas aos membros do Conselho de Administração Executivo no exercício de 2011 ascenderam a Euros 3.814.000 (2010: Euros 4.679.000), sendo que Euros 322.000 (2010: Euros 321.000) foram suportados por empresas subsidiárias ou por empresas em cujos órgãos sociais representem interesses do Grupo. Relativamente aos exercícios de 2011 e 2010, não foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração Executivo quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Tendo presente que a remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro do Conselho de Administração Executivo será deduzido aos respetivos valores de remuneração fixa anual atribuível pelo Banco.

Durante o exercício de 2011, relativamente aos membros do Conselho de Administração Executivo, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social e Fundo de Pensões no montante de Euros 1.288.000 (2010: Euros 1.650.000).

O efetivo médio de Colaboradores ao serviço no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	'11	'10
Direção	1.356	1.324
Enquadramento	1.918	1.908
Específicas/Técnicas	3.485	3.483
Outras funções	3.111	3.309
	9.870	10.024

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Água, energia e combustíveis	12.999	12.838
Material de consumo corrente	3.657	4.268
Rendas e alugueres	45.841	47.488
Comunicações	17.223	18.061
Deslocações, estadas e representações	6.928	7.625
Publicidade	15.641	19.946
Conservação e reparação	20.398	21.849
Cartões e crédito imobiliário	9.245	8.827
Estudos e consultas	15.334	14.827
Informática	16.166	15.542
Outsourcing e trabalho independente	131.392	135.315
Outros serviços especializados	18.776	20.672
Formação do pessoal	1.747	1.821
Seguros	6.907	7.208
Contencioso	5.957	4.851
Transportes	7.714	7.472
Outros fornecimentos e serviços	10.099	11.104
	346.024	359.714

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 40.755.000 (2010: Euros 42.581.000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Banco na condição de locatário.

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Ativos Intangíveis:		
Software	4.429	4.123
Outros ativos tangíveis:		
Imóveis	22.276	23.810
Equipamento		
Mobiliário	1.186	1.442
Máquinas	121	120
Equipamento informático	8.853	11.982
Instalações interiores	975	1.162
Viaturas	114	264
Equipamento de segurança	1.373	1.703
Outros ativos tangíveis	26	26
	34.924	40.509
	39.353	44.632

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Aplicações em instituições de crédito:		
Crédito concedido		
Dotação do exercício	58	(26)
Reversão do exercício	(2.828)	(791)
Risco País		
Reversão do exercício	(21.051)	
	(23.821)	(665)
Crédito concedido a clientes:		
Crédito concedido		
Dotação do exercício	857.062	789.809
Reversão do exercício	(14.765)	(370)
Recuperações de crédito e de juros	(16.064)	(25.974)
	826.233	763.465
	802.412	762.800

De acordo com a política contabilística apresentada na nota 1 a), o Banco aplica nas suas contas as NCA's, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística apresentada na nota 1 b).

13. Imparidade de outros ativos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda		
Dotação do exercício	71.578	26.157
Imparidade de ativos financeiros detidos até maturidade		
Dotação do exercício	358.277	
	429.855	26.157

A rubrica Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda inclui o montante de Euros 51.562.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 15.222.000), relativo a provisões para títulos associadas a operações de securitização não desreconhecidos de acordo com o disposto pelo Banco de Portugal.

A rubrica Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda inclui também o montante líquido de Euros 17.184.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 10.395.000) relativo ao reconhecimento de perdas por imparidade em ações e unidades de participação detidas pelo Banco.

A rubrica Imparidade de ativos financeiros detidos até à maturidade corresponde à imparidade reconhecida, durante o exercício de 2011, na dívida soberana da Grécia, de acordo com o referido nas notas 24 e 55. A referida imparidade corresponde a 77% do valor nominal da dívida soberana da Grécia detida pelo Banco.

14. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Provisões para riscos gerais de crédito		
Reversão do exercício	(102.589)	(71.353)
Provisões para risco país		
Dotação do exercício	37	1.099
Reversão do exercício	(1.262)	(16.586)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do exercício	1.712	6.346
Reversão do exercício	(29.219)	
	(131.321)	(80.494)

O saldo da rubrica Provisões para risco país - Reversão do exercício resulta sobretudo da redução do volume de créditos concedidos a entidades residentes na Turquia.

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Alienação de negócios de subsidiárias	(175)	(149.572)
Alienação de outros ativos	(738)	(2.109)
	(913)	(151.681)

A rubrica Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos – Alienação de negócios de subsidiárias inclui em 31 de dezembro de 2011 o montante de Euros 175.000 correspondente à menos valia apurada na liquidação da sociedade Banpor Consulting S.R.L.

A rubrica Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos – Alienação de negócios de subsidiárias incluía em 31 de dezembro de 2010, o montante de Euros 161.949.000 relativo à menos valia apurada na liquidação da sociedade Seguros & Pensões S.G.P.S, S.A. A referida rubrica incluía ainda em 31 de dezembro de 2010, a mais valia gerada na alienação de ações da Unicre no âmbito da reorganização acionista desta sociedade, no montante de Euros 12.642.000.

A rubrica Alienação de outros ativos corresponde a menos valias decorrentes da venda de imóveis.

16. Impostos

O r  dito por impostos sobre os lucros com referência a 2011 e 2010   analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Imposto corrente		
Ano atual	(2.427)	(1.100)
Corre��o de exercícios anteriores	1.255	(1.024)
	(1.172)	(2.124)
Imposto diferido		
Cria��o e reversão de diferenças temporárias	281.144	31.594
Efeito de altera��es de taxa		68.266
Prejuízos fiscais reconhecidos/(utilizados)	112.640	(16.812)
	393.784	83.048
	392.612	80.924

A rubrica Criação e reversão de diferenças temporárias inclui, no exercício de 2011, o montante de Euros 132.000.000 resultante do reconhecimento de imposto diferido ativo associado a perdas registadas em relação à participação detida na Bitalpart, BV.

O reconhecimento do imposto diferido ativo decorre da perspetiva de materialização de perdas para efeitos fiscais no momento em que a participação em causa seja alienada ou em que a sociedade seja liquidada. Prevê-se que tal alienação ou liquidação ocorra uma vez esgotada a função de detenção de participações que a sociedade em causa vem desempenhando no âmbito do Grupo.

De acordo com a IAS 12, o Banco procedeu à avaliação da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O rêdito de impostos sobre lucros ascende ao montante de Euros 392.612.000 (2010: Euros 80.924.000), o que representa uma taxa média de imposto de 45,6% do resultado antes de impostos (2010: -30,8%).

A rubrica impostos diferidos – diferenças temporárias inclui o reconhecimento de impostos diferidos associados a provisões tributadas no exercício e a encargos com reformas antecipadas cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá nos exercícios seguintes.

A análise dos principais ajustamentos efetuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria coletável e que assumem natureza temporária é apresentada como segue:

- Dotações de provisões que, nos termos da legislação aplicável, não foram consideradas para efeitos de determinação do lucro tributável no exercício de 2011 e que serão objeto de reconhecimento para efeitos fiscais em exercícios futuros, no montante de Euros 922.687.000 (2010: Euros 282.484.000);
- Diferença entre os encargos com pensões registados em resultados em exercícios anteriores, na parte cujo custo é aceite para efeitos fiscais no exercício, e as dotações do exercício cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá nos exercícios seguintes, num montante líquido a acrescentar à matéria coletável de Euros 87.760.000 (2010: Dedução de Euros 45.856.000);
- Imputação de lucros de sociedades não residentes adicionados para efeitos de apuramento do lucro tributável e cuja distribuição ocorrerá nos exercícios seguintes, no montante de Euros 114.333.000 (2010: Euros 69.355.000).

Principais ajustamentos efetuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria coletável que assumem natureza permanente:

- Dividendos recebidos deduzidos para efeitos da determinação do lucro tributável em virtude da aplicação do mecanismo de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, nos termos da legislação aplicável, no montante de Euros 285.809.000 (2010: Euros 548.079.000);
- Provisões não dedutíveis para efeitos fiscais, no montante de Euros 942.10.000 (2010: Euros 13.610.000).

A diferença entre a taxa nominal de imposto sobre o rendimento a que o Banco se encontra sujeito e a taxa acima referida resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria coletável, nos termos previstos na legislação aplicável, e do efeito dos impostos diferidos reconhecidos.

A reconciliação da taxa efectiva de imposto é analisada como segue:

	'11		'10	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		(861.139)		262.165
Taxa de imposto corrente	29,0%	249.730	29,0%	(76.028)
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável (i)	4,4%	(38.314)	10,0%	(26.176)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável (ii)	10,4%	89.696	55,0%	144.265
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados (iii)	0,1%	1.057	0,5%	1.366
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados/reconhecidos	0,0%		(1,2%	576
Efeito de impostos diferidos reconhecidos (iv)	13,0%	111.985	0,0%	
Diferença de taxa no imposto diferido (v)	-2,5%	(21.503)	23,6%	61.859
Correções de anos anteriores	0,2%	2.003	9,1%	(23.839)
Tributações autónomas	0,2%	(2.042)	0,4%	(1.099)
	45,6%	392.612	-30,8%	80.924

Referências:

- (i) – Corresponde essencialmente à imposto associado à provisões não aceites para efeitos fiscais, no montante de Euros 942.10.000 (Imposto: Euros -27.321.000) e à contribuição sobre o setor bancário, no montante de Euros 30.032.000 (Imposto: Euros -8.709.000);
- (ii) – Trata-se, essencialmente, do imposto associado a dividendos recebidos e que são dedutíveis no apuramento do lucro tributável para efeitos de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, no montante de Euros 285.809.000 (Imposto: Euros 82.885.000);
- (iii) – Benefícios fiscais concedidos à criação de emprego para jovens, no montante de Euros 3.645.000 (Imposto: Euros 1.057.000);
- (iv) – Respeita, essencialmente, ao reconhecimento do imposto diferido ativo associado a perdas registadas na participação detida na Bitalpart, B.V.;
- (v) – Corresponde à diferença de taxa de imposto diferido associada a prejuízos fiscais.

Sistemas de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE e SIFIDE II)

Durante os exercícios de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 o Banco incorreu em despesas de Investigação e Desenvolvimento (I&D) suscetíveis de qualificar para efeitos do SIFIDE e do SIFIDE II, regimes de incentivos à I&D previstos, respetivamente, na Lei n.º 40/2005, de 3 de agosto, e no artigo 133.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro. Em 2008 e em março de 2011, o Banco entregou, junto da Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, o processo de candidatura ao SIFIDE relativo aos exercícios de, respetivamente, 2006 e 2007.

Em 2010, o Banco recebeu a declaração emitida por aquela Comissão Certificadora, que certifica que o Banco realizou atividades de I&D com despesas elegíveis das quais resultou a atribuição de um crédito fiscal relativo ao exercício de 2006 no montante de Euros 1.177.000, encontrando-se ainda em apreciação a candidatura relativa ao exercício de 2007.

As candidaturas relativas aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011 encontram-se em preparação e serão apresentadas oportunamente.

Na sequência da declaração recebida da Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial por referência ao exercício de 2006, o Banco solicitou junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, em fevereiro de 2011, a correção do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas liquidado por referência àquele exercício por forma a refletir a certificação do incentivo fiscal previsto no artigo 4.º da Lei n.º 40/2005, de 3 de agosto, no montante de Euros 1.177.000. A correção solicitada não foi ainda concretizada.

17. Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados da seguinte forma:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Resultado líquido do exercício	(468.527)	343.089
Dividendos de outros instrumentos de capital	(3.919)	(51.450)
Resultado líquido ajustado	(472.446)	291.639
N.º médio de ações	6.215.071.878	5.051.089.548
Resultado por ação básico (Euros)	(0,08)	0,06
Resultado por ação diluído (Euros)	(0,08)	0,06

Concretizou-se em junho de 2011 o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, integrado pelas seguintes componentes:

- (i) Euros 120.400.000, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;
- (ii) Euros 990.147.000, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal que resultaram na conversão da maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos;
- (iii) Euros 259.852.986, através da emissão de 721.813.850 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de Euros 0,36, com reserva de preferência dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 49/2010 de 19 de maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por ações sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de acionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por ações sem valor nominal.

O número médio de ações acima indicado resultou do número de ações existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de ações readquiridas ou emitidas no período, depois de ponderado pelo fator tempo. No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A., emitiu três tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos que, em termos agregados totalizam Euros 1.000.000.000, os quais, face às suas características, são considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.g), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32.

A rubrica Dividendos de outros instrumentos de capital inclui os dividendos distribuídos das três emissões de Valores mobiliários perpétuos analisados conforme segue:

— Em junho de 2009, conforme referido na nota 39, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital;

— Em agosto de 2009, conforme referido na nota 39, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital;

— Em dezembro de 2009, conforme referido na nota 39, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

Estas emissões foram trocadas no âmbito da oferta pública de troca de Valores mobiliários perpétuos por ações, efetuada em 2011. O valor não trocado ascende a Euros 9.853.000 em 31 de dezembro de 2011.

18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Caixa	345.871	404.491
Bancos centrais	689.758	68.134
	1.035.629	472.625

A rubrica Bancos Centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Em instituições de crédito no país	51	95
Em instituições de crédito no estrangeiro	908.906	910.338
Valores a cobrar	298.184	339.850
	1.207.141	1.250.283

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Aplicações no Banco de Portugal	600.008	1.100.008
Aplicações em outras instituições de crédito no país	5.880.233	2.340.181
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	5.842.882	5.562.907
	12.322.923	9.003.096
Crédito vencido – mais de 90 dias	1.836	13.759
	12.324.759	9.016.855
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(11.308)	(13.759)
	12.313.451	9.003.096

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Até 3 meses	9.219.923	4.982.635
3 meses até 6 meses	65.955	817.111
6 meses até 1 ano	803.262	915.360
1 ano até 5 anos	2.134.485	2.172.209
Mais de 5 anos	99.298	115.781
Duração indeterminada	1.836	13.759
	12.324.759	9.016.855

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, e de acordo com o definido nos contratos respetivos, o Banco tem, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 759.815.000 (31 de dezembro de 2010 Euros: 440.470.000) de aplicações em instituições de crédito, dados como colateral das referidas operações.

Os movimentos da Imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Imparidade para riscos sobre aplicações em instituições de crédito:		
Saldo em 1 de janeiro	13.759	17.838
Dotação do exercício	58	126
Reversão do exercício	(2.828)	(791)
Utilização de imparidade	(9.153)	(3.414)
Saldo em 31 de dezembro	1.836	13.759
Provisão risco país sobre aplicações em instituições de crédito:		
Saldo em 1 de janeiro	-	-
Transferências	30.523	-
Reversão do exercício	(21.051)	-
Saldo em 31 de dezembro	9.472	-

A rubrica Provisões para risco país sobre aplicações em instituições de crédito inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 5.484.000 relativo a entidades residentes em Angola.

21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Crédito ao setor público	427.399	613.187
Crédito com garantias reais	28.253.817	29.148.603
Crédito com outras garantias	10.119.127	12.655.323
Crédito sem garantias	1.721.146	2.080.608
Crédito sobre o estrangeiro	3.624.132	3.667.574
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.206.917	1.278.975
Capital em locação	3.462.761	4.030.176
	48.815.299	53.474.446
Crédito vencido – menos de 90 dias	170.596	111.759
Crédito vencido – mais de 90 dias	2.243.283	1.499.600
	51.229.178	55.085.805
Imparidade para riscos de crédito	(2.762.676)	(2.087.255)
	48.466.502	52.998.550

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 9.276.002.000 (31 de dezembro 2010: Euros 8.751.236.000) relativo a créditos afetos a sete emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Banco.

O Banco Comercial Português, S.A. procedeu durante o exercício de 2010, à emissão de três operações de obrigações hipotecárias no montante de Euros 1.750.000.000, Euros 1.000.000.000 e Euros 1.000.000.000 com prazos de 3, 10 e 8 anos e 6 meses, respetivamente. As emissões ocorreram em maio, julho e outubro de 2010 e tiveram taxas de juro de Euribor 1M+0,75%, Euribor 1M+0,8% e Euribor 1M+0,75%, respetivamente.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o Banco efetua a anulação contabilística dos créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica, sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspetivas da sua recuperação.

Conforme detalhado na nota 50, no âmbito da gestão do risco de liquidez, o Banco possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu, nos quais se incluem créditos a clientes.

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Crédito não titulado		
Crédito por desconto de efeitos	518.862	633.526
Crédito em conta corrente	4.284.967	4.941.941
Descobertos em depósitos à ordem	1.263.382	1.464.436
Empréstimos	15.106.497	16.958.655
Crédito imobiliário	20.502.641	21.216.777
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.206.917	1.278.975
Capital em locação	3.462.761	4.030.176
	46.346.027	50.524.486
Crédito titulado		
Papel comercial	1.741.120	2.377.757
Obrigações	728.152	572.203
	2.469.272	2.949.960
	48.815.299	53.474.446
Crédito vencido – menos de 90 dias	170.596	111.759
Crédito vencido – mais de 90 dias	2.243.283	1.499.600
	51.229.178	55.085.805
Imparidade para riscos de crédito	(2.762.676)	(2.087.255)
	48.466.502	52.998.550

A análise do crédito a clientes, por setor de atividade, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Agricultura e silvicultura	482.556	569.764
Indústrias extrativas	363.542	469.464
Alimentação, bebidas e tabaco	316.140	327.224
Têxteis	455.075	523.334
Madeira e cortiça	178.118	219.188
Papel, artes gráficas e editoras	244.579	265.113
Químicas	692.531	765.311
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	874.891	931.458
Elettricidade, água e gás	760.963	668.375
Construção	3.971.731	4.191.785
Comércio a retalho	1.328.833	1.555.373
Comércio por grosso	1.670.615	1.925.908
Restaurantes e hotéis	1.276.623	1.223.249
Transportes e comunicações	1.163.367	1.580.432
Serviços	12.624.874	13.551.823
Crédito ao consumo	2.636.734	2.865.864
Crédito hipotecário	18.923.906	19.449.162
Outras atividades nacionais	870.134	1.014.204
Outras atividades internacionais	2.393.966	2.988.774
	51.229.178	55.085.805
Imparidade para riscos de crédito	(2.762.676)	(2.087.255)
	48.466.502	52.998.550

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade e por setores de atividade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Crédito a clientes				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	
Agricultura e silvicultura	125.236	121.564	197.914	37.842	482.556
Indústrias extrativas	168.475	102.513	88.231	4.323	363.542
Alimentação, bebidas e tabaco	151.530	49.211	48.049	67.350	316.140
Têxteis	244.237	85.450	79.805	45.583	455.075
Madeira e cortiça	81.296	27.661	43.708	25.453	178.118
Papel, artes gráficas e editoras	77.307	40.364	109.020	17.888	244.579
Químicas	288.744	200.268	189.355	14.164	692.531
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	298.775	165.602	349.504	61.010	874.891
Elettricidade, água e gás	142.668	196.185	420.396	1.114	760.963
Construção	2.071.609	690.742	678.187	531.193	3.971.731
Comércio a retalho	578.567	297.727	362.798	89.741	1.328.833
Comércio por grosso	812.984	321.288	303.210	233.133	1.670.615
Restaurantes e hotéis	204.472	279.950	655.263	136.938	1.276.623
Transportes e comunicações	292.861	196.842	630.248	43.416	1.163.367
Serviços	5.286.071	3.412.859	3.389.148	536.796	12.624.874
Crédito ao consumo	903.600	911.551	457.757	363.826	2.636.734
Crédito hipotecário	12.624	135.779	18.641.610	133.893	18.923.906
Outras atividades nacionais	188.473	334.335	326.246	21.080	870.134
Outras atividades internacionais	490.989	914.935	939.206	48.836	2.393.966
	12.420.518	8.485.126	27.909.655	2.413.879	51.229.178

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Crédito a clientes				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	
Crédito ao setor público	427.399				427.399
Crédito com garantias reais	3.491.661	5.260.778	19.501.378	1.155.898	29.409.715
Crédito com outras garantias	4.747.159	1.201.975	4.169.993	592.123	10.711.250
Crédito sem garantias	1.648.505		72.641	665.858	2.387.004
Crédito sobre o estrangeiro	889.086	1.041.566	1.693.480		3.624.132
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.206.917				1.206.917
Capital em locação	9.791	980.807	2.472.163		3.462.761
	12.420.518	8.485.126	27.909.655	2.413.879	51.229.178

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade e por setores de atividade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Crédito a clientes				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	
Agricultura e silvicultura	206.949	132.572	212.387	17.856	569.764
Indústrias extrativas	225.414	89.060	147.015	7.975	469.464
Alimentação, bebidas e tabaco	174.182	52.689	58.350	42.003	327.224
Têxteis	216.832	122.576	149.261	34.665	523.334
Madeira e cortiça	98.428	43.557	43.054	34.149	219.188
Papel, artes gráficas e editoras	105.594	63.538	84.780	11.201	265.113
Químicas	333.800	240.819	178.864	11.828	765.311
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	316.173	216.260	347.251	51.774	931.458
Elettricidade, água e gás	167.187	13.474	486.927	787	668.375
Construção	2.341.990	801.678	748.269	299.848	4.191.785
Comércio a retalho	644.164	403.596	444.235	63.378	1.555.373
Comércio por grosso	892.925	431.554	405.231	196.198	1.925.908
Restaurantes e hotéis	250.769	277.070	651.855	43.555	1.223.249
Transportes e comunicações	578.714	296.564	662.892	42.262	1.580.432
Serviços	5.506.391	3.553.946	4.146.993	344.493	13.551.823
Crédito ao consumo	1.005.796	998.593	611.872	249.603	2.865.864
Crédito hipotecário	16.345	146.169	19.172.071	114.577	19.449.162
Outras atividades nacionais	379.696	238.765	379.949	15.794	1.014.204
Outras atividades internacionais	466.930	1.260.279	1.232.152	29.413	2.988.774
	13.928.279	9.382.759	30.163.408	1.611.359	55.085.805

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Crédito a clientes				Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	
Crédito ao setor público	613,187				613,187
Crédito com garantias reais	2.471,368	5.817,311	20.859,924	705,011	29.853,614
Crédito com outras garantias	6.746,672	873,738	5.034,913	451,204	13.106,527
Crédito sem garantias	2.080,608			455,144	2.535,752
Crédito sobre o estrangeiro	730,083	1.417,197	1.520,294		3.667,574
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.278,975				1.278,975
Capital em locação	7,386	1.274,513	2.748,277		4.030,176
	13.928.279	9.382.759	30.163.408	1.611.359	55.085.805

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito das operações de securitização tradicionais realizadas pelo Banco, que respeitam a créditos hipotecários, créditos ao consumo, *leasings*, papel comercial e empréstimos a empresas. As referidas securitizações são concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPE).

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

(Milhares de Euros)

	Tradicionais	
	'11	'10
Crédito hipotecário	4.927,574	5.920,792
Crédito ao consumo	417,771	692,598
Leasing	906,892	1.141,824
Papel comercial		310,189
Empréstimos a empresas	4.620,819	4.560,432
	10.873.056	12.625.835

No decurso do ano de 2010, o Banco executou duas operações de securitização: Tagus Leasing No.1 (*leasings*) e Caravela SME No.2 (créditos a empresas). Em função das suas características e de acordo com a política contabilística definida na nota 1 f), estas operações não deram lugar a desreconhecimento nas Demonstrações Financeiras do Banco.

Magellan Mortgages No. 6

Em 20 de março de 2009, o Banco transferiu uma "pool" de créditos à habitação para o SPE "Magellan Mortgages No. 6 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Banco mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 f), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Banco, pelo montante de Euros 3.491.700.000 com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 3.634.054.000, são integralmente detidos pelo Banco, pelo que se encontram incluídos na Rubrica ativos financeiros disponíveis para venda.

Magellan Mortgages No. 5

Em 26 de junho de 2008, o Banco transferiu uma "pool" de créditos à habitação para o SPE "Magellan Mortgages No. 5 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Banco mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 f), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Banco, pelo montante de Euros 1.435.874.000 com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 1.467.544.000, são integralmente detidos pelo Banco, pelo que se encontram incluídos na Rubrica ativos financeiros disponíveis para venda.

Nova Finance No. 4

Em 21 de dezembro de 2007, o Banco transferiu uma "pool" de créditos ao consumo para o SPE "Nova Finance No. 4 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Banco mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 f), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Banco, pelo montante de Euros 417.771.000 com

referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 443.267.000, são maioritariamente detidos pelo Banco, estando colocadas no mercado Euros 131.972.000 a 31 de dezembro de 2011.

Tagus Leasing No. 1

Em 26 de fevereiro de 2010, o Banco transferiu uma "pool" de créditos leasing para o SPE "Tagus Leasing No. 1 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Banco mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 f), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Banco, pelo montante de Euros 906.892.000 com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 971.966.000, são integralmente detidos pelo Banco, pelo que se encontram incluídos na Rubrica ativos financeiros disponíveis para venda.

Caravela SME No. 1

Em 28 de novembro de 2008, o Banco transferiu uma "pool" de créditos a empresas para o SPE "Caravela SME No. 1 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Banco mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 f), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Banco, pelo montante de Euros 1.847.585.000 com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 2.072.224.000, são integralmente detidos pelo Banco, pelo que se encontram incluídos na Rubrica ativos financeiros disponíveis para venda.

Caravela SME No. 2

Em 16 de Dezembro de 2010, o Banco transferiu uma "pool" de créditos a empresas para o SPE "Caravela SME No. 2 Limited". Tendo em conta que, em função das características da operação, o Banco mantém os riscos e benefícios associados aos referidos ativos, estes, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 f), mantêm-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Banco, pelo montante de Euros 2.773.234.000 com referência a 31 de dezembro de 2011. Os passivos associados a esta operação, com um valor nominal de Euros 2.799.747.000, são integralmente detidos pelo Banco, pelo que se encontram incluídos na Rubrica ativos financeiros disponíveis para venda.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	(Milhares de Euros)	
	11	10
Valor bruto	4.370.589	4.709.851
Juros ainda não devidos	(907.828)	(679.675)
Valor líquido	3.462.761	4.030.176

A análise dos contratos de Locação financeira por tipo de cliente é apresentada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	11	10
Particulares		
Habituação	83.360	105.443
Consumo	71.819	102.198
Outros	219.023	255.148
	374.002	462.789
Empresas		
Mobiliário	815.330	1.054.682
Imobiliário	2.273.429	2.512.705
	3.088.759	3.567.387
	3.462.761	4.030.176

Em relação à locação operacional, o Banco não apresenta contratos relevantes como Locador:

Por outro lado e conforme descrito na nota 10, a rubrica Rendas e alugueres inclui, com referência a 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 40.755.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 42.581.000), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Banco na condição de Locatário.

A carteira de crédito a clientes inclui créditos que foram objeto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por setores da atividade é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Agricultura e silvicultura	2.163	2.866
Indústrias extrativas	502	516
Alimentação, bebidas e tabaco	585	813
Têxteis	1.886	8.841
Madeira e cortiça	11.677	6.094
Papel, artes gráficas e editoras	381	201
Químicas	122	421
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	5.399	5.122
Construção	7.032	6.299
Comércio a retalho	3.099	3.674
Comércio por grosso	28.501	31.226
Restaurantes e hotéis	1.203	1.342
Transportes e comunicações	463	476
Serviços	194.176	202.373
Crédito ao consumo	49.726	51.406
Outras atividades nacionais	197	489
Outras atividades internacionais	26	39
	307.138	322.198

A análise do crédito vencido por setores de atividade é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Agricultura e silvicultura	37.842	17.856
Indústrias extrativas	4.323	7.975
Alimentação, bebidas e tabaco	67.350	42.003
Têxteis	45.583	34.665
Madeira e cortiça	25.453	34.149
Papel, artes gráficas e editoras	17.888	11.201
Químicas	14.164	11.828
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	61.010	51.774
Elettricidade, água e gás	1.414	787
Construção	531.193	299.848
Comércio a retalho	89.741	63.378
Comércio por grosso	233.133	196.198
Restaurantes e hotéis	136.938	43.555
Transportes e comunicações	43.416	42.262
Serviços	536.796	344.493
Crédito ao consumo	363.826	249.603
Crédito hipotecário	133.893	114.577
Outras atividades nacionais	21.080	15.794
Outras atividades internacionais	48.836	29.413
	2.413.879	1.611.359

A análise do crédito vencido por tipo de crédito é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Crédito com garantias reais	1.155.898	705.011
Crédito com outras garantias	592.123	451.204
Crédito sem garantias	665.858	455.144
	2.413.879	1.611.359

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:		
Saldo em 1 de janeiro	2.087.255	1.638.157
Outras transferências	94.751	8.499
Dotação do exercício	857.062	789.809
Reversão do exercício	(14.765)	(370)
Utilização de imparidade	(261.627)	(348.840)
Saldo em 31 de dezembro	2.762.676	2.087.255

Se o valor de uma perda por imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A rubrica Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos inclui em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 38.570.000 relativos à imparidade constituída para créditos concedidos a entidades residentes em países que estão sujeitos a risco país segundo Instrução do Banco de Portugal.

A análise da imparidade por setores de atividade é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Agricultura e silvicultura	21.891	16.448
Indústrias extrativas	4.703	9.370
Alimentação, bebidas e tabaco	52.163	43.650
Têxteis	44.995	34.719
Madeira e cortiça	23.482	28.676
Papel, artes gráficas e editoras	28.244	13.387
Químicas	14.717	7.788
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	49.662	57.687
Eletricidade, água e gás	1.736	1.626
Construção	376.358	232.988
Comércio a retalho	89.932	56.085
Comércio por grosso	217.115	173.971
Restaurantes e hotéis	96.033	39.219
Transportes e comunicações	40.474	32.710
Serviços	625.836	384.280
Crédito ao consumo	519.286	522.963
Crédito hipotecário	472.952	409.139
Outras atividades nacionais	18.012	13.696
Outras atividades internacionais	65.085	8.853
	2.762.676	2.087.255

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Crédito com garantias reais	1.258.417	883.336
Crédito com outras garantias	465.802	356.911
Crédito sem garantias	999.888	847.008
Crédito sobre o estrangeiro	38.569	
	2.762.676	2.087.255

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por setor de atividade é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Agricultura e silvicultura	1.239	3.809
Indústrias extrativas	394	17.625
Alimentação, bebidas e tabaco	884	2.961
Têxteis	17.904	11.378
Madeira e cortiça	9.409	7.454
Papel, artes gráficas e editoras	1.771	3.225
Químicas	1.275	965
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	13.160	13.581
Eletricidade, água e gás	19	10
Construção	71.471	29.969
Comércio a retalho	2.463	9.668
Comércio por grosso	13.011	96.482
Restaurantes e hotéis	3.780	3.560
Transportes e comunicações	1.816	3.001
Serviços	38.378	114.426
Crédito ao consumo	25.723	28.969
Outras atividades nacionais	3.755	1.757
Outras atividades internacionais	55.175	
	261.627	348.840

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 b), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. A referida anulação é realizada pela utilização de perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade analisada por tipo de crédito é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Crédito com garantias reais	39.637	118.789
Crédito com outras garantias	26.926	68.655
Crédito sem garantias	189.064	161.396
Crédito sobre o estrangeiro	6.000	
	261.627	348.840

A recuperação de créditos e de juros, efetuada no decorrer de 2011 e 2010, analisada por setores de atividade, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Agricultura e silvicultura	517	220
Indústrias extrativas	32	11
Alimentação, bebidas e tabaco	215	194
Têxteis	866	1.984
Madeira e cortiça	1.054	750
Papel, artes gráficas e editoras	151	268
Químicas	2	10
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	555	624
Construção	1.128	2.854
Comércio a retalho	310	546
Comércio por grosso	1.274	2.400
Restaurantes e hotéis	25	447
Transportes e comunicações	149	494
Serviços	7.545	518
Crédito ao consumo	2.211	14.593
Crédito hipotecário	2	
Outras atividades nacionais	28	61
	16.064	25.974

A análise da recuperação de créditos e de juros, efetuada no decorrer de 2011 e 2010, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Crédito sem garantias	16.064	25.974
	16.064	25.974

22. Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2.715.787	3.502.358
De outros emissores	13.417.028	14.865.326
	16.132.815	18.367.684
Títulos vencidos	4.925	4.925
Imparidade para títulos vencidos	(4.925)	(4.925)
	16.132.815	18.367.684
Ações e outros títulos de rendimento variável	689.177	576.031
	16.821.992	18.943.715
Derivados de negociação	1.657.872	1.447.580
	18.479.864	20.391.295

A rubrica Derivados de negociação inclui a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), no montante de Euros 22.708.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 8.437.000).

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11			'10		
	Títulos		Total	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis para venda		Negociação	Disponíveis para venda	
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	77.476	938.069	1.015.545	909.880	21.023	930.903
Estrangeiros	33.535	4.552	38.087	32.900		32.900
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	37.865	4.169.524	4.207.389	118.340	3.056.534	3.174.874
Estrangeiros	160.616	9.053.948	9.214.564	163.550	11.531.827	11.695.377
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	496.518	1.165.637	1.662.155	2.538.555		2.538.555
	806.010	15.331.730	16.137.740	3.763.225	14.609.384	18.372.609
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas						
Nacionais	4.032	66.973	71.005	7.663	46.672	54.335
Estrangeiras	24.399	19.696	44.095	23.113	23.495	46.608
Unidades de participação	108	573.969	574.077	1191	473.897	475.088
	28.539	660.638	689.177	31.967	544.064	576.031
Imparidade para títulos vencidos		(4.925)	(4.925)		(4.925)	(4.925)
	834.549	15.987.443	16.821.992	3.795.192	15.148.523	18.943.715
Derivados de negociação	1.657.872		1.657.872	1.447.580		1.447.580
	2.492.421	15.987.443	18.479.864	5.242.772	15.148.523	20.391.295
dos quais:						
Nível 1	746.862	3.097.774	3.844.636	3.743.741	816.835	4.560.576
Nível 2	1.745.381	1.686.049	3.431.430	1.499.028	1.431.148	2.930.176
Nível 3		38.930	38.930		47.082	47.082
Instrumentos financeiros ao custo	178	11.164.690	11.164.868	3	12.853.458	12.853.461

A carteira de negociação é registada ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c).

Conforme disposto na IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou "providers";
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

O valor de instrumentos financeiros ao custo inclui o montante de Euros 11.145.287.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 12.833.827.000) referentes aos títulos das operações de securitização não desreconhecidas que estão contabilizados ao valor nominal líquido de imparidade.

A rubrica de Instrumentos cotados inclui títulos valorizados com cotações de bolsa, valorizados de acordo com preços de "providers" e títulos admitidos à cotação em outros mercados organizados.

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 c) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 c), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 4). A reserva de justo valor no montante negativo de Euros 481.778.000 (31 de dezembro de 2010: montante negativo de Euros 245.705.000) é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 188.621.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 124.037.000).

Durante o primeiro semestre de 2010, o Banco reclassificou ativos financeiros não derivados, da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda para a carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade, e da carteira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e para ativos financeiros detidos até à maturidade (ver nota 24).

Conforme descrito na política contabilística 1 e), estas reclassificações foram efetuadas à luz do disposto na IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reclassificação de Instrumentos Financeiros) revista em outubro de 2008, tendo em consideração os seguintes argumentos:

- Condições de mercado no primeiro semestre de 2010, para os emitentes soberanos e financeiros dos mercados periféricos da Zona Euro, traduzidas no forte aumento de volatilidade, agravamento de *spreads* de crédito e dificuldade dos emitentes encontrarem abertura junto de investidores para uma normal colocação dos seus passivos financeiros no mercado;
- Valor intrínseco da carteira em causa (qualidade de emitentes expressa em notações de *rating de investment grade*) e capacidade do Banco para integrar os ativos numa carteira estável, sem objetivo de promover um resultado de negociação no curto prazo, e com intenção e capacidade de os manter por um longo período.

A análise das reclassificações efetuadas até 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	À data da reclassificação		dezembro 2011		Diferença
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor	
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	196.800	196.800	6.545	6.545	
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.144.892	2.144.892	1.413.245	1.140.841	(272.404)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	2.592.280	2.592.280	140.974	130.376	(10.598)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	627.492	627.492	578.799	523.431	(55.368)
			2.139.563	1.801.193	(338.370)

Os montantes contabilizados em resultados e em reservas de justo valor, em dezembro de 2011, relativo aos ativos financeiros reclassificados, são os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Resultados do exercício			Variação	
	Juros	Imparidade	Total	Reservas justo valor	Capitas próprios
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	822		822		822
Ativos financeiros detidos até à maturidade	65.195	(358.277)	(293.082)		(293.082)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	4.055		4.055	242	4.297
Ativos financeiros detidos até à maturidade	18.707		18.707	(360)	18.347
	88.779	(358.277)	(269.498)	(118)	(269.616)

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em resultados no exercício de 2011 seriam os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Juros	Varição justo valor	Impacto em Resultados do exercício
Efeitos em resultados sem as reclassificações efetuadas:			
Ativos financeiros detidos para negociação para:			
Ativos financeiros disponíveis para venda		(6.932)	(6.932)
Ativos financeiros detidos até à maturidade		314	314
Ativos financeiros disponíveis para venda para:			
Crédito titulado a clientes	242	-	242
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(360)		(360)
	<u>(118)</u>	<u>(6.618)</u>	<u>(6.736)</u>

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em capitais próprios no exercício de 2011 seriam os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Resultados do exercício	Resultados transitados	Reservas justo valor	Capitais próprios
Efeitos em capitais próprios sem as reclassificações efetuadas:				
Ativos financeiros detidos para negociação para:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(6.932)		6.932	
Ativos financeiros detidos até à maturidade	314	(272.718)		(272.404)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:				
Crédito titulado a clientes	242	508	(11.348)	(10.598)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(360)		(55.008)	(55.368)
	<u>(6.736)</u>	<u>(272.210)</u>	<u>(59.424)</u>	<u>(338.370)</u>

A análise destas reclassificações à data de 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	À data da reclassificação		dezembro 2010		Diferença
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor	
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	196.800	196.800	13.450	13.450	
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.144.892	2.144.892	1.869.470	1.596.752	(272.718)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	2.592.280	2.592.280	169.359	156.459	(12.900)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	627.492	627.492	610.085	533.996	(76.089)
			<u>2.662.364</u>	<u>2.300.657</u>	<u>(361.707)</u>

Os montantes contabilizados em resultados e em reservas de justo valor, em dezembro de 2010, relativo aos ativos financeiros reclassificados, são os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Resultados do exercício			Variação	
	Juros	Variação justo valor	Total	Reservas justo valor	Capitais próprios
Antes da reclassificação					
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	170	(3.048)	(2.878)		(2.878)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.955	5.623	8.578		8.578
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Ativos financeiros detidos até à maturidade	5.476	-	5.476	(9.510)	(4.034)
	8.601	2.575	11.176	(9.510)	1.666
Depois da reclassificação					
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.786		1.786		1.786
Ativos financeiros detidos até à maturidade	56.932		56.932		56.932
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	4.119		4.119	240	4.359
Ativos financeiros detidos até à maturidade	5.148		5.148	(168)	4.980
	67.985	-	67.985	72	68.057

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em resultados no exercício de 2010 seriam os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Juros	Variação justo valor	Impacto em Resultados do exercício
Efeitos em resultados sem as reclassificações efetuadas:			
Até 31 de dezembro de 2009			
Ativos financeiros detidos para negociação para:			
Ativos financeiros detidos até à maturidade		(196.317)	(196.317)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:			
Crédito titulado a clientes	240		240
	240	(196.317)	(196.077)
Após 1 de janeiro de 2010			
Ativos financeiros detidos para negociação para:			
Ativos financeiros disponíveis para venda		(25.495)	(25.495)
Ativos financeiros detidos até à maturidade		(54.284)	(54.284)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:			
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(168)		(168)
	(168)	(79.779)	(79.947)
	72	(276.096)	(276.024)

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em capitais próprios no exercício de 2010 seriam os seguintes:

(Milhares de Euros)

	Resultados do exercício	Resultados transitados	Reservas justo valor	Capitais próprios
Efeitos em capitais próprios sem as reclassificações efetuadas:				
Até 31 de dezembro de 2009				
Ativos financeiros detidos para negociação para:				
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(196.317)	(22.117)		(218.434)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:				
Crédito titulado a clientes	240	268	(13.408)	(12.900)
	(196.077)	(21.849)	(13.408)	(231.334)
Após 1 de janeiro de 2010				
Ativos financeiros detidos para negociação para:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(25.495)		25.495	
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(54.284)			(54.284)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:				
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(168)		(75.921)	(76.089)
	(79.947)	-	(50.426)	(130.373)
	(276.024)	(21.849)	(63.834)	(361.707)

Os movimentos da imparidade da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	124.037	117.618
Transferências	(3.585)	(7.995)
Dotação por resultados	71.578	26.157
Dotação por reserva de justo valor	4.651	9.134
Reversão por reserva de justo valor	(5.601)	(5.022)
Utilização de imparidade	(2.459)	(15.855)
Saldo em 31 de dezembro	188.621	124.037

O Banco reconhece imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta avaliação implica julgamento no qual o Banco tem em consideração, entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes fatores:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais		221.863	793.682		1.015.545
Estrangeiros			38.087		38.087
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	47.498	255.570	3.899.396	4.925	4.207.389
Estrangeiros	111.685	347.889	8.754.990		9.214.564
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	1.515.020	147.135			1.662.155
	1.674.203	972.457	13.486.155	4.925	16.137.740
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais				71.005	71.005
Estrangeiras				44.095	44.095
Unidades de participação				574.077	574.077
				689.177	689.177
Imparidade para títulos vendidos				(4.925)	(4.925)
	1.674.203	972.457	13.486.155	689.177	16.821.992

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais		93.005	837.898		930.903
Estrangeiros			32.900		32.900
Obrigações de outros emissores					
Nacionais		49.262	3.120.687	4.925	3.174.874
Estrangeiros	20.905	803.776	10.870.696		11.695.377
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	1.172.070	1.366.485			2.538.555
	1.192.975	2.312.528	14.862.181	4.925	18.372.609
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais				54.335	54.335
Estrangeiras				46.608	46.608
Unidades de participação				475.088	475.088
				576.031	576.031
Imparidade para títulos vendidos				(4.925)	(4.925)
	1.192.975	2.312.528	14.862.181	576.031	18.943.715

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Obrigações	Ações	Outros Ativos Financeiros	Títulos Vencidos	Total Bruto
Têxteis		1			1
Madeira e cortiça		501		361	862
Papel, artes gráficas e editoras	86	15.259		998	16.343
Químicas		7.618			7.618
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base		180			180
Eletricidade, água e gás	154.713	1.118			155.831
Construção	9.472	1.960		2.560	13.992
Comércio a retalho		27			27
Comércio por grosso		1.205		475	1.680
Restaurantes e hotéis		51			51
Transportes e comunicações	22.470	767		529	23.766
Serviços	13.204.826	86.413	574.077	2	13.865.318
Outras atividades nacionais	25.461				25.461
	13.417.028	115.100	574.077	4.925	14.111.130
Títulos Públicos	1.053.632		1.662.155		2.715.787
Imparidade para títulos vencidos				(4.925)	(4.925)
	14.470.660	115.100	2.236.232	-	16.821.992

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Obrigações	Ações	Outros Ativos Financeiros	Títulos Vencidos	Total Bruto
Indústrias extrativas		205			205
Têxteis		1.387			1.387
Madeira e cortiça		3.674		361	4.035
Papel, artes gráficas e editoras	90	19.488		998	20.576
Químicas		17.160			17.160
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base		1.101			1.101
Eletricidade, água e gás		2.028			2.028
Construção	11.177	3.615		2.560	17.352
Comércio a retalho		27			27
Comércio por grosso		3.371		475	3.846
Restaurantes e hotéis		51			51
Transportes e comunicações	13.617	2.058		529	16.204
Serviços	14.840.442	46.778	475.088	2	15.362.310
	14.865.326	100.943	475.088	4.925	15.446.282
Títulos Públicos	963.803		2.538.555		3.502.358
Imparidade para títulos vencidos				(4.925)	(4.925)
	15.829.129	100.943	3.013.643	-	18.943.715

Conforme detalhado na nota 50 o Banco, no âmbito da gestão do risco de liquidez, possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo.

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11			Justo valor	
	Inferior a três meses	Nacionais (prazo remanescente) Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Ativo	Passivo
Derivados de taxa de juro:					
Mercado de balcão:					
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	800	2.400		20	
Swaps de taxa de juro	4.913.040	2.061.826	37.779.247	1.264.463	1.281.021
Opções de taxa de juro (compra)	1.202	336.972	611.598	12.469	
Opções de taxa de juro (venda)	1.202	336.972	611.598		14.287
Outros contratos de taxa de juro	23.800	509.753	10.118.393	30.184	30.175
	4.940.044	3.247.923	49.120.836	1.307.136	1.325.483
Transacionados em Bolsa:					
Futuros de taxa de juro	5.002	-	-	-	-
Derivados de moeda:					
Mercado de balcão:					
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	105.122	39.944		6.147	2.080
Swaps de moeda	2.836.263			28.108	5.507
Opções cambiais (compra)	25.992	1.677		551	
Opções cambiais (venda)	11.394	1.677			580
	2.978.771	43.298	-	34.806	8.167
Derivados de ações e de instrumentos de dívida:					
Mercado de balcão:					
Swaps de ações/índices	154.133	58.549	104.054	5.454	9.129
Opções ações/índices (compra)	78.366				
Opções ações/índices (venda)	78.400				68
Forwards sobre instrumentos de dívida			30.000		2.601
	310.899	58.549	134.054	5.454	11.798
Transacionados em Bolsa:					
Futuros sobre ações	67.243	-	-	-	-
Derivados de commodities:					
Transacionados em Bolsa:					
Futuros de commodities	31.703	-	-	-	-
Derivados de crédito:					
Mercado de balcão:					
Credit Default Swaps (CDS)	3.864		4.125.066	287.768	295.349
Outros derivados de crédito (venda)			34.948		
	3.864	-	4.160.014	287.768	295.349
Total de instrumentos financeiros transacionados em:					
Mercado de balcão	8.233.578	3.349.770	53.414.904	1.635.164	1.640.797
Bolsa	103.948		103.948		
Derivados embutidos:				22.708	11.214
	8.337.526	3.349.770	53.414.904	1.657.872	1.652.011

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'10			Justo valor		
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Ativo	Passivo
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	800	2.400	3.200	6.400	29	
Swaps de taxa de juro	7.982.607	5.436.718	42.035.157	55.454.482	1.162.165	1.073.838
Opções de taxa de juro (compra)	30.436	149.723	830.190	1.010.349	21.293	
Opções de taxa de juro (venda)	30.436	149.351	830.190	1.009.977		21.288
Outros contratos de taxa de juro	31.582	222.605	10.097.729	10.351.916	36.820	36.800
	8.075.861	5.960.797	53.796.466	67.833.124	1.220.307	1.131.926
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	12.502	-	-	12.502	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	127.042	49.819	711	177.572	4.555	2.803
Swaps de moeda	2.648.491			2.648.491	33.055	34.555
Opções cambiais (compra)	19.263	21.523		40.786	880	
Opções cambiais (venda)	1.485	21.523		23.008		751
	2.796.281	92.865	711	2.889.857	38.490	38.109
Derivados de ações:						
Mercado de balcão:						
Swaps de ações/índices	106.773	123.883	157.318	387.974	16.151	17.458
Opções ações/índices (compra)	60.722			60.722		
Opções ações/índices (venda)	60.740			60.740		131
Forwards sobre ações preferenciais			50.000	50.000		8.566
	228.235	123.883	207.318	559.436	16.151	26.155
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de ações/índices	57.073			57.073		
Futuros de commodities	70.714	4	-	70.718		
	127.787	4	-	127.791	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
Credit Default Swaps (CDS)		97.774	4.099.602	4.197.376	164.195	187.680
Outros derivados de crédito (venda)			66.448	66.448		
	-	97.774	4.166.050	4.263.824	164.195	187.680
Total de instrumentos financeiros transacionados em:						
Mercado de balcão	11.100.377	6.275.319	58.170.545	75.546.241	1.439.143	1.383.870
Bolsa	140.289	4		140.293		
Derivados embutidos					8.437	255
	11.240.666	6.275.323	58.170.545	75.686.534	1.447.580	1.384.125

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Instrumentos de cobertura		
Ativo:		
Swaps	463.734	440.614
Passivo:		
Swaps	64.041	27.889

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no Nível 2.

O Banco contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição aos riscos de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Banco está exposto às variações de justo valor ou a variações de fluxos de caixa, ou se se encontra perante coberturas de transações futuras.

A partir de 1 de janeiro de 2005, o Banco, para as relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, passou a adotar a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de justo valor e apresenta na sua carteira de derivados principalmente swaps de taxa de juro, que estão a cobrir variações de justo valor do risco de taxa de juro de Títulos emitidos, Depósitos/Empréstimos de mercado monetário e Ativos financeiros disponíveis para venda.

O Banco realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes. Para o exercício em análise foi registado por contrapartida de resultados um montante de Euros 25.181.000 (31 de dezembro de 2010: montante positivo de Euros 14.838.000), correspondendo à parcela inefetiva das referidas coberturas de justo valor. O Banco também designou um conjunto de créditos concedidos a taxa fixa com prazo superior a um ano, para os quais adotou uma política de cobertura de carteiras no que respeita às variações decorrentes da evolução da taxa de juro.

Conforme referido na nota 6, verificou-se em 2010 a revogação de uma operação de cobertura de taxa de juro associada a uma emissão de obrigações hipotecárias de Euros 1.500.000.000 de acordo com o disposto no parágrafo 91, alínea c) da IAS 39 em resultado da quebra de efetividade. De acordo com a deliberação do Conselho de Administração Executivo e em conformidade com as referidas Normas, em 1 de abril de 2009 e 1 de abril de 2010, respetivamente, foi retomada a relação de cobertura.

O ajustamento acumulado sobre os ativos e passivos financeiros cobertos efetuado às rubricas do ativo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Itens cobertos		
Crédito		10.976
Depósitos/Empréstimos	(12.230)	303
Títulos emitidos	(261.696)	(176.465)
	(273.926)	(165.186)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11				
	Nacionais (prazo remanescente)			Justo valor	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Ativo Passivo
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:					
Mercado de balcão:					
Swaps de taxa de juro	164.500	308.761	5.829.365	6.302.626	463.734 64.041
	164.500	308.761	5.829.365	6.302.626	463.734 64.041

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'10				
	Nacionais (prazo remanescente)			Justo valor	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Ativo Passivo
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:					
Mercado de balcão:					
Swaps de taxa de juro			6.926.117	6.926.117	440.614 27.889
			6.926.117	6.926.117	440.614 27.889

24. Ativos financeiros detidos até à maturidade

A rubrica de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2.764.695	3.022.597
De outros emissores	2.679.583	3.457.928
	5.444.278	6.480.525
Impandade	(358.277)	
	5.086.001	6.480.525

A rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De emissores públicos, inclui em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 2.356.340.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 2.972.647.000) relativos a países da União Europeia, em situação de *bailout* e cujo detalhe é apresentado na nota 55.

A rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 1.413.245.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 1.869.470.000), relativo a ativos financeiros não derivados (Obrigações) reclassificados da rubrica Ativos financeiros detidos para negociação para a rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, dos quais Euros 549.531.000, dizem respeito a reclassificações ocorridas em 2010, conforme referido na política contabilística nota 1 e) e na nota 22.

A rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 578.799.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 610.085.000), relativo a ativos financeiros não derivados (Obrigações) reclassificados, em 2010, da rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda para a rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, conforme referido na política contabilística nota 1 e) e na nota 22.

Os movimentos da imparidade da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	2011
Saldo em 1 de janeiro	-
Dotação do exercício	358.277
Saldo em 31 de dezembro	358.277

A evolução da crise da dívida soberana na União Europeia e especificamente a evolução do contexto político e económico na Grécia, que tem contribuído para uma contínua deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder a financiamento nos mercados financeiros, implicam que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Tendo em consideração esta conjuntura, a rubrica Imparidade para títulos corresponde à imparidade reconhecida na dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2011, conforme referido na nota 13. A determinação do valor de imparidade teve em consideração os termos do acordo estabelecido entre o Estado Grego e o setor privado relacionados com a reestruturação da dívida soberana da Grécia (GGBs). Os aspetos-chave do envolvimento do setor privado (PSI) na referida reestruturação, anunciados em 21 de fevereiro de 2012 pelo Ministro das Finanças da Grécia, nos termos do PSI são analisados como segue:

- a) Os detentores dos GGBs devem trocar os títulos atuais por:
- Novos GGBs com valor facial igual a 31,5% do valor facial dos antigos GGBs;
 - *Notes* emitidas pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), com valor facial igual a 15% dos antigos GGBs. As *notes* terão uma taxa de juro de mercado e uma maturidade de 24 meses;
- b) Os novos GGBs terão os seguintes termos:
- Cupão inicial de 2% com aumento para 3% e depois 4,3%;
 - Pagamento de capital em 20 prestações anuais com início no 1.º aniversário da data de emissão e maturidade em 2042;
 - Cláusulas de *Aggregated collective action*;
 - Admissão à cotação na Bolsa de Atenas;
 - Emissões reguladas pela Lei Inglesa;
 - Inclusão de títulos indexados ao PIB destacáveis, que darão direito ao detentor a um cupão adicional de 1% caso sejam atingidos determinados objetivos em termos de PIB.

O PSI é parte do pacote de *bailout* no montante de Euros 130 mil milhões da União Europeia para a Grécia e está sujeito a aprovação dos parlamentos dos países da Zona Euro.

O Millennium bcp decidiu aceitar a Oferta de Troca, tendo a transação ocorrido em 12 de Março de 2012.

Para efeitos da determinação da referida imparidade foram considerados os termos e condições definidos no PSI e também considerado o disposto no parágrafo AG84 da IAS 39 que considera razoável que, para a carteira de títulos detidos até à maturidade quando, por questões práticas, existem incertezas relevantes quanto à estimativa de *cash-flows* futuros, a imparidade possa ser determinada com base nos preços observáveis de mercado.

Tendo em consideração a informação disponível sobre as características dos títulos, o justo valor dos novos títulos deverá corresponder a cerca de 23% do valor dos atuais títulos.

Faça a esta estimativa, o Banco reconheceu, no exercício de 2011, uma imparidade de Euros 358.277.000 que corresponde, em 31 de dezembro de 2011, a 77% do valor nominal da dívida.

A análise por maturidade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo incluídos na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais		103.508	1.922.758	2.026.266
Estrangeiros	26.062		354.090	380.152
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais		56.381	1.677.434	1.733.815
Estrangeiros	551.478	35.311	358.979	945.768
	577.540	195.200	4.313.261	5.086.001

A análise por maturidade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixos incluídos na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais		233.654	2.049.995	2.283.649
Estrangeiros			738.948	738.948
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais		672.244	1.263.170	1.935.414
Estrangeiros	1.100.963		421.551	1.522.514
	1.100.963	905.898	4.473.664	6.480.525

A análise por setor de atividade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo incluídos na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Transportes e comunicações:	170.333	169.693
Serviços	2.509.250	3.288.235
	2.679.583	3.457.928
Títulos Públicos	2.406.418	3.022.597
	5.086.001	6.480.525

Conforme detalhado na nota 50 o Banco, no âmbito da gestão do risco de liquidez, possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo.

25. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Instituições de crédito residentes	277.348	217.348
Instituições de crédito não residentes	887.190	937.596
Outras empresas residentes	487.189	415.239
Outras empresas não residentes	4.166.277	4.165.865
	5.818.004	5.736.048
Imparidade para investimentos em associadas:		
Em empresas subsidiárias	(1.828.212)	(1.828.212)
Em empresas associadas e outras participações financeiras	(3.585)	
	(1.831.797)	(1.828.212)
	3.986.207	3.907.836

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
ACT – C – Indústria de Cortiças, S.A.	3.585	
Banca Millennium, S.A.	4	4
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	260.235	200.235
Bank Millennium, S.A.	838.476	891.314
Banque BCP, S.A.S.	15.381	12.949
Banco Millennium Angola, S.A.	33.329	33.329
BCP Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	30.773	30.773
BCP Investment, BV	2.112.532	2.112.532
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	68.375	25
BitalPart, B.V.	2.027.671	2.027.671
Banpor Consulting, S.R.L.		500
Interfundos Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	1.500	1.500
Millennium bcp – Escritório de representações e Serviços, S/C Lda.	11.511	10.600
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	28.009	28.009
S&P Reinsurance, Limited	14.536	14.536
Caracas Financial Services, Limited	27	27
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	341.088	341.088
Millennium bcp Teleserviços – Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	885	885
Nanium, S.A.	6.158	6.158
Propaço – Sociedade Imobiliária De Paço D'Arcos, Lda.	3	
Servitrust – Trust Management Services S.A.	100	100
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	6.700	6.700
Sicit – Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra Estruturas de Transportes, S.A.	13	
UNICRE – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	17.113	17.113
	5.818.004	5.736.048
Imparidade para investimentos em associadas	(1.831.797)	(1.828.212)
	3.986.207	3.907.836

O valor da imparidade para investimentos em associadas é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Imparidade para investimentos em associadas:		
Saldo em 1 de janeiro	1.828.212	1.815.762
Transferências	3.585	18.608
Reversão do exercício		(6.158)
Saldo em 31 de dezembro	1.831.797	1.828.212

A relação das empresas do Banco é apresentada na nota 58

26. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo	46.092	46.092
Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	1.197.588	1.013.637
	1.243.680	1.059.729
Imparidade	(298.565)	(206.011)
	945.115	853.718

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 j).

A rubrica Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo corresponde a duas sociedades imobiliárias adquiridas pelo Banco no âmbito da reestruturação de exposições creditícias e que o Banco pretende alienar no prazo de um ano. No entanto, face às atuais condições de mercado não foi possível concretizar a alienação no prazo esperado.

A rubrica Imóveis e outros ativos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação prosolvendo).

Os referidos ativos estão disponíveis para venda num prazo inferior a um ano, tendo o Banco uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às atuais condições de mercado, não é possível em algumas situações concretizar a alienação no prazo esperado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos-promessa de compra e venda no montante de Euros 77.056.000 (31 de dezembro 2010: Euros 101.051.000).

Os movimentos da imparidade para ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	206.011	164.230
Transferências	990	7.200
Dotação do exercício	126.779	65.096
Utilização de imparidade	(35.215)	(30.515)
Saldo em 31 de dezembro	298.565	206.011

27. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Imóveis	680.703	688.477
Equipamento		
Mobiliário	69.318	70.139
Máquinas	15.389	15.492
Equipamento informático	156.889	155.924
Instalações interiores	96.188	95.949
Viaturas	1.967	2.590
Equipamento de segurança	67.484	66.585
Obras em curso	27.627	28.517
Outros ativos tangíveis	3.270	3.342
	1.118.835	1.127.015
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(34.924)	(40.509)
Relativas a exercícios anteriores	(752.587)	(727.149)
	(787.511)	(767.658)
	331.324	359.357

Os movimentos da rubrica de Outros ativos tangíveis durante o ano de 2011 são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Saldo em 1 janeiro	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 dezembro
Custo:						
Imóveis	688.477	1.065	(10.426)	1.587		680.703
Equipamento						
Mobiliário	70.139	31	(860)	6	2	69.318
Máquinas	15.492	1.713	(1.816)	-		15.389
Equipamento informático	155.924	3.973	(3.010)		2	156.889
Instalações interiores	95.949	427	(969)	781		96.188
Viaturas	2.590	90	(715)		2	1.967
Equipamento de segurança	66.585	1.987	(1.163)	75		67.484
Obras em curso	28.517	2.938	(1.366)	(2.462)		27.627
Outros ativos tangíveis	3.342		(72)			3.270
	1.127.015	12.224	(20.397)	(13)	6	1.118.835
Amortizações acumuladas:						
Imóveis	388.644	22.276	(8.368)			402.552
Equipamento						
Mobiliário	66.118	1.186	(851)	-	1	66.454
Máquinas	15.057	121	(188)	-		14.990
Equipamento informático	140.806	8.853	(2.999)	-	1	146.661
Instalações interiores	91.447	975	(955)			91.467
Viaturas	2.388	114	(714)		1	1.789
Equipamento de segurança	60.001	1.373	(931)	-		60.443
Outros ativos tangíveis	3.197	26	(68)			3.155
	767.658	34.924	(15.074)	-	3	787.511

28. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Software	22.561	15.984
Outros ativos intangíveis	2.108	3.121
	24.669	19.105
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(4.429)	(4.123)
Relativas a exercícios anteriores	(9.365)	(5.241)
	(13.794)	(9.364)
	10.875	9.741

Os movimentos da rubrica de Ativos Intangíveis durante o ano de 2011 são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)					
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 dezembro
Custo:						
Software	15.984	6.572	-	4	1	22.561
Outros ativos intangíveis	3.121	413	(1.426)	-	-	2.108
	19.105	6.985	(1.426)	4	1	24.669
Amortizações acumuladas:						
Software	6.576	4.429	-	-	1	13.006
Outros ativos intangíveis	788	-	-	-	-	788
	9.364	4.429	-	-	1	13.794

29. Ativos por impostos diferidos

Ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	(Milhares de Euros)			
	'11		'10	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Outros ativos tangíveis		3.449		3.528
Provisões	651.964		415.412	22.695
Benefícios a empregados	577.750		546.389	
Ativos financeiros disponíveis para venda (AFS)	143.523		74.041	393
Imputação de lucros	78.035		44.879	
Prejuízos fiscais reportáveis	184.238		123.177	
Outros	24.453	45.277	24.983	80.386
	1.659.963	48.726	1.228.881	107.002
Impostos diferidos líquidos	1.611.237		1.121.879	

A rubrica Ativos por impostos diferidos – Benefícios a empregados inclui em 31 de dezembro de 2011 o montante de Euros 290.435.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 284.524.000) relativo ao reconhecimento dos impostos diferidos associados aos desvios atuariais reconhecidos por contrapartida de reservas, nomeadamente em resultado da alteração da política contabilística conforme referido nas notas 1, 48 e 56. A referida rubrica inclui igualmente o montante de Euros 47.783.000 relativo ao reconhecimento dos impostos diferidos associados ao custo da transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social, conforme referido na nota 9.

No âmbito da transferência de responsabilidades para o Regime Geral da Segurança Social e da alteração da política contabilística, foi consagrado um regime especial autónomo de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes destas realidades, como segue:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante dez anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos reformados/pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (18 anos no caso do Grupo), a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012.

Desta forma, os impostos diferidos ativos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios atuariais são recuperáveis nos prazos de 10 e 18 anos, respetivamente.

O montante de impostos diferidos reconhecidos em resultados é atribuível a diferenças temporárias resultantes das seguintes rubricas:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Ativos intangíveis		116
Outros ativos tangíveis	79	(231)
Provisões	238.515	108.713
Benefícios a empregados	25.450	(6.912)
Imputação de lucros	33.157	696
Prejuízos fiscais reportáveis	112.640	(16.812)
Outros	(16.057)	(2.522)
Impostos diferidos	393.784	83.048

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, o Banco possa compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Os movimentos da rubrica de impostos diferidos líquidos são apresentados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	1.121.879	838.200
Encargos do exercício	393.784	83.048
Movimentos em reservas e resultados transitados	95.574	200.631
Saldo em 31 de dezembro	1.611.237	1.121.879

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas no exercício ou em exercícios anteriores, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

Em 31 de dezembro de 2011 existiam diferenças temporárias não reconhecidas respeitantes, essencialmente, a perdas atuariais decorrentes da alteração da política contabilística, que se traduziram num imposto diferido no ativo no montante de Euros 275.000.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 0), e prejuízos fiscais reportáveis que resultariam num imposto diferido ativo no montante de Euros 12.583.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 0) que não foi reconhecido.

O imposto diferido ativo relativo a prejuízos fiscais reportáveis, por data de caducidade, é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

Ano de caducidade	'11	'10
2011		22.777
2014	44.376	84.501
2015	139.862	15.899
	184.238	123.177

30. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Devedores	967.653	1.326.464
Suprimentos	124.490	78.809
Outras imobilizações financeiras	8.106	50.980
Valores a cobrar	20.404	34.431
Outros impostos a recuperar	50.571	50.114
Bonificações a receber	16.871	16.036
Associadas	322.980	137.350
Juros e outros proveitos a receber	31.810	37.314
Despesas antecipadas	92.901	133.200
Operações sobre títulos a receber	561.012	5.791
Valores a debitar a clientes	145.759	132.534
Prestações suplementares de capital	1.247.351	1.261.160
Contas diversas	282.519	143.959
	3.872.427	3.408.142
Imparidade para outros ativos	(66.432)	(19.496)
	3.805.995	3.388.646

A rubrica Prestações suplementares de capital é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Millennium bcp Participações, S.G.PS., Sociedade Unipessoal, Lda.	1.207.662	1.221.471
Millennium bcp Prestação de Serviços ACE	38.000	38.000
Outros	1.689	1.689
	1.247.351	1.261.160

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	19.496	14.429
Transferências	39.602	12.317
Dotação do exercício	8.343	537
Reversão do exercício	(386)	(7.787)
Utilização de imparidade	(623)	
Saldo em 31 de dezembro	66.432	19.496

31. Depósitos de instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11			'10		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos e outros financiamentos de Bancos Centrais	2	13.024.163	13.024.165	217	15.623.406	15.623.623
Depósitos de outras instituições de crédito no país	218.641	2.119.828	2.338.469	136.259	745.142	881.401
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	58.616	7.844.118	7.902.734	1.627.403	9.288.234	10.915.637
	277.259	22.988.109	23.265.368	1.763.879	25.656.782	27.420.661

A rubrica Depósitos de Bancos Centrais inclui o montante de Euros 12.700.000.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 15.350.000.000) relativo a financiamentos obtidos junto do Banco Central Europeu.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Até 3 meses	16.126.925	21.652.585
3 meses até 6 meses	419.656	315.226
6 meses até 1 ano	376.731	668.489
1 ano até 5 anos	6.117.223	3.139.606
Mais de 5 anos	224.833	1.644.755
	23.265.368	27.420.661

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, de acordo com o definido nos contratos respetivos, o Banco tem, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 845.703.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 803.082.000) de depósitos de outras instituições de crédito recebidos como colateral das referidas operações.

32. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11			'10		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos de Clientes						
Depósito à ordem	7.840.435	1.348.654	9.189.089	7.903.764	484.675	10.388.439
Depósito a prazo		21.976.293	21.976.293		19.051.120	19.051.120
Depósito de poupanças		1.289.901	1.289.901		1.636.607	1.636.607
Outros	170.501	92.083	262.584	198.483	92.082	290.565
	8.010.936	24.706.931	32.717.867	10.102.247	21.264.484	31.366.731

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 11/94.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Depósitos à ordem	9.189.089	10.388.439
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	11.509.734	9.151.686
3 meses até 6 meses	3.635.814	4.524.633
6 meses até 1 ano	4.656.672	1.928.720
1 ano até 5 anos	3.348.553	4.970.132
Mais de 5 anos	115.421	112.556
	23.266.194	20.687.727
Outros		
Até 3 meses	150.533	172.948
Mais de 3 meses	112.051	117.617
	262.584	290.565
	32.717.867	31.366.731

33. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Empréstimos obrigacionistas	15.447.616	14.005.768
Papel comercial	1.439.407	319.456
Outros	97.209	91.493
	16.984.232	14.416.717

Em 31 de dezembro de 2011, os Empréstimos obrigacionistas e o Papel comercial emitidos pelo Banco são analisados como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Empréstimos obrigacionistas:					
BCP 5,34% março 02/mar 12	março, 2002	março, 2012	Taxa fixa de 5,340%	160.551	161.514
BCP Ob Cx E. Gr. S. dez 05/15	dezembro, 2005	dezembro, 2015	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	2.245	2.139
BCP Ob Cx E. I. S. mar 06/16	março, 2006	março, 2016	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	1.100	1.032
BCP FRN mai 07/14	maio, 2007	maio, 2014	Euribor 3M + 0,150%	1.059.535	1.059.048
BCP Cov Bonds jun 07/17	junho, 2007	junho, 2017	Taxa fixa de 4,750%	1.391.400	1.460.030
BCP FRN set 12	agosto, 2007	setembro, 2012	Euribor 3M + 0,100%	310.000	309.838
BCP Cov Bonds out 07/14	outubro, 2007	outubro, 2014	Taxa fixa de 4,750%	1.000.000	1.092.983
BCP FRN mar 17	dezembro, 2007	março, 2017	Euribor 3M + 0,180%	100.000	99.961
BCP Ob Cx S Af 1E mar 08/13	março, 2008	março, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	179.192	179.192
BCP Ob Cx S Af 2E mar 08/13	março, 2008	março, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	37.003	37.003
BCPsf Ob Cx S Af 1E mar 08/13	março, 2008	março, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	15.625	15.625
BCPsf Ob Cx S Af 1E mar 08/13	março, 2008	março, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	2.653	2.653
BCP Ob Cx S Af 3E mai 08/13	maio, 2008	maio, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	219.312	219.312
BCPsf Ob Cx S Af 3E mai 08/13	maio, 2008	maio, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	11.520	11.520
BCPsf Ob Cx S Af 3E mai 08/13	maio, 2008	maio, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	2.664	2.664
BCP Ob Cx S Af 4E jun 08/13	junho, 2008	junho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	197.935	197.935
BCPsf Ob Cx S Af 4E jun 08/13	junho, 2008	junho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	8.624	8.624
BCPsf Ob Cx S Af 4E jun 08/13	junho, 2008	junho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	1.631	1.631
BCP Ob Cx S Af 5E jul 08/13	julho, 2008	julho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	55.843	55.843
BCPsf Ob Cx S Af 5E jul 08/13	julho, 2008	julho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	6.195	6.195
BCPsf Ob Cx S Af 5E jul 08/13	julho, 2008	julho, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,000%; 2.º ano 0,125%; 3.º ano 0,250%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,500%	1.101	1.101
BCP O Cx S A M B 1E out 08/13	outubro, 2008	outubro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	190.107	190.107

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Sfi O Cx S A M B 1E 08/13	outubro, 2008	outubro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	15.405	15.405
BCP Sfe O Cx S A M B 1E out08/13	outubro, 2008	outubro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	2.335	2.335
BCP O Cx S A M B2E nov 08/13	novembro, 2008	novembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	120.279	120.279
BCP Sfi O Cx S A M B2E 08/13	novembro, 2008	novembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	6.795	6.795
BCP Sfe O Cx S A M B2E nov 08/13	novembro, 2008	novembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	969	969
BCP O Cx S A M B3E dez 08/13	dezembro, 2008	dezembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	139.060	139.060
BCP Sfi O Cx S A M B3E 08/13	dezembro, 2008	dezembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	8.064	8.064
BCP Sfe O Cx S A M B3E dez 08/13	dezembro, 2008	dezembro, 2013	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	2.086	2.086
BCP S Aforro Ser B fev 2009/14	fevereiro, 2009	fevereiro, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	53.194	53.194
BCP Super Aforro Ser B mar 2009/14	março, 2009	março, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,500%; 4.º ano 0,750%; 5.º ano 1,000%	40.494	40.494
BCP 5.625 % Book Entry Note Synd	abril, 2009	abril, 2014	Taxa fixa de 5,625%	1.000.000	1.005.603
BCP S. Aforro Ser C 09/280409	abril, 2009	abril, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	14.910	14.910
BCP Sup Afor Ser B 09/190514	maio, 2009	maio, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	2.420	2.420
BCP Rend Mais 09/19.05.2012	maio, 2009	maio, 2012	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,000%;	13.283	13.361
BCP Super Aforro Serie C jun/2014	junho, 2009	junho, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	9.565	9.565
BCP Rend. Mais jun/2012	junho, 2009	junho, 2012	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,000%;	59.913	60.304
BCP-Fm Emtm 608	julho, 2009	julho, 2012	Euribor 6M + 1,750%	25.000	24.982
BCP Sup Aforro Ser C ago 2009/14	agosto, 2009	agosto, 2014	Euribor 3M + Prémio de Permanência: 1.º ano 0,125%; 2.º ano 0,250%; 3.º ano 0,750%; 4.º ano 1,000%; 5.º ano 1,250%	31.198	19.427
BCP Investimento Total nov 2012	agosto, 2009	novembro, 2012	Taxa fixa de 3,077%	50.591	50.757
BCP-Fm Emtm 625	agosto, 2009	agosto, 2012	Euribor 3M + 1,210%	200.000	199.935
BCP Inv Total dez 2012-Emtm 609	setembro, 2009	dezembro, 2012	Taxa fixa de 3,077%	107.790	108.616

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Cov Bonds out 09/16	outubro, 2009	outubro, 2016	Taxa fixa de 3,750%	733.650	772.053
BCP Rend Trim. nov. 2009/14	novembro, 2009	novembro, 2014	1.º ano=2,500%; 2.º ano=2,750%; 3.º ano=3,000%; 4.º ano=3,500%; 5.º ano=4,500%	45.164	47.259
BCP Emissão Sindicada-Emitn 668	dezembro, 2009	fevereiro, 2013	Euribor 3M + 0,900%	483.998	483.366
BCP Rend Trim.09/22.12.2014	dezembro, 2009	dezembro, 2014	1.º ano=2,500%; 2.º ano=2,750%; 3.º ano=3,000%; 4.º ano=3,500%; 5.º ano=4,250%	58.611	61.214
BCP Fixed Rate Note Inv Top Mais	janeiro, 2010	janeiro, 2015	1.º ano=2,500%; 2.º ano=2,750%; 3.º ano=3,250%; 4.º ano=4,125%; 5.º ano=5,000%	47.742	50.007
BCP Sup R. mar 2010 Fix. Rate Note	março, 2010	março, 2013	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,250%; 6.º semestre=4,500%	141.878	143.489
BCP Rend Sem. Fixe Rate Note	março, 2010	março, 2013	1.º semestre=1,500%; 2.º semestre=1,750%; 3.º semestre=2,000%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,500%; 6.º semestre=3,500%	129.673	131.135
BCP Frn mar 2013-Em Sind-Emitn 707	março, 2010	março, 2013	Euribor 3M + 1,300% por ano	299.950	299.527
BCP Fix. Rate Note Rd Ext-Emitn 685	abril, 2010	abril, 2015	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,500%; 6.º semestre=2,750%; 7.º semestre=2,875%; 8.º semestre=3,125%; 9.º semestre=3,500%; 10.º semestre=4,000%	106.733	110.931
BCP Fix. Rate Note R Top abril	abril, 2010	abril, 2015	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,600%; 4.º semestre=2,800%; 5.º semestre=3,000%; 6.º semestre=3,150%; 7.º semestre=3,200%; 8.º semestre=3,500%; 9.º semestre=3,800%; 10.º semestre=4,500%	137.148	142.408
BCP Rend Plus-Emitn 697	abril, 2010	abril, 2014	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,500%; 6.º semestre=2,625%; 7.º semestre=2,750%; 8.º semestre=3,250%	25.147	25.719
BCP Rend mais-Emitn 699	abril, 2010	abril, 2014	1.º semestre=1,750%; 2.º semestre=1,875%; 3.º semestre=2,000%; 4.º semestre=2,125%; 5.º semestre=2,250%; 6.º semestre=2,375%; 7.º semestre=2,500%; 8.º semestre=3,000%	15.119	15.465
BCP Frn mai 12-Emitn 717 Cred	maio, 2010	maio, 2012	Euribor 3M + 1,000%	100.000	99.981
BCP Cln Edp jun 2018-Emitn 725	junho, 2010	junho, 2018	Euribor 12M + 2,400%	20.000	19.778
BCP Frn R Plus-jun 10/14-Emitn 718	junho, 2010	junho, 2014	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,625%; 8.º semestre=3,250%	16.594	16.874
BCP Frn R mais-jun 14-Emitn 720	junho, 2010	junho, 2014	1.º semestre=1,625%; 2.º semestre=1,750%; 3.º semestre=1,875%; 4.º semestre=2,000%; 5.º semestre=2,125%; 6.º semestre=2,250%; 7.º semestre=2,375%; 8.º semestre=3,000%	12.226	12.433
BCP Rend Ext 1 Ser 2010-2015	agosto, 2010	agosto, 2015	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,750%; 8.º semestre=2,875%; 9.º semestre=3,000%; 10.º semestre=3,500%	41.829	42.963
BCP Rend Ext 2 Ser 2010-15	agosto, 2010	agosto, 2015	1.º semestre=2,125%; 2.º semestre=2,300%; 3.º semestre=2,425%; 4.º semestre=2,550%; 5.º semestre=2,800%; 6.º semestre=3,050%; 7.º semestre=3,300%; 8.º semestre=3,550%; 9.º semestre=3,800%; 10.º semestre=4,300%	75.847	77.890

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Rend Ext 1 Ser-Emitn 749	setembro, 2010	setembro, 2015	1.º semestre=1,875%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,125%; 4.º semestre=2,250%; 5.º semestre=2,375%; 6.º semestre=2,500%; 7.º semestre=2,750%; 8.º semestre=2,875%; 9.º semestre=3,000%; 10.º semestre=3,500%	49.373	50.717
BCP Rend Ext 2 Ser-set 2010-2015	setembro, 2010	setembro, 2015	1.º semestre=2,175%; 2.º semestre=2,300%; 3.º semestre=2,425%; 4.º semestre=2,550%; 5.º semestre=2,800%; 6.º semestre=3,050%; 7.º semestre=3,300%; 8.º semestre=3,550%; 9.º semestre=3,800%; 10.º semestre=4,300%	87.328	89.722
BCP Rend Pr 1 Ser-abr 2013	outubro, 2010	abril, 2013	1.º semestre=1,850%; 2.º semestre=1,975%; 3.º semestre=2,225%; 4.º semestre=2,475%; 5.º semestre=2,725%	9.458	9.528
BCP Rend Pr 2 Ser-26 abr 2013	outubro, 2010	abril, 2013	1.º semestre=2,300%; 2.º semestre=2,425%; 3.º semestre=2,675%; 4.º semestre=2,925%; 5.º semestre=3,425%	83.787	84.405
BCP Cln Edp nov 2018-Emitn 771	novembro, 2010	novembro, 2018	Eunbor 3M + 3,135%	30.000	29.872
BCP Rend Pr 3 Serie-Emitn 767	novembro, 2010	maio, 2013	1.º semestre=1,850%; 2.º semestre=1,975%; 3.º semestre=2,225%; 4.º semestre=2,475%; 5.º semestre=2,725%	2.582	2.601
BCP Rend Pr 4 Ser-2010-2013	novembro, 2010	maio, 2013	1.º semestre=2,300%; 2.º semestre=2,425%; 3.º semestre=2,675%; 4.º semestre=2,925%; 5.º semestre=3,425%	19.779	19.937
BCP Mil Rend Pr mais 1 Serie	dezembro, 2010	junho, 2014	1.º semestre=1,750%; 2.º semestre=2,000%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,500%; 5.º semestre=2,750%; 6.º semestre=3,000%; 7.º semestre=3,250%	1.069	1.091
BCP Rend Pr mais 2 Serie	dezembro, 2010	junho, 2014	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,750%; 3.º semestre=3,000%; 4.º semestre=3,250%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,750%; 7.º semestre=4,000%	9.372	9.590
BCP Fm Rend Cres 1 1 1 Eur-jan 2016	janeiro, 2011	janeiro, 2016	1.º semestre=1,750%; 2.º semestre=2,250%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,250%; 5.º semestre=3,750%; 6.º semestre=4,250%; 7.º semestre=4,750%; 8.º semestre=5,250%; 9.º semestre=5,750%; 10.º semestre=6,250%	2.500	2.648
BCP Rend Cres 2011 1 Ser-fev 2014	fevereiro, 2011	fevereiro, 2014	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,750%; 6.º semestre=3,500%	4.587	4.705
BCP Rend Cres 2 Ser-fev 2014	fevereiro, 2011	fevereiro, 2014	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,625%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,125%; 6.º semestre=4,000%	36.264	37.200
BCP Rend Cres 3 Sr-mar 2014	março, 2011	março, 2014	1.º semestre=2,000%; 2.º semestre=2,125%; 3.º semestre=2,250%; 4.º semestre=2,375%; 5.º semestre=2,750%; 6.º semestre=3,500%	9.342	9.636
BCP Rend Cres 4 Sr-mar 2014	março, 2011	março, 2014	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,625%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,125%; 6.º semestre=4,000%	72.085	74.337
BCP Ob Mil Rend M 1 Ser-Val M Nr5	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=2,650%; 2.º semestre=2,750%; 3.º semestre=2,875%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,125%; 6.º semestre=3,250%; 7.º semestre=3,375%; 8.º semestre=3,500%; 9.º semestre=3,750%; 10.º semestre=4,250%	13.760	14.678

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Rend M 2 Ser Val M Nr 6	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=3,000%; 2.º semestre=3,125%; 3.º semestre=3,250%; 4.º semestre=3,375%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,625%; 7.º semestre=3,750%; 8.º semestre=4,250%; 9.º semestre=4,500%; 10.º semestre=5,125%	74.146	79.110
BCP Rend M 3 Ser Val M Nr 8	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=3,250%; 2.º semestre=3,375%; 3.º semestre=3,500%; 4.º semestre=3,625%; 5.º semestre=3,875%; 6.º semestre=4,125%; 7.º semestre=4,375%; 8.º semestre=4,625%; 9.º semestre=4,875%; 10.º semestre=5,625%	38.816	41.428
BCP Sfe Rend M Sr 2 Val Mob Nr 7	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=3,000%; 2.º semestre=3,125%; 3.º semestre=3,250%; 4.º semestre=3,375%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,625%; 7.º semestre=3,750%; 8.º semestre=4,250%; 9.º semestre=4,500%; 10.º semestre=5,125%	166	177
BCP Sfe Rend M Sr 9 Val Mob Nr 9	maio, 2011	maio, 2016	1.º semestre=3,250%; 2.º semestre=3,375%; 3.º semestre=3,500%; 4.º semestre=3,625%; 5.º semestre=3,875%; 6.º semestre=4,125%; 7.º semestre=4,375%; 8.º semestre=4,625%; 9.º semestre=4,875%; 10.º semestre=5,625%	786	839
BCP Rend Sup M 2 S Jun 2016 Prog Val Mob Srl 3	junho, 2011	junho, 2016	1.º semestre=3,500%; 2.º semestre=3,625%; 3.º semestre=3,750%; 4.º semestre=3,875%; 5.º semestre=4,000%; 6.º semestre=4,125%; 7.º semestre=4,250%; 8.º semestre=4,375%; 9.º semestre=4,625%; 10.º semestre=5,125%	3.220	3.398
BCP Rend Sup M 3 Sr Jun 2016 Val Mob Srl 14	junho, 2011	junho, 2016	1.º semestre=3,875%; 2.º semestre=4,000%; 3.º semestre=4,125%; 4.º semestre=4,250%; 5.º semestre=4,375%; 6.º semestre=4,500%; 7.º semestre=4,625%; 8.º semestre=4,750%; 9.º semestre=5,000%; 10.º semestre=5,500%	6.148	6.485
BCP Ob.Mill Rend Super M IS 07.06.2016 Vm Sr Nr 12	junho, 2011	junho, 2016	1.º semestre=3,000%; 2.º semestre=3,125%; 3.º semestre=3,250%; 4.º semestre=3,375%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,625%; 7.º semestre=3,750%; 8.º semestre=3,875%; 9.º semestre=4,125%; 10.º semestre=4,625%	828	874
BCP In Permal Macro Hold Class D	junho, 2011	junho, 2021	Indexada ao act sub Permal Macro Holding, Lda.	590	530
BCP Sfe Rendim Super M 3 Sr	junho, 2011	junho, 2016	1.º semestre=3,875%; 2.º semestre=4,000%; 3.º semestre=4,125%; 4.º semestre=4,250%; 5.º semestre=4,375%; 6.º semestre=4,500%; 7.º semestre=4,625%; 8.º semestre=4,750%; 9.º semestre=5,000%; 10.º semestre=5,500%	157	166
BCP Rend Super M 4 Ser Vm Sr 21	julho, 2011	julho, 2016	1.º semestre=3,000%; 2.º semestre=3,125%; 3.º semestre=3,250%; 4.º semestre=3,375%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=3,625%; 7.º semestre=3,750%; 8.º semestre=3,875%; 9.º semestre=4,125%; 10.º semestre=4,625%	392	409
BCP Rend Super M 5 Ser Vm Sr 22	julho, 2011	julho, 2016	1.º semestre=3,500%; 2.º semestre=3,625%; 3.º semestre=3,750%; 4.º semestre=3,875%; 5.º semestre=4,000%; 6.º semestre=4,125%; 7.º semestre=4,250%; 8.º semestre=4,375%; 9.º semestre=4,625%; 10.º semestre=5,125%	1.315	1.371

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Rend Super M 6 Ser Vm Sr 23	julho, 2011	julho, 2016	1.º semestre=3,875%; 2.º semestre=4,000%; 3.º semestre=4,125%; 4.º semestre=4,250%; 5.º semestre=4,375%; 6.º semestre=4,500%; 7.º semestre=4,625%; 8.º semestre=4,750%; 9.º semestre=5,000%; 10.º semestre=5,500%	3.292	3.560
BCP Float 11/17062013 Vm Sr Nr 34	julho, 2011	junho, 2013	Até 17 dez 2011: taxa fixa 2,198% ano; após 17 dez 2011: Euribor 6M + 0,450%	69.950	66.761
BCP Fix jul 2016 Val Mob Sr 38	agosto, 2011	julho, 2016	Taxa fixa de 6,180%	1.750	1.750
BCP Float nov 2015 Val Mob Sr 36	agosto, 2011	novembro, 2015	Até 28 nov 2011: taxa fixa 2,587% ano; após 28 nov 2011: Euribor 6M + 0,875%	1.600	1.450
BCP Float jun 2016 Val Mob Sr 37	agosto, 2011	junho, 2016	Até 27 dez 2011: taxa fixa 2,646% ano; após 27 dez 2011: Euribor 6M + 0,875%	1.330	1.218
BCP Float fev 2015 Val Mob Sr 35	agosto, 2011	fevereiro, 2015	Euribor 6M + 0,875%	1.750	1.579
BCP Fm 11/10.08.2014 Aval Estado Mtn 825	agosto, 2011	agosto, 2014	Euribor 3M + 4,950%	1.750.000	1.750.000
BCP Float mar 2018 Val Mob Sr 40	agosto, 2011	março, 2018	Até 03 set 2011: taxa fixa 2,332% ano; após 03 set 2011: Euribor 6M + 0,950%	2.850	2.267
BCP Float dez 2017 Val Mob Sr 41	agosto, 2011	dezembro, 2017	Até 20 dez 2011: taxa fixa 2,702% ano; após 20 dez 2011: Euribor 6M + 0,950%	2.450	2.219
BCP Float jun 2017 Val Mob Sr 39	agosto, 2011	junho, 2017	Até 27 dez 2011: taxa fixa 2,646% ano; após 27 dez 2011: Euribor 6M + 0,875%	900	826
BCP Float jan 2018 Val Mob Sr 42	agosto, 2011	janeiro, 2018	Até 28 jan 2012: taxa fixa 2,781% ano; após 28 jan 2012: Euribor 6M + 0,950%	2.800	2.253
BCP Rend Extra M 1 Ser Vm Sr 28	setembro, 2011	setembro, 2014	1.º semestre=3,250%; 2.º semestre=3,375%; 3.º semestre=3,500%; 4.º semestre=3,750%; 5.º semestre=4,125%; 6.º semestre=4,500%	1.662	1.661
BCP Rend Extra M 2 Ser Vm Sr 29	setembro, 2011	setembro, 2014	1.º semestre=3,500%; 2.º semestre=3,625%; 3.º semestre=3,750%; 4.º semestre=4,000%; 5.º semestre=4,375%; 6.º semestre=4,750%	5.713	5.745
BCP Rend Extra M 3 Ser Vm Sr 31	setembro, 2011	setembro, 2014	1.º semestre=3,750%; 2.º semestre=3,875%; 3.º semestre=4,000%; 4.º semestre=4,250%; 5.º semestre=4,625%; 6.º semestre=5,000%	11.533	11.596
BCP Fix Rate Notes 9.25 Pct Emtn 827	outubro, 2011	outubro, 2014	Taxa fixa de 9,250%	554.200	442.350
BCP Zero Cp 11/13.10.2013 Emtn 829	outubro, 2011	outubro, 2013	Cupão Zero	18.680	13.912
BCP Float jun 2017 Vm Sr 47	novembro, 2011	junho, 2017	Taxa fixa de 1,771% (1.º juro) e Euribor 6 M (2.º e seguintes)	4.575	2.959
BCP Float jan 2018 Vm Sr 46	novembro, 2011	janeiro, 2018	Taxa fixa de 1,831% (1.º juro) e Euribor 6 M (2.º e seguintes)	8.750	5.457
BCP Float set 2015 Vm Sr 45	novembro, 2011	setembro, 2015	Taxa fixa de 1,732% (1.º juro) e Euribor 6 M (2.º e seguintes)	2.550	1.863
BCP Float nov 2015 Vm Sr 48	novembro, 2011	novembro, 2015	Taxa fixa de 1,712% (1.º juro) e Euribor 6 M (2.º e seguintes)	2.075	1.503
BCP Fix out 2019 Vm Sr 44	novembro, 2011	outubro, 2019	Taxa fixa de 6,875%	5.400	3.842
Estrut Taxa Step Up Xii 11 Vm Sr 56	dezembro, 2011	dezembro, 2014	1.º semestre=7,000%; 2.º semestre=7,000%; 3.º semestre=7,000%; 4.º semestre=7,000%; 5.º semestre=7,500%; 6.º semestre=7,500%; 7.º semestre=7,500%; 8.º semestre=7,500%; 9.º semestre=8,000%; 10.º semestre=8,000%; 11.º semestre=8,000%; 12.º semestre=8,000%	8.379	8.379
BCP Fm 12/2014 Aval Estado Mtn 832	dezembro, 2011	dezembro, 2014	Euribor 3M + 12,000% por ano	1.350.000	1.350.000
Bcp Rend Special One Sr 1 Vm Sr 50	dezembro, 2011	dezembro, 2015	1.º ano=3,500%; 2.º ano=4,750%; 3.º ano=6,000%; 4.º ano=6,750%	2.470	2.498

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Bcp Rend Special One Sr 2 Vm Sr:51	dezembro, 2011	dezembro, 2015	1.º ano=3,750%; 2.º ano=5,000%; 3.º ano=6,250%; 4.º ano=7,000%	2.697	2.728
Bcp Rend Special One Sr 3 Vm Sr:52	dezembro, 2011	dezembro, 2015	1.º ano=4,000%; 2.º ano=5,250%; 3.º ano=6,500%; 4.º ano=7,250%	2.184	2.209
Bcp Rend Ja fev 2013 Vm Sr:49	dezembro, 2011	fevereiro, 2013	Taxa fixa de 6,000%	98.820	85.889
Bcp Rend Tx Cres Xii 11 Eur Vm Sr:58	dezembro, 2011	dezembro, 2014	1.º semestre=7,000%; 2.º semestre=7,000%; 3.º semestre=7,000%; 4.º semestre=7,000%; 5.º semestre=7,500%; 6.º semestre=7,500%; 7.º semestre=7,500%; 8.º semestre=7,500%; 9.º semestre=8,000%; 10.º semestre=8,000%; 11.º semestre=8,000%; 12.º semestre=8,000%	3.608	3.612
Bcp Millen Rend Cres S1 Vm Sr:54	dezembro, 2011	janeiro, 2014	1.º semestre=4,000%; 2.º semestre=4,750%; 3.º semestre=5,750%; 4.º semestre=6,500%	2.087	2.090
Bcp Millen Rend Cres S2 Vm Sr:55	dezembro, 2011	janeiro, 2014	1.º semestre=4,250%; 2.º semestre=5,000%; 3.º semestre=6,000%; 4.º semestre=6,750%	6.554	6.562
Bcp Mill Rend Ja 2 Sr-fev 13 Vm Sr:53	dezembro, 2011	fevereiro, 2013	Taxa fixa de 6,000%	119.223	110.983
Bcp Mill Rend Imed fev 13 Vm Sr:57	dezembro, 2011	fevereiro, 2013	Taxa fixa de 5,250%	28.530	26.808
Bcp Mill Rend Ja 3 Sr-fev 14 Vm Sr:59	dezembro, 2011	fevereiro, 2014	Taxa fixa de 6,250%	10.826	9.366
Bcp Float abr 2014 Vm Sr:76 Ref:9	dezembro, 2011	abril, 2014	Até 1 de abril de 2012: taxa fixa 2,000% ano; após 1 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,450%	25.000	21.587
Bcp Float abr 2017 Vm Sr:95 Ref:28	dezembro, 2011	abril, 2017	Até 1 de abril de 2012: taxa fixa 2,050% ano; após 1 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,500%	90.000	62.654
Bcp Float abr 2016 Vm Sr:82 Ref:15	dezembro, 2011	abril, 2016	Até 4 de abril de 2012: taxa fixa 2,054% ano; após 4 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,500%	137.200	102.943
Bcp Float jan 2019 Vm 105 Ref:38	dezembro, 2011	janeiro, 2019	Até 5 de abril de 2012: taxa fixa 2,367% ano; após 5 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,810%	50.000	35.120
Bcp Float jul 2016 Vm Sr:87 Ref:20	dezembro, 2011	julho, 2016	Até 8 de abril de 2012: taxa fixa 2,056% ano; após 8 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,500%	40.000	29.340
Bcp Float jul 2013 Vm Sr:68 Ref:1	dezembro, 2011	julho, 2013	Até 16 de abril de 2012: taxa fixa 2,022% ano; após 16 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,450%	37.500	33.928
Bcp Float out 2013 Vm Sr:71 Ref:4	dezembro, 2011	outubro, 2013	Até 15 de abril de 2012: taxa fixa 2,022% ano; após 15 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,450%	18.000	16.013
Bcp Float abr 2016 Vm Sr:83 Ref:16	dezembro, 2011	abril, 2016	Até 14 de abril de 2012: taxa fixa 2,071% ano; após 14 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,500%	35.000	26.171
Bcp Float out 2016 Vm 91 Ref:24	dezembro, 2011	outubro, 2016	Até 15 de abril de 2012: taxa fixa 2,072% ano; após 15 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,500%	18.000	12.958
Bcp Float out 2014 Vm Sr:80 Ref:13	dezembro, 2011	outubro, 2014	Até 28 de abril de 2012: taxa fixa 2,038% ano; após 28 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,450%	13.100	10.837
Bcp Float 2 jul 2016 Vm Sr:88 Ref:21	dezembro, 2011	julho, 2016	Até 30 de abril de 2012: taxa fixa 2,090% ano; após 30 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,500%	45.700	33.373
Bcp Float jul 2017 Vm Sr:97 Ref:30	dezembro, 2011	julho, 2017	Até 28 de abril de 2012: taxa fixa 2,738% ano; após 28 de abril de 2012: Euribor 3M + 1,150%	28.750	19.538
Bcp Float out 2017 Vm Sr:100 Ref:33	dezembro, 2011	outubro, 2017	Até 28 de abril de 2012: taxa fixa 2,088% ano; após 28 de abril de 2012: Euribor 3M + 0,500%	49.250	32.515
Bcp Float ago 2017 Vm Sr:98 Ref:31	dezembro, 2011	agosto, 2017	Até 5 de maio de 2012: taxa fixa 2,080% ano; após 5 de maio de 2012: Euribor 3M + 0,500%	5.000	3.369
Bcp Float mai 2016 Vm Sr:84 Ref:17	dezembro, 2011	maio, 2016	Até 7 de maio de 2012: taxa fixa 2,080% ano; após 7 de maio de 2012: Euribor 3M + 0,500%	39.200	29.186
Bcp Float mai 2014 Vm Sr:77 Ref:10	dezembro, 2011	maio, 2014	Até 8 de maio de 2012: taxa fixa 2,988% ano; após 8 de maio de 2012: Euribor 3M + 1,500%	101.000	86.564
Bcp Float mai 2014 Vm Sr:78 Ref:11	dezembro, 2011	maio, 2014	Até 13 de maio de 2012: taxa fixa 1,914% ano; após 13 de maio de 2012: Euribor 3M + 0,450%	4.950	4.232

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Bcp Float mai 2017 Vm Sr:96-Ref:29	dezembro, 2011	maio, 2017	Até 13 de maio de 2012: taxa fixa 1,964% ano; após 13 maio de 2012: Euribor 3M + 0,500%	45.750	31.396
Bcp Float mai 2018 Vm 104-Ref:37	dezembro, 2011	maio, 2018	Até 12 de maio de 2012: taxa fixa 1,964% ano; após 12 maio de 2012: Euribor 3M + 0,500%	38.900	24.749
Bcp Float ago 2013 Vm Sr:69-Ref:2	dezembro, 2011	agosto, 2013	Até 14 de maio de 2012: taxa fixa 1,914% ano; após 14 maio de 2012: Euribor 3M + 0,450%	31.000	27.904
Bcp Float fev 2019 Vm 106-Ref:39	dezembro, 2011	fevereiro, 2019	Até 16 de maio de 2012: taxa fixa 2,459% ano; após 16 maio de 2012: Euribor 3M + 1,000%	10.850	7.580
Bcp Float fev 2018 Vm 102-Ref:35	dezembro, 2011	fevereiro, 2018	Até 17 de maio de 2012: taxa fixa 1,957% ano; após 17 maio de 2012: Euribor 3M + 0,500%	57.350	37.333
Bcp Float fev 2014 Vm Sr:74-Ref:7	dezembro, 2011	fevereiro, 2014	Até 18 de maio de 2012: taxa fixa 1,908% ano; após 18 maio de 2012: Euribor 3M + 0,450%	9.950	8.634
Bcp Float mai 2016 Vm 85-Ref:18	dezembro, 2011	maio, 2016	Até 20 de maio de 2012: taxa fixa 1,960% ano; após 20 maio de 2012: Euribor 3M + 0,500%	21.000	15.549
Bcp Float fev 2017 Vm Sr:94-Ref:27	dezembro, 2011	fevereiro, 2017	Até 18 de maio de 2012: taxa fixa 1,958% ano; após 18 maio de 2012: Euribor 3M + 0,500%	94.200	65.782
Bcp Float ago 2016 Ayl Sr:89-Ref:22	dezembro, 2011	agosto, 2016	Até 22 de maio de 2012: taxa fixa 1,965% ano; após 22 maio de 2012: Euribor 3M + 0,500%	36.700	26.729
Bcp Float nov 2013 Vm Sr:72-Ref:5	dezembro, 2011	novembro, 2013	Até 26 de maio de 2012: taxa fixa 1,924% ano; após 26 maio de 2012: Euribor 3M + 0,450%	7.000	6.174
Bcp Float fev 2014 2Em Sr:75-Ref:8	dezembro, 2011	fevereiro, 2014	Até 27 de maio de 2012: taxa fixa 1,924% ano; após 27 maio de 2012: Euribor 3M + 0,450%	1.000	866
Bcp Float nov 2016 Vm Sr:92-Ref:25	dezembro, 2011	novembro, 2016	Até 26 de maio de 2012: taxa fixa 1,974% ano; após 26 maio de 2012: Euribor 3M + 0,500%	8.000	5.684
Bcp Float set 2013 Vm Sr:70-Ref:1	dezembro, 2011	setembro, 2013	Até 3 de junho de 2012: taxa fixa 1,919% ano; após 3 junho de 2012: Euribor 3M + 0,450%	37.550	33.671
Bcp Float set 2016 Ref:23 Vm 90	dezembro, 2011	setembro, 2016	Até 3 de junho de 2012: taxa fixa 1,969% ano; após 3 junho de 2012: Euribor 3M + 0,500%	13.600	9.867
Bcp Float jun 2016 Vm Sr:86-Ref:19	dezembro, 2011	junho, 2016	Até 20 de junho de 2012: taxa fixa 1,917% ano; após 20 junho de 2012: Euribor 3M + 0,500%	47.000	34.640
Bcp Float set 2014 Vm Sr:79-Ref:12	dezembro, 2011	setembro, 2014	Até 21 de junho de 2012: taxa fixa 2,270% ano; após 21 junho de 2012: Euribor 3M + 0,852%	94.000	79.251
Bcp Float set 2017 Vm Sr:99-Ref:32	dezembro, 2011	setembro, 2017	Até 23 de junho de 2012: taxa fixa 1,916% ano; após 23 junho de 2012: Euribor 3M + 0,500%	14.500	9.827
Bcp Float mar 2016 Vm 81-Ref:14	dezembro, 2011	março, 2016	Até 25 de junho de 2012: taxa fixa 1,910% ano; após 25 junho de 2012: Euribor 3M + 0,500%	122.500	92.006
Bcp Float set 2015 Vm Sr:62	dezembro, 2011	setembro, 2015	Até 28 de setembro de 2012: taxa fixa 2,607% ano; após 28 setembro de 2012: Euribor 6M + 0,875%	8.900	7.424
Bcp Float dez 2013 Vm Sr:73-Ref:6	dezembro, 2011	dezembro, 2013	Euribor 3M + 0,450%	6.600	5.786
Bcp Float dez 2016 Vm Sr:93-Ref:26	dezembro, 2011	dezembro, 2016	Euribor 3M + 0,500%	19.500	13.791
Bcp Float dez 2017 Vm Sr:101-Ref:34	dezembro, 2011	dezembro, 2017	Euribor 3M + 0,500%	65.900	43.014
Bcp Float mar 2018 Vm Sr:103-Ref:36	dezembro, 2011	março, 2018	Euribor 3M + 0,500%	49.300	31.696
Bcp Float nov 2015 Vm Sr:64	dezembro, 2011	novembro, 2015	Até 28 de novembro de 2012: taxa fixa 2,577% ano; após 28 novembro de 2012: Euribor 6M + 0,875%	8.500	6.446
Bcp Float jun 2017 Vm Sr:63	dezembro, 2011	junho, 2017	Até 27 de dezembro de 2012: taxa fixa 2,537% ano; após 27 dezembro de 2012: Euribor 6M + 0,875%	6.000	4.393
Bcp Fixa out 2019 Vm Sr:61	dezembro, 2011	outubro, 2019	Taxa fixa de 6,875%	9.500	6.652
Periodificações					15.275.589
					172.027
					15.447.616

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Papel comercial:					
Bcp Sñ Due 4jan2012	outubro, 2011	janeiro, 2012	Taxa fixa de 3,608%	500.000	500.000
Bcp Sñ 6fev2012	novembro, 2011	fevereiro, 2012	Taxa fixa de 1,976%	49.500	49.500
Bcp Sñ Due 13fev2012	novembro, 2011	fevereiro, 2012	Taxa fixa de 1,959%	57.500	57.500
Bcp Sñ Ecp 13 mar 2012	dezembro, 2011	março, 2012	Taxa fixa de 1,923%	300.000	300.000
Bcp Sñ Ecp 14 mar 2012	dezembro, 2011	março, 2012	Taxa fixa de 1,923%	27.000	27.000
Bcp Sñ Ecp 19 mar 2012	dezembro, 2011	março, 2012	Taxa fixa de 3,468%	500.000	500.000
					1.434.000
Periodificações					5.407
					1.439.407

A rubrica Títulos de dívida emitida inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 442.350.000 referente à emissão de dívida sénior, resultante da oferta de troca de dívida subordinada e de ações preferenciais ocorrida em outubro de 2011, conforme referido na nota 46.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Empréstimos obrigacionistas:		
Até 3 meses	161.514	20.036
3 meses até 6 meses	173.646	2.041.394
6 meses até 1 ano	694.128	1.110.474
1 ano até 5 anos	12.200.629	8.101.715
Mais de 5 anos	2.045.672	2.570.255
	15.275.589	13.843.874
Periodificações	172.027	161.894
	15.447.616	14.005.768
Papel comercial:		
Até 3 meses	1.434.000	319.456
	1.434.000	319.456
Periodificações	5.407	
	1.439.407	319.456
Outros:		
Até 3 meses	3.454	5.042
3 meses até 6 meses		15.234
6 meses até 1 ano	4.737	
1 ano até 5 anos	9.193	10.363
Mais de 5 anos	79.825	60.854
	97.209	91.493
	16.984.232	14.416.717

34. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Swaps	1.621.161	1.350.331
Forwards sobre instrumentos de dívida	2.601	8.566
Opções	14.935	22.170
Derivados embutidos	11.214	255
Forwards de moeda	2.080	2.803
Outros	123.301	
	1.775.312	1.384.125

Os Passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no Nível 2.

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui a valorização dos derivativos embutidos destacados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c) no montante de Euros 1.214.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 255.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 22.

35. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	11	10
Depósitos de instituições de crédito	14.511	258.304
Depósitos de clientes	5.834	3.919
Empréstimos obrigacionistas	2.517.372	2.817.628
	2.537.717	3.079.851

Os Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização e conforme o disposto na IFRS 7, estes instrumentos estão categorizados no Nível 2.

Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, tal como referido na nota 1 c), tendo-se reconhecido em 31 de dezembro de 2011, um ganho de Euros 57.308.000 (31 de dezembro de 2010: ganho de Euros 124.730.000) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Banco.

Em 31 de dezembro de 2011, os Empréstimos obrigacionistas emitidos pelo Banco ao justo valor através de resultados, são analisados como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Empréstimos obrigacionistas					
BCP Ob Cx R.G.III fev 2007/12	fevereiro, 2007	fevereiro, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	15.525	15.465
BCP Ob Cx R.G.IV mar 2007/12	março, 2007	março, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	12.280	12.182
BCP Ob Cx R.G.IV 2Em mar 07/12	março, 2007	março, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	6.290	6.236
BCP Ob Cx R.G.V 2Em mai 07/12	maio, 2007	maio, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	4.960	4.901
BCP Ob Cx R.G.V mai 2007/12	maio, 2007	maio, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	7.849	7.750
BCP Ob Cx R.G.VI jun 2007/12	junho, 2007	junho, 2012	Indexada a um cabaz de índices	10.773	10.598
BCP Ob Cx R.G.VII ago 2007/12	agosto, 2007	agosto, 2012	Indexada a um cabaz de índices	8.841	8.668
Ob Cx BCP R.G.VIII set 2007/12	setembro, 2007	setembro, 2012	Indexada a um cabaz de índices	4.010	3.855
BCP Ob Cx R.G.IX out 2007/12	outubro, 2007	outubro, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	3.275	3.324
BCP Ob Cx R.G.X dez 2007/12	dezembro, 2007	novembro, 2012	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	2.310	2.340
BCP 3.625 Per Cent FRN	janeiro, 2009	janeiro, 2012	Taxa fixa de 3,625%	1.455.000	1.453.040
BCP Rend mais mar 2009/12	março, 2009	março, 2012	1.º semestre=2,500%; 2.º semestre=2,750%; 3.º semestre=3,000%; 4.º semestre=3,250%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,250%	101.824	101.456
BCP Rend mais abr 2009/12	abril, 2009	abril, 2012	1.º semestre=2,250%; 2.º semestre=2,500%; 3.º semestre=2,750%; 4.º semestre=3,000%; 5.º semestre=3,500%; 6.º semestre=4,000%	81.473	81.111
BCP Inv Merc Mund 09/22.09/12	setembro, 2009	setembro, 2012	Taxa fixa de 1,000% ano + cabaz de 6 índices na maturidade	831	804
BCP Inv Cab Energia nov 2012	novembro, 2009	novembro, 2012	Indexada a um cabaz de 5 ações	2.368	2.348
BCP FRN 2.375 Sindicada	janeiro, 2010	janeiro, 2012	Taxa fixa 2,375%	604.700	599.301
BCP Inv Telecoms mar 2013	março, 2010	março, 2013	Indexado a um cabaz de 3 ações	7.530	7.648
BCP Iln Euro Inv abr 10/13	abril, 2010	abril, 2013	Indexado a um cabaz de índices	1.871	1.754
BCP Rend Diversificado abr 10/13	abril, 2010	abril, 2013	Indexado a um cabaz de 4 ações	1.822	1.688

(continua)

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Cln Portugal – Emtn 726	junho, 2010	junho, 2018	Taxa fixa de 4,720%	59.600	32.253
BCP Iln Inv Opc Tripla jun 10/13	junho, 2010	junho, 2013	Indexado a um cabaz de 4 ações	1.342	1.430
BCP Cabaz Mundial 26 out 10/14	outubro, 2010	outubro, 2014	Indexada a um cabaz de 4 ações	220	190
BCP Eur Cln Port 2Emis jun 10/18	novembro, 2010	junho, 2018	Taxa fixa de 4,450%	14.600	8.074
BCP Eur Cln Portugal 10/15.06.20	novembro, 2010	junho, 2020	Taxa fixa de 4,800%	30.000	16.332
BCP Iln Inv Índices Mundiais Xi	novembro, 2010	novembro, 2013	Indexada a um cabaz de 3 índices	1.785	1.713
BCP Iln Inv Índices Mundiais Xii	dezembro, 2010	dezembro, 2013	Indexada a um cabaz de 3 índices	4.100	4.190
BCP Iln Blue Chip Cupão Conve I=I I	janeiro, 2011	janeiro, 2016	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	3.000	2.944
BCP Iln Range Acc Infl I= I I jan 2016	janeiro, 2011	janeiro, 2016	Taxa fixa de 3,500%	3.000	2.584
BCP Iln Ações Eur E Eua Ii I I =	fevereiro, 2011	fevereiro, 2014	Indexada a um cabaz de índices	1.680	1.685
BCP Iln Reto Fin Cup Ext 2014	fevereiro, 2011	fevereiro, 2014	Taxa fixa de 8,000% ano + cabaz de 2 ações	1.010	872
BCP Iln Seleç Merc Emerg 10 fev 16	fevereiro, 2011	fevereiro, 2016	Indexada a MSCI Emerging Market Index Fund	1.005	964
BCP Iln Invest Dupla Opcão fev 13	fevereiro, 2011	fevereiro, 2013	Indexada a um cabaz de 4 ações	8.001	7.989
BCP Iln Indic Internac Cup Fixo Iii	março, 2011	março, 2015	Taxa fixa de 10,000% ano + cabaz de 3 índices	1.460	1.189
BCP Iln Merc Emerg Asia Autocall	março, 2011	março, 2014	Indexada a um cabaz de 3 índices	1.335	1.377
BCP Iln Small Caps Eua Auto Calla	abril, 2011	abril, 2012	Indexado ao índice Russel 2000 ETF	1.040	1.014
BCP Iln Ações Tecnol Eua Autocall	abril, 2011	abril, 2014	Indexado a um cabaz de 3 ações	1.830	1.890
BCP Inv America Latina maio 2014	maio, 2011	maio, 2014	Indexado ao índice S&P Latin America 40	1.428	1.420
BCP Iln Invm 3 setores V I I	maio, 2011	maio, 2012	Indexada a um cabaz de ações	3.250	3.267
BCP Iln Empr E Sober Autoc V I I	maio, 2011	maio, 2014	Indexada a um cabaz de índices	825	834
BCP Ind Eru Autocallable jun 2013	junho, 2011	junho, 2013	Indexada a um cabaz de ações	3.505	2.108
BCP Iln Inv Dupla Opc Eur jun 13	junho, 2011	junho, 2013	Taxa fixa de 3,000% ano + cabaz de 4 ações	7.530	7.452
Industria Mundial Autocallable Vii	julho, 2011	julho, 2013	Indexada a um cabaz de 4 ações	3.480	2.663
Rend Real Eur Vii I I – Emtn 817	julho, 2011	julho, 2014	Indexada Eurostat Eurozone Harmonised Index of Consumer Prices	2.420	2.380
Rend Real Usd Vii I I – Emtn 816	julho, 2011	julho, 2014	Indexada The US CPI Urban Consum Index	812	837
BCP Cab Tecnol Usa Autoc Viii	agosto, 2011	agosto, 2014	Indexada a um cabaz de 3 ações	1.400	1.438
BCP Iln Estr Global Viii/I I Eur	agosto, 2011	agosto, 2016	Taxa fixa de 1,600% por ano	2.810	2.870
BCP Inv Dupla Opcão Eur set 11	setembro, 2011	setembro, 2013	Taxa fixa de 3,000% (1.º juro)	9.085	9.354
			Indexada a um cabaz de 4 ações (2.ºs e seguintes)		
BCP Inv Dupla Opcão Eur out 12	outubro, 2011	outubro, 2012	Taxa fixa de 2,000% (1.º juro)	1.861	1.858
			Indexada a um cabaz de 4 ações (2.ºs e seguintes)		
					2.448.640
Periodificações					68.732
					2.517.372

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Empréstimos obrigacionistas:		
Até 3 meses	2.187.680	75.773
3 meses até 6 meses	108.641	28.676
6 meses até 1 ano	23.197	211.223
1 ano até 5 anos	72.463	2.348.253
Mais de 5 anos	56.659	80.640
	2.448.640	2.744.565
Periodificações	68.732	73.063
	2.517.372	2.817.628

36. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Provisão para riscos gerais de crédito	454.215	563.196
Provisões para risco país	6.446	97.544
Outras provisões para riscos e encargos	41.136	72.895
	501.797	733.635

Os movimentos das Provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Provisão genérica para crédito direto		
Saldo em 1 de janeiro	397.286	427.609
Transferências	(6.273)	37.896
Reversão do exercício	(33.875)	(68.458)
Diferenças cambiais	113	239
Saldo em 31 de dezembro	357.251	397.286
Provisão genérica para crédito por assinatura		
Saldo em 1 de janeiro	165.910	168.805
Reversão do exercício	(68.714)	(2.895)
Diferenças cambiais	(232)	
Saldo em 31 de dezembro	96.964	165.910
	454.215	563.196

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, n.º 2/99 e n.º 8/03 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística I b).

Os movimentos das Provisões para risco país, são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	97.544	113.031
Transferências	(89.873)	
Dotação do exercício	37	1.099
Reversão do exercício	(1.262)	(16.586)
Saldo em 31 de dezembro	6.446	97.544

A rubrica Provisões para risco país inclui em 31 de dezembro de 2011 o montante de Euros 5.702.000 relativos a provisões para crédito indireto concedido a entidades residentes em Macau.

Os movimentos das Outras provisões para riscos e encargos são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	72.895	67.039
Transferências		5.355
Dotação do exercício	1.712	6.346
Reversão do exercício	(29.219)	
Utilização de provisões	(4.252)	(5.845)
Saldo em 31 de dezembro	41.136	72.895

Estas provisões foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a refletir a melhor estimativa do montante e respetiva probabilidade de pagamento.

37. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Obrigações	2.796.939	3.388.038

Em 31 de dezembro de 2011, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Obrigações não perpétuas					
Banco Comercial Português:					
Emp. sub. BCP Finance Bank	dezembro, 2006	dezembro, 2016	Ver referência (i)	399.400	399.400
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008 2018	setembro, 2008	setembro, 2018	Ver referência (ii)	276.253	276.254
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008 2018	outubro, 2008	outubro, 2018	Ver referência (ii)	77.875	77.875
Bcp Ob Sub jun 2020 – Emtn 727	junho, 2010	junho, 2020	Ver referência (iii)	90.910	93.259
Bcp Ob Sub ago 2020 – Emtn 739	agosto, 2010	agosto, 2020	Ver referência (iv)	54.955	56.687
Bcp Ob Sub mar 2021 – Emtn 804	março, 2011	março, 2021	Ver referência (v)	114.000	114.000
Bcp Ob Sub abr 2021 – Emtn 809	abril, 2011	abril, 2021	Ver referência (v)	64.100	64.100
Bcp Ob Sub 3S abr 2021 – Emtn 812	abril, 2011	abril, 2021	Ver referência (v)	35.000	35.000
Bcp Sub 11/25.08.2019 – Emtn 823	agosto, 2011	agosto, 2019	Taxa fixa de 6,383%	7.500	7.715
Bcp Subord set 2019 – Emtn 826	outubro, 2011	setembro, 2019	Taxa fixa de 9,310%	50.000	43.601
Bcp Subord nov 2019 – Emtn 830	novembro, 2011	novembro, 2019	Taxa fixa de 8,519%	40.000	32.570
Bcp Subord nov 2019 – Emtn 833	dezembro, 2011	dezembro, 2019	Taxa fixa de 7,150%	26.600	19.471
					1.219.932
Obrigações perpétuas					
BPA 1997	junho, 1997		Euribor 3 meses + 0,950%	34.915	34.915
TOPS BPSM 1997	dezembro, 1997		Euribor 6 meses + 0,900%	22.648	22.648
BCP 2000	janeiro, 2000		Euribor 3 meses + 0,208%	486.949	486.949
BCP Leasing 2001	dezembro, 2001		Euribor 3 meses + 1,750%	4.986	4.986
BCP – Euro 200 milhões	junho, 2002		Ver referência (vi)	85	85
BCP – Euro 500 milhões	junho, 2004		Ver referência (vii)	500.000	500.000
Emp. sub. BCP Fin. Company	outubro, 2005		Ver referência (viii)	500.000	500.000
					1.549.583
Periodificações					27.424
					2.796.939

Referências: (i) – Até dezembro 2011 Euribor 3M + 0,335%; Após dezembro 2011, Euribor 3M + 0,800%
(ii) – 1.º ano 6,000%; 2.º ao 5.º ano Euribor 6M + 1,000%; 6.º ano e seguintes Euribor 6M + 1,400%
(iii) – Até ao 5.º ano taxa fixa 3,250%; 6.º ano e seguintes Euribor 6M + 1,000%
(iv) – 1.º ano 3,000%; 2.º ano 3,250%; 3.º ano 3,500%; 4.º ano 4,000%; 5.º ano 5,000%; 6.º ano e seguintes Euribor 6M + 1,250%
(v) – Euribor 3M + 3,750% por ano
(vi) – Até 40.º cupão 6,131%; Após 40.º cupão Euribor 3M + 2,400%
(vii) – Até junho 2014 taxa fixa de 5,543%; A partir de setembro de 2014 Euribor 3M + 2,070%
(viii) – Até outubro 2015 taxa fixa de 4,239%; A partir de outubro de 2015 Euribor 3M + 1,950%

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Até 3 meses		749.763
3 meses até 1 ano		122.026
1 ano até 5 anos	399.400	
Mais de 5 anos	820.532	920.701
Indeterminada	1.549.583	1.559.807
	2.769.515	3.352.297
Periodificações	27.424	35.741
	2.796.939	3.388.038

38. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Credores:		
Fornecedores	40.755	21.147
Por contratos de factoring	2.839	7.413
Associadas	165	98.611
Outros credores	348.199	306.124
Setor Público Administrativo	61.037	61.133
Outros custos a pagar	30.901	29.226
Receitas antecipadas	3.509	373
Férias e subsídios de férias a pagar	59.606	55.335
Operações sobre títulos a liquidar	316.390	14.410
Contas diversas	11.727.976	13.295.313
	12.591.377	13.889.085

A rubrica Credores – Outros credores inclui o montante de Euros 5.504.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 40.996.000) relativo a responsabilidades com benefícios pós-emprego já reconhecido em custos com pessoal, a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo. Conforme referido na nota 48, as referidas responsabilidades não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo, pelo que correspondem a valores a pagar pelo Banco.

A movimentação das responsabilidades com pensões de reforma a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo é apresentada na nota 48.

A rubrica Credores – Outros credores inclui igualmente o montante de Euros 52.134.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 54.221.000) relativo a prémio de antiguidade conforme descrito na nota 48.

A rubrica Credores – Outros credores incluía em 31 de dezembro de 2010 o montante de Euros 12.691.000 relativo a responsabilidades com o plano complementar conforme descrito nas notas 9 e 48.

A rubrica Contas diversas inclui um montante de Euros 11.280.814.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 12.759.921.000) relativo às carteiras securitizadas das operações Nova Finance n.º 4, Magellan Mortgage n.º 5, Caravela SME, Caravela n.º 2, Magellan Mortgage n.º 6 e Tagus Leasing n.º 1.

A rubrica Contas diversas inclui ainda o montante de Euros 93.396.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 172.798.000) relativo a responsabilidades relativas a benefícios pós-emprego, conforme descrito na nota 48.

39. Capital e outros instrumentos de capital

O capital social do Banco é de Euros 6.064.999.986 representado por 7.207.167.060 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

Concretizou-se em junho de 2011 o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, integrado pelas seguintes componentes:

- (i) Euros 120.400.000, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;
- (ii) Euros 990.147.000, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal que resultaram na conversão da maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos;
- (iii) Euros 259.852.986, através da emissão de 721.813.850 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de Euros 0,36, com reserva de preferência dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

De acordo com o estabelecido no Decreto-lei n.º 49/2010 de 19 de maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por ações sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de Acionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por ações sem valor nominal.

No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu 3 tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos, os quais, face às suas características, são considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 g), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32. As 3 tranches emitidas em 2009 são analisadas como segue:

- Em junho de 2009, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.
- Em agosto de 2009, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.
- Em dezembro de 2009, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

O efeito das distribuições efetuadas para os referidos instrumentos afetou os resultados por ação até à data da sua conversão em ações ordinárias.

No âmbito do aumento de capital acima referido, a maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos foram convertidos em ações ordinárias.

40. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Acionistas do dia 18 de abril de 2011, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 30.064.794.

41. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Outro rendimento integral:		
Perdas atuariais do exercício (efeito líquido de impostos)		
Reservas	(1.659.341)	(1.669.608)
Resultados transitados	(42.441)	
	(1.701.782)	(1.669.608)
Reservas de justo valor	(481.778)	(245.705)
Impostos diferidos (AFS)	139.474	71.286
	(2.044.086)	(1.844.027)
Reservas livres e resultados acumulados:		
Reserva legal	476.107	446.042
Reserva estatutária	30.000	20.000
Outras reservas e resultados acumulados	378.047	134.084
	884.154	600.126

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 40. As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos Ativos financeiros detidos para venda e da Cobertura de fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c).

A rubrica Reserva estatutária corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos que, de acordo com os estatutos da sociedade, é distribuível.

Conforme referido nas notas 1, 48 e 56, a rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010, uma correção de Euros 1.300.897.000 (efeito líquido de impostos diferidos) resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo de alterar a política contabilística relativa ao reconhecimento dos desvios atuariais.

A rubrica Outro rendimento integral inclui proveitos e custos que, de acordo com o definido nas NCA, são reconhecidos nos capitais próprios.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados de 2010, o Banco efetuou uma transferência no montante de Euros 167.157.000 das Outras reservas para resultados acumulados negativos no mesmo montante.

A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda durante o ano de 2011 é analisada conforme segue:

(Milhares de Euros)

	Saldo em 1 janeiro	Reavaliação	Imparidade em resultados	Alienação	Saldo em 31 dezembro
Títulos de Dívida Pública Portuguesa	(811)	(174.101)	-	184	(174.728)
Emissão Kion 2 Serie A	(125.965)	(9.809)	-	135.774	-
Obrigações Hipotecárias BII 2014	-	(172.016)	-	-	(172.016)
Outros	(118.929)	(130.826)	71.578	43.143	(135.034)
	(245.705)	(486.752)	71.578	179.101	(481.778)

A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda durante o ano de 2010 é analisada conforme segue:

(Milhares de Euros)

	Saldo em 1 janeiro	Reavaliação	Imparidade em resultados	Alienação	Saldo em 31 dezembro
Reserva de justo valor	15.882	(314.362)	26.157	26.618	(245.705)

42. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	'11			'10		
	Valor de Capitais próprios Euros '000	Número de títulos	Valor unitário médio Euros	Valor de Capitais próprios Euros '000	Número de títulos	Valor unitário médio Euros
Ações do Banco Comercial Português, S.A.	989	4.431.776	0,22	3.727	5.533.539	0,67

As ações próprias detidas pelo Banco Comercial Português, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

43. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Garantias e avais prestados	10.518.557	13.968.035
Garantias e avais recebidos	26.915.660	27.862.747
Compromissos perante terceiros	8.207.810	10.281.138
Compromissos assumidos por terceiros	13.316.464	12.513.561
Valores recebidos em depósito	114.150.649	156.864.095
Valores depositados na Central de Valores	126.572.956	166.568.876
Outras contas extrapatrimoniais	130.325.601	140.674.425

Os montantes de Garantias e avals prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Garantias e avals prestados:		
Garantias e avals	5.579.794	7.305.382
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	23.053	156.708
Créditos documentários abertos	191.061	195.388
Fianças e indemnizações	859.562	80.092
Outros passivos eventuais	3.865.087	6.230.465
	10.518.557	13.968.035
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis:		
Contratos a prazo de depósitos	222.506	151.200
Linhas de crédito irrevogáveis	1.126.357	1.094.672
Outros compromissos irrevogáveis	123.631	143.850
Compromissos revogáveis:		
Linhas de crédito revogáveis	5.428.307	6.602.869
Facilidades em descobertos de conta	1.307.009	2.288.547
	8.207.810	10.281.138

As Garantias e avals prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Banco presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As Cartas de crédito e os Créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transações comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transações encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os Compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à análise da evidência objetiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1 b). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se preveem quaisquer perdas materiais nestas operações.

44. Ativos sob Gestão e custódia

O Banco presta serviços de custódia, gestão de património e serviços de assessoria a terceiras entidades que envolvem a tomada de decisões de compra e venda de diversos tipos de instrumentos financeiros. Para determinados serviços prestados são estabelecidos objetivos e níveis de rentabilidade para os ativos sob gestão. Estes ativos sob gestão não estão incluídos nas demonstrações financeiras.

Os ativos sob gestão e custódia são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Gestão de patrimónios	532.590	556.752
Depósito e guarda de valores	111.117.443	153.454.055
	111.650.033	154.010.807

45. Distribuição de resultados

A distribuição de resultados pelos acionistas é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	11	10
Pagamento de dividendos do Banco Comercial Português, S.A.		
Dividendo declarado e pago relativo ao ano anterior		89.095
		89.095

46. Factos relevantes ocorridos durante 2011

Aumento de Capital Social do Banco Comercial Português, S.A. de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986

Concretizou-se em junho de 2011 o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, integrado pelas seguintes componentes:

- (i) Euros 120.400.000, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;
- (ii) Euros 990.147.000, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal;
- (iii) Euros 259.852.986, através da emissão de 721.813.850 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de Euros 0,36, com reserva de preferência dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

Na sequência dos aumentos de capital e de acordo com o estabelecido no Decreto-lei n.º 49/2010 de 19 de maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por ações sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de Acionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por ações sem valor nominal.

Aplicação de resultados

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada no dia 18 de abril de 2011 foi aprovada a seguinte proposta de aplicação de resultados do exercício:

- a) Euros 30.064.794 para reforço da reserva legal;
- b) Euros 10.000.000 para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- c) Euros 167.157.049 para outras reservas;
- d) Euros 93.426.096 para resultados transitados.

Assembleia Geral de 27 de junho de 2011

Em 27 de junho de 2011 foi realizada uma Assembleia Geral em que foram tomadas as seguintes deliberações:

- Alteração ao artigo 5.º do contrato de sociedade, por aditamento de um novo n.º 6, com relação a processos de concessão de garantias do Estado ao abrigo do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro;
- Supressão do direito de preferência dos acionistas em eventual aumento ou aumentos de capital, designadamente através de ações preferenciais, a deliberar pelo Conselho de Administração Executivo no âmbito do regime jurídico das garantias do Estado citado no ponto anterior.

Solicitação de garantia do Estado para emissão de dívida, nos termos do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro

O Banco decidiu adotar o processo legalmente previsto para a concessão de garantia do Estado a emissão de dívida, nos termos do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro. Para este efeito foi apresentado ao Banco de Portugal um pedido de aprovação para garantia do Estado a um financiamento através da emissão de valores mobiliários de dívida não subordinada, no montante de Euros 1.750 milhões, com um *spread* a determinar com referência às condições de mercado e um prazo até 3 anos.

A emissão está sujeita a deliberação do Conselho de Administração Executivo sobre os seus termos finais, e à obtenção de acordo por todas as entidades legalmente competentes nos termos do referido diploma.

Amortização dos valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados

De acordo com a autorização concedida pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu à amortização da totalidade dos 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados que detinha em resultado da oferta pública geral de aquisição por si lançada.

Oferta de troca de emissões

Em 22 de setembro de 2011, o Banco Comercial Português, S.A. lançou uma oferta de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e de ações preferenciais, enquadrada na gestão proativa da estrutura de financiamento e de fundos próprios do Grupo, constituindo uma das iniciativas para atingir um rácio de capital regulamentar de *Core Tier I* de 9% em 2011.

As emissões que foram objeto desta oferta foram as seguintes: BCP Finance Company Series C Perpetual Non-cumulative Guaranteed Non-voting Step-Up Preference Shares; BCP Finance Company Series D Perpetual Non-cumulative Guaranteed Non-voting Step-Up Preference Shares; BCP Finance Bank, Ltd. Floating Rate Subordinated Callable Step-Up Notes due December 2016.

A oferta de troca destinou-se a detentores de instrumentos emitidos pelas filiais BCP Finance Bank Ltd. e BCP Finance Company, sendo a contrapartida constituída por novos instrumentos de dívida com valor unitário de Euros 50.000 emitidos ao abrigo do seu *Euro Note Programme* e sem prejuízo da entrega de um montante numérico correspondente aos juros corridos dos instrumentos trocados, bem como à fração do valor nominal dos novos instrumentos, na impossibilidade de serem entregues frações dos novos instrumentos de dívida aos participantes, tendo os participantes na oferta a possibilidade de optar por receber instrumentos de dívida sénior com um cupão de 9,25% e um prazo de 3 anos ou, alternativamente, instrumentos de dívida subordinada com um cupão de 13% e um prazo de 10 anos.

Em 7 de outubro de 2011, o Banco Comercial Português divulgou os resultados finais da operação de troca anteriormente referida. A oferta registou um grau de adesão global de aproximadamente 75% das emissões abrangidas. O montante agregado nominal de dívida sénior a emitir na data de liquidação, 13 de outubro de 2011, ascendeu a Euros 555.600.000, o montante agregado nominal de dívida subordinada a emitir na data de liquidação atingiu Euros 95.600.000 e o montante a pagar aos detentores não elegíveis na data de liquidação foi de Euros 6.764.910.

47. Justo Valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo, a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Banco.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em Instituições de Crédito, Depósitos de Instituições de Crédito e Ativos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Para os recursos de Bancos Centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, atendendo à tipologia das operações e ao curto prazo associado. A taxa de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu era de 1% em dezembro de 2011 e de 1% em dezembro de 2010.

Para as restantes aplicações e recursos, a taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pelo Banco em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do período). Em dezembro de 2011, a taxa média de desconto foi de 3,20% para as aplicações e de 3,08% para os recursos. Em dezembro de 2010 foi de 1,53% e 1,97%, respetivamente.

Ativos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Ativos financeiros disponíveis para venda e Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standard* (Black-Scholes, Black, Ho e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Derivados de cobertura e de negociação

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respetivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respetivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2011. A taxa média de desconto foi de 6,29% em dezembro de 2011 e de 6,18% em dezembro de 2010 assumindo a projeção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* do Banco à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção do último trimestre de 2011. A taxa média de desconto foi de 4,73% em dezembro de 2011 e de 3,03% em dezembro de 2010.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra refletido em balanço. Nos instrumentos que são à taxa fixa e para os quais o Banco adota contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos Clientes não institucionais do Banco.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos Clientes não institucionais do Banco, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respetivo na rede comercial própria.

A média das taxas de referência da curva de rendimentos obtida a partir das cotações de mercado do EUR e utilizada no apuramento do justo valor dos títulos próprios foi de 20,66% (31 de dezembro de 2010: 12,74%) para emissões subordinadas colocadas no mercado institucional, 13,20% (31 de dezembro de 2010: 9,05%) para emissões subordinadas colocadas no mercado de retalho, 14,43% (31 de dezembro de 2010: 8,49%) para emissões sénior e colateralizadas colocadas em mercado institucional e 5,24% (31 de dezembro de 2010: 4,27%) para emissões sénior e colateralizadas colocadas no mercado de retalho.

Para títulos de dívida emitida, o cálculo do justo valor incidu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, sendo que a diferença negativa apurada, em 31 de dezembro de 2011, de Euros 2.037.030.000 (31 de dezembro de 2010: uma diferença negativa de Euros 1.265.407.000), inclui um montante a receber de 11.494.000 (31 de dezembro de 2010: um montante a receber de Euros 8.182.000) que reflete o justo valor dos derivados embutidos nas emissões e se encontra registado em ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2011, a tabela com os valores das taxas de juro utilizadas no apuramento das curvas de taxa de juro das principais moedas, nomeadamente EUR, USD, GBP e PLN utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco:

	Moedas			
	EUR	USD	GBP	PLN
1 dia	0,35%	0,30%	0,65%	4,51%
7 dias	0,60%	0,70%	1,00%	4,51%
1 mês	0,98%	1,10%	1,50%	4,67%
2 meses	1,15%	1,40%	1,77%	4,78%
3 meses	1,31%	1,64%	2,00%	4,89%
6 meses	1,56%	1,99%	2,38%	4,90%
9 meses	1,73%	2,25%	2,63%	4,90%
1 ano	1,42%	0,67%	2,86%	4,88%
2 anos	1,32%	0,71%	1,32%	4,74%
3 anos	1,38%	0,82%	1,37%	4,70%
5 anos	1,73%	1,22%	1,56%	4,80%
7 anos	2,07%	1,63%	1,87%	4,90%
10 anos	2,37%	2,02%	2,29%	4,95%
15 anos	2,67%	2,37%	2,65%	4,76%
20 anos	2,69%	2,49%	2,83%	4,49%
30 anos	2,56%	2,59%	2,99%	4,12%

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores:

(Milhares de Euros)

	31 de dezembro de 2011				
	Ao justo valor através de resultados	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Outros	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidades em bancos centrais			1.035.629		1.035.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito			1.207.141		1.207.141
Aplicações em instituições de crédito			12.313.451		12.313.451
Crédito a clientes			48.466.502		48.466.502
Ativos financeiros detidos para negociação	2.492.421				2.492.421
Ativos financeiros disponíveis para venda		15.987.443			15.987.443
Derivados de cobertura	463.734				463.734
Ativos financeiros detidos até à maturidade			5.086.001		5.086.001
Investimentos em associadas				3.986.207	3.986.207
	2.956.155	15.987.443	68.108.724	3.986.207	91.038.529
Depósitos de instituições de crédito			23.265.368		23.265.368
Depósitos de clientes			32.717.867		32.717.867
Títulos de dívida emitidos			16.984.232		16.984.232
Passivos financeiros detidos para negociação	1.775.312				1.775.312
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	2.537.717				2.537.717
Derivados de cobertura	64.041				64.041
Passivos subordinados			2.796.939		2.796.939
	4.377.070	-	75.764.406	-	80.141.476

(Milhares de Euros)

	31 de dezembro de 2010				
	Ao justo valor através de resultados	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Outros	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais			472.625		472.625
Disponibilidades em outras instituições de crédito			1.250.283		1.250.283
Aplicações em instituições de crédito			9.003.096		9.003.096
Crédito a clientes			52.998.550		52.998.550
Ativos financeiros detidos para negociação	5.242.772				5.242.772
Ativos financeiros disponíveis para venda		15.148.523			15.148.523
Derivados de cobertura	440.614				440.614
Ativos financeiros detidos até à maturidade			6.480.525		6.480.525
Investimentos em associadas				3.907.836	3.907.836
	5.683.386	15.148.523	70.205.079	3.907.836	94.944.824
Depósitos de instituições de crédito			27.420.661		27.420.661
Depósitos de clientes			31.366.731		31.366.731
Títulos de dívida emitidos			14.416.717		14.416.717
Passivos financeiros detidos para negociação	1.384.125				1.384.125
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	3.079.851				3.079.851
Derivados de cobertura	27.889				27.889
Passivos subordinados			3.388.038		3.388.038
	4.491.865	-	76.592.147	-	81.084.012

48. Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, cumprindo os termos do estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário (ACT). As responsabilidades do Banco estão, essencialmente, cobertas através do Fundo de Pensões do Banco Comercial Português, gerido pela PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Na sequência da aprovação pelo Governo do DL 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabelece igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes do Fundo de Pensões do Banco Comercial Português abrangidos por este plano de pensões de reforma e outros benefícios é o seguinte:

	'11	'10
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	15.720	15.639
Pessoal no ativo	9.849	10.020
	25.569	25.659

As responsabilidades transferidas foram determinadas com base em pressupostos atuariais diferentes dos utilizados pelo Grupo nomeadamente no que respeita à taxa de desconto (foi utilizada a taxa de 4%) e à tábua de mortalidade (foram utilizadas as tábuas TV 88/90 agravada de 2 anos para as mulheres e TV 73/77 agravada de 1 ano para os homens). Estes pressupostos foram determinados numa perspetiva de liquidação de responsabilidades (*exit value*) uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades implicando diferenças face aos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades refletidas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os requisitos da norma IAS 19 – Benefícios a empregados.

Desta forma, as Responsabilidades por benefícios projetados e o valor do Fundo de Pensões, em 31 de dezembro de 2011, são apresentados líquidos do montante transferido e a transferir. A liquidação financeira de 55% da operação, no montante de Euros 1.510.000.000 foi realizada antes de 31 de dezembro de 2011, sendo o valor remanescente transferido no primeiro semestre de 2012.

Paralelamente e considerando que a IAS 19 – Benefícios a empregados permite o reconhecimento direto em capitais próprios dos desvios atuariais em alternativa ao método do corredor utilizado até 2010, o Grupo optou em 2011 por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada a partir de 1 de janeiro de 2010 para efeitos comparativos, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios. Assim, e conforme referido nas notas 1 e 56 todos os desvios atuariais por diferir foram reconhecidos por contrapartida de Outro rendimento integral.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 u), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e outros benefícios e respetivas coberturas, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, calculadas com base no método de crédito das unidades projetadas, são analisadas como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10	'09	'08	'07
Responsabilidades por benefícios projetados					
Reformados e Pensionistas	1.335.520	4.056.369	4.189.336	4.382.647	4.493.727
Pessoal no ativo	1.100.193	1.237.637	1.195.086	1.251.744	1.296.028
	2.435.713	5.294.006	5.384.422	5.634.391	5.789.755
Valor do Fundo	(2.342.316)	(5.121.208)	(5.503.361)	(5.239.077)	(5.535.037)
Provisão para Plano Complementar de Contribuição Definida				(12.188)	
	93.397	172.798	(118.939)	383.126	254.718
Responsabilidades não financiadas pelo Fundo	(349.179)	(368.049)	(373.739)	(434.952)	(446.028)
Responsabilidades cobertas pelo Extra Fundo					
(Excesso)/Défice de cobertura	(255.782)	(195.251)	(492.678)	(51.826)	(191.310)

As rubricas Responsabilidade por benefícios projetados e o valor do Fundo de Pensões em 31 de dezembro de 2011 refletem o efeito da transferência das responsabilidades e ativos do fundo associados aos colaboradores reformados e pensionistas, para o Regime Geral da Segurança Social, no montante de Euros 2.582.593.000.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Responsabilidades por benefícios projetados inclui o montante de Euros 256.461.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 282.743.000) relativo a responsabilidades com serviços passados com o Plano Complementar, que se encontram integralmente cobertas pelo Fundo de Pensões.

No seguimento de deliberação do Conselho de Administração Executivo, de 21 de setembro de 2006, o Regime Complementar de Reforma que estava previsto no Plano de Pensões do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português ("Benefício Definido"), passou a ser financiado através de um sistema de contribuição definida. No entanto, os colaboradores admitidos até à data da referida deliberação mantêm os benefícios a que tinham direito ao abrigo do sistema anterior ("Benefício Definido"), os quais serão assegurados pela empresa do Grupo a que estejam contratualmente vinculados na data da reforma. Nesta base, o Banco procede, anualmente, à cobertura necessária para garantia daquele benefício. O montante correspondente é determinado de acordo com a avaliação atuarial efetuada em cada ano, sendo o eventual financiamento suplementar assegurado também em base anual.

Conforme referido nas notas 9 e 38, e de acordo com o referido na política contabilística, nota 1 u), o Banco assumiu a responsabilidade de, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, atribuir complementos de reforma aos colaboradores, de acordo com o definido no Plano Complementar. As regras definidas estabelecem que sempre que se verifiquem determinadas condições o Banco deverá entregar ao Fundo de Pensões os montantes devidos respeitantes aos colaboradores elegíveis.

Considerando que as condições de atribuição do Plano Complementar no exercício de 2011 permitiram concluir que as mesmas não seriam atingidas, em linha com o verificado no exercício de 2010, o Conselho de Administração Executivo procedeu a uma reavaliação da estimativa do custo desta responsabilidade. Assim, e com base na referida estimativa, o Banco não reconheceu, com referência a 31 de dezembro de 2011, qualquer custo do exercício relativo a encargos com o plano complementar (31 de dezembro de 2010: Euros 6.691.000), tendo, simultaneamente anulado a estimativa efetuada em 2009 e 2010.

A evolução das responsabilidades por benefícios projetados durante os exercícios de 2011 e 2010 é analisada conforme segue:

(Milhares de Euros)

	'11			'10
	Responsabilidades benefícios pós-emprego	Extra-Fundo	Total	Total
Saldo a 1 de janeiro	4.925.957	368.049	5.294.006	5.384.422
Custo normal	(6.402)	1.233	(5.169)	35.413
Custo dos juros	261.227	19.480	280.707	287.419
(Ganhos) e perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	43.915	(3.886)	40.029	(41.359)
Resultantes de alterações de pressupostos	(302.959)	(12.781)	(315.740)	(78.081)
Resultado do recálculo das Responsabilidades transferidas para RGSS	164.770		164.770	
Pagamentos	(284.150)	(23.667)	(307.817)	(310.420)
Transferência para o RGSS	(2.746.919)		(2.746.919)	
Programas de reformas antecipadas	12.275		12.275	7.238
Contribuições dos Colaboradores	11.140		11.140	11.226
Outros	7.680	751	8.431	(1.852)
Saldo fim do exercício	2.086.534	349.179	2.435.713	5.294.006

Em 31 de dezembro de 2011 o valor dos benefícios pós-emprego pagos pelo Fundo, excluindo outros benefícios incluídos no Extra-fundo, ascendeu a Euros 284.150.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 286.394.000).

A evolução do valor dos ativos do Fundo durante o exercício de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Saldo a 1 de janeiro	5.121.208	5.503.361
Rendimento esperado dos ativos	262.398	276.336
Ganhos e (perdas) atuariais	(313.795)	(585.178)
Contribuições para o Fundo	284.754	203.667
Pagamentos efetuados	(284.150)	(286.394)
Transferência para o RGSS	(2.746.919)	11.226
Contribuições de Colaboradores	11.140	
Outros	7.680	(1.810)
Saldo fim do exercício	2.342.316	5.121.208

Os elementos que compõem o valor do ativo do Fundo de Pensões são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Títulos de rendimento variável:		
Ações	1.140.186	1.164.209
Obrigações	617.363	911.158
Títulos de rendimento fixo	351.204	626.630
Imóveis	350.864	379.715
Unidades de Participação	793.816	1.152.963
Aplicações em Bancos e outros	(911.117)	886.533
	2.342.316	5.121.208

A rubrica Imóveis inclui os imóveis registados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Banco que, em 31 de dezembro de 2011, ascendem a Euros 348.727.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 377.634.000).

A rubrica Aplicações em Bancos e outros inclui o montante de Euros 1.236.872.000 a transferir para a Segurança Social.

As rubricas Títulos de rendimento variável e Títulos de rendimento fixo incluem títulos emitidos pelo Banco que são analisados como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Títulos de rendimento fixo	150.145	55.202
Títulos de rendimento variável	45.662	358.795
	195.807	413.997

A evolução dos valores relativos a responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões nos exercícios de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Valores em 1 de janeiro	(195.251)	(492.678)
Custo normal	(6.402)	34.155
Custo dos juros	261.227	267.648
Custo com programas de reformas antecipadas	12.275	7.238
Rendimento esperado dos ativos	(262.398)	(276.336)
(Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos		
Rendimento do Fundo	313.795	585.178
Desvio entre responsabilidades esperadas e efetivas	43.915	(42.457)
Resultantes de alterações de pressupostos	(302.959)	(74.332)
Resultante da transferência ao abrigo do DL 127/2011	164.770	
Contribuições para o Fundo	(284.754)	(203.667)
Valores no final do exercício	(255.782)	(195.251)

A análise das contribuições efetuadas ao Fundo pelo Banco é apresentada como segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Ações		2.020
Outros títulos	78.754	201.053
Dinheiro	206.000	594
	284.754	203.667

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de dezembro de 2011, o Banco contabilizou, como custo com benefícios pós-emprego, o montante de Euros 190.185.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 53.734.000) cuja análise é apresentada como se segue:

	(Milhares de Euros)	
	'11	'10
Custo dos serviços correntes	(5.169)	35.413
Custo dos juros	280.707	287.419
Rendimento esperado dos ativos	(262.398)	(276.336)
Custo com programas de reformas antecipadas	12.275	7.238
Custos resultantes da transferência ao abrigo do DL (27/2011)	164.770	
Custo do exercício	190.185	53.734

A rubrica Custos resultantes da transferência ao abrigo do Decreto-Lei (27/2011) corresponde ao impacto em resultados resultante da transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social. O referido impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades com os pressupostos definidos pelo Estado Português no âmbito da transferência.

O valor das responsabilidades com benefícios de saúde está integralmente coberto pelo Fundo de Pensões e corresponde em 31 de dezembro de 2011 a Euros 250.235.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 268.616.000). O valor estimado das contribuições a efetuar em 2012 no âmbito do plano de pensões é de Euros 50.671.000.

No âmbito da cobertura de algumas responsabilidades relacionadas com pensões de reforma o Banco contratou com a Ocidental Vida a aquisição de apólices de seguro de renda vitalícia imediata, cujas responsabilidades ascendiam em 31 de dezembro de 2011 a Euros 90.236.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 111.011.000), com vista ao pagamento:

- i) de pensões a ex-membros do Conselho de Administração Executivo (CAE) no âmbito do Regulamento de Reforma dos Administradores do BCP;
- ii) de pensões e complementos de reforma a colaboradores reformados ao abrigo do Fundo de Pensões dos Trabalhadores do BCP constituído em 28 de dezembro de 1987, bem como a colaboradores reformados ao abrigo de outros Fundos de Pensões que vieram posteriormente a ser integrados no Fundo de Pensões do BCP e que previam que os benefícios de reforma seriam pagos através da aquisição de apólices de seguros, em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei (27/2006). Em 31 de dezembro de 2011 o número de beneficiários envolvidos ascendia a 60.

A Ocidental Vida é detida a 100% pelo Grupo Millenniumbcp Ageas que é detido a 49% pelo Grupo BCP.

Atendendo a que o Regulamento de Reforma dos Administradores prevê que as reformas sejam objeto de uma atualização anual, e como não é prática no mercado segurador a aquisição de rendas vitalícias que incorporem um fator de atualização variável, o Banco, observando os critérios atuariais pertinentes, procedeu ao apuramento e ao registo nas suas demonstrações financeiras do montante necessário para fazer face àquela atualização.

Em conformidade com a política de remuneração de Administradores, o Grupo tem a responsabilidade de suportar o custo com as pensões de reforma dos antigos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como com o Plano Complementar de acordo com as normas aplicáveis, estando as responsabilidades calculadas cobertas pelo Fundo de Pensões, pelo Extra-Fundo e por apólices de capitalização de renda vitalícia.

Para fazer face à atualização das responsabilidades contratadas através de apólice de capitalização de renda vitalícia, em resultado de cálculos atuariais, o Grupo tem registado uma provisão que em 31 de dezembro de 2011 ascendia a Euros 5.504.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 40.996.000). Conforme referido nas notas 9 e 38, a variação ocorrida resultou da anulação de provisões constituídas para fazer face a atualizações futuras das pensões de reforma de ex-Administradores no âmbito dos acordos estabelecidos entre o Banco e os referidos ex-Administradores.

Conforme referido na nota 8, no âmbito dos acordos estabelecidos com os ex-Administradores foram igualmente devolvidos pela Ocidental Vida os valores que tinham sido pagos para a contratação de uma apólice de rendas vitalícias para cobrir responsabilidades com pensões dos ex-Administradores no montante de Euros 18.900.000.

A movimentação dos valores das responsabilidades com pensões de reforma a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo, incluídos na rubrica de Outros passivos (nota 38), é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Saldo em 1 de janeiro	40.996	40.996
Reposições	(35.492)	
Saldo em 31 de dezembro	5.504	40.996

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspetivas de evolução da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus Colaboradores, o Banco utilizou os seguintes pressupostos atuariais para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Fundo Banco Comercial Português	
	'11	'10
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,50%
Taxa de rendimento do Fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Tábuas de mortalidade:		
Homens	TV 73/77 – 1 ano	TV 73/77 – 1 ano
Mulheres	TV 88/90 – 2 anos	TV 88/90 – 2 anos
Taxa de invalidez	0%	0%
Taxa de turnover	0%	0%
Taxa dos custos com benefícios de saúde	6,50%	6,50%

As tábuas de mortalidade consideram uma idade inferior à idade efetiva dos beneficiários, em menos um ano para os homens e em menos dois anos para as mulheres, que se traduz numa esperança média de vida superior.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A taxa de rendimento do Fundo de Pensões foi determinada de forma consistente com as condições atuais de mercado e com a natureza e rendibilidade dos ativos que integram o Fundo de Pensões.

As perdas atuariais líquidas do exercício no montante de Euros 202.854.000 (31 de dezembro de 2010: perdas atuariais de Euros 465.738.000) são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efetivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos)/Perdas atuariais			
	'11		'10	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Desvios entre as responsabilidades esperadas e efetivas:				
Taxa de crescimento dos salários	0,68%	(22.366)	2,24%	(19.258)
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	(60.846)	1,00%	(26.789)
Invalidez	0,12%	6.358	0,15%	7.988
Turnover	0,00%		0,11%	(6.109)
Desvios de mortalidade	0,00%		0,41%	21.872
Outros	0,09%	(4.886)	0,35%	(19.063)
Alterações de pressupostos:				
Taxa de desconto	5,50%	286.539	5,50%	
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	(79.345)	2,50%	
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	(236.395)	1,50%	(78.081)
Rendimento dos Fundos	0,71%	313.795	5,49%	585.178
		202.854		465.738

Para efeitos da determinação das responsabilidades com referência a 31 de dezembro de 2011 dado que estamos perante um *settlement* de parte das responsabilidades, foi utilizada a taxa implícita para cada uma das populações para efeitos da determinação dos impactos ao nível da taxa de desconto. Os impactos foram apurados dividindo a população coberta entre ativos e reformados/pensionistas por forma a determinar a *duration* de cada uma das sub-populações e, desta forma, uma taxa de desconto implícita.

Assim, a rubrica (Ganhos)/Perdas atuariais – alteração de pressupostos – taxa de desconto inclui o efeito do recálculo das responsabilidades no âmbito do processo de transferência de parte das responsabilidades para o RGSS com base na taxa de desconto definida para a transferência em conformidade com o disposto no DL 127/2011 no montante de Euros 164.770.000. Conforme referido na nota 9, este montante foi reconhecido por contrapartida de resultados.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise de sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% para 7,5% em 2011) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5% em 2011) de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	'11	'10	'11	'10
Impacto no custo com pensões	395	450	(395)	(450)
Impacto nas responsabilidades	38.498	41.325	(38.498)	(41.325)

As responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade, por não serem responsabilidades pós-emprego, não estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Banco. Em 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade ascendem a Euros 52.134.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 54.221.000) e estão cobertas por provisões em igual montante, conforme nota 38.

O custo do exercício referente a 2011 e a 2010 para o prémio de antiguidade é o seguinte:

(Milhares de Euros)

	'11	'10
Custo dos serviços correntes	3.035	3.190
Custo dos juros	2.879	2.846
Ganhos e perdas atuariais	(3.432)	(922)
Outros		(5)
Custo do exercício	2.482	5.109

49. Partes relacionadas

O Banco concede empréstimos no decurso normal das suas atividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito dos dois acordos coletivos de trabalho que englobam substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, bem como ao abrigo da política social do Grupo, são concedidos empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros do Conselho de Administração Executivo e seus familiares diretos o crédito registado à data de 31 de dezembro de 2011 ascendia a Euros 340.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 616.000), representando 0,01% dos capitais próprios (31 de dezembro de 2010: 0,01%). Estes créditos foram concedidos em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital e garantias dos empréstimos (excluindo transações interbancárias e do mercado monetário) que o Banco concedeu a acionistas e a empresas por estes controladas, que detinham individual ou conjuntamente 2% ou mais do capital do Banco, representando em termos agregados 34,8% do capital social em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010: 49,1%) descritos no relatório do Conselho de Administração Executivo, era de Euros 1.274.080.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 2.026.221.000). Cada um destes empréstimos foi concedido no âmbito do decurso normal dos negócios do Grupo e em condições equivalentes de empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades, tendo sido respeitados os formalismos legais e regulamentares aplicáveis.

Remunerações aos membros do Conselho de Administração Executivo

As remunerações fixas que foram pagas aos membros do Conselho de Administração Executivo no exercício de 2011 ascenderam a Euros 3.814.000 (2010: Euros 4.679.000, incluindo um montante relacionado com o processo de renúncia ao exercício de funções apresentado por um administrador), sendo que Euros 322.000 foram suportados por empresas subsidiárias ou por empresas em cujos órgãos sociais representem interesses do Grupo (2010: Euros 321.000).

Tendo presente que a remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco e em qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro do Conselho de Administração Executivo é considerado para o cômputo dos valores de remuneração fixa anual atribuída pelo Banco e fixada pelo Conselho de Remunerações e Previdência.

Durante o exercício de 2011, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social e Fundo de Pensões, relativos aos membros do Conselho de Administração Executivo no montante de Euros 1.288.000 (2010: Euros 1.650.000 que incluem um ajustamento decorrente da diferença entre os valores efetivamente apurados para o mandato de 2008 a 2010 e as estimativas efetuadas em anos anteriores).

Transações com o Fundo de Pensões

Durante o exercício de 2011 foram efectuadas vendas para o Fundo de pensões no montante de Euros 1.607.663.000 (2010: Euros 284.266.000) referentes a Papel Comercial, Euros 78.200.000 (2010: Euros 0) referentes a títulos da dívida pública portuguesa. Foram efectuadas em 2010 vendas de Euros 94.290.000 referentes a títulos de rendimento variável.

Adicionalmente, foram efectuadas compras ao Fundo de pensões no montante de Euros 219.190.000 (2010: Euros 0) referentes a Papel Comercial, Euros 177.874.000 (2010: Euros 564.385.000) referentes a títulos da dívida pública portuguesa e Euros 149.565.000 (2010: Euros 0) referentes a outras obrigações.

Durante o exercício de 2011 foram efectuadas as seguintes contribuições para o Fundo de Pensões:

Descrição	Natureza	Data da entrega	Quantidade /valor nominal	Preço	Valor da contribuição Euros '000
ES Saúde	Papel Comercial	30.12.2011	56.000.000	98,787	55.650
ES Viagens	Papel Comercial	30.12.2011	10.000.000	99,968	10.208
Qipway, SGPS	Papel Comercial	30.12.2011	10.000.000	99,887	10.219
Outros					2.677
					78.754

A posição acionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização é a seguinte:

Accionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2011			Preço Unitário Euros
		31/12/2011	31/12/2010	Aquisições	Alienações	Data	
Membros de Órgãos Sociais							
Paulo José de Ribeiro Moita Macedo (h)	Ações BCP	301.657	259.994	11.437 (c)		17-mai-11	0,58
				30.226 (d)		20-jun-11	0,36
Vitor Manuel Lopes Fernandes	Ações BCP	23.412	20.000	879 (c)		17-mai-11	0,58
				2.533 (d)		20-jun-11	0,36
	BCP Investimento Telecoms (Março 2013)	20	20				
Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho	Ações BCP	286.914	247.288	10.878 (c)		17-mai-11	0,58
				28.748 (d)		20-jun-11	0,36
Miguel Maya Dias Pinheiro	Ações BCP	210.000	150.000	30.598 (c)		17-mai-11	0,58
				7.845 (f)		15-jun-11	0,36
				21.557 (d)		20-jun-11	0,36
					15 (e)	20-jun-11	1.000,00
António Manuel Palma Ramalho	Ações BCP	62.700	12.092	531 (c)		17-mai-11	0,58
				50.077 (d)		20-jun-11	0,36
	BPSM/97Top's Perpétuas Subord. 1/2 Série	498.798	498.798				
José Jacinto Iglésias Soares (g)	Ações BCP	80.743	20.000	7.663 (c)		17-mai-11	0,58
				3.080 (d)		20-jun-11	0,36
				50.000 (f)		28-jun-11	0,39
Rui Manuel da Silva Teixeira (g)	Ações BCP	31.982	27.565	1.212 (c)		17-mai-11	0,58
				3.205 (d)		20-jun-11	0,36
Membros do Conselho Geral e de Supervisão							
António Vítor Martins Monteiro	Ações BCP	2.410	2.078	91 (c)		17-mai-11	0,58
				241 (d)		20-jun-11	0,36
	BCP Finance Bank MTN 6,25	0	50		50 (b)	29-abr-11	1.000,00

(continua)

(continuação)

Accionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2011			Preço unitário Euros
		31/12/2011	31/12/2010	Aquisições	Alienações	Data	
Manuel Domingos Vicente	Ações BCP	1.159	1.000	43 (c) 116 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
Luís de Melo Champalimaud	Ações BCP	100.000	20.000	879 (c) 79.121 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
António Henriques Pinho Cardão (g)	Ações BCP	102.778	73.259	19.222 (c) 10.297 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
Josep Oliu Creus	Ações BCP	15.083	13.000	572 (c) 1.511 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
Carlos José da Silva (g)	Ações BCP	151.438	130.523	5.741 (c) 15.174 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
António Luís Guerra Nunes Mexia	Ações BCP	1.507	1.299	57 (c) 151 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
João Manuel Matos Loureiro	Ações BCP	1.753	1.500	65 (c) 188 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
José Guilherme Xavier de Basto	Ações BCP	1.376	1.188	51 (c) 137 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
José Vieira dos Reis	BCP Mill Rend Semestral Março	5	5				
	Ações BCP	54.700	16.074	32.707 (c) 5.919 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
	BCP Ob Cx Inv Água Maio 08/2011	0	340		340 (b)	07-mai-11	1.000,00
	BCP Cx Invest Saúde Julho 2008/11	200	200				
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	1.100	1.100				
	Super Aforno Mille Sr B Fev 2009/14	0	20		20 (b)	18-mar-11	1.000,00
	Millennium BCP Valor Capital 2009	0	20		20 (e)	20-jun-11	1.000,00
	BCP Inv Total Novembro 2012	100	100				
	BCP Inv Cabaz Energia Nov 2	50	50				
	BCP Mill Rendimento Plus Jun 2010/2014	50	50				
	Certifica SP 500	188	0	188 (a)		22-fev-11	13,29
	Certific BCPCI DAX	34	0	34 (a)		24-fev-11	73,30
	Millennium Rend, Cresc 2011 4ª S	70	0	70 (a)		07-mar-11	10.000,00
	BCP Inv Dupla Opção Europa	50	0	50 (a)		29-jun-11	1.000,00
	Millennium BCP Subordinadas 2010/2020	25	25				
	Millennium BCP Subord. Agosto 2020 Call	40	40				
	BCP Mill Rend. Premium 2ª série 04/2013	40	40				
	Certific BCPI Eurostoxx 50	820	820				
	BCP Investimento Duplo Eur Junho 2013	50	0	50 (a)		29-jun-11	1.000,00
	Millennium Rendimento Crescente /14	70	0	70 (a)		07-mar-11	1.000,00
Manuel Alfredo Cunha José de Mello	Ações BCP	216.617	186.701	8.212 (c) 21.704 (d)		17-mai-11 20-jun-11	0,58 0,36
	BCP Finance Bank MTN 6,25	0	200		200 (b)	28-mar-11	1.000,00
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	1.000	1.000				
	BCP Fin Bk Carnale 125% XI/09 (11/2014)	150	150				
	BCP Fin Sel Ac Eur Ret 2 Fontes XI(05/11)	0	100		100 (b)	25-mai-11	1.000,00
	BCP Fin Selec Brasil XII/09 Eur (06/11)	0	329		329 (b)	21-jun-11	1.000,00
	BCP Fin Escolh Tripla Europeia IV/10 04/11	0	40		40 (b)	21-abr-11	1.000,00
	BCP Fin Inv Mundial III	0	100		100 (b)	28-mar-11	1.000,00
	BCP Inv Ind Mundiais XI (11/2013)	120	120				
	BCP Farmaceut GI Autocall XI/10 (11/2012)	0	200		200 (b)	20-mai-11	1.000,00
	BCP Rev Conv Alstom XI/10	0	10		10 (b)	22-mar-11	1.000,00
	BCP Cabaz Consumo AC 01/2013	50	0	50 (a)		07-jan-11	1.000,00
	BCP Ações Europa AC 02/2014	100	0	100 (a)		03-fev-11	1.000,00
	BCP Ações Tecnologia EUA AC 04/2014	100	0	100 (a)		04-abr-11	1.000,00
	BCP Rev. Conv. Apple 10/2011	200	0	200 (a)		15-jun-11	1.000,00
	BCP Rev. Conv. Alstom XI/11	5	0	5 (a)		15-jun-11	10.000,00
	Indústria Europeia AC 06/2013	200	0	200 (a)		15-jun-11	1.000,00
	BCP 2,375% (01/2012)	50.000	0	50.000 (a)		16-mai-11	0,95
	BCP FRN (02/2013)	100.000	0	100.000 (a)		21-dez-11	0,75

(continua)

(continuação)

Accionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2011			Preço unitário Euros
		31/12/2011	31/12/2010	Aquisições	Alienações	Data	
Thomaz de Mello	Ações BCP	1.159	1.000	43 (c)		17-mai-11	0,58
Paes de Vasconcelos				116 (d)		20-jun-11	0,36
Vasco Esteves Fraga	Ações BCP	1.159	1.000	43 (c)		17-mai-11	0,58
				116 (d)		20-jun-11	0,36
Cônjuge/Filhos Menores							
Maria Helena Espassandim Catão (g)	Ações BCP	253	218	9 (c)		17-mai-11	0,58
				26 (d)		20-jun-11	0,36
Isabel Maria V. Leite P. Martins Monteiro	Ações BCP	1.854	1.854				
Maria da Graça dos Santos	Ações BCP	3.835	3.308	144 (c)		17-mai-11	0,58
Fernandes de Pinho Cardão (f)				383 (d)		20-jun-11	0,36
Ana Maria Almeida M. Castro	Ações BCP	5.776	4.980	218 (c)		17-mai-11	0,58
José de Mello				578 (d)		20-jun-11	0,36
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	400	400				
	BCP Inv Ind Mundiais XI/10 (11/2013)	60	60				
	BCP Farmaceut GL Autocal XI/10 (11/2012)	0	40		40 (b)	20-mai-11	1.000,00
	BCP Fin Escolh Tripla Europeia IV/10	0	3		3 (b)	26-abr-11	1.000,00
	BCP Cabaz Consumo AC 01/2013	50	0	50 (a)		07-jan-11	1.000,00
	BCP Ações Europa EUA AC 02/2014	30	0	30 (a)		03-fev-11	1.000,00
	BCP Ações Tecnologia EUA AC 04/2014	30	0	30 (a)		04-abr-11	1.000,00
	BCP Rev. Conv. Alstom 09/2011	2	0	2 (a)		15-jun-11	10.000,00
	BCP Rev. Conv. Apple 10/2011	20	0	20 (a)		15-jun-11	1.000,00
	Indústria Europeia AC 06/2013	60	0	60 (a)		15-jun-11	1.000,00
Ana Melo Castro José de Mello	Ações BCP	1.507	1.299	57 (c)		17-mai-11	0,58
				151 (d)		20-jun-11	0,36
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	200	200				
	BCP Farmaceut GL Autocal XI/10 (11/2012)	20	20				
	BCPF Escolha Tripla Europeia IV/10 04/11	5	5				
Maria Emilia Neno R.T. Xavier de Basto	Ações BCP	435	376	16 (c)		17-mai-11	0,58
				43 (d)		20-jun-11	0,36
Paulita Amélia Lima Moura Sá	Ações BCP	3.223	2.754	121 (c)		17-mai-11	0,58
				348 (d)		20-jun-11	0,36
	BCP Ob Cx Inv Global 12% Fev	0	500		500 (b)	16-fev-11	1.000,00
	BCP Ob Cx Invest Cabaz Mund Fev 08/11	0	400		400 (b)	14-fev-11	1.000,00
	BCP Cx Inv Energias Renov Jun 2011	0	400		400 (b)	18-jun-11	1.000,00
	Certific BCP Eurostoxx 50	240	240				
	Certific BCP S/DJ Stoxx Utili (10/2012)	2.125	2.125				
	Certific BCP S/DJ Stoxx Basic (10/2012)	1.485	1.485				

(a) Subscrição.

(b) Venimento.

(c) Dividendos em ações BCP.

(d) Subscrição do aumento de capital do BCP.

(e) Conversão em capital do MillenniumBcp Valor Capital 2009.

(f) Compra.

(g) A posição inicial diz respeito aos títulos detidos no momento da nomeação, (8-04-2011) e não a 31-12-2010. Os movimentos em 2011 dizem respeito aos efetuados desde a nomeação até 30-06-2011.

(h) Renunciou ao cargo em 20-06-2011, para assumir funções como Ministro da Saúde.

À data de 31 de dezembro de 2011, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Aplicações em IC's	Crédito a clientes	Ativos financ. detidos p/negociação	Ativos financ. disp. p/venda	Total
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	5.033.377	-		1.050.720	6.084.097
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	207.734				207.734
Millennium bcp Bank & Trust	1.039.273				1.039.273
BCP Finance Bank, Ltd	1.128.531		12.249	62.840	1.203.620
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	150.032				150.032
BCP Finance Company, Ltd	401.225	-			401.225
Grupo Bank Millennium (Polónia)	16.792		67.277		84.069
Grupo Millennium Bank (Grécia)	1.901.677				1.901.677
Banco Millennium Angola, S.A.	52.576				52.576
BCP Holdings (USA), Inc.		134.167			134.167
Grupo Millenniumbcp Ageas		221.757			221.757
Outras	148	108.009	4.952	41.620	154.729
	9.931.365	463.933	84.478	1.155.180	11.634.956

À data de 31 de dezembro de 2011, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda totalizam o montante de Euros 50.389.000.

À data de 31 de dezembro de 2011, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Depósitos de IC's	Depósitos de clientes	Títulos de dívida emitidos	Passivos subordinados	Total
Banco ActivoBank, S.A.	284.084				284.084
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	969.659		3.881.522	28.873	4.880.054
Grupo Bank Millennium (Polónia)	55.777				55.777
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	48.025				48.025
Millennium bcp Bank & Trust	1.974.693				1.974.693
BCP Finance Bank, Ltd	3.014.168			888.190	3.902.358
BCP Finance Company, Ltd		5.020		1.020.569	1.025.589
Millennium bcp Participações, S.G.R.S. Sociedade Unipessoal, Lda		150.201			150.201
BCP Investment, B.V.		18.802			18.802
BitalPart, B.V.		217.540			217.540
BM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	37.710				37.710
Grupo Millennium Bank (Grécia)	873.365				873.365
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.		12.728			12.728
Millennium bcp Imobiliária, S.A.		3.921			3.921
Banco Millennium Angola, S.A.	98.675				98.675
Millennium bcp Prestação de Serviços, A.C.E.		24.374			24.374
BCP Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.		25.006			25.006
Grupo Millenniumbcp Ageas		995.115			995.115
Outras	472	29.517			29.989
	7.356.628	1.482.224	3.881.522	1.937.632	14.658.006

À data de 31 de dezembro de 2011, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco totalizam o montante de Euros 17.999.000.

À data de 31 de dezembro de 2011, os proveitos do Banco sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões, Outros proveitos de exploração e Lucros em operações financeiras, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Juros e Proveitos equiparados	Comissões Proveitos	Outros proveitos de exploração	Lucros em operações financeiras	Total
Banco ActivoBank, S.A.			522		522
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	3.425			1.182	4.607
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	131.284			201	131.485
Grupo Bank Millennium (Polónia)	5.423	21		6.737	12.181
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	3.912	966			4.878
Millennium bcp Bank & Trust	26.568	1.048		73.896	101.512
BCP Finance Bank Ltd	19.802			944.886	964.688
Bitalpart, B.V.	87				87
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.			9.805		9.805
Grupo Millennium Bank (Grécia)	49.936	399		21.516	71.851
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.		7.263	357		7.620
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	200	27			227
BCP Holdings (USA), Inc.	4.359				4.359
Banco Millennium Angola, S.A.	4.110		729		4.839
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.	5	46	11.198		11.249
Grupo Millenniumbcp Ageas	7.824	72.665	3.273		78.762
Outras	7.671	17.901	246	471	26.289
	259.606	100.336	26.130	1.048.889	1.434.961

À data de 31 de dezembro de 2011, os custos do Banco com empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões, Fornecimentos e serviços de terceiros e Prejuízos em operações financeiras, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Juros e Custos equiparados	Comissões Custos	Fornecimentos e serviços de terceiros	Prejuízos em operações financeiras	Total
Banco ActivoBank, S.A.	3.501	5.726	112		9.339
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	33			4.383	4.416
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	92.876	1.638		28	94.542
Grupo Bank Millennium (Polónia)	3.661			21.798	25.459
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	373				373
Millennium bcp Bank & Trust	31.734			37.799	69.533
BCP Finance Bank, Ltd	89.695			846.133	935.828
BCP Finance Company, Ltd	49.602				49.602
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	2.597				2.597
BCP Investment, B.V.	3.464				3.464
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	395				395
BitalPart, B.V.	7.835				7.835
Grupo Millennium Bank (Grécia)	16.369			6.107	22.476
Banco Millennium Angola, S.A.	231				231
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.	63		40.656		40.719
Grupo Millenniumbcp Ageas			2.453		2.453
Outras	5.147		13.185	288	18.620
	307.576	7.364	56.406	916.536	1.287.882

À data de 31 de dezembro de 2011, as contas extrapatrimoniais do Banco com empresas subsidiárias, incluídas nas rubricas de Garantias Prestadas e Compromissos assumidos perante terceiros, são analisadas como segue:

(Milhares de Euros)

	Garantias prestadas	Compromissos perante terceiros	Total
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	11.601	25.000	36.601
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.		80	80
Grupo Bank Millennium (Polónia)	1.666	200.000	201.666
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	5.700	834.640	840.340
Millennium bcp Bank & Trust (*)	104.792	12.506	117.298
BCP Finance Bank, Ltd	3.693.912		3.693.912
BCP Finance Company, Ltd	171.175		171.175
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	3.485		3.485
Grupo Millennium Bank (Grécia)		170.000	170.000
Banco Millennium Angola, S.A.	19.302		19.302
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	172		172
Outras		78.097	78.097
	4.011.805	1.320.323	5.332.128

(*) Garantias prestada pelo Banco relativo a créditos a clientes concedidos pelo Millennium bcp Bank & Trust.

À data de 31 de dezembro de 2010, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Aplicações em ICs	Crédito a clientes	Ativos financ. detidos p/negociação	Ativos financ. disp. p/venda	Total
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	2.246.424			515.332	2.761.756
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	331.939				331.939
Millennium bcp Bank & Trust	1.185.602				1.185.602
BCP Finance Bank, Ltd	976.483		13.751	105.129	1.095.363
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	150.134				150.134
Grupo Bank Millennium (Polónia)	200.198				200.198
Grupo Millennium Bank (Grécia)	1.715.011			238.941	1.953.952
Banco Millennium Angola, S.A.	242.224				242.224
BCP Holdings (USA), Inc.		195.773			195.773
Grupo Millenniumbcp Ageas		217.491			217.491
Outras		2.587		50.924	53.511
	7.048.015	415.851	13.751	910.326	8.387.943

À data de 31 de dezembro de 2010, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, totalizam o montante de Euros 99.715.000.

À data de 31 de dezembro de 2010, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias e o Grupo Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Depósitos de IC's	Depósitos de clientes	Títulos de dívida emitidos	Passivos subordinados	Total
Banco ActivoBank, S.A.	214.252				214.252
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	39.435	1.676	740.911	28.834	810.856
Grupo Bank Millennium (Polónia)	973				973
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	40.634				40.634
Millennium bcp Bank & Trust	2.466.076				2.466.076
BCP Finance Bank, Ltd	5.044.407			1.002.936	6.047.343
BCP Finance Company, Ltd	966			1.020.569	1.021.535
Millennium bcp Participações, S.G.RS., Sociedade Unipessoal, Lda.		24.080			24.080
BCP Investment, B.V.		137.717			137.717
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	127.832				127.832
Grupo Millennium Bank (Grécia)	1.037.162				1.037.162
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.		12.343			12.343
Millennium bcp Imobiliária, S.A.		203			203
Banco Millennium Angola, S.A.	36.653				36.653
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.		23.176			23.176
BCP Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.		24.935			24.935
Grupo Millenniumbcp Ageas		490.560			490.560
Outras		758.378			758.378
	9.008.390	1.473.068	740.911	2.052.339	13.274.708

À data de 31 de dezembro de 2010, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, totalizam o montante de Euros 44.367.000.

À data de 31 de dezembro de 2010, os proveitos do Banco sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões, Outros proveitos de exploração e Lucros em operações financeiras, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Juros e Proveitos equiparados	Comissões Proveitos	Outros proveitos de exploração	Lucros em operações financeiras	Total
Banco ActivoBank, S.A.		72	668		740
Banca Millennium S.A. (Roménia)	2.481			277	2.758
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	38.102			140	38.242
Grupo Bank Millennium (Polónia)	9.253			14.961	24.214
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	4.292				4.292
Millennium bcp Bank & Trust	13.022	2.667		63.528	79.217
BCP Finance Bank, Ltd	8.015			900.539	908.554
Millennium Bank, Anonim Sirket (Turquia)	517			20.276	20.793
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.			7.140		7.140
Grupo Millennium Bank (Grécia)	23.648	550		15.618	39.816
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.		9.277	59		9.336
Banco Millennium Angola, S.A.	3.343		620		3.963
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.			10.163		10.163
Grupo Millenniumbcp Ageas	2.717	74.165	3.711		80.593
Outras	1.484	13.891	277		15.652
	106.874	100.622	22.638	1.015.339	1.245.473

À data de 31 de dezembro de 2010, os custos do Banco com empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões, Fornecimentos e serviços de terceiros e Prejuízos em operações financeiras, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Juros e Custos equiparados	Comissões Custos	Fornecimentos e serviços de terceiros	Prejuízos em operações financeiras	Total
Banco ActivoBank, S.A.	2.155	2.541	112		4.808
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	3			1.514	1.517
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	8.034	9.818	309	35	18.196
Grupo Bank Millennium (Polónia)	1.923			28.021	29.944
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	384				384
Millennium bcp Bank & Trust	24.768			22.881	47.649
BCP Finance Bank, Ltd	80.331			776.730	857.061
BCP Finance Company, Ltd	49.589				49.589
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	454				454
BCP Investment, B.V.	281				281
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)				12.688	12.688
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	433				433
Grupo Millennium Bank (Grécia)	5.585			7.152	12.737
Seguros e Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	20				20
Banco Millennium Angola, S.A.	378				378
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.	28		54.051		54.079
Grupo Millenniumbcp Ageas			570		570
Outras	3.206	6	13.821		17.033
	177.572	12.365	68.863	849.021	1.107.821

À data de 31 de dezembro de 2010, as contas extrapatrimoniais do Banco com empresas subsidiárias, incluídas nas rubricas de Garantias Prestadas e Compromissos assumidos perante terceiros, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

	Garantias Prestadas	Compromissos perante terceiros	Total
Banca Millennium, S.A. (Roménia)	13.631		13.631
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.		300.000	300.000
Grupo Bank Millennium (Polónia)	1.982	200.000	201.982
Banque Privée BCP (Suisse), S.A.	19.539	670.213	689.752
Millennium bcp Bank & Trust (*)	133.487	900	134.387
BCP Finance Bank, Ltd	5.258.524		5.258.524
BCP Finance Company, Ltd	1.000.000		1.000.000
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	12.539	17.878	30.417
Grupo Millennium Bank (Grécia)		31.086	31.086
Banco Millennium Angola, S.A.	26.473	22.078	48.551
Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	172		172
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A.C.E.		5.000	5.000
	6.466.347	1.247.155	7.713.502

(*) Garantias prestada pelo Banco relativo a créditos a clientes concedidos pelo Millennium bcp Bank & Trust.

50. Gestão de riscos

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efetuada de forma centralizada em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade do Banco.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

Mercado – O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflete a incapacidade de o Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão do mesmo, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Matérias Financeiras, assegura a existência de um controlo de risco, adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Banco.

A Comissão de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade.

O Group Risk Officer é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objetivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua atuação pelos princípios e orientações estabelecidos centralmente pela Comissão de Risco, estando dotadas de estruturas do Risk Office, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respetiva atividade. Em cada subsidiária relevante foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o Risk Officer do Grupo.

O *Group Head of Compliance* é responsável pela implementação de sistemas de prevenção, monitorização e reporte dos riscos nos processos organizacionais que incluem, entre outros, a prevenção do branqueamento de capitais, combate ao financiamento do terrorismo, prevenção do conflito de interesses, abuso de mercado e comunicação com clientes.

Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- **Negociação:** contempla as posições cujo objetivo é a obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionáveis sem restrições e podem ser precisa e frequentemente reavaliadas, incluindo os títulos e derivados de atividades de vendas;
- **Financiamento:** agrupa os financiamentos institucionais e o mercado monetário do Grupo;
- **Investimento:** inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade, durante um período alargado de tempo ou que não sejam transacionáveis em mercados líquidos;
- **Comercial:** assume a atividade comercial com clientes;
- **ALM:** representa a função de gestão de Ativos e Passivos;
- **Estrutural:** trata de elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas.

A definição das áreas de gestão permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada de acordo com o respetivo contexto.

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de proteção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este intuito é aplicado um sistema único de notação de risco, a *Rating Master Scale*, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A *Rating Master Scale* permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, no âmbito do novo Acordo de Basileia II, na situação de incumprimento.

Todos os modelos de *rating/scoring* usados no Banco foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale*.

O conceito de nível de proteção é um elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais ativa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

Para a quantificação do risco de crédito ao nível das diferentes carteiras, o Banco desenvolveu um modelo baseado numa abordagem atuarial, que permite obter a distribuição de probabilidade das perdas totais. Além da probabilidade de incumprimento (PD) e do montante da perda dado o incumprimento (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respetiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os setores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respetivas correlações.

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa às exposições brutas ao risco de crédito do Banco (posição em risco original), em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

(Milhares de Euros)

Rubricas de risco	Posição em risco original	
	'11	'10
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	6.843.242	7.000.604
Administrações Regionais ou Autoridades Locais	437.889	488.405
Organismos Administrativos e Empresas sem fins lucrativos	97.764	2.251.981
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	70.104	117.569
Outras Instituições de Crédito	23.222.903	23.075.888
Clientes de retalho e empresas	67.443.351	72.813.692
Outros elementos	15.736.586	10.667.781
	113.851.839	116.415.920

Nota: exposições brutas de imparidade e amortizações. Inclui posições de titularização.

Relativamente à exposição a entidades residentes em países europeus que têm estado sobre atenção particular neste período (Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha, Itália e Hungria), a decomposição do crédito (em nominal) a estes a 31 de dezembro de 2011 era a seguinte, dividida por tipo de devedor:

(Milhares de Euros)

Tipo de contraparte	Maturidade	31 de dezembro de 2011					
		País de residência					
		Espanha	Grécia	Hungria	Irlanda	Itália	Portugal
Inst. Financeiras	2012	56.049	35.012	2	750.007	1.847	1.014.583
	2013	6.537	28.000		25.000		773.053
	2014	50.000			15.000	23.000	206.060
	>2014	75.000	140				353.246
		187.586	63.152	2	790.007	24.847	2.346.942
Empresas	2012	17.721			6.814	250	7.566.875
	2013	34.186					1.134.894
	2014	24.611					1.396.907
	>2014	250.047	14.158		12.188		7.268.365
		326.565	14.158	-	19.002	250	17.367.041
Retail	2012	132.298	17	18	52	115	4.203.595
	2013	186			30		832.384
	2014	200		4	104		848.567
	>2014	35.815	275	-	57.459	3.343	22.764.614
		168.499	292	22	57.645	3.458	28.649.160
Soberanos	2012		100.000	5			3.462.141
	2013						1.292.107
	2014				200.000		139.541
	>2014	5.000	380.000	-	-	50.000	1.832.994
		5.000	480.000	5	200.000	50.000	6.726.786
Total país		687.650	557.602	29	1.066.654	78.555	55.089.929

Exposição direta de crédito (em valor nominal) a entidades residentes nos países mencionados. Não considera garantias recebidas, para estas exposições, de entidades residentes em outros países.

Nota: No caso da exposição à República Grega, existia a 31 de dezembro de 2011 imparidade constituída no valor de Euros 358.277.000 (antes de impostos).

Riscos de Mercado

O Banco, no controlo do risco de mercado assumido nas diversas áreas de gestão (de acordo com a definição anterior), utiliza uma medida integrada de risco que engloba os principais componentes de risco de mercado identificados pelo Grupo: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de *commodities* (mercadorias).

A medida utilizada na avaliação do risco genérico de mercado é o VaR (*Value at Risk*). O cálculo do VaR é efetuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics, sendo calculado considerando um horizonte temporal de dez dias úteis e um nível de significância de 99%. A estimação da volatilidade associada a cada um dos fatores de risco no modelo é efetuada utilizando um modelo econométrico de estimação EWMA, que assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correta adequação às condições de mercado.

Utiliza-se igualmente um modelo de avaliação do risco específico existente devido à detenção de títulos (obrigações, ações, certificados, etc.) e de derivados cuja *performance* esteja diretamente ligada ao valor destes. Com as necessárias adaptações, este modelo segue o *standard* regulamentar.

São ainda utilizadas medidas complementares para os restantes tipos de risco, uma medida de risco não linear que incorpora o risco de opções não coberto no modelo VaR, com um intervalo de confiança de 99% e uma medida *standard* para o risco de *commodities*.

Estas medidas são integradas no indicador de risco de mercado com o pressuposto conservador de correlação perfeita entre os diversos tipos de risco (*worst-case scenario*).

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adotado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas para a carteira de negociação durante o ano de 2011:

(Milhares de Euros)

	2011.12.31	2011.01.01
Risco Genérico (VaR)	5.512	12.038
Risco Específico	1.294	2.177
Risco não linear	329	291
Risco de Commodities	4	3
Risco Global	7.139	14.509

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Banco.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efetuada a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de *repricing* e eventuais pressupostos de pré-pagamentos considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, por moeda, é calculada pela diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

Os valores apresentados no quadro abaixo evidenciam o impacto esperado no valor económico da carteira bancária devido a deslocações paralelas na curva de rendimentos em +/-100 e +/-200 pontos base em cada uma das moedas onde o Banco tem posições significativas:

(Milhares de Euros)

Moeda	31 dezembro 2011			
	- 200 p.b.	- 100 p.b.	+ 100 p.b.	+ 200 p.b.
CHF	1.290	847	(702)	(1.426)
EUR	195.255	79.202	(64.916)	(120.308)
PLN	11.866	5.872	(5.753)	(11.391)
USD	3.646	4.787	(6.753)	(13.237)
Total	212.057	90.708	(78.142)	(146.362)

(Milhares de Euros)

Moeda	31 dezembro 2010			
	- 200 p.b.	- 100 p.b.	+ 100 p.b.	+ 200 p.b.
CHF	737	728	(924)	(1.829)
EUR	186.243	71.545	(58.292)	(104.883)
PLN	14.903	7.378	(7.234)	(14.328)
USD	8.904	4.482	(7.592)	(14.714)
Total	210.787	84.133	(74.042)	(135.754)

O Banco realiza regularmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o *mismatch* de taxa de juro das posições de risco associada à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Banco é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Banco para horizontes temporais de curto prazo (até três meses) é efetuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projeções de *cash-flows* para períodos de, respetivamente, três dias e três meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respetivo (três dias ou três meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes Corporate e Private que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o gap de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez estrutural do Banco, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do *Capital and Assets and Liabilities Committee* (CALCO), visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da atividade. Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade da Comissão de Riscos.

Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade da Comissão de Riscos. Este controlo é reforçado com a execução mensal de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Grupo, e cada uma das suas subsidiárias, cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e as tomadas de decisões de gestão sobre esta matéria.

Durante o ano de 2011, o acesso aos mercados de financiamento, quer de médio/longo prazo bem como de curto prazo, estiveram virtualmente fechados para as instituições financeiras portuguesas. Situação que se agravou após o pedido de ajuda financeira efetuado durante o mês de maio.

Nesta conjuntura, e considerando a prudente gestão de liquidez prosseguida pelo Grupo no decorrer de toda esta conjuntura, foi reforçado o papel do *buffer* de liquidez proporcionado pela carteira de ativos descontáveis junto do BCE (ou outros Bancos Centrais), apesar do efeito de perda de elegibilidade de parte da carteira e desvalorização da restante. Nesta linha a carteira de ativos descontáveis junto do BCE decresceu Euros 4.831.704.000 durante 2011 terminando com um valor Euros 14.296.124.000.

Os ativos integrados na "pool" de política monetária do Banco Central Europeu, líquidos de "haircuts", são analisados como se segue:

	(Milhares de Euros)	
	11	10
Banco Central Europeu	14.296.124	19.127.828

Com referência a 31 de dezembro de 2011, o montante descontado junto do Banco Central Europeu ascendia a Euros 12.100.000.000 (31 de dezembro de 2010: Euros 15.350.000.000).

Risco Operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte *end-to-end*. A gestão dos processos é da competência dos *Process Owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da *performance* no âmbito dos seus processos. Os *Process Owners* são responsáveis por manter atualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efetiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão direta ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *risk self assessment*, detetar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as ações de mitigação para as exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Banco destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detetado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as ações de mitigação para as exposições críticas.

Covenants

Os termos contratuais dos vários instrumentos de *wholesale funding* compreendem obrigações assumidas pelo Grupo enquanto mutuário ou emitente, relativas a deveres gerais de conduta societária, à preservação da sua atividade bancária principal e à inexistência de certos privilégios creditórios concedidos a outros credores ("*negative pledge*"). Estes termos refletem essencialmente os padrões adotados internacionalmente para cada um dos tipos de instrumento de dívida utilizados pelo Grupo.

Os termos da intervenção do Grupo em operações de titularização de ativos por si cedidos estão sujeitos a alterações caso o Grupo deixe de respeitar determinados critérios de notação de *rating*. Os critérios estabelecidos em cada operação resultam essencialmente da metodologia de análise do risco que vigorava no momento da sua montagem, sendo estas metodologias habitualmente aplicadas por cada agência de *rating* de forma padronizada a todas as operações de titularização de um mesmo tipo de ativos.

Relativamente ao ano de 2011, as reduções do *rating* efetuadas pela Moody's, de "A3" para "Ba3" (longo prazo) e de "P-2" para "NP" (curto prazo), determinaram, para a operação de titularização Caravela SME No.1: (i) o estabelecimento de um *Contingent Subordinated Loan*, cujo providenciador é o próprio Banco, visando, através de uma Conta Reserva, cobrir o montante correspondente ao risco de *set-off* atual associado à respetiva carteira titularizada (este risco será monitorizado mensalmente, reduzindo-se o montante da respetiva Conta Reserva e, por consequência do *Contingent Subordinated Loan*, em conformidade); e (ii) a transferência da contraparte do SPV (Emitente das obrigações) no *swap* para um banco com *rating* de longo prazo de, no mínimo, "A3". Por seu lado, os *downgrades* efetuados pela S&P, de "BBB+" para "BB" (longo prazo) e de "A-2" para "B" (curto prazo), ocasionaram, para a titularização Tagus Leasing N.º1, a necessidade do, estabelecimento de um *Contingent Subordinated Loan* providenciado pelo Banco com o objetivo constituir uma nova Conta Reserva que cobrisse o montante correspondente ao risco de *set-off* associado à respetiva carteira de crédito titularizada (o montante da Conta Reserva e, por consequência, do *Contingent Subordinated Loan*, serão reduzidos em conformidade). No que diz respeito à Fitch, os *downgrades* de "BBB+" para "BB+" (longo prazo) e de "F2" para "B" (curto prazo), determinam, para a operação de titularização Caravela SME No.2, a possibilidade de vir a ser firmado, com uma contraparte elegível, um contrato de *back-up servicing*.

Saliente-se ainda que eventuais futuras reduções das notações de *rating* por parte de qualquer uma das Agências de Rating não terão implicações adicionais relevantes no que diz respeito às *covenants* existentes nas operações de titularização em curso.

O Grupo tem atualmente dois Programas de Obrigações Hipotecárias em curso. No que respeita ao Programa do BCP, os atuais níveis de *rating* do Banco implicam apenas a necessidade de manutenção de colateral em função do valor de mercado dos *swaps* de taxa de juro pertencentes ao património afetado ao Programa. O Programa do Banco de Investimento Imobiliário, S.A. não tendo qualquer *swap* associado não tem qualquer *covenant* relevante relacionado com um eventual *downgrade*.

5.1. Solvabilidade

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade do Banco e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasse de risco "Posições Renováveis de Retalho" e "Outras Posições de Retalho" com efeitos a 31 de dezembro de 2011. No 1.º semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

Os fundos próprios do Banco Comercial Português são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2010. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (*Tier 1*) com os fundos próprios complementares (*Tier 2*) e da subtração da componente relevada no agregado Deduções. Para o cômputo dos fundos próprios de base são considerados os elementos que integram o *Core Tier 1*, estabelecidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2011, e outros elementos adicionais relevantes para o apuramento dos fundos próprios de base. Os fundos próprios de base e, em especial, o *Core Tier 1*, integram os elementos com caráter de maior permanência.

Como elementos positivos do *Core Tier 1* concorrem o capital realizado e os prémios de emissão, as reservas e os resultados positivos retidos e os impactos diferidos associados aos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Contabilidade. Correspondem a elementos negativos do *Core Tier 1* os resultados negativos, as ações ordinárias próprias e os ativos intangíveis.

No final do exercício de 2011, o Banco optou pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais do Fundo de Pensões. Assim, e na sequência da análise das alternativas permitidas pela International Accounting Standard (IAS) 19 – Benefícios a empregados, o Banco optou por passar a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. Anteriormente, o Banco procedia ao diferimento dos desvios atuariais de acordo com o método do corredor, no qual os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedessem 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo eram registados por contrapartida de resultados de acordo com a vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Não obstante esta alteração de política contabilística, o Banco de Portugal, para efeitos prudenciais, permitiu que continuasse a ser utilizado um corredor, correspondendo ao maior dos valores entre i) 10% das responsabilidades apuradas com pensões de reforma e de sobrevivência, e ii) 10% do valor do Fundo de Pensões, tal como definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2012.

O *Core Tier 1* é ainda influenciado pela reposição dos ganhos e perdas não realizados que não representem imparidade em títulos de dívida, créditos e outros valores a receber contabilizados na carteira de disponíveis para venda, em operações de cobertura de fluxos de caixa e em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, líquidos de impostos, na parte que corresponda a risco de crédito próprio, assim como pela reversão dos ganhos não realizados em títulos de capital classificados como disponíveis para venda e em créditos e outros valores a receber de negociação ou avaliados ao justo valor através da conta de resultados.

No segundo semestre de 2011, o Banco de Portugal estabeleceu novas regras que influenciaram o *Core Tier 1* do Banco, salientando-se:

- Em novembro de 2011, o Banco de Portugal definiu um entendimento quanto ao Aviso n.º 6/2010, determinando uma dedução ao *Core Tier 1* relacionada com os depósitos contratados com clientes e com taxas de juro superiores a 300 p.b face às taxas de mercado (Instrução do Banco de Portugal n.º 28/2011);
- O Banco de Portugal, com efeitos a dezembro de 2011, veio permitir a neutralização prudencial, até junho de 2012, dos impactos relacionados com a transferência de parte das responsabilidades com pensões de reformados e pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social e com o Programa Especial de Inspeções, efetuado no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal (Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2012).

Os outros elementos adicionais que integram os fundos próprios de base são os instrumentos híbridos e ainda algumas deduções consideradas por 50%: (i) dos interesses detidos em instituições financeiras (superiores a 10%) e em entidades seguradoras (não inferiores a 20%); (ii) do montante das perdas esperadas, na parcela que exceda a soma das correções de valor e das provisões respeitantes às posições ponderadas pelo risco apuradas nos termos do método IRB.

Os fundos próprios complementares (*Tier 2*) englobam a dívida subordinada e 45% dos ganhos não realizados excluídos do *Core Tier 1* em ativos disponíveis para venda. Estes elementos integram o *Upper Tier 2*, exceto a dívida subordinada, que se reparte entre *Upper Tier 2* (dívida com prazo de vencimento indeterminado) e *Lower Tier 2* (a restante). A dívida subordinada emitida só pode ser incluída no cômputo dos fundos próprios após o acordo do Banco de Portugal e desde que observe os seguintes limites: a) o *Tier 2* não poderá ser superior ao *Tier 1* e b) o *Lower Tier 2* não poderá representar mais do que 50% do *Tier 1*. Adicionalmente, os empréstimos subordinados com prazo determinado deverão ser amortizados à razão de 20% ao ano, nos seus últimos cinco anos de vida. O *Tier 2* está ainda sujeito à dedução dos restantes 50% não deduzidos ao *Tier 1*: (i) dos interesses detidos em instituições financeiras e em entidades seguradoras; e (ii) do montante das perdas esperadas, na parcela que exceda a soma das correções de valor e das provisões respeitantes às posições ponderadas pelo risco apuradas nos termos do método IRB, devendo ser subtraído aos fundos próprios de base o valor que não possa ser eventualmente acomodado pelo *Tier 2*.

Para apuramento do capital regulamentar total torna-se ainda necessário efetuar algumas deduções aos fundos próprios totais, nomeadamente o valor dos imóveis em dação que excedam o prazo regulamentar para a sua permanência no ativo, as imparidades associadas a ativos titularizados relativas a operações de titularização que não atinjam os critérios prudenciais que definem a transferência significativa dos riscos, pelos montantes não contabilizados, e eventuais excedentes de exposição a limites de riscos do âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2010.

Os requisitos de fundos próprios passaram a ser determinados no quadro regulamentar de Basileia II a partir do início de 2008. Os requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito, em conformidade com o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007, são calculados de acordo com método IRB para uma parte substancial das exposições de retalho e empresas, mantendo-se a utilização da metodologia padrão para as demais carteiras.

Os requisitos de fundos próprios para a cobertura do risco operacional, estipulados no Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007, são determinados de acordo com o método standard, sendo os requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco de mercado, conforme definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, apurados de acordo com a metodologia dos modelos internos sobre a carteira de negociação, no que respeita ao cálculo de requisitos de fundos próprios para o risco genérico de mercado relativamente a instrumentos de dívida, a instrumentos de capital e a riscos cambiais, e de acordo com o método padrão no que se refere ao cálculo dos requisitos de capital para risco específico.

O Banco, de acordo com as recomendações do Banco de Portugal, não deverá registar rácios *Tier 1* e total inferiores a 8%.

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com as metodologias anteriormente referidas são os seguintes:

	'11	'10
(Milhares de Euros)		
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado e prémios de emissão	6.136.722	4.886.722
Reservas e resultados retidos ^(a)	(1.077.483)	812.041
Ativos intangíveis	(10.875)	(9.741)
Impacto líquido de rubricas com diferimento ^(a)	556.113	(1.020.214)
Outros ajustamentos regulamentares	(10.776)	(3.727)
Core Tier 1	5.593.701	4.665.081
Ações preferenciais e outros valores	9.853	1.000.000
Outros ajustamentos regulamentares	(117.651)	(260.909)
Total	5.485.903	5.404.172
Fundos Próprios Complementares		
<i>Upper Tier 2</i>	235.679	1.563.799
<i>Lower Tier 2</i>	774.091	834.150
	1.009.770	2.397.949
Deduções aos fundos próprios totais	(103.694)	(84.167)
Fundos Próprios Totais	6.391.979	7.717.954
Requisitos de Fundos Próprios		
Requisitos exigidos pelo Aviso n.º 5/2007	4.004.807	4.088.949
Carteira de negociação	42.583	38.536
Risco Operacional	189.307	207.289
	4.236.697	4.334.774
Rácios de Capital		
<i>Core Tier 1</i>	10,6%	8,6%
<i>Tier 1</i>	10,4%	10,0%
<i>Tier 2</i> ^(a)	1,7%	4,3%
Rácio de Solvabilidade	12,1%	14,2%

(*) Inclui deduções aos fundos próprios totais.

(a) Na sequência de alteração da política contabilística relacionada com a fundo de pessoas anteriormente descrito, foram contabilizados na situação líquida todos os diferimentos atuariais, sendo que, para efeitos prudenciais, foram objeto de diferimento prudencial.

52. Normas contabilísticas recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Banco aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2011, sendo a sua adoção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de ativos financeiros, nomeadamente securitizações de ativos financeiros, têm como objetivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em maio de 2010, o IASB publicou o “Annual Improvement Project,” o qual efetuou 11 alterações em 7 normas. A data de efetividade das alterações, possibilidade de adoção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foram de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2011.

O Banco não obteve qualquer impacto significativo da adoção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para o Banco

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo permitido a sua adoção antecipada. Esta norma foi alterada em outubro de 2010. A IFRS 9 não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projeto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- Os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser revertidos por resultados. Esta decisão é discricionária, não implicando que todos os instrumentos de capital sejam tratados da mesma forma. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- A exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (“Fair Value option”) serão reconhecidas em “Other Comprehensive income” (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Banco está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de “*facto control*”.

Foram induzidos nesta norma dois objetivos principais:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todas as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

O Banco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 – Acordos conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 11 – Acordos conjuntos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) “*joint operations*”; e 2) “*joint ventures*”.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o fator crítico para a determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma “*joint venture*”, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Banco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades; e
- Efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Banco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 – Mensuração do justo valor

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração do justo valor, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. Desta forma, os principais aspetos considerados são:

- Princípios que estão na base de um justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valor; e
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

O Banco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS e necessidades de requisitos de divulgação.

O Banco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 – Investimentos em associadas e Joint ventures

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IAS 28 – Investimentos em associadas e *Joint ventures* com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adotar pelo investidor dos investimentos em associadas e em "*Joint ventures*", definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para "*Joint ventures*".

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa "*Joint venture*", uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), exceto se forem aplicadas as exceções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

O Banco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 7 (Alterada) – Divulgações – Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 – Divulgações – "*Offsetting*" de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Banco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) – Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, uma alteração IAS 32 – "*Offsetting*" de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efetuar a apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efetuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos; e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Banco encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

53. Impacto contabilístico resultante do processo de averiguação por parte das Entidades reguladoras

No âmbito das investigações desenvolvidas por parte das autoridades de supervisão desde o final de 2007 e que se encontram descritas na nota 54, o Banco iniciou a partir dessa data um processo de averiguação interno sobre as operações efetuadas com entidades sediadas em zonas *offshore*.

Este processo de averiguação interno permitiu identificar que, entre 1999 e 2002, o Grupo BCP realizou operações de financiamento com sociedades sediadas em centros *offshore* no âmbito da aquisição de ações emitidas pelo Grupo. Em Novembro de 2002, as referidas sociedades procederam à alienação a uma instituição financeira dos portfólios de ações BCP que detinham, representativas de 4,99% do capital social do Banco à data, e simultaneamente adquiriram valores mobiliários ("*Notes*") emitidos pela instituição financeira adquirente por um montante equivalente a 50% do produto da referida alienação. Essa instituição informou o mercado em 9 de dezembro de 2002 do facto de ter adquirido uma participação qualificada no Banco.

Os referidos financiamentos foram, em março de 2004, objeto de reestruturação e assumidos por um grupo empresarial cuja atividade principal consiste em participar em projetos imobiliários (doravante referido por "GI"). No âmbito desta operação, o GI assumiu um passivo líquido de cerca de 450 milhões, considerado o ulterior reembolso das *Notes*, ocorrido em dezembro de 2004. Na mesma data o Banco alienou ao GI a sociedade Millennium bcp Imobiliária (então denominada Comercial Imobiliária, S.A.) por Euros 26 milhões e um conjunto de outros imóveis no valor de Euros 61 milhões.

Com relação à reestruturação da dívida acima referida, o GI, através da Millennium bcp Imobiliária emitiu papel comercial no montante de Euros 210 milhões tomado pelo Grupo BCP e que em 2005 foi objeto de contribuição em espécie para o Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, conjuntamente com ações emitidas por entidades cotadas. Na sequência desta dotação, e por a Millennium bcp Imobiliária ter comunicado não ter condições de cumprir o serviço da dívida, o Fundo de Pensões realizou uma perda atuarial de cerca de Euros 115.000.000, em 2006 e 2007, em relação ao referido papel comercial emitido pela Millennium bcp Imobiliária. Na sequência da alteração da política contabilística referida na nota 1, o valor não amortizado foi reconhecido por contrapartida de reservas em conjunto com os restantes desvios atuariais.

Face à significativa exposição do Banco ao GI, bem como o setor de atividade em que este cliente se insere, a partir de 2005 o Banco passou a ter alocada uma provisão para o crédito em causa no montante de Euros 85 milhões.

Em junho de 2006, o Banco, tendo anteriormente adquirido participação minoritária de 11,5% do capital da Millennium bcp Imobiliária, concedeu a esta suprimimentos no montante de Euros 300 milhões, para aquisição pela Millennium bcp Imobiliária a outra subsidiária do GI de uma participação indireta maioritária na sociedade de direito angolano detentora do designado Projeto da Baía de Luanda, sociedade essa que entretanto obtivera, em outubro de 2005, concessão do direito de superfície sobre a Baía de Luanda por 60 anos. Com o produto da referida operação, o GI liquidou ao Banco uma parcela adicional do seu endividamento bancário no montante de Euros 305 milhões.

O GI, considerando a escala do Projeto, as necessidades de capitais para o seu desenvolvimento e o envolvimento creditício junto do BCP propôs ao Banco, que aceitou, a dação de 68,34% do capital social da Millennium bcp Imobiliária, detentora indireta do valor económico de 54% do Projeto Baía de Luanda, para pagamento de responsabilidades perante o Banco no montante de Euros 61 milhões, com o que, em Junho de 2007, ficou extinto o remanescente do passivo líquido assumido de Euros 450 milhões acima referido. Em consequência da operação de dação, o BCP passou a deter uma participação de 90% no capital da Millennium bcp Imobiliária, e, indiretamente, 54% dos benefícios futuros do Projeto Baía de Luanda.

Face às indicações existentes a respeito das investigações das autoridades de supervisão quanto à análise mais completa da substância económica das operações acima descritas, o Banco decidiu considerar uma interpretação mais prudente, face aos riscos identificados, da natureza e da reestruturação das mesmas, pelo que procedeu ao registo de uma correção de Euros 300 milhões com efeitos a 1 de janeiro de 2006, ascendendo o respetivo efeito líquido de imposto a cerca de Euros 220,5 milhões.

Conforme referido na nota 54, esta decisão não implica qualquer tipo de reconhecimento pelo Banco da existência de alegadas infrações que lhe sejam imputadas. Conforme referido igualmente na nota 54, em 12 de dezembro de 2008, o Banco foi notificado do processo de contraordenação n.º 24/07/CO instaurado pelo Banco de Portugal e do processo de contraordenação n.º 41/2008 pela CMVM sobre os processos de investigação acima referidos. O Banco manteve a sua posição de contestar a existência de alegadas infrações que lhe foram imputadas nos prazos legais aplicáveis. Não obstante este facto, o Conselho de Administração Executivo considera que estão divulgadas nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios entre 2007 e 2010 todas as informações materialmente relevantes sobre as referidas matérias, com impacto na situação financeira do Grupo, conforme referido na nota 48. O Conselho de Administração Executivo tem mantido contactos com as Autoridades de Supervisão a este propósito.

A referida correção efetuada no âmbito dos IFRS e das respetivas notas às demonstrações financeiras pode ser analisada da seguinte forma:

(Milhares de Euros)			
	Reexpresso		
	Capitais próprios 31.12.2006	Resultado líquido '06	Capitais próprios 01.01.2006
Valor anteriormente reportado	4.841.892	779.894	4.247.494
Ajustamento:			
Valor bruto do crédito	(300.000)		(300.000)
Provisões para crédito	9.825	9.825	
Impostos diferidos	76.896	(2.604)	79.500
	(213.279)	7.221	(220.500)
Valores corrigidos	4.628.613	787.115	4.026.994

O Banco Comercial Português, S.A., no decurso do exercício de 2009, ponderadas as condições de mercado e as perspetivas de desenvolvimento do Projeto de Requalificação e Reordenação Urbana da Zona Marginal de Luanda ("Projeto Baía de Luanda"), decidiu reduzir a participação acionista do Grupo no referido projeto para 10%, mediante a alienação à sociedade de direito angolano Finicapital – Investimentos e Gestão S.A., o que representou um encaixe de USD 100.000.000, tendo a mesma gerado uma mais valia, em base consolidada, no montante de Euros 57.196.000.

A participação do Grupo, face às características do acordo, passou a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

O Banco Comercial Português considera que a participação conservada pelo Grupo no Projeto Baía de Luanda permitirá manter uma presença relevante num projeto de grande importância para Angola e mantém a expectativa de que o Projeto da Baía de Luanda virá a gerar resultados adicionais no futuro, os quais poderão ser registados por contrapartida de resultados do Banco nos exercícios em que os mesmos forem gerados.

54. Processos de contra-ordenação e processos conexos

1. No final do exercício de 2007, o Banco tomou conhecimento da notificação que lhe foi dirigida, com data de 27 de dezembro de 2007, pelo Banco de Portugal, dando conta da instauração contra o Banco do processo de contraordenação n.º 24/07/CO "com fundamento na existência de indícios da prática de ilícitos de mera ordenação social previstos e punidos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro), designadamente a inobservância de regras contabilísticas, a prestação de informações falsas ou incompletas ao Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito ao valor dos fundos próprios, e o incumprimento de obrigações de natureza prudencial".

Um comunicado público do Banco de Portugal de 28 de dezembro de 2007 referiu ter tal processo sido instaurado "com base em factos relacionados com 17 entidades *offshore* cuja natureza e atividades foram sempre ocultadas ao Banco de Portugal nomeadamente em anteriores inspeções".

Em 12 de dezembro de 2008 o Banco foi notificado de acusação no âmbito do referido processo de contraordenação n.º 24/07/CO instaurado pelo Banco de Portugal, no qual o Banco de Portugal imputa ao Banco a prática de seis contraordenações previstas na alínea g) e três contraordenações previstas na alínea r), ambas do artigo 211.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF").

As contraordenações, para o caso de se verificarem os tipos de conduta mencionados na acusação, poderiam ser as seguintes:

- a) A inobservância de normas ou procedimentos contabilísticos determinados por lei ou pelo Banco de Portugal que não cause prejuízo grave para o conhecimento da situação patrimonial e financeira da Instituição constitui contraordenação prevista pelo artigo 210.º, alínea f), do RGICSF, a qual é punida, no caso de pessoas coletivas, com coima que pode variar entre Euros 750 e Euros 750.000. Se, ao invés, tal conduta ilícita causar tal prejuízo grave, isso poderá constituir contraordenação prevista pelo artigo 211.º, alínea g), do RGICSF, a qual é punida, no caso de pessoas coletivas, com coima que pode variar entre Euros 2.500 e Euros 2.494.000; e
- b) A (i) omissão de informações e comunicações devidas ao Banco de Portugal, nos prazos estabelecidos, ou (ii) a prestação de informações incompletas constituem contraordenação prevista pelo artigo 210.º, alínea h) (hoje alínea i)), do RGICSF, a qual é punida, no caso de pessoas coletivas, com coima que pode variar entre Euros 750 e Euros 750.000. Por outro lado, a prestação ao Banco de Portugal de (i) informações falsas, ou (ii) informações incompletas suscetíveis de conduzir a conclusões erróneas de efeito idêntico ou semelhante ao que teriam informações falsas sobre o mesmo objeto constituem contraordenação prevista pelo artigo 211.º, alínea r), do RGICSF, a qual é punida, no caso de pessoas coletivas, com coima que pode variar entre Euros 2.500 e Euros 2.494.000.

Segundo a acusação, cada contraordenação pode ser punida com coima cujo valor pode variar entre Euros 2.493,99 e Euros 2.493.989,49, sendo que, de acordo com a regra do concurso de infrações, prevista no artigo 19.º, n.ºs 1 e 2, do Regime Geral das Contraordenações, em caso de condenação por várias contraordenações em concurso, será aplicada uma coima única, cujo limite máximo não pode exceder o dobro do limite máximo mais elevado das contraordenações em concurso.

O Banco não aceitou a acusação contra si deduzida, pelo que apresentou a sua defesa em março de 2009.

Em 12 de maio de 2010, o Banco foi notificado do teor da decisão que no âmbito do processo foi proferida pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal, que lhe aplicou a título de sanção principal a coima única de Euros 5.000.000.

Aos demais arguidos foram aplicadas a título de sanção principal diferentes coimas que perfazem o montante global de Euros 4.470.000. O Conselho de Administração do Banco de Portugal decidiu arquivar o processo relativamente a um antigo Administrador e um Diretor.

O Banco impugnou a decisão da autoridade administrativa, tendo sido notificado do despacho de admissão das impugnações judiciais deduzidas por todos os arguidos no processo.

Em abril de 2011, iniciou-se a audiência de julgamento e em setembro o tribunal procedeu à inquirição de uma das testemunhas para melhor apreciar a questão da validade da documentação que foi junta às denúncias e sobre a sua eventual nulidade como meio de prova, por violação do segredo bancário.

Após a inquirição, foi proferido, com data de 07 de outubro 2011, despacho a declarar a nulidade das provas apresentadas e em consequência, a nulidade de todo o processo.

O Ministério Público e o Banco de Portugal recorreram dessa decisão, tendo já sido proferido despacho de admissão dos recursos e das respetivas respostas às alegações, apresentadas pelo BCP e demais arguidos.

Aguarda-se a subida dos autos para apreciação pelo Tribunal da Relação.

2. Em 12 de dezembro de 2008, o Banco foi notificado pela CMVM de acusação em processo de contraordenação n.º 41/2008 no âmbito do qual lhe eram imputadas sete contraordenações por alegada violação do artigo 7.º do Código dos Valores Mobiliários ("CVM") e artigo 389.º, n.º 1, alínea a) do mesmo Código.

Nos termos do artigo 7.º do CVM, a informação respeitante a instrumentos financeiros, a formas organizadas de negociação, às atividades de intermediação financeira, à liquidação e à compensação de operações, a ofertas públicas de valores mobiliários e a emitentes deve ser completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

O Banco não aceitou a acusação contra si deduzida e apresentou, em 27 de janeiro de 2009, defesa no processo de contraordenação em causa.

Em 26 de junho de 2009, o Banco Comercial Português foi notificado da condenação pela CMVM no pagamento de uma coima única no valor de Euros 5.000.000 (cinco milhões de euros) pela divulgação de informação não verdadeira. A CMVM deliberou proceder à suspensão parcial pelo montante de Euros 2.500.000 e pelo prazo de dois anos da execução da coima aplicada. Na Decisão, a CMVM expressou o entendimento de que decorreria da lei que, em caso de impugnação judicial, a decisão relativa à suspensão parcial da execução da coima se extinguiria.

O Banco Comercial Português não aceitou esta decisão tendo impugnado a mesma judicialmente em 24 de julho de 2009.

No dia 21 de julho de 2010, o Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa proferiu a sentença no processo que julgou parcialmente procedente o recurso no que respeita à suspensão de Euros 2.500.000, pelo período de dois anos e confirmando a decisão da CMVM em tudo o restante.

O Banco recorreu da decisão judicial e foi notificado, em 11 de abril de 2011, do acórdão do Tribunal da Relação, que julgou improcedente o recurso do BCP, tendo confirmado na íntegra a decisão de 1.ª instância.

Em abril de 2011, o BCP apresentou recurso para o Tribunal Constitucional. Por Acórdão de 15 de fevereiro de 2012, o Tribunal Constitucional negou provimento à questão da inconstitucionalidade normativa alegada pelo Banco. Após o trânsito em julgado da decisão, o Banco terá que pagar parte da coima cuja execução não foi suspensa, no valor de Euros 2.500.000.

3. Anteriormente, em 21 de dezembro de 2007, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários tinha dirigido ao Banco, com cominação de este o divulgar publicamente na íntegra – o que o Banco fez em comunicado de 23 de dezembro de 2007, o ofício do seguinte teor:

"A CMVM, no âmbito das suas competências, tem em curso uma ação de supervisão ao BCP, enquanto sociedade com ações cotadas em mercado regulamentado, visando apurar a natureza e a atividade de diversas entidades sedeadas em jurisdições *offshore*, responsáveis por investimentos em valores mobiliários emitidos pelo Grupo BCP ou por sociedades com ele relacionadas. Apesar de a ação de supervisão ainda prosseguir, designadamente com vista a obter uma caracterização completa e final da situação e do comportamento no mercado dessas entidades, bem como determinar as responsabilidades relevantes, incluindo pessoais, a CMVM retirou já as seguintes conclusões preliminares:

- a) Com financiamentos obtidos junto do Banco Comercial Português, as referidas entidades *offshore* constituíram carteiras de valores mobiliários – integrando quase exclusivamente ações do grupo BCP – não havendo, em regra, evidência de terem sido alimentadas para esse efeito por qualquer outra transferência significativa de entidade exterior ao Grupo;
- b) É já conhecido que parte das dívidas foi eliminada pela cessão a terceiros dos créditos por valores residuais;
- c) As condições dos financiamentos em apreço e o modo de governação das entidades em causa indiciam que o BCP assumiu todo o risco dessas entidades *offshore* e que detinha poderes de domínio da vida e negócios dessas entidades;
- d) Deste modo, as operações em causa configuram de fato o financiamento da aquisição de ações próprias, não reportadas como tal. Esta configuração está também presente numa operação realizada com uma instituição financeira de que resultou a comunicação, por esta, de uma participação qualificada, tendo, todavia, o interesse económico permanecido no BCP bem como a possibilidade do exercício dos direitos de voto;
- e) Das circunstâncias descritas decorre que a informação prestada às autoridades e ao mercado, no passado, nem sempre foi completa e/ou verdadeira, designadamente no que diz respeito ao valor do capital próprio e aos detentores do mesmo; e
- f) Foi detetada a realização de transações de mercado pelas entidades referidas, em montantes e com frequência significativos, que carecem de análise aprofundada com vista a tipificar possíveis infrações às regras do mercado.

Assim, face à natureza das presentes conclusões e à urgência da matéria, a CMVM, ao abrigo do art. 360.º, n.º 1, alínea f) do Código dos Valores Mobiliários, solicita ao BCP que venha imediatamente:

- a) Esclarecer o mercado sobre se a informação financeira por ele mais recentemente divulgada reflete já integralmente as perdas financeiras decorrentes da situação referida;
- b) Informar da existência de quaisquer outras situações não relevadas, de forma a que os investidores estejam em condições de fazer um juízo devidamente fundamentado sobre os valores mobiliários emitidos pelo BCP; e
- c) Transcrever no seu comunicado o conteúdo integral desta comunicação da CMVM, podendo informar, se assim o entender, não ter sido ainda o BCP ouvido formalmente sobre estas conclusões.

A CMVM prosseguirá a ação de supervisão em curso, retirando todas as consequências no âmbito das suas competências, e comunicando às autoridades competentes irregularidades de outra natureza e continuando a colaborar com o Banco de Portugal no quadro das competências deste."

4. Em julho de 2009, o Banco foi notificado de acusação deduzida pelo Ministério Público em processo criminal contra cinco antigos administradores seus, tendo subjacentes essencialmente os factos referidos supra e na nota 53, e para apresentar no mesmo processo pedido de indemnização cível.

Perante esta notificação, e embora dando por reproduzido o teor das defesas apresentadas nos acima referidos processos de contra ordenação, o Banco decidiu, por forma a evitar qualquer risco de futura alegação de perda do eventual direito a indemnização a que houver lugar se não exercido nesse momento e nesse processo, apresentar requerimentos em que solicitou (i) o reconhecimento do seu direito de, em momento ulterior, designadamente em face do apuramento final dos factos, vir a pedir oportunamente em processo separado nos tribunais cíveis qualquer indemnização a que haja lugar e (ii) subsidiária e cautelarmente, na hipótese de esse direito de apresentação de pedido separado nos tribunais cíveis não ser reconhecido, indemnização cível segundo os factos e termos indicados na acusação, para o caso de estes virem a ser provados.

No dia 19 de julho de 2011, o Banco foi notificado da decisão da 8.ª Vara Criminal de Lisboa de lhe reconhecer a faculdade de apresentar um eventual pedido de indemnização cível em separado. Um dos arguidos apresentou recurso desta decisão, junto do Tribunal da Relação, aguardando-se decisão.

55. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 31 de dezembro de 2011, a exposição do Banco a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

Emitente/Carteira	31 de dezembro de 2011					
	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros detidos para negociação	573.993	573.993		4,29%	1,6	I
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.103.706	2.103.706	(174.332)	3,35%	3,4	I
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.026.266	1.514.824		4,80%	3,3	n.a.
	4.703.965	4.192.523	(174.332)			
Grécia						
Ativos financeiros detidos até à maturidade	119.102	119.102		4,04%	4,1	n.a.
	119.102	119.102	-			
Irlanda						
Ativos financeiros detidos até à maturidade	210.972	192.973		4,00%	2,0	n.a.
	210.972	192.973	-			
	5.034.039	4.504.598	(174.332)			

O valor dos títulos inclui os juros corridos respetivos.

Com referência a 31 de dezembro de 2010, a exposição do Banco a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

Emitente/Carteira	31 de dezembro de 2010					
	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros detidos para negociação	3.448.432	3.448.432	-	2,93%	2,9	I
Ativos financeiros disponíveis para venda	21.023	21.023	(802)	4,97%	1,8	I
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.283.648	2.137.362		4,57%	3,9	n.a.
	5.753.103	5.606.817	(802)			
Grécia						
Ativos financeiros detidos até à maturidade	476.402	337.258		4,04%	5,1	n.a.
	476.402	337.258	-			
Irlanda						
Ativos financeiros detidos até à maturidade	212.597	188.975	-	4,00%	3,0	n.a.
	212.597	188.975	-			
	6.442.102	6.133.050	(802)			

O valor dos títulos inclui os juros corridos respetivos.

Com referência a 31 de dezembro de 2011, a exposição do Banco registada nas rubricas de Crédito a clientes e de Garantias prestadas, referente a risco soberano de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada conforme segue:

(Milhares de Euros)		
	dez 11	
	Crédito a clientes	Garantias prestadas
Portugal	427.399	17.749

Com referência a 31 de dezembro de 2011, as outras exposições a risco soberano referentes a países da União Europeia em situação de *bailout*, são apresentadas conforme segue:

(Milhares de Euros)		
	dez 11	
	Valor nominal	Justo valor
Grécia		
Credit Default Swaps (CDS)	148.250	(79.220)
Irlanda		
Credit Default Swaps (CDS)	57.000	(6.386)
	205.250	(85.606)

O valor dos derivados inclui os juros corridos respetivos.

Os valores respeitantes a "Credit Default Swaps", identificados nos quadros acima, estão economicamente compensados por outros "Credit Default Swaps" simétricos, ou por "Credit Linked Notes" emitidas pelo Banco e para as quais é aplicado o "Fair Value Option" ou estão a ser destacados os derivados embutidos associados, pela que, em termos líquidos, o Banco não se encontra exposto aos riscos soberanos subjacentes.

Tendo em consideração esta conjuntura, a rubrica Imparidade para títulos corresponde à imparidade reconhecida na dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2011, conforme referido na nota 13. A determinação do valor de imparidade teve em consideração os termos do acordo estabelecido entre o Estado Grego e o setor privado relacionadas com a reestruturação da dívida soberana da Grécia (GGBs). Os aspetos-chave do envolvimento do setor privado (PSI) na referida reestruturação, anunciados em 21 de fevereiro de 2012 pelo Ministro das Finanças da Grécia, nos termos do PSI são analisados como segue:

- a) Os detentores dos GGBs devem trocar os títulos atuais por:
 - Novos GGBs com valor facial igual a 31,5% do valor facial dos antigos GGBs;
 - Notes emitidas pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF), com valor facial igual a 15% dos antigos GGBs. As notes terão uma taxa de juro de mercado e uma maturidade de 24 meses;
- b) Os novos GGBs terão os seguintes termos:
 - Cupão inicial de 2% com aumento para 3% e depois 4,3%;
 - Pagamento de capital em 20 prestações anuais com início no 11.º aniversário da data de emissão e maturidade em 2042;
 - Cláusulas de *Aggregated collective action*;
 - Admissão à cotação na Bolsa de Atenas;
 - Emissões reguladas pela Lei Inglesa;
 - Inclusão de títulos indexados ao PIB destacáveis, que darão direito ao detentor a um cupão adicional de 1% caso sejam atingidos determinados objetivos em termos de PIB.

O PSI é parte do pacote de *bailout* no montante de Euros 130.000 milhões da União Europeia para a Grécia e está sujeito a aprovação dos parlamentos dos países da Zona Euro.

O Millennium bcp decidiu aceitar a Oferta de Troca, tendo a transação ocorrido em 12 de março de 2012.

Para efeitos da determinação da referida imparidade foram considerados os termos e condições definidos no PSI e também considerado o disposto no parágrafo AG84 da IAS 39 que considera razoável que, para a carteira de títulos detidos até à maturidade quando, por questões práticas, existem incertezas relevantes quanto à estimativa de *cash-flows* futuros, a imparidade possa ser determinada com base nos preços observáveis de mercado.

Tendo em consideração a informação disponível sobre as características dos títulos, o justo valor dos novos títulos deverá corresponder a cerca de 23% do valor dos atuais títulos.

Face a esta estimativa, o Banco reconheceu, no exercício de 2011, uma imparidade de Euros 358.277.000 que corresponde, em 31 de dezembro de 2011, a 77% do valor nominal da dívida.

56. Impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios atuariais associados ao plano de benefícios definidos

No decurso do exercício de 2011, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, o Banco efectuou por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

Anteriormente, o Banco procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo valor correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Assim, e conforme referido nas notas 1, 29 e 48 a rubrica Reservas e Resultados acumulados inclui, com efeitos a 1 de janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística. A referida reexpressão efetuada no âmbito das IFRS pode ser analisada conforme segue:

(Milhares de Euros)

	Reexpresso		
	Capitais próprios 31.12.2010	Resultado líquido '10	Capitais próprios 01.01.2010
Valor anteriormente reportado	6.609.350	300.648	6.660.117
Ajustamento:			
Desvios atuariais por diferir	(1.954.132)		(1.505.579)
Impostos diferidos	284.524		204.682
Amortização das perdas atuariais diferidas	42.441	42.441	
	(1.627.167)	42.441	(1.300.897)
Valores corrigidos	4.982.183	343.089	5.359.220

57. Plano de capital

O Banco apresentou, em 31 de dezembro de 2011, um rácio de *Core Tier I* superior a 9% de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal, conforme referido na nota 51.

Em 3 de fevereiro de 2012, o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, em consonância com os principais acionistas, confirmou, que respondendo aos critérios de Basileia 2.5, configurados nos requisitos da Autoridade Bancária Europeia relativamente ao rácio de *Core Tier I*, para 30 de junho de 2012, e às exigências prudenciais do Banco de Portugal para o final de 2012, o Banco Comercial Português submeteu junto do Banco de Portugal, no dia 20 de janeiro de 2012, um plano de capital, nos termos da comunicação da EBA de 8 de dezembro.

O plano de capital entregue pelo Banco Comercial Português envolve duas componentes:

- Aumento de capital destinado, com direito de preferência, a subscrição pelos acionistas privados, com vista a assegurar fundos próprios com caráter permanente. Para além do concurso dos atuais acionistas, o Banco Comercial Português tem recebido manifestações que lhe permitem contar com a participação de investidores de referência em futuro aumento do seu capital;
- Admissão da utilização da linha de recapitalização pública temporária e reembolsável prevista na Lei n.º 63-A/2008.

A concretização do plano de capital que vier a ser acordado com as autoridades competentes e submetido à análise e aprovação de uma Assembleia Geral específica para o efeito será materializada nos prazos, termos e condições definidos.

Na presente data, o referido plano está sujeito à aprovação do Banco de Portugal e da EBA.

58. Empresas subsidiárias e associadas do Banco Comercial Português, S.A.

Em 31 de dezembro de 2011, as empresas subsidiárias do Banco Comercial Português, S.A., incluídas na consolidação pelo método integral são as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	% de particip. efetiva
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	1.213.116.777	PLN	Banca	65,5
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	3.809.398.820	AOA	Banca	52,7
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	217.000.000	EUR	Banca	100,0
BCP Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de Risco	100,0
BCP Investment B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
Millennium bcp Participações, S.G.PS., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
Bitalpart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0
Interfundos – Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliários	100,0
Millennium BCP – Escritório de Representações e Serviços, Lda.	São Paulo	36.520.000	BRL	Serviços financeiros	100,0
Millennium bcp Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Oeiras	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	331.000	EUR	Serviços	73,5
Millennium BCP Teleserviços – Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0
Servitrust – Trust Management Services S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9
Imábida – Imobiliária da Arrábida, S.A.	Oeiras	1.750.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0
QPR Investimentos, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Consultoria e serviços	100,0
Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço D'Arcos, Lda.	Oeiras	5.000	EUR	Promoção Imobiliária	52,7

O Banco consolida igualmente pelo método integral os seguintes fundos de investimento: Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Oceânico II, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Stone Capital, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Sand Capital e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gestimo e M Inovação – Fundo de Capital de Risco BCP Capital.

Em 31 de dezembro de 2011, as empresas associadas do Banco Comercial Português, S.A. são as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	% de particip. efetiva
ACT C Indústria de Cortiças, S.A.	Sta. Maria Feira	17.923.625	EUR	Indústria extrativa	20,0
Banque BCP, S.A.S.	Paris	76.104.114	EUR	Banca	19,9
Nanium, S.A.	Vila do Conde	15.000.000	EUR	Equipamentos eletrónicos	41,1
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,5
Sicit – Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra Estruturas de Transportes, S.A.	Oeiras	50.000	EUR	Consultadoria	25,0
UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	31,7





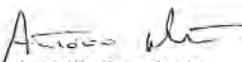
Administração
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

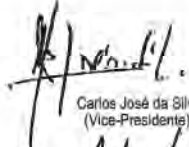
Declara-se que, tanto quanto é do conhecimento dos abaixo assinados, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Comercial Português, S.A. ("BCP" ou "Banco"), as quais compreendem (i) os Balanços individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2011, (ii) as Demonstrações de Resultados individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, (iii) os mapas das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, (iv) um resumo das políticas contabilísticas significativas e (v) as notas explicativas individuais e consolidadas, traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira individual e consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2011, dos resultados individuais e consolidados das suas operações e das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa individuais e consolidados no exercício findo naquela data, de acordo quer com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como determinadas pelo Banco de Portugal, quer com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco referentes a 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2012.

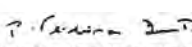
Mais se declara que o relatório de gestão do BCP de 2011 expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a situação do Banco e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que os mesmos se confrontam. O relatório de gestão foi aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2012.

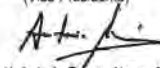
Porto Salvo, 23 de abril de 2012

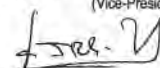

António Vítor Martins Monteiro
(Presidente)

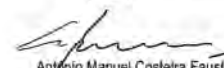

Carlos José da Silva
(Vice-Presidente)

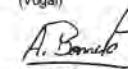

Nuno Manuel da Silva Amado
(Vice-Presidente)

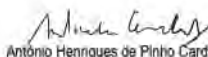

Pedro Maria Calcinho Teixeira Duarte
(Vice-Presidente)


António Luís Guerra Nunes Mexia
(Vogal)


João Bernardo Bastos Mendes Resende
(Vogal)


António Manuel Costeira Faustino
(Vogal)


Álvaro Roque de Pinho Bissala Barreto
(Vogal)


António Henriques de Pinho Cardão
(Vogal)


César Paxi Manuel João Pedro
(Vogal)

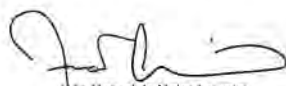

José Jacinto Iglésias Soares
(Vogal)


André Luiz Gomes
(Vogal)

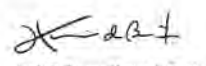
Novo Capital Social 6.064.999.986 Euros

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. Sociedade Aberta, com sede na Praça D. João I, 28, Porto, com o Capital Social de 6.064.999.986 Euros, inscrita na Conservatória do Registo Comercial do Porto, com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501.525.882

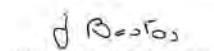
Página 3, João I, 28 - 4000-008 PORTO
Av. Prof. Dr. Castro Silva, Edifício 1, Piso II, Al. 6
2744-002 PORTO SALVO



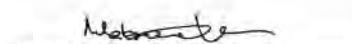
João Manuel de Matos Loureiro
(Vogal)



José Guilherme Xavier de Basto
(Vogal)



Jaime de Macedo Santos Bastos
(Vogal)



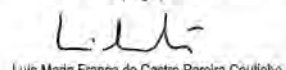
Maria da Conceição Mota Soares da Oliveira Callé Lucas
(Vogal)



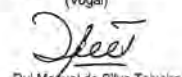
Miguel de Campos Pereira de Bragança
(Vogal)



Miguel Maya Dias Pinheiro
(Vogal)



Luís Maria França de Castro Pereira Coutilho
(Vogal)



Rui Manuel da Silva Teixeira
(Vogal)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia de Vitória, 71 - A, 11.^o
1050-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 do **Grupo Banco Comercial Português**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 93.482.076 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 3.826.755 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos accionistas do Banco de 848.623 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral consolidado;
 - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

dr

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, integrada por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.A.D.C., S.A.
Capital Social: 2.040.000 Euros - Pessoa
Colectiva N.º PT 502 181 038 - Inscrição na
D.R.O.C. N.º 189 - Inscrição na C.M.V.M. N.º
9382

Matriculada na Conservatória do
Registo Comercial de Lisboa sob o
N.º PT 502 181 038



Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Grupo Banco Comercial Português** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações nos capitais próprios consolidados e o rendimento integral consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

dr



Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de Abril de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Soares Dourado (ROC n.º 1011)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.^o
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 do **Banco Comercial Português, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 97.752.674 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.517.127 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 468.527 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA"), definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2.º e 3.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005 e no n.º 2.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral;
 - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as NCA, seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

dr

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG, International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG & Associados - S.R.L.C., S.A.
Capital Social: 2.940.000 Euros - Pessoa
Colectiva N.º PT 522 161 019 - inscrita na
O.R.C. N.º 189 - inscrita na C.M.V.A. N.º
9090

Inscrito na Conservatória do
registro Comercial de Lisboa sob o
N.º PT 522 161 019



Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Comercial Português, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA tal como definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

dr



Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de Abril de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Soares Dourado (ROC n.º 1011)



RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

INTRODUÇÃO

O Banco Comercial Português, S.A., (doravante "Sociedade, Banco, BCP, Millennium bcp") elabora o seu Relatório sobre o Governo da Sociedade visando dar a conhecer de forma clara e transparente as práticas regulatórias adotadas no âmbito do denominado Governo da Sociedade, em observância das normas legais e regulamentares em vigor; nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários, o Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 1/2010 – Governo das Sociedades Cotadas, publicado em 1 de fevereiro de 2010 e as recomendações constantes do Código do Governo das Sociedades da CMVM/2010, de janeiro de 2010.

Na elaboração deste Relatório foi ainda dado cumprimento ao Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal e tomada em consideração a informação Individual sobre Grau de Acolhimento de Recomendações sobre o Governo das Sociedades em Portugal, elaborado com base no estudo feito pela Universidade Católica para a AEM – Associação de Empresas Emittentes de Valores Cotados em Mercado, no âmbito do qual foi atribuído ao Banco o *rating* AAA.

Uma vez que no passado dia 28 de fevereiro de 2012 se realizou uma Assembleia Geral de Acionistas que aprovou uma alteração de alteração de estatutos do Banco, incluindo mudança do modelo de governo societário, elaborou-se uma adenda ao presente relatório, na qual é dada informação sumária sobre o modelo de governo atualmente em vigor, que passou a ser monista, com Conselho de Administração que inclui Comissão de Auditoria e Comissão Executiva.

ÍNDICE

284.	Capítulo 0	Declaração de Cumprimento
295.	Capítulo I	Assembleia Geral
301.	Capítulo II	Órgãos de Administração e Fiscalização
301.	Secção I	Temas Gerais
322.	Secção II	Conselho de Administração
325.	Secção III	Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras e Conselho Fiscal
328.	Secção IV	Remuneração
338.	Secção V	Comissões Especializadas
339.	Capítulo III	Informação e Auditoria
352.	Adenda com Informação sobre o Modelo de Governo Societário em vigor	
358.	Anexos ao Relatório sobre o Governo da Sociedade	

CAPÍTULO O – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

0.1. Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das Sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se

Na prossecução do seu objeto social, o Banco e as demais sociedades do Grupo Millennium bcp (doravante "Grupo") observam as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as constantes do Código das Sociedades Comerciais, as emanadas do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, adotando igualmente normas próprias de procedimento e de natureza deontológica, subjacentes a uma gestão vinculada pelos princípios da repartição de riscos e da segurança das aplicações, em respeito pelos interesses dos depositantes, dos investidores e dos demais *Stakeholders*.

Na elaboração do presente Relatório, o Banco observou as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades da CMVM/2010 de janeiro de 2010 e o Regulamento da CMVM n.º 1/2010, de 1 de fevereiro, os quais podem ser consultados no endereço:

http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Legislacao/.

O Código Deontológico, a Ordem de Serviço Relativa ao Exercício da Atividade de Intermediação Financeira, os Regimentos do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão e o Manual das Políticas de *Compliance* enunciam deveres e obrigações que respeitam quer ao funcionamento do Banco Comercial Português como um todo coeso, quer ao comportamento individual de cada um dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos Colaboradores do Banco e do Grupo no exercício das respetivas funções.

O Código Deontológico agrega os princípios e as regras a respeitar nas práticas da atividade bancária, financeira e sobre os valores mobiliários ou produtos derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo, incompatibilidades e cooperação com as autoridades de supervisão, sendo do conhecimento de todos os Colaboradores que a ele têm acesso permanente através do portal interno, do sítio do Banco na Internet, na página com o seguinte endereço:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/governacaocorporativa/normas/codigodeontologico/>.

A Ordem de Serviço Relativa ao Exercício da Atividade de Intermediação Financeira institui as normas e procedimentos fundamentais, bem como as regras gerais de conduta a observar na atividade prosseguida pelo Banco enquanto intermediário financeiro, sendo dada a conhecer aos Colaboradores, que a ela têm acesso através do portal interno. Encontra-se igualmente disponível no sítio do Banco na Internet, na página com o seguinte endereço:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/governacaocorporativa/normas/regulamentacao/>.

Os Regimentos do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão fixam as respetivas competências e âmbito de atuação e estabelecem a forma de funcionamento destes órgãos, bem como as normas de conduta dos respetivos membros em uníssono com os Estatutos do Banco, o Código Deontológico do Grupo e a Ordem de Serviço Relativa à Atividade de Intermediação Financeira. Os sobreditos documentos estão disponíveis no portal interno, no sítio do Banco na Internet, na página com o seguinte endereço:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/governacaocorporativa/normas/regimentoca/>.

Estes documentos são igualmente disponibilizados aos membros de cada um destes órgãos sociais, aquando da sua eleição ou nomeação.

As Políticas de *Compliance* integram um conjunto de documentos setoriais que versam diferentes matérias com impacto extremamente relevante nos serviços prestados pelo Banco e têm como finalidade assegurar a todos os níveis e atividades do Grupo os mais elevados padrões de qualidade, adequação, proficiência e idoneidade, por parte dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, de dirigentes e demais Colaboradores e, na medida em que o respeite, relativamente a Acionistas, Clientes e ao mercado em geral.

Integram ainda a Políticas de *Compliance* os seguintes documentos: Política de Aceitação de Clientes, Política de Identificação de Clientes, Política de Análise e Monitorização de Entidades de Elevado Risco, Política de Gestão de Risco de Branqueamento de Capitais e de Financiamento de Terrorismo, Política de Execução de Ordens, Política de Conflitos de Interesse e Política de Aprovação de Novos Produtos (Princípios Gerais).

Os documentos de políticas antes referidos foram objeto de divulgação interna através da intranet do Banco, para conhecimento de todos os Colaboradores, estando os seis primeiros igualmente disponíveis ao público em geral no seguinte endereço:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/governacao/article.jhtml?articleID=612714>.

Com a implementação e divulgação destes documentos de políticas de *Compliance*, o Banco reforçou significativamente os padrões que adota em matéria de transparência, de informação e de elevada exigência na respetiva *performance*.

De referir ainda que o Conselho Geral e de Supervisão aprovou um documento subordinado ao tema "Política de Aprovação de Serviços de Auditoria".

Realizou-se no dia 28 de fevereiro de 2012 uma Assembleia Geral de Acionistas à qual foi submetida uma proposta de alteração de Estatutos que implica mudança do modelo de Governo Societário e subsequente eleição de novo Conselho de Administração e Conselho de Remunerações, pelo que na data em que o presente relatório foi tornado público e submetido à Assembleia Geral Anual alguns dos documentos antes identificados poderão ter sido adequados ao novo modelo de governo.

0.2. Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM ou noutro que a Sociedade tenha decidido adotar, nos termos do Regulamento de que o presente Anexo faz parte integrante. Entende-se, para este efeito, como não adotadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra

Recomendações da CMVM constantes do Código de Governo das Sociedades em vigor durante o exercício de 2011	Dedaração de adoção	Dedaração de Adoção Remissão para informação no Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1. O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adotada	Capítulo I – Assembleia Geral
I.1.2. A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	Capítulo I – I.3.
I.2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1. A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a 5 dias úteis.	Derrogada pelo Dec. Lei n.º 49/2010, de 19 de maio.	
I.2.2. Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Derrogada pelo Dec. Lei n.º 49/2010, de 19 de maio.	Capítulo I – I.5.
I.3. VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1. As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	Adotada	Capítulo I – I.9.
I.3.2. O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Adotada	Capítulo I – I.11.

(continua)

(continuação)

Recomendações da CMVM constantes do Código de Governo das Sociedades em vigor durante o exercício de 2011	D Declaração de adoção	D Declaração de Adoção Remissão para informação no Relatório
1.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confiram o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados. 1.4. QUÓRUM DELIBERATIVO 1.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não Adotada	Ver nota 1 ao presente quadro
1.5. ATAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOTADAS 1.5.1 Extratos de ata das reuniões da assembleia geral ou documentos de conteúdo equivalente devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de cinco dias, após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio da Internet da sociedade durante pelo menos três anos. 1.6. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES 1.6.1 As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os Estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione. 1.6.2 Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adotada	Capítulo I – 1.11 e 1.13.
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO II.1. TEMAS GERAIS II.1.1. Estrutura e competência II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar. II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes:	Não Adotada	Capítulo I – 1.8. e 1.19. Ver nota 3 ao presente quadro. O Banco entende que as limitações estatutárias previstas são do interesse da sociedade e dos respetivos acionistas, independentemente da sua dimensão, pelo que se entendeu não adotar a recomendação.
	Adotada	Capítulo I – 1.20. e 1.21.
	Adotada	Capítulo II – Órgãos de Administração e de Fiscalização
	Adotada	Capítulo II – 1.15

(continua)

(continuação)

Recomendações da CMVM constantes do Código de Governo das Sociedades em vigor durante o exercício de 2011	Declaração de adoção	Declaração de Adoção Remissão para informação no Relatório
i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão de risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de formação e comunicação sobre diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.		
II.1.1.3. O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Adotada	Capítulo II – II.6.
II.1.1.4. As sociedades devem, no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Adotada	Capítulo II – II.5.
II.1.1.5. Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento, os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Adotada	Capítulo II – II.7.
II.1.2. Incompatibilidades e independência		
II.1.2.1. O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.	Não aplicável	Ver nota 4 ao presente quadro
II.1.2.2. De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não aplicável	Ver nota 5 ao presente quadro
II.1.2.3. A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Não aplicável	Capítulo II – II.14, e II.15
II.1.3. Elegibilidade e nomeação		
II.1.3.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Adotada	Capítulo II – II.2. e Anexo II
II.1.3.2. O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Não aplicável	
II.1.4. Política de comunicação de irregularidades		
II.1.4.1. A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Adotada	Capítulo II – II.35.
II.1.4.2. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no Relatório sobre o Governo das Sociedades.	Adotada	Capítulo II – II.35.

(continua)

(continuação)

Recomendações da CMVM constantes do Código de Governo das Sociedades em vigor durante o exercício de 2011	Declaração de adoção	Declaração de Adoção Remissão para informação no Relatório
II.1.5. Remuneração II.1.5.1. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa. ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador. viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.	Adotada	Capítulo II – II.29. a II.34., inclusive
II.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação de remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	Adotada	Capítulo II – II.29., II.33. I)
II.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º B do Código de Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Adotada	Capítulo II – II.29.
II.1.5.4. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º B.	Adotada	Capítulo III – I.7.

(continua)

(continuação)

Recomendações da CMVM constantes do Código de Governo das Sociedades em vigor durante o exercício de 2011	Declaração de adoção	Declaração de Adoção Remissão para informação no Relatório
do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º B do Código dos Valores Mobiliários.		
II.1.5.6. Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de acionistas.	Adotada	Capítulo I – I.15.
II.1.5.7. Deve ser divulgado, no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Adotada	Capítulo II – II.31.
II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
II.2.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	Capítulo II – II.3.
II.2.2. O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	Ver nota 6 ao presente quadro
II.2.3. Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do Relatório sobre o Governo da Sociedade.	Não aplicável	Ver nota 7 ao presente quadro
II.2.4. O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Não aplicável	Ver nota 8 ao presente quadro
II.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	Ver nota 9 ao presente quadro
II.3. ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adotada	Volume II – Relatórios do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras e pareceres do ROC e do Auditor Externo
II.3.2. O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável	Ver nota 10 ao presente quadro
II.3.3. O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Adotada	Capítulo II – II.1.

(continua)

(continuação)

Recomendações da CMVM constantes do Código de Governo das Sociedades em vigor durante o exercício de 2011	Dedaração de adoção	Dedaração de Adoção Remissão para informação no Relatório
II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1. O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adotada	Capítulo II – II.1.
II.4.2. Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Adotada	Capítulo II – II.1.
II.4.3. Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adotada	Volume II – Relatórios do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras
II.4.4. O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Adotada	Capítulo II – II.2., ver nota 1) ao presente quadro
II.4.5. O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	Volume II – Relatório da Comissão para as Matérias Financeiras
II.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), devem reportar funcionalmente à comissão de auditoria, ao conselho geral e de supervisão.	Adotada	Capítulo II – II.3.
II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Adotada	Capítulo II – II.2. e Relatório do Conselho Geral e de Supervisão constante do Volume II do Relatório e Contas
II.5.2. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Adotada	Capítulo II – II.1.
II.5.3. Não deve ser contratada para apoiar a comissão de remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do conselho de administração, ao próprio conselho de administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adotada	Capítulo II – II.39.
II.5.4. Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Adotada	Capítulo II – II.7.

(continua)

(continuação)

Recomendações da CMVM constantes do Código de Governo das Sociedades em vigor durante o exercício de 2011	Dedaração de adoção	Dedaração de Adoção Remissão para informação no Relatório
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1. DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.1. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal, deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Adotada	Capítulo III – III.16.
III.1.2. A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) estatutos; c) identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) documentos de prestação de contas; f) calendário semestral de eventos societários; g) propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) convocatórias para a realização de assembleia geral.	Adotada	Ver nota 12 ao presente quadro
III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deve ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adotada	Capítulo III – III.18.
III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adotada	Ver Relatório dos Auditores, Vol. II do Relatório e Contas
III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Adotada	Capítulo III – III.17.
IV. CONFLITOS DE INTERESSES		
IV.1. RELAÇÕES COM ACIONISTAS		
IV.1.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adotada	Capítulo III – III.14.
IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Adotada	Capítulo III – III.14.

NOTA GERAL

Na leitura do quadro precedente importa ter presente o facto de o Regulamento I/2010 da CMVM, publicado em 1 de fevereiro de 2010, não ter sofrido qualquer alteração em consequência da publicação do decreto-lei n.º 49/2010, de 19 de maio, que veio alterar, entre outras, as regras relativas às Assembleias Gerais, com especial relevo para as normas respeitantes à informação prévia, ao direito de requerer a inclusão de pontos na ordem do dia, ao direito de apresentar propostas e ao direito de participar na Assembleia Geral e nela votar, que deixou de ser aferido em função da prova de titularidade de ações no dia da Assembleia Geral, para passar a sê-lo em função da prova da qualidade de acionista às 0 horas TMG do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral.

Cumpra ainda salientar que as Recomendações emanadas do Código do Governo das Sociedades, elaborado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, tomam como referência o sistema de governo dito monista desconsiderando, em grande parte, a especificidade do modelo dito dualista, adotado pelo Banco Comercial Português no exercício de 2011 agora em análise. Esta opção implica que muitas das ditas recomendações são, em rigor, inaplicáveis a sociedades que adotem o modelo dualista, constatando-se a existência de lacunas em relação a este último modelo.

Para colmatar tais lacunas, sempre que se afigure possível procurar-se-á, no presente relatório, apontar as práticas que asseguram o cumprimento dos princípios que, estando contidos nas recomendações que se aplicam ao modelo monista, não foram consagradas nas recomendações quando se abordou o modelo dualista.

NOTA 1

Nos Estatutos do Banco não existe qualquer norma com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição. Não existe igualmente qualquer norma com o conteúdo expresso na segunda parte da referida recomendação, nunca tendo a sua inclusão sido solicitada ou proposta quer por acionistas, quer por membros dos órgãos sociais. Nos termos da lei, qualquer acionista ou Grupo de acionistas detentores de 2% ou mais do capital social pode requerer, a todo o momento, que a supressão do limite constante do artigo 26.º dos Estatutos do Banco seja submetida a votação da Assembleia Geral, não existindo na presente data, e tanto quanto é do conhecimento do Banco, acionistas abrangidos pela referida disposição estatutária.

De realçar que na Assembleia Geral que teve lugar no passado dia 28 de fevereiro de 2012, no decurso da qual foi aprovada uma profunda alteração aos Estatutos do Banco, este tema não foi objeto de qualquer intervenção, o que pode ser interpretado como manifestação do facto que os acionistas sufragaram em 2012, o teor da limitação constante no artigo 26.º dos Estatutos do Banco.

NOTA 2

Os Estatutos do Banco exigem maiorias superiores às legalmente fixadas em três circunstâncias:

A primeira, respeita à exigência de um quórum constitutivo de um terço do capital social para que a Assembleia possa reunir em primeira convocação, sendo que a lei apenas exige este quórum para as Assembleias que deliberem sobre alteração do contrato, fusão, cisão, transformação, dissolução da Sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar.

Foi entendimento do Banco e dos Acionistas que aprovaram os estatutos em vigor que, sendo o Banco Comercial Português a sociedade com maior *free float* da Bolsa portuguesa, é importante assegurar que, seja em que circunstância for, e não apenas nos casos identificados na lei, os Acionistas, independentemente da respetiva representatividade, tenham a garantia de que, em primeira convocação, os assuntos que sejam levados à Assembleia Geral só podem ser decididos caso o capital esteja minimamente representado.

Na verdade, numa Sociedade que, no exercício de 2011, viu serem transacionadas em Bolsa 194% das ações representativas do respetivo capital social, a garantia de um mínimo de representatividade dos acionistas é condição essencial para a defesa dos interesses da própria Sociedade, dos seus Clientes, Colaboradores e demais *Stakeholders*.

De igual forma, e atenta a dispersão do capital social do Banco, a exigência, em primeira convocatória, de mais de um terço do capital não é fator impeditivo de que a Assembleia reúna apenas com a presença de acionistas minoritários.

A segunda e terceira relacionam-se com a maioria exigida para a aprovação de operações de fusão, cisão ou transformação do Banco, para o qual a lei exige dois terços dos votos emitidos e os Estatutos do Banco exigem três quartos dos votos emitidos e, bem assim, para a deliberação sobre a dissolução da Sociedade para a qual, nos termos do artigo 55.º dos Estatutos, é exigida maioria correspondente a três quartos do capital realizado.

Também neste caso, e atenta a relevância das matérias em causa, consideram-se válidos os argumentos expendidos no caso anterior, com relevo para o seu último parágrafo.

NOTA 3

Nos Estatutos do Banco não existe qualquer norma que vise impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição. Não existe igualmente qualquer norma com o conteúdo expresso na segunda parte desta recomendação, nunca tendo a sua inclusão sido solicitada ou proposta quer por acionistas, quer por membros dos órgãos sociais. Nos termos da lei, qualquer Acionista ou Grupo de Acionistas detentores de 2% ou mais do capital social pode requerer, a todo o momento, que a supressão do limite constante do artigo 26.º dos Estatutos do Banco seja submetida a votação da Assembleia Geral.

Também neste caso se remete para o último parágrafo da nota 1.

NOTA 4

No modelo de governo societário que nos termos do disposto no art. 278.º n.º 1 c) do Código das Sociedades Comerciais, o Banco Comercial Português teve no exercício de 2011 – modelo dualista – a supervisão da Sociedade e a fiscalização da atividade dos Administradores Executivos é cometida a um órgão autónomo denominado Conselho Geral e de Supervisão, estatutariamente composto por um número de membros superior ao do Conselho de Administração Executivo. No exercício de 2011 este órgão foi composto por 18 membros, sendo constituído na sua maioria por membros independentes. Desta forma, os objetivos visados por esta recomendação são integralmente atingidos, pese embora o texto da mesma recomendação se reportar a um modelo de governo diferente do adotado pela sociedade, durante o exercício de 2011.

NOTA 5

Embora esta recomendação não seja aplicável no modelo de organização societária adotado pelo Banco Comercial Português no exercício de 2011, encontra equivalência no Conselho Geral e de Supervisão, cujos membros são maioritariamente independentes.

NOTA 6

Nos termos da lei e dos Estatutos do Banco, e em razão do modelo de governo dualista por si adotado no exercício de 2011, as matérias identificadas das alíneas i), ii) e iii) são submetidas a apreciação do Conselho Geral e de Supervisão.

NOTA 7

Nas Sociedades que adotam o modelo dualista, a maioria de membros independentes no Conselho Geral e de Supervisão garante a observância desta recomendação.

NOTA 8

As questões que a presente recomendação visa abranger são tratadas no Relatório do Conselho Geral e de Supervisão, publicado em simultâneo com este Relatório.

NOTA 9

O membro e também Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo responsável pelo pelouro financeiro, no exercício de 2011, foi nomeado para o exercício destas funções em 18 de abril de 2011.

NOTA 10

Em virtude do modelo de governo adotado pelo Banco no exercício de 2011, as questões visadas pela recomendação são abrangidas pela recomendação II.3.3.

NOTA 11

A Comissão para as Matérias Financeiras é uma comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão (artigo 43.º, 44.º e 45.º dos Estatutos do Banco), em vigor em 2011.

NOTA 12

A informação a que se reporta a presente recomendação está disponível em língua inglesa na página com o seguinte endereço direto:

<http://www.millenniumbcp.pt/site/conteúdos/en/>

0.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a sociedade pode igualmente fazer uma avaliação global, desde que fundamentada, sobre o grau de adoção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema

As recomendações descritas no quadro anterior e a forma detalhada como os diferentes temas são abordados nos capítulos seguintes estão em consonância com os princípios orientadores da política de governo societário do Grupo, considerando-se o grau de observância das recomendações bastante amplo e completo, designadamente em função da sua efetiva relevância e interesses que visam proteger;

0.4. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas ou que a sociedade entenda não serem aplicáveis, respetiva fundamentação e outras observações relevantes, bem como a indicação clara da parte do Relatório onde a descrição dessa situação pode ser encontrada

A resposta ao pretendido neste ponto consta das explicações dadas em resposta aos três pontos anteriores. Não obstante, a importância da questão justifica uma referência mais ampla.

De facto, a prática vem revelando – não apenas em Portugal – que a fórmula alternativa *comply or explain* não tem logrado afirmar, no terreno, a efetiva equivalência que lhe está subjacente e lhe é aliás indispensável, acabando o cumprimento (ou a mera submissão) por ter mais valorização e reconhecimento do que a explicação legítima alternativa, o que desequilibra também o respetivo *cost of compliance*, tornando muito mais cómodo e simples o cumprimento formal (com ou sem concordância) do que o esforço da explicação, que vem a resultar mais oneroso e menos profícuo.

Esta situação – para que não deixam de contribuir alguns inquéritos, pontuações e *rankings* mais ou menos mecânicos sobre quem mais “cumpre” ou “não cumpre” – perverte profundamente a essência do princípio *comply or explain*, onde o Código de Governo das Sociedades pretende ancorar-se e tende a eliminar a criatividade e flexibilidade de que ele carece, tendendo, primeiro, a cristalizar e rigidificar as normas recomendatórias (independentemente do seu mérito) e, depois, a trivializá-las e privá-las do seu real significado.

Quem queira hoje, pois, concertar um acervo recomendatório no princípio fundamental do *comply or explain* – como é, repete-se, a orientação da citada Diretiva 2006/46/CE e também a predominante na maioria dos códigos do governo das sociedades internacionais – não pode já limitar-se a enunciar o princípio sem procurar contribuir para assegurar que ele preserve o seu significado real.

Cabe, por isso, realçar a importância de uma expressão firme do princípio *comply or explain* em toda a sua plenitude e com um sublinhado muito expressivo de real equivalência de ambos os termos da alternativa.

CAPÍTULO I – ASSEMBLEIA GERAL

O funcionamento da Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A., Sociedade aberta emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, rege-se pelas respetivas normas estatutárias e pelas disposições próprias do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

À Assembleia Geral, órgão máximo da Sociedade que representa a universalidade dos acionistas, compete: eleger e destituir a sua própria Mesa, bem como os Membros dos órgãos de administração e fiscalização, aprovar a alteração do contrato de Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício e propostas de aplicação de resultados, deliberar sobre as matérias que lhe sejam submetidas a pedido dos Órgãos de Administração e Fiscalização e, em geral, deliberar sobre todas as matérias que lhe sejam especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos, ou que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade.

O presidente da mesa dispõe de recursos humanos e logísticos de apoio adequados à preparação e condução da Assembleia Geral, e ao longo de todo o ano, dispôs do apoio da Secretária da Sociedade e respetivos Serviços. Em todo o processo de preparação e realização das duas Assembleias realizadas no exercício contou com uma vasta equipa multidisciplinar integrada por responsáveis e Colaboradores das Direções de Operações, de Informática e Tecnologias, de Banca Direta e Auditoria e ainda do representante para as Relações com o Mercado.

De salientar o facto de ter sido sempre contratada uma firma internacional de Auditoria para certificar os procedimentos de voto e acreditação dos acionistas.

1.1. Identificação dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por:

Presidente: António Manuel da Rocha e Menezes Cordero (Independente), eleito para cumprimento do segundo mandato em 18 de abril de 2011;

Vice-Presidente: Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada (Independente), eleito para cumprimento do segundo mandato em 18 de abril de 2011.

A Mesa é, por inerência de funções, secretariada pela Secretária da Sociedade, Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral.

O Banco mantém, no seu sítio na internet, o registo histórico em português e inglês das informações relevantes relativas às Assembleias Gerais que se realizaram nos últimos cinco exercícios, disponibilizando, nomeadamente: o número total de votos emitidos, a percentagem de capital social representado correspondente ao número total de votos emitidos, o número de ações correspondente ao número total de votos emitidos, a identificação da Sociedade, o nome do Presidente e do Vice-Presidente da Mesa, cópia das convocatórias e ordens de trabalho e as propostas e demais documentos submetidos à votação.

A publicação está disponível no sítio do Banco, na página com o seguinte endereço:
http://www.millenniumbcp.pt/multimedia/archive/00442/Convocat_ria_AGA_BC_44_2895a.pdf

De igual modo e independentemente do número de ações detidas, o Banco remete aos acionistas que tenham participado na Assembleia Geral e o requeiram, as atas das reuniões, facultando o acesso às listas de presenças aos acionistas, que pretenderam verificar o seu próprio registo na mesma.

1.2. Indicação da data de início e termo dos respetivos mandatos

O Presidente e Vice-Presidente da Mesa foram eleitos na Assembleia Geral realizada em 18 de abril de 2011, para o triénio 2011/2013, e estão a cumprir o segundo mandato, contínuo.

1.3. Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia geral

A remuneração anual auferida pelo Presidente da Mesa, no montante de 150.000 euros, foi fixada em 28 de maio de 2007 pelo Conselho de Remunerações e Previdência eleito pela Assembleia Geral, montante que se manteve desde então.

Durante o exercício do mandato e com respeito pelas regras da independência, o Presidente da Mesa, com os seus elevados e reconhecidos conhecimentos técnicos e rigor jurídico, deu apoio aos diferentes Órgãos e Corpos Sociais do Banco em todas as matérias do governo societário e outras sobre as quais foi consultado, tendo sido o principal responsável pela redação da alteração integral dos Estatutos do Banco, aprovados na Assembleia Geral Anual de 2011.

1.4. Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das ações para participação na assembleia geral

Os Estatutos do Banco acolhem as alterações ao Código dos Valores Mobiliários aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, que impôs no ordenamento jurídico português e para as Sociedades emittentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, a regra da "data de registo".

Esta regra determina que a capacidade de participar e votar na Assembleia Geral é aferida em função da prova da qualidade de Acionista às 0 horas TMG do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia. Caso alienem ações no período que medeia entre a "data de registo" e a data de realização da Assembleia e pretendam nela participar, os acionistas estão obrigados a informar a CMVM e o Presidente da Mesa da Assembleia deste facto.

1.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das ações em caso de suspensão da reunião da assembleia geral

São válidos, em relação a este parágrafo, os comentários feitos em relação ao parágrafo antecedente.

1.6. Número de ações a que corresponde um voto

Nos termos dos estatutos do Banco, a cada ação corresponde um voto.

1.7. Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados

No quadro legal aplicável às sociedades comerciais em geral, e às instituições de crédito em particular, não é possível emitir ações sem direito de voto, se estas não tiverem como contrapartida uma natureza preferencial por, nomeadamente, conferirem aos acionistas que forem delas titulares dividendos prioritários mínimos, a pagar à custa dos lucros do exercício distribuíveis.

O Banco Comercial Português nunca emitiu ações preferenciais sem direito de voto, apesar de consagrar tal faculdade no número 2 do artigo 4.º dos seus Estatutos, de acordo com o quadro legislativo constante do Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria.

As ações privilegiadas que reúnem características de ações preferenciais sem (direito de) voto permitem a investidores financeiros abdicar de intervir ativamente na condução dos negócios sociais em contrapartida de uma garantia (mínima) do retorno do seu investimento. Estas ações não podem assim ser livremente cotejadas com as ações ordinárias, que se caracterizam por ter direito de voto, indispensável e necessário ao controlo da Sociedade.

Assim sendo, – com referência a esta categoria de ações (ou tipo de valores mobiliários), o facto de não concederem o direito de voto não afeta a proporcionalidade dos direitos de voto, tanto mais que, nos termos da lei, se o dividendo preferencial que delas é apanágio não for pago durante dois exercícios sociais (consecutivos), estas ações passam a ter direito de voto, reequilibrando o *status soa* e permitindo aos seus titulares participarem ativamente na vida social.

Se porventura fosse interpretada no sentido de abolir a possibilidade de emissão de ações preferenciais sem direito de voto, a recomendação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários colidiria, aliás, com o estabelecido na Secção V do Capítulo II do Código das Sociedades Comerciais, designadamente com o disposto no número 1 do artigo 341.º e ignoraria o conteúdo do artigo 384.º do mesmo Código.

No que respeita ao disposto no artigo 26.º dos Estatutos do Banco Comercial Português – que determina que não sejam contados os votos emitidos por um acionista, isoladamente e em relação com certos acionistas com ele conexcionados, que correspondam a mais de 20% dos votos da totalidade do capital social, trata-se de disposição que visa garantir aos pequenos e médios acionistas uma maior influência em decisões que venham a ser submetidas à Assembleia Geral. A limitação do direito de voto constante dos Estatutos – e que se traduz na adoção de um teto de voto estatutário máximo – visou restringir os direitos dos grandes acionistas, defendendo os interesses dos pequenos e médios acionistas que assim verão o seu voto assumir um peso e representatividade relativa mais significativos.

Esta disposição estatutária é suscetível de ser livremente modificada pelos acionistas, a todo o tempo.

1.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

O Banco, em cumprimento da lei e de acordo com a estrutura da própria Sociedade, consagra nos seus Estatutos de forma clara e objetiva as regras para o exercício do direito de voto.

Os Estatutos do Banco estabelecem no artigo 24.º a exigência de quórum constitutivo de mais de um terço do capital social para que a Assembleia possa validamente deliberar em primeira convocação sobre a generalidade das matérias.

No que concerne ao quórum deliberativo os Estatutos apenas divergem da lei no que respeita às deliberações sobre fusão, cisão e transformação da Sociedade, que carecem de ser aprovadas por três quartos dos votos emitidos e à deliberação sobre dissolução da Sociedade para a qual, nos termos do artigo 55.º (atual artigo 49.º) dos Estatutos, é exigida maioria correspondente a três quartos do capital realizado.

Com exceção do já referido em 1.7., os Estatutos não consagram limitações ao exercício de direitos de voto, nem consagram direitos especiais de voto ou outros.

1.9. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

O Banco assegura o exercício efetivo dos direitos sociais por parte dos seus Acionistas que escolham exercer o seu direito de voto por correspondência.

Para tal, e para cada Assembleia Geral, o Banco divulga ampla e atempadamente a sua realização:

- Remetendo aos Acionistas que constem de lista elaborada com referência a uma data o mais próximo possível da marcada para a Assembleia uma cópia da respetiva convocatória, e-mail, bem como missiva do Presidente da Mesa nas quais se faculta informação extensiva sobre várias formas de participação na Assembleia Geral e votação presencial ou por correspondência;
- Disponibilizando no sítio do Banco, a partir da publicação da convocatória, toda a informação relevante, como seja, a ordem de trabalhos, propostas e documentos a submeter à Assembleia, formulários/e-mails, de pedido de informação sobre titularidade de ações, de intenção de participação na Assembleia, de pedidos de representação, boletins de voto para correspondência postal e com recurso a meios eletrónicos. Esta informação é colocada numa página própria da Assembleia Geral criada no sítio institucional do Banco, na qual, com respeito pelos prazos legais, não só se pode consultar e imprimir toda a documentação que, sendo do conhecimento da sociedade, se destine a ser submetida aos Acionistas, como também nota explicativa da forma como nela se pode participar, indicando os atos que tenham de ser praticados para assegurar a presença na Assembleia e o exercício do direito de voto, nomeadamente por correspondência.

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/governacao/article.jhtml?articleID=677275>.

I.10. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

A metodologia a adotar para exercício do direito de voto por correspondência é publicitada, quer na convocatória da Assembleia Geral, quer no sítio do Banco na Internet, sendo o boletim de voto enviado aos acionistas por e-mail e disponibilizado nas Sucursais do Banco e respetivo sítio na Internet.

Os boletins de voto por correspondência postal e por correspondência com recurso a meios eletrónicos são postos à disposição dos acionistas no sítio do Banco a partir do momento em que a Assembleia Geral é convocada, sendo atualizados tanto em função das propostas recebidas, como de eventual alteração da ordem de trabalhos.

As instruções para o exercício de voto com recurso a este meio são publicadas em simultâneo com a convocatória da Assembleia Geral no sítio do Banco, na página com o seguinte endereço:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/governacao/article.jhtml?articleID=677275>.

I.11. Exigência de prazo que medeia entre a receção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral

O Banco estabeleceu como prazo para a receção da declaração de voto por correspondência as 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao da data marcada para a realização da assembleia Geral, prazo que coincide com o fixado para a receção da restante documentação para a assembleia, respeitando assim as regras que constam do Regulamento da CMVM n.º1/2010 – Governo das Sociedades Cotadas.

I.12. Exercício do direito de voto por meios eletrónicos

Nos termos do artigo 27.º dos Estatutos do Banco, o exercício dos direitos de voto com recurso a meios eletrónicos compreende todas as matérias consignadas na convocatória e fica sujeito à verificação, por parte do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, da existência de meios que garantam segurança e confidencialidade do voto desta forma emitido.

De acordo com o definido pelo Banco, o voto por correspondência com recurso a meios eletrónicos poderá ser exercido pelos acionistas que tenham solicitado atempadamente o respetivo código.

As instruções para o exercício de voto com recurso a este meio são publicadas em simultâneo com a convocatória da Assembleia Geral no sítio do Banco, na página com o seguinte endereço:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/governacao/article.jhtml?articleID=677275>.

I.13. Possibilidade de os acionistas acederem aos extratos das atas das reuniões das Assembleias Gerais no sítio Internet da Sociedade nos cinco dias após a realização da Assembleia Geral

O Banco publicita em prazo inferior aos cinco dias recomendados o quórum constitutivo, a ordem de trabalhos, as propostas e relatórios submetidos à Assembleia, o teor das deliberações tomadas e os resultados das votações, com indicação do número de acionistas presentes em cada votação, número de ações e número de votos que lhe correspondem, sentido de cada um dos votos exercidos e resultado das votações. A referida publicação é feita no sítio do Banco, na página com o seguinte endereço direto:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/governacao/article.jhtml?articleID=546510>.

I.14. Existência de um acervo histórico, no sítio internet da sociedade, as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos três anos antecedentes

O Banco disponibiliza, no seu sítio na Internet, o registo histórico das presenças, ordens de trabalho, deliberações tomadas e percentagem dos votos expressos nas Assembleias Gerais dos últimos cinco anos, bem como de toda a demais informação referida no número anterior.

A referida publicação é feita no sítio do Banco, na página com o seguinte endereço:
<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/>.

I.15. Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas Assembleias Gerais

Quer o Presidente do Conselho de Remunerações e Previdência, quer pelo menos um dos seus Vogais estiveram presentes nas Assembleias Gerais realizadas durante o exercício de 2011.

I.16. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da Sociedade e à avaliação do desempenho dos Membros do Órgão de Administração e outros dirigentes

A Assembleia Geral Anual realizada em 18 de abril de 2011 deliberou, com caráter vinculativo, sobre as políticas de remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Remunerações e Previdência, do Conselho Geral e de Supervisão, do Conselho de Administração Executivo e dos responsáveis funcionais, dirigentes e outros Colaboradores, tendo as respetivas propostas sido aprovadas por 99,94% dos votos expressos, encontrando-se presentes ou representados acionistas detentores de 52,57% do capital social.

As propostas aprovadas estão disponíveis no sítio do Banco na página com o seguinte endereço:
<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/governacao/>.

Durante o exercício de 2011 foram qualificados, como Dirigentes do Banco, o Chefe do Gabinete da Presidência do Conselho de Administração Executivo, o Compliance Officer, o Group Treasure, o Investor Relations, o Risk Officer, a Secretária da Sociedade, bem como os responsáveis pela Auditoria Interna, pela Direção de Planeamento e Controlo Orçamental e pelo Gabinete de Apoio ao Conselho Geral e de Supervisão. A respetiva remuneração não contém qualquer componente variável, sendo a sua atribuição casuística deliberada pelo Conselho de Administração Executivo anualmente, não constituindo um direito adquirido. No exercício a que este relatório reporta não houve lugar a atribuição de qualquer verba a título de remuneração variável aos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código de Valores Mobiliários.

A política de fixação de remuneração destes Dirigentes em nada difere da praticada para todos os restantes Diretores Coordenadores do Banco e do Grupo, que foi aprovada pela Assembleia Geral em 18 de abril de 2011.

É à Assembleia Geral, na sua reunião anual, que compete proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade, com a amplitude prevista na lei, contando para tanto com a recomendação decorrente da avaliação que o Conselho Geral e de Supervisão efetua no respetivo relatório e parecer que são colocados à consulta dos Acionistas juntamente com a demais documentação de prestação de contas.

I.17. Informação sobre a intervenção da assembleia geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à assembleia geral com vista a uma avaliação correta desses planos

Não estão em vigor quaisquer planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações.

I.18. Informação sobre a intervenção da assembleia geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários

O regime de reforma ou invalidez dos membros do órgão de administração consta do artigo 17.º dos Estatutos do Banco e do Regulamento de Reforma dos Membros do Conselho de Administração Executivo, aprovado pelo Conselho de Remunerações e Previdência e pela Assembleia Geral Anual realizada em 18 de abril de 2011.

tendo a este propósito, e relativamente ao exercício de 2011, o Conselho de Remunerações e Previdência tomou a deliberação cujo impacto financeiro, não passível de qualquer alteração, é discriminado no quadro constante do parágrafo II.33.o) deste Relatório.

I.19. Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Nos Estatutos do Banco não existe qualquer norma com o conteúdo expresso na presente recomendação, nunca tendo a sua inclusão sido solicitada ou proposta quer por adonistas, quer por membros dos órgãos sociais.

Nos termos da lei, qualquer acionista ou Grupo de Acionistas detentores de 2% ou mais do capital social pode requerer, a todo o momento, que o limite constante do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos do Banco seja submetido à apreciação da Assembleia, carecendo tal deliberação de ser aprovada em Assembleia Geral por uma maioria de dois terços dos votos emitidos, ou seja, pela maioria legalmente exigida para a alteração de estatutos.

Não obstante, importa recordar que a limitação de votos foi efetivamente submetida à Assembleia Geral em 27 de agosto de 2007, em 18 de abril de 2011 e em 28 de fevereiro de 2012.

I.20. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração

Os Estatutos da Sociedade não preveem medidas com estas características.

I.21. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Não existem acordos com estas características.

I.22. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

A Sociedade não celebrou acordos com estas características.

CAPÍTULO II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O Banco Comercial Português tem desenvolvido um esforço constante para incorporar e harmonizar os critérios de avaliação do Bom Governo Societário – equidade, deveres de cuidado de diligência profissional e transparência, competência técnica, alinhamento interno e deveres de lealdade e responsabilização – em simultâneo com a admissão e reconhecimento das práticas que permitem assegurar os objetivos dos melhores modelos de Governo Societário – separação de funções, especialização da supervisão, controlo financeiro e de gestão, monitorização e controlo de riscos, conflitos de interesse e orientação para a sustentabilidade.

Volidos seis exercícios sobre a adoção do modelo dualista de governação e estabilizadas as alterações estruturais que permitiram adaptar a organização do Banco e do Grupo a este modelo, é entendimento do Conselho de Administração que o mesmo permitiu uma rigorosa separação em órgãos distintos entre a gestão e a supervisão, não tendo sido detetados quaisquer constrangimentos ao respetivo funcionamento.

Contudo, e em matéria de governo societário, nomeadamente o anglo-saxónico, um dos modelos ditos monistas previstos no Código das Sociedades Comerciais, é considerado atualmente mais adequado a um Grupo com a dimensão e o objeto do Grupo BCP, permitindo uma maior proximidade e identidade orgânica, que na atual conjuntura se afigura melhor defender os interesses da sociedade.

SECÇÃO I – TEMAS GERAIS

II.1. Identificação e composição dos Órgãos da Sociedade

Em consonância com o sobredito modelo de governação societária adotado pelo Banco Comercial Português no exercício de 2011, a sua gestão e fiscalização foi estruturada do seguinte modo:

- Conselho de Administração Executivo;
- Conselho Geral e de Supervisão, que integra, entre outras, uma Comissão para as Matérias Financeiras;
- Revisor Oficial de Contas.

A Assembleia Geral entendeu ainda delegar as competências para a fixação da remuneração dos órgãos sociais num Conselho de Remunerações e Previdência.

O Grupo conta igualmente com uma empresa de auditores externos que procede à auditoria das contas individuais e consolidadas do Banco Comercial Português e das várias Sociedades por si dominadas, cuja nomeação foi deliberada em Assembleia Geral por proposta subscrita pelo Conselho Geral e de Supervisão.

A) Conselho de Administração Executivo

Foi ao Conselho de Administração Executivo (CAE) que competiu a administração da Sociedade.

O CAE foi eleito na Assembleia Geral que se realizou em 18 de abril de 2011 para o triénio 2011/2013.

Em 20 de junho de 2011, Paulo Moita Macedo, Vice-Presidente, renunciou ao cargo que vinha exercendo, na sequência da sua designação para o cargo de Ministro da Saúde.

Nos termos dos Estatutos em vigor até 28 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração Executivo era composto estatutariamente por um mínimo de cinco e um máximo de treze membros, eleitos pela Assembleia Geral por um período de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes. O Presidente, ou quem em cada momento o substitua, tem voto de qualidade.

Ao Conselho de Administração Executivo foi garantida uma ampla competência estabelecida na lei e nos Estatutos da Sociedade, a qual abrange, entre outras, as seguintes atribuições:

- Gerir o Banco, praticando todos os atos e operações permitidos em direito e enquadráveis no seu objeto social;
- Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, sempre que o entenda conveniente para a Sociedade;
- Decidir, observadas as prescrições legais e regulamentares, sobre a participação da Sociedade no capital social de sociedades com qualquer objeto social, ou reguladas por leis especiais, ou em agrupamentos complementares de empresas ou qualquer outra forma de associação de empresas;
- Contratar empregados, fixar os seus vencimentos, regalias sociais e outras prestações pecuniárias e exercer o correspondente poder diretivo e disciplinar;
- Elaborar os documentos de prestação de contas;
- Elaborar os documentos previsionais da atividade do Banco e os correspondentes relatórios de execução;
- Mobilizar recursos financeiros e realizar operações de crédito que não sejam vedadas pela lei;
- Constituir mandatários para o exercício de atos determinados;
- Executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral;
- Delinear a organização e os métodos de trabalho do Banco, elaborar regulamentos e determinar as instruções que julgar convenientes;
- Deliberar sobre escalões de decisão com competência para apreciar operações de crédito;
- Representar o Banco em juízo e fora dele, ativa e passivamente;
- Deliberar ou propor fundadamente, por uma ou mais vezes, aumentos de capital, no primeiro caso sempre com respeito pelos limites da autorização da Assembleia Geral e obtido o parecer prévio do Conselho Geral e de Supervisão;
- Cooperar estreitamente com o Conselho Geral e de Supervisão e com os demais órgãos do Banco, à luz das boas práticas de governo societário.

O Conselho de Administração Executivo do Banco era, em 31 de dezembro de 2011, composto pelos seguintes membros:

Presidente:	Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira (63 anos)
Vice-Presidentes:	Vítor Manuel Lopes Fernandes (48 anos) António Manuel Palma Ramalho (51 anos) (designado Vice-Presidente em 6 de setembro de 2011, na sequência da renúncia apresentada por Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo)
Vogais:	Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho (50 anos) Miguel Maya Dias Pinheiro (47 anos) José Jacinto Iglésias Soares (51 anos) Rui Manuel da Silva Teixeira (51 anos)

Todos estes Administradores revelaram competência técnica, conhecimentos e experiência profissional adequados ao exercício das funções que desempenharam e dos pelouros pelos quais foram responsáveis no âmbito da organização interna, como se poderá conduir da análise dos currículos constantes do Anexo I a este relatório. No exercício das funções todos os Administradores atuaram com a diligência de um gestor criterioso e ordenado, observando deveres de lealdade, agindo no interesse da sociedade e tendo em consideração os interesses de longo prazo dos Acionistas e demais *Stakeholders*.

Em cumprimento do disposto nos Estatutos do Banco e no Regimento do Conselho de Administração Executivo, todos os Administradores estão impedidos de exercer funções de qualquer natureza por investidura ou cargo social ou por contrato de trabalho em qualquer outra sociedade comercial na qual o Grupo liderado pelo Banco Comercial Português não tenha interesses, salvo se obtiverem para tanto prévia autorização expressa e fundamentada do Conselho de Geral e de Supervisão.

B) Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão é um órgão de supervisão, competindo-lhe, nos termos legais e estatutários:

- Representar a Sociedade nas suas relações com os Administradores;
- Fiscalizar a atividade do Conselho de Administração Executivo e proporcionar-lhe aconselhamento e assistência;
- Zelar pela observância da lei e dos Estatutos;
- Proceder ao acompanhamento permanente dos sistemas e processo de relato financeiro, gestão de riscos da sociedade e da atividade do Revisor Oficial de Contas e do auditor externo da Sociedade, propondo à Assembleia Geral a sua eleição e designação, respetivamente, pronunciando-se sobre requisitos de independência e demais relacionamentos com a Sociedade, bem como a respetiva exoneração, decisão que, na medida permitida por lei, será vinculativa, devendo os Órgãos da Sociedade proceder em conformidade;
- Avaliar e acompanhar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas, a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a receção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de Colaboradores;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;

- Acompanhar e apreciar questões relativas a governo societário, sustentabilidade, códigos de ética e conduta e sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Elaborar anualmente um relatório sobre a sua atividade.

O Conselho Geral e de Supervisão em exercício de funções no exercício de 2011 era composto por dezoito membros efetivos. Atenta a natureza do modelo de governação societária adotado pelo Banco, todos os membros deste Conselho são não executivos, sendo a maioria qualificada como independente. Com referência aos membros que integravam o Conselho Geral e de Supervisão em 31 de dezembro de 2011, quatro conselheiros não preenchiam os requisitos de independência por estarem relacionados com entidades detentoras de participação superior a 2% do capital social do Banco. Todos os membros cumpriam as regras de incompatibilidade fixadas no n.º 1 do artigo 414.º-A, por remissão do artigo 434.º, número 4 do Código das Sociedades Comerciais e exerciam as respetivas funções com observância dos deveres de zelo, cuidado e lealdade, de acordo com elevados padrões de diligência profissional.

O Conselho Geral e de Supervisão foi eleito na Assembleia Geral de 18 de abril de 2011 e, em 31 de dezembro de 2011, tinha a seguinte composição:

Presidente:	António Vítor Martins Monteiro (68 anos) (Independente)
Vice-Presidentes:	Manuel Domingos Vicente (55 anos) (Não Independente, por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada) ⁽¹⁾ Maria Leonor C. Pizarro Beleza de Mendonça Tavares (63 anos) (Independente)
Vogais:	Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto (76 anos) (Independente) António Henriques Pinho Cardão (68 anos) (Independente) António Luís Guerra Nunes Mexia (54 anos) (Não Independente, por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada) António Manuel Costeira Faustino (54 anos) (Independente) Carlos José da Silva (46 anos) (Não independente, por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada) Daniel Bessa Fernandes Coelho (63 anos) (Independente) João Manuel de Matos Loureiro (52 anos) (Independente) José Guilherme Xavier de Basto (73 anos) (Independente) José Vieira dos Reis (64 anos) (Independente) Josep Oñu Creus (62 anos) (Não Independente por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada) Luís de Mello Champalimaud (60 anos) (Independente) ⁽²⁾ Manuel Alfredo da Cunha José de Mello (63 anos) (Independente) Pansy Catilina Ho Chiu King (49 anos) (Independente) Thomaz de Mello Paes de Vasconcelos (54 anos) (Independente) Vasco Esteves Fraga (62 anos) (Independente)

O mandato do Conselho Geral e de Supervisão teve início em 18 de abril de 2011 e os seus membros foram eleitos para o triénio 2011/2013.

O Relatório do Conselho Geral e de Supervisão e o da Comissão para as Matérias Financeiras, bem como os documentos de prestação de contas, são divulgados no sítio do Banco, na página com o seguinte endereço: <http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/governacaocorporativa/divulgacaodeinformacao/>.

(1) Renunciou as funções no dia 3 de fevereiro de 2012.

(2) Renunciou as funções no dia 3 de fevereiro de 2012.

C) Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos

Revisor Oficial de Contas

No modelo de governo societário, adotado pelo Banco Comercial Português no exercício de 2011, o Revisor Oficial de Contas foi eleito pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão, para um mandato trienal. Compete-lhe proceder ao exame das contas da Sociedade, conforme disposto no artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais, e nomeadamente:

- Verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- Auditar as contas e outros serviços relevantes;
- Elaborar mensalmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora;
- Participar nas reuniões do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão sempre que a sua presença seja tida como relevante, nomeadamente aquando da aprovação das contas da Sociedade.

Os Revisores Oficiais de Contas, efetivo e suplente, eleitos pela Assembleia Geral realizada em 18 de abril de 2011, para exercerem funções no triénio 2011/2013 são:

Efetivo: KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pela sua sócia Ana Cristina Soares Valente Dourado, ROC, n.º 1011;

Suplente: KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por João Albino Cordeiro Augusto, ROC, n.º 632.

À semelhança dos restantes membros dos Órgãos Sociais do Banco, também o Revisor Oficial de Contas tem o dever de se manter em exercício de funções até à Assembleia Geral que proceda à eleição de um novo ROC.

Auditor Externo do Grupo

Nos termos da competência que lhe é cometida pelo artigo 41.º alínea n) dos Estatutos do Banco, o Conselho Geral e de Supervisão, sob proposta elaborada pela Comissão para as Matérias Financeiras conforme disposto no artigo 45 n.º 1 alínea h), do mesmo documento, propôs à Assembleia Geral do Banco, que aprovou, em 18 de abril de 2011, a eleição da KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (SROC n.º 189) como Auditor Externo do Grupo, para o triénio 2011/2013.

D) Conselho de Remunerações e Previdência

O Conselho de Remunerações e Previdência, no qual a Assembleia Geral delegou, para o triénio de 2011/2013, a competência para deliberar sobre a remuneração dos Órgãos Sociais, tinha em 31 de dezembro de 2011 a seguinte composição:

Presidente: José Manuel Rodrigues Berando (68 anos)

Vogais: António Vítor Martins Monteiro (68 anos)
Luís de Mello Champalimaud (60 anos)
Manuel Pinto Barbosa (68 anos)

Os Membros do Conselho de Remunerações e Previdência eram independentes relativamente aos membros do órgão de administração e, com exceção do Presidente, eram igualmente independentes em relação à sociedade, tal como decorre dos respetivos currículos anexos ao presente relatório.

Durante o exercício de 2011, o Conselho de Remunerações e Previdência reuniu seis vezes:

Por solicitação do seu Presidente, o Presidente do Conselho de Administração Executivo participou em algumas das reuniões.

O Conselho de Remunerações e Previdência teve como perito André Luiz Gomes (advogado) e é secretariado pela Secretária da Sociedade.

II.2. Identificação e composição das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade

Com vista a assegurar e contribuir para o bom desempenho das funções de supervisão que lhe estavam cometidas, o Conselho Geral e de Supervisão constituiu, na sua reunião de 18 de maio de 2011, nos termos legais, estatutários, e do seu próprio Regimento, quatro comissões especializadas, tendo a Comissão para as Matérias Financeiras já sido eleita em Assembleia Geral.

Descreve-se em seguida e de forma sumária as funções, competências e composição de cada uma destas comissões.

A) Comissão para as Matérias Financeiras

Esta Comissão encontra-se prevista no n.º 2 do artigo 444.º do Código das Sociedades Comerciais, estando-lhe, em cumprimento da referida norma e do Regimento do Conselho Geral e de Supervisão, cometidas, designadamente, as matérias de fiscalização dos Sistemas de Gestão de Riscos ou de potenciais riscos de caráter financeiro, operacional, legal ou social que possam produzir perdas diretas ou indiretas significativas, a supervisão do sistema de Controlo Interno e da Auditoria Interna, a emissão de pareceres sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, sobre a emissão de ações, obrigações ou outros valores mobiliários ou sobre o Manual de Riscos do Banco, aconselhando o Conselho Geral e de Supervisão sobre o conteúdo dos pareceres que este emita sobre matérias financeiras; a verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como das políticas contabilísticas, dos critérios valorimétricos adotados e do processo de preparação e de divulgação de informação financeira; a recomendação ao Conselho Geral e de Supervisão sobre a seleção do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo, bem como a fiscalização da respetiva atividade e independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais, a supervisão da atividade da Auditoria interna, a receção das comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores ou outros, assegurando o seu acompanhamento pela Auditoria interna ou pelo Provedor do Cliente.

A esta Comissão competiu ainda emitir parecer sobre os contratos de concessão de crédito – sob qualquer forma ou modalidade – que o Banco ou qualquer Sociedade do Grupo celebrem com membros dos seus corpos sociais ou com detentores de participações qualificadas, bem como com entidades que, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, estejam com qualquer um destes relacionados.

A Comissão para as Matérias Financeiras é destinatária dos Relatórios da Direção de Auditoria Interna e do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos. Reúne regularmente com o Administrador responsável pela Área Financeira, o Risk Officer, o Compliance Officer e o Responsável pela Auditoria Interna e tem capacidade para convocar qualquer Diretor Coordenador que entenda ouvir. A Comissão para as Matérias Financeiras seleciona o Revisor Oficial de Contas e o Auditor Externo, cuja eleição e contratação são propostas à Assembleia Geral, pelo Conselho Geral e de Supervisão, aprovando ainda as remunerações e condições para o adequado exercício de funções por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Auditores Externos.

No exercício de 2011, a Comissão para as Matérias Financeiras teve a seguinte composição:

Presidente:	João Manuel de Matos Loureiro (Independente)
Vogais:	José Guilherme Xavier de Basto (Independente)
	José Vieira dos Reis (Independente)
	Thomaz de Melo Paes de Vasconcelos (Independente)

Todos os membros desta Comissão eram à luz dos critérios legais e estatutários, qualificados como independentes, possuindo as competências e experiência profissional adequadas ao exercício das respetivas funções, tal como decorre dos currículos anexos ao presente relatório.

Esta Comissão teve o apoio logístico e técnico do Gabinete de Apoio ao Conselho Geral e de Supervisão, sendo secretariada pelo respetivo responsável.

Durante o exercício de 2011, a Comissão para as Matérias Financeiras reuniu dezassets vezes.

B) Comissão de Governo Societário

Competiu a esta Comissão a avaliação e acompanhamento permanentes das matérias relativas ao governo societário, designadamente coordenar os trabalhos de reflexão sobre o modelo de governo do Banco, de forma a recomendar as soluções que melhor se adaptaram às necessidades da gestão, cultura e estratégia da Sociedade.

A Comissão de Governo Societário teve a seguinte composição no exercício de 2011:

Presidente:	António Vítor Martins Monteiro (Independente)
Vogais:	Carlos José da Silva (Não Independente, por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada) António Luís Guerra Nunes Mexia (Não Independente, por estar vinculado a entidade detentora de participação qualificada) António Manuel Costeira Faustino (Independente)

Esta Comissão teve como perito João Soares da Silva (advogado) e foi secretariada pela Secretária da Sociedade.

Durante o exercício de 2011, a Comissão de Governo Societário reuniu quatro vezes.

C) Comissão de Nomeações

Competiu a esta Comissão coadjuvar e aconselhar o Conselho Geral e de Supervisão na formulação de parecer sobre o voto anual de confiança nos membros do Órgão de Administração.

De igual forma, coadjuvou o Conselho Geral e de Supervisão, emitindo parecer sobre a nomeação de Diretores Coordenadores (com reporte direto à administração), de pessoas designadas para o desempenho de funções de gestão ou fiscalização em empresas participadas, sejam ou não controladas, e a emissão de acordo prévio necessário a que os Administradores aceitem funções em cargos sociais de entidades externas ao Grupo.

A Comissão de Nomeações teve a seguinte composição no exercício de 2011:

Presidente:	Manuel Alfredo da Cunha José de Mello (Independente)
Vogais:	António Henriques Pinho Cardão (Independente) Vasco Esteves Fraga (Independente)

Durante o exercício de 2011, a Comissão de Nomeações reuniu seis vezes.

Esta Comissão foi secretariada pela Secretária da Sociedade.

D) Comissão de Avaliação de Riscos

Competiu a esta Comissão aconselhar o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho de Administração Executivo em matérias relacionadas com a definição da estratégia do risco, da gestão de capital e liquidez e da gestão de riscos de mercado, cuja execução monitoriza

A Comissão de Avaliação de Riscos teve a seguinte composição no exercício de 2011:

Presidente:	Daniel Bessa Fernandes Coelho (Independente)
Vogais:	Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto (Independente) Manuel Alfredo da Cunha José de Mello (Independente)

Durante o exercício de 2011, a Comissão de Avaliação de Riscos reuniu uma vez.

Esta Comissão foi secretariada pelo Responsável pelo Gabinete de Apoio ao Conselho Geral e de Supervisão.

E) Comissão de Ética e de Deontologia

Competiu a esta Comissão a avaliação da função de *compliance* e, concomitantemente a esta função, a apreciação do cumprimento dos princípios éticos e deontológicos expressos nos diversos regulamentos internos.

A Comissão de Ética e de Deontologia teve a seguinte composição no exercício de 2011:

Presidente: Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto (Independente)

Vogais: António Henriques Pinho Cardão (Independente)
Vasco Esteves Fraga (Independente)

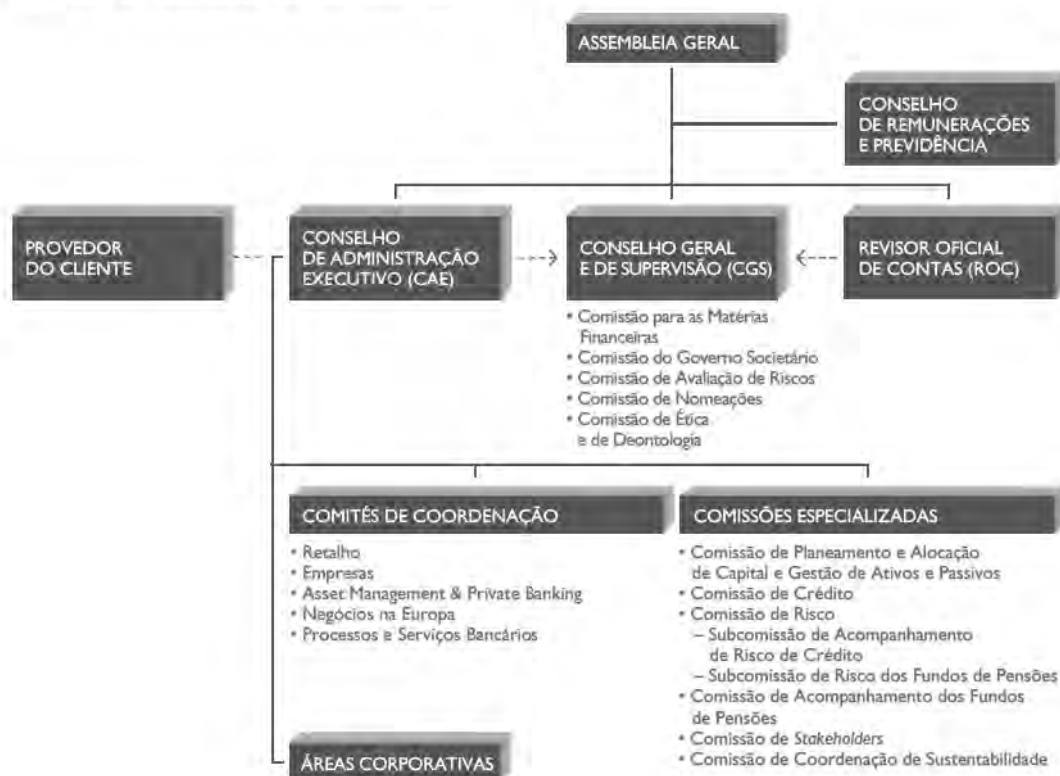
Durante o exercício de 2011, a Comissão de Ética e de Deontologia reuniu duas vezes.

Esta Comissão foi secretariada pela Secretária da Sociedade.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efetivamente delegadas

O esquema seguinte representa a estrutura de Modelo de Governo Corporativo do Millennium bcp no exercício de 2011:

MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



Tendo em conta que em pontos precedentes já foram exaustivamente abordadas as competências da Assembleia Geral, do Conselho Geral e de Supervisão e das suas comissões especializadas, bem como do Conselho de Remunerações e Previdência, neste número descreve-se apenas o âmbito de atuação do Provedor do Cliente, a distribuição de pelouros do Conselho de Administração Executivo e as principais estruturas que a ele reportam.

O PROVEDOR DO CLIENTE

O Provedor do Cliente Millennium bcp assegura aos Clientes do Banco um serviço independente relativamente às estruturas governativas e hierárquicas da instituição de forma a garantir a imparcialidade na análise e a resolução das reclamações por aqueles apresentadas, relacionadas com os serviços bancários e financeiros prestados pelo Millennium bcp. Atua em conformidade com um Regimento próprio, baseando a sua conduta nas normas jurídicas imperativas aplicáveis, no Código Deontológico do Banco e nos restantes procedimentos internos vinculativos, podendo adotar juízos de equidade com vista à obtenção das soluções mais adequadas.

O cargo de Provedor do Cliente é desempenhado por Francisco José Anjos Salama Garção, com reconhecida competência e larga experiência na atividade bancária, sem vínculo laboral ao Banco Comercial Português, S.A. ou a Sociedade ou instituição por este controlada. O Provedor do Cliente dispõe de gabinete e estruturas de funcionamento próprias, com quatro Colaboradores em exclusividade.

O currículo profissional do Provedor do Cliente é divulgado no sítio do Banco, na página com o seguinte endereço:
<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/provedor/>.

No ano de 2011, a Provedoria do Cliente recebeu 1.542 comunicações de Clientes, das quais 81 foram atuadas como recurso, 1.099 registadas como reclamação e 362 como solicitação.

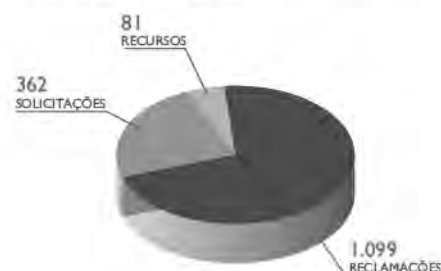
Dos 81 recursos interpostos e apreciados, 80 foram concluídos, situando-se a média de resposta em 15 dias úteis (equivalente a 22 dias de prazo corrido), representando uma taxa de conclusão atempada de 99%, sendo a percentagem de deferimento de 24% (19 dossiês). Foram formuladas duas recomendações dirigidas à Comissão Executiva do Millennium bcp Ageas Grupo Segurador, que obtiveram a concordância daquele órgão.

Relativamente às 1.099 reclamações, assegurou-se com a colaboração do Centro de Atenção ao Cliente o tratamento daquelas, das quais 1.037 foram concluídas em 2011, tendo-se o tempo médio de resposta situado em 14 dias úteis (equivalente a 20 dias de prazo corrido), cuja taxa de conclusão atempada representou 94% e a decisão favorável aos reclamantes representou 53% (552 dossiês).

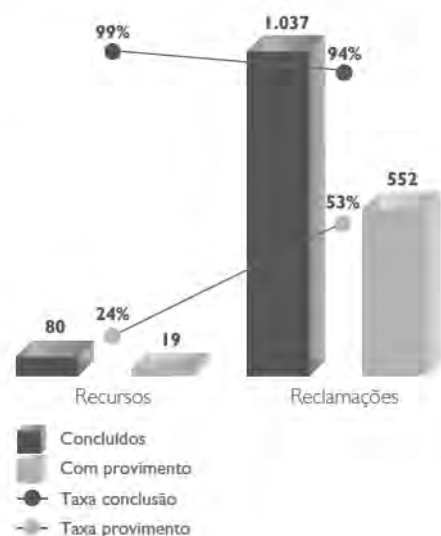
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Sendo este um Órgão Executivo, não existe delegação de competências em sentido próprio, mas uma clara distribuição de pelouros pelos diferentes Administradores, os quais foram, durante o exercício de 2011, coadjuvados por vários Comitês, Comissões e Direções.

INTERPELAÇÕES DIRIGIDAS AO PROVEDOR DO CLIENTE



CONCLUSÃO E APRECIAÇÃO DOS DOSSIÊS



A distribuição de pelouros entre os Membros do Conselho de Administração Executivo à data de 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Áreas de Responsabilidade e Administradores Alternantes

CARLOS SANTOS FERREIRA (CSF)		VITOR FERNANDES (VF)		ANTÓNIO RAMALHO (AR)	
Gabinete da Presidência	(VF)	Dir. Informática e Tecnologia	(AR)	Dir. Tesouraria e Mercados	
Secretário da Sociedade	(VF)	Dir. Operações	(AR)	ALM	(VF)
Fundação Millennium	(VF)	Dir. Suporte à Gestão de Pessoas (*)		Dir. Internacional (**)	(VF)
Dir. Auditoria		Dir. Crédito Especializado	(AR)	Dir. Valorimetria	(VF)
Millennium Angola		Dir. Crédito	(AR)	Dir. Planeamento	
Dir. Suporte à Gestão de Pessoas		Dir. Marketing	(RMT)	e Controlo Orçamental	(VF)
ActivoBank	(VF)	Dir. Informação de Gestão	(AR)	Dir. Contabilidade e Consolidação	(VF)
Dir. Comunicação		Risk Office	(AR)	Dir. Relação com Investidores	(VF)
		Dir. Rating	(AR)	Gabinete de Estudos	(VF)
		Seguros	(AR)	Dir. Negócio Imobiliário	(VF)
				Dir. Assessoria Fiscal	(VF)
				Dir. Comunicação (*)	
LUÍS PEREIRA COUTINHO (LPC)		MIGUEL MAYA (MM)		RUI MANUEL TEIXEIRA (RMT)	
Private Banking	(IS)	Banca de Empresas	(RMT)	Dir. Banca Retalho	(MM)
Banque Privée BCP (Suíça)	(IS)	Dir. Corporate I	(RMT)	Dir. Apoio à Rede	(MM)
Bank Millennium (Polónia)	(VF)	Dir. Corporate II	(RMT)	Dir. Regionais da Madeira	
Bank Millennium (Grécia)	(VF)	Banca de Investimento	(RMT)	e dos Açores	(MM)
Banca Millennium (Roménia)	(VF)	Millennium bim	(CSF)	Dir. Banca Direta	(MM)
Banque BCP (França)	(IS)	Millennium Angola (*)		Dir. Cartões	(MM)
Asset Management	(IS)	Dir. Recuperação		Dir. Recuperação	
Desk Oriente	(IS)	Créd. Especializado	(RMT)	Créd. Standardizado	(MM)
		Dir. Contencioso	(RMT)		
IGLÉSIAS SOARES (IS)					
Dir. Auditoria (*)	(LPC)				
Dir. Jurídica	(LPC)				
Secretaria Geral	(LPC)				
Dir. Qualidade	(LPC)				
Dir. Microcrédito	(LPC)				
Gab. Participações Financeiras	(LPC)				
Gab. Prevenção e Segurança	(LPC)				
Dir. Administrativa e Patrimonial	(LPC)				
Compliance Office	(LPC)				

() Administrador Alternante;
(*) Responsável Direto;
(**) Inclui Escritório Representação no Brasil

SECRETÁRIA DA SOCIEDADE

A Secretária da Sociedade e o Secretário Suplente são nomeados pelo Conselho de Administração Executivo, cessando funções com o termo do mandato do Conselho que os tenha eleito, e ambos foram reconduzidos pelo Conselho de Administração atualmente em funções. São licenciados em Direito, tendo reconhecida experiência para o desempenho do cargo.

A Secretária da Sociedade tem por função apoiar os Órgãos Sociais do Banco e respetivas Comissões, nas vertentes jurídica, administrativa e logística, assegurando o seu eficaz funcionamento. Presta assessoria jurídica ao Banco e às Sociedades do Grupo, em matéria corporativa e de Corporate Governance, competindo-lhe promover o processo registral dos respetivos atos, quer junto das Autoridades de Supervisão, quer junto das Conservatórias de Registo Comercial.

É responsável pela promoção e preparação da Assembleia Geral de Acionistas do Banco e das Sociedades do Grupo, pela resposta a solicitações formuladas por acionistas e pela elaboração do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Presta ainda o seu contributo e colabora com todas as áreas do Banco, quer executando quer validando atos ou documentos. Assegura a divulgação das comunicações institucionais internas.

Secretária da Sociedade: Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral

Secretário da Sociedade Suplente: António Augusto Amaral de Medeiros

COMITÉS, COMISSÕES E ÁREAS CORPORATIVAS

No que respeita à organização interna e à estrutura de decisão, e no exercício de 2011, salienta-se a existência de Comités e Comissões de nomeação direta pelo Conselho de Administração Executivo, os quais, para além dos Administradores a quem tenha sido cometido o especial acompanhamento das matérias do respetivo âmbito de atuação, integraram ainda os Colaboradores do Banco ou do Grupo primeiros responsáveis pelas áreas relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2011, existiam cinco Comités de Coordenação, cujo objetivo era facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a Direção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio com vista a alinhar perspetivas e apoiar a tomada de decisões de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo.

Comité de Retalho

O Comité de Retalho composto por dez membros efetivos e três não efetivos que participaram nas reuniões apenas quando o tema em debate o justificou. Para além dos Administradores com os Pelouros relacionados, Vítor Fernandes, Miguel Maya e Rui Manuel Teixeira, integraram este Comité como membros efetivos os responsáveis pela Direção da Banca de Retalho, Direção Banca Direta, Direção de Marketing, que secretariou este Comité, Direção de Cartões, Direção de Apoio à Rede, Direção de Comunicação, Direção de Informação de Gestão e, como membros não efetivos, os responsáveis pelas áreas Direção de Negócio Imobiliário, a Direção de Private Banking e a Direção de Suporte à Gestão de Pessoas.

Este Comité teve como missão principal o acompanhamento e gestão dos Clientes do Retalho, com o objetivo de analisar a atividade do Banco neste domínio e de encontrar as melhores soluções de crescimento e fidelização nos vários segmentos.

Estiveram-lhe cometidas funções de acompanhamento da atividade e resultados relacionados com Clientes Particulares e Negócios e de análise do cumprimento dos objetivos, a definição das prioridades da ação comercial, a aprovação dos produtos e serviços para Clientes do Retalho, a análise do contexto de negócio e proposta de ações de natureza comercial de forma a responder a esta vertente, a análise dos principais indicadores de risco associados ao negócio de Particulares e Negócios, bem como a análise dos modelos de articulação do negócio de Particulares relativamente à sua migração na proposta de valor e nas redes do Banco.

Comité de Empresas

O Comité de Empresas composto por doze membros efetivos e um não efetivo que participaram nas reuniões apenas quando o tema em debate o justificou. Para além dos Administradores com os pelouros relacionados, Vítor Fernandes, Miguel Maya e Rui Manuel Teixeira, integravam este Comité como membros efetivos os responsáveis pela Direção de Banca de Empresas, Direção de Corporate I, Direção de Corporate II, Direção de Banca de Investimento, Direção de Crédito Especializado, Direção de Negócio Imobiliário Direção de Marketing, que secretariou este Comité, Direção de Informação de Gestão e Direção de Recuperação Especializada e como membro não efetivo o responsável pela Direção de Suporte à Gestão de Pessoas.

Este Comité assegurou a análise, preparação e planeamento do acompanhamento e desenvolvimento do negócio do Banco nos segmentos de pequenas e médias empresas (PME), Corporate e Banca de Investimento.

Estiveram-lhe cometidas funções de acompanhamento da atividade relacionada com Clientes Empresas, Corporate e de análise do cumprimento dos objetivos de definição das prioridades da ação comercial, de aprovação dos produtos e serviços a lançar, análise do contexto de negócio e proposta de ações de natureza comercial de forma a responder a esta vertente, análise dos principais indicadores de risco associados ao negócio, bem como de análise dos modelos de articulação do negócio relativamente à sua migração na proposta de valor e à interligação das redes do Banco.

Comité de Asset Management e Private Banking

O Comité de Asset Management e Private Banking composto por dez membros efetivos e um não efetivo que participa nas reuniões apenas quando o tema em debate o justificou. Para além dos Administradores com os pelouros relacionados, António Ramalho, Luís Pereira Coutinho e Rui Manuel Teixeira, integraram este Comité como membros efetivos os responsáveis pela Millennium bcp Gestão de Ativos, Direção de Tesouraria e Mercados, Research de Mercados, Direção de Marketing, Direção de Private Banking, o Banque Privée BCP (Suíça), a WMU-Wealth Management Unit, que secretariou este Comité, e como membro não efetivo um responsável pela área de seguros.

Este Comité assegurou a discussão e preparação dos processos de investimento, políticas de investimento, *benchmarks* e *guidelines* de produtos de investimento geridos e ou distribuídos pelo Banco. Teve ainda por missão a definição *high level* de cenários de evolução de mercados por área geográfica relevante.

Comité de Negócios na Europa

Composto por cinco membros efetivos, integrou, para além dos Administradores com os Pelouros relacionados, Vítor Fernandes e Luís Pereira Coutinho, os primeiros responsáveis pelos Bancos do Grupo na Polónia, Grécia e Roménia.

O Comité assegurou o acompanhamento da atividade das operações que o Grupo tem em território Europeu.

Estiveram-lhe cometidas funções de análise da evolução das atividades nas diversas operações europeias, bem como o estudo das melhores soluções de controlo de custos, de aumento da eficiência e de racionalização da atividade dos vários Bancos, de acompanhamento do modelo de Gestão de Processos e da estrutura de governo das várias operações e definição das principais políticas de atuação e linhas orientadoras.

Comité de Processos e Serviços Bancários

O Comité de Processos e Serviços Bancários composto por nove membros efetivos. Para além de dois Administradores com os Pelouros relacionados, Vítor Fernandes e Iglésias Soares, integram este Comité os primeiros responsáveis pela Direção de Informática e Tecnologia, Direção de Operações, Direção Administrativa e Patrimonial, Direção de Qualidade, Gabinete de Prevenção e Segurança, Direção de Suporte à Gestão de Pessoas e Direção de Planeamento e Controlo Orçamental.

Estiveram-lhe cometidas funções de acompanhamento da atividade no domínio das grandes áreas de apoio aos serviços de *front end* do Banco, de procura de mecanismos e processos de incremento da eficiência, de redução dos custos e de melhoria dos processos de negócio e de acompanhamento de estrutura de gestão e de processos implementados no Banco, de análise da evolução das atividades das áreas que integravam o Comité, de estudo das melhores soluções de controlo de custos, de aumento da eficiência e de racionalização da atividade do Banco, de acompanhamento do modelo de Gestão de Processos, da criação de novos processos, de definição e dinamização das funções e competências dos *process owners*, de aprovação de propostas de inovação na gestão dos recursos do Banco e na otimização da utilização dos mesmos, definição das políticas de acompanhamento, de aprovisionamento, de controlo e de contratação de serviços externos de terceiros a utilizar pelo Banco e definição das métricas de análise e evolução das variáveis controláveis pelas áreas do Comité, de forma a medir em permanência os níveis de eficiência e produtividade dos recursos.

COMISSÕES

Existiram seis Comissões no exercício de 2011, todas reconduzidas pelo atual Conselho de Administração, que emanam do Conselho de Administração Executivo e que têm essencialmente atribuições de âmbito global e transversal, competindo-lhes proceder ao estudo e avaliação, para cada área de intervenção, das políticas e princípios que devem orientar a atuação do Banco e do Grupo.

Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e Passivos (CALCO)

Esta Comissão tem como principais competências a monitorização e gestão dos riscos de mercado associados à estrutura de ativos e passivos, o planeamento e alocação de capital e a definição das políticas adequadas de gestão dos riscos de liquidez e de mercado, para o conjunto do Grupo. Integram esta Comissão cinco membros do Conselho de Administração Executivo, incluindo um Vice-Presidente, e ainda os primeiros responsáveis pela Direção de Tesouraria e Mercados, pela Direção de Informação de Gestão, pela Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, pelo Gabinete de Estudos, pela Direção de Participações Financeiras, pela Direção de Assets and Liabilities Management, que secretaria a Comissão, pela Direção de Corporate, pela Direção de Marketing, pelo Risk Officer e pelo Chief Economist.

Comissão de Crédito

Esta Comissão, com composição e competências previstas no Regulamento de Concessão, Acompanhamento e Recuperação de Crédito, delibera sobre concessão de crédito a clientes (integrados ou não em grupos económicos), sempre que esteja em causa um aumento de exposição superior a 20 milhões de euros, ou, nas situações em que a exposição do Banco é superior a 50 milhões de euros, nas operações pontuais superiores a 10 milhões de euros e nas propostas de renovação ou de revisão de linhas e limites de crédito que se enquadrem nos valores precedentes.

A Comissão de Crédito é composta por um mínimo de três membros do Conselho de Administração Executivo, pelos primeiros responsáveis pela Direção de Crédito, pela Direção de Recuperação de Crédito Especializado e pela Direção de Recuperação Standardizada, pela Direção Jurídica, pela Direção de Contencioso, pela Direção de Rating e pelo Risk Officer do Grupo. Esta Comissão integra ainda, em razão das operações específicas a avaliar e/ou da natureza das mesmas, os Diretores Coordenadores das Áreas Comerciais, da Direção da Banca de Investimento, da Direção de Crédito Especializado e da Direção do Negócio Imobiliário, o Primeiro responsável da Direção de Corporate, os Diretores de Crédito de Nível 3 e o Compliance Officer.

Comissão de Risco

Esta Comissão tem como função acompanhar os níveis globais de risco (riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional), assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade do Grupo.

Integram esta Comissão todos os membros do Conselho de Administração Executivo, o Risk Officer, o Compliance Officer e os primeiros responsáveis pela Direção de Auditoria, pela Direção de Tesouraria e Mercados, pela Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, pela Direção de Rating, pelo Gabinete de Estudos, pela Direção de Assets and Liabilities Management, pela Direção de Crédito e pela Direção de Participações Financeiras.

No âmbito da Comissão de Risco funcionam ainda duas Subcomissões, a Subcomissão de Risco dos Fundos de Pensões e a Subcomissão de Acompanhamento do Risco de Crédito.

A Subcomissão de Risco dos Fundos de Pensões é responsável pela monitorização da *performance* e do risco dos Fundos de Pensões do Grupo, competindo-lhe igualmente definir as estratégias de cobertura e das políticas de investimento adequadas.

Integram esta subcomissão dois Vice-Presidentes do Conselho de Administração Executivo e ainda um representante da F&C, o Diretor Geral da Pensõesger e os primeiros responsáveis pela Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, pela Direção de Assets and Liabilities Management, pela Direção de Suporte à Gestão de Pessoas e o Risk Officer, que secretaria esta subcomissão.

A Subcomissão de Acompanhamento do Risco de Crédito é responsável por acompanhar a evolução da exposição do crédito e do processo de contratação, bem como da qualidade da carteira e dos principais indicadores de *performance* e risco, assim como o risco de contraparte e o risco de concentração das maiores exposições e ainda a evolução da imparidade e dos principais casos de análise individual. Elabora a análise da *performance* dos processos de recuperação e supervisiona o desinvestimento da carteira de imóveis. Apresenta propostas para a definição das políticas e normativos de concessão de crédito, dos modelos de PD e LGD e dos modelos subjacentes ao cálculo da imparidade e ainda dos processos automáticos de decisão e de recuperação de crédito.

Integram esta Subcomissão Vítor Fernandes e António Ramalho, Vice-Presidentes do Conselho de Administração Executivo, e Miguel Maya e Rui Manuel Teixeira, vogais do Conselho de Administração Executivo. São ainda membros da mesma o Risk Officer, que a secretaria, os primeiros responsáveis pela Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, pela Direção de Crédito, pela Direção de Rating, pela Direção de Recuperação de Crédito Especializado, pela Direção de Crédito Standardizado pela Direção de Corporate, pela Direção de Negócio Imobiliário e pela Direção de Marketing.

Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões

Esta Comissão tem por missão o acompanhamento da gestão dos Fundos de Pensões. Elabora pareceres sobre propostas de alterações dos respetivos contratos constitutivos e foi constituída nos termos do art. 53.º do Decreto-lei 12/2006, de 20 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-lei 180/2007, de 9 de maio.

Integram esta Comissão dois membros do Conselho de Administração Executivo, sendo um deles o Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, Vítor Fernandes, o Risk Officer, os primeiros responsáveis pela Direção de Suporte à Gestão de Pessoas, que também secretaria esta Comissão e pela Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, um representante da Pensõesger (Sociedade Gestora do Fundo de Pensões). O Banco convidou a Comissão de Trabalhadores a fazer-se representar nesta Comissão, cedendo para isso um dos lugares a que tinha direito. Esta Comissão integra ainda três representantes dos Sindicatos do setor Bancário.

Comissão de Sustentabilidade

Esta Comissão é responsável por submeter para decisão propostas sobre temas relacionados com o plano de ações que materializa a política de sustentabilidade, competindo-lhe ainda monitorizar e reportar o grau de concretização das iniciativas aprovadas e orientar a elaboração dos reportes e de outros suportes comunicacionais neste âmbito.

Integram esta Comissão António Ramalho e Iglésias Soares, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração Executivo, respetivamente, e os primeiros responsáveis pela Direção de Comunicação, pela Direção de Qualidade, pela Direção Administrativa e Patrimonial, pela Direção de Marketing, pela Direção de Suporte à Gestão de Pessoas, pelo Gabinete de Estudos, que a secretaria, e um representante da Fundação Millennium bcp.

Comissão de Stakeholders

Esta Comissão é o órgão de relacionamento com os *Stakeholders* e funciona simultaneamente como canal privilegiado de disseminação de informação interna e fórum de debate e aconselhamento estratégico ao Conselho de Administração Executivo.

Alguns dos seus membros são individualidades de prestígio e de reconhecido mérito público sem vínculo ao Banco, sendo convidados de entre os principais *Stakeholders*, nomeadamente acionistas, colaboradores, clientes e sociedade civil.

Integram esta Comissão o Presidente, Carlos Santos Ferreira, e o Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, António Ramalho, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco, o Provedor do Cliente do Millennium bcp, um representante da Comissão de Trabalhadores, Luís Arezes, um representante da Fundação Millennium bcp, Luís Mota Freitas, um representante dos Clientes, a DECO, representada por Jorge Morgado, os Fornecedores representados pela IBM (sendo esta representada por José Joaquim Oliveira), Patrick Wing Ming Huen, Vice-Presidente do ICBC-Industrial and Commercial Bank of China, Macau, e, em representação das Universidades, Luís Campos e Cunha. A Comissão é secretariada pelo Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo.

ÁREAS DE NEGÓCIO E UNIDADES DE SUPORTE

O mapa seguinte espelha mesmo no modelo de governo atualmente em vigor a organização do Banco no que respeita à atividade comercial e de suporte.

NEGÓCIOS EM PORTUGAL



NEGÓCIOS NO EXTERIOR



(*) A Direção de Marketing secretaria os dois comités.

(**) Operações consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

(***) Acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico, S.A. para a constituição/aquisição de um banco no Brasil, visando a exploração de oportunidades no mercado brasileiro. Nota: o Modelo de Organização Interna está estruturado segundo o critério de segmentação geográfica (Negócios em Portugal vs. Negócios no Exterior).

De entre as áreas corporativas, considera-se, em razão das respetivas funções, que se justifica dar neste relatório um tratamento mais detalhado às Direções de Compliance, de Auditoria e ao Risk Office.

Compliance Office

O Compliance Office tem como missão assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os Colaboradores do Grupo Banco Comercial Português cumprem a legislação, regras e normativos (internos e externos) que pautam a atividade do Banco e das suas associadas. No desempenho das suas funções, relacionou-se com o Conselho de Administração Executivo, do qual dependia, e ainda com a Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, a quem reportou diretamente. Atualmente, reporta hierarquicamente à Comissão Executiva e, nas matérias por esta definidas, à Comissão de Auditoria.

O Compliance Office, na prossecução do objetivo de cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com Clientes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações das autoridades de supervisão bancária e financeira, exerce as suas funções de forma independente, permanente e efetiva.

No exercício da função, incumbe-lhe a responsabilidade pelo acompanhamento e avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adotados para deteção de qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, pela prestação de aconselhamento aos órgãos de administração e de gestão, bem como a prestação a estes órgãos de informação sobre indícios de violação de obrigações legais, de regras de conduta e de relacionamento com Clientes que possam fazer a Instituição incorrer em ilícito de natureza contraordenacional ou criminal. É também responsável pelo acompanhamento e avaliação dos procedimentos de controlo interno e pela elaboração e apresentação aos órgãos de administração e fiscalização de relatório, de periodicidade mínima anual, identificando os incumprimentos verificados e as medidas adotadas para os corrigir.

O Compliance Office promove ainda o desenvolvimento e implementação de uma cultura de *compliance*, intervindo e participando ativamente na elaboração das políticas do Grupo, como a política de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento ao terrorismo, a política de aceitação de clientes e a política de conflitos de interesses, participando também e de forma ativa na política de formação de colaboradores, através da criação de ações de formação de *compliance* para todo o universo do Grupo, da manutenção de um elevado conhecimento dos temas associados ao *compliance* e do desenvolvimento de uma cultura de controlo interno no seio do Grupo, entre outras.

As políticas, princípios e procedimentos do Compliance Office estendem-se a todas as operações internacionais do Grupo, através da atuação dos Compliance Officers locais cuja articulação funcional permite o alinhamento de estratégias e o controlo e coordenação do plano de ação de *compliance*.

Head of Group Compliance: Carlos António Torroaes Albuquerque, no exercício de 2011.

Atualmente, a função é desempenhada por António Pedro Nunes de Oliveira.

Direção de Auditoria

A Direção de Auditoria é o órgão responsável pela função de Auditoria Interna do Banco Comercial Português. Desempenha a sua missão mediante a adoção dos princípios de auditoria interna reconhecidos e aceites a nível internacional, emitindo recomendações baseadas nos resultados das avaliações efetuadas, que deverão acrescentar valor à organização e melhorar o controlo e a qualidade das suas operações, contribuindo para a realização dos seus interesses estratégicos e assegurando que:

- Os riscos são devidamente identificados e geridos e os controlos implementados são corretos e proporcionais aos riscos;
- O sistema de avaliação do capital do Banco é adequado relativamente ao seu grau de exposição ao risco;
- Os vários órgãos de governação interagem de modo adequado, eficaz e eficiente;
- As operações são registadas corretamente e a informação operacional, financeira e de gestão é rigorosa, fiável e atempada;

- A salvaguarda e a segurança dos interesses e bens patrimoniais do Banco e do Grupo ou que lhes foram confiados estão devidamente acauteladas;
- Os colaboradores desempenham as suas funções em conformidade com as políticas, códigos de conduta, normas e procedimentos internos e com a legislação e demais regulamentação aplicável;
- Os recursos são adquiridos economicamente, usados eficientemente e protegidos adequadamente;
- Os programas, planos e objetivos definidos pela gestão são cumpridos;
- As matérias legais e regulatórias com impacto na organização são reconhecidas, claramente entendidas e devidamente abordadas.

A missão da Direção de Auditoria inclui ainda o desenvolvimento de atividades de prevenção, deteção e controlo de fraudes.

A atividade da Direção de Auditoria contribui para a prossecução dos objetivos definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 para o sistema de controlo interno das instituições abrangidas pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, assegurando a existência de:

- Um adequado ambiente de controlo;
- Um sólido sistema de gestão de riscos;
- Um eficiente sistema de informação e comunicação;
- Um efetivo processo de monitorização.

No desempenho das suas funções, a Direção de Auditoria relaciona-se com o Conselho de Administração Executivo, do qual depende, e ainda com a Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, a quem reporta diretamente.

Primeiro responsável: António Pedro Nunes de Oliveira, no exercício de 2011.

Atualmente, a função é desempenhada por Mário António Pinho Gaspar Neves.

Risk Office

O Risk Office tem como principal função apoiar o Conselho de Administração Executivo no desenvolvimento e implementação dos processos de gestão e controlo de risco, conforme descrição mais exaustiva no ponto II.5.

No desempenho das suas funções, o Risk Officer relaciona-se com o Conselho de Administração Executivo, do qual depende e, ainda, com a Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, a quem reporta diretamente.

Risk Officer: José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha

II.4. Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detetados, e serem objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas

A descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão e a Comissão para as Matérias Financeiras encontra-se nos respetivos relatórios anuais publicados em conjunto com os documentos de prestação de contas, sendo objeto de divulgação no sítio da Internet do Banco, na página com o seguinte endereço:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/>

II.5. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia

O SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno define-se como o conjunto de princípios, estratégias, políticas, sistemas, processos, regras e procedimentos estabelecidos no Grupo com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da atividade, no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos ativos e recursos, a continuidade do negócio e a própria sobrevivência do Grupo através, nomeadamente, de uma adequada gestão e controlo dos riscos da atividade, da prudente e correta avaliação dos ativos e responsabilidades, bem como da implementação de mecanismos de prevenção e proteção contra erros e fraudes;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno como externo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis emanadas do Banco de Portugal, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia e da Autoridade Bancária Europeia (EBA), de modo a preservar a imagem e reputação da instituição perante os seus clientes, acionistas, colaboradores e supervisores.

Para atingir estes objetivos, o Sistema de Controlo Interno é instituído com base na função de Compliance, na função de Gestão de Riscos e na função de Auditoria Interna, que são exercidas por Direções centralizadas e com atuação transversal ao Grupo. Os responsáveis destas três Direções foram nomeados pelo Conselho de Administração Executivo do Banco, com o parecer prévio favorável do Conselho Geral e de Supervisão, mantendo um relacionamento direto e assíduo com a respetiva Comissão para as Matérias Financeiras. No modelo de governo atualmente em vigor são nomeados pelo Conselho de Administração,

O Sistema de Controlo Interno assenta:

- Num adequado ambiente de controlo interno;
- Num sólido sistema de gestão de riscos, destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar as atividades do Grupo;
- Num eficiente sistema de informação e comunicação, instituído para garantir a captação, tratamento e transmissão de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da Instituição;
- Num efetivo processo de monitorização, executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio sistema de controlo interno ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação imediata de eventuais deficiências (entendidas estas como o conjunto das insuficiências existentes, potenciais ou reais, ou das oportunidades de introdução de melhorias que permitam fortalecer o sistema de controlo interno), assegurando o desencadear de ações corretivas; e
- No rigoroso cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em vigor, por parte dos Colaboradores do Grupo, em geral, bem como pelas pessoas que exercem cargos de direção ou chefia, incluindo os Membros dos Órgãos de Administração, assegurando-se, nomeadamente, o cumprimento do Código Deontológico do Grupo e dos códigos de conduta a que estão sujeitas as atividades bancárias, financeira, seguradora e de intermediação em valores mobiliários ou produtos derivados.

OS SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCOS, DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DE MONITORIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno engloba os seguintes subsistemas: o Sistema de Gestão de Riscos, o Sistema de Informação e Comunicação e o Processo de Monitorização do Sistema de Controlo Interno.

O Sistema de Gestão de Riscos corresponde ao conjunto de processos integrados e permanentes que permitem a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materiais – de origem interna ou externa – a que se encontram expostas as Instituições do Grupo, de forma a mantê-los em níveis pré-definidos pelos órgãos de administração e fiscalização e tem em consideração os riscos de crédito, de mercado, de taxa de juro, de taxa de câmbio, de liquidez, de *compliance*, operacional, dos sistemas de informação, de estratégia e de reputação, bem como todos os outros riscos que, em face da situação concreta das instituições do Grupo, se possam revelar materiais.

Este sistema é adequadamente planeado, revisto e documentado e está suportado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de riscos, que integram políticas e procedimentos apropriados e claramente definidos, visando assegurar que os objetivos da instituição são atingidos e que são implementadas as ações necessárias para responder adequadamente aos riscos previamente identificados.

O Sistema de Informação e Comunicação garante a existência de informação substantiva, atual, compreensível, coerente, tempestiva e fiável, que permita uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, o perfil de risco da instituição e o comportamento e perspectivas de evolução dos mercados relevantes.

O processo de informação financeira é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de apoio à gestão que registam, classificam, associam e arquivam, de forma tempestiva, sistematizada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas do Conselho de Administração Executivo.

O Processo de Monitorização compreende todas as ações e avaliações de controlo desenvolvidas com vista a garantir a eficácia e adequação do sistema de controlo interno, nomeadamente, através da identificação de deficiências no sistema, quer na sua conceção, quer na sua implementação e ou utilização. Executadas numa base contínua e como parte integrante das rotinas do Grupo, as ações de controlo e monitorização são complementadas com avaliações autónomas, periódicas ou extraordinárias. As deficiências com impacto material que possam ser detetadas através dos procedimentos de controlo são devidamente registadas, documentadas e reportadas aos órgãos de gestão e supervisão apropriados.

Neste contexto, a Função de Auditoria Interna é exercida pela Direção de Auditoria com caráter permanente e independente, avaliando, em cada momento e de acordo com o plano estabelecido, a adequação e eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno como um todo, emitindo recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas.

Estes subsistemas do Sistema de Controlo Interno são geridos na vertente de Gestão de Riscos pelo Risk Office e pelo Compliance Office e, na vertente de Informação e Comunicação, pela Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, pela Direção de Contabilidade e Consolidação e pelas áreas responsáveis pela contabilidade nas diversas subsidiárias. A atividade do Risk Office é transversal ao Grupo e inclui a coordenação das estruturas locais de gestão de riscos. A atividade do Compliance Office é igualmente transversal a todas as Instituições do Grupo, em termos de políticas de *compliance* aplicáveis, tendo em atenção as especificidades legais de cada jurisdição. A Direção de Contabilidade e Consolidação e a Direção de Planeamento e Controlo Orçamental recebem e centralizam a informação financeira de todas as subsidiárias. À Direção de Auditoria compete a função de monitorização *in loco* do sistema de controlo interno, exercendo esta função transversalmente.

Assim, o Risk Office, o Compliance Office, a Direção de Contabilidade e Consolidação, a Direção de Planeamento e Controlo Orçamental e a Direção de Auditoria asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação de informação ao nível do Grupo – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e relativa ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra-Grupo;
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

II.6. Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade

RESPONSABILIDADES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No âmbito do Sistema de Controlo Interno e, mais concretamente, do Sistema de Gestão de Riscos, o Conselho de Administração Executivo até 27 de fevereiro de 2012 e o Conselho de Administração após esta data tiveram um conhecimento adequado dos tipos de riscos a que a instituição se encontra exposta e dos processos utilizados para identificar, avaliar, acompanhar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que a instituição se encontra sujeita, sendo responsável pelo desenvolvimento e manutenção de um sistema de gestão de riscos apropriado e eficaz.

Assim, o órgão de administração do Banco Comercial Português:

- Define e revê os objetivos globais e os objetivos específicos para cada área funcional no que respeita ao perfil de risco, aos níveis de decisão e ao grau de tolerância face ao risco;
- Aprova políticas e procedimentos, concretos, eficazes e adequados, para a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição está exposta, assegurando a sua implementação e cumprimento;
- Aprova, previamente à sua introdução, os novos produtos e atividades da instituição, bem como as respetivas políticas de gestão de risco;
- Verifica, de forma regular, o cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de riscos, avaliando a sua eficácia e a contínua adequação à atividade da instituição, no sentido de possibilitar a deteção e correção de quaisquer deficiências;
- Solicita e aprecia reportes periódicos, precisos e completos sobre os principais riscos a que a instituição se encontra exposta e relatórios que identifiquem os procedimentos de controlo implementados para gerir esses riscos;
- Assegura a efetiva implementação das suas orientações e recomendações no sentido de introduzir correções e ou melhorias no Sistema de Gestão de Riscos;
- Assegura que as atividades de gestão de riscos têm uma independência, estatuto e visibilidade suficientes e que são sujeitas a revisões periódicas;
- Pronuncia-se sobre os relatórios elaborados pelas funções de Gestão de Riscos e de Compliance, nomeadamente, sobre as recomendações para a adoção de medidas corretivas.

O órgão de administração é igualmente responsável por assegurar a implementação e manutenção dos processos de informação e de comunicação adequados à atividade e aos riscos da instituição, pela definição das políticas contabilísticas a adotar, pelo estabelecimento das orientações e pela definição das opções que, no âmbito de tais políticas, haja que tomar, por forma a assegurar a fiabilidade do relato financeiro. Neste sentido e a um nível mais operacional, compete-lhe aprovar os *outputs* de reporte ou de divulgação externa produzidos para esse efeito.

RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS (COMISSÃO DE AUDITORIA EM 2012) E DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS NO ÂMBITO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Relativamente ao Controlo Interno e de acordo com o Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, as responsabilidades do órgão de fiscalização e do ROC são as seguintes:

Em base individual: emissão de parecer detalhado do órgão de fiscalização sobre a eficácia/adequação do Sistema de Controlo Interno (SCI) e emissão de parecer do ROC sobre o processo de preparação e divulgação de informação financeira individual (Relato Financeiro); e

Em base consolidada: emissão de parecer do órgão de fiscalização da empresa-mãe do Grupo no qual deve pronunciar-se, no mínimo, quanto à coerência dos sistemas de controlo interno das filiais, incluindo as filiais no estrangeiro e os estabelecimentos *off-shore*, podendo tal opinião ser fundamentada nos respetivos pareceres elaborados para o efeito pelos órgãos de fiscalização de cada uma das filiais, e emissão de parecer do ROC sobre o processo de preparação e divulgação de informação financeira consolidada (Relato Financeiro).

II.7. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e ao número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados

Para além das normas legais e regulamentares a que sobre esta matéria estão sujeitos estes órgãos e os seus membros, os órgãos de gestão e de fiscalização dispõem também de Regulamentos de funcionamento próprios, que podem ser consultados no sítio do Banco, na página com o seguinte endereço direto:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/governacaocorporativa/normas/regimentoca/>.

Em termos gerais, o regime das incompatibilidades previsto no Código das Sociedades Comerciais, em função do modelo de governação do Banco no exercício de 2011 era aplicável ao Conselho Geral e de Supervisão e obteve a que fossem membros de tal órgão as pessoas que tivessem interesses na Sociedade suscetíveis de pôr em causa a isenção que deve pautar a atuação dos membros de um órgão com responsabilidade de supervisão da gestão.

Assim, e nos termos do disposto nos artigos 434.º e 414.º – A do Código das Sociedades Comerciais, não poderão ser membros do Conselho Geral e de Supervisão:

- Os beneficiários de vantagens particulares da própria Sociedade;
- Os que exercem funções de administração na própria Sociedade;
- Os Membros dos órgãos de Administração da Sociedade que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a sociedade fiscalizada;
- O sócio de sociedade em nome coletivo que se encontre em relação de domínio com a sociedade fiscalizada;
- Os que, de modo direto ou indireto, prestem serviços ou estabeleçam relação comercial significativa com a sociedade fiscalizada ou sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo;
- Os que exerçam funções em empresa concorrente e que atuem em representação ou por conta desta ou que por qualquer outra forma estejam vinculados a interesses da empresa concorrente – aplicável apenas aos membros da Comissão para as Matérias Financeiras;
- Os cônjuges, parentes e afins na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de pessoas impedidas por força do disposto nas alíneas a), b), c), d) e f), bem como os cônjuges das pessoas abrangidas pelo disposto na alínea e);
- Os que exerçam funções de administração ou de fiscalização em cinco Sociedades, excetuando as Sociedades de advogados, as Sociedades de revisores oficiais de contas e os revisores oficiais de contas;

- Os revisores oficiais de contas em relação aos quais se verifiquem outras incompatibilidades previstas na respetiva legislação;
- Os interditos, os inabilitados, os insolventes, os falidos e os condenados a pena que implique a inibição, ainda que temporária, do exercício de funções públicas.

Nesta matéria, relevam também os Estatutos da Sociedade, que no artigo 12.º, número 1, sob a epígrafe "independência" referem que "para efeitos dos presentes estatutos, consideram-se independentes as pessoas que não estejam associadas a qualquer grupo de interesses específicos do Banco, nem se encontrem em alguma circunstância susceptível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão."

Ademais, o exercício de funções no Conselho Geral e de Supervisão esteve sujeito a regras específicas, previstas no artigo 5.º do respetivo regimento, o qual de seguida se transcreve:

"ARTIGO 5.º (Incompatibilidades)

1. O exercício das funções de Conselheiro está sujeito ao regime de incompatibilidades fixado na lei, devendo cada um dos Conselheiros entregar ao Presidente, nos 90 dias seguintes à eleição, declaração expressa de inexistência de qualquer situação de incompatibilidade.
2. Qualquer Conselheiro que tenha dúvidas quanto à verificação de uma situação de incompatibilidade, em relação a si ou a qualquer outro Conselheiro, deve expor o caso ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, o qual dará início ao processo de verificação junto do Conselho Geral e de Supervisão ou de Comissão criada para o efeito, a fim de ser emitida deliberação fundamentada sobre o assunto.
3. A superveniência de algum dos fatores de incompatibilidade indicados na lei, ainda que decorrentes de alteração das circunstâncias pessoais de qualquer Conselheiro, origina incompatibilidade e importa a caducidade da designação, devendo o Conselheiro dar imediato conhecimento por escrito ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão."

A este propósito importa recordar que, quando da eleição dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, em exercício de funções em 31 de dezembro de 2011, a Assembleia Geral deliberou:

- "1. Conceder a autorização prevista no artigo 434.º, números 5 e 6 do Código das Sociedades Comerciais relativamente a todos os membros do Conselho Geral e de Supervisão eleitos e acima identificados que exerçam ou venham a exercer, por conta própria ou alheia, atividade concorrente com a atividade da sociedade, designadamente por exercício de funções em sociedade concorrente;
2. Definir, sem prejuízo de ulteriores termos de concretização ou desenvolvimento que possam ser adotados pelo Conselho Geral e de Supervisão, os seguintes princípios do regime de acesso a informação sensível por parte dos membros do Conselho Geral e de Supervisão abrangidos pela autorização constante do n.º 3 anterior que em qualquer momento estejam em situação de exercício, por conta própria ou alheia, de atividade concorrente com a atividade da Sociedade:
 - i) os membros do Conselho Geral e de Supervisão que, no decurso do seu mandato, estejam em situação de exercício de atividade concorrente com a atividade da Sociedade nos termos legalmente estabelecidos não deverão (a) receber acesso a informação, nem (b) participar em processos de decisão sobre matéria relativa a planos de desenvolvimento estratégico de áreas de negócio bancário objeto de atividade concorrencial relevante em Portugal ou noutros mercados em que o Banco desenvolva atividade e nos quais o membro do Conselho Geral e de Supervisão exerça também, por conta própria ou alheia, atividade concorrente, ou sobre matérias que, pela sua especial relevância no contexto competitivo da atividade bancária prosseguida pela sociedade seja qualificada como sensível para estes efeitos por deliberação tomada pelo Conselho Geral e de Supervisão;
 - ii) a qualificação de determinada informação ou matéria como sensível para efeitos da parte final do ponto anterior deve ser objeto de deliberação aprovada por uma maioria de dois terços não podendo o(s) Conselheiro(s) que exerça(m) atividade concorrente votar;"

SECÇÃO II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.8. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões

No modelo de governação dualista, adotado pelo Banco Comercial Português durante o exercício de 2011, o Conselho de Administração Executivo foi composto, como o próprio nome indica, exclusivamente por membros executivos, sendo cometidas ao Conselho Geral e de Supervisão, competências específicas de supervisão e acompanhamento, funções que nos modelos ditos monista e anglo-saxónico são da competência dos membros não executivos do Conselho de Administração.

No Banco Comercial Português as funções de Presidência no Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão foram imperativamente exercidas por pessoas distintas, sendo que a Comissão para as Matérias Financeiras emanou do Conselho Geral e de Supervisão.

II.9. Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Relatório e Contas 2011, Volume I – Capítulos – Gestão de Risco e Principais Fatores de Risco.

II.10. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital

Nos termos dos Estatutos do Banco, o Conselho de Administração Executivo tinha poderes quando o julgasse conveniente e obtido o prévio parecer favorável do Conselho Geral e de Supervisão, para elevar o capital social, por uma ou mais vezes, até ao limite de dois quintos do montante do capital social à data em que a autorização foi concedida ou na de cada uma das suas eventuais renovações.

A última autorização para deliberar sobre o aumento de capital foi concedida na Assembleia Geral realizada em 18 de abril de 2011, tendo sido utilizada em 2011 no montante de 259.852.986,00 euros. Esta autorização foi renovada pela Assembleia Geral de 28 de fevereiro de 2012 a favor do Conselho de Administração.

Adicionalmente, os Estatutos do Banco preveem que, exclusivamente no que respeita a eventual aumento ou aumentos de capital que venham a ser deliberados pelo Conselho de Administração Executivo, com parecer favorável do Conselho Geral e de Supervisão, por conversão de créditos de que o Estado possa vir a ser titular em resultado de execução de garantias prestadas ao abrigo da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro, e que sejam legalmente considerados como aumentos de capital em numerário, a autorização acima prevista tem um limite máximo, autónomo e adicional, igual ao montante do capital social do Banco atual, ou do capital existente aquando das eventuais renovações desta autorização, não contando estes eventuais aumentos por conversão de créditos do Estado para efeitos de utilização do montante máximo acima estabelecido, e podendo as ações a emitir ser ações preferenciais, nos termos legal e estatutariamente previstos.

Relativamente às restantes competências do Conselho de Administração Executivo, remete-se para o Capítulo II.1. alínea A) deste Relatório no qual as mesmas já foram sumariamente enumeradas.

II.11. Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização

As equipas de gestão são escolhidas de forma global e com especial enfoque na respetiva coesão, tomando em consideração as capacidades, habilitações e experiência profissional de cada membro, considerando-se contraproducente uma política rígida e abstrata de rotação de pelouros.

A atuação do Banco Comercial Português nesta matéria tem sido a de, em cada momento e ponderadas as características e experiência pessoal e profissional de cada Administrador Executivo, proceder às rotações que sejam consideradas adequadas à salvaguarda dos interesses da Sociedade. Neste sentido, têm ocorrido com alguma regularidade rotações de pelouros, as quais carecem de ser submetidas ao Conselho Geral e de Supervisão e, atualmente, ao Conselho de Administração em funções.

O Administrador responsável pelo pelouro financeiro, no exercício de funções em 31 de dezembro foi nomeado em 18 de abril de 2011.

A eleição dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão e o Revisor Oficial de Contas competia à Assembleia Geral sendo que, na eventualidade de ocorrerem vagas que fossem preenchidas por membros suplentes eleitos, apenas a Assembleia Geral poderia proceder ao respetivo preenchimento através de nova eleição, pelo que qualquer rotação estava diretamente cometida aos acionistas.

Já no que respeita ao Conselho de Administração Executivo, que também foi eleito em Assembleia Geral, caso ocorresse a falta ou impedimento temporário de algum dos seus membros, competia ao Conselho Geral e de Supervisão proceder à designação de um membro em substituição. A designação de administradores nas circunstâncias descritas tinha imperativamente de ser ratificada na primeira Assembleia Geral que tiver lugar após a cooptação.

II.12. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das atas dessas reuniões

Remete-se, aqui, para o ponto II.13.

II.13. Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de atas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras

Durante o exercício de 2011, o Conselho Geral e de Supervisão reuniu 13 vezes, tendo registado uma taxa de assiduidade de 84,02%. Todas as faltas foram devida e previamente justificadas.

Durante o exercício de 2011, o Conselho de Administração Executivo reuniu 51 vezes, tendo registado uma taxa de assiduidade de 92,17%. Todas as faltas foram em tempo justificadas, ficando a sua esmagadora maioria a dever-se a compromissos relacionados com exercício de funções e representação do Banco, bem como ao gozo do direito a férias.

Por regra, o Conselho de Administração Executivo reuniu semanalmente.

Durante o exercício de 2011, a Comissão para as Matérias Financeiras reuniu 16 vezes, tendo registado uma taxa de assiduidade de 98,4%. Todas as faltas foram em tempo justificadas.

Foram lavradas atas de todas as reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, do Conselho de Administração Executivo e da Comissão para as Matérias Financeiras.

O suporte documental relativo a cada reunião do Conselho de Administração Executivo, incluindo ordem de trabalhos, documentos de apoio e minutas de atas para aprovação foi remetido pela Secretária da Sociedade, com antecedência, em regra de dois dias úteis, aos Membros do Conselho de Administração Executivo e ao Gabinete de Apoio ao Conselho Geral e de Supervisão, estrutura de apoio ao Conselho Geral e de Supervisão, ao seu Presidente e, em particular, à Comissão para as Matérias Financeiras.

II.14. Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpririam, se lhes fossem aplicáveis, as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais

O presente parágrafo não se aplica ao modelo dualista adotado pelo Banco Comercial Português em 2011.

Tendo em conta que, conforme anteriormente salientado, algumas questões de governo societário relativas aos administradores não executivos dos modelos monista e anglo-saxónico são tratadas com referência aos membros do Conselho Geral e de Supervisão refere-se que a qualificação da respetiva independência se encontra feita no ponto II.1.B) do presente Relatório. A este respeito refere-se que a qualificação de independência adotada incorpora todos os requisitos constantes do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como os do n.º 2 da Recomendação de Governo Societário constante da carta-circular do Banco de Portugal n.º 24/2009/DSB, de 27 de fevereiro de 2009.

No que concerne ao Conselho Geral e de Supervisão, os critérios de independência adotados são os constantes dos estatutos e dos preceitos supra referidos, ao abrigo dos quais é independente a maioria dos membros do respetivo órgão.

II.15. Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração

O presente parágrafo não se aplica ao modelo dualista adotado pelo Banco Comercial Português em 2011. No que concerne ao Conselho Geral e de Supervisão, as regras e critérios de independência adotados são os constantes dos estatutos, do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 da Recomendação de Governo Societário, constante da Carta-Circular do Banco de Portugal n.º 24/2009/DSB, de 27 de fevereiro de 2009.

II.16. Indicação das regras do processo de seleção de candidatos a administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos

Face ao modelo de governo adotado pelo Banco Comercial Português em 2011, não existiram administradores executivos, pelo que o presente ponto não lhe é aplicável.

II.17. Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detetados

Com fundamento no modelo de governo adotado pelo Banco Comercial Português, o presente ponto não lhe era aplicável relativamente ao exercício de 2011.

Não existindo nesse sentido administradores não executivos, e acautelada a correlação de tratamento antes indicada, esclarece-se que é no relatório do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras – os quais são disponibilizados em conjunto com este Relatório Sobre o Governo da Sociedade e fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas – que consta a descrição da atividade desenvolvida pelos seus membros.

II.18. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

Nos Anexos I e V ao presente relatório são indicadas as qualificações e atividades profissionais exercidas pelos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como o número de ações da Sociedade de que eram titulares em 31 de dezembro de 2011.

Os membros do Conselho de Administração Executivo, em exercício até à data de 28 de fevereiro de 2012, foram eleitos na Assembleia Geral que teve lugar no dia 18 de abril de 2011.

Em 20 de junho de 2011, Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo renunciou ao cargo de Vogal e Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, em virtude de ter aceitado integrar o XIX Governo Constitucional da República Portuguesa como Ministro da Saúde.

II.19. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

As funções que os membros do órgão de administração exerceram em outras Sociedades do Grupo, no interesse do Grupo ou fora do Grupo, são indicadas no Anexo I ao presente Relatório. Idêntica informação é facultada para o Conselho de Administração em exercício de funções à data da aprovação deste relatório, no site do Banco.

SECÇÃO III – CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS E CONSELHO FISCAL

Conforme aplicável:

II.21. a II.24.

Não aplicável.

II.25. Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adotado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador

Remete-se, nesta matéria, para o ponto II.1.

II.26. Declaração de que os membros cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho geral e de supervisão procede à respetiva autoavaliação

Remete-se, nesta matéria, para o ponto II.1.

Tendo por base a informação recolhida junto dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Governo Societário e a Comissão de Nomeações apreciaram a informação facultada no ponto II.1., que foi igualmente aprovada por aquele órgão social.

II.27. Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

Nos Anexos II e V ao presente relatório são apresentados os currículos dos diferentes membros do Conselho Geral e de Supervisão, nos quais são indicadas as respetivas qualificações, atividades profissionais e data da primeira nomeação, bem como o número de ações da Sociedade de que são titulares.

II.28. Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

As funções que os Membros do Conselho Geral e de Supervisão exercem em outras sociedades são indicadas nos respetivos currículos constantes do Anexo II ao presente relatório.

II.29. Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, a dos dirigentes na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e a de outros trabalhadores cuja atividade profissional possa ter um impacto relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante

Em 18 de abril de 2011, o Conselho de Administração Executivo submeteu à Assembleia Geral, para deliberação com caráter vinculativo, a política de remuneração de responsáveis funcionais, dirigentes, na aceção do n.º 3 do art.º 248.º B do Código dos Valores Mobiliários, e outros Colaboradores, por si elaborada e aprovada de acordo com os princípios enunciados na Carta Circular n.º 2/10/DSBDR de 1 de fevereiro de 2010 que estabeleceu as recomendações e critérios a seguir na definição da política de remunerações a adotar pelas instituições abrangidas pelo n.º 1 do artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010 de 26 de janeiro de 2010.

O documento em causa mereceu a aprovação de 99,94% dos votos expressos, encontrando-se presentes ou representados acionistas detentores de 52,57% do capital social.

“POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO **Enquadramento**

1. O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), face ao reconhecimento da necessidade de uma atuação concertada no âmbito das políticas de remuneração, alinhada com as recomendações e princípios internacionais, promoveu uma iniciativa destinada a garantir o cumprimento adequado e consistente pelas instituições financeiras de práticas remuneratórias sãs e prudentes.

Neste contexto, o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010 de 26 de janeiro de 2010 veio estabelecer a informação que deve ser divulgada sobre a política de remuneração, quer dos Membros dos órgãos de administração e de fiscalização das instituições de crédito, quer dos colaboradores que, não sendo membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização, auferem uma remuneração variável e exercem a sua atividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 de 1 de julho, exercem outra atividade profissional que possa ter impacto material no perfil de risco da instituição ou têm um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre gestão e estratégia da instituição.

Adicionalmente, a Carta Circular n.º 2/10/DSBDR de 1 de fevereiro de 2010 veio definir as recomendações e os critérios a seguir na definição da política de remunerações a adotar pelas instituições abrangidas pelo n.º 1 do artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010, numa perspectiva de *comply or explain*, o que implica que a não adoção das mesmas por parte das instituições supervisionadas deve ser devidamente justificada.

Princípios Gerais

2. A Política de Remuneração do Banco Comercial Português é consistente com uma gestão de controlo de riscos eficaz, evitando uma excessiva exposição ao risco, em coerência com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, nomeadamente com as perspetivas de crescimento e rendibilidades sustentáveis e a proteção dos interesses dos clientes e dos investidores.

A Política de Remuneração teve, ainda, em consideração os objetivos de transparência e adequação relativamente aos requisitos de avaliação e monitorização estabelecidos pelo Banco de Portugal.

A definição da Política de Remuneração foi coordenada pela Direção de Suporte à Gestão de Pessoas e envolveu a participação dos responsáveis pelas funções de controlo, tendo sido igualmente levada em consideração a opinião formulada por consultores externos.

Critérios da Política de Remuneração

3. A Política de Remuneração do Banco Comercial Português cumpre com todos os critérios definidos pela Carta Circular n.º 2/10/DSBDR de 1 de fevereiro de 2010, estabelecendo nomeadamente que:

3.a) A remuneração fixa dos dirigentes represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, considerando a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável;

- 3.b) A componente variável da remuneração dos dirigentes seja sujeita a um limite máximo;
- 3.c) O pagamento de parte significativa da componente variável da remuneração deva ser feito sob a forma de instrumentos financeiros, cuja valorização esteja correlacionada com o desempenho de médio e longo prazo da instituição;
- 3.d) A quantificação da componente variável da remuneração dependa complementarmente de critérios não financeiros e decorra, em parte, do desempenho coletivo da unidade a que o Colaborador está afeto;
- 3.e) A remuneração variável seja atribuída segundo critérios predeterminados, mensuráveis e tenha por referência um quadro plurianual;
- 3.f) O pagamento de parte da remuneração variável seja diferido;
- 3.g) O montante da remuneração variável dos Colaboradores que exerçam funções de controlo dependa da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções e não das áreas sob o seu controlo.

Composição da Remuneração e Relação entre a Remuneração Fixa e a Remuneração Variável

- 4. Os Colaboradores do Banco Comercial Português auferem uma Remuneração fixa, paga 14 meses/ano, que tem por base os valores definidos contratualmente. A natureza de cada função e o respetivo grau de exigência e responsabilidade determinam a atribuição de outras componentes de remuneração designadamente complemento e/ou isenção de horário de trabalho, as quais são aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo ou por sua delegação.
 - 5. À determinação da componente anual variável dos Diretores Coordenadores responsáveis de unidades diretamente dependentes do Conselho de Administração Executivo, Colaboradores do segundo nível da estrutura das Direções de Auditoria, Compliance, Risk, Rating, Crédito e Tesouraria e Mercados, Colaboradores identificados como tendo acesso regular a informação privilegiada e outros Colaboradores com remuneração fixa igual ou superior a 100.000 euros/ano, são aplicáveis os critérios aprovados para a generalidade dos Colaboradores sobre Política de Remuneração.
 - 6. Para os Colaboradores acima identificados, a parte variável da remuneração não deverá exceder, em cada caso, 37,5% da remuneração total anual.
- Este limite poderá ser revisto anualmente pelo Conselho de Administração Executivo tendo sempre como referência as orientações expressas na Carta Circular n.º 2/10/DSBDR.
- 7. O montante exacto da parte variável oscilará, em cada, ano, em função dos resultados da instituição, do desempenho da Unidade em que o Colaborador se integra e do grau de cumprimento dos objetivos anuais individuais, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho em vigor no Banco Comercial Português.

Pagamento da Remuneração Variável

- 8. 45% da remuneração variável será paga em numerário, quando aplicável, no ano imediatamente a seguir à data de referência dos resultados, após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

Diferimento da Remuneração Variável

- 9. Os remanescentes 55% da Remuneração Variável serão pagos através da atribuição de valores mobiliários, os quais por sua vez deverão contemplar um período de imobilização pré-definido e não inferior a 3 anos.

Outras componentes da Remuneração

- 10. Estes Colaboradores auferem, à semelhança dos restantes, dos benefícios previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho subscritos pelo Banco e ainda do regime complementar de pensões cujos termos constam de instrumentos devidamente aprovados e publicitados pelo Instituto de Seguros de Portugal."

SECÇÃO IV – REMUNERAÇÃO

II.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

No modelo de governo adotado pelo Banco, no exercício de 2011, a fixação da remuneração dos Administradores Executivos compete ao Conselho de Remunerações e Previdência, importando contudo ter presentes, além das disposições legais e de supervisão em vigor durante o exercício (incluindo o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010 de 26 de janeiro de 2010 e a Carta Circular do Banco de Portugal n.º 2/2010 de 01 de fevereiro de 2010), também as normas de natureza estatutária que determinam que a remuneração do Conselho de Administração Executivo poderá ser constituída por uma parte fixa e outra variável:

O Conselho de Remunerações e Previdência submeteu à Assembleia Geral de 18 de abril de 2011, com caráter vinculativo, o Modelo de Remuneração do Conselho de Administração Executivo, que em seguida se transcreve, e que foi aprovado por 99,94% dos votos expressos, encontrando-se presentes ou representados acionistas detentores de 52,57% do capital social.

A) MODELO DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

I.

1) A remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, S.A. (Millennium bcp) é constituída pelas seguintes componentes:

a) Uma **Remuneração Fixa Mensal** paga 14 meses/ano e definida tendo por base o posicionamento competitivo face a um universo de empresas de referência nacional e europeia, constituído por empresas do PSI-20 de dimensão e características similares às do Millennium bcp e às de outras instituições financeiras localizadas dentro da União Europeia.

b) Uma **Remuneração Variável Anual** a pagar nos termos abaixo referidos.

2) A fixação da remuneração variável tem por universo de referência as práticas relativas ao setor financeiro europeu. De acordo com os requisitos legais impostos pela União Europeia e com as recomendações portuguesas, o pagamento da remuneração Variável é sujeito a determinadas condições, nomeadamente de diferimento.

3) No caso de qualquer dos Membros assumir funções no decurso de um mandato, o cálculo da Remuneração Variável será ajustado ao número de meses completos de exercício do cargo, sobre a totalidade de meses previstos para um mandato completo.

II.

As duas componentes de remuneração referidas no número anterior serão aprovadas pelo Conselho de Remunerações e Previdência (CRP).

III.

a) A Remuneração Variável Anual não pode exceder 130% da Remuneração Fixa Anual;

b) A remuneração variável, no seu conjunto e para todos os Membros do Conselho de Administração Executivo, não pode ultrapassar os 2% dos lucros do exercício.

IV.

A aprovação da Remuneração Fixa Mensal dos Membros do Conselho de Administração Executivo obedecerá às seguintes regras:

a) Presidente – verba autónoma;

b) Vice-presidentes – verba calculada com base numa percentagem da remuneração fixa mensal do Presidente, variando entre 70% e 80% dessa remuneração. A Remuneração Fixa Mensal de cada um dos Vice-presidentes

pode ser igual, ou diferente, considerando a antiguidade no cargo e a avaliação do desempenho de cada um deles, a aprovar pelo Conselho de Remunerações e Previdência, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração Executivo;

- c) Vogais – verba calculada com base numa percentagem da Remuneração Fixa Mensal do Presidente, variando entre 60% e 70% desta, aplicando-se, no respetivo cálculo, os critérios enunciados na alínea anterior quanto à Remuneração Fixa Mensal dos Vice-presidentes;
- d) A Remuneração Fixa Mensal dos Membros do Conselho de Administração Executivo é passível de atualização e/ou incrementos de acordo com proposta do Conselho de Remunerações e Previdência. Estas atualizações e/ou incrementos devem ter em consideração os incrementos e/ou aumentos aplicáveis aos Diretores Coordenadores.

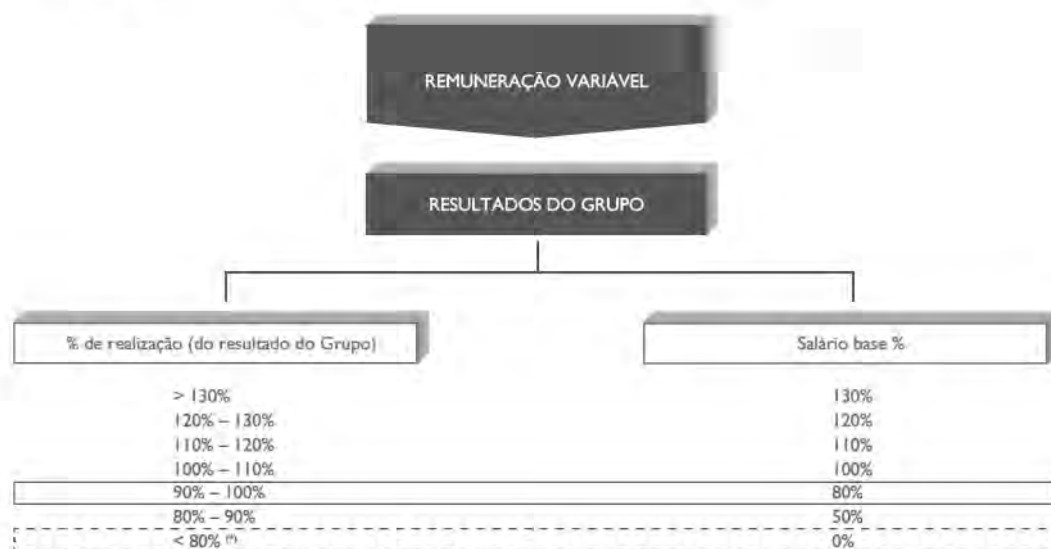
V.

A Remuneração Variável Anual dos Membros do Conselho de Administração Executivo deverá estar dependente dos Resultados decorrentes do desempenho económico do Grupo, sendo fixada pelo Conselho de Remunerações e Previdência, de forma indiferenciada para o conjunto dos Membros do Conselho de Administração Executivo.

A Remuneração Variável Anual é calculada tendo em consideração o grau de consecução dos resultados do Grupo, o qual determina o percentual a auferir pelo membro do Conselho de Administração Executivo, nos seguintes termos:

QUADRO I

FÓRMULA PARA PAGAMENTO



(*) Em caso de percentagem de realização inferior a 80%, o Conselho de Remunerações e Previdência poderá atribuir um prémio máximo de 50%.

- a) Resultados do Grupo – para todos os elementos do Conselho de Administração Executivo.
- a. 1) Os Valores a atribuir podem variar entre 0 e 130% da Remuneração Fixa Anual, sendo calculados com base na percentagem de consecução de “Objetivos” financeiros fixados para o exercício;
- a. 2) A avaliação de cada objetivo deve ser feita considerando sempre a consecução relativa face ao BEBANKS no que se refere ao valor para o acionista e face ao orçamento no que respeita aos outros indicadores. A variável “Objetivos” para Resultados de Grupo é calculada nos seguintes termos:

QUADRO 2

RETRIBUIÇÃO DA PERFORMANCE

Objetivos para plano de incentivos a curto prazo

RESULTADOS DO GRUPO EBD Abordagem da performance integrada

OBJETIVO	INDICADOR DA PERFORMANCE	OBJETIVO	VALOR	PERÍODO	EVOLUÇÃO (DADO O OBJETIVO)	ESCALA
CRESCIMENTO	Produto bancário	Orçamento	20%	Anual	Resultado /Orçamento	
EFICIÊNCIA	Cost to income	Orçamento	20%	Anual	Resultado /Orçamento	
RESULTADOS	Resultado líquido	Orçamento	20%	Anual	Resultado /Orçamento	Caso a percentagem atingida seja inferior a 80% da evolução do Objetivo, deverá ser zero.
RENDIBILIDADE	ROE ⁽¹⁾	Orçamento	20%	Anual	Resultado /Orçamento	
VALOR PARA O AÇIONISTA	TSR ⁽²⁾	Evolução do Índice BeBanks com Dividendos	20%	Anual	BCP /Índice BeBanks	

(1) Este nível de objetivo assume um Core Tier I rácio de capital acima de 5,5%. Situações extraordinárias de aumento de capital ou redução de reservas imprevista na altura de definir objetivos e decisões tomadas pelos Acionistas podem não ser considerados para o cálculo.

(2) Situações extraordinárias (i.e. ofertas públicas) o cálculo da TSR deverá ser ajustado em conformidade.

a. 3) Verificadas situações extraordinárias, motivadas por fatores exógenos à gestão, poderá ser efetuada uma revisão dos objetivos anuais fixados mediante proposta do Presidente do Conselho de Administração Executivo e aprovação do Conselho de Remunerações e Previdência.

b) É estabelecido um esquema de pagamento diferido da Remuneração Variável por períodos de 3 anos, o qual corresponde ao período de duração de mandatos dos administradores.

Deverá ser diferido o pagamento de uma percentagem correspondente a 50% da Remuneração Variável Anual.

O montante diferido deverá ser pago metade em dinheiro e metade em ações. Será pago o montante correspondente a 1/3 do total diferido em cada ano de aniversário do mandato enquanto Administrador.

Durante o período de um ano a contar da data de pagamento da componente da Remuneração Variável paga em ações, os membros do CAE não poderão transmitir ou onerar as ações atribuídas, após o qual serão as mesmas livremente transmissíveis (*lock up period*).

O pagamento da componente da Remuneração Variável não diferida será efetuado 50% em dinheiro, o qual será pago de imediato, e 50% em ações, as quais não poderão ser transmitidas ou oneradas durante o período de 1 ano;

c) O sistema de incentivos aplicável aos Membros do Conselho de Administração Executivo abrangidos pelo sistema de pagamento diferido da Remuneração Variável irá contemplar disposições (*bad actor provisions*) destinadas a reduzir ou a eliminar o pagamento da remuneração variável em resultado dos seguintes factos praticados durante o mandato de cada administrador:

- Falsas declarações, materialmente relevantes, nas demonstrações financeiras;
- Incumprimento do código interno de conduta;
- Fraco desempenho financeiro do Millennium BCP.

O impacto que estas disposições poderão ter no eventual pagamento da componente diferida da Remuneração Variável, será avaliado pelo CRP numa base anual.

VI.

Cada Membro do Conselho de Administração Executivo assinará um documento nos termos do qual acordará em não celebrar quaisquer contratos de cobertura de risco (*hedging*) ou de transferência de risco relativamente a qualquer componente da Remuneração Variável diferida, que possam minimizar os efeitos resultantes do risco inerente ao sistema de remuneração estabelecido.

VII.

Pelo exercício das respetivas funções, os Membros do Conselho de Administração Executivo não recebem compensações adicionais às que são comunicadas.

Assim, tendo presente que a remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para as quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada Membro do Conselho de Administração Executivo serão deduzidas aos respetivos valores de Remuneração Fixa Anual. É obrigação e da responsabilidade de cada Membro do Conselho de Administração Executivo a comunicação ao Banco das compensações adicionais que tenham auferido, para efeitos do procedimento atrás estabelecido.

Em matéria de benefícios mantém-se a prática em vigor no que respeita a seguro de saúde, cartão de crédito e telemóvel, competindo ao Presidente do Conselho de Administração Executivo a respetiva autorização.

Relativamente a veículos automóveis de serviço, não sendo matéria de competência do Conselho de Remunerações e Previdência, o valor limite será determinado pelo Conselho de Administração Executivo, tendo em conta a prática seguida nas demais instituições de crédito de dimensão equivalente. Este valor será comunicado previamente ao Conselho de Remunerações e Previdência.

B) REGIME DE REFORMA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Relativamente ao Regime de Reforma por velhice ou invalidez dos Membros do Conselho de Administração Executivo, o mesmo encontra-se atualmente estabelecido no contrato de Sociedade e no Regulamento de execução, documentos aprovados na Assembleia Geral Anual de 2010."

Também o modelo de remuneração dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão, que em seguida se transcreve, foi submetido com caráter vinculativo à Assembleia Geral de 18 de abril de 2011 tendo igualmente sido aprovado por uma maioria de 99,94% dos votos expressos, encontrando-se presentes ou representados acionistas detentores de 52,57% do capital social.

"Modelo de Remuneração do Conselho Geral de Supervisão

1. A política de remunerações para os Órgãos Sociais do Banco Comercial Português, S.A. deve ser simples, transparente e competitiva, garantindo, dessa forma, o enfoque na criação de valor para a sociedade e os acionistas e demais *Stakeholders*.
2. Tais remunerações deverão ser fixadas tendo em conta o esforço de maior alinhamento com os interesses do Banco Comercial Português e dos respetivos acionistas.
3. Assim, tendo em conta os princípios acima enunciados, bem com a prática de sociedades portuguesas de grande dimensão e as boas práticas europeias, as responsabilidades e as funções dos diversos membros do Conselho Geral e de Supervisão o Conselho de Remunerações e Previdência adotou as seguintes regras:
 - 3.1. A remuneração dos membros do Conselho Geral e de Supervisão deverá consistir numa quantia anual fixa, paga em doze vezes. A remuneração dos restantes membros do Conselho Geral de Supervisão será determinada e terá como base de referência a remuneração do Presidente, sendo sempre inferior;

3.2 Presidente; verba autónoma;

Vice-Presidentes: entre 50% e 75% da remuneração do Presidente;

Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras: entre 50% e 75% da remuneração do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão;

Restantes membros que integrem a Comissão para as Matérias Financeiras: entre 25% e 50% da remuneração do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão;

Presidente de outra Comissão Especializada: entre 25% e 75% da remuneração do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão;

Restantes membros que integrem outra Comissão Especializada: entre 10% e 25% da remuneração do Presidente;

Restantes Membros do Conselho Geral de Supervisão que não integrem nenhuma Comissão Especializada: entre 10% e 25% da remuneração do Presidente;

3.3 A remuneração dos membros do Conselho Geral de Supervisão não deverá integrar uma componente variável nem deverá incluir a atribuição de ações como remuneração."

II.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga

No corrente exercício não foi atribuída ao Conselho de Administração Executivo qualquer remuneração variável anual ou plurianual.

Atento o disposto no número 3 do artigo 440.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Geral e de Supervisão, não tem direito à atribuição de qualquer remuneração variável imediata ou diferida.

Quanto aos montantes pagos aos membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão remete-se para os quadros em seguida transcritos que são exaustivos.

Euros

Membros do CAE	Remuneração			
	BCP	Outras Sociedades	Total	IRS Retido
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	473.108,53	176.897,47	650.006,00	189.236,00
Vítor Manuel Lopes Fernandes	486.557,01	33.444,99	520.002,00	194.620,00
António Manuel Palma Ramalho	472.150,73	10.707,27	482.858,00	175.701,00
Miguel Maya Dias Pinheiro	455.000,00		455.000,00	182.000,00
Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho	426.237,08	28.762,92	455.000,00	170.493,00
José Jacinto Iglésias Soares ⁽¹⁾	326.300,00		326.300,00	123.578,00
Rui Manuel da Silva Teixeira ⁽¹⁾	305.500,00		305.500,00	119.340,00
Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo ⁽²⁾	275.629,46	44.363,40	319.992,86	110.248,00
Nelson Ricardo Bessa Machado ⁽³⁾	121.731,03	27.768,97	149.500,00	48.694,00
José João Guilhermê ⁽³⁾	149.500,00		149.500,00	56.810,00

(1) Iniciaram funções em 18 de abril de 2011.

(2) Renunciou ao cargo em 20 de junho, na sequência da sua designação para o cargo de Ministro da Saúde.

(3) Cessaram funções em 18 abril de 2011.

Euros

Membros do CGS	Remuneração	IRS Retido
	BCP	
António Vítor Martins Monteiro	141.000,01	48.567,00
Manuel Domingos Vicente	50.000,04	10.741,00
Maria Leonor Couceiro Prazeres Beleza Sé Mendonça Távares	0,00	0,00
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto	42.000,00	14.700,00
António Luís Guerra Nunes Mexia	0,00	0,00
António Manuel Costeira Faustino	35.000,03	9.093,00
António Henriques de Pinho Cardão	35.000,03	13.474,00
Carlos José da Silva	35.000,03	7.520,00
Daniel Bessa Fernandes Coelho	42.000,00	12.315,00
João Manuel Matos Loureiro ⁽¹⁾	135.000,00	47.132,00
José Guilherme Xavier de Basto ⁽¹⁾	69.999,96	21.289,00
Josep Ollé Creus	32.499,99	6.978,00
José Vieira dos Reis ⁽¹⁾	69.999,96	21.289,00
Luís de Mello Champalimaud	71.499,97	22.191,00
Manuel Alfredo Cunha José de Mello	60.000,00	16.775,00
Pansy Catilina Chiu King Ho	17.499,97	3.757,00
Patrick Wing Ming Huen ⁽²⁾	7.499,99	1.367,00
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte ⁽²⁾	15.000,01	3.916,00
Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos ⁽¹⁾	69.999,96	21.289,00
Vasco Estêves Fraga	50.000,04	19.992,00

(1) São membros dos Conselhos Fiscais do ActivoBank e do Banco de Investimento Imobiliário, sem pelo facto receberem qualquer remuneração adicional.

(2) Cessaram funções em 18 abril de 2011.

II.32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

Remete-se, neste ponto, para a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, reproduzida no ponto II.30.

II.33. Relativamente à remuneração dos Administradores Executivos:

a) Referência ao facto de a remuneração dos Administradores Executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho

Remete-se, neste ponto, para a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, reproduzida no ponto II.30.

b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação dos Membros do Conselho de Administração Executivo foi realizada pelo Conselho Geral e de Supervisão, coadjuvado nesta tarefa pela Comissão de Governo Societário, pela Comissão de Nomeações e pela Comissão para as Matérias Financeiras.

c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos

Remete-se, neste ponto, para a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, reproduzida no ponto II.30.

d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos Administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente

Remete-se, neste ponto, para a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, reproduzida no ponto II.30.

Os Estatutos do Banco, no artigo 15.º n.º 3 estabelecem uma limitação à componente variável da remuneração do Conselho de Administração Executivo, segundo a qual a mesma não poderá exceder 2% dos lucros distribuíveis do exercício.

e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Remete-se, neste ponto, para a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, reproduzida no ponto II.30.

f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo do período de diferimento

Remete-se, neste ponto, para a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, reproduzida no ponto II.30.

g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das ações da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual

Remete-se, neste ponto, para a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, reproduzida na resposta ao ponto II.30.

h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício

Remete-se, neste ponto, para a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, reproduzida na resposta ao ponto II.30.

i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Remete-se, neste ponto, para a política de remuneração do Conselho de Administração Executivo, reproduzida no ponto II.30.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Tal como em 2008, 2009 e 2010, também em 2011 não houve lugar ao pagamento de qualquer remuneração a este título.

l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

No exercício de 2011 não houve lugar ao pagamento de indemnizações a este título, tendo Paulo Moita Macedo recebido apenas os valores a que, na qualidade de colaborador com vínculo laboral ao banco, tinha direito.

m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer limitações contratuais nesta matéria.

n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Tendo presente o disposto na política de remuneração do Conselho de Administração Executivo acima transcrita, que estabelece que o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por cada membro do Conselho de Administração Executivo em razão de funções desempenhadas em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, será deduzido aos valores da respetiva remuneração fixa anual, remete-se para o primeiro mapa constante do ponto II.31., no qual, quando as houve, estão claramente quantificadas tais deduções.

o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral

Nos termos do Regulamento de Reforma transcrito em II.30.–B, os custos registados pela Sociedade no exercício de 2011 com complementos de pensões e regime de segurança social obrigatória de Membros do Conselho de Administração Executivo foram os seguintes:

Nome	Regime Segurança Social	Complementar		Obrigatório	
		F. Pensões Aberto	Seguro capitalização	Encargo com Seg. Social	Encargo com F. Pensões
Carlos Jorge R. dos Santos Ferreira	Regime Órgãos Estatutários	135.616,81		12.254,64	0
Vitor Manuel Lopes Fernandes	Regime Órgãos Estatutários	105.715,89		12.254,64	0
António Manuel Palma Ramalho	Regime Órgãos Estatutários	97.172,77		12.254,64	0
Miguel Maya Dias Pinheiro	Regime Geral (Ex CAFEB)		87.728,88	107.380,00	4.439,64
Luís Maria França C. Pereira Coutinho	Regime Geral (Ex CAFEB)	87.728,88		100.591,95	5.403,20
José Jacinto Iglésias Soares ⁽¹⁾	Regime Geral (Ex CAFEB)	62.914,14		77.006,80	4.249,03
Rui Manuel da Silva Teixeira ⁽¹⁾	Regime Geral (Ex CAFEB)		58.903,68	72.098,00	6.680,45
Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo ⁽²⁾	Regime Geral (Ex CAFEB)	63.185,63		68.198,57	1.834,23
José João Guilherme ⁽³⁾	Regime Geral (Ex CAFEB)		28.825,20	35.282,00	3.239,69
Nelson Ricardo Bessa Machado ⁽³⁾	Regime Geral (Ex CAFEB)	28.825,20		28.728,52	3.163,19

(1) Iniciaram funções em 18 de abril de 2011

(2) Renunciou ao cargo em 20 de junho, na sequência da sua designação para o cargo de Ministro da Saúde

(3) Cessaram funções em 18 abril de 2011

p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores

Não existem benefícios nas condições referidas.

q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável

O grau de supervisão da atividade do Conselho de Administração Executivo quer por parte do Conselho Geral e de Supervisão, quer pela sua Comissão para as Matérias Financeiras (a qual teve acesso aos relatórios de Auditoria Interna e Externa), constituíram mecanismos bastantes e adequados à consecução do objetivo aqui visado.

Não obstante a informação que em seguida se disponibiliza não ser de inclusão obrigatória neste Relatório, entende o Banco Comercial Português que, fazendo o mesmo parte integrante dos documentos de prestação de contas, é o local mais adequado para publicitar a informação a que se refere o Aviso 10/2011 do Banco de Portugal quando a mesma não conste de outros números deste Relatório.

Assim informa-se que:

1 – Não estão constituídas quaisquer provisões para pagamento de remuneração variável a membros do Conselho de Administração Executivo.

2 – O quadro seguinte contém indicação das remunerações pagas a Colaboradores a título fixo e variável:

Euros

Sociedade	N.º Colaboradores	Remunerações		IRS Retido
		Fixa	Variável	
Banco Comercial Português	10.046	352.769.978,28	5.954.657,06	79.882.546,00

Esta informação respeita à totalidade dos Colaboradores que prestaram serviço no Banco durante o exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2011 o número de Colaboradores ascendia a 9.959.

3 – As provisões registadas em 31 de dezembro de 2011 para pagamentos futuros destinados a ocorrer às importâncias devidas a título de remuneração variável a Colaboradores relativas ao quarto do exercício ascendiam a 1.419.228,34 euros.

4 – Durante o exercício de 2011 foram celebrados 41 novos contratos de trabalho sem termo.

5 – No exercício de 2011 foram denunciados 71 contratos, que implicaram o pagamento de indemnizações que ascenderam a 6.566.207,66 euros, tendo a indemnização mais elevada, no montante de 2.500.000,00 euros sido paga a um Diretor Geral.

6 – O número de Colaboradores e o total das remunerações que lhes foram pagas em 2011, separados por diferentes áreas de atividade, consta do mapa que em seguida se transcreve:

Euros

Sociedade	Segmentação	N.º de Colaboradores	Total Remunerações Pagas
Banco Comercial Português	Banca de Retalho	6.387	196.700,734,81
	Banca Empresas, Cred. Especializado, Negócio Imobiliário	442	20.199.642,32
	Corporate e Banca de Investimento	213	11.134.396,86
	Asset Management & Private Banking	277	15.081.587,24
	Serviços Centrais	2.736	122.174.481,77

7 – Relativamente aos Colaboradores abrangidos pelo Aviso 5/2008, Compliance Officer, Group Auditor, Risk Officer, bem como o Group Treasurer, o Responsável pela Direção de Assets and Liabilities Management e o responsável pela Direção de Crédito, as remunerações pagas ascenderam a 1.207.433,92 euros a que correspondeu um IRS retido de 458.055,00 euros e encargos com Fundos de Pensões de 61.479,73 euros. De notar que estes valores estão já contidos nos que foram disponibilizados nos pontos 2 e 6 atrás.

II.34. Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis

Face ao modelo de governo adotado o presente número não é aplicável.

Contudo, refere-se que os Membros do Conselho Geral e de Supervisão têm uma remuneração fixa, não incluindo qualquer componente variável, não podendo por força da lei e dos Estatutos do Banco, receber qualquer outra remuneração do Banco e/ou suas participadas.

II.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adotada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respetiva intervenção no procedimento)

Qualquer Colaborador do Banco Comercial Português (ou de Sociedades que integrem o Grupo) que tome conhecimento de situações ou ações e que indiciem irregularidades tem o dever de informar de tal ocorrência o primeiro responsável da unidade orgânica que integra o(s) Colaborador(es) visado(s), dando simultâneo conhecimento à sua hierarquia, a qual apreciará a ocorrência e deliberará da sua remessa à Direção de Auditoria do Banco Comercial Português, para condução das diligências que entenderem necessárias.

Quando as irregularidades detetadas respeitarem a Colaboradores da Direção de Auditoria, a sua comunicação deve ser realizada diretamente ao Presidente do Conselho de Administração Executivo, que promoverá a condução de diligências de averiguação por meios exteriores àquela Direção, dando das mesmas conhecimento ao Conselho Geral e de Supervisão.

Com o propósito de adotar as melhores práticas de governação societária e de reforçar a cultura de responsabilidade e cumprimento que sempre norteou a atuação do Grupo, foi instituído, nomeadamente para as situações em que o sistema de comunicação por via hierárquica possa não permitir alcançar os objetivos pretendidos, um sistema de comunicação de irregularidades que substitui e releva o Colaborador de o realizar perante o primeiro responsável da unidade orgânica que integra o(s) Colaborador(es) visado(s).

Neste sentido, foi especialmente criado um endereço de correio eletrónico (comunicarirregularidade@millenniumbcp.pt), exclusivamente destinado à receção de comunicações de alegadas irregularidades que ocorram dentro do Grupo, cuja gestão e encaminhamento é da competência do Conselho Geral e de Supervisão, que a delegou na Comissão para as Matérias Financeiras.

No caso de a comunicação estar relacionada com algum membro do Conselho Geral e de Supervisão ou de alguma das suas comissões especializadas, a mesma deverá ser dirigida ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão através de um endereço de correio eletrónico específico (presidente.cgs@millenniumbcp.pt).

A Comissão para as Matérias Financeiras articula com a Direção de Auditoria o tratamento das comunicações recebidas, designadamente quanto à necessidade de proceder a diligências de averiguação adicionais ou de instaurar algum procedimento disciplinar.

SECÇÃO V – COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.36. Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adotado pela Sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de Administrador

Vide pontos II.1. D) e II.2. B).

II.37. Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das atas dessas reuniões

Vide ponto II.2.

II.38. Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração

O currículo e percurso profissional dos membros do Conselho de Remunerações e Previdência, em funções no exercício de 2011, constantes do Anexo III ao presente relatório, evidenciam a respetiva experiência e conhecimentos.

A este propósito refira-se, ainda, que o Conselho de Remunerações e Previdência, para deliberar sobre as políticas por si aprovadas e submetidas à Assembleia Geral Anual que teve lugar em 18 de abril de 2011, contratou a empresa Towers Watson, de reconhecida reputação nacional e internacional.

II.39. Referência à independência das pessoas singulares ou coletivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação atual com consultora da empresa

Quando da contratação da Towers Watson promovida pelo Conselho de Remunerações e Previdência, foi deliberado pelo Conselho de Administração Executivo, em articulação com o Conselho de Remunerações e Previdência, solicitar a esta empresa a análise da política de remuneração dos Diretores do Banco, o que foi feito com o objetivo de assegurar coerência nas políticas a praticar e racionalização de custos com consultores.

Por esta razão, e não mantendo esta consultora ou os seus responsáveis qualquer relacionamento privilegiado com o Conselho de Administração Executivo ou qualquer dos seus membros, considera-se que a sua contratação para a prestação do serviço com o âmbito alargado referido no parágrafo precedente, em nada é passível de afetar a independência desta consultora em relação à sociedade ou ao seu Conselho de Administração Executivo.

CAPÍTULO III – INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa

Todas as ações emitidas pelo Banco Comercial Português estão admitidas à negociação, são de categoria única e conferem os mesmos direitos e deveres. Consequentemente não existem acionistas titulares de direitos especiais.

III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

A 31 de dezembro de 2011, os acionistas com participações superiores a 2% do capital social do Banco Comercial Português, S.A., calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e de acordo com as informações de que o Banco dispõe, eram as seguintes:

31 de dezembro de 2011

Acionista	N.º ações	% do Capital social	% dos Direitos de voto
Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, EP	794.930.620	11,03%	11,04%
Membros dos órgãos de administração e fiscalização	1.159	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO SONANGOL	794.931.779	11,03%	11,04%
Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			
Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	340.563.541	4,73%	4,73%
Têdal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	53.647.851	0,74%	0,74%
Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	844.627	0,01%	0,01%
TOTAL DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE	395.056.019	5,48%	5,48%
Fundação José Berardo	238.066.347	3,30%	3,31%
Metalgest – Sociedade de Gestão, S.G.P.S., S.A.			
Metalgest – Sociedade de Gestão, S.G.P.S., S.A.	66.114.248	0,92%	0,92%
Kendon Properties	846.154	0,01%	0,01%
Moagens Associadas, S.A.	13.827	0,00%	0,00%
Cotrancer – Comércio e Transformação de Cereais, S.A.	13.827	0,00%	0,00%
Bacalhã, Vinhos de Portugal, S.A.	11.062	0,00%	0,00%
Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	20.404	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO BERARDO	305.085.869	4,23%	4,24%
Bansabadell Holding, S.L.	253.578.691	3,52%	3,52%
Banco de Sabadell, S.A.	44.454.342	0,62%	0,62%
Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	15.083	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO SABADELL	298.048.116	4,14%	4,14%
PENSÕESGERE – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	278.739.200	3,87%	3,87%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	185.382.556	2,57%	2,57%
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.	25.275.788	0,35%	0,35%
Companhia de Seguros Império Bonança, S.A.	5.167	0,00%	0,00%
Fundo de Pensões CGD	1.042.763	0,01%	0,01%
Parcaixa, S.G.P.S., S.A.	5.300.000	0,07%	0,07%
TOTAL DO GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	217.006.274	3,01%	3,01%
EDP – Imobiliária e Participações, S.A.	144.592.140	2,01%	2,01%
Fundo de Pensões EDP	70.755.665	0,98%	0,98%
Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	219.321	0,00%	0,00%
TOTAL DO GRUPO EDP	215.567.126	2,99%	2,99%
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	2.504.434.383	34,75%	34,77%

Os direitos de voto anteriormente reportados resultam das participações diretas e indiretas dos Acionistas no capital social do Banco Comercial Português, sendo que não foram comunicadas ou apuradas quaisquer outras imputações de direitos de voto previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

III.3. Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações

Não existem restrições estatutárias à livre transmissibilidade de ações.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

A Sociedade desconhece a existência de acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de valores mobiliários ou condicionem o exercício de direitos de voto.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

a) Quórum constitutivo – Artigo 24.º dos Estatutos

A Assembleia Geral delibera, em primeira convocação, quando estejam presentes ou representados Acionistas titulares de mais de um terço do capital social.

Em segunda convocatória a Assembleia Geral poderá reunir e deliberar seja qual for o número de Acionistas presentes ou representados e o montante de capital que lhes couber.

b) Quórum deliberativo – Artigo 25.º dos Estatutos

O quórum deliberativo exigido nos Estatutos do Banco corresponde ao legal, ou seja, quer a Assembleia reúna em primeira, quer em segunda convocação, as alterações de estatutos carecem de ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos. Nos termos do artigo 55.º dos estatutos, é exigida maioria correspondente a três quartos do capital realizado para a deliberação sobre dissolução da Sociedade.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não está previsto qualquer sistema com estas características. Os trabalhadores que sejam detentores de ações não são discriminados, em razão dessa sua qualidade, pelo que gozam exatamente dos mesmos direitos de qualquer outro acionista.

III.8. Descrição da evolução da cotação das ações do emitente, tendo em conta, designadamente:

a) A emissão de ações ou de outros valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações

Durante o ano de 2011 não se realizou qualquer operação de emissão de ações ou de outros valores mobiliários que confiram direito à subscrição ou aquisição de ações.

b) O anúncio de resultados

O anúncio de resultados consta do Anexo IV ao presente relatório.

O quadro seguinte sumaria os principais eventos do ano de 2011, a variação da cotação quer no dia seguinte quer nos cinco dias subsequentes, bem como a evolução relativa face aos principais índices de referência nos períodos indicados.

Nº	Data	Facto relevante	Var. +1D	Var. face ao PSI20 (1D)	Var. face ao DJ5 Banks (1D)	Var. +5D	Var. face ao PSI20 (5D)	Var. face ao DJ5 Banks (5D)
1	01.02.2011	Resultados no 4.º trimestre de 2010 do Bank Millennium Polónia	0,5%	0,2%	0,3%	5,2%	3,4%	3,1%
2	02.02.2011	Resultados Consolidados de 2010	-0,8%	0,4%	-0,5%	4,5%	2,3%	3,4%
3	11.03.2011	Participação da Sonangol	3,5%	2,6%	3,2%	2,8%	3,3%	5,6%
4	15.03.2011	Decisão de <i>rating</i> da Moody's para a República Portuguesa	1,2%	0,2%	1,4%	1,2%	1,1%	1,9%
5	24.03.2011	Decisão de <i>rating</i> da Fitch para a República Portuguesa	1,9%	1,7%	1,5%	8,3%	6,8%	4,8%
6	25.03.2011	Decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's para a República Portuguesa	1,5%	1,1%	1,9%	5,4%	5,5%	4,5%
7	28.03.2011	Decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's para o BCP	-2,3%	2,1%	1,2%	4,3%	4,8%	2,2%
8	29.03.2011	Divulgação da proposta de aumento de capital	0,3%	0,9%	0,3%	4,6%	4,2%	3,5%
9	31.03.2011	Decisão de <i>rating</i> da Fitch para o BCP	1,2%	0,2%	1,0%	6,6%	4,6%	2,3%
10	01.04.2011	Decisão de <i>rating</i> da Fitch para a República Portuguesa	-0,3%	0,4%	0,4%	3,8%	3,1%	1,6%
11	05.04.2011	Decisão de <i>rating</i> da Moody's para a República Portuguesa e da Fitch para o BCP	4,2%	3,9%	2,3%	3,7%	3,8%	2,3%
12	06.04.2011	Anúncio do pedido de ajuda externa pelo Governo português e decisão de <i>rating</i> da Moody's para o BCP	4,1%	2,9%	3,0%	0,3%	1,2%	0,4%
13	18.04.2011	Conclusões da Assembleia Geral Anual	0,4%	0,2%	0,4%	0,6%	0,1%	1,7%
14	19.04.2011	Deliberações tomadas na Assembleia Geral e aviso para o aumento de capital social por incorporação de reservas	2,3%	2,7%	2,9%	0,3%	0,3%	2,1%
15	20.04.2011	Alteração do calendário de publicação dos resultados do 1.º trimestre de 2011 e Acordo de <i>Underwriting</i>	2,3%	2,5%	0,8%	4,0%	4,0%	2,1%
16	27.04.2011	Resultados no 1.º trimestre de 2011 do Bank Millennium Polónia e Consolidados do BCP	0,6%	0,1%	0,1%	1,7%	1,2%	2,9%
17	28.04.2011	Início do período de negociação dos direitos de incorporação	0,7%	1,1%	-1,0%	4,2%	3,0%	7,0%
18	02.05.2011	Início do período da Oferta Pública de Troca	1,5%	0,8%	-1,0%	2,2%	1,5%	5,0%
19	16.05.2011	Resultado da oferta pública geral de aquisição de VMPS	1,1%	0,9%	0,5%	4,7%	2,9%	1,9%
20	17.05.2011	Registo comercial de aumento de capital	0,9%	0,5%	0,9%	2,7%	0,9%	0,1%
21	19.05.2011	Aviso exercício de direitos e deliberação aumento de capital reservado a acionistas	-2,2%	1,7%	-1,4%	1,5%	0,2%	0,2%
22	24.05.2011	Solicitação de garantia do Estado para emissão de dívida	3,9%	3,0%	1,8%	5,9%	5,4%	9,4%
23	27.05.2011	Início do período de negociação dos direitos de preferência	6,6%	5,7%	6,1%	3,0%	2,6%	1,4%
24	03.06.2011	Exercício de direito de disposição sobre ações da REN	3,3%	2,1%	1,8%	10,3%	6,1%	6,4%
25	13.06.2011	Resultados da oferta e do rateio e apresentação dos resultados do aumento de capital	1,1%	0,4%	0,0%	5,7%	4,6%	6,9%
26	15.06.2011	Registo comercial de aumento de capital e decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's para o BCP	1,2%	1,8%	1,4%	1,9%	1,3%	2,9%
27	20.06.2011	Admissão à negociação das ações do aumento de capital e renúncia do Vice-Presidente do CAE	0,2%	1,5%	2,0%	5,4%	3,2%	1,7%
28	27.06.2011	Conclusões da Assembleia Geral	0,8%	0,8%	2,1%	3,4%	3,1%	3,9%
29	07.07.2011	Decisão de <i>rating</i> da Moody's para a República Portuguesa	3,6%	2,1%	-1,2%	11,3%	4,5%	5,5%
30	15.07.2011	Resultados do teste de <i>stress</i> e decisão de <i>rating</i> da Moody's para o BCP	-7,2%	4,7%	4,0%	6,0%	0,9%	0,2%
31	26.07.2011	Resultados no 1.º semestre de 2011 do Bank Millennium Polónia	6,7%	4,1%	4,6%	10,7%	5,0%	4,4%
32	27.07.2011	Resultados Consolidados no 1.º semestre de 2011 e ajustamento da agenda estratégica	1,6%	0,7%	0,3%	6,2%	1,8%	0,1%
33	07.09.2011	Parceria para o mercado brasileiro e nomeação de Vice-Presidente e distribuição dos pelouros do CAE	0,0%	1,1%	0,9%	9,0%	5,4%	4,0%
34	19.09.2011	Esclarecimento sobre notícias relacionadas com a Polónia	0,5%	0,5%	-0,5%	8,9%	4,6%	9,6%
35	22.09.2011	Anúncio da oferta para a troca de emissões	0,0%	1,0%	3,5%	9,3%	6,1%	6,3%
36	30.09.2011	Alargamento do prazo da oferta para troca de emissões	5,6%	3,0%	2,9%	11,8%	12,3%	13,5%
37	04.10.2011	Autorização para o alargamento do montante de troca de emissões	4,6%	1,8%	0,0%	0,0%	-6,7%	11,9%
38	07.10.2011	Resultados da troca de emissões e decisões de <i>rating</i> para o BCP	1,7%	0,6%	0,6%	1,2%	4,0%	2,4%
39	20.10.2011	Decisão de <i>rating</i> da DBRS para o BCP	3,1%	1,7%	-0,7%	3,1%	1,7%	10,3%
40	21.10.2011	Resultados no 3.º trimestre de 2011 do Bank Millennium Polónia	1,2%	0,9%	2,9%	4,2%	3,4%	13,3%
41	27.10.2011	Exercício da EBA sobre exposição a dívida soberana	-4,2%	3,4%	4,1%	24,0%	20,8%	15,6%
42	02.11.2011	Resultados Consolidados do 3.º trimestre de 2011	-3,1%	6,0%	5,0%	16,0%	16,6%	13,1%
43	25.11.2011	Decisão de <i>rating</i> da Fitch para o BCP	1,6%	1,3%	4,1%	1,6%	8,8%	15,4%
44	08.12.2011	Exercício de capital do EBA	0,8%	-0,7%	1,8%	12,1%	9,9%	8,7%
45	16.12.2011	Resultados do Programa de Inspeções do Banco de Portugal e decisão de <i>rating</i> da Standard and Poor's para o BCP	1,8%	2,0%	1,6%	6,4%	4,8%	1,5%
46	19.12.2011	Compromisso com o desenvolvimento orgânico do Bank Millennium Polónia	0,9%	0,5%	2,3%	16,7%	14,2%	12,3%

A ilustração do comportamento da ação do BCP em 2011 é apresentada no gráfico seguinte:



c) O pagamento de dividendos efetuado por categoria de ações com indicação do valor líquido por ação

Tendo em consideração, por um lado, os princípios de prudência de gestão do capital e, por outro, a implementação das novas regras de capital que poderão conduzir à suspensão temporária do pagamento de dividendos, o Millennium bcp, com esta condicionante, reitera a sua política de distribuição de dividendos, tendo por princípio o objetivo de distribuir cerca de 40% dos resultados líquidos.

Os valores dos dividendos distribuídos pelo Millennium bcp desde o ano de 2000 encontram-se discriminados no quadro ao lado:

Exercício	Ano de pagamento	Dividendo bruto por ação (euros)	Dividendo Líquido por ação (euros)		Payout ratio ⁽¹⁾	Dividend yield ⁽²⁾
			Residentes	Não Residentes		
2000 ⁽³⁾	2001	scrip ⁽⁴⁾	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2001	2002	0,150	0,120	0,105	61,05%	3,30%
2002	2003	0,100	0,080	0,070	49,22% ⁽⁵⁾	4,39%
2003	2004	0,060	0,051	0,045	44,66%	3,39%
2004						
Dividendo Antecipado	2004	0,030	0,026	0,023		
Dividendo Final	2005	0,035	0,030	0,026		
Dividendo Total		0,065	0,055	0,049	41,27%	3,44%
2005						
Dividendo Antecipado	2005	0,033	0,028	0,025		
Dividendo Final	2006	0,037	0,031	0,028		
Dividendo Total		0,070	0,060	0,053	31,89%	3,00%
2006						
Dividendo Antecipado	2006	0,037	0,030	0,030		
Dividendo Final	2007	0,048	0,038	0,038		
Dividendo Total		0,085	0,068	0,068	39,36%	3,04%
2007						
Dividendo Antecipado	2007	0,037	0,030	0,030		
Dividendo Final	2008	0,000	0,000	0,000		
Dividendo Total		0,037	0,030	0,030	23,72%	1,27%
2008	2009	0,017	0,014	0,014	39,67%	2,09%
2009	2010	0,019	0,015	0,015	39,61%	2,25%
2010 ⁽³⁾	2011	scrip ⁽⁶⁾	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(1) Payout ratio representa a percentagem dos resultados líquidos distribuídos aos acionistas sob a forma de dividendo.

(2) Dividend yield representa o rendimento percentual anual expresso pela divisão do valor do dividendo bruto pela cotação da ação no final do ano a que se refere o dividendo.

(3) Pago sob a forma de scrip dividend através da emissão de novas ações e a sua distribuição proporcional pelos acionistas detentores de ações representativas do capital social do Banco.

(4) Com base no resultado líquido antes da constituição de provisões para riscos bancários gerais no valor de 200 milhões de euros.

(5) O scrip dividend corresponde a 0,150 euros por ação, 62,36% do resultado líquido e 2,65% do valor de cotação da ação no final do ano de 2000.

(6) O scrip dividend corresponde a 0,026 euros por ação, 39,79% do resultado líquido e 4,39% do valor de cotação da ação no final do ano de 2010.

III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adotada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por ação distribuído nos três últimos exercícios

Vide número anterior.

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de ações e dos planos de atribuição de opções de aquisição de ações adotados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adoção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano

Não existem atualmente planos de atribuições de ações nem de opções de aquisição de ações.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, exceto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da atividade corrente da sociedade

Todas as operações enquadráveis neste número foram realizadas em condições normais de mercado para operações similares e integram-se na atividade corrente da Sociedade, tendo sido, independentemente do seu valor, aprovadas em Conselho de Administração Executivo e submetidas a parecer da Comissão para as Matérias Financeiras.

III.12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado

Todas as operações enquadráveis neste número foram realizadas em condições normais de mercado para operações similares e integram-se na atividade corrente da Sociedade, tendo sido, independentemente do seu valor, aprovadas em Conselho de Administração Executivo e submetidas a parecer da Comissão para as Matérias Financeiras.

III.13. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Os negócios a realizar entre a Sociedade e membros de órgãos sociais, titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação exclusiva pelo Conselho de Administração Executivo, suportada em análises e pareceres técnicos emitidos pela Direção de Crédito e em relatórios elaborados pela Direção de Auditoria e sujeitos a parecer da Comissão para as Matérias Financeiras.

III.14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização

Durante o ano 2011, a Direção de Auditoria analisou propostas de operações de crédito relativas a membros dos órgãos sociais e a detentores de participação qualificada e a entidades com estes relacionadas. Os pareceres emitidos pela Direção de Auditoria foram incluídos nos respetivos processos de aprovação pelo Conselho de Administração Executivo e de emissão dos pareceres pela Comissão para as Matérias Financeiras, órgão de fiscalização do Banco, a que tais operações se encontram sujeitas. No mesmo período o Conselho de Administração Executivo aprovou 28 propostas sobre as referidas operações de crédito, tendo-se o órgão de fiscalização pronunciado sobre as mesmas. Todos os negócios foram realizados em condições normais de mercado. O montante médio das 28 propostas foi de 110,9 milhões de euros e o montante máximo individual foi de 653,8 milhões de euros.

III.15. Indicação da disponibilização, no sítio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo conselho fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas

Os relatórios a que se refere o presente ponto constam no início do Volume II dos documentos de prestação de contas, volume do qual este Relatório faz parte, e constam no sítio do Banco, na página com o seguinte endereço direto: <http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/governacao/article.html?articleID=677266>.

III.16. Referência à existência de um gabinete de apoio ao investidor ou a outro serviço similar, com alusão a:

Através da Direção de Relações com Investidores, o Banco estabelece um diálogo permanente com o universo financeiro – Acionistas, Investidores e Analistas, bem como com os mercados financeiros em geral e as respetivas entidades reguladoras.

a) Funções da Direção de Relações com Investidores

As principais funções da Direção de Relações com Investidores são:

- Proporcionar um relacionamento completo, rigoroso, transparente, eficiente e disponível com os investidores e analistas, bem como com os mercados financeiros em geral e as respetivas entidades reguladoras;
- Acompanhar a negociação dos valores mobiliários emitidos pelo Grupo com vista à atualização da evolução da base acionista da Instituição;
- Colaborar com as áreas responsáveis pela emissão de dívida do Grupo e áreas de relações com investidores de subsidiárias, nomeadamente na prestação de informação e coordenação de atividades;
- Cooperar com as diferentes áreas do Banco na prestação de informação institucional e divulgação da atividade do Grupo.

b) Tipo de informação disponibilizada pela Direção de Relações com Investidores

Em 2011, à semelhança de anos anteriores, o Banco prosseguiu uma ampla atividade de comunicação com o mercado, adotando as recomendações da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários e as melhores práticas internacionais em sede de comunicação financeira e institucional.

No âmbito do cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte, é divulgada trimestralmente informação relativa aos resultados e à atividade do Banco. São realizadas conferências de imprensa e *conference calls* com Analistas e Investidores, que contaram com a participação de Membros do Conselho de Administração Executivo.

Assiduamente o Banco realiza conferências de imprensa e *conference calls* com Analistas e Investidores, e disponibiliza igualmente o Relatório e Contas Anual, relatório e contas semestral e informação trimestral, e publica toda a informação relevante e obrigatória através do sistema de difusão de informação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Em 2011, o Banco efetuou 1.825 comunicados ao mercado, dos quais 292 relativos à informação privilegiada.

Durante o ano, o Banco participou em diversos eventos, tendo realizado seis *roadshows* em duas grandes praças financeiras mundiais – Londres e Paris – e participado em dez conferências de investidores organizadas por outros Bancos como HSBC, Morgan Stanley, Goldman Sachs e Santander, Euronext Portuguese Day em Nova Iorque, Nomura, BBVA, KBW, Merrill Lynch e JP Morgan onde realizou apresentações institucionais e reuniões *one-to-one* com investidores. Em 2011, foram realizadas 303 reuniões com investidores, o que corresponde a um acréscimo de 50% relativamente a 2010. Deve notar-se o significativo aumento de contactos com investidores de dívida do Banco em 2011.

Toda a informação de natureza institucional e relevante que é pública encontra-se disponível no sítio do Banco, em português e na versão em inglês, na página com o seguinte endereço: www.millenniumbcp.pt.

c) Vias de acesso à Direção de Relações com Investidores

Telefone: + 351 21 113 10 84

Fax: + 351 21 113 69 82

Morada: Av. Prof. Doutor Cavaco Silva, Edifício I | Piso 0B

2744-002 Porto Salvo, Portugal

e-mail: investors@millenniumbcp.pt

d) Sítio da Sociedade na Internet

www.millenniumbcp.pt

e) Identificação do representante para as relações com o mercado

O representante do Banco para as relações com o mercado é Rui Pedro da Conceição Coimbra Fernandes, também primeiro responsável pela Direção de Relações com Investidores.

III.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) serviços de revisão legal de contas; b) outros serviços de garantia de fiabilidade; c) serviços de consultoria fiscal; d) outros serviços que não de revisão legal de contas. Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor. Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio.

RELAÇÃO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Acompanhamento da atividade

O acompanhamento da atividade do Auditor do Grupo, KPMG & Associados, SROC, S.A. (KPMG) é assegurado pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS), através da Comissão para as Matérias Financeiras (CMF), competindo-lhe igualmente propor à Assembleia Geral a respetiva eleição e designação pronunciando-se sobre as suas condições de independência e outras relações com o Grupo.

Em consistência com a prática seguida em exercícios anteriores, o referido acompanhamento é efetuado através de contactos regulares com a KPMG, que incluem a participação do Revisor Oficial de Contas nas reuniões mensais da CMF e que permitem ao CGS e à CMF a discussão atempada das situações e critérios decorrentes do trabalho de auditoria.

Remunerações

Durante o exercício de 2011, o Banco Comercial Português, S.A. e/ou pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo com o Banco contrataram serviços à Rede KPMG (Portugal e Estrangeiro) cujos honorários, abaixo segregados por localização geográfica da entidade da rede KPMG prestadora do serviço, ascenderam a 4.704.105 euros (2010: 6.616.143 euros), com a seguinte distribuição pelos diferentes tipos de serviços prestados:

	Portugal	Estrangeiro	Total	%
Serviços de revisão legal das contas	1.874.300	823.100	2.697.400	70%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	768.140	412.980	1.181.120	30%
1. TOTAL SERVIÇOS DE AUDITORIA	2.642.440	1.236.080	3.878.520	82%
Serviços de consultoria fiscal	1.900	18.230	20.130	2%
Outros serviços que não de revisão legal das contas	674.430	131.025	805.455	98%
2. TOTAL DE OUTROS SERVIÇOS	676.330	149.255	825.585	18%
TOTAL	3.318.770	1.385.335	4.704.105	

Apresentamos uma descrição dos principais serviços incluídos em cada uma das categorias de serviços prestados pela KPMG com referência a 31 de dezembro de 2011.

1. SERVIÇOS DE AUDITORIA

Serviços de revisão legal das contas

Inclui os honorários cobrados pela KPMG no âmbito da auditoria e da revisão legal das contas consolidadas do Grupo e das diversas empresas em base individual, auditoria das subsidiárias para efeitos de consolidação e outros serviços associados à revisão legal das contas incluindo a auditoria com referência a 31 de dezembro, a revisão limitada com referência a 30 de junho.

Outros serviços de garantia e fiabilidade

Inclui os honorários cobrados pela KPMG no âmbito da prestação de serviços que dadas as suas características estão associados ao trabalho de auditoria e devem em muitos casos ser prestados pelos auditores estatutários, nomeadamente: emissão de cartas conforto e pareceres sobre temas específicos (controlo interno ao abrigo do disposto no Aviso n.º 5/2008, salvaguarda de ativos de acordo com o disposto pela CMVM, serviços associados a verificação do relatório de sustentabilidade e outros serviços permitidos de natureza contabilística).

2. OUTROS SERVIÇOS

Serviços de consultoria fiscal

Inclui os honorários cobrados pela KPMG no âmbito do apoio fiscal prestado ao Grupo na revisão das obrigações fiscais das diversas empresas no estrangeiro.

Outros serviços que não de revisão legal

Inclui os honorários cobrados pela KPMG no âmbito dos serviços que não de revisão legal que são permitidos de acordo com as regras de independência definidas e sujeitas à monitorização da CMF.

Aprovação de serviços

O Millennium bcp mantém uma política de independência muito estrita de forma a prevenir quaisquer conflitos de interesses na utilização dos serviços dos seus auditores externos. Como auditor do Grupo BCP, a KPMG cumpre com as regras de independência definidas pelo Grupo, incluindo as definidas pela 8.ª Diretiva da Comissão Europeia revista pela Diretiva 2006/43/CE do Parlamento e do Conselho de 17 de maio de 2006 transpostas parcialmente para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de novembro, bem como as regras de independência definidas pela KPMG, através da aplicação das Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants.

Tendo como objetivo a salvaguarda da independência do Auditor, e tendo presentes as boas práticas e as normas nacionais e internacionais foram aprovados pelo CGS, através da CMF do Banco e pela KPMG um conjunto de princípios reguladores, descritos como segue:

- A KPMG, sociedades ou pessoas coletivas pertencentes à mesma (Rede) não poderão prestar ao Banco ou ao Grupo, serviços que são considerados proibidos no âmbito das regras acima referidas;
- A contratação dos restantes serviços não proibidos, por parte de qualquer Unidade Orgânica do Banco ou sociedade sua participada, implica a sua prévia aprovação pela CMF do Banco. A referida aprovação é emitida para um conjunto predefinido de serviços por um período renovável de 12 meses. Para os restantes serviços, que não tenham sido pré-aprovados é necessária a aprovação específica por parte da CMF.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO DE QUALIDADE DA KPMG

Gestão de risco

A responsabilidade da KPMG é de garantir que estes serviços não ponham em causa a sua Independência como auditor do Grupo BCP. Os requisitos de independência do auditor são determinados com base numa combinação das políticas do Grupo BCP sobre a independência dos auditores externos, nas regras nacionais de cada país, quando as mesmas são mais exigentes, e das regras internas da KPMG. Anualmente, a KPMG reporta ao Conselho de Administração Executivo e à CMF sobre todas as medidas estabelecidas para salvaguardar a sua independência na qualidade de auditor do Grupo BCP.

A KPMG implementou a nível internacional um sistema denominado "Sentinel", que condiciona à autorização do "Global Lead Partner" responsável pelo cliente, a prestação de serviços por qualquer escritório de toda a rede KPMG. Este procedimento implica que as Unidades da KPMG a quem o serviço é solicitado, obtenham a autorização prévia do referido "Global Lead Partner". A referida solicitação inclui a apresentação da fundamentação do trabalho pedido, nomeadamente dos fatores que permitam avaliar o cumprimento das regras de *risk management* aplicáveis e, consequentemente, da independência da KPMG.

O “Global Lead Partner” tem ainda a responsabilidade de verificar que as propostas de serviços apresentadas através do “Sentinel”, cumprem com as regras de pré-aprovação de serviços e, quando aplicável, procede às diligências necessárias junto da CMF, com vista à verificação do rigoroso cumprimento das normas de independência aplicáveis.

Todos os colaboradores da KPMG são obrigados a cumprir as regras de independência referidas no Risk Management Manual da KPMG Internacional, para além de terem de cumprir integralmente com as regras estabelecidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, quando aplicável, do Independence Standards Board e outras entidades reguladoras.

Cada profissional da KPMG é responsável por manter a sua independência, sendo obrigado a rever periodicamente os seus interesses financeiros bem como relações pessoais e profissionais, no sentido de assegurar o cumprimento estrito com os requisitos de independência da Firma e da profissão. Qualquer colaborador da Firma está proibido de colaborar com qualquer outra entidade ou organização (cliente ou não), seja como diretor, executivo, profissional liberal ou empregado.

Por forma a garantir a sua independência e dos seus profissionais, tanto de facto como em substância, a KPMG desenvolveu uma aplicação – KPMG Independence Compliance System (KICS) – a qual inclui informação relativa a regras de independência, um motor de busca para aceder à lista de entidades restritas, nas quais não é permitido deter interesses financeiros e um sistema de reporte de investimentos financeiros dos colaboradores, no qual cada profissional regista a designação dos interesses financeiros por si detidos. Desta forma esta aplicação responde às exigências da AICPA, relativamente à independência, não afetando as políticas de privacidade.

É exigida a todos os profissionais da KPMG, uma declaração anual de independência, assinada por ocasião da sua admissão e renovada anualmente, na qual estes se comprometem a não adquirir interesses financeiros, diretos ou indiretos, em clientes da Firma a manter toda a informação a que têm acesso confidencial, e a evitar relações com colaboradores de clientes que possam pôr em causa a independência e a objetividade da Firma.

Controlo de qualidade

Controlo de qualidade por equipas internas dos escritórios nacionais

Com vista a garantir aos seus clientes a qualidade dos serviços que presta, a KPMG promove anualmente o controlo de qualidade relativamente aos trabalhos que executa, o qual passa essencialmente pelos seguintes aspetos:

- Revisão de cada trabalho por toda a equipa envolvida, permitindo, previamente à sua conclusão, identificar áreas onde seja necessário trabalho adicional em determinada componente das demonstrações financeiras do cliente;
- Revisão anual, por uma equipa dos mais experientes profissionais da KPMG, a uma amostra representativa dos papéis de trabalho dos seus clientes, com vista a assegurar que o planeamento do trabalho foi efetuado da forma mais eficaz, que a informação recolhida nesta fase permitiu estruturar e desenhar os testes de controlo interno e substantivos adequados e que estes permitiram assegurar a análise de todas as áreas de risco identificadas nas fases de planeamento do trabalho.

Controlo de qualidade por equipas internas dos escritórios internacionais

Para além do controlo de qualidade permanentemente exercido pelos profissionais dos escritórios em Portugal, a KPMG promove também, anualmente, auditorias de qualidade aos procedimentos gerais, de avaliação de risco e de qualidade dos trabalhos realizados efetuadas por membros de escritórios internacionais da KPMG que disponham da formação adequada para efetuar estes controlos.

Estes controlos permitem a partilha e harmonização dos conhecimentos da KPMG a nível mundial, permitindo a identificação de riscos e a utilização de determinadas ferramentas de análise e minimização desse risco, já desenvolvidas noutros países. A avaliação e controlo da qualidade efetuados por profissionais dos escritórios em Portugal e de escritórios internacionais são suportados numa ferramenta informática especialmente desenvolvida para o efeito.

O referido acompanhamento é efetuado através de contactos periódicos com a KPMG, permitindo ao Conselho Geral e de Supervisão e à Comissão para as Matérias Financeiras a discussão atempada das situações e critérios decorrentes do trabalho de auditoria.

III.18. Referência ao período de rotatividade do Auditor Externo

O Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de novembro, no n.º 2 do artigo 54.º, estabelece o período máximo de exercício de funções de auditoria pelo Sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua designação, por outro lado a recomendação do Código do Governo das Sociedades da CMVM expressa que a manutenção do Auditor Externo para além do período de rotação nela estabelecido deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição, parecer que foi emitido e submetido à assembleia geral anual, que era eletiva e se realizou em 18 de abril de 2011.

A fiscalização interna efetuada pela Comissão para as Matérias Financeiras à independência do Auditor Externo, designadamente no que respeita à prestação de serviços adicionais, bem como a respetiva avaliação do desempenho ao longo do mandato, concluiu que as funções do Auditor Externo foram exercidas de forma adequada, revelando profissionalismo e qualidade no trabalho desenvolvido.



ADENDA COM INFORMAÇÃO SOBRE O MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO EM VIGOR

1. Informação sobre o atual modelo de governo societário do Banco Comercial Português, S.A.

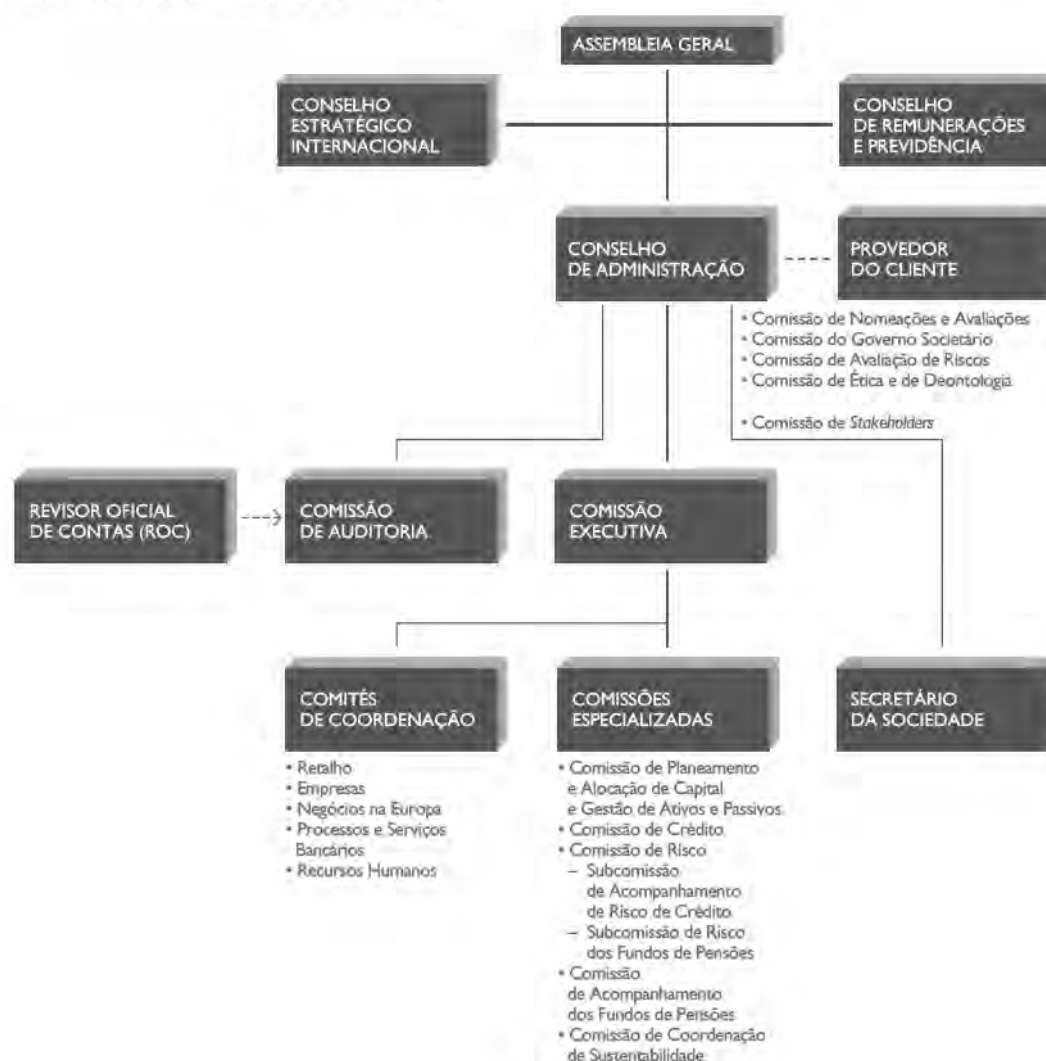
Na Assembleia Geral de Acionistas que se realizou no dia 28 de fevereiro de 2012, os acionistas aprovaram por maioria de 99,21% dos votos expressos a alteração dos Estatutos do Banco Comercial Português, tendo em vista a adoção de um novo modelo de governação. Em consequência, a estrutura de administração e de fiscalização passou a integrar um conselho de administração em cujo âmbito existe uma comissão de auditoria, composta unicamente por administradores não executivos e uma comissão executiva. Existe ainda um revisor oficial de oficial de contas.

Com o objetivo de assegurar o desenvolvimento da estratégia de expansão internacional do Banco e do Grupo, foi ainda eleito, na referida Assembleia Geral, um Conselho Estratégico Internacional, ao qual compete analisar e refletir sobre a referida estratégia, acompanhando a evolução e implementação da mesma.

2. Organograma do modelo de governo corporativo da sociedade

O organograma seguinte representa a estrutura atual de Modelo Corporativo do Banco Comercial Português:

MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



3. Identificação e composição dos órgãos sociais

Em consonância com o modelo de governo societário de administração e fiscalização adotado pelo Banco em 28 de fevereiro de 2012, a sua gestão e fiscalização está estruturada do seguinte modo:

a) Conselho de Administração:

■ Comissão de Auditoria;

■ Comissão Executiva;

b) Revisor Oficial de Contas;

c) Conselho de Remunerações e Previdência;

d) Conselho Estratégico Internacional.

A) COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração atualmente em funções, eleito pela Assembleia Geral de Acionistas de 28 de fevereiro de 2012 por maioria de 98,39% dos votos expressos, para exercer funções no triénio 2012/2014, é composto pelos seguintes membros:

Conselho de Administração:

Presidente: António Vítor Martins Monteiro

Vice-Presidentes: Carlos José da Silva
Nuno Manuel da Silva Amado
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Vogais: António Luís Guerra Nunes Mexia
João Bernardo Bastos Mendes Resende
António Manuel Costeira Faustino
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
António Henriques de Pinho Cardão
César Paxi Manuel João Pedro
José Jacinto Iglésias Soares
André Luiz Gomes
João Manuel de Matos Loureiro
José Guilherme Xavier de Basto
Jaime de Macedo Santos Bastos
Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas
Miguel de Campos Pereira de Bragança
Miguel Maya Dias Pinheiro
Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho
Rui Manuel da Silva Teixeira

■ Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria foi eleita na Assembleia Geral de Acionistas de 28 de fevereiro de 2012 e tem a seguinte composição:

Presidente: João Manuel de Matos Loureiro

Vogais: José Guilherme Xavier de Basto
Jaime de Macedo Santos Bastos

■ Comissão Executiva

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração designou, de entre os seus membros, aqueles que integram a **Comissão Executiva**, órgão de gestão corrente do Banco. A sua composição é a seguinte:

Presidente:	Nuno Manuel da Silva Amado
Vice-Presidentes:	Miguel Maya Dias Pinheiro Miguel de Campos Pereira de Bragança
Vogais:	José Jacinto Iglésias Soares Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas Rui Manuel da Silva Teixeira

B) REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas, cujo mandato é 2011/2013, é a KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Ana Cristina Dourado.

C) COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE REMUNERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

O Conselho de Remunerações e Previdência foi eleito na Assembleia Geral de Acionistas de 28 de fevereiro de 2012, para exercer funções no triénio 2012/2014, e tem a seguinte composição:

Presidente:	Baptista Muhongo Sumbe
Vogais:	Manuel Soares Pinto Barbosa José Manuel Archer Galvão Teles José Luciano Vaz Marcos

D) COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTRATÉGICO INTERNACIONAL

O Conselho Estratégico Internacional foi eleito na Assembleia Geral de Acionistas de 28 de fevereiro de 2012, para exercer funções no triénio 2012/2014, e tem a seguinte composição:

Presidente:	Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira
Vogais:	Francisco Lemos José Maria Josep Ollu Creus

4. Identificação e composição de outras comissões da sociedade

O Conselho de Administração, com vista a assegurar e contribuir para o bom desempenho das funções de administração que lhe estão cometidas, designou, em 29 de fevereiro de 2012, com a composição que se elenca, as seguintes comissões:

Comissão de Governo Societário

Presidente:	António Vítor Martins Monteiro
Vogais:	António Luís Guerra Nunes Mervia César Paxi Manuel João Pedro

Comissão de Nomeações e Avaliações

Presidente:	Carlos José da Silva
Vogais:	Nuno Manuel da Silva Amado Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto

A esta comissão são, entre outras, cometidas as responsabilidades previstas no artigo 7.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 de 9 de janeiro de 2012.

Comissão de Avaliação de Riscos

Presidente:	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Vogais:	António Henriques de Pinho Cardão João Bernardo Bastos Mendes Resende

Comissão de Ética e Deontologia

Presidente:	António Manuel Costeira Faustino
Vogais:	Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto António Henriques de Pinho Cardão

A posição acionista dos membros do Conselho de Administração no capital do Banco Comercial Português, S.A. e respetiva competência técnica, conhecimentos, experiência profissional adaptados ao exercício das funções que desempenham, bem como a informação curricular relativa aos membros que integram cada uma das comissões acima referidas, estão disponíveis no sítio do Banco na Internet, na página com o seguinte endereço:

<http://www.millenniumbcp.pt/template/print.jhtml?articleID=217202>.

5. Distribuição de pelouros e áreas de responsabilidade dos administradores

A distribuição de pelouros entre os membros do Conselho de Administração à data da elaboração da presente adenda é a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMISSÃO EXECUTIVA

Áreas de Responsabilidade e Administradores Alternantes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MONTEIRO

Gab. Apoio ao Cons. Administração (NA)

Secretariado da Sociedade (NA)

Fundação Millennium bcp (NA)

Provedoria do Cliente (NA)

COMISSÃO EXECUTIVA

NUNO AMADO (NA)

Gabinete da Presidência (MM)

Direção de Comunicação (MM)

Dir. de Suporte à Gestão de Pessoas (MM)

Direção de Auditoria ¹⁾ (IS)

MIGUEL MAYA (MM)

Direção de Crédito (MB)

Direção de Crédito Especializado (MB)

Dir. Recuperação de Crédito Standardizada (MB)

Dir. Recuperação de Crédito Especializada (MB)

Direção de Corporate II (MB)

Risk Office (MB)

Direção de Rating (MB)

Direção de Contencioso (MB)

Direção de Negócio Imobiliário (MB)

MIGUEL BRAGANÇA (MB)

Direção de Tesouraria e Mercados (MM)

Direção de Assets and Liabilities Management (MM)

Direção Internacional (MM)

Direção de Planeamento e Controlo Orçamental (MM)

Direção de Contabilidade e Consolidação (MM)

Direção de Relações com Investidores (MM)

Direção de Assessoria Fiscal (MM)

Direção de Informação de Gestão (MM)

Direção de Participações Financeiras (MM)

RUI MANUEL TEIXEIRA (RMT)

Banca de Retalho (LPC)

Banca de Empresas (LPC)

Dir. Regionais da Madeira e dos Açores (LPC)

Direção de Marketing (LPC)

Direção de Apoio à Rede (LPC)

Direção de Banca Direta (LPC)

Direção de Cartões (LPC)

LUÍS PEREIRA COUTINHO (LPC)

Direção de Private Banking (RMT)

Millennium bcp Banque Privée (Suíça) (RMT)

Bank Millennium (Polónia) (RMT)

Millennium Bank (Grécia) (RMT)

Banca Millennium (Roménia) (RMT)

Banque BCP (França) (RMT)

Banque BCP (Luxemburgo) (RMT)

FBSU – Foreign Business Support Unit (RMT)

ActivoBank (RMT)

CONCEIÇÃO LUCAS (CL)

Direção de Corporate I (IS)

Direção de Banca de Investimento (IS)

Millennium bim (IS)

Millennium Angola (IS)

Desk Orient (IS)

Millennium bcp Gestão de Ativos (IS)

Gabinete de Estudos (IS)

Millenniumbcp Ageas (IS)

IGLÉSIAS SOARES (IS)

Direção de Informática e Tecnologia (CL)

Direção de Operações (CL)

Direção Administrativa e Patrimonial (CL)

Direção de Qualidade (CL)

Gabinete de Prevenção e Segurança (CL)

Direção Jurídica (CL)

Secretaria Geral (CL)

Direção de Microcrédito (CL)

Compliance Office (CL)

(...) Administrador Alternante

(*) Responsável direto (Iglésias Soares)
Projeto M (Rui Manuel Teixeira)

6. Estatutos do Banco Comercial Português, S.A.

Os Estatutos atuais do Banco Comercial Português, S.A. foram aprovados, na Assembleia Geral de Acionistas de 28 de fevereiro de 2012, por maioria de 99,21% dos votos expressos e estão disponíveis no sítio do Banco na Internet, na página com o seguinte endereço:

<http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/grupobcp/quemsomos/contratodesociedade/>



ANEXO I

CURRÍCULOS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Dados pessoais:

- Data de Nascimento: 23 de fevereiro de 1949;
- Naturalidade: Lisboa;
- Nacionalidade: Portuguesa;
- Cargo: Presidente do Conselho de Administração Executivo (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade);
- Início de Funções: 16 de janeiro de 2008;
- Mandato em Curso: 2011/2013.

Cargos que desempenha em Sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp.

Fora de Portugal:

- Vogal do *Supervisory Board* do Bank Millennium, S.A. (Polónia);
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Millennium Angola, S.A.

Cargos atuais fora do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Sabadell, em representação do Banco Comercial Português, S.A.;
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP – Energias de Portugal, S.A.

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comissão de *Stakeholders*.

Responsabilidades diretas:

- Fundação Millennium bcp;
- Gabinete da Presidência;
- Secretariado da Sociedade;
- ActivoBank, S.A.;
- Millennium Angola;
- Direção de Auditoria;
- Direção de Comunicação;
- Direção de Suporte à Gestão de Pessoas.

Formação e experiência académica:

- Em 1971 – Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;
- De 1977 a 1988 – Assistente encarregue da regência dos cursos de Finanças Públicas, Direito Financeiro, Direito Internacional Económico e Moeda e Crédito na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e na Faculdade de Economia da Universidade Nova.

Outra experiência profissional:

- De 1972 a 1974 – Técnico da Divisão de Contratação Coletiva do Fundo de Desenvolvimento e Mão-de-Obra e Assistente do Centro de Estudos Sociais e Corporativos do Ministério das Corporações e Previdência Social;
- De 1976 a 1977 – Deputado à Assembleia da República pelo Partido Socialista e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança e Saúde;
- De 1977 a 1987 – Vogal do Conselho de Gerência da Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea – ANA;
- De 1984 a 1988 – Membro da Comissão de Reforma Fiscal;
- De 1987 a 1989 – Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras;
- De 1989 a 1991 – Presidente do Conselho de Administração da Companhia do Aeroporto de Macau;
- De 1992 a 1999 – No Grupo Champalimaud, Administrador e posteriormente Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Mundial Confiança e Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Pinto & Sotto Mayor;
- De 1992 a 2001 – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Estoril-Sol;
- De 1999 a 2003 – No Grupo BCP, Administrador da então ServiBanca – Empresa de Prestação de Serviços, ACE, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Seguros & Pensões Gere, SGPS, S.A.; Administrador e Presidente do Conselho de Administração da Império Bonança, da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. das Companhias de Seguros Ocidental e Ocidental (Ramo Vida), da Seguro Direto, da ICI – Império Comércio Indústria, da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde e da Autogere – Companhia Portuguesa de Seguros;
- De 1999 e 2003 – Administrador da Eureko, B.V.;
- De 2003 a 2005 – Vice-Presidente da Estoril-Sol S.G.P.S., S.A., Vice-Presidente da Finansol S.G.P.S., S.A., Presidente Não Executivo da Willis Portugal – Corretores de Seguros, S.A. e Administrador da Varzim Sol – Turismo, Jogo e Animação, S.A.;
- Em 2005 – Administrador do Seng Heng Bank;
- De 2005 a 2008 – Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- De 2005 a 2008 – Presidente do Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau);
- De 2005 a 2008 – Presidente do Caixa – Banco de Investimento, S.A.;
- De 2005 a 2008 – Presidente da Caixa Seguros, S.G.P.S., S.A.;
- De fevereiro a dezembro de 2008 – Gerente da BCP Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.;
- De fevereiro de 2008 a março de 2009 – Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, S.G.P.S., Lda.;
- De fevereiro de 2008 a março de 2009 – Presidente do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE.

Vítor Manuel Lopes Fernandes

Dados pessoais:

- Data de Nascimento: 13 de novembro de 1963;
- Naturalidade: Lisboa;
- Nacionalidade: Portuguesa;
- Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade);
- Início de Funções: 16 de janeiro de 2008;
- Mandato em Curso: 2011/2013.

Cargos que desempenha em Sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Gerente da Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda., anteriormente denominada BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, S.G.P.S., Lda.;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp;
- Presidente do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco ActivoBank, S.A.;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas – Grupo Segurador S.G.P.S., S.A.;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Fora de Portugal:

- Vogal do Conselho de Administração da Banca Millennium, S.A. (Roménia);
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Bank, S.A. (Grécia).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração da SIBS, S.G.P.S., S.A., anteriormente denominada SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A., em representação do Banco Comercial Português, S.A.;
- Vogal do Conselho de Administração da SIBS Forward Payment Solutions, S.A., anteriormente denominada SIBS informática – Tecnologias de Informação, S.A. em representação do Banco Comercial Português, S.A.;
- Membro da Comissão de Vencimentos da UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A., em representação do Banco Comercial Português, S.A.

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité de Empresas;
- Comité de Negócios na Europa;
- Comité de Processos e Serviços Bancários;
- Comité de Retalho;
- Comissão de Crédito;
- Comissão de Risco;

- Subcomissão de Acompanhamento do Risco de Crédito;
- Subcomissão de Risco dos Fundos de Pensões;
- Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões.

Responsabilidades diretas:

- Direção de Crédito;
- Direção de Crédito Especializado;
- Direção de Informática de Gestão;
- Direção de Informação e Tecnologia;
- Direção de Marketing;
- Direção de Operações;
- Direção de *Rating*;
- Risk Office;
- Seguros.

Formação e experiência académica:

- Em 1986 – Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa;
- Desde 1992 – Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Outra experiência profissional:

- De 1986 a 1992 – Arthur Andersen, S.A., tendo assumido a categoria de Diretor no período de 1990 a 1992;
- De 1992 a setembro de 2002 – Companhia de Seguros Mundial-Confiança:
 - De julho a outubro de 1992 – Assessor do Conselho de Administração;
 - De outubro de 1992 a junho de 1993 – Diretor de Auditoria;
 - De junho de 1993 a março de 1995 – Diretor Geral Técnico;
 - De 31 de março de 1995 a 17 de junho de 1999 – Administrador;
 - De junho de 1999 a junho de 2000 – Presidente;
 - Junho de 2000 – Vice-Presidente;
 - De abril de 2001 a setembro de 2002 – Presidente;
- De abril de 2000 a março de 2001 – Administrador da Companhia de Seguros Fidelidade;
- De abril de 2001 a setembro de 2002 – Presidente da Companhia de Seguros Fidelidade;
- De junho de 2000 a dezembro de 2007 – Administrador da Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- De 2002 a 2007 – Presidente da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.;
- De janeiro de 2005 a dezembro de 2007 – Presidente da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.;
- De julho de 2005 a dezembro de 2007 – Vice-Presidente da Caixa Seguros, S.G.P.S., S.A.;
- De janeiro de 2005 a dezembro de 2007 – Presidente da Império Bonança, S.G.P.S., S.A.;
- De fevereiro de 2006 a dezembro de 2007 – Presidente da SOGRUPO, S.G.P.S., S.A.;
- De fevereiro a dezembro de 2008 – Gerente da BCP Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.;
- De fevereiro de 2008 a março de 2009 – Membro do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE;
- De julho de 2008 a outubro de 2010 – Vogal do Conselho de Administração da BCP Holdings (USA), Inc. (Estados Unidos da América);
- De julho a dezembro de 2009 – Vogal do Conselho de Administração do Banco ActivoBank (Portugal), S.A., atual Banco ActivoBank, S.A.

António Manuel Palma Ramalho

Dados pessoais:

- Data de Nascimento: 20 de agosto de 1960;
- Naturalidade: Lisboa;
- Nacionalidade: Portuguesa;
- Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo (desde 7 de setembro de 2011 até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade);
- Início de Funções: 13 de abril de 2010;
- Mandato em Curso: 2011/2013.

Cargos que desempenha em Sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Presidente do Conselho de Administração da Interfundos – Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da Millennium bcp Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco de Investimento Imobiliário, S.A.;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp.

Fora de Portugal:

- Membro do *Board of Directors* do Fundo PVCI – Portugal Venture Capital Initiative, em representação da Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda, anteriormente denominada BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, S.G.P.S., Lda.;
- Presidente do Conselho de Administração do BII Investimentos Internacional, S.A. (Luxemburgo).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Vice-Presidente da AIP – Associação Industrial Portuguesa;
- Membro da Direção da CIP – Confederação Empresarial de Portugal;
- Membro da Comissão de Vencimentos da SIBS, S.G.P.S. S.A. e SIBS Forward Payment Solutions, S.A., anteriormente denominada SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA, em representação do Banco Comercial Português, S.A.;
- Membro Não Executivo do Conselho de Administração da UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A., em representação do Banco Comercial Português, S.A.;
- Vogal do *Supervisory Board* da Euronext N.V.

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité de Asset Management e Private Banking;
- Comissão de Crédito;
- Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e Passivos (CALCO);
- Comissão de Risco;
- Subcomissão de Acompanhamento do Risco de Crédito;
- Subcomissão de Risco dos Fundos de Pensões;
- Comissão de *Stakeholders*;
- Comissão de Sustentabilidade.

Responsabilidades diretas:

- Direção de Assessoria Fiscal;
- Direção Assets and Liabilities Management;
- Direção de Comunicação;
- Direção de Contabilidade e Consolidação;
- Direção Internacional;
- Direção de Negócio Imobiliário;
- Direção de Participações Financeiras;
- Direção de Planeamento e Controlo Orçamental;
- Direção de Relações com Investidores;
- Direção de Tesouraria e Mercados;
- Gabinete de Estudos.

Formação e experiência académica:

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa;
- Mestrado (parte escolar) em Ciências Jurídicas Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa;
- Pós-graduação em International Capital Markets pelo International Finance Institute – St. Catherine's College, Oxford.

Outra experiência profissional:

- De 1990 a 1997 – Banco Pinto & Sotto Mayor:
 - De 1990 a 1993 – Quadro responsável pela área de mercado de capitais e posteriormente diretor financeiro;
 - De 1993 a 1995 – Administrador Financeiro (CFO);
 - De 1995 a 1997 – Responsável pela área de planeamento estratégico, controlo de gestão, marketing e meios de pagamento;
- De 1995 a 2000 – Administrador e Presidente do Conselho de Administração da Unicre, como representante dos Bancos do Grupo Mundial-Confiança;
- De 1995 a 2000 – Administrador da SIBS, como representante dos Bancos do Grupo Mundial-Confiança;
- De 1997 a 2000 – Administrador dos Bancos do Grupo Mundial-Confiança; Banco Pinto & Sotto Mayor; Banco Totta & Açores, Crédito Predial Português e Banco Chemical Finance (a partir da sua aquisição em 1998), tendo responsabilidade nas áreas do Planeamento Estratégico, Marketing operacional e Controlo de Gestão;
- De 2000 a 2003 – Administrador do Grupo Santander & Totta;
- De 2000 a 2003 – Membro da Comissão Executiva do Grupo Santander & Totta em Portugal, foi diretamente responsável pela gestão da Rede Comercial do Crédito Predial Português. Em 2003 após a unificação das redes comerciais de todo o Grupo, passou a responsável pelas redes complementares e rede internacional de retalho (não residentes);
- De janeiro de 2004 a setembro de 2004 – Administrador Financeiro (CFO) da Rave, S.A., responsável de toda a área financeira e do desenvolvimento do modelo de negócio para a implementação da alta velocidade ferroviária em Portugal;
- De setembro de 2004 a julho de 2006 – Presidente do Conselho de Gerência (CEO) da CP – Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, EP, responsável direto pelo Planeamento e Estratégia e pela Área Financeira (CFO);
- De julho de 2006 até agosto de 2010 – Presidente do Conselho de Administração da UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A., responsável direto pela área Estratégica e de Auditoria, Coordenação Geral e Relações Institucionais;
- De abril de 2008 a abril de 2010 – Administrador Executivo da Soares da Costa, S.G.R.S., S.A.;
- De abril de 2009 a abril de 2010 – Administrador Não Executivo da Portugal Telecom, S.A.;
- De maio 2009 a abril 2011 – Membro do Board of Directors da associação Visa Europe.

Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho

Dados pessoais:

- Data de Nascimento: 2 de março de 1962;
- Naturalidade: Lisboa;
- Nacionalidade: Portuguesa;
- Cargo: Vogal do Conselho de Administração Executivo (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade);
- Início de Funções: 16 de janeiro de 2008;
- Mandato em Curso: 2011/2013.

Cargos que desempenha em sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp.

Fora de Portugal:

- Presidente do Conselho de Administração do Banque Privée BCP (Suisse), S.A.;
- Vogal do Conselho de Administração do Millennium Bank, S.A. (Grécia);
- Presidente do Conselho de Administração do Banca Millennium, S.A. (Roménia).

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité de Asset Management e Private Banking;
- Comité de Negócios na Europa;
- Comissão de Crédito;
- Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e Passivos (CALCO);
- Comissão de Risco.

Responsabilidades diretas:

- Banca Millennium (Roménia);
- Bank Millennium (Polónia);
- Banque BCP (França);
- Banque Privée BCP (Suíça);
- Desk Oriente;
- Direção de Assets and Liabilities Management;
- Direção de Private Banking;
- Millennium Bank (Grécia).

Formação e experiência académica:

- Em 1984 – Licenciatura em Economia, Universidade Católica Portuguesa.

Outra experiência profissional:

- De 1985 a 1988 – Responsável da Sala Mercados Credit Lyonnais (Portugal);
- De 1988 a 1991 – Diretor Geral, Tesouraria e Mercado de Capitais Banco Central Hispano;
- De 1991 a 1993 – Vogal do Conselho de Administração da Geofinança – Sociedade de Investimentos, S.A.;
- De 1993 a 1998 – Membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração do Banco Mello, S.A.;
- De 1998 a 2000 – Vice-Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração do Banco Mello, S.A.;
- De 2000 a 2001 – Diretor Geral do Banco Comercial Português, S.A.;
- De 2001 a 2003 – Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, S.A.;
- De 2003 a fevereiro de 2009 – Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo do Bank Millennium, S.A. (Polónia);
- De maio de 2003 a março de 2009 – Vogal do *Supervisory Board* da Millennium Leasing Sp Zoo (Polónia);
- De maio de 2003 a março de 2009 – Vogal do *Supervisory Board* da Millennium Dom Maklerski S.A. (Polónia);
- De maio de 2003 a março de 2009 – Vogal do *Supervisory Board* da Millennium Lease Sp Zoo (Polónia);
- De fevereiro a dezembro de 2008 – Gerente da BCP Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.;
- De fevereiro de 2008 a março de 2009 – Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, S.G.P.S., Lda.;
- De fevereiro de 2008 a março de 2009 – Vogal do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE;
- De fevereiro de 2008 a dezembro de 2009 – Vogal do Conselho de Administração do Banco ActivoBank (Portugal), S.A., atual Banco ActivoBank, S.A.;
- De maio de 2008 a maio de 2010 – Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Bank, S.A. (Grécia);
- De julho de 2008 a outubro de 2010 – Presidente do Conselho de Administração da BCP Holdings (USA), Inc. (Estados Unidos da América).

Miguel Maya Dias Pinheiro

Dados pessoais:

- Data de Nascimento: 16 de junho de 1964;
- Naturalidade: Lisboa;
- Nacionalidade: Portuguesa;
- Cargo: Vogal do Conselho de Administração Executivo (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade);
- Início de Funções: 26 de novembro de 2009;
- Mandato em Curso: 2011/2013.

Cargos que desempenha em Sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp.

Fora de Portugal:

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Millennium Angola, S.A. (Angola);
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (Moçambique).

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité de Empresas;
- Comité de Retalho;
- Comissão de Crédito;
- Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e Passivos (CALCO);
- Comissão de Risco;
- Subcomissão de Acompanhamento do Risco de Crédito.

Responsabilidades diretas:

- Direção Comercial de Empresas;
- Direção de Banca de Investimento;
- Direção de Contencioso;
- Direção de Corporate I;
- Direção de Corporate II;
- Direção de Recuperação de Crédito Especializado;
- Millennium Angola;
- Millennium bim.

Formação e experiência académica:

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);
- Programa de Alta Direção de Empresas (PADE) – pela Escola de Direção de Negócios (AESE);
- Programa Avançado de Formação de Quadros – INSEAD.

Outra experiência profissional:

- De 1987 a 1990 – Funções na área Comercial e Financeira em PME do setor industrial;
- De 1990 a 1995 – Quadro do Banco Português de Atlântico, com funções na área comercial, segmento de empresas, com responsabilidade pela coordenação do gabinete central de análise económica e financeira. Em parte deste período exerceu funções docentes, como convidado, no Instituto de Formação Bancária (IFB);
- Desde 1996 – Quadro do Grupo Banco Comercial Português, participando nas equipas de integração do BPA no BCP, assumindo a coordenação do projeto de integração e da definição da proposta de valor para o segmento de empresas;
- De 1997 a 1999 – Banco Comercial Português – responsável pela Direção de Marketing de Empresas. Colaboração em Comitês Diretivos junto do Banco de Portugal;
- De 1999 a 2000 – Banco Comercial Português; Diretor Coordenador da NovaRede (Retailo Sul). Colaboração em Comitês Diretivos junto do Banco de Portugal;
- De 2001 a 2003 – Deslocado em Barcelona, Espanha, tendo desempenhado as funções de CEO da sociedade Managerland, S.A. (operações de Internet banking do Grupo BCP e Sabadell);
- Administrador do ActivoBank e ActivoBank7;
- De 2003 a 2005 – Banco Comercial Português/Servibanca – Diretor Geral, assumindo a responsabilidade pelo Centro de Contactos (operações de Internet, Banca Telefónica e Centro de atenção ao Cliente);
- Administrador da sociedade Millenniumbcp Teleserviços, Serviços de Comércio Eletrónico, S.A.;
- De 2005 a setembro de 2007 – Diretor Geral do Banco Comercial Português, Membro do Comité Executivo do Retailo;
- Responsável no BCP pela Direção de Inovação e Promoção Comercial;
- Administrador da sociedade Millenniumbcp Gestão de Fundos de Investimentos, S.A.;
- Presidente da sociedade Millenniumbcp Teleserviços, Serviços de Comércio Eletrónico, S.A.;
- Gerente da sociedade AF Internacional, S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda.;
- Membro da Comissão Executiva da CISP;
- De agosto de 2007 a novembro de 2009 – Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo do Millennium bcp;
- Desde 25 de fevereiro de 2009 – Vogal do Conselho de Administração do Banco Millennium Angola S.A.

Jacinto Iglésias Soares

Dados pessoais:

- Data de Nascimento: 25 de junho de 1960;
- Naturalidade: Luanda;
- Nacionalidade: Portuguesa e Angolana;
- Cargo: Vogal do Conselho de Administração Executivo (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade);
- Início de Funções: 18 de abril de 2011;
- Mandato em Curso: 2011/2013.

Cargos que desempenha em Sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp.

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité de Processos e Serviços Bancários;
- Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões;
- Comissão de Crédito;
- Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e passivos (CALCO);
- Comissão de Risco;
- Comissão de Sustentabilidade.

Responsabilidades diretas:

- Compliance Office;
- Direção Administrativa e Patrimonial;
- Direção de Auditoria;
- Direção Jurídica;
- Direção de Microcrédito;
- Gabinete Participações Financeiras;
- Direção de Qualidade;
- Gabinete Prevenção e Segurança;
- Secretaria Geral.

Formação e experiência académica:

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa;
- Monitor na Faculdade de Direito de Lisboa;
- Pós-graduação em Direito Comercial e Sociedades Comerciais da Universidade Católica de Lisboa;
- Programa de Direção de Empresas da Escola de Direção de Negócios (AESE);
- Pós-graduação em Contabilidade e Finanças pela Universidade Católica de Lisboa.

Outra experiência profissional:

- De 1985 a 1986 – Jurista no Gabinete Jurídico do Fundo de Turismo;
- De 1986 a 2004 – Quadro no Banco Comercial Português, S.A. tendo desempenhado as seguintes funções:
 - Gerente de conta na sucursal da Av. 5 de Outubro – Lisboa;
 - Diretor da Sucursal de Cascais;
 - Diretor Coordenador Adjunto da Rede de particulares;
 - Diretor Comercial na Nova Rede e no Atlântico;
 - Diretor na Assessoria Jurídica.
- De 2004 a 2005 – Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD);
- De 2005 a 2007 – Diretor da Legal Support Division do Compliance Office no Banco Comercial Português, S.A.;
- De 2008 a 2009 – Managing Director da External Relations Division do Banco Privado Atlântico (Angola);
- De 2009 a 2011 – Administrador Executivo do Banco Privado Atlântico – Europa, responsável pelas áreas de Compliance, Assessoria Jurídica e Auditoria Interna.

Rui Manuel da Silva Teixeira

Dados pessoais:

- Data de Nascimento: 4 de setembro de 1960;
- Naturalidade: Porto;
- Nacionalidade: Portuguesa;
- Cargo: Vogal do Conselho de Administração Executivo (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade);
- Início de Funções: 18 de abril de 2011;
- Mandato em Curso: 2011/2013.

Cargos que desempenha em Sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp.

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité de Asset Management e Private Banking;
- Comité de Empresas;
- Comité de Retalho;
- Comissão de Crédito;
- Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e Passivos (CALCO);
- Comissão de Risco;
- Subcomissão de Acompanhamento do Risco de Crédito.

Responsabilidades diretas:

- Direção de Apoio à Rede;
- Direção Banca de Retalho;
- Direção de Banca Direta;
- Direção de Cartões;
- Direção de Recuperação Crédito Standardizado;
- Direção Regional da Madeira e dos Açores.

Formação e experiência académica:

- Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;
- Curso de Especialização em Gestão Industrial pelo INEGI da FEUP;

Outra experiência profissional:

- De 1984 a 1987 – Funções técnicas e de gestão da qualidade em Empresa Multinacional de fabrico de semicondutores;
- Desde 1987 – Quadro do Banco Comercial Português, quadro diretivo desde 1990, membro da Alta Direção do Grupo desde 1994 e Diretor Geral desde 2006 tendo desempenhado as seguintes funções:
 - De 1987 a 1989 – Técnico na Direção de Marketing de Particulares;
 - De 1989 a 1991 – Técnico assessor do Diretor Coordenador de Particulares & Negócios;
 - De 1991 a 1995 – Responsável pela Direção de Sistemas de Telemarketing tendo liderado o Project de Informação de Clientes & Telemarketing e participado na Equipa de Projeto de lançamento do Banco 7;
 - De 1995 a 1998 – Responsável pela Direção de Qualidade do Grupo BCP;
 - De 1999 a 2000 – Diretor Coordenador Adjunto na NovaRede (Retalho Norte);
 - De 2000 a 2001 – Responsável pela Direção de Dinamização Comercial da NovaRede;
 - De 2001 a 2003 – Responsável pela Unidade de Produto de Crédito Imobiliário;
 - Em 2003 – Responsável pela Direção de Marketing do Retalho no Bank Millennium S.A. (Polónia);
 - De 2003 a 2006 – Administrador Executivo do Bank Millennium SA (Polónia) e Membro dos *Supervisory Boards* da Millennium Dom Maklerski SA, BEL Leasing Sp Zoo e da FORIN Sp Zoo;
 - De 2006 a 2009 – Responsável pelo *IT Global Division* (Grupo) e membro do Comité de Coordenação dos Serviços Bancários;
 - De 2009 a 2010 – Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo do Bank Millennium S.A. (Polónia), membro do European Banking Coordination Committee e Vogal dos *Supervisory Boards* da Millennium Dom Maklerski SA, Millennium Leasing Sp Zoo e da Millennium Lease Sp Zoo;
 - De maio de 2010 à abril de 2011 – Responsável pela Direção de Marketing, Membro dos Comités de Coordenação do Retalho e de Empresas e responsável, em acumulação, pelo projeto M1.

ANEXO II

CURRÍCULOS DOS MEMBROS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

António Vitor Martins Monteiro

Idade:

- 68 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa.

Cargos atuais no Grupo:

- Presidente do Conselho Geral de Supervisão e da Comissão de Governo Societário e Vogal do Conselho de Remunerações e Previdência do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Membro não executivo do Conselho de Administração da SOCO International plc, Membro do Conselho Geral da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Membro não executivo do Conselho de Administração do Banco Privado do Atlântico – Angola e Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira.

Outra experiência profissional:

- Em 1968 – Ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Em 1971 – Secretário da Embaixada de Portugal em Kinshasa;
- Em 1977 – Representante de Portugal na FAO;
- Em 1978 – Vice-Chefe do Protocolo de Estado;
- Em 1984 – Representante Permanente Adjunto na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas;
- De 1987 a 1991 – Chefe de Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação;
- De 1990 a 1991 – Membro da delegação portuguesa que mediou as negociações para os Acordos de Paz em Angola, assinados em Lisboa;
- Em 1991 – Chefe da Missão Temporária de Portugal junto das Estruturas do Processo de Paz em Angola e representante junto da Comissão Conjunta Político-Militar, em Luanda;
- Em 1994 – Diretor-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- De 1994 a 1996 – Coordenador do Comité de Concertação Permanente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Em 1997 – Representante Permanente de Portugal junto das Nações Unidas;
- De 1997 a 1998 – Representante de Portugal no Conselho de Segurança da ONU;
- De abril de 1997 a junho de 1998 – Presidente do Conselho de Segurança da ONU;
- De 1997 a 1998 – Presidente do Comité do Conselho de Segurança relativo à situação decorrente do conflito entre o Iraque e o Kuwait;

- Em 2000 – Representante de Portugal no Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC);
- Em 2001 – Vice-Presidente do ECOSOC;
- Em 2001 – Embaixador de Portugal em França;
- De 2001 a 2004 – Representante de Portugal junto do Conselho da Agência Espacial Europeia (ESA);
- De 2002 a 2009 – Membro do Fórum dos Embaixadores da Agência Portuguesa para o Investimento;
- Em 2003 – Membro do Conselho Consultivo da Comissão Estratégica dos Oceanos;
- De 2004 a 2005 – Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas;
- De 2005 a 2006 – Alto Comissário das Nações Unidas para as Eleições na Costa do Marfim;
- De 2006 a 2009 – Representante de Portugal junto do Conselho da Agência Espacial Europeia (ESA);
- De 2006 a 2009 – Embaixador de Portugal em França;
- Em 2010 e 2011 – Membro do painel do Secretário-Geral das Nações Unidas para os Referendos no Sudão;
- Em 2011 – Membro do grupo de trabalho criado pelo Primeiro-Ministro para a internacionalização e desenvolvimento da economia portuguesa.

Manuel Domingos Vicente (renunciou ao cargo em 3 de fevereiro de 2012)

Idade:

- 55 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Engenharia Eletrónica, especializado em sistemas de potência, pela Universidade Agostinho Neto.

Cargos atuais no Grupo:

- Vice-Presidente do Conselho Geral de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A. (renunciou ao cargo em 3 de fevereiro de 2012).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Presidente do Conselho de Administração da Sonangol, E.P., Presidente do Conselho de Administração da UNITEL, Presidente do Conselho de Gerência da Sonils, Lda., Presidente do Conselho de Administração da Baía de Luanda e Vice-Presidente da Fundação Eduardo dos Santos (FESA).

Outra experiência profissional:

- De 1981 a 1987 – Engenheiro Chefe da Divisão de Projectos da SONEFE;
- De 1987 a 1991 – Diretor do Gabinete Técnico e de Desenvolvimento Energético do Ministério de Energia e Petróleos;
- De 1987 a 1991 – Consultor do GAMEK (Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza);
- De 1987 a 1991 – Professor universitário;
- De 1991 a 1999 – Diretor Geral Adjunto da Sonangol U.E.E.;
- De 1991 a 1999 – Presidente do Comité de Gestão de Base do Kwanda;
- De janeiro de 2008 a março de 2009 – Vogal do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A.

Maria Leonor C. Pizarro Beleza de Mendonça Tavares

Idade:

- 63 anos.

Formação académica:

- Licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa, em 1972.

Cargos atuais no Grupo:

- Vice-Presidente do Conselho Geral de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Presidente da Fundação Champalimaud, Conselheira de Estado, Membro do Conselho Geral da Universidade de Lisboa e Membro de órgãos sociais de várias instituições de solidariedade.

Outra experiência profissional:

- De 1973 a 1975 – Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- De 1977 a 1982 – Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- De 1982 a 1983 – Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros;
- De 1983 a 1985 – Secretária de Estado da Segurança Social;
- De 1983 a 1987 – Deputada da Assembleia da República;
- De 1985 a 1990 – Ministra da Saúde;
- De 1991 a 1994 – Deputada e Vice-Presidente da Assembleia da República;
- De 1991 a 1996 – Presidente do Instituto Dr. Francisco Sá Carneiro;
- De 1994 a 1997 – Coordenadora dos Serviços Jurídicos da TVI – Televisão Independente, S.A.;
- De 1994 a 2005 – Consultora principal do CEJUR (Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros);
- De 1995 a 1998 – Presidente do Conselho Fiscal do Banco Totta & Açores;
- De 1998 a 2000 – Membro do Conselho Consultivo do Banco Totta & Açores;
- De 2002 a 2005 – Deputada e Vice-Presidente da Assembleia da República;
- É advogada, com a inscrição na Ordem dos Advogados suspensa.

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto

Idade:

- 76 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, em 1959;
- Management Course (American Management Association), em 1961;
- Program on Management Development (Harvard Business School), em 1969.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão, da Comissão de Avaliação de Riscos e da Comissão de Ética e Deontologia do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Membro do Grande Conselho da Fundação Bissaya-Barreto, Presidente do Conselho de Administração da Tejo Energia, S.A., Administrador não executivo da Nutrinveste – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Membro do Conselho Consultivo do Instituto Português de Corporate Governance, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Prime Drinks, S.A., Administrador não executivo da SAIP – Sociedade Alentejana de Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., Administrador não executivo da BeralTin & Wolfram (Portugal), S.A., Administrador não executivo da MELLOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Paço de Maiorca, Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, S.A. e Membro do Conselho de Planeamento e de Gestão Urbanística da Fundação Batalha de Aljubarrota.

Outra experiência profissional:

- De 1959 a 1968 – Consultor de Engineering na PROFABRIL – Centro de Estudos, S.A.R.L.;
- De 1969 a 1971 – Diretor Administrativo da Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa, S.A.R.L.;
- De 1971 a 1974 – Administrador-Delegado da Setenave – Estaleiros Navais de Setúbal, S.A.R.L.;
- De 1974 a 1978 – Administrador-Delegado da Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa, S.A.R.L.;
- De 1978 a 1980 – Ministro da Indústria e Energia;
- De janeiro de 1979 a 1980 – Presidente do Conselho de Administração da TAP – Air Portugal;
- Em 1981 – Ministro da Integração Europeia;
- De 1982 a 1983 – Deputado à Assembleia da República;
- De 1982 a 1983 – Presidente do Conselho de Administração da Soporcel – Sociedade Portuguesa de Celulose, S.A. e Administrador não executivo de diversas empresas industriais;
- De 1983 a 1984 – Ministro do Comércio e Turismo;
- De 1984 a 1990 – Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação;
- De 1990 a 1997 – Deputado à Assembleia da República;
- De 1990 a 2004 – Presidente do Conselho de Administração da Tejo Energia, S.A.;
- De 1990 a 2004 – Administrador não executivo da Somincor – Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.;
- De 1990 a 2004 – Administrador não executivo da Nutrinveste – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- De 1990 a 2004 – Administrador não executivo da MELLOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- De 1991 a 1992 – Presidente da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação;
- De 1992 a 1997 – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Câmara de Comércio Luso Britânica;
- De 1992 a 2000 – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Cometna – Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.;

- De 1992 a 2002 – Membro do Conselho Consultivo da Sonae, S.G.P.S., S.A.;
- De 1992 a 2004 – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Portugalia – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A.;
- De 1993 a 2001 – Administrador não executivo da Plêiade – Investimentos e Participações S.G.P.S., S.A.;
- De 1993 a 2001 – Presidente do Conselho Geral da Sonae Investimentos, S.G.P.S., S.A.;
- De 1996 a 2002 – Membro do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas;
- De 1998 a 2001 – Membro do Conselho Social da Universidade de Coimbra;
- De 1998 a 2004 – Membro do Conselho Português e do Conselho Internacional do INSEAD;
- De 1999 a 2004 – Deputado à Assembleia da República;
- De 1999 a 2010 – Membro efetivo da Academia de Engenharia;
- De 2000 a 2004 – Vice-Presidente da Direção do IBET – Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica;
- De 2001 a 2004 – Presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas;
- De 2001 a 2004 – Administrador não executivo da Nova Robbrialac – Indústria Ibérica de Tintas, S.A.;
- De 2002 a 2004 – Deputado à Assembleia Municipal de Lisboa;
- De 2004 a 2005 – Ministro de Estado, das Atividades Económicas e do Trabalho.

Condecorações:

- Áustria – Gran Cruz de Ouro;
- Bélgica – Grande Cruz da Ordem de Leopoldo II;
- Brasil – Comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul;
- Espanha – Grande Cruz da Ordem de Mérito Civil;
- Islândia – Grande Cruz da Ordem do Falcão;
- Itália – Cavaleiro Gran Cruz;
- Noruega – Cruz de Santo Olavo;
- Portugal – Comendador da Ordem de Mérito Industrial.

António Henriques de Pinho Cardão

Idade:

- 68 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão, da Comissão de Ética e Deontologia e da Comissão de Nomeações do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Economista em regime de profissão liberal.

Outra experiência profissional:

- De 1972 a 1973 – Técnico Economista do Ministério da Saúde (Direção de Serviços de Aprovisionamento);
- De 1973 a 1974 – Técnico Economista do Gabinete de Estudos Económicos da Associação Industrial Portuguesa;
- De 1974 a 1976 – Técnico do Gabinete de Organização e Planeamento da ex-União Elétrica Portuguesa;
- De 1977 a 1980 – Economista – Técnico Superior e Diretor da Eletricidade de Portugal (EDP);
- De 1980 a 1982 – Presidente do Conselho de Administração da Movierecord, S.A.R.L.;
- De 1980 a 1983 – Administrador da Radiotelevisão Portuguesa (RTP);
- De 1980 a 1990 – Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Garantia;
- De 1980 a 1990 – Administrador da Companhia de Seguros UAP-Vida;
- De 1980 a 1990 – Administrador da Companhia de Seguros UAP-Ramos Reais;
- De 1982 a 1983 – Administrador da RTC – Radiotelevisão Comercial;
- De 1982 a 1983 – Diretor da Associação Industrial Portuguesa (Direção Institucional);
- De 1983 a 1985 – Administrador da Sorefame, S.A.R.L.;
- De 1985 a 1988 – Administrador da Radiotelevisão Portuguesa (RTP);
- De 1989 a 1990 – Administrador do IPE – Investimentos e Participações do Estado, S.A.;
- De 1989 a 1990 – Administrador da SEFS, S.A. – Sociedade Europeia de Financiamentos e Serviços (Grupo ex-IPE);
- De 1991 a 1997 – Administrador do BCP-I (Banco de Investimento, S.A.) e do CISF – Banco de Investimento, S.A.;
- De 1997 a 1999 – Administrador do Crédibanco – Banco de Crédito Pessoal, S.A. (Grupo BCP);
- De 1999 a 2002 – Diretor-Geral de Crédito do Banco Comercial Português, S.A.;
- De março de 2002 a março de 2005 – Deputado à Assembleia da República.

António Luís Guerra Nunes Mexia**Idade:**

- 53 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Economia pela Universidade de Geneve, em 1979.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão do Governo Societário do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. (desde 2006), Presidente do Conselho de Administração da EDP – Energias do Brasil, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A.

Outra experiência profissional:

- De 1979 a 1981 – Assistente do Departamento de Economia da Universidade de Geneve;
- De 1982 a 1985 – Docente na Universidade Nova nos cursos de Macroeconomia e Integração Europeia;
- De 1985 a 1995 – Docente na Universidade Católica nos cursos de pós-graduação em Macroeconomia e Estudos Europeus;
- De 1986 a 1989 – Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo;
- De 1989 a 1990 – Vice-Presidente do ICEP – Instituto do Comércio Externo de Portugal, responsável pela área de Investimento Estrangeiro;
- De 1990 a 1998 – Administrador do Banco Espírito Santo de Investimento, responsável pelas áreas de Mercado de Capitais e de Project Finance;
- De 1992 a 1998 – Membro da Comissão Trilateral;
- De 1998 a 2004 – Presidente do Conselho de Administração da GDP – Gás de Portugal e da Transgás;
- De 1999 a 2002 – Presidente da APE – Associação Portuguesa de Energia;
- Em 2000 – Vice-Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia, S.G.P.S., S.A.;
- De 2001 a 2004 – Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia, S.G.P.S., S.A.;
- De 2002 a 2004 – Presidente do Conselho Geral da Ambelis;
- De 2004 a 2005 – Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVI Governo Constitucional;
- Vice-Presidente da AIP – Associação Industrial Portuguesa;
- Representante do Governo Português junto da União Europeia no grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes transeuropeias.

António Manuel Costeira Faustino

Idade:

- 54 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa - Universidade de Lisboa.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão de Governo Societário do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Advogado (exercício da profissão em regime liberal).

Outra experiência profissional:

- De 1999 a 2000 – Membro efetivo do Conselho de Delegados de Recolte – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.;
- De 1999 a 2001 – Administrador da Tedal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;
- De 2001 a 2002 – Membro suplente do Conselho de Delegados da Recolte – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.;
- De 2001 a 2003 – Membro da Mesa da Assembleia Geral de C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A.;
- De 2002 a 2005 – Vice-Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados;
- De 2005 a 2007 – Vice-Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Advogados;
- De 2005 a 2007 – Conselheiro do Conselho Geral da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores;
- De 2007 a 2009 – Membro da Mesa da Assembleia Geral da AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.

Carlos José da Silva**Idade:**

- 46 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1990.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão de Governo Societário do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Administrador Executivo do Banco Privado Atlântico, Presidente do Banco Privado Atlântico Europa, Vice-Presidente da Sociedade Baía de Luanda, Presidente da Interoceânico Capital S.G.P.S., S.A., Presidente da Angola Management School.

Outra experiência profissional:

- De 1990 a 1994 – Exercício de advocacia, fundador da sociedade de advogados Carlos José da Silva & Associados;
- De 1994 a 1998 – Exercício de consultoria de gestão na área de direito financeiro e fiscal a companhias multinacionais do setor financeiro e petrolífero;
- De 1998 a 2001 – Integra como Representante o escritório de representação do Banco Espírito Santo (BES), em Angola;
- De 2001 a 2005 – Fundador e Administrador executivo do Banco Espírito Santo Angola (BESA).

Daniel Bessa Fernandes Coelho**Idade:**

- 63 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Economia pela Universidade do Porto, em 1970;
- Doutorado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, em 1986.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão e Presidente da Comissão de Avaliação de Riscos do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Administrador do Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A., Administrador não executivo da Efacec Capital, S.G.P.S., S.A., Presidente do Conselho Fiscal da Sonae S.G.P.S., S.A., Administrador não executivo da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – AICEP, E.P.E., Diretor-Geral da COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação, Presidente do Conselho Fiscal da Bial – Portela e Companhia, S.A., Presidente do Conselho Fiscal da Sonae, S.G.P.S., S.A., Vogal do Conselho de Administração da Fundação Bial, Membro do Conselho Consultivo Internacional da FDC – Fundação Dom Cabral, Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Nantium, S.A., Presidente do Conselho Consultivo do IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, Presidente do Gabinete de Estudos da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Membro do Comité de Investimentos de PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative, entidade criada pelo FEI – Fundo Europeu de Investimento, e Presidente do Conselho Consultivo de Microprocessador, S.A.;

- Desde 1983 – Economista em regime de profissão liberal.

Outra experiência profissional:

- De 1970 a 2009 – Docente na Faculdade de Economia do Porto;
- De 1978 a 1979 – Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto;
- De 1988 a 2000 – Docente no ISEE – Instituto Superior de Estudos Empresariais;
- De 1989 a 1992 – Docente na Faculdade de Engenharia;
- De abril de 1989 a dezembro de 1990 – Presidente da Comissão Instaladora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- De dezembro de 1990 a outubro de 1995 – Pró-Reitor para a orientação da gestão financeira da Universidade do Porto;
- De dezembro de 1992 a outubro de 1995 – Porta-voz do Partido Socialista para as questões económicas e financeiras;
- Em outubro de 1995 – Deputado eleito à Assembleia da República Portuguesa;
- De outubro de 1995 a março de 1996 – Ministro da Economia do Governo Português;
- De 1996 a 2000 – Diretor Executivo da AURN – Associação das Universidades da Região Norte;
- De maio de 1996 a março de 2006 – Administrador não executivo da Celbi – Celulose Beira Industrial;
- De janeiro de 1997 a outubro de 1999 – Administrador não executivo da Inparsa – Indústrias e Participações, S.G.P.S., S.A.;
- De março de 1997 a abril de 2007 – Presidente do Conselho Fiscal da SPGM – Sociedade de Investimentos, S.A.;
- De janeiro de 1998 a dezembro de 2003 – Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira;
- De janeiro de 1999 a março de 2002 – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões;

- De setembro de 1999 a dezembro de 2006 – Colaborador externo do Grupo Sonae, intervindo nas áreas da previsão macroeconómica e da formulação estratégica;
- De setembro de 1999 a dezembro de 2006 – Integrou o Conselho Consultivo da Sonae S.G.P.S., S.A.;
- De setembro de 1999 a dezembro de 2006 – Integrou o Conselho Consultivo da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.;
- De 2000 a março de 2009 – Docente na EGP – Escola de Gestão do Porto;
- De junho de 2000 a março de 2009 – Presidente da Direção da EGP – Escola de Gestão do Porto;
- De janeiro de 2001 a junho de 2003 – Membro do Conselho Consultivo de Indústrias de Condutores Elétricos e Telefónicos F. Cunha Barros, S.A.;
- De fevereiro de 2003 a junho de 2004 – Encarregado de Missão junto dos Ministérios da Economia e da Segurança Social e do Trabalho do Governo Português para coordenar a elaboração técnica do Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos;
- Trabalhou com empresas e grupos económicos privados, entidades públicas, associações económicas regionais e setoriais, sindicatos, escolas e outras entidades (entre outros: Grupo Sonae, Grupo Amorim, Siderurgia Nacional – Serviços, HCB – Hidroelétrica Cahora-Bassa, Empresa Carbonífera do Douro, Soserfin – Sociedade de Serviços Financeiros, Governo da República Popular de Angola, Governo Regional dos Açores, Comissão de Coordenação da Região Norte, ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, Estrutura de Missão Parcerias-Saúde, IGIF – Instituto de Gestão Informática e Financeira do Ministério da Saúde, ARS Centro – Administração Regional de Saúde do Centro, Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal do Porto, Câmara Municipal do Funchal, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Póvoa do Varzim, Câmara Municipal de Bragança, Câmara Municipal de São João da Madeira, Câmara Municipal do Cartaxo, Câmara Municipal do Marco de Canavezes, Associação de Municípios do Vale do Lima, Associação de Municípios do Vale do Minho, ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, APICCAPS – Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos, APIM – Associação Portuguesa das Indústrias de Malhas e de Confecção, AIMMP – Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, ANCEVE – Associação Nacional de Comerciantes e Exportadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas, ANECAP – Associação Nacional das Empresas Concessionárias de Áreas Portuárias, Sindicato dos Bancários do Norte, CLIP – Colégio Luso Internacional do Porto, COTEC Portugal).
- É ainda autor de *O Processo Inflacionário Português 1945-1980*, publicado por Edições Afrontamento, Porto, em 1988, e de artigos publicados nas revistas *Análise Social*, *Cadernos de Ciências Sociais*, *Cadernos de Economia*, *Estudos de Economia*, *Indústria – Revista de Empresários e Negócios*, *Pensamiento Iberoamericano – Revista de Economía Política*, *Praxis* e *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

João Manuel de Matos Loureiro

Idade:

- 52 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em 1983;
- Doutoramento em Economia (especialidade de International Macroeconomics and Finance), pela Universidade de Gotemburgo, Suécia, em 1992.

Cargos atuais no Grupo:

- Membro do Conselho Geral e de Supervisão e Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).
- Presidente do Conselho Fiscal do Banco ActivoBank, S.A., Presidente do Conselho Fiscal do Banco BII – Banco de Investimento Imobiliário, S.A.

Cargos atuais fora do Grupo:

- Professor Associado da Faculdade de Economia do Porto e da Escola de Gestão do Porto – EGP – UPBS; Investigador do CEFUP; Membro do Conselho Geral da UPBS (University of Porto Business School); Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direção de Empresas da Escola de Gestão do Porto – EGP – UPBS e Membro do Conselho de Representantes da Faculdade de Economia do Porto.

Outra experiência profissional:

- Desde 1984 – Docente da Faculdade de Economia do Porto;
- Em 1984 – Economista da Direção de Planeamento da União de Bancos Portugueses;
- De 1986 a 1987 – Economista na Direção de Estudos Económicos do Banco Português do Atlântico;
- De 1996 a 2001 – Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia do Porto;
- De 1996 a 2002 – Vogal do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia do Porto;
- De 1997 a 2002 – Responsável pelo Boletim de Conjuntura Internacional da Soserfin/BPN;
- De 2000 a 2008 – Diretor do MBA em Finanças da Faculdade de Economia do Porto;
- De 2002 a 2009 – Presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade de Economia do Porto;
- De 2007 a 2008 – Coordenador da Comissão para a Orçamentação por Programas, Ministério das Finanças;
- Em 2008 – Consultor para a avaliação do regime cambial de Cabo Verde;
- De 2008 a 2011 – Membro do Conselho Geral da Escola de Gestão do Porto (EGP);
- Em 2011 – Membro do grupo de trabalho que preparou a Proposta de Estatutos do Conselho das Finanças Públicas.
- Tem várias publicações, incluindo os livros: *Política Orçamental na Área do Euro*, Vida Económica (Porto), 2008; *Euro: Análise Macroeconómica*, Vida Económica (Porto), 1999; *Monetary Policy in the European Monetary System*, Springer Verlag (Heidelberg e Nova Iorque), 1996.

José Guilherme Xavier de Basto

Idade:

- 73 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra;
- Curso Complementar de Ciências Político-Económicas.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Administrador Não Executivo da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A., Membro da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A. e Membro do Centro de Estudos da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Outra experiência profissional:

- De 1995 a 2000 – Docente na Faculdade de Direito de Coimbra;
- Em 1994 – Membro da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal.

José Vieira dos Reis**Idade:**

- 64 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia;
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa;
- Bacharel em Contabilidade pelo Instituto Comercial de Lisboa;
- Revisor Oficial de Contas e Técnico Oficial de Contas.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Presidente do Conselho Fiscal da AEA – Autoestradas do Atlântico, S.A., Presidente do Conselho Fiscal das Lojas Francas de Portugal, S.A., Sócio fundador de Oliveira Reis & Associados, S.R.O.C. Lda. e Consultor;

Outra experiência profissional:

- Inspetor de Finanças;
- Liquidador tributário;
- De 1998 a 1999 – Presidente da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas;
- Em 2000 – Membro da Comissão sobre a Reforma dos Impostos sobre o Rendimento;
- De 2000 a 2005 – Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Em 2006 – Presidente do Grupo de Trabalho sobre o Impacto Fiscal da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade;
- De 2008 a 2009 – Presidente do Grupo de Trabalho sobre o Impacto Fiscal da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Assistente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, na Cadeira de Contabilidade Geral e Financeira II.

Josep Olliu Creus**Idade:**

- 62 anos.

Formação académica:

- Doutorado em Economia pela Universidade do Minnesota, em 1978.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Presidente do Conselho de Administração do Banco de Sabadell, S.A., Presidente do Conselho de Administração da BanSabadell Holding S.L., Unipers, Presidente do Conselho Assessor da Corporación EXEA, Presidente da FEDEA (Fundación de Estudios de Economía Aplicada – Foundation for Studies in Applied Economics), Membro

do Management Committee do Fondo de Garantía de Depósitos Espanhol, Membro do Governors Council da Fundação Príncipe de Asturias, Membro do Governors Council da Fundação Príncipe de Girona, Vice-Presidente do Spanish Chapter of LECE (Liga Europea de Cooperación Económica – European League for Economic Cooperation), Membro do Conselho Espanhol do INSEAD e Presidente da Fundação Banco Hemero.

Outra experiência profissional:

- De 1978 a 1982 – Professor Associado de Economia e Econometria na Universidade Autónoma de Barcelona;
- De 1983 a 1984 – Professor Catedrático na Universidade de Oviedo;
- Em 1983 – Diretor de Estudos Estratégicos no Instituto Nacional da Indústria (Espanha);
- De 1984 a 1986 – Diretor Geral de Planeamento, Responsável Executivo das Companhias Financeiras para o Desenvolvimento Regional e Conselheiro Industrial no Instituto Espanhol de Indústria;
- Em 1986 – Ingressou no Banco Sabadell;
- De 2000 a 2008 – Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.

Luís de Mello Champalimaud (renunciou em 3 de fevereiro de 2012)

Idade:

- 60 anos.

Formação académica:

- Frequentou o curso de Economia no Instituto Superior de Economia e Sociologia de Évora.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Remunerações e Previdência do Banco Comercial Português, S.A. (renunciou aos cargos em 3 de fevereiro de 2012).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Presidente do Conselho de Administração da Confiança Participações, S.G.P.S., S.A., Presidente do Conselho Geral e Supervisão da Tração, S.A. (Brasil), Presidente do Conselho de Administração e Supervisão da Empresa Cimentos de Liz, S.A.

Outra experiência profissional:

- De 1975 a 1982 – Diretor Comercial da Empresa de Cimentos Liz, S.A. (Ex-Soeicom, S.A.);
- De 1982 a 1992 – Administrador-Delegado da Empresa de Cimentos Liz, S.A. (Ex-Soeicom, S.A.);
- De 1992 a 1993 – Administrador da Companhia de Seguros Mundial Confiança, S.A.;
- De 1992 a 2000 – Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Cimentos Liz, S.A. (Ex-Soeicom, S.A.), com funções não executivas;
- De 1993 a 1995 – Presidente da Companhia de Seguros Mundial Confiança, S.A.;
- De 1995 a 2000 – Presidente do Banco Pinto & Sotto Mayor;
- De 1996 a 2000 – Presidente do Banco Chemical;
- De 1997 a 2000 – Presidente do Banco Totta & Açores;
- De 1997 a 2000 – Presidente do Crédito Predial Português;
- De 2004 a 2006 – Administrador não executivo da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.;
- De 2006 a 2009 – Vogal do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A.;

- De 2009 a 2011 – Presidente do Conselho Geral de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A., Presidente da Comissão de Sustentabilidade e do Governo Societário e Vogal do Conselho de Remunerações e Previdência do Banco Comercial Português, S.A.

Manuel Alfredo da Cunha José de Mello

Idade:

- 63 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, em 1972.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão, e da Comissão de Avaliação de Riscos e Presidente da Comissão de Nomeações do Banco Comercial Português S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Presidente do Conselho de Administração do Grupo Nutrinveste, S.G.P.S., S.A.

Outra experiência profissional:

- Até março de 2009 – Membro do Conselho Superior do Banco Comercial Português, S.A.

Pansy Catilina Ho Chiu King

Idade:

- 49 anos.

Formação académica:

- Bacharelato em Marketing e Gestão de Negócios Internacionais, Santa Clara University, 1983;
- Licenciada em Estudos Internacionais – História da Ásia, Ciência Política, Santa Clara University, 1984;
- Doutoramento *honoris causa* em Gestão, Johnson and Wales University, 2007.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

Em Portugal:

- Administradora da POSSE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.; Administradora da Estoril-Sol, S.G.P.S., S.A.

Na Região Administrativa Especial de Macau na República Popular da China:

- Administradora da empresa Turismo e Diversões de Macau, S.A., a casa-mãe da sociedade STDM Group Companies, Administradora Executiva da sociedade Grand Paradise, S.A., Membro do Macau SAR Tourism Development Committee, Membro do Comité Consultivo do 2006 Macau World Heritage Year, Membro do Comité Consultivo da Tourism Marketing Management, o Comité Consultivo da Transportation & Basic Construction e Cônsul Honorário do Peru em Macau.

Na Região Administrativa Especial de Hong Kong na República Popular da China:

- Presidente do Conselho de Administração da sociedade Shun Tak Holdings Limited, Administradora do Comité de Cooperação Hong Kong-Japão, Vice-Presidente da Federação das Mulheres de Hong Kong, Membro do Comité Executivo da Federação das Mulheres de Hong Kong, Vice-Presidente do Hong Kong Federation of Women Entrepreneurs Committee, Vice-Presidente da The Society of the Academy for Performing Arts, Presidente Honorário da Federação das Mulheres de Hong Kong, Membro do Conselho de Administração da The University of Hong Kong Foundation for Educational Development & Research Limited, Membro do

Conselho Consultivo do The Better Hong Kong Foundation, Vice-Presidente do Hong Kong Girl Guides Association, Presidente Honorário da Hong Kong Southern District Women's Association, Membro do Comité Consultivo do Conselho de Gestão do Hong Kong Jewellery & Jade Manufacturers Association, Membro do Comité de Gestão do The Hong Kong School of Arts, Media & Design (HKSAMD), Membro do Conselho da Association Culturelle France-Hong Kong.

Na República Popular da China:

■ Membro do Comité Permanente Municipal de Pequim da Chinese People's Political Consultative Conference, Membro do Comité da China Association of Women Entrepreneurs, Vice-Presidente da China Association of Women Entrepreneurs, Membro do Comité da China Promoting Minority Culture and Art Association, Vice-Presidente da China Society for Promotion of the Guangcai Program, Membro do Standing Committee of All-China Federation of Industry & Commerce, Vice-Presidente do Chamber of Tourism of All-China Federation of Industry & Commerce, Vice-Presidente do Shanghai Federation of Industry and Commerce.

Outra experiência profissional:

- De 1999 a 2002 – Vice-Presidente do Guangdong Chamber of Foreign Investors;
- De 1999 a junho de 2006 – Membro do Conselho The Community Chest of Hong Kong;
- De 2000 a 2002 – Membro do Comité do The Chinese People's Political Consultative Conference of Guangdong Province;
- De 2001 a 2006 – Membro do Conselho de Governadores do Hong Kong Arts Centre;
- De 2001 a 2007 – Membro do Conselho de Governadores do The Hong Kong Ballet Limited;
- De dezembro de 2002 a abril de 2005 – Membro do Comité Executivo da Bauhinia Cup Outstanding Entrepreneurs Association;
- De junho de 2003 a junho de 2006 – Membro do Comité Executivo do The Community Chest of Hong Kong;
- De julho de 2003 a outubro de 2010 – Membro do Comité Permanente do Conselho de Administração da Macão Chamber of Commerce;
- De novembro de 2004 a outubro de 2006 – Membro do Comité dos Museus;
- De março de 2005 a fevereiro de 2008 – Membro do Comité Consultivo da Human Resources;
- De março de 2005 a fevereiro de 2008 – Membro do Comité Consultivo da Tourism Products;
- De 2005 a 2009 – Vice-Presidente do Chamber of Women of All-China Federation of Industry & Commerce;
- De 2006 a 2009 – Presidente Honorária da Carnation Women's Association;
- De 2008 a 2009 – Administradora da Tung Wah Group of Hospitals.

Thomaz de Mello Paes de Vasconcelos

Idade:

■ 54 anos.

Formação académica:

■ Licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade);
- Vogal Suplente dos Conselhos Fiscais do Banco ActivoBank, S.A. e do Banco de Investimento Imobiliário, S.A.

Cargos atuais fora do Grupo:

- Consultor da TPV, Lda., Revisor Oficial de Contas, Administrador da Multiauto Galilei, S.G.P.S., S.A., Vogal do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Açoreana, S.A. e Administrador Não Executivo da Timwe S.G.P.S., S.A.

Outra experiência profissional:

- Senior Manager da Arthur Andersen & Co;
- Administrador do Grupo Santogal;
- Consultor nos setores da Saúde, Ensino, Seguros e Financeiro;
- Administrador Não Executivo da Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.

Vasco Esteves Fraga**Idade:**

- 62 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia e programas de formação e seminários na London Business School, Insead, Universidade Nova e Universidade Católica.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho Geral e de Supervisão, da Comissão de Ética e Deontologia e da Comissão de Nomeações do Banco Comercial Português, S.A. (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Cargos atuais fora do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração da Estoril Sol, S.G.P.S., S.A., do Conselho de Administração da Varzim Sol – Turismo, Jogo e Animação, S.A., do Conselho de Administração da Estoril Sol (III), S.A. e do Conselho de Administração da SGAL – Sociedade Gestora da Alta de Lisboa, S.A.

Outra experiência profissional:

- De 1973 a 1975 – Desempenhou funções técnicas no Núcleo de Avaliação de Projetos de Investimento do Centro de Estudos de Planeamento (Presidência do Conselho de Ministros);
- De 1975 a 1980 – Assessor para a área económica da Casa Civil do Presidente da República, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Coordenação Económica (1.º Governo Constitucional), Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes e Comunicações (1.º Governo Constitucional), Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças e do Plano (2.º Governo Constitucional), Diretor de Serviços do Gabinete para a Cooperação Económica Externa do Ministério das Finanças e Secretário de Estado Adjunto do Ministro dos Transportes e Comunicações (5.º Governo Constitucional);
- De 1980 a 1986 – Administrador da Casa Hipólito, S.A.;
- De 1987 a 1990 – Diretor-Geral do Casino Estoril;
- De 1990 a 1995 – Administrador da holding e de várias empresas da área da comunicação social do grupo P.E.I. – Projetos, Estudos e Informação, S.A.;
- De 1995 a 1997 – Vice-presidente Executivo da ESTA – Gestão de Hotéis, S.A., empresa detida pela Estoril-Sol e pela TAP Air Portugal com interesses na área da hotelaria na África lusófona;
- Desde Junho 1997 – Administrador de várias empresas do grupo Estoril-Sol.

ANEXO III

CURRÍCULOS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE REMUNERAÇÕES E PREVIDÊNCIA DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

José Manuel Rodrigues Berardo

Idade:

■ 68 anos.

Cargos atuais no Grupo:

■ Presidente do Conselho de Remunerações e Previdência (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Outra experiência profissional:

■ Desde 1982, é Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Pátio – Livros e Artes, S.A.; desde 1986, Gerente da Ronardo – Gestão de Empresas, Lda. e Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EMT – Empresa Madeirense de Tabacos, S.A.; desde 1988, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SIET – Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Fundação José Berardo, I.P.S.S.; desde 1989, Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da RAMA – Rações para Animais, S.A.; desde 1990, Presidente do Conselho de Administração da Imobiliária Magnólia da Madeira, S.A.; desde 1992, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SICEL – Sociedade Industrial de Cereais, S.A.; desde 1993, Presidente do Conselho de Administração da Metalgest – Sociedade de Gestão, S.G.P.S., S.A.; desde 1995, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Bacalhão Vinhos de Portugal, S.A. e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Moagens Associadas, S.A.; desde 1996, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sintra Modernarte – Arte e Cultura, S.A., Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Quinta do Lorde, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Associação Coleção Berardo; desde 1997, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CORGOM – Indústria Transformadora de Cortiça, S.A. e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Parfitel, S.G.P.S., S.A.; desde 2000, Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Aviatlântico – Avicultura, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Matiz – Sociedade Imobiliária, S.A.; desde 2002, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Exploração Turística da Fajã da Pedra, S.A.; desde 2003, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ATRAM, S.A.; desde 2006, Gerente da Bernardino Carmos e Filho, S.G.P.S., Lda.; e, desde 2007, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Aliança Vinhos de Portugal, S.A. e Administrador da Cumulus Wines, PTY Limited. É ainda Presidente da Mesa da Assembleia Geral nas seguintes sociedades: Avipérola, Lda.; Caves Aliança Agrícola, S.A.; Cotrancer – Comércio e Transformação de Cereais, S.A.; D'Aguiar – Companhia Agrícola, S.A.; Dismade – Distribuição da Madeira, S.A.; Fórum Prior do Grato, Vinhos Seleccionados, S.A.; J. P. Viticultura; Quinta da Rigodeira, Casa Agrícola, S.A.; Quintas Aliança – Alentejo; Sociedade Agrícola, S.A.; Quintas Aliança – Dão, Sociedade Agrícola, S.A.; Quintas Aliança – Douro; Sociedade Agrícola, S.A.; Silomad – Silos da Madeira, S.A.; Sodiprave – Sociedade Distribuidora de Produtos Avícolas; VIBORBA, S.A.; e Universidade Atlântica. Desempenha ainda o cargo de Presidente do Conselho de Administração na Empresa Mineira do Cercal, S.A., na Sociedade Agrícola Quinta do Carmo, S.A. e simultaneamente com o de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, na Associação de Coleções e na Vitecaf – Fábrica de Rações da Madeira, S.A. É também Presidente Honorário da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – Coleção Berardo.

António Vítor Martins Monteiro

Remete-se, aqui, para o Anexo II ao Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

Luís de Mello Champalimaud

Remete-se, aqui, para o Anexo II ao Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Manuel Pinto Barbosa**Idade:**

■ 68 anos.

Formação académica:

- Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras pela Universidade Técnica de Lisboa;
- Mestrado pela Yale University;
- Doutoramento pela Yale University e Agregação pela Universidade Nova de Lisboa.

Cargos atuais no Grupo:

- Vogal do Conselho de Remunerações e Previdência (até 28 de fevereiro de 2012, data em que foi alterado o modelo de governo da sociedade).

Outra experiência profissional:

- Desde 1978 a 1982 foi Membro da Comissão Instaladora da FEUNL; de 1982 a 1983 foi Diretor em exercício na FEUNL; de 1984 a 2002 foi Professor Catedrático na FEUNL; de 1986 a 1990 foi Vice-Reitor da UNL; de 1990 a 1994 foi Reitor da UNL; de 1995 a 1996 foi Vice-Presidente da UNICA, rede de universidades das capitais da Europa; de 1996 a 1999 foi Membro da Comissão Instaladora da FDUNL; de 1997 a 2000 foi Pró-Reitor para Assuntos Internacionais da UGF; desde 1990, Membro da Liga Europeia para a Cooperação Económica; desde 1990, Sócio Fundador do Centro Europeu de Estatística para Países em Vias de Desenvolvimento; desde 1997, Sócio da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa; e, desde 1997, Académico Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. De 1967 a 1969 foi Oficial da Reserva Naval da Armada Portuguesa; de 1970 a 1972 foi Consultor da Associação Industrial Portuguesa; de 1978 a 1983 foi Sócio Fundador da Associação para o Estudo das Relações Internacionais; de 1981 a 1984 foi Membro da Comissão encarregada da negociação do Acordo de Defesa Portugal-EUA; em 1989 foi Membro da Comissão de Peritos do Programa SPES (CEE); em 1989 foi Membro da Comissão de Peritos da Fundação Tinker; em 1990 foi Membro da Comissão de Peritos do Programa ACE (CEE); de 1992 a 1993 foi Vice-Presidente do Conselho Económico e Social; de 1994 a 2006 foi Membro do Conselho Diretivo da Fundação Luso-Americana, de 1995 a 1998 foi Administrador Não Executivo da Portucel Industrial; de 1996 a 1999 foi Membro do Comité de Assesores do Barclays Bank; de 2002 a 2006 foi Administrador Não Executivo da PTII e de 2004 a 2006 foi Presidente do Conselho de Administração da TAP. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração da Nova Fórum, desde 2005, Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da TAP, desde 2007, e Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da Cimpor.

ANEXO IV

ANEXO I

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters-bcp.is Exchange-MCP Bloomberg-bcp.pt ISIN PTBSCP000007

23 de Abril de 2012

Resultados consolidados do Millennium bcp em 31 de dezembro de 2011

Republicação do comunicado sobre os resultados consolidados do Millennium bcp em 31 de dezembro de 2011 por atualização da informação financeira divulgada ao mercado em 3 de fevereiro de 2012

DESTAQUES

- Rácio Core Tier I, situou-se em 9,3% em 31 de dezembro de 2011;
- Resultado líquido consolidado negativo de 848,6 milhões de euros em 2011, influenciado sobretudo pelo aumento de dotações para imparidade do crédito e de outros ativos financeiros e pelos custos associados à transferência parcial de responsabilidades com pensões para a Segurança Social;
- Resultado líquido da atividade internacional duplicou, potenciado pelos aumentos dos resultados das subsidiárias na Polónia (+43%), Moçambique (+51%) e Angola (+52%), em moeda local;
- Margem financeira cresceu 4,1% face a 2010, beneficiando tanto da atividade em Portugal (+1,5%) como da atividade internacional (+9,0%);
- Recursos de balanço de clientes aumentaram 3,3% para 53.060 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, potenciados pelos depósitos de clientes;
- Depósitos de clientes aumentaram 4,2%, ascendendo a 47.516 milhões de euros; depósitos de clientes em Portugal com um crescimento de 7,2% face a 31 de dezembro de 2010;
- Carteira de crédito diminuiu 6,4%, totalizando 71.533 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011; crédito a clientes em Portugal reduziu 7,4% face ao final de dezembro de 2010;
- Rácio de transformação de depósitos em crédito evoluiu favoravelmente para 145% em 31 de dezembro de 2011 (164% em igual data de 2010);
- Rácio de crédito vencido há mais de 90 dias situou-se em 4,5%, traduzindo a atual envolvente económico-financeira, e o rácio de cobertura situou-se em 109,1%.

MILLENNIUM BCP, S.A., Sociedade por Quotas de Capital, inscrita no Registo Nacional de Comércio sob o nº 301 273 801, com sede em Lisboa, Portugal, inscrita no Registo Nacional de Comércio sob o nº 301 273 801.

Direcção de Relações com Investidores
Rui Coimbra
Telf. +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
rui.coimbrafernandes@millenniumbcp.pt
tvalente@millenniumbcp.pt
joaogodinho.duarte@millenniumbcp.pt

Contacto de Imprensa
Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
clinta.barbas@millenniumbcp.pt



1/29

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters:bcup.is Exchange:WCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCPGAM00007

Lisboa, 23 de Abril de 2012

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Atividade económica
abrandou no quarto
trimestre, em particular
na Área do Euro

O recrudescimento e a disseminação dos efeitos sistémicos da crise da dívida soberana da Área do Euro, a aversão ao risco persistente e o abrandamento no comércio internacional continuaram a afetar a economia mundial, em particular na União Europeia. Os EUA constituíram exceção, tendo beneficiado da recuperação no emprego e correspondente impulso no consumo privado. A evolução recente dos indicadores coincidentes de atividade sugere alguma estabilização económica. Porém, as projeções continuam condicionadas pela elevada incerteza relacionada com o endividamento excessivo das economias desenvolvidas e com a sustentação dos processos de crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento. O arrefecimento da atividade económica e a diminuição das pressões inflacionistas permitiram a manutenção - e em alguns casos o reforço - de políticas monetárias de estímulo à atividade económica.

Intensificação do clima
de aversão ao risco e do
impacto sistémico da
crise da dívida europeia

Na Área Euro, o clima de aversão ao risco predominou mas não de forma uniforme. A deterioração da conjuntura económica, as reduções de *rating* de dívida soberana, e respetiva repercussão em emittentes relacionados como os bancos, e a incerteza quanto ao desfecho da reformulação do quadro institucional europeu suportaram o alargamento dos spreads de crédito, acentuaram a procura por aplicações financeiras em países classificados com melhor qualidade de *rating* e conduziram a uma depreciação do euro para níveis inferiores a 1,30 dólares. O mercado de ações registou um desempenho distinto e mais favorável, tendo beneficiado da divulgação de resultados empresariais superiores ao esperado e da revisão dos parâmetros de política monetária. Porém, esta recuperação foi insuficiente para anular as perdas acumuladas ao longo de 2011.

BCE desceu a taxa
principal de
refinanciamento para 1%
e alargou os prazos de
cedência de liquidez

Perante a progressão do ciclo vicioso entre risco soberano, sistema bancário e financiamento da economia e a crescente disfuncionalidade do mercado interbancário europeu, o BCE reduziu as taxas de juro para 1%, alargou os prazos de cedência de liquidez ao sistema bancário até três anos, diminuiu o rácio de reservas mínimas obrigatórias para metade, suavizou os critérios de aceitação de colateral, retomou o programa de aquisição de obrigações hipotecárias e manteve a compra de dívida pública em mercado secundário. Com este conjunto de medidas, que prevalecerá pelo menos nos primeiros meses de 2012, o risco de liquidez dos bancos europeus e a tensão sobre os mercados de dívida soberana de alguns estados membros poderão diminuir.

Millennium BCP, S.A., Sociedade por Quotas de Capital, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais da Câmara Municipal de Lisboa, sob o nº 107 275 981, com sede em Lisboa, Portugal, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais da Câmara Municipal de Lisboa, sob o nº 107 275 981.

M

2/29

Millennium bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:MCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTB0PGMA000007

Reformulação dos mecanismos de estabilização financeira e de controlo orçamental na União Europeia

Agravamento do ciclo recessivo em Portugal com forte retração do consumo privado

Negócio bancário afetado por contexto económico desfavorável, instabilidade nos mercados financeiros e requisitos adicionais de capital

Economias de Leste e de África resilientes não obstante o aumento dos riscos para o crescimento

A resolução da crise da dívida soberana europeia depende da recuperação da confiança dos investidores na sustentabilidade das contas públicas. A reformulação dos mecanismos de governação da UEM não acolheu unanimidade entre os estados da União, pelo que não terá forma de novo Tratado mas força de acordo intergovernamental. Este acordo engloba novas métricas de controlo orçamental, maior coesão e controlo bilateral, mecanismos de correção automática de desvios e cláusulas de salvaguarda que mitiguem o risco da procíclicidade perversa inerente à aplicação de regras tão restritivas. Os mecanismos europeus de assistência financeira foram reforçados e antecipados e prossegue a renegociação da dívida grega com os credores privados.

A contração da economia portuguesa em 2011 estima-se em 1,6%, inferior ao inicialmente antecipado mas com uma dinâmica progressivamente negativa. Os desvios na execução orçamental e as reclassificações nas administrações públicas exigiram a adoção de medidas excecionais para o cumprimento das metas orçamentais estabelecidas no programa de ajustamento. Entre outras, a transferência dos fundos de pensões dos bancos para o estado terá permitido alcançar um défice público bastante inferior ao exigido mas não resolveu o desequilíbrio estrutural subjacente. Transitam para 2012 responsabilidades acrescidas que exigem grande disciplina na disposição dos fundos públicos e que penalizam a condição financeira das famílias e das empresas, prevendo-se um agravamento da conjuntura recessiva por retração da procura interna.

A incerteza económica e financeira tem prejudicado o desempenho do sistema bancário nacional - redução dos volumes de negócio, deterioração dos indicadores de qualidade do crédito, quebra na rentabilidade - e tem dificultado o cumprimento das exigências regulamentares de recapitalização e de liquidez dos bancos. Destaca-se o relevo acrescido na captação de recursos financeiros estáveis, a par de uma maior seletividade nos processos de atribuição de crédito e identificação de segmentos de negócio mais competitivos, crucial para, em simultâneo, se conseguir cumprir com as metas de desalavancagem e suportar o crescimento da economia em contexto de forte restrição de financiamento.

O crescimento dos países na Europa de Leste manteve-se a bom ritmo durante 2011 com o processo de retoma previsto para 2012 a ser também influenciado pela moderação do crescimento na União Europeia. A normalização da produção petrolífera em Angola e o desenvolvimento previsto dos designados "megaprojectos" relacionados com matérias-primas de base em Moçambique deverão suportar crescimentos económicos robustos em 2012, contribuindo para a estabilização económica e elevar o nível de "bancarização" nestes países.

MILLENIUM BCP PORTUGAL, S.A., Sociedade por quotas de responsabilidade limitada inscrita no Registo Comercial do Porto sob o número 50519, do qual é titular a 100% a Millennium BCP, S.A., inscrita no Registo Comercial do Porto sob o número 50519, do qual é titular a 100% a Millennium BCP, S.A., inscrita no Registo Comercial do Porto sob o número 50519.



3/29

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:MCP Bloomberg:bcp pl ISIN PTBCPGAM00007

Síntese de Indicadores

	Milhões de euros	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Balanco				
Ativo total		93.482	98.547	-5,1%
Crédito a clientes (bruto)		71.533	76.411	-6,4%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾		65.530	67.596	-3,1%
Recursos de balanço de clientes		53.060	51.342	3,3%
Depósitos de clientes		47.516	45.609	4,2%
Crédito total, (liq. / Depósitos de clientes ⁽²⁾)		145%	164%	
Resultados				
Resultado líquido		(848,6)	344,5	
Margem financeira		1.579,3	1.516,8	4,1%
Produto bancário ⁽³⁾		2.569,6	2.902,4	-11,5%
Custos operacionais ⁽⁴⁾		1.634,2	1.543,2	5,9%
Imparidade do crédito (liq. de recuperações)		1.331,9	713,3	86,7%
Outras imparidades e provisões		825,1	227,8	262,2%
Impostos sobre lucros				
Correntes		66,9	54,2	23,4%
Diferidos		(525,7)	(39,8)	
Rendibilidade				
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽²⁾		2,6%	3,0%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽⁵⁾		-0,8%	0,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽²⁾		-1,3%	0,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)		-22,0%	9,8%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽²⁾		-28,0%	10,6%	
Qualidade do crédito				
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽²⁾		6,2%	4,5%	
Crédito com incumprimento, liq. / Crédito total, liq. ⁽²⁾		1,4%	1,2%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾		10,1%	7,1%	
Crédito em risco, liq. / Crédito total, liq. ⁽²⁾		5,5%	4,0%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias ^{(2) (6)}		109,1%	109,4%	
Rátios de eficiência				
Custos operacionais / Produto bancário		58,4%	54,1%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)		59,9%	48,0%	
Custos com o pessoal / Produto bancário		31,9%	29,0%	
Capital				
Fundos próprios totais		5.263	6.116	
Riscos ponderados		55.456	59.564	
Rácio Core Tier I		9,3%	6,7%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base		8,6%	9,2%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios		9,5%	10,3%	
Sucursais				
Atividade em Portugal		885	892	-0,8%
Atividade Internacional		837	852	-1,8%
Colaboradores				
Atividade em Portugal		9.959	10.146	-1,8%
Atividade Internacional		11.549	11.224	2,9%

Nota: Os indicadores referem-se ao exercício de 2011 e 2010, negativos ou negativos após ajuste de custos, por efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

(1) Média ponderada entre Clientes e não Clientes, sobre o crédito e provisões de capitalização.

(2) De acordo com a legislação n.º 2/2010 do Banco de Portugal.

(3) Margem financeira, mediantes de instrumentos de capital, provisões líquidas, provisões em parâmetros (Provisões, resultados de operações patrimoniais e lucros provisionais) (por ajuste com o resultado).

(4) Custo total de recursos.

(5) Custo com o pessoal, custos de administração e encargos de gestão.

(6) Custo com o pessoal, custos de administração e encargos de gestão.

(7) Custo líquido de fundos próprios.

180

1511

Reuters-bcis.is	Exchange/NCP	Bloomberg-bcis.nl	ISIN	PTBPC0000000007
-----------------	--------------	-------------------	------	-----------------

1. 2010年10月1日起实施的《中华人民共和国招标投标法实施条例》规定，招标人应当根据招标项目的特点和需要编制招标文件，招标文件应当包括下列内容：(一)招标公告或者资格预审公告；(二)投标人须知；(三)评标办法；(四)合同条款及格式；(五)投标文件格式；(六)技术标准和要求；(七)招标项目的技术规格、图纸、资料等；(八)其他需要载明的内容。招标人不得在招标文件中设定歧视性条款或者限制条件，不得以不合理的条件限制、排斥潜在投标人或者投标人。招标人应当合理确定招标文件的发售时间，不得少于5日，自招标文件开始发售之日起计算。

Adicionalmente, no final do exercício de 2011, tendo em consideração o acordo firmado entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os sindicatos dos trabalhadores bancários para a transferência para o Regime Geral da Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento de reformados e pensionistas, o Banco optou, em momento anterior à referida transferência, pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos débitos atuariais.

De modo a refletir a mencionada alteração, de acordo com as IAS, esta alteração foi efetuada com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2010, pelo que foram reconhecidos nos capitais próprios a totalidade dos desvios atuariais diferidos. No âmbito das regras aplicáveis, o Grupo procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras com referência a 1 de janeiro de 2010 e a 31 de dezembro de 2010, para efeitos comparativos.

1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 26

O resultado líquido de 2011 inclui o impacto do reforço de dotações para imparidade do crédito na sequência do Programa Especial de Inspeções, realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com as autoridades portuguesas e efetuado aos maiores grupos bancários portugueses, no montante de 270,5 milhões de euros líquido de impostos, o reconhecimento de imparidade relativa ao restante goodwill do Millennium bank na Grécia, de 147,1 milhões de euros (valor igual ao montante reconhecido em 2010), o reconhecimento contabilístico de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega, no valor de 408,9 milhões de euros líquido de impostos, e a contabilização em custos com o pessoal dos encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social, de 117,0 milhões de euros líquido de impostos.

M

Millennium

bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:MCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCPGAM00007

Não obstante, o resultado líquido consolidado foi favoravelmente influenciado pelo aumento da margem financeira, suportado pelos efeitos volume de negócios e taxa de juro positivos, bem como pela redução dos outros gastos administrativos, beneficiando das poupanças alcançadas na maioria dos agregados, e pelo menor nível de amortizações do exercício.

A evolução da rentabilidade em base consolidada foi determinada pelo desempenho observado na atividade em Portugal, na medida em que a atividade internacional registou um aumento dos resultados líquidos. A atividade em Portugal foi condicionada pelos já mencionados impactos, os quais foram atenuados pelo aumento da margem financeira, pela redução dos outros gastos administrativos e pelo menor nível de amortizações do exercício.

O resultado líquido da atividade internacional foi impulsionado pelo maior nível de resultados líquidos alcançados na generalidade das subsidiárias no exterior, potenciado pelo crescimento do produto bancário induzido pelos maiores volumes de negócio e por ganhos de eficiência apesar dos investimentos em curso, destacando-se os resultados líquidos apurados pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Millennium bfm em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola.

A margem financeira aumentou 4,1%, totalizando 1.579,3 milhões de euros em 2011, face aos 1.516,8 milhões de euros apurados em 2010, suportado pelo efeito taxa de juro favorável e pelo efeito volume positivo.

O efeito taxa de juro favorável beneficiou sobretudo do desempenho evidenciado pela carteira de crédito a clientes, alicerçado na prossecução de iniciativas focadas na adequação do preço ao custo do risco das operações contratadas com clientes, e também, embora em menor escala, do efeito positivo relacionada com a carteira de ativos financeiros, não obstante a superior remuneração dos depósitos de clientes e a subida das taxas de juro dos títulos de dívida emitida e passivos financeiros.

Por seu turno, o efeito volume de negócios positivo beneficiou, por um lado, do aumento do saldo de ativos financeiros, apesar da redução do volume de crédito a clientes, e, por outro, da contração na dívida emitida e passivos financeiros, não obstante o crescimento do saldo de depósitos de clientes, associado aos esforços empreendidos com vista à captação de recursos de balanço junto da base de clientes, no âmbito do processo de desalavancagem e de reforço dos recursos estáveis (*stable funding*) na estrutura de financiamento.

O aumento da margem financeira foi potenciado tanto pela atividade em Portugal, como pela atividade internacional. Na atividade em Portugal, o crescimento da margem financeira beneficiou do impacto gerado pelas operações com clientes, destacando-se o efeito taxa de juro favorável, suportado pelo ajustamento dos *spreads* do crédito aos perfis de risco dos clientes, não obstante o acréscimo de juros custo relacionados com os depósitos a prazo. Adicionalmente, a margem financeira em Portugal foi potenciada pelo efeito volume positivo, induzido pelo volume de negócios associado a operações com instrumentos financeiros.

Na atividade internacional, a subida da margem financeira foi impulsionada pelo efeito taxa de juro favorável, a par do efeito volume de negócios globalmente positivo, refletindo a evolução positiva do negócio com clientes. O aumento da margem financeira beneficiou da atividade desenvolvida pela generalidade das operações no exterior, destacando-se as subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,74% em 2011, que compara favoravelmente com 1,68% apurada em 2010, beneficiando dos desempenhos quer da atividade em Portugal, alicerçado nos esforços de adequação dos preços das operações de crédito contratadas ao perfil de risco dos clientes, não obstante o aumento simultâneo do custo dos depósitos a prazo de clientes, quer da atividade internacional, nomeadamente do Bank Millennium na Polónia e do Millennium bfm em Moçambique.

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters-bcp.is Exchange-WCP Bloomberg-bcp.pl ISIN PTBSCP00A00007

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros	dez. 11		dez. 10	
	saldo	taxa %	saldo	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.363	1,67	3.823	1,21
Ativos financeiros	12.247	4,16	9.587	3,53
Créditos a clientes	72.783	4,45	74.644	3,57
	89.393		88.054	
Ativos não correntes detidos para venda	-		818	6,39
Ativos geradores de juros	89.393	4,27	88.872	3,49
Ativos não geradores de juros	7.838		8.497	
	97.231		97.369	
Depósitos de instituições de crédito	19.956	1,71	15.087	1,40
Depósitos de clientes	46.821	2,92	45.386	2,01
Dívida emitida e passivos financeiros	19.732	2,55	25.286	1,53
Passivos subordinados	1.504	3,18	2.254	2,96
	88.013		88.013	
Passivos não correntes detidos para venda	-		740	4,17
Passivos geradores de juros	88.013	2,57	88.753	1,81
Passivos não geradores de juros	3.708		2.825	
Capitais próprios e interesses que não controlam	5.510		5.791	
	97.231		97.369	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		1,74		1,68

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.
Nota: Os juros das derivadas de cobertura foram colocados, em dezembro de 2011 e de 2010, a respetiva rubrica de isenção.

As comissões líquidas situaram-se em 789,4 milhões de euros em 2011, comparando com 811,6 milhões de euros em 2010. A evolução das comissões líquidas evidencia o comportamento das comissões relacionadas com os mercados financeiros, parcialmente atenuado pelo desempenho favorável das comissões mais diretamente relacionadas com o negócio bancário. Este desempenho das comissões líquidas foi induzido tanto pela evolução da atividade em Portugal, que diminuiu 2,0%, como da atividade internacional, que registou uma diminuição de 4,5%, com destaque das subsidiárias na Grécia e na Suíça, enquanto que no Millennium Bank na Polónia foram influenciadas fundamentalmente pelo efeito cambial de desvalorização do zloti face ao euro, não obstante o contributo favorável do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola.

As comissões mais diretamente relacionadas com o negócio bancário foram potenciadas pela diversificação e adaptação das fontes de receitas ao contexto económico-financeiro, derivado do crescimento das comissões relacionadas com operações de crédito e garantias e com a prestação de serviços bancários diversos, consubstanciando, em parte, o alinhamento do preçário à evolução do negócio bancário, tendo beneficiado do crescimento das comissões relacionadas com a gestão de contas, bem como das comissões associadas à solução "Cliente Frequente", não obstante o mais fraco desempenho das comissões de bancassurance, condicionadas pelo ambiente económico-financeiro adverso. Por seu turno, as comissões relacionadas com os mercados financeiros foram influenciadas pela fraca atividade observada no mercado de capitais, repercutindo-se nas comissões associadas a operações sobre títulos, bem como pelas comissões relacionadas com a gestão de ativos, ambas condicionadas pela persistência de um enquadramento particularmente adverso para a gestão de investimentos financeiros, determinado pela incerteza e pela volatilidade nos mercados financeiros.

MILLENNIUM BCP, S.A., Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, inscrita no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, sob o nº 107 073 881, com sede em Lisboa, Portugal, inscrita no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, sob o nº 107 073 881.



7/24

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:MCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCPGAM00007

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Milhões de euros	dez. 11	dez. 10	Var. 11/10
Comissões líquidas			
Comissões bancárias			
Cartões	184,5	185,3	-0,4%
Crédito e garantias	184,9	178,7	3,5%
Bancassurance	72,7	74,3	-2,2%
Outras comissões	226,6	224,1	1,1%
Subtotal comissões bancárias	668,7	662,4	1,0%
Comissões relacionadas com mercados			
Operações sobre títulos	73,8	96,6	-23,6%
Gestão de ativos	46,9	52,6	-10,9%
Subtotal comissões com mercados	120,7	149,2	-19,1%
Total comissões líquidas	789,4	811,6	-2,7%
Resultados em operações financeiras ⁽¹⁾	207,6	439,4	-52,7%
Outros proveitos de exploração líquidos	(22,7)	31,0	
Rendimentos de instrumentos de capital	1,4	35,9	-96,2%
Resultados por equivalência patrimonial	14,6	67,7	-78,4%
Total outros proveitos líquidos	990,3	1.383,6	-28,5%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽²⁾	38,5%	47,7%	

(1) Inclui em 2010 o ganho de 65,2 milhões de euros obtido na alienação da participação de 2,7% detida na Eureko.

(2) De acordo com Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

Os resultados em operações financeiras, que incorporam os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em ativos financeiros disponíveis para venda, totalizaram 207,6 milhões de euros em 2011, que compara com os 439,4 milhões de euros apurados em 2010. Esta evolução reflete, em 2011, os impactos resultantes da instabilidade nos mercados financeiros e em particular do agravamento das tensões relacionadas com a crise da dívida soberana na área do euro, que determinaram uma elevada volatilidade e desvalorização da carteira de instrumentos financeiros mais diretamente expostos ao risco de mercado, parcialmente mitigados pelo aumento dos resultados em operações cambiais.

Os resultados em operações sobre títulos, derivados e outros, foram influenciados essencialmente pelos resultados em operações de negociação e de cobertura, em particular pelo registo, em 2011, de perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa, no montante de 128,1 milhões de euros (18,0 milhões de euros em 2010), a par dos prejuízos em instrumentos financeiros ao *fair value option*, no montante de 20,6 milhões de euros (ganhos de 204,6 milhões de euros em 2010) e dos impactos de perdas relacionadas com as vendas de operações de crédito, apenas parcialmente contrariados pelos ganhos associados às operações de recompra de emissões próprias.

O comportamento dos resultados em operações financeiras traduz fundamentalmente a evolução da atividade em Portugal, bem como os menores ganhos apurados pelas subsidiárias na Polónia e em Moçambique, não obstante o desempenho globalmente favorável da atividade internacional, nomeadamente ao nível dos resultados em operações sobre títulos.

Os outros proveitos de exploração líquidos, que incluem os outros proveitos de exploração, os outros resultados de atividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos, registaram perdas líquidas de 22,7 milhões de euros em 2011, comparando com ganhos de 31,0 milhões de euros em 2010. O comportamento dos outros proveitos de exploração líquidos foi fundamentalmente influenciado pela atividade em Portugal, repercutindo o impacto em custos de exploração da contribuição tributária

150

	NAME	STREET ADDRESS
--	------	----------------

Reuters-bcis.is	Exchange/NCP	Bloomberg-bcis.nl	ISIN	PTBPCOM00007
-----------------	--------------	-------------------	------	--------------

Os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, totalizaram 1,4 milhões de euros em 2011, comparando com os 35,9 milhões de euros relevados em 2010. Os dividendos registados em 2011 correspondem sobretudo aos rendimentos associados a investimentos do Grupo que integram a carteira de ações e em unidades de participação de fundos de investimento, enquanto que os rendimentos de instrumentos de capital contabilizados em 2010 incorporaram fundamentalmente os dividendos recebidos relacionados com a participação de 2,7% detida na Eureka, B.V., a qual foi alienada em 31 de dezembro de 2010.

Os resultados por equivalência patrimonial, que incluem os resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controle das políticas financeira e operacional, cifraram-se em 14,6 milhões de euros em 2011, comparando com 57,7 milhões de euros em 2010. A evolução dos resultados por equivalência patrimonial foi influenciada fundamentalmente pela apropriação de menores resultados associados à participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas, os quais, num contexto de grande incerteza, elevada volatilidade e deterioração das condições nos mercados financeiros, foram especialmente condicionados pelo reconhecimento de perdas por imparidade relacionadas com títulos de dívida soberana e ações em carteira. Todavia, apesar da queda do volume de negócios no setor segurador, o desempenho da Millenniumbcp Ageas revelou-se superior ao do mercado, tanto em termos de provisões matemáticas do ramo Vida, como no conjunto dos ramos Não Vida.

Os custos operacionais, que incluem os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, situaram-se em 1.634,2 milhões de euros em 2011 (1.543,2 milhões de euros em 2010). Os custos operacionais incorporaram, em 2011, os encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social, no montante de 164,8 milhões de euros, a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo e de colaboradores relacionadas com o plano complementar, no montante global de 44,2 milhões de euros, e custos com reformas antecipadas, no montante de 12,3 milhões de euros (7,2 milhões de euros em 2010). Os custos operacionais, excluindo os impactos anteriormente mencionados, reduziram 2,3%, suportados pelos decréscimos globais de 0,4% nos custos com o pessoal, de 2,9% nos outros gastos administrativos e de 12,8% nas amortizações do exercício, refletindo o controlo rigoroso dos custos que tem vindo a ser empreendido quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, através da implementação contínua de iniciativas visando a racionalização e otimização dos custos operacionais.

O rácio de eficiência consolidado, em base comparável, situou-se em 58,4% em 2011 (54,1% em 2010). O rácio de eficiência da atividade em Portugal situou-se em 59,9% em 2011 (48,0% em 2010), enquanto que na atividade internacional fixou-se em 56,3% em 2011 (66,8% em 2010).

Na atividade em Portugal, os custos operacionais foram induzidos fundamentalmente pelos custos com o pessoal, que incorporam o conjunto de impactos anteriormente mencionado. Excluindo esses impactos, os custos operacionais da atividade em Portugal reduziram 1,1% face a 2010, repercutindo as poupanças alcançadas na generalidade das rubricas de outros gastos administrativos, bem como o menor nível de amortizações do exercício. Por seu turno, na atividade internacional, a redução dos custos operacionais traduz sobretudo o efeito decorrente da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, ocorrida no final de 2010, o qual mais do que neutralizou os aumentos dos custos operacionais observados nas operações desenvolvidas na Polónia e na Grécia, associados aos planos de redimensionamento da rede de distribuição implementados naqueles mercados, e em Angola e Moçambique, traduzindo o suporte aos planos de negócio em curso nestas operações e ao reforço da base operacional naqueles mercados como plataforma de crescimento para o continente africano.

Millennium

bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:WCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCP6A00007

Os custos com o pessoal cifraram-se em 953,6 milhões de euros em 2011, comparando com 831,2 milhões de euros em 2010. Os custos com o pessoal incorporam os já mencionados impactos no montante total de 132,9 milhões de euros em 2011 e de 7,2 milhões de euros em 2010. Excluindo aqueles impactos, os custos com o pessoal reduziram 0,4% face ao ano anterior.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal evidenciam o efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América no final de 2010. Os aumentos de custos com o pessoal nas subsidiárias em Moçambique, Angola e Polónia incorporam o efeito do maior número de colaboradores, em particular naquelas primeiras operações, no âmbito do reforço das suas competências e capacidades operacionais. Por seu turno, o Millennium bank na Grécia evidenciou também um aumento dos custos com pessoal induzido pela implementação de medidas de reestruturação e redefinição da atividade, com a diminuição de 258 colaboradores e de 35 sucursais. Estes desempenhos foram, contudo, em parte mitigados pelos menores custos com o pessoal nas subsidiárias na Suíça e na Roménia.

Os outros gastos administrativos reduziram 2,9%, totalizando 584,5 milhões de euros em 2011 (601,8 milhões de euros em 2010), beneficiando das poupanças alcançadas na maioria dos agregados, em particular dos gastos relacionados com publicidade, informática, comunicações, rendas e alugueres, conservação e reparação, outros serviços especializados e *outsourcing*.

A redução dos outros gastos administrativos reflete sobretudo a diminuição de 3,8% na atividade em Portugal, favoravelmente influenciada pelos menores gastos em publicidade, outros serviços especializados, *outsourcing*, comunicações, bem como em conservação e reparação. Esta diminuição dos outros gastos administrativos beneficiou do impacto das diversas iniciativas implementadas visando o controlo rigoroso dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros, a par da otimização da rede de distribuição para um total de 885 sucursais em 31 de dezembro de 2011 (892 sucursais no final de 2010), no âmbito do enfoque estratégico numa plataforma multicanal mais envolvente, integrada e transversal, possibilitando a reconfiguração da rede de sucursais e a otimização de recursos.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos evidenciaram uma diminuição de 1,7%, suportada fundamentalmente nos menores gastos relacionados com informática, rendas e alugueres e comunicações. Esta redução traduz não só o mencionado efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, como também os menores gastos contabilizados pela subsidiária na Grécia, os quais, no conjunto, mais do que neutralizaram os aumentos relevados pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique. Na atividade internacional, os outros gastos administrativos refletiram, também, o impacto do redimensionamento da rede de distribuição, evoluindo de 852 sucursais no final de 2010 para 837 sucursais em 31 de dezembro de 2011, nomeadamente na Grécia, Roménia e Polónia, no âmbito da redefinição das operações europeias, não obstante a ampliação da rede de distribuição quer no mercado angolano, quer no moçambicano.

As amortizações do exercício cifraram-se em 96,1 milhões de euros em 2011, que comparam com 110,2 milhões de euros relevados em 2010, beneficiando do menor nível de amortizações apurado na generalidade das rubricas, em particular nas amortizações associadas a ativos tangíveis. A redução das amortizações do exercício foi favoravelmente influenciada quer pela atividade em Portugal, quer pela atividade internacional. Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício diminuíram 12,1% face a 2010, repercutindo, essencialmente, a evolução das amortizações relacionadas com equipamento e imóveis, acompanhando o gradual termo do período de amortizações de investimentos realizados, não obstante o acréscimo de amortizações de *software*.

As amortizações do exercício na atividade internacional registaram uma redução entre 2010 e 2011, tendo sido influenciadas quer pelo já referido impacto da alienação das subsidiárias na Turquia e nos Estados Unidos da América, quer pela redução do nível de amortizações nas subsidiárias da Polónia, da Roménia e de Moçambique, não obstante os aumentos de amortizações evidenciados pelo Millennium bank na Grécia, relacionado com a amortização dos ativos tangíveis afeto às sucursais encerradas, e pelo Banco Millennium Angola, como resultado dos investimentos realizados no âmbito da estratégia de crescimento orgânico nesta geografia.

BANCO COMERCIAL PORTUGAL, S.A., Sociedade por quotas com sede em Praça do Comércio, 128, 1200-008 Lisboa, inscrita no Registo Comercial da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o nº 107 573 981, autorizada ao funcionamento pelo Banco de Portugal, sob o nº 107 573 981.



Millennium
bcp

Comunicado

Reuters-bcp.ls Exchange-WCP Bloomberg-bcp.pl ISIN PTBSCPAA00007

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros	dez. 11	dez. 10	Var. 11/10
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	953,6	831,2	14,7%
Outros gastos administrativos	584,5	601,8	-2,9%
Amortizações do exercício	96,1	110,2	-12,8%
	1.634,2	1.543,2	5,9%
dos quais:			
Atividade em Portugal	1.040,4	928,3	12,4%
Atividade Internacional	593,8	617,9	-3,9%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	59,9%	48,0%	

(1) Inclui em 2011 encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social (164,8 milhões de euros), a anulação de provisões relacionadas com pensões (44,2 milhões de euros) e a contabilização de custos relacionados com reformas antecipadas (12,2 milhões de euros). Inclui em 2010 a contabilização de custos relacionados com reformas antecipadas (7,2 milhões de euros).

(2) Atividade em Portugal. De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) situou-se em 1.331,9 milhões de euros em 2011, comparando com 713,3 milhões de euros em 2010, como resultado da avaliação da carteira de crédito num contexto macroeconómico e financeiro adverso com impacto na deterioração da situação financeira das famílias e das empresas em diversos setores de atividade. A imparidade do crédito (líquida de recuperações) inclui em 2011 um reforço de dotações, no montante de 381,0 milhões de euros, efetuado na sequência do Programa Especial de Inspeções, realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com as autoridades portuguesas, efetuado aos maiores grupos bancários portugueses.

A evolução da Imparidade do crédito (líquida de recuperações) incorpora o reforço das dotações para imparidade do crédito na atividade em Portugal, induzido pelo impacto do ajustamento relacionado com a inspeção anteriormente referida e pelo comportamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, não obstante a implementação de iniciativas visando atenuar o agravamento dos níveis de incumprimento. Na atividade internacional, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) foi influenciada pelo maior nível de dotações apurado pelas subsidiárias na Grécia, em resultado da deterioração da envolvente macroeconómica, na Suíça, refletindo a desvalorização de colaterais financeiros, e, embora em menor volume, em Moçambique e Angola, na sequência da expansão dos volumes de negócios. Por seu turno, as dotações para imparidade do crédito no Bank Millennium na Polónia evidenciaram uma redução face a 2010, beneficiando da melhoria da qualidade da carteira de crédito.

O custo do risco, calculado pela proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) em função da carteira de crédito, situou-se em 186 pontos base em 2011, que compara com os 93 pontos base relevados em 2010.

As outras imparidades e provisões agregam as rubricas de dotações para imparidade de outros ativos financeiros, para imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, para imparidade do goodwill, bem como as dotações para outras provisões.

As outras imparidades e provisões cifraram-se em 825,1 milhões de euros em 2011, que comparam com 227,8 milhões de euros apurados em 2010. O montante de outras imparidades e provisões incorpora o reconhecimento contabilístico de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega, no montante de 533,5 milhões de euros, e o reconhecimento de imparidade relativa ao restante goodwill do Millennium bank na Grécia, no montante de 147,1 milhões de euros, no quarto trimestre de 2011, em conformidade com o disposto na IAS 36 e com a política contabilística do Grupo, tendo em consideração o impacto estimado da deterioração da situação económica e financeira da Grécia.

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade por quotas com sede em Praça Eduardo I, 28, 1200-098 Lisboa, inscrita no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, n.º 50487, e no Registo das Atividades de Intermediação de Seguros, n.º 123/2007.



Millennium

bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:WCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCP6AA00007

Paralelamente, as outras imparidades e provisões incorporam o comportamento das dotações para imparidade de ativos recebidos em dação na atividade em Portugal que, no âmbito do processo de reavaliação regular destes ativos, apresentaram uma descida do respetivo valor de mercado, a par do aumento das dotações de provisões associadas a outros compromissos. Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões reduziram na generalidade das subsidiárias, face a 2010, em particular no Millennium bim em Moçambique, no Banco Millennium Angola e no Bank Millennium na Polónia.

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros ascenderam a -458,9 milhões de euros em 2011, montante que compara com 14,3 milhões de euros apurado em 2010. Os referidos impostos incluem o custo por impostos correntes no montante de 66,9 milhões de euros (54,2 milhões de euros em 2010), líquido do proveito por impostos diferidos no montante de 525,7 milhões de euros (39,8 milhões de euros em 2010). O proveito por impostos diferidos apurado em 2011 respeita, sobretudo, a perdas por imparidade não dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável de 2011 e a prejuízos fiscais apurados no exercício.

BALANÇO

O ativo total consolidado totalizou 93.482 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com 98.547 milhões de euros relevados em igual data de 2010.

O crédito a clientes (bruto) diminuiu 6,4%, situando-se em 71.533 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, face aos 76.411 milhões de euros relevados em igual data de 2010. Esta evolução foi determinada pela retração na atividade em Portugal (-7,4%), em simultâneo com o decréscimo verificado na atividade internacional face ao final de 2010, apesar do aumento registado na carteira de crédito do Millennium Bank na Polónia, mitigado pelo efeito cambial de desvalorização do zloti face ao euro, do Banco Millennium Angola e da Banca Millennium na Roménia.

O comportamento do crédito a clientes reflete a contração verificada tanto ao nível do crédito a empresas (-9,4%), o qual cifrou-se em 36.728 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, como do crédito a particulares (-3,0%), traduzindo, por um lado, o impacto dos esforços da gradual desalavancagem em curso e, por outro, a deterioração da confiança das empresas e das famílias com reflexo na contração do investimento em bens duradouros e consequente diminuição da procura de crédito.

A diminuição do crédito a particulares foi determinada pela redução tanto do crédito ao consumo como do crédito hipotecário, enquanto que a retração no crédito a empresas continuou a verificar-se essencialmente nos sectores de atividade tradicionalmente mais dependentes da evolução da procura interna, como nos casos dos serviços, comércio e construção.

Entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, a estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos de diversificação, com o crédito a empresas a representar 51,3% do crédito total concedido, enquanto o crédito a particulares representava 48,7% da carteira de crédito a clientes.

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters-bcp.ls Exchange-WCP Bloomberg-bcp.pl ISIN PTBCPGA000007

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

<i>Millões de euros</i>	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Particulares			
Crédito hipotecário	30.308	31.036	-2,3%
Crédito ao consumo	4.497	4.846	-7,2%
	<u>34.805</u>	<u>35.882</u>	<u>-3,0%</u>
Empresas			
Serviços	14.802	16.041	-7,7%
Comércio	4.254	4.603	-7,6%
Construção	4.991	5.091	-2,0%
Outros	12.681	14.794	-14,3%
	<u>36.728</u>	<u>40.529</u>	<u>-9,4%</u>
Total	<u>71.533</u>	<u>76.411</u>	<u>-6,4%</u>
Do qual:			
Atividade em Portugal	54.552	58.917	-7,4%
Atividade internacional	16.981	17.494	-2,9%

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pelos níveis dos indicadores de incumprimento, nomeadamente pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 4,5% em 31 de dezembro de 2011 (3,0% em 31 de dezembro de 2010), repercutindo a progressiva deterioração da situação económica e financeira das famílias e das empresas com reflexo numa crescente materialização do risco de crédito ao longo de 2011, não obstante o reforço dos mecanismos de prevenção e controlo do risco e os esforços de atuação integrada das áreas comerciais em estreita articulação com as áreas de recuperação de crédito. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades situou-se em 109,1% em 31 de dezembro de 2011, comparando com 109,4% em igual data de 2010, evidenciando níveis de cobertura praticamente estáveis, face ao final de 2010, tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional.

O crédito com incumprimento que, de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal, inclui o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento, situou-se em 6,2% do crédito total em 31 de dezembro de 2011, comparando com 4,5% apurado na mesma data de 2010. Por seu turno, o crédito em risco, apurado nos termos definidos na mencionada instrução do Banco de Portugal, situou-se em 10,1% do crédito total em 31 de dezembro de 2011.

Banco Millennium BCP, S.A., Sociedade por Quotas, inscrita no Registo Comercial de Lisboa, sob o nº 107/2007, com sede em Lisboa, Portugal, inscrita no Registo das Atividades de Intermediação de Seguros, sob o nº 107/2007.



11/19

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:WCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCP0A000007

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Milhões de euros	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/ CV > 90 dias)
Particulares				
Crédito hipotecário	222	257	0,7%	115,7%
Crédito ao consumo	625	550	13,9%	88,1%
	847	807	2,4%	95,3%
Empresas				
Serviços	711	964	4,8%	135,7%
Comércio	385	339	9,1%	88,0%
Construção	638	389	13,2%	59,0%
Outros	595	989	4,7%	166,0%
	2.349	2.681	6,4%	114,1%
Total	3.196	3.488	4,5%	109,1%

Os recursos totais de clientes atingiram 65.530 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que compara com os 67.596 milhões de euros registados na mesma data de 2010. Esta evolução foi determinada pelo comportamento dos ativos sob gestão e dos produtos de capitalização, não obstante a subida de 3,3% dos recursos de balanço de clientes.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes situaram-se em 49.615 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que comparam com os 51.143 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, sublinhando-se, contudo, o acréscimo dos recursos totais de clientes na rede Corporate. Na atividade internacional, os recursos totais de clientes diminuíram 3,3%, cifrando-se em 15.915 milhões de euros no final de 2011, determinado fundamentalmente pelo desempenho do Bank Millennium na Polónia, influenciado adicionalmente pelo efeito cambial de desvalorização do zloti face ao euro, a par do Millennium Bank na Grécia, apesar dos crescimentos evidenciados pelo Millennium bim em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola, consubstanciando o prosseguimento do enfoque na captação de depósitos de clientes nestes mercados.

Os recursos de balanço de clientes subiram 3,3%, totalizando 53.060 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, face aos 51.342 milhões de euros no final de 2010, refletindo especialmente o aumento dos depósitos de clientes (+4,2%), materializando o enfoque na captação e retenção de recursos de balanço, visando a redução do gap comercial e, paralelamente, o aumento gradual da componente de funding do crédito a clientes através dos recursos de balanço.

Os recursos fora de balanço de clientes situaram-se em 12.470 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que comparam com os 16.254 milhões de euros relevados em igual data de 2010. Esta evolução foi determinada pelos desempenhos desfavoráveis tanto dos ativos sob gestão, como dos produtos de capitalização, em 2011, denotando, por um lado, a incerteza e a volatilidade dos mercados de capitais e o consequente redirecionamento de poupanças para ativos não sujeitos a flutuações de mercado e de menor risco, e, por outro, o já mencionado enfoque na captação de recursos de balanço de clientes.

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters-bcp.is Exchange-WCP Bloomberg-bcp.pl ISIN PTBSCP0AA00007

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Millions de euros	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Recursos de balanço de clientes			
Depósitos de clientes	47.516	45.609	4,2%
Débitos para com clientes titulados ⁽¹⁾	5.544	5.733	-3,3%
	53.060	51.342	3,3%
Recursos fora de balanço de clientes			
Ativos sob gestão	3.739	4.459	-16,2%
Produtos de capitalização ⁽²⁾	8.731	11.795	-26,0%
	12.470	16.254	-23,3%
Total	65.530	67.596	-3,1%
dos quais:			
Atividade em Portugal	49.615	51.143	-3,0%
Atividade Internacional	15.915	16.453	-3,3%

(1) Finações de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.
(2) Inclui Unit Linked e Planos poupança reforma.

A carteira de títulos, que representa 12,9% do ativo total, reduziu tanto ao nível dos ativos financeiros detidos até à maturidade, como dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda. Com efeito, os ativos financeiros detidos até à maturidade reduziram 23,5%, cifrando-se em 5.160 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (6.745 milhões de euros no final de 2010), refletindo a menor exposição a títulos de dívida pública portuguesa e o impacto no balanço do reconhecimento de imparidades associadas a títulos de dívida soberana grega, bem como o reembolso de obrigações de emissores privados nacionais. Por seu turno, a carteira dos ativos financeiros detidos para negociação e dos ativos financeiros disponíveis para venda reduziram para 6.919 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (7.709 milhões de euros no final de 2010), como resultado da diminuição progressiva da exposição a dívida pública portuguesa, com incidência nos Bilhetes do Tesouro e outros títulos na medida em que a carteira de Obrigações do Tesouro e de outros emissores públicos foi reforçada em 2011, bem como pela menor exposição a dívida pública da Polónia.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

A deterioração do enquadramento macroeconómico e financeiro Internacional em 2011, num contexto de recrudescimento e disseminação dos efeitos sistémicos da crise da dívida soberana da área do euro, veio adensar quer os riscos para a estabilidade financeira à escala europeia, quer os desafios colocados à economia nacional e ao sistema financeiro português. Acresce que o Programa de Assistência Económica e Financeira, apesar de contribuir para a mitigação dos riscos para a estabilidade financeira em Portugal, veio introduzir um conjunto de novos desafios ao sistema financeiro nacional, indissociáveis das pressões adicionais sobre os rácios de capital dos bancos e do processo de desalavancagem exigido à economia nacional e ao setor bancário.

Neste contexto, o Millennium bcp colocou especial enfoque no crescimento e na retenção de recursos de balanço de clientes, contribuindo não só para a concretização dos imperativos de redução do gap comercial e de desalavancagem, como também para o reforço das fontes de financiamento estável (*stable funding*), face à persistente limitação no acesso a operações a médio e longo prazo nos mercados de dívida por grosso.

Nos primeiros três meses de 2011, o Grupo executou parcialmente o Plano de Liquidez definido para o período, apesar de confrontado com o fecho persistente dos mercados de papel comercial e de capitais, mantendo-se ativo no mercado monetário e interbancário, reduzindo a exposição líquida ao Banco Central Europeu (BCE) e

Millennium

bcp

Comunicado

Reuters:bcp.js Exchange:WCP Bloomberg:bcp pi ISIN PTBCPGAM00007

reforçando a pool de colaterais elegíveis, em particular por via de obrigações hipotecárias do BII no montante de 0,9 mil milhões de euros.

No início de abril, em resposta à emergência da crise política nacional e ao movimento de *downgrade* da notação de *rating* da República Portuguesa e, por contágio, das notações de *rating* dos bancos portugueses, o Millennium bcp procedeu a uma revisão do Plano de Liquidez para 2011, atribuindo particular enfoque à aceleração das metas de desalavancagem e ao reforço da carteira de ativos elegíveis, com efeitos sensíveis no decurso do segundo trimestre do ano, por via, designadamente, da venda seletiva de ativos, da internalização de recursos de clientes fora de balanço e da incorporação de créditos IRB na pool de ativos descontáveis junto do BCE.

No terceiro trimestre de 2011, num contexto de recrudescimento das tensões relacionadas com a crise de dívida soberana nos países periféricos da área do euro, o Millennium bcp continuou a efetuar uma gestão de liquidez pró-ativa, de modo a assegurar a satisfação das necessidades de refinanciamento previstas no curto e médio prazo. Neste âmbito, enquadrou-se a integração na pool de ativos elegíveis de duas novas emissões de obrigações concretizadas pelo Banco, uma primeira garantida pela República Portuguesa, no montante de 1,75 mil milhões de euros, e uma outra de dívida privada, no montante de 500 milhões de euros.

No último trimestre, num cenário de acentuada escassez da oferta no mercado monetário interbancário, o Banco prosseguiu, por um lado, a estratégia de desalavancagem, assente na redução do gap comercial, e, por outro, a redução progressiva da exposição à dívida pública portuguesa, iniciada em junho. Paralelamente, reforçou a carteira de colateral elegível através da emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa, em dezembro de 2011, no montante de 1,35 mil milhões de euros.

A execução rigorosa da política de redução das necessidades de financiamento ao longo do exercício, permitiu reduzir a exposição do Grupo ao BCE para 12,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (15,3 mil milhões de euros no final de setembro de 2011). Acresce que o Banco alongou a maturidade das suas tomadas junto do BCE, por recurso ao primeiro leilão a três anos instituído no sentido de ceder liquidez ao sistema bancário da área do euro. Por seu turno, em 31 de dezembro de 2011, a carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de financiamento junto de Bancos Centrais situou-se em 16,3 mil milhões de euros.

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade em Portugal e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às sub-classes de risco "Posições Renováveis de Retalho" e "Outras Posições de Retalho" em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011.

No final de dezembro de 2011, o rácio Core Tier I consolidado ascendeu a 9,3%, fixando-se acima do valor mínimo definido pelo Banco de Portugal (9,0%) e evidenciando um acréscimo de 21 pontos base face ao rácio proforma de setembro de 2011 (incluindo a operação de *liability management* sobre ações preferenciais finalizada no início de outubro de 2011).

O valor do Core Tier I apurado em 31 de dezembro de 2011 situou-se em linha com o montante proforma relevado em 30 de setembro de 2011, na medida em que a conjugação dos efeitos positivos que resultaram, quer da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais do fundo de pensões quer da neutralização prudencial dos impactos da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social e do programa especial de inspeções, em conformidade com o estipulado nos Avisos do Banco de Portugal n.º 1 a 3/2012, para além da amortização do goodwill do Bank Millennium (Grécia),

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters-bcp.is Exchange-WCP Bloomberg-bcp.pl ISIN PTBSCP00A000007

que se encontrava deduzido ao Core Tier I, e de outros efeitos da atividade, compensaram os resultados negativos registados no quarto trimestre de 2011.

Os riscos ponderados diminuíram 1.968 milhões de euros no mesmo período, tendo sido favoravelmente influenciados pela extensão da metodologia IRB a exposições de Retalho em Portugal, pela remoção de um *add-on* prudencial imposto pelo Banco de Portugal quando autorizou o tratamento das exposições da classe de risco "Empresas" pelo método IRB e pela alteração da ponderação de risco aplicável às administrações regionais e locais, assim como pelo *deleveraging* em curso e pela manutenção do esforço de otimização de riscos ponderados, nomeadamente no que se refere ao reforço de colaterais.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros	31 dez. 11	30 set. 11 incluindo operação de Liability Management	30 set. 11
Fundos Próprios			
Core Tier I	5.135	5.199	4.795
Ações preferenciais e "Valores"	173	173	943
Outras deduções (1)	(521)	(573)	(573)
Base	4.788	4.799	5.165
Complementares	611	495	431
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(137)	(133)	(133)
Total	5.263	5.161	5.463
Riscos Ponderados	53.456	57.424	57.424
Rátios de Solvabilidade			
Core Tier I	9,3%	9,1%	8,3%
Tier II	0,9%	0,6%	0,5%
Total	9,5%	9,0%	9,5%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas esperadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Agricola e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Nota: O Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de noções internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dadas o incumprimento (PD e LGD) para as exposições de risco sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No quadro do processo de adoção gradual da metodologia IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção desta metodologia às sub-classes de risco "Posições Renováveis de Retalho" e "Outras Posições de Retalho" em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011. No 1º semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avaliado (método interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:WCP Bloomberg:bcp.pl ISIN: PTBCP6AH00007

SEGMENTOS

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de atividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de *Private Banking & Asset Management*.

Caracterização dos segmentos

O negócio da Banca de Retalho inclui a atividade de Retalho do Banco Comercial Português em Portugal, que atua como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo atua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam perspectivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige e Negócios*; e (ii) o *ActiveBank*, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui a Rede de Empresas do Banco Comercial Português em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento *Corporate & Banca de Investimento*.

A Rede de Empresas em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados.

O segmento *Corporate & Banca de Investimento* inclui: (i) a Rede *Corporate* em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *Project finance*, *Corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *Equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a atividade da Direção Internacional do Banco.

O segmento *Private Banking & Asset Management*, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de *Private Banking* em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a atividade do *Banque Privée BCP* e do *Millennium bcp Bank & Trust*.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o *Bank Millennium* na Polónia, o *Millennium Bank* na Grécia, o *Banque Privée BCP* na Suíça, a *Banca Millennium* na Roménia, o *BIM - Banco Internacional de Moçambique*, o *Banco Millennium Angola* e o *Millennium bcp Bank & Trust* nas Ilhas Caimão. O *Millennium bank* na Turquia (operação parcialmente alienada em 27 de dezembro de 2010) e o *Millennium bcplbank* nos Estados Unidos da América (operação parcialmente alienada em 15 de outubro de 2010) também faziam parte do segmento até à data da sua alienação. Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas com exceção do *Banque Privée BCP* na Suíça e do *Millennium bcp Bank & Trust* nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento *Private Banking & Asset Management*.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação centrada no Retalho e baseada na oferta de produtos inovadores e elevados níveis de serviço, na Suíça pelo *Banque Privée BCP*, uma operação de *Private Banking* de direito suíço e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direcionado para clientes particulares e empresas, em Angola por um banco enfocado em clientes particulares, empresas e instituições do setor público e privado e nas Ilhas Caimão pelo *Millennium bcp Bank & Trust*, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de *Private Banking*, a clientes com elevado património financeiro (segmento *Affluent*).

Millennium
BCD

150

Comunicado

Reuters-bols Is.	Exchange-MCP	Bloomberg-bols al	ISIN	PTBPC000000007
------------------	--------------	-------------------	------	----------------

Atividade por segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, refletindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afetação de capital e de balanceamento de cada entidade, efetuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afetado aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se em 2010 e em 2011, o *IRB Advanced* para riscos de crédito da carteira de Retalho e *IRB Foundation* para o crédito a empresas, em Portugal, exceto promotores imobiliários e entidades do sistema de rating simplificado. Adicionalmente, foi adotado o método *standard* para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. A afetação de capital a cada segmento, nos exercícios de 2010 e de 2011, resultou da aplicação de 10% aos riscos geridos por cada um dos segmentos.

A informação referente a 2010 encontra-se em base comparável com a informação reportada a 2011, exceto no que se refere à componente associada ao Millennium bank na Turquia e ao Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América, refletindo a estrutura atual organizativa das áreas de negócio do Grupo referidas na Caracterização dos Segimentos anteriormente descritas.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados refletem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 31 de dezembro de 2011.

Millennium

bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:MCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBSCP6AH00007

Retailho em Portugal

O Retailho em Portugal registou uma contribuição líquida negativa de 16,0 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 112,7 milhões de euros no exercício de 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito.

A evolução da margem financeira em 2011 incorpora o aumento do custo dos depósitos de clientes e a subida da taxa de juro do crédito, a par dos menores proveitos associados ao volume do crédito. A contração da carteira de crédito decorre da seletividade na concessão do crédito e da forte diminuição da procura, com reflexos quer no crédito a particulares quer no crédito a pequenos negócios.

O desempenho dos outros proveitos líquidos em 2011, não obstante o esforço de captação de recursos e a manutenção de elevados níveis de *cross-selling*, foi condicionado pelo decréscimo das comissões, nomeadamente as relacionadas com operações de crédito, seguros de poupança e *unit-linked*, o qual foi parcialmente compensado pelas comissões referentes a contas à ordem, produtos estruturados e seguros de risco.

As dotações para imparidade do crédito registaram um acréscimo em 2011, como resultado do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras das famílias e das pequenas empresas.

O acréscimo registado nos custos operacionais decorre, essencialmente, do aumento dos custos associados a processos de recuperação de crédito, induzido pelo maior número de processos que estão a ser objeto de acompanhamento com vista à sua regularização.

Os depósitos de clientes evidenciaram um aumento de 8,1% face a 31 de dezembro de 2010, suportados no lançamento de diversas soluções, sendo de destacar o alargamento da oferta de produtos estruturados bem como a oferta de soluções de poupança programada de médio e longo prazo. No entanto, os recursos totais de clientes decresceram 3,2%, ascendendo a 34.992 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 36.133 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2010, determinados pela redução dos seguros de capitalização e dos débitos titulados.

O crédito a clientes atingiu 31.384 milhões de euros no final de dezembro de 2011, reduzindo 6,4% face aos 33.547 milhões de euros contabilizados no final de dezembro de 2010, dando seguimento à estratégia em curso de desalavancagem do balanço e, evidenciando a redução do crédito à habitação, ao crédito ao consumo e a pequenos negócios.

Milhões de euros	31 dez.11	31 dez.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	485,2	522,3	-7,1%
Outros proveitos líquidos	443,0	452,6	-2,1%
	928,2	974,9	-4,8%
Custos operacionais	685,9	670,3	2,3%
Imparidade	264,5	151,2	74,9%
Contribuição antes de impostos	(22,3)	153,3	--
Impostos	(6,2)	40,7	--
Contribuição líquida	(16,0)	112,7	--
Síntese de indicadores			
Capital afeto	1.324	1.608	-17,6%
Rendibilidade do capital afeto	-1,2%	7,0%	
Riscos ponderados	13.243	16.076	-17,6%
Rácio de eficiência	73,9%	68,8%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	31.384	33.547	-6,4%
Recursos totais de clientes	34.992	36.133	-3,2%

(1) Valor papel comercial.

Nota: Crédito a clientes de clientes em milhões de euros.

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters-bcp.is Exchange-WCP Bloomberg-bcp.pl ISIN PTBSCP00000007

Rede de Empresas

A rede de Empresas registou uma contribuição líquida negativa de 86,3 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 11,0 milhões de euros no exercício de 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito, não obstante o acréscimo observado da margem financeira.

O aumento da margem financeira, em 6,5%, evidencia o efeito do acréscimo da taxa de margem dos depósitos à ordem e do crédito a clientes, que suplantou o efeito da redução dos volumes de negócio. O processo de *repricing* das operações de crédito, concretizado em 2011 com o objetivo de adequar o preço dos produtos ao perfil de risco de cada cliente, proporcionou uma evolução favorável da taxa de margem financeira do crédito. A contração dos volumes de negócio reflete, por seu turno, quer a dificuldade das empresas gerarem excedentes de tesouraria quer a seletividade crescente na concessão de crédito centrada em empresas que apostam na internacionalização e apresentam uma dinâmica empresarial.

A diminuição dos outros proveitos líquidos, não obstante a prática instituída de comissionar de forma adequada o serviço prestado aos clientes, está associada ao decréscimo das comissões referentes a serviços financeiros e ao negócio de empresas não residentes, apesar do aumento das comissões associadas ao crédito a clientes e ao *factoring*.

O acréscimo das dotações para imparidade do crédito, inclui em 2011 o reforço das dotações efetuado no âmbito do Programa Especial de Inspeções, bem como o efeito da desvalorização dos colaterais financeiros e do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito, na sequência de um contexto macroeconómico adverso e da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao setor da construção e turismo. Com o objetivo de inverter esta tendência têm sido adotadas medidas de redução do risco quer através de um acompanhamento muito próximo dos clientes, quer recorrendo a um reforço dos colaterais associados às operações de crédito.

A diminuição dos custos operacionais encontra-se suportada nas medidas de simplificação organizativa e de otimização dos processos que têm vindo a ser implementadas de forma consistente, consubstanciada, nomeadamente, nas reduções observadas nos outros gastos administrativos.

O crédito a clientes diminuiu 6,4%, totalizando 9.378 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, que comparam com os 10.024 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, evidenciando a redução dos financiamentos, do crédito à promoção imobiliária, do *leasing* e do papel comercial.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 2.609 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 2.982 milhões de euros atingidos em 31 de dezembro de 2010.

Milhões de euros	31 dez.11	31 dez.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	188,0	176,6	6,5%
Outros proveitos líquidos	81,6	87,6	-6,9%
	269,6	264,2	2,1%
Custos operacionais	58,1	60,1	-3,3%
Imparidade	333,0	189,0	76,2%
Contribuição antes de impostos	(121,5)	15,0	--
Impostos	(35,2)	4,0	--
Contribuição líquida	(86,3)	11,0	--
Síntese de indicadores			
Capital afeto	906	996	-9,0%
Rendibilidade do capital afeto	-9,5%	1,1%	
Riscos ponderados	9.058	9.958	-9,0%
Rácio de eficiência	21,5%	22,8%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	9.378	10.024	-6,4%
Recursos totais de clientes	2.609	2.982	-12,5%

(1) inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em milhões de euros.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A., Sociedade por Quotas com sede em Praça do Comércio, 128, 1200-008 Lisboa, inscrita no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, n.º 50487, e no Registo Nacional de Comércio, n.º 101 573 981.



Millennium

bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:WCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCPGAM00007

Corporate & Banca de Investimento

O segmento Corporate & Banca de Investimento registou uma contribuição líquida negativa de 63,0 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida positiva de 82,9 milhões de euros no período homólogo de 2010, na sequência do aumento das dotações para imparidade do crédito.

O aumento da margem financeira, em 16,9%, suportado pela Rede Corporate, incorpora o efeito do *repricing* das operações de crédito que visou adequar o *spread* das operações ao risco implícito nas operações e reforçar os mitigantes associados, proporcionando um aumento da taxa de margem do crédito a clientes e permitiu suplantar a redução dos volumes de crédito a clientes.

O aumento dos outros proveitos líquidos deve-se, essencialmente, ao acréscimo das comissões na Rede Corporate, com destaque para as comissões associadas ao crédito concedido a clientes, a contas à ordem, a seguros de risco, a serviços financeiros e a património sob gestão.

O reforço das dotações para imparidade do crédito, inclui em 2011 o aumento das dotações efetuado no âmbito do Programa Especial de Inspeções, bem como o efeito da desvalorização dos colaterais financeiros e do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito, na sequência da persistência de um contexto macroeconómico adverso e da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao setor da construção e turismo.

Em conformidade com a prioridade estratégica de redução do gap comercial, o crédito a clientes diminuiu 7,9%, ao totalizar 12.199 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 13.245 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, determinado pela redução dos financiamentos, do *leasing* e do papel comercial.

Os depósitos de clientes evidenciaram um aumento de 27,2% face a 31 de dezembro de 2010, refletindo o esforço comercial na captação de recursos. Os recursos totais de clientes decresceram 3,7%, ascendendo a 10.822 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 11.236 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2010, determinados pela redução observada nos débitos titulados.

milhões de euros	31 dez.11	31 dez.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	240,9	206,0	16,9%
Outros proveitos líquidos	180,7	159,8	13,1%
	421,7	365,8	15,3%
Custos operacionais	77,7	74,9	3,8%
Imparidade	432,7	178,2	--
Contribuição antes de impostos	(88,7)	112,7	--
Impostos	(25,7)	29,9	--
Contribuição líquida	(63,0)	82,9	--
Síntese de indicadores			
Capital afeto	1.637	1.608	1,8%
Rendibilidade do capital afeto	-3,6%	5,2%	
Riscos ponderados	16.370	16.082	1,8%
Rácio de eficiência	18,4%	20,5%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	12.199	13.245	-7,9%
Recursos totais de clientes	10.822	11.236	-3,7%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em milhões de euros.

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:MCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBSCP0A000007

Private Banking & Asset Management

O segmento Private Banking & Asset Management, considerando o critério de segmentação geográfica, registou uma contribuição líquida negativa de 67,3 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida também negativa de 6,7 milhões de euros em 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito apesar do aumento do produto bancário.

O acréscimo da margem financeira em 13,9%, traduz o esforço de implementação do *repricing* das operações de crédito, de forma a refletir o custo do risco e de liquidez proporcionando o aumento da taxa de margem financeira crédito a clientes, não obstante a diminuição dos volumes do crédito a clientes e da taxa de margem dos recursos a prazo.

O aumento dos outros proveitos líquidos em 21,2% decorre, essencialmente, da atividade do Private Banking em Portugal e foi determinado pela subida das comissões relacionadas com património sob gestão e produtos estruturados.

O aumento das dotações para imparidade do crédito resultou da desvalorização de colaterais financeiros e do agravamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, na sequência da persistência de um contexto macroeconómico e financeiro adverso.

O crédito a clientes totalizou 1.288 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, decrescendo 7,5% face a 31 de dezembro de 2010, como resultado da redução do crédito concedido pelo Private Banking em Portugal.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 4.713 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com os 5.804 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2010, suportados na diminuição dos recursos fora de balanço. Dada a volatilidade e incerteza dos mercados, registada ao longo de 2011, tem-se verificado uma maior apetência por parte dos clientes para soluções mais tradicionais e conservadoras em detrimento de produtos estruturados, de fundos de investimento e de gestão discricionária.

Milhões de euros	31 dez.11	31 dez.10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	22,3	19,6	13,9%
Outros proveitos líquidos	27,7	22,8	21,2%
	50,0	42,4	17,8%
Custos operacionais	31,6	31,5	0,5%
Imparidade	113,2	20,4	--
Contribuição antes de impostos	(94,8)	(9,4)	--
Impostos	(27,6)	(2,8)	--
Contribuição líquida	(67,3)	(6,7)	--
Síntese de indicadores			
Capital afeto	64	97	-34,0%
Rendibilidade do capital afeto	-104,5%	-6,8%	
Riscos ponderados	643	975	34,0%
Rácio de eficiência	63,3%	74,1%	
Crédito a clientes	1.288	1.391	-7,5%
Recursos totais de clientes	4.713	5.804	-18,8%

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldo médio mensal.

Banco Millennium BCP, S.A., inscrita no Registo Nacional de Pessoas Coletivas nº 120 980 520, com sede em Lisboa, Portugal, inscrita no Registo Nacional de Pessoas Coletivas nº 120 980 520, com sede em Lisboa, Portugal. N.º de identificação fiscal: 505 073 881.



Millennium

bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:WCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCPGAM00007

Negócios no Exterior

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior, considerando o critério de segmentação geográfica, ascendeu a 177,8 milhões de euros no exercício de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 101,5 milhões de euros apurada no exercício de 2010. O aumento de 75,2% face ao ano anterior foi determinado pela subida do produto bancário, potenciado pelo crescimento dos volumes de negócio e pela redução dos custos operacionais, com destaque para as contribuições líquidas das operações na Polónia, em Moçambique e em Angola.

O aumento da margem financeira em 23,3% face ao exercício de 2010 foi suportado quer pelo efeito taxa de juro favorável, quer pelo efeito volume dos depósitos de clientes, apesar do impacto resultante das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no final de 2010, destacando-se os desempenhos das operações desenvolvidas na Polónia, em Moçambique e em Angola.

O decréscimo dos outros proveitos líquidos reflete, essencialmente, os impactos relevados no exercício de 2010 relacionados com as atividades desenvolvidas nas operações parcialmente alienadas, bem como o desempenho das operações, na Suíça, na Grécia e na Polónia, esta última devido ao efeito cambial.

Os custos operacionais diminuíram 3,9% no exercício de 2011, face ao ano anterior, influenciados pelos custos operacionais relevados em 2010 relacionados com as operações parcialmente alienadas. Esta redução permitiu colmatar os aumentos verificados na Polónia e na Grécia, em parte influenciados pelo redimensionamento da rede de distribuição, e em Angola e em Moçambique, relacionados com a estratégia de expansão em curso.

O aumento das dotações para imparidade, face a 2010, está, essencialmente, associado ao maior nível de provisionamento relevado nas subsidiárias da Grécia e da Suíça parcialmente compensado pela diminuição verificada na Polónia.

Os recursos totais de clientes diminuíram 3,3%, totalizando 15.914 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, sendo de destacar o desempenho desfavorável dos ativos sob gestão, não obstante a evolução favorável verificada nas operações em Moçambique e em Angola.

O crédito concedido a clientes decresceu 3,7%, ascendendo a 16.306 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, suportado no crédito a particulares, em que a diminuição evidenciada nas operações nas Ilhas Caimão, na Grécia e na Suíça foi parcialmente compensada pelos aumentos registados em Angola e em Moçambique.

Milhões de euros	31 dez. 11	31 dez. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	679,2	550,8	23,3%
Outros proveitos líquidos	338,6	365,7	-7,4%
	1.017,8	916,5	11,0%
Custos operacionais	593,8	617,9	-3,9%
Imparidade	198,5	171,0	16,0%
Contribuição antes de impostos	225,5	127,6	76,8%
Impostos	47,7	26,1	82,8%
Contribuição líquida	177,8	101,5	75,2%
Síntese de indicadores			
Capital afeto	1.795	1.740	3,2%
Rendibilidade do capital afeto	9,9%	5,8%	
Riscos ponderados	14.285	14.272	0,1%
Rácio de eficiência	58,3%	67,4%	
Crédito a clientes	16.306	16.926	-3,7%
Recursos totais de clientes	15.914	16.453	-3,3%

Nota: Em 2010 a contribuição líquida resultou da alienação de subsidiárias na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no último trimestre de 2010.

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters-bcp.is Exchange-MCP Bloomberg-bcp.pt ISIN PTBSCP00A000007

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A continuação da implementação das medidas acordadas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, nomeadamente através: de um processo contínuo de desalavancagem via redução da carteira de crédito e captação de recursos, que permitam reduzir o gap comercial; da implementação de medidas e avaliação de alternativas para cumprimento dos novos requisitos de solvabilidade; da redução progressiva da exposição a dívida soberana, a par da manutenção do esforço de *repricing*; do controlo rigoroso da base de custos; e da mobilização crescente de toda a organização no esforço de recuperação do crédito constituiu o principal enfoque do Banco no 4.º trimestre de 2011. Merecem saliência durante o 4.º trimestre de 2011:

- Na sequência de um processo de avaliação de diferentes cenários tendo em vista a criação de valor relativamente à operação na Polónia, e tendo abordado minuciosamente várias opções, incluindo as decorrentes de ofertas de aquisição da participação no Bank Millennium que o Banco recebeu, o Banco reafirmou, em 19 de dezembro de 2011, o seu compromisso com o desenvolvimento orgânico do Bank Millennium na Polónia.
- Divulgação pelo Banco de Portugal dos primeiros resultados globais do Programa Especial de Inspeções (SIP) realizado como parte das medidas e ações acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/EU/BCE em maio de 2011. O exercício incidiu sobre créditos no valor de 55,4 mil milhões de euros, cobrindo 72% do total da carteira de crédito do Grupo BCP. Esta avaliação concluiu existir necessidade de reforço de 381 milhões de euros no valor da imparidade registada nas contas consolidadas do Grupo. Este montante corresponde a 0,7% do montante global dos créditos analisados e 16,0% do valor da imparidade da carteira abrangida pela análise.
- Divulgação dos resultados relativos ao exercício de capital proposto pela Autoridade Bancária Europeia (EBA). Na sequência do exercício de capital conduzido pela EBA em estreita colaboração com o Banco de Portugal, foi identificada uma necessidade de capital no BCP de 2.130 milhões de euros que deverá ser coberta até ao final de junho de 2012.
- Divulgação dos resultados alcançados na operação de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e ações preferenciais, em 7 de outubro de 2011, tendo a oferta registado um grau de adesão global de aproximadamente 75% das emissões abrangidas.
- Reforço da estratégia de proximidade aos Clientes do ActivoBank através da abertura de oito novas sucursais.
- Comemoração do sexto aniversário da rede autónoma de Microcrédito do Millennium bcp, pioneira e líder em Portugal e que tem como o objetivo último a criação do próprio emprego de forma autónoma e pró-ativa. Ao longo destes seis anos de atividade, foram criados 3.371 novos postos de trabalho e o Microcrédito já assessorou cerca de 2.184 projetos de micro empreendedores, correspondentes a um financiamento de 18 milhões de euros.
- Alargamento da cobertura geográfica do Banco Millennium Angola às 18 Províncias de Angola, após a inauguração do balcão de Ndalatando na Província do Kwanza Norte, passando a disponibilizar aos seus Clientes 61 balcões em todo o País.
- Atribuição ao Bank Millennium (Polónia) de importantes distinções no âmbito da qualidade do serviço oferecido aos Clientes: o Banco está entre os melhores na "Newsweek Friendly Banks", encontrando-se na terceira posição nas categorias "Traditional Customer's Friendly Bank" e "Best Internet Bank".
- Reconhecimento do Banco Millennium Angola como "Marca de Excelência", distinção atribuída pela Superbrands.
- Atribuição da distinção "Melhor Marca de Moçambique no setor bancário" pela GfK.
- "Prémio Ouro", atribuído ao Millennium bcp, na categoria "Serviços Financeiros e Seguros" dos Prémios Eficácia 2011, com o case study/anúncio "Mourinho - Paixão".
- Patrocínio do *Global Investment Challenge* (GIC), uma competição aberta ao público em geral que permite uma experiência simulada de investimento na Bolsa e promove o aumento do conhecimento

Banco Millennium BCP, S.A., Sociedade por Quotas com sede em Praça Busto de Sá, 10, 1.º andar, 1.ª Capital Social de 400.000.000,00 euros, inscrita no Registo Comercial de Lisboa, nº 107.022, e no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, nº 501.022.001.



01/29

Millennium

bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:WCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCPGAM00007

sobre os seus mecanismos e funcionamento, que é organizado pelo Expresso e pela Simuladores e Modelos de Gestão (SDG).

- A Fundação Millennium bcp e a Trienal de Arquitetura de Lisboa assinaram um protocolo com vista à entrega do Prémio Carreira, que visa distinguir um Arquiteto cuja obra se tornou publicamente reconhecida, bem como a entrega do Prémio Concurso Universidades, dirigido às escolas de Arquitetura e de Arquitetura Paisagista de Portugal e no estrangeiro.
- Lançamento da 2.ª Edição do Prémio Microcrédito para Microempreendedores Portadores de Deficiência.
- Reconhecimento do Millennium bcp através do *Engagement Rating 2011* como uma das empresas portuguesas mais transparentes, na comunicação com os *Stakeholders*, em matéria de sustentabilidade.
- Na sequência do downgrade do rating de Portugal de "BBB+" para "BBB-" e da colocação em "Rating Watch Negative" das notações dos bancos portugueses, a Fitch anunciou, em 7 de outubro, ter mantido as principais notações de rating para o BCP, designadamente o rating de longo e curto prazo ("BBB-/F1"), mantendo o outlook em "Rating Watch Negative".
- A agência de rating Moody's anunciou, em 7 de outubro, ter concluído o processo de revisão das notações de rating dos bancos portugueses iniciada em 15 de julho de 2011, após a redução do rating da República de Portugal de "Baa1" para "Baa2". Neste contexto, a notação da dívida do Banco Comercial Português, S.A. (BCP) foi reduzida de "Ba1/NP" para "Ba3/NP" e a notação "Standalone" de "Ba2" para "B1". As notações de rating permanecem com outlook "Negativo".
- Na sequência da revisão do rating de Portugal de "BBB(High)" para "BBB", a agência de rating DBRS anunciou em 20 de outubro a confirmação ou revisão das notações de rating atribuídas a bancos portugueses. Neste contexto, o rating de longo prazo do BCP passou de "BBB (high)" para "BBB", mantendo "Negative Trend" (idêntico ao da República de Portugal) e o rating de curto prazo foi confirmado em R-2 (high) com "Negative Trend".
- Na sequência da redução da notação de rating de longo prazo da República Portuguesa de "BBB-", para "BB+" a Fitch anunciou em 25 de novembro que procedeu à revisão das notações de rating de diversos bancos portugueses. Neste contexto, a notação de rating de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. (BCP), foi reduzida de "BBB-" para "BB+" e removida de "Rating Watch Negative", passando a ter Outlook negativo, enquanto a notação de rating de curto prazo foi revista de "F1" para "B" e removida de "Rating Watch Negative".
- Na sequência da revisão dos critérios da notação de rating para os bancos portugueses, a Standard & Poor's (S&P) anunciou que procedeu à revisão das notações de rating de diversos bancos portugueses em 16 de dezembro de 2011. Neste contexto, a notação de rating de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. (BCP), foi reduzida de "BBB-" para "BB" enquanto a notação de rating de curto prazo foi revista de "A-3" para "B" e removida de "Rating Watch Negative".

Acontecimentos posteriores ao final de 2011:

- Comunicação do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão que informou que lhe foi transmitido que Nuno Amado aceitou o convite de acionistas para, na qualidade de Presidente Executivo do Banco Comercial Português, S.A., integrar uma lista a ser submetida a uma próxima Assembleia Geral.
- Na sequência da revisão da notação de rating de Portugal de "BBB" para "BBB(low)", a agência de rating DBRS, em 31 de janeiro de 2012, reduziu a notação de rating do Banco Comercial Português, S.A. de "BBB" para "BBB(low)" em relação à dívida sénior de Longo prazo & depósitos e de "R-2(high)" para "R-2(mid)", no que respeita à notação de rating de Curto prazo & depósitos. A tendência mantém-se negativa.

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters-bcp.br Exchange-BICP Bloomberg-bcp.pl ISIN PTBICP6A000007

SEMPRE CONSCIENTE. 1987-2011. 24. Segundo Milênio, com sede em Praia Grande, SP, Brasil. A Capital Social do Grupo BCP é de R\$ 1.000.000.000,00, dividida em 100.000.000 de ações ordinárias de R\$ 10,00 cada uma, com direito a voto. O Grupo BCP é controlado por 100.000.000 de ações ordinárias de R\$ 10,00 cada uma, com direito a voto.

“Disclaimer”

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários para venda no Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão ou em qualquer outra jurisdição. Não podem ser vendidas ou oferecidas ações nos Estados Unidos a não ser que as mesmas estejam registradas de acordo com o “US Securities Act” de 1933 ou se encontrem isentas de tal registro. Qualquer oferta pública de valores mobiliários efetuada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão teria que ser efetuada por meio de um prospecto com informação detalhada sobre a empresa e sua gestão, incluindo as Demonstrações Financeiras.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores de 2010 e 2011 foram objeto de uma auditoria efetuada pelos Auditores Externos.



07/24

Millennium
bcp

Comunicado

Reuters:bcp.ls Exchange:MCP Bloomberg:bcp.pl ISIN PTBCPGA000007

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanco Consolidado em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 1 de janeiro de 2010

	2011	2010	1 Jan 2010
	(Milhares de Euros)		
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.115.943	1.484.262	2.244.724
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.577.410	1.259.025	839.552
Aplicações em instituições de crédito	2.913.015	2.343.972	2.025.834
Créditos a clientes	68.045.535	73.905.406	75.191.116
Ativos financeiros detidos para negociação	2.145.330	5.136.299	3.356.929
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.774.114	2.573.064	2.698.636
Ativos com acordo de recompra	495	13.858	50.866
Derivados de cobertura	495.879	476.674	405.840
Ativos financeiros detidos até à maturidade	5.160.180	6.744.673	2.027.354
Investimentos em associadas	305.075	395.906	437.846
Ativos não correntes detidos para venda	1.104.650	996.772	1.343.163
Propriedades de investimento	560.567	464.734	429.856
Outros ativos tangíveis	624.599	617.240	645.818
Goodwill e ativos intangíveis	251.266	400.802	534.995
Ativos por impostos correntes	52.828	33.946	24.774
Ativos por impostos diferidos	1.564.538	975.676	790.914
Outros ativos	1.790.650	784.446	1.134.132
	93.462.076	98.546.755	94.242.357
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	17.723.419	20.076.556	10.305.672
Depósitos de clientes	47.516.110	45.609.115	46.307.233
Títulos de dívida emitidos	16.236.202	18.137.390	19.953.227
Passivos financeiros detidos para negociação	1.478.680	1.176.451	1.072.324
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.578.990	4.038.239	6.345.583
Derivados de cobertura	508.032	346.473	75.483
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	435.832
Provisões	246.100	235.333	233.120
Passivos subordinados	1.146.543	2.039.174	2.231.714
Passivos por impostos correntes	24.037	11.960	10.795
Passivos por impostos diferidos	2.385	344	416
Outros passivos	1.647.708	1.264.119	1.358.210
Total do Passivo	89.107.706	92.935.154	88.129.609
Capitais Próprios			
Capital	6.065.000	4.094.600	4.694.600
Títulos próprios	(11.422)	(81.938)	(85.548)
Prémio de emissão	71.722	192.122	192.122
Ações preferenciais	171.175	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	(389.460)	(166.361)	93.760
Reservas e resultados acumulados	(1.241.490)	(1.868.780)	(1.326.491)
Resultado do exercício atribuível aos acionistas do banco	(848.623)	344.457	-
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do B	3.826.755	5.114.100	5.568.443
Interesses que não controlam	547.615	497.501	344.305
Total de Capitais Próprios	4.374.370	5.611.601	5.912.748
	93.462.076	98.546.755	94.242.357

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A., Sociedade por Quotas, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais sob o nº 107 573 881, com sede em Lisboa, Portugal, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais sob o nº 107 573 881, inscrita no Registo das Sociedades Comerciais sob o nº 107 573 881.

M 91/29



ANEXO V

POSIÇÃO ACIONISTA E OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

A posição acionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização é a seguinte:

Acionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2011			
		31/12/2011	31/12/2010	Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário euros
MEMBROS DE ÓRGÃOS SOCIAIS							
Paulo José de Ribeiro							
Morta Macedo (h)	Ações BCP	301.657	259.994	11.437 (c)		17 mai 11	0,58
				30.226 (d)		20 jun 11	0,36
Vitor Manuel Lopes Fernandes	Ações BCP	23.412	20.000	879 (c)		17 mai 11	0,58
				2.533 (d)		20 jun 11	0,36
	BCP Investimento Telecoms Março 2013	20	20				
Luís Maria França de Castro							
Pereira Coutinho	Ações BCP	286.914	247.288	10.878 (c)		17 mai 11	0,58
				28.748 (d)		20 jun 11	0,36
Miguel Maya Dias Pinheiro	Ações BCP	110.000	150.000	30.598 (c)		17 mai 11	0,58
				7.845 (f)		15 jun 11	0,36
				21.557 (d)		20 jun 11	0,36
	MillenniumBcp Valor Capital 2009	0	15		15 (e)	20 jun 11	1.000,00
António Manuel Palma Ramalho	Ações BCP	62.700	12.092	531 (c)		17 mai 11	0,58
				50.077 (d)		20 jun 11	0,36
	BPSM/97 Top's Perpétuas Subord. 1/2 Série	498.798	498.798				
José Jacinto Iglésias Soares (g)	Ações BCP	80.743	20.000	7.663 (c)		17 mai 11	0,58
				3.080 (d)		20 jun 11	0,36
				50.000 (f)		28 jun 11	0,39
Rui Manuel da Silva Teixeira (g)	Ações BCP	31.982	27.565	1.212 (c)		17 mai 11	0,58
				3.205 (d)		20 jun 11	0,36
MEMBROS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO							
António Vítor Martins Monteiro	Ações BCP	2.410	2.078	91 (c)		17 mai 11	0,58
				241 (d)		20 jun 11	0,36
	BCP Finance Bank MTN 6,25	0	50		50 (b)	29 abr 11	1.000,00
Manuel Domingos Vicente	Ações BCP	1.159	1.000	43 (c)		17 mai 11	0,58
				116 (d)		20 jun 11	0,36
Luís de Melo Champalimaud	Ações BCP	100.000	20.000	879 (c)		17 mai 11	0,58
				79.121 (d)		20 jun 11	0,36
António Henriques Pinho Cardão (g)	Ações BCP	102.778	73.259	19.222 (c)		17 mai 11	0,58
				10.297 (d)		20 jun 11	0,36
Josep Oliu Creus	Ações BCP	15.083	13.000	572 (c)		17 mai 11	0,58
				1.511 (d)		20 jun 11	0,36
Carlos José da Silva (g)	Ações BCP	151.438	130.523	5.741 (c)		17 mai 11	0,58
				15.174 (d)		20 jun 11	0,36
António Luís Guerra Nunes Mexia	Ações BCP	1.507	1.299	57 (c)		17 mai 11	0,58
				151 (d)		20 jun 11	0,36

(continua)

(continuação)

Accionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2011			Preço unitário euros
		31/12/2011	31/12/2010	Aquisições	Alienações	Data	
João Manuel Matos Loureiro	Ações BCP	1.753	1.500	65 (c) 188 (d)		17 mai 11 20 jun 11	0,58 0,36
José Guilherme Xavier de Basto	Ações BCP	1.376	1.188	51 (c) 137 (d)		17 mai 11 20 jun 11	0,58 0,36
	BCP Mil Rend Semestral Março	5	5				
José Vieira dos Reis	Ações BCP	54.700	16.074	32.707 (c) 5.919 (d)		17 mai 11 20 jun 11	0,58 0,36
	BCP Ob Cx Inv Água Maio 08/2011	0	340		340 (b)	07 mai 11	1.000,00
	BCP Cx Invest Saúde Julho 2008/11	200	200				
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	1.100	1.100				
	Super Aforro Mille Sr B Fev 2009/14	0	20		20 (b)	18 mar 11	1.000,00
	Millennium BCP Valor Capital 2009	0	20		20 (e)	20 jun 11	1.000,00
	BCP Inv Total Novembro 2012	100	100				
	BCP Inv Cabaz Energia Nov 2	50	50				
	BCP Mil Rendimento Plus Jun 2010/2014	50	50				
	Cerifica SP 500	188	0	188 (a)		22 fev 11	13,29
	Certific BCP CI DAX	34	0	34 (a)		24 fev 11	73,30
	Millennium Rend, Cresc 2011 4ª S	70	0	70 (a)		07 mar 11	10.000,00
	BCP Inv Dupla Opção Europa	50	0	50 (a)		29 jun 11	1.000,00
	Millennium BCP Subordinadas 2010/2020	25	25				
	Millennium BCP Subord. Agosto 2020 Call	40	40				
	BCP Mil Rend, Premium 2ª série 04/2013	40	40				
	Certific BCPI Eurostoxx 50	820	820				
	BCP Investimento Duplo Eur Junho 2013	50	0	50 (a)		29 jun 11	1.000,00
	Millennium Rendimento Crescente 114	70	0	70 (a)		07 mar 11	1.000,00
Manuel Alfredo Cunha José de Mello	Ações BCP	216.617	186.701	8.212 (c) 21.704 (d)		17 mai 11 20 jun 11	0,58 0,36
	BCP Finance Bank MTN 6,25	0	200		200 (b)	28 mar 11	1.000,00
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	1.000	1.000				
	BCP Fin Bk Camale. 125% XI/09 (11/2014)	150	150				
	BCP Fin Sel Ac Eur Ret Z Fontes XI(05/11)	0	100		100 (b)	25 mai 11	1.000,00
	BCP Fin Selec Brasil XII/09 Eur (06/11)	0	329		329 (b)	21 jun 11	1.000,00
	BCP Fin Escolh Tripla Europeia IV/10 04/11	0	40		40 (b)	21 abr 11	1.000,00
	BCP Fin Inv Mundial III	0	100		100 (b)	28 mar 11	1.000,00
	BCP Inv Ind Mundiais XI (11/2013)	120	120				
	BCP Farmaceut GI Autocall XI/10 (11/2012)	0	200		200 (b)	20 mai 11	1.000,00
	BCP Rev Conv Alstom XI/10	0	10		10 (b)	22 mar 11	1.000,00
	BCP Cabaz Consumo AC 01/2013	50	0	50 (a)		07 jan 11	1.000,00
	BCP Ações Europa AC 02/2014	100	0	100 (a)		03 fev 11	1.000,00
	BCP Ações Tecnologia EUA AC 04/2014	100	0	100 (a)		04 abr 11	1.000,00
	BCP Rev. Conv. Apple 10/2011	200	0	200 (a)		15 jun 11	1.000,00
	BCP Rev. Conv. Alstom XI/11	5	0	5 (a)		15 jun 11	10.000,00
	Indústria Europeia AC 06/2013	200	0	200 (a)		15 jun 11	1.000,00
	BCP 2,375% (01/2012)	50.000	0	50.000 (a)		16 mai 11	0,95
	BCP FRN (02/2013)	100.000	0	100.000 (a)		21 dez 11	0,75
Thomaz de Mello Paes de Vasconcelos	Ações BCP	1.159	1.000	43 (c) 116 (d)		17 mai 11 20 jun 11	0,58 0,36
Vasco Esteves Fraga	Ações BCP	1.159	1.000	43 (c) 116 (d)		17 mai 11 20 jun 11	0,58 0,36

(continua)

(continuação)

Acionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2011			
		31/12/2011	31/12/2010	Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário euros
CÔNJUGE/FILHOS MENORES							
Maria Helena Espassandim							
Catão (g)	Ações BCP	253	218	9 (c) 26 (d)		17 mai-11 20 jun-11	0,58 0,36
Isabel Maria V. Leite							
P Martins Monteiro	Ações BCP	1.854	1.854				
Maria da Graça dos Santos							
Fernandes de Pinho Cardão (f)	Ações BCP	3.835	3.308	144 (c) 383 (d)		17 mai-11 20 jun-11	0,58 0,36
Ana Maria Almeida M. Castro							
José de Mello	Ações BCP	5.776	4.980	218 (c) 578 (d)		17 mai-11 20 jun-11	0,58 0,36
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	400	400				
	BCP Inv Ind Mundiais XI/10 (11/2013)	60	60				
	BCP Farmaceut GL Autocall XI/10 (11/2012)	0	40		40 (b)	20 mai-11	1.000,00
	BCP Fin Escolh Tripla Europeia IV/10	0	3		3 (b)	26 abr-11	1.000,00
	BCP Cabaz Consumo AC 01/2013	50	0	50 (a)		07 jan-11	1.000,00
	BCP Ações Europa EUA AC 02/2014	30	0	30 (a)		03 fev-11	1.000,00
	BCP Ações Tecnologia EUA AC 04/2014	30	0	30 (a)		04 abr-11	1.000,00
	BCP Rev. Conv. Alstom 09/2011	2	0	2 (a)		15 jun-11	10.000,00
	BCP Rev. Conv. Apple 10/2011	20	0	20 (a)		15 jun-11	1.000,00
	Indústria Europeia AC 06/2013	60	0	60 (a)		15 jun-11	1.000,00
Ana Melo Castro José de Mello	Ações BCP	1.507	1.299	57 (c) 151 (d)		17 mai-11 20 jun-11	0,58 0,36
	BCP Ob Cx Subordinadas 1ª S (2008/2018)	200	200				
	BCP Farmaceut GL Autocall XI/10 (11/2012)	20	20				
	BCPF Escolha Tripla Europeia IV/10.04/11	5	5				

(continua)

(continuação)

Acionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2011			
		31/12/2011	31/12/2010	Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário euros
Maria Emília Neno							
R.T. Xavier de Basto	Ações BCP	435	376	16 (c)		17 mai 11	0,58
				43 (d)		20 jun 11	0,36
Plautilla Amélia Lima Moura Sá	Ações BCP	3.223	2.754	121 (c)		17 mai 11	0,58
				348 (d)		20 jun 11	0,36
	BCP Ob Cx Inv Global 12% Fev	0	500		500 (b)	16 fev 11	1.000,00
	BCP Ob Cx Invest Cabaz Mund Fev 08/11	0	400		400 (b)	14 fev 11	1.000,00
	BCP Cx Inv Energias Renov Jun 2011	0	400		400 (b)	18 jun 11	1.000,00
	Certific BCPi Eurostoxx 50	240	240				
	Certific BCPi S/DJ Stoxx Utili (10/2012)	2.125	2.125				
	Certific BCPi S/DJ Stoxx Basic (10/2012)	1.485	1.485				

(a) Subscrição;

(b) Vencimento;

(c) Dividendos em ações BCP;

(d) Subscrição do aumento de capital do BCP;

(e) Conversão em capital do MillenniumBcp Valor Capital 2009;

(f) Compra;

(g) A posição inicial diz respeito aos títulos detidos no momento da nomeação (8-04-2011), e não a 31-12-2010. Os movimentos em 2011 dizem respeito aos efetuados desde a nomeação até 30-06-2011;

(h) Renunciou ao cargo em 20-06-2011, para assumir funções como Ministro da Saúde.

Relatório e Contas 2011
Volume II

©Millennium bcp

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A.,
Sociedade Aberta

Sede:
Praça D. João I, 28
4000-295 Porto

Capital Social:
6.064.999,986 euros

Matriculada na Conservatória
do Registo Comercial do Porto
com o Número Único de Matricula
e de Identificação Fiscal 501 525 882

Relação com Investidores
Av. Professor Doutor Cavaco Silva
Edifício I – Piso 0 – Ala B
2744-002 Porto Salvo
Telefone: (+351) 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt

Direção de Comunicação
Av. Professor Doutor Cavaco Silva
Edifício I – Piso 0 – Ala B
2744-002 Porto Salvo
Telefone: (+351) 211 131 243
comunicar@millenniumbcp.pt

Produção gráfica:
Choice – Comunicação Global, Lda.

Impressão e acabamentos:
Gráfica Maiadouro, S.A.

Depósito legal
148713/00

Impresso em maio de 2012



Millennium
bcp